



ESCRITOS

Jacques Lacan

**CAMPO FREUDIANO
NO BRASIL**



ZAHAR
Jorge Zahar Editor



ESCRITOS

Versão brasileira: Vera Ribeiro

Revisão técnica: Antonio Quinet e Angelina Harari

Preparação de texto: André Telles

Jacques Lacan

ESCRITOS



ZAHAR

Jorge Zahar Editor

Rio de Janeiro

Título original:
Écrits

Tradução autorizada da reimpressão de
fevereiro de 1995 da primeira edição francesa,
publicada em 1966 por Éditions du Seuil, de Paris, França

Copyright © 1966, Éditions du Seuil

Copyright da edição brasileira © 1998:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua México 31 sobreloja

20031-144 Rio de Janeiro, RJ

tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800

Digitalizado para PDF em fevereiro de 2017
by Zekitcha

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Este livro, publicado no âmbito do programa de auxílio à publicação,
contou com o apoio do Ministério francês das Relações Exteriores, da
Embaixada da França no Brasil e da Maison française no Rio de Janeiro

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Lacan, Jacques, 1901-1981

L 129e Escritos / Jacques Lacan; tradução: Vera Ribeiro — Rio
de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

(Campo Freudiano no Brasil)

Tradução de: *Écrits*

Inclui apêndice e bibliografia

ISBN 978-85-7110-443-3

I. Psicanálise. I. Título. II. Série.

98-0126

CDD: 150.195

CDU: 159.964.2

Sumário

I

<i>Abertura desta coletânea</i>	9
O seminário sobre “A carta roubada”	13

II

<i>De nossos antecedentes</i>	69
Para-além do “Princípio de realidade”	77
O estádio do espelho como formador da função do eu	96
A agressividade em psicanálise	104
Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia	127
Formulações sobre a causalidade psíquica	152

III

O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada....	197
Intervenção sobre a transferência	214

IV

<i>Do sujeito enfim em questão</i>	229
Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise	238
Variantes do tratamento-padrão	325
<i>De um desígnio</i>	365

Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud	370
Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud	383
A coisa freudiana	402
A psicanálise e seu ensino	438
Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956	461
A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud	496

V

De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose	537
A direção do tratamento e os princípios de seu poder	591
Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”	653
A significação do falo.....	692
À memória de Ernest Jones: Sobre sua teoria do simbolismo	704
<i>De um silabário a posteriori</i>	725
Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina	734

VI

Juventude de Gide ou a letra e o desejo	749
Kant com Sade	776

VII

Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano	807
Posição do inconsciente	843

Do “Trieb” de Freud e do desejo do psicanalista...	865
A ciência e a verdade	869
APÊNDICE I: Comentário falado sobre a “Verneinung” de Freud, por Jean Hyppolite	893
APÊNDICE II: A Metáfora do Sujeito	903
Índice ponderado dos principais conceitos, por Jacques-Alain Miller.....	908
Quadro comentado das representações gráficas	917
Termos de Freud em alemão.....	923
Índice dos nomes citados.....	926
Referências bibliográficas na ordem cronológica	930
Nota à edição brasileira	935

ADVERTÊNCIA AO LEITOR

A numeração entre colchetes à margem das páginas da presente edição refere-se às páginas correspondentes da edição francesa original.

Para maiores esclarecimentos acerca desta versão dos *Escritos*, o leitor deve remeter-se à “Nota à edição brasileira” que se encontra no final deste volume (p. 935).

(N.E.)

I

“O estilo é o próprio homem”, repete-se sem nisso ver malícia, e sem tampouco preocupar-se com o fato de o homem não ser mais uma referência tão segura. Além do mais, a imagem da roupagem que adorna Buffon ao escrever está aí mesmo para manter a desatenção.

Uma reedição da *Viagem a Montbar* (publicada no ano IX por Solvet, edição póstuma), da lavra de Hérault de Séchelles, título que retoma uma *Visita ao sr. de Buffon*, de 1785, propiciaria uma maior reflexão. Não apenas por ali saborearmos um outro estilo, que prefigura o melhor de nossas reportagens bufas, mas por recolocar o próprio comentário em um contexto de impertinência no qual o anfitrião nada fica a dever a seu visitante.

Pois o homem brandido no adágio já então clássico, por ter sido extraído de um discurso na Academia, revela-se, nessa escrita, uma fantasia do grande homem, composta em um roteiro tal que ela toma sua casa inteira. Nada ali provém do natural. Quanto a isso, Voltaire, estamos lembrados, generaliza maldosamente.

O estilo é o homem; vamos aderir a essa fórmula, somente ao estendê-la: o homem a quem nos endereçamos?

Isso seria simplesmente satisfazer a este princípio por nós promovido: na linguagem nossa mensagem nos vem do Outro, e para enunciá-lo até o fim: de forma invertida. (E lembremos que esse princípio se aplicou à sua própria enunciação, pois, tendo sido emitido por nós, foi de um outro, interlocutor eminente, que recebeu seu melhor cunho.)

Mas se o homem se reduzisse a nada ser além do lugar de retorno de nosso discurso, não nos voltaria a questão de para que lho endereçar?

Eis exatamente a questão que nos coloca esse novo leitor do qual foi feito argumento para reunirmos estes escritos.

Condescendêmo-lhe um patamar na escalada de nosso estilo, dando a *A carta roubada* o privilégio de abrir sua seqüência, a despeito de sua diacronia.

Cabe a esse leitor devolver à carta/letra em questão, para além daqueles que um dia foram seus endereçados, aquilo mesmo que ele nela encontrará como palavra final: sua destinação. Qual seja, a mensagem de Poe decifrada e dele, leitor, retornando para que, ao lê-la, ele diga a si mesmo não ser ela mais fingida do que a verdade quando habita a ficção.

Esse “roubo da carta”,¹ dir-se-á ser a paródia de nosso discurso: quer nos atenhamos à etimologia que indica um acompanhamento e implica a precedência do trajeto parodiado, quer, reconduzindo o termo a seu emprego comum, nele vejamos esconjurada a sombra do *maître à penser*, para obter o efeito que preferirmos.

The rape of the lock, o roubo da mecha:² evoca-se aqui o título do poema em que Pope, pela graça da paródia, arrebatada — ele, da epopéia — o traço secreto do que está em jogo de sua derrisão.

Nossa tarefa conduz essa encantadora mecha anelada ao sentido topológico que teria a palavra: nó com que um trajeto se fecha, por seu redobrimento invertido — de tal maneira que recentemente o promovemos a sustentar a estrutura do sujeito.

É exatamente aí que nossos alunos se fundamentariam para reconhecer o “já” por meio do qual eles se contentam às vezes com homologias menos motivadas.

Pois deciframos aqui na ficção de Poe, tão potente, no sentido matemático do termo, a divisão onde se verifica o sujeito pelo fato de um objeto o atravessar sem que eles em nada se penetrem, divisão que se encontra no princípio do que

[10]

1. *Vol de la lettre*, que também se traduziria por “vôo da letra”. Ao longo do texto, Lacan joga com a polissemia desses termos (cf. notas adiante). (N.E.)

2. A expressão francesa, *le vol de la boucle*, abre-se num leque polissêmico em virtude dos termos *vol* (vôo, roubo etc.) e *boucle* (cacho, mecha, fechadura, fecho, volta, circuito, fivela, argola etc.). (N.E.)

se destaca, no fim desta coletânea sob o nome de objeto *a* (a ser lido: pequeno *a*).

É o objeto que responde à pergunta sobre o estilo que formulamos logo de saída. A esse lugar que, para Buffon, era marcado pelo homem, chamamos de queda desse objeto, reveladora por isolá-lo, ao mesmo tempo, como causa do desejo em que o sujeito se eclipsa e como suporte do sujeito entre verdade e saber. Queremos, com o percurso de que estes textos são os marcos e com o estilo que seu endereçamento impõe, levar o leitor a uma consequência em que ele precise colocar algo de si.

Outubro de 1966

O seminário sobre “A carta roubada”

[11]

*Und wenn es uns glückt,
Und wenn es sich schickt,
So sind es Gedanken.*

Nossa investigação levou-nos ao ponto de reconhecer que o automatismo de repetição (*Wiederholungszwang*) extrai seu princípio do que havíamos chamado de *insistência* da cadeia significante. Essa própria noção foi por nós destacada como correlata da *ex-sistência* (isto é do lugar excêntrico) em que convém situarmos o sujeito do inconsciente, se devemos levar a sério a descoberta de Freud. É, como sabemos, na experiência inaugurada pela psicanálise que se pode apreender por quais vieses do imaginário vem a se exercer, até no mais íntimo do organismo humano, essa apreensão do *simbólico*.

O ensino deste seminário serve para sustentar que essas incidências imaginárias, longe de representarem o essencial de nossa experiência, nada fornecem que não seja inconsistente, a menos que sejam relacionadas à cadeia simbólica que as liga e as orienta.

Decerto sabemos da importância das impregnações imaginárias (*Prägung*) nas parcializações da alternativa simbólica que dão à cadeia significante seu aspecto. Mas nós estabelecemos que é a lei própria a essa cadeia que rege os efeitos psicanalíticos determinantes para o sujeito, tais como a forclusão (*Verwerfung*), o recalque (*Verdrängung*) e a própria denegação (*Verneinung*) —, acentuando com a ênfase que convém que esses efeitos seguem tão fielmente o deslocamento (*Entstellung*) do significante que os fatores imaginários, apesar de sua inércia, neles não figuram senão como sombras e reflexos.

Contudo, essa ênfase seria prodigalizada em vão, se apenas servisse, na opinião de vocês, para abstrair uma forma geral de fenômenos cuja particularidade em nossa experiência seria para vocês o essencial, e dos quais não seria sem artifício que romperíamos o compósito original.

Foi por isso que pensamos em ilustrar hoje a verdade que brota do momento do pensamento freudiano que estamos estudando, ou seja, que é a ordem simbólica que é constituinte para o sujeito, demonstrando-lhes numa história a determinação fundamental que o sujeito recebe do percurso de um significante.

É essa verdade, podemos notar, que possibilita a própria existência da ficção. Portanto, uma fábula é tão apropriada quanto outra história para esclarecê-la — nem que seja para testar sua coerência. Excetuada essa ressalva, ela tem inclusive a vantagem de manifestar tão puramente a necessidade simbólica que se poderia crê-la regida pelo arbítrio.

Foi por isso que, sem procurar mais longe, retiramos nosso exemplo da própria história em que está inserida a dialética concernente ao jogo do par ou ímpar, do qual tiramos proveito muito recentemente. Sem dúvida, não foi por acaso que essa história revelou-se propícia a dar seguimento a um curso de investigação que nela já encontrara apoio.

Trata-se, como sabem, do conto que Baudelaire traduziu com o título de “A carta roubada”. Logo de saída, nele distinguiremos um drama, a narração que dele é feita e as condições dessa narração.

Vê-se logo, aliás, o que torna necessários esses componentes, e que eles não puderam escapar às intenções de quem os compôs.

A narração, com efeito, reforça o drama com um comentário sem o qual não haveria encenação possível. Digamos que a ação permaneceria, propriamente falando, invisível para a platéia — sem contar que seu diálogo, pelas próprias necessidades do drama, seria expressamente vazio de qualquer sentido que a ele pudesse relacionar-se para um ouvinte: em outras palavras, que nada do drama poderia evidenciar-se, nem nas tomadas nem na sonorização, sem a luz quebrada, digamos, que a narração confere a cada cena do ponto de vista que um de seus atores tinha ao representá-la.

Essas cenas são duas, das quais designaremos prontamente a primeira pelo nome de cena primitiva, e não por desatenção, uma vez que a segunda pode ser considerada como sua repetição, no sentido de que está, aqui mesmo, na ordem do dia.

A cena primitiva desenrola-se, pois, segundo nos é dito, na alcova real, de modo que suspeitamos que a pessoa da mais alta estirpe, também chamada pessoa ilustre, que ali se encontra

[12]

[13]

Segunda cena: no gabinete do ministro. Passa-se em sua mansão, e ficamos sabendo, pelo relato que faz o Inspetor de Polícia a Dupin, cujo talento especial para resolver enigmas Poe aqui introduz pela segunda vez, que a polícia, há dezoito meses voltando ali tantas vezes quantas lho permitiram ausências noturnas e habituais do ministro, vasculhou meticulosamente a mansão e suas adjacências. Em vão, embora qualquer um possa deduzir da situação que o ministro conserva a carta a seu alcance.

Dupin faz-se anunciar ao ministro. Este o recebe com uma displicência ostensiva e frases afetando um tédio romântico. Mas Dupin, a quem esse fingimento não engana, com os olhos protegidos por óculos de lentes verdes, inspeciona o recinto. Quando seu olhar recai sobre um bilhete esgarçado que parece abandonado no vão de um medíocre porta-cartas de cartolina que, atraindo o olhar por um certo brilho falso, está pendurado bem no meio do painel da lareira, ele já sabe que está diante do que procura. Sua convicção é fortalecida pelos próprios detalhes, que parecem forjados para contrariar a descrição que ele tem da carta roubada, exceto pelo formato, que é compatível.

A partir daí só lhe resta retirar-se depois de haver “esquecido” sua tabaqueira sobre a mesa, de modo a voltar no dia seguinte para buscá-la, munido de uma contrafação que simule o atual aspecto da carta. Aproveitando-se de um incidente de rua, preparado para na hora certa atrair o ministro à janela, Dupin por sua vez apodera-se da carta, substituindo-a por seu simulacro [*semblant*], só lhe restando, em seguida, salvar, perante o ministro, as aparências de uma despedida normal.

Também aí, tudo se passa, se não sem ruído, ao menos sem estardalhaço. O quociente da operação é que o ministro não possui mais a carta, mas disso ele não tem a menor idéia, longe de suspeitar ter sido Dupin quem a raptou. Ademais, o que lhe fica nas mãos está bem longe de ser insignificante para a sequência. Voltaremos ao que levou Dupin a dar uma redação à sua carta factícia. Seja como for, o ministro, quando quiser utilizá-la, nela poderá ler estas palavras, ali traçadas para que reconheça a mão de Dupin:

... *Un dessein si funeste*
*S'il n'est digne d'Atrée, est digne de Thyeste,*¹

que Dupin nos indica provir do *Atrée* de Crébillon.

Será preciso sublinhar que essas duas ações são semelhantes? Sim, pois a similitude que visamos não é feita da simples reunião de traços escolhidos com o único intuito de configurar sua diferença. E não bastaria reter esses traços de semelhança à custa

1. “Um desígnio tão funesto, / Se não é digno de Atreu, é digno de Tiestes.” (N.E.)

de outros para que daí resultasse uma verdade qualquer. É a intersubjetividade em que as duas ações se motivam que queremos ressaltar, e os três termos com que ela as estrutura.

[15]

O privilégio destes últimos pode ser julgado por eles corresponderem, simultaneamente, aos três tempos lógicos pelos quais a decisão se precipita, e aos três lugares que ela atribui aos sujeitos, os quais ela desempata.

Essa decisão é concluída no momento de um olhar.² Pois as manobras que se seguem, quando nelas ele se delonga sorrateiramente, não lhe acrescentam nada, como tampouco o adiamento de sua oportunidade na segunda cena rompe a unidade desse momento.

Esse olhar supõe dois outros, que ele reúne numa visão da abertura deixada em sua falaciosa complementaridade, para se antecipar à rapina oferecida nesse descobrir. Três tempos, portanto, ordenando três olhares, sustentados por três sujeitos, alternadamente encarnados por pessoas diferentes.

O primeiro é o de um olhar que nada vê: é o Rei, é a polícia.

O segundo, o de um olhar que vê que o primeiro nada vê e se engana por ver encoberto o que ele oculta: é a Rainha, e depois, o ministro.

O terceiro é o que vê, desses dois olhares, que eles deixam a descoberto o que é para esconder, para que disso se apodere quem quiser: é o ministro e, por fim, Dupin.

Para fazer apreender em sua unidade o complexo intersubjetivo assim descrito, buscaríamos de bom grado seu padrão na técnica lendariamente atribuída ao avestruz para se proteger dos perigos; pois esta mereceria afinal ser qualificada de política, ao se repartir aqui entre três parceiros, dos quais o segundo se acreditaria revestido de invisibilidade, pelo fato de o primeiro ter sua cabeça enfiada na areia, enquanto, nesse meio tempo, deixaria um terceiro depenar-lhe tranqüilamente o traseiro; bastaria que, enriquecendo com uma letra sua proverbial denominação,³ fizéssemos dela a *política do autruiche*, para que em si mesma ela encontrasse para sempre um novo sentido.

2. Aqui a referência necessária deve ser procurada em nosso ensaio "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada", p.197.

3. No francês, essa "uma letra" é o "i" de *autrui* (outrem), que transforma *autruche* (avestruz) em *autruiche*, neologismo de Lacan. (N.E.)

Sendo assim dado o módulo intersubjetivo da ação que se repete, resta reconhecer aí um *automatismo de repetição*, no sentido que nos interessa no texto de Freud.

Naturalmente, a pluralidade dos sujeitos não pode ser uma objeção para todos os que há muito são adestrados às perspectivas resumidas por nossa fórmula: *o inconsciente é o discurso do Outro*. E não recordaremos agora o que a ela acrescenta a noção de *imissão dos sujeitos*, outrora introduzida por nós ao retomarmos a análise do sonho da injeção de Irma.

O que nos interessa hoje é a maneira como os sujeitos se revezam em seu deslocamento no decorrer da repetição intersubjetiva.

Veremos que seu deslocamento é determinado pelo lugar que vem a ocupar em seu trio esse significante puro que é a carta roubada. E é isso que para nós o confirmará como automatismo de repetição.

Não parece demasiado, entretanto, antes de enveredarmos por esse caminho, indagar se o objetivo visado pelo conto e o interesse que temos nele, uma vez que coincidem, não se situam em outro lugar.

Será possível tomarmos por simples racionalização, segundo nossa rude linguagem, o fato de a história nos ser contada como um enigma policial?

Na verdade, estaríamos no direito de considerar esse fato pouco seguro, ao observarmos que tudo que motiva esse tipo de enigma a partir de um crime ou de um delito — ou seja, sua natureza e seus móveis, seus instrumentos e sua execução, o método para descobrir seu autor e o caminho para convencê-lo disso — é aqui cuidadosamente eliminado, desde o início de cada peripécia.

O dolo, com efeito, é desde logo tão claramente conhecido quanto as artimanhas do culpado e seus efeitos sobre sua vítima. O problema, quando nos é exposto, limita-se à busca, para fins de devolução, do objeto a que se deve esse dolo, e parece bastante intencional que sua solução já tenha sido obtida quando ele nos é explicado. Será por aí que somos mantidos em suspense? De fato, por mais crédito que se possa dar à convenção de um gênero para despertar um interesse específico no leitor, não nos esqueçamos de que “o Dupin” — aqui, o segundo a aparecer — é

[16]

um protótipo, e que, na medida em que ele só recebe seu gênero do primeiro, é um pouco cedo para que o autor jogue com uma convenção.

Seria outro exagero, no entanto, reduzir tudo a uma fábula cuja moral consistisse em que, para resguardar dos olhares uma dessas correspondências cujo sigilo é às vezes necessário à paz conjugal, basta deixar tais libelos espalhados sobre nossa mesa, mesmo exibindo sua face significativa. Eis aí um engodo cuja tentativa, de nossa parte, não recomendaríamos a ninguém, por receio de que se decepçionasse ao se fiar nisso.

[17]

Portanto, não haveria aqui outro enigma senão, por parte do Inspetor de Polícia, uma incapacidade por princípio de insucesso? — a não ser talvez, do lado de Dupin, por uma certa discordância, que não reconhecemos de bom grado entre as observações decerto muito penetrantes, embora nem sempre absolutamente pertinentes em sua generalidade, com que ele nos introduz em seu método, e a maneira pela qual ele efetivamente intervém?

Exagerando um pouco essa sensação de cortina de fumaça, logo estaríamos a nos perguntar se — da cena inaugural, que apenas a qualidade dos protagonistas salva do vaudeville, até a queda no ridículo, que parece reservada ao ministro no desfecho — não é o fato de todo o mundo ser ludibriado que produz nosso prazer.

E estaríamos ainda mais inclinados a admitir isso na medida em que aí encontraríamos, juntamente com aqueles que aqui nos lêem, a definição que demos, de passagem em algum lugar, do herói moderno, “cujas façanhas derrisórias numa situação de extravio ilustram”.⁴

Mas não somos nós mesmos tomados pela imponência do detetive amador, protótipo de um novo fanfarrão, ainda preservado da insipidez do *superman* contemporâneo?

Pilhéria — suficiente para nos fazer ressaltar nesse relato, muito pelo contrário, uma verossimilhança tão perfeita, que se pode dizer que a verdade aí revela sua ordenança de ficção.

Pois é justamente esse o caminho aonde nos levam as razões dessa verossimilhança. Entrando primeiramente em seu método, percebemos com efeito um novo drama, que diríamos comple-

4. Cf. “Função e campo da fala e da linguagem”, p.238.

mentar ao primeiro, na medida em que este era o que se chama um drama sem palavras, enquanto é nas propriedades do discurso que se articula o interesse do segundo.⁵

[18]

Se é patente, com efeito, que cada uma das duas cenas do drama real nos é narrada ao longo de um diálogo diferente, basta estar munido das noções que estipulamos em nosso ensino para reconhecer que isso não se dá pelo simples prazer da exposição, mas que esses próprios diálogos adquirem, no uso oposto que neles é feito das virtudes da fala, a tensão que os transforma num outro drama: aquele que nosso vocabulário distingue do primeiro como sustentando-se na ordem simbólica.

O primeiro diálogo — entre o Inspetor de Polícia e Dupin — desenrola-se como o diálogo entre um surdo e alguém que ouve. Isto é, ele representa a verdadeira complexidade do que comumente se simplifica, com os mais confusos resultados, na noção de comunicação.

Captamos, de fato, nesse exemplo o quanto a comunicação pode dar a impressão, na qual a teoria se detém amiúde, de só comportar em sua transmissão um único sentido, como se o comentário pleno de significação que lhe confere aquele que ouve pudesse, por passar despercebido àquele que não ouve, ser tido como neutralizado.

O fato é que, preservando apenas o sentido de exposição do diálogo, evidencia-se que sua verossimilhança joga com a garantia da exatidão. Mas, ei-lo então mais fértil do que parece, e cujo procedimento poderíamos demonstrar — como veremos restringindo-nos ao relato de nossa primeira cena.

É que o duplo e até triplo filtro subjetivo através do qual ela nos chega — a narração, pelo amigo e íntimo de Dupin (que doravante chamaremos de narrador geral da história), do relato pelo qual o Inspetor dá conhecimento a Dupin da narrativa que lhe fizera a Rainha — não é apenas a consequência de um arranjo fortuito.

Se, com efeito, a situação extrema a que foi levada a narradora original elimina a hipótese de que ela tenha alterado os aconte-

5. O completo entendimento do que se segue exige, é claro, que se releia esse texto extremamente difundido (em francês e em inglês), e aliás curto, que é “A carta roubada” [cuja tradução brasileira pode ser lida na *Antologia de contos de Edgar Allan Poe*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1959].

cimentos, estaríamos errados em crer que o Inspetor só esteja habilitado a lhe emprestar sua voz pela falta de imaginação da qual, se assim podemos dizer, ele já tem a patente.

[19]

O fato de que a mensagem seja assim retransmitida nos assegura a respeito do que não é absolutamente evidente, ou seja, que ele com efeito pertence à dimensão da linguagem.

Os que aqui se encontram conhecem nossas observações sobre isso, e particularmente aquelas que ilustramos pelo contraste com a pretensa linguagem das abelhas, onde um lingüista⁶ consegue ver apenas uma simples sinalização da posição do objeto, em outras palavras, apenas uma função imaginária mais diferenciada do que as outras.

Assinalamos aqui que tal forma de comunicação não está ausente no homem, por mais evanescente que seja para ele o objeto no que tange a seu dado natural, em razão da desintegração que sofre pelo uso do símbolo.

Pode-se, com efeito, apreender seu equivalente na comunhão que se estabelece entre duas pessoas no ódio dirigido a um mesmo objeto, com a diferença de que o encontro nunca é possível senão em relação a um único objeto, definido pelos traços do ser que tanto uma quanto outra a rejeitam.

Mas tal comunicação não é transmissível sob forma simbólica. Sustenta-se apenas na relação com esse objeto. É assim que ela pode reunir um número indefinido de sujeitos num mesmo "ideal", sem que por isso a comunicação de um sujeito com o outro, no interior da multidão assim constituída, seja menos irreduzivelmente mediatizada por uma relação inefável.

Esta digressão não é aqui apenas uma convocação de princípios longinquamente endereçada aos que nos imputam ignorar a comunicação não-verbal: ao determinar o alcance do que o discurso repete, ela prepara a questão do que o sintoma repete.

Assim, a relação indireta decanta a dimensão da linguagem, e o narrador geral, ao reproduzi-la, nada lhe acrescenta "hipoteticamente". Mas, no que diz respeito a seu ofício no segundo diálogo, a coisa é totalmente diferente.

6. Cf. Émile Benveniste, "Communication animale et langage humain", *Dio-gène*, nº1, e nosso relatório de Roma ["Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise"], p.238.

Pois, este vem opor-se ao primeiro como os pólos que distinguimos alhures na linguagem, e que se opõem como a palavra à fala. [20]

O que equivale a dizer que aí se passa do campo da exatidão para o registro da verdade. Ora, esse registro — ousamos crer que não temos de voltar a isso — situa-se num lugar completamente diferente, isto é, propriamente na fundação da intersubjetividade. Situa-se ali onde o sujeito nada pode captar senão a própria subjetividade que constitui um Outro como absoluto. Nós nos contentaremos, para aqui apontar seu lugar, em evocar o diálogo que nos parece merecer a atribuição de história judaica do despojamento, onde aparece a relação do significante com a fala, na adjuração em que ele acaba culminando. “Por que mentes para mim”, é exclamado quase sem fôlego, “sim, por que mentes para mim, dizendo-me que vais a Cracóvia, para que eu creia que estás indo a Lemberg, quando, na realidade, é a Cracóvia que vais?”

É uma pergunta semelhante que seria imposta a nosso espírito pela enxurrada de aporias, enigmas erísticos, paradoxos e até pilhérias que nos é apresentada à guisa de introdução ao método de Dupin — se, por este nos ser apresentado como uma confiança por alguém que se coloca como discípulo, não se lhe acrescentasse uma certa virtude por essa delegação. Tal é o prestígio infalível do testamento: a fidelidade da testemunha é o capuz com que se endormece, cegando-a, a crítica ao testemunho.

Que há de mais convincente, por outro lado, que o gesto de mostrar as cartas na mesa? Ele o é a tal ponto que nos convence, por um momento, de que o prestidigitador efetivamente demonstrou, como havia anunciado, o procedimento de seu número, embora o tenha apenas renovado sob uma forma mais pura: e esse momento nos faz dimensionar a supremacia do significante no sujeito.

Assim opera Dupin, quando parte da história do menino-prodígio que tapeava todos os seus colegas no jogo do par ou ímpar com seu truque da identificação com o adversário, sobre o qual mostramos, no entanto, que ele não consegue atingir o primeiro plano de sua elaboração mental, isto é, a noção da alternância

intersubjetiva, sem topar prontamente com o empecilho de seu retorno.⁷

Nem por isso nos deixam de ser lançados, para nos encher os olhos, os nomes de La Rochefoucauld, La Bruyère, Maquiavel e Campanella, cuja reputação só faria parecer mais fútil diante da proeza infantil.

[21]

E o encadeamento com Chamfort, cuja fórmula de que “pode-se apostar que toda idéia pública, toda convenção aceita é uma idiotice, pois conveio à maioria”, com certeza há de contentar a todos os que pensam escapar a sua lei, isto é, precisamente a maioria. Que Dupin tache de trapaça a aplicação do termo análise algébrica pelos franceses, eis aí algo sem a menor chance de atingir nosso orgulho, sobretudo quando a liberação desse termo para outros fins nada tem que impeça um psicanalista de se sentir em condições de impor seus direitos. E ei-lo em observações filológicas que deleitam os amantes do latim: que ele lhes relembre, sem se dignar dizer mais nada, que “*ambitus* não significa ambição, *religio*, religião, e *homines honesti*, homens honrados”, quem dentre vocês não se comprazeria em lembrar... o que essas palavras querem dizer para quem pratica Cícero e Lucrécio? Sem dúvida, Poe se diverte...

Mas vem-nos uma suspeita: não estará essa exibição de erudição destinada a nos fazer ouvir as palavras-chave de nosso drama?⁸ Acaso o prestidigitador não repete seu truque diante de nós, desta vez sem nos ludibriar que está fornecendo seu segredo, mas levando seu projeto a ponto de realmente nos esclarecer, sem que entendamos absolutamente nada? Seria mesmo o cúmulo do que poderia atingir o ilusionista fazer-nos *verdadeiramente enganar* por um ser de sua ficção.

7. Cf. nossa introdução, p.62.

8. A princípio, eu dera uma pincelada, quanto a essas três palavras, sobre o sentido com que cada um comentaria essa história, se para isso não bastasse a estrutura a que ela é consagrada.

Suprimo a indicação, imperfeita demais, porque, ao me reler para esta reimpressão, uma pessoa me confirma que, depois do tempo daqueles que me vendem (estamos ainda em 9.12.68), vem um outro em que me lêem, para maiores explicações.

Que teriam lugar fora desta página.

E não são esses efeitos que nos tornam lícito, sem nenhuma intenção de malícia, falar de muitos heróis imaginários como personagens reais?

Do mesmo modo, quando nos dispomos a entender a maneira como Martin Heidegger nos revela na palavra *alethés* o jogo da verdade, só fazemos redescobrir um segredo em que esta sempre iniciou seus amantes, e a partir do qual eles sustentam que é ao se ocultar que ela *mais verdadeiramente* se oferece a eles.

Assim, mesmo que as afirmações de Dupin não nos desafiassem tão manifestamente a nos fiarmos nelas, ainda seria preciso fazermos essa tentativa contra a tentação contrária.

Descubramos, pois, sua pista onde ela nos despista.⁹ Para começar, na crítica com que ele motiva o insucesso do Inspetor. Já a víamos despontar nas troças disfarçadas de que o Inspetor não se dera conta na primeira conversa, só encontrando nelas motivo para gargalhar. Que seja, como insinuara Dupin, por um problema ser simples demais, ou evidente demais, que ele possa parecer obscuro, eis aí algo que nunca terá maior peso para o Inspetor do que uma fricção um tanto vigorosa na caixa torácica.

Tudo é feito para nos induzir à noção da imbecilidade do personagem. E ela é vigorosamente articulada pelo fato de ele e seus acólitos jamais conceberem, para esconder um objeto, nada que ultrapasse o que um malandro comum poderia imaginar, isto é, precisamente a série por demais conhecida dos esconderijos extraordinários que nos é passada em revista: desde gavetas dissimuladas da escrivaninha até o tampo desmontável da mesa, dos forros descolados dos assentos até seus pés ocultos, das chapas por trás do estanho dos espelhos até a espessura da encadernação dos livros.

E se zomba do erro que o Inspetor comete ao deduzir que, pelo fato de o ministro ser poeta, ele não está longe de ser louco,

[22]

9. Gostaríamos de recolocar ao sr. Benveniste a questão do sentido antinômico de certas palavras, primitivas ou não, após a magistral retificação que ele trouxe à falsa via por onde Freud a fez enveredar no terreno filológico (cf. *La psychanalyse*, v.I, p.5-16). Pois parece-nos que essa questão permanece intacta, destacando em seu rigor a instância do significante. Bloch e Von Wartburg datam de 1875 o aparecimento da significação do verbo (*dépister*) no segundo emprego que dele fazemos em nossa frase. É necessário aqui chamar a atenção do leitor para os dois significados da palavra *dépister*: seu emprego mais usual e atual é com o significado de descobrir alguém ou algo seguindo sua pista; e o mais antigo já em desuso na França é seu exato oposto, despistar.

erro este, argumenta-se, que só se deveria — o que já é dizer muito — a uma falsa distribuição do termo médio, pois está longe de resultar que todos os loucos sejam poetas.

Certo, mas nós mesmos somos deixados na errância quanto ao que constitui, em matéria de esconderijo, a superioridade do poeta, ainda que ele se revele dublê de matemático, pois de repente interrompem nosso avanço, arrastando-nos para um matagal de contestações infundadas ao raciocínio dos matemáticos, que, ao que eu saiba, nunca mostraram tanto apego a suas fórmulas a ponto de identificá-las com a razão raciocinante. Pelo menos, atestamos que, ao contrário do que parece ser a experiência de Poe, sucede-nos às vezes diante de nosso amigo Riguet — que é aqui para vocês, por sua presença, a garantia de que nossas incursões pela análise combinatória não fazem com que nos extraviemos —, deixarmo-nos levar por extravagâncias tão graves (Deus nos livre!, segundo Poe) quanto afirmar que “ $x^2 + px$ talvez não seja exatamente igual a q ”, sem jamais ter tido (e deixamos a Poe desmenti-lo) que nos precaver contra alguma violência inopinada.

[23]

Portanto, não se esbanja tanto espírito senão para desviar o nosso daquilo que antes nos fora indicado tomar por certo, isto é, que a polícia procurou *por toda parte*: o que caberia entendermos — no que concerne ao campo em que a polícia presumia, não sem razão, que devesse encontrar-se a carta — no sentido de um esgotamento do espaço, teórico, sem dúvida, mas cuja tomada ao pé da letra constitui a graça da história, sendo-nos apresentado como tão exato o “esquadrinhamento” que rege a operação, que não permitiria, diz-se, “que um cinqüentésimo de linha escapasse” à exploração dos investigadores. Estaríamos no direito, por conseguinte, de perguntar como a carta não foi encontrada *em parte alguma*, ou melhor, de observar que tudo o que nos dizem sobre a concepção da mais alta receptação não nos explica, a rigor, que a carta tenha escapado às buscas, já que o campo que estas esgotaram realmente a continha, como enfim comprovou a descoberta de Dupin.

Seria preciso que a carta, dentre todos os objetos, fosse dotada da propriedade de *nulubiedade*,¹⁰ para nos servirmos desse termo

10. Em inglês, *nullibicity* ou *nullibity*, propriedade de não estar em parte alguma, inversa à da ubiquidade. (N.E.)

que o vocabulário celebrizado pelo título de *Roget* retomou da utopia semiológica do bispo Wilkins?¹¹

É evidente (*a little too*¹² *self evident*) que a carta, de fato, mantém com o lugar relações para as quais nenhuma palavra francesa tem todo o alcance do qualificativo inglês *odd. Bizarre*, como Baudelaire costuma traduzi-lo, é apenas aproximativo. Digamos que essas relações são singulares, pois são justamente essas que o significante mantém com o lugar.

Vocês sabem que não é nosso desígnio estabelecer relações “sutis”, que nosso propósito não é confundir a carta/letra¹³ com o espírito, mesmo que a recebamos por pneumático,¹⁴ e que admitimos perfeitamente que um mata enquanto o outro vivifica, na medida em que o significante, como vocês talvez estejam começando a entender, materializa a instância da morte. Mas, se foi primeiro na materialidade do significante que insistimos, essa materialidade é *singular* em muitos pontos, o primeiro dos quais é não suportar ser partida. Piquem uma carta/letra em pedacinhos, e ela continuará a ser a carta/letra que é, e num sentido muito diferente daquele de que a *Gestalttheorie* pode dar conta, com o vitalismo insidioso de sua noção do todo.¹⁵

[24]

11. A mesma a que o sr. Jorge Luís Borges, em sua obra tão harmonizada com o *phylum* de nossas colocações, dá um destino que outros reduzem a suas justas proporções. Cf. *Les Temps Modernes*, junho-julho de 1955, p.2135-6, e outubro de 1955, p.574-5. [A “utopia semiológica” a que Lacan se refere é o *Essay towards a Real Character and a Philosophical Language* (1668), em que John Wilkins, cientista e bispo de Chester, fez uma tentativa, por muitos considerada brilhante, mas inútil, de substituir as palavras por cifras, para que elas perdessem seu cunho associativo. (N.E.)]

12. O destaque é do autor.

13. Ou “o Verbo”, outra aceção possível de *lettre*, que, sobretudo a partir desse ponto do texto, convém ter em mente em suas diferentes significações (carta, letra). (N.E.)

14. O termo, que designa um antigo sistema parisiense de entrega rápida de cartas através de tubulações subterrâneas, provém do latim *pneumaticus* e do grego *pneumatikos* (raiz “pneuma” = “sopro”), e teve na Idade Média a aceção de “sutil”. É com esta, e também com a aceção do “sopro divino”, que Lacan joga nesse parágrafo, num conjunto de remissões que se perde na tradução. (N.E.)

15. E isso é tão verdadeiro que a filosofia, nos exemplos já desbotados pelo uso com que argumenta a partir do um e do múltiplo, não emprega para os mesmos fins a simples folha branca rasgada ao meio e o círculo interrompido, ou o vaso

A linguagem profere seu veredito a quem sabe ouvi-la: pelo uso do artigo, empregado como partícula partitiva.¹⁶ É aí mesmo que, não menos singularmente, o espírito, se o espírito é a significação viva, aparece mais propenso à quantificação do que a carta/letra. A começar pela própria significação, que suporta que digamos: esse discurso pleno *de signification*, do mesmo modo que reconhecemos *de l'intention* em um ato, deploramos que não haja mais *d'amour*, acumulamos *de la haine* e dispensamos *du dévouement* e que tanta *d'infatuation* se concilie com o fato de sempre haver *de la cuisine* (pernil) para vender e *du rîfifi* (confusão) entre os homens.

Mas, quanto à carta/letra, quer a tomemos no sentido de elemento tipográfico, de epístola ou daquilo que faz o letrado, diremos que o que se diz deve ser entendido *à letra*, que há *uma carta* à espera de vocês com o carteiro, ou que vocês têm cartas/letras — mas nunca que haja *de la lettre* em alguma parte, não importando a que título ela lhes diga respeito, nem que seja para designar a correspondência em atraso.

Pois o significante é unidade por ser único, não sendo, por natureza, senão símbolo de uma ausência. E é por isso que não podemos dizer da carta/letra roubada que, à semelhança de outros objetos, ela deva estar *ou* não estar em algum lugar, mas sim que, diferentemente deles, ela estará *e* não estará onde estiver, onde quer que vá.

Vejamos mais de perto, com efeito, o que acontece com os policiais. Nada nos é poupado quanto aos procedimentos mediante os quais eles revistam o espaço destinado à sua investigação, à divisão desse espaço em volumes que não deixam escapar a menor espessura, à agulha que sonda o macio e, na falta da percussão que sonde o duro, ao microscópio que denuncia os excrementos do caruncho na borda de sua perfuração, ou até a fenda ínfima de mesquinhos abismos. Na medida mesma em que sua rede se fecha, para que, não satisfeitos em sacudir as páginas dos livros, eles cheguem a contá-las, acaso não vemos o espaço desfolhear-se, à semelhança da carta/letra?

[25]

partido, sem falar do verme cortado [onde Lacan joga com os sentidos de verme (*ver*, *larve*, que também significa “fantasma”) e de insidioso (*larvé*)]. (N.E.)

16. Essa acepção caiu em desuso em português, transformando-se num arcaísmo, mas antecede tudo o que é indivisível em francês. (N.E.)

Mas os investigadores têm uma noção tão imutável do real que não notam que sua busca irá transformá-lo em seu objeto. Traço em que talvez possam distinguir esse objeto de todos os outros.

Seria demais pedir-lhes isso, sem dúvida, não em razão de sua falta de visão, mas, antes, da nossa. Pois sua imbecilidade não é de tipo individual, nem corporativo, mas de origem subjetiva. É a imbecilidade realista, que não se limita a se dizer que nada, por mais que uma mão venha a enterrá-lo nas entranhas do mundo, jamais estará escondido ali, uma vez que outra mão poderá encontrá-lo, e que o que está escondido nunca é outra coisa senão *aquilo que falta em seu lugar*, como é expresso na ficha de arquivo de um volume quando ele está perdido na biblioteca. E este, de fato, estando na prateleira ou na estante ao lado estaria escondido, por mais visível que parecesse. É que só se pode dizer que algo falta em seu lugar, *à letra*, daquilo que pode mudar de lugar, isto é, do simbólico. Pois, quanto ao real, não importa que perturbação se possa introduzir nele, ele está sempre e de qualquer modo em seu lugar, o real o leva colado na sola, sem conhecer nada que possa exilá-lo disso.

E com efeito, voltando a nossos policiais, como poderiam eles apoderar-se da carta, eles que a apanharam no lugar onde estava escondida? Naquilo que reviravam entre os dedos, que outra coisa seguravam eles senão o que *não correspondia* à descrição que tinham dela? *A letter, a litter*, uma carta, uma letra, um lixo. Fizeram-se trocadilhos, no cenáculo de Joyce,¹⁷ com a homofonia dessas duas palavras em inglês. A espécie de dejetos que os policiais manipulam nesse momento tampouco lhes revela sua outra natureza por estar apenas meio rasgada. Um sinete diferente sobre um lacre de outra cor, e um outro estilo de grafismo no sobrescrito são, ali, o mais inquebrantável dos esconderijos.¹⁸ E, se eles se detêm no reverso da carta, que,

[26]

17. Cf. *Our Examination round his Factification for Incamination of Work in Progress*, Shakespeare and Company, rua do Odeon, 12, Paris, 1929.

18. Lacan explora a homofonia e a polissemia de *cachet* (sinete, lacre, estilo de autor, selo, caráter peculiar) e *cachette* (esconderijo), fazendo cruzar os dois verbos *cacher* (esconder) e *cacheeter* (selar, lacerar uma carta). *Lettre de cachet* significa carta régia, carta imperial, ordem de prisão. (N.E.)

como sabemos, era onde se inscrevia na época o endereço do destinatário, é porque, para eles, a carta não tem outra face senão esse reverso.

Que poderiam eles, de fato, detectar de seu anverso? — Sua mensagem, como se costuma dizer para alegria de nossos domingos cibernéticos? Mas, não nos ocorre então a idéia de que essa mensagem já chegara a sua destinatária, e que lhe fora inclusive abandonada com aquele pedaço de papel insignificante, que agora a representa tão bem quanto o bilhete original?

Se pudéssemos dizer que uma carta cumpriu seu destino depois de haver desempenhado sua função, a cerimônia da devolução de cartas seria menos aceita para servir de encerramento quando da extinção dos fogos dos festejos do amor. O significativo não é funcional. E, da mesma maneira, a mobilização do belo mundo cujos passatempos acompanhamos aqui não teria sentido, se a carta, por sua vez, se contentasse em ter um. Pois não seria um modo muito adequado de mantê-lo em sigilo comunicá-lo a um esquadrão de tiras [*poulets*].¹⁹

Poderíamos até admitir que a carta tivesse um sentido completamente diferente, senão mais ardoroso, para a Rainha, do que o que ela oferece ao entendimento do ministro. A marcha dos acontecimentos não seria sensivelmente afetada por isso, nem mesmo se ela fosse estritamente incompreensível para qualquer leitor desavisado.

Pois ela certamente não o é para todo o mundo, já que, como no-lo assegura enfaticamente o Inspetor, para chacota de todos, “esse documento, revelado a um terceiro personagem, cujo nome será mantido em silêncio” (esse nome que salta aos olhos como o rabo do porco entre os dentes do pai Ubu), “poria em questão”, diz-nos ele, “a honra de um personagem da mais alta estirpe”, ou ainda, “a segurança da augusta pessoa seria assim colocada em perigo”.

19. *Poulet* é um termo polissêmico, cujas significações vão desde o denotativo “frango” ou “pinto” até a gíria “tira”, passando pelas de “bilhetinho amoroso/carta de amor” e pelo tratamento afetivo “queridinho”, “amorzinho”. Com essa polissemia em mente, a expressão “*escouade de poulets*” também poderia traduzir-se por “bando de queridinhos”, “batalhão de bilhetinhos amorosos” ou “tropa de frangotes”, por exemplo. (N.E.)

Por conseguinte, não é apenas o sentido, mas o texto da mensagem que seria perigoso pôr em circulação, mais ainda quanto mais anódino ele parecesse, visto que os riscos seriam aumentados pela indiscrição que um de seus depositários pudesse cometer inadvertidamente.

Nada, portanto, pode salvar a posição da polícia, e não se modificaria nada melhorando “sua cultura”. *Scripta manent*, é em vão que ela aprenderia, de um humanismo de edição de luxo, a lição proverbial que o *verba volant* termina. Oxalá os escritos ficassem, como é, antes, o caso das falas: porque, destas, ao menos a dívida indelével fecunda nossos atos com suas transferências.

Os escritos carregam ao vento as promissórias em branco de uma cavalgada louca. E, se eles não fossem folhas volantes, não haveria letras roubadas, cartas que voaram.²⁰

Mas, em que pé estamos a esse respeito? Para que haja carta roubada, diremos conosco, a quem pertence uma carta/letra? Acentuávamos há pouco o que há de singular na devolução da carta a quem outrora deixara ardorosamente arrebatarse seu penhor. E em geral se julga indigno o procedimento das publicações prematuras, do tipo daquela com que o Cavaleiro de Eonte pôs alguns de seus correspondentes em situação bastante deplorável.

Então, a carta/letra sobre a qual quem a enviou ainda conserva direitos não pertenceria plenamente àquele a quem se dirige? Ou será que este último nunca foi seu verdadeiro destinatário?

Vejamos: o que irá esclarecer-nos é aquilo que, a princípio, pode obscurecer ainda mais o caso, ou seja, que a história nos deixa ignorar quase tudo sobre o remetente, não menos que sobre

20. Pela riqueza de sua polissemia, o trecho merece ser reproduzido em francês: “*Les écrits emportent au vent les traites en blanc d'une cavalerie folle. Et, s'ils n'étaient feuilles volantes, il n'y aurait pas de lettres volées.*” *Traite*, na linguagem comercial e jurídica, é um tipo de título, a *letra* de câmbio, e *traite de cavalerie* (ou *effet de cavalerie* ou *de complaisance*) é a “letra fria”, o título falso, fictício. *Feuilles volantes*, folhas soltas, traz ainda as significações de “folhas ao vento”, “volantes” ou “móveis”. Por fim, as *lettres volées* tanto são as cartas roubadas (ou “voadas”) quanto as letras que voaram ou as letras (comerciais) roubadas. (N.E.)

o conteúdo da carta/letra. Nos é dito tão-somente que o ministro reconheceu de imediato a grafia [*l'écriture*] de seu endereçamento à Rainha, e, é incidentalmente, a propósito de sua camuflagem pelo ministro, que se menciona que o sinete original é o do Duque de S... Quanto a sua importância, sabemos apenas dos perigos que ela comporta, caso venha a cair nas mãos de um certo terceiro, e que sua posse permitiu ao ministro “exercer a um ponto perigosíssimo, com objetivos políticos”, a ascensão que ela lhe assegura sobre a interessada. Mas isso nada nos diz da mensagem que ela veicula.

Carta de amor ou carta de conspiração, carta de delação ou carta de instrução, carta de intimação ou carta de desolação, só podemos reter dela uma coisa: é que a Rainha não pode levá-la ao conhecimento de seu mestre e senhor.

Ora, esses termos, longe de tolerar o toque de depreciação que têm na comédia burguesa, assumem o sentido eminente de designar seu soberano, a quem a liga seu juramento de fidelidade, e de maneira redobrada, já que sua posição de cônjuge não a exime de seu dever de súdita, mas antes a eleva à guarda daquilo que a realeza, segundo a lei, encarna do poder: e que se chama legitimidade.

[28]

Por conseguinte, seja qual for o paradeiro que a Rainha tenha optado por dar à carta/letra, essa carta não deixa de ser o símbolo de um pacto e que, mesmo que sua destinatária não assuma esse pacto, a existência da carta a situa numa cadeia simbólica distinta da que constitui seu juramento. A prova de que é incompatível com este é dada pelo fato de que a posse da carta/letra é impossível de validar publicamente como legítima, e de que, para fazê-la respeitar, a Rainha só poderia invocar o direito a sua privacidade, um direito cujo privilégio fundamenta-se na honra que essa posse derroga.

Pois aquela que encarna a imagem benevolente da soberania não pode acolher acordos, mesmo privados, sem que eles impliquem o poder, e não pode prevalecer-se do sigilo perante o soberano sem entrar na clandestinidade.

Portanto, a responsabilidade do autor da carta passa ao segundo plano, comparada àquela de quem a detém, pois a ofensa à majestade faz-se acompanhar, nesse caso, da mais *alta traição*.

Dizemos “quem a detém”, e não “quem a possui”. Pois fica claro, a partir daí, que a posse da carta/letra não é menos

contestável para sua destinatária do que para qualquer um em cujas mãos possa cair, uma vez que nada, quanto à existência da carta, pode voltar à normalidade sem que aquele contra cujas prerrogativas ela atenta tenha tido que se pronunciar a esse respeito.

Entretanto, isso tudo não quer dizer que, por mais que o segredo da carta seja indefensável, a denúncia desse segredo seja de algum modo honrosa. Os *honesti homines*, as pessoas de bem, não conseguiriam sair inteiramente ilesas disso. Há mais de uma *religio*, e não há de ser amanhã que os laços sagrados deixarão de nos puxar em sentidos contrários. Quanto ao *ambitus*, o rodeio, o desvio, como se vê, nem sempre é a ambição que o inspira. Pois, se existe um pelo qual passamos aqui, nós não o roubamos, temos que dizê-lo, já que, para lhes confessar tudo, só adotamos o título de Baudelaire no intuito de bem marcar não, como se enuncia impropriamente, o caráter convencional do significante, mas, antes, sua precedência em relação ao significado. Nem por isso Baudelaire, malgrado sua dedicação, deixou de trair Poe ao traduzir por “la lettre volée” seu título, que é *The Purloined Letter*, ou seja, que se vale de um termo tão raro que nos é mais fácil definir sua etimologia do que seu emprego.

[29]

To purloin, diz-nos o dicionário de Oxford, é uma palavra anglo-francesa, isto é, composta do prefixo *pur-*, que vamos reencontrar em *purpose*, propósito, *purchase*, provimento,²¹ *purport*, importância,²² e do vocábulo do francês antigo *loing*, *loigner*, *longé*. Reconhecemos no primeiro elemento o latim *pro*, no que ele se distingue de *ante*, por supor um detrás antes do qual ele se aplica, eventualmente para garanti-lo ou, até mesmo, para dar-lhe sua garantia como avalista (ao passo que *ante* se adianta em direção àquilo que vem a seu encontro). Quanto ao segundo, a antiga palavra francesa *loigner*, verbo do atributo de

21. Lacan usa o francês *provision* (provisão, abastecimento, suprimento etc.), enquanto *purchase* expressa, mais exatamente, compra, aquisição, obtenção, recursos, e até mesmo pilhagem. (N.E.)

22. Em francês, *portée*. *Purport*, em sua moderna polissemia, é teor, substância, significado, subentendido etc. Para uma compreensão mais plena das traduções francesas escolhidas por Lacan, o leitor interessado deverá consultar a etimologia desses termos, pois é em suas origens remotas que eles mais se aproximam. (N.E.)

lugar *au loing* (ou ainda *longé* [ladeado]), ela não significa ao longe [*au loin*], mas ao longo de; trata-se, pois, de *pôr de lado*, ou, para recorrer a uma locução familiar que joga com os dois sentidos, de *mettre à gauche* [“reservar disfarçadamente” ou “dissimular”].

Assim nos vemos confirmados, em nosso desvio, pelo próprio objeto que a ele nos leva: pois é justamente a *carta desviada* que nos ocupa, aquela cujo trajeto foi *alongado* [*prolongé*]²³ (o que é, literalmente, a palavra inglesa), ou, para recorrer ao vocabulário postal, *la lettre en souffrance*, a *carta não retirada*.²⁴

Eis aí, portanto, *simple and odd*, como nos é anunciado desde a primeira página, reduzida à sua expressão mais simples, a singularidade da carta/letra, que, como indica o título, é o *verdadeiro sujeito* do conto: é por poder sofrer um desvio que ela tem um trajeto *que lhe é próprio*. Traço onde se afirma, aqui, sua incidência de significante. Pois aprendemos a conceber que o significante só se sustenta num deslocamento comparável ao de nossas faixas de letreiros luminosos ou das memórias giratórias de nossas máquinas-de-pensar-como-os-homens,²⁵ e isso, em razão de seu funcionamento alternante por princípio, que exige que ele deixe seu lugar, nem que seja para retornar a este circularmente.

Isso é justamente o que acontece no automatismo de repetição. O que Freud nos ensina, no texto que comentamos, é que o sujeito segue o veio do simbólico, mas isso cuja ilustração vocês têm aqui é ainda mais impressionante: não é apenas o sujeito, mas os sujeitos, tomados em sua intersubjetividade, que se alinham na fila — em outras palavras, nossos avestruzes, aos quais eis-nos de volta, e que, mais dóceis que carneiros, modelam seu próprio ser segundo o momento da cadeia significante que os está percorrendo.

[30]

Se o que Freud descobriu, e redescobre com um gume cada vez mais afiado, tem algum sentido, é que o deslocamento do

23. Tomando o *pur-longée* (*purloined*) como “ampliada em sua extensão/alcance por um desvio lateral prévio”. (N.E.)

24. *En souffrance*, também “não reclamada” ou “em suspenso”. (N.E.)

25. Cf. nossa introdução, p.64.

significante determina os sujeitos em seus atos, seu destino, suas recusas, suas cegueiras, seu sucesso e sua sorte, não obstante seus dons inatos e sua posição social, sem levar em conta o caráter ou o sexo, e que por bem ou por mal seguirá o rumo do significante, como armas e bagagens, tudo aquilo que é da ordem do dado psicológico.

Eis-nos aqui, de fato, novamente na encruzilhada em que havíamos deixado nosso drama e sua ronda com a questão da maneira como os sujeitos se revezam. Nosso apólogo serve para mostrar que são a carta/letra e seu desvio que regem suas entradas e seus papéis. Não sendo ela reclamada [*en souffrance*], eles é que irão padecer. Ao passarem sob sua sombra, tornam-se seu reflexo. Ao entrarem de posse da carta/letra — admirável ambigüidade da linguagem²⁶ —, é o sentido dela que os possui.

Isso é o que nos mostra o herói do drama que aqui nos é contado, quando se repete a própria situação que sua audácia tramou pela primeira vez para seu triunfo. Se agora ele sucumbe a esta, é por haver passado para o segundo local da tríade de que inicialmente fora o terceiro, ao mesmo tempo que o larápio²⁷ — em virtude do objeto de seu rapto.

Pois se, agora como antes, trata-se de proteger a carta dos olhares, que outra saída lhe resta senão empregar o mesmo método que ele próprio desarticulou, o de deixá-la a descoberto? E é lícito duvidarmos de que ele saiba assim o que está fazendo, quando logo o vemos capturado numa relação dual em que encontramos todos os traços do engodo mimético ou do animal que se faz de morto, apanhado na armadilha da situação tipicamente imaginária: por ver que não é visto, desconhecer a situação real em que ele é visto não vendo. E o que é que ele não vê? Justamente a situação simbólica que ele mesmo soubera ver tão bem, e onde eis que agora é visto vendo-se não ser visto.

O ministro age como um homem que sabe que a busca da polícia é sua defesa, porquanto nos dizem que é de propósito

[31]

26. A ambigüidade é ainda maior no francês (*tomber en possession*), onde se “cai em posse” da carta. (N.E.)

27. A construção alude à expressão *un troisième larron*, de La Fontaine, designativa da pessoa que tira proveito do conflito entre outras duas. (N.E.)

que ele lhe deixa o campo livre com suas ausências: e tampouco desconhece que, fora dessa busca, já não tem defesa.

Essa é justamente a *autruicherie*,²⁸ a trapaça de avestruz de que ele foi o artífice, se nos permitem multiplicar nosso monstro, mas não pode ser por uma imbecilidade qualquer que ele acaba sendo ludibriado por ela.

Pois, ao entrar no jogo como aquele que esconde, é do papel da Rainha que ele tem que se revestir, inclusive nos atributos da mulher e da sombra, tão propícios ao ato de esconder.

Não é que estejamos reduzindo à oposição primária entre o escuro e o claro o veterano par do *yin* e do *yang*. Pois seu manejo exato comporta o que há de ofuscante no brilho da luz, bem como os reflexos de que a sombra se serve para não largar sua presa.

Aqui, o signo e o ser, maravilhosamente disjuntos, mostram-nos qual dos dois prevalece quando eles se opõem. O homem que é homem o bastante para enfrentar até mesmo com desprezo a temida ira da mulher sofre, a ponto de se metamorfosear, a maldição do signo de que a despojou.

Porque esse signo é justamente o da mulher, uma vez que ela aí faz valer seu ser, fundando-o fora da lei que continua contendo-a, por efeito das origens, em posição de significante, ou até de fetiche. Para estar à altura do poder desse signo, basta-lhe manter-se imóvel à sombra dele, aí encontrando, de quebra, como a Rainha, a simulação do controle do não-agir, que somente o “olho de lince” do ministro pôde desvendar.

Esse signo arrebatado, eis pois o homem de posse dele: posse nefasta, por só poder escorar-se na honra que ela desafia, e maldita, por convocar aquele que a sustenta à punição ou ao crime, que rompem, ambos, sua vassalagem à Lei.

Há que haver nesse signo um *noli me tangere* bem singular, para que, tal como o torpedo socrático, sua posse entorpeça seu homem a ponto de fazê-lo cair no que nele se trai inequivocamente como inação.

[32]

É que ao observar, como faz o narrador desde a primeira conversa, que com o uso da carta/letra dissipa-se seu poder, percebemos que essa observação só visa seu uso, justamente, para fins de poder — e, ao mesmo tempo, que esse uso se torna forçoso para o ministro.

28. Neologismo formado a partir de *autrui*, *autruche* e *tricherie*. (N.E.)

Para não poder livrar-se dela, é preciso que o ministro não saiba que outra coisa fazer com a carta. Pois esse uso o coloca numa dependência tão completa da carta como tal, que, a longo prazo, ele já nem sequer a concerne.

Queremos dizer que, para que esse uso concernisse realmente à carta, o ministro, que afinal estaria autorizado a isso por servir ao Rei, seu mestre e senhor, poderia apresentar à Rainha admoestações respeitosas, mesmo que tivesse que se precaver do efeito de retorno contra ele que elas teriam através de garantias apropriadas; ou introduzir alguma ação contra o autor da carta, o qual, por ficar fora da jogada nos mostra quão pouco se trata, aqui, da culpa e do erro, e sim do sinal, signo de contradição e de escândalo que a carta constitui, no sentido em que o Evangelho diz que esse sinal deve vir, sem considerar o infortúnio de quem se faça seu portador; ou poderia até mesmo submeter a carta, transformada em peça de um processo, ao “terceiro personagem”, habilitado a saber se dela faria surgir um julgamento especial²⁹ para a Rainha ou a desgraça para o ministro.

Não saberemos por que o ministro não faz dela uso de algum desses modos, e convém que não saibamos, pois só nos interessa o efeito desse não-uso; basta-nos saber que o modo de aquisição da carta não seria um obstáculo a nenhum deles.

Pois está claro que, se o uso não significativo da carta é um uso forçoso para o ministro, seu uso para fins de poder só pode ser potencial, uma vez que ele não pode passar ao ato sem desvanecer-se imediatamente e que portanto a carta só existe como meio de poder pelas atribuições últimas do significante puro, quais sejam, prolongar seu desvio, para fazê-la chegar a quem de direito por uma passagem suplementar, isto é, por uma outra traição, cujas repercussões a gravidade da carta torna difícil prever; ou então, destruir a carta, o que seria a única maneira, segura e, como tal, prontamente proferida por Dupin, de acabar com o que está destinado, por natureza, a significar a anulação daquilo que significa.

[33]

A ascendência que o ministro extrai da situação não se deve à carta, portanto, mas, quer ele o saiba ou não, ao personagem

29. *Chambre Ardente*: expressão que designava, no Ancien Régime, tribunais estabelecidos para julgar crimes excepcionais, particularmente heresias ou envenenamentos. (N.E.)

que ela constitui para ele. Do mesmo modo, as colocações do Inspetor no-lo apresentam como alguém que ousa tudo, *who dares all things*, e comenta-se, significativamente: *those unbecoming as well as those becoming a man*, o que quer dizer: o que é indigno e o que é digno de um homem, dito cuja agudeza Baudelaire deixa escapar, ao traduzi-lo por: o que é indigno de um homem e o que é digno dele. Pois, em sua forma original, a apreciação é muito mais apropriada ao que interessa a uma mulher.

Isso deixa transparecer a importância imaginária desse personagem, isto é, a relação narcísica em que o ministro se encontra empenhado, desta vez certamente sem sabê-lo. Ela também é indicada no texto inglês, logo na segunda página, por um comentário do narrador cuja forma é saborosa: “Essa ascendência”, diz-nos ele, “que o ministro conseguiu dependeria do conhecimento que o arrebatador tem do conhecimento que a vítima tem de seu arrebatador”, ou, textualmente, *the robber’s knowledge of the loser’s knowledge of the robber*. Termos cuja importância o autor salienta, ao fazê-los serem literalmente retomados por Dupin logo depois do relato com que se encadeara a cena do rapto da carta. Aqui, mais uma vez, podemos dizer que Baudelaire oscila em sua linguagem, levando um a interrogar e o outro a confirmar, com estas palavras: “O ladrão sabe?...”, e depois “o ladrão sabe...” O quê? — “que a pessoa roubada conhece seu ladrão.”

Pois o que importa ao ladrão não é apenas que a dita pessoa saiba quem a roubou, mas também que saiba com quem está lidando como ladrão; é que ela o julga capaz de tudo, o que é assim preciso entender: que ela lhe confere a posição que não está à altura de ninguém realmente assumir, por ser imaginária — a do mestre/senhor absoluto.

Na verdade, essa é uma posição de fraqueza absoluta, mas não para aquele a quem ela é dada a crer. A prova disso não é apenas que a Rainha tenha a audácia de chamar a polícia. Pois ela só faz conformar-se a seu deslocamento de um degrau nos patamares da tríade inicial ao confiar na própria cegueira exigida para ocupar esse lugar: *No more sagacious agent could, I suppose*, ironiza Dupin, *be desired or even imagined*.³⁰ Não; se

[34]

30. “Agente mais sagaz, suponho, seria impossível desejar ou sequer imaginar.” (N.E.)

ela deu esse passo, foi menos por ser levada ao desespero, *driven to despair*, como nos dizem, do que por assumir uma impaciência que deve ser imputada antes a uma miragem especular.

Pois o ministro faz de tudo para se conter na inação, seu quinhão nesse momento. O ministro, com efeito, não é *absolutamente* louco. Essa é uma observação do Inspetor, que fala sempre em ouro: é verdade que o ouro de suas palavras só flui para Dupin, e só pára de fluir com o concurso dos cinquenta mil francos que ele lhe custará, pelo padrão desse metal na época, embora isso não deva acontecer sem lhe deixar um saldo lucrativo. O ministro, portanto, não é *absolutamente* louco nessa estagnação de loucura, e é por isso que tem de se comportar segundo o modo da neurose. Assim como o homem que se retirou para uma ilha para esquecer... o quê? — ele esqueceu... —, também o ministro, não fazendo uso da carta, acaba por esquecer-lá. Isso é o que exprime a persistência de sua conduta. Mas a carta/letra, tal como o inconsciente do neurótico, não o esquece. Esquece-o tão pouco que o transforma cada vez mais, à imagem daquela que a ofereceu à sua surpresa, e agora, a exemplo dela, ele irá cedê-la a uma surpresa semelhante.

Os traços dessa transformação são assinalados, e de forma peculiar o bastante, em sua aparente gratuidade, para os aproximar validamente do retorno do recalcado.

Assim, logo ficamos sabendo que, por sua vez, o ministro *virou* a carta, certamente não com o gesto precipitado da Rainha, porém de maneira mais aplicada, à maneira como se vira uma roupa pelo avesso. Foi assim de fato que ele teve de operar, à maneira como na época uma carta era dobrada e lacrada, para liberar o lugar virgem onde escrever um novo endereço.³¹

31. Julgamo-nos obrigados a fazer aqui a demonstração disso ao auditório com uma carta da época, concernente ao sr. Chateaubriand e a sua procura de um secretário. Pareceu-nos divertido que o sr. Chateaubriand tivesse posto o ponto final na primeira versão de suas memórias, recentemente recuperadas, no mesmo mês de novembro de 1841 em que apareceu no *Chamber's Journal* a carta roubada. Será que a devoção do sr. Chateaubriand ao poder que ele depreciava e a honra que essa devoção conferiu a sua pessoa (ainda não se havia inventado *o dom*) fariam-no ser situado, no tocante ao julgamento a que, mais adiante, veremos submetido o ministro, entre os homens de gênio, com ou sem princípios?

Esse endereço passa a ser o dele mesmo. Seja por seu próprio punho ou pelo de outro, ele aparecerá numa escrita feminina muito delicada, e o lacre, passando do vermelho da paixão ao negro de seus espelhos, ele imprime ali seu próprio sinete. Essa singularidade de uma carta marcada com o sinete de seu destinatário é ainda mais impressionante de notar em sua invenção, na medida em que, vigorosamente articulada no texto, nem sequer é destacada depois por Dupin, na discussão a que ele submete a identificação da carta.

Seja essa omissão intencional ou involuntária, ela surpreenderá no agenciamento de uma criação cujo rigor minucioso é visível. Mas, em ambos os casos, é significativo que a carta que em suma o ministro endereça a si mesmo seja a carta de uma mulher: como se, por uma convenção natural do significante, essa fosse uma fase pela qual ele tivesse que passar.

Do mesmo modo, a aura de displicência que chega a afetar uma aparência de languidez, a ostentação de um tédio próximo do fastio em suas palavras, a ambiência que o autor da filosofia do mobiliário³² sabe fazer surgir de observações quase impalpáveis, como a do instrumento musical sobre a mesa, tudo parece arranjado para que o personagem marcado por todos os seus ditos com os traços da virilidade exale, ao aparecer, o mais singular *odor di femina*.

Que isso seja um artifício, Dupin com efeito não deixa de salientá-lo, falando-nos, por trás desse falso quilate, da vigilância do animal predador prestes a dar o bote. Mas, seja isso o próprio efeito do inconsciente, no sentido exato em que ensinamos que o inconsciente é que o homem seja habitado pelo significante, como encontrar-lhe imagem mais bela do que a forjada pelo próprio Poe para nos fazer compreender a proeza de Dupin? Pois para tanto ele recorre a esses topônimos que um mapa geográfico, por não ser mudo, superpõe a seu desenho, e que se podem transformar no objeto de um jogo de adivinhação para quem conseguir descobrir aquele que um parceiro escolheu — assinalando desde logo que o nome mais apropriado para enganar um principiante será aquele que, em letras grandes, largamente espaçadas no campo do mapa, fornecer, muitas vezes sem que

32. Poe é autor, de fato, de um ensaio que leva esse título.

o olhar sequer se detenha nele, a denominação de um país inteiro...

Exatamente como a carta/letra roubada, qual um imenso corpo de mulher, se esparrama no espaço do gabinete do ministro, quando ali entra Dupin. Mas como tal ele já esperava encontrá-la, e só lhe resta, com seus olhos velados por óculos escuros, desnudar esse maiúsculo corpo.

E é por isso que, sem ter tampouco precisado, com toda a razão, escutar ocasionalmente atrás das portas do Prof. Freud, ele vai direto até onde entoca e se abriga o que esse corpo é feito para esconder, num belo miolo para onde o olhar desliza, ou então até esse lugar denominado pelos sedutores castelo de Sant' Ângelo, na inocente ilusão com que eles se asseguram dali tomar a Cidade. Vejam! entre as ombreiras³³ da lareira, eis o objeto ao alcance da mão, que o arrebatador só precisa pegar... A questão de saber se ele a apanha sobre o abrigo, *manteau*, como traduz Baudelaire, ou sob o abrigo da lareira, como diz o texto original, pode ser abandonada sem prejuízo para as inferências da cozinha.³⁴

[36]

Se a eficácia simbólica se detivesse aí, seria por ter-se extinguido também a dívida simbólica? Se pudéssemos acreditar nisso, seríamos advertidos do contrário por dois episódios, que devemos tomar ainda menos por acessórios quanto mais eles parecem, à primeira vista, destoar dentro da obra.

Primeiro, há a história da remuneração de Dupin, que, longe de ser uma jogada do final, anuncia-se desde o princípio pela pergunta bastante desenvolta que ele faz ao Inspetor sobre o montante da recompensa que lhe foi prometida, e cuja enormidade, apesar de ser reticente quanto à cifra, este último não pensa em lhe dissimular, chegando até a falar de seu aumento em seguida.

O fato de Dupin nos ter sido anteriormente apresentado como um indigente que se refugiava no etéreo é bastante apropriado

33. A palavra usada é *jambages*, que também se traduziria por “pernas” em expressões como “as pernas da letra m”. (N.E.)

34. E mesmo da cozinheira. [Lacan joga com a polissemia da expressão *sous le manteau de la cheminée*, que tanto expressa “secretamente”, “às escondidas”, como “sob a tampa do fogão”, “sob a cobertura da chaminé” etc. (N.E.)]

para nos fazer refletir sobre a barganha em que ele transforma a entrega da carta/letra, e cuja execução o *check-book* produzido assegura prontamente. Não consideramos desprezível que o *hint* sem rodeios com que ele a introduz seja uma “história atribuída ao personagem tão célebre quanto excêntrico”, diz-nos Baudelaire, de um médico inglês chamado Abernethy, que versa sobre um rico avaro que, pensando subtrair-lhe uma consulta gratuita, ouve ser-lhe retrucado não que tome um remédio, mas que tome consulta. [37]

Não será justificadamente, com efeito, que nos acreditamos implicados, no momento em que talvez se trate para Dupin de se retirar ele mesmo do circuito simbólico da carta? — nós, que nos fazemos emissários de todas as cartas/letras roubadas que, ao menos por algum tempo, ficam conosco *en souffrance*, sem ser retiradas, na transferência. E não é a responsabilidade que sua transferência comporta que nós neutralizamos, fazendo-a equivaler ao significante mais aniquilador possível de toda significação, isto é, ao dinheiro?

Mas isso não é tudo. Se esse lucro tão desenvoltamente obtido por Dupin com sua proeza tem por objetivo salvar-lhe a pele, ele só faz tornar mais paradoxal, ou mesmo chocante, o ataque e, digamos, o golpe baixo que ele de repente se permite desferir contra o ministro, cujo insolente prestígio, no entanto, parece ter murchado bastante pela peça que ele acaba de lhe pregar.

Já falamos dos versos atrozes que ele assegura não ter podido impedir-se de dedicar, na carta/letra que falsificou, ao momento em que o ministro, perdendo as estribeiras em função das infalíveis provocações da Rainha, vier a pensar em abatê-la e se precipitar no abismo: *facilis descensus Averno*,³⁵ sentencia Dupin, acrescentando que o ministro não poderá deixar de reconhecer sua escrita, o que, por desferir sem perigo um opróbrio inclemente, parece, ao visar uma figura não desprovida de mérito, um triunfo inglório;³⁶ e o rancor que ele invoca, além disso, por

35. O verso de Virgílio reza: *facilis descensus Averno* [“É fácil a descida ao Inferno”, *Eneida*, Livro VI, 126. (N.E.)].

36. A frase de Lacan parece aludir ao célebre dito de Corneille, “*À vaincre sans péril, on triomphe sans gloire*” (“Vencendo sem perigo, triunfa-se sem glória”). (N.E.)

uma descortesia sofrida em Viena (terá sido no Congresso?) só faz acrescentar-lhe uma perfídia a mais.

Consideremos mais de perto, no entanto, essa explosão passional, especialmente quanto ao momento em que ela ocorre, por uma ação cujo êxito decorreu de uma cabeça tão fria.

Ela vem justamente após o momento em que, realizado o ato decisivo da identificação da carta/letra, podemos dizer que Dupin já a detém, como se dela se houvesse apoderado, mas sem estar ainda em condições de se desfazer dela.

Dupin realmente é, portanto, parte integrante da tríade inter-subjetiva e, como tal, acha-se na posição intermediária antes ocupada pela Rainha e pelo Ministro. Irá ele, mostrando-se superior a isso, revelar-nos ao mesmo tempo as intenções do autor? [38]

Se ele conseguiu repor a carta/letra no caminho certo, resta fazê-la chegar a seu endereço. E esse endereço está no lugar anteriormente ocupado pelo Rei, pois é para lá que ela deveria voltar a entrar na ordem da Lei.

Como vimos, nem o Rei nem a Polícia, que o substituiu nesse lugar, foram capazes de lê-la, porque *esse lugar comportava a cegueira*.

Rex et augur:³⁷ o lendário arcaísmo dessas palavras parece ressoar tão-somente para nos fazer sentir a derrisão de para ali convocar um homem. E já faz algum tempo que as figuras da história não encorajam muito a isso. Não é natural para o homem suportar sozinho o peso do mais elevado dos significantes. E o lugar que ele vem a ocupar, ao se revestir deste, pode ser igualmente apropriado para se tornar o símbolo da mais enorme imbecilidade.³⁸

Digamos que o Rei, aqui, é investido, pela anfibologia natural ao sagrado, da imbecilidade que provém justamente do Sujeito.

37. “Rei e adivinho” (ou áugure). (N.E.)

38. Lembramos o espirituoso dístico atribuído, antes de sua queda, àquele que em data mais recente correu ao encontro de Candide em Veneza:

Só existem hoje em dia cinco reis na terra,

Os quatro reis do baralho e o rei da Inglaterra.

É isso que vai dar sentido aos personagens que se sucederão em seu lugar. Não que a polícia possa ser tida por constitucionalmente analfabeta, e sabemos do papel das lanças plantadas no *campus* quando do nascimento do Estado. Mas a que aqui exerce suas funções é totalmente marcada por formas liberais, isto é, pelas que lhe são impostas por senhores pouco interessados em suportar seus pendores indiscretos. É por isso que não nos poupam, ocasionalmente, as palavras sobre as atribuições que lhe são reservadas: “*Sutor ne ultra crepidam*, cuidem de seus larápios. Chegaremos até a lhes dar, para tanto, meios científicos. Isso os ajudará a não pensar nas verdades que mais vale deixar na obscuridade.”³⁹

Sabe-se que o alívio resultante de princípios tão prudentes não há de ter durado, na história, mais do que o espaço de uma manhã, e que já a marcha do destino traz de todas as partes, conseqüência de uma justa aspiração ao reino da liberdade, um interesse por aqueles que a perturbam com seus crimes, interesse que vez por outra chega até a lhes forjar as provas. Podemos inclusive ver que a prática, que sempre foi bem aceita, de nunca fazer esforços senão em favor da maioria vem a ser autenticada pela confissão pública de seus artifícios forjados por aqueles mesmos que poderiam censurá-los: derradeira manifestação atual da primazia do significante sobre o sujeito.

[39]

No entanto, fato é que um processo policial sempre foi objeto de certa reserva, sem que se explique muito bem por que ela vaza, e de muito, para-além do círculo dos historiadores.

Dado esse crédito evanescente, a entrega que Dupin tenciona fazer da carta ao Inspetor de Polícia vem a ter sua importância reduzida. Que resta agora do significante, quando, já sem o lastro de sua mensagem para a Rainha, ei-lo invalidado em seu texto a partir de sua saída das mãos do Ministro?

Não lhe resta, justamente, nada além de responder à mesma pergunta sobre o que resta de um significante quando ele já não tem significação. Ora, essa foi justamente a pergunta com que o interrogou aquele que Dupin agora encontra no lugar marcado pela cegueira.

39. Essas palavras foram declaradas em termos claros por um nobre Lorde, falando na Câmara Alta, onde sua dignidade lhe conferia um lugar.

É exatamente essa, com efeito, a pergunta que levou o Ministro a isso, caso ele seja o jogador que nos dizem que é, e que seu ato denuncia suficientemente. Pois a paixão do jogador não é outra senão essa pergunta feita ao significante, figurada pelo *automaton* do acaso.

“Que és tu, imagem do dado que lanço em teu encontro *tyché*⁴⁰ com minha sorte? Nada, a não ser essa presença da morte que faz da vida humana essa sursis obtida de manhã em manhã, em nome de significações cujo signo é o cajado. Assim fez Sherazade durante mil e uma noites, e assim faço eu há dezoito meses, experimentando a ascendência desse signo ao preço de uma série vertiginosa de lances viciados no jogo do par ou ímpar.”

É assim que Dupin, *do lugar onde está*, não pode impedir-se de experimentar, contra aquele que o interroga dessa maneira, uma raiva de natureza manifestamente feminina. A imagem de altíssimo nível em que a inventiva do poeta e o rigor do matemático se conjugam com a impassibilidade do dândi e a elegância do trapaceiro transforma-se, subitamente, para aquele mesmo que nos fez saboreá-la, no verdadeiro *monstrum horrendum* — são essas as suas palavras —, num “homem de gênio sem princípios”.

[40]

Aqui é assinalada a origem desse horror, e aquele que o experimenta não tem nenhuma necessidade de se declarar, da maneira mais inesperada, “partidário da dama” para no-la revelar: sabemos que as damas detestam que se questionem os princípios, pois seus atrativos devem muito ao mistério do significante.

É por isso que Dupin finalmente vira para nós a face de Medusa desse significante do qual ninguém, a não ser a Rainha, pôde ler o avesso. O lugar-comum da citação convém ao oráculo que essa face traz em seu esgar, como também o faz ele ser retirado da tragédia:

... *Un destin si funeste,*
S'il n'est digne d'Atrée, est digne de Thyeste.

40. Sabemos da oposição fundamental que Aristóteles estabelece entre os dois termos aqui lembrados na análise conceitual que fornece do acaso em sua *Física*. Muitas discussões se esclareceriam não a ignorando.

Tal é a resposta do significante para além de todas as significações:

“Acreditas agir quando te agito ao sabor dos laços com que ato teus desejos. Assim, estes crescem como forças e se multiplicam em objetos que te reconduzem ao despedaçamento de tua infância dilacerada. Pois bem, é isso que será teu festim até o retorno do convidado de pedra que serei para ti, posto que me evocas.”

Para recuperar um tom mais moderado, digamos — segundo a blague com que, juntamente com alguns de vocês que nos acompanharam ao Congresso de Zurique no ano passado, prestamos homenagem à palavra de ordem do lugar — que a resposta do significante àquele que o interroga é: “Come teu Dasein.”

É isso, pois, o que espera o ministro num encontro fatídico. É o que Dupin nos assegura, mas também aprendemos a evitar sermos por demais crédulos para com suas brincadeiras.

Sem dúvida, eis que aí vemos o audacioso reduzido à condição da cegueira imbecil em que mergulha o homem diante das letras de muralha que ditam seu destino. Mas, para convocá-lo ao encontro destas, que efeito se pode esperar das simples provocações da Rainha, para um homem como ele? O amor ou o ódio. Um é cego e o fará entregar as armas. O outro é lúcido, mas despertará suas suspeitas. Contudo, se for realmente o jogador que nos dizem ser, ele interrogará pela última vez suas cartas [*cartes*] antes de baixá-las e, nelas lendo seu jogo, levantar-se-á da mesa a tempo de evitar a vergonha.

[41]

Será que isso é tudo, e acaso devemos crer que deciframos a verdadeira estratégia de Dupin, para-além dos truques imaginários com que ele precisou ludibriar-nos? Sim, sem dúvida, pois, se “todo ponto que demanda reflexão”, como profere Dupin no começo, “oferece-se mais favoravelmente ao exame na obscuridade”, podemos facilmente ler agora sua solução exposta às claras. Ela já estava contida e fácil de deduzir no título de nosso conto, segundo a fórmula mesma, que há muito submetemos à sua apreciação, da comunicação intersubjetiva, na qual o emissor, como lhes dissemos, recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida. Assim, o que quer dizer “a carta roubada”, ou “não retirada”, [*lettre en souffrance*], é que uma carta sempre chega a seu destino.

(Guitrancourt, San Casciano,
meados de maio a meados de agosto de 1956)

APRESENTAÇÃO DA SEQÜÊNCIA

Este texto, para quem nele queria captar o clima de nossas aulas, raramente o indicávamos sem o conselho de que fosse através dele que se abordasse a introdução que o precedia, e que aqui se seguirá.

A qual era feita para outros, que exalavam esse clima por captá-lo.

Esse conselho, comumente, não era seguido: pois o gosto pela dificuldade é o ornamento do perseverar no ser.

Só nos encarregamos aqui da economia do leitor para retomar a direção de nosso discurso e marcar o que não mais se desmentirá: nossos escritos têm lugar no interior de uma aventura, que é a do psicanalista, conquanto a psicanálise seja seu questionamento.

Os rodeios dessa aventura, ou mesmo seus acidentes, levaram-nos a uma posição de ensino.

[42]

Daí uma referência íntima que se há de captar, ao percorrer primeiramente esta introdução, na recordação de exercícios praticados em coro.

Pois, afinal, é apenas a graça de um deles que o texto precedente aprimora.

Faz-se, portanto, mau uso da introdução que se segue ao tomá-la por difícil: isso é transpor para o objeto que ela apresenta o que só se deve à sua meta, na medida em que ela é de formação.

Do mesmo modo, as quatro páginas que para alguns compõem um quebra-cabeça não buscavam embarçar. Nelas introduzimos alguns retoques, para eliminar qualquer pretexto de que haja um desvio do que elas dizem.

Quer dizer que a memorização de que se trata, no inconsciente — freudiano, entenda-se —, não é do registro que se supõe à memória, na medida em que esta seria a propriedade do vivente.

Para explicitar o que comporta essa referência negativa, dizemos que o que se imaginou para dar conta desse efeito da matéria viva não se tornou mais aceitável para nós pela resignação que sugere.

Ao passo que salta aos olhos que, prescindindo desse sujeitamento, podemos, nas cadeias ordenadas de uma linguagem formal, encontrar toda a aparência de uma rememoração: muito especialmente da exigida pela descoberta de Freud.

Assim, chegaríamos até a dizer que, se há de algum modo uma prova a fornecer, é de que não basta essa ordem constituinte do simbólico para se defrontar tudo.

Por ora, as ligações dessa ordem são, com respeito ao que Freud dá a conhecer da indestrutibilidade do que seu inconsciente conserva, as únicas passíveis de serem *suspeitas de bastar para isso*.

(É só nos referirmos ao texto de Freud sobre o *Wunderblock*, que a esse propósito, como muitos outros, ultrapassa o sentido trivial que lhe conferem os distraídos.)

O programa que se traça para nós, portanto, é saber como uma linguagem formal determina o sujeito.

Mas o interesse de tal programa não é simples, já que supõe que um sujeito só o cumprirá colocando algo de si.

Um psicanalista não pode fazer senão marcar seu interesse por ele, na medida mesma do obstáculo que aí encontra.

Os que dele participam estão de acordo, e até os outros o confessariam, convenientemente interpelados: há ali um aspecto de conversão subjetiva, que para nosso grupo de companheiros não se deu sem drama, e a imputação que nos outros se exprime pelo termo intelectualização, com o qual eles tencionam derrubar-nos, mostra bem, sob esse prisma, o que ela está protegendo. [43]

Nenhum, por certo, a se dar a um trabalho mais meritório com essas páginas do que um que nos é próximo, e que só vive, afinal, a denunciar nelas a hipóstase que preocupava seu kantismo.

Mas o próprio pincel kantiano necessita de seu álcali.

É um benefício introduzir aqui nosso antagonista, ou outros menos pertinentes, ao que eles fazem todas as vezes que, para explicar a si mesmos seu sujeito de todos os dias — seu paciente, como se diz —, ou para se explicar com ele, empregam o pensamento mágico.

Que eles mesmos se introduzam nisso por aí é, na verdade, a mesma iniciativa com que o primeiro se compromete para afastar de nós o cálice da hipóstase, embora acabe de encher a taça com sua mão.

Pois não pretendemos, com nossos α , β , γ , e δ , extrair do real mais do que supusemos em seu dado, isto é, aqui, nada, porém apenas demonstrar que eles lhe trazem uma sintaxe unicamente para, desse real, já fazer acaso.

Com isso adiantamos que não é de outro lugar que provêm os efeitos de repetição a que Freud chama automatismo.

Mas nossos α , β , γ , e δ *não são* sem que um sujeito se lembre deles, objetam-nos. — É exatamente isso que está em questão sob nossa pena: mais do que nada do real, que nos creiamos no dever de supor nele, é justamente *daquilo que não era* que provém o que se repete.

Note-se que se torna menos espantoso que aquilo que se repete insista tanto para se fazer valer.

É justamente isso que o mais ínfimo de nossos “pacientes” em análise testemunha, e com palavras que confirmam melhor ainda nossa doutrina, na medida em que são as que nos conduziram a ela — como sabem aqueles a quem formamos, pelas muitas vezes em que ouviram até nossos termos antecipados no texto, ainda com frescor para eles, de uma sessão analítica.

Ora, que o doente seja ouvido como convém, no momento em que fala, é o que queremos obter. Pois seria estranho que só déssemos ouvidos à idéia daquilo que o desvia, no momento em que ele é simplesmente uma presa da verdade.

Vale a pena desmontar um pouco a segurança do psicólogo, isto é, do pedantismo que inventou o nível de aspiração por exemplo, expressamente, sem dúvida, para nele marcar o seu como um teto intransponível.

[44]

Não se deve crer que o filósofo de boa marca universitária seja a tábua que escora esse passatempo.

É aí que, por fazer eco a velhas disputas de Escola, nossas palavras encontram a voz passiva do intelectual, mas também por se tratar da enfatuação que se trata de eliminar.

Apanhado em flagrante a nos imputar indevidamente uma transgressão da crítica kantiana, o sujeito benevolente em dar um destino a nosso texto não é o pai Ubu e não insiste.

Mas resta-lhe pouco gosto pela aventura. Ele quer sentar-se. Há uma antinomia corporal na profissão de analista. Como ficar sentado, quando nos colocamos na situação de não mais ter que responder à pergunta de um sujeito senão fazendo-o

primeiro deitar-se? É evidente que ficar de pé não é menos incômodo.

Eis por que é aqui que se esboça a questão da transmissão da experiência psicanalítica, quando a visada didática aí está implicada, negociando um saber.

As incidências de uma estrutura de mercado não são irrelevantes no campo da verdade, mas são escabrosas nele.

INTRODUÇÃO

A lição de nosso Seminário cuja redação aqui fornecemos foi proferida em 26 de abril de 1955. Ela é um momento do comentário que consagramos, durante todo aquele ano letivo, ao *Para-além do princípio do prazer*.

Sabemos que essa é a obra de Freud que muitos dos que se autorizam com o título de psicanalista não hesitam em rejeitar como uma especulação supérflua, ou até arriscada, e pode-se avaliar, pela antinomia por excelência que é a noção de *instinto de morte* em que ela se resolve, a que ponto ela pode ser impensável, com o perdão da palavra, para a maioria.

No entanto, é difícil tomar por uma digressão, e menos ainda um passo em falso da doutrina freudiana, a obra que nesta é precisamente o prelúdio da nova tópica, representada pelos termos *eu*, *isso* e *supereu*, que se tornaram tão predominantes no uso teórico quanto em sua difusão popular.

[45]

Esta simples apreensão confirma-se ao sondarmos as motivações que articulam a referida especulação com a revisão teórica de que ela se revela constitutiva.

Tal processo não deixa dúvidas quanto ao abastardamento, ou mesmo ao contra-senso, que atinge o uso atual dos citados termos, já manifesto pois ele vale perfeitamente tanto para o teórico quanto para o vulgo. É isso, sem dúvida, que justifica a colocação confessa por esses tais epígonos de encontrar nesses termos o meio pelo qual fazer a experiência da psicanálise entrar no que eles chamam de psicologia geral.

Disponhamos aqui algumas balizas.

O automatismo de repetição (*Wiederholungszwang*) — conquanto sua noção seja apresentada, na obra aqui em causa, como

destinada a responder a certos paradoxos da clínica, como os sonhos da neurose traumática ou a reação terapêutica negativa — não pode ser concebido como um acréscimo, ainda que coroador, ao edifício doutrinal.

É sua descoberta inaugural que Freud reafirma com ele, ou seja, a concepção da memória implicada por seu “inconsciente”. Os fatos novos, no caso, são para ele a oportunidade de reestruturá-la de maneira mais rigorosa, dando-lhe uma forma generalizada, mas também de reabrir sua problemática contra a degradação, que desde então se fazia sentir, de se tomarem seus efeitos por um simples dado.

O que se renova aqui já estava articulado no “projeto”,⁴¹ onde sua adivinhação traçara as avenidas por onde sua investigação deveria fazê-lo passar: o sistema Ψ , predecessor do inconsciente, ali manifesta sua originalidade, por só poder satisfazer-se ao *reencontrar o objeto fundamentalmente perdido*.

É assim que Freud se situa desde o princípio na oposição, pela qual Kierkegaard nos instruiu, concernente à noção da existência conforme ela se encontre baseada na reminiscência ou na repetição. Se Kierkegaard nela discerne admiravelmente a diferença entre as concepções antiga e moderna do homem, evidencia-se que Freud faz esta última dar seu passo decisivo, ao arrebatar do agente humano identificado à consciência a necessidade incluída nessa repetição. Sendo essa repetição uma repetição simbólica, averigua-se que a ordem do símbolo já não pode ser concebida como constituída pelo homem, mas constituindo-o.

Foi assim que nos sentimos intimados a realmente exercitar nossos ouvidos na noção de rememoração implicada na obra de Freud levando em conta a consideração por demais comprovada de que, ao deixá-la implícita, os próprios dados da análise flutuam no ar.

É por Freud não ceder quanto à originalidade de sua experiência que o vemos coagido a evocar nela um elemento que a

[46]

41. Trata-se do *Entwurf einer Psychologie* de 1895, que, ao contrário das famosas cartas a Fliess a que foi anexado, posto que lhe era endereçado, não foi censurado por seus editores. Alguns erros de leitura do manuscrito que aparecem na edição alemã atestam, inclusive, a pouca atenção dedicada a seu sentido. Está claro que apenas fazemos, neste trecho, pontuar uma posição salientada em nosso seminário.

governa para além da vida — e que ele chama de instinto de morte.

A indicação que Freud aqui fornece àqueles que se dizem seus seguidores só pode escandalizar aqueles em quem o sono da razão se alimenta, segundo a fórmula lapidar de Goya, dos monstros que gera.

Pois, para não faltar para com seu costume, Freud só nos fornece sua noção acompanhada de um exemplo, que aqui desnuda de maneira deslumbrante a formalização fundamental que ela designa.

O jogo com que a criança se exercita em fazer desaparecer de sua vista, para nela reintroduzir e depois tornar a obliterar um objeto, aliás indiferente por sua natureza, mas que modula essa alternância com sílabas distintivas, essa brincadeira, diríamos, esse jogo manifesta em seus traços radicais a determinação que o animal humano recebe da ordem simbólica.

O homem literalmente dedica seu tempo a desdobrar a alternativa estrutural em que a presença e a ausência retiram uma da outra sua convocação. É no momento de sua conjunção essencial e, por assim dizer, no ponto zero do desejo, que o objeto humano sucumbe à captura que, anulando sua propriedade natural, passa desde então a sujeitá-lo às condições do símbolo.

A bem da verdade, temos aí apenas um vislumbre luminoso da entrada do indivíduo numa ordem cuja massa o sustenta e o acolhe sob a forma da linguagem, e que superpõe, tanto na diacronia quanto na sincronia, a determinação do significante à do significado.

[47]

Podemos captar em sua própria emergência essa sobredeterminação, que é a única de que se trata na apercepção freudiana da função simbólica.

A simples conotação por (+) ou (–) de uma série em que está em jogo unicamente a alternativa fundamental da presença e da ausência permite demonstrar como as mais rigorosas determinações simbólicas adaptam-se a uma sequência de lances cuja realidade se distribui estritamente “ao acaso”.

Com efeito, basta simbolizar na diacronia de uma dessas séries os grupos de três que se concluem em cada lance,⁴² definin-

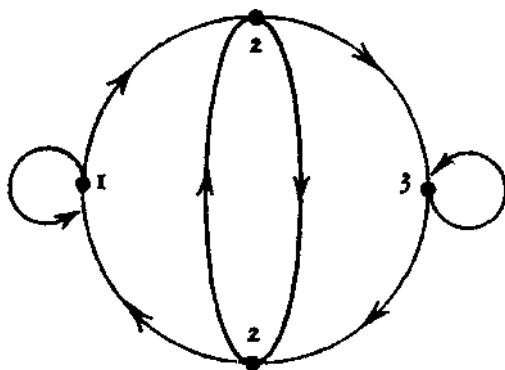
42. Ilustremos essa notação, para maior clareza, com uma série ao acaso:

+ + + – + + – – + – etc.
1 2 3 2 2 2 2 3

do-os sincronicamente, por exemplo, pela simetria da constância (+ + +, - - -), que recebe a notação (1), ou da alternância (+ - +, - + -), com notação (3), reservando a notação (2) para a dissimetria revelada pelo ímpar,⁴³ sob a forma do grupo de dois sinais semelhantes, indiferentemente precedidos ou seguidos do sinal contrário (+ - -, - + +, + + -, - - +), para que apareçam, na nova série constituída por essas notações, possibilidades e impossibilidades de sucessão que a rede seguinte resume ao mesmo tempo em que manifesta a simetria concêntrica de que é preme a tríade, isto é, observemo-lo, a própria estrutura a que deve referir-se a questão, sempre reaberta⁴⁴ pelos antropólogos, do caráter fundamental ou aparente do dualismo das organizações simbólicas.

Eis a rede:

[48]



REDE 1-3:

43. Que é, propriamente, a que reúne os empregos da palavra inglesa sem equivalente que conhecemos numa outra língua: *odd*. O uso francês da palavra *ímpar* para designar uma aberração da conduta mostra um esboço disso; mas a palavra “díspar”, por sua vez, revela-se insuficiente.

44. Cf. sua renovadora retomada por Claude Lévi-Strauss em seu artigo “Les organisations dualistes existent-elles?”. *Bijdragen tot de taal-, land-en volkenkunde*, Deel 112, 2^o aflevering, Gravenhage, 1956, p.99-128. Esse artigo encontra-se em francês na coletânea de trabalhos de Claude Lévi-Strauss publicada sob o título de *Anthropologie structurale*, Paris, Plon, 1985 [*Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975].

Na série de símbolos (1), (2), (3), por exemplo, podemos constatar que, enquanto durar uma sucessão uniforme de (2) que tenha começado depois de um (1), a série *se lembrará* da categoria par ou ímpar de cada um desses (2), uma vez que dessa categoria depende que essa seqüência só possa ser rompida por um (1) depois de um número par de (2), ou por um (3) após um número ímpar.

Assim, desde a primeira composição do símbolo primordial consigo mesmo — e indicaremos que não foi arbitrariamente que a propusemos como tal —, uma estrutura, por mais transparente que continue a ser em seus dados, faz aparecer a ligação essencial da memória com a lei.

Mas veremos, simultaneamente, como se opacifica a determinação simbólica ao mesmo tempo que se revela a natureza do significante simplesmente ao recombinaarmos os elementos de nossa sintaxe, saltando um termo para aplicar a esse binário uma relação quadrática.

Estabeleçamos então que o binário (1) e (3), no grupo [(1) (2) (3)], por exemplo, ao conjugar por meio de seus símbolos uma simetria com uma simetria [(1) - (1)], (3) - (3), [(1) - (3)], ou então [(3) - (1)], receberá a notação α ; se conjugar uma dissimetria com uma dissimetria (apenas [(2) - (2)]), terá a notação γ ; mas que, contrariamente à nossa primeira simbolização, é de dois signos, β e δ , que disporão as conjunções cruzadas, β servindo de notação para a da simetria com a dissimetria [(1) - (2)], [(3) - (2)], e δ , para a da dissimetria com a simetria [(2) - (1)], [(2) - (3)].

Constataremos que, embora essa convenção restabeleça uma estrita igualdade de chances combinatórias entre quatro símbolos, α , β , γ , e δ (contrariamente à ambigüidade classificatória, que fazia equivaler às chances dos outros dois as do símbolo (2) da convenção precedente), a nova sintaxe ao reger a sucessão dos α , β , γ , e δ determina possibilidades de distribuição absolutamente dissimétricas entre α e γ , de um lado, e β e δ , de outro.

Reconhecendo, de fato, que qualquer um desses termos pode suceder-se imediatamente a qualquer um dos outros, e pode igualmente ser atingido no 4º tempo contado a partir de um deles, verifica-se, ao contrário, que o 3º tempo, isto é, o tempo constitutivo do binário, está submetido à lei de exclusão que reza que a partir de um α ou de um δ só se pode obter um α ou

[49]

um β , e que a partir de um β ou de um γ só se pode obter um γ ou um δ . O que pode ser escrito da seguinte forma:

$$\begin{array}{ccccc} \text{REPARTITÓRIA A } \Delta: & \frac{\alpha, \delta}{\gamma, \beta} & \rightarrow & \alpha, \beta, \gamma, \delta & \rightarrow & \frac{\alpha, \beta}{\gamma, \delta} \\ & 1^{\text{º}} \text{ TEMPO} & & 2^{\text{º}} \text{ TEMPO} & & 3^{\text{º}} \text{ TEMPO} \end{array}$$

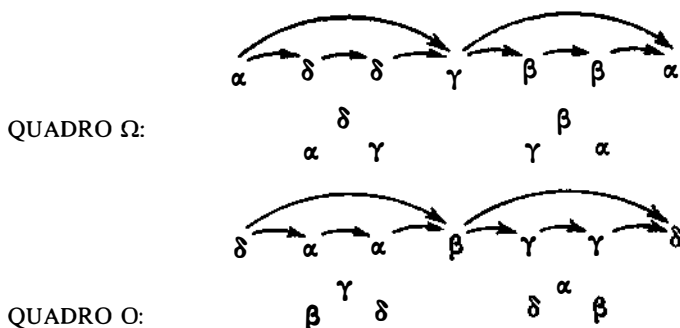
onde os símbolos compatíveis do 1º para o 3º tempos correspondem uns aos outros segundo o escalonamento horizontal que os divide na repartitória, ao passo que sua escolha é indiferente no 2º tempo.

A ligação aqui evidenciada não é nada menos do que a mais simples formalização da troca, eis o que nos confirma seu interesse antropológico. Não faremos mais do que indicar, nesse nível, seu valor constituinte para uma subjetividade primordial, cuja noção situaremos mais adiante.

A ligação, levando-se em conta sua orientação, é de fato recíproca; em outras palavras, não é reversível, mas retroativa. Pois assim, ao fixar o termo do 4º tempo, o do 2º não será indiferente.

Podemos demonstrar que, ao fixar o 1º e o 4º termos de uma série, haverá sempre uma letra cuja possibilidade estará excluída dos dois termos intermediários, e que há outras duas letras dentre as quais uma estará sempre excluída do primeiro, e a outra, do segundo desses termos intermediários. Essas letras distribuem-se em dois quadros, Ω e O :⁴⁵

[50]



45. Essas duas letras correspondem, respectivamente, à dextrografia e à levogiria de uma representação em quadrante dos termos excluídos.

cujas primeiras linhas permitem discernir, entre os dois quadros, a combinação buscada do 1º ao 4º tempos, sendo a letra da segunda linha a que essa combinação exclui dos dois tempos de seu intervalo, e as duas letras da terceira, da esquerda para a direita, as que são excluídas, respectivamente, do 2º e do 3º tempos.

Isso poderia representar um rudimento do percurso subjetivo, mostrando que ele se funda na atualidade que tem, em seu presente, o futuro anterior. Que, no intervalo desse passado que ele já é naquilo que projeta, abre-se um furo que constitui um certo *caput mortuum* do significante (que aqui se estabelece por três quartos das combinações possíveis em que tem que se situar⁴⁶), eis o que basta para deixá-lo suspenso na ausência, para obrigá-lo a repetir seu contorno.

A subjetividade, na origem, não é de nenhuma relação com o real, mas de uma sintaxe nela engendrada pela marca significante.

A propriedade (ou a insuficiência) da construção da rede dos α , β , γ e δ está em sugerir como se compõem, em três patamares, o real, o imaginário e o simbólico, ainda que aí só se possa articular intrinsecamente o simbólico como representante das duas primeiras bases.

É meditando como que ingenuamente sobre a proximidade com que se atinge o triunfo da sintaxe que convém nos determos na exploração da cadeia aqui ordenada, na mesma linha adotada por Poincaré e Markov.

[51]

É assim que observamos que se, em nossa cadeia, podemos encontrar dois β que se sucedem sem a interposição de um δ , é sempre, ou diretamente ($\beta\beta$), ou após a interposição de um número aliás indefinido de pares $\alpha\gamma$: ($\beta\alpha\gamma\alpha\ldots\gamma\beta$), mas que, depois do segundo β , nenhum novo β pode aparecer na cadeia antes que nela se produza um δ . Entretanto, a sucessão acima definida de dois β não pode reproduzir-se sem que um segundo δ se acrescente ao primeiro, numa ligação equivalente (exceto pela inversão do par $\alpha\gamma$ em $\gamma\alpha$) à que se impõe aos dois β , isto é, sem a interposição de um β .

46. Se não levarmos em conta a ordem das letras, esse *caput mortuum* será apenas de 7/16.

Daí resulta, imediatamente, a dissimetria que anunciamos mais acima na probabilidade de aparecimento dos diferentes símbolos da cadeia.

Enquanto os α e os γ podem, com efeito, por uma série feliz do acaso, repetir-se separadamente, cada um deles até cobrir a cadeia inteira, está excluído, mesmo com as chances mais favoráveis, que β e δ possam aumentar sua proporção a não ser de maneira estritamente equivalente, exceto por um termo, o que limita a 50% o máximo de sua frequência possível.

Sendo a probabilidade da combinação representada pelos β e δ equivalente à que é suposta pelos α e γ — e sendo o sorteio real dos lances, por outro lado, estritamente deixado ao acaso —, vemos pois destacar-se do real uma determinação simbólica que, por mais rigorosa que seja ao registrar qualquer parcialidade do real, só faz exibir melhor as disparidades que traz consigo.

Uma disparidade ainda manifestável à simples consideração do contraste estrutural entre os dois quadros, Ω e O , isto é, da maneira direta ou cruzada como é subordinado (e a ordem) das exclusões, reproduzindo-a, à ordem dos extremos, conforme o quadro a que pertença esta última.

Assim é que, na sucessão das quatro letras, dois pares, o intermediário e o extremo, poderão ser idênticos, se este último se inscrever na ordem do quadro O (como $\alpha\alpha\alpha\alpha$, $\alpha\alpha\beta\beta$, $\beta\beta\gamma\gamma$, $\beta\beta\delta\delta$, $\gamma\gamma\gamma\gamma$, $\gamma\gamma\delta\delta$, $\delta\delta\alpha\alpha$ e $\delta\delta\beta\beta$, que são possíveis), e não poderão sê-lo se o último se inscrever no sentido Ω ($\beta\beta\beta\beta$, $\beta\beta\alpha\alpha$, $\gamma\gamma\beta\beta$, $\gamma\gamma\alpha\alpha$, $\delta\delta\delta\delta$, $\delta\delta\gamma\gamma$, $\alpha\alpha\delta\delta$ e $\alpha\alpha\gamma\gamma$, impossíveis).

Observações cujo caráter recreativo não deve extraviar-nos.

[52]

Pois não há outra ligação, a não ser a dessa determinação simbólica, em que possa situar-se a sobredeterminação significativa cuja noção Freud nos traz, e que nunca pôde ser concebida como uma sobredeterminação *real* num espírito como o dele — em quem tudo contradiz que se entregasse à aberração conceitual onde filósofos e médicos encontram, com demasiada facilidade, meios de acalmar suas exaltações religiosas.

Essa postulação da autonomia do simbólico é a única que permite libertar de seus equívocos a teoria e a prática da associação livre em psicanálise. Pois uma coisa é relacionar sua mola com a determinação simbólica e suas leis, e outra, completamente diferente, é relacioná-lo com os pressupostos escolásticos de uma inércia imaginária que a sustentam no associacionismo

filosófico ou pseudotal, antes de se pretender experimental. Por terem abandonado seu exame, os psicanalistas aí encontram um atrativo a mais para a confusão psicologizante em que recaem incessantemente, alguns de maneira deliberada.

De fato, somente os exemplos de conservação, indefinida em sua suspensão, das exigências da cadeia simbólica, tais como os que acabamos de fornecer, permitem conceber onde se situa o desejo inconsciente em sua persistência indestrutível, a qual, por paradoxal que pareça na doutrina freudiana, não deixa de ser um dos traços que aí se encontram mais afirmados.

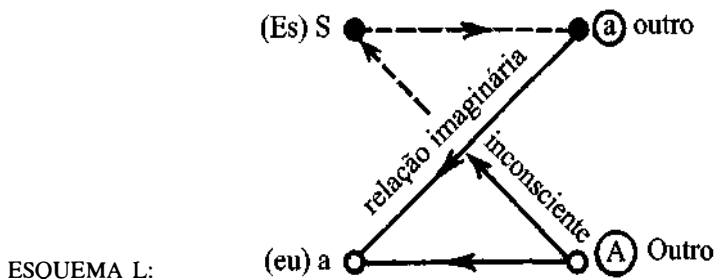
Esse caráter, em todo caso, é incomensurável com qualquer dos efeitos conhecidos na psicologia autenticamente experimental, e que, sejam quais forem as demoras ou atrasos a que sejam submetidos, acabam, como qualquer reação vital, por se amortecer e se extinguir.

Essa é precisamente a questão a que Freud retorna mais uma vez em *Para-além do princípio do prazer*, para marcar que a *insistência* na qual encontramos o caráter essencial dos fenômenos do *automatismo de repetição* não lhe parece poder encontrar outra motivação senão a pré-vital e transbiológica. Essa conclusão pode surpreender, mas é de Freud falando daquilo sobre o qual ele foi o primeiro a falar. É preciso ser surdo para não ouvi-lo. Não se há de pensar que, sob sua pena, isso seja um recurso espiritualista: trata-se da estrutura da determinação. A matéria que ela desloca em seus efeitos ultrapassa em muito, em extensão, a da organização cerebral a cujas vicissitudes alguns deles são atribuídos, mas os outros nem por isso deixam de continuar ativos e estruturados como simbólicos, por se materializarem de uma outra maneira.

[53]

Assim é que, se o homem chega a pensar a ordem simbólica, é por estar primeiramente aprisionado nela em seu ser. A ilusão de que ele a formou com sua consciência provém de ter sido através de uma hiância específica de sua relação imaginária com o semelhante que ele pôde entrar nessa ordem como sujeito. Mas ele só pôde fazer essa entrada pelo desfilamento radical da fala, ou seja, o mesmo do qual reconhecemos, no jogo da criança, um momento genético, mas que, em sua forma completa, reproduz-se toda vez que o sujeito se dirige ao Outro como absoluto, isto é, como o Outro que pode anulá-lo, do mesmo modo que pode agir com ele, isto é, fazendo-se objeto para enganá-lo. Essa

dialética da intersubjetividade, cujo uso necessário demonstramos ao longo dos três últimos anos de nosso seminário no Sainte-Anne, desde a teoria da transferência até a estrutura da paranóia, apóia-se facilmente no seguinte esquema:



doravante familiar para nossos alunos, e onde os dois termos médios representam o par da objetivação imaginária recíproca que destacamos no *estádio do espelho*.

A relação especular com o outro, pela qual efetivamente quisemos, a princípio, restituir à teoria do narcisismo, crucial em Freud, sua posição dominante na função do eu, só pode reduzir à sua subordinação efetiva toda a ação da fantasia trazida à luz pela experiência analítica, ao se interpor, como exprime o esquema, entre esse alguém do Sujeito e esse para-além do Outro em que de fato se insere a fala, na medida em que as existências que se fundamentam nesta estão inteiramente à mercê de sua fé.

[54]

Foi por haverem confundido esses dois pares que os legatários de uma práxis e de um ensino — o qual ressaltou, tão decisivamente quanto podemos ler em Freud, a natureza fundamentalmente narcísica de todo enamoramento (*Verliebtheit*) — puderam divinizar a quimera do amor dito genital, a ponto de lhe atribuir a virtude da oblatividade, de onde saíram tantos desca-minhos terapêuticos.

Mas, por se haver simplesmente suprimido qualquer referência aos pólos simbólicos da intersubjetividade para reduzir a análise a uma utópica retificação do par imaginário, chegou-se agora a uma prática em que, sob a bandeira da “relação de objeto”, consuma-se o que em qualquer homem de boa fé só pode suscitar o sentimento de abjeção.

É isso que justifica a verdadeira ginástica do registro inter-subjetivo constituída por exercícios como aqueles em que nosso seminário talvez tenha parecido demorar-se.

O parentesco da relação entre os termos do esquema L com a que une os quatro tempos (acima distinguidos) da série orientada em que vimos a primeira forma acabada de uma cadeia simbólica não pode deixar de impressionar, uma vez que entre elas se estabeleça a aproximação.

PARÊNTESE DOS PARÊNTESSES (1966)

Situaremos aqui nossa perplexidade ante o fato de que nenhuma das pessoas, que se empenharam em decifrar a ordenação a que nossa cadeia se prestava, tenha pensado em escrever sob a forma de parêntese a estrutura que, no entanto, havíamos claramente enunciado.

Um parêntese que encerra um ou vários outros parênteses, seja, $(())$ ou $(()() \dots ())$, eis o que equivale à repartição anteriormente analisada dos β e dos δ , onde é fácil ver que o parêntese duplicado é fundamental.

Nós o chamaremos aspas.

É ele que destinamos a abranger a estrutura do sujeito (S de nosso esquema L), na medida em que ele implica uma duplicação, ou melhor, essa espécie de divisão que comporta uma função de dobra.⁴⁷ [55]

Já colocamos nessa dobra a alternância direta ou inversa dos $\alpha\gamma\alpha\dots$, sob a condição de que o número de signos seja par ou nulo.

Entre os parênteses internos, uma alternância $\gamma\alpha\gamma\dots \gamma$, em número de sinais nulo ou ímpar.

Em contrapartida, no interior dos parênteses, tantos γ quantos quisermos, a partir de nenhum.

Fora das aspas encontramos, ao contrário, uma sequência qualquer de α , que inclui nenhum, um ou vários parênteses carregados de $\alpha\gamma\alpha\dots \alpha$, em número nulo ou ímpar de sinais.

47. *Doublure*, no original, designando dobra, forro, bainha de uma roupa. (N.E.)

Substituindo os α e os γ por I e O, poderemos escrever a chamada cadeia L de uma forma que nos pareça mais “eloqüente” [*parlante*].

Cadeia L: (IO ... (OO... O) OIOI ... O (OO ... O) ... OI) IIII ... (IOIO ... I) III ... etc.

“Eloqüente” no sentido de que uma leitura será facilitada à custa de uma convenção suplementar, que a ajusta ao esquema L.

Essa convenção consiste em dar aos O entre parênteses o valor de tempos silenciosos, sendo um valor de escansão conferido aos O das alternâncias, convenção esta que se justifica, como veremos adiante, por eles não serem homogêneos.

O entre-aspa pode então representar a estrutura do S (*Es*) de nosso esquema L, simbolizando o sujeito suposto completado pelo *Es* freudiano, o sujeito da sessão psicanalítica, por exemplo. O *Es* ali aparece então sob a forma que Freud lhe confere, na medida em que ele o distingue do inconsciente, isto é, logicamente disjunto e subjetivamente silencioso (silêncio das pulsões).

É a alternância dos O I que representa, então, a grade imaginária (aa') do esquema L.

Resta definir o privilégio da alternância própria do entre-dois das aspas (OI pares), ou seja, evidentemente, do status de a e a' em si mesmos.⁴⁸

O fora-das-aspa representará o campo do Outro (A do esquema L). A repetição predomina ali, sob a forma do I, traço unário, que representa (complemento da convenção precedente) os tempos marcados do simbólico como tal.

[56]

É também dali que o sujeito S recebe sua mensagem sob forma invertida (interpretação).

Isolado dessa cadeia, o parêntese que inclui os (IO ... OI) representa o eu do *cogito*, psicológico, ou seja, o falso *cogito*, que pode igualmente suportar a perversão pura e simples.⁴⁹

48. Foi por isso que desde então introduzimos uma topologia mais apropriada.

49. Cf. o abade de Choisy, cujas célebres memórias podem traduzir-se por: *eu penso quando sou* aquele que se veste de mulher.

O único resto que se impõe a partir dessa tentativa é o formalismo de uma certa memorização ligada à cadeia simbólica, cuja lei poderíamos facilmente formular na cadeia L.

(Essencialmente definida pelo revezamento que constitui, na alternância dos O, I, a transposição de um ou vários sinais de parêntese, e de quais sinais.)

O que convém reter aqui é a rapidez com que se obtém uma formalização simultaneamente sugestiva de uma memorização primordial no sujeito e de uma estruturação em que é notável que se distingam disparidades estáveis (a mesma estrutura dissimétrica persiste, com efeito, invertendo-se, por exemplo, todas as aspas⁵⁰).

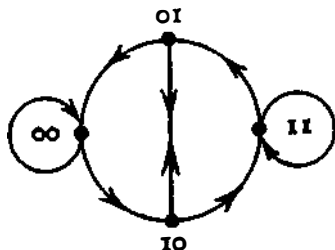
Este é apenas um exercício, mas que cumpre nosso desígnio de inscrever o tipo de contorno onde o que chamamos de *caput mortuum* do significante assume seu aspecto causal.

Efeito tão manifesto de apreender aqui quanto na ficção da carta roubada.

Sua essência é que a carta/letra tanto pôde surtir seus efeitos internamente, nos atores do conto, inclusive o narrador, quanto do lado de fora: em nós, leitores, e também em seu autor, sem que ninguém jamais tenha tido que se preocupar com o que ela queria dizer: destino comum de tudo o que se escreve.

[57]

50. Juntemos aqui a rede dos α , β , γ , e δ , em sua constituição por transformação da rede 1-3. Todos os matemáticos sabem que ela é obtida transformando-se os segmentos da primeira rede em cortes da segunda e marcando os caminhos orientados que unem esses cortes. Ela é a seguinte (que colocamos, para maior clareza, ao lado da primeira):



REDE 1-3:

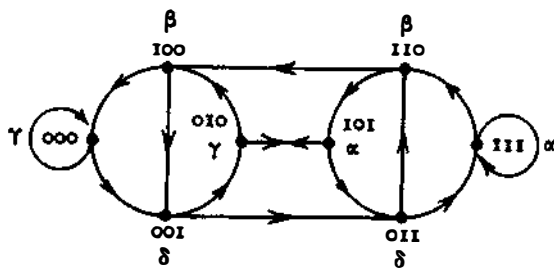
Mas apenas estamos, neste momento, no lançamento de um arco cuja ponte somente os anos edificarão.⁵¹

Foi assim que, para demonstrar a nossos ouvintes o que distingue da relação dual implicada na noção de projeção uma verdadeira intersubjetividade, já nos tínhamos servido do raciocínio proveitosamente relatado pelo próprio Poe, na história que será o tema deste seminário, como sendo aquele que guiava um suposto menino prodígio para fazê-lo ganhar com mais frequência do que é comum no jogo do par ou ímpar.

É preciso, para seguir esse raciocínio — infantil, cabe dizer, [58] mas que em outros lugares seduz a mais de um —, apreender o ponto em que se denuncia o engodo.

Ali, o sujeito é o interrogado: ele responde à pergunta que consiste em adivinhar se os objetos que seu adversário esconde na mão são em número par ou ímpar.

Depois de um lance ganho ou perdido por mim, diz-nos em essência o menino, sei que, se meu adversário for um simplório, sua esperteza não irá além de mudar de jogada em sua aposta, porém, se ele for um pouquinho mais esperto, ocorrer-lhe-á a idéia de que é contra isso que estarei prevenido, e de que, portanto, será conveniente ele fazer a mesma jogada.



REDE α , β , γ , δ

onde postulamos a convenção pela qual as letras foram fundadas:

I.I = α

I.O = β

O.O = γ

O.I = δ

(Vê-se aí a razão de termos dito que há duas espécies de O em nossa cadeia L, os O de γ = OOO e os de γ = OIO.)

51. O texto de 1955 é aqui retomado. A introdução, através desses exercícios, do campo de abordagem estrutural na teoria psicanalítica foi acompanhada, com efeito, por importantes desenvolvimentos em nosso ensino. O progresso dos conceitos referentes à subjetivação caminhou de mãos dadas com uma referência à *analysis situs*, onde pretendemos materializar o processo subjetivo.

Portanto, era à objetivação do grau mais ou menos acentuado do encrespamento cerebral do adversário que o menino se remetia para obter seus sucessos. Ponto de vista cuja ligação com a identificação imaginária é prontamente evidenciada pelo fato de que é através de uma imitação interna de suas atitudes e de sua mímica que ele pretende obter a justa apreciação de seu objeto.

Mas, o que pode acontecer no grau seguinte, quando o adversário, tendo reconhecido que sou inteligente o bastante para acompanhá-lo nesse movimento, manifesta sua própria inteligência, percebendo que é ao se fazer de idiota que terá sua chance de me enganar? A partir desse momento, não há outro tempo válido do raciocínio, precisamente porque doravante ele só pode repetir-se numa oscilação infinita.

E, excetuado o caso da imbecilidade pura, em que o raciocínio parece fundamentar-se objetivamente, o menino não pode fazer outra coisa senão pensar que seu adversário chegou ao obstáculo do terceiro tempo, uma vez que lhe concedeu o segundo, pelo qual ele mesmo é considerado pelo adversário como um sujeito que objetiva, pois *é verdade que ele é esse sujeito*; e, por conseguinte, ei-lo tolhido com aquele no impasse que toda intersubjetividade puramente dual comporta, o de ficar sem recursos contra um Outro absoluto.

Observe-se, de passagem, o papel evanescente que a inteligência desempenha na constituição do tempo segundo, onde a dialética desliga-se das contingências do que está dado, e que basta que eu a impute a meu adversário para que sua função seja inútil, pois, a partir daí, ela torna a entrar nessas contingências.

Não diremos, no entanto, que a via da identificação imaginária com o adversário no momento de cada um dos lances seja uma via condenada de antemão; diremos que ela exclui o processo propriamente simbólico, que aparece quando essa identificação se faz, não com o adversário, mas com seu raciocínio, o qual é articulado por ela (diferença, aliás, que se enuncia no texto). O fato prova, além disso, que tal identificação puramente imaginária em geral fracassa.

Portanto, o recurso de cada jogador, quando ele raciocina, só pode encontrar-se para-além da relação dual, isto é, em alguma lei que presida a sucessão dos lances que me são propostos.

E isso é tão verdadeiro que, se é a vez de meu lance ser adivinhado, isto é, se eu for o sujeito ativo, meu esforço con-

[59]

sistirá, a cada momento, em sugerir ao adversário a existência de uma lei que rege uma certa regularidade de meus lances, para, através de sua ruptura, furtar-lhe a apreensão dela o maior número possível de vezes.

Quanto mais esse procedimento conseguir livrar-se do que se esboça, malgrado eu, de regularidade real, mais sucesso ele efetivamente terá, e foi por isso que um dos que participaram de uma das experiências com esse jogo, que não hesitamos em fazer passar à categoria de trabalhos práticos, confessou que, num momento em que teve a sensação, fundada ou infundada, de ser descoberto com demasiada freqüência, ele se safou pausando-se na sucessão das letras de um verso de Mallarmé, convencionalmente transposta para a seqüência de lances que a partir de então ia propor ao adversário.⁵²

Mas, se o jogo tivesse durado o tempo de um poema inteiro, e se, por um milagre, o adversário tivesse podido reconhecê-lo, ele teria ganho todas as vezes.

Foi isso que nos permitiu dizer que, se o inconsciente existe no sentido de Freud, ou seja, se entendermos as implicações da lição que ele retira das experiências da psicopatologia da vida cotidiana, por exemplo, não é impensável que uma moderna máquina de calcular, isolando a frase que, a longo prazo e sem que ele o saiba, modula as escolhas de um sujeito, venha a ganhar acima de qualquer proporção costumeira no jogo do par ou ímpar.

Puro paradoxo, sem dúvida, mas onde se exprime que não é por falta de uma virtude, que seria a da consciência humana, que nos recusamos a qualificar de máquina-de-pensar aquela a que atribuiríamos tão miríficos desempenhos, mas simplesmente porque ela não pensaria mais do que o homem pensa em seu status comum sem por isso deixar de estar exposto aos apelos do significante.

[60]

Do mesmo modo, a possibilidade assim sugerida terá tido o interesse de nos fazer entender o efeito de desarvoramento, ou mesmo de angústia, que alguns experimentaram e tiveram a gentileza de nos participar.

52. Ver O Seminário, livro 2, *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. (N.E.)

Reação com a qual se pode ironizar, vindo ela de analistas cuja técnica repousa inteiramente na determinação inconsciente que se atribui à associação dita livre — e que podem ler com todas as letras, na obra de Freud que acabamos de citar, que um número nunca é escolhido ao acaso.

Mas reação fundamentada, se pensarmos que nada os ensinou a se desvencilhar da opinião comum, distinguindo o que ela ignora, ou seja, a natureza da sobredeterminação freudiana, isto é, da determinação simbólica, tal como a promovemos aqui.

Se essa sobredeterminação devesse ser tomada por real, como a eles foi sugerido por meu exemplo pelo fato de confundirem, como todo o mundo, os cálculos da máquina com seu mecanismo,⁵³ sua angústia efetivamente se justificaria, pois, num gesto mais sinistro que o de tocar no machado, seríamos aquele que o baixaria sobre “as leis do acaso”, e, como bons deterministas que são, com efeito, aqueles a quem esse gesto tanto abalou, eles sentem, e com razão, que, se tocarmos nessas leis, não haverá nenhuma outra concebível.

Mas essas leis são precisamente as da determinação simbólica. Pois está claro que elas são anteriores a qualquer constatação real do acaso, assim como se vê que é conforme sua obediência a essas leis que se julga se um objeto é apropriado ou não para ser utilizado para obter uma série — no caso, sempre simbólica — de lances de acaso, qualificando para essa função, por exemplo, uma moeda ou esse objeto admiravelmente denominado dado.

Passado esse estágio, era preciso ilustrarmos de maneira concreta a dominação que afirmamos do significante sobre o sujeito. Se há nisso uma verdade, ela está em toda parte, e deveríamos poder, de qualquer ponto ao alcance de nossa sonda, fazê-la jorrar como o vinho na taberna de Auerbach.

Foi assim que tomamos o próprio conto do qual havíamos extraído, sem a princípio enxergar mais longe, o raciocínio

[61]

53. Foi para tentar dissipar essa ilusão que encerramos o ciclo daquele ano com uma conferência sobre *Psicanálise e cibernética*, que decepcionou muita gente, pelo fato de nela havermos falado quase que exclusivamente da numeração binária, do triângulo aritmético ou da simples porta, definida por dever estar aberta ou fechada, em suma, por não parecermos ter-nos elevado muito acima da etapa pascaliana da questão.

Ao reformulá-la em conformidade com as exigências do texto, diferentes das da fala, não pudemos impedir-nos de nos antecipar um pouco à elaboração que desde então fornecemos das noções que ela introduzira na época.

Assim é que a ênfase com que sempre promovemos para diante a noção de significante no símbolo exerce-se, aqui, retroativamente. Esfumar-lhe os traços com uma espécie de dissimulação histórica teria parecido, acreditamos, artificial aos que nos acompanham. Desejamos que ter-nos eximido de fazê-lo não lhes decepcione a lembrança.

II

Para produzir agora, numa retrospectiva, os trabalhos de nossa entrada na psicanálise, lembraremos por onde essa entrada se fez.

Médico e psiquiatra, havíamos introduzido, sob a rubrica de “conhecimento paranóico”, algumas resultantes de um método clínico de exaustão do qual nossa tese de medicina constituiu o ensaio.¹

Mais do que evocar o grupo (*Évolution Psychiatrique*) que de bom grado lhes acolheu a exposição, ou o eco que elas tiveram no meio surrealista, onde se reatou um antigo vínculo por uma nova retomada — Dali, Crevel, a paranóia crítica e o Clavecin de Diderot, cujos rebentos encontraram-se nos primeiros números do *Minotaure*² —, apontaremos a origem desse interesse.

Ela segue as pegadas de Clérambault, nosso único mestre em psiquiatria.

Seu *automatisme mental*, com sua ideologia mecanicista de metáfora, por certo bastante criticável, parece-nos, em seus enfoques do texto subjetivo, mais próximo do que se pode construir de uma análise estrutural do que qualquer esforço clínico na psiquiatria francesa.

1. *La psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*, Le François, 1932 [*Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987]. Ela repousa em trinta observações, embora seu método imponha uma monografia, o caso Aimée. Esse fato motivou a apreciação cortês que encontraremos, num relance, na p.543.

2. “Le problème du style” e os “Motifs du crime paranoïaque”, este último artigo dedicado às irmãs Papin e esquecido numa recente retomada desse assunto por uma testemunha da época.

Fomos sensíveis ali ao toque de uma promessa, percebida pelo contraste que faz com o que se marca de decadente numa semiologia cada vez mais comprometida com os pressupostos da razão.

Clérambault realiza, por seu ser do olhar, por suas parcialidades de pensamento, como que uma recorrência do que recentemente nos descreveram na figura datada do *Nascimento da clínica*.³

[66]

Clérambault conhecia bem a tradição francesa, mas quem o formou foi Kraepelin, em quem o talento da clínica era alçado a um plano mais elevado.

Singularmente, mas necessariamente cremos nós, fomos levados a Freud.

Pois a fidelidade ao invólucro formal do sintoma, que é o verdadeiro traço clínico pelo qual tomávamos gosto, levou-nos ao limite em que ele se reverte em efeitos de criação. No caso de nossa tese (o caso Aimée), efeitos literários — e de mérito suficiente por terem sido recolhidos, sob a rubrica (reverente) de poesia involuntária, por Éluard.

Aqui, a função do ideal apresentou-se a nós numa série de reduplicações que nos induziam à noção de uma estrutura, mais instrutiva que o saldo pelo qual os clínicos de Toulouse teriam reduzido a questão, mediante um abatimento, ao registro da paixão.

Além disso, o efeito como que de insuflação que, em nosso sujeito, dera à luz esse anteparo a que chamam delírio, a partir do momento em que sua mão tocou com uma agressão não inofensiva uma das imagens de seu teatro, duplamente fictícia para ela por ser a de uma atriz na realidade, reduplicou a conjugação de seu espaço poético com uma escansão abissal.

Assim nos aproximamos da maquinaria da passagem ao ato e, quando mais não fosse, a nos contentarmos com o cabide da autopunição que nos estendia a criminologia berlinense pela boca de Alexander e Staub, desembocamos em Freud.

O modo pelo qual um conhecimento se especifica por suas estereotipias, e igualmente por suas descargas, por dar testemunho de uma outra função, podia prestar-se a enriquecimentos

3. Cf. Michel Foucault, *Naissance de la clinique*, Paris, PUF, 1964.

a que nenhum academicismo, ainda que da vanguarda, não teria recusado sua benevolência.

Talvez se possa perceber que, ao transpor as portas da psicanálise, logo reconhecemos em sua prática preconceitos de saber muito mais interessantes, por serem aqueles que devem ser reduzidos em sua escuta fundamental.

Não havíamos esperado por esse momento para meditar sobre as fantasias com que se apreende a idéia do *eu* e, se o “estádio do espelho” foi por nós produzido em 1936,⁴ quando estávamos ainda às portas da titulação de praxe, não fomos, no primeiro Congresso Internacional em que tivemos a experiência de uma associação que deveria dar-nos muitas outras, desprovidos de mérito. Pois sua invenção levou-nos ao cerne de uma resistência teórica e técnica que, apesar de constituir um problema depois cada vez mais patente, estava, convém dizer, bem longe de ser percebida pelo meio do qual partimos.

[67]

Houvemos por bem oferecer ao leitor, primeiramente, um pequeno artigo, contemporâneo dessa produção.

Sucede a nossos alunos enganarem-se em nossos escritos, por encontrarem “já presente” aquilo a que depois nos levou nosso ensino. Não será o bastante que o que ali se encontra não lhe tenha bloqueado o caminho? Que se possa ver, no que aqui se desenha de uma referência à linguagem, o fruto da única imprudência que nunca nos enganou: a de não nos fiarmos a nada senão à experiência do sujeito que é a matéria única do trabalho analítico.

O título “Para-além etc.” não recua ante uma paráfrase do outro “Para-além” que Freud atribuiu, em 1920, a seu princípio do prazer. Com ele nos interrogamos: romperá Freud ali o jugo graças ao qual sustenta esse princípio, por geminá-lo ao princípio de realidade?

Freud, em seu “Para-além”, abre caminho para o fato de que o princípio do prazer — ao qual, em suma, deu um novo

4. Foi no Congresso de Marienbad (31 de julho de 1936) que teve lugar esse primeiro pivô de nossa intervenção na teoria psicanalítica. A ele encontraremos uma referência irônica na p.186 desta coletânea, com a indicação do volume da *Encyclopédie française* que atesta a data de suas teses (1938). Com efeito, havíamos esquecido de entregar seu texto para as atas do Congresso.

sentido, por instalar no circuito da realidade, como processo primário, a articulação significativa da repetição — acaba tomando um sentido ainda mais novo por se prestar à forção de sua barreira tradicional pelo lado de um gozo, cujo ser faz-se então revestir pelo masoquismo, e até mesmo se abre para a pulsão de morte.

Em que se transforma, nessas condições, o entrecruzamento pelo qual a identidade dos pensamentos que provêm do inconsciente oferece sua trama ao processo secundário, permitindo à realidade estabelecer-se *para a satisfação* do princípio do prazer? [68]

Eis aí a pergunta em que se poderia anunciar a retomada pelo avesso do projeto freudiano em que recentemente caracterizamos o nosso.

Se há aqui um esboço dela, não lhe é possível ir longe. Digamos apenas que ela não exagera a importância do ato psicanalítico ao supor que ele transcende o processo secundário para atingir uma realidade que não se produz ali, nem que seja para romper o engodo que reduzia a identidade dos pensamentos ao pensamento de sua identidade.

Se todo o mundo admite, de fato, mesmo sendo parvo o bastante para não reconhecê-lo, que o processo primário não encontra nada de real senão o impossível, o que, na perspectiva freudiana, permanece como a melhor definição que se possa dele fornecer, tratar-se-ia de saber mais sobre o que ele encontra de Outro para que dele possamos nos ocupar.

Assim, não equivale a ceder a um efeito de perspectiva ver aqui este primeiro delineamento do imaginário, cujas letras, associadas às do simbólico e do real, viriam adornar, muito mais tarde, pouco antes do discurso de Roma, os vasos para sempre vazios, por serem todos igualmente simbólicos, com que faríamos nossa teriaga para resolver os embaraços da cogitação analítica.

Nada há nisso que não se justifique pela tentativa de prevenir os mal-entendidos decorrentes da idéia de que haveria no sujeito seja lá o que for que corresponda a um aparelho — ou, como dizem em outros lugares, a uma função própria — do real. Ora, é a essa miragem que se consagra, na época atual, uma teoria do *eu* que, por se apoiar no reingresso que Freud

assegura a essa instância em *Análise do eu e psicologia das massas*, comete um erro, já que não há nesse artigo outra coisa senão a teoria da identificação.

Falhando muito por não se reportar, por outro lado, ao antecedente necessário — sem dúvida produzido num ano em que a atenção da comunidade analítica estava um pouco relaxada, por ser 1914 — do artigo “Introdução ao narcisismo”, que confere àquele sua base.

Nada, pelo menos, que permita tomar por unívoca a realidade que invocáramos ao conjugar os dois termos, *Wirklichkeit* e *Realität*, que Freud aí distingue, sendo o segundo especialmente reservado à realidade psíquica.

A partir disso, assume seu valor — este, *wirklich*, operante — a cunha que introduzimos ao repor em seu lugar a evidência enganosa de que a identidade para consigo mesmo, que se supõe no sentimento comum do *eu*, teria o que quer que fosse a ver com uma pretensa instância do real.

[69]

Se Freud recorda a relação do *eu* com o sistema percepção-consciência, é apenas para indicar que nossa tradição, reflexiva — que erraríamos em crer que não teve incidências sociais por ter dado apoio a formas políticas do estatuto pessoal — testou nesse sistema seus padrões de verdade.

Mas, foi para questioná-los que Freud ligou o *eu* por uma referência dupla, uma ao corpo próprio, que é o narcisismo, e outra à complexidade das três ordens de identificação.

O estádio do espelho fornece a regra de partilha entre o imaginário e o simbólico, nesse momento de captura por uma inércia histórica da qual se encarrega tudo o que se autoriza como sendo psicologia, ainda que por caminhos que pretendem livrar-se desse encargo.

Foi por isso que não demos a nosso artigo sobre o “Princípio de Realidade” a sequência que ele anunciava, de ter que recriminar o gestaltismo e a fenomenologia.

Antes, voltando incessantemente a lembrar, na prática, um momento que não é de história, mas de *insight* configurador, razão por que o designamos como estádio, ainda que tenha emergido numa fase.

Deve esta ser reduzida a uma crise biológica? Sua dinâmica que expomos apóia-se em efeitos de diacronia: retardo da

coordenação nervosa, ligado à prematuridade do nascimento, antecipação formal de sua resolução.

Mas, continua a ser um engodo supor uma harmonia que muitos fatos da etologia animal contradizem.

E mascarar a contundência de uma função de falta com a questão do lugar que ela pode assumir numa cadeia causal. Ora, longe de pensarmos em eliminá-la, essa função parece-nos, agora, ser a origem mesma da noese causalista, a ponto de confundi-la com sua passagem ao real.

Mas, conferir-lhe sua eficácia pela discordância imaginária ainda é dar um lugar exagerado à presunção do nascimento.

Essa função é de uma falta mais crítica, pois seu encobri-
mento é o segredo da jubilação do sujeito.

[70]

Nisso se deixa entrever que qualquer demora na gênese do *eu* continua a participar da futilidade do que ela julga. O que parece evidente, pensando bem: pode algum passo no imaginário transpor seus limites, se não proceder de uma outra ordem?

Mas é justamente isso que promete a psicanálise, e que permaneceria mítico se ela recuasse no nível dessa ordem.

Para situá-la no estádio do espelho, saibamos primeiramente ler ali o paradigma da definição propriamente imaginária que se dá da metonímia: a parte pelo todo. Pois não omitamos o que nosso conceito envolve da experiência analítica da fantasia, essas imagens ditas parciais, as únicas a merecer a referência de um arcaísmo primevo, que reunimos sob o título de imagens do corpo despedaçado, e que se confirmam pela asserção, na fenomenologia da experiência kleiniana, das fantasias da chamada fase paranóide.

O que se manipula no triunfo da assunção da imagem do corpo no espelho é o mais evanescente dos objetos, que só aparece à margem: a troca dos olhares, manifesta na medida em que a criança se volta para aquele que de algum modo a assiste, nem que seja apenas por assistir a sua brincadeira.

Acrescentemos que, um dia, um filme, rodado sem nenhuma relação com nossos propósitos, mostrou aos nossos uma menina confrontando-se nua no espelho: sua mão, como um relâmpago, piscando num viés desajeitado, a falta fálica.

Entretanto, o que quer que cubra a imagem, ela apenas centra um poder enganador de desviar a alienação, que já situa

o desejo no campo do Outro, para a rivalidade que prevalece, totalitária, pois o semelhante lhe impõe uma fascinação dual: esse ou um ou outro é o retorno depressivo da segunda fase em Melanie Klein; é a figura do assassinato hegeliano.

Acrescentemo-lhe o uso, para fins de apólogo, para resumir o desconhecimento que aí se enraíza, original, da inversão produzida na simetria em relação a um plano. Ela só adquiriria valor por uma referência mais desenvolvida à orientação no espaço, pela qual nos espanta que a filosofia não se tenha interessado mais, desde que Kant, aceitando a luva do desafio a contragosto, a isso vinculou uma estética, tão simples de revirar, no entanto, quanto essa mesma luva.

Isso, porém, já é situar a experiência num ponto que não permite nos enganarmos quanto a sua ligação com a qualidade de vidente. Até o cego está sujeito a isso, por se saber objeto do olhar. Mas o problema está em outro lugar, e sua articulação é tão teórica quanto a do problema de Molyneux:⁵ conviria saber o que seria o *eu* num mundo em que ninguém soubesse nada da simetria em relação a um plano.

[71]

Os referenciais do conhecimento especular, enfim, são por nós lembrados por uma semiologia que vai da mais sutil despersonalização à alucinação do duplo. Sabemos que, em si, eles não têm nenhum valor diagnóstico quanto à estrutura do sujeito (a psicótica, entre outras). Porém mais importante é notar que não constituem um referencial mais consistente da fantasia no tratamento psicanalítico.

Vemo-nos, pois, recolocando esses textos num futuro anterior: eles terão antecipado nossa inserção do inconsciente na linguagem. Mas, vê-los dispersarem-se por anos pouco aproveitados não é nos expor à censura de haver cedido a um atraso?

Além de que de fato era preciso fazermos em nossa prática nossas escolas, alegaremos não ter podido fazer melhor durante esse período do que preparar nossa platéia.

5. Cf., em *Cahiers pour l'Analyse*, 2, maio de 1966, Círculo de Epistemologia da ENS, o artigo de A. Grosrichard, sobre “Une expérience psychologique au XVIIIe s.”, onde poderemos aprofundar, da ficção do cego filósofo à do filósofo cego, a questão do sujeito.

As atuais gerações da psiquiatria terão dificuldade em imaginar que tenhamos sido, em nossa época de plantonistas, uns três a nos engajar na psicanálise, e, sem sermos ingratos para com esse grupo da *Évolution Psychiatrique*, diremos que, ainda que tenha sido entre seus talentos que a psicanálise despontou, nem por isso ela recebeu deles um questionamento radical. A adjunção de uma ingerência mundana, para esse fim, não lhes aumentou nem a solidariedade nem a informação.

A bem da verdade, nenhum ensino, afora o apressado de rotina, veio à luz antes que, em 1951, inaugurássemos o nosso a título privado.

Se, entretanto, a quantidade de recrutas com que se gera um efeito de qualidade modificou-se após a guerra de ponta a ponta, talvez a sala apinhada a nos ouvir sobre *A psicanálise, didática* (com uma vírgula de permissão) seja uma lembrança a recordar que não deixamos de ter algo a ver com isso.

[72]

Até ali, contudo, o grande lugar a nos oferecer algumas conferências públicas foi esse *Collège philosophique* onde se cruzavam, a convite de Jean Wahl, as febris agitações de então.⁶

Acrescentamos que esta nota nada deve de biográfico senão a nosso desejo de esclarecer o leitor.

6. Ali produzimos, entre outros, um *mito individual do neurótico*, início de uma referência estruturalista como forma (o primeiro texto de Claude Lévi-Strauss sobre o mito). Seu texto em estêncil, publicado sem ser corrigido por nós, servirá de testemunho para uma retomada ulterior.

EM TORNO DESSE PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA DOUTRINA
DE FREUD, A SEGUNDA GERAÇÃO DE SUA ESCOLA PODE
DEFINIR SUA DÍVIDA E SEU DEVER.

Para o psiquiatra ou o psicólogo que se inicia, em nossos anos 30, no método psicanalítico, já não se trata de uma dessas conversões que rompem um progresso mental e que, como tais, atestam menos uma escolha amadurecida na pesquisa do que a explosão de uma secreta discordância afetiva. Sedução ética do devotamento a uma causa controvertida, somada à sedução econômica de uma especulação contra os valores estabelecidos, não lastimamos para a análise esses apelos por demais oferecidos nos subterfúgios da *compensação*. A nova psicologia não reconhece à psicanálise apenas o direito de cidadania; recortando-a incessantemente no progresso de disciplinas oriundas de outros âmbitos, demonstra seu valor de via pioneira. Assim, é, digamos, sob uma incidência normal que a psicanálise é abordada pelo que chamaremos, passando por cima da arbitrariedade dessa fórmula, a segunda geração analítica. É essa incidência que aqui queremos definir, para apontar o caminho em que ela se reflete.

I. A PSICOLOGIA CONSTITUI-SE COMO CIÊNCIA QUANDO
A RELATIVIDADE DE SEU OBJETO É POR FREUD POSTULADA,
AINDA QUE RESTRITA AOS FATOS DO DESEJO

Crítica do associacionismo

A revolução freudiana, como toda revolução, ganha sentido por suas conjunturas, isto é, pela psicologia então reinante; ora, qualquer juízo sobre esta pressupõe uma exegese dos documentos em que ela se afirmou. Fixamos o contexto deste artigo pedindo

que nos dêem crédito, ao menos provisoriamente, por esse trabalho fundamental, para nele desenvolver o momento da crítica que nos parece o essencial. Com efeito, se tomamos por legítimo fazer prevalecer o método histórico no estudo em si dos fatos do conhecimento, não fazemos dele um pretexto para eludir a crítica intrínseca que levanta a questão de seu valor: uma tal crítica, fundamentada na ordem segunda conferida a esses fatos na história pelo papel de reflexão que eles comportam, é imanente aos dados reconhecidos pelo método, ou seja, em nosso caso, às formas expressas da doutrina e da técnica, se ela simplesmente requer cada uma das formas em questão por ser o que se apresenta como sendo. Assim, veremos que, à psicologia que no fim do século XIX apresentava-se como científica, e que, tanto por seu aparato de objetividade quanto por sua afirmação de materialismo, impressionava até mesmo seus adversários, faltava simplesmente ser positiva, o que elimina na base a objetividade e o materialismo.

Podemos sustentar, com efeito, que essa psicologia baseia-se numa chamada concepção associacionista do psiquismo, não tanto por formulá-la como doutrina, mas por receber dela, e como dados do senso comum, uma série de postulados que determinam os problemas em sua própria formulação. Sem dúvida, evidencia-se desde o começo que os contextos em que ela classifica os fenômenos como sensações, percepções, imagens, crenças, operações lógicas, juízos etc., são tomados de empréstimo, tal e qual, da psicologia escolástica, que por sua vez os extraiu da elaboração de séculos de filosofia. Convém, pois, reconhecer que esses contextos, longe de terem sido forjados por uma concepção objetiva da realidade psíquica, são apenas o produto de uma espécie de desgaste conceitual, onde se vêem os traços das vicissitudes de um esforço específico que impele o homem a buscar, para seu próprio conhecimento, uma *garantia de verdade*: garantia que, como se percebe, é transcendental por sua posição e continua a sê-lo, portanto, em sua forma, mesmo quando o filósofo vem a negar sua existência. Qual é o mesmo aspecto de transcendência que os conceitos, resíduos dessa busca, conservam? Isso equivaleria a definir o que o associacionismo introduz de não-positivo na constituição mesma do objeto da psicologia. Que seja difícil deslindá-lo nesse nível, eis o que compreenderemos ao lembrar que a psicologia atual conserva

muitos desses conceitos, e que a purificação dos princípios é, em toda ciência, o que mais tardiamente se conclui.

Mas as petições de princípio florescem na economia geral dos problemas que caracteriza a cada momento o ponto de detenção de uma teoria. Assim considerado em conjunto, o que é facilitado pelo recuo do tempo, o associacionismo nos revela suas implicações metafísicas com brilhante clareza: para opô-lo, simplesmente, a uma concepção que se define mais ou menos judiciosamente nos fundamentos teóricos de diversas escolas contemporâneas sob o nome de *função do real*, digamos que a teoria associacionista é dominada pela *função do verdadeiro*.

Essa teoria fundamenta-se em dois conceitos: um mecanicista, o de *engrama*, outro falaciosamente tido como dado pela experiência, o da *ligação associativa* do fenômeno mental. O primeiro é uma fórmula de pesquisa, aliás bastante flexível, para designar o elemento psicofísico, e que introduz apenas uma hipótese, embora fundamental: a da produção passiva desse elemento. É notável que a escola tenha acrescentado o postulado do caráter atomístico desse elemento. Com efeito, foi esse postulado que limitou o olhar de seus defensores, a ponto de fazê-los “passar ao largo” dos fatos experimentais em que se manifesta a atividade do sujeito na organização da *forma*, fatos, por outro lado, tão compatíveis com uma interpretação materialista, que seus inventores posteriormente não os conceberam de outro modo.

O segundo dos conceitos, o de *ligação associativa*, fundamenta-se na experiência das reações do ser vivo, mas é estendido aos fenômenos mentais, sem que se critiquem de maneira alguma as petições de princípio que ele retira, precisamente, do dado psíquico, em particular aquela que supõe dada a forma mental da *similitude*, entretanto, tão delicada, em si, de ser analisada. Assim se introduz no conceito explicativo o próprio dado do fenômeno que se pretende explicar. Trata-se de verdadeiros passes de mágica conceituais, cuja inocência não desculpa a grosseria e que, como sublinhou um Janet, qual verdadeiro vício mental próprio de uma escola, transformam-se realmente no pau para toda obra das reviravoltas da teoria. É desnecessário dizer que assim se pode desconhecer totalmente a necessidade de uma espécie de análise, que sem dúvida exige sutileza, mas cuja

ausência torna caduca qualquer explicação em psicologia, e que se chama *análise fenomenológica*.

Por conseguinte, convém indagar o que significam essas carências no desenvolvimento de uma disciplina que se coloca como objetiva. Será isso obra do materialismo, como se permitiu que uma certa crítica dissesse? Pior ainda, será a própria objetividade impossível de ser atingida em psicologia?

Denuncia-se o vício teórico do associacionismo ao se reconhecer em sua estrutura a formulação do problema do conhecimento do ponto de vista filosófico. Com efeito, é justamente a formulação tradicional desse problema que, por ter sido herdada sob a primeira camuflagem das chamadas fórmulas empíricas de Locke, encontra-se nos dois conceitos fundamentais da doutrina. A saber, a ambigüidade de uma crítica que, sob a tese do "*nihil erit in intellectu quod non prius fuerit in sensu*", reduz a ação do real ao ponto de contato da mítica *sensação pura*, isto é, a não ser mais que o ponto cego do conhecimento, já que nada nele é reconhecido — e que impõe ainda mais fortemente, explicitada ou não no "*nisi intellectus ipse*", como a antinomia dialética de uma tese incompleta, a primazia do espírito puro, na medida em que, pelo decreto essencial da identificação, reconhecendo o objeto ao mesmo tempo que o afirma, constitui o *momento verdadeiro* do conhecimento.

Eis a fonte dessa concepção atomística do engrama de onde provêm as cegueiras da doutrina em relação à experiência, ao passo que a *ligação associativa*, por suas implicações não criticadas, nela veicula uma teoria basicamente idealista dos fenômenos do conhecimento.

Este último ponto, evidentemente paradoxal numa doutrina cujas pretensões são as de um materialismo ingênuo, aparece claramente a partir do momento em que tentamos dele formular uma exposição um pouco sistemática, ou seja, submetida à coerência própria de seus conceitos. O de Taine, que é o de um divulgador, porém conseqüente, é precioso nesse aspecto. Nele seguimos uma construção sobre os fenômenos do conhecimento que tem por desígnio reduzir as atividades superiores a complexos de reações elementares, e que fica reduzida a buscar no controle das atividades superiores os critérios diferenciais das reações elementares. Basta nos referirmos, para captar plenamente esse

paradoxo, à impressionante definição que é fornecida da percepção como uma “alucinação verdadeira”.

Tamanho, portanto, é o dinamismo de conceitos extraídos de uma dialética transcendental que, por neles se fundamentar, a psicologia associacionista fracassa, e o faz ainda mais fatalmente na medida em que os recebe esvaziados da reflexão que eles comportam, para constituir seu objeto em termos positivos: com efeito, a partir do momento em que os fenômenos se definem em função de sua *verdade*, eles ficam submetidos, em sua própria concepção, a uma classificação de valor. Tal hierarquia não apenas vicia, como vimos, o estudo objetivo dos fenômenos, no que tange a sua importância no próprio conhecimento, como também, subordinando à sua perspectiva todo o dado psíquico, falseia a análise e lhe empobrece o sentido.

Assim é que, assimilando o fenômeno da alucinação à ordem sensorial, a psicologia associacionista só faz reproduzir o alcance absolutamente mítico que a tradição filosófica conferia a esse fenômeno na questão acadêmica referente ao erro dos sentidos; sem dúvida, o fascínio próprio desse papel de escândalo teórico explica esses verdadeiros desconhecimentos na análise do fenômeno, que permitem a perpetuação, ainda tenaz em mais de um clínico, de uma formulação tão errada de seu problema.

Consideremos agora os problemas da *imagem*. Esse fenômeno, decerto o mais importante da psicologia pela riqueza de seus dados concretos, o é também pela complexidade de sua função, complexidade esta que não se pode tentar abarcar num único termo, a não ser o de *função de informação*. As diversas acepções desse termo, que, da vulgar à arcaica, visam à noção de um evento, à marca de uma impressão ou à organização por uma idéia, efetivamente exprimem bastante bem os papéis da imagem como forma intuitiva do objeto, forma plástica do engrama e forma geradora do desenvolvimento. Esse fenômeno extraordinário, cujos problemas vão da fenomenologia mental à biologia, e cuja ação repercute desde as condições do espírito até determinismos orgânicos de uma profundidade talvez insuspeitada, aparece-nos, no associacionismo, reduzido à sua função de *ilusão*. Sendo a imagem, segundo o espírito do sistema, considerada uma sensação *enfraquecida*, na medida em que atesta menos *seguramente* a realidade, ela é tomada por eco e sombra da sensação, e portanto, identificada com seu traço, com o engrama.

[78]

A concepção do espírito como um “polipeiro de imagens”, essencial ao associacionismo, foi criticada sobretudo por afirmar um mecanicismo puramente metafísico; assinalou-se menos que seu absurdo essencial reside no empobrecimento intelectualista que ela impõe à imagem.

De fato, um imenso número de fenômenos psíquicos é tido, nas concepções dessa escola, como não significando nada. Isso os exclui do âmbito de uma psicologia autêntica, que sabe que uma certa intencionalidade é fenomenologicamente inerente a seu objeto. Para o associacionismo, isso equivale a tomá-los por insignificantes, isto é, a rechaçá-los, seja para o nada do desconhecimento, seja para a fatuidade do “epifenômeno”.

Tal concepção, portanto, distingue duas ordens nos fenômenos psíquicos: de um lado, os que se inserem em algum nível das operações do conhecimento racional, e de outro, todos os demais, sentimentos, crenças, delírios, assentimentos, intuições, sonhos. Os primeiros exigiram a análise *associacionista* do psiquismo; os últimos devem explicar-se por algum determinismo estranho à sua “aparência” e chamado de “*orgânico*”, por reduzi-los, quer ao suporte de um objeto físico, quer à relação de um fim biológico.

Assim, nos fenômenos psíquicos não se reconhece nenhuma realidade própria: aqueles que não pertencem à realidade *verdadeira* não têm realidade senão ilusória. Essa realidade verdadeira é constituída pelo sistema de referências que é válido para a ciência já estabelecida: isto é, mecanismos tangíveis para as ciências físicas, aos quais se juntam motivações utilitaristas nas ciências naturais. O papel da psicologia é apenas o de reduzir a esse sistema os fenômenos psíquicos e *verificá-lo*, determinando através dele os próprios fenômenos que constituem seu conhecimento. É na medida em que é função dessa verdade que tal psicologia não constitui uma ciência.

Verdade da psicologia e psicologia da verdade

[79]

Que se entenda bem nosso pensamento neste ponto. Não estamos jogando com o paradoxo de negar que a ciência não tenha que conhecer a verdade. Mas não nos esqueçamos que a verdade é

um valor que corresponde à incerteza com que a experiência vivida do homem é fenomenologicamente marcada, e que a busca da verdade anima historicamente, sob a rubrica do espiritual, os arroubos do místico e as regras do moralista, as sendas do asceta e as descobertas do mistagogo.

Essa busca, impondo a toda uma cultura a primazia da verdade no testemunho, criou uma atitude moral que foi e continua a ser, para a ciência, uma condição de existência. Mas a verdade, em seu valor específico, é alheia à ordem da ciência: a ciência pode honrar-se de suas alianças com a verdade; pode propor-se como objeto seu fenômeno e seu valor; mas não pode de maneira alguma identificá-la como seu fim próprio.

Se parece haver nisso algum artifício, detenhamo-nos por um instante nos critérios vividos da verdade e perguntemo-nos o que, nos vertiginosos relativismos a que chegaram a física e as matemáticas contemporâneas, subsiste dos mais concretos desses critérios: onde estão a *certeza*, prova do conhecimento místico, a *evidência*, fundamento da especulação filosófica, e a própria *não-contradição*, mais modesta exigência da construção empírico-racionalista? Mais ao alcance de nosso juízo, podemos dizer que o douto se pergunta se o arco-íris, por exemplo, é *verdadeiro*. Importa-lhe apenas que esse fenômeno seja comunicável em alguma linguagem (condição da *ordem mental*), registrável de alguma forma (condição da *ordem experimental*) e que consiga inserir-se na cadeia das identificações simbólicas onde sua ciência unifica a diversidade de seu objeto próprio (condição da *ordem racional*).

Deve-se convir que a teoria físico-matemática, no fim do século XIX, ainda recorria a fundamentos tão intuitivos, depois eliminados, que se pôde hipostasiar neles sua prodigiosa fecundidade, e assim lhes foi reconhecida a onipotência implicada na idéia da verdade. Por outro lado, os sucessos práticos dessa ciência conferiam-lhe, perante as massas, o prestígio que cega e que não deixa de se relacionar com o fenômeno da evidência. Assim, a ciência estava bem posicionada para servir de objeto último à paixão pela verdade, despertando no vulgo a prostração diante do novo ídolo que se chamou de *cientificismo* e, no “letrado”, esse eterno pedantismo que, por ignorar o quanto sua verdade é relativa às muralhas de sua torre, mutila o que do real lhe é dado apreender. Interessando-se apenas pelo ato do saber, por

[80]

sua própria atividade de sábio, é essa a mutilação que comete o psicólogo associacionista, e, embora seja especulativa, ela não tem para o ser vivo e para o humano consequências menos cruéis.

É um ponto de vista semelhante, com efeito, que impõe ao médico esse espantoso desprezo pela realidade psíquica, cujo escândalo, perpetuado em nossos dias pela manutenção de toda uma formação academicista, exprime-se tanto na parcialidade da observação quanto na bastardia de concepções como a de *pitiatismo*. Mas, por ser no médico, isto é, no clínico por excelência da vida íntima, que esse ponto de vista aparece da maneira mais flagrante, como uma negação sistemática, era também de um médico que teria que vir a negação desse próprio ponto de vista. Não a negação puramente crítica que na mesma época floresceu como especulação sobre os “dados imediatos da consciência”, mas uma negação eficaz, por se afirmar como uma nova positividade. Freud deu esse passo fecundo, sem dúvida porque, como nos testemunha em sua autobiografia, foi determinado a isso por sua preocupação de curar, isto é, por uma atividade em que, contrariando os que se comprazem em relegá-la à categoria secundária de uma “arte”, há que reconhecer o entendimento mesmo da realidade humana, na medida em que ela se empenha em transformá-la.

Revolução do método freudiano

[81]

O primeiro sinal dessa atitude de submissão ao real em Freud foi reconhecer que, dado que a maioria dos fenômenos psíquicos no homem relaciona-se, aparentemente, com uma função de relação social, não há por que excluir a via que, por isso mesmo, abre-lhe o acesso mais comum: a saber, o testemunho do próprio sujeito desses fenômenos.

Perguntamo-nos, aliás, em que o médico de então fundamentava o ostracismo de princípio com que era marcado, para ele, o testemunho do doente, a não ser na irritação de reconhecer neste, por vulgares, seus próprios preconceitos. Essa foi, com efeito, a atitude comum a toda uma cultura que guiou tanto a abstração analisada acima quanto a dos doutos: para o doente, assim como para o médico, a psicologia era o campo do “ima-

ginário” no sentido do ilusório; logo, o que tem significação *real*, o sintoma, por conseguinte, só pode ser psicológico “na aparência”, e há de se distinguir do registro comum da vida psíquica por algum traço discordante onde se mostre bem seu caráter “grave”.

Freud compreendeu que era essa própria escolha que tornava sem valor o depoimento do doente. Se quisermos reconhecer uma realidade característica das reações psíquicas, não convém começarmos por escolher entre elas: é preciso começar por não escolher. Para aquilatar sua eficiência, há que respeitar sua sucessão. Decerto não se trata de restituir-lhes a cadeia através do relato, mas o momento mesmo do depoimento pode constituir um fragmento significativo delas, desde que se exija a íntegra de seu texto e que se o liberte dos grilhões do relato.

Assim se constitui o que podemos chamar *experiência analítica*: sua primeira condição formula-se numa *lei de não-omissão*, que promove ao nível do interesse, reservado ao notável, tudo aquilo que “se compreende por si”, o cotidiano e o comum; mas ela é incompleta sem a segunda, ou *lei de não-sistematização*, que, postulando a incoerência como condição da experiência, atribui uma presunção de significação a qualquer rebotalho da vida mental, ou seja, não apenas às representações das quais a psicologia de escola vê apenas o absurdo — roteiro do sonho, pressentimentos, fantasias do devaneio, delírios confusos ou lúcidos —, mas também aos fenômenos que, por serem totalmente negativos, não têm, por assim dizer, estado civil: lapsos de linguagem e lapsos da ação. Observe-se que essas duas leis, ou melhor, regras da experiência, a primeira das quais foi isolada por Pichon, aparecem em Freud em uma só, que ele formulou, segundo o conceito então reinante, como *lei da associação livre*.

[82]

Descrição fenomenológica da experiência psicanalítica

É essa mesma experiência que constitui o elemento da técnica terapêutica, mas o médico pode propor-se, se tiver um pouco de senso teórico, definir o que ela traz à observação. Nesse caso, terá mais de uma oportunidade de se maravilhar, se é essa a forma de espanto que corresponde, na pesquisa, ao aparecimento de uma relação tão simples que parece furtar-se ao pensamento.

O dado dessa experiência é, primeiramente, a linguagem, uma linguagem, isto é, um signo. Quão complexo é o problema do que ela significa, quando o psicólogo a relaciona com o sujeito do conhecimento, isto é, com o pensamento do sujeito. Que relação há entre este e a linguagem? Não é ele apenas uma linguagem, porém secreta, ou não é ela apenas a expressão de um pensamento puro, não formulado? Onde encontrar o denominador comum aos dois termos desse problema, isto é, a unidade da qual a linguagem é o signo? Estará contido na palavra: o substantivo, o verbo ou talvez o advérbio? Na densidade de sua história? Por que não nos mecanismos que a compõem foneticamente? Como escolher, nesse dédalo para onde nos arrastam filósofos e lingüistas, psicofísicos e fisiologistas? Como escolher uma referência que, à medida que a dizemos mais elementar, parece-nos mais mítica?

Mas o psicanalista, por não desvincular a experiência da linguagem da situação que ela implica, a do interlocutor, toca no fato simples de que a linguagem, antes de significar alguma coisa, significa para alguém. Pelo simples fato de estar presente e escutar, esse homem que fala dirige-se a ele, e, já que ele impõe a seu discurso não querer dizer nada, resta o que esse homem *quer lhe dizer*. O que ele diz, com efeito, pode “não ter nenhum sentido”, mas o que ele *lhe* diz contém um sentido. É no movimento de responder que o ouvinte o sente; é suspendendo esse movimento que ele compreende o sentido do discurso. Então, reconhece neste uma intenção, dentre aquelas que representam uma certa tensão da relação social: intenção reivindicatória, intenção punitiva, intenção propiciatória, intenção demonstrativa, intenção puramente agressiva. Sendo essa intenção assim compreendida, que se observe como a transmite a linguagem. De duas maneiras, das quais a análise é rica em ensinamentos: ela se exprime, mas sem ser compreendida pelo sujeito, naquilo que o discurso relata do vivido, na medida em que o sujeito assume o anonimato moral da expressão: é a forma do simbolismo; ela é concebida, mas negada pelo sujeito, no que o discurso afirma do vivido, na medida em que o sujeito sistematiza sua concepção: é a forma da denegação. Assim, a intenção revela-se, na experiência, inconsciente enquanto expressa, consciente enquanto reprimida. Ao passo que a linguagem, por ser abordada por sua função de expressão social, revela ao mesmo tempo sua

[83]

unidade significativa na intenção e sua ambigüidade constitutiva como expressão subjetiva, depondo contra o pensamento, sendo mentirosa com ele. Note-se de passagem que essas relações, que a experiência oferece aqui ao aprofundamento fenomenológico, são ricas em diretrizes para qualquer teoria da “consciência”, especialmente a mórbida, vindo seu reconhecimento incompleto tornar caduca a maioria dessas teorias.

Mas prossigamos na decomposição da experiência. O ouvinte entra nela, portanto, na situação de *interlocutor*. Esse papel, o sujeito lhe solicita que o sustente, a princípio implicitamente, e logo de maneira explícita. Silencioso, porém, e furtando-se até mesmo às reações de seu rosto, além de pouco discernido em sua pessoa, o psicanalista recusa-se pacientemente a isso. Não haverá um limite em que essa atitude deva fazer cessar o monólogo? Se o sujeito prossegue nele, é em virtude da lei da experiência; mas, acaso continua ele a se dirigir ao ouvinte realmente presente, ou antes, agora, a algum outro, imaginário porém mais real: ao fantasma da lembrança, à testemunha da solidão, à estátua do dever, ao mensageiro do destino?

[84]

Contudo, em sua própria reação à recusa do ouvinte, o sujeito trai a *imagem* com que o substitui. Por sua súplica, suas imprecações, suas insinuações, suas provocações e seus artifícios, pelas oscilações da intenção com que o visa e que o analista registra, imóvel mas não impassível, ele lhe comunica o desenho dessa imagem. Entretanto, à medida que essas intenções tornam-se mais expressas no discurso, elas são entremeadas de testemunhos com que o sujeito as apóia, as reforça, fazendo-as recobrar o fôlego: ele formula aquilo de que sofre e o que quer superar aqui, confia o segredo de seus fracassos e o sucesso de seus projetos, julga seu caráter e suas relações com outrem. Assim, ele informa sobre o conjunto de sua conduta ao analista, que, ele mesmo testemunho de um momento desta, encontra aí uma base para sua crítica. Ora, o que essa conduta mostra ao analista após tal crítica é que nela atua, permanentemente, a própria *imagem* que ele vê surgir no atual. Mas o analista não chegou ao cabo de sua descoberta, pois, à medida que a petição assume a forma de um pleito, o depoimento se amplia por seus apelos à testemunha; são relatos puros e que parecem “fora do assunto”, “*hors du sujet*”, que o sujeito agora joga no fluxo de seu discurso,

eventos sem intenção e fragmentos das lembranças que constituem sua história, e, dentre os mais disjuntos, aqueles que afloram de sua infância. Mas, eis que entre estes o analista reencontra a mesma *imagem* que, com suas jogadas, ele havia suscitado no sujeito, cujo rastro reconhecera impresso na pessoa dele, essa imagem que ele decerto sabia ser essencialmente humana, já que provoca paixão, já que exerce opressão, mas que, como faz ele mesmo para o sujeito, furtava suas feições a seu olhar. Essas feições, ele as descobre num retrato de família: imagem do pai ou da mãe, do adulto onipotente, terno ou terrível, benevolente ou punitivo, imagem do irmão, filho rival, reflexo de si ou companheiro.

Mas essa mesma imagem que o sujeito presentifica por sua conduta e que nela se reproduz sem cessar, *ele a ignora*, nos dois sentidos da palavra, ou seja: ignora que aquilo que ele repete em sua conduta, quer o tome ou não por seu, ele não sabe que essa imagem o explica; e ignora que desconhece essa importância da imagem quando evoca a lembrança que ela representa.

[85]

Pois bem, enquanto o analista acaba de reconhecer essa imagem, o sujeito, pelo debate que conduz, acaba de lhe impor o papel dela. É dessa posição que o analista extrai o poder de que irá dispor para sua ação sobre o sujeito.

A partir daí, com efeito, o analista age de maneira a que o sujeito tome consciência da unidade da *imagem* que nele se refrata em efeitos díspares, conforme ele a represente, a encarne ou a conheça. Não descreveremos aqui como procede o analista em sua intervenção. Ele opera em dois registros, o da elucidação intelectual, pela *interpretação*, e o da manobra afetiva, pela *transferência*; mas, fixar os tempos delas é uma questão de *técnica*, que as define em função das reações do sujeito; ajustar sua velocidade é uma questão de *tato*, pelo qual o analista é alertado sobre o ritmo dessas reações.

Digamos apenas que, à medida que o sujeito prossegue na experiência e no processo vivido onde se reconstitui a imagem, a conduta deixa de imitar sua sugestão, as lembranças retomam sua densidade real, e o analista vê o fim de seu poder, doravante inutilizado pelo fim dos sintomas e pelo arremate da personalidade.

Discussão do valor objetivo da experiência

Assim é a descrição fenomenológica que podemos dar do que se passa na série de experiências que compõem uma psicanálise. Trabalho de ilusionista, poderia se dizer, se não tivesse como fruto justamente resolver uma ilusão. Sua ação terapêutica, ao contrário, deve ser essencialmente definida como um duplo movimento pelo qual a *imagem*, a princípio difusa e fragmentada, é regressivamente assimilada ao real, para ser progressivamente desassimilada do real, isto é, restaurada em sua realidade própria. Ação que testemunha a eficiência dessa realidade.

Mas, se não trabalho ilusório, então simples técnica, dirão, e, como experiência, a menos propícia à observação científica, porque baseada nas condições mais contrárias à objetividade. Pois essa experiência, acaso não acabamos de descrevê-la como uma constante *interação* entre o observador e o objeto? Com efeito, é no próprio movimento que o sujeito lhe comunica, através de sua intenção, que o observador é informado desta, e até insistimos na primordialidade dessa via; inversamente, pela assimilação que o observador propicia entre ele mesmo e a imagem, ele subverte já na origem a função desta no sujeito; ora, ele só identifica a imagem no próprio progresso dessa subversão, e tampouco encobrimos o caráter constitutivo desse processo.

[86]

Essa falta de uma referência fixa no sistema observado e esse uso, para a observação, do próprio movimento subjetivo, que em todos os outros lugares é eliminado como fonte de erro, são desafios, ao que parece, ao método sadio.

E mais, deixem-nos dizer do desafio que aí se pode ver para bom uso. Na observação mesma que nos relata, o observador pode esconder aquilo que empenha de sua pessoa: as intuições de suas descobertas têm, em outros lugares, o nome de delírio, e sofremos por entrever de que experiências provém a insistência de sua perspicácia. Sem dúvida, as vias por onde a verdade se revela são insondáveis, e houve até matemáticos que confessaram tê-la visto em sonho ou nela esbarrado numa colisão trivial qualquer. Mas, é decente expor sua descoberta como oriunda de um processo mais conforme à pureza da idéia. A ciência, como a mulher de César, não deve ser alvo de suspeita.

Aliás, faz muito tempo que o bom renome do sábio já não corre riscos; a natureza não mais poderia desvelar-se sob nenhuma figura humana, e cada progresso da ciência apagou dela um traço antropomórfico.

Se acreditamos poder tratar com certa ironia o que essas objeções traem de resistência afetiva, não nos acreditamos dispensados de responder a seu peso ideológico. Sem nos perdermos no terreno epistemológico, diremos desde logo que a ciência física, por mais depurada que pareça, em seus progressos modernos, de qualquer categoria intuitiva, não deixa de trair, e de maneira ainda mais impressionante, a estrutura da inteligência que a construiu. Se um Meyerson pôde demonstrá-la submetida, em todos os seus processos, à forma da *identificação* mental, forma [87] tão constitutiva do conhecimento humano que ele a reencontra por reflexão nos caminhos comuns do pensamento — se o fenômeno da luz, para lhe fornecer o padrão de referência e o átomo de ação, revela nela uma relação mais obscura com o sensorio humano —, esses pontos, decerto ideais, pelos quais a física se liga ao homem, mas que são os pólos em torno dos quais ela gira, porventura não mostram a mais inquietante homologia com os eixos que confere ao conhecimento humano, como evocamos acima, uma tradição reflexiva sem recurso à experiência?

Seja como for, o antropomorfismo que reduziu a física, na noção de *força* por exemplo, é um antropomorfismo não noético, mas psicológico, ou seja, essencialmente a projeção da *intenção* humana. Transpor a mesma exigência de redução para uma *antropologia* nascente, impondo-a até mesmo em seus objetivos mais longínquos, é desconhecer seu objeto e manifestar autenticamente um antropocentrismo de outra ordem, a do conhecimento.

O homem, de fato, mantém com a natureza relações que especificam, de um lado, as propriedades de um pensamento *identificatório*, e de outro, o uso de instrumentos ou utensílios artificiais. Suas relações com seu semelhante procedem por vias bem mais diretas: não estamos designando aqui a linguagem, nem as instituições sociais elementares que, seja qual for sua gênese, são marcadas em sua estrutura pelo artificialismo; estamos pensando nessa comunicação afetiva, essencial ao grupa-

mento social, que se manifesta de maneira bastante imediata nos fatos de que é seu semelhante que o homem explora, de que é nele que se reconhece, e de que é a ele que se liga pelo vínculo psíquico indelével que perpetua a miséria vital, realmente específica, de seus primeiros anos de vida.

Essas relações podem ser opostas às que constituem, no sentido estrito, o conhecimento, como *relações de co-naturalidade*: queremos evocar com esse termo sua homologia com as formas mais imediatas, mais globais e mais adaptadas que caracterizam em seu conjunto as relações psíquicas do animal com seu meio natural, e pelas quais estas se distinguem das mesmas relações no homem. Voltaremos a falar do valor desse ensinamento da psicologia animal. De qualquer modo, no homem, a idéia de um mundo unido a ele por uma relação harmoniosa deixa adivinhar sua base no antropomorfismo do mito da *natureza*; à medida que se realiza o esforço que impulsiona essa idéia, a realidade dessa base revela-se na subversão cada vez mais vasta da natureza que é a *hominização* do planeta: a “natureza” do homem é sua relação com o homem.

[88]

*O objeto da psicologia define-se
em termos essencialmente relativistas*

É nessa realidade específica das *relações inter-humanas* que uma psicologia pode definir seu objeto próprio e seu método de investigação. Os conceitos que esse objeto e esse método implicam não são subjetivos, mas *relativistas*. Por serem antropomórficos em seu fundamento, esses conceitos, se sua extensão à psicologia animal, indicada acima, demonstra-se válida, podem desenvolver-se em formas genéricas da psicologia.

Aliás, o valor objetivo de uma pesquisa é demonstrado como a realidade do movimento: pela eficácia de seu progresso. O que melhor confirma a excelência da via definida por Freud para a abordagem do fenômeno, com uma pureza que o distingue de todos os outros psicólogos, é o avanço prodigioso que o colocou como “de ponta”, em relação a todos os outros, na realidade psicológica.

Demonstraremos esse ponto numa segunda parte deste artigo. Exporemos, ao mesmo tempo, o uso genial que ele soube fazer

da noção de *imagem*. Se, sob o nome de *imago*, ele não a desvinculou plenamente do estado confuso da intuição comum, foi para usar magistralmente seu alcance concreto, tudo conservando de sua função *informativa* na intuição, na memória e no desenvolvimento.

Ele demonstrou essa função desvendando na experiência o processo da *identificação*: bem diferente do da *imitação*, que distingue sua forma pela aproximação parcial e tateante, a *identificação* opõe-se a ela não somente como a assimilação *global* de uma estrutura, mas como a assimilação *virtual do desenvolvimento* implicado por essa estrutura em estado ainda indiferenciado.

[89]

Assim, sabe-se que a criança percebe certas situações afetivas, como, por exemplo, a união particular de dois indivíduos num grupo, com uma perspicácia bem mais imediata que a do adulto; este, com efeito, malgrado sua maior diferenciação psíquica, é inibido, tanto no conhecimento humano quanto na condução de suas relações, pelas categorias convencionais que os censuram. Mas a ausência dessas categorias serve menos à criança, ao lhe permitir perceber melhor os sinais (signos), do que o faz a estrutura primária de seu psiquismo, que o leva a ser prontamente penetrado pelo sentido essencial da situação. Mas não está nisso toda a sua superioridade: ele leva ainda a vantagem, com a impressão significativa, do germe, que desenvolverá em toda a sua riqueza, da *interação* social que ali se exprime.

É por isso que o caráter de um homem pode desenvolver uma *identificação* parental que deixou de se exercer desde a idade limite de sua lembrança. O que se transmite por essa via psíquica são os traços que, no indivíduo, dão a forma particular de suas relações humanas, ou, dito de outra maneira, sua *personalidade*. Mas, o que a conduta do homem reflete então não são apenas esses traços, embora eles freqüentemente estejam entre os mais ocultos, porém a situação efetiva em que se encontrava aquele dos pais que foi objeto da identificação quando ela se produziu — uma situação de conflito ou de inferioridade no grupo conjugal, por exemplo.

Resulta desse processo que o comportamento individual do homem traz a marca de um certo número de relações psíquicas típicas, onde se exprime uma certa estrutura social: no mínimo, a *constelação* que, nessa estrutura, domina mais especialmente os primeiros anos da infância.

Essas relaões psquicas fundamentais revelaram-se à experincia e foram definidas pela doutrina atravs do termo *complexos*: deve-se ver ai o conceito mais concreto e mais fecundo introduzido no estudo do comportamento humano, em contraste com o conceito de instinto, que at ento se revelara, nesse domnio, to inadequado quanto estéril. Se a doutrina efetivamente referiu o complexo ao instinto, a teoria parece esclarecer-se mais pelo primeiro do que apoiar-se no segundo.

É por intermdio do *complexo* que se instauram no psiquismo as imagens que do forma às mais vastas unidades do comportamento: imagens com que o sujeito se identifica alternadamente, para encenar, como ator nico, o drama de seus conflitos. Essa comdia, situada pelo esprito da spcie sob o signo do riso e das lgrimas, é uma *commedia dell'arte*, no sentido de que cada indivduo a improvisa e a torna medocre ou sumamente expressiva, conforme seus dons, é claro, mas tambm segundo uma lei paradoxal que parece mostrar a fecundidade psquica de toda insuficincia vital. *Commedia dell'arte*, alm disso, por se encenar segundo um roteiro tpico e papéis tradicionais. Ali podemos reconhecer os mesmos personagens que tipificaram o folclore, os contos e o teatro infantil ou adulto — a ogra, o bicho-papão, o avarento, o pai nobre —, que os complexos exprimem por nomes mais eruditos. Reconhecemos, numa imagem para a qual nos levará a outra vertente deste trabalho, a figura do arlequim.

[90]

Com efeito, depois de haver valorizado a realizao fenomenolgica do freudismo, passamos agora à crtica de sua metapsicologia. Ela comea, muito precisamente, na introduo da noo de libido. A psicologia freudiana, de fato, exacerbando sua induo com uma audcia prxima da temeridade, pretende remontar da relao inter-humana, tal como ela a isola como determinada em nossa cultura, à funo biolgica que seria seu substrato: e aponta essa funo no *desejo sexual*.

Convém distinguir, no entanto, dois usos do conceito de *libido*, aliás incessantemente confundidos na doutrina: como *conceito energtico*, regendo a equivalncia dos fenmenos, e como *hipótese substancialista*, referindo-os à matéria.

Designamos a *hipótese de substancialista*, e no materialista, porque o recurso à idia de matéria é apenas uma forma ingnua

e ultrapassada de um autêntico materialismo. Seja como for, é no metabolismo da função sexual no homem que Freud aponta a base das “sublimações” infinitamente variadas que seu comportamento manifesta.

Não discutiremos aqui essa hipótese, porque ela nos parece externa ao campo próprio da psicologia. Sublinharemos, não obstante, que ela se fundamenta numa descoberta clínica de valor essencial: a de uma correlação que se manifesta constantemente entre o exercício, o tipo e as anomalias da função sexual e um grande número de formas e de “sintomas” psíquicos. Acrescenta-se a isso que os mecanismos em que se desenvolve a hipótese, bem diferentes dos do associacionismo, levam a fatos que se oferecem ao controle da observação.

Se a teoria da libido efetivamente afirma, por exemplo, que a sexualidade infantil passa por uma fase de organização anal, e confere um valor erótico à função excretória e ao objeto excrementício, esse interesse pode ser observado na criança no próprio lugar que nos é apontado para tal.

Como *conceito energético*, ao contrário, a libido é apenas a notação simbólica da equivalência entre os dinamismos que as imagens investem no comportamento. É a própria condição da *identificação simbólica* e a entidade essencial da ordem racional, sem as quais nenhuma ciência poderia constituir-se. Através dessa notação, a eficiência das imagens, sem poder ainda ser relacionada com uma unidade de medida, mas já provida de um sinal positivo ou negativo, pode exprimir-se pelo equilíbrio que elas produzem entre si e, de certa maneira, por um método de *dupla pesagem*.

A noção de libido, nesse emprego, já não é metapsicológica: é o instrumento de um progresso da psicologia em direção a um saber positivo. A combinação, por exemplo, dessa noção de investimento libidinal com uma estrutura tão concretamente definida quanto a do *supereu* representa, tanto em relação à definição ideal da *consciência moral* quanto à abstração funcional das chamadas reações de *oposição* ou de *imitação*, um progresso somente comparável ao trazido à ciência física pelo uso da relação *peso-volume*, quando ela substituiu as categorias quantitativas do pesado e do leve.

Os elementos de uma determinação *positiva* foram assim introduzidos entre as realidades psíquicas que uma definição

[91]

relativista permitira objetivar. Essa determinação é dinâmica ou relativa aos *atos do desejo*.

Foi assim que se pôde estabelecer uma escala da constituição, no homem, dos objetos de seu interesse, e especialmente daqueles, de prodigiosa diversidade, que permanecem como um enigma quando a psicologia afirma como princípio a realidade tal como constituída pelo conhecimento: anomalias da emoção e da pulsão, idiossincrasias da atração e da repulsa, fobias e pânicos, nostalgias e vontades irracionais, curiosidades pessoais, colecionamentos eletivos, invenções do conhecimento ou vocações da atividade.

[92]

Por outro lado, definiu-se uma divisão do que podemos chamar de *lugares imaginários* que constituem a *personalidade*, lugares que se distribuem e nos quais se compõem, conforme seus tipos, as imagens anteriormente evocadas como formadoras do desenvolvimento: são eles o *isso* e o *eu*, as instâncias arcaica e secundária do *supereu*.

Aqui se colocam duas questões: através das imagens, objetos do interesse, como se constitui essa *realidade* em que se concilia universalmente o conhecimento do homem? Através das identificações típicas do sujeito, como se constitui o [*eu*], onde é que ele se reconhece?

A essas duas questões, Freud novamente responde de passagem no terreno metapsicológico. Ele formula um “*princípio de realidade*” cuja crítica, em sua doutrina, constitui o final de nosso trabalho. Mas antes devemos examinar que contribuições trazem, no que tange à *realidade da imagem* e às *formas do conhecimento*, as pesquisas que, com a disciplina freudiana, concorrem para a nova ciência psicológica. Essas serão as duas partes de nosso segundo artigo.

(Marienbad, Noirmoutier, agosto-outubro de 1936)

*O estádio do espelho
como formador da função do eu¹
tal como nos é revelada na
experiência psicanalítica*

COMUNICAÇÃO FEITA AO XVI CONGRESSO INTERNACIONAL
DE PSICANÁLISE, ZURIQUE, 17 DE JULHO DE 1949

A concepção do estádio do espelho que introduzi em nosso último congresso, há treze anos, não me pareceu indigna, por ter-se tornado mais ou menos de uso comum no grupo francês, de ser novamente trazida à atenção de vocês: hoje, em especial, no que tange aos esclarecimentos que ela fornece sobre a função do [eu] na experiência que dele nos dá a psicanálise. Experiência sobre a qual convém dizer que nos opõe a qualquer filosofia diretamente oriunda do *Cogito*.

Talvez haja entre vocês quem se lembre do aspecto comportamental de que partimos, esclarecido por um fato da psicologia comparada: o filhote do homem, numa idade em que, por um curto espaço de tempo, mas ainda assim por algum tempo, é superado em inteligência instrumental pelo chimpanzé, já reconhece não obstante como tal sua imagem no espelho. Reconhecimento que é assinalado pela inspiradora mímica do *Aha-Erlebnis*, onde se exprime, para Köhler, a apercepção situacional, tempo essencial do ato de inteligência.

Esse ato, com efeito, longe de se esgotar, como no caso do macaco, no controle — uma vez adquirido — da inanidade da imagem, logo repercute, na criança, uma série de gestos em que ela experimenta ludicamente a relação dos movimentos assumi-

1. Trata-se aqui, em francês, do *Je* (sujeito do inconsciente), que vem grafado ao longo do texto desta edição como [eu]. Para maiores detalhes, consultar a “Nota à edição brasileira” no final deste volume. (N.E.)

dos pela imagem com seu meio refletido, e desse complexo virtual com a realidade que ele reduplica, isto é, com seu próprio corpo e com as pessoas, ou seja, os objetos que estejam em suas imediações.

Esse acontecimento pode produzir-se, como sabemos desde Baldwin, a partir da idade de seis meses, e sua repetição muitas vezes deteve nossa meditação ante o espetáculo cativante de um bebê que, diante do espelho, ainda sem ter o controle da marcha ou sequer da postura ereta, mas totalmente estreitado por algum suporte humano ou artificial (o que chamamos, na França, um *trotte-bébé* [um andador]), supera, numa azáfama jubilatória, os entraves desse apoio, para sustentar sua postura numa posição mais ou menos inclinada e resgatar, para fixá-lo, um aspecto instantâneo da imagem.

[94]

Essa atividade conserva para nós, até os dezoito meses de idade, o sentido que lhe conferimos — e que é não menos revelador de um dinamismo libidinal, até então problemático, que de uma estrutura ontológica do mundo humano que se insere em nossas reflexões sobre o conhecimento paranóico.

Basta compreender o estádio do espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem — cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo *imago*.

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito.

Essa forma, aliás, mais deveria ser designada por [eu]-ideal,² se quiséssemos reintroduzi-la num registro conhecido, no sentido

2. Deixamos em sua singularidade a tradução que adotamos neste artigo para o *Ideal Ich* de Freud, sem lhe dar maiores motivos, acrescentando que não a mantivemos desde então.

em que ela será também a origem das identificações secundárias, cujas funções reconhecemos pela expressão funções de normalização libidinal. Mas o ponto importante é que essa forma situa a instância do *eu*, desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção, para sempre irreduzível para o indivíduo isolado — ou melhor, que só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver, na condição de *[eu]*, sua discordância de sua própria realidade.

Pois a forma total do corpo pela qual o sujeito antecipa numa miragem a maturação de sua potência só lhe é dada como *Gestalt*, isto é, numa exterioridade em que decerto essa forma é mais constituinte do que constituída, mas em que, acima de tudo, ela lhe aparece num relevo de estatura que a congela e numa simetria que a inverte, em oposição à turbulência de movimentos com que ele experimenta animá-la. Assim, essa *Gestalt*, cuja pregnância deve ser considerada como ligada à espécie, embora seu estilo motor seja ainda irreconhecível, simboliza, por esses dois aspectos de seu surgimento, a permanência mental do *[eu]*, ao mesmo tempo que prefigura sua destinação alienante; é também prenhe das correspondências que unem o *[eu]* à estátua em que o homem se projeta e aos fantasmas que o dominam, ao autômato, enfim, no qual tende a se consumir, numa relação ambígua, o mundo de sua fabricação.

Com efeito, para as *imagos* — cujos rostos velados é nosso privilégio ver perfilar-se em nossa experiência cotidiana e na penumbra da eficácia simbólica³ —, a imagem especular parece ser o limiar do mundo visível, a nos fiarmos na disposição especular apresentada na alucinação e no sonho pela *imago do corpo próprio*, quer se trate de seus traços individuais, quer de suas faltas de firmeza ou suas projeções objetais, ou ao observarmos o papel do aparelho especular nas aparições do *duplo* em que se manifestam realidades psíquicas de outro modo heterogêneas.

3. Cf. C. Lévi-Strauss, “L’efficacité symbolique”, *Revue d’Histoire des Religions*, janeiro-março de 1949 [“A eficácia simbólica”, in C. Lévi-Strauss, *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Universitário, 1975, cap.X].

Que uma *Gestalt* seja capaz de efeitos formadores sobre o organismo é atestado por um experimento biológico, ele próprio tão alheio à idéia de causalidade psíquica que não consegue resolver-se a formulá-la como tal. Nem por isso ele deixa de reconhecer que a maturação da gônada na pomba tem como condição necessária a visão de um congênere, não importa de qual sexo — e uma condição tão suficiente que seu efeito é obtido pela simples colocação do indivíduo ao alcance do campo de reflexão de um espelho. Do mesmo modo, no gafanhoto migratório, a transição da forma solitária para a forma gregária, numa linhagem, é obtida ao se expor o indivíduo, numa certa etapa, à ação exclusivamente visual de uma imagem similar, desde que ela seja animada por movimentos de um estilo suficientemente próximo dos que são próprios à sua espécie. São fatos que se inscrevem numa ordem de identificação homeomórfica que seria abarcada pela questão do sentido da beleza como formadora e como erógena.

[96]

Mas os fatos do mimetismo, concebidos como sendo de identificação heteromórfica, não nos são de menor interesse, na medida em que levantam o problema da significação do espaço para o organismo vivo, não parecendo os conceitos psicológicos mais impróprios para lhes trazer algum esclarecimento do que os ridículos esforços empreendidos com vistas a reduzi-los à pretensa lei suprema da adaptação. Basta lembrarmos os lampejos que sobre eles fez luzir o pensamento (jovem, então, e em recente rompimento com o exílio sociológico em que fora formado) de um Roger Caillois quando, através do termo *psicastenia lendária*, subsumiu o mimetismo morfológico a uma obsessão do espaço em seu efeito desrealizante.

Nós mesmos mostramos, na dialética social que estrutura como paranóico o conhecimento humano,⁴ a razão que o torna mais autônomo que o do animal em relação ao campo de forças do desejo, mas que também o determina no “pouco de realidade” nele denunciada pela insatisfação surrealista. E essas reflexões incitam-nos a reconhecer, na captação espacial manifestada pelo estádio do espelho, o efeito, no homem, anterior até mesmo a essa dialética, de uma insuficiência orgânica de sua realidade

4. Cf., a esse respeito, os textos que se seguem, nas p.114 e 181-2.

natural, se é que havemos de atribuir algum sentido ao termo natureza.

A função do estádio do espelho revela-se para nós, por conseguinte, como um caso particular da função da *imago*, que é estabelecer uma relação do organismo com sua realidade — ou, como se costuma dizer, do *Innenwelt* com o *Umwelt*.

Mas essa relação com a natureza é alterada, no homem, por uma certa deiscência do organismo em seu seio, por uma Discórdia primordial que é traída pelos sinais de mal-estar e falta de coordenação motora dos meses neonatais. A noção objetiva do inacabamento anatômico do sistema piramidal, bem como de certos resíduos humorais do organismo materno, confirma a visão que formulamos como o dado de uma verdadeira *prematuração específica do nascimento* no homem.

Observe-se de passagem que esse dado é reconhecido como tal pelos embriologistas através do termo *fetalização*, para determinar a prevalência dos chamados aparelhos superiores do neuroeixo e, em especial, desse córtex que as intervenções psicocirúrgicas nos levarão a conceber como o espelho intra-orgânico.

[97]

Esse desenvolvimento é vivido como uma dialética temporal que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo: o *estádio do espelho* é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação — e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica — e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. Assim, o rompimento do círculo do *Innenwelt* para o *Umwelt* gera a quadratura inesgotável dos arrolamentos do *eu*.

Esse corpo despedaçado, cujo termo também fiz ser aceito em nosso sistema de referências teóricas, mostra-se regularmente nos sonhos, quando o movimento da análise toca num certo nível de desintegração agressiva do indivíduo. Ele aparece, então, sob a forma de membros disjuntos e de órgãos representados em exoscopia, que criam asas e se armam para perseguições intestinas como as perenemente fixadas, através da pintura, pelo visionário Hieronymus Bosch, na escalada que elas tiveram, no século XV, para o zênite imaginário do homem moderno. Mas

essa forma revela-se tangível no próprio plano orgânico, nas linhas de fragilização que definem a anatomia fantasística, manifesta nos sintomas de esquizo ou de espasmo da histeria.

Correlativamente, a formação do [eu] simboliza-se oniricamente por um campo fortificado, ou mesmo um estádio, que distribui da arena interna até sua muralha, até seu cinturão de escombros e pântanos, dois campos de luta opostos em que o sujeito se enrosca na busca do altivo e longínquo castelo interior, cuja forma (às vezes justaposta no mesmo cenário) simboliza o *isso* de maneira surpreendente. E, do mesmo modo, desta vez no plano mental, vemos realizadas essas estruturas de obra fortificada cuja metáfora surge espontaneamente, como que saída dos próprios sintomas do sujeito, para designar os mecanismos de inversão, isolamento, reduplicação, anulação e deslocamento da neurose obsessiva.

[98]

Mas, a nos fundamentarmos apenas nesses dados subjetivos, e por menos que os emancipássemos da condição de experiência que nos faz deduzi-los de uma técnica de linguagem, nossas tentativas teóricas ficariam expostas à recriminação de se projetarem no impensável de um sujeito absoluto: eis por que procuramos, na hipótese aqui fundamentada num concurso de dados objetivos, a grade diretriz de um *método de redução simbólica*.

Ele instaura nas *defesas do eu* uma ordem genética que corresponde ao anseio formulado pela srta. Anna Freud na primeira parte de sua grande obra, e situa (contrariando um preconceito freqüentemente expresso) o recalque histérico e seus retornos num estádio mais arcaico do que a inversão obsessiva e seus processos isoladores, e estes, por sua vez, como precedentes à alienação paranóica, que data da passagem do [eu] especular para o [eu] social.

Esse momento em que se conclui o estádio do espelho inaugura, pela identificação com a *imago* do semelhante e pelo drama do ciúme primordial (tão bem ressaltado pela escola de Charlotte Bühler nos fenômenos de *transitivismo* infantil), a dialética que desde então liga o [eu] a situações socialmente elaboradas.

É esse momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediatização pelo desejo do outro, constituir seus objetos numa equivalência abstrata pela concorrência de outrem, e que faz do [eu] esse aparelho para o qual qualquer impulso dos instintos será um perigo, ainda que corresponda a

uma maturação natural — passando desde então a própria normalização dessa maturação a depender, no homem, de uma intermediação cultural, tal como se vê, no que tange ao objeto sexual, no complexo de Édipo.

O termo narcisismo primário, pelo qual a doutrina designa o investimento libidinal próprio desse momento, revela em seus inventores, à luz de nossa concepção, o mais profundo sentimento das latências da semântica. Mas a doutrina esclarece também a oposição dinâmica que eles procuraram definir entre essa libido e a libido sexual, quando invocaram instintos de destruição, ou até mesmo de morte, para explicar a evidente relação da libido narcísica com a função alienante do [eu], com a agressividade que dela se destaca em qualquer relação com o outro, nem que seja a da mais samaritana ajuda.

É que eles tocaram nessa negatividade existencial cuja realidade é tão vivamente promovida pela filosofia contemporânea do ser e do nada.

[99]

Mas essa filosofia, infelizmente, só a capta dentro dos limites de uma *self*-suficiência da consciência, que, por estar inscrita em suas premissas, encadeia nos desconhecimentos constitutivos do eu a ilusão de autonomia em que se fia. Brincadeira espirituosa que, por se nutrir singularmente de empréstimos retirados da experiência analítica, culmina na pretensão de garantir uma psicanálise existencial.

Ao cabo do projeto histórico de uma sociedade de não mais reconhecer em si outra função que não a utilitária, e na angústia do indivíduo diante da forma concentracionista do vínculo social cujo surgimento parece recompensar esse esforço, o existencialismo julga-se pelas justificativas que dá para os impasses subjetivos que, a rigor, resultam dele: uma liberdade que nunca se afirma tão autêntica quanto dentro dos muros de uma prisão, uma exigência de engajamento em que se exprime a impotência da consciência pura de superar qualquer situação, uma idealização voyeurista-sádica da relação sexual, uma personalidade que só se realiza no suicídio, e uma consciência do outro que só se satisfaz pelo assassinato hegeliano.

A essas proposições opõe-se toda a nossa experiência, na medida em que ela nos dissuade de conceber o eu como centrado no *sistema percepção-consciência*, como organizado pelo “princípio de realidade”, no qual se formula o preconceito cientificista

mais contrário à dialética do conhecimento, e nos indica que partamos da *função de desconhecimento* que o caracteriza em todas as suas estruturas, tão vigorosamente articuladas pela srta. Anna Freud; pois, se a *Verneinung* representa sua forma patente, latentes em sua grande maioria permanecerão seus efeitos, enquanto não forem esclarecidos por alguma luz refletida sobre o plano de fatalidade em que se manifesta o *isso*.

Assim se compreende a inércia própria das formações do [eu], onde podemos ver a definição mais abrangente da neurose: ver como a captação do sujeito pela situação dá a fórmula mais geral da loucura, tanto da que jaz entre os muros dos hospícios quanto da que ensurdece a terra com seu barulho e seu furor.

Os sofrimentos da neurose e da psicose são, para nós, a escola das paixões da alma, assim como o fiel da balança psicanalítica, quando calculamos a inclinação de sua ameaça em comunidades inteiras, dá-nos o índice do amortecimento das paixões da pólis.

[100]

Nesse ponto de junção da natureza com a cultura, que a antropologia de nossa época perscruta obstinadamente, apenas a psicanálise reconhece esse nó de servidão imaginária que o amor sempre tem que redesfazer ou deslindar.

Para tal tarefa, não há no sentimento altruísta nenhuma promessa para nós, que expomos à luz a agressividade subjacente à ação do filantropo, do idealista, do pedagogo ou do reformador.

No recurso que preservamos do sujeito ao sujeito, a psicanálise pode acompanhar o paciente até o limite extático do “Tu és isto” em que se revela, para ele, a cifra de seu destino mortal, mas não está só em nosso poder de praticantes levá-lo a esse momento em que começa a verdadeira viagem.

RELATÓRIO TEÓRICO APRESENTADO NO
XI CONGRESSO DOS PSICANALISTAS DE LÍNGUA FRANCESA,
REUNIDO EM BRUXELAS EM MEADOS DE MAIO DE 1948

O relatório precedente apresentou-lhes o emprego que fazemos da noção de agressividade¹ na clínica e na terapêutica. Resta-me a tarefa de provar perante os senhores se é possível formar dela um conceito tal que ela possa aspirar a um uso científico, isto é, apropriado a objetivar fatos de uma ordem comparável na realidade, ou, mais categoricamente, a estabelecer uma dimensão da experiência cujos fatos objetivados possam ser considerados como variáveis.

Todos temos em comum, nesta assembléia, uma experiência fundamentada numa técnica, num sistema de conceitos ao qual somos fiéis, tanto por ele ter sido elaborado por aquele mesmo que nos abriu todos os caminhos dessa experiência, quanto por trazer a marca viva das etapas dessa elaboração. Ou seja, ao contrário do dogmatismo que nos imputam, sabemos que esse sistema permanece aberto, não apenas em seu acabamento, mas em vários de seus pontos de articulação.

Esses hiatos parecem conjugar-se na significação enigmática que Freud promoveu como *instinto de morte*: testemunho, semelhante à figura da Esfinge, da aporia contra a qual se chocou esse grande pensamento, na mais profunda tentativa já surgida de formular uma experiência do homem no registro da biologia.

Essa aporia está no cerne da noção de agressividade, sobre a qual avaliamos melhor a cada dia o papel que convém atribuir-lhe na economia psíquica.

Eis por que a questão da natureza metapsicológica das tendências mortíferas é incessantemente recolocada em pauta por

1. Exceto essa primeira linha, este texto é fornecido intacto.

nossos colegas teóricos, não sem contradição e, freqüentemente, convém dizer, com certo formalismo.

Quero apenas propor-lhes algumas observações ou teses que me foram inspiradas por minhas reflexões de longa data em torno dessa verdadeira aporia da doutrina, e também pelo sentimento que tenho, a partir da leitura de numerosos trabalhos, de nossa responsabilidade na atual evolução da psicologia de laboratório e de tratamento. Penso, por um lado, nas chamadas pesquisas *behavioristas*, que me parecem dever o melhor de seus resultados (que às vezes se nos afiguram um tanto escassos para o aparato de que se cercam) ao uso, amiúde implícito, que fazem das categorias que a análise trouxe para a psicologia; por outro, nesse gênero de tratamento — quer se dirija aos adultos ou às crianças — que se pode agrupar sob a denominação de tratamento *psicodramático*, que busca sua eficácia na ab-reação que ele tenta esgotar no plano da dramatização, e onde, mais uma vez, a análise clássica fornece as noções eficazmente diretivas.

[102]

TESE I: *A agressividade se manifesta numa experiência que é subjetiva por sua própria constituição*

Não é inútil, com efeito, voltar ao fenômeno da experiência psicanalítica. Por visar dados primários, essa reflexão é freqüentemente omitida.

Podemos dizer que a ação psicanalítica se desenvolve na e pela comunicação verbal, isto é, numa apreensão dialética do sentido. Ela supõe, portanto, um sujeito que se manifeste como tal para um outro.

Essa subjetividade não nos pode ser objetada como devendo ser obsoleta, conforme o ideal a que satisfaz a física, que a elimina através do aparelho registrador, sem no entanto poder evitar a suspeita do erro pessoal na leitura do resultado.

Somente um sujeito pode compreender um sentido; inversamente, todo fenômeno de sentido implica um sujeito. Na análise, um sujeito se dá como podendo ser compreendido, e de fato o é: a introspecção e a intuição pretensamente projetiva não constituem, aqui, os vícios de princípio que uma psicologia, em seus primeiros passos no caminho da ciência, considerou irreduzíveis. Isso equivaleria a transformar em impasse momentos abstrata-

mente isolados do diálogo, quando é preciso fiar-se em seu movimento: foi mérito de Freud ter assumido os riscos deles, antes de dominá-los através de uma técnica rigorosa.

[103]

Podem seus resultados fundar uma ciência positiva? Sim, se a experiência for controlável por todos. Ora, constituída entre dois sujeitos, dos quais um desempenha no diálogo um papel de impessoalidade ideal (ponto que requererá mais adiante nossa atenção), a experiência, uma vez consumada, e unicamente sob as condições de capacidade exigíveis para qualquer investigação especial, pode ser retomada pelo outro sujeito com um terceiro. Essa via aparentemente iniciática é apenas uma transmissão por recorrência, com a qual não há por que nos surpreendermos, já que ela se prende à própria estrutura, bipolar, de toda subjetividade. Somente a velocidade de difusão da experiência é afetada por ela, e, se sua restrição à área de uma cultura é discutível, não só nenhuma antropologia sadia pode extrair disso uma objeção, como tudo indica que seus resultados possam ser suficientemente relativizados para uma generalização que satisfaça ao postulado humanitário, inseparável do espírito da ciência.

TESE II: A agressividade, na experiência, nos é dada como intenção de agressão e como imagem de desmembramento corporal, e é nessas modalidades que se demonstra eficiente

A experiência analítica permite-nos experimentar a pressão intencional. Nós a lemos no sentido simbólico dos sintomas, a partir do momento em que o sujeito renuncia às defesas pelas quais os desvincula das relações que eles mantêm com sua vida cotidiana e com sua história — na finalidade implícita de suas condutas e suas recusas, nos fracassos de sua ação, na confissão de suas fantasias privilegiadas, nos rébus da vida onírica.

Quase podemos medi-la na modulação reivindicatória que às vezes sustenta todo o discurso, em suas suspensões, suas hesitações, suas inflexões e seus lapsos, nas inexactidões do relato, nas irregularidades da aplicação da regra, nos atrasos para as sessões, nas ausências premeditadas, muitas vezes nas recriminações, nas censuras, nos medos fantasísticos, nas reações emocionais de cólera e nas demonstrações para fins intimidatórios,

sendo tão raras as violências propriamente ditas quanto o implicam a conjuntura de apelo que levou ao médico o doente e a transformação dela, aceita por este último, numa convenção de diálogo.

[104]

A eficácia própria dessa intenção agressiva é manifesta: nós a constatamos freqüentemente na ação formadora de um indivíduo sobre as pessoas de sua dependência: a agressividade intencional corrói, mina, desagrega; ela castra; ela conduz à morte: “E eu que acreditava que você era impotente!”, gemia num uivo de tigresa uma mãe a seu filho, que acabara de lhe confessar, não sem dificuldade, suas tendências homossexuais. E pudemos ver que sua permanente agressividade de mulher viril não deixara de surtir efeitos; sempre nos foi impossível, em casos semelhantes, desviar seus ataques da própria empreitada analítica.

Essa agressividade se exerce, é claro, em meio a restrições reais. Mas sabemos por experiência que ela é não menos eficaz pela via da expressividade: um genitor severo intimida pela simples presença, e basta que seja brandida a imagem do Punidor para que a criança a forme. Ela tem repercussões mais amplas do que qualquer sevícia.

Esses fenômenos mentais a que chamamos imagens, termo cujo valor expressivo é confirmado por todas as acepções semânticas, após os perpétuos fracassos registrados pela psicologia de tradição clássica na tarefa de dar conta deles, a psicanálise foi a primeira a se revelar à altura da realidade concreta que eles representam. É que ela partiu da função formadora das imagens no sujeito e revelou que, se as imagens atuais determinam tais ou quais inflexões individuais das tendências, é na condição de variações das matrizes que constituem, para os próprios “instintos”, esses outros específicos que fazemos corresponder à antiga denominação de *imago*.

Entre estes últimos, há os que representam os vetores eletivos das intenções agressivas, que elas dotam de uma eficácia que podemos chamar de mágica. São as imagens de castração, emasculação, mutilação, desmembramento, desagregação, entranhação, devoração, explosão do corpo, em suma, as *imagos* que agrupei pessoalmente sob a rubrica, que de fato parece estrutural, de *imagos do corpo despedaçado*.

Há aí uma relação específica do homem com seu próprio corpo, que se manifesta igualmente na generalidade de uma série

de práticas sociais — desde os ritos da tatuagem, da incisão e da circuncisão, nas sociedades primitivas, até aquilo que poderíamos chamar de arbitrariedade procustiana da moda, na medida em que ela desmente, nas sociedades avançadas, o respeito às formas naturais do corpo humano, cuja idéia é tardia na cultura.

Basta escutar a fabulação e as brincadeiras das crianças, isoladas ou entre si, entre os dois e os cinco anos, para saber que arrancar a cabeça e furar a barriga são temas espontâneos de sua imaginação, que a experiência da boneca desmantelada só faz satisfazer.

Há que folhear um álbum que reproduza o conjunto e os detalhes da obra de Hieronymus Bosch, para ali reconhecer o atlas de todas as imagens agressivas que atormentam os homens. A prevalência dentre elas, descoberta pela análise, das imagens de uma autoscopia primitiva dos órgãos orais e derivados da cloaca gerou, ali, formas de demônios. Não faltam nem mesmo a ogiva das *angustiae* do nascimento, que encontramos na porta dos precipícios para onde eles empurram os condenados, nem a estrutura narcísica, que podemos evocar nas esferas de vidro em que se acham aprisionados os parceiros exaustos do jardim das delícias.

Reencontramos incessantemente essas fantasmagorias nos sonhos, particularmente no momento em que a análise parece vir refletir-se no fundo das fixações mais arcaicas. E evocarei o sonho de um de meus pacientes, em quem as fantasias agressivas manifestavam-se por fantasias obsedantes; no sonho, ele se via, estando num carro com a mulher de seus amores difíceis, perseguido por um peixe voador, cujo corpo de bexiga de ar deixava transparecer um nível de líquido horizontal, imagem de perseguição vesical de grande clareza anatômica.

Todos esses são dados primordiais de uma *Gestalt* própria da agressão no homem e ligada ao caráter simbólico, não menos do que ao cruel refinamento das armas que ele fabrica, pelo menos no estágio artesanal de sua indústria. Essa função imaginária se esclarecerá em nossas colocações.

Notamos aqui que, ao se tentar uma redução behaviorista do processo analítico — coisa a que uma preocupação com o rigor, a meu ver injustificada, impeliaria alguns de nós —, ele é mutilado de seus dados subjetivos mais importantes, dos quais as fantasias privilegiadas são as testemunhas na consciência e que nos permitiram conceber a *imago*, formadora da identificação.

[105]

[106]

TESE III: *Os impulsos de agressividade decidem sobre as razões que motivam a técnica da análise*

O diálogo em si parece constituir uma renúncia à agressividade; a filosofia, desde Sócrates, sempre depositou nele a esperança de fazer triunfar a via racional. E, no entanto, desde o momento em que Trasímaco fez sua retirada demente no começo do grande diálogo da *República*, o fracasso da dialética verbal só tem feito demonstrar-se com imensa frequência.

Sublinhei que o analista curava pelo diálogo, e curava loucuras igualmente grandes; que virtude, portanto, acrescentou-lhe Freud?

A regra proposta ao paciente na análise deixa-o avançar por uma intencionalidade cega para qualquer outro fim que não sua libertação de um sofrimento ou de uma ignorância dos quais ele nem sequer conhece os limites.

Sua voz é a única a se fazer ouvir, por um tempo cuja duração fica a critério do analista. Particularmente, logo lhe fica patente, e aliás confirmada, a abstenção do analista em lhe responder em qualquer plano de conselho ou projeto. Há nisso um limite que parece ir ao encontro do fim desejado e que deve justificar-se por algum motivo profundo.

Que preocupação condiciona, portanto, diante dele a atitude do analista? A de oferecer ao diálogo um personagem tão desprovido quanto possível de características individuais; nós nos apagamos, saímos do campo em que possam ser percebidos o interesse, a simpatia e a reação buscados por aquele que fala no rosto do interlocutor; evitamos qualquer manifestação de nossos gostos pessoais, escondemos o que pode traí-los, nos despersonalizamos e tendemos, para esse fim, a representar para o outro um ideal de impassibilidade.

Nisso, não exprimimos apenas a apatia que tivemos de realizar em nós mesmos para estar em condições de compreender nosso sujeito, nem tampouco preparamos o realce de oráculo que, contra esse fundo de inércia, deve assumir nossa intervenção interpretativa.

Queremos evitar uma cilada, que esse apelo já encerra, marcado pelo eterno patético da fé, que o doente nos dirige. Ele comporta um segredo: “Toma para ti”, dizem-nos, “essa dor que pesa sobre meus ombros; mas, satisfeito, sereno e confortável como te vejo, não podes ser digno de portá-la.”

[107]

O que aqui aparece como orgulhosa reivindicação do sofrimento mostrará sua face — e, às vezes, num momento tão decisivo que entra na “reação terapêutica negativa” que reteve a atenção de Freud — sob a forma da resistência do amor-próprio, para tomarmos esse termo em toda a profundidade que lhe deu La Rochefoucauld, e que amiúde se declara assim: “Não posso aceitar a idéia de ser libertado por outro que não eu mesmo.”

Claro, numa exigência mais insondável do coração, é a participação em seu sofrimento que o doente espera de nós. Mas é a reação hostil que guia nossa prudência, e que já inspirara a Freud sua cautela contra qualquer tentação de bancar o profeta. Somente os santos são suficientemente desprendidos da mais profunda das paixões comuns para evitar os contragolpes agressivos da caridade.

Quanto a citar o exemplo de nossas virtudes e nossos méritos, nunca vi recorrer a isso senão um certo grande padroeiro, totalmente imbuído de uma idéia tão austera quanto inocente de seu valor apostólico; e penso ainda no furor que ele desencadeou.

Aliás, como nos surpreendermos com essas reações, nós que denunciemos os impulsos agressivos ocultos sob todas as chamadas atividades filantrópicas?

Devemos, no entanto, pôr em jogo a agressividade do sujeito a nosso respeito, já que essas intenções, como sabemos, compõem a transferência negativa que é o nó inaugural do drama analítico.

Esse fenômeno representa, no paciente, a transferência imaginária, para nossa pessoa, de uma das *imagos* mais ou menos arcaicas que, por um efeito de subdução simbólica, degrada, desvia ou inibe o ciclo de uma dada conduta, que, por um acidente de recalque, excluiu do controle do eu uma dada função e um dado segmento corporal, que, por uma ação de identificação, deu sua forma a tal instância da personalidade.

Podemos ver que basta o pretexto mais fortuito para provocar a intenção agressiva que reatualiza a *imago*, instalada permanentemente no plano de sobredeterminação simbólica a que chamamos o inconsciente do sujeito, com sua correlação intencional.

[108]

Tal mecanismo revela-se, muitas vezes, extremamente simples na histeria: no caso de uma moça afetada por astasia-abasia, que vinha há meses resistindo às tentativas de sugestão terapêutica dos mais diversos estilos, meu personagem viu-se imediatamente

identificado com a constelação dos mais desagradáveis traços que para ela era concretizada pelo objeto de uma paixão, aliás bastante marcada por um toque delirante. A *imago* subjacente era a de seu pai, de quem bastou que eu a fizesse observar que lhe faltara o apoio (carência que eu sabia haver efetivamente dominado sua biografia, e num estilo muito romanesco) para que ela se descobrisse curada de seu sintoma, sem que, poderíamos dizer, nada entendesse do que havia acontecido, e sem que a paixão mórbida, aliás, fosse afetada por isso.

Esses nós são mais difíceis de desatar, como se sabe, na neurose obsessiva, justamente pelo fato, muito conhecido por nós, de sua estrutura ser particularmente destinada a camuflar, deslocar, negar, dividir e atenuar a intenção agressiva, e isso segundo uma decomposição defensiva tão comparável, em seus princípios, à ilustrada pela trincheira e pela chicana, que ouvimos vários de nossos pacientes servirem-se, a respeito deles mesmos, de uma referência metafórica a “fortificações ao estilo de Vauban”.²

Quanto ao papel da intenção agressiva na fobia, ele é, por assim dizer, manifesto.

Portanto, não é que seja desfavorável reativar tal intenção na psicanálise.

O que procuramos evitar, através de nossa técnica, é que a intenção agressiva no paciente encontre o apoio de uma idéia atual de nossa pessoa, suficientemente elaborada para que possa organizar-se nas reações de oposição, denegação, ostentação e mentira que nossa experiência nos demonstra serem os modos característicos da instância do *eu* no diálogo.

Caracterizo essa instância, aqui, não pela construção teórica que dela fornece Freud em sua metapsicologia, como sistema *percepção-consciência*, mas pela essência fenomenológica que ele reconheceu como sendo a sua essência mais constante na experiência, sob o aspecto da *Verneinung*, e cujos dados ele nos recomenda apreciar no índice mais geral de uma inversão precedente ao juízo.

[109]

2. Sébastien Le Prestre de Vauban, engenheiro militar responsável pelas fortificações no reinado de Luís XIV. (N.E.)

Em suma, designamos no *eu* o núcleo dado à consciência, mas opaco à reflexão, marcado por todas as ambigüidades que, da complacência à má-fé, estruturam no sujeito humano a vivência passional; esse [*eu*] que, por confessar seu artificialismo à crítica existencial, opõe sua irredutível inércia de pretensões e desconhecimento à problemática concreta da realização do sujeito.

Longe de atacá-lo de frente, a maiêutica analítica adota um rodeio que equivale, em suma, a induzir no sujeito uma paranóia dirigida. Com efeito, um dos aspectos da ação analítica é efetuar a projeção do que Melanie Klein denomina de *maus objetos internos*, mecanismo paranóico, por certo, mas aqui bem sistematizado, filtrado de alguma forma e estancado sob medida.

É esse o aspecto de nossa *praxis* que corresponde à categoria do espaço, contanto que aí se compreenda este espaço imaginário onde se desenvolve a dimensão dos sintomas que os estrutura como ilhotas excluídas, escotomas inertes ou autonomismos parasitários nas funções da pessoa.

À outra dimensão, temporal, correspondem a angústia e sua incidência, seja ela patente, no fenômeno da fuga ou da inibição, seja latente, quando só aparece com a *imagem* motivadora.

Mais uma vez, repetimos, essa *imagem* só se revela desde que nossa atitude ofereça ao sujeito o espelho puro de uma superfície sem acidentes.

Mas, que se imagine, para nos compreender, o que aconteceria com um paciente que visse em seu analista uma réplica exata dele mesmo. Qualquer um sente que o excesso de tensão agressiva criaria tamanho obstáculo à manifestação da transferência, que seu efeito útil só poderia produzir-se com extrema lentidão, e é isso que acontece em certas análises para fins didáticos. Se a imaginarmos, em última instância, vivenciada à maneira da estranheza própria das apreensões do *duplo*, essa situação desencadearia uma angústia incontrolável.

TESE IV: *A agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação a que chamamos narcísico, e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico de seu mundo*

[110]

A experiência subjetiva da análise inscreve prontamente seus resultados na psicologia concreta. Indiquemos apenas o que ela

traz para a psicologia das emoções, mostrando a significação comum de estados tão diversos quanto o medo fantasístico, a cólera, a tristeza ativa ou a fadiga psicastênica.

Passar agora da subjetividade da intenção para a noção de uma tendência à agressão é dar o salto da fenomenologia de nossa experiência para a metapsicologia.

Mas, esse salto não manifesta outra coisa senão uma exigência do pensamento que, para objetivar agora o registro das reações agressivas, e na impossibilidade de seriá-lo numa variação quantitativa, tem que integrá-lo numa fórmula de equivalência. É assim que nos servimos dele com a noção de libido.

A tendência agressiva se revela fundamental numa certa série de estados significativos da personalidade, que são as psicoses paranóides e paranóicas.

Sublinhei em meus trabalhos que seria possível coordenar, por sua seriação estritamente paralela, a qualidade da reação agressiva que se pode esperar de tal forma de paranóia com a etapa da gênese mental representada pelo delírio sintomático dessa mesma forma. Relação que se afigura ainda mais profunda quando — mostrei isso a respeito de uma forma curável, a paranóia de autopunição — o ato agressivo desfaz a construção delirante.

Assim se coloca em série, de maneira contínua, a reação agressiva, desde a explosão tão brutal quanto imotivada do ato, passando por toda a gama das formas de beligerância, até a guerra fria das demonstrações interpretativas, paralelamente às imputações de nocividade que, sem falar do *kakon* obscuro a que o paranóide refere sua discordância de qualquer contato vital, vão-se escalonando, desde a motivação do veneno, retirada do registro de um organicismo muito primitivo, até a motivação mágica do malefício, telepática, da influência, lesiva, da intrusão física, abusiva, do desvio da intenção, espoliadora, do roubo do segredo, profanatória, da violação da intimidade, jurídica, do preconceito, persecutória, da espionagem e da intimidação, prestigiosa, da difamação e do ataque à honra, reivindicatória, do prejuízo e da exploração.

Essa série, onde encontramos todos os invólucros sucessivos do status biológico e social da pessoa, mostrei que ela se prendia, em cada caso, a uma organização original das formas do *eu* e do objeto, que são igualmente afetados por ela em sua estrutura,

inclusive nas categorias espacial e temporal em que eles se constituem, vividos como eventos numa perspectiva de miragens, como afecções com um toque de estereotopia que suspende sua dialética.

Janet, que mostrou tão admiravelmente a significação dos sentimentos de perseguição como momentos fenomenológicos das condutas sociais, não lhes aprofundou o caráter comum, que é precisamente que eles se constituem por uma estagnação de um desses momentos, semelhante, em estranheza, à aparência dos atores quando o filme pára de rodar.

Ora, essa estagnação formal é parenta da estrutura mais geral do conhecimento humano: aquela que constitui o eu e os objetos mediante atributos de permanência, identidade e substancialidade, em suma, sob a forma de entidades ou “coisas” muito diferentes das *Gestalten* que a experiência nos permite isolar no domínio do campo disposto segundo as linhas do desejo animal.

Efetivamente, essa fixação formal que introduz uma certa ruptura de plano, uma certa discordância entre o organismo do homem e seu *Umwelt*, é a própria condição que amplia indefinidamente seu mundo e sua potência, dando a seus objetos sua polivalência instrumental e sua polifonia simbólica, bem como seu potencial de armamento.

O que chamei de conhecimento paranóico demonstra pois corresponder, em suas formas mais ou menos arcaicas, a certos momentos críticos que escandem a história da gênese mental do homem e que representam, cada um, uma etapa da identificação objetivante.

Podemos entrever, pela simples observação, suas etapas na criança, onde uma Charlotte Bühler, uma Elsa Köhler e, depois delas, a escola de Chicago mostram-nos vários planos de manifestações significativas, mas às quais somente a experiência analítica pode dar seu valor exato, permitindo reintegrar nelas a relação subjetiva.

O primeiro plano mostra-nos que a experiência de si próprio na criança de tenra idade, na medida em que ela se refere a seu semelhante, desenvolve-se a partir de uma situação vivida como indiferenciada. Assim, por volta dos oito meses de idade, nos confrontos entre crianças — que, convém notar, para serem fecundos, quase que só permitem dois meses e meio de distância etária —, vemos os gestos de ações fictícias com que um sujeito

[112]

acompanha o esforço imperfeito do gesto do outro, confundindo sua aplicação distinta: as sincronias da captação especular, mais notáveis ainda por se anteciparem à completa coordenação dos aparelhos motores que elas empregam.

Assim, a agressividade que se manifesta nas retaliações de tapas e socos não pode ser apenas tomada por uma manifestação lúdica de exercício das forças e de seu emprego para o referenciamento do corpo. Ela deve ser compreendida numa ordem de coordenação mais ampla: a que subordinará as funções de posturas tônicas e de tensão vegetativa a uma relatividade social cuja prevalência Wallon sublinhou consideravelmente na constituição expressiva das emoções humanas.

Mais ainda, eu mesmo creio ter conseguido destacar que a criança, nessas ocasiões, antecipa no plano mental a conquista da unidade funcional de seu próprio corpo, ainda inacabado, nesse momento, no plano da motricidade voluntária.

Há aí uma primeira captação pela imagem, onde se esboça o primeiro momento da dialética das identificações. Ele está ligado a um fenômeno de *Gestalt*, à percepção muito precoce, na criança, da forma humana, forma esta que, como sabemos, fixa seu interesse desde os primeiros meses e mesmo, no que tange ao rosto humano, desde o décimo dia de vida. Mas o que demonstra o fenômeno de reconhecimento que implica a subjetividade são os sinais de jubilação triunfante e o ludismo de discernimento que caracterizam, desde o sexto mês, o encontro com sua imagem no espelho pela criança. Essa conduta contrasta vivamente com a indiferença manifestada pelos animais que percebem essa imagem, como o chimpanzé, por exemplo, quando eles têm a experiência de sua inutilidade objetual, e ganha ainda mais destaque por se produzir numa idade em que a criança ainda apresenta, quanto ao nível de sua inteligência instrumental, um atraso em relação ao chimpanzé, com quem só se iguala aos onze meses.

[113]

O que chamei de *estádio do espelho* tem o interesse de manifestar o dinamismo afetivo pelo qual o sujeito se identifica primordialmente com a *Gestalt* visual de seu próprio corpo: ela é, em relação à descoordenação ainda muito profunda de sua própria motricidade, uma unidade ideal, uma *imago* salutar; é valorizada por todo o desamparo original, ligado à discordância intra-orgânica e relacional do filhote do homem durante os

primeiros seis meses de vida, nos quais ele traz os sinais, neurológicos e humorais, de uma maturação natal fisiológica.

É essa captação pela *imago* da forma humana, mais do que uma *Einfühlung* cuja ausência tudo vem demonstrar na primeira infância, que domina, entre os seis meses e os dois anos e meio, toda a dialética do comportamento da criança na presença de seu semelhante. Durante todo esse período, registram-se as reações emocionais e os testemunhos articulados de um transativismo normal. A criança que bate diz que bateram nela, a que vê cair, chora. Do mesmo modo, é numa identificação com o outro que ela vive toda a gama das reações de imponência e ostentação, cuja ambivalência estrutural suas condutas revelam com evidência, escravo identificado com o déspota, ator com o espectador, seduzido com o sedutor.

Há nisso uma espécie de encruzilhada estrutural onde devemos acomodar nosso pensamento, para compreender a natureza da agressividade no homem e sua relação com o formalismo de seu eu e de seus objetos. Essa relação erótica, em que o indivíduo humano se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo, eis aí a energia e a forma donde se origina a organização passional que ele irá chamar de seu *eu*.

Essa forma se cristalizará, com efeito, na tensão conflitiva interna ao sujeito, que determina o despertar de seu desejo pelo objeto do desejo do outro: aqui, o concurso primordial se precipita numa concorrência agressiva, e é dela que nasce a tríade do outro, do eu e do objeto, que, fendendo o espaço da comunhão especular, inscreve-se nela segundo um formalismo que lhe é próprio, e que domina a tal ponto a *Einfühlung* afetiva que a criança nessa idade pode desconhecer a identidade das pessoas que lhe são mais familiares, caso elas lhe apareçam num meio inteiramente modificado.

[114]

Mas, se já desde a origem o *eu* se afigura marcado por essa relatividade agressiva, onde os espíritos carentes de objetividade poderão reconhecer as ereções emocionais provocadas no animal a quem um desejo vem solicitar lateralmente, no exercício de seu condicionamento experimental, como não conceber que cada grande metamorfose instintiva a escandir a vida do indivíduo irá novamente questionar sua delimitação, feita da conjunção da história do sujeito com o impensável inatismo de seu desejo?

Eis por que nunca, a não ser num limite do qual os maiores gênios jamais puderam aproximar-se, o *eu* do homem é redutível

à sua identidade vivida; e, nas disrupções depressivas dos revezes vivenciados da inferioridade, ele gera essencialmente as negações mortais que o fixam em seu formalismo. “Não sou nada do que me acontece. Não és nada que tenha valor.”

Do mesmo modo, confundem-se os dois momentos em que o sujeito nega a si mesmo e acusa o outro, e neles descobrimos a estrutura paranóica do *eu* que encontra sua analogia nas negações fundamentais valorizadas por Freud nos três delírios, o do ciúme, o da erotomania e o de interpretação. Trata-se, justamente, do delírio da bela alma misantrópica, que rechaça para o mundo a desordem que compõe seu ser.

A experiência subjetiva deve ser habilitada de pleno direito a reconhecer o nó central da agressividade ambivalente que nosso momento cultural nos dá sob a forma dominante do *ressentimento*, inclusive em seus aspectos mais arcaicos na criança. Assim, por ter vivido num momento semelhante e por não ter tido que sofrer com a resistência *behaviorista*, no sentido que nos é próprio, santo Agostinho antecipou-se à psicanálise, dando-nos uma imagem exemplar de tal comportamento nestes termos: “*Vidi ego et expertus sum zelantem parvulum: nondum loquebatur et intuebatur pallidus amaro aspectu conlactaneum suum*” — “Vi com meus olhos e conheci bem uma criancinha tomada pelo ciúme: ainda não falava e já contemplava, pálida e com uma expressão amarga, seu irmão de leite.” Assim liga ele imperecivelmente, à etapa *infans* (anterior à fala) da primeira infância, a situação da absorção especular: a criança contemplava, reação emocional; inteiramente pálida, reativação das imagens da frustração primordial; e com uma expressão amarga, que são as coordenadas psíquicas e somáticas da agressividade original.

[115]

Foi somente a sra. Melanie Klein que, trabalhando com a criança bem no limite do surgimento da linguagem, ousou projetar a experiência subjetiva nesse período anterior, onde, no entanto, a observação nos permite afirmar sua dimensão, no simples fato, por exemplo, de que uma criança que não fala reage diferentemente a um castigo e a uma brutalidade.

Através dela, ficamos sabendo da função do recinto imaginário primordial formado pela *imago* do corpo materno; através dela temos a cartografia, desenhada pela mão das próprias crianças, de seu império interior, e o atlas histórico das divisões intestinas em que as *imagos* do pai e dos irmãos reais ou virtuais, em que

a agressão voraz do próprio sujeito, negociam sua dominação deletéria sobre suas regiões sagradas. Sabemos também da persistência, no sujeito, da sombra dos *maus objetos internos*, ligados a alguma *associação* acidental (para usar um termo do qual seria bom valorizarmos o sentido orgânico que nossa experiência lhe confere, em oposição ao sentido abstrato que ele preserva da ideologia humeana). Através disso, podemos compreender por quais impulsos estruturais a reevocação de certas *personae* imaginárias e a reprodução de certas inferioridades situacionais podem *desnortear*, da maneira mais rigorosamente previsível, as funções voluntárias no adulto, ou seja, qual é sua incidência despedaçadora na *imago* da identificação original.

Ao nos mostrar a primordialidade da “posição depressiva”, o extremo arcaísmo da subjetivação de um *kakon*, Melanie Klein alarga os limites em que podemos ver em ação a função subjetiva da identificação e, particularmente, permite-nos situar como totalmente original a formação primária do *supereu*.

Mas, precisamente, há um interesse em delimitar a órbita em que se ordenam, para nossa reflexão teórica, as relações, que se acham longe de estar todas elucidadas, da tensão de culpa, da nocividade oral, da fixação hipocondríaca e até mesmo desse masoquismo primordial que excluímos de nossos propósitos para disso tudo isolar a noção de uma agressividade ligada à relação narcísica e às estruturas de desconhecimento e objetivação sistemáticos que caracterizam a formação do *eu*.

[116]

À *Urbild* dessa formação, embora alienante por sua função externalizadora, corresponde uma satisfação própria, que se prende à integração de uma desordem orgânica original, satisfação esta que convém conceber na dimensão de uma deiscência vital constitutiva do homem, e que torna impensável a idéia de um meio que lhe seja previamente formado, libido “negativa” que faz resplandecer novamente a idéia heraclitiana da Discórdia, sustentada pelo efésio como anterior à harmonia.

Nenhuma necessidade, portanto, de ir buscar mais longe a fonte dessa energia sobre a qual Freud, a respeito do problema da repressão, se pergunta de onde o *eu* a retira, para colocá-la a serviço do “princípio de realidade”.

Nenhuma dúvida de que ela provém da “paixão narcísica”, desde que se conceba o *eu* segundo a noção subjetiva que aqui promovemos por ser conforme ao registro de nossa experiência; as dificuldades teóricas encontradas por Freud parecem-nos

prender-se, com efeito, à esta miragem de objetivação, herdada da psicologia clássica, que se constitui pela idéia do sistema *percepção-consciência*, e onde de repente parece ignorada a realidade de tudo o que o *eu* negligencia, escotomiza e desconhece nas sensações que o fazem reagir à realidade, bem como de tudo o que ele ignora, silencia e ata nas significações que recebe da linguagem: desconhecimento bastante surpreendente a desencaminhar o próprio homem que soubera forçar os limites do inconsciente pelo poder de sua dialética.

Assim como a opressão insensata do *supereu* está na raiz dos imperativos motivados da consciência moral, a paixão desvairada, que especifica o homem, por imprimir na realidade sua imagem, é o fundamento obscuro das mediações racionais da vontade.

A noção de uma agressividade como tensão correlata à estrutura narcísica no devir do sujeito permite compreender, numa função formulada com muita simplicidade, toda sorte de acidentes e atipias desse devir.

Indicaremos aqui como concebemos sua ligação dialética com a função do complexo de Édipo. Esta, em sua normalidade, é de sublimação, que designa muito exatamente uma reformulação identificatória do sujeito, e, como escreveu Freud tão logo sentiu a necessidade de uma coordenação “tópica” dos dinamismos psíquicos, uma *identificação secundária*, por introjeção da *imago* do genitor do mesmo sexo.

A energia dessa identificação é dada pelo primeiro surgimento biológico da libido genital. Mas é claro que o efeito estrutural de identificação com o rival não é evidente, a não ser no plano da fábula, e só é concebível se tiver sido preparado por uma identificação primária que estrutura o sujeito como rival de si mesmo. De fato, o toque de impotência biológica encontra-se aqui, assim como o efeito de antecipação característico da gênese do psiquismo humano, na fixação de um “ideal” imaginário, que a análise mostrou decidir sobre a conformação do “instinto” ao sexo fisiológico do indivíduo. Ponto, diga-se de passagem, cuja importância antropológica seria impossível sublinharmos em demasia. Mas, o que nos interessa aqui é a função, que chamaremos apaziguadora, do *ideal do eu*, a conexão de sua normatividade libidinal com uma normatividade cultural, ligada desde o alvorecer da história à *imago* do pai. Nisso jaz, evidentemente, a importância preservada por uma obra de Freud, *Totem*

[117]

e *tabu*, malgrado o círculo mítico que a vicia, na medida em que ela faz derivar do evento mitológico, isto é, do assassinato do pai, a dimensão subjetiva que lhe dá sentido, a culpa.

Freud, com efeito, mostra-nos que a necessidade de uma participação que neutralize o conflito, inscrito, após o assassinato, na situação de rivalidade entre os irmãos, é o fundamento da identificação com o Totem paterno. Assim, a identificação edipiana é aquela através da qual o sujeito transcende a agressividade constitutiva da primeira individuação subjetiva. Insistimos em outra ocasião no passo que ela constitui na instauração dessa distância pela qual, com sentimentos da ordem do respeito, realiza-se toda uma assunção afetiva do próximo.

Somente a mentalidade antidialética de uma cultura que, por ser dominada por fins objetivantes, tende a reduzir ao ser do *eu* toda a atividade subjetiva, pode justificar o assombro produzido num van den Steinen pelo bororo que profere: “Eu sou uma arara.” E todos os sociólogos da “mentalidade primitiva” esfalfam-se em torno dessa profissão de identidade, a qual, no entanto, nada tem de mais surpreendente para a reflexão senão afirmar “Eu sou médico”, ou “Sou cidadão da república francesa”, e com certeza apresenta menos dificuldades lógicas do que promulgar “Eu sou um homem”, o que, em seu pleno valor, só pode querer dizer isto: “Sou semelhante àquele em quem, ao reconhecê-lo como homem, baseio-me para me reconhecer como tal.” Essas diversas fórmulas só são compreensíveis, no final das contas, em referência à verdade do “Eu é um outro”, menos fulgurante na intuição do poeta do que evidente aos olhos do psicanalista.

Quem, senão nós, há de questionar o status objetivo desse [eu] que uma evolução histórica própria de nossa cultura tende a confundir com o sujeito? Essa anomalia mereceria ser manifestada em suas incidências particulares em todos os planos da linguagem, e, para começar, no sujeito gramatical da primeira pessoa em nossas línguas, nesse “eu amo” que hipostasia a tendência num sujeito que a nega. Miragem impossível, em formas lingüísticas entre as quais se alinham as mais antigas, e onde o sujeito aparece fundamentalmente na posição de determinativo ou de instrumento da ação.

Deixemos por aqui a crítica de todos os abusos do *cogito ergo sum*, para lembrar que o *eu*, em nossa experiência, representa o centro de todas as *resistências* ao tratamento dos sintomas.

[118]

E foi paralelamente que vieram para o primeiro plano, de um lado, o papel desempenhado pelas tendências agressivas na estrutura dos sintomas e da personalidade, e de outro, toda sorte de concepções “valorizadoras” da libido liberada, dentre as quais uma das primeiras deveu-se aos psicanalistas franceses, sob o registro da *oblatividade*.

[119]

E uma perspicácia diferente mostraram os teóricos da Idade Média, que debatiam o problema do amor entre dois pólos, o de uma teoria “física” e o de uma teoria “extática”, ambos implicando a reabsorção do *eu* do homem, quer por sua reintegração num bem universal, quer pela efusão do sujeito para um objeto sem alteridade.

É em todas as fases genéticas do indivíduo, em todos os graus de realização humana em sua pessoa, que encontramos esse momento narcísico no sujeito, num antes em que ele deve assumir uma frustração libidinal e num depois em que ele transcende a si mesmo numa sublimação normativa.

Essa concepção faz-nos compreender a agressividade implicada nos efeitos de todas as regressões, de todos os abortamentos, de todas as recusas do desenvolvimento típico do sujeito, e especialmente no plano da realização sexual, ou, mais exatamente, no interior de cada uma das grandes fases determinadas na vida humana pelas metamorfoses libidinais cuja grande função a análise demonstrou: desmame, Édipo, puberdade, maturidade, ou maternidade, ou mesmo clímax involutivo. E dissemos, muitas vezes, que a ênfase inicialmente depositada pela doutrina nas represálias agressivas do conflito edipiano no sujeito correspondeu ao fato de que os efeitos do complexo foram inicialmente percebidos nos *fracassos* de sua solução.

Não é preciso salientar que uma teoria coerente da fase narcísica esclarece a realidade da ambivalência própria das “pulsões parciais” da escopofilia, do sadomasoquismo e da homossexualidade, assim como o formalismo estereotipado e cerimonial da agressividade que neles se manifesta: visamos aqui o aspecto, freqüentemente muito pouco “reconhecido”, da apreensão do outro no exercício de algumas dessas perversões, a seu valor subjetivo, a rigor bem diferente das reconstruções existenciais, aliás muito cativantes, que um Jean-Paul Sartre soube fornecer dela.

[120]

Quero ainda indicar de passagem que a função decisiva que conferimos à *imago* do corpo próprio, na determinação da fase narcísica, permite compreender a relação clínica entre as anomalias congênitas da lateralização funcional (sinistrismo) e todas as formas de inversão da normalização sexual e cultural. Isso nos lembra o papel atribuído à ginástica no ideal do “belo e bom” da educação antiga, e nos leva à tese social com que concluímos.

TESE V: *Tal noção da agressividade, como uma das coordenadas intencionais do eu humano, e especialmente relativa à categoria do espaço, faz conceber seu papel na neurose moderna e no mal-estar da civilização*

Queremos aqui apenas descortinar uma perspectiva sobre os vereditos que nos permite nossa experiência na ordem social atual. A preeminência da agressividade em nossa civilização já

estaria suficientemente demonstrada pelo fato de ela ser habitualmente confundida, na moral mediana, com a virtude da força. Compreendida, mui justificadamente, como significativa de um desenvolvimento do eu, ela é tida como sendo de um uso social indispensável, e tão comumente aceita nos costumes que, para aquilatar sua particularidade cultural, é preciso nos imbuirmos do sentido e das virtudes eficazes de uma prática como a do *jang* na moral pública e privada dos chineses.

Ainda que isso fosse supérfluo, o prestígio da idéia da luta pela vida seria suficientemente atestado pelo sucesso de uma teoria que conseguiu tornar aceitável a nosso pensamento, como explicação válida dos desenvolvimentos da vida, uma seleção baseada na simples conquista do espaço pelo animal. Do mesmo modo, o sucesso de Darwin parece dever-se a ele haver projetado as predações da sociedade vitoriana e a euforia econômica que sancionou a devastação social que ela inaugurou em escala planetária, e a havê-las justificado pela imagem de um *laissez-faire* dos devoradores mais fortes em sua competição por sua presa natural.

[121]

Antes dele, no entanto, Hegel havia fornecido a teoria perene da função própria da agressividade na ontologia humana, parecendo profetizar a lei férrea de nossa época. Foi do conflito entre o Senhor e o Escravo que ele deduziu todo o progresso subjetivo e objetivo de nossa história, fazendo surgir dessas crises as sínteses que representam as formas mais elevadas do status da pessoa no Ocidente, do estóico ao cristão, e até ao futuro cidadão do Estado Universal.

Aqui, o indivíduo natural é tido por nada, já que o sujeito humano efetivamente o é diante do Senhor absoluto que lhe é dado na morte. A satisfação do desejo humano só é possível se mediatizada pelo desejo e pelo trabalho do outro. Se, no conflito entre o Senhor e o Escravo, é o reconhecimento do homem pelo homem que está em jogo, é também numa negação radical dos valores naturais que ele é promovido, ou seja, que se exprime na tirania estéril do senhor ou na tirania fecunda do trabalho.

Sabemos da armadura conferida por essa doutrina profunda ao espartaquismo construtivo do escravo, recriado pela barbárie do século darwiniano.

A relativização de nossa sociologia, pela compilação científica das formas culturais que destruímos no mundo, e igualmente as

análises, marcadas por traços verdadeiramente psicanalíticos, em que a sabedoria de um Platão nos mostra a dialética comum às paixões da alma e da pólis, podem esclarecer-nos sobre a razão dessa barbárie. Trata-se, para dizê-lo no jargão que corresponde a nossas abordagens das necessidades subjetivas do homem, da ausência crescente de todas as saturações do *supereu* e do *ideal do eu* que são realizadas em todo tipo de formas orgânicas das sociedades tradicionais, formas estas que vão dos ritos da intimidade cotidiana às festas periódicas em que se manifesta a comunidade. Já não as conhecemos senão sob os aspectos mais nitidamente degradados. Mais ainda, por abolir a polaridade cósmica dos princípios masculino e feminino, nossa sociedade conhece todas as incidências psicológicas próprias do chamado fenômeno moderno da *luta entre os sexos*. Comunidade imensa, no limite entre a anarquia “democrática” das paixões e seu nivelamento desesperado pelo “grande zangão alado” da tirania narcísica, está claro que a promoção do *eu* em nossa existência leva, conforme a concepção utilitarista do homem que a secunda, a realizar cada vez mais o homem como indivíduo, isto é, num isolamento anímico sempre mais aparentado com sua derrelição original.

[122]

Correlativamente, ao que parece, ou seja, por razões cuja contingência histórica repousa numa necessidade que algumas de nossas considerações permitem discernir, estamos engajados num projeto técnico em escala da espécie: o problema é saber se o conflito entre o Senhor e o Escravo encontrará sua solução no serviço do autômato, se uma psicotécnica que já se revela prenhe de aplicações cada vez mais precisas se empenhará em fornecer condutores de bólidos e supervisores de centrais reguladoras.

A noção do papel da simetria espacial na estrutura narcísica do homem é essencial para lançar as bases de uma análise psicológica do espaço, da qual só podemos aqui indicar o lugar. Digamos que a psicologia animal revelou-nos que a relação do indivíduo com um certo campo espacial é, em algumas espécies, socialmente demarcada, de uma maneira que a eleva à categoria do pertencimento subjetivo. Diremos que é a possibilidade subjetiva da projeção especular de tal campo no campo do outro que confere ao espaço humano sua estrutura originalmente “geométrica”, estrutura que preferiríamos chamar de *caleidoscópica*.

Assim é, pelo menos, o espaço onde se desenvolve o conjunto de imagens do *eu*, e que vem juntar-se ao espaço objetivo da realidade. Mas porventura ele nos oferece uma base garantida? No próprio “espaço vital” onde se desenvolve a competição humana sempre mais acirrada, um observador estelar de nossa espécie concluiria por necessidades de evasão de efeitos singulares. Mas, acaso a extensão conceitual a que acreditamos ter conseguido reduzir o real não parece recusar ainda mais seu apoio ao pensamento fisicalista? Assim, por ter levado nosso domínio aos confins da matéria, não irá esse espaço “realizado”, que nos faz parecerem ilusórios os grandes espaços imaginários onde se movimentavam as livres fantasias dos antigos sábios, por sua vez, desvanecer-se num bramido do fundo universal?

[123]

Sabemos, de qualquer modo, por onde procede nossa adaptação a essas exigências, e que a guerra revela-se cada vez mais a parteira obrigatória e necessária de todos os progressos de nossa organização. Seguramente, a adaptação dos adversários em sua oposição social parece progredir para um concurso de formas, porém podemos indagar-nos se este é motivado por uma aliança na necessidade ou pela identificação cuja imagem Dante nos mostra, em seu Inferno, num beijo mortal.

Além do mais, não parece que o indivíduo humano, como material de tal luta, seja absolutamente infalível. E a detecção dos “maus objetos internos”, responsáveis pelas reações (que podem ser muito caras em equipamentos) de inibição e escalada dos acontecimentos, detecção à qual recentemente aprendemos a proceder mediante os elementos das tropas de choque, da aviação de caça, do pára-quedas e dos grupos de assalto, prova que a guerra, depois de muito nos haver ensinado sobre a gênese das neuroses, mostra-se talvez exigente demais em matéria de sujeitos cada vez mais neutros numa agressividade cujo patético é indesejável.

Não obstante, também quanto a isso temos algumas verdades psicológicas a introduzir, quais sejam, o quanto o pretensão “instinto de conservação” do *eu* tende a enfraquecer na vertigem da dominação do espaço e, sobretudo, o quanto o medo da morte, do “Senhor absoluto”, suposto na consciência por toda uma tradição filosófica desde Hegel, está psicologicamente subordinado ao medo narcísico da lesão do corpo próprio.

Não nos parece vão ter sublinhado a relação mantida com a dimensão do espaço por uma tensão subjetiva, que, no mal-estar da civilização, vem corroborar a da angústia, tão humanamente abordada por Freud, e que se desenvolve na dimensão temporal. Também a esta esclareceríamos facilmente por significações contemporâneas de duas filosofias que corresponderiam às que acabamos de evocar: a de Bergson, por sua insuficiência naturalista, e a de Kierkegaard, por sua significação dialética.

Somente no cruzamento dessas duas tensões dever-se-ia contemplar a assunção, pelo homem, de seu despedaçamento original, mediante o que podemos dizer que a cada instante ele constitui seu mundo através de seu suicídio, e cuja experiência psicológica Freud teve a audácia de formular, por mais paradoxal que seja sua expressão em termos biológicos, isto é, como “instinto de morte”.

[124]

No homem “liberado” da sociedade moderna, eis que esse despedaçamento revela, até o fundo do ser, sua pavorosa fissura. É a neurose de autopunição, com os sintomas histérico-hipocondríacos de suas inibições funcionais, com as formas psicastênicas de suas desrealizações do outro e do mundo, com suas seqüências sociais de fracasso e de crime. É essa vítima comovente, evadida de alhures, inocente, que rompe com o exílio que condena o homem moderno à mais assustadora galé social, que acolhemos quando ela vem a nós; é para esse ser de nada que nossa tarefa cotidiana consiste em reabrir o caminho de seu sentido, numa fraternidade discreta em relação à qual sempre somos por demais desiguais.

Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia

[125]

COMUNICAÇÃO PARA A XIII CONFERÊNCIA DOS
PSICANALISTAS DE LÍNGUA FRANCESA (29 DE MAIO DE 1950),
EM COLABORAÇÃO COM MICHEL CÉNAC

I. Do movimento da verdade nas ciências do homem

Se a teoria nas ciências físicas nunca escapou realmente à exigência de coerência interna que constitui o próprio movimento do conhecimento, as ciências do homem, por se encarnarem em comportamentos na própria realidade de seu objeto, não podem eludir a questão de seu sentido, nem fazer com que a resposta se imponha em termos de verdade.

Que a realidade do homem implique esse processo de revelação, eis aí um fato que fundamenta para alguns pensar a história como uma dialética inscrita na matéria; é inclusive uma verdade que nenhum ritual de proteção “behaviorista” do sujeito frente a seu objeto há de castrar com sua agudeza criadora e mortal, e que faz do próprio estudioso, devoto do “puro” conhecimento, um responsável em primeiro grau.

Ninguém sabe disso melhor que o psicanalista, que, no entendimento do que lhe confia seu sujeito assim como no manejo dos comportamentos condicionados pela técnica, age por uma revelação cuja verdade condiciona a eficácia.

Por outro lado, não seria a busca da verdade o que constitui o objeto da criminologia na ordem das coisas judiciais, e também o que unifica suas duas faces: a verdade do crime em sua face policial, a verdade do criminoso em sua face antropológica?

Em que contribuem para essa busca a técnica que norteia nosso diálogo com o sujeito e as noções que nossa experiência definiu em psicologia, eis o problema que constituirá hoje nosso propósito: menos para falar de nossa contribuição ao estudo da

delinquência — exposta nos outros relatórios — do que para estabelecer seus limites legítimos, e por certo não para propagar a letra de nossa doutrina sem uma preocupação de método, mas para repensá-la, como nos é recomendado fazer incessantemente, em função de um novo objeto.

[126]

II. *Da realidade sociológica do crime e da lei, e da relação da psicanálise com seu fundamento dialético*

Nem o crime nem o criminoso são objetos que se possam conceber fora de sua referência sociológica.

A máxima “é a lei que faz o pecado” continua a ser verdadeira fora da perspectiva escatológica da Graça em que são Paulo a formulou.

Ela é cientificamente confirmada pela constatação de que não há sociedade que não comporte uma lei positiva, seja esta tradicional ou escrita, de costume ou de direito. Tampouco existe aquela em que não apareçam no grupo todos os graus de transgressão que definem o crime.

A pretensa obediência “inconsciente”, “forçada” ou “intuitiva” do primitivo à regra do grupo é uma concepção etnológica, fruto de uma insistência imaginária que lançou seu reflexo sobre muitas outras concepções das “origens”, porém tão mítica quanto elas.

Toda sociedade, por fim, manifesta a relação do crime com a lei através de castigos cuja realização, sejam quais forem suas modalidades, exige um assentimento subjetivo. Quer o criminoso, com efeito, se constitua ele mesmo no executor da punição que a lei dispõe como preço do crime — como no caso do incesto cometido nas ilhas Trobriand entre primos matrilineares, e cujo desfecho Malinowski nos relata em seu livro, capital nessa matéria, sobre *O crime e o costume nas sociedades selvagens* (e não importam as motivações psicológicas em que se decompõe a razão do ato, nem tampouco as oscilações de vendeta que as maldições do suicida podem gerar no grupo) —, quer a sanção prevista por um código penal comporte um processo que exija aparelhos sociais muito diferenciados, esse assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição.

As crenças mediante as quais essa punição se motiva no indivíduo, assim como as instituições pelas quais ela passa ao ato no grupo, permitem-nos definir numa dada sociedade aquilo [127] que designamos, na nossa, pelo termo responsabilidade.

Mas, é preciso que a entidade responsável seja sempre equivalente. Digamos que se, primitivamente, é a sociedade em seu conjunto (sempre fechado, em princípio, como realçaram os etnólogos) que é considerada afetada, pelo fato de que um de seus membros deva ser restabelecido de um desequilíbrio, esse membro é tão pouco responsável como indivíduo que, muitas vezes, a lei exige satisfações à custa ou bem de um dos defensores ou bem da coletividade de um “in-group” que o encobre.

Ocorre até que a sociedade se considere tão alterada em sua estrutura que recorre a processos de exclusão do mal sob a forma de um bode expiatório, ou então de regeneração através de um recurso externo. Responsabilidade coletiva ou mística da qual nossos costumes trazem os vestígios, quando não tenta vir novamente à luz por meios invertidos.

Mas, também nos casos em que a punição limita-se a atingir o indivíduo fautor do crime, não é na mesma função nem, se quisermos, na mesma imagem dele mesmo que ele é tido como responsável, o que fica evidente ao refletirmos sobre a diferença da pessoa que tem que responder por seus atos conforme seu juiz represente o Santo Ofício ou presida o Tribunal do Povo.

É aí que a psicanálise, pelas instâncias que distingue no indivíduo moderno, pode esclarecer as vacilações da noção de responsabilidade em nossa época e o advento correlato de uma objetivação do crime para a qual ela pode colaborar.

Pois, com efeito, se em razão de limitar ao indivíduo a experiência que ela constitui, ela não pode ter a pretensão de apreender a totalidade de qualquer objeto sociológico, nem tampouco o conjunto das motivações atualmente em ação em nossa sociedade, persiste o fato de que ela descobriu tensões relacionais que parecem desempenhar em todas as sociedades uma função basal, como se o mal-estar da civilização desnudasse a própria articulação da cultura com a natureza. Podemos estender suas equações, com a ressalva de efetuar sua transformação correta, às ciências do homem que podem utilizá-las e, especialmente, como veremos, à criminologia.

Acresce que, se o recurso à confissão do sujeito, que é uma das chaves da verdade criminológica, e a reintegração na comunidade social, que é uma das finalidades de sua aplicação, parecem encontrar uma forma privilegiada no diálogo analítico, isso se dá, antes de mais nada, porque, podendo ser levado às significações mais radicais, esse diálogo aproxima-se do universal que está incluído na linguagem e que, longe de podermos eliminá-lo da antropologia, constitui seu fundamento e seu fim, pois a psicanálise é apenas uma extensão técnica que explora no indivíduo o alcance da dialética que escande as produções de nossa sociedade e onde a máxima pauliniana recupera sua verdade absoluta.

A quem nos perguntar aonde nos leva tal colocação, responderemos, com o risco gratamente assumido de descartar a jactância clínica e o farisaísmo preventivo, remetendo-o a um dos diálogos que nos relatam os atos do herói da dialética e, em especial, ao *Górgias*, cujo subtítulo, invocando a retórica e bem feito para distrair a incultura contemporânea, contém um verdadeiro tratado do movimento do Justo e do Injusto.

Ali, Sócrates refuta a ênfase do Mestre/Senhor, encarnado num homem livre dessa pólis antiga cujo limite é dado pela realidade do Escravo. Forma que abre caminho para o homem livre da Sabedoria, ao reconhecer o absoluto da Justiça nela estabelecido em virtude da simples linguagem, sob a maiêutica do Interlocutor. Assim, Sócrates, não sem fazê-lo aperceber-se da dialética, tão sem fundo quanto o tonel das Danaides, das paixões do poder, nem poupá-lo de reconhecer a lei de seu próprio ser político na injustiça da pólis, acaba por incliná-lo ante os mitos eternos em que se exprime o sentido do castigo, da emenda para o indivíduo e do exemplo para o grupo, muito embora ele próprio, em nome do mesmo universal, aceite o destino que lhe cabe e se submeta de antemão ao veredito insensato da pólis que o fez homem.

Nada há de inútil, com efeito, em lembrar o momento histórico em que nasceu uma tradição que condicionou o aparecimento de todas as nossas ciências e na qual se afirmou o pensamento do iniciador da psicanálise, quando ele proferiu com uma confiança patética: “A voz do intelecto é baixa, mas não pára enquanto não se faz ouvida” — onde cremos ouvir, num eco abafado, a própria voz de Sócrates dirigindo-se a Cálicles: “A filosofia diz sempre a mesma coisa.”

III. *Do crime que exprime o simbolismo do supereu como instância psicopatológica: se a psicanálise irrealiza o crime, ela não desumaniza o criminoso*

[129]

Se nem sequer podemos captar a realidade concreta do crime sem referi-lo a um simbolismo cujas formas positivas coordenam-se na sociedade, mas que se inscreve nas estruturas radicais que a linguagem transmite inconscientemente, esse simbolismo foi também o primeiro sobre o qual a experiência psicanalítica demonstrou, através de efeitos patogênicos, a que limites até então desconhecidos ele repercute no indivíduo, tanto em sua fisiologia quanto em sua conduta.

Assim, foi partindo de uma das significações de relação que a psicologia das “sínteses mentais” recalcava ao máximo em sua reconstrução das funções individuais que Freud inaugurou a psicologia que se reconheceu bizarramente como sendo a das profundezas, sem dúvida em razão do alcance totalmente superficial daquilo cujo lugar ela tomou.

Esses efeitos, dos quais ela descobriu o sentido, ela os designou audaciosamente pelo sentimento que lhes é correspondente na vivência: a culpa.

Nada poderia manifestar melhor a importância da revolução freudiana do que o uso técnico ou vulgar, implícito ou rigoroso, confesso ou sub-reptício, que é feito em psicologia dessa verdadeira categoria onipresente desde então, de tão desconhecida que era — nada, a não ser os estranhos esforços de alguns para reduzi-la a formas “genéticas” ou “objetivas”, trazendo a garantia de um experimentalismo “behaviorista” que há muito se haveria calado, caso se abstivesse de ler nos fatos humanos as significações que os especificam como tais.

E mais, a primeira *situação*, cuja noção ainda somos devedores à iniciativa freudiana por tê-la introduzido em psicologia para que ela ali obtivesse, no correr do tempo, o mais prodigioso sucesso — primeira situação, dizemos, não como confronto abstrato esboçando uma relação, mas como crise dramática que se resolve como estrutura —, é justamente a do crime em suas duas formas mais abominadas, o Incesto e o Parricídio, cuja sombra engendra toda a patogênese do Édipo.

É concebível que, havendo recebido na psicologia tamanha contribuição do social, o médico Freud tenha ficado tentado a

[130]

lhe fazer algumas retribuições e que, com *Totem e tabu*, em 1912, tenha querido demonstrar no crime primordial a origem da Lei universal. Não importa a que crítica de método esteja sujeito esse trabalho, o importante foi que ele reconheceu que com a Lei e o Crime começava o homem, depois de o clínico haver mostrado que suas significações sustentavam inclusive a forma do indivíduo, não apenas em seu valor para o outro, mas também em sua ereção para si mesmo.

Assim veio à luz a concepção do *supereu*, inicialmente fundamentada em efeitos de censura inconsciente que explicavam estruturas psicopatológicas já identificadas, logo depois esclarecendo as anomalias da vida cotidiana e, por último, correlata à descoberta de uma morbidez imensa, ao mesmo tempo que de seus móveis psicogenéticos: a neurose de caráter, os mecanismos do fracasso, as impotências sexuais, “der gehemmte Mensch”.

Revelou-se assim uma imagem moderna do homem que contrastava estranhamente com as profecias dos pensadores do fim do século, imagem tão derrisória para as ilusões alimentadas pelos libertários quanto para as inquietações inspiradas nos moralistas pela emancipação das crenças religiosas e pelo enfraquecimento dos laços tradicionais. À concupiscência que reluzia nos olhos do velho Karamazov quando ele interrogava seu filho — “Deus está morto, agora tudo é permitido” —, esse homem, o mesmo que sonha com o suicídio niilista do herói de Dostoiévski ou se obriga a encher a língua nietzschiana, responde com todos os seus males e com todos os seus gestos: “Deus está morto, nada mais é permitido.”

Esses males e esses gestos, a significação da autopunição os abrange a todos. Caberá então estendê-la a todos os criminosos, na medida em que, segundo a fórmula pela qual se exprime o humor glacial do legislador, como ninguém pode alegar desconhecer a lei, qualquer um pode prever sua incidência e deve, portanto, ser tido como procurando seu castigo?

Esse comentário irônico deve, ao nos obrigar a definir o que a psicanálise reconhece como crimes ou delitos provenientes do *supereu*, permitir-nos formular uma crítica do alcance dessa noção em antropologia.

Reportemo-nos às notáveis observações *princeps* pelas quais Alexander e Staub introduziram a psicanálise na criminologia. Seu teor é convincente, quer se trate de “tentativa de homicídio

[131]

de um neurótico”, quer dos furtos singulares do estudante de medicina que não sossegou enquanto não se fez aprisionar pela polícia berlinense, e que, em vez de adquirir o diploma a que seus conhecimentos e seus dons reais lhe davam direito, preferia exercê-los infringindo a lei, quer se trate ainda do “posseço das viagens de automóvel”. Releiamos também a análise que fez a sra. Marie Bonaparte do caso da sra. Lefebvre: a estrutura mórbida do crime ou dos delitos é evidente: o caráter forçado destes na execução, sua estereotipia quando eles se repetem, o estilo provocador da defesa ou da confissão, a incompreensibilidade dos motivos, tudo confirma a “coação por uma força a que o sujeito não pôde resistir”, e os juízes de todos esses casos concluíram nesse sentido.

Essas condutas, no entanto, tornam-se perfeitamente claras à luz da interpretação edipiana. Mas o que as distingue como mórbidas é seu caráter simbólico. Sua estrutura psicopatológica não está, de modo algum, na situação criminal que elas exprimem, mas no modo *irreal* dessa expressão.

Para nos fazermos compreender até o fim, contrastemos com elas um fato que, apesar de constante nos anais dos exércitos, adquire toda a sua importância do modo, ao mesmo tempo muito extenso e seletivo dos elementos sociais, pelo qual se efetua há mais de um século, em nossas populações, o recrutamento dos defensores da pátria ou da ordem social, qual seja, o gosto que se manifesta na coletividade assim formada, no dia de glória que a põe em contato com seus adversários civis, pela situação que consiste em violar uma ou várias mulheres na presença de um macho, de preferência idoso e previamente reduzido à impotência, sem que nada leve a presumir que os indivíduos que a realizam se distingam, antes ou depois, como filhos ou maridos, como pais ou cidadãos, da moralidade normal. Fato simples, que bem podemos qualificar de *fait divers*, pela diversidade do crédito que lhe é atribuído conforme sua fonte, e até, propriamente falando, de divertido, pelo material que essa diversidade oferece às propagandas.

Dizemos que há nisso um crime real, embora ele seja praticado precisamente numa forma edipiana, e o fator seria justificadamente castigado se as condições heróicas em que se considera que tenha sido realizado não fizessem, na maioria das vezes, com que a responsabilidade fosse assumida pelo grupo que encobre o indivíduo.

[132]

Reencontramos, pois, as fórmulas límpidas que a morte de Mauss traz de novo à luz de nossa atenção: as estruturas da sociedade são simbólicas; o indivíduo, na medida em que é normal, serve-se delas em condutas reais; na medida em que é psicopata, exprime-as por condutas simbólicas.

Mas é evidente que o simbolismo assim expresso só pode ser parcelar, ou, quando muito, pode-se afirmar que ele marca o ponto de ruptura ocupado pelo indivíduo na rede das agregações sociais. A manifestação psicopática pode revelar a estrutura da falha, mas essa estrutura só pode ser tomada por um elemento na exploração do conjunto.

Eis por que as tentativas sempre renovadas e sempre falaciosas de fundamentar na teoria analítica noções como as de personalidade modal, caráter nacional ou *supereu coletivo* devem por nós ser dela distinguidas com o máximo rigor. Compreende-se, é claro, a atração que uma teoria que deixa transparecer de maneira tão sensível a realidade humana exerce sobre os pioneiros de campos da mais incerta objetivação; acaso não ouvimos um eclesiástico, cheio de boa vontade, prevalecer-se perante nós de sua intenção de aplicar os dados da psicanálise ao simbolismo cristão? Para cortar pela raiz essas extrapolações indevidas, basta sempre referir novamente a teoria à experiência.

É nisso que o simbolismo, doravante reconhecido na primeira ordem de delinquência que a psicanálise isolou como psicopatológica, deve permitir-nos precisar, em extensão e em compreensão, a significação social do edipianismo, bem como criticar o alcance da noção de *supereu* para o conjunto das ciências do homem.

Ora, em sua maior parte, senão em sua totalidade, os efeitos psicopatológicos em que se revelaram as tensões oriundas do edipianismo, não menos do que as coordenadas históricas que impuseram esses efeitos ao talento investigativo de Freud, permitem-nos pensar que eles exprimem uma deiscência do grupo familiar no seio da sociedade. Essa concepção, que se justifica pela redução cada vez mais estreita desse grupo à sua forma conjugal, e pela consequência que se segue do papel formador cada vez mais exclusivo que lhe é reservado nas primeiras identificações da criança e na aprendizagem das primeiras disciplinas, explica o aumento do poder captador desse grupo sobre o indivíduo, na medida mesma do declínio de seu poder social.

[133]

Evoquemos apenas, para fixar as idéias, o fato de que, numa sociedade matrilinear como a dos Zuni ou dos Hopi, os cuidados com a criança, a partir do momento de seu nascimento, cabem por direito à irmã de seu pai, o que a inscreve, desde que ela vem à luz, num duplo sistema de relações parentais, que se enriquecerão a cada etapa de sua vida por uma crescente complexidade de relações hierarquizadas.

Está portanto superado o problema de comparar as vantagens que pode apresentar, para a formação de um *supereu* suportável para o indivíduo, uma certa pretensa organização matriarcal da família, em relação ao triângulo clássico da estrutura edipiana. A experiência deixou patente, doravante, que esse triângulo é apenas a redução ao grupo natural, efetuada por uma evolução histórica, de uma formação em que a autoridade reservada ao pai, único traço subsistente de sua estrutura original, mostra-se, de fato, cada vez mais instável ou obsoleta, e as incidências psicopatológicas dessa situação devem ser referidas tanto à escassez das relações grupais que ela assegura ao indivíduo quanto à ambivalência cada vez maior de sua estrutura.

Essa concepção confirma-se pela noção de delinquência latente a que Aichhorn foi conduzido, ao aplicar a experiência analítica aos jovens de quem estava encarregado a título de uma jurisdição especial. Sabemos que Kate Friedlander elaborou dela uma concepção genética, sob a rubrica do “caráter neurótico”, e também que os críticos mais informados, desde o próprio Aichhorn até Glover, pareceram surpreender-se com a incapacidade da teoria de distinguir a estrutura desse caráter, enquanto criminogênica, da estrutura da neurose, onde as tensões permanecem latentes nos sintomas.

A colocação aqui trabalhada permite entrever que o “caráter neurótico” é o reflexo, na conduta individual, do isolamento do grupo familiar, cuja posição associal esses casos sempre demonstram, ao passo que a neurose exprime, antes, suas anomalias estruturais. Aliás, o que exige uma explicação é menos a passagem ao ato delituoso, num sujeito encerrado no que Daniel Lagache qualificou, muito justificadamente, de conduta imaginária, do que os processos pelos quais o neurótico adapta-se parcialmente ao real: trata-se, como sabemos, dessas mutações autoplásticas que podemos reconhecer na origem dos sintomas.

[134]

Essa referência sociológica do “caráter neurótico” concorda, de resto, com a gênese que dele fornece Kate Friedlander, se é exato resumi-la como a repetição, através da biografia do sujeito, das frustrações pulsionais que estariam como que detidas num curto-circuito na situação edipiana, sem nunca mais se engajar numa elaboração estrutural.

A psicanálise, em sua apreensão dos crimes determinados pelo *supereu*, tem como efeito, portanto, *irrealizá-los*. No que se harmoniza com um obscuro reconhecimento que há muito se impôs aos melhores dentre aqueles a quem coube assegurar a aplicação da lei.

Aliás, as vacilações registradas na consciência social ao longo de todo o século XIX, quanto à questão do direito de punir, são características. Seguro de si e até implacável, desde que apareça uma motivação utilitária — a ponto de o uso inglês da época tomar o pequeno delito, até mesmo de furto, que desse ensejo a um homicídio, como equivalente à premeditação que define o assassinato (cf. Alimena, *La premeditazione*) —, o pensamento dos penalogistas hesita diante do crime em que surgem instintos cuja natureza escapa ao registro utilitarista no qual se manifesta o pensamento de um Bentham.

Uma primeira resposta foi dada pela concepção lombrosiana nos primórdios da criminologia, considerando esses instintos atávicos e fazendo do criminoso um sobrevivente de uma forma arcaica da espécie, biologicamente isolável. Resposta da qual podemos dizer que trai sobretudo uma regressão filosófica muito mais real em seus autores, e cujo sucesso só pode explicar-se pelas satisfações que a euforia da classe dominante podia exigir, tanto para seu conforto intelectual quanto para sua consciência pesada.

Havendo as calamidades da Primeira Guerra Mundial marcado o fim dessas pretensões, a teoria lombrosiana foi devolvida aos tempos d’antanho, e o mais simples respeito pelas condições apropriadas a qualquer ciência humana, as quais julgamos ter que relembrar em nosso exórdio, impôs-se até mesmo ao estudo do criminoso.

The Individual Offender, de Healy, marcou época no retorno aos princípios, instituindo antes de mais nada o de que esse estudo devia ser monográfico. Os resultados concretos trazidos pela psicanálise marcam uma outra época, tão decisiva pela

[135]

confirmação doutrinária que eles dão a esse princípio quanto pela amplitude dos fatos valorizados.

Do mesmo modo, a psicanálise soluciona um dilema da teoria criminológica: ao irrealizar o crime, ela não desumaniza o criminoso.

Mais ainda, pela mola da transferência ela dá acesso ao mundo imaginário do criminoso, que pode ser para ele a porta aberta para o real.

Observem-se aqui a manifestação espontânea dessa mola na conduta do criminoso e a transferência que tende a se produzir para a pessoa de seu juiz, da qual seria fácil colher provas. Citemos apenas, pela beleza do fato, as confidências do chamado Frank ao psiquiatra Gilbert, encarregado da boa apresentação dos réus no processo de Nuremberg: esse Maquiavel derrisório, e neurótico a tal ponto que a ordem insensata do fascismo confiou-lhe suas grandes obras, sentia o remorso agitar sua alma ante a simples aparência de dignidade encarnada na figura de seus juízes, particularmente a do juiz inglês, “tão elegante”, em suas palavras.

Os resultados obtidos com “grandes” criminosos por Melitta Schmideberg, embora sua publicação esbarre no obstáculo com que deparam todas as nossas análises, mereceriam ser acompanhados em sua catamnese.

Seja como for, os casos que decorrem claramente do edipianismo deveriam ser confiados ao analista, sem nenhuma das limitações que podem entravar sua ação.

Como não fazer a experiência inteira disso, quando a penalogia justifica-se tão mal que repugna à consciência popular aplicá-la até mesmo aos crimes *reais*, como se vê no célebre caso, na América, relatado por Grotjahn em seu artigo “Searchlights on delinquency”, onde se vê o júri absolver os acusados, para entusiasmo do público, embora todas as acusações parecessem incriminá-los na prova do assassinato, simulado de acidente marítimo, dos pais de um deles?

[136]

Concluamos estas considerações completando as conseqüências teóricas que decorrem da utilização da noção de *supereu*. O *supereu*, diremos, deve ser tomado como uma manifestação individual, ligada às condições sociais do edipianismo. Assim é que as tensões criminosas incluídas na situação familiar só se tornam patogênicas nas sociedades onde essa própria situação se desintegra.

Nesse sentido, o *supereu* revela a tensão, tal como a doença às vezes esclarece uma função na fisiologia.

Mas, nossa experiência dos efeitos do *supereu*, assim como a observação direta da criança à luz dessa experiência, revela-nos seu surgimento num estágio tão precoce que ele parece ser contemporâneo ou mesmo anterior ao surgimento do *eu*.

Melanie Klein afirma as categorias do Bom e do Mau no estágio *infans* do comportamento, levantando o problema da implicação retroativa das significações numa etapa anterior ao surgimento da linguagem. Sabemos como seu método, manejando, sem levar em conta nenhuma objeção, as tensões do edipianismo numa interpretação ultraprecoce das intenções da criança pequena, desatou esse nó pela ação, não sem provocar discussões apaixonadas em torno de suas teorias.

O fato é que a persistência imaginária dos bons e maus objetos primordiais, em comportamentos de fuga que podem colocar o adulto em conflito com suas responsabilidades, levaria o *supereu* a ser concebido como uma instância psicológica que, no homem, tem uma significação genérica. Essa noção, no entanto, nada tem de idealista; ela se inscreve na realidade da miséria fisiológica própria dos primeiros meses de vida do homem, na qual um de nós insistiu, e exprime a dependência do homem, genérica de fato em relação ao meio humano.

Que essa dependência possa surgir como significante no indivíduo, num estágio incrivelmente precoce de seu desenvolvimento, não é um fato diante do qual o psicanalista deva recuar.

Se nossa experiência com os psicopatas levou-nos à articulação da natureza com a cultura, nela descobrimos essa instância obscura, cega e tirânica que parece ser a antinomia, no pólo biológico do indivíduo, do ideal do Dever puro que o pensamento kantiano coloca como contraparte da ordem incorruptível do céu estrelado.

[137]

Sempre pronta a emergir da desordem das categorias sociais, para recriar, segundo a bela expressão de Hesnard, o Universo mórbido da falta [*faute*], essa instância só é apreensível, contudo, no estado psicopático, isto é, no indivíduo.

Nenhuma forma do *supereu*, portanto, é passível de ser inferida do indivíduo para uma dada sociedade. E o único *supereu coletivo* que se pode conceber exigiria uma desagregação molecular integral da sociedade. É verdade que o entusiasmo em que vimos

toda uma juventude sacrificar-se por ideais de nada faz-nos entrever sua realização possível no horizonte de fenômenos sociais de massa que assim suporiam uma escala universal.

IV. Do crime em suas relações com a realidade do criminoso: se a psicanálise fornece sua medida, ela indica seu móvel social fundamental

A responsabilidade, isto é, o castigo, é uma característica essencial da idéia do homem que prevalece numa dada sociedade.

Uma civilização cujos ideais sejam cada vez mais utilitários, empenhada como está no movimento acelerado da produção, nada mais pode conhecer da significação expiatória do castigo. Se ela conserva seu peso exemplar, é tendendo a absorvê-lo em seu fim correccional. E além do mais, este muda imperceptivelmente de objeto. Os ideais do humanismo se resolvem no utilitarismo do grupo. E, como o grupo que faz a lei não está, por razões sociais, completamente seguro da justiça dos fundamentos de seu poder, ele se remete a um humanitarismo em que se exprimem igualmente a revolta dos explorados e a consciência pesada dos exploradores, para os quais a noção de castigo tornou-se igualmente insuportável. A antinomia ideológica reflete, aqui como em outros aspectos, o mal-estar social. Ela agora busca sua solução numa formulação científica do problema, isto é, numa análise psiquiátrica do criminoso a que deve reportar-se, após examinar todas as medidas de prevenção contra o crime e de proteção contra sua recidiva, o que podemos designar como uma concepção sanitária da penologia.

[138]

Essa concepção supõe resolvidas as relações do direito com a violência e o poder de uma polícia universal. Com efeito, nós vimos a consideração que recebeu em Nuremberg e, embora o efeito sanitário desse processo continue duvidoso, no tocante à supressão dos males sociais que ele pretendia reprimir, o psiquiatra não poderia ter-lhe faltado, por razões de “humanidade” que podemos ver que decorrem mais do respeito pelo objeto humano que da noção do próximo.

À evolução do sentido do castigo corresponde, com efeito, uma evolução paralela da formação da prova do crime.

Começando nas sociedades religiosas pelo ordálio ou pela prova do juramento, em que ou se designa o culpado a partir das motivações das crenças ou ele oferece seu destino ao julgamento de Deus, a formação da prova, à medida que se precisa a personalidade jurídica do indivíduo, exige cada vez mais seu compromisso com a confissão. Por isso é que toda a evolução humanista do Direito na Europa, que começa com a redescoberta do Direito romano na Escola de Bolonha e vai até a completa captação da justiça pelos jurisconsultos reais e a universalização da noção de direito das nações,¹ é estritamente correlata, no tempo e no espaço, da difusão da tortura, igualmente inaugurada em Bolonha como meio de formação da prova do crime. Fato cujo alcance até hoje não parece ter sido considerado.

É que o desprezo da consciência que se manifesta no ressurgimento geral dessa prática como método de opressão oculta-nos que fé ele supõe no homem como procedimento de aplicação da justiça.

Se foi no exato momento em que nossa sociedade promulgou os direitos do homem, ideologicamente baseados na abstração de seu ser natural, que a tortura foi abandonada em seu uso jurídico, isso não se deu em razão de um abrandamento dos costumes, difícil de sustentar na perspectiva histórica que temos da realidade social do século XIX; pois esse novo homem, abstraído de sua consistência social, *já não é digno de crédito*, nem em um nem no outro sentido desse termo; ou seja, *já não* estando ele sujeito a pecar, não se pode dar crédito à sua existência como criminoso, nem tampouco, do mesmo modo, à sua confissão. Desde então, é preciso que haja seus motivos, com os móveis do crime, e esses motivos e esses móveis devem ser compreensíveis, e compreensíveis para todos, o que implica — como o formulou uma das melhores mentes dentre aquelas que tentaram repensar a “filosofia penal” em sua crise, e isto com uma retidão sociológica digna de fazer com que se reveja um esquecimento injusto, estamos-nos referindo a Tarde — o que implica, diz ele, duas condições para a plena responsabilidade do sujeito: a similitude social e a identidade pessoal.

[139]

1. *Jus gentium*: a expressão designava outrora o direito vigente em Roma e nos países submetidos à sua jurisdição; hoje, aplica-se ao direito internacional. (N.E.)

Portanto, está aberta ao psicólogo a porta do pretório, e o fato de ele só raramente aparecer ali em pessoa prova tão-somente a carência social de sua função.

A partir desse momento, a “situação de réu”, para empregar a expressão de Roger Grenier, já não pode ser descrita senão como o encontro de verdades inconciliáveis, como fica patente ao se assistir ao menor processo do Tribunal do Júri em que um perito seja chamado a depor. É flagrante a falta de um denominador comum entre as referências sentimentais em que se confrontam o ministério público e o advogado, por serem as do júri, e as noções objetivas que o perito traz, mas que, pouco dialético, não consegue fazer apreender, por não conseguir com elas obter uma conclusão de irresponsabilidade.

E podemos ver essa discordância, no espírito do próprio perito, voltar-se contra sua função num ressentimento que se manifesta com prejuízo de seu dever; pois já houve o caso de um perito junto ao Tribunal que se recusou a qualquer outro exame, afora o físico, de um réu aliás manifestamente válido sob o aspecto mental, entrincheirando-se atrás do Código sob a alegação de que não tinha que chegar a uma conclusão sobre a realidade do ato imputado ao sujeito pelo inquérito policial, embora uma perícia psiquiátrica o advertisse expressamente de que um simples exame por esse ponto de vista demonstrava com certeza que o ato em questão era de pura aparência e que, como gesto de repetição obsessiva, não podia constituir, no local fechado, embora vigiado, em que se havia produzido, um delito de exibicionismo.

Ao perito, no entanto, é conferido um poder quase discricionário na dosagem da pena, por menos que ele se sirva do adendo acrescentado pela lei, para sua utilização, ao artigo 64 do Código.

Mas, com o simples instrumento desse artigo, ainda que ele não possa responder sobre o caráter coercitivo da força que acarretou o ato do sujeito, ao menos pode descobrir *quem* sofreu essa coerção.

[140]

A essa pergunta, porém, só o psicanalista pode responder, na medida em que só ele tem uma experiência dialética do sujeito.

Observe-se que um dos primeiros elementos cuja autonomia psíquica essa experiência o ensinou a apreender, ou seja, o que a teoria aprofundou progressivamente como representando a instância do eu, é também aquilo que, no diálogo analítico, é

declarado pelo sujeito como sendo dele mesmo, ou, mais exatamente, aquilo que, tanto por seus atos quanto por suas intenções, possui a declaração do sujeito. Ora, dessa declaração Freud reconheceu a forma que é mais característica da função que ela representa: é a *Verneinung*, a denegação.

Poderíamos descrever aqui toda uma semiologia das formas culturais pelas quais se comunica a subjetividade, a começar pela restrição mental característica do humanismo cristão — e que se recriminou tanto àqueles admiráveis moralistas que foram os jesuítas por haverem codificado seu uso — continuando pelo Kêtmán, uma espécie de exercício de proteção contra a verdade que Gobineau nos indica ser geral, em seus relatos tão penetrantes sobre a vida social do Oriente Médio, e passando para o Jang, cerimonial das recusas que a polidez chinesa estabelece como graus no reconhecimento do outro, para reconhecer a forma mais característica de expressão do sujeito na sociedade ocidental, no protesto de inocência, e dizer que a sinceridade é o primeiro obstáculo encontrado pela dialética na busca das verdadeiras intenções, parecendo o uso primário da fala ter por fim disfarçá-las.

Mas, esse é apenas o afloramento de uma estrutura que se encontra através de todas as etapas da gênese do *eu*, e mostra que a dialética fornece a lei inconsciente das formações, mesmo as mais arcaicas, do aparelho de adaptação, assim confirmando a gnoseologia de Hegel, que formula a lei geradora da realidade no processo tese-antítese-síntese. E decerto é instigante ver os marxistas se esforçarem por descobrir, no progresso das noções essencialmente idealistas que constituem as matemáticas, os vestígios imperceptíveis desse processo, e desconhecê-la sua forma ali onde ela deve com mais probabilidade aparecer, isto é, na única psicologia que manifestamente toca no concreto, por menos que sua teoria se declare guiada por essa forma.

É ainda mais significativo reconhecê-la na sucessão das crises — desmame, intrusão, Édipo, puberdade, adolescência — que reformulam, cada uma delas, uma nova síntese dos aparelhos do *eu*, numa forma cada vez mais alienante para as pulsões que ali são frustradas, e cada vez menos ideal para as que ali encontram sua normalização. Essa forma é produzida pelo fenômeno psíquico mais fundamental, talvez, que a psicanálise descobriu: a identificação, cujo poder formativo revela-se até na biologia. E

[141]

cada um dos chamados períodos de latência pulsional (cuja série correspondente é complementada pelo que Franz Wittels descobriu quanto ao *ego* adolescente) é caracterizado pelo predomínio de uma estrutura típica dos objetos do desejo.

Um de nós descreveu, na identificação do sujeito *infans* com a imagem especular, o modelo que ele considera mais significativo, ao mesmo tempo que o momento mais original da relação fundamentalmente alienante em que o ser do homem se constitui dialeticamente.

Ele demonstrou também que cada uma dessas identificações desenvolve uma agressividade que a frustração pulsional não basta para explicar, a não ser na compreensão do *common sense*, tão cara ao sr. Alexander, mas que exprime a discordância que se produz na realização alienante: fenômeno cuja noção podemos exemplificar através da forma caricata que dele fornece a experiência com animais na ambigüidade crescente (como a de uma elipse para um círculo) de sinais inversamente condicionados.

Essa tensão manifesta a negatividade dialética inscrita nas próprias formas em que se entranham no homem as forças da vida, e podemos dizer que o talento de Freud deu a medida dela ao reconhecê-la como “pulsão do eu” sob o nome de instinto de morte.

Toda forma do eu encarna, com efeito, essa negatividade, e podemos dizer que se Clotó, Láquesis e Átropos partilham entre si o cuidado com nosso destino, é de comum acordo que elas torcem o fio de nossa identidade.

Assim, como a tensão agressiva ao integrar a pulsão frustrada cada vez que a falta de adequação do “outro” faz abortar a identificação resolutiva, ela determina com isso um tipo de objeto que se torna criminogênico na suspensão da dialética do eu.

[142]

Foi da estrutura desse objeto que um de nós tentou mostrar o papel funcional e a correlação com o delírio em duas formas extremas de homicídio paranóico, o caso “Aimée” e o das irmãs Papin. Este último caso comprova que só o analista pode demonstrar, contrariando o sentimento comum, a alienação da realidade do criminoso, num caso em que o crime dá a ilusão de responder a seu contexto social.

São também essas estruturas do objeto que Anna Freud, Kate Friedlander e Bowlby determinam, como analistas, nos casos de furto em jovens delinquentes, conforme neles se manifeste o

simbolismo do dom do excremento ou a reivindicação edipiana, a frustração da presença nutriz ou a da masturbação fálica — e a noção de que essa estrutura corresponde a um tipo de realidade que determina os atos do sujeito guia a parte que eles chamam de educativa em sua conduta para com eles.

Educação que é, antes, uma dialética viva, segundo a qual o educador, através de seu não-agir, leva as agressões próprias ao eu a se ligarem para o sujeito, alienando-se em suas relações com o outro, para que ele possa então desligá-las através das manobras da análise clássica.

E, certamente, a engenhosidade e a paciência que admiramos nas iniciativas de um pioneiro como Aichhorn não fazem esquecer que sua forma tem que ser sempre renovada, para superar as *resistências* que o “grupo agressivo” não pode deixar de manifestar contra qualquer técnica aceita.

Tal concepção da ação “correcional” opõe-se a tudo o que possa inspirar uma psicologia que se rotula de genética, a qual, na criança, só faz medir suas aptidões decrescentes para responder às perguntas que lhe são feitas no registro puramente abstrato das categorias mentais do adulto, e que basta para derrubar a simples apreensão do fato primordial de que a criança, desde suas primeiras manifestações de linguagem, serve-se da sintaxe e das partículas de acordo com nuances que os postulados da “gênese” mental só deveriam permitir-lhe atingir no auge de uma carreira de metafísico.

E já que essa psicologia pretende atingir, sob esses aspectos cretinizados, a realidade da criança, dizemos que é ao pedante que podemos realmente advertir que ele terá de corrigir seu erro, quando as palavras “Viva a morte”, proferidas por lábios que não sabem o que dizem, fizerem-no entender que a dialética circula ardente na carne, junto com o sangue.

[143]

Essa concepção especifica ainda o tipo de perfícia que o analista pode fornecer da realidade do crime, fundamentando-se no estudo do que podemos chamar de técnicas negativistas do eu, sejam elas sofridas pelo criminoso ocasional ou dirigidas pelo criminoso contumaz: a saber, a inutilização basal das perspectivas espaciais e temporais exigidas pela previsão intimidante em que se fia ingenuamente a chamada teoria “hedonista” da penologia: a supressão progressiva dos interesses no campo da tentação ob-jetal, o retraimento do campo da consciência, proporcional a

uma apreensão sonambúlica do imediato na execução do ato, e sua coordenação estrutural com fantasias que dele ausentam o autor — anulação ideal ou criações imaginárias em que se inserem, conforme uma espontaneidade inconsciente, as deneгаções, os álbis e as simulações em que se sustenta a realidade alienada que caracteriza o sujeito.

Queremos dizer aqui que toda essa cadeia não tem comumente a organização *arbitrária* de uma conduta deliberada, e que as anomalias estruturais que o analista nela possa destacar serão, para ele, outros tantos referenciais no caminho da verdade. Assim, ele interpretará mais profundamente o sentido dos traços freqüentemente paradoxais pelos quais se designa o autor do crime, e que menos significam os erros de uma execução imperfeita do que os fiascos de uma “psicopatologia cotidiana” por demais real.

As identificações anais, que a análise descobriu nas origens do *eu*, dão seu sentido ao que a medicina legal designa, no jargão policial, pelo nome de “cartão de visita”. A “assinatura” deixada pelo criminoso, muitas vezes flagrante, pode indicar em que momento da identificação do *eu* se produziu a repressão pela qual é possível dizer que o sujeito não pode responder por seu crime, e também pela qual ele permanece preso em sua deneгаção.

Até mesmo no fenômeno do espelho, em que um caso recentemente publicado pela srta. Boutonier mostra-nos a mola de um despertar do criminoso para a consciência daquilo que o condena.

Essas repressões, haveremos nós de recorrer, para superá-las, a um desses métodos de narcose tão singularmente promovidos à ordem do dia pelos sustos que provocam nos virtuosos defensores da inviolabilidade da consciência?

[144]

Ninguém há de se extraviar menos que o psicanalista nesse caminho, antes de mais nada porque, contrariando a mitologia confusa em nome da qual os ignorantes esperam a “suspensão das censuras”, o psicanalista sabe o sentido exato das repressões que definem os limites da síntese do *eu*.

Por conseguinte, se ele já sabe que, no tocante ao inconsciente recalcado, quando a análise o restaura na consciência, é menos o conteúdo de sua revelação do que a mola de sua reconquista que constitui a eficácia do tratamento, *a fortiori*, no tocante às determinações inconscientes que sustentam a própria afirmação

do *eu*, ele sabe que a realidade, quer se trate da motivação do sujeito, quer, às vezes, de sua própria ação, só pode aparecer através do progresso de um diálogo que o crepúsculo narcótico só poderia tornar inconsistente. Aqui, como em outros lugares, a verdade não é um dado que se possa captar em sua inércia, mas uma dialética em marcha.

Não busquemos a realidade do crime, portanto, nem tampouco a do criminoso, por meio da narcose. Os vaticínios que ela provoca, desnorteantes para o investigador, são perigosos para o sujeito, que, por menos que participe de uma estrutura psicótica, pode encontrar nela o “momento fecundo” de um delírio.

A narcose, como a tortura, tem seus limites: não pode fazer o sujeito confessar aquilo que ele não sabe.

Assim, nas *Questões médico-legais*, que o livro de Zacchias nos atesta terem sido formuladas desde o século XVII em torno da noção de unidade da personalidade e das possíveis rupturas que nela pode introduzir a doença, a psicanálise traz o aparato de exame que abarca mais um campo de ligação entre a natureza e a cultura: aqui, o da síntese pessoal, em sua dupla relação de identificação formal, por um lado, que se abre para as hiências das dissociações neurológicas (desde as crises epiléticas até as amnésias orgânicas), e, por outro, de assimilação alienante, que se abre para as tensões das relações grupais.

Aqui, o psicanalista pode apontar ao sociólogo as funções criminogênicas próprias de uma sociedade que, exigindo uma integração vertical extremamente complexa e elevada da colaboração social, necessária a sua produção, propõe aos sujeitos, aos que ele se dedica, ideais individuais que tendem a se reduzir a um plano de assimilação cada vez mais horizontal.

[145]

Essa fórmula designa um processo cujo aspecto dialético podemos exprimir sucintamente, observando que, numa civilização em que o ideal individualista foi alçado a um grau de afirmação até então desconhecido, os indivíduos descobrem-se tendendo para um estado em que pensam, sentem, fazem e amam exatamente as mesmas coisas nas mesmas horas, em porções do espaço estritamente equivalentes.

Ora, a noção fundamental da agressividade correlata a qualquer identificação alienante permite discernir que deve haver, nos fenômenos de assimilação social a partir de uma certa escala quantitativa, um limite, no qual as tensões agressivas uniformi-

zadas têm de se precipitar em pontos onde a massa se rompe e se polariza.

Sabemos, aliás, que esses fenômenos, sob o simples ponto de vista da produtividade, já chamaram a atenção dos exploradores do trabalho que não ficam apenas nas palavras, e justificaram, para a *Hawthorne Western Electric*, a despesa de um estudo sistemático das relações de grupo em seus efeitos sobre as disposições psíquicas mais desejáveis nos empregados.

Uma separação completa, por exemplo, entre o grupo vital, constituído pelo sujeito e pelos seus, e o grupo funcional, em que devem ser encontrados os meios de subsistência do primeiro, fato que basta ilustrar dizendo que ele torna verossímil o sr. Verdoux — uma anarquia tão maior das imagens do desejo quanto mais elas parecem gravitar progressivamente em torno de satisfações escopofílicas, homogeneizadas na massa social, e uma implicação crescente das paixões fundamentais pelo poder, pela posse e pelo prestígio nos ideais sociais, são outros tantos objetos de estudos para os quais a teoria analítica pode oferecer ao estatístico coordenadas corretas para introduzir suas mensurações.

Assim, o próprio político e o filósofo se beneficiarão disso, conotando, numa dada sociedade democrática cujos costumes estendem sua dominação sobre o mundo, o surgimento de uma criminalidade recheando o corpo social, a ponto de assumir nele formas legalizadas, a inserção do tipo psicológico do criminoso entre os do recordista, do filantropo ou da estrela famosa, ou então sua redução ao tipo geral da servidão do trabalho, com a significação social do crime reduzida a seu uso publicitário.

[146]

Essas estruturas, nas quais uma assimilação social do indivíduo, levada ao extremo, mostra sua correlação com uma tensão agressiva cuja relativa impunidade no Estado é muito perceptível para um sujeito de uma cultura diferente (como era, por exemplo, o jovem Sun Yat Sen), aparecem invertidas quando, segundo um processo formal já descrito por Platão, a tirania sucede à democracia e efetua com os indivíduos, reduzidos a seu número ordinal, o ato cardinal da adição, prontamente seguido pelas outras três operações fundamentais da aritmética.

É assim que, na sociedade totalitária, se a “culpa objetiva” dos dirigentes faz com que eles sejam tratados como criminosos e responsáveis, o apagamento relativo dessas noções, indicado

pela concepção sanitária da penalogia, rende frutos para todos os outros. Abre-se o campo de concentração, para cuja alimentação as qualificações intencionais da rebelião são menos decisivas do que uma certa relação quantitativa entre a massa social e a massa excluída.

Sem dúvida será possível avaliá-lo nos termos da mecânica desenvolvida pela chamada psicologia de grupo, permitindo determinar a constante irracional que deve corresponder à agressividade característica da alienação fundamental do indivíduo.

Assim, na injustiça mesma da pólis — sempre incompreensível para o “intelectual” submetido à “lei do coração” — revela-se o progresso em que o homem se cria à sua própria imagem.

*V. Da inexistência dos “instintos criminosos”:
a psicanálise detém-se na objetivação do Isso e reivindica
a autonomia de uma experiência irreduzivelmente subjetiva*

Se a psicanálise traz os esclarecimentos que dissemos à objetivação psicológica do crime e do criminoso, não terá ela também uma palavra a dizer sobre seus fatores inatos?

Observemos, primeiramente, a crítica a que convém submeter a idéia confusa em que se fiam muitos homens de bem: a que vê no crime uma irrupção dos “instintos” que derrubam a “barreira” das forças morais de intimidação. É uma imagem difícil de extirpar, pela satisfação que dá até mesmo às cabeças sisudas, ao lhes mostrar o criminoso fortemente guardado e o guarda tutelar, que, por ser característico de nossa sociedade, passa aqui a uma tranquilizadora onipresença.

Pois, se o instinto significa efetivamente a incontestável animalidade do homem, não vemos por que esta seria mais dócil por estar encarnada num ser racional. A forma do adágio *homo homini lupus* é enganosa quanto a seu sentido, e Balthazar Gracian, num capítulo de seu *Criticon*, inventa uma fábula em que mostra o que quer dizer a tradição moralista ao exprimir que a ferocidade do homem em relação a seu semelhante ultrapassa tudo o que podem fazer os animais, e que, ante a ameaça que ela representa para a natureza inteira, os próprios carniceiros recuam horrorizados.

[147]

Mas essa própria crueldade implica a humanidade. É um semelhante que ela visa, mesmo num ser de outra espécie. Nenhuma experiência sondou mais que a do analista, na vivência, a equivalência de que nos adverte o patético apelo do Amor — é a ti mesmo que atinges — e a gélida dedução do Espírito: é na luta mortal de puro prestígio que o homem se faz reconhecer pelo homem.

Se, num outro sentido, designam-se por instintos certas condutas atávicas cuja violência teria sido exigida pela lei da selva primitiva, e que qualquer enfraquecimento fisiopatológico libertaria, à maneira dos impulsos mórbidos, do nível inferior em que elas estariam contidas, podemos indagar-nos por que, desde que o homem é homem, também não se revelaram nele impulsos de lavar, plantar, cozinhar, ou até mesmo de enterrar os mortos.

A psicanálise decerto comporta uma teoria dos instintos, bastante elaborada e, para dizer a verdade, a primeira teoria verificável que deles se fez no homem. Mas ela os mostra comprometidos com um metamorfismo em que a fórmula de seu órgão, de sua direção e de seu objeto é uma faca de Jeannot² com peças infinitamente intercambiáveis. Os *Triebe* ou pulsões que ali se isolam constituem apenas um sistema de equivalências energéticas em que referenciamos as trocas psíquicas, não na medida em que elas se subordinem a alguma conduta inteiramente montada, natural ou adquirida, mas na medida em que simbolizam, ou integram dialeticamente, as funções dos órgãos em que aparecem as trocas naturais, isto é, os orifícios bucal, anal e gênito-urinário.

[148]

Por conseguinte, essas pulsões só nos aparecem em ligações muito complexas, onde sua própria deformação não pode fazer com que se prejudique sua intensidade originária. Falar de um excesso de libido é uma formulação desprovida de sentido.

Se há de fato uma noção que se depreende de um grande número de indivíduos, capazes, tanto por seus antecedentes

2. “Como a faca de Jeannot”: expressão que designa algo que conserva o mesmo nome mas que não tem mais nada do que antes a constituía. Locução extraída de Jeannot, personagem de comédia, parvo e ingênuo, que conta possuir uma faca há muitos anos da qual trocou várias vezes a lâmina e o cabo, continuando a dizer que se trata da mesma faca. (N.E.)

quanto pela impressão “constitucional” que se retira do contato com eles e de seu aspecto, de dar a idéia de “tendências criminosas”, trata-se mais de uma deficiência que de um excesso vital. A hipogenitalidade deles é frequentemente manifesta, e seu clima irradia frieza libidinal.

Se numerosos sujeitos, em seus delitos, exhibições, furtos, calotes e difamações anônimas, ou nos crimes da paixão homicida, encontram e buscam um estímulo sexual, este, sejam quais forem os mecanismos que o causam, angústia, sadismo ou associação situacional, não poderia ser tido como um efeito de transbordamento dos instintos.

Seguramente, é evidente a correlação de numerosas perversões nos sujeitos que vão a exame criminológico, mas ela só pode ser psicanaliticamente avaliada em função da fixação objetual, da estagnação do desenvolvimento, da implicação, na estrutura do *eu*, dos recalques neuróticos que constituem o caso individual.

Mais concreta é a noção com que nossa experiência completa a tópica psíquica do indivíduo — a do *Isso* —, porém, igualmente, tão mais difícil que as outras de apreender.

Fazer a soma das predisposições inatas é uma definição puramente abstrata e sem valor de uso.

O termo constante situacional, fundamental naquilo que a teoria designa por automatismos de repetição, parece relacionar-se com isso, deduzidos os efeitos do recalcado e das identificações do eu, e pode ser de interesse nos casos de recidiva.

O *Isso* também implica, sem dúvida, as escolhas fatais manifestas no casamento, na profissão ou na amizade, e que amiúde aparecem no crime como uma revelação das figuras do destino.

[149]

As “tendências” do sujeito, por outro lado, não deixam de mostrar deslizamentos ligados ao nível de sua satisfação. Gostaríamos de levantar a questão dos efeitos que pode ter aí um certo indício de satisfação criminosa.

Mas, nesse ponto, talvez estejamos nos limites de nossa ação dialética, e a verdade que nos é dado reconhecer com o sujeito não pode ser reduzida à objetivação científica.

Pela confissão que recebemos do neurótico ou do perverso sobre o gozo inefável que eles obtêm ao se perderem na imagem fascinante, podemos avaliar o poder de um hedonismo que nos introduzirá nas relações ambíguas da realidade com o prazer. Se, ao nos referirmos a esses dois grandes princípios, descreve-

mos o sentido de um desenvolvimento normativo, como não ser captados pela importância das funções fantasísticas nos motivos desse progresso, e quão cativa permanece a vida humana da ilusão narcísica que sabemos tecer suas coordenadas mais “reais”? E, por outro lado, já não está tudo pesado, junto ao berço, nas incomensuráveis balanças da Discórdia e do Amor?

Para-além dessas antinomias que nos levam ao limiar da sabedoria, não há crime absoluto, e existem ainda, malgrado a ação policial estendida por nossa civilização ao mundo inteiro, associações religiosas ligadas por uma prática do crime, onde seus adeptos sabem encontrar as presenças sobre-humanas que, no equilíbrio do Universo, zelam pela destruição.

Para nós, dentro dos limites que nos esforçamos por definir como aqueles a que nossos ideais sociais reduzem a compreensão do crime, e que condicionam sua objetivação criminológica, se nos é possível trazer uma verdade de um rigor mais justo, não nos esqueçamos de que devemos isso a uma função privilegiada: a do recurso do sujeito ao sujeito, que inscreve nossos deveres na ordem da fraternidade eterna: sua regra é também a regra de toda ação permitida a nós.

Estas linhas foram pronunciadas em 28 de setembro de 1946, a título de relatório, nas jornadas psiquiátricas de Bonneval. Henri Ey pusera na ordem do dia desses debates o tema “A psicogênese”. O conjunto dos relatórios e da discussão foi publicado num volume intitulado *Le problème de la psychogénèse des névroses et des psychoses*, lançado pela editora Desclée de Brouwer. O presente relatório abriu a reunião.

1. *Crítica a uma teoria organicista da loucura, o organo-dinamicismo de Henri Ey*

Convidado por nosso anfitrião, já se vão três anos, a me explicar diante de vocês sobre a causalidade psíquica, acho-me colocado numa posição dupla. Sou chamado a formular uma colocação radical do problema: a que se supõe ser minha, e que de fato o é. E devo fazê-lo num debate que chegou a um grau de elaboração para o qual não concorri. Penso atender à sua expectativa visando, nessas duas vertentes, ser direto, sem que ninguém possa exigir que eu seja completo.

Afastei-me por vários anos de qualquer propósito de me exprimir. A humilhação de nossa época, sob o jugo dos inimigos do gênero humano, desviou-me disso, e me entreguei, como Fontenelle, à fantasia de ter a mão repleta de verdades para melhor encerrá-las. Confesso o ridículo disso, porque marca os limites de um ser no momento em que ele vai dar um depoimento. Convirá denunciar aí alguma falha ante o que exige de nós o movimento do mundo, se de novo me foi proposta a fala no exato momento em que se revelou, para os menos clarividentes, que mais uma vez a presunção do poder só fez servir ao artifício da Razão? Deixo ao critério de vocês julgar em que pode padecer disso minha investigação.

[152]

Pelo menos, não penso estar faltando para com as exigências da verdade ao me regozijar de que ela possa, aqui, ser defendida nas formas corteses de um torneio da fala.

Eis por que me inclinarei, primeiramente, perante um esforço de pensamento e de ensino que é a honra de uma vida e o

fundamento de uma obra, e, se lembro a nosso amigo Henri Ey que, por nossas sustentações teóricas primeiras, entramos juntos do mesmo lado da liça, não é apenas por me surpreender por nos encontrarmos tão opostos hoje.

Para dizer a verdade, desde a publicação, no *Encéphale* de 1936, de seu belo trabalho em colaboração com Julien Rouart, o *Ensaio de aplicação dos princípios de Jackson a uma concepção dinâmica da neuropsiquiatria*, constatei — meu exemplar traz a marca disso — tudo o que o aproximava e deveria torná-lo ainda mais próximo de uma doutrina do distúrbio mental que creio incompleta e falsa, e que se designa a si mesma em psiquiatria pelo nome de organicismo.

Com todo o rigor, o organo-dinamicismo de Henri Ey inclui-se validamente nessa doutrina pelo simples fato de que ele não pode remeter a gênese do distúrbio mental como tal — seja ele funcional ou lesional em sua natureza, global ou parcial em sua manifestação, e tão dinâmico quanto o suponhamos em seu móbil — a outra coisa senão o funcionamento dos aparelhos constituídos na extensão interna ao tegumento do corpo. O ponto crucial, do meu ponto de vista, é que esse funcionamento, por mais energético e integrador que o concebamos, continua a repousar, em última análise, numa interação molecular dentro da modalidade da extensão “partes extra partes” em que se constrói a física clássica, ou seja, na modalidade que permite exprimir essa interação sob a forma de uma relação entre função e variável, a qual constitui seu determinismo.

O organicismo vem se enriquecendo com concepções que vão desde as mecanicistas até as dinamistas, e mesmo as gestaltistas, e a concepção retirada de Jackson por Henri Ey decerto se presta a esse enriquecimento, para o qual sua própria discussão contribuiu: ele não sai dos limites que acabo de definir; e é isso que, do meu ponto de vista, torna irrelevante sua divergência da posição de meu mestre Clérambault ou do sr. Guiraud — especificando-se que a posição desses dois autores revelou um valor psiquiátrico que me parece o menos desprezível, veremos em que sentido.

Seja como for, Henri Ey não pode repudiar o âmbito em que o encerrou. Baseado numa referência cartesiana que ele certamente reconheceu e cujo sentido rogo-lhe reavaliar, esse âmbito não designa outra coisa senão o recurso à evidência da realidade

física, que é válida para ele e para todos nós desde que Descartes a fundamentou na noção de extensão. As “funções energéticas”, nos termos de Henri Ey, não entram menos nisso do que as “funções instrumentais”,¹ já que ele escreveu “que há não apenas a possibilidade mas a necessidade de investigar as condições químicas, anatômicas etc.” do processo “cerebral gerador, específico da doença” mental, ou ainda “as lesões que enfraquecem os processos energéticos necessários ao desdobramento das funções psíquicas”.

Isso, aliás, é evidente, e aqui só faço instaurar preliminarmente a fronteira que tenciono colocar entre nós.

Isto posto, irei ater-me primeiro a uma crítica do organo-dinamicismo de Henri Ey, não para dizer que sua concepção não possa sustentar-se, como prova suficientemente a presença de todos nós aqui, mas para demonstrar, na explicitação autêntica que ela deve tanto ao rigor intelectual de seu autor quanto à qualidade dialética dos debates de vocês, que ela não tem as feições da idéia verdadeira.

Talvez haja quem se surpreenda por eu começar pelo tabu filosófico que atinge a noção do verdadeiro na epistemologia científica, desde que nela se difundiram as teses especulativas chamadas pragmatistas. É que vocês verão que a questão da verdade condiciona em sua essência o fenômeno da loucura, e que, querendo evitá-lo, castra-se esse fenômeno da significação pela qual penso mostrar-lhes que ele se prende ao próprio ser do homem.

[154]

Quanto ao uso crítico que farei dela dentro em pouco, ficarei próximo de Descartes, enunciando a noção do verdadeiro sob a célebre forma que lhe deu Spinoza: *Idea vera debet cum suo*

1. Podemos ler a última exposição atualmente publicada dos pontos de vista de Henri Ey na brochura que traz o relatório apresentado por J. de Ajuriaguerra e H. Hécaen nas Jornadas de Bonneval de 1943 (ou seja, na sessão imediatamente antecedente). Com efeito, para esse relatório, que é uma crítica de sua doutrina, Henri Ey contribui com uma introdução e uma longa resposta. Algumas das citações que se seguem serão retiradas destas. (*Rapports de la neurologie et de la psychiatrie*, H. Ey, J. de Ajuriaguerra e H. Hécaen, ed. Hermann, 1947, nº 1018 da conhecida coleção “Actualités scientifiques et industrielles”.) Outras citações, no entanto, encontram-se apenas nos textos datilografados em que se travou uma discussão muito fecunda que preparou as Jornadas de 1945.

ideato convenire. Uma idéia verdadeira deve (a ênfase recai sobre essa palavra, que tem o sentido de “é sua necessidade própria”), deve estar de acordo com o que é ideado por ela.

A doutrina de Henri Ey demonstra o contrário, uma vez que, à medida que se desenvolve, apresenta uma crescente contradição com seu problema original e permanente.

Esse problema, do qual é um brilhante mérito de Henri Ey haver sentido e assumido o alcance, é o que continua a se inscrever nos títulos que levam suas produções mais recentes: o problema dos limites da neurologia e da psiquiatria — que por certo não teria maior importância do que em relação a qualquer outra especialidade médica, se não comprometesse a originalidade própria do objeto de nossa experiência. Refiro-me à loucura, assim como louvo Ey por manter obstinadamente esse termo, com tudo o que ele pode apresentar de suspeito, por seu antigo bafio de sagrado, para aqueles que gostariam de reduzi-lo de algum modo à *omnitudo realitatis*.

Para falar em termos concretos, haverá alguma coisa que distinga o alienado dos outros doentes, a não ser pelo fato de o encerrarmos num asilo, enquanto hospitalizamos estes últimos? Ou ainda, será que a originalidade de nosso objeto é da prática — social — ou da razão — científica?

Estava claro que Henri Ey só poderia afastar-se dessa razão, a partir do momento em que foi buscá-la nas concepções de Jackson. É que estas, por mais notáveis que fossem em sua época, por suas exigências totalitárias quanto às funções de relação do organismo, têm por princípio e por fim levar a uma escala comum de dissoluções, distúrbios neurológicos e distúrbios psiquiátricos. Foi isso que ocorreu, com efeito, e seja qual for a ortopedia sutil que Ey introduziu nessa concepção, seus alunos Hécaen, Follin e Bonnafé lhe demonstram facilmente que ela não permite distinguir essencialmente a afasia da demência, a algia funcional da hipocondria, a alucinação das alucinações, nem tampouco uma dada agnosia de um dado delírio.

E eu mesmo lhe faço a pergunta a propósito, por exemplo, do célebre doente de Gelb e Goldstein, cujo estudo foi isoladamente retomado, sob outros ângulos, por Bénary e Hochheimer: esse doente, afetado por uma lesão occipital que destruiu os dois sulcos calcarinos, apresentava, em torno de uma cegueira psíquica, distúrbios eletivos de todo o simbolismo categorial, tais

como uma abolição do comportamento do mostrar, em contraste com a conservação do pegar — distúrbios agnósicos elevadíssimos, que devemos conceber como uma assimbolia de todo o campo perceptivo —, um déficit da apreensão significativa como tal, manifestado pela impossibilidade de compreender a analogia num movimento direto da inteligência, embora pudesse descobri-la numa simetria verbal; por uma singular “cegueira para a intuição do número” (segundo a expressão de Hochheimer), que no entanto não o impedia de operar mecanicamente com eles; e por uma absorção no atual que o tornava incapaz de qualquer assunção do fictício e, portanto, de qualquer raciocínio abstrato, e que com mais forte razão lhe barrava qualquer acesso ao especulativo.

Dissolução realmente uniforme, e do mais elevado nível, que, note-se de passagem, repercute em seu fundo até mesmo no comportamento sexual, onde o imediatismo do projeto reflete-se na brevidade do ato ou em sua possibilidade de interrupção indifferente.

Acaso não encontramos aí o distúrbio negativo da dissolução global e apical ao mesmo tempo, embora a distância organo-clínica me pareça suficientemente representada pelo contraste entre a lesão localizada na zona de projeção visual e a extensão do sintoma a toda a esfera do simbolismo?

Irá ele me dizer que a falta de reação da personalidade restante ao distúrbio negativo é o que distingue de uma psicose esse doente evidentemente neurológico? Eu lhe responderia que não é nada disso. Pois esse doente, além da atividade profissional rotineira que conservou, exprime, por exemplo, sua saudade das especulações religiosas e políticas que lhe são proibidas. Nos exames médicos, ele chega a atingir, por tabela, alguns dos objetivos que já não compreende, colocando-os “em contato”, como que mecanicamente, embora deliberadamente, com os comportamentos que continuaram possíveis; e mais impressionante do que a maneira como ele consegue fixar sua somatognosia, para resgatar alguns atos do mostrar, é a maneira como se arranja, tateante com o reservatório da linguagem, para superar alguns de seus déficits agnósicos. Mais patética ainda é sua colaboração com o médico na análise de seus distúrbios, quando ele faz certas descobertas de palavras (*Anhaltspunkte*, pontos de apoio, por exemplo) para nomear alguns de seus artifícios.

[156]

Assim, pergunto a Henri Ey: em que ele distingue esse doente de um louco? Cabe a mim, se ele não me der a razão disso em seu sistema, poder dar-lha no meu.

Pois, caso ele me responda com os *distúrbios noéticos* das *dissoluções funcionais*, eu lhe perguntarei em que diferem estes do que chamo de *dissoluções globais*.

De fato, é realmente a reação da personalidade que, na teoria de Henri Ey, aparece como específica da psicose, malgrado as hesitações dele. E é aí que essa teoria mostra sua contradição e, ao mesmo tempo, sua fragilidade, pois, à medida que ele desconhece mais sistematicamente qualquer idéia de psicogênese, a ponto de declarar em algum lugar já nem sequer poder compreender o que significa essa idéia,² vemo-lo exacerbar suas exposições com uma descrição “estrutural” cada vez mais sobre-carregada da atividade psíquica, onde reaparece, ainda mais paralisante, a mesma discordância interna. Como vou demonstrar, citando-o.

Para criticar a psicogênese, vemo-lo reduzi-la às formas de uma idéia que se refuta tão mais facilmente quanto mais se as procura naqueles que são seus adversários. Enumero com ele: o choque emocional — concebido por seus efeitos fisiológicos; os fatores reacionais — vistos na perspectiva constitucionalista; os efeitos traumáticos inconscientes — na medida em que são abandonados, segundo Ey, por seus próprios defensores; e a sugestão patogênica, enfim, na medida em que (cito) “os mais ferrenhos organicistas e neurologistas — deixemos de lado os nomes — reservam-se essa válvula e admitem, a título de evidência excepcional, uma psicogênese que eles expulsam integralmente de todo o resto da patologia”.

Omiti apenas um termo na série, a teoria da regressão no inconsciente, tida entre as mais sérias, sem dúvida por se prestar, ao menos aparentemente, a se reduzir — torno a citar — “ao ataque do eu que se confunde, mais uma vez, em última análise, com a noção de dissolução funcional”. Retenho essa frase, repetida de cem maneiras na obra de Henri Ey, porque nela mostrarei a falência radical de sua concepção da psicopatologia.

[157]

2. Cf. loc. cit., p.14.

O que acabo de enumerar resume, diz-nos ele, os “fatos invocados” (termos textuais) para demonstrar a psicogênese. É tão fácil para Ey observar que eles são “basicamente demonstrativos de qualquer outra coisa” quanto o é, para nós, constatar que uma posição assim tão cômoda não lhe causa embaraços.

Por que será preciso que, de imediato, indagando-se sobre as tendências doutrinárias a que, na falta dos fatos, caberia referir “uma psicogênese” — eu o cito — “tão pouco compatível com os fatos psicopatológicos”, ele acredite ter que fazê-las provir de Descartes, atribuindo a este um dualismo absoluto, introduzido entre o orgânico e o psíquico? Por mim, sempre acreditei — e Ey, em nossas conversas da juventude, também parecia saber disso — que se tratava antes do dualismo da extensão e do pensamento. É de surpreender, ao contrário, que Henri Ey não busque nenhum apoio num autor para quem o pensamento não faz senão errar quando nele se admitem as idéias confusas determinadas pelas paixões do corpo.

Talvez, com efeito, mais valha Henri Ey nada fundamentar em tal aliado, a quem dou a impressão de me fiar bastante. Mas, por favor, depois de nos haver produzido psicogeneticistas cartesianos da qualidade dos srs. Babinski, André-Thomas e Lhermitte, não vá ele identificar “a intuição cartesiana fundamental” a um paralelismo psicofisiológico mais digno do sr. Taine que de Spinoza. Tamanho distanciamento das origens nos levaria a crer numa influência de Jackson ainda mais perniciosa do que ela se afigura a princípio.

Denunciado o dualismo imputado a Descartes, entramos, em pé de igualdade — com uma “teoria da vida psíquica incompatível com a idéia de uma psicogênese dos distúrbios mentais” — no dualismo de Henri Ey, que se exprime todo nesta frase terminal cuja ênfase produz um som tão singularmente passional: “as doenças mentais são insultos e entraves à liberdade; elas não são causadas pela atividade livre, isto é, puramente psicogénéticas.”

Esse dualismo de Henri Ey parece-me mais grave, por supor um equívoco insustentável em seu pensamento. Eu me pergunto, com efeito, se toda a sua análise da atividade psíquica não repousa num jogo de palavras entre seu livre jogo e sua liberdade. Acrescentemos a chave da palavra: desdobramento.

Ele afirma, com Goldstein, que “a integração é o ser”. Por conseguinte, é preciso que ele englobe nessa integração não apenas o psíquico, mas todo o movimento do espírito, e, das sínteses às estruturas, das formas aos fenômenos, ele implica aí, com efeito, até os problemas existenciais. Eu mesmo, Deus me perdoe, acreditei destacar sob sua pena a expressão “hierarquismo dialético”, cujo acoplamento conceitual, suponho, teria deixado pensativo até o saudoso Pichon, sobre quem não desmerece a memória dizer que mesmo o alfabeto de Hegel era para ele letra morta.

O movimento de Henri Ey é por certo empolgante, mas não se pode segui-lo por muito tempo, em razão de percebermos que a realidade da vida psíquica é ali esmagada no nó, sempre semelhante e, efetivamente, sempre o mesmo, que se aperta com firmeza cada vez maior em torno do pensamento de nosso amigo, na medida mesma de seu esforço para se livrar dele, furtando-lhe em conjunto, por uma necessidade reveladora, a verdade do psiquismo e a da loucura.

De fato, quando Henri Ey começa a definir essa tão maravilhosa atividade psíquica como “nossa adaptação pessoal à realidade”, sinto-me num mundo de visões tão seguras que todas as minhas elaborações manifestam-se nele como as de um príncipe clarividente. Com efeito, de que não serei eu capaz nestas alturas em que reino? Nada é impossível ao homem, diz o camponês valdense com seu sotaque inimitável: o que ele não pode fazer, ele larga. É só Henri Ey me levar, por sua arte da “trajetória psíquica”, ao “campo psíquico”, e me convidar a me deter com ele por um instante para considerar “a trajetória no campo”, para que eu persista em minha felicidade, pela satisfação de reconhecer ali fórmulas similares às que foram minhas quando, no preâmbulo de minha tese sobre as psicoses paranóicas, tentei definir o fenômeno da personalidade — já sem me aperceber de que não visávamos os mesmos fins.

Claro, eu “cismo” um pouco ao ler que, “para o dualismo” (sempre cartesiano, suponho), “o espírito é um espírito sem existência”, lembrando-me que o primeiro juízo de certeza que Descartes baseia na consciência que o pensamento tem de si mesmo é um puro juízo de existência — *cogito ergo sum* —, e me comovo ante essa outra afirmação de que, “para o materialismo, o espírito é um epifenômeno”, reportando-me à forma do

materialismo para a qual o espírito imanente à matéria realiza-se por seu movimento.

Mas quando, passando à conferência de Henri Ey sobre a noção de distúrbios nervosos,³ chego ao “nível que caracteriza a criação por uma causalidade propriamente psíquica”, e fico sabendo que “aí se concentra a realidade do Eu”, e que através disso “se consuma a dualidade estrutural da vida psíquica, vida de relação entre o mundo e o Eu, que anima todo o movimento dialético do espírito, o qual se esforça perenemente, na ordem da ação e na ordem teórica, por reduzir essa antinomia, sem jamais consegui-lo, ou pelo menos por tentar conciliar e harmonizar as exigências dos objetos, do Outro, do corpo, do Inconsciente e do Sujeito consciente”, nesse momento, eu acordo e protesto: o livre jogo de minha atividade psíquica não comporta, de modo algum, que eu me esforce tão penosamente. Pois não há nenhuma antinomia entre os objetos que percebo e meu corpo, cuja percepção constitui-se, justamente, por um acordo dos mais naturais com eles. Meu inconsciente me leva, com a maior tranquilidade do mundo, a dissabores que não penso atribuir-lhe em nenhum grau, pelo menos até me ocupar dele através dos meios refinados da psicanálise. E nada disso me impede de me conduzir perante o outro com um egoísmo irredutível, sempre na mais sublime inconsciência de meu Sujeito consciente. Pois, se eu não tentar atingir a esfera inebriante da oblatividade, cara aos psicanalistas franceses, minha experiência ingênua não me criará nenhuma dificuldade com esse dissabor que, sob o nome de amor-próprio, foi detectado pelo talento perverso de La Rochefoucauld na trama de todos os sentimentos humanos, até mesmo na do amor.

Na verdade, toda essa “atividade psíquica” parece-me então um sonho — e será que pode ser o sonho de um médico que, milhares e milhares de vezes, pôde ouvir desenrolar-se antes seus ouvidos essa cadeia bastarda de destino e inércia, lances de dados e estupor, falsos sucessos e encontros desconhecidos, que compõe o texto corrente de uma vida humana?

Não; ele é, antes, o sonho do fabricante de autômatos, do qual Ey sabia tão bem zombar comigo no passado, dizendo-me

[160]

3. Loc. cit., p.122. Cf. o texto publicado no número atual dessa Revue veja p.71.

espirituosamente que em toda concepção organicista do psiquismo sempre encontramos, dissimulado, “o homenzinho que está dentro do homem”, atento a fazer a máquina responder.

Essas quedas do nível da consciência, esses estados hiponóides, essas dissoluções fisiológicas, que outra coisa são eles, caro Ey, senão que o homenzinho que há dentro do homem sente dor de cabeça, isto é, dor no outro homenzinho, sem dúvida, que ele próprio tem em sua cabeça, e assim infinitamente? Pois o antigo argumento de Polixena conserva seu valor, não importa de que modo tomemos por dado o ser do homem, seja em sua essência como Idéia, seja em sua existência como organismo.

Assim, não sonho mais, e quando leio agora que, “projetado numa realidade ainda mais espiritual, constitui-se o mundo dos valores ideais, não mais integrados, porém infinitamente integradores: as crenças, o ideal, o projeto de vida, os valores do juízo lógico e da consciência moral”, vejo muito bem que de fato existem crenças e um ideal, que se articulam num mesmo psiquismo com um projeto de vida tão avesso ao juízo lógico e à consciência moral que produz um fascista, ou, mais simplesmente, um imbecil ou um trapaceiro. E concluo que a forma integrada desses ideais não implica, para eles, nenhuma culminação psíquica, e que sua ação integradora não tem nenhuma relação com seu valor — e portanto que também aí deve haver um erro.

Certamente não é meu propósito, senhores, depreciar a importância de seus debates, nem tampouco os resultados a que vocês chegaram. No que tange à dificuldade em causa, eu logo estaria fadado a enrubescer por subestimá-la. Ao mobilizar o gestaltismo, o behaviorismo, termos de estrutura e da fenomenologia para pôr à prova o organo-dinamicismo, vocês mostraram recursos de ciência que pareço estar desprezando, mediante um recurso a princípios talvez um pouco seguros demais e a uma ironia decerto meio arriscada. É que me pareceu que, ao atenuar os termos na balança, eu os ajudaria mais a desatar o nó que denunciei há pouco. Mas, para lograr nisso um êxito mais pleno nos espíritos que ele oprime, seria preciso, talvez, que fosse o próprio Sócrates a tomar a palavra aqui, ou, de preferência, que eu os escutasse em silêncio.

Pois a autêntica dialética em que vocês empenham seus termos, e que confere estilo à sua jovem Academia, basta para garantir

o rigor de seu progresso. Eu mesmo me apóio nela, e nisso me sinto bem mais à vontade do que na reverência idólatra às palavras que vemos imperar em outros lugares, especialmente no serrallo psicanalítico. Mas, acautelem-se quanto ao eco que as de vocês podem evocar fora do recinto em que sua intenção as animou.

O uso da fala requer muito mais vigilância na ciência do homem por toda parte, pois nela compromete o próprio ser de seu objeto.

Qualquer atitude vacilante para com a verdade sempre poderá desviar nossos termos de seu sentido, e esses tipos de abusos nunca são inocentes.

Vocês estão publicando — peço desculpas por evocar uma experiência pessoal — um artigo sobre o “Para-além do princípio de realidade”, onde criticam nada mais nada menos do que o status do objeto psicológico, tentando primeiramente estabelecer uma fenomenologia da relação psicanalítica tal como vivida entre o médico e o doente. E do horizonte do círculo de vocês vêm-lhes considerações sobre a “relatividade da realidade”, que os fazem tomar aversão por sua própria rubrica.

Foi com um sentimento assim, bem sei, que o grande espírito de Politzer renunciou à expressão teórica em que teria deixado sua marca indelével, para se dedicar a uma ação que iria arrebatá-lo de nós irreparavelmente. Pois não percamos de vista, ao exigir, seguindo os passos dele, que uma psicologia concreta se constitua como ciência, que nisso ainda estamos apenas nas postulações formais. Quero dizer que ainda não conseguimos estabelecer a mínima lei em que se pautasse nossa eficiência.

A tal ponto que, vislumbrando o sentido operatório dos vestígios que deixou nas paredes de suas cavernas o homem da pré-história, pode ocorrer-nos que realmente sabemos menos do que ele sobre o que eu chamaria, muito intencionalmente, de matéria psíquica. Assim, na impossibilidade de, como Deucalião, das pedras fazer homens, tomemos o cuidado de não transformar as palavras em pedras.

Já seria bom se, por um puro artifício da mente, pudéssemos ver desenhar-se o conceito de objeto em que se fundaria uma psicologia científica. É a definição de tal conceito que sempre declarei necessária, que anunciei como próxima e que, em favor do problema que vocês me propõem, tentarei realizar hoje, expondo-me, por meu turno, a suas críticas.

2. A causalidade essencial da loucura

Que há de mais indicado para esse fim do que partir da situação em que estamos, reunidos para debater a causalidade da loucura? Por que esse privilégio? Haveria num louco um interesse maior do que no caso de Gelb e Goldstein, que há pouco evoquei em linhas gerais, e que revela não apenas ao neurologista, mas também ao filósofo, e sem dúvida mais ao filósofo do que ao neurologista, uma estrutura constitutiva do conhecimento humano, ou seja, o suporte que o simbolismo do pensamento encontra na percepção visual, e que chamarei, com Husserl, de uma relação de *Fundierung*, fundação?

Que outro valor humano jaz na loucura?

Quando defendi minha tese sobre *A psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, um de meus mestres pediu-me que formulasse o que, em suma, eu me havia proposto com ela: “Em suma, senhor”, comecei, “não podemos esquecer que a loucura é um fenômeno do pensamento...” Não digo que com isso eu tenha indicado suficientemente meu propósito: o gesto que me interrompeu tinha a firmeza de um chamamento ao pudor: “Sei, e daí?”, significava ele. “Passemos às coisas sérias. Será que o senhor vai agora nos fazer caretas? Não desonremos esta hora solene. *Num dignus eris intrare in nostro docto corpore cum isto voce: pensare!*” Não obstante, fui aprovado como doutor, com os incentivos que convém dar aos espíritos espontâneos.

Assim, retomo minha explicação, para uso de vocês, quatorze anos depois, e vocês estão vendo que, nesse passo — se não me tirarem a tocha da mão... pois bem, então tirem-na! —, a definição do objeto da psicologia não irá longe, ainda que eu até lá faça companhia às luzes que iluminam este mundo. Pelo menos, espero que nesse momento o movimento do mundo as tenha feito enxergarem o bastante, a essas próprias luzes, para que nenhuma delas possa mais encontrar na obra de Bergson a síntese dilatadora que satisfaz as “necessidades espirituais” de uma geração, nem nada além de uma coletânea bastante curiosa de exercícios de ventriloquia metafísica.

Antes de fazer os fatos falarem, convém, com efeito, reconhecer as condições de sentido que os dão a nós como tais. Por isso é que penso que a palavra de ordem de um retorno a Descartes não seria inútil.

[163]

Quanto ao fenômeno da loucura, se ele não o aprofundou em suas *Meditações*, ao menos consideremos revelador o fato de o haver encontrado, com inesquecível alegria, desde os primeiros passos de sua partida para a conquista da verdade:

“E como poderia eu negar que estas mãos e este corpo são meus, a não ser, talvez, que me compare a alguns insensatos, cujo cérebro é tão perturbado e ofuscado pelos negros vapores da bile que eles constantemente garantem ser reis quando são muito pobres, estar vestidos de ouro e púrpura quando estão inteiramente nus, ou então imaginam ser cântaros, ou ter um corpo de vidro? Mas, qual! eles são loucos, e eu não seria menos extravagante se me pautasse em seus exemplos.”

E ele segue adiante, embora, como veremos, pudesse ter-se detido, não sem frutos para sua investigação, nesse fenômeno da loucura.

Reconsideremo-lo, pois, no conjunto, segundo seu método. E não à maneira do mestre venerado que não fazia apenas cortar as efusões explicativas de seus alunos, aquele para quem as dos alucinados eram um tamanho escândalo que ele os interrompia assim: “Mas o que você está me dizendo, meu amigo? Isso não é verdade, nada disso. Olhe lá, hein?” Podemos tirar desse tipo de intervenção um lampejo de sentido: o verdadeiro está “por dentro”, mas, em que ponto? Seguramente, pelo uso da palavra, não podemos fiar-nos mais aqui na mente do médico que na do doente.

Antes, sigamos Henri Ey, que, em seus primeiros trabalhos, como Descartes em sua frase simples, e sem dúvida não por um encontro casual nessa época, valoriza a mola essencial da crença.

Esse fenômeno, com sua ambigüidade no ser humano, com seu excesso e sua escassez quanto ao conhecimento — já que ele é menos que saber, porém talvez seja mais: afirmar é comprometer-se, mas não é ter certeza —, Ey viu admiravelmente que ele não podia ser eliminado do fenômeno da alucinação e do delírio.

Mas a análise fenomenológica requer que não se salte nenhuma etapa, e qualquer precipitação aí é fatal. Direi que a imagem só aparece ali numa justa acomodação do pensamento. Nesse ponto, para não cair no erro de delirar com o doente, que ele censurava nos mecanicistas, Ey cometeu o erro contrário de incluir no fenômeno, com demasiada pressa, o juízo de valor cujo exemplo

[164]

cômico precedente, que ele apreciava por seu justo valor, deveria tê-lo advertido de que equivalia a eliminar ao mesmo tempo qualquer compreensão. Por uma espécie de vertigem mental, ele dissolveu a noção de crença, que mantinha sob seus olhos, na do erro que iria absorvê-lo como faz uma gota d'água com outra que a toca. Por conseguinte, toda a operação malogra. Cristalizado, o fenômeno torna-se objeto de juízo e, em pouco tempo, puro e simples objeto.

“Onde ficaria o erro”, escreve ele na p.170 de seu livro *Hallucinations et délire*,⁴ “onde ficaria o erro, e o delírio, aliás, se os doentes não se enganassem? No entanto, tudo em suas afirmações, em seu juízo, revela-nos esse erro (interpretações, ilusões, etc.).” E também na página 176, enunciando as duas “atitudes possíveis” perante a alucinação, ele assim define a sua: “Nós a consideramos um erro que é preciso admitir e explicar como tal, sem nos deixarmos levar por sua miragem. Ora, sua miragem leva, necessariamente, se não tomarmos cuidado, a baseá-la em fenômenos efetivos e, com isso, a construir hipóteses neurológicas mais ou menos inúteis, pois não atingem aquilo que fundamenta o próprio sintoma: o erro e o delírio.”

Assim, como não causar espécie o fato de que, tão bem advertido contra a tentação de basear numa hipótese neurológica a “miragem da alucinação, concebida como uma sensação anormal”, ele se apresse a fundamentar numa hipótese semelhante aquilo que chama de “erro fundamental” do delírio, e que, repugnando-lhe justificadamente, na página 168, fazer da alucinação como sensação anormal “um objeto situado nas dobras do cérebro”, ele mesmo não hesite em situar ali o fenômeno da crença delirante, considerado como um fenômeno de déficit?

[165]

Por mais elevada, portanto, a tradição em que ele se encontra, foi ali que ele tomou o caminho errado. Teria escapado deste ao se deter antes do salto que rege nele a própria noção de verdade. Ora, se não há progresso possível no conhecimento que não seja movido por essa noção, está em nossa condição, como veremos, correr sempre o risco de nos perdermos por nosso melhor movimento.

4. Da editora Alcan, 1934, na pequena coleção verde.

Pode-se dizer que o erro é um déficit no sentido que essa palavra tem num balanço, mas não a crença em si, mesmo que ela nos engane. Pois a crença pode extraviar-se no mais alto grau por um pensamento sem deterioração, como nos comprova o próprio Ey nesse momento.

Em que consiste, portanto, o fenômeno da crença delirante? Ele é, digamos, desconhecimento, com o que esse termo contém de antinomia essencial. Pois desconhecer supõe um reconhecimento, como evidencia o desconhecimento sistemático, onde realmente deve-se admitir que o que é negado é de algum modo reconhecido.

Quanto ao pertencimento do fenômeno ao sujeito — Ey insiste nisso, e não se pode insistir demais no que é evidente —, a alucinação é um erro: “moldada pela massa da personalidade do sujeito e feita de sua própria atividade”. À parte as reservas que me inspira o uso das palavras massa e atividade, de fato me parece claro que, nos sentimentos de influência e automatismo, o sujeito não reconhece suas próprias produções como sendo suas. No que todos concordamos em que um louco é um louco. Mas, acaso o mais notável não é que ele tenha que conhecê-las, e não consistirá a questão em saber o que ele ali conhece de si, sem se reconhecer?

Pois, quanto à realidade que o sujeito confere a esses fenômenos, um caráter muito mais decisivo do que a sensorialidade que ele experimenta neles ou a crença que lhes atribui é que todos esses fenômenos, sejam quais forem — alucinações, interpretações, intuições —, e não importa com que alheamento e estranheza sejam vividos por ele, todos o visam pessoalmente: eles o desdobram, respondem-lhe, fazem-lhe eco e lêem nele, assim como ele os identifica, interroga, provoca e decifra. E, quando vem a lhe faltar todo e qualquer meio de exprimi-los, sua perplexidade nos evidencia nele, mais uma vez, uma hiância interrogativa, ou seja, toda a loucura é vivida no registro do sentido.

[166]

O interesse patético que ela comporta, assim, dá uma primeira resposta à pergunta por nós proposta sobre o valor humano de seu fenômeno. E seu alcance metafísico revela-se em que o fenômeno da loucura não é separável do problema da significação para o ser em geral, isto é, da linguagem para o homem.

Nenhum lingüista e nenhum filósofo poderia mais sustentar, com efeito, uma teoria da linguagem como um sistema de signos que reproduzisse o das realidades, definidas pelo comum acordo das mentes sãs em corpos sãos; só mesmo o sr. Blondel para parecer acreditar nisso, nessa obra sobre a *Consciência mórbida* que é de fato a elucubração mais limitada que já se produziu, tanto sobre a loucura quanto sobre a linguagem, e para esbarrar no problema do inefável, como se a linguagem não o instaurasse sem a loucura.

A linguagem do homem, esse instrumento de sua mentira, é atravessada de ponta a ponta pelo problema de sua verdade:

— seja por traí-la, na medida em que é a expressão de sua hereditariedade orgânica, na fonologia do *flatus vocis*; das “paixões do corpo” no sentido cartesiano, isto é, de sua alma, na modulação passional; e da cultura e da história que constituem sua humanidade, no sistema semântico que o formou quando criança;

— seja por manifestar essa verdade como intenção, abrindo-a eternamente para a questão de saber como aquilo que exprime a mentira de sua particularidade pode chegar a formular o universal de sua verdade.

Questão onde se inscreve toda a história da filosofia, desde as aporias platônicas da essência até os abismos pascalianos da existência — inclusive na ambigüidade radical que nela indica Heidegger, na medida em que verdade significa revelação.

A palavra [*mot*] não é signo, mas nó de significação. E se eu disser a palavra “cortina”, por exemplo, isso não é apenas designar por convenção o uso de um objeto, que pode ser diversificado de mil maneiras pelas intenções com que é percebido pelo operário, pelo comerciante, pelo pintor ou pelo psicólogo gestaltista como trabalho, valor de troca, fisionomia colorida ou estrutura espacial. Ela é, por metáfora, uma cortina [*rideau*] de árvores; por trocadilho, o marulhar e o riso da água [*les rides et les ris de l'eau*], e meu amigo Leiris domina melhor que eu essas brincadeiras glossolálicas. Por decreto, ela é o limite de meu domínio ou, ocasionalmente, anteparo e tela de minha meditação no quarto que partilho. Por milagre, é o espaço aberto para o infinito, o desconhecido no limiar ou na partida de manhã do solitário. É, por obsessão, o movimento em que se trai a presença de Agripino no Conselho do Império, ou o olhar da

sra. de Chasteller à passagem de Lucien Leuwen. É, por desprezo, Polônio a quem agrido: “Um rato! Um rato! Um rato enorme!” É, por interjeição, no entreato do drama, o grito de minha impaciência ou a expressão de meu enfado. Cortina! É uma imagem, enfim, do sentido como sentido, que, para se descobrir, tem que ser desvelado.

Assim, na linguagem se justificam e se denunciam as atitudes do ser, dentre as quais o “bom senso” efetivamente manifesta “a coisa mais difundida do mundo”, mas não a ponto de se reconhecer naqueles para quem, quanto a isso, Descartes é fácil demais.

Por isso é que, numa antropologia em que o registro do cultural no homem inclui, como deve ser, o do natural, poderíamos definir concretamente a psicologia como o campo do insensato, ou, dito de outra maneira, de tudo aquilo que cria nó no discurso — como indicam suficientemente as “palavras” da paixão.

Enveredemos por esse caminho para estudar as significações da loucura, como nos convidam a fazer as modalidades originais que nela mostra a linguagem: as alusões verbais, as relações cabalísticas, os jogos de homonímia e os trocadilhos que cativaram o exame de um Guiraud⁵ — e, direi eu, o toque de singularidade cuja ressonância é preciso sabermos ouvir numa palavra para detectar o delírio, a transfiguração do termo na intenção inefável, a fixação da idéia no semantema (que aqui, precisamente, tende a se degradar em signo), os híbridos do vocabulário, o câncer verbal do neologismo, o enviscamento da sintaxe, a duplicidade da enunciação, e também a coerência que equivale a uma lógica, a característica que, pela unidade de um estilo nas estereotípias, marca cada forma de delírio: tudo isso pelo qual o alienado, através da fala ou da pena, comunica-se conosco.

[168]

É aí que devem se revelar para nós as estruturas de seu conhecimento, sobre as quais é singular (sem dúvida não por puro acaso), que tenham sido justamente mecanicistas, como um Clérambault e um Guiraud, que melhor as desenharam. Por mais falsa que seja a teoria em que eles as abrangeram, verifica-se

5. “Les formes verbales de l’interprétation délirante”, *Ann. Médico-psychol.*, 1921, 1^o semestre, p.395 e 412.

que ela lhes harmonizou notavelmente o espírito com um fenômeno essencial dessas estruturas: a espécie de “anatomia” que nelas se manifesta. A própria referência constante da análise de Clérambault ao que ele denomina, com um termo algo diaforesco, de “ideogênico” não é outra coisa senão essa busca dos limites da significação. Assim, paradoxalmente, ele acaba desdobrando, de um modo cujo alcance singular é compreensível, o magnífico leque de estruturas que vai dos chamados “*postulados*” dos delírios passionais aos chamados fenômenos *basais* do *automa-tismo mental*.

Eis por que creio que ele fez mais do que qualquer um pela tese psicogenética; em todo caso, vocês verão como entendo isso.

De Clérambault foi meu único mestre na observação dos doentes — depois do sutilíssimo e delicioso Trénel, a quem cometi o erro de abandonar cedo demais — a postular nas esferas consagradas da ignorância magisterial.

Pretendo ter seguido seu método na análise do caso de psicose paranóica que foi objeto de minha tese, caso do qual demonstrei a estrutura psicogenética e designei a entidade clínica, pela denominação mais ou menos válida de *paranóia de autopunição*.

Essa enferma me chamara a atenção pela significação ardente de suas produções escritas, cujo valor literário impressionou muitos escritores, desde Fargue e do caro Crevel, que as leram antes de todos, até Joe Bousquet,⁶ que as comentou pronta e admiravelmente, e Éluard,⁷ que delas captou mais recentemente a poesia “involuntária”. Sabemos que o nome Aimée com que mascarei sua pessoa é o da figura central de sua criação romanesca.

Quando reúno os resultados da análise que fiz delas, creio que logo se destaca uma fenomenologia da loucura, completa em seus termos.

Os pontos de estrutura que ali se revelam essenciais formulam-se, com efeito, como se segue:

[169]

a) A linhagem das perseguidoras que se sucedem em sua história repete, quase sem variação, a personificação de um ideal

6. No número 1 da Revue: 14, rue du Dragon (Ed. Cahiers d'Art).

7. Paul Éluard, *Poésie involontaire et poésie intentionnelle*, opúsculo editado por Seghers Poésie 42.

de malignidade contra o qual sua necessidade de agressão vai crescendo.

Não apenas ela buscou constantemente o beneplácito e, ao mesmo tempo, as sevícias de pessoas que encarnam esse tipo, dentre aquelas que lhe eram acessíveis na realidade, como também tendeu em sua conduta a realizar, sem reconhecê-lo, o próprio mal que ela denunciava: vaidade, frieza e abandono de seus deveres naturais.

b) Sua representação de si mesma, ao contrário, exprime-se num ideal totalmente oposto de pureza e devotamento, que a expõe como vítima às investidas do ser detestado.

c) Observa-se, ademais, uma neutralização da categoria sexual em que ela se identifica. Essa neutralização, confessada até a ambigüidade em seus escritos, e talvez levada à inversão imaginativa, é coerente com o platonismo da erotomania clássica que ela desenvolve em relação a várias personificações masculinas, e com a prevalência das amizades femininas em sua história real.

d) Essa história é constituída por uma luta indecisa para realizar uma vida comum, ao mesmo tempo sem abandonar ideais que qualificaríamos de bovaristas, sem colocar nesse termo a menor depreciação.

Depois, uma progressiva intervenção da irmã primogênita em sua vida extirpa-a por completo, pouco a pouco, de seu lugar de esposa e mãe.

e) Essa intervenção a eximiu, de fato, de seus deveres familiares.

Mas, à medida que a foi “liberando”, desencadearam-se e se constituíram os fenômenos de seu delírio, que atingiram o apogeu no momento em que, com a própria incidência deles concorrendo para isso, ela se descobriu totalmente independente.

f) Esses fenômenos surgiram numa série de impulsos que designamos pela expressão, que alguns tiveram a fineza de preservar, *momentos fecundos* do delírio.

Algumas resistências com que pudemos deparar, ao abranger numa tese psicogenética a apresentação “*elementar*” desses momentos, parecem-nos dissolver-se, atualmente, no aprofundamento que essa tese desde então ganhou entre nós. É o que mostraremos dentro em pouco, na medida em que nos permitir o equilíbrio desta exposição.

[170]

g) É de se notar que, embora a doente pareça sofrer com o fato de seu filho ser-lhe retirado por essa irmã, cujo mau agouro a única entrevista destacou até mesmo para nós, ela se recusa a considerá-la em si mesma como hostil ou sequer nefasta, nem nesse aspecto nem em qualquer outro.

Ao contrário, ela ataca com intenção homicida a mais recente das pessoas em quem identificou suas perseguidoras, e esse ato, após o prazo necessário à conscientização do duro preço com que ela tem que pagá-lo na abjeção da prisão, tem como efeito o declínio, nela, das crenças e fantasias de seu delírio.

Assim, procuramos situar a psicose em suas relações com a totalidade dos antecedentes biográficos, das intenções confessas ou não da doente, dos motivos, enfim, percebidos ou não, que se destacam da situação contemporânea de seu delírio — ou seja, como indica o título de nossa tese, em suas relações com a personalidade.

Parece-nos ressaltar disso, desde o começo, a estrutura geral do desconhecimento. Mas há que entendê-la bem.

Seguramente, pode-se dizer que o louco se acredita diferente de quem é, como está contido na frase sobre “aqueles que se acreditam vestidos de ouro e púrpura”, onde Descartes se resigna com as mais anedóticas das histórias de loucos, e com a qual se contenta o autor cheio de autoridade a quem o *bovarismo*, acomodado proporcionalmente a sua simpatia pelos doentes, deu a chave da paranóia.

Mas, além de a teoria do sr. Jules de Gaultier concernir a um aspecto dos mais normais da personalidade humana — seus ideais —, convém assinalar que, se um homem que se acredita rei é louco, não menos o é um rei que se acredita rei.

É o que provam o exemplo de Luís II da Baviera e de alguns outros personagens reais, bem como o “bom senso” de qualquer um, em nome do qual, justificadamente, exige-se das pessoas colocadas nessa situação “que desempenhem bem seu papel”, mas sente-se com incômodo a idéia de que elas “acreditem nisso” para valer, ainda que através de uma consideração superior de seu dever de encarnar uma função na ordem do mundo, pela qual elas assumem bastante bem a imagem de vítimas eleitas.

O momento de virada é dado, aqui, pela mediação ou pelo imediatismo da identificação e, para dizer a palavra, pela enfa- tuação do sujeito.

[171]

Para me fazer entender, evocarei a simpática figura do janota nascido na abastança, que, como se diz, “não desconfia de nada”, especialmente do que deve a essa auspiciosa fortuna. O bom senso tem o costume de qualificá-lo, conforme o caso, de “inocente bem-aventurado” ou de “bostinha”. Ele *se croit* [“se acha”], como se diz em francês: no que o espírito da língua põe a ênfase onde convém, isto é, não na inadequação de um atributo, mas num modo verbal, pois o sujeito se acredita em suma aquilo que ele é, um felizardo, mas o bom senso lhe deseja, *in petto*, o empecilho que há de revelar-lhe que ele não o é tanto quanto acredita. Que não me venham dizer que estou fazendo pilhérias, e da qualidade que se mostra no dito de que Napoleão era um cara que se acreditava Napoleão. Porque Napoleão de modo algum se acreditava Napoleão, por saber muito bem por que meios Bonaparte havia produzido Napoleão e o quanto Napoleão, como o deus de Malebranche, sustentava a cada instante sua existência. Se ele se achou Napoleão, foi no momento em que Júpiter decidiu arruiná-lo, e, consumada sua queda, ocupou suas horas de lazer a mentir para Las Cases,⁸ em páginas sem conta, para que a posteridade achasse que ele se havia acreditado Napoleão, condição necessária para convencê-la, ela mesma, de que ele de fato fora Napoleão.

Não creiam que estou me perdendo, numa formulação que deve levar-nos a nada menos do que ao cerne da dialética do ser — pois é exatamente nesse ponto que se situa o desconhecimento essencial da loucura, que nossa doente manifesta perfeitamente.

Esse desconhecimento revela-se na revolta com que o louco quer impor a lei de seu coração ao que se lhe afigura como a desordem do mundo, iniciativa “insensata” — mas não por ser uma falta de adaptação à vida, fórmula que se ouve correntemente em nosso meio, embora a mais ínfima reflexão sobre nossa experiência deva demonstrar-nos sua desonrosa futilidade — iniciativa insensata, dizia eu, basicamente porque o sujeito não reconhece nessa desordem do mundo a própria manifestação de seu ser atual, nem que o que ele sente como a lei de seu coração

[172]

8. Emmanuel, conde de Las Cases, autor do *Memorial de Sta. Helena*, que narra os relatos de Napoleão I após sua deportação. (N.E.)

é apenas a imagem tão invertida quanto virtual desse mesmo ser. Ele desconhece duplamente, portanto, e precisamente por separar a atualidade da virtualidade. Ora, ele só pode escapar dessa atualidade através dessa virtualidade. Assim, seu ser está encerrado num círculo, a menos que ele o rompa por alguma violência, na qual, desferindo seu golpe contra o que lhe parece ser a desordem, atinge a si mesmo através do contragolpe social.

Tal é a fórmula geral da loucura que encontramos em Hegel,⁹ pois não creiam que estou inovando, ainda que tenha julgado dever tomar o cuidado de apresentá-la a vocês de forma ilustrada. Digo “fórmula geral da loucura” no sentido de que podemos vê-la aplicar-se particularmente a qualquer uma das fases pelas quais se realiza mais ou menos, em cada destino, o desenvolvimento dialético do ser humano, e de que ela sempre se realiza ali como uma estase do ser, numa identificação ideal que caracteriza esse ponto de um destino particular.

Ora, essa identificação, cujo caráter sem mediação e “presunçoso” eu quis fazer sentir há pouco, eis que ela se demonstra como a relação do ser com o que ele tem de melhor, já que esse ideal representa nele sua liberdade.

Para dizer essas coisas em termos mais galantes, eu poderia demonstrá-las a vocês através do exemplo a que o próprio Hegel se reportou em espírito quando desenvolveu essa análise na *Fenomenologia*,¹⁰ isto é, se não me falha a memória, em 1806, enquanto esperava (isto, note-se de passagem, para ser incluído num dossiê que acabo de abrir), enquanto esperava, dizia eu, a aproximação da *Weltseele*, a Alma do mundo, que ele reconheceu em Napoleão, para o fim preciso de revelar a este o que ele
[173]

9. Cf. *La philosophie de l'esprit*, trad. Véra, publicado pela Germer Baillière em 1867; e a *Fenomenologia do espírito*, obra a que voltaremos mais adiante, da qual Jean Hyppolite forneceu, em 1939, uma excelente tradução em dois volumes na Aubier.

10. Os leitores franceses já não poderão ignorar essa obra, depois que Jean Hyppolite colocou-a a seu alcance, e de maneira a satisfazer os mais exigentes, em sua tese que acaba de ser publicada na Aubier, e quando tiverem sido publicadas na NRF as notas do curso que o sr. Alexandre Kojève lhe dedicou durante cinco anos na École des Hautes Études.

Moor, o herói dos *Salteadores* de Schiller, familiar à memória de qualquer alemão.

Mais acessível à nossa, e também mais agradável para meu gosto, evocarei o Alceste de Molière. Não sem antes observar que o fato de ele não ter deixado, desde seu aparecimento, de ser um problema para nossos espíritos bem pensantes, nutridos de “humanidades”, demonstra suficientemente que essas coisas que discuto não são, em absoluto, tão vãs quanto gostariam de fazer crer os ditos espíritos bem pensantes quando as qualificam de pedantescas, menos, sem dúvida, para se pouparem o esforço de compreendê-las do que as conseqüências dolorosas que lhes seria preciso tirar por si mesmos de sua sociedade, depois de as haverem compreendido.

Tudo parte do fato de que a “bela alma” de Alceste exerce sobre o espírito bem pensante um fascínio a que ele não pode resistir, sendo “nutrido de humanidades”. Então, dará Molière razão à complacência mundana de Philinte? Será possível, Deus meu! exclamam alguns, enquanto outros têm que reconhecer, com as inflexões céticas da sabedoria, que realmente tem de ser assim, do jeito que o mundo vai.

Creio que a questão não é a sabedoria de Philinte, e a solução talvez chocasse esses senhores: é que Alceste é louco, e Molière o mostra como tal — justamente pelo fato de que, em sua bela alma, ele não reconhece que ele mesmo concorre para a desordem contra a qual se insurge.

Esclareço que ele é louco, não por amar uma mulher que é volúvel ou que o trai, o que nossos doutos de há pouco sem dúvida refeririam à sua inadaptação vital, mas por ser tomado, sob a bandeira do Amor, pelo próprio sentimento que rege o baile dessa arte das miragens em que triunfa a bela Célimène, ou seja, pelo narcisismo dos ociosos que dá a estrutura psicológica do “mundo” em todas as épocas, aqui reduplicado por esse outro narcisismo que se manifesta, mais especialmente em alguns, pela idealização coletiva do sentimento amoroso.

Célimène, no foco do espelho, e seus adoradores, num círculo radiante, comprazem-se no jogo dessas fogueiras. Porém Alceste não menos do que todos, pois, se ele não lhe tolera as mentiras, é apenas porque seu narcisismo é mais exigente. Por certo, ele exprime isso a si mesmo sob a forma da lei do coração:

*Quero que se seja sincero e que, como homem honrado,
Não se solte palavra alguma que não parta do coração.*¹¹

Sim, mas quando seu coração fala, emite estranhas exclamações. Assim, quando Philinte o interroga:

*Crês, então, ser amado por ela?
Sim, ora essa! responde ele.
Eu não a amaria se não julgasse sê-lo.*¹²

Réplica que me pergunto se Clérambault não teria reconhecido como mais decorrente do delírio passional que do amor.

E, por mais difundida que seja na paixão, dizem, a fantasia da experiência de uma decadência do objeto amado, encontro-a em Alceste com uma ênfase singular:

*Ah! nada se compara a meu amor extremo,
E, no ardor que ele tem de se mostrar a todos,
Chega até a formar anseios contra vós.
Sim, quisera eu que ninguém vos achasse amável,
Que fôsseis reduzida a um destino miserável,
Que o céu, ao nascer, nada vos tivesse dado...*¹³

Com esses belos votos e com a predileção que tem pela canção “Gosto mais de minha amada”,¹⁴ quanto não corteja ele a florista? Mas, não poderia “mostrar a todos” seu amor pela florista, dada a verdadeira chave do sentimento que aí se exprime: a paixão de demonstrar a todos sua unicidade, nem que seja no isolamento da vítima, onde ele encontra, no último ato, sua satisfação amargamente jubilatória.

11. *Je veux qu'on soit sincère et qu'en homme d'honneur / On ne lâche aucun mot qui ne parte du coeur.* (N.E.)

12. *Vous croyez donc être aimé d'elle / Oui, parbleu! répond-il. / Je ne l'aimerais pas, si je ne croyais l'être.* (N.E.)

13. *Ah! rien n'est comparable à mon amour extrême, / Et, dans l'ardeur qu'il a de se montrer à tous, / Il va jusqu'à former des souhaits contre vous. / Oui, je voudrais qu'aucun ne vous trouvât aimable, / Que vous fussiez réduite en un sort misérable, / Que le ciel, en naissant, ne vous eût donné rien...* (N.E.)

14. A antiga canção, famosa, é “J’aime mieux ma mie au gué”. (N.E.)

Quanto à mola do desfecho, ele é dado pelo mecanismo que, bem mais do que à *autopunição*, eu referiria à *agressão suicida do narcisismo*.

Pois o que deixa Alceste fora de si ao ouvir o soneto de Oronte é que ele reconhece ali sua situação, que é retratado nele com tanta exatidão que se torna ridículo, e o imbecil que é seu rival aparece-lhe como sua própria imagem no espelho; as afirmações de louco furioso que faz então traem manifestamente que ele está procurando atingir a si mesmo. Por isso, toda vez que um de seus contragolpes lhe mostra que ele conseguiu isso, ele sofre o efeito com deleite.

[175]

É aí que destaco, como uma falha singular da concepção de Henri Ey, que ela o afasta da significação do ato delirante, que o reduz a ser tido como efeito contingente de uma falta de controle, ao passo que o problema da significação desse ato nos é incessantemente lembrado pelas exigências médico-legais que são essenciais à fenomenologia de nossa experiência.

Também nesse aspecto, quão mais longe vai um Guiraud, mecanicista, quando, em seu artigo sobre os *Assassinatos imotivados*,¹⁵ faz questão de reconhecer que não é outra coisa senão o *kakon* de seu próprio ser que o alienado procura atingir no objeto que ele fere.

Com um último olhar, deixemos Alceste, que não fez outra vítima senão ele mesmo, e lhe almejemos que encontre o que procura, ou seja:

... na terra, um lugar afastado,
onde, em sendo um homem honrado, tenha-se liberdade.¹⁶

para guardar esta última palavra. Pois não é apenas por derrisão que o impecável rigor da comédia clássica a faz surgir aqui.

A importância do drama que ela exprime, com efeito, não se mede pela estreiteza da ação em que ela se trama, e, tal como o altivo processo de Descartes na *Nota secreta* em que ele se

15. "Les meurtres immotivés", in *Évolution Psychiatrique*, março de 1931. Cf. igualmente Guiraud e Cailleux, "Le meurtre immotivé, réaction libératrice de la maladie", *Ann. Médico-psych.*, nov. de 1928.

16. *Sur la terre, un endroit écarté, / Où d'être homme d'honneur, on ait la liberté.* (N.E.)

anuncia prestes a subir no palco do mundo, ela “avança mascarada”.

Eu poderia, em vez de Alceste, ter buscado o jogo da lei do coração no destino que conduziu o velho revolucionário de 1917 ao banco dos réus dos processos de Moscou. Mas, o que se demonstra no espaço imaginário do poeta equivale, metafisicamente, ao que ocorre de mais sangrento no mundo, pois é isso que, no mundo, faz o sangue correr.

Portanto, não é que eu me desvie do drama social que domina nossa época. É que o funcionamento de minha marionete evidenciará melhor para cada um o risco que o tenta, toda vez que se trata da liberdade.

[176]

Pois o risco da loucura se mede pela própria atração das identificações em que o homem engaja, simultaneamente, sua verdade e seu ser.

Assim, longe de a loucura ser um fato contingente das fragilidades de seu organismo, ela é a virtualidade permanente de uma falha aberta em sua essência.

Longe de ser para a liberdade “um insulto”,¹⁷ ela é sua mais fiel companheira, e acompanha seu movimento como uma sombra.

E o ser do homem não apenas não pode ser compreendido sem a loucura, como não seria o ser do homem se não trouxesse em si a loucura como limite de sua liberdade.

E, para romper essa colocação severa com o humor de nossa juventude, é realmente verdade que, como escrevêramos numa fórmula lapidar na parede de nossa sala de plantão, “Não fica louco quem quer.”

Mas tampouco é quem quer que atinge os riscos que envolvem a loucura.

Um organismo débil, uma imaginação desordenada e conflitos que ultrapassam as forças não bastam. É possível que um corpo de ferro, identificações poderosas e as complacências do destino, inscritas nos astros, levem com mais certeza a essa sedução do ser.

Pelo menos, essa concepção tem imediatamente o benefício de fazer dissipar-se a ênfase problemática que o século XIX

17. Vide supra, p.158.

colocou na loucura das individualidades superiores — e de silenciar o arsenal de golpes baixos trocados por Homais e Bournisien¹⁸ sobre a loucura dos santos ou dos heróis da liberdade.

Pois, se a obra de Pinel tornou-nos, graças a Deus, mais humanos com os loucos comuns, deve-se reconhecer que ela não aumentou nosso respeito pela loucura dos riscos supremos.

Aliás, Homais e Bournisien representam uma mesma manifestação do ser. Mas, não se impressionam vocês com o fato de nunca se rir senão do primeiro? Eu os desafio a darem conta disso de outro modo que não pela distinção significativa que exprimi há pouco. Pois Homais “se fia”, ao passo que Bournisien, igualmente parvo, mas não louco, defende sua crença e, por estar apoiado em sua hierarquia, mantém entre si e sua verdade a distância em que entrará em acordo com Homais, se este “se tornar razoável”, reconhecendo a realidade das “necessidades espirituais”.

[177]

Havendo-o pois desarmado, ao mesmo tempo que a seu adversário, por nossa compreensão da loucura, recuperamos o direito de evocar as vozes alucinatórias de Joana d’Arc ou o que aconteceu no caminho de Damasco, sem que por isso nos intimem a mudar o tom de nossa voz real, nem a passarmos nós mesmos a um estado secundário no exercício de nosso julgamento.

Tendo chegado a esse ponto de meu discurso sobre a causalidade da loucura, não seria conveniente que eu pedisse aos céus que me protegessem do desvario, e percebesse que, depois de ter dito que Henri Ey desconhecia a causalidade da loucura, e que ele não é Napoleão, caio na esparrela de propor como prova última que essa causalidade, sou eu quem a conheço, ou, em outras palavras, que eu é quem sou Napoleão?

Não creio, no entanto, que seja esse meu propósito, pois me parece que, zelando por manter exatas as distâncias humanas que constituem nossa experiência da loucura, conformei-me à lei que, literalmente, faz existirem seus dados aparentes: sem o que o médico, tal como aquele que contesta ao louco que o que ele diz não é verdade, não divaga menos que o próprio louco.

18. Personagens de Flaubert em *Madame Bovary*. (N.E.)

Relendo nesta ocasião, por outro lado, a observação em que me apoiei, parece-me que posso dar-me o testemunho de que, como quer que se possam julgar os frutos dela, preservei por meu objeto o respeito que ele merecia, como pessoa humana, como doente e como caso.

Por último, creio que, ao devolver a causalidade da loucura à insondável decisão do ser em que ele compreende ou desconhece sua libertação, à armadilha do destino que o engana quanto a uma liberdade que ele não conquistou, não estou formulando outra coisa senão a lei de nosso devir, tal como a exprime a fórmula antiga: *Genoi, oíos essí*.

E, para definir a causalidade psíquica, tentarei agora apreender a modalidade de forma e de ação que fixa as determinações desse drama, na medida em que ele me parece cientificamente identificável com o conceito de *imago*.

3. Os efeitos psíquicos do modo imaginário

[178]

A história do sujeito desenvolve-se numa série mais ou menos típica de *identificações ideais* que representam os mais puros dentre os fenômenos psíquicos por eles revelarem essencialmente a função da *imago*. E não concebemos o Eu senão como um sistema central dessas formações, sistema que é preciso compreender, à semelhança delas, na estrutura imaginária e em seu valor libidinal.

Portanto, sem nos determos naqueles que, mesmo na ciência, confundem tranqüilamente o Eu com o ser do sujeito, podemos ver onde nos separamos da concepção mais comum, que identifica o eu com a síntese das funções de relação do organismo, concepção esta que podemos considerar bastarda, já que uma síntese subjetiva aí se define em termos objetivos.

Reconhecemos aí a posição de Henri Ey, tal como ela se exprime na passagem que destacamos anteriormente, pela fórmula segundo o qual “o ataque ao eu se confunde, em última análise, com a noção de dissolução funcional”.

Será possível censurá-lo por ela, quando o preconceito paralelista é tão forte que o próprio Freud, contrariando todo o movimento de sua investigação, permaneceu prisioneiro dele, e quando, aliás, atentar contra ele em sua época talvez tivesse equivalido a se excluir da comunicabilidade científica?

Sabemos, com efeito, que Freud identifica o Eu com o “sistema percepção-consciência”, que constitui a soma dos aparelhos pelos quais o organismo se adapta ao “princípio de realidade”.¹⁹

Se refletirmos sobre o papel desempenhado pela noção de erro na concepção de Ey, veremos o laço que une a ilusão organicista a uma metapsicologia realista. O que nem por isso nos aproxima de uma psicologia concreta.

Do mesmo modo, embora as melhores mentes da psicanálise requeiram avidamente, a lhes darmos crédito, uma teoria do Eu, há pouca chance de que esse lugar seja marcado por outra coisa senão um furo hiante, enquanto elas não se resolverem a considerar obsoleto o que efetivamente o é na obra de um mestre sem igual.

[179]

A obra do sr. Merleau-Ponty,²⁰ no entanto, demonstra de maneira decisiva que toda fenomenologia sadia, da percepção, por exemplo, ordena que se considere a experiência vivida antes de qualquer objetivação, e antes até de qualquer análise reflexiva que misture a objetivação com a experiência. Eu me explico: a mais ínfima ilusão visual patenteia que ela se impõe à experiência antes que a observação da figura parte por parte a corrija; com o que se objetiva a forma chamada de real. Mesmo que a reflexão nos faça reconhecer nessa forma a categoria *a priori* da extensão, cuja propriedade é justamente apresentar-se “partes extra partes”, ainda assim é a ilusão em si que nos dá a ação de *Gestalt*, que é aqui o objeto próprio da psicologia.

Eis por que todas as considerações sobre a síntese do Eu não nos dispensam de considerar seu fenômeno no sujeito, isto é, tudo o que o sujeito compreende por esse termo e que, precisamente, não é sintético nem apenas isento de contradição, como sabemos desde Montaigne, porém, muito mais que isso, desde a experiência freudiana, designa aí o lugar mesmo da *Verneinung*, ou seja, do fenômeno pelo qual o sujeito revela um de seus movimentos pela própria denegação que faz deles, e no momento mesmo em que a faz. Ressalto que não se trata de um desmentido de pertencimento, mas de uma negação formal: em outras pala-

19. Cf. Freud, *Das Ich und das Es*, traduzido por Jankélévitch sob o título de *Le Moi et le Soi*, in *Essais de psychanalyse*, publicado pela Payot em 1927.

20. *Phénoménologie de la perception*, Gallimard, 1945.

bras, de um fenômeno típico de desconhecimento e sob a forma invertida em que insistimos, forma cuja expressão mais habitual — Não vá pensar que... — já nos fornece essa relação profunda com o outro como tal, que valorizaremos no Eu.

Do mesmo modo, não nos demonstra a experiência, ao mais singelo olhar, que nada separa o Eu de suas formas ideais (*Ich Ideal*, onde Freud recupera seus direitos), e que tudo o limita pelo lado do ser que ele representa, uma vez que lhe escapa quase toda a vida do organismo, não só na medida em que ela é desconhecida com a maior normalidade, mas também por ele não ter que conhecê-la em sua maior parte.

[180]

Quanto à psicologia genética do Eu, os resultados que ela obteve parecem-nos tão mais válidos quanto mais os despojamos de qualquer postulado de integração funcional.

Eu mesmo forneci a prova disso através de meu estudo dos fenômenos característicos do que chamei de *momentos fecundos* do delírio. Realizar esse estudo, segundo o método fenomenológico que preconizo aqui, levou-me a análises das quais brotou minha concepção do Eu, num progresso que pôde ser acompanhado pelos ouvintes das conferências e aulas que dei ao longo dos anos, tanto na *Évolution Psychiatrique* quanto na Clínica da Faculdade e no Instituto de Psicanálise, e que, apesar de haverem por obra minha permanecido inéditas, nem por isso deixaram de promover a expressão, fadada a causar impacto, *conhecimento paranóico*.

Ao abarcar com essa expressão uma estrutura fundamental desses fenômenos, pretendi designar, senão sua equivalência, ao menos seu parentesco com uma forma de relação com o mundo que tem um alcance particularíssimo. Trata-se da reação que, reconhecida pelos psiquiatras, foi generalizada para a psicologia sob o nome de *transitivismo*. Essa reação, com efeito, embora jamais se elimine por completo do mundo do homem em suas formas mais idealizadas (nas relações de rivalidade, por exemplo), manifesta-se inicialmente como a matriz da *Urbild* do Eu.

Constatamo-la, de fato, a dominar significativamente a fase primordial em que a criança adquire essa consciência de seu indivíduo que sua linguagem traduz, vocês sabem, na terceira pessoa, antes de fazê-lo na primeira. Charlotte Bühler,²¹ com

21. Charlotte Bühler, *Soziologische n. psychologische Studien über das erste*

feito, para citar apenas ela, observando o comportamento da criança com seu companheiro de brincadeiras, reconheceu esse *transitivismo* sob a forma cativante de uma verdadeira captação pela imagem do outro.

Assim, a criança pode participar, num transe completo, do tombo de seu colega, ou igualmente lhe imputar, sem que se trate de mentira, ter recebido dele o golpe que lhe aplicou. Deixo de lado a série dos fenômenos que vão da identificação especular à sugestão mimética e à sedução da imponentia. Todos eles são incluídos por essa autora na dialética que vai do ciúme (esse ciúme do qual sto. Agostinho já vislumbrava fulgurantemente o valor iniciador) às primeiras formas da simpatia. Eles se inscrevem numa ambivalência primordial que nos aparece, indico-o desde logo, *no espelho*, no sentido de que o sujeito se identifica, em seu sentimento de si, com a imagem do outro, e de que a imagem do outro vem cativar nele esse sentimento.

[181]

Ora, essa reação só se produz sob uma condição, qual seja, que a diferença etária entre os parceiros esteja abaixo de um certo limite, o qual, no início da fase estudada, não pode ultrapassar um ano.

Já aí se manifesta um traço essencial da *imago*: os efeitos observáveis de uma forma, no sentido mais amplo, que só pode ser definida em termos de semelhança genérica, e que portanto implica como primitivo um certo reconhecimento.

Sabemos que seus efeitos se manifestam, com respeito ao rosto humano, desde o décimo dia após o nascimento, isto é, mal surgidas as primeiras reações visuais e anteriormente a qualquer outra experiência que não a de uma sucção cega.

Assim, ponto essencial, o primeiro efeito que aparece da *imago* no ser humano é um efeito de *alienação* do sujeito. É no outro que o sujeito se identifica e até se experimenta a princípio. Fenômeno que há de parecer menos surpreendente ao nos lembrarmos das condições fundamentais sociais do *Umwelt* humano — e ao evocarmos a intuição que domina toda a especulação de Hegel.

Lebensjahr, Iena, Fischer, 1927. Ver também Elsa Köhler, *Die Persönlichkeit des dreijährigen Kindes*, Leipzig, 1926.

O próprio desejo do homem constitui-se, diz-nos ele, sob o signo da mediação: ele é desejo de fazer seu próprio desejo reconhecido. Ele tem por objeto um desejo, o do outro, no sentido de que o homem não tem objeto que se constitua para seu desejo sem alguma mediação, o que transparece em suas necessidades mais primitivas — como, por exemplo, no fato de que seu próprio alimento tem que ser preparado —, e que encontramos em todo o desenvolvimento de sua satisfação, a partir do conflito do mestre/senhor e do escravo, através de toda a dialética do trabalho.

Essa dialética, que é a do próprio ser do homem, deve realizar numa série de crises a síntese de sua particularidade e sua universalidade, chegando a universalizar essa particularidade mesma.

[182]

O que quer dizer que, no movimento que leva o homem a uma consciência cada vez mais adequada de si mesmo, sua liberdade confunde-se com o desenvolvimento de sua servidão.

Terá então a *imago* a função de instaurar no ser uma relação fundamental de sua realidade com seu organismo? Acaso a vida psíquica do homem nos mostra sob outras formas um fenômeno semelhante?

Nenhuma experiência terá contribuído mais do que a psicanálise para manifestá-lo, e a necessidade de repetição que ela mostra como efeito do complexo — embora a doutrina o exprima na noção, inerte e impensável, de inconsciente — expressa isso com bastante clareza.

O hábito e o esquecimento são os sinais da integração no organismo de uma relação psíquica: toda uma situação, por se haver tornado no sujeito simultaneamente desconhecida e tão essencial quanto seu corpo, manifesta-se normalmente em efeitos homogêneos ao sentimento que ele tem de seu corpo.

O complexo de Édipo revela-se, na experiência, não apenas capaz de provocar por suas incidências atípicas todos os efeitos somáticos da histeria, mas também de constituir normalmente o sentimento da realidade.

Uma função de poder e de temperamento ao mesmo tempo — um imperativo não mais cego, porém “categórico” —, uma pessoa que domina e arbitra o dilaceramento ávido e a ambivalência ciosa que fundamentaram as primeiras relações da criança com sua mãe e com o rival fraterno, eis o que o pai representa, e mais ainda, ao que parece, na medida em que está mais

“afastado” das primeiras apreensões afetivas. Os efeitos desse surgimento são diversamente expressos pela doutrina, mas é bem evidente que nela surgem distorcidos pelas incidências traumatizantes em que a experiência os fez serem percebidos a princípio. Eles me parecem poder exprimir-se, em sua forma mais geral, deste modo: a nova imagem faz “flocular-se” no sujeito um mundo de pessoas que, por representarem núcleos de autonomia, alteram completamente para ele a estrutura da realidade.

Não hesito em dizer que poderemos demonstrar que essa crise tem repercussões fisiológicas — e que, por mais puramente psicológica que seja em seu móbil, uma certa “dose de Édipo” pode ser considerada como tendo a eficácia humoral da absorção de um medicamento dessensibilizador.

[183]

Aliás, é tão evidente o papel decisivo de uma experiência afetiva desse registro para a constituição do mundo da realidade nas categorias do tempo e do espaço, que um Bertrand Russell, em seu ensaio de *Análise do espírito*,²² de inspiração radicalmente mecanicista, não pode evitar admitir em sua teoria genética da percepção a função de “sentimentos de distância”, os quais, com o senso do concreto que é próprio dos anglo-saxões, ele refere ao “sentimento do respeito”.

Eu havia destacado esse traço significativo em minha tese, quando me esforcei por explicar a estrutura dos “fenômenos elementares” da psicose paranóica.

Basta-me dizer que a consideração destes levou-me a completar o catálogo das estruturas — simbolismo, condensação e outras que Freud explicitou — como sendo, direi, as do *modo imaginário*, pois espero que logo se renuncie a usar a palavra inconsciente para designar aquilo que se manifesta na consciência.

Apercebi-me (e por que não haveria de lhes pedir para se reportarem a meu capítulo?²³ — no tateamento autêntico de sua pesquisa, ele tem um valor de testemunho), apercebi-me, dizia eu, na própria observação de minha doente, de que era impossível situar com exatidão, através da anamnese, a data e o lugar geográficos de certas intuições, de ilusões da memória, de

22. *Analyse de l'esprit*, traduzido pelo sr. Lefebvre, na Payot, em 1926.

23. *De la psychose paranoïaque*, 2ª parte, cap.II, p.202-15, e também cap.IV, §III, b., p.300-6 [*Da psicose paranóica...*, op. cit.].

ressentimentos convincentes e de objetivações imaginárias que só podiam ser relacionadas ao *momento fecundo* do delírio tomado em seu conjunto. Evocaréi, para me fazer compreender, a crônica e a fotografia de que a doente se lembrou, num desses períodos, como a havendo impressionado meses antes num certo jornal, e que toda a coleção do jornal, colacionada durante meses, não lhe permitiu encontrar. E admiti que esses fenômenos se dão primitivamente como reminiscências, iterações, séries, jogos de espelho, sem que seu próprio dado possa ser situado pelo sujeito, no espaço e no tempo objetivos, de maneira mais exata do que ele consegue situar seus sonhos.

[184]

Assim, aproximamo-nos de uma análise estrutural de um espaço e um tempo imaginários e de suas conexões.

E, voltando a meu conhecimento paranóico, tentei conceber a estrutura em rede, as relações de participação, as perspectivas em cadeia, o palácio das miragens, que reinam nos limbos desse mundo que o Édipo faz soçobrar no esquecimento.

Muitas vezes me posicionei contra a maneira arriscada como Freud interpretava sociologicamente a descoberta, capital para o espírito humano, que lhe devemos nisso. Penso que o complexo de Édipo não surgiu com a origem do homem (se é que não é insensato tentar escrever sua história), mas no alvorecer da história, da história “histórica”, no limite das culturas “etnográficas”. Ele só pode surgir, evidentemente, na forma patriarcal da instituição familiar, mas nem por isso deixa de ter um valor liminar incontestável; estou convencido de que, nas culturas que o excluíam, sua função devia ser exercida por experiências iniciáticas, como aliás a etnologia nos permite ver ainda hoje, e seu valor de fechamento de um ciclo psíquico decorre de ele representar a situação familiar, na medida em que, por sua instituição, esta marca no cultural o recorte do biológico e do social.

No entanto, a estrutura própria do mundo humano, como comportando a existência de objetos independentes do campo atual das tendências, com a dupla possibilidade do uso simbólico e do uso instrumental, aparece no homem desde as primeiras fases do desenvolvimento. Como conceber sua gênese psicológica?

É à colocação desse problema que responde minha construção dita “do *estádio do espelho*” — ou, como mais valeria dizer, da *fase do espelho*.

Fiz dela uma comunicação formal no congresso de Marienbad, em 1936, pelo menos até o ponto exatamente coincidente com o quarto toque do décimo minuto, quando me interrompeu Jones, que presidia o congresso como presidente da Sociedade Psicanalítica de Londres, posto para o qual sem dúvida o qualificava o fato de eu jamais ter encontrado um de seus colegas ingleses que não me tivesse a participar algum traço desagradável de seu caráter. Não obstante, os membros do grupo vienense, ali reunidos como pássaros antes da migração iminente, deram à minha exposição acolhida bastante calorosa. Não entreguei meu artigo para a ata do congresso, e vocês poderão encontrar o essencial dele, em poucas linhas, em meu artigo sobre a família, publicado em 1938 na *Encyclopédie française*, volume da *vida mental*.²⁴

[185]

Meu objetivo ali foi evidenciar a conexão de um certo número de relações imaginárias fundamentais num comportamento exemplar de uma certa fase do desenvolvimento.

Esse comportamento não é outro senão o que a criança tem diante de sua imagem no espelho, a partir dos seis meses de idade — tão flagrante em sua diferença do comportamento do chimpanzé, de quem ela está longe de haver atingido o desenvolvimento na aplicação instrumental da inteligência.

O que chamei de assunção triunfante da imagem, com a mímica jubilatória que a acompanha, a complacência lúdica no controle da identificação especular, após o mais breve balizamento experimental da inexistência da imagem atrás do espelho, contrastando com os fenômenos opostos no macaco, pareceu-me manifestar um desses fatos de captação identificatória pela *imago* que eu estava procurando isolar.

Ele se relacionava da maneira mais direta com a imagem do ser humano que eu já encontrara na organização mais arcaica do conhecimento humano.

A idéia seguiu seu curso. Encontrou-se com a de outros pesquisadores, dentre os quais citarei Lhermitte, cujo livro, publicado em 1939, reunia os achados de uma atenção retida durante muito tempo pela singularidade e autonomia da *imago do corpo próprio* no psiquismo.

24. *Encyclopédie française*, fundada por A. de Monzie, vol.VIII, dirigida por Henri Wallon. Segunda parte, Seção A, *La famille*, especialmente páginas 8'40-6 a 8'40-11.

Com efeito, há em torno dessa imagem uma imensa série de fenômenos subjetivos, desde a ilusão dos amputados, passando pelas alucinações do duplo, até seu surgimento onírico e as objetivacões delirantes que a ele se vinculam. O mais importante, porém, ainda é sua autonomia como lugar imaginário de referência das sensações propioceptivas, que podemos manifestar em toda sorte de fenômenos, dos quais a ilusão de Aristóteles é apenas uma amostragem.

[186]

A *Gestalttheorie* e a fenomenologia também têm seu papel no dossiê dessa imagem. E toda sorte de miragens imaginárias da psicologia concreta, familiares aos psicanalistas e que vão das dos jogos sexuais às ambigüidades morais, fazem com que as pessoas se lembrem de meu estádio do espelho pela virtude da imagem e da operação do espírito santo da linguagem. “Veja”, dizem, “isso faz pensar naquela famosa história de Lacan, o estádio do espelho. Que era mesmo que ele dizia, exatamente?”

Na verdade, levei um pouco mais longe minha concepção do sentido existencial do fenômeno, compreendendo-o em sua relação com o que chamei *prematuração do nascimento* no homem, ou, dito de outra maneira, a incompletude e o “atraso” do desenvolvimento do neuro-eixo durante os primeiros seis meses de vida. Fenômenos bem conhecidos pelos anatomistas e, aliás, manifestados desde que o homem existe, na descoordenação motora e equilibratória do lactante, e que, provavelmente, não deixam de ter relação com o processo de *fetalização* em que Bolk vê a mola do desenvolvimento superior das vesículas encefálicas no homem.

É em função desse atraso do desenvolvimento que a maturação precoce da percepção visual adquire seu valor de antecipação funcional. Daí resulta, por um lado, a acentuada prevalência da estrutura visual no reconhecimento muito precoce, como vimos, da forma humana. Por outro lado, as probabilidades de identificação com essa forma, se assim posso dizer, recebem dela uma contribuição decisiva, que irá constituir no homem o nó imaginário e absolutamente essencial que, obscuramente e através de inextricáveis contradições doutrinárias, a psicanálise designou admiravelmente, no entanto, pelo nome de *narcisismo*.

É nesse nó que reside, com efeito, a relação da imagem com a tendência suicida que o mito de Narciso exprime essencialmente. Essa tendência suicida, que representa em nossa opinião

o que Freud procurou situar em sua metapsicologia com o nome de *instinto de morte*, ou ainda de *masoquismo primordial*, decorre, para nós, do fato de que a morte do homem, muito antes de se refletir, aliás de maneira sempre ambígua, no pensamento, é por ele experimentada na fase de miséria original que ele vive, desde o *trauma do nascimento* até o fim dos primeiros seis meses de *prematuração fisiológica*, e que depois irá repercutir no *trauma do desmame*.

[187]

Um dos traços mais fulgurantes da intuição de Freud na ordem do mundo psíquico é ter captado o valor revelador dos jogos de ocultamento que são as primeiras brincadeiras da criança.²⁵ Todo o mundo pode vê-las e ninguém antes dele havia compreendido, em seu caráter iterativo, a repetição liberadora de qualquer separação ou desmame como tais que nelas assume a criança.

Graças a ele, podemos concebê-las como exprimindo a primeira vibração da onda estacionária de renúncias que irá escandir a história do desenvolvimento psíquico.

No limiar desse desenvolvimento, portanto, eis aí ligados o Eu primordial, como essencialmente alienado, e o sacrifício primitivo, como essencialmente suicida:

Ou seja, a estrutura fundamental da loucura.

Assim, essa discordância primordial entre o Eu e o ser seria a nota fundamental que iria repercutir em toda uma gama harmônica através das fases da história psíquica, cuja função seria resolvê-la, desenvolvendo-a.

Toda resolução dessa discordância por uma coincidência ilusória da realidade com o ideal repercutiria até às profundezas do nó imaginário da agressão suicida narcísica.

Ademais, essa miragem das aparências em que as condições orgânicas da intoxicação, por exemplo, podem desempenhar seu papel exige o inapreensível consentimento da liberdade, como se evidencia no fato de a loucura só se manifestar no homem depois da “idade da razão”, aqui se confirmando a intuição pascaliana de que “uma criança não é um homem”.

25. No artigo “Jenseits des Lustprinzips”, in *Essais de psychanalyse*, tradução já citada, p.18-23.

As primeiras escolhas identificatórias da criança, escolhas “inocentes”, não determinam outra coisa com efeito — à parte as patéticas “fixações” da neurose — senão essa loucura pela qual o homem se crê homem.

Fórmula paradoxal, que no entanto adquire seu valor ao considerarmos que o homem é muito mais que seu corpo, ao mesmo tempo que nada mais pode saber sobre seu ser.

[188]

Surge aí essa ilusão fundamental de que o homem é escravo, bem mais que de todas as “paixões do corpo” no sentido cartesiano, dessa paixão de ser um homem, diria eu, que é a paixão da alma por excelência: o *narcisismo*, que impõe sua estrutura a todos os seus desejos, mesmo os mais elevados.

Frente ao corpo e à mente, a alma aparece como aquilo que é para a tradição, ou seja, como o limite da mônada.

Quando o homem, buscando o vazio do pensamento, avança para o lampejo sem sombras do espaço imaginário, abstendo-se até mesmo de esperar o que daí irá surgir, um espelho sem brilho mostra-lhe uma superfície em que nada se reflete.

Assim, cremos poder designar na *imago* o objeto próprio da psicologia, exatamente na mesma medida em que a noção galileana do ponto material inerte fundou a física.

Ainda não podemos, contudo, captar plenamente a noção dela, e toda esta exposição não tem outra meta senão guiá-los rumo à sua evidência obscura.

Ela me parece correlata a um espaço inextenso, isto é, invisível, do qual a noção de *Gestalt* deve esclarecer a intuição — de um tempo fechado entre a espera e a trégua, de um tempo de fase e de repetição.

Funda-a uma forma de causalidade que é a própria causalidade psíquica — a *identificação*, que é um fenômeno irreduzível —, e a *imago* é a forma definível, no complexo espaço-temporal imaginário, que tem por função realizar a identificação resolutive de uma fase psíquica, ou, em outras palavras, uma metamorfose das relações do indivíduo com seu semelhante.

Os que não querem ouvir-me poderiam objetar que há nisso uma petição de princípio, e que afirmo gratuitamente a irreduzibilidade do fenômeno a serviço apenas de uma concepção do homem que seria totalmente metafísica.

Assim, falarei com os surdos levando-lhes fatos que penso interessarão a seu senso do visível, sem que a seus olhos eles

ao menos pareçam contaminados pelo espírito ou pelo ser: ou seja, irei buscá-los no mundo animal. [189]

Está claro que os fenômenos psíquicos devem manifestar-se nele, caso tenham existência independente, e que nossa *imago* deve ser encontrada ali, pelo menos nos animais cujo *Umwelt* comporta, senão a sociedade, ao menos a agregação de seus semelhantes que apresentem em suas características específicas o traço que designamos pelo nome de *gregarismo*. Aliás, há dez anos, quando designei a *imago* como “objeto psíquico” e formulei que o surgimento do complexo freudiano marcou época no espírito humano, por conter a promessa de uma psicologia verdadeira, escrevi ao mesmo tempo, em diversas ocasiões, que a psicologia aportava um conceito capaz de mostrar, na biologia, uma fecundidade no mínimo igual à de muitos outros que, apesar de estarem em uso, são sensivelmente mais incertos.

Essa indicação viu-se realizada desde 1939, e quero dar como prova dela apenas dois “fatos”, dentre outros que desde então se revelaram numerosos.

Primeiramente, em 1939, o trabalho de Harrison, publicado nos *Proceedings of the Royal Society*.²⁶

Sabe-se há muito tempo que a fêmea do pombo, isolada de seus congêneres, não ovula.

As experiências de Harrison demonstram que a ovulação é determinada pela visão da forma específica do congêner, excluindo-se qualquer outra forma sensorial da percepção e sem que seja necessário tratar-se da visão de um macho.

Colocadas no mesmo recinto que indivíduos de ambos os sexos, mas em gaiolas fabricadas de maneira a que os sujeitos não possam se ver, mesmo percebendo sem obstáculo seus gritos e seu odor, as fêmeas não ovulam. Inversamente, basta que dois sujeitos possam contemplar-se, ainda que através de uma chapa de vidro suficiente para impedir qualquer desencadear do jogo do acasalamento, e que o casal assim separado seja igualmente composto de duas fêmeas, para que o fenômeno da ovulação se desencadeie em prazos variáveis: de doze dias, para o macho e a fêmea com o vidro interposto, a dois meses, para duas fêmeas.

26. *Proc. Royal Soc.*, Series B (Biological Sciences), nº 845, 3 fev. 1939, vol.126, Londres.

Mas há um ponto ainda mais notável: a simples visão, pelo animal, de sua própria imagem no espelho basta para desencadear a ovulação em dois meses e meio.

Um outro pesquisador observou que a secreção do leite no papo do macho, que normalmente se produz quando da eclosão dos ovos, não se produz quando ele não pode ver a fêmea que os está chocando.

Segundo grupo de fatos, num trabalho de Chauvin, em 1941, nos *Anais da Sociedade de Entomologia da França*.²⁷

Trata-se agora de uma dessas espécies de insetos cujos indivíduos apresentam duas variedades bem distintas, conforme pertençam a um tipo dito *solitário* ou a um tipo dito *gregário*. Muito exatamente, trata-se do gafanhoto-peregrino, isto é, de uma das espécies vulgarmente chamadas de gafanhotos, e nas quais o fenômeno da nuvem está ligado ao aparecimento do tipo gregário. Chavin estudou essas duas variedades nesse gafanhoto, ou seja, no chamado *Schistocerca*, no qual, como aliás nos *Locusta* e em outras espécies vizinhas, esses tipos apresentam profundas diferenças, tanto quanto aos instintos — ciclo sexual, voracidade, agitação motora — quanto em sua morfologia, como se evidencia nos índices biométricos e na pigmentação que forma a aparência característica de ambas as variedades.

Para nos determos apenas nesta última característica, indicarei que, nos *Schistocerca*, o tipo solitário é de um verde uniforme em todo o seu desenvolvimento, que comporta cinco estágios larvares, mas o tipo gregário passa por toda sorte de cores conforme esses estágios, com algumas estriações negras em diferentes partes do corpo, sendo uma das mais constantes sobre o fêmur posterior. Mas não estou exagerando ao dizer que, independentemente dessas características muito visíveis, esses insetos diferem por completo em termos biológicos.

Constata-se nesse inseto que o aparecimento do tipo gregário é determinado pela percepção, durante os primeiros períodos larvares, da forma característica da espécie. Portanto, dois indivíduos solitários, postos na companhia um do outro, evoluirão para o tipo gregário. Através de uma série de experiências — criação na obscuridade, secções isoladas dos palpos, das antenas

27. 1941, 3º trimestre, p.133 e 272.

etc. — foi possível localizar bastante precisamente essa percepção na visão e no tato excluindo-se o olfato, a audição e a participação agitatória. Não é forçoso que os indivíduos colocados na presença um do outro sejam do mesmo estágio larvar, reagindo da mesma maneira à presença de um adulto. A presença de um adulto de uma espécie vizinha, como o *Locusta*, também determina o gregarismo — porém não a de um *Gryllus*, de espécie mais distante.

[191]

O sr. Chauvin, após uma discussão aprofundada, é levado a fazer intervir a noção de uma forma e um movimento específicos, caracterizados por um certo “estilo”, fórmula da parte dele ainda mais suspeita na medida em que não parece pensar em vinculá-la às noções da *Gestalt*. Deixo-o concluir, em termos que mostrarão sua escassa propensão metafísica: “É preciso”, diz ele, “que haja aí uma espécie de reconhecimento, por mais rudimentar que o suponhamos. Ora, como falar de reconhecimento”, acrescenta, “sem subentender um mecanismo *psicofisiológico*?”²⁸ Tais são os pudores do fisiologista.

Não é só isso: nascem gregários do acasalamento de dois solitários numa proporção que depende do tempo que se deixe estes últimos conviverem. Além do mais, essas excitações adicionam-se de tal modo que, à medida que se repetem os acasalamentos após períodos de intervalo, aumenta a proporção dos gregários que nascem.

Inversamente, a supressão da ação morfogênica da imagem acarreta a redução progressiva do número de gregários na linhagem.

Embora as características sexuais do adulto gregário se submetam a condições que evidenciam ainda melhor a originalidade do papel da *imago* específica no fenômeno que acabamos de descrever, eu me repreenderia caso continuasse nesse terreno por mais tempo num relatório que tem por objeto a causalidade psíquica nas loucuras.

Quero apenas ressaltar, nesta oportunidade, o fato não menos significativo de que, contrariamente ao que Henri Ey se permite propor em algum lugar, não há paralelismo algum entre a diferenciação anatômica do sistema nervoso e a riqueza das

28. Loc. cit., p.251. Os grifos são nossos.

manifestações psíquicas, nem mesmo as da inteligência, como o demonstra um número imenso de fatos comportamentais nos animais inferiores. Como o caranguejo, por exemplo, do qual por várias vezes em minhas conferências delicieei-me em enaltecer a habilidade para usar incidências mecânicas, quando delas faz uso frente a um mexilhão.

[192]

No momento de terminar, gostaria que este pequeno discurso sobre a *imago* lhes parecesse não uma aposta irônica, mas de fato o que ele exprime: uma ameaça para o homem. Pois se haver reconhecido a distância inquantificável da *imago* e a contundência ínfima da liberdade como decisivas da loucura ainda não basta para nos permitir curá-la, talvez não esteja longe o tempo em que isso nos permitirá provocá-la. Pois se nada pode garantir que não nos percamos num movimento livre rumo ao verdadeiro, basta um nadinha para nos assegurar de que transformemos o verdadeiro em loucura. Teremos então passado do domínio da causalidade metafísica, do qual se pode zombar, para o da técnica científica, que não se presta a risos.

De tal iniciativa já surgiram, aqui e ali, alguns balbucios. A arte da imagem logo saberá jogar com os valores da *imago*, e um dia conheceremos encomendas em série de “ideais” à prova de crítica: é justamente aí que assumirá todo o sentido o rótulo “garantia verdadeira”.

Nem a intenção nem a iniciativa serão novas, mas nova será sua forma sistemática.

Por ora, proponho-lhes o equacionamento das estruturas delirantes e dos métodos terapêuticos aplicados às psicoses, em função dos princípios aqui desenvolvidos,

— a partir do apego ridículo ao objeto de reivindicação, passando pela tensão cruel da fixação hipocondríaca, até o fundo suicida do delírio das negações,

— a partir do valor sedativo da explicação médica, passando pela ação de ruptura da epilepsia provocada, até a *catharsis* narcísica da análise.

Bastou considerar com reflexão algumas “ilusões de ótica” para fundar uma teoria da *Gestalt* que dá resultados que podem passar por pequenas maravilhas. Por exemplo, prever o seguinte fenômeno: num dispositivo composto de setores coloridos em azul, girando diante de uma tela metade negra metade amarela,

[193]

conforme vocês vejam ou não o dispositivo; daí, que, pela simples virtude de uma acomodação do pensamento, as cores permanecem isoladas ou se misturam, e vocês vêem as duas cores da tela através de um redemoinho azul, ou então vêem compor-se um azul escuro e um cinzento.

Julguem, portanto, o que poderia oferecer às faculdades combinatórias uma teoria que se refere à própria relação do ser no mundo, se ela ganhasse alguma exatidão. Vocês têm razão em dizer que é certo que a percepção visual de um homem formado num complexo cultural totalmente diferente do nosso é uma percepção totalmente diferente da nossa.

Mais inacessíveis, a nossos olhos feitos para os sinais do operador de câmbio, que aquilo cujo vestígio imperceptível o caçador do deserto sabe ver — a pegada da gazela na pedra —, um dia irão revelar-se os aspectos da *imago*.

Vocês me ouviram, para situar seu lugar na pesquisa, referir-me com dileção a Descartes e Hegel. Está muito em moda em nossos dias “superar” os filósofos clássicos. Eu poderia igualmente ter partido do admirável diálogo com Parmênides. Pois nem Sócrates, nem Descartes, nem Marx, nem Freud podem ser “superados”, na medida em que conduziram suas investigações com essa paixão de desvelar que tem um objeto: a verdade.

Como escreveu um desses príncipes do verbo sob cujos dedos parecem deslizar por si os fios da máscara do Ego — refiro-me a Max Jacob, poeta, santo e romancista —, sim, como escreveu ele em seu *Cornet à dés*, se não me engano: o verdadeiro é sempre novo.

III

O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada

[197]

Um novo sofisma

Foi-nos solicitado por Christian Zervos, em março de 1945, contribuir, junto a uma certa gama de escritores, para o número de retomada de sua revista, *Les Cahiers d'Art*, concebido com o desígnio de preencher, com seu laureado sumário, um parêntese com os seguintes números em sua capa: 1940-1944, significativos para muita gente.

Nós ousamos este artigo, bem a par de que isso era torná-lo imediatamente intangível.

Possa ele ressoar uma nota justa entre o antes e o depois em que o situamos aqui, mesmo que demonstre que o depois se fazia de antecâmara para que o antes pudesse tomar seu lugar.

Um problema de lógica

O diretor do presídio faz comparecerem três detentos escolhidos e lhes comunica o seguinte:

“Por razões que não lhes tenho de relatar agora, devo libertar um de vocês. Para decidir qual, entrego a sorte a uma prova pela qual terão de passar, se estiverem de acordo.

“Vocês são três aqui presentes. Aqui estão cinco discos que só diferem por sua cor: três são brancos e dois são pretos. Sem dar a conhecer qual deles terei escolhido, prenderei em cada um de vocês um desses discos nas costas, isto é, fora do alcance direto do olhar; qualquer possibilidade indireta de atingi-lo pela visão estando igualmente excluída pela ausência aqui de qualquer meio de se mirar.

“A partir daí, estarão à vontade para examinar seus companheiros e os discos de que cada um deles se mostrará portador sem que lhes seja permitido, naturalmente, comunicar uns aos outros o resultado da inspeção. O que, aliás, o simples interesse de vocês os impediria de fazer. Pois o primeiro que puder deduzir sua própria cor é quem deverá se beneficiar da medida liberatória de que dispomos.

[198]

“Será preciso ainda que sua conclusão seja fundamentada em motivos de lógica, e não apenas de probabilidade. Para esse fim, fica convencionado que, tão logo um de vocês esteja pronto a formulá-la, ele transporá esta porta, a fim de que, chamado à parte, seja julgado por sua resposta.”

Aceita essa proposta, cada um de nossos três sujeitos é adornado com um disco branco, sem se utilizarem os pretos, dos quais se dispunha, convém lembrar, apenas em número de dois.

Como podem os sujeitos resolver o problema?

A solução perfeita

Depois de se haverem considerado entre si *por um certo tempo*, os três sujeitos dão juntos *alguns* passos, que os levam simultaneamente a cruzar a porta. Em separado, cada um fornece então uma resposta semelhante, que se exprime assim:

“Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: ‘Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto.’ E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão.”

Foi assim que todos três saíram simultaneamente, seguros das mesmas razões de concluir.

Valor sofisticado dessa solução

Pode essa solução, que se apresenta como a mais perfeita que o problema pode comportar, ser atingida na experiência? Deixamos à iniciativa de cada um o encargo de decidir.

Não que aconselhemos, decerto, a fazer a prova dela ao natural, ainda que o progresso antinômico de nossa época pareça há algum tempo colocar suas condições ao alcance de um número cada vez maior: tememos, com efeito, embora só se prevejam aqui ganhadores, que o fato se afaste demais da teoria e, por outro lado, não somos desses filósofos recentes para quem o

[199]

cerceamento de quatro paredes é apenas um favor a mais para o segredo da liberdade humana.

Mas, praticada nas condições inocentes da ficção, a experiência não decepcionará, nós o garantimos, àqueles que conservam um certo gosto pelo espantar-se. Talvez ela se revele, para o psicólogo, de algum valor científico, pelo menos a nos fiar no que dela pareceu-nos depreender-se — por a haveremos experimentado com diversos grupos convenientemente escolhidos de intelectuais qualificados — de um desconhecimento todo especial, nesses sujeitos, da realidade do outro.

Quanto a nós, só queremos ater-nos aqui ao valor lógico da solução apresentada. Ela nos parece, de fato, um sofisma notável, no sentido clássico da palavra, isto é, um exemplo significativo para resolver as formas de uma função lógica no momento histórico em que seu problema se apresenta ao exame filosófico. As imagens sinistras do relato decerto se mostrarão contingentes aí. Mas, por mais que nosso sofisma não apareça sem corresponder a alguma atualidade de nossa época, não é irrelevante que traga o sinal dela em tais imagens, e é por isso que conservamos seu apoio, tal como o anfitrião engenhoso de uma noite o trouxe à nossa reflexão.

Colocamo-nos agora sob os auspícios daquele que às vezes se apresenta sob a roupagem do filósofo, que com mais frequência há que ser buscado, ambíguo, nos ditos do humorista, mas que é sempre encontrado no segredo da ação do político: o bom lógico, odioso ao mundo.

Discussão do sofisma

Todo sofisma se apresenta, de início, como um erro lógico, e a objeção a este encontra facilmente seu primeiro argumento. Chamamos *A* o sujeito real que vem concluir por si, e *B* e *C* os sujeitos refletidos, com base em cuja conduta ele estabelece sua dedução. Se a convicção de *B*, dirão, fundamenta-se na expectativa de *C*, a segurança daquela deverá logicamente dissipar-se com a retirada desta; reciprocamente para *C* em relação a *B*; e todos dois permanecerão na indecisão. Nada, portanto, exige sua partida, se *A* for preto. Daí resulta que *A* só pode deduzir que é branco.

[200]

Ao que convém retrucar, primeiro, que toda essa cogitação de **B** e **C** lhes é *indevidamente* imputada, já que a única situação que poderia motivá-la neles, a de ver um preto, não é verdadeira, e trata-se de saber se, sendo suposta essa situação, seu desenvolvimento lógico lhes é *erroneamente* imputado. Ora, não é nada disso. Pois, nessa hipótese, é o fato de nenhum dos dois haver *saido primeiro* que permite a cada um pensar-se como branco, e é claro que bastaria eles hesitarem por um instante para que ambos fossem reforçados, sem possibilidade de dúvida, em sua convicção de serem brancos. É que a hesitação estaria logicamente excluída para qualquer um que visse dois pretos. Mas ela também está realmente excluída nessa primeira etapa da dedução, pois, não se achando ninguém na presença de um preto e um branco, não há como ninguém sair, pela razão que se deduz disso.

Mas a objeção reapresenta-se com mais força na segunda etapa da dedução de **A**. Isso porque, se foi com razão que ele chegou à sua conclusão de ser branco, dizendo que, se fosse preto, os outros não tardariam a se saber brancos e deveriam sair, eis que ele tem de voltar atrás tão logo a fórmula, uma vez que, no momento de ser movido por ela, vê os outros precipitarem-se junto com ele.

Antes de responder a isso, recoloquemos bem os termos lógicos do problema. **A** designa cada um dos sujeitos como aquele que está pessoalmente na berlinda e que se decide ou não a concluir sobre si mesmo. **B** e **C** são os outros dois, como objetos do raciocínio de **A**. Mas, se este pode imputar-lhes corretamente, como acabamos de mostrar, uma cogitação que de fato é falsa, só lhe é possível levar em conta o comportamento real deles.

Se **A**, por ver **B** e **C** precipitarem-se junto com ele, volta a suspeitar de ser visto por eles como preto, basta-lhe recolocar a questão, detendo-se, para resolvê-la. Com efeito, ele os vê deterem-se também: é que, estando cada um realmente na mesma situação que ele, ou, melhor dizendo, sendo todos os sujeitos **A** como real, isto é, como aquele que se decide ou não a concluir sobre si, cada qual depara com a mesma dúvida no mesmo momento que ele. Mas, sendo assim, seja qual for o pensamento que **A** impute a **B** e **C**, é com razão que concluirá novamente que ele mesmo é branco. Pois de novo ele diz que, se fosse

[201]

preto, *B* e *C* deveriam ter *prosseguido*; ou então, caso admita que eles hesitam — conforme a argumentação precedente, que encontra aqui o apoio do fato e que os faria suspeitar de serem ou não pretos eles mesmos —, no mínimo eles deveriam *tornar a andar antes dele* (já que, sendo preto, ele daria à própria hesitação de *B* e *C* seu alcance exato para eles concluírem que são brancos). E é em vista de, por verem-no de fato branco, eles não fazerem nada, que ele mesmo toma a iniciativa de fazê-lo, isto é, que todos recomeçam a andar juntos, para declarar que são brancos.

Mas, ainda podem objetar-nos que, ao eliminar assim o obstáculo, nem por isso refutamos a objeção lógica, e que ela se reapresentará idêntica com a reiteração do movimento, e reproduzirá em cada um dos sujeitos a mesma dúvida e a mesma parada.

Seguramente, mas é preciso que tenha havido um progresso lógico realizado, em razão de que, desta vez, *A* só pode tirar da parada comum uma conclusão inequívoca. Trata-se de que, se ele fosse preto, *B* e *C* não *deveriam ter parado, em absoluto*. Pois, no ponto presente, é impossível que eles possam hesitar uma segunda vez em concluir que são brancos: uma única hesitação, de fato, é suficiente para eles demonstrarem um ao outro que, certamente, nem um nem outro são pretos. Assim, se *B* e *C* pararam, *A* só pode ser branco. Ou seja, os três sujeitos, desta vez, são confirmados numa certeza que não permite que renasça nem a objeção nem a dúvida.

O sofisma preserva, portanto, à prova de discussão, todo o rigor coercitivo de um processo lógico, sob a condição de que integremos nele o valor das duas *escansões suspensivas*, que essa prova mostra confirmar no próprio ato em que cada um dos sujeitos evidencia que chegou à sua conclusão.

Valor das moções suspensas no processo

[202]

Será lícito integrar no valor do sofisma as duas *moções suspensas* assim surgidas? Para decidir, convém examinar qual é o papel delas na solução do processo lógico.

Elas só desempenham esse papel, com efeito, após a conclusão do processo lógico, uma vez que o ato que suspendem manifesta

essa própria conclusão. Logo, não se pode objetar daí que elas introduzam na solução um elemento externo ao processo lógico em si.

Seu papel, apesar de crucial na prática do processo lógico, não é o da experiência na verificação de uma hipótese, mas antes o de um fato intrínseco à ambigüidade lógica.

Pelo primeiro aspecto, com efeito, os dados do problema se decomporiam assim:

1º) são logicamente possíveis três combinações dos atributos característicos dos sujeitos: dois pretos e um branco, um preto e dois brancos, três brancos. Estando a primeira excluída pela observação de todos, permanece em aberto uma incógnita entre as outras duas, a qual vem resolver:

2º) o dado da experiência das moções suspensas, que equivaleria a um sinal pelo qual os sujeitos comunicariam uns aos outros, de uma forma determinada pelas condições da prova, aquilo que lhes é proibido comunicar de forma intencional, ou seja, o que cada um deles vê do atributo dos outros.

Não é bem assim, pois isso seria fornecer do processo lógico uma concepção espacializada, a mesma que transparece toda vez que ele assume o aspecto do erro, e que é a única a objetar à solubilidade do problema.

É justamente por nosso sofisma não a tolerar que ele se apresenta como uma aporia para as formas da lógica clássica, cujo prestígio “eterno” reflete a invalidez não menos reconhecida como lhes sendo própria,¹ qual seja, que elas nunca trazem nada que já não possa *ser visto de um só golpe*.

1. E não menos própria das mentes formadas por essa tradição, como atesta o bilhete seguinte, que recebemos de um espírito no entanto aventureiro em outros domínios, depois de uma noite em que a discussão de nosso fecundo sofisma provocara nas mentes eleitas de um colégio íntimo um verdadeiro pânico confusional. E mais, malgrado suas primeiras palavras, esse bilhete traz as marcas de uma laboriosa elucidação:

“Meu caro Lacan, eis um bilhete apressado a fim de dirigir sua reflexão para uma nova dificuldade: na verdade, o raciocínio aceito ontem não é conclusivo, pois nenhum dos três estados possíveis — OOO — OO● — ●●● — é redutível ao outro (apesar das aparências): somente o último é decisivo.

“Consequência: quando A se supõe preto, nem B nem C podem sair, pois não podem deduzir de seu comportamento se são pretos ou brancos, porque, se um for preto, o outro sai, e se ele for branco, o outro sai também, já que o

Muito pelo contrário, a entrada em jogo dos fenômenos aqui em litígio como significantes faz prevalecer a estrutura temporal, e não espacial, do processo lógico. O que as *moções suspensas* denunciam não é o que os sujeitos vêem, mas o que eles descobriram positivamente por *aquilo que não vêem*, a saber, o aspecto dos discos pretos. A razão de elas serem significantes é constituída, não por sua direção, mas por seu *tempo de parada*. Seu valor crucial não é o de uma escolha binária entre duas combinações justapostas no inerte² e desemparelhadas pela exclusão visual da terceira, mas o do movimento de verificação instituído por um processo lógico em que o sujeito transformou as três combinações possíveis em três *tempos de possibilidade*.

[203]

É também por isso que, enquanto *um só* sinal deveria bastar para a única escolha imposta pela primeira interpretação, errônea, *duas* escansões são necessárias para a verificação dos dois lapsos de tempo implicados pela segunda, e única que é válida.

Longe de ser um dado da experiência externa no processo lógico, as *moções suspensas* são tão necessárias nele que somente a experiência pode fazer com que o sincronismo que elas implicam deixe de se produzir num sujeito de pura lógica, e fazer com que fracasse a função delas no processo de verificação.

De fato, elas nada representam ali senão os patamares de degradação com que a necessidade faz surgir a ordem crescente das instâncias do tempo que se registram no processo lógico, para se integrar em sua conclusão.

[204]

Como se vê na determinação lógica dos *tempos de parada* que elas constituem, a qual, objeção do lógico ou dúvida do sujeito, revela-se a cada vez como o desenrolar subjetivo de uma instância do tempo, ou, melhor dizendo, como a fuga do sujeito para uma exigência formal.

primeiro não sai (e vice-versa). Quando A se supõe branco, eles também não podem sair. De modo que, mais uma vez, A não pode deduzir do comportamento dos outros a cor de seu disco.”

Assim, nosso contraditor, por *ver* bem demais o caso, ficou cego para o fato de que não é a saída dos outros, mas sua espera, que determina o juízo do sujeito. E, por nos refutar efetivamente com uma certa pressa, ele deixou escapar o que tentamos demonstrar aqui: a função da pressa na lógica.

2. “Irredutíveis”, como se exprime o contraditor citado na nota acima.

Essas instâncias do tempo, constitutivas do processo do sofisma, permitem reconhecer aí um verdadeiro movimento lógico. Esse processo exige o exame da qualidade de seus tempos.

*A modulação do tempo no movimento do sofisma:
o instante do olhar, o tempo para compreender
e o momento de concluir*

Isolam-se no sofisma três *momentos da evidência*, cujos valores lógicos irão revelar-se diferentes e de ordem crescente. Expor sua sucessão cronológica ainda é espacializá-los segundo um formalismo que tende a reduzir o discurso a um alinhamento de sinais. Mostrar que a instância do tempo se apresenta de um *modo* diferente em cada um desses momentos é preservar-lhes a hierarquia, revelando neles uma descontinuidade tonal, essencial para seu valor. Mas, captar na *modulação* do tempo a própria função pela qual cada um desses momentos, na passagem para o seguinte, é reabsorvido, subsistindo apenas o último que os absorve, é restabelecer a sucessão real deles e compreender verdadeiramente sua gênese no movimento lógico. É o que iremos tentar a partir de uma formulação, tão rigorosa quanto possível, desses momentos da evidência.

1^a) *Estando diante de dois pretos, sabe-se que se é branco*
Eis aí uma *exclusão lógica* que dá ao movimento sua base. Que ela lhe seja anterior, que se possa tomá-la por obtida pelos sujeitos *com* os dados do problema, os quais impedem a combinação de três pretos, independe da contingência dramática que isola seu enunciado como prólogo. Ao exprimi-la sob a forma *dois pretos :: um branco*, vê-se o valor *instantâneo* de sua evidência, e seu tempo de fulguração, se assim podemos dizer, seria igual a zero.

Mas, sua formulação já se modula no início: pela subjetivação que aí se desenha, ainda que impessoal, sob a forma do “sabe-se que...”, e pela conjunção das proposições, que, mais do que uma hipótese formal, representa uma matriz ainda indeterminada — digamos, essa forma de consequência que os linguistas designam pelos termos *prótase* e *apódose*: “Estando..., *só então* se sabe que se é...”

[205]

Uma instância do tempo abre o intervalo para que o dado da *prótase*, “diante de dois pretos”, transmude-se no dado da *apódose*, “é-se branco”: é preciso haver o *instante do olhar*. Na equivalência lógica dos dois termos: “Dois pretos : um branco”, essa modulação do tempo introduz a forma que, no segundo momento, cristaliza-se como hipótese autêntica, pois vem a visar à verdadeira incógnita do problema, qual seja, o atributo ignorado pelo próprio sujeito. Nessa passagem, o sujeito depara com a seguinte combinação lógica e, sendo o único capaz de assumir o atributo do preto, vem, na primeira fase do movimento lógico, a formular assim a evidência seguinte:

2^a) *Se eu fosse preto, os dois brancos que estou vendo não tardariam a se reconhecer como sendo brancos*

Eis aí uma *intuição* pela qual o sujeito *objetiva* algo mais do que os dados de fato cuja aparência lhe é oferecida nos dois brancos; há um certo tempo que se define (nos dois sentidos, de adquirir sentido e encontrar seu limite) por seu fim, simultaneamente objetivo e término, qual seja, para cada um dos dois brancos, *o tempo para compreender*, na situação de ver um branco e um preto, que ele detém na inércia de seu semelhante a chave de seu próprio problema. A evidência desse momento supõe a duração de um *tempo de meditação* que cada um dos dois brancos tem de constatar no outro, e que o sujeito manifesta nos termos que liga aos lábios de um e do outro, como se estivessem inscritos numa bandeirola: “Se eu fosse preto, ele teria saído sem esperar um instante. Se ele continua meditando, é porque sou branco.”

Mas, desse tempo assim objetivado em seu sentido, como medir o limite? O tempo de compreender pode reduzir-se ao instante do olhar, mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo o tempo necessário para compreender. Assim, a objetividade desse tempo vacila com seu limite. Subsiste apenas seu sentido, com a forma que gera de sujeitos *indefinidos*, *a não ser por sua reciprocidade*, e cuja ação fica presa por uma causalidade mútua a um tempo que se furta no próprio retorno da intuição que o objetivou. É através dessa modulação do tempo que se abre, com a segunda fase do movimento lógico, a via que leva à seguinte evidência:

[206]

3ª) *Apresso-me a me afirmar como branco, para que esses brancos, assim considerados por mim, não me precedam, reconhecendo-se pelo que são*

Eis aí a *asserção sobre si*, pela qual o sujeito conclui o movimento lógico na decisão de um *juízo*. O próprio retorno do movimento de compreender, sob o qual vacilou a instância do tempo que o sustenta objetivamente, prossegue no sujeito como uma reflexão, na qual essa instância ressurge para ele sob o modo subjetivo de um *tempo de demora* em relação aos outros nesse mesmo movimento, e se apresenta logicamente como a urgência do *momento de concluir*. Mais exatamente, sua evidência revela-se na penumbra subjetiva, como a crescente iluminação de uma franja no limite do eclipse sofrido, sob a reflexão, pela objetividade do *tempo para compreender*.

Com efeito, esse tempo para que os dois brancos compreendam a situação que os coloca na presença de um branco e de um preto parece não diferir logicamente, para o sujeito, do tempo que lhe foi necessário para que ele mesmo a compreendesse, já que essa situação não é outra senão sua própria hipótese. Mas, se essa hipótese é verdadeira, se os dois brancos realmente vêem um preto, então eles não tiveram que supô-la como um dado. Portanto, daí resulta, sendo esse o caso, que os dois brancos o precedem pelo tempo de cadência implicado, em detrimento dele, por ter tido que formar essa própria hipótese. Esse, portanto, é o *momento de concluir* que ele é branco; de fato, se ele se deixar preceder nessa conclusão por seus semelhantes, *não poderá mais reconhecer* que não é preto. Passado o *tempo para compreender o momento de concluir*, é o *momento de concluir o tempo para compreender*. Pois, de outro modo, esse tempo perderia seu sentido. Assim, não é em razão de uma contingência dramática, da gravidade do que está em jogo, ou da emulação do jogo que o tempo urge; é na urgência do movimento lógico que o sujeito *precipita* simultaneamente seu juízo e sua saída, no sentido etimológico do verbo, “de cabeça”, dando a modulação em que a tensão do tempo inverte-se na tendência ao ato que evidencia aos outros que o sujeito concluiu. Mas, detenhamo-nos nesse ponto em que o sujeito, em sua asserção, atinge uma verdade que será submetida à prova da dúvida, mas que ele não poderia verificar se não a atingisse, primeiramente, na certeza. A *tensão*

[207]

temporal culmina aí, pois, como já sabemos, é o desenrolar de sua distensão que irá escandir a prova de sua necessidade lógica. Qual o valor lógico dessa asserção conclusiva? É o que tentaremos destacar agora no movimento lógico em que ela se verifica.

*A tensão do tempo na asserção subjetiva
e seu valor manifesto na demonstração do sofisma*

O valor lógico do terceiro momento da evidência, que se formula na asserção pela qual o sujeito conclui seu movimento lógico, parece-nos digno de ser aprofundado. Ele revela, de fato, uma forma própria a uma *lógica assertiva*, da qual convém demonstrar a que *relações* originais ela se aplica.

Progredindo nas relações proposicionais dos dois primeiros momentos, *apódose* e *hipótese*, a conjunção aqui manifesta se vincula a uma *motivação* da conclusão, “*para que não haja*” (demora que gere o erro), onde parece aflorar a forma ontológica da angústia, curiosamente refletida na expressão gramatical equivalente, “*por medo de que*” (a demora gere o erro)...

Sem dúvida, essa forma está relacionada com a originalidade lógica do sujeito da asserção: em razão do que nós a caracterizamos como *asserção subjetiva*, ou seja, nela, o sujeito lógico não é outro senão a forma *pessoal* do sujeito do conhecimento, aquele que só pode ser exprimido por [eu]. Em outras palavras, o juízo que conclui o sofisma só pode ser portado pelo sujeito que formou a asserção sobre si, e não pode ser-lhe imputado sem reservas por nenhum outro — ao contrário das relações do sujeito *impessoal* e do sujeito *indefinido recíproco* dos dois primeiros momentos, que são essencialmente transitivos, já que o sujeito pessoal do movimento lógico os assume em cada um desses momentos.

A referência a esses dois sujeitos evidencia bem o valor lógico do sujeito da asserção. O primeiro, que se exprime no “*se*” do “*sabe-se que...*”, dá apenas a forma geral do sujeito noético: ele pode igualmente ser deus, mesa ou bacia. O segundo, que se exprime em “*os dois brancos*” que devem reconhecer “*um ao outro*”, introduz a forma do *outro como tal*, isto é, como pura reciprocidade, porquanto um só se reconhece no outro e só descobre o atributo que é seu na equivalência do tempo próprio

[208]

de ambos. O [eu], sujeito da asserção conclusiva, isola-se por uma *cadência de tempo* lógico do outro, isto é, da relação de reciprocidade. Esse movimento de gênese lógica do [eu] por uma decantação de seu tempo lógico próprio é bem paralelo a seu nascimento psicológico. Da mesma forma que, para efetivamente recordá-lo, o [eu] psicológico destaca-se de um transitivismo especular indeterminado, pela contribuição de uma tendência despertada como ciúme, o [eu] de que se trata aqui define-se pela subjetivação de uma *concorrência* com o outro na função do tempo lógico. Como tal, ele nos parece dar a forma lógica essencial (muito mais do que a chamada forma existencial) do [eu] psicológico.³

O que evidencia bem o valor essencialmente subjetivo (“*assertivo*”, em nossa terminologia) da conclusão do sofisma é a indeterminação em que é mantido um observador (o diretor da prisão que supervisiona o jogo, por exemplo), diante da saída simultânea dos três sujeitos, para afirmar de algum destes se ele concluiu corretamente quanto ao atributo de que é portador. O sujeito, com efeito, captou o momento de concluir que é branco ante a evidência *subjetiva* de um tempo de demora que o apressa em direção à saída, mas, caso não tenha captado esse momento, ele não age de outra maneira ante a evidência *objetiva* da saída dos outros, e sai no mesmo passo que eles, só que seguro de ser preto. Tudo o que o observador pode prever é que, se há um sujeito que, inquirido, deverá declarar-se preto, por ter-se apressado atrás dos outros dois, ele será o único a se declarar como tal nesses termos.

Por último, o juízo assertivo manifesta-se aqui por um *ato*. O pensamento moderno mostrou que todo juízo é essencialmente um ato e, aqui, as contingências dramáticas só fazem isolar esse ato no gesto da saída dos sujeitos. Poderíamos imaginar outros modos de expressão do ato de concluir. O que constitui a singularidade do ato de concluir, na asserção subjetiva demons-

[209]

3. Assim, o [eu], terceira forma do sujeito da enunciação na lógica, continua a ser aí a “primeira pessoa”, mas é também a única e a última. Pois a segunda pessoa gramatical decorre de uma outra função da linguagem. Quanto à terceira pessoa gramatical, ela é apenas presumida: é um demonstrativo, igualmente aplicável ao campo do enunciado e a tudo o que nele se particulariza.

trada pelo sofisma, é que ele se antecipa à sua certeza, em razão da tensão temporal de que é subjetivamente carregado, e que, sob a condição dessa mesma antecipação, sua certeza se confirma numa precipitação lógica que determina a descarga dessa tensão, para que enfim a conclusão fundamente-se em não mais do que instâncias temporais totalmente objetivadas, e que a asserção se des-subjete no mais baixo grau. Como demonstra o que se segue.

Primeiro, ressurgue o *tempo objetivo* da intuição inicial do movimento, que, como que aspirado entre o instante de seu início e a pressa de seu fim, parecera estourar como uma bolha. Atingido pela dúvida que esfolia a certeza subjetiva do *momento de concluir*, eis que ele se condensa como um núcleo no intervalo da primeira *moção suspensa*, e manifesta ao sujeito seu limite no *tempo para compreender* que passou para os outros dois o *instante do olhar* e que é chegado o *momento de concluir*.

Seguramente, se a dúvida, desde Descartes, está integrada no valor do juízo, convém observar que, no tocante à forma de asserção aqui estudada, esse valor prende-se menos à dúvida que a suspende do que à *certeza antecipada* que a introduziu.

Mas, para compreender a função dessa dúvida quanto ao sujeito da asserção, vejamos o que vale objetivamente a primeira suspensão para o observador a quem já interessamos no movimento de conjunto dos sujeitos. Nada além disto: é que cada um, se até então era impossível julgar em que sentido ele havia concluído, manifesta uma incerteza de sua conclusão, mas certamente a terá fortalecido, se ela estava certa, ou talvez retificado, se estava errada.

Se subjetivamente, com efeito, qualquer um conseguiu tomar a dianteira e se detém, é que ele começa a duvidar de haver realmente captado o *momento de concluir* que era branco; mas recupera-o prontamente, visto que já teve a experiência subjetiva dele. Se, ao contrário, ele deixou os outros se adiantarem e, assim, fundamentarem nele a conclusão de que ele é preto, não pode duvidar de haver captado bem o momento de concluir, precisamente porque não o *captou subjetivamente* (e, a rigor, poderia até encontrar na nova iniciativa dos outros a confirmação lógica do acreditar-se dessemelhante deles). Mas, se ele pára, é porque subordina tão estreitamente sua própria conclusão ao que evidencia a conclusão dos outros, que logo a suspende quando

estes parecem suspender a deles, e portanto, põe em dúvida que seja preto, até que eles novamente lhe mostrem o caminho ou que ele mesmo o descubra, segundo o que concluirá, desta vez, ora ser preto, ora ser branco: talvez errado, talvez certo, ponto que permanece impenetrável a qualquer outro que não ele mesmo.

Mas a incursão lógica prossegue para o segundo tempo de suspensão. Se cada um dos sujeitos recuperou a certeza subjetiva do *momento de concluir*, ele pode novamente colocá-la em dúvida. Mas agora ela é sustentada pela objetivação, uma vez efetuada, do *tempo para compreender*, e a dúvida colocada dura apenas o *instante do olhar*, pois o simples fato de a hesitação surgida nos outros ser a segunda basta para eliminar a dele, tão logo percebida, já que ela lhe indica de imediato que ele certamente não é preto.

Aqui, o tempo subjetivo do *momento de concluir* objetiva-se enfim. Como prova o fato de que, mesmo que algum dos sujeitos ainda não o houvesse captado, agora ele se lhe torna uma imposição; com efeito, o sujeito que houvesse concluído a primeira escansão indo atrás dos outros dois, com isso convencido de ser preto, seria realmente obrigado, pela escansão presente e segunda, a voltar atrás em seu juízo.

Assim, a asserção de certeza do sofisma vem, digamos, ao término da confluência lógica das duas moções suspensas no ato em que elas se concluem, *dessubjetivando-se ao mínimo*. Como se evidencia em que nosso observador, se as constatou sincrônicas nos três sujeitos, não pode duvidar que qualquer um deles, na inquirição, deva declarar-se branco.

Por fim, podemos ressaltar que, nesse mesmo momento, se cada sujeito pode, na inquirição, exprimir a certeza que enfim confirmou, através da *asserção subjetiva* que a deu a ele como conclusão do sofisma, em termos como estes: “*Apressei-me a concluir que eu era branco porque, de outro modo, eles se antecipariam a mim, reconhecendo-se reciprocamente como brancos (e porque, se eu lhes tivesse dado tempo, eles me haveriam, pelo que teria sido obra minha mesmo, mergulhado no erro)*”, esse próprio sujeito também pode exprimir essa mesma certeza por sua *verificação dessubjetivada* ao mínimo no movimento lógico, ou seja, nestes termos: “*Deve-se saber que se é branco, quando os outros hesitaram duas vezes em sair.*” Conclusão que, em sua primeira forma, pode ser formulada como

verdadeira pelo sujeito, uma vez que ele constituiu o movimento lógico do sofisma, mas que só pode como tal ser assumida pelo sujeito pessoalmente — mas conclusão que, em sua segunda forma, exige que todos os sujeitos tenham consumado a incursão lógica que verifica o sofisma, porém é aplicável por qualquer um a cada um deles. Não é sequer impossível que um dos sujeitos, mas apenas um, chegue a ela sem haver constituído o movimento lógico do sofisma, e apenas por haver acompanhado sua verificação, evidenciada nos outros dois sujeitos.

A verdade do sofisma como referência temporalizada de si para o outro: a asserção subjetiva antecipatória como forma fundamental de uma lógica coletiva

Assim, a verdade do sofisma só vem a ser confirmada por sua *presunção*, se assim podemos dizer, na asserção que ele constitui. Desse modo, ela revela depender de uma tendência que a visa — noção que seria um paradoxo lógico, se não se reduzisse à tensão temporal que determina o momento de concluir.

A verdade se manifesta nessa forma como antecipando-se ao erro e avançando sozinha no ato que gera sua certeza; o erro, inversamente, como confirmando-se por sua inércia e tendo dificuldade de se corrigir ao seguir a iniciativa conquistadora da verdade.

Mas, a que tipo de relação corresponde essa forma lógica? A uma forma de objetivação que ela gera em seu movimento, qual seja, à referência de um [eu] ao denominador comum do sujeito recíproco, ou ainda, aos outros como tais, isto é, como sendo outro uns para os outros. Esse denominador comum é dado por um certo *tempo para compreender*, que se revela como uma função essencial da relação lógica de reciprocidade. Essa referência do [eu] aos outros como tais deve, em cada momento crítico, ser temporalizada, para reduzir dialeticamente o *momento de concluir o tempo para compreender*, para que ele dure tão pouco quanto o *instante do olhar*.

[212]

Basta fazer aparecer no termo lógico dos *outros* a menor disparidade para que se evidencie o quanto a verdade depende, para todos, do rigor de cada um, e até mesmo que a verdade, sendo atingida apenas por uns, pode gerar, senão confirmar, o

erro nos outros. E também que se, nessa corrida para a verdade, é apenas sozinho, não sendo todos, que se atinge o verdadeiro, ninguém o atinge, no entanto, a não ser através dos outros.

Essas formas decerto encontram facilmente sua aplicação na prática, numa mesa de bridge ou numa conferência diplomática, ou até no manejo do “complexo” na prática psicanalítica.

Mas gostaríamos de indicar sua contribuição para a noção lógica de coletividade.

Tres faciunt collegium, diz o ditado, e a *coletividade* já está integralmente representada na forma do sofisma, uma vez que se define como um grupo formado pelas relações recíprocas de um número definido de indivíduos, ao contrário da *generalidade*, que se define como uma classe que abrange abstratamente um número indefinido de indivíduos.

Mas, basta desenvolver por recorrência a demonstração do sofisma para ver que ele pode aplicar-se logicamente a um número ilimitado de sujeitos,⁴ posto que o atributo “negativo”

4. Eis o exemplo com relação a quatro sujeitos, quatro discos brancos e três discos pretos:

A pensa que, se fosse preto, qualquer um, *B*, *C* ou *D*, poderia pensar dos dois outros que, se ele próprio fosse preto, estes não tardariam a saber que eram brancos. Logo, um dentre *B*, *C* ou *D* deveria concluir rapidamente que era branco, o que não se evidencia. Quando *A* se dá conta de que, se o estão vendo como preto, *B*, *C* ou *D* levam sobre ele a vantagem de não ter que fazer essa suposição, ele se apressa a concluir que é branco.

Mas, não saem todos ao mesmo tempo que ele? Na dúvida, *A* pára, e todos também. Mas, se todos também param, que quer dizer isso? Ou que estão se detendo às voltas com a mesma dúvida de *A*, e *A* pode retomar sua corrida sem preocupação, ou então, que *A* é preto, e que um dentre *B*, *C* e *D* passou a se perguntar se a saída dos outros dois não significaria que ele é preto, bem como a pensar que, se eles estão parados, não é por isso que ele mesmo seria branco, já que um ou outro poderia ainda se indagar por um instante se não seria preto; também pode considerar que todos dois deveriam recomeçar a andar antes dele, se ele próprio fosse preto, e tornar a andar por força dessa espera vã, seguro de ser o que é, ou seja, branco. Por que *B*, *C* e *D* não o fazem? Pois então, faç-o eu, diz *A*. E todos retomam a marcha.

Segunda parada. Admitindo que eu seja preto, diz *A* a si mesmo, um dentre *B*, *C* ou *D* deve agora estar fixado no fato de que ele não poderia imputar aos outros dois uma nova hesitação, se fosse preto; portanto, de que ele é branco. Assim, *B*, *C* ou *D* devem recomeçar a andar antes dele. Na falta disso, *A* retoma a marcha, e todos vão junto.

só pode intervir num número igual ao número de sujeitos menos um.⁵ Contudo, a objetivação temporal é mais difícil de conceber à medida que a coletividade aumenta, parecendo criar obstáculo a uma *lógica coletiva* com que se possa complementar a lógica clássica. [213]

Mostraremos, no entanto, que resposta uma tal lógica deveria dar à inadequação que sentimos por uma afirmação como “Eu sou homem”, seja em que forma for da lógica clássica, trazida como conclusão das premissas que se quiser (“O homem é um animal racional”... etc.).

Certamente mais próxima de seu valor verdadeiro ela se afigura, apresentada como conclusão da forma aqui demonstrada da asserção subjetiva antecipatória, ou seja, como se segue:

- 1º) Um homem sabe o que não é um homem;
- 2º) Os homens se reconhecem entre si como sendo homens;
- 3º) Eu afirmo ser homem, por medo de ser convencido pelos homens de não ser homem.

Movimento que fornece a forma lógica de toda assimilação “humana”, precisamente na medida em que ela se coloca como assimiladora de uma barbárie e, no entanto, reserva a determinação essencial do [eu]...⁶

Terceira parada. Mas, nesse caso, todos deveriam saber que são brancos, se eu fosse realmente preto, diz-se A. Logo, se eles param...

E a certeza é confirmada em três *escansões suspensivas*.

5. Compare-se a condição desse menos-um no atributo com a função psicanalítica do Um-a-mais no sujeito da psicanálise, p.483-4 desta coletânea.

6. Que o leitor que prosseguir nesta coletânea volte à referência ao coletivo que constitui o final deste artigo, para situar o que Freud produziu sob o registro da psicologia coletiva (*Massen: Psychologie und Ichanalyse*, 1920): o coletivo não é nada senão o sujeito do individual.

PROFERIDA NO CHAMADO CONGRESSO DOS
PSICANALISTAS DE LÍNGUA ROMÂNICA, 1951

Estamos aqui ainda a amestrar os ouvidos ao termo sujeito. Aquele que nos dá essa oportunidade permanecerá anônimo, o que nos poupa de ter que remeter a todas as passagens em que o distinguimos a seguir.

A questão por parte de Freud, no caso Dora, se quiséssemos aqui considerá-la encerrada, seria o lucro líquido de nosso esforço para reabrir o estudo da transferência ao terminar o relatório apresentado sob esse título por Daniel Lagache, onde a idéia nova era explicá-la pelo efeito Zeigarnik.¹ Era uma idéia feita justamente para agradar, num momento em que a psicanálise parecia carente de álibis.

Havendo o colega não denominado concedido a si mesmo a honra de retrucar ao autor do relatório que a transferência poderia igualmente ser invocada como esse efeito, acreditamos encontrar nisso um aspecto favorável para falar de psicanálise.

Tivemos que reduzir nossas pretensões, já que aqui também nos antecipávamos muito àquilo que pudemos, quanto à transferência, enunciar desde então (1966).

Nosso colega B..., por sua observação de que o efeito Zeigarnik mais pareceria depender da transferência do que determiná-la, introduziu o que se poderia chamar de fatos de resistência na experiência psicotécnica. A importância destes é valorizar a primazia da relação de sujeito a sujeito em todas as reações do indivíduo, na medida em que elas são humanas, e a dominância

1. Em suma, trata-se do efeito psicológico que se produz por uma tarefa inacabada, quando ela deixa uma Gestalt em suspenso: por exemplo, pela necessidade geralmente sentida de dar a uma frase musical seu acorde resolutivo.

dessa relação em qualquer prova das disposições individuais, seja essa prova definida pelas condições de uma tarefa ou pelas de uma situação. [216]

Quanto à experiência psicanalítica, devemos compreender que ela se desenrola inteiramente nessa relação de sujeito a sujeito, expressando com isso preservar uma dimensão irreduzível a qualquer psicologia considerada como uma objetivação de certas propriedades do indivíduo.

Numa psicanálise, com efeito, o sujeito propriamente dito constitui-se por um discurso em que a simples presença do psicanalista introduz, antes de qualquer intervenção, a dimensão do diálogo.

Não importa que irresponsabilidade, ou mesmo que incoerência as convenções da regra venham instaurar no princípio desse discurso, está claro que esses são apenas artifícios de bombeiro hidráulico (ver a observação de *Dora*, p.15²), com a finalidade de assegurar a transposição de certas barreiras, e que o curso deve ser seguido segundo as leis de uma gravitação que lhe é própria e que se chama verdade. É esse, com efeito, o nome do movimento ideal que o discurso introduz na realidade. Em síntese, *a psicanálise é uma experiência dialética*, e essa noção deve prevalecer quando se formula a questão da natureza da transferência.

Prosseguindo minha formulação, não terei outro desígnio, nesse sentido, senão mostrar através de um exemplo a que tipo de proposições poderíamos chegar. Mas me permitirei, primeiro, alguns comentários que me parecem urgentes para a atual direção de nossos esforços de elaboração teórica, e isso na medida em que eles dizem respeito às responsabilidades a nós conferidas pelo momento da história que estamos vivendo, não menos do que pela tradição de que somos guardiães.

Que o fato de encarar conosco a psicanálise como dialética deva apresentar-se como uma orientação particular de nossa reflexão, acaso não podemos ver nisso um certo desconhecimento de um dado imediato, ou do dado do senso comum de que aí só se utilizam palavras — e reconhecer, na atenção privilegiada dispensada à função dos traços mudos do comportamento, na

2. PUF, p.8 (ver nota 1, p.218).

manobra psicológica, uma preferência do analista por um ponto de vista em que o sujeito já não passa de objeto? Se de fato há um desconhecimento, devemos interrogá-lo segundo os métodos que aplicaríamos em qualquer caso similar.

[217]

Sabe-se que chego a pensar que — no momento em que a psicologia e, com ela, todas as ciências do homem sofreram, ainda que a contragosto ou mesmo sem o saber, uma profunda reformulação de seus pontos de vista, através das noções oriundas da psicanálise — parece produzir-se um movimento inverso entre os psicanalistas, que eu exprimiria nos seguintes termos.

Se Freud assumiu a responsabilidade — ao contrário de Hesíodo, para quem as doenças enviadas por Zeus avançavam para os homens em silêncio — de nos mostrar que existem doenças que falam, e de nos fazer ouvir a verdade do que elas dizem, parece que essa verdade, à medida que sua relação com um momento da história e com uma crise das instituições nos aparece mais claramente, inspira um temor crescente nos praticantes que perpetuam sua técnica.

Assim é que os vemos, sob toda sorte de formas, que vão do pietismo aos ideais da mais vulgar eficiência, passando pela gama das propedêuticas naturalistas, refugiar-se sob as asas de um psicologismo que, coisificando o ser humano, chegaria a malefícios perante os quais os do cientificismo físico já não passariam de ninharias.

Pois, em razão mesma do poder dos recursos evidenciados pela análise, trata-se nada menos do que de um novo tipo de alienação do homem que passará para a realidade, tanto pelo esforço de uma crença coletiva quanto pela ação de seleção de técnicas que teriam todo o alcance formativo próprio dos ritos: em suma, um *homo psychologicus* cujo perigo eu denuncio.

Formulo a seu respeito a questão de saber se nos deixaremos fascinar por sua fabricação, ou se, repensando a obra de Freud, não podemos recuperar o sentido autêntico de sua iniciativa e o meio de manter seu valor de salvação.

Esclareço aqui, se é que tal se afigura necessário, que essas questões em nada visam a um trabalho como o de nosso amigo Lagache: prudência no método, escrúpulo no processo, abertura nas conclusões, tudo isso nos é um exemplo da distância mantida entre nossa *práxis* e a psicologia. Fundamentarei minha demonstração no caso de Dora, por ele representar, na experiência ainda

nova da transferência, o primeiro em que Freud reconheceu que o analista³ tem aí seu papel. [218]

É impressionante que ninguém tenha acentuado, até o momento, que o caso de Dora é exposto por Freud sob a forma de uma série de inversões dialéticas. Não se trata ali de um artifício de ordenação de um material cujo surgimento, como Freud formula de maneira decisiva, fica entregue ao gosto do paciente. Trata-se de uma escansão das estruturas em que, para o sujeito, a verdade se transmuta, e que não tocam apenas em sua compreensão das coisas, mas em sua própria posição como sujeito da qual seus “objetos” são função. Isto é, o conceito da exposição é *idêntico* ao progresso do sujeito, isto é, à realidade da análise.

Ora, essa é a primeira vez em que Freud fornece o conceito do obstáculo com o qual veio chocar-se a análise, mediante o termo *transferência*. Este, por si só, no mínimo confere um valor de retorno às origens ao exame que empreendemos das relações dialéticas que constituíram o momento do fracasso. É por aí que tentaremos *definir em termos de pura dialética a transferência* chamada negativa no sujeito, como sendo uma operação do analista que a interpreta.

Será preciso, contudo, passarmos por todas as fases que trouxeram esse momento, assim como perfilá-lo nas antecipações problemáticas que, nos dados do caso, indicam-nos onde ele poderia ter encontrado sua saída consumada. Assim, encontramos:

Um primeiro desenvolvimento, que é exemplar por sermos imediatamente levados para o plano da afirmação da verdade. Com efeito, depois de colocar Freud à prova — irá ele mostrar-se tão hipócrita quanto o personagem paterno? —, Dora entrega-se a seu requisitório, abrindo um dossiê de lembranças cujo rigor contrasta com a imprecisão biográfica própria da neurose. A Sra. K. e seu pai são amantes há tantos e tantos anos, dissimulando isso sob ficções às vezes ridículas. Mas, o cúmulo é que, desse

3. Para que se possa controlar o caráter textual de nosso comentário, remetemos, a cada evocação da exposição de Freud, à tradução publicada pela Denoël, em nosso texto, e à reedição publicada pela PUF em 1954, em notas de rodapé (1966).

modo, ela é oferecida sem defesa às investidas do Sr. K., para as quais seu pai fecha os olhos, tornando-a com isso objeto de uma troca odiosa.

Freud está por demais ciente da constância da mentira social para ser por ela ludibriado, mesmo saída da boca de um homem que ele considera dever-lhe uma confiança total. Não tem, portanto, nenhuma dificuldade em afastar do espírito de sua paciente qualquer imputação de complacência em relação a essa mentira. Mas, ao cabo desse desdobramento, ele se vê diante da pergunta, aliás de tipo clássico nos primórdios do tratamento: “Esses fatos estão aí, dizem respeito à realidade, e não a mim mesma. O que o senhor quer mudar nisso aí?” Ao que Freud responde através de:

[219]

Uma primeira inversão dialética, que nada fica a dever à análise hegeliana da reivindicação da “bela alma”, aquela que se insurge contra o mundo em nome da lei do coração: “Veja”, diz ele a Dora, “qual é sua própria parte na desordem de que você se queixa” (p.32⁴). E então aparece:

Um segundo desenvolvimento da verdade, isto é, que foi não apenas pelo silêncio, mas pela cumplicidade da própria Dora, e mais ainda sob sua proteção vigilante, que pôde perdurar a ficção que permitiu à relação dos dois amantes prosseguir.

Aqui vemos não somente a participação de Dora na corte de que ela é objeto por parte do Sr. K., mas também suas relações com os outros parceiros do quarteto recebem uma nova elucidação, por se incluírem numa sutil circulação de presentes preciosos, indenização pelo descumprimento das obrigações sexuais, a qual, partindo de seu pai para a Sra. K., retorna à paciente pelas disponibilidades que ela libera no Sr. K., sem prejuízo das munificências que lhe provêm diretamente da fonte primeira sob a forma das doações paralelas em que o burguês encontra, classicamente, o tipo de retratação mais apropriado para aliar a reparação devida à mulher legítima à preocupação com o patrimônio (note-se que a presença do personagem da esposa reduz-se, aqui, a essa ligação lateral com a cadeia de trocas).

Ao mesmo tempo, a relação edipiana revela-se constituída em Dora por uma identificação com o pai, favorecida pela impotência

4. PUF, p.24.

sexual deste, aliás vivenciada por Dora como idêntica à preponderância de sua situação de fortuna: isso é traído pela alusão inconsciente que lhe é permitida pela semântica da palavra fortuna em alemão: *Vermögen*.⁵ Essa identificação transparece, com efeito, em todos os sintomas conversivos apresentados por Dora, e sua descoberta dá início à eliminação de um grande número deles.

[220]

A pergunta passa a ser, portanto: que significa, com base nisso, o ciúme subitamente manifesto por Dora ante a relação amorosa de seu pai? Este, por se apresentar de uma forma tão *preponderante*, requer uma explicação que ultrapassa seus motivos (p.50⁶). Coloca-se aqui:

A *segunda inversão dialética*, que Freud efetua através da observação de que, ali, não é realmente o pretense objeto do ciúme que constitui seu verdadeiro motivo, mas que ele mascara um interesse pela pessoa do sujeito-rival, interesse este cuja natureza, muito menos assimilável no discurso comum, só pode exprimir-se dessa forma invertida. Daí surge:

Um terceiro desenvolvimento da verdade: o fascinado apego de Dora pela Sra. K. (“a deslumbrante brancura de seu corpo”), as confidências que ela ouve, a um ponto que permanecerá insondado, sobre a situação das relações desta com o marido, e o fato patente das trocas de amabilidades entre as duas, como embaixatrizes mútuas de seus desejos junto ao pai de Dora.

Freud discerniu a pergunta a que levava esse novo desdobramento.

Se é dessa mulher, portanto, que você sente tão amargamente estar despossuída, como não lhe querer mal por esse acréscimo de traição, por ter sido dela que partiram as imputações de intriga e perversidade em que agora todos se aliam para acusar você de uma mentira? Qual é o motivo dessa lealdade que a faz guardar-lhe o segredo último das relações entre vocês (ou seja, a iniciação sexual, já identificável nas próprias acusações da Sra. K.)? Com esse segredo, somos levados, com efeito:

5. Essa semântica inclui, na forma substantiva, as acepções de “bens, patrimônio, pecúlio, recursos, capacidade, faculdade (de)”; na verbal, as de “conseguir, poder, ser capaz de”; na prepositiva, as de “em virtude de, graças a”. (N.E.)

6. PUF, p.39.

À terceira inversão dialética, aquela que nos forneceria o valor real do objeto que é a Sra. K. para Dora. Isto é, não o de um indivíduo, mas o de um mistério, o mistério de sua própria feminilidade, quer dizer, de sua feminilidade corporal — como se evidencia, sem nenhum véu, no segundo dos dois sonhos cujo estudo compõe a segunda parte da exposição do caso Dora, sonhos a que rogamos que as pessoas se reportem, para ver como sua interpretação se simplifica com nosso comentário.

[221]

Já a nosso alcance aparece-nos o marco em torno do qual nossa carroça tem que fazer a volta para inverter seu curso pela última vez. É a imagem mais longínqua de sua primeira infância que Dora consegue alcançar (numa observação de Freud, mesmo como que interrompida aqui, porventura não continuam todas as chaves a lhe cair nas mãos?): é Dora, provavelmente ainda *infans*, chupando seu polegar esquerdo, enquanto com a mão direita puxa a orelha do irmão, um ano e meio mais velho do que ela (p.47⁷ e p.20⁸).

Parece que temos aí a matriz imaginária em que vieram desaguar todas as situações que Dora desenvolveu em sua vida — verdadeira ilustração da teoria, ainda por surgir em Freud, dos automatismos de repetição. Por aí podemos tirar a medida do que agora significam para ela a mulher e o homem.

A mulher é o objeto impossível de separar de um desejo oral primitivo, e no qual é preciso, no entanto, que ela aprenda a reconhecer sua própria natureza genital. (É espantoso, aqui, que Freud não veja que a determinação da afonia, durante as ausências do Sr. K. (p.36⁹), exprime o violento apelo da pulsão erótica oral no “enfim sós” com a Sra. K., sem que seja preciso invocar a percepção da *fellatio* experimentada pelo pai (p.44¹⁰), quando todos sabem que o *cunnilingus* é o artifício mais comumente adotado pelos “senhores abastados” cujas forças começam a abandoná-los.) Para ter acesso a esse reconhecimento de sua feminilidade, ser-lhe-ia preciso realizar a assunção de seu próprio corpo, sem o que ela continua exposta ao despedaçamento

7. PUF, p.37.

8. PUF, p.12.

9. PUF, p.27.

10. PUF, p.33.

funcional (para nos referirmos à contribuição teórica do *estádio do espelho*), que constitui os sintomas de conversão.

Ora, para efetivar a condição desse acesso, ela só teve como único intermediário a *imago* original que nos mostra ter-lhe oferecido uma abertura para o objeto, isto é, o parceiro masculino com quem sua diferença etária lhe permitiu identificar-se, na alienação primordial em que o sujeito se reconhece como [*eu*]...

Por isso, Dora identificou-se com o Sr. K., tal como vai-se identificando com o próprio Freud (o fato de ter sido ao despertar do sonho “transferencial” que ela percebeu o cheiro de fumaça pertencente aos dois homens não indica, como disse Freud (p.67¹¹), que essa fosse uma identificação mais recalcada, porém, muito mais, que essa alucinação correspondeu ao estado crepuscular do retorno ao *eu*). E todas as suas relações com os dois homens manifestam a agressividade em que vemos a dimensão característica da alienação narcísica.

É verdade, portanto, como pensa Freud, que o retorno à reivindicação passional dirigida ao pai representa uma regressão que se refere às relações esboçadas com o Sr. K.

Mas essa homenagem, da qual Freud entrevê o poder salutar para Dora, só poderia ser aceita por ela como manifestação do desejo se ela aceitasse a si mesma como objeto do desejo, isto é, depois que houvesse esgotado o sentido daquilo que procurava na Sra. K.

Assim como em toda mulher, e por razões que estão no próprio fundamento das mais elementares trocas sociais (justamente as que Dora formula nas queixas de sua revolta), o problema de sua condição está, no fundo, em se aceitar como objeto do desejo do homem, e é esse o mistério, para Dora, que motiva sua idolatria pela Sra. K., do mesmo modo que, em sua longa meditação diante da Madona e em seu recurso ao adorador distante, ele a empurra para a solução que o cristianismo deu a esse impasse subjetivo, fazendo da mulher o objeto de um desejo divino ou um objeto transcendental do desejo, o que dá no mesmo.

Se numa terceira inversão dialética Freud houvesse orientado Dora para o reconhecimento do que era para ela a Sra. K.,

[222]

11. PUF, p.54.

obtendo a confissão dos segredos últimos de sua relação com ela, de que prestígio não se haveria ele mesmo beneficiado (apenas esboçamos aqui a questão do sentido da transferência positiva), assim abrindo caminho para o reconhecimento do objeto viril? Essa não é a minha opinião, mas a de Freud (p.107¹²).

Mas, o fato de sua falha ter sido fatal para o tratamento, ele o atribui à ação da transferência (p.103-7¹³), ao erro que o fez adiar-lhe a interpretação (p.106¹⁴), embora, como pôde constatar a posteriori, já não dispusesse de mais do que duas horas para evitar seus efeitos (p.106¹⁵).

[223]

Entretanto, toda vez que ele torna a invocar essa explicação, que teria o desenvolvimento que teve na doutrina, como sabemos, uma nota de rodapé vem desdobrá-la mediante um recurso à sua apreciação insuficiente do vínculo homossexual que unia Dora à Sra. K.

Que quer dizer isso, senão que a segunda razão só lhe apareceu como a primeira por direito em 1923, ao passo que a primeira, pela ordem, dera frutos em seu pensamento a partir de 1905, data da publicação do caso Dora?

Quanto a nós, que partido tomar? Seguramente, confiar nele quanto às duas razões e tratar de apreender o que pode ser deduzido de sua síntese.

Constatamos, então, isto: Freud reconhece que, durante muito tempo, não pôde deparar com essa tendência homossexual (que, no entanto, ele nos diz ser tão constante nas históricas que seria impossível exagerar nelas seu papel subjetivo) sem cair num desarvoramento (n., p.107¹⁶) que o tornava incapaz de agir quanto a esse ponto de maneira satisfatória.

Isso decorre, diríamos, de um preconceito, justo aquele que falseia inicialmente a concepção do complexo de Édipo, fazendo-o considerar como natural, e não como normativa, a primazia do personagem paterno: é o mesmo preconceito que se exprime com simplicidade no conhecido refrão: “Tal como o fio para a agulha é a menina para o menino.”

12. PUF, p.90.

13. PUF, p.86-90.

14. PUF, p.89.

15. PUF, p.89.

16. PUF, p.90.

Freud tem pelo Sr. K. uma simpatia de longa data, já que foi ele quem lhe levou o pai de Dora (p.18¹⁷) e que se exprimiu em numerosas apreciações (nota, p.27¹⁸). Após o malogro do tratamento, ele continua a sonhar com uma “vitória do amor” (p.99¹⁹).

No tocante a Dora, sua participação pessoal no interesse que ela lhe inspira é confessada em muitos pontos do relato do caso. Para dizer a verdade, ela o faz vibrar com um frêmito que, transpondo as digressões teóricas, eleva esse texto, entre as monografias psicopatológicas que constituem um gênero de nossa literatura, ao tom de uma Princesa de Clèves às voltas com uma mordação infernal.

Foi por se haver colocado um pouco demais no lugar do Sr. K. que Freud, dessa vez, não conseguiu comover o Aqueronte.

[224]

Em razão de sua contratransferência, Freud volta com excessiva constância ao amor que o Sr. K. inspiraria em Dora, e é curioso ver como sempre interpreta no sentido de uma confissão as respostas, embora variadíssimas, que Dora lhe opõe. A sessão em que ele acredita havê-la reduzido a “não mais contradizê-lo” (p.93²⁰), e ao fim da qual julga poder exprimir-lhe sua satisfação, é concluída por Dora num tom bem diferente. “Não foi grande coisa o que apareceu”, diz ela, e é no começo da sessão seguinte que se despede de Freud.

Que aconteceu, pois, na cena da declaração à beira do lago, que foi a catástrofe pela qual Dora entrou na doença, levando todo o mundo a reconhecê-la como doente — o que corresponde, ironicamente, à sua recusa a prosseguir em sua função de esteio da enfermidade comum a todos (nem todos os “benefícios” da neurose são lucrativos unicamente para o neurótico)?

Basta, como em qualquer interpretação válida, atermo-nos ao texto para compreendê-lo. O Sr. K. só teve tempo de dizer algumas palavras, embora, é verdade, tenham sido decisivas: “Minha mulher não é nada para mim.” E a façanha logo teve sua recompensa: uma grande bofetada — justamente aquela de que Dora sentiria o contragolpe violento, muito depois do tra-

17. PUF, p.10.

18. PUF, p.18.

19. PUF, p.82.

20. PUF, p.77.

tamento, numa nevralgia transitória — veio expressar ao desatado: “Se ela não é nada para você, que é você para mim?”

E, a partir daí, que seria para ela esse fantoche, embora ele houvesse acabado de romper o feitiço em que por anos ela estivera vivendo?

A fantasia latente de gravidez que se seguirá a essa cena não contradiz nossa interpretação: é notório que ela se produz nas históricas, em função justamente de sua identificação viril.

É pela mesma armadilha, na qual se afunda num deslizamento mais insidioso, que Freud vem a desaparecer. Dora afasta-se com o sorriso da *Gioconda* e, mesmo quando reaparece, Freud não tem a ingenuidade de acreditar numa intenção de retorno.

Nesse momento, ela já fez reconhecer por todos a verdade que, no entanto, por mais verídica que seja, ela sabe não ser a verdade última, e conseguiu precipitar o desafortunado Sr. K., pelo simples *mana* de sua presença, sob as rodas de uma carruagem. Mas a sedação de seus sintomas, obtida na segunda fase do tratamento, se manteve. Assim, a suspensão do processo dialético tem como saldo um aparente recuo, mas as posições retomadas só podem ser sustentadas por uma afirmação do *eu*, a qual pode ser tida como um progresso.

[225]

Que é pois, afinal, essa transferência cujo trabalho Freud diz, em algum lugar, ser *invisível* por trás do progresso do tratamento, e cujos efeitos, aliás, “escapam à demonstração” (p.67²¹)? Não nos será possível considerá-la aqui como uma entidade inteiramente relativa à contratransferência, definida como a soma dos preconceitos, das paixões, dos embaraços e até mesmo da informação insuficiente do analista num dado momento do processo dialético? Porventura o próprio Freud não nos diz (p.105²²) que Dora poderia ter transferido para ele o personagem paterno, se ele fosse tolo o bastante para acreditar na versão das coisas que lhe fora apresentada pelo pai?

Em outras palavras, a transferência não é nada de real no sujeito senão o aparecimento, num momento de estagnação da dialética analítica, dos modos permanentes pelos quais ele constitui seus objetos.

21. PUF, p.54.

22. PUF, p.88.

O que é, então, interpretar a transferência? Nada além de preencher com um engodo o vazio desse ponto morto. Mas esse engodo é útil, pois, mesmo enganador, reativa o processo.

A denegação com que Dora teria acolhido a observação proveniente de Freud, de que ela lhe imputava as mesmas intenções manifestadas pelo Sr. K., nada teria modificado no alcance de seus efeitos. A própria oposição que ela teria engendrado, provavelmente, teria feito Dora enveredar, apesar de Freud, pela direção favorável: aquela que a teria conduzido ao objeto de seu interesse real.

E o fato de ele se haver posto em jogo, em pessoa, como substituto do Sr. K., teria poupado Freud de insistir em demasia no valor das propostas de casamento deste.

Assim, a transferência não resulta de nenhuma propriedade misteriosa da afetividade e, mesmo quando se trai sob uma aparência de emoção, esta só adquire sentido em função do momento dialético em que se produz.

Mas, esse momento é pouco significativo, já que comumente traduz um erro do analista, nem que seja o de querer demais o bem do paciente, cujo perigo o próprio Freud muitas vezes denunciou.

[226]

Assim, a neutralidade analítica adquire seu sentido autêntico na posição do dialético puro, que, sabendo que tudo o que é real é racional (e vice-versa), sabe que tudo o que existe, inclusive a doença contra a qual ele luta, é e será sempre equivalente ao nível de sua particularidade, e que só existe progresso para o sujeito através da integração a que ele chega de sua posição no universal: tecnicamente, pela projeção de seu passado num discurso em devir.

O caso de Dora parece privilegiado para nossa demonstração, na medida em que, em se tratando de uma histérica, a tela do *eu* é tão transparente que em parte alguma, como disse Freud, é mais baixo o limiar entre o inconsciente e a consciência, ou, melhor dizendo, entre o discurso analítico e a *palavra* do sintoma.

Cremos, no entanto, que a transferência tem sempre o mesmo sentido, de indicar os momentos de errância e também de orientação do analista, o mesmo valor de nos convocar à ordem de nosso papel: um não-agir positivo, com vistas à ortodramatização da subjetividade do paciente.

IV

Do sujeito enfim em questão

[229]

Um nada de entusiasmo é, num escrito, o traço mais seguro a deixar para que ele marque uma data, no sentido lamentável. Nós o lamentamos quanto ao discurso de Roma, tão seco, nada lhe trazendo de atenuante as circunstâncias que ele menciona.

Ao publicá-lo, supomos um interesse em sua leitura, incluído o mal-entendido.

Mesmo querendo precaução, não é com uma “advertência ao leitor” que reforçaríamos seu endereçamento original (no Congresso), quando a constante de nosso endereçamento ao psicanalista, sobre a qual advertimos inicialmente, culmina aqui por ser apropriada por um grupo que pede nossa ajuda.

Redobrar o interesse seria, antes, nossa resposta, se isso não fosse dividi-lo em vez de desvelar aquilo que, seja ele o que for para a consciência do sujeito, comanda esse interesse.

Queremos falar do sujeito colocado em questão por esse discurso, pois ao reinstaurá-lo aqui, pelo ponto em que de nossa parte não faltamos para com ele, é apenas fazer justiça ao ponto em que ele nos concedia um encontro marcado.

Quanto ao leitor, doravante nada mais faremos — exceto por apontar, um pouco mais adiante, o objetivo de nosso seminário — do que nos fiar em seu diálogo com textos decerto não mais fáceis, porém intrinsecamente discerníveis.

Meta, o limite que marca a virada a ser seguida numa corrida, é a metáfora com que lhe faremos um viático para relembrar-lhe o discurso inédito em que desde então vimos trabalhando a cada quarta-feira do ano letivo, e que é possível que o assista (se o leitor não assistir a ele) por circular em outros lugares.

Quanto ao sujeito colocado em questão, a análise didática será nosso ponto de partida. Sabemos que assim se denomina uma psicanálise que alguém se propõe empreender com um objetivo de formação — especialmente como um elemento de habilitação para praticar a psicanálise.

[230]

A psicanálise, quando especificada por essa demanda, é tida como modificada por ela nos dados que lhe supomos comuns, e o psicanalista considera ter que evitar isso.

O fato de ele aceitar conduzi-la nessas condições comporta uma responsabilidade. É curioso constatar como esta é deslocada para as precauções que nela se tomam.

Pois o batismo inesperado que recebe quem a isso se propõe, o de uma “psicanálise pessoal”¹ (como se existissem outras), quando as coisas são bem reconduzidas ao áspero ponto desejado, em nada nos parece concernir ao que a proposta acarreta no sujeito assim acolhido: a de negligenciá-la, em suma.

Talvez se veja isso com mais clareza ao expurgar o dito sujeito das preocupações que o termo propaganda resume: o efetivo a ampliar, a fé a propagar, o padrão a proteger.

Extraíamos disso o sujeito implicado pela demanda em que ele se apresenta. Quem nos lê está dando um primeiro passo para observar que o inconsciente lhe oferece uma base pouco propícia para reduzi-lo ao que a relação com os instrumentos de precisão designa por erro subjetivo — pronto para acrescentar que a psicanálise não tem o privilégio de um sujeito mais consistente, porém deve, antes, permitir esclarecê-lo igualmente nas vias de outras disciplinas.

Esse procedimento de envergadura nos desviaria indevidamente de fazer jus àquilo que de fato invocamos, isto é, o sujeito que qualificamos (significativamente) de paciente, que não é o sujeito estritamente implicado por sua demanda, mas antes o produto que pretenderíamos determinado por ela.

Isto é, embaralhar as coisas no processo de deslindá-las. Em nome desse paciente, também a escuta se torna paciente.

1. Meio através do qual se evita ter que decidir de imediato se uma psicanálise será ou não didática.

É para o seu bem que a técnica se elabora, sabendo moderar sua ajuda. Dessa paciência e moderação é que se trata de tornar capaz o psicanalista. Mas, no fim das contas, a incerteza que subsiste quanto ao próprio término da análise tem como efeito deixar entre o paciente e o sujeito que lhe é anexado apenas a diferença, prometida ao segundo, da repetição da experiência, sendo até legitimado que a equivalência de princípio entre as duas mantém-se com pleno efeito na contratransferência. Em que, portanto, seria a didática um problema?

[231]

Não há neste balanço nenhuma intenção negativa. Apontamos um estado de coisas em que vêm à luz muitos comentários oportunos, um questionamento permanente da técnica, lampejos às vezes singulares na verve da confissão, em suma, uma riqueza que pode muito bem ser concebida como fruto do relativismo próprio da disciplina, e como lhe dando sua garantia.

Até a objeção a ser extraída das trevas que subsistem no fim da didática pode permanecer como letra morta, frente ao intocável da rotina costumeira.

O simples intocado do limiar mantido para habilitar o psicanalista a fazer análises didáticas (onde o recurso à anti-güidade é derrisório) lembra-nos que é o sujeito em questão na psicanálise didática que constitui o problema, e que nela permanece como sujeito intacto.

Não conviria, antes, conceber a psicanálise didática como a forma perfeita pela qual se esclareceria a natureza da psicanálise pura e simples: a de introduzir nesta uma restrição?

Tal é a inversão que, antes de nós, não ocorreu a ninguém. Ela parece impor-se, no entanto. Pois, se a psicanálise tem um campo específico, nele o cuidado terapêutico justifica desvios ou até curto-circuitos; mas, se há um caso que proíbe qualquer redução similar, este deve ser a psicanálise didática.

Mal inspirado estaria quem emitisse a suspeita de estarmos afirmando que a formação dos analistas é o que a psicanálise tem de mais defensável a apresentar. Pois essa insolência, se existisse, não concerniria aos psicanalistas. Concerniria, antes, a alguma falha a corrigir na civilização, mas que ainda não está suficientemente cingida para que alguém possa gabar-se de se encarregar disso.

Que se prepare apenas uma teoria congruente para manter a psicanálise no status que preserva sua relação com a ciência.

O fato de a psicanálise haver nascido da ciência é patente. Que pudesse ter surgido de outro campo, é inconcebível.

Que a pretensão de ela não ter outro suporte ainda seja o que é reputado como evidente, ali onde ela se distingue por ser freudiana, e que efetivamente não deixe nenhuma transição com o esoterismo pelo qual se estruturam práticas aparentemente vizinhas, não é um acaso, mas uma consequência.

[232]

Como, portanto, dar conta das evidentes equivocações que se espalham pelas conceituações correntes nos círculos instituídos? Mesmo que eles sejam fabricados às pressas como possível — desde a pretensa efusão unitiva, onde, no auge do tratamento, se encontraria a beatitude que conviria supor inauguradora do desenvolvimento libidinal, até os vangloriados milagres da obtenção da maturidade genital, com sua sublime facilidade de se mover em todas as regressões —, por toda parte se reconhece esta miragem que nem sequer é discutida: a completude do sujeito, que há até quem confesse formalmente tomar por um objetivo legítimo e passível de atingir, ainda que, na realidade, claudicações atribuíveis à técnica ou às seqüelas da história a mantenham na categoria de um ideal muito remoto.

Tal é o princípio da extravagância teórica, no sentido próprio desse termo, onde demonstram poder cair o mais autêntico interrogador de sua responsabilidade de terapeuta e também o mais rigoroso perscrutador dos conceitos: podemos confirmá-lo pelo modelo que evocamos do primeiro, Ferenczi, em suas formulações de delírio biológico sobre a *amphimixis*; ou, quanto ao segundo — estamos pensando em Jones —, que o mensuremos pelo mau passo fenomenológico, a *aphanisis* do desejo, para o qual o faz escorregar sua necessidade de garantir a igualdade de direitos entre os sexos ante esse motivo de escândalo que só é admitido quando se renuncia à completude do sujeito: a castração, para chamá-la por seu nome.

Diante desses ilustres exemplos, surpreende menos a pululação desses reajustes da economia a que todos se entregam, extrapolando da análise para o desenvolvimento ou até para a história humana — como a transposição da fantasia de castração

para a fase anal, a fundamentação extraída de uma neurose oral universal... sem limite atribuível à sua, etc. Quando muito, há que tomá-la como um testemunho do que chamaremos de ingenuidade da perversão pessoal, entendendo-se a coisa como dando margem a um certo esclarecimento.

Nestas palavras, nenhuma referência à inanidade do termo psicanálise pessoal, do qual se pode dizer que, com muita frequência, o que ele designa iguala-se a isso, por se sancionar apenas por rearranjos muito práticos. Daí ressurge a questão do benefício dessa curiosa fabulação.

Sem dúvida, o praticante não empedernido não é insensível a uma realidade tornada mais nostálgica por ser provocada no encontro com ele e, nesse caso, responde à relação essencial do véu com sua experiência através dos esboços de mito.

[233]

Um fato contradiz essa qualificação: é que aí reconhecemos, não mitos autênticos (entenda-se, simplesmente aqueles que foram levantados em campo), que nunca deixam de tornar legível a incompletude do sujeito, mas fragmentos folclóricos desses mitos, e precisamente os preservados pelas religiões propagandísticas em seus temas de salvação. Discuti-lo-ão aqueles para quem esses temas abrigam sua verdade, muito satisfeitos por encontrar aí meios de corroborá-la com o que chamam de hermenêutica.

(Exploração à qual uma sadia reforma ortográfica permitiria dar o alcance de uma prática familionária: a do falsilósofo, por exemplo, ou da tapeasofia, sem colocar mais pingos nem is.)²

O vício radical designa-se na transmissão do saber. Quando muito, ela se defenderia de uma referência às profissões em que, durante séculos, só se exerceu encoberta por um véu, mantido pela instituição do companheirismo. Um mestrado em

2. O *familionário* provém do célebre trocadilho de Heine, citado por Freud já na Introdução de *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Os outros dois neologismos, criados por Lacan, são: *faufilosophe*, homófono de *faux philosophe* e que joga com as acepções de *faufiler* [alinhar, insinuar(-se), intrrometer(-se)], resultando em português em algo como “metido a filósofo”; e *flousophie*, que remete a *floue philosophie* (filosofia vaga, imprecisa, solta, frouxa), mas também a *flower* (intrujar, trapacear, passar o conto do vigário). (N.E.)

humanidades e alguns diplomas protegem nela o segredo de um saber substancial. (Mesmo assim, é às artes liberais que não praticam o mistério que nos referiremos, mais adiante, para evocar a juventude da psicanálise.)

Por mais atenuada que possa ser, a comparação não se sustenta. A tal ponto que poderíamos dizer que a realidade é feita da intolerância a essa comparação, porquanto o que ela exige é uma postura totalmente diversa do sujeito.

A teoria, ou melhor, o repeteco que leva esse nome, e que é tão variável em seus enunciados que às vezes parece que somente sua insipidez mantém neles um fator comum, não passa do preenchimento do lugar onde se demonstra uma carência, sem que sequer saibamos formulá-la.

Tentamos uma álgebra que correspondesse, no lugar assim definido, ao que é efetuado, por seu turno, pelo tipo de lógica a que chamamos simbólica: quando, da prática matemática, ela estabelece a legitimidade.

Não sem o sentimento do quanto convém aí de prudência e cuidado.

Que se trata de conservar nisso a disponibilidade da experiência adquirida pelo sujeito, na estrutura própria de deslocamento e fendimento em que ela teve de se constituir, eis aqui tudo o que podemos dizer — remetendo a nossos desenvolvimentos efetivos.

[234]

O que temos a salientar aqui é que pretendemos trilhar a posição científica, analisar de que modo ela já está implicada no que há de mais íntimo na descoberta psicanalítica.

Essa reforma do sujeito, que é aqui inauguradora, deve ser relacionada com a que se produz no princípio da ciência, comportando esta última um certo adiamento no que tange às questões ambíguas a que podemos chamar questões da verdade.

É difícil não ver introduzida, desde antes da psicanálise, uma dimensão que poderíamos dizer do sintoma, que se articula por representar o retorno da verdade como tal na falha de um saber.

Não se trata do problema clássico do erro, mas de uma manifestação concreta a ser “cl clinicamente” apreciada, onde se revela, não uma falha de representação, mas uma verdade

de uma referência diferente daquilo, representação ou não, pelo qual ela vem perturbar a boa ordem...

Nesse sentido, podemos dizer que essa dimensão, mesmo não sendo explicitada, é altamente diferenciada na crítica de Marx. E que parte da inversão que ela opera a partir de Hegel é constituída pelo retorno (materialista, precisamente por lhe dar forma e corpo) da questão da verdade. Esta de fato se impõe, chegaríamos a dizer, não ao tomar o fio do artifício da razão, forma sutil com que Hegel a despacha de férias, mas ao perturbar os artifícios (basta lermos os textos políticos) que só são razão se ridiculamente travestidos...

Sabemos com que precisão conviria acompanhar essa temática da verdade e de seu viés no saber — embora princípio, ao que nos parece, da filosofia como tal.

Apenas o registramos para denotar aí o salto da operação freudiana.

Ela se distingue por articular às claras o status do sintoma com o seu, pois constitui a operação característica do sintoma, em seus dois sentidos.

Diferentemente do signo, da fumaça que não existe sem fogo, fogo que ela indica com o apelo, eventualmente, de que seja extinto, o sintoma só é interpretado na ordem do significante. O significante só tem sentido por sua relação com outro significante. É nessa articulação que reside a verdade do sintoma. O sintoma tinha um ar impreciso de representar alguma irrupção da verdade. A rigor, ele *é* verdade, por ser talhado na mesma madeira de que ela é feita, se afirmarmos materialisticamente que a verdade é aquilo que se instaura a partir da cadeia significante.

[235]

Gostaríamos de nos distinguir aqui do nível de brincadeira em que comumente se travam certos debates de princípio.

Indagando por onde nosso olhar deve apreender o que lhe propõe a fumaça, já que é este o paradigma clássico, quando ela lhe é oferecida por se erguer dos fornos crematórios.

Não duvidamos que se esteja de acordo em que isso só pode decorrer de seu valor significante; e que, mesmo que nos recusássemos a isso por sermos estúpidos no critério, essa fumaça continuaria a ser, para a redução materialista, um elemento menos metafórico do que todas as que pudessem elevar-se para debater se o que ela representa deve ser retomado por meio do biológico ou do social.

Ao se ter como referência essa junção que é o sujeito, as vias das conseqüências da linguagem para o desejo do saber talvez se tornem mais transitáveis, devido ao que sabemos desde sempre sobre a distância que o separa de sua existência de ser sexuado, ou até mesmo de ser vivo.

E, com efeito, a construção que fornecemos do sujeito, na linha da experiência freudiana, nada retira da pungência pessoal dos diversos deslocamentos e fendimentos que ele pode ter que atravessar na psicanálise didática.

Se esta registra as resistências transpostas, é por elas preencherem o espaço de defesa em que se organiza o sujeito, e é somente em certos balizamentos estruturais que podemos seguir o percurso que se fez, para esboçar seu esgotamento.

Do mesmo modo, uma certa ordem de montagem é exigível daquilo que se deve esperar como tela fundamental do real na fantasia inconsciente.

Todos esses valores de controle não impedem que a castração, que é a chave desse viés radical do sujeito por onde se dá o advento do sintoma, continue a ser, até mesmo na didática, o enigma que o sujeito só resolve ao evitá-lo.

Se pelo menos alguma ordem, ao se instalar no que ele viveu, lhe desse em seguida a responsabilidade por suas formulações, ele não tentaria reduzir à fase anal aquilo que captasse da castração na fantasia.

Dito de outra maneira, a experiência se precaveria de sancionar desvios teóricos que servem para abrigar em sua transmissão o descarrilamento.

[236]

É necessário o restabelecimento do status idêntico da psicanálise didática e do ensino da psicanálise, na abertura científica de ambos.

Esta última comporta, como qualquer outra, estas condições mínimas: uma relação definida com o instrumento como instrumento, uma certa idéia da questão levantada pelo assunto. O fato de as duas convergirem, aqui, para uma questão que nem por isso se simplifica, talvez encerre esta outra com que a psicanálise reforça a primeira, como uma questão formulada à ciência: a de constituir por si mesma uma ciência, e no segundo grau.

Se o leitor pode surpreender-se aqui com o fato de essa questão lhe chegar tão tardiamente — e com o mesmo caráter

que faz com que tenha tido que haver duas repercussões das mais improváveis de nosso ensino, recebendo de dois estudantes da Universidade nos EUA a tradução cuidadosa (e bem feita) que mereceram dois de nossos artigos (dentre eles o presente) —, saiba ele que pusemos no quadro de nossa ordem preferencial: antes de mais nada, que haja psicanalistas.

Agora, pelo menos, podemos contentar-nos com a idéia de que, enquanto perdurar um vestígio do que instauramos, haverá *psicanalistas* para responder a certas urgências subjetivas, ainda que qualificá-*los* com o artigo definido fosse dizer demais, ou, mais ainda, desejar demais.

(1966)

Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise

[237]

RELATÓRIO DO CONGRESSO DE ROMA, REALIZADO NO
ISTITUTO DI PSICOLOGIA DELLA UNIVERSITÀ DI ROMA
EM 26 E 27 DE SETEMBRO DE 1953

PREFÁCIO

Em particular, não convém esquecer que a separação entre embriologia, anatomia, fisiologia, psicologia, sociologia e clínica não existe na natureza, e que existe apenas uma disciplina: a *neurobiologia*, à qual a observação nos obriga a acrescentar o epíteto *humana*, no que nos concerne. (Citação escolhida para exergo de um Instituto de Psicanálise em 1952.)

O discurso que encontraremos aqui merece ser introduzido por suas circunstâncias. Pois traz delas a marca.

Seu tema foi proposto ao autor para constituir o relatório teórico de praxe, na reunião anual da qual havia dezoito anos que a sociedade então representativa da psicanálise na França seguia a tradição, tornada venerável sob o título “Congresso dos Psicanalistas de Língua Francesa”, estendido há dois anos aos psicanalistas de línguas românicas (sendo nele incluída a Holanda, por uma tolerância de linguagem). Esse Congresso deveria ter lugar em Roma, no mês de setembro de 1953.

Entrementes, graves dissensões introduziram no grupo francês uma secessão. Elas se haviam revelado por ocasião da fundação de um “instituto de psicanálise”. Pudemos então ouvir a equipe que lograra impor seus estatutos e seu programa proclamar que impediria de falar em Roma aquele que, juntamente com outros, havia tentado introduzir ali uma concepção diferente, e para esse fim ela empregou todos os meios a seu alcance.

Contudo, não pareceu àqueles que desde então haviam fundado a nova Sociedade Francesa de Psicanálise que eles deveriam privar da anunciada exposição a maioria estudantil que aderira a

[238]

seu ensino, nem tampouco que devessem abdicar do lugar eminente em que ela fora prevista.

As generosas simpatias que vieram do grupo italiano em seu auxílio não os deixavam na posição de hóspedes inoportunos na Cidade Universal.

Quanto ao autor deste discurso, ele pensava ser socorrido, ainda que tivesse de se mostrar um tanto aquém da tarefa de falar da fala, por uma certa convivência inscrita neste lugar mesmo.

Ele se lembrava, com efeito, que bem antes que aqui se revelasse a glória do mais alto trono do mundo, Aulo Gélío, em suas *Noites áticas*, dera ao local chamado *Mons Vaticanus* a etimologia de *vagire*, que designa os primeiros balbucios da fala.

E que, portanto, caso seu discurso não viesse a ser nada além de um vagido, ao menos ele colheria ali o auspício de renovar em sua disciplina os fundamentos que ela retira da linguagem.

Do mesmo modo, essa renovação tirava da história demasiado sentido para que ele não rompesse, por sua vez, com o estilo tradicional que situa a “relação” entre a compilação e a síntese, para lhe dar o estilo irônico de um questionamento dos fundamentos dessa disciplina.

Uma vez que seus ouvintes eram esses estudantes que esperam de nós a fala, foi sobretudo para estes que ele fomentou seu discurso, para renunciar, em relação a eles, às regras que se observam entre os áugures, de imitarem o rigor através da minúcia e confundirem regra e certeza.

No conflito, com efeito, que os levava ao atual desfecho, tinham-se dado mostras, quanto à sua autonomia de sujeitos, de um desconhecimento tão exorbitante que a exigência primordial advinha de uma reação contra o tom permanente que permitira esse excesso.

É que, para-além das circunstâncias locais que haviam motivado esse conflito, viera à luz um vício que as ultrapassava em muito. Que se houvesse simplesmente podido ter a pretensão de regular de maneira tão autoritária a formação do psicanalista levantava a questão de saber se os modos estabelecidos dessa formação não levavam ao fim paradoxal de uma depreciação perpetuada.

Decerto, as formas iniciáticas e poderosamente organizadas em que Freud viu a garantia da transmissão de sua doutrina

justificam-se na posição de uma disciplina que só pode sobreviver ao se manter no nível de uma experiência integral.

Mas, não terão elas levado a um formalismo enganador, que desencoraja a iniciativa ao penalizar o risco, e que faz do reino da opinião dos doutos o princípio de uma prudência dócil onde a autenticidade da pesquisa se embota antes de se esgotar?

A extrema complexidade das noções empregadas em nosso campo faz com que em nenhum outro lugar um espírito, ao expor seu julgamento, corra mais totalmente o risco de descobrir sua medida.

Mas, isso deveria trazer a conseqüência de transformar em nosso propósito primordial, senão único, o franqueamento das teses pela elucidação dos princípios.

A severa seleção que se impõe, com efeito, não poderia ficar a cargo dos adiamentos indefinidos de uma cooptação minudente, mas da fecundidade da produção concreta e à prova dialética de argumentações contraditórias.

Isso não implica, de nossa parte, nenhuma valorização da divergência. Muito pelo contrário, não foi sem surpresa que pudemos ouvir no Congresso Internacional de Londres — ao qual, por termos desrespeitado as formas, comparecemos como solicitantes — uma personalidade, bem-intencionada a nosso respeito, deplorar que não pudéssemos justificar nossa secessão por algum desacordo doutrinal. Querirá isso dizer que uma associação que se pretende internacional tem outra finalidade que não a de manter o princípio da comunidade de nossa experiência?

Sem dúvida, é esse o segredo de polichinelo que de há muito já não é segredo, e foi sem nenhum escândalo que, ao impene-trável sr. Zilboorg — o qual, pondo de lado nosso caso, insistia em que nenhuma secessão fosse aceita senão a título de um debate científico —, o penetrante sr. Wälder pôde retrucar que, a confrontarmos os princípios em que cada um de nós julgava fundamentar sua experiência, nossos muros se dissolveriam muito depressa na confusão de Babel.

Quanto a nós, pensamos que, se inovamos, não é de nosso gosto fazer disso um mérito.

Numa disciplina que só deve seu valor científico aos conceitos teóricos que Freud forjou no progresso de sua experiência, mas os quais, por serem ainda mal criticados e por isso conservarem

a ambigüidade da língua vulgar, beneficiam-se dessas ressonâncias, não sem incorrer em mal-entendidos, parecer-nos-ia prematuro romper a tradição de sua terminologia. [240]

Mas, parece-nos que esses termos só podem esclarecer-se ao estabelecermos sua equivalência com a linguagem atual da antropologia ou com os mais recentes problemas da filosofia, onde, muitas vezes, a psicanálise só tem a se beneficiar.

Urgente, em todo caso, parece-nos a tarefa de destacar, em noções que se enfraquecem num uso rotineiro, o sentido que elas resgatam tanto de um retorno à sua história quanto de uma reflexão sobre seus fundamentos subjetivos.

É essa, sem dúvida, a função de quem ensina, da qual todas as outras dependem, e é nela que melhor se inscreve o valor da experiência.

Se a negligenciamos, oblitera-se o sentido de uma ação que só extrai seus efeitos do sentido, e as regras técnicas, ao se reduzirem a receitas, suprimem da experiência qualquer alcance de conhecimento e mesmo qualquer critério de realidade.

Pois ninguém é menos exigente do que um psicanalista quanto àquilo que pode conferir status a uma ação que ele próprio não está longe de considerar como mágica, na impossibilidade de saber onde situá-la numa concepção de seu campo que ele nem pensa em atribuir à sua prática.

O exergo cujo ornamento transpusemos para este prefácio é um belíssimo exemplo disso.

Do mesmo modo, será que ela se harmoniza com uma concepção da formação analítica que seja a de uma auto-escola que, não satisfeita em aspirar ao privilégio singular de entregar a carteira de habilitação, se imaginasse em condições de controlar a construção automobilística?

Essa comparação vale o que vale, mas é bem equivalente às que têm curso em nossos mais graves concflitos e que, apesar de haverem nascido em nosso discurso aos idiotas, nem sequer têm o sabor do trote de calouros, mas nem por isso deixam de parecer receber um valor de uso de seu caráter de pomposa inépcia.

Isso começa pela conhecida comparação entre o candidato que se deixa arrastar prematuramente para a prática e o cirurgião que opera sem assepsia, e vai até aquela que incita a chorar sobre esses desafortunados estudantes, a quem o conflito de seus mestres dilacera como aos filhos no divórcio dos pais. [241]

Sem dúvida, essa última novidade nos parece inspirar-se no respeito devido àqueles que efetivamente sofreram o que chamaremos, moderando nosso pensamento, uma pressão sobre o ensino que os submeteu a uma rude prova, mas também podemos indagar-nos, ao ouvir o trêmolo na boca dos mestres, se os limites do infantilismo não terão sido recuados, sem aviso prévio, até a parvoíce.

As verdades que esses clichês ocultam, no entanto, mereceriam que as submetêssemos a um exame mais sério.

Método de verdade e de desmistificação das camuflagens subjetivas, manifestaria a psicanálise uma ambição desmedida ao aplicar seus princípios à sua própria corporação, isto é, à concepção que têm os psicanalistas de seu papel junto ao doente, de seu lugar na sociedade dos espíritos, de suas relações com seus pares e de sua missão de ensino?

Talvez, por reabrir algumas janelas para a luminosidade do pensamento de Freud, esta exposição alivie em alguns a angústia gerada por uma ação simbólica quando ela se perde em opacidade própria.

Seja como for, ao evocar as circunstâncias deste discurso, não estamos de modo algum pensando em desculpar suas insuficiências, por demais evidentes, pela pressa que lhe foi imposta, uma vez que é dessa mesma pressa que ele adquire seu sentido e sua forma.

Aliás, demonstramos, num sofisma exemplar do tempo inter-subjetivo,¹ a função da pressa na precipitação lógica em que a verdade encontra sua condição insuperável.

Nada há de criado que não apareça na urgência, e nada na urgência que não gere sua superação na fala.

Mas nada há, tampouco, que não se torne contingente nela, quando chega para o homem o momento em que ele pode identificar numa única razão o partido que escolhe e a desordem que denuncia, para compreender sua coerência no real e se antecipar, por sua certeza, à ação que os coloca em equilíbrio.

1. Cf. "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada", p.197.

INTRODUÇÃO

[242]

Determinaremos isso enquanto ainda estamos no afélio de nossa matéria, pois, quando chegarmos ao periélio, o calor será capaz de nos fazer esquecê-la. (Lichtenberg)

“Flesh composed of suns. How can such be?” exclaim the simple ones.² (R. Browning, *Parleying with Certain People*)

Tamanho é o pavor que se apodera do homem ao descobrir a imagem de seu poder que ele dela se desvia na ação mesma que lhe é própria, quando essa ação a mostra nua. É o caso da psicanálise. A descoberta — prometética — de Freud foi uma ação desse tipo; sua obra no-lo atesta; mas ela não está menos presente em cada experiência humildemente conduzida por um dos trabalhadores formados em sua escola.

Podemos acompanhar, ao longo dos anos decorridos, essa aversão do interesse pelas funções da fala e pelo campo da linguagem. Ela motiva as “mudanças de objetivo e de técnica” que são declaradas no movimento e cuja relação com o amortecimento da eficácia terapêutica é, no entanto, ambígua. Com efeito, a promoção da resistência do objeto na teoria e na técnica deve ser submetida, ela mesma, à dialética da análise, que só pode reconhecer nisso um álibi do sujeito.

Tentemos esboçar a tópica desse movimento. Ao considerar a literatura que chamamos de nossa atividade científica, os problemas atuais da psicanálise destacam-se nitidamente sob três aspectos:

A) Função do imaginário, digamos, ou, mais diretamente, das fantasias na técnica da experiência e na constituição do objeto nas diferentes etapas do desenvolvimento psíquico. O impulso proveio, aqui, da psicanálise de crianças, e do terreno favorável oferecido às tentativas e às tentações dos investigadores pela abordagem das estruturações pré-verbais. É também aí que sua culminação provoca agora um retorno, levantando o problema da sanção simbólica a ser dada às fantasias em sua interpretação.

2. “Matéria composta de sóis. Como é possível isso?”, exclamam os simples.” (N.E.)

B) Noção das relações libidinais de objeto, que, renovando a idéia do progresso da análise, reformula em surdina sua condução. A nova perspectiva partiu, aqui, da extensão do método às psicoses e da abertura momentânea da técnica a dados de princípio diferente. A psicanálise desemboca então numa fenomenologia existencial, ou até num ativismo movido pela caridade. Também aí se exerce uma nítida reação em favor de um retorno ao eixo técnico da simbolização.

C) Importância da contratransferência e, correlativamente, da formação do psicanalista. Aqui, a ênfase veio dos embaraços do término da análise, que se juntam aos do momento em que a psicanálise didática se encerra com a introdução do candidato na prática. E a mesma oscilação se observa aí: de um lado, e não sem coragem, aponta-se o ser do analista como elemento não desprezível nos efeitos da análise, e que deve inclusive ser exposto em sua conduta no fim da partida; nem por isso se deixa de promulgar energicamente, por outro lado, que nenhuma solução pode provir senão de um aprofundamento cada vez mais intensificado da mola inconsciente.

Esses três problemas têm um traço comum, à parte a atividade pioneira que manifestam em três fronteiras diferentes, com a vitalidade da experiência que os sustenta. Trata-se da tentação que se apresenta ao analista de abandonar o fundamento da fala, justamente em campos em que sua utilização, por confinar com o inefável, exigiria mais do que nunca seu exame: a saber, a pedagogia materna, a ajuda samaritana e a mestria/dominação dialética. Torna-se grande o perigo quando, além disso, ele abandona sua linguagem, em benefício de linguagens já instituídas e das quais ele conhece pouco as compensações que elas oferecem à ignorância.

Na verdade, gostaríamos de saber mais sobre os efeitos da simbolização na criança, e as mães oficiantes na psicanálise, ou as que dão a nossos mais elevados conselhos um ar de matriarcado, não estão livres da confusão de línguas em que Ferenczi aponta a lei da relação criança-adulto.³

3. Ferenczi, "Confusion of tongues between the adult and the child", *Int. Journal of Psycho.*, 1949, XXX, IV, p.225-30.

As idéias concebidas por nossos doutos sobre a relação de objeto acabada são de concepção bastante incerta e, ao serem expostas, deixam transparecer uma mediocridade que não honra a profissão.

[244]

Não há dúvida de que esses efeitos — onde o psicanalista se aproxima do tipo de herói moderno ilustrado por façanhas derrisórias numa situação de descaminho — só poderiam ser corrigidos por um mero retorno ao estudo, no qual o psicanalista deveria tornar-se mestre/senhor, das funções da fala.

Mas parece que, desde Freud, esse campo central de nosso domínio caiu no abandono. Observe-se o quanto ele mesmo se preservou de incursões grandes demais em sua periferia: descobrindo os estádios libidinais da criança na análise de adultos e só intervindo, no Pequeno Hans, por intermédio de seus pais; decifrando uma faixa inteira da linguagem do inconsciente no delírio paranóide, mas utilizando para isso apenas o texto-chave deixado por Schreber na lava de sua catástrofe mental. E assumindo, em contrapartida, quanto à dialética da obra e à tradição de seu sentido, e em toda a sua altivez, a posição de mestria, de dominação.

Equivalerá isso a dizer que, se o lugar do mestre/senhor permanece vazio, é menos em virtude de seu desaparecimento do que de uma crescente obliteração do sentido de sua obra? Acaso não basta, para nos convenceremos disso, constatar o que sucede nesse lugar?

Nele se transmite uma técnica, de estilo enfadonho ou até reticente em sua opacidade, e que qualquer arejamento crítico parece transtornar. Na verdade, ela assume o aspecto de um formalismo levado ao cerimonial, e a tal ponto que podemos indagar-nos se não sucumbe à aproximação mesma com a neurose obsessiva através da qual Freud visou tão convincentemente o uso, senão a gênese, dos ritos religiosos.

A analogia se acentua ao considerarmos a literatura que essa atividade produz para dela se alimentar: tem-se ali a impressão freqüente de um curioso circuito fechado, onde o desconhecimento da origem dos termos gera o problema de atribuí-los, e onde o esforço de resolver esse problema reforça esse desconhecimento.

Para remontar às causas dessa deterioração do discurso analítico, é legítimo aplicar o método psicanalítico à coletividade que o sustenta.

Com efeito, falar da perda do sentido da ação analítica é tão verdadeiro e tão inócuo quanto explicar o sintoma por seu sentido, enquanto esse sentido não é reconhecido. Mas sabemos que, na ausência desse reconhecimento, a ação só pode ser sentida como agressiva no nível em que se situa, e que, na ausência das “resistências” sociais em que o grupo analítico encontrou meios de se tranquilizar, os limites de sua tolerância à sua própria atividade, agora “acolhida”, senão aceita, já não dependem senão do índice numérico em que se mede sua presença na escala social.

[245]

Esses princípios bastam para situar as condições simbólicas, imaginárias e reais que determinam as defesas — isolamento, anulação, denegação e, em geral, desconhecimento — que podemos reconhecer na doutrina.

Por conseguinte, se avaliarmos por sua massa a importância que tem o grupo norte-americano para o movimento psicanalítico, apreciaremos em seu peso as condições que ali se encontram.

Na ordem simbólica, para começar, não se pode desprezar a importância do fator *c* que destacamos no Congresso de Psiquiatria de 1950 como uma característica constante de um dado meio cultural: condição, aqui, do anti-historicismo em que todos concordam em reconhecer o traço principal da “comunicação” nos EUA, e que, a nosso ver, é o oposto diametral da experiência analítica. Ao que vem somar-se uma forma mental bastante autóctone que, sob o nome de behaviorismo, domina a tal ponto a noção psicológica na América que está claro que, doravante, supera por completo, na psicanálise, a inspiração freudiana.

Quanto às outras duas ordens, deixamos aos interessados a tarefa de apreciar o que os mecanismos manifestos na vida das sociedades psicanalíticas devem, respectivamente, às relações de imponência no interior do grupo e aos efeitos sentidos de sua livre iniciativa no conjunto do corpo social, bem como a confiança que convém depositar na noção, salientada por um de seus mais lúcidos representantes, da convergência que se exerce entre a estranheza de um grupo em que predomina o imigrante e o distanciamento a que o arrasta a função invocada pelas condições acima indicadas da cultura.

De qualquer modo, evidencia-se de maneira incontestável que a concepção da psicanálise pendeu ali para a adaptação do indivíduo ao meio social, para a busca dos *patterns* de conduta

e para toda a objetivação implicada na noção de *human relations*, e é realmente uma posição de exclusão privilegiada com respeito ao objeto humano que se indica na expressão, nascida lá mesmo, *human engineering*.

[246]

Portanto, é à distância necessária para manter tal posição que podemos atribuir o eclipse, na psicanálise, dos termos mais vívidos de sua experiência — o inconsciente, a sexualidade —, dos quais parece que a própria menção logo deverá apagar-se.

Não temos que tomar partido quanto ao formalismo e ao espírito mercantilista que os documentos oficiais do próprio grupo mencionam para denunciá-los. O fariseu e o lojista só nos interessam por sua essência comum, fonte das dificuldades que um e outro têm com a fala, especialmente quando se trata do *talking shop*, de falar de negócios.

É que, se a incomunicabilidade dos motivos pode sustentar um magistério, ela não se equipara à mestria, ao menos àquela exigida por um ensino. Aliás, percebemos isso quando foi preciso, no passado, para sustentar sua primazia, dar, quanto à forma, ao menos uma lição.

Eis por que o apego indefectivelmente reafirmado por essa mesma facção pela técnica tradicional, após um balanço das provas efetuadas nos campos-fronteira anteriormente enumerados, não se dá sem equívoco; ele se aquilata pela substituição do termo *ortodoxa* pelo termo *clássica* para qualificar essa técnica. Fica-se preso às convenções, na impossibilidade de saber, sobre a doutrina, dizer o que quer que seja.

Afirmamos, quanto a nós, que a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam. Nossa tarefa será demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala.

Ponto em que notamos que, para manejar qualquer conceito freudiano, a leitura de Freud não pode ser tida como supérflua, nem mesmo quanto àqueles que são homônimos de noções correntes. Como o demonstra a desventura, trazida à nossa lembrança por esta estação do ano, de uma teoria dos instintos resenhada em Freud por um autor pouco atento à parcela expressamente mítica, no dizer de Freud, que ela contém. Manifestamente, ele não poderia estar atento, uma vez que a aborda

através da obra de Marie Bonaparte, a qual cita incessantemente como um equivalente do texto freudiano, e sem que nada advirta o leitor quanto a isso, fiando-se talvez, não sem razão, no bom gosto deste em não confundi-las, mas nem por isso deixando de provar que não entende nada do verdadeiro nível da informação de segunda mão. Mediante o que, das reduções às deduções e das induções às hipóteses, o autor conclui pela estrita tautologia de suas premissas falsas, ou seja, conclui que os instintos de que se trata são redutíveis ao arco reflexo. Tal como a pilha de pratos cujo desmoronamento se destila na narrativa clássica, deixando nas mãos do artista apenas dois pedaços descasados pelo estrondo, uma construção complexa, que vai da descoberta das migrações da libido pelas zonas erógenas até a passagem metapsicológica de um princípio de prazer generalizado ao instinto de morte, transforma-se no binômio de um instinto erótico passivo, moldado na atividade das catadoras de piolho, caras ao poeta,⁴ e de um instinto destrutivo, simplesmente identificado com a motricidade. Resultado que merece uma menção muito honrosa para a arte, voluntária ou não, de levar ao rigor as conseqüências de um mal-entendido.

[247]

I. FALA VAZIA E FALA PLENA NA REALIZAÇÃO PSICANALÍTICA DO SUJEITO

Dá em minha boca fala verdadeira e estável e faz de mim língua culta (*L'Internele consolacion*, cap.XLV: Que não se deve confiar em todos, e do ligeiro tropeço das palavras).⁵

Cause sempre.⁶ (Lema do pensamento “causalista”.)

Quer se pretenda agente de cura, de formação ou de sondagem, a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente. A evidência desse fato não justifica que se o negligencie. Ora, toda fala pede uma resposta.

4. Alusão a um poema de Arthur Rimbaud, *Les chercheuses de poux*. (N.E.)

5. *Donne en ma bouche parole vraie et estable et fay de moy langue caulte* (*L'Internele consolacion*, XLV^e Chapitre: *Qu'on ne doit pas chascun croire et du legier trebuchement de paroles*). (N.E.)

6. *Cause toujours*. (N.E.)

Mostraremos que não há fala sem resposta, mesmo que depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um ouvinte, e que é esse o cerne de sua função na análise.

Mas, se o psicanalista ignorar que é isso que se dá na função da fala, só fará experimentar mais fortemente seu apelo, e, se é o vazio que nela se faz ouvir inicialmente, é em si mesmo que ele o experimentará, e é para-além da fala que irá buscar uma realidade que preencha esse vazio.

Assim, ele passa a analisar o comportamento do sujeito para ali encontrar o que ele não diz. Mas, para obter a confissão, é preciso que fale disso. Então, ele recupera a palavra, mas tornada suspeita por só haver respondido à derrota de seu silêncio, ante o eco percebido de seu próprio nada.

Mas qual foi, então, esse apelo do sujeito, para-além do vazio de seu dito? Apelo à verdade em seu princípio, através do qual vacilarão os apelos de necessidades mais humildes. Mas, primeiro e de imediato, apelo próprio do vazio, na hiância ambígua de uma sedução tentada sobre o outro, através dos meios em que o sujeito coloca sua complacência e em que irá engajar o monumento de seu narcisismo.

“Aí está ela, a introspecção!”, exclama o homem probo que lhe conhece muito bem os perigos. Ele decerto não é, admite, o último a haver saboreado seus encantos, ainda que lhes tenha esgotado o benefício. Pena que não tenha mais tempo a perder. Pois vocês ouviriam poucas e boas se ele chegasse a seu divã.

É estranho que um analista, para quem esse personagem é um dos primeiros encontros de sua experiência, ainda mencione a introspecção na psicanálise. Pois, uma vez aceito o desafio, furtam-se todas essas coisas esplêndidas que se acreditava ter de reserva. O preço delas, assumida sua obrigação, parece pequeno, mas apresentam-se outras tão inesperados para nosso homem que, a princípio, parecem-lhe tolas e o deixam calado por um bom tempo. Destino comum.⁷

Ele apreende então a diferença entre a miragem de monólogo com que as fantasias acomodáticas estimulavam sua jactância e o trabalho forçado desse discurso sem escapatória, que o

[248]

7. Parágrafo reescrito (1966).

psicólogo, não sem humor, e o terapeuta, não sem astúcia, enfeitaram com o nome de “associação livre”.

Pois trata-se realmente de um trabalho, e tanto é um trabalho que se pôde dizer que ele exige uma aprendizagem, e chegar a ver nessa aprendizagem o valor formativo desse trabalho. Mas, ao entendê-lo dessa maneira, que outra coisa ele formaria senão um operário especializado?

Portanto, que acontece com esse trabalho? Examinemos suas condições e seu fruto, na esperança de aí ver melhor seu objetivo e seu benefício.

[249]

Reconheceu-se de passagem a pertinência do termo *durcharbeiten*, ao qual equivale o inglês *working through*, e que entre nós desesperou os tradutores, ainda que a eles se ofereça o exercício de esgotamento perenemente impresso em nossa língua pela marca de um mestre do estilo: “Cem vezes no trabalho, recomeçai...”, mas, como progride a obra aqui?⁸

A teoria nos lembra a tríade: frustração, agressividade, regressão. Essa é uma explicação de aparência tão compreensível que bem poderia dispensar-nos de compreender. A intuição é ágil, mas uma evidência deve ser-nos tão mais suspeita quanto mais se torna uma idéia aceita. Venha a análise surpreender sua fragilidade, convém não nos contentarmos com o recurso à afetividade. Palavra-tabu da incapacidade dialética, que, junto com o verbo *intelectualizar*, cuja acepção pejorativa faz dessa incapacidade um mérito, com ele permanecerá na história da língua como estigmas de nossa obtusidade em relação ao sujeito.⁹

Indaguemos, antes: de onde vem essa frustração? Será do silêncio do analista? Uma resposta à fala vazia, mesmo e sobretudo aprobatória, freqüentemente mostra por seus efeitos que é bem mais frustrante do que o silêncio. Não se tratará, antes, de uma frustração que seria inerente ao próprio discurso do sujeito? O sujeito não se empenha neste numa despossessão cada vez maior do ser de si mesmo, o qual — em virtude de pinturas sinceras, que nem por isso tornam menos incoerente a idéia, de retificações que não conseguem destacar sua essência, de apoios

8. Alusão à frase de Boileau: *Vingt fois sur le métier remettez votre ouvrage* (“Vinte vezes no trabalho, recomeçai vossa obra”). (N.E.)

9. Antes escrevêramos: em matéria de psicologia (1966).

e defesas que não impedem sua estátua de vacilar, de abraços narcísicos que constituem um sopro de animação — ele acaba reconhecendo que nunca foi senão um ser de sua obra no imaginário, e que essa obra desengana nele qualquer certeza. Pois, nesse trabalho que faz de reconstruí-la *para um outro*, ele reencontra a alienação fundamental que o fez construí-la *como um outro*, e que sempre a destinou a lhe ser furtada *por um outro*.¹⁰

Esse *ego*, cuja força nossos teóricos definem agora pela capacidade de suportar uma frustração, é frustração em sua essência.¹¹ É frustração, não de um desejo do sujeito, mas de um objeto em que seu desejo está alienado, e, quanto mais este se elabora, mais se aprofunda no sujeito a alienação de seu gozo. Frustração em segundo grau, portanto, e de tal ordem que, viesse o sujeito a reduzir-lhe a forma em seu discurso à imagem apassivadora pela qual o sujeito se faz objeto na exibição do espelho, não poderia satisfazer-se com ela, uma vez que, mesmo atingindo nessa imagem sua mais perfeita semelhança, seria ainda o gozo do outro que ele faria reconhecer ali. É por isso que não há resposta adequada para esse discurso, pois o sujeito tomará por desprezo qualquer fala que se comprometa com seu equívoco.

[250]

A agressividade que o sujeito experimenta aqui nada tem a ver com a agressividade animal do desejo frustrado. Essa referência com que alguns se contentam mascara uma outra, menos agradável para todo o mundo: a agressividade do escravo, que responde à frustração de seu trabalho com um desejo de morte.

10. Parágrafo reescrito (1966).

11. Eis aí o tormento de um desvio que tanto é prático quanto teórico. Pois, identificar o *ego* com a disciplina do sujeito é confundir o isolamento imaginário com o domínio dos instintos. É expor-se, através disso, a erros de juízo na condução do tratamento, tais como almejar um reforço do *ego* em muitas neuroses motivadas por sua estrutura demasiadamente forte, o que é um caminho sem saída. Acaso não lemos, na pena de nosso amigo Michael Balint, que o reforço do *ego* deve favorecer o sujeito que sofre de *ejaculatio praecox*, porque lhe permitiria uma suspensão mais prolongada de seu desejo? Como pensar assim, no entanto, se é precisamente ao fato de seu desejo estar suspenso na função imaginária do *ego* que o sujeito deve a abreviação do ato, a qual a clínica psicanalítica mostra claramente estar ligada à identificação narcísica com o parceiro?

Concebe-se, por conseguinte, como essa agressividade pode responder a qualquer intervenção que, denunciando as intenções imaginárias do discurso, desmonte o objeto que o sujeito construiu para satisfazê-las. É a isso que se chama, com efeito, análise das resistências, cuja vertente perigosa aparece de imediato. Ela já é assinalada pela existência do ingênuo que nunca viu manifestar-se senão a significação agressiva das fantasias de seus sujeitos.¹²

Esse é o mesmo que, não hesitando em defender uma análise “causalista”, que visaria a transformar o sujeito em seu presente através de doudas explicações de seu passado, trai suficientemente, até em seu tom, a angústia de que quer poupar-se, por ter que pensar que a liberdade de seu paciente está presa à de sua intervenção. Que o expediente a que ele se atira possa em algum momento ser benéfico para o sujeito, eis o que não tem outra importância senão a de uma brincadeira estimulante, e que não nos reterá por muito mais tempo. [251]

Visamos, antes, ao *hic et nunc* em que alguns crêem dever enclausurar o manejo da análise. Ele pode ser útil, de fato, desde que a intenção imaginária que o analista descobre ali não seja por ele desvinculada da relação simbólica em que ela se exprime. Nada deve ser lido nisso, no que concerne ao *eu* do sujeito, que não possa ser reassumido por ele sob a forma do [*eu*], isto é, na primeira pessoa.

“Só fui assim para me transformar no que posso ser”: se não fosse esse o despontar permanente da assunção que o sujeito faz de suas miragens, onde poderíamos discernir um progresso aqui?

O analista, portanto, não pode sem perigo acuar o sujeito na intimidade de seu gesto, ou mesmo de sua estática, a não ser para reintegrá-los como partes mudas em seu discurso narcísico, o que foi notado de maneira muito sensível até por jovens praticantes.

O perigo não está na reação negativa do sujeito, mas antes em sua captura numa objetivação, não menos imaginária do que

12. Isso, no próprio trabalho a que concedemos a palma no fim de nossa introdução (1966). Fica marcado, no que virá a seguir, que a agressividade é apenas um efeito colateral da frustração analítica, quando este pode ser reforçado por um certo tipo de intervenção, que, como tal, não é a razão do par frustração-regressão.

antes, de sua estática ou de sua estátua, numa situação renovada de sua alienação.

Muito pelo contrário, a arte do analista deve consistir em suspender as certezas do sujeito, até que se consumem suas últimas miragens. E é no discurso que deve escandir-se a resolução delas.

Ainda que esse discurso, com efeito, pareça meio vazio, isso só acontece quando se o toma por seu valor aparente: aquele que justifica a frase de Mallarmé, quando este compara o uso comum da linguagem com a troca de uma moeda cujo verso e anverso já não mostram senão figuras apagadas, e que é passada de mão em mão “em silêncio”. Essa metáfora basta para nos lembrar que a fala, mesmo no auge de sua usura, preserva seu valor de tésseira.

Mesmo que não comunique nada, o discurso representa a existência da comunicação; mesmo que negue a evidência, ele afirma que a fala constitui a verdade; mesmo que se destine a enganar, ele especula com a fé no testemunho. [252]

Aliás, o psicanalista sabe melhor do que ninguém que a questão aí é ouvir a que “parte” desse discurso é confiado o termo significativo, e é justamente assim que ele opera, no melhor dos casos: tomando o relato de uma história cotidiana por um apólogo que a bom entendedor dirige suas meias-palavras, uma longa prosopopéia por uma interjeição direta, ou, ao contrário, um simples lapso por uma declaração muito complexa, ou até o suspiro de um silêncio por todo o desenvolvimento lírico que ele vem suprir.

Assim, é uma pontuação oportuna que dá sentido ao discurso do sujeito. É por isso que a suspensão da sessão, que a técnica atual transforma numa pausa puramente cronométrica e, como tal, indiferente à trama do discurso, desempenha aí o papel de uma escansão que tem todo o valor de uma intervenção, precipitando os momentos conclusivos. E isso indica libertar esse termo de seu contexto rotineiro, para submetê-lo a todos os fins úteis da técnica.

É assim que se pode operar a regressão, que é apenas a atualização, no discurso, das relações fantasísticas restauradas por um *ego* a cada etapa da decomposição de sua estrutura. Pois, afinal, essa regressão não é real; mesmo na linguagem, ela só se manifesta por inflexões, fraseados, “tropeços muito ligeiros”

que, quando muito, não poderiam ultrapassar o artifício da fala *babyish* no adulto. Imputar-lhe a realidade de uma relação atual com o objeto equivale a projetar o sujeito numa ilusão alienante, que só faz repercutir um álbi do psicanalista.

Por isso é que nada extraviaria mais o psicanalista do que procurar guiar-se por um pretense contato experimentado com a realidade do sujeito. Essa pérola da psicologia intuicionista, ou então fenomenológica, assumiu no uso contemporâneo uma extensão bastante sintomática da rarefação dos efeitos da fala no presente contexto social. Mas, seu valor obsessivo torna-se flagrante ao ser promovido numa relação que, por suas próprias regras, impede qualquer contato real.

Contudo, os jovens analistas que se deixarem levar pelo que esse recurso implica de dons impenetráveis não encontrarão nada melhor para retroceder do que referir-se ao sucesso das próprias supervisões [*contrôles*] a que se submetem. Do ponto de vista do contato com o real, a possibilidade mesma dessas supervisões se tornaria um problema. Muito pelo contrário, o supervisor manifesta nelas uma segunda visão, conviria dizer, que, para ele, torna a experiência ao menos tão instrutiva quanto para o supervisionando. E isso, quase que sobretudo por este último exibir menos esses dons, que alguns os tomam por ainda mais comunicáveis, fazendo de seus segredos técnicos um embaraço maior.

A razão desse enigma é que o supervisionando desempenha ali o papel de filtro, ou então de refrator do discurso do sujeito, e assim, apresenta-se inteiramente pronta ao supervisor uma estereografia que já destaca os três ou quatro registros em que ele pode ler a divisão constituída por esse discurso.

Se o supervisionando pudesse ser posto pelo supervisor numa posição subjetiva diferente da implicada pelo sinistro termo *contrôle* (vantajosamente substituído, mas apenas na língua inglesa, por *supervision*), o melhor fruto que extrairia desse exercício seria aprender a se manter, ele mesmo, na posição de subjetividade secundária em que a situação coloca imediatamente o supervisor.

Ele encontraria aí a via autêntica para atingir o que a fórmula clássica da atenção difusa ou distraída do analista só exprime muito aproximativamente. Pois o essencial é saber o que visa essa atenção: não, certamente, e todo o nosso trabalho está aí para demonstrá-lo, um objeto para-além da fala do sujeito, como

[253]

alguns se empenham em nunca perder de vista. Se tivesse que ser essa a via da análise, sem dúvida alguma seria a outros meios que ela recorreria, ou então, esse seria o único exemplo de um método que proibisse a si mesmo os meios de atingir seu fim.

O único objeto que está ao alcance do analista é a relação imaginária que o liga ao sujeito como *eu*, e, na impossibilidade de eliminá-la, é-lhe possível servir-se dela para regular o fluxo de seus ouvidos, segundo o uso que a fisiologia, de acordo com o Evangelho, mostra ser normal fazer: ouvidos *para não ouvir*, ou, dito de outra maneira, para fazer a detecção do que deve ser ouvido. Pois não existem outros, nem terceiro nem quarto ouvidos, para uma transaudição — que se pretenderia direta — do inconsciente pelo inconsciente. Diremos o que convém pensar dessa pretensa comunicação.

[254]

Abordamos a função da fala na análise por seu aspecto mais ingrato, o da fala vazia, em que o sujeito parece falar em vão de alguém que, mesmo lhe sendo semelhante a ponto de ele se enganar, nunca se aliara à assunção de seu desejo. Aí mostramos a fonte da depreciação crescente de que a fala tem sido objeto na teoria e na técnica, e foi preciso levantarmos pouco a pouco, qual uma pesada roda de moinho tombada sobre si mesma, aquilo que só pode servir de volante no movimento da análise, ou seja, os fatores psicofisiológicos individuais que, na realidade, são excluídos de sua dialética. Dar como objetivo à análise modificar sua própria inércia é condenar-se à ficção do movimento, onde uma certa tendência da técnica parece efetivamente satisfazer-se.

Se agora voltarmos nossos olhos para o outro extremo da experiência analítica — em sua história, sua casuística, no processo do tratamento —, encontraremos, opondo-se à análise do *hic et nunc*, o valor da anamnese como índice e como mola do progresso terapêutico: na intra-subjetividade obsessiva, a inter-subjetividade histórica, na análise da resistência, a interpretação simbólica. Aqui começa a realização da fala plena.

Examinemos a relação que ela constitui.

Lembremo-nos de que o método instaurado por Breuer e Freud foi, logo depois de seu nascimento, batizado por uma das pacientes de Breuer, Anna O., com o nome de “*talking cure*”. Recordemos que foi a experiência inaugurada com essa histórica que os levou à descoberta do acontecimento patogênico chamado traumático.

Se esse acontecimento foi reconhecido como a causa do sintoma, foi porque a colocação de um em palavras (nas “stories” da doente) determinou a eliminação do outro. Aqui, o termo conscientização, retirado da teoria psicológica que logo se atribuiu ao fato, guarda um prestígio que merece a desconfiança que tomamos por boa norma exercer no tocante às explicações que funcionam como evidências. Os preconceitos psicológicos da época opunham-se a que se reconhecesse na verbalização como tal uma outra realidade que sua *flatus vocis*. O fato é que, no estado hipnótico, ela é dissociada da conscientização, e isso bastaria para fazer revisar essa concepção de seus efeitos.

[255]

Mas como é que os valentes da *Aufhebung* behaviorista não dão aqui o exemplo, dizendo que não têm que saber se o sujeito se lembrou do que quer que fosse? Ele apenas narrou o acontecimento. Quanto a nós, diremos que ele o verbalizou¹³, ou, para desenvolver esse termo, cujas ressonâncias em francês evocam uma outra imagem de Pandora que não a da caixa onde talvez conviesse encerrá-lo, que ele o fez passar para o verbo, ou, mais precisamente, para o *epos* onde relaciona com o momento presente as origens de sua pessoa. Isso, numa linguagem que permite a seu discurso ser entendido por seus contemporâneos e, mais ainda, que pressupõe o discurso presente destes. Assim é que a recitação do *epos* pode incluir um discurso de outrora em sua língua arcaica, ou mesmo estrangeira, ou efetivar-se no tempo presente, com toda a animação do ator, porém à maneira de um discurso indireto, isolado entre aspas no fio da narrativa, e, se ele é encenado, é num palco que implica a presença não somente do coro, mas também dos espectadores.

A rememoração hipnótica é, sem dúvida, reprodução do passado, mas é sobretudo uma representação falada e, como tal, implica toda sorte de presenças. Ela é, para a rememoração vígil daquilo que curiosamente chamamos na análise de “o material”, aquilo que o drama, produzindo ante a assembléia dos cidadãos os mitos originais da pólis, é para a história, a qual sem dúvida é feita de materiais, mas nos quais uma nação de nossa época aprende a ler os símbolos de um destino em marcha. Podemos dizer, na linguagem heideggeriana, que ambos constituem o

13. *Verbalizer*: “verbalizar” e, também, “lavar um auto”, “autuar”. (N.E.)

sujeito como *gewesend*, isto é, como sendo aquele que assim foi. Mas, na unidade interna dessa temporalização, o ente marca a convergência dos tendo sido. Ou seja, supondo-se outros encontros desde qualquer um desses momentos tendo sido, deles teria saído um outro ente, que faria o sujeito ter sido totalmente diverso.

A ambigüidade da revelação histórica do passado não decorre tanto da vacilação de seu conteúdo entre o imaginário e o real, pois ele se situa em ambos. Tampouco se trata de que ela seja mentirosa. É que ela nos apresenta o nascimento da verdade na fala e, através disso, esbarramos na realidade do que não é nem verdadeiro nem falso. Pelo menos, isso é o que há de mais perturbador em seu problema.

[256]

Pois a verdade dessa revelação é a fala presente, que a atesta na realidade atual e que funda essa verdade em nome dessa realidade. Ora, nessa realidade, somente a fala testemunha a parcela dos poderes do passado que foi afastada a cada encruzilhada em que o acontecimento fez uma escolha.

Eis por que a condição de continuidade na anamnese, onde Freud aquilata a integridade da cura, nada tem a ver com o mito bergsonian de um restabelecimento da duração, onde a autenticidade de cada instante seria destruída por não resumir a modulação de todos os instantes antecedentes. É que não se trata, para Freud, nem de memória biológica, nem de sua mistificação intuicionista, nem da paramnésia do sintoma, mas de rememoração, isto é, de história, fazendo assentar unicamente sobre a navalha das certezas da data a balança em que as conjecturas sobre o passado fazem oscilar as promessas do futuro. Sejam os categóricos: não se trata, na anamnese psicanalítica, de realidade, mas de verdade, porque o efeito de uma fala plena é reordenar as contingências passadas dando-lhes o sentido das necessidades por vir, tais como as constitui a escassa liberdade pela qual o sujeito as faz presentes.

Os meandros da investigação que Freud realizou na exposição do caso do “Homem dos Lobos” confirmam estas afirmações, nelas retomando seu pleno sentido.

Freud exige uma objetivação total da prova quando se trata de datar a cena primária, mas supõe, sem mais aquela, todas as ressubjetivações do acontecimento que lhe pareçam necessárias para explicar seus efeitos a cada volta em que o sujeito se reestrutura, isto é, tantas reestruturações do acontecimento quan-

tas se operem, como se exprime ele, *naeträglich*, a posteriori.¹⁴ Mais ainda, com uma audácia que beira a desenvoltura, ele declara considerar legítimo elidir, na análise dos processos, os intervalos de tempo em que o acontecimento permanece latente no sujeito.¹⁵ Ou seja, ele anula os *tempos para compreender* em prol dos *momentos de concluir*, que precipitam a meditação do sujeito rumo ao sentido a ser decidido do acontecimento original.

[257]

Note-se que *tempo para compreender* e *momento de concluir* são funções que definimos num teorema puramente lógico,¹⁶ e que são familiares a nossos alunos, por se haverem demonstrado muito propícias à análise dialética por onde os guiamos no processo de uma psicanálise.

É justamente essa assunção de sua história pelo sujeito, no que ela é constituída pela fala endereçada ao outro, que serve de fundamento ao novo método a que Freud deu o nome de psicanálise, não em 1904 — como antigamente ensinava uma autoridade que, por ter rejeitado o manto de um silêncio prudente, pareceu nesse dia só conhecer de Freud o título de suas obras —, porém em 1895.¹⁷

Tal como Freud, não negamos, nessa análise do sentido de seu método, a descontinuidade psicofisiológica manifestada pelos estados em que se produz o sintoma histerico, nem que este possa ser tratado por métodos — hipnose ou narcose — que reproduzem a descontinuidade desses estados. Simplesmente, e tão expressamente quanto ele se proibiu, a partir de um certo momento, de recorrer a eles, reprovamos qualquer apoio nesses estados, tanto para explicar o sintoma quanto para curá-lo.

Pois, se a originalidade do método é feita dos meios de que ele se priva, é que os meios que ele se reserva bastam para

14. GW, XII, p.71, *Cinq psychanalyses*, Paris, PUF, p.356, tradução precária do termo.

15. GW, XII, p.72, n.1, últimas linhas. Acha-se grifada na nota a noção de *Nachträglichkeit* [a posteriori]. *Cinq psychanalyses*, p.356, n.1.

16. Cf. p.203-10 desta coletânea.

17. Num artigo acessível ao leitor francês menos exigente, uma vez que foi publicado na *Revue Neurologique*, cuja coleção encontra-se habitualmente nas bibliotecas das salas de plantão. O equívoco aqui denunciado ilustra, entre outros, como se situava a referida autoridade, que saudamos na p.247-8, comparativamente a sua *leadership*.

constituir um campo cujos limites definem a relatividade de suas operações.

Seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real.

Primeiramente, com efeito, quando o sujeito se engaja na análise, ele aceita uma posição mais constituinte, em si mesma, do que todas as instruções pelas quais se deixa mais ou menos enganar: a da interlocução; e não vemos nenhum inconveniente em que esta observação deixe o ouvinte desconcertado. Pois isso nos dará ensejo de insistir em que a alocação do sujeito comporta um alocutário,¹⁸ ou, em outras palavras, que o locutor¹⁹ constitui-se ali como intersubjetividade.

[258]

Em segundo lugar, é com base nessa interlocução, na medida em que ela inclui a resposta do interlocutor, que se resgata para nós o sentido do que Freud exige como restabelecimento da continuidade nas motivações do sujeito. O exame operacional desse objetivo mostra-nos, com efeito, que ele só se satisfaz na continuidade intersubjetiva do discurso em que se constitui a história do sujeito.

É assim que o sujeito pode vaticinar sobre sua história sob o efeito de qualquer uma dessas drogas que adormecem a consciência e que receberam, em nossa época, o nome de “soros da verdade”, onde a segurança no contra-senso trai a ironia característica da linguagem. Mas, a própria retransmissão de seu discurso gravado, ainda que feita pela boca de seu médico, não pode, por lhe chegar dessa forma alienada, ter os mesmos efeitos que a interlocução psicanalítica.

18. Mesmo que ele fale “como quem não se dirige aos presentes”. Ele se dirige ao (grande) *Outro* cuja teoria firmamos desde então, e que comanda uma *epoché* na retomada deste termo a que continuamos a nos adstringir até hoje: intersubjetividade (1966).

19. Retiramos esses termos do saudoso Édouard Pichon, que, tanto nas indicações que deu para a vinda à luz de nossa disciplina quanto nas que o guiaram pelas trevas das pessoas, mostrou uma arte divinatória que só podemos relacionar com seu exercício da semântica.

Por isso, é na instauração de um terceiro termo que a descoberta freudiana do inconsciente se esclarece em seu verdadeiro fundamento e pode ser formulada de maneira simples, nos seguintes termos:

O inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente.

Assim desaparece o paradoxo apresentado pela noção de inconsciente, se a relacionarmos com uma realidade individual. Pois reduzi-la à tendência inconsciente não é resolver o paradoxo, a não ser eludindo a experiência, que mostra claramente que o inconsciente participa das funções da idéia ou até do pensamento. É nisso que insiste Freud claramente, quando, não podendo evitar no pensamento inconsciente a conjunção de termos contrários, dá-lhe o viático desta invocação: *sit venia verbo*.²⁰ Do mesmo modo, obedecemos a ele ao rejeitar, com efeito, a falta para com o verbo, mas o verbo realizado no discurso que corre como o anel, de mão em mão, para dar ao ato do sujeito que recebe sua mensagem o sentido que faz desse ato um ato de sua história, e que lhe dá sua verdade.

[259]

Por conseguinte, a objeção de uma contradição *in terminis*, levantada contra o pensamento inconsciente por uma psicologia mal fundamentada em sua lógica, cai por terra com a própria distinção do campo psicanalítico, na medida em que ele manifesta a realidade do discurso em sua autonomia, e o *eppur si muove!* do psicanalista une-se ao de Galileu em sua incidência, que não é a da experiência do fato, mas a do *experimentum mentis*.

O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser resgatada; na maioria das vezes, já está escrita em outro lugar. Qual seja:

— nos monumentos: e esse é meu corpo, isto é, o núcleo histérico da neurose em que o sintoma histérico mostra a estrutura de uma linguagem e se decifra como uma inscrição que, uma vez recolhida, pode ser destruída sem perda grave;

20. “Com perdão da palavra”. (N.E.)

— nos documentos de arquivo, igualmente: e esses são as lembranças de minha infância, tão impenetráveis quanto eles, quando não lhes conheço a procedência;

— na evolução semântica: e isso corresponde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, bem como ao estilo de minha vida e a meu caráter;

— nas tradições também, ou seja, nas lendas que sob forma heroicizada veiculam minha história;

— nos vestígios, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções exigidas pela reinserção do capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e cujo sentido minha exegese restabelecerá.

O estudante que tiver a idéia — tão rara, é verdade, que nosso ensino se empenha em difundi-la — de que, para compreender Freud, a leitura de Freud é preferível à do sr. Fenichel, poderá aperceber-se, ao empreendê-la, de que o que acabamos de exprimir é tão pouco original, mesmo em sua verve, que não aparece nisto uma única metáfora que a obra de Freud não repita com a frequência de um motivo onde transparece sua própria trama.

[260]

Ele então poderá facilmente verificar, a cada instante de sua prática, que, a exemplo da negação que sua repetição anula, essas metáforas perdem sua dimensão metafórica, e reconhecerá que isso se dá porque ele atua no campo próprio da metáfora, que não é senão sinônima do deslocamento simbólico empregado no sintoma.

Depois disso, ele julgará melhor o deslocamento imaginário que motiva a obra do sr. Fenichel, avaliando a diferença de coerência e eficácia técnica entre a referência aos pretensos estádios orgânicos do desenvolvimento individual e a investigação dos acontecimentos peculiares à história de um sujeito. Ela é exatamente a que separa a pesquisa histórica autêntica das pretensas leis da história, das quais podemos dizer que cada época encontra seu filósofo para difundi-las ao sabor dos valores que nela prevalecem.

Isso não quer dizer que não haja nada a reter dos diferentes sentidos descobertos na marcha geral da história, ao longo da via que vai de Bossuet (Jacques-Bénigne) a Toynbee (Arnold) e que é pontuada pelas construções de Auguste Comte e Karl Marx. Todos sabem, por certo, que elas valem tão pouco para

orientar a pesquisa sobre um passado recente quanto para presumir com alguma razão acontecimentos futuros. Aliás, elas são tão modestas que adiam para depois de amanhã suas certezas, e tampouco são tão austeras que não admitam os retoques que permitem prever o que ocorreu ontem.

Se seu papel, portanto, é bastante minguado para o progresso científico, seu interesse, no entanto, situa-se alhures: está em seu papel de ideais, que é considerável. Pois ele nos leva a distinguir o que podemos chamar de funções primária e secundária da historicização.

Pois, afirmar da psicanálise e da história que, como ciências, elas são ciências do particular não quer dizer que os fatos com que elas lidam sejam puramente acidentais, senão factícios, e que seu valor último se reduza ao aspecto bruto do trauma.

Os acontecimentos se engendram numa historicização primária, ou seja, a história já se faz no palco em que será encenada depois de escrita, no foro íntimo e no foro externo.

Numa dada época, um certo tumulto no *faubourg* Saint-Antoine é vivido por seus atores como vitória ou derrota do Parlamento ou da Corte; noutra, como vitória ou derrota do proletariado ou da burguesia. E embora sejam “os povos”, para falar como Retz, que sempre arcam com os custos, não se trata em absoluto de um mesmo acontecimento histórico — quer dizer, eles não deixam o mesmo tipo de lembrança na memória dos homens.

Ou seja, com o desaparecimento da realidade do Parlamento e da Corte, o primeiro acontecimento retornará a seu valor traumático, suscetível de um progressivo e autêntico apagamento, se não reavivarmos expressamente seu sentido. Já a lembrança do segundo continuará muito viva, mesmo sob a censura — do mesmo modo que a amnésia do recalque é uma das formas mais vivas de memória —, enquanto houver homens que submetam sua revolta à ordem da luta pelo advento político do proletariado, isto é, homens para quem as palavras-chave do materialismo dialético tenham sentido.

Portanto, seria um exagero transpormos essas observações para o campo da psicanálise, uma vez que elas já estão ali e que a desintração que nele produzem entre a técnica de decifração do inconsciente e a teoria dos instintos, ou das pulsões, é incontestável.

[261]

O que ensinamos o sujeito a reconhecer como seu inconsciente é sua história — ou seja, nós o ajudamos a perfazer a historicização atual dos fatos que já determinaram em sua existência um certo número de “reviravoltas” históricas. Mas, se eles tiveram esse papel, já foi como fatos históricos, isto é, como reconhecidos num certo sentido ou censurados numa certa ordem.

Assim, toda fixação numa pretensa fase instintual é, antes de mais nada, um estigma histórico: página de vergonha que se esquece ou se anula, ou página de glória que constrange. Mas o esquecido é lembrado nos atos, e a anulação opõe-se ao que é dito alhures, assim como o dever de gratidão perpetua no símbolo a própria miragem em que o sujeito se descobre preso.

[262]

Dito de maneira sucinta, os estádios instintuais já estão, ao serem vividos, organizados como subjetividade. E, falando claramente, a subjetividade da criança que grava como vitórias e derrotas a epopéia da educação de seus esfíncteres, gozando nela com a sexualização imaginária de seus orifícios cloacais, fazendo de suas expulsões excrementícias agressão, de suas retenções sedução, e de seus relaxamentos símbolos, essa subjetividade *não é fundamentalmente diferente* da subjetividade do psicanalista que se empenha em restabelecer, para compreendê-las, as formas do amor que ele denomina pré-genital.

Em outras palavras, o estádio anal não é menos puramente histórico ao ser vivido do que ao ser repensado, nem menos puramente fundamentado na intersubjetividade. Ao contrário, sua homologação como etapa de uma pretensa maturação instintual leva diretamente as melhores cabeças a se perderem, a ponto de verem nele a reprodução, na ontogênese, de um estádio do filo animal que é preciso ir buscar nos áscaris ou nas medusas, especulação esta que, apesar de engenhosa na pena de um Balint, leva, em outros lugares, aos mais inconsistentes devaneios, ou mesmo à loucura que vai buscar no protista o esquema imaginário do dilaceramento corporal cujo temor dominaria a sexualidade feminina. Por que, nesse caso, não procurar a imagem do *eu* no camarão, a pretexto de que ambos recuperam, após cada muda, sua carapaça?

Um tal de Jaworski, nos anos de 1910-1920, edificou um belíssimo sistema em que “o plano biológico” era reencontrado até mesmo nos confins da cultura, e que, precisamente, dava à ordem dos crustáceos seu cônjuge histórico, se não me falha a

memória, em alguma fase tardia da Idade Média, sob a alegação de um florescimento comum da armadura — aliás, não deixando viúva de seu correspondente humano nenhuma forma animal, sem excetuar os moluscos e os percevejos.

Analogia não é metáfora, e o recurso que nela encontraram os filósofos da natureza exige o gênio de um Goethe, cujo próprio exemplo não é animador. Nada repugna mais ao espírito de nossa disciplina, e foi ao se afastar expressamente disso que Freud abriu a via adequada à interpretação dos sonhos e, com ela, à noção do simbolismo analítico. Essa noção, dizemos nós, vai estritamente contra o pensamento analógico, que uma tradição duvidosa faz com que alguns, até mesmo entre nós, ainda considerem solidário.

É por isso que os excessos no ridículo devem ser utilizados por seu valor descerrador, pois, por abrirem os olhos para o absurdo de uma teoria, fazem com que estes se voltem para perigos que nada têm de teórico.

Essa mitologia da maturação dos instintos, construída com trechos seletos da obra de Freud, efetivamente gera problemas espirituais cujo vapor, condensado em ideais de nuvens, por sua vez irriga com seus aguaceiros o mito original. As melhores penas destilam sua tinta formulando equações que satisfaçam às exigências do misterioso *genital love* (há noções cuja estranheza concilia-se melhor com o parêntese de um termo tomado de empréstimo, e que rubricam sua tentativa com uma confissão de *non liquet*²¹). Ninguém, entretanto, parece abalado pelo mal-estar daí resultante, e antes se vê nisso motivo para incentivar todos os Münchhausen da normalização psicanalítica a se puxarem pelos cabelos, na esperança de atingirem o céu da plena realização do objeto genital, ou do objeto puro e simples.

Se nós, psicanalistas, estamos bem situados para conhecer o poder das palavras, isso não é razão para valorizá-lo no sentido do insolúvel, nem para “atar fardos pesados e insuportáveis para com eles vergar os ombros dos homens”, como se exprime a maldição de Cristo aos fariseus no texto de São Mateus.

Assim, a pobreza dos termos em que tentamos incluir um problema subjetivo pode deixar a desejar aos espíritos exigentes,

[263]

21. “Não convence”. (N.E.)

por menos que eles os comparem àqueles que estruturavam, até mesmo em sua confusão, as antigas querelas em torno da Natureza e da Graça.²² Desse modo, ela pode deixá-los temerosos quanto à qualidade dos efeitos psicológicos e sociológicos que podemos esperar de seu uso. E se desejará que uma melhor apreciação das funções do *logos* dissipe os mistérios de nossos carismas fantásticos.

[264]

Para nos atermos a uma tradição mais clara, talvez ouçamos a célebre máxima em que La Rochefoucauld nos diz que “há pessoas que nunca se haveriam apaixonado, se nunca tivessem ouvido falar de amor”, não no sentido romântico de uma “realização” totalmente imaginária do amor, que fizesse disso uma amarga objeção a ele, mas como um reconhecimento autêntico do que o amor deve ao símbolo e do que a fala comporta de amor.

De qualquer modo, basta nos reportarmos à obra de Freud para avaliar em que categoria secundária e hipotética ele situa a teoria dos instintos. Ela não poderia, a seu ver, sustentar-se nem por um instante contra o mais ínfimo fato particular de uma história, insiste, e o *narcisismo genital* que ele invoca no momento de resumir o caso do Homem dos Lobos mostra-nos suficientemente o desprezo que ele vota à ordem constituída dos estádios libidinais. Mais ainda, Freud só evoca ali o conflito dos instintos para dele se afastar prontamente, e para reconhecer, no isolamento simbólico do “eu não sou castrado” em que se afirma o sujeito, a forma compulsiva em que fica fixada sua escolha heterossexual, contra o efeito de captura homossexualizante sofrido pelo *eu*, reconduzido à matriz imaginária da cena primária. É esse, na verdade, o conflito subjetivo, onde se trata apenas das peripécias da subjetividade, tanto assim que o [eu] ganha e perde do “eu” ao sabor da catequização religiosa ou da *Aufklärung* doutrinante, conflito cujos efeitos Freud fez o sujeito perceber mediante seus préstimos, antes de no-los explicar na dialética do complexo de Édipo.

22. Essa referência à aporia do cristianismo anunciou outra mais precisa em seu auge jansenista, ou seja, a Pascal, cuja aposta ainda virgem forçou-nos a retomar tudo, para chegar ao que ela esconde de inestimável para o analista — ainda mantido em reserva nesta data (junho de 1966).

É na análise de um caso como esse que vemos com clareza que a realização do amor perfeito não é um fruto da natureza, mas da graça, isto é, de um acordo intersubjetivo que impõe sua harmonia à natureza dilacerada que o sustenta.

— Mas, então, que é esse sujeito cujo entendimento vocês nos repisam? — exclama, enfim, um ouvinte impaciente. — Acaso já não recebemos do sr. de La Palice a lição de que tudo o que é vivenciado pelo indivíduo é subjetivo?

— Boca ingênua cujo elogio há de ocupar meus derradeiros dias, abre-te mais uma vez para me ouvir. Não é preciso fechar os olhos. O sujeito vai muito além do que o indivíduo experimenta “subjetivamente”: vai exatamente tão longe quanto a verdade que ele pode atingir, e que talvez saia dessa boca que você já acaba de fechar outra vez. Sim, essa verdade de sua história não está toda em seu desenrolar, mas o lugar se marca aí, nos choques dolorosos que ele experimenta por conhecer apenas suas réplicas, ou então em páginas cuja desordem mal lhe proporciona algum alívio.

[265]

Que o inconsciente do sujeito é o discurso do outro, eis o que aparece, ainda mais claramente do que em qualquer lugar, nos estudos que Freud consagrou ao que chama de telepatia, na medida em que ela se manifesta no contexto de uma experiência analítica. Coincidência das colocações do sujeito com fatos de que ele não pode estar informado, mas que continuam a se mover nas ligações de uma outra experiência em que o psicanalista é interlocutor — coincidência também, na maioria das vezes, constituída por uma convergência totalmente verbal ou homonímica, ou que, quando inclui um ato, trata-se é de um *acting out* de um paciente do analista, ou de um filho em análise do analisado. Casos de ressonância em redes comunicantes de discurso, cujo estudo exaustivo esclareceria os fatos análogos apresentados pela vida cotidiana.

A onipresença do discurso humano talvez possa, um dia, ser abarcada sob o céu aberto de uma onicomunicação de seu texto. O que não quer dizer que por isso ele seja mais harmonizado. Mas é esse o campo que nossa experiência polariza, numa relação que só é a dois na aparência, pois qualquer colocação de sua estrutura apenas em termos duais é-lhe tão inadequada na teoria quanto destrutiva para sua técnica.

II. SÍMBOLO E LINGUAGEM COMO ESTRUTURA E LIMITE DO CAMPO PSICANALÍTICO

[266]

Tén arkén o ti kai lalô ymin. (Evangelho segundo são João, VIII, 25)²³

Faça palavras cruzadas. (Conselhos a um jovem psicanalista)

Para retomar o fio de nossa formulação, repetimos que é pela redução da história do sujeito particular que a análise toca em *Gestalten* relacionais que ela extrapola num desenvolvimento regular; mas que nem a psicologia genética nem a psicologia diferencial que podem ser esclarecidas por ela são de sua alçada, por exigirem condições de observação e de experiência que só mantêm com as suas relações de homonímia.

Vamos ainda mais longe: o que se destaca como psicologia no estado bruto da experiência comum (que só se confunde com a experiência sensível para o profissional das idéias) — ou seja, numa suspensão qualquer da preocupação cotidiana, no espanto surgido daquilo que irmana os seres numa disparidade que ultrapassa a das figuras grotescas de um Leonardo ou de um Goya, ou na surpresa que contrasta a espessura própria de uma pele com a carícia de uma palma, que anima a descoberta sem que ainda a atenuie o desejo — isso, podemos dizer, é abolido numa experiência arisca a esses caprichos, insubmissa a esses mistérios.

Uma psicanálise normalmente chega a seu termo sem nos informar grande coisa sobre o que nosso paciente herda propriamente de sua sensibilidade aos golpes e às cores, da presteza com que capta isto ou aquilo ou dos pontos fracos de sua carne, de seu poder de reter ou de inventar, ou da intensidade de seus gostos.

Esse paradoxo é apenas aparente e não resulta de nenhuma carência pessoal, e, se pode ser motivado pelas condições negativas de nossa experiência, ele apenas nos pressiona um pouco mais a interrogar esta última sobre o que ela tem de positivo.

23. “Eu sou o princípio, o mesmo que vos falo”. (N.E.)

Pois ele não se resolve nos esforços de alguns que — semelhantes aos filósofos que Platão ridicularizava, por serem levados por seu apetite do real a abraçar árvores — passam a tomar qualquer episódio em que desponte essa realidade fugidia pela reação vivida de que se mostram tão ávidos. Pois são justamente esses que, dando a si mesmos como objetivo aquilo que está para-além da linguagem, reagem ao “proibido tocar” inscrito em nossa regra com uma espécie de obsessão. Ninguém duvida que, por esse caminho, farejar-se mutuamente torne-se a quintessência da reação transferencial. Não estamos exagerando nada: um jovem psicanalista, em seu trabalho de candidatura, pode atualmente saudar nessa sub-olfação de seu sujeito, obtida após dois ou três anos de vã psicanálise, o esperado advento da relação de objeto, e dele colher o *dignus est intrare* de nossos votos, garantes de suas capacidades.

Se a psicanálise pode tornar-se uma ciência — pois ainda não o é —, e se não deve degenerar em sua técnica — o que talvez já seja um fato —, devemos resgatar o sentido de sua experiência.

Nada melhor poderíamos fazer, para esse fim, do que retornar à obra de Freud. Não basta a alguém dizer-se técnico para se autorizar, por não compreender um Freud III, a recusá-lo em nome de um Freud II que ele acredita compreender; e a própria ignorância que se tem do Freud I não é desculpa para que as cinco grandes psicanálises sejam tomadas por uma série de casos tão mal escolhidos quanto mal expostos, ainda que se fique deslumbrado com o fato de o grão de verdade que elas continham haver escapado a isso.²⁴

Então, que retomemos a obra de Freud na *Traumdeutung*, para ali nos lembrarmos que o sonho tem a estrutura de uma frase, ou melhor, atendo-nos à sua letra, de um rébus, isto é, de uma escrita da qual o sonho da criança representaria a ideografia primordial, e que reproduz no adulto o emprego fonético e simbólico, simultaneamente, dos elementos significantes que tanto encontramos nos hieróglifos do antigo Egito quanto nos caracteres cujo uso a China conserva.

24. Formulação colhida da boca de um dos psicanalistas mais interessados nesse debate (1966).

Mas isso ainda é apenas a decifração do instrumento. É na versão do texto que o importante começa, o importante que Freud nos diz ser dado na elaboração do sonho, isto é, em sua retórica. Elipse e pleonasma, hipérbato ou silepse, regressão, repetição, aposição, são esses os deslocamentos sintáticos, e metáfora, catacrese, antonomásia, alegoria, metonímia e sinédoque, as condensações semânticas em que Freud nos ensina a ler as intenções ostentatórias ou demonstrativas, dissimuladoras ou persuasivas, retaliadoras ou sedutoras com que o sujeito modula seu discurso onírico.

[268]

Sem dúvida, postulou como regra que é sempre preciso buscar nele a expressão de um desejo. Mas, vamos entendê-lo bem. Se Freud admite, como motivo de um sonho que parece contrariar sua tese, o próprio desejo de contradizê-lo, no sujeito que ele tentou convencer,²⁵ como não viria a admitir o mesmo motivo para si próprio, considerando que, para ter chegado a isso, é de um outro que lhe teria advindo sua lei?

Numa palavra, em parte alguma evidencia-se mais claramente que o desejo do homem encontra seu sentido no desejo do outro, não tanto porque o outro detenha as chaves do objeto desejado, mas porque seu primeiro objeto é ser reconhecido pelo outro.

Quem dentre nós, aliás, não sabe por experiência que, uma vez enveredada a análise na via da transferência — e para nós essa é a indicação de que ela efetivamente o está —, todo sonho do paciente é interpretado como provocação, confissão velada ou digressão, por sua relação com o discurso analítico, e que, à medida que progride a análise, eles se reduzem cada vez mais à função de elementos do diálogo que nela se realiza?

Quanto à psicopatologia da vida cotidiana, outro campo consagrado por uma outra obra de Freud, está claro que todo ato falho é um discurso bem-sucedido, ou até formulado com graça, e que, no lapso, é a mordaca que gira em torno da fala, e justamente pelo quadrante necessário para que um bom entendedor encontre ali sua meia palavra.

25. Cf. "Gegenwunschräume", in *Traumdeutung*, GW, II, p.156-7 e 163-4. Trad. inglesa, edição Standard, IV, p.151 e p.157-8. Trad. francesa, ed. Alcan, p.140 e p.146 [trad. brasileira, ESB, IV, p.165 e p.170-1, 2ª ed. rev.].

Mas, vamos direto ao ponto em que o livro desemboca no acaso e nas crenças que ele gera, e especialmente aos fatos em que ele faz questão de demonstrar a eficácia subjetiva das associações com números deixados por conta do acaso de uma escolha imotivada ou de um sorteio aleatório. Em parte alguma revelam-se melhor do que nessa ocorrência as estruturas dominantes do campo psicanalítico. E o apelo feito de passagem a mecanismos intelectuais desconhecidos já não é, nesse ponto, senão a desculpa aflita pela total confiança depositada nos símbolos, e que vacila ao ser satisfeita para-além de qualquer limite.

[269]

Pois se, para admitir um sintoma na psicopatologia psicanalítica, seja ele neurótico ou não, Freud exige o mínimo de sobredeterminação constituído por um duplo sentido, símbolo de um conflito defunto, para-além de sua função, num conflito presente *não menos simbólico*, e se ele nos ensinou a acompanhar, no texto das associações livres, a ramificação ascendente dessa linhagem simbólica, para nela detectar, nos pontos em que as formas verbais se cruzam novamente, os nós de sua estrutura, já está perfeitamente claro que o sintoma se resolve por inteiro numa análise linguageira, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala deve ser libertada.

É àquele que não aprofundou a natureza da linguagem que a experiência da associação com números poderá mostrar, de imediato, o que há de essencial a apreender aqui, isto é, o poder combinatório que ordena seus equívocos, para neles reconhecer a mola própria do inconsciente.

Com efeito, se dos números obtidos por corte na sequência dos Algarismos do número escolhido, de sua combinação por todas as operações da aritmética, ou da divisão repetida do número original por um dos números cissíparos, os números resultantes²⁶ revelam-se simbolizantes, entre todos, na história característica do sujeito, é porque eles já estavam latentes na escolha de que partiram — e portanto, se refutarmos como

26. Convém, para apreciar o fruto desses procedimentos, nos inteirarmos das notas, promovidas por nós desde essa época, encontradas no livro de Émile Borel sobre *o acaso*, a respeito da trivialidade do que assim se obtém de “notável” a partir de um número qualquer (1966).

supersticiosa a idéia de que foram justamente esses números que determinaram o destino do sujeito, é forçoso admitir que é na ordem de existência de suas combinações, isto é, na linguagem concreta que eles representam, que reside tudo o que a análise revela ao sujeito como seu inconsciente.

Veremos que os filólogos e etnógrafos nos revelam o suficiente, quanto à certeza combinatória verificada nos sistemas completamente inconscientes com que lidam, para que a formulação aqui proposta não tenha para eles nada de surpreendente.

Mas, se alguém continuasse reticente ante nossa colocação, apelariamos uma vez mais para o testemunho daquele que, tendo descoberto o inconsciente, não é injustificadamente considerado como apontando seu lugar: ele não nos faltará.

Pois, por mais abandonada que seja por nosso interesse — por motivos óbvios —, *O chiste e sua relação com o inconsciente* (*Le Mot d'esprit et l'inconscient*) continua a ser a obra mais incontestável, porque a mais transparente, em que o efeito do inconsciente nos é demonstrado até os confins de sua fineza; e a face que ele nos revela é justamente a do espírito, da espirtuosidade, na ambigüidade que lhe confere a linguagem, onde a outra face de seu poder de realeza é a “saliência” pela qual sua ordem inteira aniquila-se num instante — saliência, com efeito, em que sua atividade criadora desvela-lhe a gratuidade absoluta, em que sua dominação sobre o real exprime-se no desafio do contra-senso, em que o humor, na graça maliciosa do espírito livre, simboliza uma verdade que não diz sua última palavra.

Convém acompanhar, nos meandros admiravelmente insistentes das linhas desse livro, o passeio a que Freud nos conduz por esse jardim seletto do mais amargo amor.

Ali, tudo é substância, tudo é pérola. O espírito, que vive como exilado na criação de que é o esteio invisível, sabe-se capaz, a qualquer instante, de aniquilá-la. Formas altaneiras ou pérfidas, elegantes ou bonachonas dessa realeza oculta, não há uma só, nem mesmo entre as mais desprezadas, cujo brilho secreto Freud não saiba fazer cintilar. Histórias do casamenteiro que percorre os guetos da Morávia, imagem desacreditada de Eros e, como este, filho da penúria e da dor, guiando com seus préstimos discretos a avidez do grosseirão e, de repente, achincalhando-o com uma réplica luminosa em seu contra-senso: “Aquele que assim deixa escapar a verdade”, comenta Freud, “na realidade fica feliz por tirar a máscara.”

[270]

É a verdade, de fato, que em sua boca arranca essa máscara, mas para que o espírito coloque outra mais enganosa: a sofisticada que não passa de estratagemas, a lógica que é apenas um engodo, e até o cômico, que só entra ali para ofuscar. O espírito está sempre noutro lugar. “O espírito comporta, de fato, tamanha condicionalidade subjetiva (...): só é espírito e espirituoso aquilo que eu aceito como tal”, prossegue Freud, que sabe do que está falando.

[270]

Em parte alguma, com efeito, a intenção do indivíduo é mais manifestamente superada pelo achado do sujeito — em parte alguma a distinção que fazemos entre ambos faz-se sentir melhor —, uma vez que não só é preciso que alguma coisa me haja sido estranha em meu achado para que eu extraia dele meu prazer, mas também porque é preciso que permaneça assim para que o achado surta efeito. Isso se dá pela necessidade, tão bem marcada por Freud, do terceiro ouvinte sempre suposto, e pelo fato de que o chiste não perde seu poder em sua transmissão em estilo indireto. Em suma, apontando no lugar do Outro o amboceptor que esclarece o artifício da palavra, eclodindo em sua suprema alacridade.

Uma única razão de fracasso para a espiritualidade: a insipidez da verdade que se explica.

Ora, isso concerne diretamente a nosso problema. O atual desprezo pelas investigações sobre a língua dos símbolos, que se lê à simples visão dos sumários de nossas publicações de antes e depois da década de 1920, não corresponde a nada menos, para nossa disciplina, do que uma mudança de objeto, cuja tendência a se alinhar no nível mais rasteiro da comunicação, para se harmonizar com os novos objetivos propostos à técnica, talvez tenha que responder pelo balanço bastante sombrio que os mais lúcidos fazem de seus resultados.²⁷

Com efeito, como haveria a fala de esgotar o sentido da fala — ou, para dizê-lo melhor, com o logicismo positivista de Oxford, o sentido do sentido —, a não ser no ato que o gera? Assim, a inversão goetheana de sua presença nas origens — “No começo era a ação” — inverte-se, por sua vez: era realmente o verbo que estava no começo, e vivemos em sua criação, mas é

27. Cf. C.I. Oberndorf, “Unsatisfactory results of psychoanalytic therapy”, *Psychoanalytic Quarterly*, 19, p.393-407.

a ação de nosso espírito que dá continuidade a essa criação, renovando-a sempre. E só podemos voltar as costas para essa ação deixando-nos impelir cada vez mais adiante por ela.

Nós mesmos só o tentaremos sabendo que é esse o seu caminho...

Ninguém deve desconhecer a lei: essa fórmula, transcrita do humor de um Código de Justiça, exprime no entanto a verdade em que nossa experiência se fundamenta e que ela confirma. Nenhum homem a desconhece, com efeito, já que a lei do homem é a lei da linguagem, desde que as primeiras palavras de reconhecimento presidiram os primeiros dons, tendo sido preciso haver os detestáveis daneses, que vinham e fugiam pelo mar, para que os homens aprendessem a temer as palavras enganosas com os dons sem fé. Até então, para os pacíficos Argonautas que uniam pelos laços de um comércio simbólico as ilhotas da comunidade, esses dons, seu ato e seus objetos, sua instituição como signos e sua própria fabricação estavam tão misturados com a fala que eram designados por seu nome.²⁸ [272]

Será nesses dons, ou então nas senhas que neles harmonizam seu contra-senso salutar, que começa a linguagem com a lei? Pois esses dons já são símbolos, na medida em que símbolo quer dizer pacto e em que, antes de mais nada, eles são significantes do pacto que constituem como significado: como bem se vê no fato de que os objetos da troca simbólica — vasos feitos para ficar vazios, escudos pesados demais para carregar, feixes que se ressecarão, lanças enterradas no solo — são desprovidos de uso por destinação, senão supérfluos por sua abundância.

Será essa neutralização do significante a totalidade da natureza da linguagem? Tomada por esse valor, encontraríamos seu esboço nas gaivotas, por exemplo, durante a exibição sexual, materializado no peixe que elas passam umas às outras de bico em bico, e no qual os etologistas — se realmente cabe ver nisso com eles o instrumento de uma agitação do grupo que seria equivalente a uma festa — estariam perfeitamente justificados em reconhecer um símbolo.

28. Cf., entre outros, *Do Kamo*, de Maurice Leenhardt, caps.IX e X.

Vê-se que não recuamos em buscar fora do domínio humano as origens do comportamento simbólico. Mas, certamente, não através de uma elaboração do signo — aquela em que se empenha, após tantos outros, o sr. Jules H. Massermann,²⁹ e na qual nos deteremos por um instante, não apenas pelo tom desenvolto com que ele trilha seu caminho, mas pela acolhida que ela recebeu dos redatores de nosso jornal oficial, que, em conformidade com uma tradição retirada das agências de emprego, nunca desprezam nada do que possa fornecer a nossa disciplina “boas referências”.

[273]

Pensem, pois, num homem que reproduziu a neurose, experi-men-tal-men-te, num cão amarrado sobre uma mesa, e por que meios engenhosos: uma campainha, o prato de carne que ela anuncia e o prato de maçãs que chega inoportunamente — dispenso-os do resto. Não há de ser ele — pelo menos é o que nos assegura ele próprio — quem se deixará apanhar pelas “amplas ruminações”, pois é assim que se exprime, que os filósofos dedicaram ao problema da linguagem. Ele vai agarrá-lo pela goela para vocês.

Imaginem que, por um judicioso condicionamento de seus reflexos, consegue-se que um rato-lavador³⁰ se dirija a seu guarda-comida ao lhe ser apresentado o cartão onde se pode ler seu cardápio. Não nos é dito se este faz menção aos preços, mas se acrescenta a tirada convincente de que, por menos que o serviço o tenha decepcionado, ele tornará a rasgar o cartão demasiadamente promissor, como faria com as cartas de um infiel uma amante irritada (*sic*).

Esse é um dos arcos pelos quais o autor faz passar a estrada que leva do sinal ao símbolo. Circula-se nela em mão dupla, e a via de retorno não mostra obras de arte inferiores.

Pois se, no homem, vocês associarem à projeção de uma luz intensa diante de seus olhos o ruído de uma campainha, e depois o manejo desta ao ser emitida a ordem “contraia” (em inglês,

29. Jules H. Massermann, “Language, behavior and dynamic psychiatry”, *Inter. Journal of Psychoan.*, 1944, 1 e 2, p.1-8.

30. *Raton-laveur*, assim chamado por lavar os alimentos antes de ingeri-los. A espécie brasileira desses carnívoros do gênero *Procyon* é conhecida como guaxinim, rato-lavador e mão-pelada, entre outros. (N.E.)

contract), vocês conseguirão que o sujeito, ao modular ele mesmo essa ordem, ao murmurá-la e, em pouco tempo, ao simplesmente produzi-la em seu pensamento, obtenha a contração de sua pupila, ou seja, uma reação do sistema que se diz autônomo, por ser comumente inacessível aos efeitos intencionais. Assim, o sr. Hudgins, a acreditarmos em nosso autor, “criou num grupo de sujeitos uma configuração altamente individualizada de reações afins e viscerais do símbolo ideativo (*idea-symbol*) ‘contract’, uma reação que poderia ser atribuída, através de suas experiências particulares, a uma fonte aparentemente longínqua, mas, na realidade, basicamente fisiológica: nesse exemplo, a simples proteção da retina contra uma luz excessiva”. E o autor conclui: “A importância dessas experiências para a pesquisa psicossomática e linguística nem sequer necessita de maior elaboração.”

[274]

Teríamos no entanto, quanto a nós, ficado curiosos em saber se os sujeitos assim educados também reagem à enunciação do mesmo vocábulo, articulada nas locuções *marriage contract*, *bridge-contract*, *breach of contract*, ou então progressivamente reduzida à emissão de sua primeira sílaba: *contract*, *contrac*, *contra*, *contr...* A contraprova, exigível como método rigoroso, oferece-se aqui por si só, pelo murmúrio entre dentes dessa sílaba pelo leitor francês que não houvesse sofrido outro condicionamento senão a viva luz projetada sobre o problema pelo sr. Jules H. Massermann. Perguntaríamos então a este se os efeitos assim observados nos sujeitos condicionados continuariam a lhe parecer capazes de prescindir tão facilmente de ser elaborados. Pois, ou bem eles não se produziram mais, assim evidenciando que não dependem sequer condicionalmente do semantema, ou bem continuariam a se produzir, levantando a questão dos limites deste último.

Dito de outra maneira, eles fariam surgir no próprio instrumento da palavra a distinção entre significante e significado, tão levemente confundida pelo autor no termo *idea-symbol*. E, sem precisar interrogar as reações dos sujeitos condicionados à ordem *don't contract*, ou à conjugação inteira do verbo *to contract*, poderíamos fazer observar ao autor que o que define um elemento qualquer de uma língua como pertencente à linguagem é que ele se distingue como tal, para todos os usuários dessa língua, no suposto conjunto constituído pelos elementos homólogos.

Decorre daí que os efeitos particulares desse elemento da linguagem estão ligados à existência desse conjunto, anteriormente a sua possível ligação com qualquer experiência particular do sujeito. E que considerar esta última ligação fora de qualquer referência à primeira consiste, simplesmente, em negar nesse elemento a função própria da linguagem.

Alerta de princípios que talvez evitasse a nosso autor descobrir, com uma ingenuidade ímpar, a correspondência textual das categorias da gramática de sua infância nas relações da realidade.

Esse monumento de ingenuidade, aliás de espécie bastante comum nessas questões, não mereceria tantas atenções se não fosse obra de um psicanalista, ou melhor, de alguém que nele reúne, como que por acaso, tudo o que se produz, numa certa tendência da psicanálise, a título de teoria do *ego* ou de técnica de análise das defesas, ainda por cima oposto à experiência freudiana, assim manifestando *a contrario* a coerência de uma sadia concepção da linguagem com a manutenção dessa experiência. Pois a descoberta de Freud é a do campo das incidências, na natureza do homem, de suas relações com a ordem simbólica, e do remontar de seu sentido às instâncias mais radicais da simbolização no ser. Desconhecer isso é condenar a descoberta ao esquecimento, a experiência à ruína.

E declaramos, como uma afirmação que não pode ser isolada da seriedade de nossa colocação atual, que a presença do supra-evocado rato-lavador na poltrona em que a timidez de Freud, a nos fiarmos em nosso autor, teria confinado o analista, colocando-o atrás do divã, nos pareceria preferível à do sábio que sustenta sobre a linguagem e a fala semelhante discurso.

Pois o rato-lavador pelo menos, graças a Jacques Prévert (“Uma pedra, duas casas, três ruínas, quatro coveiros, um jardim, algumas flores, um rato-lavador”³¹), entrou para sempre no bestiário poético e, como tal, participa em sua essência da função eminente do símbolo; mas o ser à nossa semelhança que assim professa o desconhecimento sistemático dessa função bane-se para sempre de tudo o que possa ser por ela chamado a existir. Por conseguinte, a questão do lugar que cabe ao citado seme-

[275]

31. *Une pierre, deux maisons, trois ruines, quatre fossoyeurs, un jardin, des fleurs, un raton-laveur.* (N.E.)

lhante na classificação natural nos pareceria decorrer apenas de um humanismo fora de propósito, se seu discurso, ao se cruzar com uma técnica da fala da qual detemos a guarda, não fosse fecundo demais, inclusive gerando nela monstros estéreis. Que se saiba, portanto, já que ele também se vangloria de desafiar a censura de antropomorfismo, que este é o último termo de que nos serviríamos para dizer que ele faz de seu ser o padrão de todas as coisas.

Voltemos a nosso objeto simbólico, que por sua vez é muito consistente em sua matéria, ainda que tenha perdido o peso de seu uso, mas cujo sentido imponderável acarretará deslocamentos de certo peso. Estarão aí, portanto, a lei e a linguagem? Talvez ainda não.

Pois, mesmo que aparecesse entre as andorinhas algum caíde da colônia que, sorvendo o peixe simbólico do bico hiante das outras andorinhas, inaugurasse a exploração da andorinha pela andorinha, cuja fantasia um dia nos comprazemos em tecer, isso não bastaria para reproduzir entre elas a fabulosa história, imagem da nossa, cuja epopéia alada nos manteve cativos na ilha dos pingüins, e faltaria alguma coisa para criar um universo “andorinizado”.

[276]

Essa “alguma coisa” completa o símbolo, para dele fazer a linguagem. Para que o objeto simbólico, liberto de seu uso, transforme-se na palavra libertada do *hic et nunc*, a diferença não é a qualidade, sonora, de sua matéria, mas seu ser evanescente, onde o símbolo encontra a permanência do conceito.

Pela palavra, que já é uma presença feita de ausência, a ausência mesma vem a se nomear em um momento original cuja perpétua recriação o talento de Freud captou na brincadeira da criança. E desse par modulado da presença e da ausência, que basta igualmente para constituir o rastro na areia do traço simples e do traço interrompido dos *kwa* mânticos da China, nasce o universo de sentido de uma língua, no qual o universo das coisas vem se dispor.

Por aquilo que só toma corpo por ser o vestígio de um nada, e cujo suporte desde então não pode alterar-se, o conceito, resguardando a permanência do que é passageiro, gera a coisa.

Pois ainda não é o bastante dizer que o conceito é a própria coisa, o que uma criança pode demonstrar contrariando a escola. É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas, inicialmente

confundidas no *hic et nunc* do todo em devir, dando um ser concreto à essência delas e dando lugar, por toda parte, àquilo que é desde sempre: *Kthéma es aei*.

O homem fala, pois, mas porque o símbolo o fez homem. Se, com efeito, dons superabundantes acolhem o estrangeiro que se deu a conhecer, a vida dos grupos naturais que constituem a comunidade está sujeita às regras da aliança, as quais ordenam o sentido em que se efetua a troca das mulheres, e aos préstimos recíprocos que a aliança determina: como diz o provérbio sironga, um parente por aliança é uma coxa de elefante. A aliança rege uma ordem preferencial cuja lei, implicando os nomes de parentesco, é para o grupo, como a linguagem, imperativa em suas formas, mas inconsciente em sua estrutura. Ora, nessa estrutura, cuja harmonia ou cujos impasses regulam a troca restrita ou generalizada que nela discerne o etnólogo, o teórico, atônito, reencontra toda a lógica das combinações: assim, as leis do número, isto é, do símbolo mais purificado, revelam-se imanentes ao simbolismo original. Pelo menos, é essa riqueza das formas em que se desenvolvem as chamadas estruturas elementares de parentesco que as torna legíveis. E isso leva a pensar que talvez seja apenas nossa inconsciência de sua permanência que nos permite crer na liberdade das escolhas nas chamadas estruturas complexas da aliança sob cuja lei vivemos. Se a estatística já deixa entrever que essa liberdade não se exerce ao acaso, é porque uma lógica subjetiva a orientaria em seus efeitos.

É justamente nesse sentido que o complexo de Édipo, na medida em que continuamos a reconhecê-lo como abarcando por sua significação o campo inteiro de nossa experiência, será declarado em nossa postulação como marcando os limites que nossa disciplina atribui à subjetividade: ou seja, aquilo que o sujeito pode conhecer de sua participação inconsciente no movimento das estruturas complexas da aliança, verificando os efeitos simbólicos, em sua existência particular, do movimento tangencial para o incesto que se manifesta desde o advento de uma comunidade universal.

A Lei primordial, portanto, é aquela que, ao reger a aliança, superpõe o reino da cultura ao reino da natureza, entregue à lei do acasalamento. A proibição do incesto é apenas o eixo subjetivo, desnudado pela tendência moderna a reduzir à mãe e à irmã os objetos interditados às escolhas do sujeito, aliás continuando a não ser facultada toda e qualquer licença para-além disso.

[277]

Essa lei, portanto, faz-se conhecer suficientemente como idêntica a uma ordem de linguagem. Pois nenhum poder sem as denominações do parentesco está em condições de instituir a ordem das preferências e tabus que atam e tramam, através das gerações, o fio das linhagens. E é justamente a confusão das gerações que, na Bíblia, como em todas as leis tradicionais, é maldita como a abominação do verbo e a desolação do pecador.

Sabemos com efeito da devastação, que chega até mesmo à dissociação da personalidade do sujeito, que pode exercer uma filiação falseada, quando a pressão do meio se empenha em sustentar-lhe a mentira. Eles podem não ser menores quando um homem, casando-se com a mãe da mulher com quem teve um filho, faz com que este tenha por irmão um filho que será irmão de sua mãe. Mas se, depois disso — e o caso não é inventado —, ele for adotado por um casal compassivo em que um dos cônjuges seja uma filha de um casamento anterior do pai, irá descobrir-se mais uma vez meio-irmão de sua nova mãe, e podemos imaginar os sentimentos complexos com que aguardará o nascimento de uma criança que será, ao mesmo tempo, seu irmão e seu sobrinho, nessa situação repetida.

[278]

Do mesmo modo, a simples defasagem que se produz nas gerações por um filho temporão, nascido de um segundo casamento e cuja jovem mãe seja contemporânea de um irmão mais velho, pode produzir efeitos que se aproximam disso, e sabemos ter sido esse o caso de Freud.

Essa mesma função da identificação simbólica pela qual o primitivo supõe reencarnar o ancestral homônimo, e que até no homem moderno determina uma recorrência alternada do caráter de cada um, introduz portanto, nos sujeitos submetidos a essas discordâncias da relação paterna, uma dissociação do Édipo em que convém ver a mola constante de seus efeitos patogênicos. De fato, mesmo representada por uma única pessoa, a função paterna concentra em si relações imaginárias e reais, sempre mais ou menos inadequadas à relação simbólica que a constitui essencialmente.

É no *nome do pai* que se deve reconhecer o suporte da função simbólica que, desde o limiar dos tempos históricos, identifica sua pessoa com a imagem da lei. Essa concepção nos permite estabelecer uma distinção clara, na análise de um caso, entre os efeitos inconscientes dessa função e as relações narcísicas, ou

entre eles e as relações reais que o sujeito mantém com a imagem e a ação da pessoa que a encarna, daí resultando um modo de compreensão que irá repercutir na própria condução das intervenções. A prática nos confirmou sua fecundidade, tanto a nós quanto aos alunos que induzimos a esse método. E tivemos freqüentemente a oportunidade, em supervisões ou em casos comunicados, de salientar as confusões prejudiciais geradas por seu desconhecimento.

Assim, é a virtude do verbo que perpetua o movimento da Grande Dívida da qual Rabelais, numa metáfora célebre, estende a economia até os astros. E não ficaremos surpresos com o fato de o capítulo em que ele nos apresenta, com a inversão macarrônica dos termos de parentesco, uma antecipação das descobertas etnográficas mostrar-nos nele a adivinhação substantiva³² do mistério humano que aqui tentamos elucidar.

[279]

Identificada com o *hau* sagrado ou com o *mana* onipresente, a Dívida inviolável é a garantia de que a viagem para a qual são impelidas as mulheres e os bens reconduza a seu ponto de partida, num ciclo infalível, outras mulheres e outros bens, portadores de uma entidade idêntica: o símbolo zero, diz Lévi-Strauss, reduzindo à forma de um signo algébrico o poder da Fala.

Os símbolos efetivamente envolvem a vida do homem numa rede tão total que conjugam, antes que ele venha ao mundo, aqueles que irão gerá-lo “em carne e osso”; trazem em seu nascimento, com os dons dos astros, senão com os dons das fadas, o traçado de seu destino; fornecem as palavras que farão dele um fiel ou um renegado, a lei dos atos que o seguirão até ali onde ele ainda não está e para-além de sua própria morte; e, através deles, seu fim encontra sentido no juízo final, onde o verbo absolve seu ser ou o condena — a menos que ele atinja a realização subjetiva do ser-para-a-morte.

Servidão e grandeza em que se aniquilaria o vivente, se o desejo não preservasse seu papel nas interferências e nas pulsações que fazem convergir para ele os ciclos da linguagem, quando a confusão das línguas mistura-se a eles e as ordens se contrariam nas dilacerações da obra universal.

32. *Substantifique*: alusão a “La substantifique moelle”, de Rabelais. Trata-se do que há de mais rico num texto, em termos de substância. (N.E.)

Mas, esse próprio desejo, para ser satisfeito no homem, exige ser reconhecido, pelo acordo da fala ou pela luta de prestígio, no símbolo ou no imaginário.

O que está em jogo numa psicanálise é o advento, no sujeito, do pouco de realidade que esse desejo sustenta nele em relação aos conflitos simbólicos e às fixações imaginárias, como meio de harmonização destes, e nossa via é a experiência intersubjetiva em que esse desejo se faz reconhecer.

Por conseguinte, vê-se que o problema é o das relações, no sujeito, entre a fala e a linguagem.

Três paradoxos nessas relações apresentam-se em nosso campo.

Na loucura, seja qual for sua natureza, convém reconhecemos, de um lado, a liberdade negativa de uma fala que renunciou a se fazer reconhecer, ou seja, aquilo que chamamos obstáculo à transferência, e, de outro lado, a formação singular de um delírio que — fabulatório, fantástico ou cosmológico; interpretativo, reivindicatório ou idealista — objetiva o sujeito em uma linguagem sem dialética.³³

[280]

A ausência da fala manifesta-se nela pelas estereotipias de um discurso em que o sujeito, pode-se dizer, é mais falado do que fala: ali reconhecemos os símbolos do inconsciente sob formas petrificadas, que, ao lado das formas embalsamadas com que se apresentam os mitos em nossas coletâneas, encontram seu lugar numa história natural desses símbolos. Mas é um erro dizer que o sujeito os assume: a resistência a seu reconhecimento não é menor do que nas neuroses, quando o sujeito é induzido a ela por uma tentativa de tratamento.

Note-se de passagem que valeria a pena situar no espaço social os lugares que a cultura conferiu a esses sujeitos, especialmente quanto à sua destinação a serviços sociais aferentes da linguagem, pois não é improvável que nisso se demonstre um dos fatores que destinam esses sujeitos aos efeitos da ruptura produzida pelas discordâncias simbólicas, características das estruturas complexas da civilização.

33. Aforismo de Lichtenberg: “Um louco que se imagina príncipe só difere do príncipe que efetivamente o é pelo fato de aquele ser um príncipe negativo, enquanto este é um louco negativo. Considerados sem seu sinal, eles são semelhantes.”

O segundo caso é representado pelo campo privilegiado da descoberta psicanalítica: ou seja, os sintomas, a inibição e a angústia, na economia constitutiva das diferentes neuroses.

Nele, a fala é expulsa do discurso concreto que ordena a consciência, mas encontra apoio, quer nas funções naturais do sujeito, por menos que um espinho orgânico esboce nelas a hiância de seu ser individual em sua essência, que faz da doença a introdução do vivente na existência do sujeito,³⁴ quer nas imagens que organizam, no limite do *Umwelt* e do *Innenwelt*, sua estruturação relacional.

O sintoma, aqui, é o significante de um significado recalcado da consciência do sujeito. Símbolo escrito na areia da carne e no véu de Maia, ele participa da linguagem pela ambigüidade semântica que já sublinhamos em sua constituição.

[281]

Mas é uma fala em plena atividade, pois inclui o discurso do outro no segredo de seu código.

Foi decifrando essa fala que Freud encontrou a linguagem primeira dos símbolos,³⁵ ainda viva no sofrimento do homem da civilização (*Das Unbehagen in der Kultur* [*O mal-estar na cultura*]).

Hieróglifos da histeria, brasões da fobia, labirintos da *Zwangsneurose*; encantos da impotência, enigmas da inibição, oráculos da angústia; armas eloqüentes do caráter,³⁶ chancelas da auto-punição, disfarces da perversão — tais são os hermetismos que nossa exegese resolve, os equívocos que nossa invocação dissolve, os artifícios que nosso discurso absolve, numa libertação do sentido aprisionado que vai da revelação do palimpsesto à palavra dada do mistério e ao perdão da fala.

O terceiro paradoxo da relação da linguagem com a fala é o do sujeito que perde seu sentido nas objetivações do discurso. Por mais metafísica que pareça sua definição, não podemos desconhecer sua presença no primeiro plano de nossa experiência. Pois nisso está a alienação mais profunda do sujeito da civilização

34. Para obter imediatamente a confirmação subjetiva desse comentário de Hegel, basta ter visto, na recente epidemia, um coelho cego no meio de uma estrada, erguendo para o sol poente o vazio de sua visão transmutada em olhar: ele é humano a ponto de ser trágico.

35. As linhas *supra* e *infra* mostram a aceção que damos a esse termo.

36. O erro de Reich, ao qual voltaremos, fê-lo tomar armas por uma armadura.

científica, e é com ela que deparamos em primeiro lugar quando o sujeito começa a nos falar de si: do mesmo modo, para resolvê-la inteiramente, a análise deveria ser levada ao extremo da sabedoria.

Para fornecer disso uma formulação exemplar, não poderíamos encontrar terreno mais pertinente do que o uso do discurso corrente, fazendo notar que o “isso sou” [*“ce suis-je”*] da época de Villon inverteu-se no “sou eu” [*“c’est moi”*] do homem moderno.

O eu do homem moderno adquiriu sua forma, como indicamos em outro ponto, no impasse dialético da bela alma que não reconhece a própria razão de seu ser na desordem que ela denuncia no mundo.

Mas uma saída se oferece ao sujeito para a resolução desse impasse em que delira seu discurso. A comunicação pode se estabelecer para ele, validamente, na obra comum da ciência e nas utilizações que ela ordena na civilização universal; essa comunicação será efetiva no interior da enorme objetivação constituída por essa ciência e lhe permitirá esquecer sua subjetividade. Ele colaborará eficazmente com a obra comum em seu trabalho cotidiano e povoará seu lazer com todos os encantos de uma cultura profusa, que, do romance policial às memórias históricas, das conferências educativas à ortopedia das relações de grupo, dar-lhe-á meios de esquecer sua vida e sua morte, ao mesmo tempo que de desconhecer numa falsa comunicação o sentido particular de sua vida.

[282]

Se o sujeito não encontrasse numa regressão, muitas vezes levada até o estádio do espelho, o espaço de uma etapa em que seu *eu* contém suas façanhas imaginárias, quase não haveria limites atribuíveis à credulidade a que ele tem que sucumbir nessa situação. E é isso que torna temível nossa responsabilidade, quando lhe oferecemos, com as manipulações míticas de nossa doutrina, uma oportunidade suplementar de se alienar, na trindade decomposta do *ego*, do *superego* e do *id*, por exemplo.

Há aí um muro de linguagem que se opõe à fala, e as precauções contra o verbalismo, que são um tema do discurso do homem “normal” de nossa cultura, só fazem reforçar-lhe a espessura.

Não seria inútil avaliar esta última pela soma estatisticamente determinada dos quilos de papel impresso, dos quilômetros de sulcos discográficos e das horas de transmissão radiofônica que a referida cultura produz *per capita* nas zonas A, B e C de sua

área. Esse seria um belo objeto de pesquisa para nossos órgãos culturais, e nele veríamos que a questão da linguagem não está inteiramente contida na área das circunvoluções em que seu uso se reflete no indivíduo.

*We are the hollow men
We are the stuffed men
Leaning together
Headpiece filled with straw. Alas!*³⁷

e assim por diante.

A semelhança dessa situação com a alienação da loucura, na medida em que a forma dada mais acima é autêntica, ou seja, em que nela o sujeito é mais falado do que fala, ressalta evidentemente da exigência, suposta pela psicanálise, de uma fala verdadeira. Se essa consequência, que leva ao limite os paradoxos constitutivos de nossa formulação atual, fosse voltada contra o próprio bom senso da perspectiva psicanalítica, conferiríamos a essa objeção toda a sua pertinência, mas para nos vermos confirmados por ela: e isso, por uma inversão dialética em que não nos faltariam padrinhos autorizados, a começar pela denúncia hegeliana da “filosofia do crânio” e detendo-nos somente ante a advertência de Pascal, que ecoa, desde o despontar da era histórica do “eu”, nestes termos: “os homens são tão necessariamente loucos que seria enlouquecer por uma outra forma de loucura não ser louco.”

[283]

Isso não quer dizer, no entanto, que nossa cultura avance por trevas externas à subjetividade criadora. Esta, ao contrário, nunca deixou de militar naquela para renovar o poder jamais esgotado dos símbolos, na troca humana que os traz a lume.

Levar em conta o pequeno número de sujeitos que sustentam essa criação seria ceder a uma perspectiva romântica, cotejando o que não é equivalente. O fato é que essa subjetividade, em qualquer campo que apareça, matemático, político, religioso ou publicitário, continua a impulsionar em seu conjunto o movimento humano. E uma mirada não menos ilusória decerto nos

37. “Somos os homens ocos / Somos os homens empalhados / Todos encostados, / Com o capacete cheio de palha. Ai de nós!” (N.E.)

faria acentuar este traço oposto: que seu caráter simbólico nunca foi mais patente. A ironia das revoluções é que elas geram um poder ainda mais absoluto em seu exercício, não, como se costuma dizer, por ele ser mais anônimo, mas por estar mais reduzido às palavras que o significam. E mais do que nunca, por outro lado, a força das igrejas reside na linguagem que elas souberam conservar: instância, convém dizer, que Freud deixou na penumbra no artigo em que nos desenha o que chamaremos de subjetividades coletivas da Igreja e do Exército.

A psicanálise desempenhou um papel na direção da subjetividade moderna, e não pode sustentá-lo sem ordená-lo pelo movimento que na ciência o elucida.

É esse o problema dos fundamentos que devem assegurar a nossa disciplina seu lugar nas ciências: problema de formalização, na verdade muito mal introduzido.

[284]

Pois parece que, retomados justamente por um capricho do espírito médico em oposição ao qual a psicanálise teve que se constituir, foi a exemplo dele, com um atraso de meio século em relação ao movimento das ciências, que procuramos ligar-nos a elas.

Objetivação abstrata de nossa experiência em princípios fictícios ou simulados do método experimental: aí encontramos o efeito de preconceitos cujo campo, antes de mais nada seria preciso limpar, se quisermos cultivá-lo segundo sua estrutura autêntica.

Praticantes da função simbólica, é espantoso que nos esquivemos de aprofundá-la, a ponto de desconhecer que é ela que nos situa no cerne do movimento que instaura uma nova ordem das ciências, com um novo questionamento da antropologia.

Essa nova ordem não significa nada além de um retorno a uma noção de ciência verdadeira que já tem seus títulos inscritos numa tradição que parte do *Teeteto*. Essa noção se degradou, como se sabe, na inversão positivista que, colocando as ciências do homem no coroamento do edifício das ciências experimentais, na verdade as subordinou a estas. Essa noção provém de uma visão errônea da história da ciência, baseada no prestígio de um desenvolvimento especializado dos experimentos.

Mas, hoje em dia, vindo as ciências conjecturais resgatar a noção da ciência de sempre, elas nos obrigam a rever a classificação das ciências que herdamos do século XIX, num sentido que os espíritos mais lúcidos denotam claramente.

Basta acompanharmos a evolução concreta das disciplinas para nos apercebermos disso.

A lingüística pode servir-nos de guia neste ponto, já que é esse o papel que ela desempenha na vanguarda da antropologia contemporânea, e não poderíamos ficar-lhe indiferentes.

A forma de matematização em que se inscreve a descoberta do *fonema*, como função dos pares de oposição compostos pelos menores elementos discriminativos captáveis da semântica, leva-nos aos próprios fundamentos nos quais a doutrina final de Freud aponta, numa conotação vocálica da presença e da ausência, as origens subjetivas da função simbólica.

[285]

E a redução de todas as línguas ao grupo de um número pequeníssimo dessas oposições fonêmicas, dando início a uma formalização igualmente rigorosa de seus mais elevados morfemas, coloca a nosso alcance uma abordagem estrita de nosso campo.

Cabe a nós com ela nos aparelharmos para encontrar aí nossas incidências, como já faz, por estar numa linha paralela, a etnografia, decifrando os mitos segundo a sincronia dos mitemas.

Não é patente que um Lévi-Strauss, ao sugerir a implicação das estruturas da linguagem e da parte das leis sociais que rege a aliança e o parentesco, já vai conquistando o terreno mesmo em que Freud assenta o inconsciente?³⁸

Por conseguinte, é impossível não centrar numa teoria geral do símbolo uma nova classificação das ciências em que as ciências do homem retomem seu lugar central, na condição de ciências da subjetividade. Indiquemos o princípio disso, que não deixa de invocar uma elaboração.

A função simbólica apresenta-se como um duplo movimento no sujeito: o homem faz de sua ação um objeto, mas para a ela devolver em tempo hábil seu lugar fundador. Nesse equívoco, que opera a todo instante, reside todo o progresso de uma função em que se alternam a ação e o conhecimento.³⁹

Exemplos tomados de empréstimo, um dos bancos escolares, outro do que há de mais vivo em nossa época:

38. Cf. Claude Lévi-Strauss, "Language and the analysis of social laws", *American Anthropologist*, vol.53, nº2, abril-junho de 1951, p.155-63.

39. Esses últimos quatro parágrafos foram reescritos (1966).

— o primeiro, matemático: primeiro tempo, o homem objetiva em dois números cardinais duas coleções que contou; segundo tempo, realiza com esses números o ato de adicioná-los (cf. o exemplo citado por Kant na introdução à estética transcendental, §IV da 2ª edição da *Crítica da razão pura*);

— o segundo, histórico: primeiro tempo, o homem que trabalha na produção em nossa sociedade inclui-se na categoria dos proletários; segundo tempo, em nome desse vínculo, ele faz greve geral.

Se esses dois exemplos brotam, para nós, dos campos mais contrastantes no concreto — o funcionamento cada vez mais lícito da lei matemática, a face implacável da exploração capitalista —, é que, embora eles nos pareçam provir de muito longe, seus efeitos vêm a constituir nossa subsistência, e justamente por se cruzarem numa dupla inversão: a mais subjetiva ciência forjou uma nova realidade, as trevas da divisão social armam-se de um símbolo atuante.

[286]

Aqui, já não parece aceitável a oposição que se traçaria entre as ciências exatas e aquelas para as quais não há por que declinar da denominação de conjecturais, por falta de fundamento para essa oposição.⁴⁰

Pois a exatidão se distingue da verdade e a conjectura não impede o rigor. E, se a ciência experimental herda das matemáticas sua exatidão, nem por isso sua relação com a natureza é menos problemática.

Se nosso vínculo com a natureza realmente nos incita a nos perguntarmos, poeticamente, se não é seu próprio movimento que encontramos em nossa ciência,

... *essa voz*
Que se reconhece ao soar
Já não ser voz de ninguém
*Como é de bosques e mar,*⁴¹

está claro que nossa física é apenas uma fabricação mental cujo instrumento é o símbolo matemático.

40. Esses dois últimos parágrafos foram reescritos (1966).

41. “... *cette voix / Qui se connaît quand elle sonne / N'être plus la voix de personne / Tant que des ondes et de bois...*”, Paul Valéry. (N.E.)

Pois a ciência experimental não se define tanto pela quantidade a que efetivamente se aplica, mas pela medida que introduz no real.

Como se vê pela medida do tempo, sem a qual ela seria impossível. O relógio de Huyghens, o único a lhe conferir sua precisão, é apenas o órgão realizador da hipótese de Galileu sobre a equigravidade dos corpos, ou seja, sobre a aceleração uniforme, que confere sua lei, por ser a mesma, a toda queda.

Ora, é divertido salientar que o aparelho foi concluído antes que a hipótese pudesse ser confirmada pela observação, e que, em vista disso, ele a tornou inútil no exato momento em que lhe ofereceu o instrumento de seu rigor.⁴²

[287]

Mas a matemática pode simbolizar um outro tempo, notadamente o tempo intersubjetivo que estrutura a ação humana, do qual a teoria dos jogos, ainda chamada de estratégia, e que mais valeria chamar de *estocástica*, começa a nos fornecer as fórmulas.

O autor destas linhas tentou demonstrar, na lógica de um sofisma, as molas de tempo pelas quais a ação humana, na medida em que se ordena pela ação do outro, encontra na escansão de suas hesitações o advento de sua certeza e, na decisão que a conclui, dá à ação do outro, que desde então ela passa a incluir com sua sanção quanto ao passado, seu sentido por vir.

Ali se demonstra que é a certeza antecipada pelo sujeito no *tempo para compreender* que, pela pressa que precipita o *momento de concluir*, determina no outro a decisão que faz do próprio movimento do sujeito erro ou verdade.

Vê-se por esse exemplo como a formalização matemática que inspirou a lógica de Boole, ou a teoria dos conjuntos, pode trazer à ciência da ação humana a estrutura do tempo intersubjetivo da qual a conjectura psicanalítica necessita para se garantir em seu rigor.

Se, por outro lado, a história da técnica historiadora mostra que seu progresso se define no ideal de uma identificação da subjetividade do historiador com a subjetividade constitutiva da

42. Cf., quanto à hipótese galileana e ao relógio de Huyghens, "An experiment in measurement", de Alexandre Koyré, *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol.27, abril de 1953.

Nossos dois últimos parágrafos foram reescritos (1966).

historicização primária em que se humaniza o acontecimento, é claro que a psicanálise encontra aí seu alcance exato: ou seja, no conhecimento, como realizador desse ideal, e na eficácia, como nela encontrando sua razão. O exemplo da história também dissipa, qual uma miragem, o recurso à reação vivida que obceca nossa técnica e nossa teoria, pois a historicidade fundamental do acontecimento que guardamos basta para conceber a possibilidade de uma reprodução subjetiva do passado no presente.

E mais, esse exemplo nos faz apreender como a regressão psicanalítica implica aquela dimensão progressiva da história do sujeito que Freud nos sublinha faltar ao conceito junguiano da regressão neurótica, e compreendemos como a própria experiência renova essa progressão, garantindo seu desfalque.

[288]

Por fim, a referência à lingüística nos introduzirá no método que, ao distinguir as estruturas sincrônicas das estruturas diacrônicas na linguagem, pode permitir-nos compreender melhor o valor diferente que nossa linguagem assume na interpretação das resistências e da transferência, ou então diferenciar os efeitos típicos do recalque e a estrutura do mito individual na neurose obsessiva.

Sabemos da lista de disciplinas que Freud apontava como devendo constituir as ciências anexas de uma Faculdade ideal de psicanálise. Nela encontramos, ao lado da psiquiatria e da sexologia, “a história da civilização, a mitologia, a psicologia das religiões, a história e a crítica literárias”.

O conjunto dessas matérias, que determina o *cursus* de um ensino técnico, inscreve-se normalmente no triângulo epistemológico que já descrevemos, e que forneceria seu método a um ensino superior de sua teoria e sua técnica.

A ele acrescentaríamos de bom grado, por nosso turno: a retórica, a dialética, no sentido técnico que esse termo assume nos *Tópicos* de Aristóteles, a gramática e, auge supremo da estética da linguagem, a poética, que incluiria a técnica, deixada na obscuridade, do chiste.

E se essas rubricas para alguns evocassem ressonâncias meio obsoletas, não nos repugnaria endossá-las como um retorno a nossas origens.

Pois a psicanálise, em seu desenvolvimento inicial, ligado à descoberta e ao estudo dos símbolos, iria participar da estrutura do que se chamava, na Idade Média, “artes liberais”. Privada

como estas de uma verdadeira formalização, ela se organizaria, à semelhança delas, num corpo de problemas privilegiados, cada qual promovido por uma relação fortuita do homem com sua própria medida, e extraído dessa particularidade um encanto e uma humanidade que podem compensar, a nosso ver, o aspecto um tanto recreativo da apresentação deles. Não desdenhemos desse aspecto nas primeiras elaborações da psicanálise; ele não exprime nada menos, com efeito, do que a recriação do sentido humano nos áridos tempos do cientificismo.

[289]

Desdenhemo-los ainda menos na medida em que a psicanálise não elevou o nível, ao enveredar pelos falsos caminhos de uma teorização contrária à sua estrutura dialética.

Ela só dará fundamentos científicos à sua teoria e à sua técnica ao formalizar adequadamente as dimensões essenciais de sua experiência, que são, juntamente com a teoria histórica do símbolo, a lógica intersubjetiva e a temporalidade do sujeito.

III. AS RESSONÂNCIAS DA INTERPRETAÇÃO E O TEMPO DO SUJEITO NA TÉCNICA PSICANALÍTICA

Entre o homem e o amor,
Existe a mulher.
Entre o homem e a mulher,
Existe um mundo.
Entre o homem e o mundo,
Existe um muro.⁴³

(Antoine Tudal, in *Paris en l'an 2000*)

Nam Sibyllam quidem Cumis ego ipse oculis meis vidi in
ampulla pendere, et cum illi pueri dicerent: *Sibylla ti teleis*
respondebat illa: *apothanein thélo*. (*Satyricon*, XLVIII)

Reconduzir a experiência psicanalítica à fala e à linguagem, como a seus fundamentos, interessa sua técnica. Se ela não se insere no inefável, descobre-se o deslizamento que se operou, sempre em sentido único, afastando a interpretação de seu

43. *Entre l'homme et l'amour, / Il y a la femme. / Entre l'homme et la femme, / Il y a un monde. / Entre l'homme et le monde, / Il y a un mur.* (N.E.)

princípio. Portanto, temos base para desconfiar que esse desvio da prática motiva as novas metas a que se abre a teoria.

Examinando mais de perto, os problemas da interpretação simbólica começaram por intimidar nosso pequeno mundo, antes de se tornar embaraçosos. Os sucessos obtidos por Freud surpreendem agora pela sem-cerimônia da doutrinação de que parecem proceder, e a exposição que dela se observa nos casos de Dora, do Homem dos Ratos e do Homem dos Lobos não deixa de nos escandalizar. É verdade que nossos doutos não hesitam em pôr em dúvida que essa fosse uma boa técnica.

[290]

Esse despreço efetivamente decorre, no movimento psicanalítico, de uma confusão das línguas da qual, numa conhecida declaração de época recente, a personalidade mais representativa de sua atual hierarquia não fazia mistério conosco.

É bastante notável que essa confusão aumente com a pretensão com que todos se crêem autorizados a descobrir em nossa experiência as condições de uma objetivação consumada e com o fervor que parece acolher esses ensaios teóricos, na medida mesma em que eles se revelam mais desreais.

É certo que os princípios da análise das resistências, por mais bem fundados que sejam, deram ensejo, na prática, a um desconhecimento cada vez maior do sujeito, por não serem compreendidos em sua relação com a intersubjetividade da fala.

Com efeito, acompanhando o processo das primeiras sete sessões que nos são integralmente narradas no caso do Homem dos Ratos, parece pouco provável que Freud não tenha reconhecido as resistências instauradas nelas, isto é, ali mesmo onde nossos técnicos modernos nos dão a lição de que Freud deixou passar a ocasião, uma vez que é seu próprio texto que lhes permite apontá-las — manifestando mais uma vez o esgotamento do assunto que nos deslumbra nos textos freudianos, sem que nenhuma interpretação haja ainda esgotado seus recursos.

Queremos dizer que ele não apenas se deixou levar a incentivar seu sujeito a superar suas primeiras hesitações, como também compreendeu perfeitamente o alcance sedutor desse jogo no imaginário. Para nos convenceremos disso, basta nos reportarmos à descrição que ele nos fornece da expressão de seu paciente durante o penoso relato do suplício representado que serve de tema para sua obsessão, o do rato introduzido à força no ânus do supliciado: “Seu rosto”, diz-nos ele, “refletia o horror de

um gozo ignorado.” O efeito atual da repetição desse relato não escapa a Freud, e nem, por conseguinte, a identificação do psicanalista com o “capitão cruel” que fez esse relato entrar vigorosamente na memória do sujeito, nem tampouco, portanto, a importância dos esclarecimentos teóricos cujo penhor o sujeito requer para prosseguir em seu discurso.

[291]

Longe, no entanto, de interpretar a resistência ali, Freud nos surpreende acedendo à solicitação dele, e a tal ponto que parece entrar no jogo do sujeito.

Mas o caráter extremamente aproximativo — a ponto de nos parecer vulgar — das explicações com que ele o satisfaz é-nos suficientemente instrutivo: ali, não se trata tanto de doutrina, nem tampouco de doutrinação, mas de um dom simbólico da fala, prenhe de um pacto secreto, no contexto da participação imaginária que o inclui e cuja importância se revelará, mais tarde, na equivalência simbólica que o sujeito institui em seu pensamento entre os ratos e os florins com que remunera o analista.

Vemos pois que Freud, longe de desconhecer a resistência, serve-se dela como uma disposição propícia ao acionamento das ressonâncias da fala, e se conforma, na medida do possível, com a definição inicial que forneceu da resistência, servindo-se dela para implicar o sujeito em sua mensagem. Do mesmo modo, muda bruscamente de assunto tão logo percebe que, ao ser tratada com indulgência, a resistência gira no sentido de manter o diálogo no nível de uma conversa em que, a partir de então, o sujeito perpetuaria sua sedução e sua esquivas.

Mas, aprendemos que a análise consiste em jogar com os múltiplos alcances da divisão que a fala constitui nos registros da linguagem: daí decorre a sobredeterminação, que só tem sentido nessa ordem.

E captamos, ao mesmo tempo, a mola do sucesso de Freud. Para que a mensagem do analista responda à interrogação profunda do sujeito, é preciso, de fato, que o sujeito a escute como a resposta que lhe é particular, e o privilégio, que tinham os pacientes de Freud de receber as boas novas da própria boca daquele que era seu arauto satisfazia neles essa exigência.

Note-se de passagem que, aqui, o sujeito tivera uma prévia delas ao entreabrir a *Psicopatologia da vida cotidiana*, obra então no frescor de sua publicação.

Isso não quer dizer que esse livro seja muito mais conhecido agora, nem mesmo pelos psicanalistas, mas a vulgarização das noções freudianas na consciência comum, seu ingresso no que chamamos de muro da linguagem, atenuaria o efeito de nossa fala, se lhe conferíssemos o estilo das colocações feitas por Freud ao Homem dos Ratos.

[292]

Mas não se trata aqui de imitá-lo. Para resgatar o efeito da fala de Freud, não é a seus termos que recorremos, mas aos princípios que a regem.

Esses princípios não são outra coisa senão a dialética da consciência de si, tal como se realiza, de Sócrates a Hegel, a partir da suposição irônica de que tudo o que é racional é real, para se precipitar no juízo científico de que tudo o que é real é racional. Mas a descoberta freudiana consistiu em demonstrar que esse processo verificador só atinge autenticamente o sujeito ao descentrá-lo da consciência de si, em cujo eixo ela era mantida pela reconstrução hegeliana da fenomenologia do espírito: ou seja, ela torna ainda mais caduca qualquer busca de “conscientização” que, para-além de seu fenômeno psicológico, não se inscreva na conjuntura do momento particular, o único a dar corpo ao universal, e sem o qual ele se dissipa na generalidade.

Essas observações definem os limites em que é impossível a nossa técnica desconhecer os momentos estruturantes da fenomenologia hegeliana: em primeiro lugar, a dialética do Mestre/Senhor e do Escravo, ou a da bela alma e da lei do coração, e, de modo geral, tudo o que nos permite compreender como a constituição do objeto se subordina à realização do sujeito.

Mas se restava algo de profético na exigência, pela qual se avalia o talento de Hegel, da identidade intrínseca entre o particular e o universal, foi justamente a psicanálise que lhe trouxe seu paradigma, ao desvelar a estrutura em que essa identidade se realiza como desarticuladora do sujeito, e sem apelar para o amanhã.

Digamos apenas que aí está o que, para nós, objeta a qualquer referência à totalidade no indivíduo, já que o sujeito introduz nele a divisão, bem como no coletivo que é seu equivalente. A psicanálise é, propriamente, o que remete um e outro à sua condição de miragem.

Ao que parece, isso já não poderia ser esquecido, não fosse precisamente o ensino da psicanálise que é passível de esqueci-

mento — coisa da qual se verifica, por um retorno mais legítimo do que se supõe, que a confirmação nos vem dos próprios psicanalistas, pelo fato de suas “novas tendências” representarem esse esquecimento.

Pois se Hegel, por outro lado, vem muito a propósito dar um sentido que não seja de estupor à nossa chamada neutralidade, não é que não tenhamos nada a extrair da elasticidade da maiêutica de Sócrates, ou do fascinante processo da técnica em que Platão a ela nos apresenta — nem que seja para provar em Sócrates e seu desejo o enigma intacto do psicanalista, e para situar em relação à escopia platônica nossa relação com a verdade: nesse caso, de um modo que respeite a distância existente entre a reminiscência que Platão é levado a supor em todo advento da idéia e o esgotamento do ser que se consuma na repetição de Kierkegaard.⁴⁴

Mas há também uma diferença histórica, que não é inútil aquilatar, desde o interlocutor de Sócrates até o nosso. Quando Sócrates se apóia numa razão artesanal, que ele também pode extrair do discurso do escravo, é para fazer com que mestres e senhores autênticos tenham acesso à necessidade de uma ordem que faça justiça de seu poder e faça das palavras essenciais da pólis uma verdade. Nós, porém, lidamos com escravos que se tomam por mestres e senhores e que encontram numa linguagem de missão universal o esteio de sua servidão, com os grillhões de sua ambigüidade. Tanto que poderíamos dizer, com humor, que nossa meta é restabelecer neles a liberdade soberana que demonstra Humpty Dumpty ao lembrar a Alice que, afinal, ele é o mestre e senhor do significante, se não o é do significado em que seu ser adquiriu forma.

Sempre encontramos, pois, nossa dupla referência à fala e à linguagem. Para liberar a fala do sujeito, nós o introduzimos na linguagem de seu desejo, isto é, na *linguagem primeira* em que, para-além do que ele nos diz de si, ele já nos fala à sua revelia, e prontamente o introduzimos nos símbolos do sintoma.

É realmente de uma linguagem que se trata, com efeito, no simbolismo exposto na análise. Essa linguagem, correspondendo ao anseio lúdico que podemos encontrar num aforismo de Lich-

44. Indicações supridas por nós de lá para cá (1966). Quatro parágrafos reescritos.

tenberg, tem o caráter universal de uma língua que se fizesse ouvir em todas as outras línguas, mas que, ao mesmo tempo, por ser a linguagem que capta o desejo no ponto exato em que ele se humaniza, fazendo-se reconhecer, é absolutamente peculiar ao sujeito.

[294]

Linguagem primeira, dizemos também, com o que não queremos dizer língua primitiva, uma vez que Freud, que podemos comparar a Champollion pelo mérito de lhe ter feito a descoberta total, decifrou-a por inteiro nos sonhos de nossos contemporâneos. Do mesmo modo, seu campo essencial é definido com certa autoridade por um dos preparadores mais cedo associados a esse trabalho, e um dos raros a ter trazido algo de novo: refiro-me a Ernest Jones, o último sobrevivente daqueles a quem foram dados os sete anéis do mestre, e que atesta, por sua presença nos cargos de honra de uma associação internacional, que eles não estão reservados unicamente aos portadores de relíquias.

Num artigo fundamental sobre o simbolismo,⁴⁵ o dr. Jones, ali pela página 15, observa que, embora existam milhares de símbolos, no sentido como a análise os entende, todos se relacionam com o próprio corpo, com as relações de parentesco, com o nascimento, a vida e a morte.

Essa verdade, aqui reconhecida de fato, permite-nos compreender que embora o símbolo, psicanaliticamente falando, seja recalcado no inconsciente, ele não traz em si nenhum índice de regressão ou de imaturidade. Basta, pois, para que surta efeitos no sujeito, que ele se faça ouvir, pois esses efeitos se dão sem o conhecimento dele, como o admitimos em nossa experiência cotidiana ao explicar muitas reações, tanto dos sujeitos normais quanto dos neuróticos, por sua resposta ao sentido simbólico de um ato, uma relação ou um objeto.

Não há dúvida, portanto, de que o analista pode jogar com o poder do símbolo, evocando-o deliberadamente nas ressonâncias semânticas de suas colocações.

Essa seria a via de um retorno ao uso dos efeitos simbólicos numa técnica renovada da interpretação.

45. "Sur la théorie du symbolisme", *British Journal of Psychology*, IX, 2. Reproduzido em *Papers on Psycho-Analysis*. Cf., aqui mesmo, p.704ss.

Poderíamos obter uma referência disso no que a tradição hindu ensina sobre o *dhvani*,⁴⁶ por distinguir a propriedade que tem a fala de fazer ouvir o que ela não diz. Assim é que ela a ilustra com uma historieta cuja ingenuidade, que parece ser a regra nesses exemplos, mostra um humor suficiente para nos induzir a penetrar na verdade que ela contém.

[295]

Uma jovem, dizem-nos, espera seu amado à beira de um riacho, quando vê um brâmane dirigir seu passos para lá. Vai até ele e exclama, com o tom da mais amável acolhida: “Que dia! O cão que neste rio o assustava com seus latidos não estará mais por aqui, pois acaba de ser devorado por um leão que frequenta as redondezas...”

A ausência do leão, portanto, pode ter tantos efeitos quanto o salto que, estando presente, ele efetua uma só vez, segundo o provérbio apreciado por Freud.

O caráter *primeiro* dos símbolos aproxima-os, com efeito, dos números dos quais todos os outros se compõem, e portanto, se eles são subjacentes a todos os semantemas da língua, poderemos, por uma discreta pesquisa de suas interferências, ao longo de uma metáfora cujo deslocamento simbólico neutralize os sentidos segundos dos termos que ela associa, restituir à fala seu pleno valor de evocação.

Essa técnica exigiria, tanto para ser ensinada quanto para ser aprendida, uma profunda assimilação dos recursos de uma língua, e especialmente dos que se realizaram concretamente em seus textos poéticos. Sabemos que foi esse o caso de Freud quanto às letras alemãs, incluindo-se nelas o teatro de Shakespeare, em virtude de uma tradução ímpar. Toda a sua obra é testemunho disso, ao mesmo tempo que do recurso que ele encontra incessantemente ali, não menos em sua técnica do que em sua descoberta. E sem prejuízo do apoio de um conhecimento clássico dos Antigos, de uma iniciação moderna no folclore e de uma participação interessada nas conquistas do humanismo contemporâneo no campo etnográfico.

46. Trata-se do ensinamento de Abhinavagupta, no século X. Cf. a obra do dr. Kanti Chandra Pandey, “Indian aesthetics”, *Chowkamba Sanskrit Series, Studies*, vol.II, Benares, 1950.

Poder-se-ia pedir ao técnico da análise que não considerasse vãs todas as tentativas de acompanhá-lo nesse caminho.

Mas há uma correnteza a subir. Podemos avaliá-la pela atenção condescendente que se dá, como que a uma novidade, ao *wording*: a morfologia inglesa fornece aqui um esteio suficientemente sutil a uma noção ainda difícil de definir para que dela façamos caso.

O que ela abarca, no entanto, é pouco encorajador, quando um autor⁴⁷ se deslumbra por haver obtido um sucesso bem diferente na interpretação de uma única e mesma resistência, através do emprego “sem premeditação consciente”, sublinhados ele, da expressão *need for love* [necessidade de amor] em lugar de *demand for love* [demanda de amor], que ele propusera antes, sem enxergar mais longe (é ele quem o esclarece). Se essa historinha pretende confirmar a referência da interpretação à *ego psychology* que aparece no título do artigo, parece tratar-se, antes, da *ego psychology* do analista, na medida em que ela se conforma com um uso tão módico do inglês que ele pode levar sua prática aos limites do balbúcio.⁴⁸

[296]

Pois *need* e *demand* têm para o sujeito um sentido diametralmente oposto, e afirmar que seu emprego possa ser confundido por um instante sequer equivale a desconhecer radicalmente a *intimação* da fala.

É que, em sua função simbolizadora, ela não faz nada menos do que transformar o sujeito a quem se dirige, através da ligação que estabelece com aquele que a emite, ou seja: introduzir um efeito de significante.

Por isso é que nos convém voltar mais uma vez à estrutura da comunicação na linguagem, e desfazer definitivamente o mal-entendido da linguagem-signo, fonte, nesse campo, das confusões do discurso e das imperfeições da fala.

Se a comunicação da linguagem, com efeito, é concebida como um sinal pelo qual o emissor informa o receptor de alguma coisa, por meio de um certo código, não há nenhuma razão para não concedermos igual crédito, e mais ainda a qualquer outro signo, quando o “alguma coisa” de que se trata é o indivíduo:

47. Ernst Kris, “Ego psychology and interpretation”, *Psychoanalytic Quarterly*, XX, nº1, janeiro de 1951, p.15-29, cf. o trecho citado nas p.27-8.

48. Parágrafo reescrito (1966).

há até toda razão para darmos preferência a qualquer modo de expressão que se aproxime do signo natural.

Foi assim que se introduziu entre nós o descrédito quanto à técnica da fala e que somos vistos à procura de um gesto, um esgar, uma atitude, uma mímica, um movimento, um frêmito, que hei de dizer?, uma suspensão do movimento habitual, pois somos refinados e nada mais deterá em seus rastros nossa matilha de perdigueiros.

Mostraremos a insuficiência da idéia da linguagem-signo pela própria manifestação que melhor a ilustra no reino animal, e a qual, se não houvesse recentemente sido objeto de uma descoberta autêntica, parece que teria sido preciso inventar para esse fim.

Todos admitem agora que a abelha, ao voltar à colméia depois de sua coleta de pólen, transmite a suas companheiras por dois tipos de danças a indicação da existência de um butim próximo ou distante. A segunda é a mais notável, pois o plano em que ela descreve a curva em 8 que fez com que lhe dessem o nome de *wagging dance*, bem como a frequência dos trajetos que a abelha executa num dado tempo, apontam exatamente, por um lado, a direção, determinada em função da inclinação solar (pela qual as abelhas podem se localizar permanentemente, graças a sua sensibilidade à luz polarizada), e por outro, a distância de até vários quilômetros em que se encontra o butim. E as outras abelhas respondem a essa mensagem dirigindo-se imediatamente para o lugar assim apontado.

Uma dezena de anos de paciente observação bastou a Karl von Frisch para decodificar essa modalidade de mensagem, pois se trata realmente de um código ou sistema de sinalização, do qual somente o caráter genérico nos impede de qualificá-lo de convencional.

Mas, será isso uma linguagem? Podemos dizer que se distingue desta precisamente pela correlação fixa entre seus signos e a realidade que eles expressam. É que, numa linguagem, os signos adquirem valor por sua relação uns com os outros, tanto na divisão léxica dos semantemas quanto no uso posicional ou flexional dos morfemas, que contrastam com a fixidez da codificação aqui exposta. E a diversidade das línguas humanas adquire à luz disso seu pleno valor.

[297]

Outrossim, se a mensagem da modalidade aqui descrita determina a ação do *socius*, jamais é retransmitida por ele. E isso quer dizer que continua presa a sua função de retransmissora da ação, da qual nenhum sujeito a isola como símbolo da comunicação em si.⁴⁹

[298]

A forma pela qual se exprime a linguagem define, por si só, a subjetividade. Ela diz: “Tu irás por aqui e, quando vires tal e tal, seguirás por ali.” Em outras palavras, refere-se ao discurso do outro. Como tal, ela se envolve na mais alta função da fala, na medida em que implica seu autor ao investir seu destinatário de uma nova realidade: por exemplo, quando por um “Tu és minha mulher” um sujeito marca-se como sendo o homem do *conjungo*.

Essa é, com efeito, a forma essencial de onde deriva toda fala humana, em vez de chegar a ela.

Daí o paradoxo com que um de nossos ouvintes mais incisivos julgou poder opor-nos um comentário, quando começamos a dar a conhecer nossas opiniões sobre a análise como dialética, que ele formulou da seguinte maneira: a linguagem humana constituiria, então, uma comunicação em que o emissor recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida, fórmula esta que nos bastou apenas retomar da boca do opositor para nela reconhecer a marca de nosso próprio pensamento, ou seja, que a fala sempre inclui subjetivamente sua resposta, que o “Tu não me procurarias se não me houvesses encontrado” só faz homologar essa verdade, e que é essa a razão por que, na recusa paranóica do reconhecimento, é sob a forma de uma verbalização negativa que o sentimento inconfessável vem a surgir na “interpretação” persecutória.

Do mesmo modo, quando vocês se aplaudem por haver encontrado alguém que fala a mesma linguagem que a sua, vocês não querem dizer que se encontram com ele no discurso de todos, mas que lhe estão unidos por uma fala particular.

49. Isso é para uso de quem ainda possa entendê-lo, depois de ter ido buscar no Littré a justificação de uma teoria que faz da fala uma “ação ao lado”, pela tradução que ele efetivamente fornece do grego *parabolê* (mas, por que não “ação para...”?), sem ter observado ali, ao mesmo tempo, que, se essa palavra designa o que quer dizer, é em razão do uso sermonário que a palavra *verbo* reserva, desde o século X, ao Logos encarnado.

Vemos, pois, a antinomia imanente às relações da fala com a linguagem. À medida que a linguagem se torna mais funcional, ela se torna imprópria para a fala e, ao se nos tornar demasiadamente particular, perde sua função de linguagem. [299]

Sabemos do uso que é feito, nas tradições primitivas, dos nomes secretos em que o sujeito identifica sua pessoa ou seus deuses, a tal ponto que revelá-los é se perder ou traí-los, e as confidências de nossos sujeitos, senão nossas próprias lembranças, ensinam-nos que não é raro a criança encontrar espontaneamente a virtude desse uso.

Finalmente, é pela intersubjetividade do “nós” que ela assume que se mede numa linguagem seu valor de fala.

Por uma antinomia inversa, observa-se que, quanto mais o ofício da linguagem se neutraliza, aproximando-se da informação, mais lhe são imputadas *redundâncias*. Essa noção de redundâncias partiu de pesquisas tão mais precisas quanto mais eram interessadas, havendo recebido seu impulso de um problema de economia referente às comunicações a longa distância e, em especial, à possibilidade de fazer diversas conversas viajarem por um único fio telefônico; aí podemos constatar que uma parte importante do meio fonético é supérflua para que se realize a comunicação efetivamente buscada.

Isso nos é altamente instrutivo,⁵⁰ pois o que é redundância para a informação é precisamente aquilo que, na fala, faz as vezes de ressonância.

50. A cada linguagem sua forma de transmissão, e, estando a legitimidade dessas pesquisas fundamentada em seu sucesso, não é proibido fazer delas um uso moralizante. Consideremos, por exemplo, a frase que afixamos como epígrafe em nosso prefácio. Seu estilo, por ser tolhido por redundâncias, talvez lhes pareça insípido. Mas, basta que vocês o aliviem delas para que sua ousadia se ofereça ao entusiasmo que merece. Ouçam: “*Parfaupe ousclaspa nannanbryle anaphi ologi psyoscline ixispad anlana - égnia kune n'rbiol' ô blijouter têtumaine ennouconç...*” Eis enfim destacada a pureza de sua mensagem. O sentido levanta a cabeça, a confissão do ser desenha-se ali e nosso espírito vencedor lega ao futuro sua marca imortal. [O trecho entre aspas é uma representação fonética (francesa e da pronúncia francesa, é claro), ainda que não escrita em sinais fonéticos, do trecho citado no prefácio: “En PARTICULAR, il ne FAUDRA PAS OUBLIER QUE LA SÉPARATION EN EMBRYOLOGIE, ANATOMIE, PHYSIOLOGIE, PSYCHOLOGIE, SOCIOLOGIE, CLINIQUE n' eXISTE PAS DANS LA NATURE ET QU'il N'Y A QU'UNE discipline: la NEUROBIOLOGIE à laquelle l'OBSERVATION nous obLIge d'aJOUTER l'épiTHÈME d'HUMAINE EN ce que NOUS CON-

Pois, nesta, a função da linguagem não é informar, mas evocar.

O que busco na fala é a resposta do outro. O que me constitui como sujeito é minha pergunta. Para me fazer reconhecer pelo outro, só profiro aquilo que foi com vistas ao que será. Para encontrá-lo, chamo-o por um nome que ele deve assumir ou recusar para me responder.

Eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto. O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando.

[300]

Se agora eu me colocar diante do outro para interrogá-lo, nenhum aparelho cibernético, por mais rico que vocês possam imaginá-lo, poderá fazer reação do que é resposta. Sua definição como segundo termo do circuito estímulo-resposta é apenas uma metáfora que se sustenta pela subjetividade imputada ao animal, para em seguida elidi-la no esquema físico em que ela a reduz. Foi a isso que chamamos pôr o coelho na cartola para depois fazê-lo sair desta. Mas, uma reação não é uma resposta.

Quando aperto um botão elétrico e a luz se faz, só há resposta para *meu* desejo. Se, para obter o mesmo resultado, eu tiver que experimentar todo um sistema de conectores cuja posição não conheço, só haverá problema para minha expectativa, e ele não existirá mais quando eu tiver obtido do sistema um conhecimento suficiente para manejá-lo com segurança.

Mas, quando chamo aquele com quem falo pelo nome, seja este qual for, que lhe dou, intimo a função subjetiva que ele retomará para me responder, mesmo que seja para repudiá-la.

A partir daí, surge a função decisiva de minha própria resposta, e que não é apenas, como se diz, a de ser aceita pelo sujeito como aprovação ou rejeição de seu discurso, mas realmente a de reconhecê-lo ou aboli-lo como sujeito. É essa a *responsabilidade* do analista, toda vez que ele intervém pela fala.

Cerne.” Lacan também separa as “palavras” formadas respeitando as sonoridades da pronúncia, e não as normas léxicas, ortográficas etc., como se observa pelas maiúsculas que assinalam de onde ele retirou sua “frase” ouvida. (N.E.)

Do mesmo modo, o problema dos efeitos terapêuticos da interpretação inexata, levantado pelo sr. Edward Glover⁵¹ num artigo notável, levou-o a conclusões em que a questão da exatidão passa para o segundo plano. Ou seja, trata-se de que não apenas toda intervenção falada é recebida pelo sujeito em função de sua estrutura, mas de que assume nesta uma função estruturante em razão de sua forma, e a importância das psicoterapias não analíticas ou das mais comuns “prescrições” médicas consiste, precisamente, em elas serem intervenções que podemos qualificar de sistemas obsessivos de sugestão, de sugestões histéricas de ordem fóbica ou de apoios persecutórios, cada qual adquirindo seu caráter da sanção que dá ao desconhecimento, pelo sujeito, de sua própria realidade.

[301]

A fala, com efeito, é um dom de linguagem, e a linguagem não é imaterial. É um corpo sutil, mas é corpo. As palavras são tiradas de todas as imagens corporais que cativam o sujeito; podem engravidar a histérica, identificar-se com o objeto do *Penis-neid*, representar a torrente de urina da ambição uretral, ou o excremento retido do gozo avarento.

Mais ainda, as próprias palavras podem sofrer lesões simbólicas, realizar os atos imaginários dos quais o paciente é o sujeito. Estamos lembrados da *Wespe* (vespa), castrada de seu W inicial para se transformar no S.P. das iniciais do Homem dos Lobos, no momento em que ele realiza a punição simbólica de que foi objeto por parte de Grucha, a vespa.⁵²

Lembramo-nos também do S que constitui o resíduo da fórmula hermética em que se condensaram as invocações conjuratórias do Homem dos Ratos, depois de Freud haver extraído de seu código o anagrama do nome de sua amada, e que, conjugado ao amém terminal de seu dardejamento, inunda eternamente o nome da dama com o jato simbólico de seu desejo impotente.

Do mesmo modo, um artigo de Robert Fliess,⁵³ inspirado nas observações inaugurais de Abraham, demonstra-nos que o discurso em seu conjunto pode tornar-se objeto de uma erotização

51. Edward Glover, “The therapeutic effect of inexact interpretation: A contribution to the theory of suggestion”, *Int. J. Psa.*, XII, p.4.

52. *Guêpe*, “vespa”, que em sentido figurado designa uma pessoa inescrupulosa. (N.E.)

53. Robert Fliess, “Silence and verbalization. A supplement to the theory of the ‘analytic rule’”, *Int. J. Psa.*, XXX, p.1.

que segue os deslocamentos da erotogenia na imagem corporal, momentaneamente determinados pela relação analítica.

O discurso assume então uma função fálico-uretral, erótico-anal ou sádico-oral. Aliás, é notável que o autor a apreenda sobretudo nos silêncios que marcam a inibição da satisfação que com ela experimenta o sujeito.

Assim, a fala pode tornar-se objeto imaginário ou real no sujeito e, como tal, degradar sob mais de um aspecto a função da linguagem. Colocá-la-emos, então, no parêntese da resistência que ela manifesta.

Mas, não será para excluí-la da relação analítica, pois esta perderia com isso sua própria razão de ser. [302]

A análise só pode ter por meta o advento de uma fala verdadeira e a realização, pelo sujeito, de sua história em sua relação com um futuro.

A manutenção dessa dialética opõe-se a qualquer orientação objetivante da análise, e colocar essa necessidade em relevo é capital para discernir a aberração das novas tendências manifestadas na análise.

É por um retorno a Freud que aqui ilustraremos mais uma vez nossa formulação, e também pela observação do Homem dos Ratos, já que começamos a nos servir dela.

Freud chega até a tomar certas liberdades com a exatidão dos fatos, quando se trata de atingir a verdade do sujeito. Num dado momento, ele percebe o papel determinante desempenhado pela proposta de casamento, levada ao sujeito por sua mãe, na origem da fase atual de sua neurose. Aliás, tivera um lampejo disso, como mostramos em nosso seminário, em razão de sua experiência pessoal. Não obstante, ele não hesita em interpretar ao sujeito o efeito dela, como uma proibição instaurada por seu pai morto contra sua ligação com a dama de seus pensamentos.

Isso não é apenas materialmente inexato. Também o é psicologicamente, pois a ação castradora do pai, que Freud afirma aqui com uma insistência que poderíamos crer sistemática, só desempenhou nesse caso um papel secundário. Mas, a apercepção da relação dialética é tão correta que a interpretação de Freud, introduzida nesse momento, desencadeia a supressão decisiva dos símbolos mortíferos que ligam narcisicamente o sujeito, ao mesmo tempo, ao pai morto e à dama idealizada, apoiando-se as imagens de ambos numa equivalência característica do obsessivo, uma na agressividade fantasística que a perpetua, outra no culto mortificante que a transforma em ídolo.

Do mesmo modo, é reconhecendo a subjetivação forçada da dívida⁵⁴ obsessiva a cuja pressão seu paciente se expõe até o delírio, no roteiro — tão perfeito ao exprimir seus termos imaginários que o sujeito tenta até mesmo realizá-lo — do pagamento vão, que Freud chega a seu objetivo: qual seja, fazê-lo descobrir, na história da indelicadeza do pai, do casamento deste com sua mãe, da moça “pobre, mas bonita”, de seus amores feridos, da memória ingrata ao amigo saudável, com a constelação fatídica que presidiu seu próprio nascimento, a hiância impreenchível da dívida simbólica, da qual sua neurose constitui o protesto.

[303]

Não há aqui nenhum vestígio de um recurso ao espectro ignóbil de não sei que “medo” original, nem tampouco a um masoquismo, mesmo que fácil de mobilizar, e menos ainda à contra-imposição obsessiva que alguns propagam sob o nome de análise das defesas. As próprias resistências, como mostrei alhures, são utilizadas pelo maior tempo possível no sentido do progresso do discurso. E, quando é preciso pôr-lhes um termo, é cedendo a elas que o conseguimos.

Pois é assim que o Homem dos Ratos vem a introduzir em sua subjetividade sua verdadeira mediação, sob a forma transferencial da filha imaginária que ele dá a Freud para receber deste a aliança, e que, num sonho-chave, desvela-lhe sua verdadeira face: a da morte, que o olha com seus olhos de betume.

Do mesmo modo, se é com esse pacto simbólico que se desfazem no sujeito os artifícios de sua servidão, não lhe terá faltado a realidade para consumir essas núpcias, e a nota, à guisa de epitáfio, que Freud dedica em 1923 a esse rapaz — que no risco da guerra encontrou “o fim de tantos moços de valor em quem se podiam depositar tantas esperanças” —, ao concluir o caso com o rigor do destino, eleva-o à beleza da tragédia.

Para saber como responder ao sujeito na análise, o método consiste em reconhecer primeiro o lugar em que está seu *ego*, esse *ego* que o próprio Freud definiu como um *ego* formado por um núcleo verbal; em outras palavras, em saber através de quem e a quem o sujeito formula sua pergunta. Enquanto não o soubermos, correremos o risco do contra-senso quanto ao desejo

54. Aqui equivalente, para nós, ao termo *Zwangsbefürchtung*, que convém decompor, sem nada perder dos recursos semânticos da língua alemã.

que deve ser reconhecido ali e quanto ao objeto a que se dirige esse desejo.

A histerica seduz esse objeto numa intriga requintada, e seu *ego* está no terceiro por cujo intermédio o sujeito goza com o objeto em que sua questão se encarna. O obsessivo arrasta para a jaula de seu narcisismo os objetos em que sua questão se propaga no álibi multiplicado de imagens mortais e, domando-lhes as acrobacias, dirige sua ambígua homenagem ao camarote em que ele mesmo se instala, o do mestre/senhor que não se pode ver.

[304]

Trahit sua quemque voluptas,⁵⁵ um se identifica com o espetáculo, e o outro dá a ver.

Quanto ao primeiro sujeito, para quem o termo *acting out* assume seu sentido literal, vocês têm que fazê-lo reconhecer onde se situa sua ação, uma vez que ele atua fora de si mesmo. Quanto ao outro, vocês têm que se fazer reconhecer no espectador, invisível do palco, a quem o une a mediação da morte.

É sempre, portanto, na relação do *eu* do sujeito com o [*eu*] de seu discurso que vocês precisam compreender o sentido do discurso, para desalienar o sujeito.

Mas, vocês não conseguirão chegar a isso, caso se ativerem à idéia de que o *eu* do sujeito é idêntico à presença que lhes fala.

Esse erro é estimulado pela terminologia da tópica, demasiado tentadora para o pensamento objetivante, permitindo-lhe deslizar do *eu*, definido como o sistema percepção-consciência, isto é, como o sistema das objetivações do sujeito, para o *eu* concebido como correlato de uma realidade absoluta, e assim encontrar ali, num singular retorno do recalcado do pensamento psicologista, a “função do real” em que um Pierre Janet pauta suas concepções.

Tal deslizamento só se operou por não se reconhecer que, na obra de Freud, a tópica do *ego*, do *ide* do *superego* está subordinada à metapsicologia, cujos termos ele promoveu na mesma época e sem a qual ela perde seu sentido. Assim, alguns se engajaram numa ortopedia psicológica que não pára de dar frutos.

Michael Balint analisou de maneira absolutamente penetrante os efeitos intrincados da teoria e da técnica na gênese de uma nova concepção da análise, e não encontrou nada melhor para indicar seu resultado do que a palavra de ordem que retirou de Rickman, do advento de uma *two-body psychology*.

55. “Cada um é arrastado por seu prazer” (Virgílio, *Éclogas*). (N.E.)

Seria impossível dizer melhor, com efeito. A análise transforma-se na relação de dois corpos entre os quais se estabelece uma comunicação fantasística, onde o analista ensina o sujeito a se apreender como objeto; a subjetividade só é admitida no parêntese da ilusão, e a fala é excluída de uma investigação da vivência que se torna a meta suprema, mas o resultado dialeticamente necessário disso aparece no fato de que, sendo a subjetividade do psicanalista livre de qualquer freio, livra o sujeito a todas as intimações de sua fala.

[305]

A tópica intra-subjetiva, uma vez entificada, de fato se realiza na divisão do trabalho entre os sujeitos presentes. E o uso deturpado da fórmula freudiana de que tudo o que é *id* deve tornar-se *ego* aparece de uma forma desmistificada; o sujeito, transformado num *isso*, tem de se submeter a um *ego* em que o analista não terá dificuldade de reconhecer seu aliado, pois, na verdade, é de seu próprio *ego* que se trata.

É esse mesmo o processo que se exprime em muitas formulações teóricas do *splitting* do *ego* na análise. Metade do *ego* do sujeito passa para o outro lado do muro que separa o analisando do analista, depois metade da metade, e assim sucessivamente, numa procissão assintótica que, no entanto, não conseguirá anular, por mais longe que a leve a opinião a que houver chegado o sujeito por si mesmo, toda margem a partir da qual ele possa revisar a aberração da análise.

Mas como o sujeito de uma análise centrada no princípio de que todas as suas formulações são sistemas de defesa poderia proteger-se da desorientação total em que esse princípio deixa a dialética do analista?

A interpretação de Freud, cujo procedimento dialético aparece muito bem na observação de Dora, não apresenta esses perigos, pois, quando os preconceitos do analista (isto é, sua contratransferência, termo cujo emprego correto, para nos satisfazer, não poderia estender-se além das razões dialéticas do erro) o desvirtuam em sua intervenção, ele logo paga o preço disso através de uma transferência negativa. Pois esta se manifesta com força tanto maior quanto mais uma dada análise tenha comprometido o sujeito com um reconhecimento autêntico, e habitualmente se segue a ruptura.

Foi justamente o que aconteceu no caso de Dora, em razão da insistência de Freud em querer fazê-la reconhecer o objeto oculto de seu desejo na pessoa do Sr. K., na qual os preconceitos

constitutivos de sua contratransferência levaram-no a ver a promessa de sua felicidade.

Sem dúvida, a própria Dora era fingida nessa relação, mas nem por isso deixou de se ressentir vivamente de que Freud também o fosse. Quando ela torna a vê-lo, porém, após o prazo de quinze meses em que se inscreveu o número fatídico de seu “tempo para compreender”, sentimo-la enveredar pelo caminho de um fingimento de haver fingido, e a convergência desse fingimento em segundo grau com a intenção agressiva que Freud lhe imputa, decerto não sem exatidão, mas sem reconhecer sua verdadeira mola, apresenta-nos o esboço da cumplicidade intersubjetiva que uma “análise das resistências”, confiante em seus direitos, poderia ter perpetuado entre eles. Não há dúvida de que, com os meios que hoje nos são oferecidos por nosso progresso técnico, o erro humano poderia ter-se prorrogado para-além dos limites em que se torna diabólico.

[306]

Nada disso é de nossa lavra, pois o próprio Freud reconheceu a posteriori a fonte prejudicial de seu fracasso no desconhecimento em que ele mesmo se achava, na época, a respeito da posição homossexual do objeto visado pelo desejo da histérica.

Sem dúvida, todo o processo que levou a essa tendência atual da psicanálise remonta, antes de mais nada, à consciência pesada do psicanalista pelo milagre operado por sua fala. Ele interpreta o símbolo e eis que o sintoma, que o inscreve como letras de sofrimento na carne do sujeito, se apaga. Essa taumaturgia é chocante para nossos costumes. Pois, afinal, somos doutos, e a magia não é uma prática defensável. Livramo-nos dela imputando ao paciente um pensamento mágico. Dentro em breve, estaremos pregando a nossos doentes o Evangelho segundo Lévy-Bruhl. Até lá, eis-nos retransformados em pensadores, e eis também restabelecidas as justas distâncias que é preciso saber guardar dos doentes, e das quais sem dúvida tínhamos abandonado meio apressadamente a tradição, tão nobremente expressa nestas linhas de Pierre Janet sobre as pequenas capacidades da histérica, comparadas a nossos píncaros: “Ela nada compreende da ciência”, confia-nos Janet, falando da pobrezinha, “e não imagina que possamos interessar-nos por isso... Se pensarmos na falta de controle que caracteriza seu pensamento, em vez de nos escandalizarmos com suas mentiras, que aliás são muito ingênuas, ficaremos surpresos, antes, de que ainda haja tantas que são sinceras” etc.

Essas linhas, por representarem o sentimento a que voltaram muitos dos analistas de hoje que condescendem em falar “sua linguagem” com o doente, podem servir-nos para compreender o que se passou nesse meio tempo. Pois, se Freud tivesse sido capaz de assiná-las, como poderia ter ouvido, da maneira como ouviu, a verdade incluída nas historietas de suas primeiras doentes, ou decifrado um delírio obscuro como o de Schreber, a ponto de ampliá-lo proporcionalmente ao homem eternamente acorrentado a seus símbolos?

[307]

Será nossa razão tão frágil a ponto de não se reconhecer em pé de igualdade na meditação do discurso erudito e na troca primeira do objeto simbólico, e de não encontrar neles a medida idêntica de seu ardil original?

Acaso será preciso lembrar o parâmetro do “pensamento” aos praticantes de uma experiência que mais aproxima sua ocupação de um erotismo intestino que de um equivalente da ação?

Será preciso que este que lhes fala ateste que não tem, quanto a ele, necessidade de recorrer ao pensamento para compreender que, se lhes está falando da fala neste momento, é na medida em que temos em comum uma técnica da fala que os torna aptos a ouvi-lo quando ele lhes fala disso, e que o predispõe a se dirigir, através de vocês, àqueles que nada ouvem?

Sem dúvida, temos que dar ouvidos ao não-dito que jaz nos furos do discurso, mas isso não é para ser ouvido como pancadas desferidas atrás do muro.

Pois — para não mais nos ocuparmos, como se gabam alguns, senão desses ruídos — deve-se convir que não estamos situados nas condições mais propícias para lhes decifrar o sentido: como, sem a audácia de compreendê-lo, traduzir aquilo que em si não é linguagem? Assim levados a apelar para o sujeito, uma vez que, no fim das contas, é para seu ativo que temos de transferir esse compreender, colocamo-lo conosco na aposta, que é realmente que o compreendamos, e esperamos que uma recompensa nos torne a ambos ganhadores. Mediante o quê, prosseguindo nesse ritmo de vaivém, ele mesmo aprenderá muito simplesmente a marcar o compasso, forma de sugestão que é tão boa quanto qualquer outra, o que quer dizer que, como em qualquer outra,

não se sabe quem faz a marcação. O método é reconhecido como bastante seguro quando se trata de ir ao furo.⁵⁶

A meio caminho desse extremo, coloca-se a pergunta: continua a psicanálise a ser uma relação dialética em que o não-agir do analista guia o discurso do sujeito para a realização de sua verdade, ou será que se reduz a uma relação fantasística em que “dois abismos se roçam” sem se tocar, até o esgotamento da gama das regressões imaginárias — até uma espécie de *bundling*⁵⁷ levado a seus limites supremos em matéria de prova psicológica?

[308]

De fato, a ilusão que nos impele a buscar a realidade do sujeito para-além do muro da linguagem é a mesma pela qual o sujeito crê que sua verdade já está dada em nós, que a conhecemos de antemão, e é igualmente por isso que ele fica boquiaberto ante nossa intervenção objetivante.

Sem dúvida ele não tem, por sua vez, que responder por esse erro subjetivo, que, declarado ou não em seu discurso, é imanente ao fato de ele haver entrado em análise e concluído seu pacto de princípios. E seria ainda menos possível negligenciar a subjetividade desse momento na medida em que encontramos nele a razão do que podemos chamar de efeitos constituintes da transferência, por eles se distinguirem por um índice de realidade dos efeitos constituídos que os sucedem.⁵⁸

Freud, lembremos, tocando nos sentimentos relacionados com a transferência, insistia na necessidade de distinguir neles um fator de realidade e, segundo concluía, seria abusar da docilidade do sujeito querer persuadi-lo, na totalidade dos casos, de que

56. Dois parágrafos reescritos (1966).

57. Designa-se por esse termo o costume de origem celta, e ainda em uso em certas seitas bíblicas da América, que permite aos noivos, e até ao hóspede passageiro que namore a moça da casa, dormirem juntos na mesma cama, sob a condição de se manterem vestidos. A palavra extrai seu sentido do fato de a moça ser comumente empacotada em lençóis. (Quincey fala do assunto. Cf. também o livro de Aurand, o Jovem, sobre essa prática na seita dos amish.) Assim, o mito de Tristão e Isolda, ou o complexo que ele representa, doravante apadrinharia o psicanalista em sua busca da alma prometida a esposais mistificantes através do esgotamento de suas fantasias instintuais.

58. Aí vemos definido, portanto, o que designamos posteriormente como o suporte da transferência: nomeadamente, o sujeito-suposto-saber (1966).

esses sentimentos são uma simples repetição transferencial da neurose. Portanto, como esses sentimentos reais se manifestam como primeiros e o encanto próprio de nossas pessoas é um fator aleatório, pode parecer que há algum mistério nisso.

Mas esse mistério se esclarece ao ser considerado na fenomenologia do sujeito, na medida em que o sujeito se constitui na busca da verdade. Basta recorrer aos dados tradicionais que os budistas nos fornecerão, se é que eles não são os únicos, para reconhecer nessa forma da transferência o erro próprio da existência, e sob três categorias que eles assim enumeram: o amor, o ódio e a ignorância. Portanto, é como contra-efeito do movimento analítico que entenderemos sua equivalência no que se chama uma transferência originalmente positiva — cada qual encontrando meios de se esclarecer pelos outros dois quanto a esse aspecto existencial, se não excetuarmos o terceiro, geralmente omitido por sua proximidade do sujeito.

[309]

Evocamos aqui a invectiva pela qual alguém nos tomou por testemunhas da incontinência de que dava mostras um certo trabalho (já demasiadamente citado por nós) em sua objetivação insensata do funcionamento dos instintos na análise, alguém cuja dívida para conosco reconheceremos pelo uso exato que ali fez do termo *real*. Era nestas palavras, com efeito, que ele “liberava”, como dizem, “seu coração”: “Já é mais do que hora de acabar com essa vigarice que tende a levar a crer que sucede no tratamento seja o que for de real.” Deixemos de lado o que resultou daí, pois, infelizmente, se a análise não curou o vício oral do cão de que falam as Escrituras, seu estado é pior do que antes: é o vômito dos outros que ele engole.

Pois essa tirada não estava mal orientada, efetivamente buscando a distinção, nunca antes produzida na análise, entre os registros elementares cujo fundamento desde então estabelecemos nestes termos: simbólico, imaginário e real.

A realidade na experiência analítica, com efeito, fica frequentemente velada sob formas negativas, mas não é demasiado trabalhoso situá-la.

Ela se encontra, por exemplo, no que habitualmente reprovamos como intervenções ativas; mas seria um erro definir seu limite por isso.

Pois está claro, por outro lado, que a abstinência do analista, sua recusa a responder, é um elemento da realidade na análise.

Mais exatamente, é nessa negatividade, na medida em que ela é pura, isto é, desvinculada de qualquer motivo particular, que reside a junção entre o simbólico e o real. O que se compreende pelo fato de esse não-agir fundamentar-se em nosso saber afirmado do princípio de que tudo o que é real é racional, e pelo motivo daí decorrente de que é ao sujeito que cabe descobrir sua dimensão.

[310]

De resto, essa abstinência não é indefinidamente sustentada; depois que a questão do sujeito assume a forma de fala verdadeira, nós a sancionamos com nossa resposta, embora também tenhamos mostrado que uma fala verdadeira já contém sua resposta, e que apenas reproduzimos com nosso *lai* seu refrão. Que quer dizer isso, senão que nada fazemos a não ser dar à fala do sujeito sua pontuação dialética?

Vê-se, portanto, o outro momento em que o simbólico e o real se conjugam, e já o havíamos apontado teoricamente: na função do tempo, o que merece que nos detenhamos por um momento nos efeitos técnicos do tempo.

O tempo desempenha seu papel na técnica em diversas incidências.

Ele se apresenta inicialmente na duração da análise total, e implica o sentido a ser dado ao término da análise, que é a questão prévia à dos signos de seu fim. Tocaremos no problema da fixação de seu término. Mas está claro desde já que essa duração só pode ser antecipada para o sujeito como indefinida.

Isso, por duas razões, que só podemos distinguir na perspectiva dialética:

— uma que provém dos limites de nosso campo e confirma nossa colocação sobre a definição de seus confins: não podemos prever no sujeito qual será seu *tempo para compreender*, na medida em que ele inclui um fator psicológico que nos escapa como tal; — outra que é propriamente do sujeito, e pela qual a fixação de um término equivale a uma projeção espacializante, onde ele se encontra desde logo alienado de si mesmo: já que o prazo de sua verdade pode ser previsto, advenha o que advier na intersubjetividade intervalar, é que a verdade já está dada, ou seja, restabelecemos no sujeito sua miragem original, na medida em que ele deposita em nós sua verdade e em que, ao sancionar isso com nossa autoridade, instalamos sua análise numa aberração, que será impossível de corrigir em seus resultados.

Foi justamente isso que aconteceu no célebre caso do Homem dos Lobos, cuja importância exemplar foi tão bem compreendida por Freud que ele tornou a se apoiar nela em seu artigo sobre a análise finita ou infinita.⁵⁹

A fixação antecipada de um prazo, primeira forma de intervenção ativa, inaugurada (*proh pudor!*⁶⁰) pelo próprio Freud, seja qual for a certeza divinatória (no sentido próprio do termo⁶¹) de que possa dar mostras o analista ao seguir seu exemplo, sempre deixa o sujeito na alienação de sua verdade.

Aliás, encontramos a confirmação disso em dois fatos do caso de Freud:

Primeiro, o Homem dos Lobos — malgrado todo o feixe de provas que demonstram a historicidade da cena primária, malgrado a convicção que ele manifesta a respeito dela, imperturbável ante as dubitações metódicas cuja prova Freud lhe impõe — jamais consegue, entretanto, integrar-lhe a rememoração em sua história.

Segundo, o Homem dos Lobos demonstra ulteriormente sua alienação da maneira mais categórica, sob uma forma paranóide.

É verdade que aí se imiscui um outro fator pelo qual a realidade interfere na análise, a saber, o dom pecuniário de cujo valor simbólico nos reservamos tratar em outro lugar, mas cuja importância já se indica no que evocamos do vínculo da fala com o dom constitutivo da troca primária. Ora, aqui, o dom pecuniário é invertido por uma iniciativa de Freud em que podemos reconhecer, tanto quanto em sua insistência em voltar ao caso, a subjetivação, não resolvida nele, dos problemas que o caso deixa

59. Pois é essa a tradução correta dos dois termos que foram traduzidos, com a infalibilidade no contra-senso que já assinalamos, por “análise terminável e análise interminável”.

60. “Ó pudor!”. (N.E.)

61. Cf. Aulo Gálio, *Noites áticas*, II, 4: “Num processo, quando se trata de quem será encarregado da acusação, e quando duas ou várias pessoas solicitam inscrever-se para esse mister, o julgamento pelo qual o tribunal nomeia o acusador chama-se adivinhação (...). Essa palavra provém de que, sendo o acusador e o acusado duas coisas correlatas, e que não podem subsistir uma sem a outra, e apresentando o tipo de julgamento de que se trata aqui um acusado sem acusador, há que recorrer à adivinhação para descobrir o que a causa não indica, o que ela continua a deixar desconhecido, ou seja, o acusador.”

em suspenso. E ninguém duvida de que esse tenha sido um fator desencadeador da psicose, aliás sem saber dizer muito bem por quê.

[312]

Não será compreensível, no entanto, que admitir que um sujeito seja mantido à custa do pritaneu da psicanálise (era de uma coleta do grupo que ele recebia sua pensão), a título do serviço por ele prestado à ciência como caso, é também instituí-lo decisivamente na alienação de sua verdade?

O material do suplemento de análise em que o doente foi confiado a Ruth Mack Brunswick ilustra a responsabilidade do tratamento anterior, demonstrando nossas afirmações sobre os respectivos lugares da fala e da linguagem na mediação psicanalítica.

Mais ainda, é na perspectiva deles que podemos apreender como Ruth Mack Brunswick, em suma, não se balizou nada mal em sua posição delicada com respeito à transferência. (Havemos de estar lembrados do próprio muro de nossa metáfora, na medida em que ele figura num dos sonhos, com os lobos do sonho-chave mostrando-se ávidos de contorná-lo...) Nosso seminário sabe tudo isso, e os outros poderão aí se exercer nele.⁶²

Queremos, com efeito, tocar num outro aspecto, particularmente palpitante na atualidade, da função do tempo na técnica. Queremos falar da duração da sessão.

Aqui, trata-se ainda de um elemento que pertence manifestamente à realidade, já que representa nosso tempo de trabalho, e, por esse ângulo, enquadra-se numa regulamentação profissional que pode ser considerada vigente.

Suas incidências subjetivas, porém, não são menos importantes. Antes de mais nada, para o analista. O caráter tabu com que ele tem sido apresentado em debates recentes é prova suficiente de que a subjetividade do grupo está muito pouco liberada a seu respeito, e o caráter escrupuloso, para não dizer obsessivo, que assume para alguns, senão para a maioria, a observação de um padrão cujas variações históricas e geográficas não parecem inquietar ninguém, aliás, é realmente o sinal da existência de um problema que se está tão menos disposto a abordar quanto mais se sente que ele levaria muito longe no questionamento da função do analista.

62. Dois parágrafos reescritos (1966).

Para o sujeito em análise, por outro lado, não se pode desconhecer sua importância. O inconsciente, profere-se num tom tão mais entendido quanto menos se é capaz de justificar o que se quer dizer, o inconsciente demanda tempo para se revelar. Estamos de pleno acordo. Mas, perguntamos: qual é sua medida? Será a do universo da precisão, para empregar a expressão do sr. Alexandre Koyré? Sem dúvida, vivemos nesse universo, mas seu advento para o homem é de data recente, já que remonta exatamente ao relógio de Huyghens, ou seja, ao ano de 1659, e o mal-estar do homem moderno não indica precisamente que tal precisão seja para ele um fator de liberação. Esse tempo da queda dos graves, será ele sagrado como correspondente ao tempo dos astros tal como instaurado no eterno por Deus, que, como nos disse Lichtenberg, reordena nossos quadrantes solares? Quem sabe tenhamos idéia melhor disso ao comparar o tempo da criação de um objeto simbólico com o momento de desatenção em que o deixamos cair?

[313]

Como quer que seja, se o trabalho de nossa função durante esse tempo continua problemático, cremos ter posto em evidência suficientemente a função do trabalho no que o paciente nele realiza.

Mas a realidade desse tempo, seja ela qual for, assume a partir daí um valor local, o de um recebimento do produto desse trabalho.

Desempenhamos um papel de registro, ao assumir a função, fundamental em toda troca simbólica, de recolher aquilo a que *do kamo*, o homem em sua autenticidade, evoca a fala que dura.

Testemunha que responde pela sinceridade do sujeito, depositário do processo-verbal de seu discurso, referência de sua exatidão, garante de sua integridade, guardião de seu testamento, tabelião de seus codicilos, o analista participa do escriba.

Mas continua mestre e senhor da verdade da qual esse discurso é o progresso. É ele, antes de mais nada, que pontua, como dissemos, sua dialética. E nisso, ele é apreendido como juiz do mérito desse discurso. O que comporta duas consequências.

A suspensão da sessão não pode deixar de ser experimentada pelo sujeito como uma pontuação em seu progresso. Sabemos como dela calcula o vencimento para articulá-la a seus próprios prazos ou mesmo a suas escapatórias, como a antecipa, sopesando-a à maneira de uma arma, espreitando-a como um abrigo.

Esse é um fato bem constatado na prática dos textos das escrituras simbólicas, quer se trate da Bíblia ou dos textos canônicos chineses: neles, a ausência de pontuação é uma fonte de ambigüidade, a pontuação colocada fixa o sentido, sua mudança o transforma ou o transtorna e, errada, equivale a alterá-lo.

[314]

A indiferença com que o corte do *timing* interrompe os momentos de pressa no sujeito pode ser fatal para a conclusão rumo à qual se precipitava seu discurso, ou mesmo cristalizar nela um mal-entendido, senão servir de pretexto para um ardil distorsivo.

Os debutantes parecem mais atingidos pelos efeitos dessa incidência, o que dos outros faz pensar que suportam sua rotina.

Decerto, a neutralidade que manifestamos ao aplicar estritamente essa regra mantém a via de nosso não-agir.

Mas, esse não-agir tem limites, ou então não haveria intervenção: e por que torná-la impossível nesse ponto, assim privilegiado?

O perigo de que esse ponto assuma um valor obsessivo no analista está, simplesmente, em que ele se presta à convivência do sujeito: não apenas acessível ao obsessivo, mas nele assumindo um vigor especial, justamente por seu sentimento do trabalho. Sabemos do toque de trabalho forçado que, nesse sujeito, envolve até seu lazer.

Esse sentido é sustentado por sua relação subjetiva com o mestre/senhor, na medida em que é a morte deste que ele espera.

O obsessivo manifesta, com efeito, uma das atitudes que Hegel não desenvolveu em sua dialética do senhor e do escravo. O escravo esquivou-se ante o risco da morte, onde a oportunidade de dominação lhe foi oferecida numa luta de puro prestígio. Mas, como sabe ser mortal, ele também sabe que o mestre/senhor pode morrer. Por conseguinte, pode concordar em trabalhar para o mestre/senhor e em renunciar ao gozo nesse meio tempo: e, na incerteza do momento em que chegará a morte do mestre/senhor, ele aguarda.

Tal é a razão intersubjetiva tanto da dúvida quanto da procrastinação que são traços de caráter no obsessivo.

Entretanto, todo o seu trabalho se efetua sob a égide dessa intenção e se torna, por essa égide, duplamente alienante. É que não somente a obra do sujeito lhe é furtada por um outro, o que é a relação constitutiva de todo trabalho, como o reconhecimento, pelo sujeito, de sua própria essência em sua obra, onde esse trabalho encontra sua razão, escapa-lhe igualmente, pois ele

próprio “não está ali”⁶³, está no momento antecipado da morte do mestre/senhor, a partir da qual viverá, mas à espera da qual se identifica com ele como morto, mediante o que ele mesmo já está morto.

Não obstante, ele se esforça por enganar o mestre/senhor através da demonstração das boas intenções manifestadas em seu trabalho. É isso que os bons filhos do catecismo analítico exprimem em sua linguagem rude, ao dizerem que o *ego* do sujeito procura seduzir seu *super-ego*.

Essa formulação intra-subjetiva desmistifica-se de imediato ao se compreendê-la na relação analítica, onde o *working through* do sujeito é efetivamente utilizado para a sedução do analista.

Tampouco é por acaso que, tão logo o progresso dialético se aproxima do questionamento das intenções do *ego* em nossos sujeitos, a fantasia da morte do analista, muitas vezes sentida sob a forma de um temor, ou mesmo de uma angústia, nunca deixa de se produzir.

E o sujeito trata de partir novamente numa elaboração ainda mais demonstrativa de sua “boa vontade”.

Como duvidar, por conseguinte, do efeito de um certo desdém assinalado pelo mestre/senhor quanto ao produto desse trabalho? A resistência do sujeito pode ver-se absolutamente desconcertada por isso.

A partir desse momento, seu álibi até então inconsciente começa a se desvelar para ele, e o vemos procurar apaixonadamente a razão de tantos esforços.

Não diríamos tanto, se não estivéssemos convencidos de que, ao experimentar num momento de nossa experiência, chegado à sua conclusão, aquilo que foi chamado de nossas sessões curtas, pudemos fazer vir à luz num dado sujeito masculino fantasias de gravidez anal, com o sonho de sua resolução por cesariana, num prazo em que, de outro modo, ainda estaríamos escutando suas especulações sobre a arte de Dostoievski.

Aliás, não estamos aqui para defender esse método, mas para mostrar que ele tem um sentido dialético preciso em sua aplicação técnica.⁶⁴

63. [II] “*n’y est pas*”: expressão que também tem o sentido “não compreende”, “não entende (nada)”. (N.E.)

64. Pedra sem valor ou pedra angular, nosso forte é não ter cedido quanto a esse ponto (1966).

E não somos o único a ter feito a observação de que ele se aproxima, em última instância, da técnica designada pelo nome de *zen*, e que é aplicada como meio de revelação do sujeito na ascese tradicional de certas escolas do Extremo Oriente.

Sem chegar aos extremos a que é levada essa técnica, uma vez que eles seriam contrários a algumas das limitações que a nossa se impõe, uma aplicação discreta de seu princípio na análise parece-nos muito mais admissível do que certas modalidades ditas análise das resistências, na medida em que ela não comporta em si nenhum perigo de alienação do sujeito.

[316]

Pois ela só rompe o discurso para parir a fala.

Eis-nos, pois, acudados contra o muro, contra o muro da linguagem. Estamos em nosso lugar, isto é, do mesmo lado que o paciente, e é nesse muro, que é o mesmo para ele e para nós, que tentaremos responder ao eco de sua fala.

Para-além desse muro, não há nada que não seja, para nós, trevas exteriores. Quererá isso dizer que somos inteiramente senhores da situação? Certamente não e, quanto a isso, Freud nos legou seu testamento sobre a reação terapêutica negativa.

A chave desse mistério, dizem, está na instância de um masoquismo primário, ou seja, numa manifestação em estado puro daquele instinto de morte cujo enigma Freud nos propôs no apogeu de sua experiência.

Não podemos fiar-nos nisso, assim como não poderemos adiar aqui seu exame.

Pois observaremos que se conjugam, numa mesma recusa desse arremate da doutrina, aqueles que conduzem a análise em torno de uma concepção do *ego* cujo erro denunciemos, e aqueles que, como Reich, vão tão longe no princípio de buscar para-além da fala a inefável expressão orgânica, que a fim de, como ele, livrá-la de sua armadura, poderiam simbolizar, na superposição das duas formas vermiculares cujo espantoso esquema podemos ver em seu livro sobre a *análise do caráter*, a indução orgástica que, também como Reich, eles esperam da análise.

Conjunção que sem dúvida nos permitirá augúrios favoráveis quanto ao rigor das formações do espírito, quando tivermos mostrado a profunda relação que une a noção de instinto de morte aos problemas da fala.

A noção de instinto de morte, por menos que a consideremos, propõe-se como irônica, devendo seu sentido ser buscado na

conjunção de dois termos contrários: o instinto, com efeito, em sua acepção mais abrangente, é a lei que regula em sua sucessão um ciclo comportamental para a realização de uma função vital, e a morte aparece desde logo como a destruição da vida.

[317]

No entanto, a definição que Bichat, no despontar da biologia, forneceu da vida, como conjunto das forças que resistem à morte, bem como a mais moderna concepção que encontramos em um Cannon na noção de homeostase, como função de um sistema mantenedor de seu próprio equilíbrio, estão aí para nos lembrar que vida e morte se compõem numa relação polar, no próprio seio de fenômenos relacionados com a vida.

Por conseguinte, a congruência dos termos contrastantes do instinto de morte com os fenômenos de repetição com que a explicação de Freud os relaciona, efetivamente, sob a qualificação de automatismo, não deveria causar dificuldades, caso se tratasse de uma noção biológica.

Todos sentem muito bem que não é nada disso, e aí está o que faz muitos de nós tropeçar em seu problema. O fato de muitos se deterem ante a aparente incompatibilidade desses termos pode até reter nossa atenção, por manifestar uma inocência dialética que sem dúvida desconcertaria o problema classicamente formulado à semântica no enunciado determinativo: uma aldeola no Ganges, com a qual a estética hindu ilustra a segunda forma das ressonâncias da linguagem.⁶⁵

Convém de fato abordar essa noção por suas ressonâncias no que chamaremos a poética da obra freudiana, primeira via de acesso para penetrar em seu sentido e dimensão essencial para compreender sua repercussão dialética, desde as origens da obra até o apogeu que ela marca nesta. Convém lembrar, por exemplo, que Freud nos atesta haver descoberto sua vocação médica no apelo ouvido numa leitura pública do famoso *Hino à natureza* de Goethe, ou seja, nesse texto, encontrado por um amigo, em que o poeta, no declínio de sua vida, concordou em reconhecer um filho putativo das mais jovens efusões de sua pena.

No extremo oposto da vida de Freud, encontramos no artigo sobre a análise finita e infinita a referência expressa de sua nova

[318]

65. É a forma chamada *Laksanalaksana*.

concepção ao conflito dos dois princípios a que Empédocles de Agrigento, no século V antes de Cristo, ou seja, na indistinção pré-socrática da natureza e do espírito, submeteu as alternâncias da vida universal.

Esses dois fatos são-nos uma indicação suficiente de que se trata, ali, de um mito da díade, cuja promoção em Platão é evocada, aliás, em *Para-além do princípio do prazer*, mito que só pode ser compreendido na subjetividade do homem moderno ao se o elevar à negatividade do juízo em que ele se inscreve.

Ou seja, assim como o automatismo de repetição, que é igualmente desconhecido quando se quer dividir seus termos, não visa outra coisa senão a temporalidade historicizante da experiência da transferência, o instinto de morte exprime essencialmente o limite da função histórica do sujeito. Esse limite é a morte, não como término eventual da vida do indivíduo, nem como certeza empírica do sujeito, mas, segundo a fórmula que dele fornece Heidegger, como “possibilidade absolutamente própria, incondicional, insuperável, certa e, como tal, indeterminada do sujeito”, quer dizer, do sujeito definido por sua historicidade.

Com efeito, esse limite está presente a cada instante no que essa história tem de acabado. Ele representa o passado sob sua forma real, isto é, não o passado físico, cuja existência é abolida, nem o passado épico, tal como se aperfeiçoou na obra da memória, nem o passado histórico em que o homem encontra o garante de seu futuro, mas o passado que se manifesta revertido na repetição.⁶⁶

É esse o morto do qual a subjetividade faz seu parceiro na tríade que sua mediação institui no conflito universal entre *Philia*, o amor, e *Neikos*, a discórdia.

Não há mais necessidade, portanto, de recorrer à noção ultrapassada de masoquismo primário para compreender a razão dos jogos repetitivos em que a subjetividade fomenta, conjuntamente, o domínio de sua derrelição e o nascimento do símbolo.

66. Essas três palavras, nas quais se inscreve nossa última formulação da repetição (1966), vieram substituir um recurso impróprio ao “eterno retorno”, que era tudo o que podíamos fazer ouvir então.

Foram esses jogos de ocultação que Freud, numa intuição genial, produziu, a nosso ver, para que neles reconheçêssemos que o momento em que o desejo se humaniza é também aquele em que a criança nasce para a linguagem. [319]

Podemos agora discernir que o sujeito não domina aí apenas sua privação, assumindo-a, mas que eleva seu desejo a uma potência secundária. Pois sua ação destrói o objeto que ela faz aparecer e desaparecer na *provocação* antecipatória de sua ausência e sua presença. Ela negativiza assim o campo de forças do desejo, para se tornar, em si mesma, seu próprio objeto. E esse objeto, ganhando corpo imediatamente no par simbólico de dois dardejamentos elementares, anuncia no sujeito a integração diacrônica da dicotomia dos fonemas, da qual a linguagem existente oferece a estrutura sincrônica a sua assimilação; do mesmo modo, a criança começa a se comprometer com o sistema do discurso concreto do ambiente, reproduzindo mais ou menos aproximativamente, em seu *Fort!* e em seu *Da!*, os vocábulos que dele recebe.

Fort! Da! É realmente já em sua solidão que o desejo do filho do homem torna-se o desejo de um outro, de um *alter ego* que o domina e cujo objeto do desejo é, doravante, seu próprio sofrimento.

Se a criança se dirige agora a um parceiro imaginário ou real, vê-lo-á obedecer igualmente à negatividade de seu discurso e, tendo seu apelo como efeito fazê-lo esquivar-se, ela procurará numa intimação banidora a provocação do retorno que a reconduz a seu desejo.

Assim, o símbolo se manifesta inicialmente como assassinato da coisa, e essa morte constitui no sujeito a eternização de seu desejo.

O primeiro símbolo em que reconhecemos a humanidade em seus vestígios é a sepultura, e a intermediação da morte se reconhece em qualquer relação em que o homem entra na vida de sua história.

Única vida que perdura e que é verdadeira, uma vez que se transmite sem se perder, na tradição perpetuada de sujeito para sujeito. Como não ver de que alturas ela transcende a vida herdada pelo animal, e na qual o indivíduo evanesce na espécie, já que nenhum memorial distingue seu efêmero aparecimento

daquele que a reproduzirá na invariabilidade do tipo? Postas de lado, com efeito, as mutações hipotéticas do *phylum* a serem integradas por uma subjetividade que o homem ainda aborda apenas de fora, nada, a não ser as experiências em que o homem a associa, distingue um rato de um rato, um cavalo de um cavalo — nada senão a passagem inconsistente da vida para a morte —, ao passo que Empédocles, precipitando-se no Etna, deixa para sempre presente na memória dos homens esse ato simbólico de seu ser-para-a-morte.

[320]

A liberdade do homem inscreve-se inteira no triângulo constitutivo da renúncia que ele impõe ao desejo do outro, pela ameaça da morte para o gozo dos frutos de sua servidão — sacrifício consentido de sua vida pelas razões que dão à vida humana sua dimensão — e pela renúncia suicida do vencido, que frustra da vitória o mestre/senhor que ele deixa entregue à sua desumana solidão.

Dessas imagens da morte, a terceira é o supremo desvio pelo qual a particularidade imediata do desejo, reconquistando sua forma inefável, encontra na denegação um derradeiro triunfo. E é preciso reconhecermos seu sentido, pois com ela nos confrontamos. Ela não é, com efeito, uma perversão do instinto, mas aquela afirmação desesperada da vida que é a forma mais pura em que reconhecemos o instinto de morte.

O sujeito diz “Não!” a esse brincar-de-passar-anel da intersubjetividade, onde o desejo só se faz reconhecer por um instante para se perder num querer que é querer do outro. Pacientemente, ele subtrai sua vida precária das agregações docilizantes do Eros do símbolo, para afirmá-la enfim numa maldição sem palavras.

Por isso, quando queremos atingir no sujeito o que havia antes dos jogos seriais da fala, e aquilo que é primordial no nascimento dos símbolos, vamos encontrá-lo na morte, de onde sua existência retira tudo o que tem de sentido. É como desejo de morte, de fato, que ele se afirma para os outros; se ele se identifica com o outro, é cristalizando-o na metamorfose de sua imagem essencial, e nenhum ser jamais é por ele evocado senão entre as sombras da morte.

Dizer que esse sentido mortal revela na fala um centro externo à linguagem é mais do que uma metáfora, e evidencia uma estrutura. Essa estrutura é diferente da espacialização da circun-

ferência ou da esfera onde nos comprazemos em esquematizar os limites do vivente e de seu meio: ela corresponde, antes, ao grupo relacional que a lógica simbólica designa topologicamente como um anel.

Ao querer fornecer dele uma representação intuitiva, parece que, mais do que à superficialidade de uma zona, é à forma tridimensional de um toro que conviria recorrer, na medida em que sua exterioridade periférica e sua exterioridade central constituem apenas uma única região.⁶⁷

[321]

Esse esquema satisfaz a circularidade sem fim do processo dialético que se produz quando o sujeito se apercebe de sua solidão, quer na ambigüidade vital do desejo imediato, quer na plena assunção de seu ser-para-a-morte.

Mas nele se pode apreender, ao mesmo tempo, que a dialética não é individual, e que a questão do término da análise é a do momento em que a satisfação do sujeito encontra meios de se realizar na satisfação de cada um, isto é, de todos aqueles com quem ela se associa numa obra humana. Dentre todas as que se propõem neste século, a obra do psicanalista talvez seja a mais elevada, porque funciona como mediadora entre o homem da preocupação e o sujeito do saber absoluto. Isso também se dá porque ela exige uma longa ascese subjetiva, e que jamais será interrompida, não sendo o fim da própria análise didática separável do engajamento do sujeito em sua prática.

Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo da tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico. Que ele conheça bem a espiral a que o arrasta sua época na obra contínua de Babel, e que conheça sua função de intérprete na discórdia das línguas. Quanto às trevas do *mundus* ao redor do qual se enrosca a imensa torre, que ele deixe à visão mística a tarefa de ver elevar-se ali, sobre um bosque eterno, a serpente putrefaciente da vida.

Permitam-nos rir, se imputarem a estas colocações que elas desviam o sentido da obra de Freud das bases biológicas que

67. Premissas da topologia que vimos exercitando há cinco anos (1966).

ele lhes teria augurado e enveredam pelas referências culturais por que ela é perpassada. Não queremos pregar-lhes aqui nem a doutrina do fator *b*, pela qual designariíamos umas, nem a do fator *c*, onde reconheceríamos as outras. Quisemos apenas lembrar-lhes o *a*, *b*, *c* desconhecido da estrutura da linguagem, e fazê-los soletrarem de novo o bê-á-bá, esquecido, da fala.

Pois, que receita haveria de guiá-los numa técnica que se compõe de uma e extrai seus efeitos da outra, se vocês não reconhecessem de uma e de outra o campo e a função.

[322]

A experiência psicanalítica descobriu no homem o imperativo do verbo e a lei que o formou à sua imagem. Ela maneja a função poética da linguagem para dar ao desejo dele sua mediação simbólica. Que ela os faça compreender, enfim, que é no dom da fala⁶⁸ que reside toda a realidade de seus efeitos; pois foi através desse dom que toda realidade chegou ao homem, e é por seu ato contínuo que ele a mantém.

Se o espaço definido por esse dom da fala tem que bastar para a ação de vocês e para seu saber, ele bastará também para seu devotamento. Pois oferece um campo privilegiado.

Quando os devas, os homens e os assuras, lê-se no primeiro *Brahmana* da quinta lição do *Bhrad-aranyaka Upanishad*, terminaram seu noviciado com Prajapati, fizeram-lhe esta súplica: “Fala-nos.”

“*Da*”, disse Prajapati, o deus do trovão. “Haveis-me ouvido?” E os devas responderam: “Tu nos disseste: *Damyata*, domai-vos” — querendo o texto sagrado dizer que as potências superiores submetem-se à lei da fala.

“*Da*”, disse Prajapati, o deus do trovão. “Haveis-me ouvido?” E os homens responderam: “Tu nos disseste: *Datta*, dai” — querendo o texto sagrado dizer que os homens se reconhecem pelo dom da fala.

“*Da*”, disse Prajapati, o deus do trovão. “Haveis-me ouvido?” E os assuras responderam: “Tu nos disseste: *Dayadhvam*, per-

68. Entenda-se bem que não se trata aqui dos “dons” que são sempre reputados como faltando aos novatos, mas de um tom que com efeito lhes falta mais do que lhes conviria.

doai” — querendo o texto sagrado dizer que as potências inferiores ressoam à invocação da fala.⁶⁹

Eis aí, retoma o texto, o que a voz divina faz ouvir no trovão: Submissão, dom, perdão. *Da da da*.

Pois Prajapati a todos responde: “Vós me ouvistes.”

69. Ponge escreve isso como *réson* (1966).

Este título, em simetria com outro que promovia a rubrica então inédita de tratamento-padrão, foi-nos transmitido, em 1953, por um projeto pelo qual era responsável um comitê de psicanalistas. Escolhidos dentre diversas tendências, nosso amigo Henri Ey lhes delegara na *Enciclopédia médico-cirúrgica*, por sua competência, o encargo geral que ele mesmo havia recebido, o dos métodos terapêuticos em psiquiatria.

Aceitávamos essa incumbência em prol da tarefa de interrogar o referido tratamento em seu fundamento científico, único modo pelo qual podia surtir efeito a referência implícita a um desvio desse título que nos era oferecido.

Desvio sumamente sensível, de fato. Pelo menos, acreditamos ter aberto seu questionamento, ainda que sem dúvida contrariando a intenção dos que o promoviam.

Deveríamos pensar que essa questão tenha sido resolvida pela retirada deste artigo, o que, por obséquio do citado comitê, ficou por conta da reformulação corriqueira na manutenção da atualidade desse tipo de obra?

Muitos viram nisso o sinal de uma certa precipitação, explicável, no caso, pela própria maneira como uma certa maioria viu-se definida por nossa crítica. (O artigo foi publicado em 1955.)

Uma questão morcego: examiná-la às claras

“Variantes do tratamento-padrão” — esse título cria um pleonismo, porém nada simples:¹ salientando-se por uma contradição,

1. Em 1966, digamos que o consideramos abjeto. Isso que nos sai da garganta permite-nos reescrever com mais leveza nosso primeiro capítulo.

nem por isso é menos capenga. Será essa uma distorção de seu direcionamento para a informação médica? Ou será que se trata de uma deformação intrínseca à questão?

[324]

Suspensão do passo que serve de passo de entrada em seu problema, por lembrar o que se pressente no público, ou seja, que a psicanálise não é uma terapêutica como as outras. Pois a rubrica *variantes* não quer dizer nem adaptação do tratamento, com base em critérios empíricos nem, digamos, clínicos,² à *variedade* dos casos, nem uma referência às *variáveis* pelas quais se diferencia o campo da psicanálise, e sim uma preocupação, inquieta até, com a pureza nos meios e fins, que deixa pressagiar um status de qualidade melhor do que o rótulo aqui apresentado.

Trata-se, sim, de um rigor de alguma forma ético, fora do qual qualquer tratamento, mesmo recheado de conhecimentos psicanalíticos, não pode ser senão psicoterapia.

Esse rigor exigiria uma formalização, a nosso entender teórica, que não conseguiu satisfazer-se até hoje senão ao ser confundida com um formalismo prático, ou seja, com aquilo que se faz ou que não se faz.

Eis por que não é mau partir da *teoria dos critérios terapêuticos* para esclarecer essa situação.

Decerto, o descaso do psicanalista quanto aos rudimentos exigidos pelo emprego da estatística só encontra paralelo no que ainda é costumeiro na medicina. É entretanto, no seu caso, mais inocente. Pois ele dá menos importância a apreciações sumárias como “melhor”, “muito melhor” e até “curado”, alertado que é por uma disciplina que sabe ressaltar a pressa de concluir como um elemento em si questionável.

Alertado por Freud a examinar de perto os efeitos, em sua experiência, daquilo cujo perigo a expressão *furor sanandi* anuncia, ele não faz muita questão, no final das contas, de exibir tais aparências.

2. A não ser retomando na estrutura aquilo que especifica nossa “clínica”, no sentido de que ela se escora ainda num momento de nascimento, momento originalmente recalcado no médico que a prorroga, transformando-se ele mesmo, a partir desse momento, cada vez mais no filho perdido. Cf. Michel Foucault, *Naissance de la clinique*, PUF, 1964.

Assim, se admite a cura como um benefício adicional do tratamento psicanalítico, ele se precavém contra qualquer abuso do desejo de curar, e o faz de maneira tão habitual que, ao simples fato de uma inovação motivar-se neste, inquieta-se em seu foro íntimo, ou reage no foro do grupo através da pergunta automática que desponta de um “será que isso ainda é psicanálise?”.

[325]

Esse traço talvez pareça, na questão presente, periférico. Mas sua importância está justamente em cingi-la com uma linha que, pouco visível de fora, compõe o esteio interno de um círculo, sem que este deixe de se apresentar como se nada aí o separasse.

No silêncio que é privilégio das verdades indiscutíveis, os psicanalistas encontram o refúgio que os torna impermeáveis a quaisquer outros critérios, salvo os de uma dinâmica, uma tópica e uma economia que eles são incapazes de fazer valer do lado de fora.

Por conseguinte, todo reconhecimento da psicanálise, tanto como profissão quanto como ciência, propõe-se apenas destacar um princípio de extra-territorialidade, ao qual é tão impossível ao psicanalista renunciar quanto o é não negá-lo: o que o obriga a colocar qualquer validação de seus problemas sob o signo do duplo pertencimento, e a se armar com as posturas do inapreensível que tem o Morcego da fábula.

Toda discussão da questão presente inicia-se, pois, por um mal-entendido, que se destaca ainda mais por se produzir na contraluz de um paradoxo vindo de dentro.

Esse paradoxo introduz-se, de fato, por provir de todos os punhos — e os mais abalizados não deixam de demonstrá-lo —, a propósito dos critérios terapêuticos da psicanálise. Que esses critérios se desvançam na medida mesma em que se invoca uma referência teórica é grave, quando é a teoria que se alega para conferir ao tratamento seu status. Mais grave é quando, nessa ocasião, evidencia-se que os termos mais admitidos, subitamente, já não mostram ter outra serventia senão a de indícios da carência ou anteparos da nulidade.

Para ter uma idéia disso, basta nos referirmos às comunicações feitas no último Congresso da Associação Psicanalítica Internacional, reunido em Londres; elas mereceriam ser incluídas no

dossiê em sua totalidade, cada qual em sua íntegra.³ Extrairemos de uma delas uma apreciação comedida (a tradução é nossa): “Há vinte anos”,⁴ escreve Edward Glover, “mandei circular um questionário a fim de prestar contas do que eram as práticas técnicas reais e as normas de trabalho dos psicanalistas neste país (a Grã-Bretanha). Obtive respostas completas de vinte e quatro dos vinte e nove de nossos membros praticantes. Do exame delas transpirou (*sic*) que só havia acordo completo quanto a seis dos sessenta e três pontos levantados. Apenas um desses seis pontos pôde ser considerado fundamental, a saber, a necessidade de analisar a transferência; os demais relacionaram-se com matérias tão insignificantes quanto a inoportunidade de aceitar presentes, a rejeição do uso de termos técnicos na análise, a evitação dos contatos sociais, a abstenção de responder a perguntas, a objeção por princípio às pré-condições e, muito curiosamente, o pagamento de todas as sessões a que se deixa de comparecer.” Essa referência a um levantamento já antigo adquire valor pela qualidade dos praticantes, ainda reduzidos a uma elite, aos quais ele se dirigiu. Ele só é evocado pela urgência, que se tornou pública, daquilo que era apenas uma necessidade pessoal, ou seja (é esse o título do artigo): definir os “critérios terapêuticos da análise”. O obstáculo principal é apontado, ali, em divergências teóricas fundamentais: “Não é preciso olhar muito longe”, continua o texto, “para encontrar sociedades psicanalíticas cindidas em duas (*sic*) por tais diferenças, com grupos extremados a professar visões mutuamente incompatíveis, sendo essas facções mantidas numa união canhestra por grupos intermediários cujos membros, como sói acontecer com todos os ecléticos do mundo, tiram partido de sua falta de originalidade, transformando em virtude seu ecletismo e alegando, implícita ou explicitamente, que, sejam quais forem as divergências de princípio, a verdade científica reside apenas no compromisso. A despeito desse esforço dos ecléticos para manter a aparência de uma frente unida perante o público científico e psicológico, é

[326]

3. Ver *International Journal of Psycho-analysis*, 1954, nº 2: o número inteiro.

4. *IJP*, citado, p.95. Encontraremos esse artigo, integralmente traduzido, nas últimas páginas da coletânea desse autor publicada sob o título de *Technique de la psychanalyse*, Paris, PUF, 1958.

evidente que, sob certos aspectos fundamentais, as técnicas praticadas pelos grupos opostos são tão diferentes quanto a água do vinho.”⁵

[327]

Outrossim, o autor citado não se ilude quanto à oportunidade oferecida pelo Congresso plenário ao qual se dirige para reduzir as discordâncias, e isso na ausência de qualquer crítica à “suposição, estudada e cuidadosamente mantida, de que aqueles que têm a função de participar de tal formulação compartilhariam, ainda que grosseiramente, as mesmas opiniões, falaria a mesma linguagem técnica, seguiriam sistemas idênticos de diagnóstico, prognóstico e seleção de casos, e praticariam, ainda que de maneira aproximativa, os mesmos métodos técnicos. *Nenhuma dessas pretensões resistiria a um exame mais rigoroso.*”⁶

Como seriam necessárias dez páginas dessa Enciclopédia para a simples bibliografia dos artigos e obras em que as autoridades menos contestadas confirmam tal declaração, parece afastado qualquer recurso ao senso comum dos filósofos para encontrar algum parâmetro na questão das variantes do tratamento analítico. A manutenção das normas cai cada vez mais na órbita dos interesses do grupo, como se constata nos EUA, onde esse grupo representa uma potência.

Trata-se, pois, menos de um padrão que de uma postura. O que antes denominamos de formalismo é o que Glover designa por “perfeccionismo”. Basta ressaltar, para nos darmos conta disso, como ele fala do assunto: a análise “perde aí a medida de seus limites”, ideal que a conduz a critérios de sua operação que são “imotivados e, portanto, fora do alcance de qualquer controle”, ou então a uma “*mystique* (a palavra está em francês) que desafia o exame e se furta a qualquer discussão sensata”.⁷

Essa mistificação — é efetivamente esse o termo técnico para designar qualquer processo que torne oculta para o sujeito a origem dos efeitos de sua própria ação — é ainda mais impressionante na medida em que a análise guarda uma popularidade que se alicerça em sua duração, simplesmente por ser tida, numa opinião bastante ampla, como cumprindo seu lugar putativo.

5. *IJP*, citado, p.95.

6. Os grifos são do autor, *IJP*, p.96.

7. *IJP*, 1954, nº2, p.96.

Para tanto, basta que nos círculos das ciências humanas se esteja a esperar isso dela, a lhe atribuir a garantia disso.

Daí resultam problemas que se tornam de interesse público num país como a América, onde a quantidade de analistas confere à qualidade do grupo a importância de um fator sociológico engrenado no coletivo.

[328]

Que o meio considere necessária a coerência entre técnica e teoria, no entanto, nem por isso é mais tranquilizador.

Somente uma apreensão global das divergências, que saiba chegar à sua sincronia, pode atingir a causa de sua discórdia.

Quando se procura empreendê-la, tem-se a idéia de um fenômeno maciço de passividade, até de inércia subjetiva, cujos efeitos parecem aumentar com a ampliação do movimento.

Pelo menos, isso é o que sugere a dispersão que se constata, tanto na coordenação dos conceitos quanto em sua compreensão.

Bons trabalhos esforcem-se por revigorá-los e parecem seguir o incisivo rumo de discutir suas antinomias, mas apenas para recair em sincretismos de pura ficção, que não excluem a indiferença para com a falsa aparência.

Há quem chegue a se regozijar pelo fato de a fragilidade da invenção não haver permitido deteriorações mais numerosas dos conceitos fundamentais, que continuam a ser aqueles que devemos a Freud. Sua resistência a tantos esforços para adulterá-los torna-se a prova, *a contrario*, de sua coerência.

É o que acontece com a transferência, que se revela à prova da teoria vulgarizante ou da idéia vulgar. Efeito que ela deve à robustez hegeliana de sua constituição: que outro conceito existe, com efeito, capaz de destacar melhor sua identidade com a coisa, a coisa analítica, no caso, quando lhe agrega todas as ambigüidades que constituem seu tempo lógico?

Esse fundamento de tempo é aquele com que Freud a inaugurou e que nós modulamos: retorno ou memorial? Outros se detêm na coisa neste ponto ultrapassado: será ela real ou irreal? Lagache⁸ indaga quanto ao conceito: necessidade de repetição ou repetição da necessidade?⁹

8. "Le problème du transfert", *Revue Franç. Psychanal.*, 1952, 16, nº1-2.

9. Em 1966, não há quem siga nosso ensino sem ver nele que a transferência é a imissão do tempo de saber. Esse texto, apesar de reescrito, segue escrupulosamente nossos enunciados de então.

Discernimos aí que os dilemas com que se atrapalha o praticante provêm das reduções com que seu pensamento trai sua ação. Contradições que nos cativam, quando drenadas em sua teoria, elas parecem forçar-lhe a pena com uma certa *anankê* semântica em que se lê *ab inferiori* a dialética de sua ação.

Assim, persiste uma coerência externa nesses desvios da experiência analítica que circundam seu eixo, com o mesmo rigor com que os estilhaços de um projétil, ao se dispersarem, conservam sua trajetória ideal no centro de gravidade do feixe que traçam.

A condição do mal-entendido que assinalamos entravar a psicanálise no caminho de seu reconhecimento revela-se, pois, reforçada por um desconhecimento que é interno a seu próprio movimento.

É aí que a questão das variantes, ao devermos retornar a ela pela condição de ser apresentada ao público médico, pode encontrar uma popularidade imprevista.

Essa plataforma é estreita: inclui tudo no fato de que uma prática que se baseia na intersubjetividade não pode fugir a suas leis, quando, querendo fazer-se reconhecer, invoca os efeitos dela.

Talvez pareça suficiente o lampejo de evidenciar que a extraterritorialidade oculta de que provém a psicanálise, para ser abarcada, sugere ser tratada à maneira de um tumor, pela exteriorização.

Mas só se faz justiça a qualquer pretensão que se enraíze num desconhecimento ao aceitá-la em termos crus.

A questão das variantes da análise, brotando aqui do traço galante de ser ela tratamento-padrão, incita-nos a preservar apenas um critério, por ser ele o único de que dispõe o médico que para elas orienta seu paciente. Esse critério, raramente enunciado, por ser tido como tautológico, nós o escrevemos: uma psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um psicanalista.

*Da via do psicanalista à sua manutenção,
considerada em seu desvio*

O comentário que serve de desfecho ao capítulo precedente tem uma evidência meramente irônica. É que, ao se perfilar no

impasse aparente da questão em sua abordagem dogmática, ele a reitera, examinando bem e sem omitir uma pitada de sal, através de um juízo sintético *a priori*, a partir do qual uma razão prática sem dúvida poderá ser encontrada.

[330]

Pois, se a via da psicanálise é contestada, na questão de suas variantes, a ponto de não mais se recomendar senão por um padrão, uma existência tão precária pressupõe que um homem a sustente, e que seja um homem real.

Por isso, é nas solicitações exercidas sobre o homem real pela ambigüidade dessa via que tentaremos medir, com o efeito que ele experimenta através delas, a noção que adota a partir disso. Se ele realiza sua tarefa nessa ambigüidade, com efeito, é que ela não o detém mais do que é comum à maioria das práticas humanas; mas, se é permanente nessa prática particular a questão do limite a atribuir a suas variantes, é porque não se vê nela o limite em que se detém a ambigüidade.

Portanto, pouco importa que o homem real se desincumba do cuidado de definir esse termo com base nas autoridades, que só acodem para enganar, ou que se conforme em desconhecer-lo em seu rigor, em evitar experimentar-lhe o limite; nos dois casos, ele será, por sua ação, mais ludibriado do que ludibriador, porém só fará ficar mais à vontade para abrigar nela os dons que o adaptam a isso: sem perceber que, ao se entregar à má-fé da prática instituída, ele a faz cair no nível das rotinas das quais os peritos fornecem os segredos, por conseguinte não criticáveis, já que estão sempre subordinados aos mesmos dons, se não for mais ao mundo, que eles se reservam discernir.

Quem se deixa eximir a esse preço do cuidado com sua missão chega até a se acreditar ratificado pela advertência, que continua a ressoar, da própria voz que formula as regras fundamentais de sua prática: não fazer uma idéia por demais elevada dessa missão, e menos ainda fazer-se profeta de alguma verdade estabelecida. Assim, esse preceito, ao se apresentar sob a forma negativa pela qual o mestre pensa oferecer essas regras à compreensão, só faz descortinar seu contra-senso à falsa humildade.

No caminho da que é verdadeira, não é preciso procurar muito pela ambigüidade insustentável que se propõe à psicanálise; ela está ao alcance de todos. É ela que se revela na questão do que

falar quer dizer, e todos a encontram ao simplesmente acolher um discurso. Pois a própria locução em que a língua recolhe sua intenção mais ingênua — a de entender o que ele “quer dizer” — já deixa claro que ele não o diz. Mas o que quer dizer esse “quer dizer” pode ainda ser entendido de duas maneiras, e compete ao ouvinte que seja uma ou outra: ou o que o falante quer lhe dizer através do discurso que lhe dirige, ou o que esse discurso lhe ensina sobre a condição do falante. Assim, não apenas o sentido desse discurso reside naquele que o escuta, como é também de sua acolhida que depende *quem* o diz, ou seja, ou é o sujeito a quem ele dá sua confiança e autorização, ou é esse outro que lhe é dado por seu discurso como constituído.

[331]

Ora, o analista apodera-se desse poder discricionário do ouvinte para elevá-lo a uma segunda potência. Pois, além de se colocar expressamente, para si mesmo ou para o sujeito falante, como intérprete do discurso, ele impõe ao sujeito, no dito de seu discurso, a abertura própria da regra que lhe atribui como fundamental: ou seja, que esse discurso se efetue, *primo*, sem interrupção, *secundo*, sem contenção, e não apenas quanto à preocupação com sua coerência ou sua racionalidade interna, mas também quanto à vergonha de seu apelo *ad hominem* ou de sua aceitabilidade mundana. Assim, ele amplia a distância que coloca à sua mercê a sobredeterminação do sujeito, na ambigüidade da fala constitutiva e do discurso constituído, como se esperasse que os extremos se tocassem por uma revelação que os confunde. Mas essa conjunção não pode operar-se, em razão do limite pouco marcado em que fica contida a pretensa associação livre, através da qual a fala do sujeito é mantida nas formas sintáticas que a articulam como discurso na língua tanto empregada como ouvida pelo analista.

Por conseguinte, o analista detém toda a responsabilidade, no sentido pesado que acabamos de definir a partir de sua posição de ouvinte. Uma ambigüidade sem rodeios, por estar a seu critério como intérprete, repercute numa intimação secreta, que ele não pode afastar nem mesmo ao se calar.

Ademais, os autores reconhecem seu peso. Por mais obscuro que seja este para eles, em função de todos os traços em que se

distingue um mal-estar. Este se agrava com o embaraço ou com o aspecto informe das teorias da interpretação, em sua raridade cada vez maior na prática, pelo adiamento nunca adequadamente motivado do emprego delas. O vago termo analisar vem suprir, com excessiva frequência, a oscilação que paralisa diante do termo interpretar, na impossibilidade de esclarecê-lo. É bem de um efeito de fuga que se trata no pensamento do praticante. A falsa consistência da noção de contratransferência, sua popularidade e as fanfarronadas que ela abriga explicam-se por servir de álibi: o analista furta-se de considerar a ação que lhe compete na produção da verdade.¹⁰

[332]

A questão das variantes se esclareceria ao acompanharmos esse efeito, desta vez diacronicamente, numa *história das variações* do movimento psicanalítico, remetendo à sua raiz universal, isto é, à sua inserção na fala, essa espécie de paródia de catolicismo em que essa questão ganha corpo.

Aliás, não é preciso ser muito letrado¹¹ para saber que as palavras-chave de que mais ciosamente se serve o homem real aqui evocado, para ilustrar sua técnica, nem sempre são as que ele concebe com mais clareza. Os áugures enrubesceriam de tanto atormentar uns aos outros a respeito delas, e não acham ruim que o pudor de seus caçulas, por se estender aos mais novatos através de um paradoxo explicável pelas modalidades que atualmente lhes favorecem a formação, poupe-os dessa prova.

Análise do material, análise das resistências: é nesses termos que cada um expõe o princípio elementar como a última palavra de sua técnica, parecendo a primeira estar obsoleta desde o lançamento da segunda. Mas, sancionando-se a pertinência da interpretação de uma resistência pelo surgimento de um “novo material”, é quanto ao destino a ser reservado a este que começam as nuances ou as divergências. E é aí que, se cabe interpretá-lo como antes, é lícito nos perguntarmos se, nesses dois tempos, o termo interpretação preserva o mesmo sentido.

10. Três parágrafos reescritos.

11. *Clerc*: “letrado”, “perito”, além de “clérigo” ou “eclesiástico”, jogando com o “catolicismo” anterior. (N.E.)

Para responder a isso, podemos reportar-nos às imediações do ano de 1920, quando se instaurou a virada [*le tournant*] (é esse o termo consagrado na história da técnica) desde então considerada decisiva nas vias da análise. Ela se motivou, nessa ocasião, por um amortecimento nos resultados da análise, cuja constatação até hoje só podemos esclarecer pela opinião, apócrifa ou não, na qual o humor do mestre assume, a posteriori, um valor de previsão: a de ter que se apressar a fazer o inventário do inconsciente antes que ele se fechasse.

[333]

No entanto, aquilo cujo descrédito o próprio termo “material” assinala na técnica, a partir daí, é o conjunto dos fenômenos em que até então se aprendera a descobrir o segredo do sintoma, domínio imenso anexado pelo talento de Freud ao conhecimento do homem, e que mereceria o título apropriado de “semântica psicanalítica”: sonhos, atos falhos, lapsos do discurso, desordens de rememoração, caprichos da associação mental etc.

Antes da “virada”, é pelo deciframento desse material que o sujeito recupera, com a disposição do conflito que determina seus sintomas, a rememoração de sua história. É também pelo restabelecimento da ordem e das lacunas desta que se mede, na época, o valor técnico a ser atribuído à redução dos sintomas. Essa redução, constatada, demonstra uma dinâmica em que o inconsciente se define como um sujeito efetivamente constitutivo, já que sustenta os sintomas em seu sentido antes de ser revelado, e que é diretamente experimentado quando se o reconhece na astúcia da desordem em que o recalcado faz uma composição com a censura, no que, note-se de passagem, a neurose se aparenta com a condição mais comum da verdade na fala e na escrita.

Se, portanto, quando o analista dá ao sujeito a chave de seu sintoma, este nem por isso deixa de persistir nele, é que o sujeito resiste a lhe reconhecer o sentido: e daí se conclui que é essa resistência que convém, antes de mais nada, analisar. Entenda-se que essa regra ainda confia na interpretação, mas é da vertente do sujeito, onde se irá buscar essa resistência, que dependerá o desvio que se anuncia; e fica claro que a noção tende a tomar o sujeito como constituído em seu discurso. Basta que ela busque sua resistência fora desse mesmo discurso para o que desvio seja irremediável. Não mais se voltará a questionar em seu fracasso a função constitutiva da interpretação.

Esse movimento de demissão no uso da fala justifica dizer que a psicanálise não saiu, desde então, de sua doença infantil, termo que ultrapassa aqui o lugar-comum, por toda a propriedade que retira do impulso desse movimento: no qual tudo se escora, com efeito, no passo em falso do método acobertado pelo maior nome na psicanálise de crianças.

A noção de resistência, contudo, não era nova. Freud reconheceu seu efeito, desde 1895, como manifestando-se na verbalização das cadeias discursivas em que o sujeito constitui sua história, processo cuja concepção ele não hesitou em converter em imagens, representando essas cadeias como englobando com seu feixe o núcleo patogênico em torno do qual elas se dobram, para deixar claro que o efeito de resistência se exerce no sentido transversal ao paralelismo dessas cadeias. Freud chegou até a enunciar matematicamente a fórmula da proporcionalidade inversa desse efeito à distância do núcleo, na cadeia em processo de memorização, nela encontrando, por isso mesmo, a medida da aproximação efetuada.

Aqui fica claro que, se a interpretação da resistência que está em ação nessa cadeia de discurso distingue-se da interpretação do sentido, pela qual o sujeito passa de uma cadeia para outra mais “profunda”, é no próprio texto do discurso, no entanto, que a primeira se exerce, inclusive em suas elusões, suas distorções, suas elisões ou suas lacunas e síncopes.

A interpretação da resistência descortina, pois, a mesma ambigüidade que analisamos acima na posição do ouvinte, e que aqui retoma a pergunta: *Quem* resiste? — O Eu, respondia a primeira doutrina, aí incluindo sem dúvida o sujeito pessoal, mas unicamente pelo ângulo indiscriminado de sua dinâmica.

É nesse ponto que a nova orientação da técnica precipita-se num engodo: ela responde da mesma maneira, desprezando o fato de estar-se opondo ao Eu cujo sentido o seu oráculo, Freud, acaba de modificar, ao instalá-lo em sua nova tópica, precisamente no intuito de assinalar claramente que a resistência não é privilégio do Eu, mas também do Isso ou do Supereu.

A partir de então, nada mais desse derradeiro esforço de seu pensamento seria realmente compreendido, como se vê pelo fato de os autores da onda da virada ainda estarem revirando em todas as suas faces o instinto de morte, ou se atrapalhando com aquilo com que o sujeito deve propriamente identificar-se no Eu

[334]

ou no Supereu do analista, sem dar um passo que valha, porém multiplicando cada vez mais um contra-senso irresistível.

Por uma inversão da escolha legítima que determina qual sujeito é acolhido na fala, o sujeito constituinte do sintoma é tratado como constituído, ou seja, segundo se costuma dizer, como material, enquanto o Eu, por mais que seja constituído na resistência, torna-se o sujeito a quem o analista passa a apelar como instância constitutiva.

[335]

Que se trata da pessoa em sua “totalidade” é, com efeito, uma falsidade do novo conceito, inclusive e sobretudo por assegurar a ramificação de órgãos chamada sistema percepção-consciência. (Freud, por outro lado, não faz do Supereu o primeiro garante de uma experiência da realidade?)

Na verdade, trata-se do retorno, do tipo mais reacionário e, portanto, sumamente instrutivo, de uma ideologia que é renegada em todos os outros lugares, simplesmente por haver falido.¹²

Basta ler as frases que abrem o livro *O Eu e os mecanismos de defesa*, da srta. Anna Freud¹³ — “Em certos períodos do desenvolvimento da ciência psicanalítica, o interesse teórico pelo ego do indivíduo foi francamente reprovado (...) Qualquer desvio do interesse pelas camadas mais profundas para as mais superficiais da vida psíquica, bem como qualquer desvio da investigação do Isso para o Eu, eram tidos, em geral, como um começo de aversão pela análise” —, para ouvir, no tom ansioso com que elas prenunciam o advento de uma nova era, a música sinistra em que Eurípides inscreve, em suas *Fenícias*, a ligação mítica do personagem de Antígona com a hora do retorno da Esfinge na ação do herói.

A partir daí, é lugar-comum lembrar que nada sabemos do sujeito senão o que seu Eu aceita nos dar a conhecer, chegando Otto Fenichel até mesmo a proferir, muito simplesmente, como

12. Se com estas linhas, como por nossas aulas, aliviamos bastante o imperialismo de tédio contra o qual elas se insurgem, para que, percorrendo-as aqui, corrija-se como que por si mesmo o estilo de emissão, acrescentemos esta nota: que, em 1966, diríamos que o eu é a teologia da livre iniciativa, apontando-lhe como patronos a tríade Fénelon, Guizot e Victor Cousin.

13. Aqui traduzidas por nós. [A. Freud, *O ego e os mecanismos de defesa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.]

uma verdade que não precisa ser discutida, que “é ao Eu que compete a tarefa de compreender o sentido das palavras”.¹⁴

O passo seguinte leva à confusão da resistência com a defesa do Eu.

A noção de defesa, promovida por Freud já em 1894, numa primeira referência da neurose a uma concepção genericamente aceita da função da doença, é retomada por ele, em seu trabalho maior sobre *a inibição, o sintoma e a angústia*, como indicativa de que o Eu se forma a partir dos mesmos momentos que um sintoma.

[336]

Mas, o simples emprego semântico que, em seu livro citado há pouco, a srta. Anna Freud faz do termo Eu, como sujeito do verbo, mostra suficientemente a transgressão que ela lhe consagra, e mostra que, no desvio desde então aceito, o Eu é realmente o sujeito objetivado cujos mecanismos de defesa constituem a resistência.

O tratamento, portanto, passa a ser concebido como um ataque que postula como princípio a existência de uma sucessão de sistemas de defesa no sujeito, o que é bem confirmado pela “resposta para tudo”, ridicularizada de passagem por Edward Glover, pela qual há quem se dê importância a um custo barato, levantando a todo momento a questão de saber se “a agressividade foi suficientemente analisada”,¹⁵ com o que o simplório afirma nunca haver deparado com outros efeitos da transferência senão os agressivos.

Assim é que Fenichel tenta corrigir as coisas, através de um reviramento que as embrulha um pouco mais. Pois, se não é sem interesse que seguimos a ordem que ele traça da operação a ser travada contra as defesas do sujeito, que ele considera como uma praça-forte — donde resulta que as defesas, em seu conjunto, tendem apenas a desviar o ataque daquela que, por encobrir muito de perto aquilo que oculta, já o revela, e também que essa defesa, por conseguinte, é essencialmente o que está em jogo, de modo que a pulsão que ela encerra, oferecendo-se nua, deve ser tomada como o artifício supremo para preservá-lo —, a impressão de realidade que nos retém nessa estratégia prenuncia

14. *Problèmes de technique psychanalytique*, Paris, PUF, p.63.

15. *IJP*, 1954, nº2, p.97.

o despertar que pretende que, ali onde desaparece todo vislumbre de verdade, a dialética recupera seu direito de aparentar que não deve ser inútil na prática, simplesmente por lhe dar um sentido.

Pois já não se vê limite e nem sequer razão na investigação das pretensas profundezas, se o que ela descobre não é mais verdadeiro do que aquilo que encobre, e se, ao esquecer disso, a análise degrada-se numa imensa barafunda psicológica, da qual os ecos que podemos ter de sua prática em alguns dão perfeitamente a sensação.

[337]

Se fingir estar fingindo é, com efeito, um momento possível da dialética, nem por isso a verdade que o sujeito confessa, para que a tomemos por uma mentira, se distingue do que seria seu erro. Mas a manutenção dessa distinção só é possível numa dialética da intersubjetividade em que a fala constituinte seja suposta no discurso constituído.

De fato, ao fugir do para-aquém da razão desse discurso, ele é deslocado a um para-além. Se o discurso do sujeito podia, a rigor e conforme o caso, ser posto entre parênteses, na perspectiva inicial da análise quanto à função de engodo ou obstrução que ele pode exercer na revelação da verdade, é a título de sua função de signo, e de maneira permanente, que ele é hoje desvalorizado. Pois já não é apenas que se o despoje de seu conteúdo para atentar para seu ritmo, seu tom, suas interrupções ou sua melodia. Qualquer outra manifestação da presença do sujeito logo parece dever ser-lhe preferida: sua apresentação na chegada e seu andar, a afetação de suas maneiras e o cumprimento na hora de sua despedida; uma reação de atitude na sessão prende mais a atenção do que um erro de sintaxe, e é mais apreciada por seu indício de tons do que por sua importância gestual. Um acesso emocional ou um borborigmo visceral são testemunhas buscadas da mobilização da resistência, e a parvoíce a que vai o fanatismo da vivência chega a descobrir na inter-subodoração o auge do requinte.

Porém, à medida que a autenticidade da relação analítica mais se destaca do discurso em que ela se inscreve, aquilo que se continua a chamar de sua “interpretação” depende, cada vez mais exclusivamente, do saber do analista. Sem dúvida, esse saber foi muito ampliado nessa via, mas que não se pretenda haver assim tomado distância de uma análise intelectualista, a menos que se reconheça que a comunicação desse saber ao

sujeito age apenas como uma sugestão à qual o critério da verdade permanece alheio. Por isso é que um Wilhelm Reich, que definiu perfeitamente as condições da intervenção em sua modalidade de *análise do caráter*, justificadamente tida como etapa essencial da nova técnica, reconheceu só esperar o efeito dela a partir de sua insistência.¹⁶

[338]

Que o próprio fato dessa sugestão seja analisado como tal não faz dela, no entanto, uma interpretação verdadeira. Tal análise apenas esboçaria a relação de um Eu com um Eu. É isso que se vê na fórmula batida de que o analista deve tornar-se aliado da parte sadia do Eu do sujeito, se ela for complementada pela teoria do desdobramento do Eu na psicanálise.¹⁷ Se assim procedermos a uma série de bipartições do eu do sujeito, levando-a *ad infinitum*, ficará claro que ele se reduz, em última instância, ao Eu do analista.

Por essa via, pouco importa que se proceda segundo uma fórmula em que bem se reflete o retorno ao desdém tradicional do erudito pelo “pensamento mórbido”: falando com o paciente em “sua linguagem”, nem por isso se lhe restitui sua fala.

O fundamento da coisa não é alterado, mas confirmado, ao se formular numa perspectiva totalmente diversa: a da relação de objeto, da qual veremos o papel recente na técnica. Só que, ao se referir a uma introjeção do Eu do analista pelo sujeito, e sob a forma de bom objeto, ela permite imaginar o que um Huron observador deduziria dessa refeição mística a respeito da mentalidade do civilizado moderno, por menos que ele cedesse ao mesmo estranho erro que cometemos ao tomar ao pé da letra as identificações simbólicas do pensamento a que chamamos “primitivo”.

O fato é que um teórico, opinando sobre a delicada questão do término da análise, afirma cruamente que ela implica a identificação do sujeito com o Eu do analista, na medida em que esse Eu o analisa.¹⁸

16. W. Reich, “A análise do caráter”, *Internat. Zschr. ärztl. Psycho-anal.*, 1928, 14, nº2, p.180-96. Trad. ingl. em *The Psychoanalytic Reader*, Londres, Hogarth Press, 1950.

17. R. Streba, “O destino do eu na terapêutica analítica”, *Internat. J. Psycho-Anal.*, 1934, nº2-3, p.118-26.

18. W. Hoffer, “Três critérios psicológicos para encerrar o tratamento”, *Internat. J. Psycho-Anal.*, 1950, nº3, p.194-5.

Essa fórmula, desmistificada, não significa outra coisa senão que, ao excluir sua relação com o sujeito de qualquer fundamentação na fala, o analista nada pode comunicar-lhe que não extraia de um saber preconcebido ou de uma intuição imediata, isto é, que não esteja submetido à organização de seu próprio Eu. [339]

Aceitaremos, de momento, essa aporia a que a análise fica reduzida para manter no desvio seu princípio, e formularemos a pergunta: para assumir que ele é a medida da verdade de todo e qualquer dos sujeitos que se confiam à sua assistência, o que deve ser, portanto, o Eu do analista?

Do Eu na análise e de sua finalidade no analista

O termo aporia, com o qual resumimos na saída do segundo capítulo a vantagem conquistada em relação ao impasse do primeiro, anuncia que realmente pretendemos confrontar essa vantagem no sentido comum do psicanalista — e não, certamente, nos comprazermos em que ele possa ofender-se com isso.

Aqui, mais uma vez, procederemos assinalando que as mesmas coisas exigem um discurso diferente ao serem abordadas em um outro contexto, e prepararemos nossas formulações lembrando que, se prevaleceram sobre a famosa “comunicação dos inconscientes” (tida numa fase anterior, não sem razão, como princípio da verdadeira interpretação) a convivência (*Einfühlung*) e a estimativa (*Abschätzung*) que S. Ferenczi¹⁹ (1928, p.209) pretende que não provenham de outro lugar senão do pré-consciente, é também de um efeito de retorno que se trata na atual promoção dos efeitos incluídos na categoria da contratransferência.²⁰

Aliás, a chicanice só pode prosseguir, na irrelação em que se situa a instância do Eu com suas vizinhas, para aqueles que a tomam por representante da segurança do sujeito.

Há que apelar para o sentimento primeiro dado pelo analista, que não é, afinal, que o Eu seja seu forte, ao menos quando se trata do dele e do capital que ele pode extrair disso.

19. S. Ferenczi, “A elasticidade da técnica psicanalítica”, *Internat. Zschr. ärztl. Psychoanal.*, 1928, 14, nº2, p.207-9.

20. Isto é, da transferência no analista (nota de 1966).

Não será esse o osso que exige que o psicanalista tenha que ser psicanalisado, princípio que S. Ferenczi eleva à categoria de segunda regra fundamental? E não se curva o analista ante este julgamento de Freud que bem podemos dizer que foi o último, já que foi proferido por ele dois anos antes de morrer, qual seja, que “ele geralmente não atinge, em sua própria personalidade, o grau de normalidade a que gostaria de fazer seus pacientes chegarem”?²¹ Esse veredito espantoso, e que não há por que desdizer, retira do psicanalista o benefício daquela desculpa que é possível impor, justamente, em favor de qualquer elite: a de que ela é recrutada entre o comum dos mortais.

[340]

Visto que ela está abaixo da média, a hipótese mais favorável é ver nisso a consequência de um desarvoramento que o texto precedente mostra originar-se no próprio ato analítico.

S. Ferenczi, o autor da primeira geração a questionar com mais pertinência o que se exige da pessoa do psicanalista, sobretudo quanto ao fim do tratamento, evoca em outro texto a base do problema.

Em seu luminoso artigo sobre a elasticidade psicanalítica,²² ele se exprime nestes termos: “Um problema não aflorado até aqui, para o qual chamo a atenção, é o de uma metapsicologia que ainda está por fazer sobre os processos psíquicos do analista durante a análise. Sua balança libidinal mostra um movimento pendular que a faz ir e vir entre uma identificação (amor do objeto na análise) e um controle exercido sobre si mesmo, na medida em que constitui uma ação intelectual. Durante o trabalho prolongado de cada dia, ele não pode, em absoluto, entregar-se ao prazer de esgotar livremente seu narcisismo e seu egoísmo na realidade em geral, mas apenas na imaginação e por breves momentos. Não duvido que uma carga tão excessiva, que dificilmente encontraria similar na vida, exija, cedo ou tarde, o aperfeiçoamento de uma higiene especial no analista.”

Tal é a brutal precondição que adquire valor por aparecer como aquilo que o psicanalista tem que vencer em si mesmo inicialmente. Pois, que outra razão haveria para fazer dela o

21. Freud, *Análise terminável e interminável*, GW, v.XVI, p.93 [ESB, XXIII, 1ª ed., Rio de Janeiro, Imago].

22. *Internat. Zschr. ärztl. Psychoanal.*, 1928, nº2, p.207.

exórdio da via moderada que o autor pretende traçar-nos, aqui, da intervenção do analista, com a linha elástica que ele tratará de definir?

A ordem de subjetividade que ele tem que realizar em si, é apenas isso que se indica por uma seta em cada encruzilhada, monótona ao se repetir em conselhos variados demais para que não investiguemos por onde se juntam. *Menschenkenntnis*, *Menschenforschung*: dois termos cuja ascendência romântica, que os impele para a arte de conduzir os homens e para a história natural do homem, permite-nos apreciar o que o autor promete a si mesmo por um método seguro e um pacto franco — redução da equação pessoal; lugar segundo do saber; influência que saiba não insistir; bondade sem complacência;²³ desconfiança dos altares do benefício; uma única resistência a atacar: a da indiferença (*Unglaube*) ou do muito pouco para mim (*Ablehnung*); incentivo aos ditos malévolos; modéstia verdadeira quanto ao próprio saber: em todas essas instruções, não é o eu que se apaga para dar lugar ao não-sujeito da interpretação? Aliás, elas só adquirem vigor pela análise pessoal do psicanalista, e especialmente por seu fim.

[341]

Onde fica o fim da análise no que concerne ao eu? Como sabê-lo, desconhecendo a função dele na ação mesma da psicanálise? Socorramo-nos pela via de crítica que submete uma obra à prova dos próprios princípios que ela sustenta.

E submetamos a ela a chamada análise do caráter. Esta é exposta como baseada na descoberta de que a personalidade do sujeito estrutura-se como o sintoma que ela sente como estranho, ou seja, ela abriga inadvertidamente um sentido, o de um conflito recalcado. E a investida do material que revela esse conflito é obtida como segundo tempo de uma fase preliminar do tratamento, a qual W. Reich, em sua concepção que se tornou clássica na análise,²⁴ acentua expressamente ter por finalidade fazer o sujeito considerar essa personalidade como um sintoma.

23. Ferenczi não imaginava que um dia ela pudesse passar a ser usada pelo cartaz publicitário (1966).

24. W. Reich, "A análise do caráter", *Internat. Zschr. ärztl. Psycho-anal.*, 1928, 14, nº2. Trad. ingl. em *The Psychoanalytic Reader*, Londres, Hogarth Press, 1950.

É certo que esse ponto de vista mostrou seus frutos numa objetivação de estruturas tais como os chamados tipos de caráter “fálico-narcísico” e “masoquista”, até então desconhecidos, por serem aparentemente assintomáticos, sem falar dos tipos de caráter, já assinalados por seus sintomas, da histérica e do compulsivo, cujo agrupamento de traços, qualquer que seja o valor que convém atribuir à teorização deles, constitui uma contribuição preciosa para o conhecimento psicológico.

[342]

Isso só torna mais importante nos determos nos resultados da análise da qual Reich foi o grande artífice, no balanço que faz dela. Este tem como saldo que a margem de mudança que sanciona essa análise no sujeito nunca chega apenas a fazer com que se superponham as distâncias pelas quais se distinguem as estruturas originais.²⁵ Portanto, o benefício sentido pelo sujeito a partir da análise dessas estruturas, depois de elas terem sido “sintomatizadas” na objetivação de seus traços, obriga a esclarecer mais de perto sua relação com as tensões que a análise resolveu. Toda a teoria que Reich fornece delas baseia-se na idéia de que essas estruturas são uma defesa do indivíduo contra a efusão orgástica, cuja primazia na vivência é a única capaz de assegurar sua harmonia. Sabemos a que extremos o levou essa idéia, a ponto de fazê-lo ser rejeitado pela comunidade analítica. Mas, ao fazer isso, não sem razão, ninguém jamais soube formular muito bem em que é que Reich estava errado.

É que, desde logo, deve-se ver que essas estruturas, já que subsistem à resolução das tensões que parecem motivá-las, desempenham aí apenas um papel de esteio ou de material, que sem dúvida se ordena como o material simbólico da neurose, como comprova a análise, mas que adquire sua eficácia da função imaginária, tal como esta se demonstra nos modos de desencadeamento dos comportamentos instintivos, evidenciados pelo estudo de sua etologia no animal, não sem que esse estudo tenha sido fortemente induzido pelos conceitos de deslocamento ou de identificação, provenientes da análise.

Assim, Reich cometeu apenas um erro em sua análise do caráter: aquilo que denominou de “armadura” (*character armor*) e que tratou como tal não passava de armaria. O sujeito, depois

25. Artigo citado, p.196.

do tratamento, conserva o peso das armas que extrai da natureza e apenas apaga a marca de um brasão.

Se essa confusão revelou-se possível, no entanto, foi porque a função imaginária, guia de vida do animal na fixação sexual no congênere e no cortejamento em que se desencadeia o ato reprodutor, ou na demarcação do território, parece, no homem, estar inteiramente desviada para a relação narcísica em que o Eu se funda, e cria uma agressividade cuja coordenada denota a significação que tentaremos demonstrar como sendo o alfa e o ômega dessa relação; mas o erro de Reich explica-se por sua recusa declarada dessa significação, que se situa na perspectiva do instinto de morte, introduzida por Freud no auge de seu pensamento, e que sabemos ser a pedra de toque da mediocridade dos analistas, quer eles a rejeitem ou a desfigurem.

[343]

Assim, a análise do caráter só pode fundamentar uma concepção propriamente mistificante do sujeito pelo que nela se denuncia como uma defesa, a lhe aplicarmos seus próprios princípios.

Para restabelecer seu valor numa perspectiva verídica, convém lembrar que a psicanálise só foi tão longe na revelação dos desejos do homem ao seguir, nos veios da neurose e da subjetividade marginal do indivíduo, a estrutura própria de um desejo, que assim revela moldá-lo numa profundidade inesperada, ou seja, o desejo de fazer seu desejo ser reconhecido. Esse desejo, onde se verifica literalmente que o desejo do homem se aliena no desejo do outro, de fato estrutura as pulsões descobertas na análise, segundo todas as vicissitudes das substituições lógicas, em sua fonte, sua direção e seu objeto;²⁶ entretanto, longe de essas pulsões, por mais que recuemos em sua história, mostrarem derivar da necessidade de uma satisfação natural, elas só fazem modular-se em fases que reproduzem todas as formas da perversão sexual: pelo menos, esse é o mais evidente e o mais conhecido dos dados da experiência analítica.

Negligencia-se mais facilmente, porém, a dominância que aí se marca da relação narcísica, isto é, de uma segunda alienação através da qual se inscreve no sujeito, com a perfeita ambiva-

26. S. Freud, *As pulsões e seu destino*, GW, X, p.210-32 ["Os instintos e suas vicissitudes", *ESB*, XIV, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

lência da posição em que ele se identifica no par perverso, o desdobramento interno de sua existência e sua facticidade. No entanto, é no sentido propriamente subjetivo assim valorizado na perversão, muito mais do que em seu acesso a uma objetivação reconhecida, que reside — como demonstra a evolução da simples literatura científica — o passo que a psicanálise fez com que fosse dado em sua anexação ao conhecimento do homem.

[344]

Ora, a teoria do Eu na análise continua marcada por um desconhecimento fundamental, a se negligenciar o período de sua elaboração, que, na obra de Freud, vai de 1910 a 1920, e onde ela aparece como inscrevendo-se inteiramente na estrutura da relação narcísica.

Pois, longe de o estudo do Eu haver algum dia constituído, na época inicial da psicanálise, a pitada de aversão a que a srta. Anna Freud pretende referir-se na passagem anteriormente citada, trata-se, antes, desde que se imaginou promovê-lo, de que ele na verdade favorece a subversão.

A concepção do fenômeno do amor-paixão como determinado pela imagem do Eu ideal, bem como a questão levantada da iminência do ódio dentro dele, serão os pontos a meditar no supracitado período do pensamento freudiano, se quisermos compreender como é conveniente a relação do eu com a imagem do outro, tal como aparece suficientemente evidenciada no simples título, que conjuga *Psicologia coletiva e análise do Eu* (1921),²⁷ de um dos artigos com que Freud inaugurou o último período de seu pensamento, aquele em que acabaria de definir o Eu na tópica.

Mas esse acabamento só pode ser compreendido ao apreendermos as coordenadas de seu progresso na noção de masoquismo primário e na de instinto de morte, inscritas no *Para-além do princípio do prazer* (1920),²⁸ bem como na concepção da raiz denegatória da objetivação, tal como exposta no pequeno artigo de 1925 sobre a *Verneinung* (a denegação).²⁹

27. S. Freud, *Psicologia coletiva e análise do eu*, GW, XIII, p.71-161 [“Psicologia de grupo e a análise do ego”, ESB, XVIII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

28. S. Freud, *Além do princípio do prazer*, GW, XIII, p.1-69 [ESB, XVIII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

29. S. Freud, “A denegação”, GW, XIV, p.11-5 [“A negativa”, ESB, XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

Por si só, esse estudo dá sentido ao aumento progressivo do interesse pela agressividade na transferência e na resistência, não menos do que no *Mal-estar da civilização* (1929),³⁰ mostrando que não se trata, ali, da agressão que se imagina na raiz da luta vital. A noção de agressividade corresponde, ao contrário, à dilaceração do sujeito em relação a si mesmo, dilaceração cujo momento primordial ele conheceu ao ver a imagem do outro, captada na totalidade de sua Gestalt, antecipar-se ao sentimento de sua desarmonia motora, que ela estrutura retroativamente como imagens de despedaçamento. Essa experiência tanto motiva a reação depressiva, reconstituída pela sra. Melanie Klein nas origens do Eu, quanto a assunção jubilatória da imagem surgida no espelho, cujo fenômeno, característico do período dos seis ou oito meses, é tido pelo autor destas linhas como manifestando exemplarmente, com a constituição da *Urbild* ideal do eu, a natureza propriamente imaginária da função do Eu no sujeito.³¹

[345]

É, pois, no seio das experiências de imponência e intimidação dos primeiros anos de vida que o indivíduo é introduzido nessa miragem do domínio de suas funções, onde sua subjetividade permanece cindida, e cuja formação imaginária, ingenuamente objetivada pelos psicólogos como função sintética do eu, mostra, antes, a condição que o insere na dialética alienante do Mestre/Senhor e do Escravo.

Mas, se essas experiências, que também se lêem no animal em muitos momentos dos ciclos instintivos, e especialmente na exibição preliminar do ciclo da reprodução, com todos os engodos e aberrações que elas comportam, efetivamente se abrem para essa significação a fim de estruturar em caráter duradouro o sujeito humano, é porque a recebem da tensão experimentada pela impotência própria daquela prematuração do nascimento cuja especificidade os naturalistas reconhecem no desenvolvimento anatômico do homem — fato em que se apreende a deiscência da harmonia natural exigida por Hegel como sendo a doença fecunda, a falha afortunada da vida, onde o homem, ao se distinguir de sua essência, descobre sua existência.

30. S. Freud, *O mal-estar da civilização*, GW, XIV [*O mal-estar na civilização*, ESB, XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

31. J. Lacan, “A agressividade em psicanálise” (1948) e “O estádio do espelho” (1949), neste volume, p.104 e 96-7.

Não há, com efeito, outra realidade senão esse toque da morte cuja marca ele recebe em seu nascimento, por trás do novo encanto que assume no homem a função imaginária. Pois é justamente o mesmo “instinto de morte” que, no animal, manifesta-se nessa função, se nos detivermos na consideração de que, ao servir à fixação específica ao congênera no ciclo sexual, a subjetividade não se distingue da imagem que a cativa, e o indivíduo só aparece aí como representante passageiro dessa imagem, como passagem dessa imagem representada para a vida. Somente ao homem essa imagem revela sua significação mortal, e de morte ao mesmo tempo: que ele existe. Mas essa imagem só lhe é dada como imagem do outro, ou seja, é-lhe arrebatada.

[346]

Assim, o Eu nunca é senão metade do sujeito; e é ainda aquela que ele perde ao encontrá-la. Compreende-se, pois, que faça questão dela e procure conservá-la em tudo o que parece reproduzi-la nele mesmo ou no outro, e que lhe ofereça, com a efígie, a semelhança.

Desmistificando o sentido do que a teoria chama de “identificações primárias”, digamos que o sujeito sempre impõe ao outro, na diversidade radical dos modos de relação, que vão desde a invocação da fala até a simpatia mais imediata, uma forma imaginária que leva o selo ou os selos sobrepostos das experiências de impotência em que essa forma se modelou no sujeito: e essa forma não é outra senão o Eu.

Assim, voltando à ação da análise, é sempre no ponto focal do imaginário onde essa forma se produz que o sujeito tende ingenuamente a concentrar seu discurso, a partir do momento em que é livrado, pela condição da regra, de qualquer ameaça de impugnação a seu respeito. É justamente na pregnância visual que essa forma imaginária conserva de suas origens que está a razão de uma condição que, por mais crucial que a sintamos nas variações da técnica, raramente é tirada a limpo: a que requer que o analista ocupe na sessão um lugar que o torne invisível para o sujeito: a imagem narcísica, com efeito, só faz produzir-se mais pura com isso, e o campo fica mais livre para o proteísmo regressivo de suas seduições.

Ora, sem dúvida o analista sabe, ao contrário, que não lhe convém responder aos apelos, por mais insinuantes que sejam, que o sujeito o faz ouvir nesse lugar, sob pena de ver ganhar corpo o amor transferencial, que nada distingue, a não ser sua

produção artificial, do amor-paixão, vindo as condições que o produziram, a partir de então, a fracassar em função dele, e o discurso analítico, a se reduzir ao silêncio da presença evocada. E o analista sabe também que, conforme a carência de sua resposta, provocará no sujeito a agressividade ou até o ódio da transferência negativa. [347]

Mas ele sabe menos bem que aquilo que responde é menos importante, no caso, do que o lugar de onde responde. Pois não pode contentar-se com a precaução de evitar entrar no jogo do sujeito, uma vez que o princípio da análise da resistência ordena-lhe objetivá-la.

Com efeito, ao simplesmente acomodar sua visada no objeto do qual o Eu do sujeito é a imagem — digamos, nos traços de seu caráter —, ele se colocará, não menos ingenuamente do que faz o próprio sujeito, sob a influência dos artifícios de seu próprio Eu. E o efeito, aqui, não é tanto para ser medido nas miragens que eles produzem, mas na distância que determinam de sua relação com o objeto. Pois basta que ela seja fixa para que o sujeito saiba encontrá-la.

A partir daí, ele entrará no jogo de uma convivência mais radical, onde a modelagem do sujeito pelo Eu do analista será apenas o álibi de seu narcisismo.

Se a verdade dessa aberração não se declarasse abertamente na teoria que se fornece dela, e cujas formas destacamos mais acima, sua prova seria dada nos fenômenos que um dos analistas mais bem formados na escola de autenticidade de Ferenczi analisa, de maneira muito sensível, como característicos dos casos que ele considera terminados: esse analista nos descreve o ardor narcísico pelo qual o sujeito é consumido, e que ele é pressionado a ir extinguir no banho frio da realidade, ou a irradiação, em sua despedida, de uma emoção indescritível, da qual o autor chega até a observar que o analista participa.³² Encontramos a contraprova disso na decepcionada resignação desse mesmo autor ao admitir que alguns seres não podem esperar coisa melhor do que separar-se do analista em meio ao ódio.³³

32. M. Balint, "Sobre o término da análise", *Intern. J. Psycho-Anal.*, 1950, p.197.

33. M. Balint, "Amor e ódio", in *Primary love and Psychoanalytic Technique*, Londres, Hogarth Press, p.155.

Tais resultados sancionam um uso da transferência que corresponde a uma teoria do chamado amor “primário”, que é servido como modelo da voracidade recíproca do par mãe-filho:³⁴ em todas as formas consideradas trai-se a concepção puramente dualista que passou a reger a relação analítica.³⁵

[348]

Se a relação intersubjetiva na análise é efetivamente concebida como a de uma dualidade de indivíduos, ela só pode basear-se na unidade de uma dependência vital perpétua, cuja idéia veio alterar a concepção freudiana da neurose (neurose de abandono), assim como só pode efetuar-se na polaridade passivação-ativação do sujeito, cujos termos são expressamente reconhecidos por Michael Balint como formulando o impasse que torna necessária sua teoria.³⁶ Tais erros são humanamente qualificados na medida mesma da sutileza encontrada em sua conotação na pena desse autor.

Seria impossível retificá-los sem recorrer à mediação que constitui, entre os sujeitos, a fala; mas essa mediação só é concebível ao supormos, na própria relação imaginária, a presença de um terceiro termo: a realidade mortal, o instinto de morte, que foram demonstrados como condicionando os artifícios do narcisismo, e cujos efeitos se encontram, de forma clamorosa, nos resultados reconhecidos por nosso autor como sendo os da análise levada a termo na relação de um Eu a um Eu.

Assim, para que a relação de transferência pudesse escapar desses efeitos, seria preciso que o analista houvesse despojado a imagem narcísica de seu Eu de todas as formas do desejo em que ela se constituiu, para reduzi-la à simples figura que a sustenta sob suas máscaras: a do mestre/senhor absoluto, a morte.

É justamente aí, portanto, que a análise do Eu encontra seu término ideal: aquele em que o sujeito, havendo reencontrado as origens de seu Eu numa regressão imaginária, toca, através da progressão rememoradora, em seu fim na análise, ou seja, a subjetivação de sua morte.

34. M. Balint, “Amor pela mãe e amor materno”, *Internat. J. Psycho-Anal.*, 1949, p.251.

35. M. Balint, “Mudanças dos objetivos e das técnicas terapêuticas da psicanálise”, *Internat. J. Psycho-Anal.*, 1950. Ver as observações sobre a *two-bodies psychology*, p.123-4.

36. Ver apêndice do artigo “Amor pela mãe...”, citado acima.

E seria esse o fim exigível em relação ao Eu do analista, que se pode dizer que deve conhecer apenas o prestígio de um único mestre/senhor, a morte, para que a vida, que ele tem que guiar através de tantos destinos, lhe seja amiga. Fim que não parece fora da expectativa humana — pois não implica que, para ele como para qualquer um, a morte seja mais do que prestígio —, e que vem somente satisfazer as exigências de sua tarefa, tal como acima a define um Ferenczi.

Essa condição imaginária, contudo, só pode ser realizada numa ascese que se afirme no ser por uma via em que todo saber objetivo seja mais e mais colocado em estado de suspensão. Pois, para o sujeito, a realidade de sua própria morte não é nenhum objeto imaginável, e o analista, como qualquer outro, nada pode saber dela, senão que ele é um ser prometido à morte. Portanto, supondo-se que tenha reduzido todos os artifícios de seu Eu para chegar ao “ser-para-a-morte”, nenhum outro saber, quer imediato ou construído, poderá ter sua preferência para que ele o transforme num poder, mesmo que não seja abolido por isso.

Assim, agora ele pode responder ao sujeito do lugar que quiser, porém não quer mais nada que determine esse lugar.

É aí que se encontra, pensando bem, o motivo do profundo movimento de oscilação que reconduz a análise a uma prática “expectante”, após cada tentativa, sempre enganosa, de torná-la mais “ativa”.

A atitude do analista, entretanto, não pode ficar entregue à indeterminação de uma liberdade de indiferença. Mas a recomendação corrente de uma neutralidade benevolente não traz uma indicação suficiente. Pois, se ela subordina o bem querer do analista ao bem do sujeito, nem por isso lhe fornece a disposição de seu saber.

Chegamos, pois, à seguinte pergunta: que deve saber, na análise, o analista?

O que o psicanalista deve saber: ignorar o que ele sabe

A condição imaginária em que desemboca o capítulo precedente só deve ser compreendida como condição ideal. Mas, se fica entendido que pertencer ao imaginário não quer dizer que ela

seja ilusória, digamos que ser tomada por ideal nem por isso a torna mais irreal. É que um ponto ideal, ou uma solução que em matemática se diz “imaginária”, ao darem o pivô de transformação, o nó de convergência de figuras ou funções inteiramente determinadas no real, efetivamente são uma parte integrante dele. É o que acontece com a condição concernente ao Eu do analista, na forma obtida do problema cuja dificuldade destacamos.

A pergunta, transposta agora para o saber do analista, adquire força por não comportar a resposta de que o analista sabe o que faz, já que foi o fato patente que ele o desconhece, na teoria e na técnica, que nos levou a deslocá-la para lá.

Pois, admitindo-se que a análise nada modifica no real, e que “muda tudo” para o sujeito, enquanto o analista não sabe dizer em que consiste sua operação, o termo “pensamento mágico”, para designar a confiança ingênua que o sujeito de quem ele cuida confere a seu poder, afigura-se apenas o álibi de seu próprio desconhecimento.

Se há, com efeito, muitas oportunidades de demonstrar a tolice constituída pelo emprego desse termo na análise e fora dela, sem dúvida encontraremos aqui a mais favorável para perguntar ao analista o que o autoriza a tomar seu saber por privilegiado.

Pois o recurso imbecil ao termo “vivência”, para qualificar o conhecimento que ele extrai de sua própria análise, como se todo conhecimento oriundo de uma experiência não o fosse, não basta para distinguir seu pensamento daquele que lhe atribui ser um homem “que não é como os outros”. Tampouco se pode imputar a frivolidade desse dizer ao *se* que o repete. Pois, caso não *se* tenha fundamento, com efeito, para dizer que ele não é um homem como os outros, já que *se* reconhece no semelhante um homem, porque *se* pode falar com ele, não *se* está errado em querer dizer com isso que ele não é um homem como todo o mundo, por *se* reconhecer num homem um semelhante ao alcance das próprias palavras.³⁷

Ora, o analista se distingue por fazer de uma função que é comum a todos os homens um uso que não está ao alcance de todo o mundo, quando ele *porta* a palavra falada.

37. No trecho a seguir, quando Lacan utiliza *parole*, traduzimos ora por “palavra” ora por “fala” segundo a exigência de cada contexto; *mot* foi traduzido por “termo”. (N.E.)

Pois é justamente isso o que ele faz pela fala do sujeito, mesmo simplesmente ao acolhê-la, como mostramos mais acima, no silêncio do ouvinte. É que o silêncio comporta a fala, como vemos pela expressão guardar silêncio, que, para falar do silêncio do analista, não significa apenas que ele não faz barulho, mas que se cala *em vez de* responder.

Não iremos mais longe por esse caminho, antes de perguntar: que é a fala? E verificaremos que, aqui, todos os termos têm peso.

Nenhum conceito, no entanto, fornece o sentido da fala, nem mesmo o conceito do conceito, pois ela não é o sentido do sentido. Mas ela dá apoio ao sentido no símbolo que encarna por seu ato.

Trata-se, pois, de um ato, e como tal, supõe um sujeito. Porém não basta dizer que, nesse ato, o sujeito supõe um outro sujeito, porque, antes, ele se funda aí como sendo o outro, só que na unidade paradoxal de um e do outro por cujo intermédio mostramos, mais acima, que um se remete ao outro para se tornar idêntico a si mesmo.

Assim, podemos dizer que a fala se manifesta como uma comunicação em que não apenas o sujeito, por esperar que o outro torne verdadeira sua mensagem, vai proferi-la sob uma forma invertida, mas em que essa mensagem o transforma, ao anunciar que ele é o mesmo. É o que se evidencia em toda palavra dada, onde as declarações “tu és minha mulher” ou “tu és meu mestre” significam “sou teu marido”, “sou teu discípulo”.

A fala, portanto, afigura-se tão mais verdadeiramente uma fala quanto menos sua verdade se fundamenta na chamada adequação à coisa: assim, a fala verdadeira opõe-se, paradoxalmente, ao discurso verdadeiro, distinguindo-se a verdade dos dois pelo fato de a primeira constituir o reconhecimento de seus seres pelos sujeitos, no que eles estão inter-essados nela, ao passo que o segundo constitui-se pelo conhecimento do real, tal como visado pelo sujeito nos objetos. Mas, cada uma das verdades aqui distinguidas altera-se ao cruzar com a outra em seu caminho.

Assim é que o discurso verdadeiro, ao destacar na palavra dada os dados da promessa, a faz parecer mentirosa, já que ela compromete o futuro, que, como se diz, não é de ninguém, e também ambígua, por superar incessantemente o ser a quem concerne, na alienação em que se constitui seu devir.

Mas a verdadeira fala, ao interrogar o discurso verdadeiro sobre o que ele significa, descobre que a significação remete sempre à significação, não podendo coisa alguma ser mostrada senão por um signo, e portanto, faz com que ele pareça fadado ao erro.

De que modo, entre o Caribde e o Cila dessa interacusação da fala, o discurso intermediário — aquele em que o sujeito, em seu projeto de se fazer reconhecer, dirige a palavra ao outro, considerando o que sabe de seu ser como dado — não seria forçado aos encaminhamentos da astúcia?

É assim que procede, com efeito, o discurso para convencer, termo que implica a estratégia no processo do acordo. E, por menos que se tenha participado da iniciativa, ou apenas da manutenção de uma instituição humana, sabe-se que a luta é travada em torno dos termos, mesmo havendo acordo quanto às coisas; no que se manifesta mais uma vez a prevalência do termo médio que é a fala.

Esse processo se consuma na má-fé do sujeito, regendo seu discurso entre o engano, a ambigüidade e o erro. Mas essa luta para garantir uma paz tão precária não se oferecerá como o campo mais comum da intersubjetividade, se o homem já não estivesse inteiramente persuadido pela fala, o que quer dizer que se compraz com ela de fora a fora.

É que, do mesmo modo, o homem, na subordinação de seu ser à lei do reconhecimento, é perpassado pelas avenidas da fala, e é por aí que se abre para qualquer sugestão. Contudo, demora-se e se perde no discurso da convicção, em razão das miragens narcísicas que dominam a relação com o outro de seu Eu.

Assim, a má-fé do sujeito, por ser tão constitutiva desse discurso intermediário que nem sequer faz falta à confissão da amizade, é reforçada pelo desconhecimento em que essas miragens a instalam. Foi isso que Freud designou como a função inconsciente do Eu de sua tópica, antes de demonstrar sua forma essencial no discurso da denegação (*Verneinung*, 1925).

Portanto, se ao analista se impõe a condição ideal de que as miragens do narcisismo tenham-se-lhe tornado transparentes, é para que ele seja permeável à fala autêntica do outro, de quem se trata agora de compreender como ele pode reconhecê-la através de seu discurso.

Por certo, esse discurso intermediário, mesmo como discurso do engano e do erro, não deixa de testemunhar a existência da fala em que se funda a verdade, porquanto só se sustenta ao se propor como tal e, mesmo ao se dar abertamente como discurso da mentira, só faz afirmar com mais força a existência dessa fala. E se descobrimos, por essa abordagem fenomenológica da verdade, a chave cuja perda leva o logicismo positivista a buscar o “sentido do sentido”, acaso isso também não faz reconhecer nela o conceito do conceito, na medida em que ele se revela na fala em ato?

Essa fala, que constitui o sujeito em sua verdade, é-lhe no entanto permanentemente proibida, fora dos raros momentos de sua vida em que ele tenta, ainda que confusamente, captá-la no juramento, e proibida porque o discurso intermediário o impele a desconhecê-la. Entretanto, ela fala por toda parte onde pode ser lida em seu ser, ou seja, em todos os níveis em que o formou. Essa antinomia é a mesma do sentido que Freud deu à noção de inconsciente.

Mas, se essa fala ainda assim é acessível, é porque nenhuma fala verdadeira é apenas fala do sujeito, uma vez que é sempre fundamentando-a na mediação com um outro sujeito que ela opera, e que por aí ela se abre para a cadeia sem fim — mas não indefinida, sem dúvida, porque ela se fecha — das palavras em que se realiza concretamente, na comunidade humana, a dialética do reconhecimento.

É na medida em que o analista faz silenciar em si o discurso intermediário, para se abrir para a cadeia das falas verdadeiras, que ele pode instaurar sua interpretação reveladora.

Como se vê toda vez que se considera em sua forma concreta uma interpretação autêntica: para tomar um exemplo, na análise classicamente conhecida pelo nome de “Homem dos Ratos”, a grande virada se acha no momento em que Freud compreende o ressentimento provocado no sujeito pelo calculismo que sua mãe lhe sugere como princípio da escolha de uma esposa. Que a proibição que esse conselho comporta, para o sujeito, de ficar noivo da mulher a quem ele pensa amar, que tal proibição seja referida por Freud à fala do pai dele, contrariando fatos patentes, sobretudo aquele que prima sobre todos — o de que esse pai está morto —, causa bastante surpresa, mas se justifica no nível de uma verdade mais profunda, que ele parece ter adivinhado

sem saber e que se revela pela sequência das associações que o sujeito traz então. Ela não se situa em outro lugar senão o que aqui chamamos de “cadeia das falas”, a qual, por se fazer ouvir tanto na neurose quanto no destino do sujeito, estende-se até muito além do indivíduo: ou seja, trata-se de que uma falta de palavra similar presidiu o casamento de seu pai, e de que essa própria ambigüidade encobriu um abuso de confiança em matéria de dinheiro, o qual, fazendo seu pai ser excluído do exército, destinou-o ao casamento.

Ora, essa cadeia, que não se constitui de acontecimentos puros, aliás todos passados antes do nascimento do sujeito, porém de uma falta — talvez a mais grave, por ser a mais sutil — para com a verdade da palavra, não menos que de uma falta mais grosseira para com sua honra, parecendo a dívida gerada pela primeira haver lançado sua sombra sobre toda uma vida conjugal, e a da segunda, nunca ter sido quitada, fornece o sentido em que se compreende o simulacro de resgate que o sujeito fomenta até o delírio, no processo do grande transe obsessivo que o leva a pedir ajuda a Freud.

Entendemos, é claro, que essa cadeia não é toda a estrutura da neurose obsessiva, mas que se cruza, no texto do mito individual do neurótico, com a trama das fantasias em que se conjugam, como um par de imagens narcísicas, a sombra do pai morto e o ideal da dama de seus pensamentos.

Mas, se a interpretação de Freud, ao desfazer em todo o seu alcance latente essa cadeia, leva a jogar por terra a trama imaginária da neurose, é que, para a dívida simbólica que se promulga no tribunal do sujeito, essa cadeia o faz comparecer ali ainda menos como seu legatário do que como sua testemunha viva.

Pois convém ponderar que não é apenas por uma assunção simbólica que a fala constitui o ser do sujeito, mas que, pela lei da aliança, na qual a ordem humana distingue-se da natureza, a fala determina, desde antes do nascimento, não apenas o status do sujeito, mas a vinda ao mundo de seu ser biológico.

Ora, o acesso de Freud ao ponto crucial do sentido em que o sujeito pôde literalmente decifrar seu destino parece ter-lhe sido franqueado pelo fato de ele mesmo ter sido objeto de uma sugestão similar da prudência familiar — o que sabemos por um fragmento de sua análise, desmascarado em sua obra por

Bernfeld —, e talvez houvesse bastado que, em sua época, ele não houvesse respondido de maneira inversa, para que perdesse no tratamento a oportunidade de reconhecê-la.

Sem dúvida, a fulgurante compreensão de que Freud deu mostra nesse caso não deixa de se velar, muitas vezes, pelos efeitos de seu narcisismo. Mais ainda, por nada dever a uma análise realizada nos moldes habituais, ela deixa entrever, na altivez de suas últimas construções doutrinárias, que os caminhos do ser, para ele, estavam desimpedidos.

Se esse exemplo faz sentir a importância de um comentário da obra de Freud para a compreensão da análise, ele apenas faz as vezes de trampolim para o salto derradeiro na questão presente, qual seja: *o contraste entre os objetos propostos ao analista por sua experiência e a disciplina necessária à sua formação*.

Sem nunca ter sido concebido até o fundo, e nem sequer aproximativamente formulado, esse contraste se exprime, no entanto, como se pode esperar de toda verdade desconhecida, na rebeldia dos fatos.

Primeiro, no nível da experiência, onde ninguém melhor do que um Theodor Reik lhe dá voz, e podemos contentar-nos com o grito de alerta de seu livro *Listening with the Third Ear*,³⁸ ou seja, em francês, *entendre avec une troisième oreille*, “ouvindo com o terceiro ouvido”, pelo qual ele não designa outra coisa, sem dúvida, senão os dois de que o homem dispõe, desde que sejam restituídos à função que a palavra do Evangelho lhes contesta.

Ali veremos as razões de sua oposição à exigência de uma sucessão regular dos planos da regressão imaginária, cujo princípio a análise das resistências postulou, não menos do que às formas mais sistemáticas de *planning* [planejamento] em que esta foi proposta — ao mesmo tempo que ele lembra, por cem exemplos vivos, a via própria para a interpretação verdadeira. Não se pode, ao lê-lo, deixar de reconhecer nestes um recurso lamentavelmente mal definido à adivinhação, se o emprego desse termo recuperar sua virtude ao evocar o ordálio jurídico que ele originalmente designava (Aulo Gélío, *Noites áticas*, l. II, cap. IV), lembrando que o destino humano depende da escolha daquele que for encarregado da acusação pela fala.

[356]

38. Nova York, Garden City Books, 1951.

Não menos nos interessará o mal-estar reinante em tudo o que concerne à formação do analista, e, para colhermos apenas seu último eco, deter-nos-emos nas declarações feitas em dezembro de 1952 pelo dr. Knight, em sua mensagem presidencial à Associação Psicanalítica Norte-Americana.³⁹ Dentre os fatores que tendem a “alterar o papel da formação analítica”, ele aponta, ao lado do aumento do número de candidatos em formação, a “forma mais estruturada do ensino” nos institutos que o dispensam, opondo-o ao tipo anterior de formação por um mestre (“*the earlier preceptorship type of training*”).

Quanto ao recrutamento dos candidatos, ele se exprime assim: “Antigamente, eles eram, antes de mais nada, individualidades introspectivas, marcadas por seu pendor para o estudo e a meditação, e que tendiam a realizar uma individualidade elevada, ou mesmo a restringir sua vida social às discussões clínicas e teóricas com seus colegas. Liam prodigiosamente e dominavam perfeitamente a literatura analítica” (...) “Muito pelo contrário, pode-se dizer que a maioria dos estudantes da última década (...) não são introspectivos, tendem a não ler nada senão a bibliografia que lhes é indicada no programa dos institutos, e só desejam acabar o mais depressa possível o que é exigido para sua formação. Seu interesse volta-se primeiramente para a clínica, preferida à pesquisa e à teoria. Sua motivação para serem analisados é basicamente a de passar pelo que sua formação exige (...) A capitulação parcial de alguns institutos (...), em sua pressa ambiciosa e sua tendência a se satisfazerem com a mais superficial apreensão da teoria, está na origem dos problemas que temos de enfrentar atualmente na formação dos analistas.”

Vê-se muito bem, nesse discurso inteiramente público, como o problema se afigura grave, e também como é pouco ou nada apreendido. O desejável não é que os analisados sejam mais “introspectivos”, mas que compreendam o que fazem; e o remédio não é que os institutos sejam menos estruturados, mas que não se ensine neles um saber pré-digerido, mesmo que resuma os dados da experiência analítica.

[357]

39. R.P. Knight, “Condições atuais da organização da psicanálise nos Estados Unidos”, *J. Am. Psychoanal. Ass.*, abril de 1953, I, nº2, p.197-221.

Mas, o que é preciso compreender antes de mais nada é que, seja qual for a dose de saber assim transmitida, ela não tem para o analista nenhum valor formativo.

Pois o saber acumulado em sua experiência concerne ao imaginário, onde ela tropeça incessantemente, a ponto de ter passado a pautar sua marcha em sua exploração sistemática no sujeito. Assim, ela logrou constituir a história natural de formas de captura do desejo ou de identificações do sujeito, que nunca tinham sido catalogadas em sua riqueza ou abordadas em sua tendência de ação, com esse grau de rigor, nem na ciência nem na sabedoria, ainda que sua exuberância e sedução se houvessem manifestado há muito tempo na imaginação dos artistas.

Mas, além de os efeitos de captura do imaginário serem extremamente difíceis de objetivar num discurso verdadeiro, ao qual eles opõem no cotidiano o obstáculo maior — o que ameaça constantemente a análise de constituir uma ciência ruim, na incerteza em que ela fica dos limites deles no real —, essa ciência, mesmo a se supô-la correta, é apenas de um recurso enganador na ação do analista, pois considera apenas o que foi depositado, e não o que lhes serve de mola.

A experiência, aqui, não concede privilégios nem à chamada tendência “biológica” da teoria, que, é claro, de biológica só tem a terminologia, nem à tendência sociológica às vezes chamada de “culturalista”. O ideal de harmonia “pulsional”, prevalecendo-se de uma ética individualista da primeira tendência, não pode, como é concebível, mostrar efeitos mais humanizantes que o ideal de conformidade ao grupo, pelo qual a segunda se abre para as ambições dos “engenheiros da alma”, e a diferença que podemos ler em seus resultados decorre apenas da distância que separa um enxerto autoplástico de um membro do aparelho ortopédico que o substitui, o que permanece de estropiado, no primeiro caso, em relação ao funcionamento instintivo (o que Freud chama de “cicatriz” da neurose), deixando apenas um benefício incerto quanto ao artifício compensatório visado pelas sublimações, no segundo.

Para dizer a verdade, se a análise confina tão de perto com os domínios assim evocados da ciência que alguns de seus conceitos foram nela utilizados, estes não encontram seu fundamento na experiência desses domínios, e as tentativas que ela produz de ali fazer com que a sua seja naturalizada permanecem

numa suspensão que só a faz ser considerada na ciência ao se colocar como um problema.

Pois, além disso, a psicanálise é uma prática subordinada em sua destinação ao que há de mais particular no sujeito, e, quando Freud enfatiza isso, a ponto de dizer que a ciência analítica deve ser recolocada em questão na análise de cada caso (*vide* o “Homem dos Lobos”, *passim*, desenrolando-se toda a discussão do caso com base nesse princípio), ele mostra suficientemente ao analisado a via de sua formação.

O analista, com efeito, só pode enveredar por ela ao reconhecer em seu saber o sintoma de sua ignorância, e isso no sentido propriamente analítico de que o sintoma é o retorno do recaiado no compromisso, e de que o recaiado, aqui como alhures, é a censura da verdade. A ignorância, de fato, não deve ser entendida aqui como uma ausência de saber, mas, tal como o amor e o ódio, como uma paixão do ser; porque ela pode ser, à semelhança deles, uma via em que o ser se forma.

É justamente aí que reside a paixão que deve dar sentido a toda a formação analítica, como fica evidente simplesmente ao nos abirmos para o fato de que ela estrutura sua situação.

Tentou-se discernir o obstáculo interno à análise didática na atitude psicológica de postulação em que se coloca o candidato em relação ao analista, mas isso não equivale a denunciá-lo em seu fundamento essencial, que é o desejo de saber ou de poder que move o candidato como princípio de sua decisão. Tampouco significa que não se tenha reconhecido que esse desejo deve ser tratado à semelhança do desejo de amar no neurótico, do qual a sabedoria sempre soube que ele é a antinomia do amor — não é a isso que visam os melhores autores, ao declarar que toda análise didática tem a obrigação de analisar os motivos que fizeram o candidato escolher a carreira de analista?⁴⁰

O fruto positivo da revelação da ignorância é o não-saber, que não é uma negação do saber, porém sua forma mais elaborada. A formação do candidato não pode concluir-se sem a ação do mestre ou dos mestres que o formam nesse não-saber, sem o que ele nunca será nada além de um robô de analista.

[359]

40. M. Gitelson, “Problemas terapêuticos na análise do candidato normal”, *Internat. J. Psycho-Anal.*, 1954, nº2, p.174-83.

E é exatamente aí que se compreende o fechamento do inconsciente cujo enigma apontamos no momento da grande virada da técnica analítica, e sobre o qual Freud previu, ainda que numa colocação rápida, que um dia ele poderia resultar da própria difusão, em escala social, dos efeitos da análise.⁴¹ O inconsciente se fecha, com efeito, na medida em que o analista “deixa de ser portador da fala”, por já saber ou acreditar saber o que ela tem a dizer. Assim, se ele fala com o sujeito, que aliás sabe tanto quanto ele, este não pode reconhecer no que ele diz a verdade nascente de sua fala particular. E é isso que explica também os efeitos, amiúde espantosos para nós, das interpretações dadas pelo próprio Freud. É que a resposta que ele dava ao sujeito era a fala verdadeira em que ele mesmo se fundamentava, e, para unir dois sujeitos em sua verdade, a fala exige ser uma fala verdadeira tanto para um quanto para o outro.

Por isso é que o analista deve aspirar a um domínio tal de sua fala que ela seja idêntica a seu ser. Pois não precisará proferir muito dela no tratamento, ou até tão pouco que seria de se supor que não precisa de nenhuma, para ouvir — toda vez que, com a ajuda de Deus, isto é, do próprio sujeito, houver levado um tratamento a seu termo — o sujeito dizer-lhe as próprias palavras em que ele reconhece a lei de seu ser.

E como haveria ele de se surpreender com isso, ele cuja ação, na solidão em que tem que responder por seu paciente, não depende apenas, como se diz do cirurgião, de sua consciência, já que sua técnica lhe ensina que a própria fala que ela revela é obra de um sujeito inconsciente? Por isso, o analista, mais do que outros, deve saber que ele não pode ser em suas palavras senão ele mesmo.

Não estará nisso a resposta à pergunta que foi o tormento de Ferenczi, qual seja, se, para que a confissão do paciente chegue a termo, não deve a do analista ser igualmente proferida? O ser do analista, com efeito, está em ação mesmo em seu silêncio, e é na estiada da verdade que o sustenta que o sujeito profere sua fala. Mas se, de conformidade com a lei da fala, é nele, como

41. S. Freud, “As chances de futuro do tratamento psicanalítico” (1911), *GW*, VIII, p.122s. [“As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica”, *ESB*, XI, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.]

outro, que o sujeito encontra sua identidade, é para manter ali seu próprio ser.

Resultado bem distante da identificação narcísica, tão finamente descrita pelo sr. Balint (ver acima), pois esta deixa o sujeito, numa beatitude desmedida, mais exposto do que nunca a essa figura obscena e feroz que a análise chama de Supereu, e que convém compreender como a hiância aberta no imaginário por toda rejeição (*Verwerfung*) dos mandamentos da fala.⁴²

E não há dúvida de que uma análise didática tem esse efeito, quando o sujeito não encontra nela nada mais apropriado para atestar a autenticidade de sua experiência, por exemplo, do que ter-se enamorado da pessoa que lhe abria a porta na casa de seu analista, tomando-a por mulher dele. Fantasia picante, sem dúvida, por sua conformidade ilusória, mas na qual não há por que gabar-se de haver adquirido um conhecimento vivenciado do Édipo, muito mais destinada que ela está a lhe roubar esse conhecimento, porquanto, atendo-se a isso, ele não terá vivido nada além do mito de Anfitrião, e à maneira do Sósia, isto é, sem entender nada. Por conseguinte, como esperar que, por mais sutil que se haja afigurado em suas promessas, esse sujeito, quando tiver que opinar sobre a questão das variantes, mostre-se de outra maneira que não como um apreciador de fofocas?

Para evitar esses resultados, seria preciso que a análise didática, cujas condições todos os autores assinalam que nunca são discutidas senão de forma censurada, não mergulhasse seus fins e sua prática em trevas cada vez mais profundas, à medida que cresce o formalismo das garantias que se pretende introduzir nela: como o declara e demonstra Michael Balint, com a máxima clareza.⁴³

No que tange à análise, com efeito, a simples quantidade dos pesquisadores não pode surtir sobre a pesquisa os efeitos de qualidade que ela é capaz de ter numa ciência constituída na objetividade. Com psicanalistas medíocres não conseguem fazer seu conhecimento dar um só passo, enquanto um médico, por

42. S. Freud, *O caso do Homem dos Lobos*, GW, XII, p.111 [*História de uma neurose infantil*, ESB, XVII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

43. M. Balint, "Formação analítica e análise didática", *Internat. J. Psycho-Anal.*, 1954, 35, nº2, p.157-62.

ser autor de uma obra genial na gramática (e não se vá imaginar aqui alguma produção simpática do humanismo médico), manteve durante toda a sua vida o estilo da comunicação no interior de um grupo de analistas, a despeito dos ventos de sua discórdância e das marés de suas servidões.

[361]

É que a análise, por progredir essencialmente no não-saber, liga-se, na história da ciência, a seu estado anterior à sua definição aristotélica, que se chama dialética. Do mesmo modo, a obra de Freud, por suas referências platônicas, ou mesmo pré-socráticas, traz o testemunho disso.

Mas, ao mesmo tempo, longe de ser isolada, ou mesmo isolável, ela encontra seu lugar no centro do vasto movimento conceitual que, em nossa época, reestruturando tantas ciências impropriamente chamadas de “sociais”, modificando ou resgatando o sentido de certos setores da ciência exata por excelência, a matemática, para restabelecer as bases de uma ciência da ação humana como fundamentada na conjectura, reclassifica, sob o nome de ciências humanas, o corpo das ciências da intersubjetividade.

O analista terá muito a extrair da pesquisa lingüística em seus avanços modernos mais concretos, para esclarecer os difíceis problemas que lhe são levantados pela verbalização em suas abordagens técnica e doutrinal. Por ora, podemos reconhecer, da maneira mais inesperada, na elaboração dos fenômenos mais originais do inconsciente, sonhos e sintomas, as próprias imagens da retórica obsoleta, que costumeiramente mostram fornecer suas especificações mais depuradas.

A moderna noção da história não será menos necessária ao analista para compreender sua função na vida individual do sujeito.

Mas é propriamente a teoria do símbolo, retomada da faceta de curiosidade em que ela se oferece no que podemos chamar de período paleontológico da análise, e sob o registro de uma pretensa “psicologia das profundezas”, que a análise deve reintroduzir em sua função universal. Nenhum estudo será mais adequado a isso que o dos números inteiros, sobre cuja origem não empírica lhe é impossível meditar demais. E, sem chegar aos exercícios fecundos da moderna teoria dos jogos, ou às formalizações muito sugestivas da teoria dos conjuntos, ele encontrará matéria suficiente para fundamentar sua prática sim-

plesmente aprendendo, como se empenha em ensinar o signatário destas linhas, a contar corretamente até quatro (isto é, a integrar a função da morte na relação ternária do Édipo). [362]

Não se trata aí de definir as matérias de um programa, mas de indicar que, para situar a análise no lugar eminente que os responsáveis pelo ensino público têm a obrigação de reconhecer-lhe, é preciso abri-la à crítica de seus fundamentos, sem o que ela se degrada em efeitos de suborno coletivo.

É à sua disciplina interna que cabe, entretanto, evitar esses efeitos na formação do analista e, através disso, introduzir clareza na questão de suas variantes.

Então se poderá entender a extrema reserva com que Freud introduziu as próprias formas do “tratamento-padrão”, desde então padronizadas, nos seguintes termos:

“Mas, devo dizer expressamente que essa técnica foi obtida apenas como sendo a única apropriada à minha personalidade; eu não me atreveria a contestar que uma personalidade médica constituída de um modo totalmente diferente pudesse ser levada a preferir outras disposições no tocante aos doentes e ao problema por resolver.”⁴⁴

Pois essa reserva então deixará de ser relegada à categoria de sinal de sua profunda modéstia, sendo antes reconhecida como afirmando a verdade de que a análise só pode encontrar sua medida nas vias de uma douda ignorância.

44. S. Freud, “Conselhos ao médico quanto ao tratamento psicanalítico”, *GW*, VIII, p.376. Trecho traduzido pelo autor. [“Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”, *ESB*, XII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.]

As duas amostras que se seguem de nosso seminário incitam-nos a transmitir ao leitor alguma idéia do desígnio de nosso ensino.

Esses textos conservam ainda a violência da novidade que traziam. Avaliar-se-á seu risco ao constatar que seus problemas continuam na ordem do dia, apesar de havermos introduzido uma elaboração que não cessou de se firmar em sua crítica e sua construção.

Ao relê-los, agrada-nos encontrar ali uma certa suspensão quanto ao recalque concernente à palavra *signor*, suspensão a que vem fazer eco, até hoje, uma pergunta que nos é formulada sobre o lugar onde se situa o termo esquecido, a ser precisado nos termos de nossa topologia: será ele “o morto”, evocado mais adiante por nossa direção do tratamento, ou o discurso do Outro, tal como o fundou o relatório de Roma?

A essa tarefa em andamento, juntemos as dificuldades pessoais que podem criar obstáculo ao acesso de um sujeito a uma noção como a *Verwerfung*, em exata proporção ao fato de ele estar mais interessado nela. Drama cotidiano onde se lembra que este ensino, que a todos abre sua teoria, tem por desafio prático a formação do psicanalista.

Aí se colocaria a questão da dimensão de sua influência, a ser inicialmente avaliada pelo fato de esses dois fragmentos serem extraídos do primeiro número esgotado da revista *La Psychanalyse*, na qual a participação que têm nossos textos mede apenas imperfeitamente, por seu próprio excesso, o cuidado que tivemos com eles.

Como avaliar o que se impôs, do compósito constante de tal empreitada, no terreno de uma exigência cujo status iremos enunciar?

Não basta constatar que tal varredura invectiva, levantando aqui sua poeira, continuaria a ser atual.

Poderíamos ainda adiantar que o ar dessa revista estancou o campo francês na ladeira do deslizamento atestado pelos Congressos internacionais da psicanálise. E ocorre chegar-nos do estrangeiro o espanto com seu naufrágio.

[364]

É desnecessário apontar a desaprovação interna que lhe fez companhia desde seus primórdios.

Nada ultrapassa nem infringe aqui a ordem de importância que recentemente rotulamos com um *Witz* de nossa lavra: *la poubelication*.¹

Os dois textos presentes merecem uma outra consideração, por serem do feitio de nosso seminário, havendo ali inserido a contribuição que Jean Hyppolite, então nosso ouvinte, teve a gentileza de fazer a nosso pedido, sob a forma de um comentário sobre a *Verneinung* de Freud.

Encontraremos esse texto, pela permissão que graciosamente nos dá seu autor, reproduzido como apêndice. Se ele faz questão de que se especifique seu caráter de memento, veremos que o escrúpulo empenhado em preservar-lhe o caráter de anotações afasta qualquer mal-entendido, mas também se verá, com isso, o valor que ele tem para nós.

Pois deixar-se conduzir dessa maneira pela letra de Freud até o clarão que ela necessita, sem marcar encontro prévio, não recuar ante o resíduo, reencontrado no fim, de seu começo enigmático, e inclusive não considerar resolvido, ao cabo do processo de espanto com que se nele se ingressou, foi nisso que um lógico experiente nos trouxe a garantia daquilo em que consistia nossa busca, quando, já se iam três anos, entendíamos autorizar-nos de um *comentário literal* de Freud.

Essa *exigência de leitura* não é vaga, baldia tal um termo inculcto, como se poderia acreditar.

O privilégio dado à letra de Freud nada tem de supersticioso em nós. É ali onde se tomam liberdades com ela que se introduz uma espécie de sacralização muito compatível com sua degradação num uso rotineiro.

1. Trocadilho formado pelos termos *poubelle* (lata de lixo, lixeira) e *publication* (publicação). Em português poderíamos dizer “públicação”. (N.E.)

Que todo texto, quer se proponha como sagrado ou profano, vê sua literalidade crescer em primazia pelo que ele implica propriamente de confronto com a verdade, é disso que a descoberta freudiana mostra a razão de estrutura.

Precisamente pelo que a verdade que ela introduz, a do inconsciente, deve à letra da linguagem, àquilo que chamamos significante.

Isto, se incidentalmente nos dá conta da qualidade de escritor de Freud, é decisivo sobretudo para fazer o psicanalista interessar-se ao máximo possível pela linguagem e pelo que ela determina no sujeito. [365]

Eis também aí o motivo das colaborações que obtivemos para nosso primeiro número, ou seja, a de Martin Heidegger, por seu artigo *Logos*, ainda que tenhamos tido que contribuir para isso com nossas ousadias de tradutor, e a de Émile Benveniste, por sua crítica de uma referência de Freud, mais uma vez eminente por averiguar que o mais profundo afeto é regido pela linguagem.

Nisso está este motivo, e em nenhum vão simulacro de diálogo, mesmo e sobretudo filosófico: não temos, na psicanálise, que alargar os espíritos.

Nenhuma das ilustres vizinhanças, que reunimos por um instante em conferências que estimulavam nosso desígnio, foi designada pelo que sua tarefa própria comportava de estruturalista, a fim de acentuá-la para nós. Falemos claro: a estupidez qualificada que pôs fim a isso, por ficar enciumada, já anulava essa iniciativa, por ver nela apenas propaganda.

Que mola, portanto, faz o psicanalista ancorar-se noutro lugar? Se a abordagem do recalcado é acompanhada por resistências que dão a medida do recalque, como nos diz Freud, isso implica pelo menos uma estreita relação entre os dois termos. Essa relação, aqui, revela funcionar no sentido inverso.

O efeito de verdade, que se desvela no inconsciente e no sintoma, exige do saber uma disciplina inflexível para seguir seu contorno, pois esse contorno vai no sentido inverso ao de intuições muito cômodas para sua segurança.

Esse efeito de verdade culmina num velamento irredutível em que se marca a primazia do significante, e sabemos pela doutrina freudiana que nenhum real participa mais dele do que

o sexo. Mas o sujeito só tem sobre ele um controle sobrede-terminado: o desejo é desejo de saber, suscitado por uma causa conexa à formação de um sujeito, mediante o que essa conexão só se prende ao sexo por um viés *gauche*. Expressão na qual se reconhece a topologia com que tentamos cingi-la.

Daí resulta a presentificação necessária de um furo que já não deve ser situado no transcendental do conhecimento — lugar, em síntese, muito bem-vindo para ser transposto por um recuo —, mas num lugar mais próximo, que nos pressiona a esquecê-lo.

Qual seja, lá onde o ser, tão inclinado a fugir de seu gozo como se mostra na experiência, nem por isso deixa de supor, nem de maneira menos permanente, que tenha acesso a ele por direito. Pretensão que só escapa ao cômico em função da angústia provocada pela experiência que a reduz.

Curiosamente, é por esse impasse que se explica o sucesso de Freud: capitula-se a compreendê-lo para não se deparar com esse impasse, e “sua linguagem”, como se diz para reduzir um discurso ao verbal, vem a florescer nas colocações do mais lucífugo *se*.

Quem se surpreenderá, fora desse *se*, com o fato de o psicanalista dar a Freud o mesmo sucesso, quando, antes sucção de seu pensamento, pela fenda que se abre nele quanto mais se chega perto de acolher na própria prática a insistência de uma intimidade indecente, ela multiplica seu horror por forçá-lo, comumente, à sombria operação de obscuruí-lo?

Daí nada mais vem a ser manejado de cada articulação delicada que Freud retira do que há de mais sutil na língua, sem que por ali escoem de antemão as imagens confusas em que se precipitam suas mais rasteiras traduções.

Em suma, lê-se Freud como se escreve na psicanálise; basta dizer isso.

Vemos, pois, que a palavra de ordem com que nos armamos, do retorno a Freud, nada tem a ver com o retorno às fontes, que, aqui como alhures, poderia significar apenas uma regressão.

Mesmo em se tratando de corrigir um desvio manifesto demais para não se confessar como tal a cada virada, isso equivaleria somente a dar lugar a uma necessidade externa, ainda que fosse de salubridade.

[366]

Nosso retorno a Freud tem um sentido completamente diferente por dizer respeito à topologia do sujeito, a qual só se elucida numa segunda volta sobre si mesma. Tudo deve ser redito numa outra face para que se feche o que ela encerra, que certamente não é o saber absoluto, mas a posição de onde o saber pode revolver efeitos de verdade. Sem dúvida, foi por uma sutura praticada por um momento nessa articulação que se assegurou aquilo que de ciência logramos em termos absolutos. Não haverá também nisso motivo para nos tentar com uma nova operação, ali onde essa articulação continua hianti, em nossa vida?

Essa dupla volta da qual fornecemos a teoria presta-se, com efeito, a uma outra costura, ao lhe oferecer uma nova borda: aquela de onde ressalta uma estrutura muito mais apropriada do que a antiga esfera para responder pelo que se propõe ao sujeito como dentro e fora.²

[367]

Quando Freud, num texto célebre, produz o conjunto Anankê e Logos, acaso havemos de crer que seja pelo gosto do efeito, ou para dar pé firme ao pé-rapado, oferecendo-lhe o caminho dos pés-no-chão?

O temível poder que Freud invoca, para nos despertar do sono em que mantínhamos entorpecida a grande Necessidade, não é outro senão o que se exerce *dentro* do Logos, e que ele foi o primeiro a esclarecer no raiar de sua descoberta.

Trata-se da própria repetição, cuja figura, tanto quanto Kierkegaard, ele renova para nós: na divisão do sujeito, destino do homem científico. Que se afaste disso outra confusão: nada a ver com o eterno retorno.

A repetição é única ao ser necessária e, aquela que fica a nosso encargo, não conseguiríamos levá-la a termo se ficasse em nosso indicador o comando de seu circuito.

2. Como começamos a estabelecer no próprio ano (61-62) em que nossos alunos se ocupavam com a mesma relação (dentro-fora) num contexto mais mundano. Portanto, outros se haverão beneficiado de voltarmos ao assunto este ano (65-66).

Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud

[369]

SEMINÁRIO DE TÉCNICA FREUDIANA
DE 10 DE FEVEREIRO DE 1954¹

Vocês puderam avaliar quão fecundo se revela nosso método de recorrer aos textos de Freud para submeter a um exame crítico o uso atual dos conceitos fundamentais da técnica psicanalítica e, em especial, da noção de resistência.

Com efeito, a adulteração sofrida por esta última noção assume sua gravidade pela indicação que Freud consagrou com sua autoridade: a de dar precedência, na técnica, à análise das resistências. Pois, se com isso Freud pretendeu dar uma virada na prática, cremos só haver confusão e contra-senso na maneira como alguns se autorizam por uma ordem de urgência para nela apoiar uma técnica que desconhece nada menos do que aquilo a que se aplica.

A questão é o sentido que convém restituir aos preceitos dessa técnica, que, por terem sido logo reduzidos a fórmulas prontas, perderam a virtude indicativa que só poderiam conservar numa compreensão autêntica da verdade da experiência que estão destinados a conduzir. Freud, naturalmente, tanto quanto aqueles que praticam sua obra, tampouco poderia negligenciá-los. Mas, como vocês puderam comprovar, isso não é o forte dos que, em nossa disciplina, entrincheiram-se com mais alarde por trás da primazia da técnica — sem dúvida para se protegerem da inegável

[370]

1. Fornecemos aqui o texto colhido de um dos colóquios do seminário realizado na clínica da Faculdade, no hospital Sainte-Anne, e dedicado, durante o ano de 53-54, aos escritos técnicos de Freud e à atualidade a que concernem. Ele foi apenas ampliado com algumas remissões, que pareceram úteis, a lições anteriores, sem que por isso tenha sido possível eliminar a dificuldade de acesso inerente a todo e qualquer fragmento escolhido de um ensino.

concomitância que alia a esta, com efeito, os progressos da teoria, no uso apatetado dos conceitos analíticos, única coisa capaz de justificar a técnica que lhes é própria.

Quando se procura examinar um pouco mais de perto o que representa no uso dominante a análise das resistências, fica-se bastante decepcionado. Pois o que primeiro impressiona, à leitura de doutrinações, é que o manejo dialético de qualquer idéia lhes é tão impensável, que eles nem sequer saberiam reconhecê-lo quando nele são precipitados, do mesmo modo que o sr. Jourdain fazia prosa sem saber, por uma prática à qual a dialética é de fato imanente. Por conseguinte, não conseguem deter nisso sua reflexão sem se agarrar, em pânico, às objetivações mais simplistas, ou até às mais grosseiramente imajantes.

Assim, a resistência acaba sendo mais imaginada do que concebida por eles, segundo o que ela conota em seu emprego semântico médio,² ou seja, se examinarmos bem esse emprego, numa acepção transitiva indefinida. Graças a isso, “o sujeito resiste” é entendido como “ele resiste a...” — A quê? Sem dúvida, às tendências na conduta que impõe a si mesmo como sujeito neurótico, à confissão delas nas justificativas que ele propõe de sua conduta ao analista. Mas, como as tendências voltam à carga, e como a técnica desta feita está ali, supõe-se que essa resistência seja seriamente posta à prova: portanto, para mantê-la, é preciso que ele contribua com algo de seu e, antes mesmo que tenhamos tempo de nos voltar, eis-nos deslizando para o ramerrão da idéia obtusa de que o doente “se defende”. Pois o absurdo só se ratifica em definitivo por sua junção com outro abuso da linguagem: aquele que faz com que o termo defesa se beneficie da carta branca que lhe confere seu uso na

2. Este, diga-se de passagem, certamente comporta oscilações nada desprezíveis quanto à acentuação de sua transitividade, conforme o tipo de alteridade a que se aplique. Diz-se *to resist the evidence* [resistir às provas] e *to resist the authority of the Court* [opor-se à autoridade da Corte], mas, inversamente, diz-se *nicht der Versuchung widerstehen* [não resistir à tentação]. Note-se a gama de nuances que podem distribuir-se com muito mais facilidade na diversidade do semantema em alemão: *widerstehen* [resistir, repugnar a], — *Widerstreben* [resistência], — *sich sträuben gegen* [opor-se a/teimar em não], *andauern* [persistir em], *fortbestehen* [continuar, perdurar], mediante o que *widerstehen* pode ser intencionalmente mais adequado ao sentido que destacaremos como sendo o sentido propriamente analítico da resistência.

medicina, sem que nos apercebamos — pois não se é melhor médico por ser mau psicanalista — de que aí também as contas foram mal dadas quanto à sua noção, se é a seu sentido correto em fisiopatologia que se pretende fazer eco, e de que não deixamos de trair — pois não se é mais instruído em psicanálise por ser ignorante em medicina — a aplicação perfeitamente abalizada que Freud fez dela em seus primeiros textos sobre a patogenia das neuroses.

Mas haverá quem nos diga: se vocês centrarem o enfoque de uma idéia confusa em seu ponto mais baixo de desagregação, acaso vocês não caem no erro do que é propriamente chamado de um processo tendencioso? É que, ainda por cima, responderemos, nada detém nessa caída os usuários de uma técnica assim equipada, pois os preceitos com que eles adornam sua confusão original em nada remediaram as suas conseqüências. Assim, profere-se que o sujeito nada pode nos comunicar senão de seu eu e por seu eu — aí está o olhar de desafio do bom senso tornando a ditar as ordens; que é preciso, para chegar a alguma coisa, visar a reforçar o eu ou, pelo menos, faz-se essa correção, sua parte sadia — e tiram os chapéus ante essa asneira; que, no uso do material analítico, devemos proceder por camadas — essas camadas das quais, certamente, trazemos no bolso a planta garantida; que assim iremos do superficial para o profundo — nada de carroça adiante dos bois; que, para tanto, o segredo dos mestres é analisar a agressividade — nada de carroça que mate os bois; enfim, eis a dinâmica da angústia e os arcanos de sua economia — que ninguém toque, se não for engenheiro hidráulico especializado, nos potenciais desse mana sublime. Todos esses preceitos, convém dizer, e seus adereços teóricos serão abandonados por nossa atenção, porque são simplesmente macarrônicos.

Com efeito, a resistência só pode ser desconhecida em sua essência, caso não seja compreendida a partir das dimensões do discurso em que se manifesta na análise. E fomos encontrá-las, de imediato, na metáfora com que Freud ilustrou sua primeira definição. Refiro-me àquela que comentamos em sua época³ e

3. Cf. GW, I, p.290-307, no capítulo “Zur Psychotherapie der Hysterie”, p.254-312, de autoria de Freud, nos *Studien über Hysterie*, publicados em 1895, com Breuer. Existe uma edição inglesa dos *Studies on Hysteria* [e uma brasileira, *Estudos sobre a histeria*, ESB, II, Rio de Janeiro, Imago, 2ª ed. rev., 1986].

que evoca as pautas em que o sujeito desenrola "longitudinalmente", para empregar o termo de Freud, as cadeias de seu discurso, segundo uma partitura cujo leit-motiv é o "núcleo patogênico". Na leitura dessa partitura, a resistência manifesta-se "radialmente", termo oposto ao precedente, e com um aumento proporcional à proximidade entre a linha em processo de decifração e aquela que a fornece, concluindo a melodia central. E isso a tal ponto que esse aumento, sublinha Freud, pode ser tomado como a medida dessa proximidade.

[372]

Foi nessa metáfora que alguns até pretenderam encontrar a indicação da tendência mecanicista de que estaria carregado o pensamento de Freud. Para captar a incompreensão de que essa restrição dá mostras, basta nos referirmos à pesquisa que fizemos, passo a passo, nos sucessivos esclarecimentos trazidos por Freud à noção de resistência, e especialmente ao texto em que estamos e onde ele apresenta sua fórmula mais clara.

Que nos diz Freud ali, de fato? Ele nos desvenda um fenômeno estruturante de qualquer revelação da verdade no diálogo. Existe a dificuldade fundamental que o sujeito encontra naquilo que tem a dizer; a mais comum é a que Freud demonstrou no recalque, ou seja, essa espécie de discordância entre o significado e o significante que é determinada por toda censura de origem social. A verdade pode sempre ser comunicada, nesse caso, nas entrelinhas. Ou seja, quem quer dá-la a entender sempre pode recorrer à técnica indicada pela identidade entre a verdade e os símbolos que a revelam, isto é, atingir seus fins introduzindo num texto, deliberadamente, discordâncias que correspondem criptograficamente às impostas pela censura.

O sujeito verdadeiro, isto é, o sujeito do inconsciente, não procede de outro modo na linguagem de seus sintomas, que é menos decifrada pelo analista do que vem dirigir-se a ele de maneira cada vez mais consistente, para satisfação sempre renovada de nossa experiência. Foi isso, com efeito, o que esta reconheceu no fenômeno da transferência.

O que diz o sujeito que fala, por mais vazio que seja seu discurso a princípio, extrai seu efeito da aproximação que ali se efetua da fala em que ele converteria plenamente a verdade expressa por seus sintomas. Deixemos claro desde já que essa fórmula é de um alcance mais genérico, como veremos hoje, do que o fenômeno do recalque pelo qual acabamos de introduzi-la.

Seja como for, é na medida em que o sujeito chega ao limite do que o momento permite a seu discurso efetuar com a fala que se produz o fenômeno no qual Freud nos mostra o ponto de articulação entre a resistência e a dialética analítica. Pois esse momento e esse limite equilibram-se na emergência, fora do discurso do sujeito, do traço que pode dirigir-se mais particularmente a vocês naquilo que ele está dizendo. E essa conjuntura é promovida à função de pontuação de sua fala. Para tornar apreensível esse efeito, servimo-nos da imagem de que a fala do sujeito bascula para a presença do ouvinte.⁴

Essa presença, que é a relação mais pura de que o sujeito é capaz para com um ser, e que é tão mais vivamente sentida como tal quanto menos qualificado é esse ser para ele, essa presença, momentaneamente liberta na extremidade dos véus que a recobrem e a eludem no discurso comum, na medida em que ele se constitui como discurso do *se* [on] precisamente para esse fim, essa presença é assinalada, no discurso, por uma escansão suspensiva, amiúde conotada por um momento de angústia, como lhes mostrei num exemplo da minha experiência.

Daí a importância da indicação que nos deu Freud a partir da dele, ou seja, a de que quando o sujeito se interrompe em seu discurso, vocês podem ter certeza de que está tomado por um pensamento relacionado com o analista.

Essa indicação, vocês a verão confirmada, na maioria das vezes, ao formularem ao sujeito a pergunta: “Em que você está pensando neste instante, relacionado com aquilo que aqui o cerca e, mais exatamente, comigo, que o escuto?” E mais, a satisfação íntima que vocês poderão extrair ao ouvir comentários mais ou menos indelicados sobre sua aparência geral e seu humor do dia, sobre o gosto que denota a escolha de sua mobília ou a maneira como vocês se enfiataram, não basta para justificar sua iniciativa, se vocês não souberem o que esperam dessas observações; e a idéia, aceita por muitos, de que elas dão à agressividade do

4. Aí se há de reconhecer a fórmula pela qual introduzimos, nos primórdios de nosso ensino, aquilo de que se trata aqui. O sujeito, dizíamos, começa a análise falando de si sem falar com vocês, ou falando com vocês sem falar de si. Quando puder falar de si com vocês, a análise estará terminada.

sujeito a oportunidade de se descarregar é, propriamente falando, imbecil.

A resistência, dizia Freud antes da elaboração da nova tópica, é essencialmente um fenômeno do *eu*. Entendamos o que isso quer dizer. Isso nos permitirá, mais tarde, compreender o que se entende da resistência, quando ela é relacionada às outras instâncias do sujeito.

O fenômeno aqui em questão mostra uma das formas mais puras em que o *eu* pode manifestar sua função na dinâmica da análise. Com o que é preciso apreender que o *eu*, tal como opera na experiência analítica, nada tem a ver com a suposta unidade da realidade do sujeito que a chamada psicologia geral abstrai como instituída em suas “funções sintéticas”. O eu de que estamos falando é absolutamente impossível de distinguir das captações imaginárias que o constituem dos pés à cabeça, tanto em sua gênese como em seu status, em sua função como em sua atualidade, por um outro e para um outro. Em outras palavras, a dialética que sustenta nossa experiência, situando-se no nível mais envolvente da eficácia do sujeito, obriga-nos a compreender o eu, de ponta a ponta, no movimento de alienação progressiva em que se constitui a consciência de si na fenomenologia de Hegel.

O que quer dizer que, se vocês lidam, no momento que estamos estudando, com o *ego* do sujeito, é porque são, nesse momento, o suporte de seu *alter ego*.

Lembrei-lhes que um de nossos colegas, desde então curado do prurido do pensamento que ainda o atormentava numa época em que ele cogitava sobre as indicações da análise, tomou-se de uma desconfiança por essa verdade; aliás, o milagre da inteligência, iluminando seu rosto, fez com que seu discurso sobre as referidas indicações culminasse no anúncio da novidade de que a análise deveria ficar subordinada à condição primordial de o sujeito ter o sentimento do outro como existente.

É exatamente aqui que começa a questão: qual é o tipo de alteridade pelo qual o sujeito se interessa nessa existência? Pois é dessa mesma alteridade que o eu do sujeito participa, a tal ponto que, se há um conhecimento propriamente classificatório para o analista, e de natureza a satisfazer essa exigência de orientação prévia que a nova técnica proclama, num tom ainda

[374]

mais fanfarrão por lhe desconhecer até mesmo o princípio, trata-se daquele que define em cada estrutura neurótica o setor acessível aos álisis do *ego*. [375]

Em suma, o que esperamos da resposta do sujeito ao lhe fazer a pergunta estereotipada, que freqüentemente o libertará do silêncio que assinala a vocês esse momento privilegiado da resistência, é que ele lhes mostre *quem* está falando, e com *quem*: o que constitui tão somente uma única e mesma questão.

Mas, fica a critério de vocês fazê-lo entender isso, interpe-lando-o no lugar imaginário em que ele se situa: isso se dará conforme vocês possam ou não ligar o gracejo dele ao ponto de seu discurso em que sua fala houver topado.

Assim, vocês homologarão esse ponto como uma pontuação correta. E é aí que se conjuga harmoniosamente a oposição, que seria desastroso sustentar em termos formais, entre a análise da resistência e a análise do material. Técnica na qual vocês se formam, na prática, no chamado seminário de supervisão.

Para aqueles, no entanto, que houverem aprendido uma outra, cuja sistemática conheço muito bem, e que ainda lhe dão algum crédito, observarei que, certamente, não deixarão de obter uma resposta atual ao registrarem a agressividade do sujeito em relação a vocês, e até ao mostrarem uma certa perspicácia ao reconhecer nela, de um modo contrastante, a “necessidade de amor”. Após o que a arte de vocês verá abrir-se diante de si o campo dos manejos da defesa. Grande coisa! Acaso não sabemos que nos confins onde a fala se demite começa o âmbito da violência, e que ela já reina ali, mesmo sem que a provoquemos?

Logo, se vocês levarem para aí a guerra, conheçam pelo menos seus princípios, e saibam que seus limites são desconhecidos quando ela não é compreendida, seguindo um Clausewitz, como um caso particular do comércio humano.

Sabemos que foi ao reconhecer, sob o nome de guerra total, sua dialética interna, que este veio a formular que ela exige ser considerada como o prolongamento dos meios da política.

Isso permitiu a praticantes mais avançados na experiência moderna da guerra social, que ele renunciou, deduzirem o corolário de que a primeira regra a observar seria não deixar escapar o momento em que o adversário torna-se diferente do que era — o que indicaria proceder rapidamente à divisão dos objetivos em jogo que funda as bases de uma paz eqüitativa. [376]

Vocês são de uma geração que pôde provar que essa arte é desconhecida pelos demagogos, que são tão incapazes de se desprender das abstrações quanto um psicanalista comum. É por isso que as próprias guerras que eles vencem só fazem gerar contradições em que mal se tem a oportunidade de reconhecer seus efeitos prometidos.

Por conseguinte, eles se lançam impetuosamente à empreitada de humanizar o adversário que lhes caiu sob as garras em sua derrota — chegando até a pedir socorro ao psicanalista para que colaborasse no restabelecimento das *human relations*, em que este, do jeito que anda conduzindo as coisas, não hesita em se extraviar.

Nada disso parece descabido ao nos depararmos, nesse caminho, com a nota de Freud na qual já me detive no mesmo texto, e talvez isso esclareça com uma nova luz o que ele pretende dizer-nos com a observação de que não se deve inferir, pela batalha que às vezes se encarnaça durante meses em torno de uma fazenda isolada, que esta representa o santuário nacional de um dos combatentes, ou que abriga uma de suas indústrias de guerra. Em outros termos, o sentido de uma ação defensiva ou ofensiva não deve ser buscado no objeto que ela aparentemente disputa com o adversário, mas, antes, no desígnio de que ela faz parte e que define o adversário por sua estratégia.

O humor obsidional que se deixa trair na morosidade da análise das defesas daria, portanto, com certeza frutos mais encorajadores para os que nela se fiam, se ao menos eles a pusessem na escola da luta real mínima, que lhes ensinaria que a resposta mais eficaz a uma defesa não é fazer-lhe uma demonstração de força.

Neles, com efeito, trata-se apenas, na impossibilidade de se adstringirem às vias dialéticas em que se elaborou a análise, e na falta de talento para voltar ao uso puro e simples da sugestão, de recorrer a uma forma pedante desta última, em favor de um psicologismo que permeia a cultura. Com o que não deixam de oferecer a seus contemporâneos o espetáculo de pessoas que não foram atraídas para sua profissão por outra coisa senão ficarem em condições de ter sempre a última palavra, e que, por encontrarem nela um pouco mais de dificuldade do que em outras atividades ditas liberais, exibem a figura ridícula de Purgons⁵

[377]

5. Purgon, personagem de *O doente imaginário*, de Molière, é o típico médico

obcecados com a “defesa” de qualquer um que não compreenda por que sua filha é muda.⁶

Nisso, porém, eles só fazem reingressar na dialética do eu e do outro que produz o impasse do neurótico e que torna sua situação solidária ao preconceito de sua má vontade. É por isso que me ocorre dizer que não existe na análise outra resistência senão a do analista. Pois esse preconceito só pode ceder diante de uma verdadeira conversão dialética, ainda que ela tenha que ser fomentada no sujeito por um exercício contínuo. É nisso que se resumem realmente todas as condições da formação do psicanalista.

Fora dessa formação, continuará sempre dominante o preconceito que encontrou sua fórmula mais estável na concepção do pitiatismo. Mas outras a haviam precedido, e quero apenas inferir o que Freud haveria de pensar disso, lembrando seus sentimentos diante da mais recentemente surgida na época de sua juventude. Extraio esse testemunho do capítulo IV de seu grande escrito sobre a *Psicologia das massas e análise do eu*. Ele fala dos espantosos esforços de sugestão de que foi testemunha junto a Bernheim em 1899.

“Lembro-me”, diz ele, “da revolta surda que, já nessa época, eu experimentava contra a tirania da sugestão, quando se gritava a um doente que não se mostrasse muito flexível: *‘Qu’est-ce que vous faites donc? Vous vous contre-suggestionnez!’* (em francês no texto).⁷ Dizia comigo mesmo que essa era a mais gritante das injustiças e violências, que o doente tinha todo o direito de recorrer à contra-sugestão, quando estavam tentando subjugar-lo por artifícios de sugestão. Minha resistência tomou em seguida o sentido mais exato de me insurgir contra o fato

ignorante e formalista que atribui enorme importância às mais insignificantes receitas. (N.E.)

6. *Et voilà pourquoi votre fille est muette*: frase evocada para ridicularizar uma expressão verbosa e incoerente. Trata-se de uma alusão a um trecho da peça de Molière, *Le médecin malgré lui*: “...une certaine malignité, qui est causée... par l’âcreté des humeurs engendrées dans la cavité du diaphragme, il arrive que ses vapeurs... Ossabondus, nequeys, nequer, potarium quipsa mulus. Voilà justement ce qui fait que votre fille est muette.” (N.E.)

7. “Mas, que é que o senhor está fazendo? O senhor está se contra-sugestionando!” (N.E.)

de que a sugestão, que explicava tudo, se furtasse, por sua vez, à explicação. Eu ficava repetindo a seu respeito a velha brincadeira:

*Cristóvão carregava Cristo,
Cristo carregava o mundo inteiro,
Diga-me, então: onde é que Cristóvão
podia firmar os pés?"*

E, se Freud continua deplorando que o conceito de sugestão tenha descambado para uma concepção cada vez mais relaxada, que tão cedo não lhe permitiria prever o esclarecimento do fenômeno, o que ele não teria dito do uso atual da noção de resistência, e quanto não teria no mínimo incentivado nosso esforço de restringir tecnicamente seu emprego? De resto, nossa maneira de reintegrá-la no conjunto do movimento dialético da análise talvez seja o que nos permitirá, um dia, fornecer uma fórmula da sugestão à prova dos critérios da experiência.

[378]

Tal é o desígnio que nos guia quando esclarecemos a resistência no momento de transparência em que ela se apresenta, segundo a feliz expressão do sr. Mannoni, pela ponta transfereencial.

E é por isso que a esclarecemos através de exemplos onde se pode ver em jogo a mesma síncope dialética.

Assim é que fizemos caso daquele caso⁸ com que Freud ilustra de maneira quase acrobática o que entende por desejo do sonho. Pois, se ele o expõe para cortar pela raiz a objeção da alteração que o sonho sofreria por sua rememoração no relato, evidencia-se claramente que a elaboração do sonho só lhe interessa na medida em que se realiza no próprio relato, isto é, que o sonho só tem valor para ele como vetor da fala. Tanto que todos os fenômenos que ele indica, de esquecimento e até mesmo de dúvida, que vêm entravar o relato, devem ser interpretados como significantes nessa fala, e que, mesmo que só persista de um sonho um resíduo tão fugaz quanto a lembrança flutuante do gato que se subtrai

8. GW, II-III, p.522, n.1. SE, V, p.517, n.2; *Science des rêves*, p.427 [A interpretação dos sonhos, ESB, IV-V, Rio de Janeiro, Imago, 2ª ed. rev., 1987, p.475-6].

inquietantemente diante dos olhos de Alice, isso serve apenas para tornar mais evidente que se trata, nesse caso, do fragmento partido daquilo que constitui no sonho sua ponta transferencial, ou, noutras palavras, daquilo que, no dito sonho, dirige-se diretamente ao analista. No caso, por intermédio do termo “canal”, único vestígio subsistente do sonho, isto é, por um sorriso, mas um sorriso impertinente de mulher, com o qual aquela a quem Freud se dera o trabalho de fazer saborear sua teoria do *Witz* acolhe sua homenagem, e que se traduz na frase que encerra a história divertida que, a convite de Freud, ela associa ao termo “canal”: “Do sublime ao ridículo há apenas um passo.”

Do mesmo modo, no exemplo de esquecimento de um nome que antes tomamos literalmente como o primeiro a surgir⁹ na *Psicopatologia da vida cotidiana*, pudemos apreender que a impossibilidade de Freud de evocar o nome de Signorelli, no diálogo mantido com o colega que era então seu companheiro de viagem, correspondeu ao fato de que, ao censurar em sua conversa anterior com esse homem tudo o que os ditos dele lhe sugeriam — tanto por seu conteúdo quanto pelas lembranças que lhe vinham em cortejo — sobre a relação do homem e do médico com a morte, ou seja, com o mestre senhor absoluto, *Herr, signor*, Freud literalmente abandonara em seu parceiro, afastara de si, portanto, a metade partida (no sentido mais material do termo, entenda-se) da espada da fala, e por algum tempo, exatamente aquele em que continuou a se dirigir ao dito parceiro, não mais pudera dispor desse termo como material significativo, por continuar ligado à significação recalcada — ainda mais que o tema da obra cujo autor se tratava de encontrar em Signorelli, ou seja, o afresco do Anticristo em Orvieto, só fazia historiar sob forma das mais manifestas, embora apocalíptica, esse domínio, mestria da morte.

Mas será possível nos contentarmos aqui em falar de recalque? Sem dúvida, podemos garantir-nos que ele está presente, pelas simples sobredeterminações que Freud nos fornece do fenômeno,

[379]

9. Esse exemplo realmente inaugura o livro, *GW*, IV, p.5-12, *Psychopathologie de la vie quotidienne*, p.1-8 [*Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, *ESB*, VI, Rio de Janeiro, Imago, 2ª ed. rev., 1987, p.19-24].

e podemos também confirmar, pela atualidade de suas circunstâncias, a importância do que quero fazê-los entender na fórmula: o inconsciente é o discurso do Outro.

Pois o homem que, no ato da fala, reparte com seu semelhante o pão da verdade, partilha a mentira.

Mas, basta dizer isso? E poderia a fala aí retraída não se extinguir diante do ser-para-a-morte, depois de se haver dele aproximado num nível em que somente o chiste ainda é viável, sendo que as aparências de seriedade para responder à sua gravidade já não funcionavam senão como hipocrisia?

Assim, a morte nos traz a questão daquilo que nega o discurso, bem como de saber se é ela que introduz neste a negação. Pois a negatividade do discurso, na medida em que faz existir o que não está ali, remete-nos à questão de saber o que o não-ser, que se manifesta na ordem simbólica, deve à realidade da morte.

[380]

Assim é que o eixo dos pólos em que se orientava um primeiro campo da fala, cuja imagem primordial é o material da tábua (onde encontramos a etimologia do símbolo), é aqui atravessado por uma dimensão secundária não recalcada, mas necessariamente um engodo. Ora, é dela que surge, com o não-ser, a definição da realidade.

Desse modo, já vemos saltar o cimento com que a chamada nova técnica costuma tapar suas fissuras, qual seja, um recurso, desprovido de qualquer crítica, à relação com o real.

Pareceu-me impossível fazer melhor, para que vocês soubessem que essa crítica é absolutamente consubstancial ao pensamento de Freud, do que confiar a demonstração disso ao sr. Jean Hyppolite, que não apenas ilustra este seminário com o interesse que vem lhe trazer, mas que, por sua presença, é para vocês como que um garante de que eu não me perca em minha dialética.

Pedi-lhe que comentasse de Freud um texto muito curto, mas que, por se situar em 1925, isto é, bem mais adiante no desenvolvimento do pensamento de Freud, já que é posterior aos grandes textos sobre a nova tábua,¹⁰ leva-nos ao cerne da nova questão levantada por nosso exame da resistência. Refiro-me ao texto sobre a denegação.

10. Iríamos consagrar o ano que se seguiu ao texto intitulado *Para-almém do princípio do prazer*.

O sr. Jean Hyppolite, ao se encarregar desse texto, desobriga-me de um exercício em que minha competência está longe de alcançar a sua. Agradeço-lhe por haver aceito meu pedido e lhe passo a palavra sobre a *Verneinung*.¹¹

11. Leremos o discurso do sr. Hyppolite como apêndice deste volume, na p.893.

*Resposta ao comentário
de Jean Hyppolite
sobre a “Verneinung” de Freud*

Espero que a gratidão que todos experimentamos pela gentileza que nos fez sr. Jean Hyppolite, com sua luminosa exposição, possa justificar aos olhos de vocês, não menos do que aos dele, espero, a insistência que empenhei em lhe rogar que a fizesse.

Não estará demonstrado aí, mais uma vez, que, ao propor ao espírito menos prevenido, ainda que decerto não o menos tarimbado, o texto de Freud que eu diria ser o de interesse mais local, na aparência, nele encontramos essa riqueza inesgotável de significações que o oferece por destinação à disciplina do comentário? Não um desses textos bidimensionais, infinitamente planos, como dizem os matemáticos, que tem apenas valor fiduciário num discurso constituído, mas um texto veículo de uma fala, na medida em que ela constitui uma nova emergência da verdade.

Se convém aplicar a esse tipo de texto todos os recursos de nossa exegese, não é apenas, como vocês têm aqui o exemplo, para interrogá-lo sobre suas relações com aquele que é seu autor, modo de crítica histórica ou literária cujo valor de “resistência” deve saltar aos olhos de um psicanalista formado, mas, antes, para fazê-lo responder às perguntas que ele formula a nós mesmos, para tratá-lo como uma fala verdadeira, diríamos, se conhecêssemos nossos próprios termos, em seu valor de transferência.

Isso, é claro, supõe que o interpretemos. Haverá, com efeito, melhor método crítico do que aquele que aplica à compreensão de uma mensagem os princípios mesmos de compreensão de que ela se faz veículo? Esse é o modo mais racional de comprovar sua autenticidade.

A fala plena, com efeito, define-se por sua identidade com aquilo de que fala. E esse texto de Freud nos fornece um luminoso

exemplo disso, confirmando nossa tese do caráter transpsicológico do campo psicanalítico, como o sr. Jean Hyppolite acaba de lhes dizer em termos apropriados.

Eis por que os textos de Freud revelam ter, no final das contas, um verdadeiro valor formativo para o psicanalista, ao habituá-lo, como ele deve estar — nós o ensinamos expressamente —, ao exercício de um registro fora do qual sua experiência não é mais nada.

Pois não se trata de nada menos do que sua adequação ao nível do homem no qual ele se apreende, pense o que pensar — ao qual ele é chamado a responder, queira o que quiser — e pelo qual assume, haja o que houver, a responsabilidade. Isso é dizer que ele não está livre para se furtar a tal por um recurso hipócrita à sua qualificação médica e uma referência indeterminada aos fundamentos da clínica.

É que o *new deal* psicanalítico mostra mais de uma cara; na verdade, ele a modifica segundo os interlocutores, de modo que, passado algum tempo, ele tem tantas que lhe sucede ser apanhado em seus próprios álibis, fiar-se ele mesmo neles, ou encontrar-se neles por engano.

Quanto ao que acabamos de ouvir, quero apenas indicar-lhes hoje as vias que isso abre para nossas investigações mais concretas.

O sr. Hyppolite, por sua análise, fez-nos transpor a espécie de desfiladeiro, marcado pela diferença de nível no sujeito, da criação simbólica da negação em relação à *Bejahung*. Essa criação do símbolo, ressaltou ele, deve ser concebida como um momento mítico, mais do que como um momento genético. Pois não podemos sequer relacioná-la com a constituição do objeto, uma vez que ela concerne a uma relação do sujeito com o ser, e não do sujeito com o mundo.

Assim, Freud, nesse curto texto, como na totalidade de sua obra, mostra-se muito à frente de sua época e bem longe de estar em falta com os aspectos mais recentes da reflexão filosófica. Não que ele se antecipe em nada ao moderno desenvolvimento do pensamento sobre a existência. Mas o citado pensamento é apenas o aparato que detecta em alguns, e recobre em outros, os contragolpes mais ou menos bem compreendidos de uma meditação sobre o ser que vem contestar toda a tradição de nosso pensamento como saída de uma confusão primordial do ser no ente.

Ora, não podemos deixar de nos impressionar com o que transparece constantemente, na obra de Freud, de uma proximidade desses problemas, a qual permite pensar que as repetidas referências às doutrinas pré-socráticas não trazem o simples testemunho de um uso discreto de notas de leitura (que aliás seria contrário à reserva quase mistificante que Freud observa na manifestação de sua imensa cultura), mas de uma apreensão propriamente metafísica de problemas por ele atualizados.

[383]

O que Freud designa aqui por afetivo, portanto, não tem, se é que voltar a isso é preciso, nada a ver com o uso que fazem desse termo os defensores da nova psicanálise, ao se servirem dele como de uma *qualitas occulta* psicológica para designar essa vivência, cujo ouro sutil, a lhes darmos ouvidos, seria fornecido apenas pela decantação de uma alquimia superior, mas cuja busca, quando os vemos ofegar diante de suas formas mais tolas, evoca somente a suspeita de uma liga pouco nobre.

O afetivo, nesse texto de Freud, é concebido como aquilo que, de uma simbolização primordial, conserva seus efeitos até mesmo na estruturação discursiva. Essa estruturação, dita ainda intelectual, é própria para traduzir sob a forma de desconhecimento o que essa primeira simbolização deve à morte.

Somos assim levados a uma espécie de interseção do simbólico e do real, que podemos dizer imediata, na medida em que ela opera sem intermediário imaginário, mas que se mediatiza, ainda que precisamente sob uma forma que se renega, pelo que foi excluído no primeiro tempo da simbolização.

Essas fórmulas lhes são acessíveis, malgrado sua aridez, por tudo o que condensam do uso, no qual vocês têm a gentileza de me seguir, das categorias do simbólico, do imaginário e do real.

Quero dar-lhes uma idéia dos lugares férteis cuja chave é o que chamei há pouco de desfiladeiro que elas definem.

Para tanto, extrairei de dois campos diferentes dois exemplos como premissas; o primeiro, do que essas fórmulas podem esclarecer sobre as estruturas psicopatológicas e, ao mesmo tempo, fazer compreender na nosografia; o segundo, do que elas fazem compreender da clínica psicoterápica e, ao mesmo tempo, esclarecem quanto à teoria da técnica.

O primeiro concerne à função da alucinação. Seguramente, seria impossível superestimar a amplitude do deslocamento que

[384]

se produziu na formulação desse problema pela abordagem dita fenomenológica de seus dados.

Mas, seja qual for o progresso aqui efetuado, o problema da alucinação nem por isso acha-se menos centrado nos atributos da consciência do que antes. Estorvo para uma teoria do pensamento que buscava na consciência a garantia de sua certeza e, como tal, situada na origem da hipótese dessa contrafação da consciência que a gente entende como pode sob o nome de epifenômeno, é novamente e mais do que nunca a título de fenômeno da consciência que a alucinação vem a ser submetida à redução fenomenológica: no que cremos ver seu sentido render-se à trituração das formas componentes de sua intencionalidade.

Não há exemplo mais espantoso de tal método do que as páginas dedicadas à alucinação por Maurice Merleau-Ponty na *Fenomenologia da percepção*. Mas os limites da autonomia da consciência que ele apreende tão admiravelmente no próprio fenômeno são por demais sutis de manejar para barrar o caminho da simplificação grosseira da noese alucinatória em que caem os psicanalistas atualmente, utilizando às avessas as noções freudianas para motivar numa irrupção do princípio do prazer a consciência alucinada.¹

Seria fácil demais, no entanto, objetar a isso que o noema da alucinação, aquilo a que se chamaria vulgarmente seu conteúdo, de fato mostra apenas a mais contingente relação com uma satisfação qualquer do sujeito. Por conseguinte, a preparação fenomenológica do problema permite entrever que ela já não tem valor, aqui, senão para enunciar os termos de uma verdadeira conversão da questão, ou seja, saber se a noese do fenômeno tem alguma relação necessária com seu noema.

É aqui que o artigo de Freud posto na ordem do dia ocupa seu lugar de apontar à nossa atenção o quanto o pensamento freudiano é mais estruturalista do que se admite nas idéias aceitas. Pois se falseia o sentido do princípio do prazer ao desconhecer que, na teoria, ele nunca é formulado sozinho.

[385]

1. Como exemplo desse simplismo, podemos indicar o relatório de R. de Saussure no Congresso de Psiquiatria de 1950 e o uso que ele faz ali, para todos os fins, desta noção francamente nova: a emoção alucinada!

Pois a configuração estrutural, nesse artigo, tal como o sr. Hyppolite acaba de explicitá-la diante de vocês, leva-nos de imediato, se soubermos ouvi-lo, para-além da conversão que evocamos como necessária. E é com essa conversão que tentarei acostamá-los ao analisar um exemplo onde quero que vocês sintam a promessa de uma reconstituição realmente científica dos dados do problema, da qual talvez sejamos juntos os artífices, desde que encontremos para apreendê-lo os meios que até hoje se furtaram à alternativa crucial da experiência.

Não preciso, para encontrar esse exemplo, ir além da retomada daquele que se ofereceu a nós na última vez, para interrogar um momento significativo da análise do “Homem dos Lobos”.²

Acho que ainda está presente em sua memória a alucinação cujo vestígio o sujeito encontra com a lembrança. Ela surgiu erratically em seu quinto ano de vida, assim como na ilusão, cuja falsidade seria demonstrada, de já tê-la contado a Freud. O exame desse fenômeno se tornará para nós mais leve pelo que conhecemos de seu contexto. Pois não é de fatos acumulados que pode surgir uma luz, mas de um fato bem relatado, com todas as suas correlações, isto é, com aquelas que, na impossibilidade de compreender o fato, justamente o esquecemos — salvo pela intervenção do gênio que, não menos justamente, já formula o enigma como se conhecesse sua ou suas soluções.

Esse contexto, vocês já o têm nos obstáculos que esse caso apresentou à análise, e nos quais Freud parece progredir de surpresa em surpresa. Pois é claro que ele não tinha a onisciência que permite a nossos neo-praticantes colocar o planejamento do caso como princípio da análise. Aliás, é nessa observação que ele afirma com máxima força o princípio contrário, ou seja, o de que preferiria renunciar ao equilíbrio inteiro de sua teoria do que desconhecer as mais ínfimas particularidades de um caso que a contestasse. O que equivale a dizer que, se a soma da experiência analítica permite destacar algumas formas gerais, uma análise só progride do particular para o particular.

Os obstáculos do presente caso, bem como as surpresas de Freud, por menos que vocês se lembrem não apenas do que veio

[386]

2. GW, XII, p.103-21 [*História de uma neurose infantil*, ESB, XVII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

à luz da última vez, mas do comentário que fiz a esse respeito no primeiro ano de meu seminário,³ situam-se plenamente em nossa questão de hoje. A saber, a “intelectualização” do processo analítico, de um lado, e a manutenção do recalque, malgrado a conscientização do recalcado, de outro.

É assim que Freud, em sua inflexível inflexão à experiência, constata que, embora o sujeito tenha manifestado em seu comportamento um acesso, e não sem audácia, à realidade genital, esta permaneceu como letra morta para seu inconsciente, onde reina sempre a “teoria sexual” da fase anal.

Desse fenômeno, Freud discerne a razão no fato de que a posição feminina assumida pelo sujeito, na captação imaginária do trauma primordial (ou seja, aquele cuja historicidade dá à comunicação do caso seu principal motivo), torna-lhe impossível aceitar a realidade genital sem a ameaça, desde então inevitável para ele, da castração.

Porém o que ele diz da natureza do fenômeno é muito mais notável. Não se trata, diz-nos, de um recalque (*Verdrängung*), pois o recalque não pode ser distinguido do retorno do recalcado pelo qual aquilo de que o sujeito não pode falar, ele o grita por todos os poros de seu ser.

Da castração, diz-nos Freud, esse sujeito *nada queria saber no sentido do recalque — er vor ihr nichts wissen wolte im Sinne der Verdrängung*.⁴ E, para designar esse processo, ele emprega o termo *Verwerfung*, para o qual proporemos, pensando bem, o termo “supressão” [*retranchement*].⁵

Seu efeito é uma abolição simbólica. Pois, quando Freud diz: “*Er verwarf sie*, ele suprimiu a castração” (acrescentando: “*und blieb auf dem Standpunkt des Verkehrs im After*, e permaneceu no *statu quo* do coito anal”⁶), ele continua: “Não se pode dizer por isso que tenha sido propriamente formulado nenhum juízo

[387]

3. Ou seja, em 1951-52.

4. *GW*, XII, p.117; *Cinq psychanalyses*, p.389 [ESB, XVII].

5. Sabe-se que, pesando melhor esse termo, traduzi-lo por “foraclusão” prevaleceu, por intervenção nossa. [O termo inicial a que Lacan se refere é *retranchement*: supressão, eliminação, corte (de parte de um todo), retirada, subtração, diminuição. (N.E.)]

6. *GW*, XII, p.117; *Cinq psychanalyses*, p.389 [ESB, XVII].

sobre sua existência, mas foi exatamente como se ela nunca houvesse existido.”⁷

Algumas páginas antes, ou seja, logo depois de haver determinado a situação histórica desse processo na biologia de seu sujeito, Freud concluiu distinguindo-o expressamente do recalque, nos seguintes termos: *Eine Verdrängung ist etwas anderes als eine Verwerfung*.⁸ O que, na tradução francesa, é-nos apresentado nestes termos: “Um recalque é algo diferente de um juízo que rejeita e escolhe.” Deixo a critério de vocês julgar que tipo de malefício é preciso admitir no destino dado aos textos de Freud em francês, se nos recusarmos a crer que os tradutores combinaram entre si torná-los incompreensíveis, sem falar do que acrescenta a esse efeito a completa extinção da vivacidade de seu estilo.

O processo de que se trata aqui sob o nome de *Verwerfung*, e que não tenho notícia de que algum dia tenha sido objeto de um comentário um pouquinho consistente na literatura analítica, situa-se muito precisamente num dos tempos que sr. Hyppolite acaba de destacar para vocês na dialética da *Verneinung*: trata-se exatamente do que se opõe à *Bejahung* primária e constitui como tal aquilo que é expulso. Como vocês comprovarão por um sinal cuja evidência os surpreenderá. Pois é aqui que nos encontramos no ponto em que os deixei da última vez, e que nos será muito mais fácil de transpor depois do que acabamos de aprender com o discurso do sr. Hyppolite.

Irei adiante, portanto, sem que os mais apaixonados pela idéia de desenvolvimento, se ainda há algum deles aqui, possam objetar-me a data tardia do fenômeno, uma vez que o sr. Hyppolite lhes mostrou de maneira admirável que é miticamente que Freud o descreve como primordial.

A *Verwerfung*, portanto, corta pela raiz qualquer manifestação da ordem simbólica, isto é, da *Bejahung* que Freud enuncia como o processo primário em que o juízo atributivo se enraíza, e que não é outra coisa senão a condição primordial para que, do real, alguma coisa venha se oferecer à revelação do ser, ou, para empregar a linguagem de Heidegger, seja deixado-ser. Pois é

[388]

7. Idem.

8. *GW*, XII, p.111; *Cinq psychanalyses*, p.385 [*ESB*, XVII].

justamente a esse ponto recuado que Freud nos leva, uma vez que é só depois dele que se poderá encontrar o que quer que seja como ente.

Tal é a afirmação inaugural, que já não pode ser renovada senão através das formas veladas da fala inconsciente, pois é somente pela negação da negação que o discurso humano permite voltar a ela.

Mas, com o que não foi deixado ser nessa *Bejahung*, o que então advém? Freud nos disse inicialmente: o que o sujeito assim suprimiu (*verworfen*) da abertura para o ser, dizíamos, não será reencontrado em sua história, se designarmos por esse nome o lugar onde o recalcado vem a reaparecer. É que — peço-lhes que notem como é impressionante essa fórmula, por não ter a menor ambigüidade — o sujeito *não quer* “saber nada disso no sentido do recalque”. Pois, com efeito, para que ele tivesse que conhecê-lo nesse sentido, seria preciso que isso, de algum modo, tivesse vindo à luz pela simbolização primordial. Mais uma vez, porém, que acontece com isso? O que acontece, vocês podem ver: *o que não veio à luz do simbólico aparece no real*.

Porque é assim que se deve compreender a *Einbeziehung ins Ich*, a introdução no sujeito, e a *Austossung aus dem Ich*, a expulsão para fora do sujeito. É esta última que constitui o real, na medida em que ele é o domínio do que subsiste fora da simbolização. E é por isso que a castração, aqui suprimida pelo sujeito dos próprios limites do possível, mas igualmente subtraída, por isso, das possibilidades da fala, vai aparecer no real, erráticamente, isto é, em relações de resistência sem transferência — diríamos, para retomar a metáfora de que nos servimos há pouco, como uma pontuação sem texto.

Pois o real não espera e não espera nomeadamente o sujeito, já que nada espera da fala. Mas está ali, idêntico à sua existência, ruído onde tudo se pode ouvir, e prestes a submergir com seus estrondos o que o “princípio de realidade” constrói nele sob o nome de mundo externo. Isso porque, se o juízo de existência funciona mesmo como o entendemos no mito freudiano, é justamente às custas de um mundo do qual a astúcia da razão retirou duas vezes sua parte.

Não há outro valor a dar, com efeito, à reiteração da divisão entre o fora e o dentro articulada pela frase de Freud: *Es ist*,

[389]

wie man sieht, wieder eine Frage des Aussen und Innen. “Trata-se novamente, como se vê, de uma questão do fora e do dentro.” Em que momento, de fato, surge essa frase? — Primeiro houve a expulsão primária, isto é, o real como externo ao sujeito. Depois, no interior da representação (*Vorstellung*), constituída pela reprodução (imaginária) da percepção primária, a discriminação da realidade como aquilo que, do objeto dessa percepção primária, não apenas é instaurado como existente pelo sujeito, mas pode ser reencontrado (*wiedergefunden*) no lugar onde este pode apoderar-se dele. É somente nisso que a operação, por mais desencadeada que seja pelo princípio do prazer, escapa a seu domínio. Mas, nessa realidade que o sujeito tem que compor segundo a gama bem temperada de seus objetos, o real, como suprimido da simbolização primordial, *já está presente*. Poderíamos até dizer que fala sozinho. E o sujeito pode vê-lo emergir dela sob a forma de uma coisa que está longe de ser um objeto que o satisfaça, e que só da maneira mais incongruente concerne à sua intencionalidade atual: é a alucinação, como algo que se diferencia radicalmente do fenômeno interpretativo. Coisa da qual vemos aqui, sob a pena de Freud, o testemunho transcrito tal como ditado pelo sujeito.

O sujeito lhe conta, com efeito, que, “quando tinha cinco anos, estava brincando no jardim ao lado de sua babá e fazia entalhes na casca de uma das nogueiras (cujo papel conhecemos em seu sonho). De repente, observou, com um terror inexprimível, que havia cortado seu dedo mínimo (da mão direita ou esquerda? — ele não sabe), e que esse dedo estava preso apenas pela pele. Ele não sentiu nenhuma dor, porém uma grande ansiedade. Não teve coragem de dizer o que quer que fosse à babá, que estava apenas a alguns passos dele; deixou-se cair num banco e assim permaneceu, incapaz de lançar outro olhar para o dedo. No fim, acalmou-se, olhou bem para o dedo e — vejam só! — ele estava perfeitamente intacto.”

Deixemos a Freud a preocupação de nos confirmar, com seu escrúpulo habitual, através de todas as ressonâncias temáticas e das correlações biográficas que extrai do sujeito por meio da associação, toda a riqueza simbólica do roteiro alucinado. Mas, quanto a nós, não nos deixemos fascinar por ela.

As correlações do fenômeno nos ensinarão mais, quanto ao que nos interessa, do que o relato que o submete às condições

[390]

de transmissibilidade do discurso. Que seu conteúdo se dobre a este tão facilmente, que chegue até a se confundir com os temas do mito ou da poesia, decerto levanta uma questão, que se formula prontamente, mas que talvez exija ser reformulada num segundo tempo, nem que seja por sabermos, logo de saída, que a solução simples não é suficiente aqui.

Na verdade, destaca-se do relato do episódio um fato que de modo algum é necessário à sua compreensão, antes pelo contrário: é a impossibilidade em que ficou o sujeito de falar dele naquele momento. Há nisso, observe-se, uma inversão da dificuldade relacionada com o caso de esquecimento de um nome que analisamos há pouco. Lá, o sujeito deixou de dispor do significante; aqui, pára diante da estranheza do significado. E isso, a ponto de não poder comunicar o sentimento que experimenta, nem mesmo sob a forma de um apelo, embora tenha a seu alcance a pessoa mais apropriada para ouvi-lo: sua amada Nania.

Longe disso, se vocês me permitem a familiaridade do termo da gíria, por seu valor expressivo, ele não dá um pio; o que descreve sobre sua atitude sugere a idéia de que não é apenas numa posição de imobilidade que se afunda, mas numa espécie de funil temporal de onde retorna sem ter podido contar as voltas de sua descida e sua subida, e sem que seu retorno à superfície do tempo comum tenha correspondido em nada a seu esforço.

O traço de mutismo aterrorizado reencontra-se de maneira notável num outro caso, quase calcado neste, e relatado por Freud a propósito de um correspondente ocasional.⁹

O traço do abismo temporal não deixará de mostrar correlações significativas.

Vamos encontrá-las, com efeito, nas formas atuais em que se produz a rememoração. Vocês sabem que o sujeito, no momento de iniciar seu relato, supôs primeiro que já o havia contado, e que esse aspecto do fenômeno pareceu a Freud que merecia ser considerado à parte, fazendo-se objeto de um dos textos que constituem este ano nosso programa.¹⁰

[391]

9. Cf. "Über fausse reconnaissance ("déjà raconté") während der psychoanalytischen Arbeit", GW, X, p. 116-23, trecho citado, p.122. Trad. inglesa, *Coll. Papers*, II, 334-41, p.340 ["*Fausse reconnaissance (déjà raconté)*" no tratamento psicanalítico", *ESB*, XIII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

10. É o artigo citado há pouco.

A própria maneira como Freud chega a explicar essa ilusão da lembrança, ou seja, pelo fato de o sujeito haver contado em várias ocasiões o episódio da compra feita por um tio, a seu pedido, de um canivete de bolso, enquanto sua irmã ganhara um livro, só reterá nossa atenção pelo que implica da função da lembrança encobridora.

Outro aspecto do movimento da rememoração parece-nos convergir para a idéia que iremos enunciar. É a correção que o sujeito faz secundariamente, ou seja, a de que a noqueira de que se trata no relato, e que não nos é menos familiar do que a ele quando ele evoca sua presença no sonho de angústia — que é, de certa maneira, a peça mestra do material desse caso —, é sem dúvida trazida para este de outro lugar, isto é, de uma outra lembrança de alucinação em que é da própria árvore que ele faz brotar sangue.

Não nos indica esse conjunto, num caráter como que extra-temporal da rememoração, alguma coisa como o selo de origem do que é rememorado?

E acaso não encontramos nesse caráter algo, não idêntico, mas que poderíamos dizer complementar ao que se produz no famoso sentimento do *déjà vu*, que, desde que passou a constituir a cruz dos psicólogos, nem por isso foi esclarecido, apesar do número de explicações que recebeu, e as quais não é por acaso nem por gosto pela erudição que Freud relembra no artigo de que falávamos há pouco?

Poderíamos dizer que o sentimento do *déjà vu* vem ao encontro da alucinação errática, que é o eco imaginário que surge como resposta a um ponto da realidade que pertence ao limite onde ele foi suprimido do simbólico.

Isso quer dizer que o sentimento de irrealidade é exatamente o mesmo fenômeno que o sentimento de realidade, se designarmos por esse termo o “clique” que assinala o ressurgimento, raro de obter, de uma lembrança esquecida. O que faz com que o segundo seja sentido como tal é que ele se produz no interior do texto simbólico que constitui o registro da rememoração, ao passo que o primeiro corresponde às formas imemoriais que aparecem no palimpsesto do imaginário, quando o texto, ao se interromper, desnuda o suporte da reminiscência.

Só é preciso, para compreender isso na teoria freudiana, entendê-la até o fim, pois, se nela toda representação vale apenas

[392]

pelo que reproduz da percepção primeira, tal recorrência não pode deter-se nesta senão a título mítico. Essa observação já remetera Platão à idéia eterna; e preside, em nossos dias, o renascimento do arquétipo. Quanto a nós, contentar-nos-emos em observar que é apenas pelas articulações simbólicas que a enredam a um mundo inteiro que a percepção adquire seu caráter de realidade.

Mas o sujeito não experimenta um sentimento menos convincente ao esbarrar no símbolo que originalmente suprimiu de sua *Bejahung*. Pois nem por isso esse símbolo entra no imaginário. Ele constitui, diz-nos Freud, aquilo que não existe propriamente; e é como tal que ek-siste, pois nada existe senão sobre um suposto fundo de ausência. Nada existe senão na medida em que não existe.

Do mesmo modo, é isso que aparece em nosso exemplo. O conteúdo da alucinação, tão maciçamente simbólico, deve seu aparecimento no real ao fato de não existir para o sujeito. Com efeito, tudo indica que este continuou fixado, em seu inconsciente, numa posição feminina imaginária que tira todo o sentido de sua mutilação alucinatória.

Na ordem simbólica, os vazios são tão significativos quanto os cheios; realmente parece, ao ouvir Freud hoje, que é a hiância de um vazio que constitui o primeiro passo de todo o seu movimento dialético.

É justamente isso que explica, ao que parece, a insistência do esquizofrênico em reiterar esse passo. Em vão, já que, para ele, todo o simbólico é real.

E bem diferente, nisso, do paranóico, de quem mostramos em nossa tese as estruturas imaginárias preponderantes, isto é, a retro-ação para um tempo cíclico, que torna tão difícil a anamnese de seus distúrbios, de fenômenos elementares que são apenas pré-significantes, e que só depois de uma organização discursiva longa e penosa conseguem estabelecer, constituir, esse universo sempre parcial a que se chama um delírio.¹¹

[393]

11. *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*, Paris, Le François, 1932 [*Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987].

Detenho-me nestas indicações, que retomaremos num trabalho clínico, para dar um segundo exemplo que põe à prova nossas colocações de hoje.

Esse exemplo concerne a um outro modo de interferência entre o simbólico e o real, não, desta vez, sofrido pelo sujeito, mas por ele atuado. Trata-se do modo de reação que se designa na técnica pelo nome de *acting out*, nem sempre bem delimitando seu sentido; e veremos que nossas considerações de hoje são propícias a renovar sua noção.

O *acting out* que examinaremos, por ser aparentemente de tão pouca conseqüência para o sujeito quanto a alucinação que acaba de nos reter, nem por isso é menos demonstrativo. Se não deverá permitir-nos ir tão longe, é porque o autor de quem o tomamos emprestado não exhibe o poder de investigação e a penetração divinatória de Freud, e porque, para tirar dele maior instrução, logo nos faltarão material.

Com efeito, ele é relatado por Ernst Kris, autor cuja importância no entanto reside em fazer parte do triunvirato que se encarregou de dar ao *new deal* da psicologia do *ego* seu status de algum modo oficial, e até mesmo passar como sendo a cabeça pensante desta.

Nem por isso ele nos dá uma fórmula mais segura, e os preceitos técnicos que esse exemplo pretensamente ilustra, no artigo “Ego psychology and interpretation in psychoanalytic therapy”,¹² desembocam, em seu vaivém — onde se distinguem as nostalgias do analista de velha cepa —, em noções preto-e-branco cujo exame adiaremos para depois, sempre na esperança, aliás, da vinda do simplório que, enfim calibrando em sua ingenuidade essa presunção do analista normalizador, lhe desfira, sem que ninguém tenha que se intrometer, o golpe definitivo.

[394]

Consideremos, por ora, o caso que ele nos apresenta, para trazer à luz a elegância com que, podemos dizer, ele o destacou, e isso em razão de princípios dos quais sua intervenção decisiva mostra a aplicação magistral: entenda-se, o apelo ao *ego* do sujeito, a abordagem “pela superfície”, a referência à realidade e *tutti quanti*.

12. Publicado em *The Psychoanalytic Quarterly*, v.XX, nº1, janeiro.

Eis, portanto, um sujeito que ele recebeu em posição de segundo analista. Esse sujeito está gravemente bloqueado em sua profissão, profissão intelectual que parece não muito distante da nossa. Isso é o que se traduz ao nos ser dito que, embora ocupando uma posição acadêmica respeitada, ele não conseguia avançar para um posto mais elevado, pela impossibilidade de publicar suas pesquisas. O entrave é a compulsão mediante a qual ele se sente impelido a pegar as idéias dos outros. Obsessão com o plágio, portanto, ou com o plagiar. No ponto em que se encontra, depois de haver obtido uma melhora pragmática de sua primeira análise, sua vida gravita em torno de um *scholar* brilhante, no tormento incessantemente alimentado de evitar roubar as idéias dele. De qualquer modo, um trabalho está prestes a ser publicado.

E um belo dia, eis que ele chega à sessão com um ar de triunfo. Está feita a prova: ele acaba de pôr as mãos num livro, na biblioteca, que contém todas as idéias do seu. Pode-se dizer que não conhecia o livro, já que apenas passara os olhos nele, não fazia muito tempo. Não obstante, ei-lo plagiador, a despeito de si mesmo. A analista (uma mulher) que fizera seu primeiro período de análise (*tranche*, como se diz em nossa *slang*) tinha mesmo razão quando lhe dizia algo como “quem roubou, roubará”, já que, também na puberdade, era comum ele surrupiar livros e doces.

É aí que Ernst Kris, por sua ciência e sua audácia, intervém, não sem a consciência de nos fazer aquilatá-las, sentimento em que talvez o deixemos a meio caminho. Ele pede para ver esse livro. Ele o lê. Descobre que nada justifica o que o sujeito acredita ler nele. Somente ele é que atribui ao autor ter dito tudo o que ele pretende dizer.

A partir de então, diz-nos Kris, a questão muda de figura. Logo transpira que o colega eminente se apoderara reiteradas vezes das idéias do sujeito, arranjara-as a seu gosto e simplesmente as copiara, sem fazer menção a ele. E era isso que o sujeito temia tirar-lhe, sem reconhecer ali seu patrimônio.

Anuncia-se uma nova era de compreensão. Se eu dissesse que o grande coração de Kris lhe havia aberto as portas, decerto não obteria seu assentimento. Ele me diria, com a seriedade proverbialmente atribuída ao papa, que havia seguido o princípio geral de abordar os problemas pela superfície. E por que não diríamos também que ele os toma pelo lado de fora, e até que bem se

poderia ler uma pitada de don-quixotismo inadvertido na maneira como toma decisões em matéria tão delicada quanto o fato do plágio?

A inversão de intenção cuja lição hoje tivemos que reaprender em Freud leva a alguma coisa, sem dúvida, mas não está dito que seja à objetividade. Na verdade, se podemos ter certeza de que não será sem proveito que resgataremos a bela alma de sua revolta contra a desordem do mundo, para pô-la de sobreaviso quanto ao papel que desempenha nele, o inverso não é verdadeiro, e não deve bastar-nos que alguém se acuse de uma má intenção para que lhe asseguremos que ele não é absolutamente culpado.

Seria uma bela oportunidade, no entanto, de podermos nos dar conta de que, se há ao menos um preconceito do qual o psicanalista deveria se desvencilhar pela psicanálise, é o da propriedade intelectual. Isso sem dúvida teria facilitado, para aquele que aqui seguimos, reencontrar-se na maneira como seu próprio paciente o ouvia.

E, já que se salta a barreira de uma interdição, aliás mais imaginária do que real, para permitir ao analista um juízo documentado, por que não perceber que é permanecer no abstrato não examinar o conteúdo próprio das idéias aqui em litígio, posto que ele não poderia ser indiferente?

A incidência vocacional da inibição, em suma, talvez não deva ser totalmente negligenciada, ainda que seus efeitos profissionais pareçam evidentemente mais importantes na perspectiva culturalmente especificada do *success*.

Pois, se pude notar uma certa reserva na exposição dos princípios de interpretação abarcados por uma psicanálise dora-vante voltada para a *ego psychology*, não nos poupam, ao contrário, no comentário do caso, de nada.

Reconfortando-se, de passagem, com um encontro que lhe parece dos mais felizes com as fórmulas do honorável sr. Bibring, o sr. Kris nos expõe seu método: "Trata-se de determinar, num período preparatório (*sic*), os *patterns* de comportamento presentes e passados do sujeito (cf. p.24 do artigo). Aqui se notarão, primeiro, suas atitudes de crítica e admiração em relação às idéias dos outros; depois, a relação destas com as idéias próprias do paciente." Que me desculpem por seguir o texto passo a passo. É que é preciso, aqui, que ele não nos deixe nenhuma dúvida quanto ao pensamento de seu autor. "Uma vez nesse

[396]

ponto, a comparação entre a produtividade do paciente e a dos outros deve ser examinada com o máximo detalhe. Por último, a deturpação de imputar aos outros suas próprias idéias poderá enfim ser analisada, e o mecanismo do ‘deve e haver’, tornado consciente.”

Um dos saudosos mestres de nossa juventude, a quem no entanto não podemos dizer que tenhamos seguido nos últimos circunlóquios de seu pensamento, já havia designado o que nos é descrito aqui pelo nome de “balancismo”. Claro, não se deve desdenhar de tornar consciente um sintoma obsessivo, mas outra coisa muito diferente é fabricá-lo por inteiro.

Abstratamente formulada, essa análise, descritiva, segundo nos é esclarecido, não me parece todavia muito diferenciada do que nos é relatado sobre o modo de abordagem que a primeira analista teria seguido. Pois não nos fazem mistério de que se trata da sra. Melitta Schmideberg, citando-se uma frase extraída de um comentário que ela teria feito publicar desse caso: “Um paciente que, durante a puberdade, cometera furtos de vez em quando, (...) conservou, mais tarde, um certo pendor para o plágio (...) A partir daí, já que para ele a atividade estava ligada ao roubo, o esforço científico ao plágio... etc.”

Não pudemos verificar se essa frase esgota o papel exercido na análise pela autora em questão, de vez que uma parte da literatura analítica, infelizmente, passou a ser de muito difícil acesso.¹³

Mas compreendemos melhor a ênfase do autor cujo texto temos em mãos quando ele alardeia sua conclusão: “Agora é possível comparar os dois tipos de abordagem analítica.”

Isso porque, à medida que ele vai precisando concretamente em que consiste o seu, vemos o que quer dizer essa análise dos *patterns* do comportamento do sujeito: trata-se, propriamente, de inscrever esse comportamento nos padrões do analista.

Não é que não se remexa em mais nada. E vemos desenhar-se, com o pai e o avô, uma situação a três de aspecto muito atraente, ainda mais que o primeiro parece não ter conseguido, como acontece, manter-se no nível do segundo, um sábio eminente em

[397]

13. Cf., se for possível: Melitta Schmideberg, “Intellektuelle Hemmung und Es-Störung”, *Atschr. f. psa. Päd.*, VIII, 1934.

sua especialidade. Nesse ponto, há algumas artimanhas a respeito do avô e do pai que não era grande,¹⁴ às quais talvez houvéssimos preferido algumas indicações sobre o papel da morte em todo esse jogo. Que os peixes grandes e pequenos das pescarias com o pai simbolizam a clássica “comparação” que, em nosso mundo mental, assumiu o lugar ocupado noutros séculos por outras mais galantes, não temos dúvida! Mas nada disso, se me atrevo a dizer, parece-me pescado pelo lado certo.

Não darei outra prova disso senão o corpo de delito prometido em meu exemplo, ou seja, justamente o que o sr. Kris nos apresenta como o troféu de sua vitória. Ele acredita ter atingido o objetivo, e comunica isso a seu paciente: “Só as idéias dos outros é que são interessantes, são as únicas boas de pegar; apossar-se delas é uma questão de saber como proceder” — assim traduzo o *engineering*, pois acho que ele faz eco ao célebre *how to* norte-americano, vejamos se não é isto: uma questão de planejamento.

“Nesse ponto de minha interpretação”, diz-nos Kris, “aguardei a reação de meu paciente. O paciente calou-se, e a própria duração desse silêncio”, afirma ele, pois vai medindo seus efeitos, “tem uma significação especial. Então, como que tomado por uma súbita luz, ele proferiu estas palavras: ‘Ao meio-dia, quando saio da sessão antes do almoço, e antes de voltar ao escritório, sempre dou uma volta pela rua tal’ (uma rua, explica-nos o autor, muito conhecida por seus restaurantes pequenos, mas onde se é bem servido) “e espio os cardápios atrás das vitrines da entrada. É num desses restaurantes que costumo encontrar meu prato predileto: miolos frescos.”

Essa é a palavra final de sua observação. Mas o vivíssimo interesse que tenho pelos casos da sugerida geração de ratos por montanhas¹⁵ há de retê-los por mais um momento, espero, se eu lhes pedir para examinar isto comigo.

[398]

14. Lacan usa aqui as expressões *grand-père* (avô) e *père qui n'était pas grand*. (N.E.)

15. Alusão ao ditado francês “*C'est la montagne qui accouche d'une souris*” (“É uma montanha parindo um rato”), usada à guisa de troça quando se obtêm resultados medíocres ou decepcionantes de um projeto grandioso. (N.E.)

Trata-se, sob todos os aspectos, de um exemplar da espécie chamada *acting out*, sem dúvida de pequeno porte, mas de muito boa constituição.

Só o prazer que parece trazer a seu parteiro é que me espanta. Achará ele que se trata de um produto válido do *id*,¹⁶ que a excelência de sua arte teria conseguido provocar?

Que, certamente, a confissão que dele faz o sujeito tem todo o seu valor transferencial, disso não há dúvida, embora o autor tenha tomado a decisão deliberada, como sublinha, de nos poupar todos os detalhes concernentes à articulação — e aqui eu mesmo sublinho — *entre as defesas* (cuja desmontagem ele acaba de nos descrever) *e as resistências do paciente na análise*.

Mas, quanto ao ato em si, o que compreender dele, senão ver nisso propriamente uma emergência de uma relação oral primordialmente “suprimida”, o que sem dúvida explica o relativo fracasso da primeira análise?

Mas o fato de ela aparecer aqui sob a forma de um ato totalmente incompreendido pelo sujeito não nos parece, para este, ser de nenhum benefício, ainda que nos mostre, por outro lado, aonde leva uma análise das resistências que consiste em se confrontar com o mundo (os *patterns*) do sujeito para remodelá-lo segundo o do analista, em nome da análise das defesas. Não duvido que o paciente se sinta muito bem, no fim das contas, em entrar por isso mesmo numa dieta de miolos frescos. Assim estará praticando um *pattern* a mais, aquele que um grande número de teóricos confere, em termos apropriados, ao processo da análise, qual seja, a introjeção do eu do analista. Há que esperar, com efeito, que também aí seja da parte sadia que eles pretendem falar. E, nesse aspecto, as idéias do sr. Kris sobre a produtividade intelectual parecem-nos garantias adequadas para a América.

Parece supérfluo perguntar como ele se arranjará com os miolos frescos, os miolos reais, aqueles que se manda dourar na manteiga, sendo recomendável uma retirada prévia da pia-máter que requer muito cuidado. Mas não se trata de uma pergunta vã, pois suponhamos que fosse pelos rapazinhos que se descobrisse a mesma predileção, exigindo requintes não menores: não

[399]

16. Termo inglês aceito para o *Es* freudiano.

haveria, no fundo, o mesmo mal-entendido? E esse *acting-out*, como se diz, não seria igualmente alheio ao sujeito?

Isso quer dizer que, ao abordar a resistência do eu nas defesas do sujeito, ao fazer a seu mundo as perguntas que ele mesmo deveria responder, pode-se atrair para si respostas muito incongruentes, e cujo valor de realidade, a título das pulsões do sujeito, não é o que se faz reconhecer nos sintomas. É isso que nos permite compreender melhor o exame feito pelo sr. Hyppolite das teses trazidas por Freud na *Verneinung*.

A coisa freudiana
ou Sentido do retorno a Freud
em psicanálise

AMPLIAÇÃO DE UMA CONFERÊNCIA PROFERIDA
NA CLÍNICA NEUROPSIQUIÁTRICA DE VIENA
EM 7 DE NOVEMBRO DE 1955¹

Para Sylvia

Situação do tempo e lugar deste exercício

Nestes dias em que Viena, a fim de novamente se fazer ouvir pela voz da Ópera, retoma numa variante patética o que foi sua missão de sempre, num ponto de convergência cultural cujo concerto ela soube fazer, não creio estar vindo evocar fora de hora a eleição pela qual ela ficará, desta vez para sempre, ligada a uma revolução do conhecimento à altura do nome de Copérnico: entenda-se, como lugar eterno da descoberta de Freud, se é possível dizer que, por ela, o verdadeiro centro do ser humano já não está doravante no mesmo lugar que lhe atribuiu toda uma tradição humanista.

Sem dúvida, mesmo para os profetas a quem seu país não foi totalmente surdo, deve chegar o momento em que nele se observa seu eclipse, nem que seja após sua morte. Convém ao estrangeiro a reserva, no que tange às forças que põem em jogo esse efeito de fase.

Por isso mesmo, o retorno a Freud de que aqui me faço arauto situa-se noutro lugar: lá onde o evoca suficientemente o escândalo simbólico que o dr. Alfred Winterstein, aqui presente, soube destacar, como presidente da Sociedade Psicanalítica de Viena,

1. Publicada in *L'Évolution Psychiatrique*, 1956, nº1.

quando esse escândalo se consumou, ou seja, na inauguração da placa comemorativa que designa a casa onde Freud elaborou sua obra heróica, e que não está no fato de esse monumento não ter sido dedicado a Freud por seus concidadãos, mas no de não se ter tributado à associação internacional daqueles que vivem de seu apadrinhamento.

Falha sintomática, por trair uma renegação que não vem desta terra, onde Freud, por sua tradição, foi apenas hóspede passageiro, mas do próprio campo cujo encargo ele nos legou e daqueles a quem confiou sua guarda, digo, do movimento da psicanálise, onde as coisas chegaram a tal ponto que a palavra de ordem de um retorno a Freud significa uma reviravolta.

[402]

Muitas contingências entrelaçam-se nessa história, desde que o primeiro som da mensagem freudiana repercutiu com suas ressonâncias no sino vienense, para estender ao longe suas ondas. Estas pareceram abafar-se nos surdos desmoronamentos do primeiro conflito mundial. Sua propagação recomeçou com a imensa dilaceração humana em que se fomentou o segundo, que foi seu veículo mais potente. Sinal de alarme do ódio e tumulto da discórdia, sopro aterrador da guerra, foi em suas batidas que nos chegou a voz de Freud, enquanto víamos passar a diáspora dos que eram seus portadores e a quem a perseguição não visava por acaso. Essa marcha já não se deteria senão nos confins de nosso mundo, para repercutir lá onde não é exato dizer que a história perca sentido, já que é lá que ela encontra seu limite — lá onde nos enganaríamos até mesmo em supor a história ausente, uma vez que, já atada ao longo de vários séculos, ela só se faz mais pesada pelo fosso que desenha seu horizonte estreito demais —, porém onde é negada na vontade categórica que confere aos empreendimentos seu estilo: no a-historicismo da cultura, próprio dos Estados Unidos da América do Norte.

É esse a-historicismo que define a assimilação necessária para que se seja reconhecido na sociedade constituída por essa cultura. Foi à intimação desta que teve de responder um grupo de emigrantes que, para se fazer reconhecer, só podia valorizar sua diferença, mas cuja função supunha a história em seu princípio, sendo a disciplina deles aquela que restaurara a ponte que une o homem moderno aos mitos antigos. A conjuntura era forte demais, a oportunidade sedutora demais para que não se cedesse à tentação oferecida: abandonar o princípio para fazer repousar

a função na diferença. Entendamos bem a natureza dessa tentação. Ela não é a da facilidade nem do lucro. Decerto é mais fácil apagar os princípios de uma doutrina que os estigmas de uma origem, mais lucrativo subjugar sua função à demanda; mas, aqui, reduzir sua função à sua diferença é ceder a uma miragem inerente à própria função, aquela que a fundamenta nessa diferença. É retornar ao princípio reacionário que recobre a dualidade daquele que sofre e daquele que cura pela oposição entre aquele que sabe e aquele que ignora. Como não se justificar por tomar essa oposição como verdadeira quando ela é real, como não deslizar daí para tornarem-se administradores de almas, num contexto social que lhes requer esse ofício? O mais corruptor dos comodismos é o comodismo intelectual, assim como a pior corrupção é a do melhor.

[403]

É assim que o dito de Freud a Jung, de cuja boca o ouvi, quando, ambos convidados da Universidade Clark, avistaram o porto de Nova York e a célebre estátua que ilumina o universo — “Eles não sabem que lhes estamos trazendo a peste” —, é-lhe devolvido como sanção por uma arrogância cuja antífrase e perfídia não extinguem seu brilho perturbador. A Nêmesis só precisou, para apanhar seu autor na cilada, tomá-lo ao pé da letra de seu dito. Seria de se temer que ela juntasse a ele uma passagem de volta na primeira classe.

Na verdade, se algo dessa ordem se passou, é só a nós mesmos que cabe responsabilizar. Pois a Europa mais parece haver apagado da preocupação e do estilo, senão da memória, aqueles que dela saíram, com o recalque de suas lembranças desagradáveis.

Não lamentaremos com vocês esse esquecimento, se ele nos deixa mais à vontade para lhes apresentar o projeto de um retorno a Freud, tal como alguns o propõem no ensino da Sociedade Francesa de Psicanálise. Não é de um retorno do recalco que se trata para nós, mas de nos apoiarmos na antítese constituída pela fase percorrida desde a morte de Freud no movimento psicanalítico, para demonstrar o que a psicanálise não é e, junto com vocês, buscar o meio de recolocar em vigor aquilo que não cessou de sustentá-la em seu próprio desvio, ou seja, o sentido primeiro que Freud preservava nela por sua simples presença, e que se trata aqui de explicitar.

Como poderia faltar-nos esse sentido, quando ele nos é atestado na obra mais clara e mais orgânica que há? E como poderia ele deixar-nos hesitantes, quando o estudo dessa obra nos mostra que suas etapas e suas viragens foram ditadas pela preocupação, inflexivelmente eficaz em Freud, de mantê-la em seu rigor primeiro?

[404]

Textos que se mostram comparáveis justamente àqueles que a veneração humana, noutros tempos, revestiu dos mais altos atributos, por resistirem à prova da disciplina do comentário, cuja virtude é reencontrada ao nos servirmos dela segundo a tradição, não apenas para substituir uma fala no contexto de sua época, mas para avaliar se a resposta que ela dá às perguntas que levanta é ou não ultrapassada pela resposta que encontramos para as questões do atual.

Estaria eu lhes ensinando alguma coisa, ao lhes dizer que esses textos — aos quais dedico há quatro anos um seminário de duas horas, todas as quartas-feiras, de novembro a julho, sem haver ainda empregado mais de um quarto deles, supondo-se que meu comentário pressuponha seu conjunto — nos deram, a mim e aos que me seguem, a surpresa de verdadeiras descobertas? Elas vão de conceitos que se mantiveram inexplorados a detalhes clínicos deixados ao sabor de nossa exploração, e que atestam a que ponto o campo de que Freud teve a experiência ultrapassava as vias que ele se encarregou de nos abrir, e a que ponto sua observação, que às vezes dá a impressão de ser exaustiva, pouco se suscitava ao que ele tinha que demonstrar. Quem não se comoveu, dentre os técnicos de disciplinas alheias à análise que levei a ler esses textos, com essa investigação em ação — seja a que ele nos faz seguir na *Traumdeutung*, seja a da observação do “Homem dos Lobos” ou de *Para-além do princípio do prazer*? Que exercício para formar espíritos, e que mensagem à qual emprestar sua voz! Que controle, também, do valor metódico dessa formação e do efeito de verdade dessa mensagem, quando os alunos a quem vocês as transmitem trazem-lhes o testemunho de uma transformação, às vezes sobrevivendo da noite para o dia, de sua prática, simplificada e tornada mais eficaz antes mesmo de se lhes tornar mais transparente. Seria impossível eu lhes oferecer uma exposição extensa desse trabalho na palestra que devo à amabilidade do prof. Hoff estar-lhes fazendo neste lugar de diletta memória, que devo à concordância de minhas visões

com a do dr. *Dozent* Arnold, por ter tido a idéia de produzi-la perante vocês, e que devo às minhas relações excelentes e já antigas com o sr. Igor Caruso, sabendo a acolhida que ela teria em Viena.

[405]

Mas tampouco posso esquecer os ouvintes, que devo à complacência do sr. Susini, diretor de nosso Instituto Francês em Viena. E é por isso que, no momento de chegar ao sentido deste retorno a Freud que professo aqui, tenho de me perguntar se, por menos preparados que estejam os especialistas que me ouvem, não corro o risco de decepcioná-los.

O adversário

Estou certo de minha resposta neste ponto: — Absolutamente não, se o que vou dizer é o que realmente deve ser. O sentido de um retorno a Freud é um retorno ao sentido de Freud. E o sentido do que Freud disse pode ser comunicado a qualquer um, porque, mesmo dirigido a todos, cada um estará interessado — e basta uma palavra para fazer senti-lo: a descoberta de Freud questiona a verdade, e não há ninguém que não seja pessoalmente afetado pela verdade.

Confessem que é uma colocação bem estranha eu jogar-lhes na cara esse dito que quase passa por mal afamado, por estar proscrito das boas companhias. Pergunto, no entanto, se ele não está inscrito no próprio cerne da prática analítica, já que também esta sempre refaz a descoberta do poder da verdade em nós, e até em nossa carne.

Em quê, de fato, seria o inconsciente mais digno de ser reconhecido do que as defesas que a ele se opõem no sujeito, com um sucesso que as faz parecerem não menos reais? Não destaco aqui o trânsito da fancaria nietzschiana da mentira da vida, nem me deslumbra que se acredite crer nele, nem aceito que baste admiti-lo para querê-lo. Mas pergunto: de onde provém essa paz que se estabelece ao se reconhecer a tendência inconsciente, se ela não é mais verdadeira que o que a cerceava no conflito? Outrossim, não é que essa paz, há algum tempo, não venha se revelando uma paz falha, já que, não satisfeitos em haver reconhecido como inconscientes as defesas a serem atribuídas ao eu, os psicanalistas identificam cada vez mais seus

mecanismos — deslocamento quanto ao objeto, inversão contra o sujeito, regressão da forma — com a própria dinâmica que Freud analisara na tendência, a qual, assim, parece prosseguir, exceto por uma troca de sinal. Acaso não se atinge o cúmulo quando se admite que a própria pulsão possa ser levada pela defesa à consciência, para evitar que o sujeito nela se reconheça?

Sirvo-me ainda, para traduzir a exposição desses mistérios num discurso coerente, de palavras que a despeito de mim mesmo restabelecem neles a dualidade que os sustenta. Mas, não é que as árvores do encaminhamento técnico ocultem a floresta da teoria que deploro, mas que por muito pouco acreditaríamos estar na floresta de Bondy² — exatamente daquele que se esquia por trás de cada árvore —, que deve haver árvores mais verdadeiras do que outras, ou, se vocês preferirem, que nem todas as árvores são bandidos. Sem o quê ficaríamos a perguntar onde estão os bandidos que não são árvores. Logo, esse pouco de que tudo se trata, no caso, talvez mereça ser explicado, não é? Essa verdade, sem a qual já não há meio de discernir o rosto da máscara, e fora da qual parece não haver outro monstro senão o próprio labirinto, que é ela? Em outras palavras, em que eles se distinguem um do outro, na verdade, se são todos de igual realidade?

Aqui, os cascos grossos avançam para calçar as patas de pombo em que, como se sabe, a verdade é transportada, e, conforme o caso, devorar junto o pássaro: nosso critério, gritam, é simplesmente econômico, você é que é um ideólogo. Nem todos os arranjos da realidade são igualmente econômicos. Mas, no ponto a que a verdade progrediu, o pássaro escapa e sai ileso com nossa pergunta: — Econômicos para quem?

Desta vez, a coisa vai longe demais. O adversário escarnece: “Vê-se logo do que se trata. O senhor se entrega à filosofia. Daqui a pouco, entram Platão e Hegel. Essas assinaturas nos bastam. O que elas avalizam é para jogar no lixo e, de qualquer modo, como o senhor disse, isso diria respeito a todo o mundo, não interessa aos especialistas que somos. Nem tem que ser classificado em nossa documentação.”

2. A antiga floresta de Bondy, nos arredores de Paris, costumava ser um antro de bandidos. (N.E.)

Vocês acham que estou zombando neste discurso. De modo algum: eu o subscrevo.

[407]

Se Freud não trouxe outra coisa ao conhecimento do homem senão a verdade de que existe o verdadeiro, não há descoberta freudiana. Freud situa-se então na linha dos moralistas nos quais se encarna uma tradição de análise humanista, via-láctea no céu da cultura européia, onde Balthazar Gracian e La Rochefoucauld figuram como estrelas de primeira grandeza, e Nietzsche, como uma supernova tão fulgurante quanto prontamente devolvida às trevas. Último a surgir dentre eles e, como eles, sem dúvida estimulado por uma preocupação propriamente cristã com a autenticidade do movimento da alma, Freud soube precipitar toda uma casuística num mapa do Terno³ em que basta seguir uma orientação para os préstimos a que ele se destina. Sua objetividade, com efeito, está estritamente ligada à situação analítica, a qual, entre as quatro paredes que limitam seu campo, dispensa perfeitamente que se saiba onde fica o norte, já que ele é confundido com o eixo longitudinal do divã, tido como dirigido à pessoa do analista. A psicanálise é a ciência das miragens que se estabelecem nesse campo. Experiência única, aliás bastante abjeta, mas que é impossível recomendar em demasia aos que pretendem introduzir-se no princípio das loucuras do homem, pois, por se mostrar aparentada com toda uma gama de alienações, ela as esclarece.

Essa linguagem é moderada, não fui eu quem a inventei. Pudemos ouvir um zelote de uma pretensa psicanálise clássica definir esta última como uma experiência cujo privilégio está estritamente ligado às formas que regem sua prática, e que não podem ser alteradas numa só linha, uma vez que, obtidas por um milagre do acaso, detêm o acesso a uma realidade que transcende os aspectos da história, e onde o gosto pela ordem e o amor ao belo, por exemplo, têm seu fundamento permanente: a saber, nos objetos da relação pré-edipiana, a merda e as pregas do cu.

Essa postura não pode ser refutada, já que nela as regras se justificam por seus resultados, que são tidos como comprobató-

3. *Tendre*: país imaginário cujo mapa é descrito no romance *Clélie*, de Mlle de Scudéry. Suas orientações indicam o percurso para se chegar à ternura. (N.E.)

rios da solidez de fundamento das regras. No entanto, nossas perguntas recomeçam a pulular. Como se deu esse prodigioso acaso? De onde vem essa contradição entre o imbróglio pré-edipiano a que se reduz a relação analítica para nós, modernos, e o fato de Freud não ter-se dado por satisfeito enquanto não a reconduziu à posição do Édipo? Como pode essa espécie de osculação de estufa em que está confinado esse *new-look* da experiência ser a última palavra de um progresso que, no começo, parecia abrir múltiplos caminhos entre todos os campos da criação — ou a mesma pergunta, formulada às avessas? Se os objetos revelados nessa fermentação eletiva foram assim descobertos por uma via diferente da psicologia experimental, estaria esta habilitada a redescobri-los por seus métodos?

[408]

As respostas que obteremos dos interessados não deixam dúvida. O móvel da experiência, mesmo motivado nos termos deles, não pode ser apenas essa verdade de miragem que se reduz à miragem da verdade. Tudo partiu de uma verdade particular, de um desvelamento que fez com que a realidade já não seja para nós como era antes, e é isso que a cacofonia absurda da teoria continua a pespegar no âmago das coisas humanas, como que para impedir a prática de se degradar até o nível dos desgraçados que não conseguem livrar-se dos apuros (entendam que emprego esse termo para excluir os cínicos).

Uma verdade, se é que é preciso dizê-lo, não é fácil de reconhecer, depois de ter sido aceita uma vez. Não que não haja verdades estabelecidas, mas, nesse caso, elas se confundem tão facilmente com a realidade que as cerca que, para distingui-las desta, por muito tempo não se encontrou outro artifício senão marcá-las com o sinal, signo do espírito e, para lhes prestar homenagens, tomá-las como vindas de outro mundo. Não basta atribuir a uma espécie de cegueira do homem o fato de a verdade nunca ser para ele uma jovem tão bela como no momento em que a luz erguida por seu braço, no emblema proverbial, surpreende-a nua. E é preciso fazer-se um pouco de bobo para fingir não saber nada do que acontece depois disso. Mas persiste a estupidez de uma franqueza taurina a se perguntar onde, afinal, se teria podido buscá-la antes, já que o emblema não ajuda a indicar o poço, lugar inconveniente e até malcheiroso, em vez do escrínio onde toda forma preciosa deve conservar-se intacta.

A coisa fala de si mesma

Mas eis que a verdade, na boca de Freud, pega o dito touro à unha: “Sou para vós, portanto, o enigma daquela que se esquia tão logo aparece, homens que tanto consentis em me dissimular sob os ouropéis de vossas conveniências. Nem por isso deixo de admitir que vosso embaraço seja sincero, pois, mesmo quando fazeis de vós meus arautos, não valeis mais ao portar minha bandeira do que essas roupas que vos pertencem e que se parecem convosco, fantasmas que sois. Por onde, afinal, irei passar em vós, onde estava eu antes dessa passagem? Será que um dia vo-lo direi? Mas, para que me encontreis onde estou, vou ensinar-vos por que sinal reconhecer-me. Homens, escutai, eu vos dou o segredo! Eu, a verdade, falo.

[409]

“Será preciso observar-vos que ainda não o sabíeis? Decerto alguns dentre vós, que se autorizavam ser meus amantes, sem dúvida em razão do princípio de que, nesses tipos de fanfarronice, nunca se é tão bem servido quanto por si mesmo, haviam afirmado ambigualmente, e não sem que transparecesse a imperícia do amor-próprio que os interessava nisso, que os erros da filosofia, os deles, entendi, só podiam subsistir com meus subsídios. Contudo, de tanto abraçar essas filhas de seu pensamento, eles acabaram julgando-as tão insípidas quanto vãs, e de novo se puseram a conviver com as opiniões vulgares, segundo os costumes dos antigos sábios, que sabiam situar estas últimas em seu lugar, conversadoras ou litigantes, astutas e até mentirosas, bem como buscá-las no lugar delas, em casa e no foro, na forja ou na feira. Aperceberam-se então de que, por não serem minhas parasitas, elas pareciam servir-me muito mais e, quem sabe, ser até minha milícia, os agentes secretos de meu poder. Diversos casos, observados no jogo do *pigeon-vole*⁴, de súbitas transmutações de erros em verdades, que nada pareciam dever senão ao efeito de perseverança, puseram-nos no caminho dessa descoberta. O discurso do erro, sua articulação como ato, podia testemunhar a verdade contra a própria evidência. Foi então que um deles tentou fazer passar à categoria de objetos dignos de

4. *Pigeon-vole*: jogo infantil em que se enuncia o nome de um objeto, voador ou não, seguido da palavra “voa!”. Erra aquele que levanta o dedo quando o dito objeto não voar. (N.E.)

estudo a astúcia da razão. Era professor, infelizmente, e tivestes muita sorte em voltar contra suas afirmações as orelhas de burro com que vos cobriam a cabeça na escola e que, desde então, servem de corneta acústica para aqueles dentre vós cujos ouvidos são um pouco moucos. Ficai, portanto, com vosso vago senso da história, e deixai os peritos basearem na garantia de minha futura empresa o mercado mundial da mentira, o comércio da guerra total e a nova lei da autocrítica. Se a razão é tão astuciosa quanto disse Hegel, ela executará bem sua obra sem vós.

“Mas nem por isso tornastes obsoletos ou sem prazo vossos débitos para comigo. É de após ontem e antes de amanhã que eles estão datados. E pouco importa que vos precipiteis adiante para honrá-los ou para vos furtardes deles, porque é por trás que eles vos pegarão em ambos os casos. Quer fujais de mim no embuste, quer penseis apanhar-me no erro, junto-me a vós no equívoco contra o qual não tendes refúgio. Ali onde a fala mais cautelosa exhibe um ligeiro tropeço, é para com sua perfídia que ela falta, divulgo-o agora, e daqui em diante não será nada fácil agir como se nada houvesse, em boa ou má companhia. Mas, não há por que vos fatigardes em vigiar-vos melhor. Mesmo que as jurisdições conjuntas da polidez e da política decretassem inaceitável tudo o que se valesse de mim para se apresentar de maneira tão ilícita, não vos desobrigaríeis por tão pouco, pois a intenção mais inocente fica desconcertada ao não mais poder calar que seus atos falhos são os mais bem sucedidos e que seu fracasso premia seu mais secreto anseio. Aliás, para avaliar vossa derrota, acaso não é o bastante ver-me escapar, primeiro, da torre da fortaleza em que julgáveis com mais certeza me reter, situando-me não em vós, mas no próprio ser? Vagabundeio pelo que considerais como o menos verdadeiro em essência: pelo sonho, pelo desafio ao sentido da piadinha mais gongórica e pelo *nonsense* do mais grotesco trocadilho, pelo acaso, e não por sua lei, mas por sua contingência, e nunca procedo com maior certeza para mudar a face do mundo do que ao lhe dar o perfil do nariz de Cleópatra.

“Assim, podeis reduzir o trânsito nas vias que vos esfalfastes para fazer irradiar da consciência, e que constituíam o orgulho do *eu*, coroados por Fichte com as insígnias de sua transcendência. O comércio de longo curso da verdade já não passa pelo pensamento — estranho, parece doravante passar pelas coisas: *rébus*, é por meio dele que me comunico, como o formula Freud

[410]

no fim do primeiro parágrafo do sexto capítulo, dedicado ao trabalho do sonho, de seu trabalho sobre o sonho e sobre o que o sonho quer dizer.

“Mas, haveis de acautelar-vos aí: a dificuldade que este teve para se tornar professor talvez o poupe de vossa negligência, senão de vosso desnorreamento, continua a prosopopéia. Ouvi bem o que ele disse e, já que ele o disse de mim, a verdade que fala, o melhor para apreendê-lo bem é tomá-lo ao pé da letra. As coisas aqui são sem dúvida meus signos, mas, volto a dizer-vos, signos de minha fala. Se o nariz de Cleópatra mudou o curso do mundo, foi por ter entrado em seu discurso, pois para mudá-lo, longo ou curto, ele era suficiente, mas foi preciso que se tornasse um nariz falante.

“É do vosso, porém, que tereis que vos servir agora, ainda que para fins mais naturais. Que um faro mais certo que todas as vossas categorias vos guie pelo trajeto a que vos incito: pois, se a astúcia da razão, por mais que ela vos desdenhasse, permaneceu acessível a vossa fé, eu, a verdade, serei contra vós a grande enganadora, porquanto não é apenas pela falsidade que passam meus caminhos, mas pela falha estreita demais de encontrar na ausência do fingimento e pela nuvem inacessível do sonho, pelo fascínio imotivado do medíocre e pelo impasse sedutor do absurdo. Procurai, cães em que vos transformais ao me ouvir, sabujos que Sófocles preferiu atihar nas pegadas herméticas do ladrão de Apolo que no encaicho sangrento de Édipo, seguro que estava de deparar junto com ele, no encontro sinistro de Colono, com a hora da verdade. Entrai na liça ao meu chamado e gritai à minha voz. Eis-vos já perdidos, eu me desdigo, desafio-vos, esquivo-me: dizeis que me defendo.”

Desfile

A volta às trevas que consideramos esperada neste momento dá o sinal para um *murder party* iniciado pela proibição de que qualquer um saia, já que, a partir desse momento, todo o mundo pode esconder a verdade sob a roupa, ou, como na galante ficção das “jóias indiscretas”, no ventre. A pergunta geral é: quem fala? E não deixa de ter pertinência. Infelizmente, as respostas são meio precipitadas. Primeiro se acusa a libido, o que nos leva na direção das jóias, mas é preciso perceber que o próprio eu,

se cria entraves para a libido empenhada em se satisfazer, é às vezes o objeto de suas investidas. Sente-se aí que ele irá desmoronar de um minuto para outro, quando uma estrondo de cacos de vidro vem informar a todos que foi no grande espelho do salão que o acidente acabou de acontecer, havendo o *Golem* do narcisismo, evocado às pressas para socorrê-lo, feito sua entrada por ali. O *eu*, a partir de então, costuma ser tomado pelo assassino, a menos que seja tido por vítima, mediante o quê os raios divinos do bom presidente Schreber começam a desfraldar sua rede sobre o mundo, e o sabá dos instintos sofre uma séria complicação.

[412]

A comédia, que interrompo aqui no começo de seu segundo ato, é mais benevolente do que se supõe, já que, introduzindo num drama do conhecimento a bufonaria que só é própria dos que representam esse drama sem compreendê-lo, devolve a estes a autenticidade de que eles decaíram cada vez mais.

Mas, se convém ao protagonista uma metáfora mais grave, ela é a que nos mostraria em Freud um Actáion perpetuamente abandonado por cães despistados logo de saída, e que ele se empenha em recomençar sua busca, sem poder diminuir a velocidade da corrida a que somente sua paixão pela deusa o conduz. E o leva tão longe que ele só consegue deter-se nas grutas em que a Diana ctônia, na sombra úmida que as confunde com o abrigo emblemático da verdade, oferece à sua sede, com o lençol d'água uniforme da morte, o limite quase místico do discurso mais racional que já houve no mundo, para que nele reconheçamos o lugar onde o símbolo substitui a morte para se apoderar da primeira intumescência da vida.

Esse limite e esse lugar, como se sabe, ainda estão longe de ser atingidos por seus discípulos, se é que eles não se recusam a segui-lo, donde o Actáion aqui despedaçado não é Freud, e sim cada analista, conforme a paixão que o inflamou e que fez dele, segundo a significação que um Giordano Bruno soube tirar desse mito em seus *Furores heróicos*, a presa dos cães de seu pensamentos.

Para avaliar esse dilaceramento, convém ouvir os clamores irreprimíveis que se elevam dos melhores e dos piores, ao se tentar reuni-los, no começo da caçada, com as palavras que a verdade nos dá então por viático: "Eu falo", acrescentando: "Não há fala senão de linguagem." O tumulto deles encobre a seqüência.

diferente da expressão natural e que tampouco é um código; que não se confunde com a informação, nem que vocês se agarrem, para sabê-la, à cibernética; e que é tão pouco redutível a uma superestrutura que se viu o próprio materialismo alarmar-se com essa heresia, haja vista a bula de Stalin.

[414]

Se quiserem saber mais a esse respeito, leiam Saussure, e, já que um campanário⁵ pode esconder até mesmo o sol, esclareço que não se trata da assinatura encontrada na psicanálise, mas de Ferdinand, que pode ser chamado fundador da lingüística moderna.

Ordem da coisa

Um psicanalista deve introduzir-se aí facilmente na distinção fundamental entre o significante e o significado, e começar a se exercitar nas duas redes de relações por eles organizadas, que não se superpõem.

A primeira rede, do significante, é a estrutura sincrônica do material da linguagem, na medida em que cada elemento adquire nela seu emprego exato por ser diferente dos outros; é esse o princípio de distribuição que rege sozinho a função dos elementos da língua em seus diferentes níveis, desde o par da oposição fonemática até as locuções compostas, das quais é tarefa da mais moderna pesquisa destacar as formas estáveis.

A segunda rede, do significado, é o conjunto diacrônico dos discursos concretamente proferidos, que reage historicamente à primeira, assim como a estrutura desta determina os caminhos da segunda. Aqui, o que domina é a unidade de significação, que revela jamais resumir-se numa indicação pura do real, mas sempre remeter a uma outra significação. Ou seja, a significação só se realiza a partir de uma captação das coisas que é global.

Sua mola não pode ser apreendida no nível em que ela costuma certificar-se da redundância que lhe é própria, porque ela sempre revela exceder as coisas que deixa flutuando dentro de si.

5. O autor joga com outras acepções da palavra *clocher*, que também pode significar paróquia, terra natal, para aludir à origem genebrina comum de Ferdinand e Raymond de Saussure, este psicanalista, filho do primeiro e, em vários momentos, duramente criticado por Lacan. (N.E.)

Apenas o significante garante a coerência teórica do conjunto como conjunto. Essa suficiência confirma-se pelo recente desenvolvimento da ciência, assim como, pensando bem, vamos encontrá-la implícita na experiência lingüística primária.

São essas as bases que distinguem a linguagem do signo. A partir delas, a dialética adquire um novo gume. [415]

Pois a observação em que Hegel fundamenta sua crítica da bela alma, e segundo a qual se diz que ela vive (em todos os sentidos, até no econômico do “viver de quê”) precisamente da desordem que denuncia, só escapa à tautologia por manter a tauto-ônica da bela alma como uma mediação, não reconhecida por ela mesma, dessa desordem, considerada primária no ser.

Por mais dialética que seja, essa observação não tem como abalar o delírio de presunção a que Hegel a aplicou, permanecendo presa na armadilha oferecida pela miragem da consciência ao [eu] enfatizado com seu sentimento, que ele erige em lei do coração.

Sem dúvida, esse [eu] é definido em Hegel como um ser legal, no que se mostra mais concreto do que o ser real de que antes se pensava poder abstrair-lo — como se evidencia pelo fato de comportar um estado-civil e um estado-contador.

Mas estava reservado a Freud responsabilizar esse ser legal pela desordem evidenciada no campo mais fechado do ser real, ou seja, na pseudototalidade do organismo.

Explicamos a possibilidade disso pela hiância congênita que o ser real do homem apresenta em suas relações naturais, e pela retomada, num uso às vezes ideográfico, mas igualmente fonético ou gramatical, dos elementos imaginários que aparecem fragmentados nessa hiância.

Contudo, não há necessidade dessa gênese para que a estrutura significante do sintoma seja demonstrada. Decifrada, ela é patente e mostra, impressa na carne, a onipotência que tem para o ser humano a função simbólica.

O que distingue uma sociedade baseada na linguagem de uma sociedade animal, ou o que permite discernir seu distanciamento etnológico — isto é, que a troca que caracteriza tal sociedade tem fundamentos diferentes das próprias necessidades a serem satisfeitas, aquilo a que se chamou o dom “como fato social total” —, tudo isso, por conseguinte, é remetido a muito mais longe, a ponto de objetar a que se defina essa sociedade como

uma coleção de indivíduos, quando a imissão dos sujeitos produz nela um grupo de estrutura bem diferente.

Isso é introduzir por um acesso totalmente diverso a incidência da verdade como causa e impor uma revisão do processo de causalidade. Revisão cuja primeira etapa pareceria ser o reconhecimento de que a heterogeneidade dessa incidência teria algo de inerente a ela.⁶ É estranho que o pensamento materialista pareça esquecer que foi desse recurso ao heterogêneo que recebeu seu impulso. Assim, haveria agora um interesse maior por um traço muito mais impressionante do que a resistência oposta a Freud pelos pedantes, que é a convivência que ela encontrou na consciência comum.

[416]

Se toda causalidade vem atestar uma implicação do sujeito, não há dúvida de que qualquer conflito da ordem fica atribuído a ele.

Os termos em que aqui formulamos o problema da intervenção psicanalítica deixam bastante claro, cremos, que sua ética não é individualista.

Mas sua prática na esfera norte-americana degradou-se tão sumariamente a um meio de obter o “*success*” e a um modo de exigência da “*happiness*”, que convém esclarecer que isso é a renegação da psicanálise, aquela que resulta, em muitos de seus defensores, do fato puro e radical de eles nunca terem querido saber coisa alguma da descoberta freudiana e de que jamais saberão nada dela, nem mesmo no sentido do recalque: pois trata-se, nesse efeito, do mecanismo do desconhecimento sistemático, no que ele simula o delírio, inclusive em suas formas grupais.

Uma referência mais rigorosa da experiência analítica à estrutura geral da semântica em que ela tem suas raízes, no entanto, teria permitido convencê-los, antes de ser preciso vencê-los.

Pois o sujeito de que falávamos há pouco, como legatário da verdade reconhecida, justamente não é o *eu* perceptível nos dados mais ou menos imediatos do gozo consciente ou da alienação laboriosa. Essa distinção de fato é a mesma que se encontra entre o α do inconsciente freudiano, na medida em que ele se

6. Esse parágrafo refeito antecipa uma linha de pensamento que inauguramos desde então (1966).

separa por um abismo das funções pré-conscientes, e o *w* do testamento de Freud na 31ª de suas *Neue Vorlesungen* [Novas conferências]: “Wo Es war soll Ich werden”.

Fórmula em que a estruturação significante mostra com clareza sua prevalência.

Analisemo-la. Ao contrário da forma que a tradução inglesa não consegue evitar — “Where the id was, there the ego shall be” —, Freud não disse *das Es* nem *das Ich*, como faz habitualmente para designar essas instâncias em que havia ordenado, já fazia dez anos, sua nova tópica; e isso, considerado o rigor inflexível de seu estilo, dá ao emprego delas nessa frase uma ênfase particular. Seja como for — sem ter sequer de confirmar pela crítica interna da obra de Freud que ele efetivamente escreveu *Das Ich und das Es* para manter essa distinção fundamental entre o verdadeiro sujeito do inconsciente e o *eu*, este constituído em seu núcleo por uma série de identificações alienantes —, evidencia-se aqui que é no lugar, *Wo*, onde *Es*, sujeito desprovido de qualquer *das* ou de qualquer outro artigo objetivante (é de um lugar de ser que se trata) era, *war*, é nesse lugar que *soll*, devo — e é um dever moral que se anuncia aí, como confirma a única frase que sucede a esta para encerrar o capítulo⁷ — *Ich*, [eu], ali devo [eu] (como se anunciava *ce suis-je*, antes de se dizer *c’est moi*) *werden*, tornar-me, isto é, não sobrevir, nem tampouco advir, mas vir à luz, desse lugar mesmo como lugar de ser.

[417]

É assim que consentiríamos, contrariando os princípios de economia significativa que devem dominar uma tradução, em forçar um pouco em francês as formas do significante, para alinhá-las com o peso que o alemão recebe melhor, aqui, de uma significação ainda rebelde, e em nos servirmos, para isso, da homofonia do *Es* alemão com a inicial da palavra sujeito. Do mesmo modo chegaríamos a uma indulgência, ao menos momentânea, para com a tradução inicial por *soi* [si] que foi dada à palavra *Es*, não nos parecendo muito mais adequado o *ça* [isso] que lhe foi preferido, não sem motivo, já que é ao *das* alemão de *was ist das?* [que é isso?] que ele responde *das ist*, *c’est* [isso

7. A saber: “*Es ist Kulturarbeit etwa die Trockenlegung der Zuydersee*” — “É um trabalho civilizatório mais ou menos como a secagem do Zuydersee.”

é]. Assim, o *c'* elidido que vai aparecer, se nos ativermos à equivalência aceita, sugere-nos a produção de um verbo — *s'être* [ser-se] —, onde se exprimiria o modo da subjetividade absoluta, tal como Freud propriamente a descobriu em sua excentricidade radical: “Ali onde isso era”, como se pode dizer, ou “ali onde se era”, gostaríamos de fazer com que se ouvisse, “é meu dever que eu venha a ser.”⁸

[418]

Vocês podem perceber que não é numa concepção gramatical das funções em que eles aparecem que se trata de analisar se e como o [eu] e o *eu* se distinguem e se superpõem em cada sujeito específico.

O que a concepção lingüística que deve formar o trabalhador em sua iniciação básica lhe ensinará é a esperar que o sintoma comprove sua função de significante, isto é, aquilo pelo qual ele se distingue do indício natural que esse mesmo termo comumente designa na medicina. E, para satisfazer a essa exigência metódica, ele se comprometerá a reconhecer-lhe o emprego convencional nas significações suscitadas pelo diálogo analítico. (Diálogo cuja estrutura tentaremos formular.) Mas essas mesmas significações, ele as tomará como só podendo ser apreendidas com certeza em seu contexto, ou seja, na seqüência constituída, para cada uma, pela significação que remete a ela e por aquela a que ela remete no discurso analítico.

Esses princípios básicos entram facilmente em aplicação na técnica e, esclarecendo-a, dissipam muitas das ambigüidades que, por se manterem até nos conceitos fundamentais da transferência e da resistência, tornam desastroso o uso que se faz deles na prática.

A resistência aos resistentes

Ao considerar apenas a resistência cujo emprego se confunde cada vez mais com o da defesa, e tudo o que ela implica, nesse sentido, como manobras reducionistas em relação às quais já

8. Só nos resta indagar que demônio terá inspirado o autor da tradução existente em francês, seja ele quem for, a produzi-la nestes termos: *Le moi doit déloger le ça* [“o eu deve desalojar o isso”]. É verdade que podemos saborear aí, por um lado, o tom em que se concorda com o tipo de operação aqui evocada.

não podemos cegar-nos para a coerção que exercem, é bom lembrar que a primeira resistência com que a análise tem de lidar é a do próprio discurso, na medida em que antes de mais nada ele é um discurso da opinião, e em que qualquer objetivação psicológica se revelará solidária a esse discurso. Foi isso, com efeito, que motivou a notável simultaneidade com que os bur- graves da análise chegaram a um ponto morto em sua prática por volta dos anos vinte: é que a partir de então eles sabiam demais e não sabiam o bastante da verdade para fazer com que seus pacientes, que não a conheciam menos, a reconhecessem.

[419]

Mas o princípio da primazia a ser conferida à análise da resistência, adotado a partir de então, está longe de haver conduzido a um desenvolvimento favorável. E isso porque levar uma operação à condição de urgência primordial não basta para fazê-la atingir seu objetivo, quando não se sabe muito bem em que consiste ele.

Ora, foi precisamente para um reforço da postura objetivante no sujeito que se orientou a análise da resistência, a ponto de essa diretriz ser hoje exposta nos princípios a serem dados à condução de um tratamento-padrão.

Assim, muito longe de convir manter o sujeito num estado de observação, é preciso que se saiba que, ao engajá-lo nisso, entra-se no círculo de um mal-entendido que nada conseguirá romper na análise, como tampouco o fará na crítica. Qualquer intervenção nesse sentido, portanto, só poderia justificar-se por uma finalidade dialética, isto é, para demonstrar seu valor de impasse.

Mas irei ainda mais longe, e para dizer isto: vocês não podem ao mesmo tempo proceder pessoalmente a essa objetivação do sujeito e falar com ele como convém. E pela razão de que não é apenas que não se possa, ao mesmo tempo, como diz o provérbio inglês, comer o bolo e guardá-lo, isto é, ter, perante os mesmos objetos, duas condutas cujas conseqüências se excluem, mas também pelo motivo mais profundo que se expressa na fórmula de que não se pode servir a dois senhores, isto é, conformar seu próprio ser a duas ações que se orientam em sentidos contrários.

É que a objetivação em matéria de psicologia está sujeita, em seu princípio, a uma lei de desconhecimento que rege o sujeito não apenas como observado, mas como observador. Ou seja, não é dele que vocês têm que falar com ele, pois ele basta para

essa tarefa e, ao executá-la, nem sequer é com vocês que está falando: se é com ele que vocês têm que falar, é literalmente de outra coisa, isto é, de uma coisa diferente daquilo de que se trata quando ele fala de si, e que é a coisa que fala com vocês, coisa esta que, diga ele o que disser, lhe permanecerá para sempre inacessível se, por ser uma fala que se dirige a vocês, ela não puder evocar em vocês sua resposta, e se, apesar de terem ouvido sua mensagem sob essa forma invertida, vocês não puderem, ao devolvê-la a ele, dar-lhe a dupla satisfação de havê-la reconhecido e de fazê-lo reconhecer sua verdade.

Essa verdade que assim conhecemos, não podemos então conhecê-la? *Adaequatio rei et intellectus*: assim se define o conceito da verdade desde que existem pensadores, e pensadores que nos conduzem pelas vias de seu pensamento. Um intelecto como o nosso há de estar realmente à altura dessa coisa que fala conosco, ou que fala em nós, e — mesmo ao se esquivar por trás do discurso que não diz nada senão para nos fazer falar — daria gosto ver que ela não encontra com quem falar.

É essa a graça que lhes auguro, é de falar dela que se trata agora, e a palavra cabe àqueles que põem a coisa em prática.

Interlúdio

Mas não esperem nada demais aqui, porque, desde que a coisa psicanalítica se tornou coisa aceita e que seus serventes vão à manicure, a arrumação feita por eles é acomodada por meio de sacrifícios que eles fazem ao bom tom, o que, para as idéias que os psicanalistas nunca tiveram em grande profusão, é bastante cômodo: as idéias em saldo para todos formarão o saldo do que falta a cada um. Somos pessoas suficientemente a par das coisas para saber que o coisismo não cai bem; e eis nossa pirueta inteiramente descoberta.

“Que outra coisa é essa que você vai buscar além do eu que você distingue e que nos é vetado ver?”, retrucam-nos. “Nós o objetivamos, pois seja. Que mal há nisso?” Nesse ponto, é pisando mansinho que procedem os sapatos finos, para nos desfechar na cara um pontapé: quer dizer que você acha que o *eu* pode ser tomado por uma coisa? Nós é que não vamos engolir essa!

Dos trinta e cinco anos de coabitação com o *eu* sob o teto da segunda tópica freudiana — dez dos quais numa ligação bastante tempestuosa, enfim regularizada pelos préstimos da srta. Anna Freud num casamento cuja credibilidade social só tem feito aumentar, a ponto de me garantirem que logo estará pedindo para ser abençoado pela Igreja —, numa palavra, da experiência mais assídua dos psicanalistas, vocês não desengavetarão nada além dessa gaveta.

[421]

É verdade que ela está cheia até a borda de velhas novidades e novas velharias cujo amontoado não deixa de ser divertido. O *eu* é uma função, o eu é uma síntese, uma síntese de funções, uma função de síntese. É autônomo! Essa é muito boa. Trata-se do mais recente fetiche introduzido no sacrário da prática que se autoriza da superioridade dos superiores. Não vale menos do que qualquer outro nesse emprego, pois todos sabem que, para essa função — que é totalmente real —, é sempre o objeto mais fora de moda, mais sujo e mais repulsivo que se sai melhor. Que este granjeie para seu inventor a veneração que ele colhe lá onde presta serviços, vá lá, porém o mais bonito é que lhe confere nos meios esclarecidos o prestígio de ter feito a psicanálise ingressar nas leis da psicologia geral. É como se S. Exa o Agha Khan, não satisfeito em receber o famoso peso de ouro que não o prejudica em nada na estima da sociedade cosmopolita, ainda visse ser-lhe outorgado o Prêmio Nobel por haver distribuído aos que por ele zelam, em troca, o regulamento detalhado de apostas legalizadas.

Mas a última descoberta é a melhor de todas: o eu, como tudo o que manipulamos há algum tempo nas ciências humanas, é uma noção o-pe-ra-cio-nal.

Neste ponto, recorro junto a meus ouvintes ao coisismo ingênuo que os mantém tão bem comportados nesses bancos a me escutar, apesar do balé dos apelos do dever, para que, junto comigo, eles tenham a gentileza de *stopper*, ist-o-pê.

Em que esse o-pê estabelece racionalmente uma distinção entre o que se faz com a noção de *eu* em análise e o uso corrente de qualquer outra coisa, digamos, deste púlpito, para pegar a primeira que nos cai nas mãos? Em tão pouco, que me gabo de ser capaz de demonstrar que os discursos concernentes a ambos, e é isso que está em pauta, coincidem ponto por ponto.

Pois este púlpito não é menos do que o *eu* tributário do significante, isto é, da palavra que, generalizando sua função perante o atril de memória polêmica e o móvel Tronchin de nobre pedigree, faz com que ela não se reduza a uma árvore derrubada pelo lenhador e aplainada e remontada pelo marceneiro para fins comerciais, solidários aos costumes criadores de necessidades que mantêm seu valor de troca, sob a condição de haver uma dosagem que não a leve depressa demais a satisfazer à menos supérflua dessas necessidades, através do uso derradeiro a que seu desgaste a reduzirá: isto é, como lenha para o aquecimento.

[422]

Por outro lado, as significações a que este púlpito remete não perdem nada em dignidade para aquelas que concernem ao *eu*, e a prova disso é que elas ocasionalmente são o invólucro do próprio *eu*, se é pelas funções que o sr. Heinz Hartmann lhe atribui que um de nossos semelhantes pode tornar-se nosso púlpito: isto é, mantendo uma postura conveniente por contribuir com seu consentimento. Função operacional, sem dúvida, que permitirá ao dito semelhante escalonar todos os valores possíveis da coisa que é este púlpito: desde o aluguel oneroso que manteve e continua a manter a cotação do pequeno corcunda da rua Quincampoix acima das vicissitudes e da própria lembrança da primeira quebra especulativa dos tempos modernos, descendo por todas as funções de comodidade familiar, decoração do espaço, cessão venal ou usufruto, até a utilização — e por que não? já vimos isso — como combustível.

E não é só isso, pois estou disposto a emprestar minha voz ao púlpito verdadeiro para que ele sustente um discurso sobre sua existência, que, por mais que seja de utensílio, é individual; sobre sua história, que, por mais radicalmente alienada que nos pareça, deixou traços memoriais aos quais nada falta do que exige o historiador — documentos-textos-notas-de-fornecedores; e sobre seu próprio destino, que, por mais inerte que seja, é dramático, já que um púlpito é perecível, foi gerado com trabalho, tem uma sina sujeita a acasos, reveses, avatares, prestígios e até fatalidades de que ele se torna o intersigno, e por estar fadado a um fim do qual não precisa saber nada para que ele seja o seu, uma vez que é o fim que conhecemos.

Mas, além disso, seria meramente banal que, depois desta prosopopéia, um de vocês sonhasse ser este púlpito, dotado ou

não da fala, e, como a interpretação dos sonhos é agora coisa conhecida, se não comum, não haveria por que nos surpreendermos se, ao decifrar o emprego de significante que este púlpito houvesse adquirido no rébus em que o sonhador tivesse encerrado seu desejo, e ao analisar a remissão mais ou menos equívoca, comportada por esse emprego, às significações que a consciência deste púlpito houvesse implicado nele, com ou sem seu discurso, tocássemos no que se pode chamar de pré-consciente deste púlpito.

[423]

Aqui, ouço um protesto que, embora ocorra com a regularidade de um relógio, não sei muito bem como nomear: é que, para falar a verdade, ele é da alçada do que não tem nome em nenhuma língua, e que, por geralmente se anunciar sob a moção albina da personalidade total, resume tudo o que nos desacredita, em psiquiatria, como uma fenomenologia de segunda, e na sociedade, como um progressismo estacionário. Protesto da bela alma, sem dúvida, mas sob as formas que convêm ao ser que não fede nem cheira, ao jeito assim-assim e ao procedimento meio gato meio lebre do intelectual moderno, seja ele de direita ou de esquerda. É nessa vertente, com efeito, que o protesto fictício dos que multiplicam a desordem encontra suas nobres filiações partidárias. Mas, escutemos seu tom.

Esse tom é comedido mas grave: o pré-consciente, tal como a consciência, observam-nos, não são do púlpito, mas de nós mesmos, que o percebemos e lhe damos sentido, com menos dificuldade ainda, aliás, na medida em que nós mesmos fabricamos a coisa. Mas, mesmo que se tratasse de um ser mais natural, convém nunca rebaixar desconsideradamente na consciência a forma elevada que, seja qual for nossa fragilidade no universo, garante-nos nele uma imprescritível dignidade — verifiquem junco no dicionário do pensamento espiritualista.

Deve-se reconhecer, aqui, que Freud me incita à irreverência, pela maneira como em algum lugar, de passagem e como que sem tocar no assunto, ele se expressa sobre os modos de provocação espontânea que são a norma geral no acionamento da consciência universal. E isso me retira qualquer incômodo de prosseguir meu paradoxo.

Será, pois, tão grande a diferença entre o púlpito e nós no que tange à consciência, se ela adquire tão facilmente a aparência o *semblant* desta, ao ser posta em jogo entre mim e vocês, que

minhas frases permitiram nos enganarmos a seu respeito? Assim é que, ao ser colocada juntamente com um de nós entre dois espelhos paralelos, ver-se-á que ela se reflete indefinidamente, o que significa que será muito mais parecida com aquele que olha do que se supõe, já que, ao ver repetir-se da mesma maneira sua imagem, este também se vê pelos olhos de um outro ao se olhar, porquanto, sem o outro que é sua imagem, ele não se veria vendo a si mesmo.

[424]

Em outras palavras, o privilégio do *eu* em relação às coisas deve ser buscado num lugar diferente dessa falsa recorrência *ad infinitum* do reflexo que constitui a miragem da consciência, e que, malgrado sua perfeita inutilidade, continua a animar tanto os que trabalham com o pensamento que eles vêem nisso um pretenso progresso da interioridade, embora se trate de um fenômeno topológico cuja distribuição na natureza é tão esporádica quanto as disposições de pura exterioridade que o condicionam, supondo-se que o homem tenha contribuído para difundir-las com uma frequência desmedida.

Como, por outro lado, afastar o termo pré-consciente das afetações deste púlpito, ou dos que se acham potencialmente ou em ato em alguma outra coisa, e que, por se ajustarem com tanta exatidão a minhas afeições, virão à consciência com eles?

Que o eu é a sede das percepções, e não o púlpito, admitimos, mas nisso ele reflete a essência dos objetos que percebe, e não a dele como algo do qual a consciência fosse um privilégio, já que essas percepções, em sua maioria, são inconscientes.

Não é à toa, aliás, que situamos a origem do protesto de que temos de ocupar-nos, aqui, nas formas bastardas da fenomenologia que desvanecem as análises técnicas da ação humana, especialmente aquelas que seriam exigíveis na medicina. Se o material barato delas, para empregar esse adjetivo que o sr. Jaspers reserva especialmente à avaliação que faz da psicanálise, é justamente o que confere à obra deste seu estilo, bem como dá peso a sua estátua de diretor espiritual em ferro fundido e de mestre pensante de latão, elas não deixam de ter utilidade, que aliás é sempre a mesma: divertir.

Delas nos servimos aqui, por exemplo, para não entrar no mérito de que o púlpito não fala, coisa de que os defensores do falso protesto nada querem saber, porque, ao me ouvir atribuir-lhes isso, meu púlpito logo se tornaria falante.

O discurso do outro

[425]

“Mas, em que prevalece sobre o púlpito que sou”, lhes diria ele, “esse eu que vocês tratam na análise?”

“Pois, se a saúde dele se define por sua adaptação a uma realidade tida simplesmente como lhe sendo proporcional, e se vocês precisam da aliança da ‘parte sadia do eu’ para reduzir, sem dúvida na outra parte, discordâncias com a realidade, que só aparecem como tais pelo princípio que vocês adotam de tomar a situação analítica por simples e anódina, e as quais vocês não descansam enquanto não fazem ser vistas pelo sujeito como o são por seus olhos, acaso não fica claro que não existe outra discriminação da parte sadia do eu do sujeito senão sua concordância com a ótica de vocês, a qual, por ser supostamente sadia, torna-se aqui o parâmetro das coisas, assim como não há outro critério de cura senão a completa adoção desse seu parâmetro pelo sujeito — o que é confirmado pela admissão atual, em autores sérios, de que o final da análise é obtido mediante a identificação com o eu do analista?”

“Seguramente, a concepção que é exposta com toda essa tranquilidade, bem como o acolhimento que ela recebe, fazem supor que, ao contrário do lugar-comum que diz que os ingênuos são iludidos, é ainda bem mais fácil que os ingênuos iludam. E a hipocrisia que se revela na declaração mediante a qual o remorso aparece com curiosíssima regularidade nesse discurso, a de que é preciso falar com o sujeito ‘na linguagem dele’, dá ainda mais o que pensar no que tange à profundidade dessa ingenuidade. E falta ainda superar o engulho que sobe frente à evocação que ela sugere da fala *babyish* [tatibitate], sem a qual os pais prevenidos não acreditam poder induzir a suas razões elevadas as pobres criancinhas que é preciso manter sossegadas! Simples deferências, tidas como devidas ao que a imbecilidade analítica projeta na noção da fragilidade do *eu* dos neuróticos.

“Mas, não estamos aqui para divagar entre a náusea e a vertigem. A verdade é que, por mais que eu seja um púlpito a lhes falar, sou o paciente ideal, já que comigo não é preciso ter tanto trabalho, os resultados se obtêm de imediato, estou curado de antemão. Uma vez que se trata apenas de substituir meu discurso pelo seu, sou um eu perfeito, já que nunca tive outro e que me entrego a vocês para que me informem sobre as coisas

[426]

pessoalmente, o púlpito logo estará em pedaços para nos servir de arma.

Pois muito bem, tudo isso se constata quanto ao *eu*, exceto que seus usos afiguram-se invertidos em sua relação com os estados dele. Meio da fala dirigida a vocês pelo inconsciente do sujeito, e arma para resistir ao reconhecimento deste, é despedaçado que ele toma a palavra, e é inteiro que ele se presta a não a ouvir.

[427]

Com efeito, é na desagregação da unidade imaginária constitutiva do eu que o sujeito encontra o material significante de seus sintomas. E é do tipo de interesse que nele desperta o eu que provêm as significações que dele desviam seu discurso.

A paixão imaginária

Esse interesse do eu é uma paixão cuja natureza já fora vislumbrada pela linhagem dos moralistas, onde era chamada de amor-próprio, mas da qual somente a investigação psicanalítica soube analisar a dinâmica em sua relação com a imagem do próprio corpo. Essa paixão introduz em toda relação com essa imagem, constantemente representada por meu semelhante, uma significação que me interessa tanto, isto é, que me faz ficar numa tal dependência dessa imagem, que acaba por ligar ao desejo do outro todos os objetos de meus desejos, mais estreitamente do que ao desejo que eles suscitam em mim.

Trata-se dos objetos como aquilo cujo aparecimento esperamos num espaço estruturado pela visão, ou seja, dos objetos característicos do mundo humano. Quanto ao conhecimento de que depende o desejo desses objetos, os homens estão longe de confirmar a locução que pretende que eles não enxerguem um palmo adiante do nariz, pois a desgraça deles, muito pelo contrário, é que é na ponta do nariz que começa seu mundo, e que neste eles só podem apreender seu desejo pela mesma intermediação que lhes permite ver seu próprio nariz, isto é, mediante algum espelho. Mal discernido esse nariz, porém, os homens se apaixonam por ele, e essa é a primeira significação pela qual o narcisismo envelopa as formas do desejo. Não é a única, e a crescente ascensão da agressividade no firmamento das preocupações analíticas permaneceria obscura se se ativesse a ela.

Esse é um ponto que eu mesmo creio ter contribuído para elucidar, ao conceber a chamada dinâmica do *estádio do espelho* como consequência de uma prematuração do nascimento, genérica no homem, da qual resulta, no tempo marcado, a identificação jubilatória do indivíduo ainda *infans* com a forma total em que se integra esse reflexo do nariz, ou seja, com a imagem de seu corpo: operação que, por ser realizada a olho,¹¹ como se poderia dizer, pouco difere da índole do “aha” que nos esclarece sobre a inteligência do chimpanzé, maravilhados que sempre ficamos por captar seu milagre no rosto de nossos pares, sem que isso deixe de acarretar uma seqüência deplorável.

Como observa com muito acerto um poeta bem pensante, o espelho faria bem em refletir um pouco mais antes de nos devolver nossa imagem. Porque, nesse momento, o sujeito nada viu ainda. Mas, por menos que essa mesma captura se reproduza diante do nariz de um de seus semelhantes, do nariz de um notário, por exemplo, Deus sabe para onde o sujeito será conduzido pela ponta do nariz,¹² dados os lugares onde esses funcionários ministeriais têm o hábito de meter o deles. Além disso, caso tudo o mais que temos, mãos, pés, coração, boca e até os olhos, se recuse a segui-lo, vem uma ameaça de ruptura da atrelagem, cujo anúncio como angústia só pode acarretar providências rigorosas. Toque de reunir! — ou seja, apelo ao poder dessa imagem com que se rejubilou a lua-de-mel do espelho, à união sagrada da direita com a esquerda que nela se afirma, por mais invertida que se afigure se o sujeito se mostrar um pouco mais atento a ela.

Mas, dessa união, que modelo mais belo haverá do que a própria imagem do outro, isto é, do notário em sua função? É assim que as funções de dominação, impropriamente chamadas de funções de síntese do eu, instauram sobre a base de uma alienação libidinal o desenvolvimento que se segue, especificamente aquele que outrora denominamos de princípio paranóico

11. A expressão francesa é *à vue du nez*, o que daria mais ou menos “vendo a dimensão de algo pelo tamanho do nariz” (em nossa gíria, “no olhômetro”). (N.E.)

12. No sentido de “levar pelo beijo”, expressão não usada aqui para não comprometer a continuidade da frase do autor. (N.E.)

do conhecimento humano, segundo o qual seus objetos são submetidos a uma lei de duplicação imaginária, evocando a homologação de uma série infindável de notários que nada deve à sua câmara sindical.

Mas, para nós, a significação decisiva da alienação constituinte da *Urbild* do eu aparece na relação de exclusão que estrutura no sujeito, a partir daí, a relação dual de eu a eu. Pois, se a coaptação imaginária de um ao outro deveria fazer com que os papéis se distribuíssem complementarmente entre o notário e o notariado, por exemplo, a identificação precipitada do eu com o outro no sujeito tem o efeito de essa distribuição jamais constituir uma harmonia, nem mesmo cinética, porém instituir-se no “tu ou eu” permanente de uma guerra, na qual entra em jogo a existência de um ou outro dos dois notários em cada um dos sujeitos. Situação que se simboliza no “Tu estás outro” da querela transativista, forma original da comunicação agressiva.

[429]

Vê-se a que se reduz a linguagem do eu: à inspiração intuitiva, ao preceito recoleto, à agressividade retaliatória do eco verbal. Acrescentemos a ela o que lhe cabe dos dejetos automáticos do discurso comum: o repisamento educativo e o estribilho delirante, modos de comunicação perfeitamente reproduzidos por objetos pouco mais complicados do que este púlpito — construção de *feedback* quanto ao primeiro e, quanto ao segundo, um disco de gramofone, de preferência riscado no lugar certo.

É nesse registro, no entanto, que se profere a análise sistêmica da defesa. Ela é corroborada por simulacros, *semblants* de regressão. A relação de objeto fornece suas aparências, e esse desvirtuamento não tem outro desfecho senão um dos três declarados na técnica em vigor: ou o salto impulsivo para o real através do aro de papel da fantasia — *acting out*, comumente num sentido de sinal contrário à sugestão; ou a hipomania transitória por ejeção do próprio objeto, apropriadamente descrita na embriaguez megalomaníaca que nosso amigo Michael Balint, sob uma pena tão verídica que no-lo torna ainda mais amigo, reconhece como indício do término da análise dentro das normas atuais; ou na espécie de somatização que é a hipocondria *a minima*, pudicamente teorizada sob a rubrica de relação médico-paciente.

A dimensão da *two-body psychology*, sugerida por Rickman, é a fantasia com que se protege uma *two-ego analysis* tão insustentável quanto coerente em seus resultados.

A ação analítica

Por isso ensinamos que não há na situação analítica apenas dois sujeitos presentes, mas dois sujeitos providos, cada um deles, de dois objetos, que são o eu e o outro, tendo esse outro o índice de um *a* minúsculo inicial. Ora, em razão das singularidades de uma matemática dialética com as quais será preciso nos familiarizar, a reunião deles no par de sujeitos *S* e *A* conta, ao todo, com apenas quatro termos, em razão de que a relação de exclusão que opera entre *a* e *a'* reduz os dois pares assim notados a um só no confronto dos sujeitos.

[430]

Nessa partida a quatro, o analista age sobre as resistências significativas que lastreiam, refreiam e desviam a fala, introduzindo ele mesmo nesse quarteto o sinal primordial de exclusão que conota o ou — ou então — da presença ou da ausência, que destaca formalmente a morte incluída na *Bildung* narcísica. Signo que falta, note-se de passagem, no aparato algorítmico da lógica moderna que se intitula simbólica, e que demonstra nela a insuficiência dialética que continua a torná-la imprópria para a formalização das ciências humanas.

Isso quer dizer que o analista intervém concretamente na dialética da análise se fazendo de morto, cadaverizando sua posição, como dizem os chineses, seja por seu silêncio, ali onde ele é o Outro, *Autre* com *A* maiúsculo, seja anulando sua própria resistência, ali onde é o outro, *autre* com *a* minúsculo. Em ambos os casos e sob as respectivas incidências do simbólico e do imaginário, ele presentifica a morte.

Convém ainda que ele reconheça e, portanto, distinga sua ação num e noutro desses dois registros, para saber por que intervém, em que instante se oferece a oportunidade para isso, e como agir.

A condição primordial para tanto é que ele esteja imbuído da diferença radical entre o Outro a quem sua fala deve endereçar-se e esse segundo outro, que é o que ele vê e do qual e através do qual o primeiro lhe fala no discurso que profere diante dele. Pois é desse modo que ele poderá ser aquele a quem esse discurso se dirige.

O apólogo de meu púlpito e a prática atual do discurso da convicção hão de mostrar-lhe suficientemente, se ele pensar nisso, que nenhum discurso, não importa em que inércia se apoie

ou a que paixão recorra, jamais se dirige senão ao bom entendedor a quem leva sua meia palavra. Aquilo mesmo a que se chama argumento *ad hominem* é considerado por quem o pratica apenas como uma sedução, destinada a conseguir do outro, em sua autenticidade, a aceitação de uma fala, fala que constitui entre os dois sujeitos um pacto, confesso ou não, mas que se situa, tanto num caso quanto no outro, para-além das razões do argumento.

Comumente, qualquer um sabe que os outros, como ele, permanecerão inacessíveis às imposições da razão, fora de uma aceitação por princípio de uma regra do debate que não se dá sem uma concordância explícita ou implícita quanto ao que se chama seu fundamento, e que quase sempre equivale a um acordo antecipado quanto ao que está em jogo. O que se chama lógica ou direito nunca é nada além de um corpo de regras que foram laboriosamente ajustadas num momento da história, devidamente datado e situado por um sinete de origem, agora ou foro, igreja ou partido. Nada esperarei dessas regras, portanto, fora da boa-fé do Outro, e, em desespero de causa, só me servirei delas, se o julgar conveniente ou for obrigado a isso, para divertir a má-fé.

[431]

O lugar da fala

O Outro é, portanto, o lugar onde se constitui o *[eu]* que fala com aquele que ouve, o que um diz já sendo a resposta, e o outro decidindo, ao ouvi-lo, se esse um falou ou não.

Mas, em contrapartida, esse lugar se estende tanto no sujeito quanto nele imperam as leis da fala, isto é, muito além do discurso que tira do eu suas palavras de ordem, desde que Freud descobriu seu campo inconsciente e as leis que o estruturam.

Não é em razão de um mistério, que seria o da indestrutibilidade de alguns desejos infantis, que essas leis do inconsciente determinam os sintomas analisáveis. A modelagem imaginária do sujeito por seus desejos, mais ou menos fixados ou regredidos na relação que mantêm com o objeto, é insuficiente e parcial para fornecer sua chave.

A insistência repetitiva desses desejos na transferência e sua permanente rememoração num significante do qual o recalque

se apoderou, isto é, onde o recalcado retorna, encontram sua razão necessária e suficiente se admitirmos que o desejo de reconhecimento domina, nessas determinações, o desejo que há por reconhecer, conservando-o como tal até que ele seja reconhecido.

As leis da rememoração e do reconhecimento simbólico, com efeito, diferem em sua essência e sua manifestação das leis da reminiscência imaginária, isto é, do eco do sentimento ou do sinete (*Prägung*) instintivo, mesmo que os elementos que ordenam as primeiras como significantes sejam retirados do material a que as segundas dão significação.

Basta, para tocarmos na natureza da memória simbólica, haver estudado uma vez, como mandei fazer em meu seminário, a mais simples seqüência simbólica, a de uma série linear de sinais que conotem a alternativa da presença e da ausência, sendo cada um escolhido ao acaso, não importa de que modo, puro ou impuro, se proceda. É só introduzir então nessa série a mais simples elaboração, a de notar as seqüências ternárias numa nova série, e veremos surgirem leis sintáticas que impõem a cada um de seus termos algumas exclusões de possibilidade, até que sejam suspensas as compensações que seus antecedentes exigem.

Foi ao cerne dessa determinação da lei simbólica que Freud foi prontamente levado por sua descoberta, pois no inconsciente, que ele nos diz com insistência nada ter a ver com tudo o que fora designado por esse nome até então, ele reconheceu a instância das leis em que se fundamentam a aliança e o parentesco, nelas instalando desde a *Traumdeutung* o complexo de Édipo como motivação central. E é isso que me permite dizer-lhes agora por que os motivos do inconsciente se limitam — ponto sobre o qual Freud se pronunciou desde o começo e que nunca alterou — ao desejo sexual. É essencialmente na ligação sexual, com efeito, e ordenando-a pela lei das alianças preferenciais e das relações proibidas, que se apóia a primeira combinatória das trocas de mulheres entre as linhagens nominais, para desenvolver, numa troca de bens gratuitos e numa troca de palavras-chaves, o comércio fundamental e o discurso concreto que sustentam as sociedades humanas.

O campo concreto da conservação individual, ao contrário, por suas ligações com a divisão, não do trabalho, mas do desejo e do trabalho, já evidenciado desde a primeira transformação

[432]

que introduziu no alimento sua significação humana, até as formas mais elaboradas da produção de bens de consumo, mostra com clareza estruturar-se na dialética do senhor e do escravo em que podemos reconhecer a emergência simbólica da luta de morte imaginária em que há pouco definimos a estrutura essencial do *eu*: não há por que nos surpreender, por conseguinte, com o fato de esse campo se refletir exclusivamente nessa estrutura. Em outros termos, isso explica que o outro grande desejo genérico, o da fome, não seja representado, como sempre afirmou Freud, naquilo que o inconsciente conserva para fazer com que seja reconhecido.

[433]

Assim se esclarece cada vez mais a intenção de Freud, tão legível para quem não se limita a balbuciar seu texto, no momento em que ele promoveu a tópica do eu, e que foi a de restabelecer em seu rigor a separação, inclusive em sua interferência inconsciente, entre o campo do eu e o do inconsciente inicialmente descoberto por ele, mostrando a posição “de viés” do primeiro em relação ao segundo, a cujo reconhecimento ele resiste pela incidência de suas próprias significações na fala.

É exatamente aí que jaz o contraste entre as significações da culpa, cuja descoberta na ação do sujeito dominou a fase inicial da história da análise, e as significações de frustração afetiva, carência instintiva e dependência imaginária do sujeito, que dominam sua fase atual.

Dizer que a prevalência destas últimas, tal como se consolida atualmente no esquecimento das primeiras, promete-nos uma propedêutica de infantilização geral é dizer pouco, ao se constatar que a psicanálise já deixa que práticas de mistificação social em larga escala se autorizem a partir de seu princípio.

A dívida simbólica

Irá nossa ação, portanto, recalcar a própria verdade que traz em seu exercício? Fará ela retornar ao sono esta última, que Freud, na paixão do Homem dos Ratos, manteria perenemente acessível a nosso reconhecimento, ainda que dela tivéssemos que desviar cada vez mais nossa vigilância? — ou seja, a verdade de que foi pelas deslealdades e pelas juras quebradas, pelos descumprimentos da palavra e pelas palavras ao vento, cuja constelação

regeu a vinda de um homem ao mundo, que se moldou o convidado de pedra que veio perturbar, nos sintomas, o banquete de seus desejos.

Pois as uvas verdes da fala através da qual o filho recebeu cedo demais de um pai a autenticação do nada da existência, bem como as vinhas da ira que corresponderam às palavras de falsa esperança com que sua mãe o enganou, amamentando-o no leite de seu verdadeiro desespero, embotam-lhe ainda mais os dentes do que o ter sido desmamado de um gozo imaginário, ou mesmo o ter sido privado desses cuidados reais.

[434]

Haveremos nós de tirar o corpo fora do jogo simbólico por cujo meio o erro real paga o preço da tentação imaginária? Haveremos de desviar nosso estudo do que acontece com a lei — quando, por ela ter sido intolerável para uma fidelidade do sujeito, foi desconhecida por ele já quando ainda era ignorada — e com o imperativo, se, por este ter-lhe sido apresentado na impostura, foi recusado em seu foro íntimo antes de ser discernido? — ou seja, haveremos nós de desviá-lo das molas que, na malha rompida da cadeia simbólica, fazem emergir do imaginário a figura obscena e feroz em que se há de ver a verdadeira significação do supereu?

Que fique entendido aqui que nossa crítica da análise que se pretende análise da resistência, e que se reduz cada vez mais à mobilização das defesas, refere-se apenas ao fato de ela estar tão desorientada em sua prática quanto em seus princípios, no intuito de chamá-la à ordem de seus fins legítimos.

As manobras de cumplicidade dual em que ela se esforça por obter efeitos de felicidade e sucesso só podem adquirir valor, aos nossos olhos, ao reduzir a resistência dos efeitos de prestígio em que o eu se afirma à falar que é confessada num dado momento da análise, que é o momento analítico.

Creemos que é na confissão dessa fala, da qual a transferência é a atualização enigmática, que a análise deve resgatar seu centro e sua gravidade — e não se vá imaginar em nossas afirmações de há pouco que concebamos essa fala sob alguma forma mística, evocadora do *karma*. Pois o que impressiona no drama patético da neurose são os aspectos absurdos de uma simbolização desnorteada, cujo quiproquó, quanto mais adentramos nele, mais se afigura derrisório.

Adaequatio rei intellectus: o enigma homonímico que podemos fazer brotar do genitivo *rei*, que, sem sequer mudar de acento, pode ser o da palavra *reus*, a qual significa a parte em causa num processo, particularmente o acusado, e, metaforicamente, aquele que está em dívida por alguma coisa, surpreende-nos, no fim, ao dar a fórmula da adequação singular com que formulamos a questão para nosso intelecto, e que encontra sua resposta na dívida simbólica pela qual o sujeito é responsável como sujeito da fala.

A formação dos futuros analistas

[435]

Por isso, é nas estruturas da linguagem, tão manifestamente reconhecíveis nos mecanismos primordialmente descobertos do inconsciente, que voltaremos a retomar nossa análise dos modos pelos quais a fala pode resgatar a dívida que engendra.

Que a história da língua e das instituições, bem como as ressonâncias, atestadas ou não na memória, da literatura e das significações implicadas nas obras de arte, são necessárias ao entendimento do texto de nossa experiência, esse é um fato que Freud, por ter ele próprio buscado nelas sua inspiração, seus métodos de pensamento e suas armas técnicas, atesta tão maciçamente que é possível tocá-lo ao simples folhear das páginas de sua obra. Mas ele não julgou supérfluo colocá-las como condição a qualquer instituição de ensino da psicanálise.

O fato de essa condição ter sido negligenciada, inclusive na seleção dos analistas, não há de ser alheio aos resultados que estamos vendo, e nos indica que é somente ao articular tecnicamente suas exigências que poderemos satisfazê-la. É de uma iniciação nos métodos do lingüista, do historiador e, diria eu, do matemático que se deve tratar agora, para que uma nova geração de clínicos e pesquisadores resgate o sentido da experiência freudiana e seu motor. Ela há de encontrar meios também de se resguardar da objetivação psico-sociológica, onde o psicanalista, em suas incertezas, vai buscar a substância daquilo que faz, embora ela só lhe possa trazer uma abstração inadequada em que sua prática se atola e se desfaz.

Essa reforma há de ser uma obra institucional, pois só pode sustentar-se por uma comunicação constante com disciplinas que

se definam como ciências da intersubjetividade, ou pelo termo ciências conjecturais, expressão em que aponto a ordem das pesquisas que vêm fazendo alterar-se a implicação das ciências humanas.

Mas tal direção só se manterá através de um ensino verdadeiro, isto é, que não pare de se submeter ao que se chama novação. Pois o pacto que institui a experiência deve levar em conta o fato de que ela instaura os próprios efeitos que a capturam para afastá-la do sujeito.

[436]

Assim, por denunciar o pensamento mágico, não se vê que isso é pensamento mágico e, na verdade, é o álibi das idéias de poder, sempre prontas a produzir sua rejeição numa ação que só se sustenta por sua articulação com a verdade.

É a essa articulação da verdade que Freud se refere ao declarar insustentáveis estas três apostas: educar, governar e psicanalisar. E por que o seriam, com efeito, a não ser pelo fato de que neles o sujeito só pode ser falho, por correr pelas bordas que Freud reserva à verdade?

É que a verdade revela-se complexa por essência, humilde em seus préstimos e estranha à realidade, insubmissa à escolha do sexo, aparentada com a morte e, pensando bem, basicamente desumana, Diana, talvez... Actáion, muito culpado que estás na perseguição à deusa, presa a que se prende, monteiro, a sombra em que te transformas, deixa ir-se a matilha sem que teu passo se apresse — Diana, pelo que eles valerem, reconhecerá os cães...

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À
SOCIEDADE FRANCESA DE FILOSOFIA
NA SESSÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 1957

O seguinte argumento fora distribuído aos membros da Sociedade, como de costume, antes da comunicação:

A PSICANÁLISE, O QUE ELA NOS ENSINA...

I. No inconsciente, que é menos profundo do que inacessível para o aprofundamento consciente, *isso fala*: um sujeito no sujeito, transcendente ao sujeito, formula ao filósofo sua questão desde a *ciência dos sonhos*.

II. Dizer que o sintoma é simbólico não é dizer tudo. O autor demonstra:

que, com o passo do *narcisismo*, separando-se o imaginário do simbólico, seu uso de significante distingue-se de seu sentido natural;

que, uma metonímia mais vasta englobando suas metáforas, a verdade do inconsciente deve desde então ser situada *nas entrelinhas*;

que Freud, no *instinto de morte*, interroga-se sobre o fautor dessa verdade.

III. Foi por recusar como imprópria essa interrogação de Freud que os psicanalistas de hoje

chegaram a um “ambientalismo” declarado, em contradição com a contingência que Freud atribui ao objeto no destino das tendências,

e retornaram ao mais primário ego-centrismo, num contrasenso com a situação de dependência em que Freud reclassificou o *eu*.

E, no entanto...

... COMO ENSINÁ-LO?

[438]

IV. A imensa literatura em que essa contradição e esse contrassenso se denunciam pode compor uma casuística útil para demonstrar onde se situa a resistência, aqui tapeada por sua própria corrida: ou seja, nos efeitos imaginários da relação a dois, cujas fantasias, esclarecidas por uma outra fonte, fazem tomar sua consequência como consistente.

E essa via de penúria é habilitada por esta condição da análise: que o verdadeiro trabalho seja devido à sua natureza oculta.

V. Mas o mesmo não se dá com a estrutura da análise, que pode ser formalizada de maneira inteiramente acessível à comunidade científica, por pouco que se recorra a Freud, que propriamente a constitui.

Pois a psicanálise não é nada além de um artifício cujos componentes Freud forneceu, ao afirmar que seu conjunto engloba a noção desses componentes.

De modo que, sendo a manutenção puramente formal desses componentes suficiente para a eficácia de sua estrutura global, a incompletude da noção desses componentes no analista tende, conforme sua extensão, a se confundir com o limite que o processo de análise não transporá no analisado.

Isso é o que confirma, por sua impagável declaração, a teoria em voga: que o *eu* do analista, que é compreensível que seja chamado no mínimo de *autônomo*, é o parâmetro da realidade do qual a análise, para o analisando, constituiria a prova.

Não pode tratar-se de nada dessa ordem nos confins da análise, mas do simples restabelecimento de uma cadeia simbólica cujas três dimensões:

- de história de uma vida vivida como história,
- de sujeição às leis da linguagem, as únicas passíveis de sobredeterminação, e
- de articulação intersubjetiva pela qual a verdade entra no real, indicam as direções em que o autor tenciona traçar as vias da formação do analista.

VI. Esse lugar descrito da verdade é prelúdio da verdade do lugar descrito.

Se esse lugar não é o sujeito, tampouco é o outro (a se grafar com um *a* minúsculo inicial) que, dando alma aos desafios do *eu*, corpo das miragens do desejo perverso, produz essas coa-

lescências do significante com o significado às quais toda resistência se agarra, onde toda sugestão se alicerça, sem que nada se esboce aí de qualquer astúcia da razão, senão por elas lhe serem permeáveis.

O que as atravessa, sendo banida a violência, é a retórica refinada cuja captação o inconsciente nos oferece, e a surpresa — ao introduzir esse Outro (a ser provido de A maiúsculo) — com que todo um que se dirige ao outro (com a minúsculo) invoca a fé, nem que seja para lhe mentir.

É a esse Outro para-além do outro que o analista dá lugar, pela neutralidade com que se faz não ser *ne uter*, nem um nem outro dos dois que aí estão; e, se ele se cala, é para lhe dar a palavra.

O inconsciente é esse discurso do Outro em que o sujeito recebe, sob a forma invertida que convém à promessa, sua própria mensagem esquecida.

Esse Outro, contudo, fica apenas a meio caminho de uma busca que o inconsciente deixa transparecer por sua arte difícil, e da qual os paradoxos do objeto em Freud revelam a ignorância sumamente advertida; pois, a entendê-lo, é por uma recusa que o real ganha existência; aquilo de que o amor faz seu objeto é o que falta no real; aquilo em que o desejo se detém é a cortina por trás da qual essa falta é figurada pelo real.

Desse argumento, referência para a discussão, o autor abordará um ou dois pontos.

A comunicação foi feita nos seguintes termos:

Sem interromper para me perguntar se o texto de meu argumento partiu ou não de uma idéia correta quanto à platéia que me espera, esclarecerei que, ao indagar isto: “O que a psicanálise nos ensina, como ensiná-lo?”, não pretendi dar uma ilustração de meu modo de ensino. Esse argumento instaura, para que nelas se situe a discussão, como alertei no final, as teses sobre a ordem que institui a psicanálise como ciência e, depois, extrai delas os princípios por onde manter nessa ordem o programa de seu ensino. Ninguém, penso eu, se tal afirmação se aplicasse à física moderna, qualificaria de sibilino o uso discreto de uma fórmula algébrica para indicar a ordem de abstração que ela constitui:

por que, então, se haveria aqui de mantê-lo frustrado de uma experiência mais suculenta?

É necessário indicar que tal colocação julga ultrapassado o momento em que se tratava de fazer reconhecer a existência da psicanálise e, por assim dizer, produzir em favor dela atestados de bom comportamento.

[440]

Considero sabido que essa disciplina dispõe, por conseguinte, em toda convenção de mentes autorizadas, de um crédito mais do que suficiente no que concerne a sua existência qualificada.

Ninguém, nos dias atuais, tomará como coisa de desequilíbrio, se for preciso julgar sua capacidade civil ou jurídica, o fato de alguém se fazer psicanalisar. Antes, quaisquer que sejam suas extravagâncias, por outro lado, esse recurso será posto na conta de um esforço de crítica e de controle. Sem dúvida, justamente os que houverem aplaudido esse recurso se mostrarão, ocasionalmente, ao mesmo tempo, muito mais reservados quanto a seu emprego em relação a eles mesmos ou a seus parentes. O fato é que o psicanalista carrega consigo a confiança que lhe é depositada — com incrível presteza, verdade seja dita — de ser um entendido no assunto, e que os mais reticentes dentre seus colegas psiquiatras, por exemplo, não se incomodam em passar para a suas mãos toda uma ordem de casos com os quais não sabem o que fazer.

Não obstante, suponho que os defensores de disciplinas muito diversas, por quem hoje tenho que me fazer entender, tenham vindo até aqui, visto o local, como filósofos o bastante para que eu possa abordá-los com esta pergunta: qual é, em sua opinião, esse algo que a psicanálise nos ensina ser-lhe próprio, ou o mais próprio, o verdadeiramente próprio, verdadeiramente o máximo, o mais verdadeiramente?

Não me arrisco a presumir que as respostas colhidas estariam mais dispersas do que na época da contestação primeira da análise.

A revolução constituída pela promoção categórica das tendências sexuais nas motivações humanas se confundiria numa ampliação da temática das relações inter-humanas ou da “dinâmica” psico-sociológica.

A qualificação das instâncias libidinais não poderia ser globalmente eludida, mas, olhando mais de perto, se diluiria em relações existenciais cuja regularidade e normatividade no-las

mostrariam tendo chegado a um estado de domesticação bastante notável.

Para-além delas, veríamos desenhar-se uma espécie de analogismo positivista da moral com os instintos, cujos aspectos de conformismo, se já não ofendem nenhum pudor, podem provocar uma certa vergonha, isto é, aquela que é sensível ao ridículo e que suscitaria descer o pano de boca — ao nos atermos ao testemunho das pesquisas antropológicas.

[441]

Aqui, as contribuições da psicanálise pareceriam imponentes, embora talvez tão mais sujeitas à suspeição quanto mais diretamente impostas — como se poderia aquilatar comparando a renovação maciça que a análise das mitologias deve à sua inspiração na formação de um conceito como o de *basic personality structure*, com o qual os procustos norte-americanos atormentam por sua bitola o mistério das pretensas almas primitivas.

O fato é que não seria sem razão que um de nós, levantando-se nesse momento, poderia inquietar-nos com tudo o que nossa cultura propaga invocando o nome de Freud, e afirmar que, seja qual for a qualidade disso, sua ordem de grandeza não deixa de se comparar ao que ela veicula, querendo ou não, invocando o nome de Marx.

Mas também pesaria na balança um nome de Freud mais engajado, e com obrigações mais confusas que o nome de seu modelo de comparação.

É nesse momento que vocês se voltariam para os praticantes, para lhes pedir que decidissem, tomados por sua experiência, quanto à substância da mensagem freudiana. Mas, ao simplesmente se referirem à literatura decerto abundante em que eles confrontam seus problemas técnicos, vocês teriam a surpresa de não encontrar nela nenhuma linha mais segura, nenhuma via de progresso mais decisiva.

Parecer-lhes-ia mais que, se um certo efeito de desgaste não fosse estranho à aceitação da psicanálise pelos círculos cultos, uma espécie de reação estranha viria nestes ao encontro dela, como se algum mimetismo, subornando o esforço de convencer, houvesse conquistado os exegetas para seus próprios expedientes conciliatórios.

E então, vocês teriam o mal-estar de se indagar se o “nós” em que vocês se descobririam confundidos com os técnicos, por reconhecerem no simples fato da existência deles o que assim

se furtaria a sua pergunta, não seria, ele próprio, por demais questionável em sua indeterminação, por não questionar o fato mesmo desse reconhecimento, se é que, nem que seja para uma cabeça pensante, o reconhecimento exige fundamentar-se numa alteridade mais firme.

Saibam que esse questionamento é exatamente o que assumo ao formular minha pergunta, e que nisso, eu, analista, distingo-me dos que afirmam que o sigilo sobre nossa técnica e o bico calado sobre nosso saber são expedientes suficientes para se proteger dessa alteridade falha. Mas, como lembrar a analistas que o erro encontra sua segurança nas regras com que se protegem as preocupações que ele engendra, e em proporção ao fato de ninguém ver nada de mal nisso?

[442]

E agora, tornemos a formular nossa pergunta, para nos deslumbrarmos com o fato que de ninguém mais pensa em respondê-la com esta simples palavra, o inconsciente, em razão de que há muito tempo essa palavra já não constitui problema para ninguém. Já não constitui problema porque não se sossegou enquanto seu emprego em Freud não se afigurou imerso na linhagem de concepções homônimas a que ele não deve nada, embora elas o tenham antecedido.

Essas mesmas concepções, longe de se superporem umas às outras, têm em comum constituírem um dualismo nas funções psíquicas onde o inconsciente se opõe à consciência, assim como o instintivo ao intelectual, o automático ao controlado, o intuitivo ao discursivo, o passional ao racionalizado, o elementar ao integrado. Essas concepções dos psicólogos, todavia, foram relativamente pouco permeáveis aos toques de harmonia natural que a noção romântica da alma promovera sobre os mesmos temas, por terem conservado em segundo plano uma imagem de nível que, situando seu objeto no inferior, tomou-o por confinado ali, ou mesmo contido pela instância superior, e impôs a seus efeitos, de qualquer modo, para que fossem aceitos no nível dessa instância, uma filtragem em que eles perdiam em energia o que ganhavam em “síntese”.

A história desses pressupostos mereceria atenção sob mais de um aspecto. A começar pelos preconceitos políticos com que eles se sustentam e a que dão esteio, e que não nos remetem a nada menos do que um organicismo social, organicismo que, pela insuperável simplicidade em que se articula na fábula que

rendeu uma ovação ao cônsul Menenius Agrippa, só fez enriquecer sua metáfora com o papel consciente atribuído ao cérebro nas atividades do comando psicológico, desembocando no mito doravante garantido das virtudes do *brain trust*.¹

Não menos curioso seria constatar como os valores aqui mascarados obliteram a noção de *automatismo* na antropologia médica e na psicologia pré-freudiana, isso se comparada a seu emprego em Aristóteles, bem mais aberto a tudo o que já se reproduz dele na revolução contemporânea das máquinas.

[443]

O uso do termo liberação, para designar as funções que se revelam nas desintegrações neurológicas, marca bem os valores de conflito que conservam aqui, isto é, num lugar em que ela não tem nada a fazer, uma verdade de proveniência diferente. Terá sido essa proveniência autêntica, encontrada por Freud no conflito que ele pôs no cerne da dinâmica psíquica, o que constitui sua descoberta?

Observemos, primeiro, o lugar onde o conflito é denotado, e depois, sua função no real. Quanto ao primeiro, vamos encontrá-lo nos sintomas, que só abordamos no nível em que nos convém não apenas dizer que eles se expressam, mas onde o sujeito os articula em palavras: isso, se convier não esquecermos que é nesse princípio do “matraquear” incessante que a análise limita seus meios de ação e até seus modos de exame, postura que, se não fosse constitutiva e não apenas manifesta na análise dos adultos, tornaria inconcebível toda a técnica, inclusive a aplicada às crianças.

Esse conflito é lido e interpretado naquele texto cujo enriquecimento exige o método da associação livre. Portanto, não é apenas a pressão obtusa, nem o ruído parasita da tendência inconsciente, que se faz ouvir nesse discurso, mas, se assim posso esboçar o que nos será preciso levar muito mais longe nesse sentido, as interferências de sua voz.

Mas, que acontece realmente com essa voz? Estaremos reencontrando aqui as fontes imaginárias cujo espírito racial, cujas ilusões de origem mágica o romantismo encarnou no *Volksgeist*?

1. Expressão (sobretudo da terminologia política norte-americana) que significa “grupo de especialistas ou peritos”, mas que também se poderia traduzir, num trocadilho mais literal, por “confiança no cérebro”. (N.E.)

Não vemos por que Freud teria excomungado Jung, nem o que autorizaria seus adeptos a perseguirem o anátema disso nos de Jung, se fosse esse o alcance do simbolismo por meio do qual Freud penetrou na análise dos sintomas, definindo ao mesmo tempo seu sentido psicanalítico. De fato, nada é mais diferente do que a leitura que essas duas escolas aplicam a um mesmo objeto. O cômico é os freudianos terem-se mostrado incapazes de formular de maneira satisfatória uma diferença tão marcante. O fato de se gabarem das palavras “científico” ou “biológico”, que, como todas as palavras, estão ao alcance de todas as bocas, não os faz marcarem um ponto a mais nesse caminho, nem mesmo aos olhos dos psiquiatras, a quem seu foro íntimo não deixa de alertar sobre o alcance do uso que eles mesmos fazem dessas palavras em procedimentos igualmente incertos.

[444]

Aqui, no entanto, o caminho por Freud não nos é apenas traçado; é pavimentado em toda a sua extensão pelas afirmações mais maciças, mais constantes e mais impossíveis de desconhecer. Basta lê-las, basta abrir sua obra numa página qualquer, para que se encontre o aparato dessa via real.

Se o inconsciente pode ser objeto de uma leitura com que se esclareceram tantos temas míticos, poéticos, religiosos e ideológicos, não é porque introduza em sua gênese o elo intermediário de uma espécie de significatividade da natureza no homem, ou de uma *signatura rerum* mais universal, que estivesse no princípio de seu possível ressurgimento em qualquer indivíduo. O sintoma psicanalisável, seja ele normal ou patológico, distingue-se não apenas do índice diagnóstico, mas de qualquer forma apreensível de pura expressividade, por se sustentar numa estrutura que é idêntica à estrutura da linguagem. E com isso não nos referimos a uma estrutura a ser situada numa pretensa semiologia generalizada, a ser arrancada de seu limbo, mas à estrutura da linguagem tal como se manifesta nas línguas que chamarei positivas, as que são efetivamente faladas por massas humanas.

Isso se refere ao fundamento dessa estrutura, ou seja, à duplicidade que submete a leis distintas os dois registros que nela se atam: do significante e do significado. O termo registro designa aqui dois encadeamentos tomados em sua globalidade, e a posição primeira de sua distinção torna *a priori* dependente de exame qualquer eventualidade de fazer esses registros se

equivalerem termo a termo, não importa em que amplitude os interrompamos. (De fato, tal equivalência revela-se infinitamente mais complexa do que qualquer correspondência biunívoca, cujo modelo só é concebível de um sistema signifiante para outro sistema signifiante, segundo a definição que dela fornece a teoria matemática dos grupos.)

Assim é que, se o sintoma pode ser lido, é por já estar inscrito, ele mesmo, num processo de escrita. Como formação particular do inconsciente, ele não é uma significação, mas a relação desta com uma estrutura signifiante que o determina. Se nos permitissem o trocadilho, diríamos que o que está em jogo é sempre a concordância do sujeito com o verbo.

[445]

E, com efeito, aquilo a que a descoberta de Freud nos conduz é a imensidão da ordem em que ingressamos, na qual, por assim dizer, nascemos uma segunda vez, saindo justamente do estado denominado *infans*, sem fala, ou seja, a ordem simbólica constituída pela linguagem, e o momento do discurso universal concreto e de todos os sulcos abertos por ele nessa hora, onde foi preciso nos alojarmos.

Pois a noção poderosa que minha colocação aqui articula vai justamente para-além da aprendizagem funcional ou nocional a que o horizonte estreito dos pedagogos quis reduzir as relações do indivíduo com a linguagem.

Se realmente se trata de o homem se instalar num “meio” que tem tantos direitos à nossa consideração quanto as arestas do real, erroneamente presumidas como as únicas geradoras de experiência, a descoberta de Freud mostra-nos que esse meio do simbolismo é consistente o bastante até para tornar inadequada a locução que diria, desse instalar-se em questão, que isso não é evidente, pois o grave é justamente que isso funciona por si, mesmo quando funciona mal.

Em outras palavras, a alienação que nos haviam descrito há algum tempo com exatidão, ainda que num plano meio panorâmico, como constitutiva das relações entre os homens com base nas relações de seu trabalho com as vicissitudes de sua produção, essa alienação, dizemos, aparece agora como que duplicada, por se destacar numa particularidade que se conjuga com o ser, sob espécies que se hão de dizer não progressistas. Isso não basta, porém, para fazer com que se qualifique essa descoberta de reacionária, não importa em que uso cumplice se tenha podido

empregá-la. Antes, assim será explicada a rabugice enfurecida dos costumes pequeno-burgueses, que parece servir de cortejo a um progresso social que desconhece sistematicamente o que o impulsiona: pois, na atualidade, é na medida em que esse progresso é suportado que ele autoriza a psicanálise, e é na medida em que é posto em ação que ele a proscree, mediante o que a descoberta freudiana ainda não superou em seus efeitos aqueles que Diógenes esperava de sua lanterna.

[446]

Nada há, contudo, que contradiga a ampla dialética que nos faz servos da história, superpondo suas ondas à miscigenação de nossas grandes migrações, naquilo que prende cada um de nós a um farrapo de discurso mais vivo que nossa própria vida, se é verdade que, como diz Goethe, quando “o que não tem vida vive, também pode produzir vida”.²

Sucede também que desse farrapo de discurso, na impossibilidade de proferi-lo pela garganta, cada um de nós é condenado, para traçar sua linha fatal, a se fazer o alfabeto vivo. Ou seja, de todos os níveis do jogo de sua marionete ele toma emprestado algum elemento, para que a seqüência deles baste para testemunhar um texto sem o qual o desejo ali comboiado não seria indestrutível.

Não obstante é um exagero o que damos a essa atestação, quando em sua manutenção ela nos despreza tanto que, sem nosso consentimento, transmite seu código transformado a nossa linhagem filial. Pois, ainda que não houvesse ninguém para lê-la por tantos séculos quantos ficaram os hieróglifos no deserto, ela continuaria tão irredutível em seu absoluto de significante quanto teriam permanecido estes ao movimento das areias e ao silêncio das estrelas, se nenhum ser humano os houvesse traduzido numa significação restabelecida.

E dessa irredutibilidade participam a frágil fumaça do sonho e o rébus no recôndito da trivialidade (tidos por Freud como semelhantes em sua elaboração), o tropeço da conduta e o erro ortográfico do texto (ambos exitosos em sua riqueza de sentido, em vez de significações falhas), e ainda a futilidade do chiste, cuja alegria característica Freud nos mostra, a partir de sua

2. Goethe, *Wilhelm Meister*, org. Erich Trunz, Hamburgo, Christian Wegner Verlag, vol.II: *Wilhelm Meister Wanderjahre*, I, 2, p.15.

técnica, provir de nos fazer participar da primazia do significante em relação às significações de nosso destino mais pesadas de carregar.

Porventura não são esses mesmos os três registros que foram objeto das três obras primordiais em que Freud descobriu as leis do inconsciente, e onde, se vocês as lerem ou rerelem com esta chave, terão a surpresa de constatar que Freud, ao enunciar essas leis em sua minúcia, só fez formular de antemão as que Ferdinand de Saussure só iria trazer à luz alguns anos depois, abrindo a trilha da lingüística moderna?

[447]

Não posso pensar aqui em estabelecer um quadro de concordanças, por cuja rapidez vocês poderiam justificadamente fazer-me objeções. Indiquei em outro trabalho a que correspondem, na relação fundamental do significado com o significante, a condensação, o deslocamento, a condição de representabilidade e as seqüências nas quais é significativo que Freud tenha buscado desde o início o equivalente de uma sintaxe.

Quero apenas indicar o fato de que, do mais simples ao mais complexo dos sintomas, a função do significante revela-se preponderante, por surtir efeito neles já no nível do trocadilho. É o que se vê, por exemplo, na extraordinária análise do princípio do mecanismo do esquecimento (1898), na qual a relação do sintoma com o significante parece surgir totalmente munida de um pensamento sem precedentes.

Estamos lembrados desta ponta quebrada da espada da memória: o *signor* do nome de Signorelli, para Freud impossível de evocar como autor do célebre afresco do Anticristo na catedral de Orvieto, muito embora os detalhes e a própria figura do pintor ali inscritos só façam parecer voltar mais vivamente à sua lembrança. É que *signor*, juntamente com o *Herr*, o Senhor, o Mestre absoluto, é aspirado e recalcado pela lufada apocalíptica que se ergue no inconsciente de Freud ante os ecos da conversa que ele está tendo: perturbação, insiste ele a esse respeito, de um tema recém-surgido por um tema precedente — que é, na verdade, o da morte assumida.

Isso quer dizer que encontramos ali a condição constitutiva que Freud impõe ao sintoma para que ele mereça esse nome no sentido analítico: que um elemento mnêmico de uma situação anterior privilegiada seja retomado para articular a situação atual, isto é, que seja inconscientemente empregado nela como ele-

mento significativo, tendo o efeito de modelar a indeterminação do vivido numa significação tendenciosa. Isso não é já ter dito tudo?

Por conseguinte, eu me consideraria dispensado de uma referência dos efeitos do inconsciente à dupla edificação da sincronia e da diacronia, à qual, por mais necessária que seja, não faltaria pedantismo em tal companhia, ao fazer surgir por uma fábula, numa espécie de estereoscopia, ora o estilo do inconsciente, ora a resposta que lhe convém.

Se o inconsciente de fato parece dar um novo suporte ao provérbio bíblico que diz que “os pais comeram uvas verdes e prejudicados ficaram dentes dos filhos”, é a partir de um rearranjo que talvez satisfaça à caducidade com que Jeremias o marca ao citá-lo.

[448]

Pois diremos que é por se haver dito que “as uvas verdes comidas pelos pais embotam os dentes dos filhos” que o filho, para quem essas uvas de fato são verdes demais — por serem as da decepção freqüentemente trazida, como todos sabem, pela cegonha —, reveste seu rosto com a máscara da raposa.

Sem dúvida, as lições de uma mulher de talento que revolucionou nosso conhecimento das formações imaginárias na criança, e cujos temas qualquer iniciado há de reconhecer, se eu tiver a extravagância de chamá-la de tripeira, nos ensinarão a dizer à criança que as uvas-objetos-maus devem realmente ser arrancadas das tripas da cegonha, e que é por isso que ela tem medo da raposa. Não digo que não. Mas tenho mais confiança na fábula de La Fontaine para nos introduzir nas estruturas do mito, isto é, naquilo que exige a intervenção desse inquietante quarto elemento cujo papel, como significativo na fobia, parece-me muito mais instável.

Deixem esse mecanismo para nosso estudo, e guardem apenas a moral que esse apólogo encontra em meu anseio de que, se essa referência ao texto sagrado — Jeremias 31-29 — não for totalmente inconcebível de encontrar no inconsciente, ela leve o analista, digamos, automaticamente, a se interrogar sobre a pessoa do “meio ambiente” do paciente, como se exprimem alguns há um certo tempo, de quem esse seria o número do telefone.

Seja esta piada boa ou ruim, vocês hão de supor que não é por acaso que a arrisco, tão apaixonadamente ligada à letra,

porque é pela marca de arbitrariedade própria desta última que se explica a extraordinária contingência dos acidentes que dão ao inconsciente sua verdadeira aparência.

É assim que uma bofetada — ao se reproduzir através de várias gerações, primeiro como violência passional, depois cada vez mais enigmática, repetindo-se em cenários compulsivos dos quais mais parece determinar a construção, à maneira de uma história de Raymond Roussel, até não ser mais do que o impulso que pontua com sua síncope uma desconfiança quase paranóica do sexo — poderá nos dar ainda mais informações, por se inserir como significante num contexto em que, com um olho num buraco, alguns personagens, menos caracterizados por sua psicologia real do que por perfis comparáveis aos de Tartaglia ou Pantaleão na *Comedia dell'Arte*, serão reencontrados, de geração em geração, numa tela transformada — compondo as figuras de tarô de onde realmente sairão, ainda que contra a vontade do sujeito, as escolhas, decisivas para seu destino, de objetos desde então carregados, para ele, das mais desnordeantes valências.

[449]

Acrescento que é só assim que essas afinidades, fontes de distúrbios indomáveis enquanto permanecem latentes, poderão ser reconhecidas, e que nenhuma redução mais ou menos decorativa de seu paradoxo a relações de objetos pré-fabricadas no cérebro de patetas, mais instruídos pelo correio sentimental do que por sua lei, terá sobre elas efeito maior do que tentar submetê-las a uma técnica corretiva das emoções que seriam sua pretensa causa.

Pois foi justamente a isso que chegaram os psicanalistas, pelo simples caminho da vergonha de que foram tomados quando, querendo tornar reconhecida sua experiência, tão integralmente urdida desde as origens por essa estrutura de ficção sumamente verídica, ouviram ser-lhes contraposto, com a gravidade empolada que é própria dos agiotas, que não era costume imputar a causas mínimas consequências tão pesadas, e que, mesmo que se encontrassem para elas quadros gerais, isso só faria desconhecer ainda mais a razão por que apenas alguns padeciam delas, e não todos.

Foi por falta de uma elaboração da natureza do inconsciente (embora seu trabalho já tivesse sido mastigado por Freud, simplesmente por ele o haver dito sobredeterminado — mas, quem

retém esse termo para se aperceber de que ele só tem valor em relação à ordem da linguagem?) que, com a falsa vergonha dos analistas quanto ao objeto de sua atividade a lhes gerar aversão, essa aversão gerando a pretensão, e a pretensão gerando a hipocrisia e a impudência juntas — e delas interrompo aqui a descendência pululante —, eles acabaram batizando de lebre do dom oblativo o gato da copulação genital e promovendo o *eu* do analista como o intermediário eletivo da redução dos desvios do sujeito frente à realidade — e por nenhum outro meio senão uma identificação com esse *eu*, cuja virtude só pode provir, por conseguinte, da identificação com um outro *eu*, o qual, se for o de outro psicanalista, exige o retorno a algum modelo da relação com o real. Pois cabe dizer que nada nem ninguém, até época recente, nem na seleção do analista nem em sua formação, jamais levou em conta nem pensou em se ocupar de seus preconceitos conscientes mais cegos sobre o mundo em que vive, nem com sua patente ignorância, nesse passatempo, do rudimento de letras clássicas necessário para orientá-lo na realidade de suas próprias operações.

[450]

Porque é dessa relação do homem com o significativo que as letras clássicas, *les humanités*, desenham a experiência, e é nela que as situações geradoras daquilo a que chamamos a humanidade se instituem, como o atesta o fato de Freud, em pleno cientificismo, ter sido levado não apenas a retomar para nosso pensamento o mito de Édipo, mas a promover para nossa época um mito das origens, sob a forma de um assassinato do pai que teria sido perenizado pela lei primordial, segundo a fórmula com que conotamos a entrada do simbolismo no real: “dando-lhe um outro sentido.”

Outrossim, com toda a contingência que a instância do significativo imprime no inconsciente, ela só faz erigir com mais certeza diante de nós a dimensão que nenhuma experiência imaginável pode permitir-nos deduzir do dado de uma imanência viva, isto é, a questão do ser, ou, melhor dizendo, a questão pura e simples, a do “por que a si?” com que o sujeito projeta no enigma seu sexo e sua existência.

Foi isso que, na mesma página em que sublinhei, no “drama patético da neurose ..., os aspectos absurdos de uma simbolização desnorteada, cujo quiproquó, quanto mais adentramos nele, mais se afigura derrisório”, me fez escrever, aqui restituindo à auto-

ridade paterna sua importância, tal como no-la mostram Jeremias e Ezequiel (no trecho citado há pouco) no princípio do pacto significativo, e também juntando-a como convém, através dos termos bíblicos utilizados pela autora³ do hino de batalha nor-
te-americano, à maldição da mãe:

“Pois as uvas verdes da fala através da qual o filho recebeu cedo demais de um pai a autenticação do nada da existência, bem como as vinhas da ira que corresponderam às palavras de falsa esperança com que sua mãe o enganou, amamentando-o no leite de seu verdadeiro desespero, prejudicam-lhe ainda mais os dentes do que o ter sido desmamado de um gozo imaginário, ou mesmo o ter sido privado de tais cuidados reais.”

[451]

Não ficaremos surpresos, com efeito, ao perceber que a neurose histérica e a neurose obsessiva pressupõem em sua estrutura os termos sem os quais o sujeito não pode ter acesso à noção, na primeira, de sua facticidade em relação a seu sexo e, na segunda, de sua existência. À qual uma e outra dessas estruturas constituem uma espécie de resposta.

Respostas decerto submetidas à condição de se concretizarem numa conduta do sujeito que é a pantomima delas, mas que não têm menos direito à qualidade de “pensamento formado e articulado” que Freud outorga àquelas formações mais curtas do inconsciente que são o sintoma, o sonho e o lapso.

Por isso mesmo, é um erro tomar essas respostas como simplesmente ilusórias. Elas nem sequer são imaginárias, a não ser na medida em que a verdade faz surgir ali sua estrutura de ficção.

Se a questão de saber por que o neurótico “se engana” tem um começo mais bem orientado, muitas vezes ela só faz mostrar, ao derivar para a parvoíce de uma função qualquer do real, o escorregão grosseiro em que os analistas caíram de costas, junto com os predecessores de Freud, num caminho mais apropriado para os cascos de uma cabra divina.

E como, de resto, é mais espirituosa a forma escrita de uma palavra do que o emprego que dela faz um pedante, o “se” do “se engana” — que seria um erro isolar como representando o neurótico, numa análise lógica do verbo que dá a sua paixão a

3. Julia Ward Howe.

forma depoente — merece que o valorizemos, por apontar o caminho em que Freud não escorregou. Basta fazer com que a pergunta se volte para ele, convertendo-a nestes termos: “A quem o neurótico engana?”

Repetimos que, neste ponto, estamos dez mil passos acima da questão de saber de quem ele se ri (pergunta da qual o neurologista inveterado não consegue resolver-se a não se fazer o alvo).

Mas deve-se articular que o outro, que aqui é parceiro de uma estratégia íntima, não se encontra forçosamente entre os indivíduos, únicos pontos aceitos como unidos por vetores relacionais nos mapas em que a moderna psicologia do campo social projeta seus esquemas.

O outro pode ser aquela imagem que é mais essencial para o desejo do vivente do que o ser vivo que ele tem de abraçar para sobreviver, pela luta ou pelo amor. Pois a etologia animal nos confirma a ordem de engodo pela qual a natureza procede para forçar suas criaturas por seus caminhos. Que o fantoche, o símile ou o espelho substituam facilmente o fenótipo, apanhando o desejo na armadilha de seu vazio, já diz muito sobre a função que esse outro genérico pode assumir no homem, se soubermos, por outro lado, que é ao subordinar-lhe suas tendências que o homem aprende aquilo a que denomina assenhorear-se delas. [452]

Mas, homem ou mulher, é possível que ele nada tenha a apresentar ao outro real senão o outro imaginário em que não reconheceu seu ser. Portanto, como pode atingir seu objeto? — Por uma troca de lugares entre seus cavalheiros, dir-nos-ão, confiando assim à dama a demonstração do passo da histérica.

É que esse outro real, ela só pode encontrá-lo num do seu próprio sexo, pois é nesse para-além que ela invoca aquilo que pode lhe dar corpo, por não ter sabido ganhar corpo aquém dele. Na falta de resposta desse outro, ela manda prendê-lo para pagamento desse débito por meio de um testa-de-ferro, substituto do outro imaginário em quem ela menos se alienou do que, diante dele, permaneceu em suspenso, *en souffrance*.

Assim é que a histérica experimenta a si mesma nas home-nagens dirigidas a uma outra, e oferece a mulher, em quem adora seu próprio mistério ao homem cujo papel ela assume, sem dele poder usufruir. Na busca incessante do que é ser mulher, ela só

pode enganar seu desejo, já que esse desejo é o desejo do outro, por não ter satisfeito a identificação narcísica que a teria preparado para satisfazer um e outro na posição de objeto.

Deixando agora a dama nesse ponto, retornamos ao masculino no que tange ao sujeito da estratégia obsessiva. Para reflexão de vocês, assinalamos de passagem que esse jogo, tão sensível na experiência e que a análise torna manifesto, nunca foi articulado nesses termos.

Aqui, é a morte que se trata de enganar por mil astúcias, e o outro que é o *eu* do sujeito entra no jogo como suporte da aposta das mil façanhas que são as únicas a assegurá-lo do triunfo de suas astúcias.

A segurança que a astúcia retira da façanha é retrucada pelas certezas que a façanha retira da astúcia. E essa astúcia, que uma razão suprema sustenta a partir de um campo externo ao sujeito, chamado o inconsciente, é também aquela do qual tanto o meio quanto o fim lhe escapam. Pois é ela que retém o sujeito e até o arrebatava fora do combate, como faz Vênus com Páris, levando-o a estar sempre num lugar diferente de lá onde se corre o risco e a deixar ali apenas uma sombra de si mesmo, pois ela anula de antemão o ganho e a perda, abdicando de saída do desejo que está em jogo.

[453]

Mas o gozo de que o sujeito é assim privado transfere-se para o outro imaginário que o assume como gozo de um espetáculo, qual seja, o oferecido pelo sujeito na jaula em que, com a participação de algumas feras do real, quase sempre obtida à custa delas, ele persegue a proeza dos exercícios hípicas mediante os quais comprova sua capacidade de estar vivo.

No entanto, por se tratar apenas de provar sua capacidade, a morte é conjurada em surdina sob o desafio que lhe é feito. Mas todo o prazer fica para esse outro que não se pode empurrar para fora do lugar sem que a morte se desencadeie, mas sobre quem se espera que ela triunfe.

Assim é que do outro imaginário a morte vem assumir o semblante, a simulação, e à morte se reduz o Outro real. Figura-limite a responder à pergunta sobre a existência.

O desfecho desses impasses é impensável, dizíamos, por qualquer manobra de troca imaginária, uma vez que é aí que eles são impasses.

Decerto, a reintegração do sujeito em seu *eu* é concebível, ainda mais que, contrariando uma idéia corrente na psicanálise de hoje, esse *eu* está longe de ser fraco, o que aliás se vê pela ajuda que o neurótico, seja ele histérico ou obsessivo, obtém de seus semelhantes presumidamente normais nessas duas tragédias — contrariadas, sob muitos aspectos, mas das quais é preciso assinalar que a segunda não exclui a primeira, já que, mesmo elidido, o desejo continua a ser sexual (que nos perdoem por nos atermos a essas indicações).

Mas a via que alguns assim se propoiam seria um erro, pois ela só pode conduzir o sujeito a uma alienação reforçada de seu desejo, isto é, a alguma forma de inversão, na medida em que seu sexo está em causa — e, no que tange ao questionamento de sua existência, não a uma destruição da tendência (irrestritamente invocada na psicanálise desde que o autor da palavra *afânise* introduziu nela o *non-sense* analítico, já sensível sob a vergonha de sua forma doura), mas a uma espécie de *pat*⁴ do desejo que tampouco é o que se chama de ambivalência, mas sim uma impossibilidade de manobrar que se prende ao próprio status da estratégia.

[454]

O desfecho aqui pode ser catastrófico, embora dando satisfação. Basta evocar o que seria tratar de um coxo transformando-o em alguém com uma perna amputada. Numa sociedade em que se afirma a regra de pular numa perna só, a menos que se seja carregado pelas pernas de outro, isso pode ser conveniente, e deixa ao sujeito todas as oportunidades nas competições coletivas da pirâmide e da centopéia.⁵

Mas a solução deve ser buscada de outro lado, do lado do Outro, distinguido por um A maiúsculo, sob cujo nome designamos um lugar essencial à estrutura do simbólico. Esse Outro é exigido para situar *no verdadeiro* a questão do inconsciente, isto é, para lhe dar o termo estrutural que faz de toda a seqüência da neurose uma questão, e não um engodo: distinção que mostra um relevo, no que o sujeito só exerce seus engodos para “inverter a questão”.

4. Na terminologia do jogo de xadrez. (N.E.)

5. Referência à pirâmide humana e à espécie de cobrinha ou cordão formados pelos participantes de vários tipos de competição. (N.E.)

Esse Outro, eu já o disse muitas vezes, é apenas o garante da Boa-Fé necessariamente evocada, nem que seja pelo Enganador, quando se trata não mais dos passes da luta ou do desejo, mas do pacto da fala.

É somente do lugar do Outro que o analista pode receber a investidura da transferência que o habilita a desempenhar seu papel legítimo no inconsciente do sujeito, e a tomar a palavra em intervenções adequadas a uma dialética cuja particularidade essencial define-se pelo privado.

Qualquer outro lugar, para o analista, o reduz a uma relação dual que não tem outra saída senão a dialética de desconhecimento, denegação e alienação narcísica que, em todos os ecos de sua obra, Freud martela como sendo própria do *eu*.

Ora, é na via de um reforço do *eu* que a psicanálise de hoje pretende inscrever seus efeitos, por um contra-senso total em relação ao móvel pelo qual Freud fez o estudo do *eu* entrar em sua doutrina, isto é, a partir do narcisismo, e para denunciar nele a soma das identificações imaginárias do sujeito.

Numa concepção tão contrária quanto retrógrada, o *eu* é tomado como constituindo o aparelho de uma relação com a realidade, cuja noção estática nada mais tem a ver com o princípio de realidade que Freud instituiu em sua relação dialética com o princípio do prazer.

[455]

A partir daí, já não se visa senão a fazer com que digressões imaginárias provocadas no sujeito pela situação analítica tornem a entrar nos termos reais dessa situação, tida como “muito simples”. O fato de que ela estimula tais digressões poderia fazer-nos suspeitar dessa simplicidade, mas deve-se acreditar que, do ponto de vista do real, ela é efetivamente simples, e até simples o bastante para parecer meio fechada, pois não há sacrifícios que o analista não se mostre disposto a consentir para dela se proteger.

Sacrifícios puramente imaginários, felizmente, mas que vão desde o oferecer-se como pasto para uma *fellatio* imaginária, estranho substituto da *filiatio* simbólica, passando pela abolição da incômoda distância do objeto que provoca toda a dor do neurótico, até a confissão fanfarrona das cumplicidades propícias reconhecidas na contratransferência, tendo por fundo divagações hesitantes a respeito das condições de reabilitação da dependência e da via mais apropriada para compensar as frustrações (termo

ausente em Freud) — sem omitir, nas crianças perdidas, incursões ainda mais estranhas, por exemplo numa referência ao medo que, por tornar nula e sem valor toda a elaboração significativa da fobia, se contentaria com um antropóide ideal em sua destilação terapêutica, se o elo perdido da descarga de adrenalina no reforço do aparelho do eu pudesse dar-lhe alguma verossimilhança. Nesse extremo do absurdo, a verdade costuma se manifestar por um esgar, que é o que efetivamente acontece quando se ouve, da mesma lavra, um discurso lacrimajante à bondade, à bondade divina!

Esse frenesi na teoria evidencia pelo menos uma resistência da análise ao analista, a qual só podemos aconselhá-lo a levar em conta, para discernir o papel de sua própria resistência nas manifestações de seus analisados. E isso, rogando aos céus que sejam mais clementes para com este do que para com a análise, da qual ele pode dizer, nos dias atuais, como Antonio de sua amante: ela resistiu a mim, assassinei-a.

O panorama de sua prática não é tão lúgubre assim, felizmente. Alguém diante de quem sempre se repete num ponto exato na muralha o fenômeno da inscrição das palavras “Mené, Thequel e Pharsin”, ainda que traçadas em caracteres cuneiformes, não pode ver nela indefinidamente apenas festões e astrágalos. Mesmo que a leia como se lê na borra de café, aquilo que vier a ler nunca será tão estúpido assim, desde que ele leia, nem que seja como M. Jourdain, sem saber o que é ler.

[456]

Pois não faltam aí as pedras de Mariette⁶ para retificar sua leitura, ainda que seja nas “defesas”, que são patentes, sem precisar buscar além das verbalizações do sujeito. Talvez ele não saiba a que santo recorrer para dar conta dessas defesas, e é possível que se atrapalhe na concepção do elo sutil que une o texto do palimpsesto àquele que, subjacente a ele, mancha o fundo retomando suas formas e suas cores. Não poderá evitar que se destaque desse exercício de discernimento uma vida singular de intenções. Ele será pois lançado, haja o que houver, no cerne daquelas perplexidades da orientação espiritual que foram elaboradas há séculos na via de uma exigência de verdade,

6. Auguste Mariette (1821-1881), renomado arqueólogo e egiptólogo francês. (N.E.)

exigência ligada a uma personificação decerto cruel desse Outro, mas que, no esforço de se livrar de qualquer outra afecção nos rins ou nos corações, sondou-lhes bastante bem seus recônditos. E basta isso para fazer o psicanalista evoluir para uma região que a psicologia de faculdade jamais examinou, a não ser de binóculos.

É isso que torna ainda mais enigmático, primeiro, que alguém se julgue dispensado, em nome de sabe-se lá que paródia de crítica social, de interrogar mais a fundo uma subestrutura tomada como análoga à produção, assim como tida por natural — e que depois se proponha a tarefa de fazer tudo isso voltar ao bom caminho da dita psicologia, no caso qualificada de geral, o que tem por resultado paralisar qualquer investigação, reduzindo seus problemas a termos discordantes ou até tornando inutilizável a experiência, de tanto deturpá-la.

Sem dúvida, é pequena a responsabilidade da psicanálise nessa espécie de flagelo constituído pelos álibis reiterados do psicologismo, numa área social que encobre sua irresponsabilidade com o que teve de significante a palavra “liberal”.

A verdadeira questão não está em que essa derivação esterilizante da pesquisa e essa cumplicidade degradante da ação sejam incentivadas e sustentadas pelas demissões em cadeia da crítica em nossa cultura. Está em que elas sejam mantidas e protegidas na psicanálise, alimentadas pela própria instituição que distingue a coletividade dos analistas, não vamos esquecer-lo, segundo a intenção expressa de Freud, de uma sociedade científica fundamentada numa prática comum. Referimo-nos à própria instituição internacional que Freud fundou para preservar a transmissão de sua descoberta e de seu método.

Mas, nesta, teria ele apenas errado seu alvo?

Para responder a essa pergunta, mencionemos primeiro que nenhum “instituto” atualmente patrocinado no mundo por essa instituição sequer tentou, até hoje, montar o ciclo de estudos cuja intensão e extensão Freud definiu, tantas e tantas vezes e em detalhes, como exclusivas de todo e qualquer substituto, mesmo político, de uma integração no ensino médico oficial, tal como ele podia vê-lo em sua época, por exemplo.

O ensino nesses institutos não passa de um ensino profissional e, como tal, não mostra em seus programas nem planejamento nem metas que ultrapassem aqueles, sem dúvida louváveis, de

[457]

uma escola de dentistas (referência que foi não apenas aceita mas proferida pelos próprios interessados): na matéria em questão, no entanto, isso não vai além da formação do enfermeiro qualificado ou do assistente social, e os que nela introduzem uma formação, de hábito e felizmente mais elevada, pelo menos na Europa, sempre a extraem de uma origem diferente.

Isso, portanto, não constitui problema. Os institutos não são a instituição, e caberia fazer a história desta para apreender nela as implicações autoritárias pelas quais se mantém a extraordinária sujeição a que Freud fadou sua posteridade, que mal ousamos nesta oportunidade qualificar de espiritual.

Invoquei em outro trabalho os documentos biográficos que nos permitem concluir que isso foi algo que Freud quis deliberadamente, a ponto de aprovar com todas as letras que fossem censurados por um colegiado *secreto* aqueles a quem encarregou das mais altas responsabilidades, pelo simples fato de lhes estar legando sua técnica.

Não é difícil mostrar o desprezo que Freud sentiu por certos homens todas as vezes que seu espírito chegou a confrontá-los com esse encargo, tido por ele como acima das possibilidades destes. Mas tal desprezo, naquele momento, era consolidado pelos abandonos repetidos em que ele havia aquilatado a inadequação mental e moral de seus primeiros adeptos. Adeptos cujo espírito e caráter — o que é por demais evidente — ultrapassavam de longe tantos os melhores quanto a multidão dos que desde então se espalharam pelo mundo com sua doutrina. A falta de confiança, aliás, não recebe deste último fato nenhuma sanção, porquanto se exerce forçosamente no sentido dos efeitos que presume.

[458]

Creio que nisso, portanto, Freud conseguiu o que queria: uma conservação puramente formal de sua mensagem, manifesta no espírito de autoridade reverente com que se efetuam suas mais evidentes alterações. Não há, com efeito, uma só balela proferida na mixórdia insípida que é a literatura analítica que não tome o cuidado de se apoiar numa referência ao texto de Freud, de tal sorte que, em muitos casos, se o autor não fosse também um afiliado da instituição, não se encontraria outra marca da qualificação analítica de seu trabalho.

Foi graças a isso, não se deve duvidar, consideradas as condições desse período histórico, que os conceitos fundamentais

de Freud permaneceram inabaláveis. Eles devem seu valor de significantes não presentes ao fato de, em grande parte, haverem continuado incompreendidos.

Penso que Freud quis que fosse assim, até o dia em que esses conceitos, dos quais indiquei o quanto se adiantaram às outras ciências humanas, pudessem enfim ser reconhecidos em sua ordenação flexível, mas impossível de romper sem desarticulá-los.

Isso tornou inevitável o recalque que se produziu da verdade de que eles eram o veículo, bem como a extraordinária cacofonia atualmente constituída pelos discursos de surdos a que se entregam, no interior de uma mesma instituição, grupos, e no interior dos grupos, indivíduos que não se entendem quanto ao sentido de um só dos termos que aplicam religiosamente à comunicação e à direção de sua experiência, discursos, no entanto, que encerram as vergonhosas manifestações da verdade que Freud reconheceu sob a modalidade do retorno do recaiado.

Qualquer retorno a Freud que dê ensejo a um ensino digno desse nome só se produzirá pela via mediante a qual a verdade mais oculta manifesta-se nas revoluções da cultura. Essa via é a única formação que podemos pretender transmitir àqueles que nos seguem. Ela se chama: um estilo.

Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956

[459]

Para alguns... e “a outros”.

Um centenário de nascimento é algo raro de celebrar. Ele supõe na obra uma continuação do homem que evoca a sobrevivência. É disso mesmo que teremos que denunciar as aparências em nosso tema duplo.

Psicanalista, nós mesmos e por muito tempo confinados em nossa experiência, vimos que ela se esclarecia ao fazer dos termos em que Freud a definiu o uso que lhes convém, não como preceitos, mas como conceitos.

Por isso comprometido até o limite do possível, e sem dúvida além de nossa intenção, com a história em ação da psicanálise, diremos aqui coisas que só hão de parecer ousadas caso se confunda *parti-pris* com relevante.

Além disso, a redação de nosso título é de natureza, sabemos, a impedir de irem mais longe aqueles a quem essas coisas poderiam tocar. Que nos perdoem essa malícia: o que nos ocorreu abordar com esses termos são a situação verdadeira e a formação válida. Aqui, é da situação real e da formação dada que gostaríamos de dar conta, e para um público maior.

Que afluência unânime não se obteria ao colapsar psicanálise e formação para anunciar o estudo da situação do psicanalista! E quão edificante seria estendê-lo até os efeitos de seu estilo de vida! Tocaremos tão-somente por um instante em sua relação com o mundo, para introduzir nosso tema.

Sabemos do “como se pode ser psicanalista?” que, vez por outra, em lábios mundanos, ainda nos deixa com um jeito de persa,¹ e no qual logo se encadeia um “eu não gostaria de viver

1. Lacan alude a um conhecido trecho de Montesquieu nas *Cartas persas*: “Oh!

com um psicanalista” com que a prezada pensativa nos consola à vista daquilo de que o destino nos poupa.

Essa reverência ambígua não está tão longe quanto parece do crédito, sem dúvida mais grave, que a ciência nos atribui. Pois, se nele se nota de bom grado a pertinência de tal fato que supostamente nos diz respeito, *é do exterior* que ele nos é passado, e com a ressalva da estranheza de nossos hábitos mentais.

Como não haveríamos de ficar satisfeitos com esse efeito de segregação intelectual como um fruto da distância que mantemos pela incomunicabilidade de nossa experiência?

Pena que ele contrarie uma necessidade de reforço, por demais patente por ir quase para qualquer lugar, e da qual podemos avaliar em nossa desanimadora literatura com quão pouco ele se contenta. Bastará aqui que eu evoque o frêmito de bem-estar que percorreu a fileira de meus predecessores quando um discípulo da Escola,² havendo-se ungido na conjuntura do pavlovismo, veio dar-lhes seu *licet*. E o prestígio do reflexo condicionado e até mesmo da neurose animal desde então não parou de fazer das suas em nossos devaneios... todavia, ao chegar a alguns o burburinho das chamadas ciências humanas para que eles acorram à voz e para que os zelotes na tribuna fiquem à altura dos mandamentos da figuração inteligente.

Seguramente, esse gesto da mão estendida, mas que nunca volta a se fechar, só pode ter uma razão interna: entendemos com isso que sua explicação deve ser buscada mais na situação da psicanálise que na dos psicanalistas. Pois, se pudemos definir ironicamente a psicanálise como o tratamento que se espera de um psicanalista, é justamente a primeira, no entanto, que decide sobre a qualidade do segundo.

Como dissemos, há na análise uma situação real que é indicada ao nos aproximarmos do chavão mais corrente a se produzir ali, qual seja, que nenhuma nova noção foi introduzida na análise desde Freud, e do recurso que, de tão obrigado a servir de explicação para todos os fins, tornou-se agora trivial, ou seja, a noção de frustração. Ora, em vão se buscaria o menor vestígio

Com que, então, o senhor é persa! Mas, que coisa extraordinária! Como se pode ser persa?” (N.E.)

2. Referimo-nos a um tomista.

desse termo em toda a obra de Freud: pois nela encontraríamos somente motivos para retificá-lo pelo termo *Versagung*, que implica renúncia e, portanto, distingue-se de toda a diferença do simbólico para o real, diferença que fazemos a nossos leitores a gentileza de considerar compreendida, mas sobre a qual podemos dizer que a obra de Freud se resume em lhe dar o peso de uma nova instância.

[461]

Hérnia central, a ser aqui apontada com o dedo, de uma discordância difusa e de tal monta que, com efeito, sendo os termos freudianos, por assim dizer — e veremos que isso não é uma ninharia —, deixados como estão, é, em relação a cada um, quando deles nos servimos, uma outra coisa que se designa.

De fato, não há nada que satisfaça melhor às exigências do conceito do que esses termos, isto é, que seja mais idêntico à estrutura de uma relação, nomeadamente a analítica, e à coisa que nela se apreende, nomeadamente, o significante. Quer dizer que esses conceitos, poderosamente articulados entre si, não correspondem a nada que se dê imediatamente à intuição. Ora, esta é precisamente o que se substitui a eles ponto a ponto, através de uma aproximação que só pode ser grosseira, e tal que podemos compará-la ao que é a idéia de força ou de onda para alguém que não tenha noção alguma de física.

É assim que a transferência, não importa o que se diga e o que cada um professe sobre ela, persiste com a força de adesão de um consentimento comum, identificado com um sentimento ou uma constelação de sentimentos experimentados pelo paciente — muito embora, ao defini-la simplesmente pelo efeito de reprodução relativo à análise, resulte em que o que nela é mais claro deva passar despercebido para o sujeito.

Do mesmo modo e ainda mais insidiosamente, a resistência é assimilada pela atitude de oposição que essa palavra evoca em seu emprego vulgar, enquanto para Freud ela não poderia prestar-se ao equívoco, ao alinhar aí, como ele o faz, os acontecimentos mais acidentais da vida do sujeito, conforme o obstáculo que eles criem para a análise, nem que seja apenas por criar empecilhos a sua presença física.

Esses lembretes triviais, é claro, permanecem opacos sob essa forma. Para saber o que é a transferência, é preciso saber o que acontece na análise. Para saber o que acontece na análise, é preciso saber de onde vem a fala. Para saber o que é a resistência,

é preciso saber o que encobre o advento da fala: e isso não é uma dada disposição individual, mas uma interposição imaginária que ultrapassa a individualidade do sujeito, na medida em que estrutura sua individualização especificada na relação dual.

[462]

Que nos perdoem uma fórmula tão abstrata para orientar o espírito. Aliás, ela só faz indicar, à maneira da fórmula geral da gravitação num texto de história das ciências, as bases da investigação. E não se pode exigir da vulgarização psicanalítica que ela se abstenha de qualquer referência similar.

Não é, de fato, que o rigor conceitual e a elaboração técnica não sejam encontrados nos trabalhos psicanalíticos. Se são esporádicos ou ineficientes ali, é por um vício mais profundo, e ao qual os preceitos da prática conduziram por uma confusão singular.

Sabemos da atitude assistemática que é postulada como princípio, tanto da chamada regra analítica imposta ao paciente — a de nada omitir do que lhe vier à cabeça e de, para esse fim, renunciar a qualquer crítica e a qualquer escolha — quanto da chamada atenção flutuante, que Freud aponta expressamente ao psicanalista como não sendo nada além da atitude correspondente a essa regra.

Esses dois preceitos, entre os quais por assim dizer se estende o estofo da experiência, valorizam suficientemente, parece, o papel fundamental do discurso do sujeito e de sua escuta.

Foi justamente a isso que se entregaram, e não sem proveito, os psicanalistas na idade áurea da psicanálise. Se foi tão fecunda a colheita que eles obtiveram, tanto das divagações, nunca tão permitidas de saírem de uma boca, quanto dos lapsos, nunca tão oferecidos ao orifício de um ouvido, não foi sem razão.

Mas essa própria riqueza de dados, fontes de conhecimento, logo os levou a um nó do qual eles conseguiram constituir um impasse. Acaso lhes era possível, adquiridos esses dados, impedirem-se de se orientar para eles através do que ouviam desde então? Na verdade, o problema só lhes foi levantado a partir do momento em que o paciente, em pouco tempo tão a par desse saber quanto eles próprios, serviu-lhes, inteiramente pronta, a interpretação que era tarefa sua, o que, deve-se dizer, é realmente a artimanha mais constrangedora que se pode infligir a um áugure.

Não mais acreditando em seus dois ouvidos, eles quiseram recuperar o para-além que de fato o discurso sempre possuía, mas sem que soubessem o que era isso. Eis por que inventaram para si um terceiro ouvido, supostamente convocado a percebê-lo sem intermediação. E, para designar esse imediatismo do transcendente, nada se poupou das metáforas a partir do compacto: o afeto, a vivência, a atitude, a descarga, a necessidade de amor, a agressividade latente, a armadura do caráter e o ferrolho da defesa — deixemos a cartola e passemos ao coelho —, cujo reconhecimento, a partir daí, já não era acessível senão a esse não-sei-quê do qual um estalido da língua é a prova suprema, e que introduz no ensino uma exigência inédita: a do inarticulado.

[463]

A partir de então, os devaneios psicológicos puderam dar-se rédea solta. Este não é o lugar de fazer a história das variações da moda, na análise. Elas são pouco notadas por seus adeptos, sempre cativados pela mais recente: o esgotamento das fantasias, a regressão instintiva, a desarticulação da defesa, o enxugamento da angústia, a liberação da agressividade, a identificação com o eu forte do analista, a manducação imaginária de seus atributos, a dinâmica, ah! a dinâmica, onde se reconstrói a relação de objeto, e, nos últimos ecos, o objetivo em que uma disciplina baseada na história do sujeito vem culminar: a par do *hic et nunc*, cujo coaxar gêmeo é irônico não apenas por trocar de nosso latim perdido, mas também por exalar um humanismo de melhor cepa, ressuscitando as gralhas diante das quais eis-nos de novo embaçados, não mais dispendo, para ler nossos presságios no meneio de seus volteios oblíquos e no viés malicioso de sua piscadela, senão dos pruridos de nossa contratransferência.³

3. Pena se perderem na tradução as assonâncias e alusões desse trecho de Lacan. Exemplo disso são *faire les cornes à* (troçar, mais especificamente com o gesto do indicador e do mínimo reservado aos “cornudos”) e *ressuscitant les corneilles auxquelles nous revoilà bayant* (construção que remete não só ao idiomatismo *bayer aux corneilles* = embaçar-se diante de algo, mas ainda à expressão *corneilles de la fable* = plagiários, “papagaios”). Outra assonância aparece em *volètement oblique/volet narquois* (volteios oblíquos/viés malicioso). Por fim, *tirer nos auspices* (de *auspiciu* < *avis*, ave, e *spicere*, examinar = ler presságios no vôo dos pássaros) admite igualmente o sentido de invocar o apoio, a proteção de alguém. (N.E.)

Esse domínio de nossas errâncias, contudo, não é pura fumaça: seu labirinto é aquele mesmo cujo fio nos foi dado, mas, por uma estranha eventualidade, esse fio perdido dissipou em reflexos suas muralhas e, fazendo saltarem até nós por sua rachadura vinte séculos de mitologia, transmutou os corredores de Dédalo nesse palácio de Ariosto em que, da amada e do rival que desafiam vocês, tudo não passa de engodo.

Freud, nisso como em toda parte, é gritante: todo o seu esforço, de 1897 a 1914,⁴ foi o de levar em conta o imaginário e o real nos mecanismos do inconsciente. É curioso que isso tenha levado os psicanalistas, em duas etapas, primeiro a fazer do imaginário um outro real e, em nossos dias, a encontrar nele a norma do real.

Sem dúvida, o imaginário não é o ilusório e fornece material para a idéia. Mas o que permitiu a Freud fazer a descida por ele até o tesouro com que seus seguidores enriqueceram foi a determinação simbólica, na qual a função imaginária se subordina e que, em Freud, é sempre poderosamente lembrada, quer se trate do mecanismo do esquecimento verbal, quer da estrutura do fetichismo.

[464]

E podemos dizer que, ao insistir em que a análise da neurose fosse sempre reconduzida ao nó do Édipo, ele não almejou outra coisa senão garantir o imaginário em sua concatenação simbólica, pois a ordem simbólica exige pelo menos três termos, o que impõe ao analista não esquecer o Outro presente entre os dois que, pelo fato de estarem ali, não envolvem aquele que fala.

Mas, apesar do que Freud acrescentou a essa advertência através de sua teoria da miragem narcísica, o psicanalista continua a se embrenhar cada vez mais na relação dual, sem que o impressione a extravagância da “introjeção do bom objeto” pela qual, como um novo pelicano, ele se oferece, felizmente sob aparências fantasísticas, ao apetite do consumidor, e sem que o detenham, nos textos que celebram essa concepção da análise, as dúvidas que neles encontrarão nossos sobrinhos ao se interrogarem sobre as obscenidades de frades obscurantistas que encontraram acolhida e crédito em nosso *novecento*.

4. Desde a carta a Fliess de 21 de setembro até a redação do “Homem dos Lobos” (ver a nota preliminar da observação).

Para dizer a verdade, a própria noção de análise pré-edipiana resume esse dismantelamento do colar em que é adiante das pérolas que se atiram os porcos. Curiosamente, as formas do ritual técnico valorizam-se proporcionalmente à degradação dos objetivos. A coerência desse duplo processo na nova psicanálise é sentida por seus zelotes. E um deles, que, nas páginas de Michelet que fazem a *chaise percée* imperar nos costumes do Grande Século,⁵ encontrou água para seu moinho e material para elevar o tom até esta declaração sem rodeios: — a beleza há de ser estercorária, ou não será beleza —, não teve com isso menos coragem para apregoar como um milagre as condições em que essa verdade suprema se havia produzido, bem como a manutenção delas, sem modificar-lhes uma linha: na contagem dos minutos passados pelo analista em sua poltrona, e nos quais o inconsciente do sujeito pode ordenar seus hábitos.

Eram de se prever as saídas pelas quais o imaginário, para se juntar ao real, tinha que encontrar a *no man's land* que, apagando-lhes a fronteira, lhe abrisse o acesso a este. Indicam-nas os sensórios não espacializantes, onde a própria alucinação se presta a dificuldades em seu limite. Mas o cálculo do homem é sempre superado por seu jorro inventivo, e foi para grata surpresa de todos que um novato, num trabalho que diríamos ter sido para ele o sucesso, veio certa vez, em algumas páginas modestas e sem floreios, comunicar-nos esta solução elegante de um caso rebelde: “Após tantos anos de análise, meu paciente ainda não conseguia me sentir;⁶ um dia, enfim, minha insistência não menos paciente levou a melhor: ele percebeu meu cheiro. Ali estava a cura.”

[465]

Seria um erro torcer o nariz para essas audácias, que têm lá seus títulos de nobreza. E aqui, o “engenhoso Doutor Swift” não nos pouparia seu patronato. Prova disso é o *Grande Mistério, ou a arte de meditar sobre o guarda-roupa renovado e revelado*,

5. A *chaise percée*, popular na França do século XVII, tinha uma abertura no assento onde era possível encaixar um urinol; é a essa informação de Michelet que Lacan se refere. (N.E.)

6. No original, *sentir*, que tem as acepções de “sentir” e “perceber o cheiro”. A referência é o caso Yves de Ruth Lebovici, citado por Lacan em “A direção do tratamento...” (N.E.)

do qual citaremos apenas, numa tradução da época (Haia, ed. Jean Van Duren, 1729), para não lhe alterar nada, a página 18, onde ele enaltece os esclarecimentos que é possível extrair da “matéria fecal, que, enquanto ainda fresca (...), exala partículas que, subindo pelos nervos ópticos e pelos nervos olfativos de quem quer que se coloque frente a ela, excitam nele por simpatia as mesmas afecções que no Autor do excremento, e, quando se é bastante versado nesse profundo mistério, isso basta para aprender tudo o que se quiser sobre seu temperamento, suas idéias, até mesmo suas ações e o estado de sua fortuna.”

“Eis por que tenho esperança de que meus superiores” (na p.23, aprendemos que se trata dos Doutores e Membros da Real Sociedade, reunidos numa Associação ciosa de seu segredo) “não me censurem por propor, ao final deste Tratado, confiar a inspeção das Privadas a Pessoas que tenham maior ciência e discernimento do que as hoje encarregadas dessa função. Quão mais brilharia (...) sua dignidade se ela fosse atribuída apenas a Filósofos e Ministros que, pelo sabor, odor, coloração e substância das evacuações do corpo natural, soubessem descobrir qual é a composição do corpo político e alertar o Estado para complôs secretos, arquitetados por pessoas inquietas e ambiciosas.”

Seria fútil nos comprazermos com o humor cínico do *Dean* no ocaso de sua vida, se não de seu pensamento: mas queremos lembrar de passagem, de um modo sensível até mesmo aos entendimentos olfativos, a diferença entre um materialismo naturalista e o materialismo freudiano, que, longe de nos despojar de nossa história, assegura-nos sua permanência em sua forma simbólica, fora dos caprichos de nosso assentimento.

[466]

Se ele representa propriamente os traços do inconsciente que Freud, longe de atenuá-los, os afirmou cada vez mais, isso não é pouca coisa. Por conseguinte, por que eludir as questões que o inconsciente provoca?

Se a associação dita livre nos dá acesso a ele, será por uma liberação comparável à dos automatismos neurológicos?

Se as pulsões que nele se descobrem são do nível diencefálico, ou do rinencéfalo, como conceber que se estructurem em termos de linguagem?

Pois se foi na linguagem, desde a origem, que seus efeitos se fizeram conhecer, seus artifícios, que desde então aprendemos

a reconhecer, não são menos denotativos, em sua trivialidade e em seus requintes, de um procedimento linguageiro.

As pulsões, que se articulam nos sonhos como trocadilhos de almanaque, exalam também esse ar de *Witz* que, à leitura da *Traumdeutung*, toca os mais ingênuos. Pois se trata das mesmas pulsões cuja presença distancia o chiste do cômico, por se afirmarem ali numa alteridade mais ativa.⁷

Mas a própria defesa, cuja ambigüidade inconsciente a denegação é suficiente para indicar, não se serve de formas menos retóricas. E é difícil conceber suas modalidades sem recorrer, com a mesma exatidão que em Quintiliano⁸, aos tropos e às figuras, estas de frases ou de palavras, e que vão do acismo e da metonímia à catacrese e à antífrase, à hipálage e até à litotes (reconhecível no que o sr. Fenichel descreve), e isso se nos impõe cada vez mais, quanto mais inconsciente nos parece a defesa.

O que nos coage a concluir que não há forma de estilo, por mais elaborada que seja, em que o inconsciente não abunde, sem excetuar as eruditas, as concettistas e as preciosas, que ele despreza tão pouco quanto o faz o autor destas linhas, o Góngora da psicanálise, segundo se diz, para servi-los.

[467]

Se isso é de natureza a nos desanimar de encontrá-lo no peristaltismo de um cão, por mais pavlovizado que o suponhamos, tampouco equivale a obrigar os analistas a tomar banhos de poesia macarrônica ou lições de tablatura das artes cortesãs, com as quais, no entanto, seus debates teriam um proveitoso embelezamento. Seria também possível impor-lhes um rudimento que os formasse na problemática da linguagem, o bastante para lhes permitir distinguir o simbolismo da analogia natural com que habitualmente o confundem.

Esse rudimento é a distinção entre o significante e o significado, pela qual se rendem justificadas homenagens a Ferdinand

7. Que fique bem claro que isto não é uma exibição de virtuosismo, mas uma observação técnica que a leitura do *Witz* de Freud coloca ao alcance de todos. É verdade que poucos psicanalistas lêem essa obra, o que já não fazemos questão de dissimular, depois que um dos mais dignos dentre eles confessou-nos, como uma simples lacuna, jamais ter aberto a *Psicopatologia da vida cotidiana*.

8. Sententiarum aut verborum, cf. Quintiliano, *Oratoria institutio*, Livro IX, caps.2 e 3.

de Saussure, pelo fato de, em virtude de seu ensino, ela estar hoje inscrita no fundamento das ciências humanas. Note-se apenas que, mesmo feita uma menção a precursores como Baudouin de Courtenay, essa distinção era perfeitamente clara para os antigos e é atestada em Quintiliano e santo Agostinho.

Já ali a primazia do significante sobre o significado parece impossível de eludir de qualquer discurso sobre a linguagem, não sem desconcertar tanto o pensamento a ponto de haver podido, mesmo em nossos dias, ser confrontada pelos linguistas.

Somente a psicanálise está em condições de *impor ao pensamento* essa primazia, demonstrando que o significante prescinde de qualquer cogitação, até das menos reflexivas, para exercer indubitáveis reagrupamentos nas significações que subjagam o sujeito, e mais ainda: para se manifestar nele mediante a intromissão alienante da qual a noção de *sintoma* adquire na análise um sentido emergente — o sentido do significante que conota a relação do sujeito com o significante.

Além disso, diríamos que a descoberta de Freud é a verdade de que a verdade nunca perde seus direitos, e que, ao refugiar suas credenciais inclusive no domínio votado ao imediatismo dos instintos, somente seu registro permite conceber essa duração inextinguível do desejo cuja característica não é a menos paradoxal a enfatizar no inconsciente, como faz Freud de um modo incansável.

Mas, para afastar qualquer equívoco, convém articular que esse registro da verdade deve ser tomado *ao pé da letra*, isto é, que a determinação simbólica, ou seja, aquilo a que Freud chama sobredeterminação, deve ser considerada, antes de mais nada, um fato de sintaxe, se quisermos apreender seus efeitos de analogia. Pois esses efeitos se exercem do texto para o sentido, longe de impor seu sentido ao texto. Como se vê nos desejos propriamente insensatos que, desses efeitos, são os menos arditos.

Dessa determinação simbólica, a lógica combinatória fornece-nos a forma mais radical, e é preciso saber renunciar à exigência ingênua que pretenderia submeter sua origem às vicissitudes da organização cerebral que ocasionalmente a reflete.

Retificação salutar, ainda que algo ofensiva ao preconceito psicológico. E não parece demais, para sustentá-la, lembrar todos os lugares em que a ordem simbólica encontra seu veículo, nem

[468]

que seja no silêncio povoado do universo surgido da física. A industriiosidade humana, que  mais determinada por essa ordem do que serve a ela, está aí não apenas para conservá-la, mas já visivelmente a prorroga para-além do que o homem domina dela, e os dois quilos de linguagem cuja presença podemos apontar aqui nesta mesa ficam menos inertes quando os encontramos correndo nas ondas cruzadas de nossas transmissões, para abrir até mesmo o ouvido dos surdos  verdade que Rabelais soube encerrar em seu apólogo das palavras cristalizadas.

Um psicanalista deve assegurar-se nessa evidência de que o homem, desde antes de seu nascimento e para-além da morte, está preso na cadeia simbólica, a qual fundou a linhagem antes que nela se bordasse a história; deve habituar-se  idéia de que  em seu próprio ser, em sua personalidade total, como se expressam alguns comicamente, que ele  efetivamente apanhado como um todo, só que  maneira de um peo, no jogo do significativo, e isso, desde antes que as regras desse jogo lhe sejam transmitidas, contanto que ele acabe por surpreendê-las — devendo essa ordem de prioridades ser entendida como uma ordem lógica, isto , sempre atual.

Dessa heteronomia do simbólico, nenhuma pr-história nos permite apagar o corte. Muito pelo contrário, tudo o que ela nos entrega só faz aprofundá-lo mais: instrumentos cuja forma serial volta-nos mais para o ritual de sua fabricaco do que para os usos a que eles tenham sido adaptados; — amontoamentos que não mostram outra coisa senão o símbolo antecipatório da entrada do simbólico no mundo; — sepulturas que, para-além de qualquer motivao que possamos imaginar para elas, são edifícios que a natureza não conhece.

Essa exterioridade do simbólico em relao ao homem  a noo mesma do inconsciente. E Freud provou constantemente que se atinha a ela como sendo o próprio princípio de sua experiência.

Prova disso foi o ponto em que rompeu categoricamente com Jung, ou seja, quando este publicou suas “metamorfoses da libido”. Porque o arquétipo equivale a fazer do símbolo o florescimento da alma, e  s: o fato de o inconsciente ser individual e coletivo pouco importa para o homem que, explicitamente em seu *Moisés*, implicitamente em *Totem e tabu*, admite que um drama esquecido atravessa as eras no inconsciente.

[469]

Mas o que é preciso dizer, e de conformidade com Aristóteles, é que não é a alma que fala, e sim o homem que fala com sua alma, desde que se acrescente que essa linguagem, ele a recebe, e que, para sustentá-la, mergulha nela muito mais do que sua alma: seus próprios instintos, cuja base só ressoa nas profundezas por repercutir o eco do significante. Aliás, quando esse eco retorna, o orador deslumbra-se com ele e lhe eleva o louvor de eterno romantismo. *Spricht die Seele, so spricht...* Ela fala, a alma, ouvi-a... *ach! schon die Seele nicht mehr...*⁹ Podeis escutá-la; a ilusão não durará muito. Quanto a isso, interroguem de preferência o sr. Jones, um dos raros discípulos que tentaram articular sobre o simbolismo alguma coisa que se sustentasse: ele lhes falará do destino da Comissão Especial instaurada para dar corpo a seu estudo no Congresso de 1910.¹⁰

Quando se considera, por outro lado, a predileção que teve Freud por seu *Totem e tabu*, bem como a recusa obstinada que opôs a qualquer relativização do assassinato do pai, considerado como drama inaugural da humanidade, concebe-se que o que ele sustenta com isso é a primordialidade do significante representado pela paternidade, para-além dos atributos que esta aglutina e dos quais o vínculo da geração é apenas uma parte. Essa força de significante aparece inequivocamente na afirmação assim produzida de que o verdadeiro pai, o pai simbólico, é o pai morto. E a conexão da paternidade com a morte, que Freud destaca explicitamente em muitos relatos clínicos, permite ver de onde esse significante extrai sua posição primordial.

Nem toda essa quantidade de efeitos de massa para restabelecer uma perspectiva dará ao psicanalista, no entanto, os meios mentais de operar no campo que esta delimita. Não se trata de nível mental, naturalmente, mas do fato de que a ordem simbólica só é abordável por seu próprio aparelho. Pode-se fazer álgebra sem saber escrever? Do mesmo modo, não se pode tratar do mínimo efeito de significante, nem tampouco enfrentá-lo, sem pelo menos desconfiar do que está implicado num fato de escrita.

[470]

9. Segundo verso do célebre dístico de Schiller cujo primeiro verso indaga: *Warum kann der lebendige Geist dem Geist nicht erscheinen?*, e do qual esse é a resposta. O dístico tem um título: *Sprache*.

10. Cf. E. Jones, *Sigmund Freud. Life and Work*, vol.II, p.76 [A vida e a obra de Sigmund Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1986].

Será que as concepções daqueles que a *Traumdeutung*¹¹ levou à análise têm que ter sido tão curtas, ou tão longos os cabelos da cabeça de Medusa que ela lhes apresentou? Que é essa nova interpretação dos sonhos senão o recurso do orinomante ao fundamento único mas irrefutável de toda mântica, isto é, à bateria de seu material? Não nos referimos à matéria da dita bateria, mas a sua finitude ordinal. Varetas jogadas no chão ou pranchas ilustres do tarô, simples jogo do par ou ímpar ou *kwas* supremos do I Ching, em vocês pode resumir-se todo destino possível, toda dívida concebível, pois nada em vocês tem valor senão a combinatória em que o gigante da linguagem recupera sua estatura, por ser subitamente liberto dos grilhões gulliverianos da significação. Se o sonho convém ainda mais a isso, é porque a elaboração que seus jogos reproduzem está em ação no desenvolvimento dele: “Apenas a elaboração do sonho nos interessa”, diz Freud, e mais: “O sonho é um rébus.” Que mais teria precisado acrescentar, para que não esperássemos dele as palavras da alma? Acaso as frases de um rébus algum dia tiveram o menor sentido, e porventura seu interesse, aquele que sentimos por sua decifração, não decorre de que a significação manifesta em suas imagens é caduca, só tendo importância ao fazer com que se entenda o significante que nelas se disfarça?

Isso mereceria até que se fizesse reconvergir o foco de luz para as fontes com que nos esclarecemos aqui, incitando os lingüistas a riscarem de seus trabalhos a locução ilusória que, aliás pleonasticamente, leva a falar numa escrita “ideográfica”. Uma escrita, como o próprio sonho, pode ser figurativa, mas como a linguagem, é sempre articulada simbolicamente, ou seja, exatamente como a linguagem *fonemática* e, a rigor, fonética, porquanto é lida.

Será, enfim, que o lapso nos fará apreender, em seu despojamento, o que significa ele tolerar resumir-se na fórmula segundo a qual, nele, o discurso vem superar a significação fingida?

[471]

Conseguiremos nós, com isso, arrancar o áugure de seu desejo de entranhas e reconduzi-lo ao alvo dessa atenção flutuante que, passadas mais ou menos cinquenta milhões de sessões de analistas

11. Em francês, *La science des rêves* [A ciência dos sonhos], onde Freud apontou sua obra capital.

que nela encontraram seu bem-estar e seu mal-estar, ninguém parece ter-se perguntado o que vem a ser?

Pois, se Freud indicou esse tipo de atenção como a contrapartida¹² (*Gegenstück*) da associação livre, o termo flutuante não implica sua flutuação, mas antes, a igualdade de seu nível, o que é acentuado pelo termo alemão *gleichschwebende*.

Observe-se, por outro lado, que o terceiro ouvido de que nos servimos para denegar a existência dos para-aléns incertos de um sentido oculto nem por isso deixa de ser, de fato, invenção de um autor, Reik (Theodor), bastante sensato em sua tendência a se acomodar num para-aquém da fala.

Mas que necessidade pode ter o analista de um ouvido a mais, quando às vezes parece ter dois de sobra, ao enveredar a todo vapor pelo mal-entendido fundamental da relação de compreensão? Nós repetimos a nossos alunos: “Abstenham-se de compreender!” e deixem essa categoria nauseante para os senhores Jaspers e consortes. Que um de seus ouvidos ensurdeça, enquanto o outro deve ser aguçado. E é esse que vocês devem espichar na escuta dos sons ou fonemas, das palavras, locuções e frases, sem omitir as pausas, escansões, cortes, períodos e paralelismos, pois é aí que se prepara a literalidade da versão sem a qual a intuição analítica fica sem apoio e sem objeto.

É assim que a fala que se oferece à adesão de vocês num lugar comum, e com uma evidência tão capciosa quanto é atraente sua verdade, por só se entregar num segundo tempo — como em: o número dois se regozija em ser ímpar (e tem toda razão, o número dois, em se regozijar por sê-lo, embora esteja errado em não ser capaz de dizer por quê¹³) —, encontrará no nível do inconsciente seu alcance mais significativo, purificado de seus

[472]

12. E não o simétrico [*le pendant*], como se exprimiu alguém numa tradução sem dúvida inspirada na superioridade de um pêndulo [*pendule*] ideal.

13. “*Dic cur hic* (a outra Escola)”, epígrafe de um *Tratado da contingência* publicado em 1895 (Paris, Librairie de l’Art Indépendant, 11, rue de la Chaussée-d’Antin), onde a dialética desse exemplo é discutida (p.41). Obra de um jovem chamado André Gide, a quem só nos resta lamentar que se tenha afastado prematuramente dos problemas lógicos, para os quais esse ensaio o mostrava tão dotado. O *nonsense* sobre o qual, na trilha dele, especulamos aqui, retoma, convém lembrar, a tradução burlesca, atribuída aos alunos primários, do latim *numero Deus impare gaudet*.

equívocos, ao se traduzir por: números, são dois, que não têm seu igual, ficam esperando Godot.

Cremos fazer-nos entender — e entender que o interesse que aqui mostramos pela mântica não é para aprovar o estilo da cartomante, que na teoria dos instintos dá o tom.

Muito pelo contrário, o estudo da determinação simbólica permitiria reduzir, se não ao mesmo tempo destacar, o que a experiência psicanalítica fornece de dados positivos: e isso não é pouca coisa.

A teoria do narcisismo e a do *eu*, tal como Freud a orientou em sua segunda tópica, são dados que prolongam as mais modernas pesquisas da etologia natural (precisamente sob a rubrica da teoria dos instintos).

Mas até a solidariedade deles, na qual elas se fundamentam, é desconhecida, e a teoria do *eu* já não é mais do que um enorme contra-senso: o retorno ao que a própria psicologia intuicionista vomitou.

Pois o erro teórico que apontamos na doutrina coloca-nos na falha do ensino, que lhe corresponde reciprocamente. Ou seja, no segundo tema de nossa formulação, no qual entramos há pouco.

Exercendo-se a técnica da psicanálise na relação do sujeito com o significante, o que ela conquistou de conhecimentos só é situável ao se ordenar a seu redor.

Isso lhe confere seu lugar no grupo que se afirma como ordem das ciências conjecturais.

Pois a conjectura não é o improvável: a estratégia pode ordená-la como certeza. Do mesmo modo, o subjetivo não é o valor de sentimento com que o confundem: as leis da intersubjetividade são matemáticas.

É nessa ordem que se edificam as noções estruturais, sem as quais a visão por dentro das neuroses e a tentativa de abordagem das psicoses ficam em pane.

A perspectiva de tal investigação exige uma formação que reserve à linguagem seu papel substancial. Isso é o que Freud formula expressamente no programa de um Instituto ideal, o qual, depois do que formulamos, não nos surpreenderá que desenvolva o próprio conjunto dos estudos filológicos.¹⁴

[473]

14. Cf. Freud, *Ges. Werke*, vol.XIV, p.281 e 283 [*A questão da análise leiga*, ESB, XX].

Aqui como mais acima, podemos partir de um contraste brutal, assinalando que nada, em nenhum dos Institutos decorrentes de uma afiliação que se apóia no nome dele, jamais foi sequer esboçado nesse sentido.

Posto que a ordem do dia aqui é o legado de Freud, verificaremos no que ele se transforma no atual estado de coisas.

A história mostra-nos em Freud a preocupação que o guiou na organização da AIP, ou Associação Internacional de Psicanálise, especialmente a partir de 1912, quando apadrinhou a forma de autoridade que prevaleceria nela, determinando nas minúcias das instituições o modo de exercício e transmissão dos poderes: trata-se da preocupação, claramente confessada em sua correspondência, de assegurar a manutenção de seu pensamento na íntegra, mesmo quando ele já não estivesse presente para defendê-lo. Manutenção que a defeção de Jung, mais dolorosa do que todas aquelas a que sucedeu, transformou dessa vez num problema angustiante. Para enfrentá-lo, Freud aceitou o que se lhe oferecia nesse momento: a saber, a idéia, ocorrida a uma espécie de jovem guarda que aspirava ao veteranato, de zelar pela citada manutenção no seio da AIP, não apenas por uma solidariedade secreta, mas por uma ação desconhecida.

A carta branca que Freud conferiu a esse projeto,¹⁵ a segurança que dele extraiu e que o tranqüilizou,¹⁶ são atestadas pelos

15. Na verdade, foi de Freud que a ação do “Comitê” recebeu seu caráter e suas instruções. “This committee would have to be *strictly secret*” (grifado no texto fornecido por Jones) “*in its existence and its action*” (grifado por nós) [“Este comitê teria que ser *estritamente secreto em sua existência e sua ação*”]. Carta de Freud a E. Jones de 1º de agosto de 1912, que deveria ser seguida por uma viagem de Freud para estabelecer, com Jones, Ferenczi e Rank, as bases desse “plano”. E. Jones, *Sigmund Freud, Life and Work*, vol.II, p.173 [A vida e a obra..., op. cit.].

16. “The secret of this Committee is that it has taken from me my most burdensome care for the future, so that I can calmly follow my path to the end” [“O segredo desse Comitê é que ele me tirou dos ombros minha maior preocupação quanto ao futuro, de modo que posso seguir calmamente meu caminho até o fim”], e “Since then I have felt more light-hearted and carefree about how long my life will last” [“Desde então, tenho-me sentido mais tranqüilo e despreocupado quanto à duração de minha vida”]. Carta de Freud a Eitingon de 23 de novembro de 1919, ou seja, decorridos sete anos (durante os quais, portanto, mesmo para alguém de seu escalão, a existência do Comitê permanecera ignorada), propondo-lhe ingressar no Comitê. Mesma obra, p.174.

documentos de seu biógrafo, ele mesmo o último sobrevivente desse Comitê, chamado dos Sete Anéis, cuja existência fora divulgada pelo falecido Hans Sachs. Sua importância de princípio e suas conseqüências de fato não podem ser mascaradas pela divertida qualificação de romantismo¹⁷ com que Freud dourou a pílula de uma, e pelo incidente picante com que o dr. Jones¹⁸ se apressou a rotular as outras — a carta escrita por Ferenczi a Freud, nas suas costas, nestes termos: “Jones, por não ser judeu, nunca será isento o bastante para estar seguro nessa brincadeira. É preciso não lhe dar cobertura alguma e ficar de olho nele.”

A história secreta da AIP não está feita nem por fazer. Seus efeitos são desprovidos de interesse, comparados aos do segredo da história. E o segredo da história não deve ser confundido com os conflitos, as violências e as aberrações que constituem sua fábula. A questão que Freud levantou, de saber se os analistas em seu conjunto satisfazem ao padrão de normalidade que exigem de seus pacientes, dá aos analistas, ao ser regularmente citada a esse respeito, a oportunidade de mostrarem sua bravura. É espantoso que os próprios autores dessas piadas não lhes vejam o ardid: a anedota, aqui como alhures, dissimula a estrutura.

As características mais visíveis desta última são justamente as que a tornam invisível, e não apenas para os que nela mergulharam: como o iniciacionismo que marca o acesso a ela e que, por ser em nossa época “muito singular”, como se costuma dizer, ostenta-se sobremaneira, ou como o cominternismo, cujos traços são mostrados por seu estilo interno e cujo prestígio mais vulgar nem por isso é condenado.

E o volante mais ou menos carregado de temporalidade a cujo comando ela está subjugada é um fato de realidade que em si não tem porque ser remediado, e do qual somente a extraterritorialidade espiritual a que ele dá corpo é passível de sanção. O paradoxo da idéia que nos ocorreu a esse respeito se beneficiará de ser relatado mais adiante.¹⁹

17. “I know there is a boyish and perhaps romantic element too in this conception...” [“Sei que há também um componente pueril e talvez romântico nessa concepção...”]. Carta citada de Freud para Jones.

18. Jones, *Sigmund Freud*, 7, II, p.173 [A vida e a obra..., op. cit.].

19. Os dois parágrafos anteriores estão ausentes da redação publicada nos *Estudos filosóficos*, havendo-se reservado a versão atual para uma tiragem à parte.

Para nosso propósito, devemos partir da observação, ao que saibamos nunca feita, de que Freud pôs a AIP em seu rumo dez anos antes que, na *Psicologia das massas e análise do eu*, se interessasse, a propósito da Igreja e do Exército, pelos mecanismos mediante os quais um grupo orgânico participa da multidão, investigação essa cuja evidente parcialidade justifica-se pela descoberta fundamental da identificação do *eu* de cada indivíduo com uma mesma imagem ideal, cuja miragem é sustentada pela imagem do líder. Descoberta sensacional, por se antecipar em pouco às organizações fascistas que a tornaram patente.

[475]

Atento mais precocemente a esses efeitos,²⁰ Freud sem dúvida se interrogou sobre a margem deixada ao predomínio da função do *boss* ou do chefe numa organização que, para sustentar sua própria fala, decerto podia, como seus modelos, equilibrar-se num recurso ao vínculo simbólico, isto é, numa tradição ou numa disciplina, mas não de modo equivalente, já que tradição e disciplina davam-se ali como objeto questionar-lhes o princípio, juntamente com a relação do homem com a fala.

Na verdade, trata-se aí de nada menos que o problema das relações do *eu* com a verdade. Pois é à estrutura do eu, em sua máxima generalidade, que se reduz esse efeito de identificação imaginária (pelo que se avalia, de passagem, a distância a que ficam disso os usos obsoletos nos quais se deprecia a noção do eu na análise). E Freud nos fornece aqui o recurso positivo do momento da consciência cuja estrutura dialética Hegel deduziu como fenômeno enfatuado.

Eis por que daremos o nome de *Suficiência* ao *gradus*, ao único *gradus* da hierarquia psicanalítica. É que, ao contrário do que imagina um povo fútil com base em aparências, essa hierarquia tem apenas um *gradus*, e é nisso que se fundamenta para se dizer democrática, pelo menos ao tomarmos esse termo no sentido que ele tem na cidade antiga, onde a democracia só conhece mestres/senhores.

A Suficiência em si, portanto, encontra-se para-além de qualquer comprovação. Não tem que bastar para nada, já que basta a si mesma.

20. A versão publicada é diferente a partir deste parágrafo. Nós a juntamos como um anexo.

Para se transmitir, não dispondo da lei do sangue, que implica a geraçao, nem da lei da adocao, que pressupoe a alianca, resta-lhe a via da reproducao imaginaria, que, por uma modalidade de fac-símile análoga à impressao, permite, por assim dizer, sua tiragem num certo número de exemplares em que o único se pluraliza.

[476]

Esse modo de multiplicação não deixa de encontrar nessa situação afinidades favoráveis. Pois não nos esqueçamos de que a entrada na comunidade está sujeita à condição da análise didática, e há mesmo uma certa razão para que tenha sido no círculo dos didatas que veio à luz a teoria que faz da identificação com o *eu* do analista a finalidade da análise.

Mas, a partir do momento em que as Suficiências se constituem como Sociedade e já que sua escolha é cooptativa, a idéia de classe se impõe e só pode aparecer naquela em que se exerce sua escolha envolvendo-a numa certa oposiçao à delas.

A oposiçao da insuficiência, sugerida por um formalismo puro, é dialeticamente insustentável. A mais ínfima premissa da suficiência ejeta de seu campo a insuficiência, porém, do mesmo modo, a idéia da insuficiência como uma categoria do ser exclui radicalmente de todas as outras a Suficiência. É uma *ou* outra, incompativelmente.

Precisamos de uma categoria que, sem implicar a indignidade, indique que estar fora da suficiência constitui seu lugar, e que se está habilitado a ocupá-lo em se permanecendo nele. Onde, para os que aí se alinham, a denominação de *Sapatinhos Apertados* parece-nos boa, pois, além de constituir uma marca visível o bastante para que numa assembléia seja fácil distingui-los, ela os define por esse estado: eles estão sempre com os sapatos apertando²¹ e, no fato de se acomodarem a isso, manifestam a suficiência velada de sua oposiçao à Suficiência.

Entre a posicão assim marcada e a Suficiência, no entanto, persiste um hiato que nenhuma transiçao é capaz de preencher. E o escalão que a simula na hierarquia é apenas uma ilusao de ótica.

21. O idiomatismo usado aqui — e do qual Lacan parece haver retirado a expressao *Petits Souliers*, que traduzimos como “Sapatinhos Apertados” — é *Être dans ses petits souliers*, que significa estar numa situação de desconforto ou constrangimento análoga à de quem tem os sapatos apertados. (N.E.)

Pois, por menos que pensemos nisso, veremos que não há Suficiência menor ou maior. Ou se é suficiente ou não se é; isso já é verdade quando se trata de bastar para isto ou aquilo, porém o é muito mais quando é preciso bastar para a suficiência. Assim, a Suficiência não pode ser atingida nem de fato nem de direito, caso já não se esteja nela. Atingi-la, porém, é uma necessidade: e é justamente isso que nos dá a categoria intermediária.

Mas trata-se de uma categoria que permanecerá vazia. Não pode ser preenchida, de fato, mas apenas habitada: estância onde às vezes se banca o necessitado, onde até se pode dizer que, de modo geral, faz-se o que é necessário, mas da qual essas próprias locuções traem o limite irredutível a que está fadado o aproximar-se dela. É essa aproximação que conotaremos com um índice, ao chamar os que a ocupam, não de necessários, mas de *Bem-Necessários*.

[477]

Para que servem os Bem-Necessários na organização? Para destacar o uso da fala, do qual, como se constata, ainda não falamos: é que, com efeito, até aqui deixamos de lado o paradoxo, difícil de conceber numa comunidade cuja incumbência é manter um certo discurso, de que, em suas classes fundamentais, a Suficiências e o Sapatinhos Apertados, o silêncio impera, sobe-rano, e seu templo repousa sobre duas colunas taciturnas.

Mas, afinal, que poderiam dizer os Sapatinhos Apertados? Fazer perguntas? Eles não fazem nada disso, por três razões das quais duas lhes são conhecidas.

A primeira razão é que eles são analisando e um bom analisando não faz perguntas — fórmula que convém entender no mesmo nível de peremptoriedade com que o provérbio “não se faz economia de palitos” encerra a réplica a um pedido de contas considerado inoportuno num célebre pastiche de Claudel.

A segunda razão é que é estritamente impossível, na linguagem corrente na comunidade, fazer uma pergunta sensata, e que seria preciso ter o descaramento de Huron, ou o topete monumental da criança para quem o Rei está nu, para tecer um comentário sobre isso — único sésamo, entretanto, capaz de permitir que ali se inicie uma conversa.

A terceira razão é desconhecida dos Sapatinhos Apertados nas condições usuais e só aparecerá no fim de nosso enunciado.

Quanto às Suficiências, para que precisam falar? Bastando a si mesmas, elas não têm nada a dizer umas às outras e, no silêncio dos Sapatinhos Apertados, ninguém a quem responder.

Por isso é que sobra para os Bem-Necessários fazer desse silêncio uma exortação, povoando-o com seus discursos. Eles não se furtam a isso, e menos ainda na medida em que, uma vez acionado esse discurso, quase nada é capaz de travá-lo. Desligado, como dissemos, de sua própria lógica, o que nele se encontra não se choca, o que nele se cruza não se ofende, o que nele se exclui não decide. Ali, o sim tem com o não uma compatibilidade que não é de equilíbrio, mas de redundância. Dá na mesma dizer que um não se dá sem o outro, ou melhor, já que isso é evidente, tanto faz não dizê-lo.

[478]

Essa dialética é inspirada na prosa do burguês fidalgo, dialético sem saber, mas que corresponde a uma aspiração: a do prestidigitador inquieto por ser aplaudido ao tirar da cartola um coelho que ele é o primeiro a se surpreender por encontrar ali. Ele se pergunta *por que* teve êxito em sua mágica e, procurando esse porquê nas razões a serem dadas para a presença do coelho, considera-as igualmente apropriadas para responder a isso e as acolhe a todas, numa indiferença nascida do pressentimento de que elas não tocam no que lhe interessa, que é saber *em que* sua mágica teve sucesso.

Assim, o discurso Bem-Necessário não é suficiente para tornar as questões supérfluas, mas se revela supérfluo para lhes ser suficiente.

A superfluidade em que se traduz o para-aquém da suficiência não pode penetrar na essência de sua falha, se a própria Suficiência não vem responder-lhe com a superfluidade de seu excesso.

Nisso está a função dos membros da organização que chamaremos de *Beatitudes*, retirando esse nome das seitas estóica e epicurista, que, como sabemos, atribuíam-se como finalidade atingir a satisfação da suficiência.

As Beatitudes são os porta-vozes das Suficiências, e a existência dessa delegação justifica que reconsideremos o silêncio das Suficiências, que meio apressadamente julgamos poder descartar.

As Suficiências, dissemos sem insistir, nada têm a dizer umas às outras. Isso merece ser justificado em seus motivos.

O ideal da suficiência, nos grupos que ele ordena, não é muito propício à fala, mas introduz nela uma sujeição cujos efeitos são

uniformes.²² Ao contrário do que se imagina, é por uma linha individual, na identificação coletiva, que os sujeitos são informados; essa informação só é comum por ser idêntica em sua fonte. Freud enfatizou o fato de que essa é a identidade que a idealização narcísica traz em si, e assim nos permite completar com um traço de esquematismo a imagem que desempenha nisso a função de objeto.

[479]

Mas pode-se prever o modo de relação em que irá repousar um grupo desse tipo: nos efeitos produzidos pela identificação narcísica no casal, ciúme fraterno ou acrimônia conjugal. Na conquista do poder, utilizou-se largamente a *Schadenfreude*²³ que satisfaz no oprimido a identificação com o *Führer*. Numa busca de saber, uma certa recusa que se mede no ser, para-além do objeto, é o sentimento que agrega mais fortemente a tropa: esse sentimento é conhecimento, sob uma forma patética; nele se entra em comunhão sem comunicar, e ele se chama ódio.

É certo que um *bom objeto*, como se costuma dizer, pode ser promovido a essas funções de sujeição, mas essa imagem, que faz os cães fiéis, torna os homens tirânicos — pois é o Eros do qual Platão mostrou a verdadeira face no fasma que abre suas asas sobre a cidade destruída e com o qual se aflige a alma acuada.

Para restituir essa afirmação a suas proporções atuais, pegaremos a mão que a Freud estende Valéry quando, falando desses “únicos” que povoam aquilo que ele chama de *profissões delirantes*,²⁴ tece a metáfora dos dois elétrons cuja música edificante ele ouve zumbir no átomo de sua unicidade: um que canta, “Só existe eu, eu, eu”, e o outro que grita: “mas há fulano, beltrano... e aquele outro.” Porque, acrescenta o autor, o nome muda com muita frequência.

22. Isso é o que o *preciosismo corrente* no meio, no que concerne ao que lhe diz respeito, designa requintadamente por *narcisismo das pequenas diferenças*.

23. Alegria ante a desgraça alheia. (N.E.)

24. Citamos essa passagem na íntegra em nossa tese *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*, Paris, Le François, 1932, p.283 (n.1) e 284 [*Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987]. Vê-se que nosso interesse nesse assunto não data da última década.

Assim é que os *number one* que pululam aqui revelam, a um olhar experiente, ser tantos quantos os números dois.

O que quer dizer que o engodo²⁵ em que eles cairão, e cuja bizzarria evocamos mais acima, se descobrirá levado, aqui, a um grau de exultação que não se fará mais convincente por ser geral, mas no qual talvez seja esclarecido por sua repercussão.

Que o número dois se regozije em ser ímpar, para onde irá isso levá-lo nessa reunião — que podemos, sem exagero, ordenar numa única fileira, sob a simples condição de ligar cada um em fila indiana a um outro que o preceda?

[480]

Salta aos olhos que é preciso que o número três desça como Deus da máquina, para gerar a alternância que partejará o ímpar, antes que este possa exercer suas seduções sobre o número dois.

Essa observação já mostra o ponto crucial da questão, mas iremos vê-lo melhor sob uma forma desenvolvida.

Na série assim constituída, pode-se efetivamente dizer que um lugar ímpar é ocupado pela metade dos números dois, mas, como a série não tem começo, já que se fecha em círculo, nada nem ninguém é capaz de apontar qual é essa metade, e portanto, os números dois, cada um por si e Deus por todos, têm o direito de se pretender ímpares, ainda que cada um esteja certo de que metade deles não pode sê-lo. Mas, será que isso é forçosamente verdade? Não, porque basta que metade *mais um* dos números dois possa dizer-se de ordem ímpar para que, ultrapassado o limite (segundo a vigorosa expressão do sr. Fenouillard²⁶), não haja mais limites, e todos os números dois, seja qual for aquele de que se faça partir a série, sejam incontestavelmente acolhidos no ímpar enumerado.

25. Lacan usa o termo *godant* (que remete ao *numero Deus impare gaudet* e a *Esperando Godot*, já referidos) que equivoca com *godan* (laço, armadilha, engodo), da expressão *tomber dans le godan* (cair na armadilha, no engodo, no laço). (N.E.)

26. O sr. Fenouillard é o chefe da “Família Fenouillard”, criada pelo cartunista Georges Colomb (dito Christophe) no fim do século XIX, e que se popularizou na França como símbolo do que é jeca, mas com laivos de pretensão. Simplório pontificador, o sr. Fenouillard usa duas palavras rigorosamente sinônimas na expressão que Lacan qualifica de vigorosa: “*passée la borne, il n’y a plus de limites*”. (N.E.)

Vê-se aqui a função do *Um A Mais*, como também que é preciso que ele seja *Um Sem Mais*, pois qualquer *Mais Um* seria *Um Demais*, ao fazer recaírem todos os números dois numa presunção que permanece irremissível, por se conhecer como irremediável.

Esse *Um A Mais* já estava no número três, condição preliminar da série na qual melhor se mostrou a nós. E isso demonstra que a alegria do número dois da Suficiência exige que sua dualidade se exceda nesse *Um A Mais*: e que, portanto, a Beatitude, sendo o excesso da Suficiência, tenha seu lugar fora dela.

Contudo, não podendo esse *Um A Mais* que é cada Beatitude ser outra coisa senão *Um Sem Mais*, ela fica fadada, devido à sua posição, ao monólogo. E é por isso que, ao contrário das Suficiências que nada têm a dizer umas às outras, as Beatitudes *se falam*, embora não para se dizer algo a mais.

Pois esse *Um A Mais* em que o número três se reúne é, seguramente, a mediação da Fala, porém, ao se manter no Outro do qual deveria desligar-se para retornar ao Mesmo, ele só forma em sua boca esta forma que fecha: o O de um Oráculo, que somente o apetite dos Bem-Necessários pode romper, até fazer dele o U de um Veredito.

[481]

Mas as duas superfluidades que aqui se conjugam, pela convivência da carência do Discurso Inconsistente com o excesso do Discurso Imotivado, nem por isso satisfazem uma à outra. Não mais do que o punhado de bolinhas que nele se possam colocar conseguirá, algum dia, tornar um coador mais apropriado para servir a sopa.

É por essa razão que, da enorme quantidade de experiência que atravessou a análise (pois aqui não se pode dizer que nada se tenha tirado do bode por ordenhar), seu ensino não conseguiu reter quase nada em sua peneira.²⁷ Observação de que nos

27. Para os que não conhecem a metáfora da peneira segurada durante a ordenha de um bode, cf. Kant, *Critique de la raison pure*, na *Introduction à la logique transcendente*, III: *De la division de la logique générale en analytique et dialectique*, ed. Meiner, 1952, p.100. Freud relembra-a no *Caso Schreber* [Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia paranoides), *ESB*, XII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed., 1974, cap. I, último parágrafo]. Não é irrelevante constatar que ele a deteve no ponto exato em que Kant submete sua crítica à pergunta: que é a verdade?

dispensará, em seu foro íntimo, qualquer um que tenha tido que travar conhecimento com ele, nem que tenha precisado buscar, contra nossa diatribe, o refúgio cujo segredo uma dessas naturezas a quem a covardia ensina tanto quanto conduz deixou escapar um dia diante de nós, nos seguintes termos: “Não há campo em que alguém *se exponha* mais totalmente do que ao falar da análise.”

Eis, portanto, a organização que obriga a Fala a caminhar entre dois muros de silêncio, para ali realizar as núpcias da confusão com o arbítrio. Ela se ajeita com isso para suas funções de promoção: as Suficiências regulamentam a entrada dos Sapatinhos Apertados em suas dependências e as Beatitudes lhes apontam aqueles que constituirão os Bem-Necessários; em sentido inverso, é ao se dirigirem às Beatitudes que estes chegarão à Suficiência, e as Suficiências lhes responderão tirando de seu seio novas Beatitudes.

Uma observação atenta enumeraria aqui todas as formas de trajetória indireta ou do encaminhamento chamado de chicanice, ou seja, aquelas que incitam o atacante a jogar com a invisibilidade.

Está justamente nisso a falha do sistema como meio de triagem dos sujeitos e, conjugando-se esta com a insonoridade que ele opõe à fala, não nos havemos de surpreender com alguns resultados paradoxais, dos quais apontaremos apenas dois, um de efeito permanente, outro composto de casos singulares.

[482]

1. O de que os programas nele impostos à docência tomam essencialmente por objeto o que chamaremos de *matérias de ficção*, nada se encontrando ali de positivo senão um ensino médico que, por não passar de repeteco, é do ensino público uma cópia supérflua, o que é de admirar que seja tolerado;

2. O de que, devendo uma política de silêncio tenaz encontrar sua via para a Beatitude, o analfabetismo em seu estado congênito não fica sem esperança de ter sucesso.²⁸

28. Ele também pode ser levado a tanto por seus méritos próprios. Prova disso é o inventor da técnica de subdoração antes relatada, a quem essa descoberta rendeu ser aceito entre as Suficiências, sem um estágio probatório entre os Bem-Necessários — onde, no entanto, teria feito maravilhas —, e logo ser arrebatado para o céu das Beatitudes.

Mas, convém ainda indicarmos o que a conjunção desses dois efeitos pode ocasionalmente produzir, pois nela veremos de que modo, ao se fechar neles, o sistema é por eles reforçado.

Sucedeu a uma Beatitude do tipo 2 julgar-se intimada pelas circunstâncias a mostrar sua capacidade num ensino do tipo 1, cuja promoção devia trazer-lhe grande lustro.

Foi uma maravilha. Alguns clamaram pela licenciatura, a licenciatura de psicologia, é claro, em cujo exame, no dizer deles, a Beatitude em questão não teria sido capaz de ser aprovada.

Mas os outros, mais prevenidos, souberam tirar proveito da grande lição que assim lhes foi oferecida e onde puderam subitamente ler a Lei suprema, a Lei não escrita em que se fundamenta a associação — segundo a qual cada um em seu seio há de encontrar prontos seu prato intelectual e sua moral costumeira, para a qual o longo prazo de observação de que ele foi objeto deverá acima de tudo mostrá-lo preparado, e cujo mandamento simples e seguro ele há de ouvir dentro de si nos momentos graves: não se deve perturbar as Beatitudes.

Pois essa é a razão, desconhecida dos Sapatinhos Apertados, embora eles a pressintam, de seu próprio silêncio, e uma nova geração, por ter visto rasgar-se-lhe o véu, saiu da esfrega mais fortalecida e cerrou fileiras em torno daquele que lhas havia revelado.

Mas, quem pensa, nisso tudo, no destino das próprias Beatitudes? Imaginem a desgraça de uma Beatitude solitária quando ela percebe que, se as colocações dos Bem-Necessários são supérfluas em sua maioria, as dos Bem-Aventurados são comumente infelizes... e que nessa infelicidade pode transformar-se sua Beata Solidão! Irá sua incipiente Suficiência segredar-lhe que ela mesma não passa de um Mal Necessário?

[483]

Ah! oxalá sejam os Sapatinhos Apertados poupados dessa angústia! No mínimo, que sejam preparados para seus perigos. Mas estamos atentos a isso: nós que, na condição de Beatitude, pudemos ouvir durante anos, na chamada cerimônia do Segundo Pequeno Turno, da própria boca dos Sapatinhos Apertados, o benefício que eles haviam extraído de sua análise pessoal, diremos aqui o que de mais freqüente e fundamental surgiu na homenagem que eles prestavam a seus didatas; é algo que cabe numa palavra: desintelectualização.

Ah! como se sentiam enfim libertos, os queridos filhos, eles que, quase todos, atribuíam seu ingresso na psiquiatria aos anseios insatisfeitos daquele ano maldito que o ciclo de estudos franceses inflige na companhia das idéias! Não, não era isso, agora eles sabiam, que os havia guiado: que alívio e que benefício terem-se livrado por tão pouco, pois, uma vez desfeito esse erro e substituído pela convicção de que esse prurido era justamente, de fato, o que se chama pelo nome maldito de intelectualismo, quão reto enfim é o caminho, com que facilidade o pensamento encontra seu caminho para a natureza! — e porventura os movimentos de nossas vísceras não estão aí para nos assegurar isso?

Eis o que faz com que um bom aluno analista dessa espécie se distinga ao primeiro relance, para quem quer que tenha visto um deles alguma vez: por esse ar interior, e até posterior, que o mostra apoiado no feto macerado de suas resistências.

Desintelectualização: a palavra não indica que alguém se torne burro por causa disso; ao contrário dos temores ou das esperanças vulgares, a análise é totalmente incapaz de modificar coisa alguma nessa matéria.

O estudo da inteligência, cujo grau a psicologia behaviorista julgou poder superpor à mensuração daquilo que o animal é capaz de englobar no comportamento de desvio, muitas vezes pareceu-nos poder beneficiar-se, pelo menos quanto ao homem, de uma referência mais ampla: nominalmente, do que chamaríamos conduta do rastro.

[484]

Não há uma vez que levemos nosso cãozinho a seu passeio obrigatório sem que nos impressione o proveito que se poderia tirar de seus procedimentos para a análise das capacidades que respondem pelo sucesso do homem na sociedade, bem como das virtudes em que os antigos empenhavam sua meditação, sob o título de Meio-de-Conseguir. Que ao menos esta digressão desfaça o mal-entendido a que teríamos dado ensejo em alguns: o de nos imputarem a doutrina de uma descontinuidade entre psicologia animal e psicologia humana, que está muito longe de nosso pensamento.

Simplesmente quisemos sustentar que, para operar corretamente nos efeitos que a análise distingue no homem como sintomas, e que, por se prolongarem tão diretamente em seu destino, ou mesmo em sua vocação, parecem cair junto com eles

sob o mesmo corte — o da linguagem —, decerto é preferível não permanecer completamente iletrado; ou, mais modestamente, sustentar que nem todo erro possível deve ser afastado do esforço que se faria para estar empenhado nisso.

Mas sem dúvida outras necessidades prevalecem, e o fardo das Beatitudes, semelhante ao do homem branco, não pode estar ao alcance do julgamento de um só.

Nós ouvimos e todos puderam ouvir da boca de uma Suficiência, num momento fecundo da instituição psicanalítica na França: “Queremos”, declarou ela, “cem psicanalistas medíocres.” Nisso não se afirmou a modéstia de um programa, mas a reivindicação, até mesmo ambiciosa, da mudança de qualidade que o pensamento vigoroso de Marx mostrou definitivamente enraizar-se na quantidade.

E as estatísticas publicadas até hoje mostram que essa empreitada, suplantando soberbamente²⁹ todos os obstáculos, está prestes a alcançar um sucesso em que supera suas próprias normas.

Seguramente, ainda estamos longe do que se alcança fora daqui, e as cerca de treze páginas in-quarto em duas colunas que mal bastam para conter a lista dos psicanalistas da Associação Norte-Americana repõem em seu devido lugar as duas páginas e meia em que os praticantes da França e da Inglaterra conseguem acomodar-se.

[485]

Que se julgue a responsabilidade que compete à diáspora alemã, que lá forneceu os cargos mais elevados da Beatitude, e o que representa ela haver assumido o encargo de todos aqueles dentistas, para empregarmos o termo impregnado de um paternalismo afetuoso que se usa para designar o *rank and file*³⁰ entre essas Beatitudes supremas.

Quão compreensível que tenha sido entre Elas que apareceu a teoria do *eu autônomo*!³¹ — e como não admirar a força daqueles que dão impulso à grande obra de desintelectualização

29. Foi esse mesmo o termo empregado pelo dr. Ernest Jones e reproduzido no jornal oficial da Associação Psicanalítica anglófona — *superbly* — para render homenagem ao sucesso da citada iniciativa (1966).

30. As fileiras subalternas, numa terminologia militar. (N.E.)

31. Cf. nota da p.491 do anexo que se segue.

que, estendendo-se pouco a pouco, representa um desses *challenges*, dos mais fecundos, em que uma civilização pode afirmar sua força, os que ela forja para si em si mesma? Para zelar por isso, onde  que eles encontram tempo, já que ao longo do ano se dedicam a rebaixar os *eus* fortes e a elevar os *eus* fracos? — Sem dvida, durante os meses³² sem r.

Seguramente, com o correr do tempo, um Estado bem governado há de encontrar motivos para censura no fato de que prebendas proporcionais aos consideráveis investimentos movimentados por tal comunidade sejam deixadas a critério de um poder espiritual do qual assinalamos a extraterritorialidade singular.

Mas a solução seria fácil de obter: um pequeno território proporcional aos Estados filatlicos (Ellis Island, para fixar as idéias) poderia ser cedido por um voto do Congresso dos EUA, o mais interessado nessa questão, para que a IPA ali instalasse seus serviços, com suas Congregações do Index, das Missões e da Propaganda, e os decretos que ela emitisse para o mundo inteiro, por serem datados e promulgados a partir desse território, tornariam a situação mais clara em termos diplomáticos: além disso, saber-se-ia claramente se a função do *eu autônomo*, por exemplo,  um artigo do símbolo da doutrina ecumênica, ou apenas um artigo a ser recomendado para o Natal dos Sapatinhos Apertados.

Paremos por aqui para terminar numa nota roborativa. Se não tivemos medo de mostrar as forças de dissociação a que está submetida a herança freudiana, destaquemos a notável persistência da qual a instituição psicanlica deu provas.

[486]

Não temos nisso tanto mérito na medida em que não encontramos em nenhum outro lugar uma confirmação mais patente da virtude que atribuímos ao significante puro. Pois, no uso que  feito dos conceitos freudianos, como não ver que a significação deles não serve para nada? E no entanto, não  a outra coisa senão sua presença que se pode atribuir o fato de a associação ainda não se haver rompido, dispersando-se na confusão de Babel.

32. *Mois*, que significa ao mesmo tempo “eus” e “meses”. (N.E.)

Assim, a coerência mantida por esse grande corpo nos faz pensar na imaginação singular que o talento de Poe propõe à nossa reflexão na história extraordinária do *Caso do sr. Valdemar*.

Trata-se de um homem que, por haver estado sob hipnose durante o período de sua agonia, vê-se falecer sem que, no entanto, seu cadáver deixe de se manter, sob a ação do hipnotizador, não apenas numa aparente imunidade à dissolução física, mas com a capacidade de testemunhar pela fala seu estado atroz.

Do mesmo modo que metaforicamente, em seu ser coletivo, a associação criada por Freud sobreviveria a si mesma, só que aqui é a voz que a sustenta, provindo de um morto.

É certo que Freud chegou até a nos fazer reconhecer o Eros pelo qual a vida encontra meios de prolongar seu gozo no adiamento de sua putrefação.

Em tal caso, entretanto, a operação do despertar, conduzida com as palavras retomadas do Mestre numa ressurreição de sua Fala, pode vir a se confundir com o oferecimento de uma sepultura decente.

(Pommersfelden-Guitrancourt, set.-out. 1956)

ANEXO

[487]

A versão publicada em sua época foi, a partir do parágrafo apontado na nota da p.488 redigida nos seguintes termos:

Mais precocemente atento a esses efeitos, Freud se interrogou mais de perto sobre as vias particulares que a transmissão de sua doutrina exigia da instituição que deveria assegurá-la. A simples organização de uma comunidade não lhe teria parecido garantir essa transmissão contra a insuficiência do próprio *team* dos fiéis, sobre o qual algumas de suas confidências atestadas mostram que ele tinha um sentimento amargo.¹

Evidenciou-se, para ele, na raiz a afinidade que liga as simplificações sempre psicologizantes, contra as quais a experiência o advertia, à função de desconhecimento, própria do *eu* do indivíduo como tal.

Ele teria visto o pendor para o deslize oferecido a essa incidência pela particularidade da prova que tal comunidade tinha que impor em seu limiar: nominalmente, a da psicanálise para a qual o uso consagra o título de didática, e a qual, à menor concessão quanto ao sentido do que ela busca, transforma-se numa experiência de identificação dual.

Não somos nós aqui que proferimos um julgamento; foi nos círculos dos didatas que se postulou e se professou a teoria que confere como finalidade à análise a identificação com o *eu* do analista.

Ora, não importa em que grau suponhamos que um *eu* tenha conseguido igualar-se à realidade da qual supostamente deve tirar a medida, a sujeição psicológica em que assim se alinha a conclusão da experiência é, se nos leram direito, o que há de mais contrário à verdade que ela deve tornar patente: a saber, a estraneidade dos efeitos inconscientes, pela qual se reduz a pretensão à autonomia da qual o *eu* faz seu ideal; nada, tampouco, é mais contrário ao benefício que se espera dessa experiência,

[488]

1. Cf. "So, haben Sie jetzt diese Bande gesehen?" ["E então, agora o senhor viu esse bando?"], dito a Binswanger à saída de uma das reuniões semanais que se realizavam em sua casa no começo de 1907. In *Ludwig Binswanger: Erinnerungen an Sigmund Freud*.

qual seja, o restabelecimento que nela se opera, para o sujeito, do significante que motiva esses efeitos, procedendo de uma mediação que justamente denuncia o que, pela repetição, precipita-se no modelo.

Que a via dual, assim contrariamente escolhida como meta da experiência, fracassa em realizar a normalização pela qual poderia justificar-se no nível mais rasteiro, eis o que, como dissemos, é comumente reconhecido, mas sem que se extraia disso a lição de um equívoco nas premissas, satisfeito que se fica em atribuir seu resultado à repercussão das fraquezas das quais o acidente, na verdade, é por demais visível.

De qualquer modo, o simples fato de as metas da formação se afirmarem como postulados psicológicos introduz no grupo uma forma de autoridade sem igual em toda a ciência: forma que somente o termo suficiência permite qualificar.

É, com efeito, somente a dialética hegeliana da enfatuação que dá conta do fenômeno em termos rigorosos. Sem o que seria à sátira, se seu sabor não repugnasse aos que não são íntimos nesse meio, que conviria recorrer para dar uma idéia exata da maneira como alguns se valorizam.

Aqui, só nos é possível mencionar resultados aparentes.

Primeiro, a curiosa postura de extraterritorialidade científica pela qual iniciamos nossos comentários, e o tom magisterial com que os analistas a sustentam quando têm que responder ao interesse que sua disciplina desperta nos campos circunvizinhos

Se, por outro lado, as variações que mostramos nas abordagens teóricas da psicanálise dão a impressão externa de uma progressão conquistadora, sempre na fronteira de novos campos, é ainda mais impressionante constatar como é estacionário o que se articula de ensinável, para uso interno dos analistas, em relação à enorme quantidade de experiência que, por assim dizer, passou por suas mãos.

Disso resultou, bem ao contrário das aberturas com que, como já indicamos, Freud formulou o projeto universitário, o estabelecimento de uma rotina do programa teórico, do qual designaríamos muito bem o material abrangido usando o termo inventado *matérias de ficção*.

Entretanto, na negligência em que um método, apesar de revolucionário na abordagem dos fenômenos, deixou a nosografia psiquiátrica, já não se sabe se é de surpreender que seu ensino

[489]

nesse domínio se limite a alinhar a sintomatologia clássica ou que venha assim a costurar como uma duplicação o ensino oficial.

Por menos, enfim, que nos restrinjamos a seguir uma literatura que se há de dizer pouco amena, veremos o papel que assume nela uma ignorância na qual não tencionamos designar a douda ignorância, ou a ignorância formada, mas a ignorância crassa, aquela cuja espessura nunca foi sequer roçada pelo arado de uma crítica de suas origens.

Esses fenômenos de esterilização, bem mais patentes ainda por dentro, não podem deixar de estar relacionados com os efeitos de identificação imaginária cuja instância fundamental Freud revelou nas massas e nos grupos, o mínimo que se pode dizer é que esses efeitos não são favoráveis à discussão, princípio de qualquer progresso científico. A identificação com a imagem que dá ao grupo seu ideal — aqui, a da suficiência encarnada — decerto fundamenta, como Freud mostrou num esquema decisivo, a comunhão do grupo, mas precisamente à custa de qualquer comunicação articulada. Ali, a tensão hostil é até mesmo constitutiva da relação de indivíduo com indivíduo. É isso que o preciosismo corrente no meio reconhece, de maneira totalmente válida, sob o termo *narcisismo das pequenas diferenças*, que traduziremos em termos mais diretos por: terror conformista.

Aqueles para quem o itinerário da *Fenomenologia do espírito* é familiar se sairão melhor nesse desvendamento e se surpreenderão menos com a paciência que parece adiar nesse meio qualquer incursão interrogativa. Mas a moderação dos questionamentos não se limita aos pleiteantes, e não foi um novato que se instruiu em sua coragem ao dar-lhe a seguinte motivação: “Não há campo em que alguém se *exponha* mais totalmente do que ao falar de psicanálise.”

É certo que um *bom objeto*, como se costuma dizer, pode reger essa sujeição coletiva, mas essa imagem, que faz os cães fiéis, torna os homens tirânicos, pois é o próprio Eros do qual Platão nos mostra o fasma de asas abertas sobre a cidade destruída, e com o qual se aflige a alma acuada.

Aliás, essa experiência vem suscitar sua própria ideologia, mas sob a forma do desconhecimento próprio da presunção do *eu*: ressuscitando uma teoria do *eu autônomo*, carregada de todas as petições de princípio que a psicologia, sem esperar pela

[490]

psicanálise, havia recusado, mas que fornece sem ambigüidade a imagem dos ideais de seus promotores.²

Seguramente, esse psicologismo analítico não se dá sem encontrar resistências. O interessante é que, ao tratá-las como tais, ele se vê favorecido por muitos desarvoramentos surgidos nos estilos de vida de áreas culturais importantes, na medida em que nelas se manifesta a demanda de *patterns* que ele não está impossibilitado de fornecer.³

Aí encontramos a articulação pela qual a psicanálise pende para um *behaviorismo*, cada vez mais dominante em suas “tendências atuais”. Esse movimento é sustentado, como se vê, por condições sociológicas que ultrapassam o conhecimento analítico como tal. O que não se pode deixar de dizer aqui é que Freud, prevendo nominalmente esse conluio com o *behaviorismo*, denunciou-o de antemão como o mais contrário a seu caminho.⁴

Qualquer que deva ser para a análise o desfecho da singular gestão espiritual em que ela assim parece embrenhar-se, a responsabilidade de seus defensores permanece intacta em relação aos sujeitos de quem eles se encarregam. E é aqui que só podemos alarmar-nos com alguns ideais que parecem prevalecer na formação destes: como o que é suficientemente denunciado, posto haver adquirido direito de cidadania, pelo termo *desintelectualização*.

Como se já não fosse assustador que o sucesso da profissão analítica lhe tenha atraído tantos adeptos incultos, será que convém considerar como um resultado tão fundamental quanto benéfico da análise didática que até mesmo a sombra de um pensamento seja proscriita daqueles que já não teriam muito de toda a reflexão humana para enfrentar as intempestividades de toda sorte a que suas melhores intenções os expõem?

2. Sabemos que é essa a teoria por cuja medida os srs. H. Hartmann, E. Kris e R. Loewenstein tencionam reduzir a prática da análise e “sincronizar” (tal é o termo deles) o pensamento de Freud, decerto um pouco vacilante para seu gosto, senão em sua opinião.

1966: Por esse padrão se mede o acesso à sociedade de Nova York.

3. O que nos é pedido domina a tal ponto nossa profissão atual que ela já não tem mais nada a ver com a psicanálise (afirmação dirigida a nós por um psicanalista no encerramento de nossa recente temporada nos EUA, 1966).

4. Freud, *Ges. Werke*, XIV, p.78-9.

Aliás, o projeto de produzir para esse mesmo país “cem psicanalistas medíocres” foi proferido em circunstâncias notórias, e não como a formulação de uma modéstia precavida, mas como a promessa ambiciosa da passagem da quantidade para a qualidade que Marx ilustrou. Os promotores desse projeto chegaram mesmo a anunciar, segundo os últimos ecos, que se está prestes a superar soberbamente as próprias marcas.

Ninguém duvida, com efeito, da importância do número dos trabalhadores para o avanço de uma ciência. Mas é preciso que não acloda de todas as partes a discordância quanto ao sentido a atribuir à experiência que a fundamenta. É essa, dissemos, a situação da psicanálise.

Ao menos essa situação nos parecerá exemplar nisto: ao trazer uma prova a mais da proeminência que conferimos, a partir da descoberta freudiana, na estrutura da relação intersubjetiva, ao significante.

À medida, de fato, que a comunidade analítica mais deixa dissipar-se a inspiração de Freud, o que, senão a letra de sua doutrina, continuaria a fazê-la sustentar-se num corpo?

A instância da letra no inconsciente ou a razão desde de Freud

[493]

Crianças de cueiros

Oh, cidades do mar, vejo em vós vossos cidadãos, homens e mulheres, com braços e pernas estreitamente atados em sólidos laços por pessoas que não entenderão vossa **linguagem**, e só entre vós podereis desabafar, por **queixas-lácrimejantes**, lamentos e suspiros, vossas dores e vossos pesares pela liberdade perdida. Pois aqueles que vos agrilhoam não compreenderão vossa língua, tal como não os compreenderéis. (*Cadernos de Leonardo da Vinci*¹)

Se o tema do volume 3 de *La Psychanalyse*² encomendou-me esta contribuição, devo tal deferência ao que nela se irá descobrir, por introduzi-la situando-a entre o escrito e a fala: ela ficará a meio caminho.

O escrito distingue-se, com efeito, por uma prevalência do *texto*, no sentido que veremos ser assumido aqui por esse fator do discurso — o que permite a concisão que, a meu ver, não deve deixar ao leitor outra saída senão a entrada nele, que prefiro difícil. Este, pois, não será um escrito, como o entendo.

A propriedade que confiro de alimentar minhas lições de seminário com uma contribuição sempre inédita impediu-me, até hoje, de fornecer delas um texto assim, a não ser o de uma, uma qualquer, aliás, em sua sucessão, e ao qual só se justifica nos reportarmos aqui pela escala da tópica que lhes é própria.

Pois a urgência de que agora extraio como pretexto para deixar de lado esse propósito só faz encobrir a dificuldade de que, ao sustentá-lo na escala em que devo aqui apresentar meu ensino,

1. Codice Atlantico 145, r.a., trad. Louise Servicen, Paris, Gallimard, vol.II, p.400.

2. *Psychanalyse et sciences de l'homme*.

ele não se distancie demais da fala, cujas medidas diferentes são essenciais para o efeito de formação que procuro.

Eis por que adotei essa linha de um debate que me foi solicitado num dado momento pelo grupo de filosofia da Federação dos Estudantes de Letras,³ por nele encontrar a acomodação propícia a minha exposição: sua generalidade necessária mostra combinar com o caráter extraordinário do público formado por eles, mas seu objeto único depara com a convivência da qualificação que eles têm em comum, a literária, à qual meu título presta homenagem.

Como esquecer, de fato, que Freud sustentou com constância e até seu fim a exigência primordial dessa qualificação para a formação dos analistas, e que apontou na *universitas litterarum* de sempre o lugar ideal para sua instituição?⁴

Assim, o recurso ao movimento desse discurso restaurado ao vivo marcou, de quebra, através daqueles a quem eu o destino, aqueles a quem não se dirige.

Ou seja: nenhum daqueles que, seja para que finalidade for na psicanálise, toleram que sua disciplina se valha de uma falsa identidade.

Vício de hábito, e tamanho em seu efeito mental que a própria identidade verdadeira pode parecer um álibi entre outros, do qual se espera ao menos que a reprodução refinada não escape aos mais sutis.

Assim é que observamos com curiosidade a reviravolta que se esboça, no que concerne à simbolização e à linguagem, no *International Journal of Psychoanalysis*, com grande reforço de dedos úmidos a revirarem os fólios de Sapir e Jaspersen. Esses exercícios ainda são novatos, mas é sobretudo seu tom que está por fora. Uma certa seriedade faz sorrir quando entra no verídico.

E como não haveria até mesmo um psicanalista de hoje de sentir que chegou a isso, a tocar na fala, quando sua experiência recebe dela seu instrumento, seu enquadre, seu material e até o ruído de fundo de suas incertezas?

3. A exposição teve lugar em 9 de maio de 1957 no anfiteatro Descartes, na Sorbonne, e a discussão prosseguiu diante das taças.

4. *Die Frage der Laienanalyse*, GW, XIV, p.281-3.

I. O sentido da letra

[495]

Nosso título deixa claro que, para-além dessa fala, é toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente. Pondo desde logo o espírito prevenido em alerta, porquanto é possível que ele tenha de reavaliar a idéia segundo a qual o inconsciente é apenas a sede dos instintos.

Mas essa letra, como se há de tomá-la aqui? Muito simplesmente, ao pé da letra.

Designamos por letra este suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem.

Essa definição simples supõe que a linguagem não se confunda com as diversas funções somáticas e psíquicas que a desservem no sujeito falante.

Pela razão primeira de que a linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental.

Note-se que as afasias, causadas por lesões puramente anômicas nos aparelhos cerebrais que conferem a essas funções seu centro mental, revelam, no conjunto, distribuir seus déficits segundo as duas vertentes do efeito significante do que aqui chamamos de letra, na criação da significação.⁵ Indicação que se esclarecerá pelo que virá a seguir.

Também o sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio.

A referência à experiência da comunidade e da substância desse discurso não resolve nada. Pois essa experiência adquire sua dimensão essencial na tradição instaurada por esse discurso. Essa tradição, muito antes que nela se inscreva o drama histórico,

[496]

5. Esse aspecto, muito sugestivo por derrubar a perspectiva da “função psicológica” que tudo obscurece nessa matéria, aparece, luminoso, na análise puramente lingüística das duas grandes formas de afasia que um dos expoentes da lingüística moderna, Roman Jakobson, pôde efetuar. Cf., na mais acessível de suas obras, *Fundamentals of Language* (com Morris Halle), Mouton and Co., ‘S-Gravenhage, os capítulos I a IV da Segunda Parte, bem como a coletânea de traduções que devemos aos cuidados de Nicolas Ruwet, publicada pela editora Minuit sob o título *Essais linguistiques*.

funda as estruturas elementares da cultura. E essas mesmas estruturas revelam uma ordenação das trocas que, embora inconsciente, é inconcebível fora das permutações autorizadas pela linguagem.

Donde resulta que a dualidade etnográfica da natureza e da cultura está em vias de ser substituída por uma concepção ternária — natureza, sociedade e cultura — da condição humana, na qual é bem possível que o último termo se reduziu à linguagem, ou seja, àquilo que distingue essencialmente a sociedade humana das sociedades naturais.

Mas nisso não tomamos partido nem partida, deixando entregues a suas trevas as relações originais do significativo com o trabalho. E nos contentando, para fazer uma piada com a função geral da práxis na gênese da história, em destacar que a própria sociedade que teria restabelecido em seu direito político, com o privilegiamento dos produtores, a hierarquia causal das relações de produção nas superestruturas ideológicas, nem por isso gerou um esperanto cujas relações com o real socialista tenham posto fora de debate, pela raiz, qualquer possibilidade de formalismo literário.⁶

De nossa parte, vamos fiar-nos apenas nas premissas que viram seu valor confirmado pelo fato de a linguagem ter efetivamente conquistado, na experiência, seu status de objeto científico.

Pois é por esse fato que a lingüística⁷ se apresenta numa posição-piloto nesse campo em torno do qual uma reclassificação das ciências assinala, como é de costume, uma revolução do conhecimento: e somente as necessidades da comunicação fazem com que o inscrevamos no frontispício deste volume sob o título de “ciências do homem”, malgrado a confusão que aí pode encontrar meios de se acobertar.

[497]

6. Havemos de estar lembrados de que a discussão concernente à necessidade do advento de uma nova linguagem na sociedade comunista realmente teve lugar, e de que Stalin, para alívio dos que confiavam em sua filosofia, decidiu-a nestes termos: a linguagem não é uma superestrutura.

7. A lingüística, frisamos, ou seja, o estudo das línguas existentes em sua estrutura e nas leis que nela se revelam — o que deixa de fora a teoria dos códigos abstratos, impropriamente elevada à categoria da teoria da comunicação, ou a chamada teoria, constituída pela física, da informação, ou qualquer semiologia mais ou menos hipoteticamente generalizada.

Para marcar o surgimento da disciplina lingüística, diremos que ela se sustenta, como acontece com toda ciência no sentido moderno, no momento constitutivo de um algoritmo que a funda. Esse algoritmo é o seguinte:

$$\frac{S}{s}$$

que se lê: significante sobre significado, correspondendo o “sobre” à barra que separa as duas etapas.

O signo assim redigido merece ser atribuído a Ferdinand de Saussure, embora não se reduza estritamente a essa forma em nenhum dos numerosos esquemas em que aparece na impressão das diversas aulas dos três cursos, dos anos de 1906-7, 1908-9 e 1910-11, que a devoção de um grupo de seus discípulos reuniu sob o título de *Curso de lingüística geral*: publicação primordial para transmitir um ensino digno desse nome, isto é, que só pode ser detido em seu próprio movimento.

Eis por que é legítimo lhe rendermos homenagem pela formalização $\frac{S}{s}$, em que se caracteriza, na diversidade das escolas, a etapa moderna da lingüística.

A temática dessa ciência, por conseguinte, está efetivamente presa à posição primordial do significante e do significado, como ordens distintas e inicialmente separadas por uma barreira resistente à significação.

Eis o que tornará possível um estudo exato das ligações próprias do significante e da amplitude da função destas na gênese do significado.

Pois essa distinção primordial vai muito além do debate relativo à arbitrariedade do signo, tal como foi elaborado desde a reflexão da Antigüidade, ou até do impasse, experimentado desde a mesma época, que se opõe à correspondência biunívoca entre a palavra e a coisa, nem que seja no ato da nomeação. E isso, contrariando as aparências que lhe são conferidas pelo papel imputado ao dedo indicador que aponta um objeto, na aprendizagem da língua materna pelo sujeito *infans*, ou pelo emprego dos chamados métodos escolares concretos no estudo das línguas estrangeiras.

Por essa via, as coisas não podem fazer mais que demonstrar⁸ que nenhuma significação se sustenta a não ser pela remissão a uma outra significação: o que toca, em última instância, na observação de que não há língua existente à qual se coloque a questão de sua insuficiência para abranger o campo do significado, posto que atender a todas as necessidades é um efeito de sua existência como língua. Se formos discernir na linguagem a constituição do objeto, só poderemos constatar que ela se encontra apenas no nível do conceito, bem diferente de qualquer nominativo, e que a *coisa*, evidentemente ao se reduzir ao nome, cinde-se no duplo raio divergente: o da causa em que ela encontrou abrigo em nossa língua e o do nada ao qual abandonou sua veste latina (*rem*).

Essas considerações, por mais existentes que sejam para o filósofo, desviam-nos do lugar de onde a linguagem nos interroga sobre sua natureza. E fracassaremos em sustentar sua questão enquanto não nos tivermos livrado da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou, melhor dizendo: de que o significante tem que responder por sua existência a título de uma significação qualquer.

Pois, mesmo ao se reduzir a esta última fórmula, a heresia é a mesma. É ela que conduz o positivismo lógico à busca do sentido do sentido, do *meaning of meaning*, tal como se denomina, na língua em que se agitam seus devotos, o objetivo. Donde se constata que o texto mais carregado de sentido desfaz-se, nessa análise, em bagatelas insignificantes, só resistindo a ela os algoritmos matemáticos, os quais, como seria de se esperar, são sem sentido algum.⁹

8. Cf. o *De magistro*, de sto. Agostinho, do qual comentei o capítulo “De significatione locutionis” em meu seminário de 23 de junho de 1954.

9. Assim é que o sr. Richards, autor, justamente, de uma obra sobre os processos adequados a esse objetivo, no-los mostra numa outra aplicação. Ele escolhe para tanto uma página de Meng-tseu, ou Mêncio, para os jesuítas: *Mencius on the mind* é como se chama isso, considerado o objeto dessa parte. As garantias dadas à pureza da experiência nada ficam a dever ao luxo de suas abordagens. E o douto especialista no Cânone tradicional em que se insere o texto encontra-se justamente no sítio de Pequim para onde foi transportada a secadora em demonstração, sem preocupação para com os custos.

O fato é que o algoritmo $\frac{S}{s}$, se dele só pudéssemos retirar a noção do paralelismo de seus termos superior e inferior, cada qual considerado apenas em sua globalidade, permaneceria como o signo enigmático de um mistério total. Evidentemente, não é o caso.

Para apreender sua função, começarei por produzir a ilustração incorreta com a qual classicamente se introduz seu uso. Ei-la:

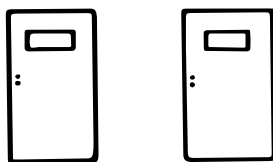
ÁRVORE



onde se vê que preferência ela revela pela direção previamente apontada como errônea.

Substituí-a, para meus ouvintes, por uma outra, que só podia ser tida como mais correta por exagerar na dimensão incongruente à qual o psicanalista ainda não renunciou por completo, no sentimento justificado de que seu conformismo só tem valor a partir dela. Eis essa outra:

HOMENS MULHERES



Porém não menos transportados seremos nós, e por um custo menor, a ver operar-se a transformação de um bronze que produz um som de sino ao menor roçar do pensamento numa espécie de pano de chão para limpar o quadro negro do mais consternador psicologismo inglês. Não sem muito depressa identificá-lo, infelizmente, com a própria meninge do autor, único resíduo a subsistir de seu objeto e dele mesmo, uma vez consumado o esgotamento do sentido de um e do bom senso do outro.

onde se vê que, sem estender muito o alcance do significante implicado na experiência, ou seja, apenas duplicando a espécie nominal, pela simples justaposição de dois termos cujo sentido complementar parece ter que ser consolidado por ela, produz-se a surpresa de uma inesperada precipitação do sentido, na imagem de duas portas gêmeas que simbolizam, com o reservado oferecido ao homem ocidental para satisfazer suas necessidades naturais fora de casa, o imperativo que ele parece compartilhar com a grande maioria das comunidades primitivas, e que submete sua vida pública às leis da segregação urinária.

[500]

Isso não é apenas para desconcertar com um golpe baixo o debate nominalista, mas para mostrar como o significante de fato entra no significado, ou seja, de uma forma que, embora não seja imaterial, coloca a questão de seu lugar na realidade. Pois, ao ter que se aproximar das plaquinhas esmaltadas que lhe servem de suporte, o olhar pestanejante de um míope talvez tivesse razão em questionar se é realmente ali que convém ver o significante, cujo significado, nesse caso, receberia da dupla e solene procissão da nave superior as derradeiras honras.

Mas nenhum exemplo construído poderia igualar o relevo que se encontra na vivência da verdade. Portanto, não há razão para que eu fique descontente por ter forjado este, já que ele despertou na pessoa mais digna de minha confiança a seguinte lembrança de sua infância, a qual, assim afortunadamente posta a meu alcance, encaixa-se perfeitamente aqui.

Um trem chega à estação. Numa cabine, um menino e uma menina, irmão e irmã, estão sentados um em frente ao outro, do lado em que a vidraça dando para o exterior descortina a visão das construções da plataforma ao longo da qual o trem parou: “Olha!, diz o irmão, chegamos a Mulheres!”; “Imbecil!, responde a irmã, não está vendo que nós estamos em Homens?”

Além, com efeito, de os trilhos dessa história materializarem a barra do algoritmo saussuriano de uma forma que é a conta certa para sugerir que sua resistência pode ser outra que não dialética, seria preciso — essa é exatamente a imagem que convém — não ter olhos na cara para se atrapalhar quanto ao respectivo lugar do significante e do significado, e para não observar de qual centro irradiante o primeiro vem refletir sua luz nas trevas das significações inacabadas.

Pois ele trará a Dissensão, apenas animal e fadada ao esquecimento das brumas naturais, para a potência desmedida, implacável para com as famílias e impertinente para com os deuses, da guerra ideológica. A partir desse momento, Homens e Mulheres serão para essas crianças duas pátrias para as quais a alma de cada uma puxará sua brasa divergente, e a respeito das quais lhes será tanto mais impossível fazer um pacto quanto, sendo elas em verdade a mesma, nenhum deles poderia ceder da primazia de uma sem atentar contra a glória da outra.

Paremos por aqui. Isso parece a história da França. Mais humana de se evocar, como seria de se esperar, que a da Inglaterra, fadada a ser virada de cabeça para baixo da Ponta Grossa para a Ponta Fina do ovo do Deão Swift.

Resta conceber que degrau e que corredor o $\frac{S}{s}$ do significante, aqui visível nos plurais com que centraliza seus atendimentos para-além da vidraça da janela, tem que transpor para levar suas conexões às tubulações pelas quais, como o ar quente e o ar frio, a indignação e o desprezo vêm soprar no para-aquém.

Uma coisa é certa: é que esse acesso, pelo menos, não deve comportar nenhuma significação, se o algoritmo $\frac{S}{s}$, com sua barra, lhe convém. Pois o algoritmo, na medida em que ele mesmo é apenas pura função do significante, só pode revelar uma estrutura de significante nessa transferência.

Ora, a estrutura do significante está, como se diz comumente da linguagem, em ele ser articulado.

Isso quer dizer que suas unidades, de onde quer que se parta para desenhar suas invasões recíprocas e seus englobamentos crescentes, estão submetidas à dupla condição de se reduzirem a elementos diferenciais últimos e de os comporem segundo as leis de uma ordem fechada.

Esses elementos, descoberta decisiva da lingüística, são os *fonemas*, onde não se deve buscar nenhuma constância *fonética* na variabilidade modulatória em que se aplica esse termo, e sim o sistema sincrônico dos pareamentos diferenciais necessários ao discernimento dos vocábulos numa dada língua. Por onde se vê que um elemento essencial na própria fala estava predestinado a fluir nos caracteres móveis que, qual Didots ou Garamonds¹⁰

10. Unidades tipométricas do sistema tipográfico francês e europeu em geral. (N.E.)

a se imprimirem em caixa baixa, presentificam validamente aquilo a que chamamos letra, ou seja, a estrutura essencialmente localizada do significante.

Com a segunda propriedade do significante, de se compor segundo as leis de uma ordem fechada, afirma-se a necessidade do substrato topológico do qual a expressão “cadeia significante”, que costumo utilizar, fornece uma aproximação: anéis cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis. [502]

São essas as condições estruturais que determinam — como gramática — a ordem das invasões constitutivas do significante, até a unidade imediatamente superior na frase, e — como léxico — a ordem dos englobamentos constitutivos do significante, até a locução verbal.

É fácil, dentro dos limites em que se detêm essas duas iniciativas de apreensão do uso de uma língua, perceber que somente as correlações do significante com o referente fornecem o padrão de qualquer busca de significação, como é assinalado pela noção de *emprego* de um taxema ou de um semantema, que remete a contextos do grau imediatamente superior às unidades implicadas.

Mas não é porque as iniciativas da gramática e do léxico se esgotam num certo limite que se deve pensar que a significação reina irrestritamente para-além. Isso seria um erro.

Pois o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão. É o que se vê, no nível da frase, quando ela é interrompida antes do termo significativo: Eu nunca..., A verdade é que..., Talvez, também... Nem por isso ela deixa de fazer sentido, e um sentido ainda mais opressivo na medida em que se basta ao se fazer esperar.¹¹

Mas não é diferente o fenômeno que, pelo simples recuo de um *mas* que a faz aparecer, bela como a Sulamita e tão virtuosa quanto a donzela, adorna e prepara a negra para as núpcias e a miserável para o leilão.¹²

11. A alucinação verbal, ao se revestir dessa forma, às vezes nos abre uma porta de comunicação, até aqui faltante por ser despercebida, com a estrutura freudiana da psicose (Seminário do ano de 1955-56).

12. Cf. o *Cântico dos cânticos* de Salomão. (N.E.)

Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento.

Impõe-se, portanto, a noção de um deslizamento incessante do significado sob o significante — que F. de Saussure ilustra com uma imagem que se assemelha às duas sinuosidades das Águas superiores e inferiores nas miniaturas dos manuscritos do Gênesis. Duplo fluxo onde parece tênue o marco dos finos riscos de chuva que ali desenham os pontilhados verticais que se supõe limitarem segmentos de correspondência.

[503]

Contra isso vai toda a experiência que me fez falar, num dado momento de meu seminário sobre as psicoses, dos “pontos de basta” exigidos por esse esquema, para explicar a dominância da letra na transformação dramática que o diálogo pode operar no sujeito.¹³

Mas se, com efeito, é necessária a linearidade que F. de Saussure considera constitutiva da cadeia do discurso, em conformidade com sua emissão por uma só voz e na horizontal em que ela se inscreve em nossa escrita, ela não é suficiente. Só se impõe à cadeia do discurso na direção em que é orientada no tempo, sendo até tomada como fator significante em todas as línguas em que “[Pedro surra Paulo]” reverte seu tempo ao inverter seus termos.

Mas basta escutar a poesia, o que sem dúvida aconteceu com F. de Saussure,¹⁴ para que nela se faça ouvir uma polifonia e

13. Nós o fizemos, em 6 de junho de 1956, com o exemplo da primeira cena de *Athalie*, ao que reconhecemos não ter sido estranha uma alusão feita de passagem no *New Statesman and Nation*, por um crítico *high brow* [intelectualóide], à “alta putaria” das heroínas de Racine, assim nos incitando a renunciar à referência aos dramas selvagens de Shakespeare, que se tornou compulsiva nos meios analíticos em que desempenha o papel de verniz do filistinismo. [A expressão aqui traduzida por “verniz”, *savonnette à vilain* (sabonete de plebeu), é o termo depreciativo com que se designavam, na Idade Média, os títulos comprados pelos plebeus para terem acesso à nobreza, que não lhes “lavavam” as origens. (N.E.)]

14. A publicação, feita por Jean Starobinski no *Mercure de France* de fevereiro de 1964, das notas deixadas por Ferdinand de Saussure sobre os anagramas e seu uso hipogramático, desde os versos saturninos até os textos de Cícero, dá-nos a certeza que nos faltava nessa ocasião (1966).

para que todo discurso revele alinhar-se nas diversas pautas de uma partitura.

Não há cadeia significativa, com efeito, que não sustente, como que apenso na pontuação de cada uma de suas unidades, tudo o que se articula de contextos atestados na vertical, por assim dizer, desse ponto.

Assim é que, retomando nossa palavra *arbre*, não mais em seu isolamento nominal, mas ao término de uma dessas pontuações, veremos que não é apenas pelo fato de a palavra *barre* ser seu anagrama que ela transpõe a barra do algoritmo saussuriano.

É que, decomposta no duplo espectro de suas vogais e suas consoantes, ela evoca, juntamente com o carvalho e o plátano, as significações de que é carregada em nossa flora, as de força e majestade. Drenando todos os contextos simbólicos em que é tomada no hebraico da Bíblia, ela ergue sobre um outeiro sem fronde a sombra da cruz. Depois, reduz-se ao Y maiúsculo do signo da dicotomia que, sem a imagem que historiza o armorial, nada deveria à árvore, por mais genealógica que ela se diga. Ó, árvore circulatória, árvore vital do cerebelo, árvore de Saturno ou de Diana, cristais precipitados numa árvore condutora do raio, será talvez tua figura que traça nosso destino no casco chamuscado da tartaruga, ou teu clarão que faz surgir de uma inominável noite a lenta mutação do ser no *hen panta* da linguagem: [504]

*Não! diz a Árvore, diz ela: Não! no cintilar
Em sua ramagem soberba,*

versos que consideramos tão legítimos de ouvir nos harmônicos da árvore quanto seu reverso:

*Que a tempestade trata universalmente
Como faz a uma erva.*¹⁵

É que essa estrofe moderna ordena-se de acordo com a mesma lei do paralelismo do significativo cujo concerto rege o gesto eslavo primitivo e a mais refinada poesia chinesa.

15. "Non! dit l'Arbre, il dit: Non! dans l'étincellement / De sa tête superbe / Que la tempête traite universellement / Comme elle fait une herbe." (N.E.)

Como se vê na modalidade comum do ente em que são escolhidas a árvore e a erva, para que aí advenham os sinais, signos de contradição do dizer “Não!” e do “tratar como”, e para que, através do contraste categórico do particularismo do *soberba* com o *universalmente* de sua redução, complete-se, na condensação da cabeça com a tempestade, o indiscernível cintilar do instante eterno.

Mas todo esse significativo, dirão, só pode operar por estar presente no sujeito. É justamente a isso que respondo ao supor que ele passou ao patamar do significado.

Pois o importante não é que o sujeito o reconheça mais ou menos. (Estivessem HOMENS e MULHERES escritos numa língua desconhecida do menino e da menina, sua briga só faria ser ainda mais exclusivamente uma briga de palavras, mas nem por isso menos apta a se carregar de significação.)

O que essa estrutura da cadeia significativa revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar *algo completamente diferente* do que ela diz. Função mais digna de ser enfatizada na fala que a de disfarçar o pensamento (quase sempre indefinível) do sujeito: a saber, a de indicar o lugar desse sujeito na busca da verdade.

[505]

Basta-me, com efeito, plantar minha árvore na locução “tregar na árvore”, ou projetar sobre ela a luz maliciosa que um contexto de descrição confere à palavra “arvorar”, para não me deixar aprisionar num *comunicado* qualquer dos fatos, por mais oficial que ele seja, e para, caso eu saiba a verdade, exprimi-la apesar de todas as censuras *nas entrelinhas*, pelo simples significativo que podem constituir minhas acrobacias através dos galhos da árvore, provocantes a ponto de chegarem ao burlesco ou sensíveis apenas ao olhar experiente, conforme eu queira ser entendido pela multidão ou por alguns.

A função propriamente significativa que assim se desenha na linguagem tem um nome. Esse nome, nós o aprendemos em nossa gramática infantil, na última página, onde a sombra de Quintiliano, relegada a um fantasma de capítulo para enunciar algumas considerações finais sobre o estilo, parecia precipitar sua voz sob a ameaça de colchetes.

É entre as figuras de estilo, ou tropos, de onde nos vem o verbo *trouver*,¹⁶ que se encontra esse nome, com efeito. Esse nome é *metonímia*.

Da qual reteremos apenas o exemplo que dela foi dado: trinta velas. Pois a inquietação que ele provocava em nós — pelo fato de a palavra “barco” nele ocultada parecer multiplicar sua presença, por ter podido, no próprio repisamento desse exemplo, assumir seu sentido figurado — menos velava essas ilustres velas do que a definição que lhes competia ilustrar.

Com efeito, a parte tomada pelo todo, dizíamos a nós mesmos, se a coisa é para ser tomada no real, não nos deixa uma grande idéia do que convém entender sobre a importância da frota que, no entanto, essas trinta velas supostamente aquilatam: um navio ter apenas uma vela é, na verdade, o caso menos comum.

Onde se vê que a ligação do navio com a vela não está em outro lugar senão no significante, e que é no de *palavra em palavra* dessa conexão que se apóia a metonímia.¹⁷ [506]

16. *Trouver*, verbo que tem igualmente as acepções de “encontrar”, “achar” e “trovar”. (N.E.)

17. Aqui rendemos homenagem ao que devemos, nessa formulação, ao sr. Roman Jakobson, ou seja, a seus trabalhos, onde um psicanalista encontra a todo instante com que estruturar sua experiência, e que tornam supérfluas as “comunicações pessoais”, sobre as quais podemos testemunhar tanto quanto qualquer um.

Reconhecemos, com efeito, nessa forma oblíqua de fidelidade, o estilo daquele par imortal, Rosencrantz e Guildenstern, cujo desacoplamento é impossível, nem que seja pela imperfeição de seu destino, pois ele perdura pelo mesmo processo que a faca de Jeannot, e pela razão mesma que fez Goethe enaltecer Shakespeare por haver apresentado o personagem no duo formado por eles: em si, eles são a *Gesellschaft* inteira, numa palavra, a Sociedade (*Wilhelm Meisters Lehrjahre*, Éd. Trunz, Christian Wegner Verlag, Hamburgo, V, p.299(a)), quer dizer, a IPA.

Agradeça-se, nesse contexto, ao autor das “Observações sobre o papel da fala na técnica psicanalítica” ([“Some Remarks on the Role of Speech in Psychoanalytic Technique”], *IJP*, nov.-dez. 1956, XXXVII, 6, p.467), por ter tomado o cuidado de frisar que elas se “basearam num” trabalho de 1952. Assim se explica, com efeito, que nada tenha sido assimilado dos trabalhos publicados desde então, os quais o autor não ignora, já que me cita como seu editor (*sic*. Sei o que quer dizer *editor*).

(a) Conviria destilar todo o trecho de Goethe: *Dieses leise Auftreten, dieses Schmiegen und Biegen, dies Jasagen, Streicheln und Schmeicheln, diese Behendigkeit, dies Schwänzein, diese Allheit und Leerheit, diese rechtliche Schurkerei, diese Unfähigkeit, wie kann sie durch einen Menschen ausgedruckt werden? Es*

Designaremos com isso a primeira vertente do campo efetivo que o significante constitui, para que nele tenha lugar o sentido.

Falemos da outra. É a *metáfora*. E vamos ilustrá-la prontamente: o dicionário Quillet pareceu-me adequado para fornecer uma amostragem que não fosse suspeita de ser selecionada, e não precisei procurar o recheio¹⁸ muito além do conhecido verso de Victor Hugo:

Seu feixe não era avaro nem odiento...,

sob cuja feição apresentei a metáfora quando chegou o momento em meu seminário sobre as psicoses.

Digamos que a poesia moderna e a escola surrealista fizeram-nos dar um grande passo nisso, ao demonstrar que qualquer conjunção de dois significantes seria equivalente para constituir uma metáfora, caso não se exigisse a condição da máxima disparidade entre as imagens significadas para a produção da centelha poética, ou, em outras palavras, para que tenha lugar a criação metafórica.

[507]

Certo, essa postura radical fundamenta-se numa experiência dita da escrita automática, que não teria sido tentada sem o aval que seus pioneiros tiravam da descoberta freudiana. Mas ela continua marcada pela confusão, porque sua doutrina é falsa.

A centelha criadora da metáfora não brota da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela brota entre dois significantes dos quais um substituiu o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia.

Uma palavra por outra, eis a fórmula da metáfora, e, caso seja você poeta, produzirá, para fazer com ela um jogo, um jato contínuo ou um tecido resplandecente de metáforas. Não obtendo

sollten ihrer wenigstens ein Dutzend sein, wenn man sie haben könnte; denn sie bloss in Gesellschaft etwas, sie sind die Gesellschaft...

18. Com *échantillon ... sélectionné* Lacan alude (metaforicamente) a *morceau choisi* (trecho seletto), mas também ao fragmento ou bocado que serve para se apreciar a qualidade de uma mercadoria, como a “prova” de um alimento, por exemplo, donde o “recheio” usado na tradução de *farce*, que também significa “farsa”, indicando a maneira como Lacan percebe este verso de Victor Hugo. (N.E.)

com isso, além do efeito de ebriedade do diálogo que Jean Tardieu compôs com esse título, senão a demonstração que aí se opera da superfluidade radical de qualquer significação para uma representação perfeitamente convincente da comédia burguesa.

No verso de Hugo, é patente que não jorra a mínima luz da declaração de que um feixe não é avaro nem odiento, pela simples razão de que não se trata de ele ter mais mérito ou demérito por esses atributos, posto que ambos, juntamente com ele, são propriedades de Booz, que os exerce ao dispor do feixe sem lhe participar seus sentimentos.

Se o feixe remete a Booz, como efetivamente faz, no entanto, é por substituí-lo na cadeia significativa, no exato lugar que o esperava, por ter-se elevado em um grau mediante a remoção do entulho da avareza e do ódio. Mas, a partir daí, é de Booz que o feixe faz esse lugar vazio, rechaçado que ele fica desde então para as trevas do exterior em que o abrigam a avareza e o ódio, no vazio da negação deles.

Contudo, uma vez que *seu* feixe assim lhe usurpou o lugar, Booz não pode retomá-lo, e o tênue fio do pequeno *seu* que o prende a ele constitui um obstáculo a mais, ligando esse retorno a um título de propriedade que o reteria no seio da avareza e do ódio. Sua afirmada generosidade vê-se reduzida a *menos do que nada* pela munificência do feixe, que, por ser extraído da natureza, desconhece nossa reserva e nossos rechaços e, até em sua acumulação, continua pródigo em relação à nossa medida.

[508]

Mas se, nessa profusão, o doador desaparece junto com o dom, é para ressurgir naquilo que cerca a figura em que ele se aniquilou. Pois há a irradiação da fecundidade — que anuncia a surpresa celebrada pelo poema, ou seja, a promessa que o ancião receberá, num contexto sagrado, de seu advento à paternidade.

Portanto, é entre o significativo do nome próprio de um homem e aquele que o abole metaforicamente que se produz a centelha poética, ainda mais eficaz aqui, para realizar a significação da paternidade, por reproduzir o evento mítico em que Freud reconstruiu a trajetória, no inconsciente de todo homem, do mistério paterno.

Não é outra a estrutura da metáfora moderna. Daí o dardejamento:

O amor é um seixo rindo ao sol

recria o amor numa dimensão que pude dizer que me parece sustentável, contrariando seu deslizamento sempre iminente para a miragem de um altruísmo narcísico.

Vemos que a metáfora se coloca no ponto exato em que o sentido se produz no não-senso, isto é, na passagem sobre a qual Freud descobriu que, transposta às avessas, dá lugar à palavra que é, em francês, “a palavra”¹⁹ por excelência, a palavra que não tem outro patrocínio senão o significante da espíritosidade,²⁰ e onde se vislumbra que é seu próprio destino que o homem desafia através da derrição do significante.

Mas, voltando atrás um pouco, que encontra o homem na metonímia, se isso tiver que ser mais do que o poder de contornar os obstáculos da censura social? Porventura essa forma que dá à verdade seu campo em sua opressão não manifesta uma certa servidão inerente à sua apresentação?

Havemos de ler com proveito o livro em que Léo Strauss, da terra clássica no oferecimento de asilo aos que escolheram a liberdade, medita sobre as relações entre a arte de escrever e a perseguição.²¹ Ali abordando de perto o tipo de conaturalidade que vincula essa arte a tal condição, ele deixa entrever o algo que aqui impõe sua forma no efeito da verdade sobre o desejo.

Mas, acaso já não sentimos há algum tempo que, por ter seguido os caminhos da letra para chegar à verdade freudiana, ardemos em seu fogo, que consome por toda parte?

É fato que a letra mata, dizem, enquanto o espírito vivifica.²² Não discordamos disso, já tendo tido que saudar aqui, em algum

[509]

19. *Le mot* (ou *le bon mot*), que designa em francês o dito espíritoso, o chiste. (N.E.)

20. É exatamente esse o equivalente do termo alemão *Witz* com que Freud marcou a visada de sua terceira obra fundamental sobre o inconsciente. A dificuldade muito maior de encontrar esse equivalente em inglês é instrutiva: o *wit*, sobrecarregado pela discussão que vai de Davenant e Hobbes até Pope e Addison, cede suas virtudes essenciais ao *humour*, que é outra coisa. Resta o *pun*, estreito demais, no entanto. [*Wit* se traduziria por graça, finura, perspicácia; *humour* e *pun*, respectivamente, por humor e trocadilho. (N.E.)]

21. Leo Strauss, *Persecution and the Art of Writing*, Glencoe, III., Free Press. [A “terra (asilar) clássica” são, é claro, os Estados Unidos. (N.E.)]

22. Da *Segunda epístola de Paulo aos Coríntios*, 3, 6. (N.E.)

ponto, uma nobre vítima do erro de procurar na letra, mas também indagamos como, sem a letra, o espírito viveria. No entanto, as pretensões do espírito continuariam irredutíveis, se a letra não houvesse comprovado produzir todos os seus efeitos de verdade no homem, sem que o espírito tenha que se intrometer minimamente nisso.

Essa revelação, foi a Freud que ela se fez, e ele deu a sua descoberta o nome de inconsciente.

II. *A letra no inconsciente*

A obra completa de Freud nos apresenta uma página de referências filológicas a cada três páginas, uma página de inferências lógicas a cada duas páginas e, por toda parte, uma apreensão dialética da experiência, vindo a analítica linguageira reforçar ainda mais suas proporções à medida que o inconsciente vai sendo mais diretamente implicado.

Assim é que, na *Ciência dos sonhos*, trata-se apenas, em todas as páginas, daquilo a que chamamos a letra do discurso, em sua textura, seus empregos e sua imanência na matéria em causa. Pois esse texto abre com sua obra a via régia para o inconsciente. E disso somos alertados por Freud, cuja confiança surpresa, ao lançar esse livro para nós nos primeiros dias deste século,²³ só faz confirmar o que ele proclamou até o fim: que nesse arriscar-tudo de sua mensagem está a totalidade de sua descoberta.

A primeira cláusula, articulada logo no capítulo preliminar, posto que a exposição não pode suportar sua demora, é que o sonho é um rébus. E Freud trata de estipular que é preciso entendê-lo, como afirmei a princípio, ao pé da letra. O que se prende à instância, no sonho, dessa mesma estrutura literante (em outras palavras, fonemática) em que se articula e se analisa o significante no discurso. Como as figuras não naturais do barco sobre o telhado ou do homem de cabeça de vírgula, expressa-

[510]

23. Cf. a correspondência, nomeadamente as cartas de números 107 e 119, dentre as escolhidas por seus editores. [As cartas são as de 19 de março e 7 de novembro de 1899. (N.E.)]

mente evocadas por Freud, as imagens do sonho só devem ser retidas por seu valor de significante, isto é, pelo que permitem soletrar do “provérbio” proposto pelo rébus do sonho. Essa estrutura de linguagem que possibilita a operação da leitura está no princípio da *significância do sonho*, da *Traumdeutung*.

Freud exemplifica de todas as maneiras que esse valor de significante da imagem nada tem a ver com sua significação, e recorre aos hieróglifos do Egito, onde seria ridículo deduzir da frequência do abutre, que é um *aleph*, ou do pintinho, que é um *vau* para assinalar uma forma do verbo ser e também os plurais, que o texto concerne minimamente a esses espécimens ornitológicos. Freud encontra meios de se orientar, nessa escrita, por certos empregos do significante que se apagaram na nossa, como o emprego do determinativo, acrescentando o expoente de uma figura categórica à figuração literal de um termo verbal, mas para melhor nos remeter ao fato de que estamos numa escrita em que até o pretenso “ideograma” é uma letra.

Mas não é necessária a confusão atual a respeito desse termo para que, no espírito do psicanalista sem nenhuma formação lingüística, prevaleça o preconceito de um simbolismo que deriva da analogia natural, ou então da imagem redutora do instinto. Tanto assim que, fora da escola francesa, que evita isso, é na linha do “ver na borra de café não é ler hieróglifos” que me é preciso reconvocar a seus princípios uma técnica cujas vias, fora da visada do inconsciente, nada pode justificar.

Convém dizer que só se aceita isso com dificuldade, e que o vício mental denunciado acima goza de tamanho prestígio, que podemos esperar que o psicanalista de hoje admita que decodifica, em vez de se decidir a fazer com Freud as paradas necessárias (dê a volta na estátua de Champollion, diz o guia) para compreender que ele decifra: o que se distingue de decodificar pelo fato de que um criptograma só tem todas as suas dimensões quando é o de uma língua perdida.

[511]

Fazer essas paradas, no entanto, é apenas continuar na *Traumdeutung*.

A *Entstellung*, traduzida por transposição, onde Freud mostra a condição geral da função do sonho, é o que designamos anteriormente, com Saussure, como o deslizamento do significado sob o significante, sempre em ação (inconsciente, note-se) no discurso.

Mas as duas vertentes da incidência do significante no significado encontram-se nela.

A *Verdichtung*, condensação, é a estrutura de superposição dos significantes em que ganha campo a metáfora, e cujo nome, por condensar em si mesmo a *Dichtung*, indica a conaturalidade desse mecanismo com a poesia, a ponto de envolver a função propriamente tradicional desta.

A *Verschiebung* ou deslocamento é, mais próxima do termo alemão, o transporte da significação que a metonímia demonstra e que, desde seu aparecimento em Freud, é apresentado como o meio mais adequado do inconsciente para despistar a censura.

O que distingue esses dois mecanismos, que desempenham no trabalho do sonho, *Traumarbeit*, um papel privilegiado, de sua função homóloga no discurso? — Nada, a não ser uma condição imposta ao material significante, chamada *Rücksicht auf Darstellbarkeit*, que convém traduzir por “consideração para com os meios da encenação” (sendo por demais aproximativa, aqui, a tradução por “papel da figurabilidade”). Mas essa condição constitui uma limitação que se exerce no interior do sistema da escrita, longe de dissolvê-lo numa semiologia figurativa em que ele se alie aos fenômenos da expressão natural. É provável que com isso pudéssemos esclarecer os problemas de alguns modos de pictografia que não estamos autorizados, pelo simples fato de eles terem sido abandonados como imperfeitos na escrita, a considerar como estádios evolutivos. Digamos que o sonho se parece com o jogo de salão em que se deve, estando na berlinda, levar os espectadores a adivinharem um enunciado conhecido, ou uma variação dele, unicamente por meio de uma encenação muda. O fato de o sonho dispor da fala não modifica nada, visto que, para o inconsciente, ela é apenas um elemento de encenação como os demais. É justamente quando o jogo e também o sonho esbarrarem na falta de material taxêmico para representar as articulações lógicas da causalidade, da contradição, da hipótese etc., que eles darão provas de ser, um e outro, uma questão de escrita, e não de pantomima. Os processos sutis que o sonho revela empregar para, mesmo assim, representar essas articulações lógicas, de maneira muito menos artificial do que aquela pela qual o jogo de salão costuma contorná-las, são objeto, em Freud, de um estudo especial, onde mais uma vez se confirma que o trabalho do sonho segue as leis do significante.

[512]

O restante da elaboração é designado por Freud como secundária, que adquire seu valor a partir daquilo de que se trata: fantasias ou sonhos diurnos, *Tagtraum*, para empregar o termo de que Freud prefere servir-se para situá-los em sua função de realização do desejo (*Wunscherfüllung*). Seu traço distintivo, dado que essas fantasias podem permanecer inconscientes, é de fato sua significação. Pois bem, destas, Freud nos diz que seu lugar no sonho é, ou serem retomadas a título de elementos significantes para o enunciado do pensamento inconsciente (*Traumgedanke*), ou servirem para a elaboração secundária aqui em questão, isto é, para uma função, diz ele, que não há por que distinguir do pensamento vígil (*von unserem wachen Denken nicht zu unterscheiden*). É impossível dar uma idéia melhor dos efeitos dessa função do que compará-la a placas de argamassa que, aplicadas lá e cá com um molde, tendessem a reintroduzir na aparência de um quadro figurativo os grosseiros clichês do rébus ou dos hieróglifos.

Peço desculpas por parecer estar eu mesmo soletrando o texto de Freud; não o faço apenas para mostrar o que se ganha ao simplesmente não recortá-lo, mas para poder situar em balizas primárias, fundamentais e nunca revogadas, o que aconteceu na psicanálise.

Desde a origem, desconheceu-se o papel constitutivo do significante no status que Freud fixou de imediato para o inconsciente, e segundo as mais precisas modalidades formais.

E isso por duas razões, das quais a menos percebida, naturalmente, é que essa formalização não bastava, por si só, para que se reconhecesse a instância do significante, já que, quando da publicação da *Traumdeutung*, antecipava-se em muito às formalizações da lingüística, para as quais sem dúvida poderíamos demonstrar que, por seu simples peso de verdade, ela abriu caminho.

[513]

A segunda razão, pensando bem, é apenas o avesso da primeira, pois, se os psicanalistas ficaram exclusivamente fascinados com as significações destacadas no inconsciente, foi por elas retirarem seu atrativo mais secreto da dialética que lhes parecia imanente.

Em meu seminário, mostrei que é na necessidade de corrigir os efeitos dessa parcialidade, em eterna aceleração, que se compreendem as aparentes guinadas, ou, melhor dizendo, as

bruscas viradas do leme que Freud, através de sua preocupação primordial de garantir a sobrevivência de sua descoberta com as primeiras reformulações que ela impunha aos conhecimentos, julgou ter que dar em sua doutrina ao longo do percurso.

É que, na situação em que ele se encontrava, repito, de não dispor de nada que, correspondendo a seu objeto, estivesse no mesmo nível de maturidade científica, pelo menos ele não deixou de manter esse objeto à altura de sua dignidade ontológica.

O resto foi obra dos deuses e correu de tal maneira que, hoje em dia, a análise busca suas balizas nessas formas imaginárias que acabo de mostrar como desenhadas à parte sobre o texto que mutilam — e que é a elas que se ajusta a mira do analista, misturando-as, na interpretação do sonho, com a libertação visionária do aviário hieroglífico e, de um modo mais geral, buscando o controle do esgotamento da análise numa espécie de *scanning*²⁴ das formas em que elas aparecem, com a idéia de que elas são o testemunho do esgotamento das regressões e da remodelagem da “relação de objeto” em que o sujeito deve supostamente se tipificar.²⁵

A técnica que reivindica essas posições pode ser fértil em efeitos diversos, muito difíceis de criticar por trás da égide terapêutica. Mas uma crítica interna pode provir da flagrante discordância entre o modo operatório por meio do qual essa técnica se autoriza — qual seja, a regra analítica, cujos instrumentos da qual, a partir da “associação livre”, se justificam todos na concepção de inconsciente de seu inventor — e o completo desconhecimento que nela impera sobre essa concepção do inconsciente. Coisa de que seus adeptos mais ferrenhos crêem livrar-se com uma pirueta: a regra analítica deve ser observada tão mais religiosamente quanto mais é apenas fruto de um feliz acaso. Em outras palavras, Freud nunca soube muito bem o que estava fazendo.

[514]

24. Sabemos que é por esse processo que uma pesquisa se assegura de seu resultado, através da exploração mecânica de toda a extensão do campo de seu objeto.

25. A tipologia, por se referir apenas ao desenvolvimento do organismo, desconhece a estrutura em que o sujeito está preso, respectivamente na fantasia, na pulsão e na sublimação — estrutura cuja teoria eu elaboro (1966).

O retorno ao texto de Freud mostra, ao contrário, a coerência absoluta de sua técnica com sua descoberta, ao mesmo tempo que permite colocar seus procedimentos no devido lugar.

Eis por que toda retificação da psicanálise impõe que se volte à verdade dessa descoberta, impossível de obscurecer em seu momento original.

Pois, na análise do sonho, Freud não pretende dar-nos outra coisa senão as leis do inconsciente em sua extensão mais geral. Uma das razões pelas quais o sonho foi mais propício a isso está em que, justamente, como nos diz Freud, ele não é menos revelador dessas leis no sujeito normal do que no neurótico.

Mas, em ambos os casos, a eficiência do inconsciente não se detém no despertar. A experiência psicanalítica não é outra coisa senão estabelecer que o inconsciente não deixa fora de seu campo nenhuma de nossas ações. Sua presença na ordem psicológica, ou, em outras palavras, nas funções de relação do indivíduo, merece um esclarecimento, contudo: ela de modo algum é coextensiva a essa ordem, pois sabemos que, se a motivação inconsciente se manifesta tanto em efeitos psíquicos conscientes quanto em efeitos psíquicos inconscientes, inversamente, é um lembrete elementar assinalar que um grande número de efeitos psíquicos que o termo inconsciente designa legitimamente, a título de excluir o caráter da consciência, nem por isso deixa de ter alguma relação, por sua natureza, com o inconsciente no sentido freudiano. É somente por um abuso terminológico, portanto, que se confunde o psíquico com o inconsciente nesse sentido, e que assim se qualifica de psíquico um efeito do inconsciente no somático, por exemplo.

Trata-se, pois, de definir a tópica desse inconsciente. Digo [515] que é justamente ela que se define pelo algoritmo

$$\frac{S}{s}$$

O que ele nos permitiu desenvolver sobre a incidência do significante no significado ajusta-se a sua transformação em:

$$f(S) \frac{I}{s}$$

Foi da co-presença, no significado, não só dos elementos da cadeia significante horizontal, mas de suas contigüidades verti-

cais, que mostramos os efeitos, distribuídos, de acordo com duas estruturas fundamentais, na metonímia e na metáfora. Podemos simbolizá-las por:

$$f(S...S') S \cong S (-) s$$

ou seja, a estrutura metonímica, indicando que é a conexão do significante com o significante que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação de objeto, servindo-se do valor de envio da significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta. O sinal —, colocado entre (), manifesta aqui a manutenção da barra —, que marca no primeiro algoritmo a irredutibilidade em que se constitui, nas relações do significante com o significado, a resistência da significação.²⁶

Eis agora

$$f\left(\frac{S'}{S}\right) S \cong S (+) s$$

a estrutura metafórica, que indica que é na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão.²⁷ O sinal +, colocado entre (), manifesta aqui a transposição da barra —, bem como o valor constitutivo dessa transposição para a emergência da significação.

Essa transposição exprime a condição da passagem do significante para o significado, cujo momento assinalei, mais acima, confundindo-o provisoriamente com o lugar do sujeito.

[516]

É na função do sujeito, assim introduzida, que devemos deter-nos agora, pois ela está no ponto crucial de nosso problema

Penso, logo existo (cogito ergo sum) não é somente a fórmula em que se constitui, com o apogeu histórico de uma reflexão sobre as condições da ciência, a ligação da sua afirmação existencial do sujeito com sua transparência transcendental.

26. O sinal $\cong$ designa a congruência.

27. Como o S' designa no contexto o termo produtor do efeito significante (ou significância), vê-se que esse termo é latente na metonímia e patente na metáfora.

Talvez eu seja apenas objeto e mecanismo (e portanto, nada além de fenômeno), mas, certamente, na medida em que o penso, eu sou — de modo absoluto. Sem dúvida, os filósofos introduziram aí importantes correções, nominalmente a de que, naquilo que pensa (*cogitans*), nunca faço senão constituir-me como objeto (*cogitatum*). O fato é que, através dessa extrema depuração do sujeito transcendental, minha ligação existencial com seu projeto parece irrefutável, pelo menos sob a forma de sua atualidade, e que

“cogito ergo sum” ubi cogito, ibi sum

supera a objeção.

É claro que isso me limita a só estar aí em meu ser na medida em que penso que sou (estou) em meu pensamento; em que medida eu realmente o penso, isso só diz respeito a mim, e, se eu o digo, não interessa a ninguém.²⁸

Eludi-lo, no entanto, a pretexto de suas aparências [*semblants*] filosóficas, é simplesmente dar mostras de inibição. Pois a noção de sujeito é indispensável ao manejo de uma ciência como a estratégia, no sentido moderno, cujos cálculos excluem qualquer “subjetivismo”.

Equivale também a proibir-se o acesso ao que se pode chamar de universo de Freud, tal como se fala do universo de Copérnico. Com efeito, foi justamente à chamada revolução copernicana que o próprio Freud comparou sua descoberta, ressaltando que aí estava mais uma vez em pauta o lugar que o homem confere a si mesmo no centro de um universo.

O lugar que ocupo como sujeito do significante, em relação ao que ocupo como sujeito do significado, será ele concêntrico ou excêntrico? Eis a questão.

[517]

Não se trata de saber se falo de mim de conformidade com aquilo que sou, mas se, quando falo de mim, sou idêntico àquele de quem falo. E não há aqui nenhum inconveniente em fazer intervir o termo pensamento. Pois Freud designa por esse termo

28. A situação é totalmente diversa se, por exemplo, formulando uma pergunta como “Por que filósofos?”, faço-me mais ingênuo do que é natural, já que formulo não apenas a pergunta que os filósofos se fazem desde sempre, mas aquela pela qual talvez se interessem mais.

os elementos que estão em jogo no inconsciente, isto é, nos mecanismos significantes que acabo de reconhecer nele.

Nem por isso deixa de ser verdade que o *cogito* filosófico está no cerne dessa miragem que torna o homem moderno tão seguro de ser ele mesmo em suas incertezas a seu próprio respeito, até através da desconfiança que há muito aprendeu a praticar quanto às armadilhas do amor-próprio.

De igual modo, se, voltando-me contra a nostalgia a que ela serve, a arma da metonímia, eu me recuso a buscar qualquer sentido para-além da tautologia, e se, em nome de “guerra é guerra” e de “um vintém é um vintém”, decido-me a ser tão-somente aquilo que sou, como desvincular-me, aqui, da evidência de que sou nesse ato mesmo?

Tanto quanto, ao me deslocar para o pólo oposto, metafórico, da busca significativa, e ao me devotar a tornar-me o que sou, a vir a sê-lo, não posso duvidar de que, mesmo ao me perder nisso, é aí que estou.

Pois bem, é exatamente nesses pontos em que a evidência é subvertida pelo empírico que jaz o fulcro da conversão freudiana.

Esse jogo significativo da metonímia e da metáfora, incluindo sua ponta ativa que fixa meu desejo numa recusa do significativo ou numa falta do ser e ata minha sorte à questão de meu destino, esse jogo é jogado, até que a partida seja suspensa, em seu inexorável requinte, ali onde não estou, porque ali não me posso situar.

Isto é, poucas foram as palavras com que, por um momento, desconcertei meus ouvintes: penso onde não sou, logo sou onde não penso. Palavras que, para qualquer ouvido atento, deixam claro com que ambigüidade de jogo-do-anel escapa de nossas garras o anel do sentido no fio verbal.

O que cumpre dizer é: eu não sou lá onde sou brinquete de meu pensamento; penso naquilo que sou lá onde não penso pensar.

Esse mistério de duas faces liga-se ao fato de que a verdade só é evocada na dimensão de *álibi* pela qual todo “realismo” na criação retira da metonímia sua virtude, e ao fato de que o sentido só fornece seu acesso nos dois ramos da metáfora, quando se tem a chave única de ambos: o *S* e o *s* do algoritmo saussuriano não estão no mesmo plano, e o homem se enganaria ao se crer situado no eixo comum a ambos, que não está em parte alguma.

Isso, pelo menos até Freud haver feito sua descoberta. Pois, se o que Freud descobriu não é exatamente isso, não é nada.

Os conteúdos do inconsciente não nos fornecem, em sua enganosa ambigüidade decepcionante, nenhuma realidade mais consistente no sujeito do que o imediato; é da verdade que eles extraem sua virtude, e dentro da dimensão do ser: *Kern unseres Wesen*, termos que são de Freud.

O mecanismo de duplo gatilho da metáfora é o mesmo em que se determina o sintoma no sentido analítico. Entre o significante enigmático do trauma sexual e o termo que ele vem substituir numa cadeia significante atual passa a centelha que fixa num sintoma — metáfora em que a carne ou a função são tomadas como elemento significante — a significação, inacessível ao sujeito consciente onde ele pode se resolver.

E os enigmas que o desejo propõe a toda “filosofia natural”, seu frenesi que imita o abismo do infinito, o conluio íntimo em que ele envolve com o gozo o prazer de saber e o de dominar, não decorrem de nenhum outro desregramento do instinto senão sua captação nos trilhos — eternamente estendidos para o *desejo de outra coisa* — da metonímia. Daí sua fixação “perversa” nas reticências da cadeia significante²⁹ em que a lembrança encoberidora se imobiliza, onde a imagem fascinante do fetiche se erige em estátua.

Não há outro meio de conceber a indestrutibilidade do desejo inconsciente — como não há necessidade que, ao ver proibida sua saciação, estiole, em último caso consumindo o próprio organismo. É numa memória, comparável ao que é chamado por esse nome em nossas modernas máquinas de pensar (baseadas numa realização eletrônica da composição significante), que jaz essa cadeia que *insiste* em se reproduzir na transferência, e que é a de um desejo morto.

É a verdade do que esse desejo foi em sua história que o sujeito grita através de seu sintoma, como disse Cristo que teriam feito as pedras, se os filhos de Israel não lhes houvessem emprestado sua voz.

29. *Point de suspension de la chaîne signifiante*, que equivale às reticências (...) em uma frase. (N.E)

É também por isso que somente a psicanálise permite diferenciar, na memória, a função da rememoração. Enraizada no significante, ela resolve, pela ascendência da história no homem, as aporias platônicas da reminiscência.

Basta ler os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, revestidos para as massas de tantas glosas pseudobiológicas, para constatar que Freud faz todo acesso ao objeto derivar de uma dialética do retorno.

Havendo assim partido do *nostos* hölderliniano, foi à repetição kierkegaardiana que chegou Freud, menos de vinte anos depois, ou seja, seu pensamento, por se haver submetido na origem apenas às conseqüências humildes mas inflexíveis da *talking cure*, nunca pôde livrar-se das vivas servidões que, a partir do princípio régio do Logos, levaram-no a repensar as mortais antinomias empedoclianais.

E como conceber de outra maneira, senão nessa “outra cena” de que ele fala como sendo o lugar do sonho, seu recurso de homem cientista a um *Deus ex machina* menos derrisório, por se haver revelado ao espectador que a máquina rege o próprio regente? Figura obscena e feroz do pai primevo, a se redimir, inesgotável, na eterna cegueira de Édipo, como conceber, a não ser por ele ter tido que curvar a cabeça sob a força de um testemunho que ultrapassava seus preconceitos, que um sábio do século XIX tenha-se apegado, mais do que a tudo em sua obra, a esse *Totem e tabu* diante do qual os etnólogos de hoje se inclinam como ante o crescimento de um autêntico mito?

Igualmente, é nas mesmas necessidades que o mito, atendendo a imperiosa proliferação de criações simbólicas particulares, que se encontram os motivos, das compulsões do neurótico inclusive em seus detalhes, bem como as chamadas teorias sexuais infantis.

Assim é que — para situar vocês no ponto exato em que atualmente se desenrola em meu seminário meu comentário de Freud — o Pequeno Hans, abandonado aos cinco anos pelas carências de seu círculo simbólico diante do enigma de seu sexo e sua existência subitamente atualizado para ele, desenvolve, sob a direção de Freud e de seu pai, discípulo deste, em torno do cristal significante de sua fobia, sob uma forma mítica, todas as permutações possíveis de um número limitado de significantes.

Operação em que se demonstra que, mesmo no nível individual, a solução do impossível é trazida ao homem pelo esgota-

[519]

[520]

mento de todas as formas possíveis de impossibilidades encontradas no equacionamento significativa da solução. Demonstração cativante, para iluminar o labirinto de uma observação da qual só se fez uso até hoje para dela extrair materiais de demolição. E também para levar a compreender que na coextensividade do desenvolvimento do sintoma e de sua resolução curativa revela-se a natureza da neurose: fóbica, histérica ou obsessiva, a neurose é uma questão que o ser coloca para o sujeito “lá de onde ele estava antes que o sujeito viesse ao mundo” (essa subordinada é a própria frase de que se serve Freud ao explicar o complexo de Édipo ao Pequeno Hans).

Trata-se aqui daquele ser que que só aparece no lampejo de um instante no vazio do verbo ser, e eu disse que ele formula sua questão ao sujeito. Que significa isso? Ele não a coloca *diante* do sujeito, pois o sujeito não pode vir para o lugar onde ele a coloca, mas coloca-a *no lugar* do sujeito, ou seja, nesse lugar, ele coloca a questão *com* o sujeito, tal como se enuncia um problema *com* uma caneta e como o homem de Aristóteles pensava *com* sua alma.

Foi assim³⁰ que Freud fez o eu entrar em sua doutrina, definindo-o pelas resistências que lhe são próprias. Que elas são de natureza imaginária, no sentido dos engodos coaptativos, que a etologia nos demonstra nas condutas animais da exibição e da luta, é o que me tenho empenhado em fazer apreender, no tocante àquilo a que esses engodos se reduzem no homem, ou seja, à relação narcísica introduzida por Freud e tal como a elaborei no *estádio do espelho*. Ainda que Freud, ao situar nesse eu a síntese das funções perceptivas em que se integram as seleções sensório-motoras, pareça ser pródigo na delegação que lhe é tradicionalmente feita de responder pela realidade, essa realidade só faz ser ainda mais incluída na suspensão do *eu*.

Pois esse *eu*, inicialmente distinguido pelas inércias imaginárias que concentra contra a mensagem do inconsciente, só funciona revestindo o deslocamento que é o sujeito de uma resistência essencial ao discurso como tal.

30. Os dois parágrafos que se seguem foram reescritos (dez. 1968), em prol de um simples tornar mais leve seu discurso.

É por essa razão que o esgotamento dos mecanismos de defesa, por mais que um Fenichel no-lo torne sensível em seus problemas de técnica, por ser um clínico (ao passo que toda a sua redução teórica das neuroses ou das psicoses a anomalias genéticas do desenvolvimento libidinal é o próprio lugar-comum), manifesta-se, sem que ele disso dê conta nem tampouco se dê conta, como um avesso do qual os mecanismos do inconsciente seriam o direito. A perífrase, o hipérbato, a elipse, a suspensão, a antecipação, a retratação, a denegação, a digressão e a ironia são as figuras de estilo (as *figurae sententiarum* de Quintiliano), e a catacrese, a litotes, a antonomásia e a hipotipose são os tropos cujos termos se impõem à pena como os mais adequados para rotular esses mecanismos. Será possível ver nisso apenas um simples modo de dizer, quando são exatamente essas as figuras que estão em ato na retórica do discurso efetivamente proferido pelo analisado?

Ao se obstinarem em qualificar por uma permanência emocional a natureza da resistência, para torná-la estranha ao discurso, os psicanalistas de hoje apenas mostram sucumbir ao impacto de uma das verdades fundamentais que Freud resgatou através da psicanálise. É que a uma nova verdade não podemos contentar-nos em dar lugar, porque é de assumir nosso lugar nela que se trata. Ela exige que nos mexamos. Não se pode atingi-la por uma simples habituação. Habituoamo-nos com o real. A verdade, nós a recalcamos.

Ora, é especialmente necessário ao erudito, ao mago e mesmo ao médico³¹ que ele seja o único a saber. A idéia de que, no fundo das almas mais simples e, ainda por cima, doentes, haja alguma coisa prestes a eclodir, vá lá que seja, mas, alguém com jeito de saber tanto quanto eles sobre o que se deve pensar a esse respeito... acudi em nosso socorro, ó categorias do pensamento primitivo, pré-lógico, arcaico, ou até do pensamento mágico, tão cômodo de imputar aos outros! Pois não convém que esses plebeus nos deixem sem fôlego, a nos proporem enigmas que se revelam maliciosos demais.

31. Lacan usa o termo *mège*, proveniente do francês antigo *megier*, cuja origem é o *medicare* do latim. Do século XIII em diante, essa forma resultou em *megeis* e no francês atual *mégis*, que designa o banho em que se mergulham os couros para curti-los. (N.E.)

Para interpretar o inconsciente como Freud, seria preciso, como ele, ser uma enciclopédia das artes e das musas, além de leitor assíduo das *Fliegende Blätter*³². E essa tarefa não nos seria mais facilitada por nos colocarmos à mercê de uma trama de alusões e citações, trocadilhos e equívocos. Teremos nós de nos ocupar de quinquilharias remediadas?

[522]

No entanto, é preciso se decidir. O inconsciente não é o primordial nem o instintivo e, de elementar, conhece apenas os elementos do significante.

Os livros que podemos dizer canônicos em matéria de inconsciente — a *Traumdeutung*, a *Psicopatologia da vida cotidiana* e *O chiste (Witz) em suas relações com o inconsciente* — não passam de um tecido de exemplos cujo desenvolvimento se inscreve nas fórmulas de conexão e substituição (só que decuplicadas por sua complexidade particular, e sendo seu contexto às vezes dado por Freud fora do texto) que são as que fornecemos do significante em sua função de *transferência*. Pois, na *Traumdeutung*, é no sentido de uma função dessa ordem que se introduz o termo *Übertragung* ou transferência, que, mais tarde, daria nome à mola operante do laço intersubjetivo entre o analisando e o analista.

Tais diagramas são constitutivos não somente na neurose, no tocante a cada um de seus sintomas, como são os únicos que permitem abarcar a temática de seu curso e sua resolução. Como demonstram admiravelmente as grandes observações de análises fornecidas por Freud.

E, para nos limitarmos a um dado mais reduzido, porém mais manejável para nos oferecer o último lacre com que selar nossa exposição, citarei o artigo de 1927 sobre o fetichismo, bem como o caso que Freud relata nele de um paciente³³ para quem a satisfação sexual exigia um certo brilho no nariz (*Glanz auf der Nase*), e cuja análise mostrou que ele devia isso ao fato de seus primeiros anos, anglófonos, haverem deslocado para um olhar para o nariz (*a glance at the nose*, e não *a shine on the nose*,

32. Pasquim, editado de 1844 a 1944 por Braun e Schneider (Munique), ilustrado com caricaturas de renomados humoristas da época sobre as relações sociais da burguesia alemã. (N.E.)

33. *Fetischismus*, GW, XIV, p.311 [“Fetichismo”, *ESB*, XXI].

na língua “esquecida” da infância do sujeito) a ardente curiosidade que o prendia ao falo da mãe, ou seja, àquela eminente falta-a-ser da qual Freud revelou o significante privilegiado.

Foi esse abismo aberto ao pensamento de que um pensamento se fizesse ouvir no abismo que provocou, desde o início, a resistência à análise. E não, como se costuma dizer, a promoção da sexualidade no homem. Esta é o objeto que mais predomina na literatura através dos séculos. E a evolução da psicanálise conseguiu, por um cômico passe de mágica, fazer dela uma instância moral, berço e lugar de expectativa da oblatividade e da amância. A montaria platônica da alma, agora bendita e iluminada, vai direto para o paraíso.

[523]

O escândalo intolerável, na época em que a sexualidade freudiana ainda não era santa, foi ela ser tão “intelectual”. Foi nisso que ela se mostrou a digna comparsa de todos os terroristas cujos complôs iriam arruinar a sociedade.

No momento em que os psicanalistas se dedicam a remodelar uma psicanálise bem-pensante, da qual o poema sociológico do *eu autônomo* é o coroamento, quero dizer aos que me ouvem em quê eles hão de reconhecer os maus psicanalistas: é no termo de que eles se servem para depreciar qualquer pesquisa técnica e teórica que siga a experiência freudiana em sua linha autêntica. Trata-se da palavra *intelectualização*, execrável para todos os que, vivendo eles mesmos no temor de se exporem à prova de beber o vinho da verdade, cospem no pão dos homens, sem que sua baba, aliás, jamais possa exercer ali senão a função de um fermento.

III. A letra, o ser e o outro³⁴

O que assim pensa em meu lugar será, pois, um outro *eu*? Acaso a descoberta de Freud representa a confirmação, no nível da experiência psicológica, do maniqueísmo?³⁵

34. Perde-se na tradução a peculiaridade das sonoridades francesas: *la lettre, l'être et l'autre*. (N.E.)

35. Um de meus colegas chegou a essa idéia ao se perguntar se o *Isso* (*Es*) da doutrina ulterior não seria o “eu mau”. (Já se vê com quem tive de trabalhar, 1966.)

Nenhuma confusão é possível, com efeito: a investigação de Freud não nos introduziu a casos mais ou menos curiosos de uma segunda personalidade. Mesmo na época heróica que acabamos de citar, na qual, como os bichos do tempo dos contos de fadas, a sexualidade falava, o clima de sortilégio que tal orientação teria gerado nunca se delineou.³⁶

A finalidade proposta ao homem pela descoberta de Freud [524] foi definida por ele, no apogeu de seu pensamento, em termos comoventes: *Wo Es war, soll Ich werden. Là où fut ça, il me faut advenir*. Lá onde isso foi, ali devo advir.

Essa finalidade é de reintegração e acordo, ou, diria eu, de reconciliação (*Versöhnung*).

Mas, quando se desconhece a excentricidade radical de si em si mesmo com que o homem é confrontado, ou, dito de outra maneira, a verdade descoberta por Freud, falha-se quanto à ordem e aos caminhos da mediação psicanalítica e se faz dela a operação de compromisso a que ela efetivamente chegou, ou seja, aquilo que é mais repudiado pelo espírito de Freud e pela letra de sua obra: pois, visto que a noção de compromisso é incessantemente evocada por ele como estando na base de todas as misérias que sua análise socorre, podemos dizer que o recurso ao compromisso, seja ele explícito ou implícito, desnorteia toda a ação psicanalítica e a mergulha nas trevas.

Mas tampouco basta entrar em atrito com as tartufices moralizantes de nossa época e encher a boca com a “personalidade total”, apenas para dizer alguma coisa articulada sobre a possibilidade de mediação.

A heteronomia radical, cuja hiância no homem foi mostrada pela descoberta de Freud, já não pode ser encoberta, sem que se considere uma desonestidade intrínseca tudo o que nisso é empenhado.

Qual é, pois, esse outro a quem sou mais apegado do que a mim, já que, no seio mais consentido de minha identidade comigo mesmo, é ele que me agita?

36. Note-se, no entanto, o tom com que se podia falar, nessa época, das traquinagens do inconsciente: *Der Zufall und die Koboldstreiche des Unbewussten* [O acaso e as diabruras do inconsciente] é um título de Silberer que seria absolutamente anacrônico no atual ambiente dos gerenciadores da alma.

Sua presença só pode ser compreendida num grau secundário da alteridade, que já o situa, a ele mesmo, numa posição de mediação em relação a meu próprio desdobramento de mim comigo mesmo como também com o semelhante.

Se eu disse que o inconsciente é o discurso do Outro com maiúscula, foi para apontar o para-além em que se ata o reconhecimento do desejo ao desejo de reconhecimento.

Em outras palavras, esse outro é o Outro invocado até mesmo por minha mentira como garante da verdade em que ela subsiste.

Nisso se observa que é com o aparecimento da linguagem que emerge a dimensão da verdade.

Antes desse ponto, na relação psicológica, perfeitamente isolável na observação de um comportamento animal, devemos admitir a existência de sujeitos, não por alguma miragem projetiva, cujo fantasma o psicólogo está sempre golpeando com seu papo furado, mas em razão da presença manifesta da intersubjetividade. Na espreita em que se esconde, na construção da armadilha, na simulação de atraso com que um fujão desgarrado da tropa despista o rapinador, emerge algo mais do que na ereção fascinante da parada ou do combate. Ali não há, contudo, nada que transcenda a função do engodo a serviço de uma necessidade, nem que afirme uma presença no para-além-do-véu em que a Natureza inteira pode ser questionada quanto a seu desígnio.

Para que a própria questão venha à luz (e sabemos que Freud chegou a ela no *Para-além do princípio do prazer*), é preciso que haja linguagem.

Pois, se posso fazer meu adversário cair no engodo com um movimento contrário a meu plano de batalha, esse movimento só exerce seu efeito enganador justamente na medida em que eu o produza na realidade, e para meu adversário.

Mas, nas proposições através das quais inicio com ele uma negociação de paz, é num lugar terceiro, que não é nem minha fala nem meu interlocutor, que o que ela lhe propõe se situa.

Esse lugar não é outro senão o da convenção significante, tal como se desrevela no cômico desta queixa dolorosa do judeu a seu amigo: “Por que me dizes que vais a Cracóvia para que eu ache que vais a Lemberg, quando na verdade estás indo a Cracóvia?”

É claro que, minha movimentação de tropas de há pouco pode ser compreendida nesse registro convencional da estratégia de

[525]

um jogo, onde é em função de uma regra que engano meu adversário, mas, nesse caso, meu sucesso é avaliado na conotação da traição, isto é, na relação com o Outro garante da Boa Fé.

Aqui, os problemas são de uma ordem cuja heteronomia é simplesmente desconhecida quando é reduzida a qualquer “sentimento do outro”, não importa como ele seja denominado. Pois, havendo a “existência do outro” conseguido, no passado, atingir os ouvidos do Midas psicanalista através da divisória que o separa do conciliábulo fenomenólogo, sabemos que esta notícia passou a correr por entre os juncos:³⁷ “Midas, o rei Midas, é o outro de seu paciente. Foi ele mesmo quem disse.”

[526]

Mas, afinal, que porta ele arrombou com isso? O outro, que outro?

O jovem André Gide, ao desafiar sua senhoria, a quem a mãe o confiara, a tratá-lo como um ser responsável, abrindo ostensivamente ante os olhos dela, com uma chave que só é falsa por ser a mesma que abre todos os cadeados iguais, o cadeado que ela própria julga ser o digno significante de suas intenções educativas, a que outro visa ele? Àquela que irá intervir e a quem o menino dirá, rindo: “De que lhe adianta um cadeado ridículo para me fazer obedecer?” Mas, pelo simples ter ficado quieta e esperado a noite, para, depois da recepção seca que convém, passar um sermão no garoto, não é apenas de uma outra que ela lhe mostra o rosto indignado, mas de um outro André Gide, que desde então já não tem muita certeza, mesmo ao voltar ao assunto no presente, daquilo que quis fazer: que está mudado até mesmo em sua verdade pela dúvida levantada contra sua boa fé.

Talvez esse império da confusão, que é simplesmente aquele em que se encena toda a *opera-buffa* humana, mereça que nos detenhamos nele, para compreender por quais caminhos procede a análise, não apenas para restabelecer uma ordem nela, mas para instaurar as condições da possibilidade de restabelecê-la.

Kern unseres Wesen, o âmago de nosso ser: não é tanto a isto que Freud nos ordena visar, como fizeram muitos outros antes

37. Conforme a versão do mito em que, após um dito infeliz de Midas, Apolo faz nascerem-lhe na cabeça orelhas de asno, notícia que, depois revelada em segredo à terra, é sussurrada ao vento e assim divulgada pelos juncos. (N.E.)

dele através do vão adágio do “Conhece-te a ti mesmo”; são as vias que a ele conduzem que ele nos dá para revisar.

Ou melhor, o isto que ele nos propõe atingir não é o que possa ser objeto de um conhecimento, mas isto — acaso ele não o diz? — que constitui meu ser, e sobre o qual ele nos ensina que eu testemunho tanto ou mais em meus caprichos, minhas aberrações, minhas fobias e meus fetiches quanto em meu personagem vagamente policiado.

Loucura, já não sois o objeto do elogio ambíguo em que o sábio instalou a caverna inexpugnável de seu medo. Se ali, afinal, ele não está muito mal instalando, é porque o agente supremo que escava desde sempre suas galerias e seu dédalo é a própria razão, é o mesmo Logos a que ele serve.

Do mesmo modo, como irão vocês conceber que um erudito tão pouco dotado para os “engajamentos” que o solicitavam em sua época ou em qualquer outra, como foi Erasmo, tenha tido lugar tão eminente na revolução de uma Reforma em que o homem estava tão interessado em cada homem quanto em todos?

[527]

É que ao tocar, por pouco que seja, na relação do homem com o significante, no caso, na conversão dos procedimentos da exegese, altera-se o curso de sua história, modificando as amarras de seu ser.

É por isso que o freudismo, por mais incompreendido que tenha sido e por mais confusas que sejam suas conseqüências, afigura-se, ante qualquer olhar capaz de entrever as mudanças que vivemos em nossa própria vida, como constituindo uma revolução inapreensível, mas radical. Acumular os depoimentos é desnecessário:³⁸ tudo o que interessa não apenas às ciências humanas, mas ao destino do homem, à política, à metafísica, à literatura, às artes, à publicidade, à propaganda e, através delas, à economia, foi afetado por ela.

38. Destaco o mais recente deles no que surge, muito simplesmente, sob a pena de François Mauriac, para se desculpar, no *Figaro Littéraire* de 25 de maio, por sua recusa a nos “contar sua vida”. Se ninguém mais pode engajar-se nisso com o mesmo ânimo, é porque, diz-nos ele, “há meio século, Freud, não importa o que pensemos dele”, passou por aí. E, depois de se curvar por um instante à idéia difundida de que isso é para nos sujeitar à “história de nosso corpo”, ele volta rapidamente ao que sua sensibilidade de escritor não pôde deixar escapar: a confissão mais profunda da alma de todos os que nos são íntimos é o que nosso discurso divulgaria, ao querer se rematar.

Mas, será isso outra coisa senão os efeitos desarmonicos de uma verdade imensa, na qual Freud traçou uma via pura? Há que dizer que essa via não é seguida, em toda técnica que se valha apenas da categorização psicológica de seu objeto, como é o caso da psicanálise de hoje, fora de um retorno à descoberta freudiana.

Do mesmo modo, a vulgaridade dos conceitos a que sua prática recorre, os alinhavos de pseudofreudismo que nela já não passam de ornamento, e ainda o que realmente convém chamar de descrédito em que ela prospera, atestam em conjunto sua renegação fundamental.

Freud, com sua descoberta, fez penetrar no interior do círculo da ciência a fronteira entre o objeto e o ser que parecia marcar seu limite.

Que isso seja sintoma e o prelúdio de um novo questionamento da situação do homem no ente, tal como o supuseram até hoje todos os postulados do conhecimento, não se contentem, rogo-lhes, em catalogar o fato de eu dizê-lo como um caso de heideggerianismo — mesmo que prefixado por um “neo”, o que não acrescenta nada ao estilo bota-no-lixo pelo qual se costuma prescindir de qualquer reflexão através do recurso ao brechó de seus destroços mentais.

[528]

Quando falo de Heidegger, ou melhor, quando o traduzo, esforço-me por deixar à fala que ele profere sua significância soberana.

Se falo da letra e do ser, se distingo o outro e o Outro, é porque Freud os indica a mim como os termos em que se referenciam os efeitos de resistência e transferência com que tenho tido que me haver, de maneira desigual, nos vinte anos em que venho exercendo esta prática — impossível, todos se comprazem em repetir com ele — da psicanálise. E é também porque preciso ajudar outros a não se perderem nela.

É para impedir que fique sem cultivo o campo cuja herança eles detêm e, nesse intuito, para fazê-los ouvir que, se o sintoma é uma metáfora, dizê-lo não é uma metáfora, nem tampouco dizer que o desejo do homem é uma metonímia. Porque o sintoma é uma metáfora, quer se queira ou não dizê-lo a si mesmo, e o desejo é uma metonímia, mesmo que o homem zombe disso.

E é também para que eu convide vocês a se indignarem com o fato de, após tantos séculos de hipocrisia religiosa e fanfarronice

filosófica, ainda não se haver articulado validamente nada do que liga a metáfora à questão do ser e a metonímia à sua falta — nem que fosse preciso que, pelo objeto dessa indignação, como promotor e como vítima, ainda houvesse alguma coisa para responder, ou seja, o homem do humanismo e o crédito, irremediavelmente protestado, que ele sacou sobre suas intenções.

*T.t.y.m.u.p.t.*³⁹ 14-26 de maio de 1957

Note-se aqui que está ligada a este artigo a intervenção que fizemos em 23 de abril de 1960 na Sociedade de Filosofia, a propósito da comunicação ali produzida pelo sr. Perelman sobre sua teoria da metáfora como função retórica — precisamente, na *Teoria da argumentação*.

Essa intervenção pode ser encontrada como apêndice (*Apêndice II*) deste volume.

39. Iniciais de *tu T'y es mis un peu tard*. (N.E.)

De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose

Este artigo contém o mais importante do que foi apresentado em nosso seminário durante os dois primeiros trimestres do ano letivo de 1955-56, ficando excluído, portanto, o terceiro. Publicado em *La Psychanalyse*, vol.4.

Hoc quod triginta tres per annos in ipso loco studui, et Sanctae
Annae Genio loci, et dilectae juventuti, quae eo me sectata est,
diligenter dedico.

I. Rumo a Freud

1. Meio século de freudismo aplicado à psicose deixa seu problema ainda por repensar, ou, em outros termos, no *statu quo ante*.

Poderíamos dizer que, antes de Freud, sua discussão não se destaca de um fundo teórico que se dá como psicologia e não é mais que um resíduo “laicizado” do que chamaremos de a longa cocção metafísica da ciência na Escola (com o E maiúsculo que lhe é devido por nossa reverência).

Ora, se nossa ciência, no que concerne à *physis* em sua matematização cada vez mais pura, guarda apenas dessa cozinha um bafio tão discreto que podemos legitimamente nos interrogar se não terá havido uma substituição de pessoa, o mesmo não acontecendo com respeito à *antiphysis* (ou seja, ao aparelho vivo que se pretende apto a dimensionar a dita *physis*), cujo cheiro de fritura denuncia, sem dúvida alguma, a prática secular, na referida cozinha, de preparação de miolos.

Assim é que a teoria da abstração, necessária para dar conta do conhecimento, fixou-se numa teoria abstrata das faculdades do sujeito, que as mais radicais petições sensualistas não conseguiram tornar mais funcionais no que tange aos efeitos subjetivos.

As tentativas sempre renovadas de corrigir seus resultados, mediante os variados contrapesos do afeto, devem, com efeito, continuar vãs, enquanto se omite questionar se é de fato o mesmo sujeito que é afetado por elas.

[532]

2. Eis a questão que, nos bancos da escola (com e minúsculo), aprendemos a eludir de uma vez por todas, pois, mesmo admitidas as alternâncias de identidade do *percipiens*, sua função constitutiva da unidade do *perceptum* não é discutida. Por conseguinte, a diversidade estrutural do *perceptum* só afeta no *percipiens* uma diversidade de registro, em última análise, a dos *sensorium*. Por direito, essa diversidade é sempre superável, se o *percipiens* se mantiver à altura da realidade.

É por isso que aqueles a quem compete responder à pergunta levantada pela existência do louco não puderam impedir-se de interpor entre ela e eles esses bancos da escola, nos quais encontraram, nessa ocasião, a muralha propícia com que se obrigarem.

Ousamos, com efeito, pôr no mesmo saco, digamos assim, todas as posições nessa matéria, quer sejam mecanicistas ou dinâmicas, quer a gênese seja do organismo ou do psiquismo, e a estrutura, da desintegração ou do conflito, sim, todas elas, por mais engenhosas que se mostrem, na medida em que, em nome do fato manifesto de que uma alucinação é um *perceptum* sem objeto, essas posições contentam-se em pedir ao *percipiens* justificativa desse *perceptum*, sem que ninguém se dê conta de que, nesse pedido, um tempo é saltado: o de interrogar se o *perceptum* em si deixa um sentido unívoco no *percipiens* aqui requisitado a explicá-lo.

Esse tempo, no entanto, deveria parecer legítimo a qualquer exame não prevenido da alucinação verbal, por não ser ela redutível, como veremos, nem a um *sensorium* particular, nem, sobretudo, a um *percipiens*, como aquele que lhe daria sua unidade.

De fato, é um erro tomá-la por auditiva por natureza, quando é concebível, em última instância, que não o seja em nenhum grau (num surdo-mudo, por exemplo, ou em algum registro não auditivo do soletrar alucinatório), mas sobretudo considerando-se que o ato de ouvir não é o mesmo, conforme vise a coerência da cadeia verbal, isto é, a sua sobredeterminação a cada instante

pelo a posteriori de sua seqüência, bem como à suspensão de seu valor, a cada instante, no advento de um sentido sempre pronto a uma remissão, ou conforme se acomode na fala à modulação sonora, a uma dada finalidade de análise acústica: tonal ou fonética, ou até mesmo de potência musical.

[533]

Esses lembretes muito abreviados bastariam para ressaltar a diferença das subjetividades concernidas na visada do *perceptum* (e quão ela é desconhecida no interrogatório dos doentes e na nosologia das “vozes”).

Mas, poder-se-ia pretender reduzir essa diferença a um nível de objetivação no *percipiens*.

Ora, não é nada disso. Pois é no nível em que a “síntese” subjetiva confere seu pleno sentido à fala que o sujeito mostra todos os paradoxos dos quais, ele é o paciente nessa percepção singular. Que esses paradoxos já apareçam quando é o outro que profere a fala, eis o que manifesta suficientemente no sujeito a possibilidade de lhe obedecer, na medida em que ela comanda sua escuta e seu estado de alerta, pois, simplesmente por entrar na audição dela, o sujeito sucumbe a uma sugestão da qual só escapa ao reduzir o outro a ser apenas o porta-voz de um discurso que não é dele, ou de uma intenção que ele mantém reservada.

Mais impressionante ainda, porém, é a relação do sujeito com sua própria fala, onde o importante é mascarado sobretudo pelo fato puramente acústico de que ele não poderia falar sem se ouvir. Que ele não possa escutar-se sem se dividir tampouco é privilégio dos comportamentos da consciência. Os clínicos deram um melhor passo ao descobrir a alucinação verbal motora pela detecção do esboço de movimentos fonatórios esboçados. Mas nem por isso articularam onde reside o ponto crucial, que é que, sendo o *sensorium* indiferente na produção de uma cadeia significativa,

1^ª) esta se impõe por si ao sujeito em sua dimensão de voz;

2^ª) ela assume como tal uma realidade proporcional ao tempo — perfeitamente observável na experiência — que sua atribuição subjetiva comporta; e

3^ª) sua estrutura própria, como significante, é determinante nessa atribuição que, em regra, é distributiva, isto é, com diversas vozes, e colocando portanto o *percipiens* como tal, pretensamente unificante, como equívoco.

3. Ilustraremos o que acaba de ser enunciado com um fenômeno pinçado de uma de nossas apresentações clínicas do ano de 1955-56, ou seja, o mesmo ano do seminário cujo trabalho evocamos aqui. Afirmamos que semelhante descoberta só pode dar-se às custas de uma submissão completa, ainda que advertida, às posições propriamente subjetivas do doente, posições que com demasiada freqüência se forçam ao reduzi-las no diálogo ao processo mórbido, com isso reforçando a dificuldade em adentrá-las devido a reticência provocada, não sem fundamento, no sujeito.

Tratava-se, com efeito, de um desses delírios a dois cujo tipo mostramos há muito tempo no par mãe-filha, e onde o sentimento de intrusão, desenvolvido num delírio de observação, era apenas o desenvolvimento da defesa própria de um binário afetivo, aberto, como tal, a qualquer alienação.

Foi a filha que, durante nosso exame, produziu para nós, como prova das injúrias a que ambas estavam sujeitas por parte de seus vizinhos, um fato concernente ao amante da vizinha que supostamente as importunava com seus assédios, depois que resolveram pôr fim a uma intimidade com ela a princípio acolhida com condescendência. Esse homem, portanto, parte da situação de maneira indireta, e figura aliás bastante apagada nas alegações da doente, havia-lhe dirigido, ao cruzar com ela no corredor do prédio, o ofensivo termo “Porca!”.

A esse respeito, pouco inclinados a reconhecer aí a retorsão de um “Porco!”, fácil demais de extrapolar em nome de uma projeção que, em semelhantes casos, representa nada mais do que a do psiquiatra, lhe perguntamos, muito simplesmente, o que nela mesma poderia ter se proferido no instante anterior. Não sem sucesso, pois ela nos admitiu com um sorriso ter de fato murmurado, ao avistar esse homem, estas palavras, as quais, ao acreditarmos nela, nada tinham de suspeito: “Eu venho do salsicheiro...”

A quem visavam elas? A doente teve muita dificuldade em dizê-lo, colocando-nos no direito de ajudá-la. Por seu sentido textual, não poderemos negligenciar o fato, entre outros, de que ela se separara muito subitamente do marido e da família deste, e assim dera a um casamento reprovado pela mãe um desenlace que se mantivera sem epílogo, a partir da convicção que adquirira de que aqueles camponeses não se propunham nada menos, para

acabar com aquela imprestável moça da cidade, do que picá-la em pedacinhos.

[535]

Mas, não importa se é ou não necessário recorrer à fantasia do corpo despedaçado para compreender como a doente, prisioneira da relação dual, torna a responder aí a uma situação que a ultrapassa.

Para nosso objetivo atual, basta a doente haver reconhecido que a frase era alusiva, sem que no entanto pudesse mostrar nada além de perplexidade quanto a apreender a quem dos co-presentes ou do ausente se referia a alusão, pois assim se evidencia que o [Eu], como sujeito da frase em estilo direto, deixara em suspenso, de conformidade com sua chamada função de *shifter* na lingüística,¹ a designação do sujeito falante, durante todo o tempo em que a alusão, em sua intenção decerto conjuratória, mantivera-se, por sua vez, oscilante. Essa incerteza teve fim, passada a pausa, com a aposição da palavra “porca”, esta por demais carregada de invectiva para acompanhar isocronicamente a oscilação. É assim que o discurso vem a realizar sua intenção de rejeição na alucinação. No lugar em que o objeto indizível é rechaçado no real, uma palavra faz-se ouvir, porque, vinda no lugar daquilo que não tem nome, ela não pode acompanhar a intenção do sujeito sem dele se desligar pelo travessão da réplica: opondo sua antístrofe de depreciação ao praguejar da estrofe, desde então restituída à paciente com o índice do [eu], e unindo-se em sua opacidade aos dardejamentos do amor, quando, na falta de um significante para denominar o objeto de seu epitalâmio, ele emprega a intermediação do imaginário mais cru: “Eu te como... — Chuchuzinho!” “Estás todo derretido... — gato!”²

1. Roman Jakobson tomou esse termo de Jespersen, para designar as palavras do código que só adquirem sentido através das coordenadas (atribuição, datação, local de emissão) da mensagem. Referidos à classificação de Peirce, são símbolos-índex. Os pronomes pessoais são seu exemplo eminente: suas dificuldades de aquisição e seus déficits funcionais ilustram a problemática gerada por esses significantes no sujeito. (Roman Jakobson, *Shifters, Verbal Categories, and the Russian Verb*, Russian Language Project, Department of Slavic Languages and Literatures, Harvard University, 1957).

2. “Je te mange... — Chou!”, “Tu te pâmes... — Rat!”. Chou (couve) e rat (rato) são também, na linguagem coloquial, expressões de carinho. O verbo

4. Esse exemplo é aqui destacado apenas para captar no ponto essencial que a função de irrealização não é tudo no símbolo. Pois, para que sua irrupção no real seja indubitável, basta que ele se apresente, como é comum, sob a forma da cadeia rompida.³

Também tocamos aí no efeito que todo significante tem, uma vez percebido, de suscitar no *percipiens* um assentimento constituído pelo despertar da duplicidade oculta do segundo pela ambigüidade manifesta do primeiro.

Tudo isso, é claro, pode ser tomado por efeitos de miragem, na perspectiva clássica do sujeito unificador.

É simplesmente impressionante que essa perspectiva, reduzida a ela mesma, não ofereça sobre a alucinação, por exemplo, senão pontos de vista de tamanha pobreza que o trabalho de um louco, sem dúvida tão notável quanto se averigua ser o Presidente Schreber em suas *Memórias de um doente dos nervos*,⁴ possa, após haver recebido desde antes de Freud a melhor acolhida dos psiquiatras, ser considerado, mesmo depois dele, uma antologia a ser proposta como uma introdução à fenomenologia da psicose, e não apenas para o iniciante.⁵

Quanto a nós, ele nos forneceu a base para uma análise estrutural, quando, em nosso seminário do ano de 1955-56 sobre as estruturas freudianas nas psicoses, retomamos, seguindo o conselho de Freud, seu exame.

A relação entre o significante e o sujeito, que essa análise revela, encontra-se, como vemos neste exórdio, já no aspecto

[536]

pâmer (cair em espasmo) tanto expressa as idéias de desfalecer, estremecer (de gozo ou êxtase, por exemplo), quanto de estrebuchar (como um rato numa ratoeira). (N.E.)

3. Cf. o seminário de 8 de fevereiro de 1956, onde desenvolvemos o exemplo da vocalização “normal” de “a paz do anoitecer”.

4. *Denkwürdigkeiten eines Nervenkranken, von Dr. jur. Daniel-Paul Schreber, Senätspräsident beim kgl. Oberlandesgericht Dresden a-D.*, Oswald Mutze, Leipzig, 1903, do qual preparamos uma tradução francesa para uso de nosso grupo [*Memórias de um doente dos nervos*, trad. e org. de Marilene Carone, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995].

5. Essa é, principalmente, a opinião expressa pela autora da tradução inglesa dessas *Memórias*, publicada no ano de nosso seminário (cf. *Memoirs of my Nervous Illness*, traduzido por Ida Macalpine e Richard Hunter, Londres, W.M. Dawson & Sons), em sua introdução, p.25. Ela dá conta, no mesmo lugar, da trajetória do livro, p.6-10.

dos fenômenos, quando, partindo da experiência de Freud, saibamos a que ponto ela conduz.

Mas essa partida do fenômeno, convenientemente executada, reencontraria esse ponto, como aconteceu conosco quando um primeiro estudo da paranóia, trinta anos atrás, levou-nos ao limiar da psicanálise.⁶

Em parte alguma, com efeito, a concepção falaciosa de um processo psíquico no sentido de Jaspers, do qual o sintoma seria apenas o indício, é mais despropositado do que na abordagem da psicose, porque em parte alguma o sintoma, se soubermos lê-lo, está mais claramente articulado na própria estrutura.

[537]

O que nos imporá definir esse processo pelos mais radicais determinantes da relação do homem com o significante.

5. Mas não é necessário ter chegado a esse ponto para sentir interesse pela variedade com que se apresentam as alucinações verbais nas *Memórias* de Schreber, nem para reconhecer ali diferenças totalmente diversas daquelas em que elas são “clássicamente” classificadas segundo seu modo de implicação no *percipiens* (o grau de sua “crença”) ou na realidade deste (a “auditição”): ou seja, diferenças, antes, que se prendem a sua estrutura de fala, na medida em que essa estrutura já está no *perceptum*.

Considerando o simples texto das alucinações, uma distinção logo se estabelece para o lingüista entre fenômenos de código e fenômenos de mensagem.

Aos fenômenos de código pertencem, nessa abordagem, as vozes que se servem da *Grundsprache*, que traduzimos como língua fundamental, e que Schreber descreve (S. 13-I)⁷ como

6. Tratou-se de nossa tese de doutorado em medicina, intitulada *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, que nosso mestre Heuyer, escrevendo à nossa pessoa, julgou, com muita pertinência, nestes termos: “Uma andorinha não faz verão”; e acrescentou, a propósito de nossa bibliografia: “Se o senhor leu tudo isso, eu me compadeço.” Eu tinha lido tudo, de fato.

7. Os parênteses compreendendo a letra S, seguida por números (respectivamente arábicos e romanos), serão empregados neste texto para remeter à página e ao capítulo correspondentes das *Denkenwürdigkeiten* na edição original, paginação esta reproduzida, felizmente, nas margens da tradução inglesa. [Ela é também reproduzida na edição brasileira. (N.E.)]

“um alemão um tanto arcaico, mas ainda rigoroso, que se caracteriza principalmente por uma grande riqueza de eufemismos”. Em outro ponto (S. 167-XII), ele se reporta com pesar “à sua forma autêntica, por seus traços de nobre distinção e simplicidade”.⁸

Essa parte dos fenômenos é especificada em locuções neológicas por sua forma (novas palavras compostas, mas numa composição conforme às regras da língua do paciente) e por seu emprego. As alucinações instruem o sujeito sobre as formas e empregos que constituem o neocódigo: o sujeito lhes deve, por exemplo, antes de mais nada, a denominação de *Grundsprache* para designá-lo.

Trata-se de algo bastante próximo das mensagens que os lingüistas chamam de *autônomas*, na medida em que é o próprio significante (e não o que ele significa) que é objeto da comunicação. Mas essa relação da mensagem consigo mesma, singular porém normal, reduplica-se, aqui, por serem essas mensagens tidas como sustentadas por seres cujas relações elas mesmas enunciam, sob modos que se revelam muito análogos às conexões do significante. O termo *Nervenanhang*, que traduzimos por anexação-de-nervos, e que também provém dessas mensagens, ilustra essa observação, na medida em que a paixão e a ação entre esses seres reduzem-se a esses nervos anexados ou desanexados, bem como na medida em que estes, assim como os raios divinos (*Gottesstrahlen*) de que são homogêneos, não passam da entificação das palavras que sustentam (S. 130-X: o que as vozes formulam como: “Não se esqueça de que a natureza dos raios é que eles devem falar.”)

[538]

Relação, aqui, do sistema com sua própria constituição de significante, que engrossaria o dossiê da questão da metalinguagem e que, em nossa opinião, demonstrará a impropriedade dessa noção, caso ela pretenda definir elementos diferenciados na linguagem.

Observemos, por outro lado, que estamos na presença desses fenômenos erroneamente chamados de intuitivos, pelo fato de o

8. “... a verdadeira língua fundamental, isto é, a expressão dos verdadeiros sentimentos das almas na época em que ainda não havia frases decoradas, caracterizava-se por uma nobre distinção e simplicidade” (*Memórias...*, op. cit., p.140). (N.E.)

efeito de significação antecipar-se, neles, ao desenvolvimento desta. Trata-se, na verdade, de um efeito do significante, na medida em que seu grau de certeza (segundo grau: significação de significação) adquire um peso proporcional ao vazio enigmático que se apresenta inicialmente no lugar da própria significação.

O curioso nesse caso é que, à medida mesma em que, para o sujeito, essa alta tensão do significante decresce, isto é, que as alucinações reduzem-se a ritornelos, a cantilenas cujo vazio é imputado a seres sem inteligência nem personalidade, até mesmo francamente apagados do registro do ser, é nessa mesma medida, dizemos, que as vozes se referem à *Seelenauffassung*, à concepção-das-almas (segundo a língua fundamental), concepção esta que se manifesta num catálogo de pensamentos que não é indigno de um livro de psicologia clássica. Catálogo ligado, nas vozes, a uma intenção pedante, o que não impede o sujeito de fazer sobre isso os mais pertinentes comentários. Observemos que, nesses comentários, a origem dos termos é sempre cuidadosamente distinguida: por exemplo, quando o sujeito emprega a palavra *Instanz* (S. nota de 30-II-Conf. notas 11 a 21-I), ele frisa numa nota: a expressão é de minha autoria.

[539]

Assim é que não lhe escapa a importância primordial dos pensamentos-de-memória (*Erinnerungsgedanken*) na economia psíquica, e ele logo indica a prova disso no uso poético e musical do refrão modulatório.

Nosso paciente, que qualifica impagavelmente essa “concepção das almas” de “a representação um tanto idealizada que as almas faziam da vida e do pensamento humano” (S. 164-XII), acredita haver “chegado a intuições sobre a essência do processo do pensamento e do sentimento no homem de fazer inveja a muitos psicólogos” (S. 167-XII).

Concordamos com ele de bom grado tanto mais que, diferentemente deles, esses conhecimentos, cujo alcance ele aprecia tão humoristicamente, ele não imagina extraí-los da natureza das coisas, e, se acredita dever tirar partido deles, é, como acabamos de indicar, a partir de uma análise semântica!⁹

9. Notemos que nossa homenagem, aqui, só faz prolongar a de Freud, a quem não repugna reconhecer no próprio delírio de Schreber uma antecipação da teoria da libido (*GW*, VIII, p.315).

Mas, para retomar nosso fio, passemos aos fenômenos que opoemos aos precedentes como fenômenos de mensagem.

Trata-se das mensagens interrompidas, pelas quais se sustenta entre o sujeito e seu interlocutor divino uma relação à qual elas dão a forma de um *challenge* ou de uma prova de resistência.

A voz do parceiro, com efeito, limita as mensagens em questão a um começo de frase, cujo complemento de sentido não apresenta, além do mais, dificuldade para o sujeito, exceto por seu aspecto agastante, ofensivo e, na maioria das vezes, com uma inépcia própria a desencorajá-lo. A valentia que ele demonstra, ao não faltar para com sua réplica, inclusive para desmontar as armadilhas às quais ele é induzido, não é o menos importante para nossa análise do fenômeno.

Porém vamos nos deter aqui, mais uma vez, no próprio texto do que se poderia chamar a provocação (ou melhor, a prótase) alucinatória. Dessa estrutura, o sujeito nos fornece os seguintes exemplos (S. 217-XVI [*Memórias...*, p.176]): (1) *Nun will ich mich* (agora eu vou me...); (2) *Sie sollen nämlich...* (Você deve de fato...); (3) *Das will ich mir...* (Nisso eu quero...), para nos atermos a estes, aos quais ele tem que retrucar com seu suplemento significativo, que não lhe traz dúvidas, a saber: (1) render-me ao fato de que sou idiota; (2) quanto a você ser exposto (palavra da língua fundamental) como renegador de Deus e afeito a uma libertinagem voluptuosa, sem falar do resto; (3) pensar bem.

[540]

Podemos observar que a frase se interrompe no ponto onde termina o grupo de palavras que poderíamos chamar de termos-índice, isto é, aqueles cuja função no significante é designada, conforme o termo empregado acima, por *shifters*, ou seja, precisamente os termos que, no código, indicam a posição do sujeito a partir da própria mensagem.

Depois disso, a parte propriamente léxica da frase, ou, dito de outra maneira, a que abrange as palavras que o código define por seu emprego, quer se trate do código comum ou do código delirante, fica elidida.

Acaso não nos impressiona a predominância da função do significante nessas duas ordens de fenômenos, ou não somos incitados a buscar o que há no fundo da associação que eles constituem: de um código composto de mensagens sobre o código, e de uma mensagem reduzida àquilo que no código indica a mensagem?

Tudo isso exigiria ser transposto com o máximo cuidado para um grafo,¹⁰ no qual tentamos, nesse mesmo ano, representar as conexões internas do significante na medida em que estruturam o sujeito.

Pois há aí uma topologia totalmente distinta daquela que poderia levar a imaginar a exigência de um paralelismo imediato entre a forma dos fenômenos e suas vias de condução no neuro-eixo.

Mas essa topologia, que está na linha inaugurada por Freud — quando ele se empenhou, depois de ter aberto com os sonhos o campo do inconsciente, em descrever sua dinâmica, sem se sentir ligado a preocupação alguma de localização cortical —, é justamente o que melhor pode preparar as perguntas com que se há de interrogar a superfície do córtex.

Pois é somente após a análise lingüística do fenômeno da linguagem que se pode legitimamente estabelecer a relação que ele constitui no sujeito e, ao mesmo tempo, delimitar a ordem das “máquinas” (no sentido puramente associativo que tem esse termo na teoria matemática das redes) capazes de realizar esse fenômeno.

[541]

Não é menos notável que tenha sido a experiência freudiana que induziu o autor destas linhas na direção aqui exposta. Passemos, pois, ao que essa experiência acrescenta à nossa questão.

II. *Depois de Freud*

1. O que nos trouxe Freud aqui? Entramos no assunto afirmando que, quanto ao problema da psicose, essa contribuição levava a uma recaída.

Ela é imediatamente sensível no simplismo dos recursos invocados em concepções que se reduzem, todas, a este esquema fundamental: como fazer passar o interior para o exterior? O sujeito, efetivamente, pode até englobar aqui um *isso* opaco, pois de qualquer modo é como *eu*, isto é, de maneira inteiramente expressa na atual orientação psicanalítica, como esse mesmo

10. Cf. p.822.

percipiens indestrutível, que ele é invocado na motivação da psicose. Esse *percipiens* tem todo o poder sobre seu correlato não menos inalterado — a realidade —, e o modelo desse poder é buscado num dado acessível à experiência comum, a da projeção afetiva.

Pois as teorias atuais destacam-se pelo modo absolutamente acrítico pelo qual esse mecanismo da projeção é nelas utilizado. Tudo objeta a isso e, no entanto, nada o impede, e ainda menos a evidência clínica de que não há nada em comum entre a projeção afetiva e seus pretensos efeitos delirantes, entre o ciúme da infiel e o do alcoólatra, por exemplo.

Embora Freud, em sua tentativa de interpretação do caso do Presidente Schreber, que é mal lida quando se a reduz aos ramerrões que vieram depois, empregue a forma de uma dedução gramatical para expor as mudanças de orientação da relação com o outro na psicose, ou seja, os diferentes meios de negar a proposição *eu o amo*, donde se segue que esse juízo negativo estrutura-se em dois tempos — primeiro, a inversão do valor do verbo: *eu o odeio*, ou a inversão do gênero do agente ou do objeto: *não sou eu*, ou então, *não é ele, é ela* (ou vice-versa); segundo, a permutação dos sujeitos: *ele me odeia, é a ela que* [542]
ele ama, é ela que me ama —, os problemas lógicos formalmente implicados nessa dedução não retêm a atenção de ninguém.

Mais ainda, se Freud, nesse texto, afasta expressamente o mecanismo da projeção como insuficiente para explicar o problema, entrando nesse momento numa elaboração muito longa, detalhada e sutil sobre o recalque, mas oferecendo pedras de espera para nosso problema, digamos apenas que estas continuam a se perfilar, invioladas, acima da poeira levantada do canteiro de obras psicanalítico.

2. Depois disso, Freud produziu a *Introdução ao narcisismo*. Serviram-se dela para o mesmo fim, para um bombeamento, aspirando e recalcando, ao sabor dos tempos do teorema, a libido pelo *percipiens*, que assim fica apto a inflar e desinflar uma realidade-balão.

Freud forneceu a primeira teoria do modo pelo qual o eu se constitui segundo o outro, na nova economia subjetiva determinada pelo inconsciente: respondeu-se a ela aclamando nesse *eu*

o reencontro do bom e velho *percipiens*, resistente a tudo, e da função de síntese.

Como nos surpreendermos com o fato de não se haver tirado disso outro benefício, no tocante à psicose, senão a promoção definitiva da noção de *perda da realidade*?

E isso não é tudo. Em 1924, Freud escreveu um artigo incisivo, “A perda da realidade na neurose e na psicose”, no qual chamou atenção para o fato de que o problema não é o da perda da realidade, mas o expediente daquilo que vem substituí-la. Discurso para surdos, já que o problema está resolvido: a loja de acessórios está no interior, e eles são retirados ao sabor das necessidades.

De fato, é com esse esquema que até o sr. Katan, nos estudos em que retoma tão atentamente as etapas da psicose em Schreber, guiado por sua preocupação de desvendar a fase pré-psicótica, satisfaz-se ao citar a defesa contra a tentação dos instintos, contra a masturbação e a homossexualidade, no caso, para justificar o surgimento da fantasmagoria alucinatória, cortina interposta pela operação do *percipiens* entre a tendência e seu estímulo real.

Quanto nos teria essa simplicidade aliviado em certo momento, se a julgássemos suficiente para explicar o problema da criação literária na psicose!

[543]

3. De resto, que problema ainda haveria de criar obstáculos ao discurso da psicanálise, quando a implicação de uma tendência na realidade responde pela regressão de ambas? Que poderia fatigar esses espíritos que se conformam em que se lhes fale de regressão sem distinguir a regressão na estrutura, a regressão na história e a regressão no desenvolvimento (distinguidas por Freud, em cada ocasião, como tópica, temporal ou genética)?

Renunciamos a nos deter aqui no inventário da confusão. Ele é batido para aqueles a quem formamos e não interessaria aos outros. Contentar-nos-emos em propor, para sua meditação comum, o efeito de despaisante produzido — com respeito a uma especulação que se dedicou a girar em círculos entre desenvolvimento e meio ambiente — pela simples menção dos traços que, no entanto, são o arcabouço do edifício freudiano, quais sejam, a equivalência, sustentada por Freud, da função imaginária do falo nos dois sexos (desespero, por muito tempo, dos cultuadores de falsas janelas “biológicas”, isto é, naturalistas), o

complexo de castração, descoberto como fase normativa da assunção de seu próprio sexo pelo sujeito, o mito do assassinato do pai, tornado necessário pela presença constitutiva do complexo de Édipo em toda história pessoal, e, *last but not...*, o efeito de desdobramento introduzido na vida amorosa pela própria instância repetitiva do objeto sempre a ser reencontrado como único. Será que ainda é preciso lembrar o caráter intrinsecamente dissidente da noção de pulsão em Freud, a disjunção por princípio da tendência, de sua direção e de seu objeto, e não apenas sua “perversão” original, mas sua implicação numa sistemática conceitual, aquela cujo lugar Freud marcou, desde os primeiros passos de sua doutrina, com o título de teorias sexuais infantis?

Acaso não se vê que estamos há muito tempo longe de tudo isso, num naturismo educativo que já não tem outro princípio senão a noção de gratificação e sua decorrência, a frustração, não mencionada em parte alguma por Freud?

Sem dúvida, as estruturas reveladas por Freud continuam a sustentar, não apenas em sua plausibilidade, mas também em seu funcionamento, os vagos dinamismos com que a psicanálise de hoje pretende nortear seu curso. Uma técnica esvaziada só seria mesmo mais capaz de “milagres” — não fosse pelo conformismo adicional que reduz seus efeitos aos de uma mescla de sugestão social e superstição psicológica.

[544]

4. Chega a ser surpreendente que uma exigência de rigor nunca se manifeste senão em pessoas a quem o curso dos acontecimentos mantém, por algum aspecto, à margem desse concerto, como a sra. Ida Macalpine, que nos coloca na situação de nos maravilharmos por encontrar, ao lê-la, um espírito firme.

Sua crítica do chavão que se restringe ao fator da repressão de uma pulsão homossexual, aliás inteiramente indefinida, para explicar a psicose, é magistral, e ela o demonstra com esmero no próprio caso de Schreber. A homossexualidade, pretensamente determinante da psicose paranóica, é propriamente um sintoma articulado em seu processo.

Esse processo iniciou-se muito antes, no momento em que surgiu seu primeiro sinal em Schreber, sob a aparência de uma dessas idéias hipnopômicas que, em sua fragilidade, apresentam-nos uma espécie de tomografias do *eu*, idéia cuja função imaginária é-nos suficientemente indicada em sua forma: como seria *belo* ser uma mulher na hora da copulação.

A sra. Ida Macalpine, embora inaugure aí uma crítica justa, acaba no entanto por desconhecer que, se Freud depositou tanta ênfase na questão homossexual, foi, primeiro, para demonstrar que ela condiciona a idéia de grandeza no delírio, porém, mais essencialmente, ele denunciou ali o modo de alteridade segundo o qual se efetua a metamorfose do sujeito, ou, em outras palavras, o lugar onde se sucedem suas “transferências” delirantes. Ela teria feito melhor em se fiar na razão pela qual Freud, também nesse caso, obstinou-se numa referência ao Édipo com a qual ela não concorda.

Essa dificuldade a teria levado a descobertas que com certeza nos teriam esclarecido, pois ainda está tudo por dizer no que tange à função do chamado Édipo invertido. A sra. Macalpine prefere rechaçar, nesse ponto, qualquer recurso ao Édipo, para supri-lo com uma fantasia de procriação que se observa na criança de ambos os sexos, e isso sob a forma de fantasias de gravidez que, aliás, ela considera ligadas à estrutura da hipocondria.¹¹

[545]

Essa fantasia é realmente essencial, e até assinalarei aqui que o primeiro caso em que a obtive de um homem foi por um

11. Quem quer provar demais acaba se perdendo. É assim que a sra. Macalpine, aliás bastante inspirada ao se deter no caráter — assinalado pelo próprio paciente como excessivamente persuasivo (S. 39-IV) — da estimulação sugestiva a que se entrega o prof. Flechsig (que tudo nos indica ter sido de hábito mais calmo) junto a Schreber, quanto às promessas da sonoterapia que ele lhe propõe, a sra. Macalpine, dizíamos, interpreta longamente os temas de procriação que julga serem sugeridos por esse discurso (ver *Memoirs...*, Discussão, p.396, linhas 12 e 21), apoiando-se no emprego do verbo *to deliver* para designar o efeito esperado do tratamento sobre seus distúrbios, bem como no do adjetivo *prolific*, pelo qual ela traduz, aliás exigindo demais dele, o termo alemão *ausgiebig* [profundo, abundante], aplicado ao sono em causa. [O verbo *deliver* tem o sentido de *livrar*, na forma de seu acréscimo à tradução inglesa, “... and gave me the hope of delivering me of the whole illness through one prolific sleep”, mas comporta ainda, entre outras, a aceção de parir, dar à luz. (N.E.)]

Ora, o termo *to deliver* não é passível de discussão quanto ao que traduz, pela simples razão de que não há nada para traduzir. Esfregamos os olhos diante do texto alemão. Esse verbo foi simplesmente esquecido pelo autor ou pelo tipógrafo, e a sra. Macalpine, em seu esforço de tradução, no-lo devolveu inadvertidamente. Como não considerar bem merecida a felicidade que ela deve ter experimentado, mais tarde, ao encontrá-lo tão conforme a seus anseios?

caminho que marcou época em minha carreira, e não se tratava nem de um hipocondríaco nem de um histérico.

Essa fantasia, ela prova, até com um requinte *mirabile* nestes dias que correm, a necessidade de ligá-la a uma estrutura simbólica. Mas, para encontrar esta última fora do Édipo, ela vai buscar referências etnográficas cuja assimilação nos é difícil aquilatar em seu texto. Trata-se do tema “heliolítico”, do qual um dos mais eminentes paladinos da escola difusionista inglesa fez-se esteio. Sabemos do mérito dessas concepções, mas elas não nos parecem apoiar minimamente a idéia que a sra. Macalpine pretende dar de uma procriação assexuada como concepção “primitiva”.¹²

O erro da sra. Macalpine se aquilata, aliás, por ela chegar ao resultado mais oposto àquele que procura.

Ao isolar uma fantasia numa dinâmica que ela qualifica de intrapsíquica, segundo uma perspectiva que abre a respeito da noção de transferência, ela acaba por apontar, na incerteza do psicótico quanto a seu próprio sexo, o ponto sensível em que deve incidir a intervenção do psicanalista, contrastando os felizes efeitos dessa intervenção com o efeito catastrófico, de fato constantemente observado nos psicóticos, de qualquer sugestão no sentido do reconhecimento de uma homossexualidade latente.

[546]

Ora, a incerteza a respeito do próprio sexo é justamente um traço banal na histeria, cujas intromissões no diagnóstico a Sra. Macalpine denuncia.

É que nenhuma formação imaginária é específica,¹³ nenhuma é determinante, nem na estrutura nem na dinâmica de um

12. Macalpine, op. cit., p.361 e 379-80.

13. Perguntamos à sra. Macalpine (ver *Memoirs...*, p.391-2) se o número 9, implicado como está em durações tão diversas quanto os prazos de 9 horas, 9 dias, 9 meses ou 9 anos, que ela faz brotar a todo momento da anamnese do paciente, para reencontrá-lo na hora do relógio na qual sua angústia o levou a iniciar a sonoterapia acima evocada, ou na hesitação entre 4 e 5 dias, renovada em várias ocasiões num mesmo período de sua rememoração pessoal, deve ser concebido como fazendo parte como tal, isto é, como símbolo, da relação imaginária isolada por ela como fantasia de procriação.

Essa pergunta interessa a todo o mundo, pois difere do uso feito por Freud, no *Homem dos Lobos*, da forma do número V, supostamente mantida pela extremidade do ponteiro no carrilhão por ocasião de uma cena percebida na

processo. E é por isso que nos condenamos a deixar passar uma e outra quando, na esperança de melhor apreendê-las, desdenhamos a articulação simbólica que Freud descobriu juntamente com o inconsciente, e que de fato lhe é consubstancial: é a necessidade dessa articulação que ele nos expressa em sua referência metódica ao Édipo.

5. Como imputar à sra. Macalpine o prejuízo desse desconhecimento, uma vez que, na impossibilidade de ser dissipado, ele tem estado sempre aumentando na psicanálise?

É por isso que, de um lado, os psicanalistas reduziram-se, para definir a clivagem mínima e realmente exigível entre a neurose e a psicose, a apelar para a responsabilidade do *eu* perante a realidade: é o que chamamos de deixar o problema da psicose no *statu quo ante*.

Um ponto, no entanto, foi designado com muita precisão como sendo a ponte da fronteira entre os dois domínios.

Chegou-se até a fazer o mais desmedido inventário a propósito da questão da transferência na psicose. Seria falta de caridade reunir aqui o que se disse a esse respeito. Vejamos nisso apenas uma oportunidade de render uma homenagem ao espírito da sra. Ida Macalpine, quando ela resume nos seguintes termos uma postura bastante conforme ao clima que atualmente se manifesta na psicanálise: em suma, os psicanalistas afirmam-se em condições de curar a psicose em todos os casos em que não se trata de psicose.¹⁴

[547]

Foi quanto a esse ponto que Midas, legiferando um dia sobre as indicações da psicanálise, exprimiu-se nestes termos: “É claro que a psicanálise só é possível com um sujeito para quem existe um outro!” E Midas atravessou a ponte, ida e volta, tomando-a por um terreno baldio. Como poderia ser de outra maneira, se ele não sabia que o rio estava ali?

O termo *outro*, até então inaudito entre o povo psicanalítico, não tinha para ele outro sentido senão o do murmúrio dos juncos.

idade de um ano e meio, para reencontrá-la no bater das asas da borboleta, nas pernas abertas de uma moça etc.

14. Ler p. cit. de sua introdução, p.13-9.

III. Com Freud

1. É realmente impressionante que uma dimensão que se faz sentir como a de Outra-coisa em tantas experiências que os homens vivem, não, em absoluto, sem pensar nelas, e sim pensando, mas sem pensar que pensam, e, como Telêmaco, pensando na despesa, nunca tenha sido pensada até ser congruentemente dita por aqueles a quem a idéia de pensamento garante pensar.

O desejo, o tédio, a reclusão, a revolta, a prece, a vigília (eu gostaria que nos detivéssemos nesta, já que Freud se refere expressamente a ela através da evocação, no meio de seu Schreber, de uma passagem do *Zarathustra* de Nietzsche¹⁵), o pânico, enfim, estão aí para nos atestar a dimensão desse Alhures e para nos chamar a atenção para isso, não digo como simples estados d'alma que o pensa-sem-riir pode colocar em seu lugar, porém, muito mais consideravelmente, como princípios permanentes das organizações coletivas, fora das quais a vida humana não parece poder manter-se por muito tempo.

Sem dúvida, não é impossível que o mais pensável pensa-em-pensar, ele mesmo pensando ser essa Outra-coisa, possa ter sempre tolerado mal essa eventual concorrência.

[548]

Mas, essa aversão torna-se perfeitamente clara, uma vez feita a junção conceitual, na qual ninguém pensara até então, desse Alhures com o lugar, presente para todos e vedado para cada um, em que Freud descobriu que, sem que se pense nisso, e portanto, sem que qualquer um possa pensar estar pensando melhor que outro, isso pensa. Isso pensa um bocado mal, mas pensa com firmeza, pois foi nesses termos que ele nos anunciou o inconsciente: pensamentos que, se suas leis não são de modo algum as mesmas de nossos pensamentos de todos os dias, nobres ou vulgares, são perfeitamente articulados.

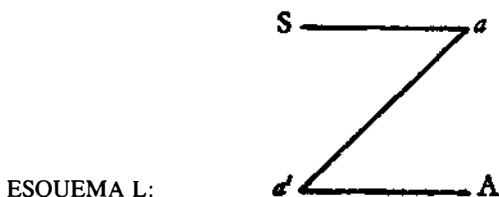
Mais um meio, portanto, de reduzir esse Alhures à forma imaginária de uma nostalgia, de um Paraíso perdido ou futuro; o que encontramos aí é o paraíso dos amores infantis, onde, baudelaire de Deus!, ele se abstém de coisas escandalosas.

15. Antes do nascer do sol, *Vor Sonnenaufgang: Also sprach Zarathustra*, Dritter Teil. Trata-se do 4º canto dessa terceira parte.

Aliás, se nos restasse alguma dúvida, Freud denominou o lugar do inconsciente por um termo que o impressionara em Fechner (que, em seu experimentalismo, não era em absoluto o realista que nos sugerem nossos manuais): *ein anderer Schauplatz*, uma outra cena; e o retomou vinte vezes em suas obras inaugurais.

Esperando que essa aspersão de água fresca tenha reanimado os espíritos, passemos à formulação científica da relação com esse Outro do sujeito.

2. Aplicaremos, “para fixar as idéias” e as almas aqui pensando, aplicaremos a dita relação ao esquema L, já produzido e aqui simplificado:



que significa que o estado do sujeito S (neurose ou psicose) depende do que se desenrola no Outro A. O que nele se desenrola articula-se como um discurso (o inconsciente é o discurso do Outro), do qual Freud procurou inicialmente definir a sintaxe relativa aos fragmentos que nos chegam em momentos privilegiados, sonhos, lapsos, chistes.

[549]

Nesse discurso, como estaria o sujeito implicado, se dele não fosse parte integrante? Ele o é, com efeito, enquanto repuxado para os quatro cantos do esquema, ou seja, S, sua inefável e estúpida existência, *a*, seus objetos, *a'*, seu eu, isto é, o que se reflete de sua forma em seus objetos, e A, lugar de onde lhe pode ser formulada a questão de sua existência.

Pois uma verdade da experiência, para a análise, é que a questão de sua existência coloca-se para o sujeito, não sob a feição da angústia que ela suscita no nível do *eu*, e que é apenas um elemento de seu cortejo, mas como uma pergunta articulada: “Que sou eu nisso?”, concernente a seu sexo e sua contingência no ser, isto é, a ele ser homem ou mulher, por um lado, e por outro, ao fato que

poderia não sê-lo, os dois conjugando seu mistério e enlaçando-o aos símbolos da procriação e da morte. Que a questão de sua existência inunde o sujeito, suporte-o, invada-o ou até o dilacere por completo, é o que testemunham ao analista as tensões, as suspensões e as fantasias com que ele depara; mas resta ainda dizer que é sob a forma de elementos do discurso particular que essa questão no Outro se articula. Pois é por esses fenômenos se ordenarem nas figuras desse discurso que eles têm fixidez de sintomas, que são legíveis e se resolvem ao serem decifrados.

3. Convém ainda insistir em que essa questão não se apresenta no inconsciente como inefável, em que essa questão é um questionamento ali, ou seja, em que, antes de qualquer análise, ela já está articulada em elementos discretos. Isso é capital, pois esses elementos são os que a análise linguística nos ordena isolar como significantes, e ei-los captados em sua função em estado puro, no ponto simultaneamente mais inverossímil e mais verossímil:

— o mais inverossímil, pois sua cadeia que eles formam mostra subsistir numa alteridade em relação ao sujeito, tão radical

[550]

quanto a dos hieróglifos ainda indecifráveis na solidão do deserto;
— o mais verossímil, porque somente ali pode aparecer sem ambigüidade a função que eles têm de induzir no significado a significação, impondo-lhe sua estrutura.

Pois, certamente, os sulcos que o significante cava no mundo real vão buscar, para alargá-las, as hiências que ele lhe oferece como ente, a ponto de poder persistir uma ambigüidade quanto a apreender se o significante não segue ali a lei do significado.

Mas, o mesmo não acontece no nível do questionamento, não do lugar do sujeito no mundo, porém de sua existência como sujeito, questionamento este que, a partir dele, vai estender-se à sua relação intramundana com os objetos e à existência do mundo, na medida em que ela também pode ser questionada para-além de sua ordem.

4. É capital constatar, na experiência do Outro inconsciente para onde Freud nos guia, que a questão não encontra seus contornos em pululações protomórficas da imagem, em intumescências vegetativas, em franjas anímicas que se irradiam das palpitações da vida.

Nisso reside toda a diferença entre sua orientação e a da escola de Jung, que se prende a essas formas: *Wandlungen der Libido*. Essas formas podem ser promovidas ao primeiro plano de uma prática divinatória, pois podemos produzi-las, através de técnicas apropriadas (promovendo as criações imaginárias: devaneios, desenhos etc.), num sítio localizável: vemo-lo em nosso esquema, estendido entre *a* e *a'*, ou seja, no véu da miragem narcísica, eminentemente adequada para sustentar, por seus efeitos de sedução e captura, tudo o que nela vem refletir-se.

Se Freud rejeitou essa prática divinatória, foi no ponto em que ela negligenciava a função diretiva de uma articulação significativa, que adquire efeito por sua lei interna e por um material submetido à pobreza que lhe é essencial.

Do mesmo modo, é em toda a medida em que esse estilo de articulação se manteve, graças ao verbo freudiano, ainda que desmembrado, na comunidade que se pretende ortodoxa, que subsiste uma diferença igualmente profunda entre as duas escolas, embora, no ponto a que as coisas chegaram, nenhuma das duas esteja em condições de formular a razão disso. Mediante o que o nível de sua prática logo parecerá reduzir-se à distância dos modos de devaneio dos Alpes e do Atlântico.

[551]

Para retomar a fórmula que tanto agradara a Freud na boca de Charcot, “isso não impede que exista” o Outro em seu lugar A.

Pois, retirem-no dali e o homem já nem sequer consegue sustentar-se na posição de Narciso. A *anima*, como que pelo efeito de um elástico, reduz-se ao *animus*, e o *animus*, ao animal, o qual, entre S e *a*, mantém com seu *Umwelt* “relações externas” sensivelmente mais íntimas do que as nossas, sem que se possa dizer, de resto, que sua relação com o Outro seja nula, mas apenas que ela não nos aparece de outro modo senão em esporádicos esboços de neurose.

5. O £ do questionamento do sujeito em sua existência tem uma estrutura combinatória que não convém confundir com seu aspecto espacial. Nessas condições, é realmente o próprio significativo que deve articular-se no Outro, e especialmente em sua topologia de quaternário.

Para sustentar essa estrutura, encontramos nela os três significantes onde se pode identificar o Outro no complexo de Édipo.

Eles bastam para simbolizar as significações da reprodução sexuada, sob os significantes da relação amorosa e da procriação.

O quarto termo é dado pelo sujeito em sua realidade, como tal foracluída no sistema e só entrando sob o modo do morto no jogo dos significantes, mas tornando-se o sujeito verdadeiro à medida que esse jogo dos significantes vem dar-lhe significação.

Esse jogo dos significantes, com efeito, não é inerte, já que é animado, em cada partida particular, por toda a história da ascendência dos outros reais que a denominação dos Outros significantes implica na contemporaneidade do sujeito. Mais ainda, esse jogo, na medida em que se institui como regra para-além de cada parte, já estrutura no sujeito as três instâncias — eu (ideal), realidade e Supereu — cuja determinação será o tema da segunda tópica freudiana.

O sujeito, por outro lado, entra no jogo como morto, mas é como vivo que irá jogá-lo, é em sua vida que precisará usar o naipe que naquela ocasião ele anuncia. Ele o fará servindo-se de um *set* de figuras imaginárias, selecionadas dentre as inúmeras formas das relações anímicas, e cuja escolha comporta uma certa arbitrariedade, já que, por superpor-se homologicamente ao ternário simbólico, ela tem de ser numericamente reduzida.

[552]

Para tanto, a relação polar pela qual a imagem especular (da relação narcísica) se liga, como unificadora, ao chamado conjunto de elementos imaginários do corpo dito despedaçado fornece um par, que não é preparado apenas por uma conveniência natural de desenvolvimento e de estrutura para servir de homólogo à relação simbólica Mãe-Criança. O par imaginário do estádio do espelho, pelo que manifesta de contranatureza, se convém relacioná-lo com uma prematuração específica do nascimento no homem, mostra-se apropriado para dar ao triângulo imaginário uma base que a relação simbólica possa de alguma forma abarcar. (Ver o esquema R.)

Com efeito, é pela hiância que essa prematuração abre no imaginário, e onde pululam os efeitos do estádio do espelho, que o animal humano é *capaz* de se imaginar mortal; não que possamos dizer que ele pudesse fazê-lo sem sua simbiose com o simbólico, mas sim que, sem essa hiância que o aliena em sua própria imagem, não poderia produzir-se essa simbiose com o simbólico onde ele se constitui como sujeito para a morte.

Os que acompanharam nosso seminário do ano de 1956-57 sabem do uso que fizemos do ternário imaginário aqui exposto, do qual a criança, na condição de desejada, constitui realmente o vértice I, para restituir à noção de Relação de objeto,¹⁷ um tanto desacreditada pela soma das asneiras que se pretendeu validar nestes últimos tempos sob sua rubrica, o capital de experiência que a ela se liga legitimamente.

Esse esquema, de fato, permite demonstrar as relações que se referem, não aos estádios pré-edipianos, que não são inexis-

Qualquer que tenha sido a insistência que desde então empenhamos para desenvolvê-lo — enunciando que esse campo só funciona ao se obturar pela tela da fantasia —, isso ainda exige muita atenção.

Talvez haja interesse em reconhecer que, então enigmático, mas perfeitamente legível para quem conhece a seqüência, como é o caso quando se pretende apoiar-se nele, o que o esquema R expõe é um plano projetivo.

Em especial, os pontos em que não foi por acaso (nem por brincadeira) que escolhemos as letras pelas quais eles se correspondem, *m* M, *i* I, e que são aqueles com que se enquadra o único corte válido nesse esquema (ou seja, o corte *m̄*, *M̄*), indicam bastante bem que esse corte isola no campo uma banda de Moebius.

Basta dizer isso, já que, a partir daí, esse campo será apenas o lugar-tenente da fantasia ao qual esse corte fornece toda a estrutura.

Queremos dizer que somente o corte revela a estrutura da superfície inteira, por poder destacar nela os dois elementos heterogêneos que são (marcados em nosso algoritmo ($\$0a$) da fantasia) o $\$$, S barrado da banda, a ser esperada aqui onde ela efetivamente surge, isto é, recobrando o campo R da realidade, e o *a*, que corresponde aos campos I e S.

Portanto, é como representante da representação na fantasia, isto é, como sujeito originariamente recalcado, que o $\$$, S barrado do desejo, suporta aqui o campo da realidade, e este só se sustenta pela extração do objeto *a*, que, no entanto, lhe fornece seu enquadre.

Medindo por escalões, todos vetorializados por uma intrusão apenas do campo I no campo R, o que só é bem articulado em nosso texto como efeito do narcisismo, é inteiramente impossível, portanto, que queiramos reintroduzir aí, por alguma porta dos fundos, que esses efeitos (leia-se “sistema das identificações”) possam teoricamente fundar, seja de que maneira for, a realidade.

Quem acompanhou nossas exposições topológicas (que não se justificam pela estrutura da fantasia a ser articulada) deve saber perfeitamente que, na banda de Moebius, não há nada de mensurável a ser retido em sua estrutura, e que ela se reduz, como o real aqui em questão, ao próprio corte.

Esta nota é indicativa do momento atual de nossa elaboração topológica (julho de 1966).

17. Título desse seminário.

tentes, é claro, mas são analiticamente impensáveis (como evidência suficientemente a obra vacilante mas orientada da sra. Melanie Klein), porém às fases pré-genitais, tal como ordenadas na retroação do Édipo.

Todo o problema das perversões consiste em conceber como a criança, em sua relação com a mãe, relação esta constituída na análise, não por sua dependência vital, mas pela dependência de seu amor, isto é, pelo desejo de seu desejo, identifica-se com o objeto imaginário desse desejo, na medida em que a própria mãe o simboliza no falo.

O falocentrismo produzido por essa dialética é tudo o que temos a reter aqui. Ele é, bem entendido, inteiramente condicionado pela intrusão do significante no psiquismo do homem, e estritamente impossível de deduzir de qualquer harmonia pre-estabelecida do dito psiquismo com a natureza que ele exprime.

[555]

Esse efeito imaginário, que só se pode experimentar como discordância em nome do preconceito de uma normatividade própria ao instinto, determinou, contudo, um longo debate, hoje extinto, mas não sem prejuízos, concernente à natureza primária ou secundária da fase fálica. Não bastasse a extrema importância da questão, essa querela mereceria nosso interesse pelas façanhas dialéticas que impôs ao dr. Ernest Jones para sustentar, a partir da afirmação de sua plena concordância com Freud, uma posição diametralmente contrária, qual seja, aquela que o transformou, com nuances, sem dúvida, no paladino das feministas inglesas, aferradas ao princípio do “cada um com o seu”: os *boys* com o falo, as *girls* com a x...

7. Essa função imaginária do falo, portanto, Freud a desvelou como pivô do processo simbólico que arremata, *em ambos os sexos*, o questionamento do sexo pelo complexo de castração.

O atual descaso pela função do falo (reduzido ao papel de objeto parcial) no concerto analítico não passa da consequência da profunda mistificação em que a cultura mantém o símbolo, entendendo-se isso no sentido como o próprio paganismo só o produziu ao término de seus mais secretos mistérios.

Essa é, com efeito, na economia subjetiva, tal como a vemos comandada pelo inconsciente, uma significação que só é evocada pelo que chamamos de metáfora, precisamente a metáfora paterna.

E isso nos remete, já que foi com a sra. Macalpine que optamos por dialogar, à sua necessidade de se referir a um “heliolitismo” pelo qual pretende ver codificada a procriação numa cultura pré-edipiana, na qual a função procriadora do pai seria eludida.

Tudo o que se possa formular nesse sentido, seja de que forma for, só fará valorizar mais a função de significante que condiciona a paternidade.

Pois, num outro debate da época em que os psicanalistas ainda se interrogavam sobre a doutrina, o dr. Ernest Jones, com uma observação mais pertinente do que a anterior, não introduziu um argumento menos impróprio.

[556]

De fato, no que concerne às crenças de uma certa tribo australiana, ele se recusou a admitir que qualquer coletividade humana pudesse desconhecer o dado da experiência que consiste em que, salvo exceção enigmática, nenhuma mulher engravida sem ter tido um coito, ou pudesse ignorar o intervalo exigido por esse antecedente. Ora, esse mérito, que nos parece concedido com toda a legitimidade às capacidades humanas de observação do real, é, muito precisamente, o que não tem a mínima importância nessa questão.

Pois, se o contexto simbólico a exige, nem por isso a paternidade deixa de ser atribuída ao encontro, pela mulher, de um espírito nesta ou naquela fonte, ou num dado monolito em que ele supostamente habite.

É justamente isso que demonstra que a atribuição da procriação ao pai só pode ser efeito de um significante puro, de um reconhecimento, não do pai real, mas daquilo que a religião nos ensinou a invocar como o Nome-do-Pai.

Não há certamente necessidade alguma de um significante para seu pai, não mais que para estar morto, porém, sem significante, ninguém jamais saberá nada sobre um ou sobre o outro desses estados de ser.

Relembro aqui, para uso daqueles a quem nada pode levar à decisão de buscar nos textos de Freud um complemento aos esclarecimentos que seus monitores lhes dispensam, com que insistência é frisada ali a afinidade das duas relações significantes que acabamos de evocar, toda vez que o sujeito neurótico (especialmente o obsessivo) a manifesta pela conjunção dos temas delas.

Com efeito, como não haveria Freud de reconhecê-la, quando a necessidade de sua reflexão o levava a ligar o aparecimento do significante do Pai, como autor da Lei, à morte, ou até mesmo ao assassinato do Pai? — assim mostrando que, se esse assassinato é o momento fecundo da dívida através da qual o sujeito se liga à vida e à Lei, o Pai simbólico, como aquele que significa essa Lei, é realmente o Pai morto.

IV. Do lado de Schreber

[557]

1. Podemos agora entrar na subjetividade do delírio de Schreber.

A significação do falo, dissemos, deve ser evocada no imaginário do sujeito pela metáfora paterna.

Isso tem um sentido preciso na economia do significante, da qual só podemos lembrar aqui a formalização, familiar aos que acompanham nosso seminário deste ano sobre as formações do inconsciente, qual seja: a *fórmula da metáfora*, ou da *substituição significante*:

$$\frac{S}{S'}, \frac{S'}{x} \rightarrow S \left(\frac{I}{s} \right)$$

onde os S são significantes, x é a significação desconhecida e s é o significado induzido pela metáfora, que consiste na substituição, na cadeia significante, de S' por S. A elisão de S' , aqui representada por seu risco, é a condição do sucesso da metáfora.

Isso se aplica, assim, à metáfora do Nome-do-Pai, ou seja, à metáfora que coloca esse Nome em substituição ao lugar primeiramente simbolizado pela operação da ausência da mãe.

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado para o sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-Pai} \left(\frac{A}{\text{Falo}} \right)$$

Tentemos agora conceber uma circunstância da posição subjetiva em que ao apelo do Nome-do-Pai corresponda, não a ausência do pai real, pois essa ausência é mais do que compatível com a presença do significante, mas a carência do próprio significante.

Não se trata de uma concepção para a qual nada nos prepare. A presença do significante no Outro é, com efeito, uma presença vedada ao sujeito na maioria das vezes, já que, comumente, é em estado de recalcado (*verdrängt*) que ela persiste ali, que dali insiste em se representar no significado, através de seu automatismo de repetição (*Wiederholungszwang*).

Extraíamos de vários textos de Freud um termo suficientemente articulado neles para torná-los injustificáveis, caso esse termo não designe ali uma função do inconsciente distinta do recalcado. Consideremos demonstrado o que foi o cerne de meu seminário sobre as psicoses, ou seja, que esse termo se relaciona com a implicação mais necessária de seu pensamento, quando este se confronta com o fenômeno da psicose: o termo *Verwerfung*.

[558]

Ele se articula nesse registro como a ausência da *Bejahung*, ou juízo da atribuição, que Freud postula como precedente necessário a qualquer aplicação possível da *Verneinung*, que ele lhe opõe como juízo de existência, ao passo que o artigo inteiro em que ele destaca essa *Verneinung* como elemento da experiência analítica demonstra nela à confissão do próprio significante que ela anula.

Portanto, é também ao significante que se refere a *Bejahung* primordial, e outros textos permitem reconhecer isso, em especial a carta 52 da correspondência com Fliess, onde ele é expressamente isolado como termo de uma percepção original, sob o nome de signo, *Zeichen*.

A *Verwerfung* será tida por nós, portanto, como *foraclusão* do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pode pois responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica.

Essa é a única forma pela qual nos é possível conceber aquilo de que Schreber nos apresenta o resultado, como sendo um dano que ele só tem condições de desvendar parcialmente, e onde, diz-nos, com os nomes de Flechsig e Schreber, a expressão “assassinato d’almas” (*Seelenmord*, S. 22-II) desempenha um papel essencial.¹⁸

18. Eis o texto: *Einleitend habe ich dazu zu bemerken, dass bei der Genesis der betreffenden Entwicklung deren erste Anfänge weit, vielleicht bis zum 18.*

Está claro que se trata aí de uma desordem provocada na junção mais íntima do sentimento de vida no sujeito, e a censura que mutila o texto, antes do acréscimo que Schreber anuncia nas explicações bastante sinuosas que tenta fornecer de seu processo, permite pensar que ele associava ao nome de pessoas vivas fatos cuja divulgação as convenções da época teriam dificuldade em tolerar. Do mesmo modo, falta por completo o capítulo seguinte, e Freud, para exercer sua perspicácia, teve que se contentar com a alusão ao *Fausto*, ao *Freischütz* e ao *Manfred* de Byron, parecendo-lhe esta última obra (da qual ele supõe retirado o nome *Ariman*, ou seja, uma das apofanias de Deus no delírio de Schreber) adquirir de seu tema, nessa referência, todo o seu valor: o herói morre da maldição lançada sobre ele pela morte do objeto de um incesto fraterno.

[559]

Para nós — posto que, com Freud, optamos por confiar num texto que, a não ser por essas mutilações decerto lamentáveis, mantém-se como um documento cujas garantias de credibilidade equiparam-se às mais elevadas — é na forma mais desenvolvida do delírio, com a qual o livro se confunde, que nos empenharemos em mostrar uma estrutura, que se revelará semelhante ao próprio processo da psicose.

2. Nessa via, constataremos, com a nuance de surpresa em que Freud vê a conotação subjetiva do inconsciente reconhecido, que o delírio dispõe toda a sua trama em torno do poder de criação atribuído às palavras, das quais os raios divinos (*Gottesstrahlen*) são a hipótese.

Isso começa como um *leitmotiv* no primeiro capítulo, onde o autor se detém, inicialmente, no que o ato de fazer uma existência nascer do nada assume de chocante para o pensamento, por

Jahrhundert zurückreichen, einertheils die Namen Flehsig und Schreber [grifo nosso] (*wahrscheinlich nicht in der Beschränkung auf je ein Individuum der betreffenden Familien*) und andertheils der Begriff des Seelenmords [como “Sperrdruck” no texto] *eine Hauptrolle spielen*. [“Primeiramente devo notar que, na gênese da evolução em questão, cujos primórdios vão longe, remontando talvez ao século XVIII, desempenham um papel importante, por um lado, os nomes de Flehsig e Schreber (provavelmente sem se limitar a um indivíduo particular das respectivas famílias) e, por outro, o conceito de assassinato d'alma” (*Memórias...*, op. cit., p.43). (N.E.)]

contrariar a evidência que a experiência lhe proporciona nas transformações de uma matéria em que a realidade encontra sua substância.

Schreber acentua esse paradoxo por seu contraste com as idéias mais familiares ao homem que ele nos garante ser, como se isso fosse necessário: um alemão *gebildet* na era guilhermiana, alimentado pelo metacientificismo haeckeliano, em comprovação do que ele fornece uma lista de leituras, o que é uma oportunidade de completarmos, reportando-nos a ela, o que Gavarni denominou, em algum lugar, de uma brava idéia do Homem.¹⁹

É justamente nesse paradoxo meditado da intrusão de um pensamento até então impensável para ele que Schreber vê a prova de que deve ter acontecido alguma coisa que não provém de sua própria mente: prova à qual, segundo parece, somente as petições de princípio anteriormente salientadas na posição do psiquiatra nos colocam no direito de resistir.

[560]

3. Dito isso, por nosso turno, atenhamo-nos a uma seqüência de fenômenos que Schreber estabelece em seu décimo quinto capítulo (S. 204-215).

Sabemos, nesse momento, que a sustentação de seu lance no jogo da coação a pensar (*Denkzwang*) a que o constroem as palavras de Deus (v. supra, I-5) tem um desafio dramático, que consiste em que Deus, cujo poder de desconhecimento veremos mais adiante, tomando o sujeito por aniquilado, deixa-o na miséria ou largado (*liegen lassen*), ameaça esta a que voltaremos.

Basta, portanto, que o esforço de réplica ao qual o sujeito se encontra assim suspenso, digamos, em seu ser de sujeito, venha a faltar por um momento de Pensar-em-nada (*Nichtsdenken*), que realmente parece ser o mais humanamente exigível dos repousos (no dizer de Schreber), eis o que se produz, segundo ele:

1. O que ele chama de o milagre do urro (*Brüllenwunder*), um grito arrancado de seu peito e que o surpreende, independentemente de qualquer advertência, esteja ele sozinho ou

19. Trata-se, em especial, da *Natürliche Schöpfungsgeschichte*, do dr. Ernst Haeckel (Berlim, 1872), e da *Urgeschichte der Menschheit*, de Otto Casari (Brockhaus, Leipzig, 1877).

diante de uma platéia horrorizada com a imagem que ele lhe oferece de sua boca subitamente escancarada diante do vazio indizível, e que abandona o charuto que ali se fixava no instante anterior;

2. O grito de socorro ("*Hülfe*" *rufen*), emitido pelos "nervos de Deus que se destacam da massa", e cujo tom de lamentação é motivado pela extrema distância para a qual Deus se retira;

(dois fenômenos em que a dilaceração subjetiva é suficientemente indiscernível de seu modo signifiante para que não insistamos nisso);

3. A eclosão próxima, seja na zona oculta do campo perceptivo, no corredor ou no quarto ao lado, de manifestações que, sem serem extraordinárias, impõem-se ao sujeito como intencionalmente produzidas para ele;

4. O aparecimento, no escalão seguinte do longínquo, ou seja, fora do alcance dos sentidos, no parque, *no real*, de criações miraculosas, isto é, recém-criadas, criações estas que a sra. Macalpine observa, com sutileza, pertencerem sempre a espécies voadoras: pássaros ou insetos.

Porventura esses últimos meteoros do delírio não aparecem [561] como o vestígio de um rastro, ou como um efeito de franja, mostrando os dois tempos em que o signifiante que foi morto no sujeito faz brotar de sua noite, primeiro, um clarão de significação na superfície do real, e depois faz o real iluminar-se com uma fulgurância projetada das profundezas de seu substrato de nada?

É assim que, no auge dos efeitos alucinatórios, as criaturas que seriam as únicas a merecer o título de alucinações, se quiséssemos aplicar com todo o rigor o critério do aparecimento do fenômeno *na realidade*, recomendam-nos reconsiderar, em sua solidariedade simbólica, o trio do Criador, da Criatura e do Criado que aqui se destaca.

4. É da posição do Criador, com efeito, que remontamos à do Criado, que subjetivamente a cria.

Único em sua Multiplicidade, Múltiplo em sua Unidade (tais são os atributos, aproximando-se de Heráclito, com que Schreber o define), esse Deus, de fato desdobrado numa hierarquia de reinos que valeria um estudo por si só, degrada-se em seres gatunos, de identidades desconectadas.

Imanente nesses seres, cuja captura por sua inclusão no ser de Schreber ameaça sua integridade, Deus não deixa de ter o suporte intuitivo de um hiperespaço, onde Schreber vê as próprias transmissões significantes conduzirem-se ao longo de fios (*Fäden*) que materializam o trajeto parabólico pelo qual elas entram em seu crânio, através do occipital (S. 315-P.S. V).

Entretanto, no decorrer do tempo, Deus deixa ampliar-se cada vez mais, sob suas manifestações, o campo dos seres sem inteligência, dos seres que não sabem o que dizem, dos seres de inanidade, tais como esses pássaros miraculados, os pássaros falantes e os vestíbulos do céu (*Vorhöfe des Himmels*), onde a misoginia de Freud detectou, à primeira olhadela, as avezinhas brancas que eram as mocinhas nos ideais de sua época, vendo isso aí confirmado pelos nomes próprios²⁰ que o sujeito lhes confere mais adiante. Digamos apenas que elas são, para nós, bem mais representativas pelo efeito de surpresa nelas provocado pela similaridade dos vocábulos e pelas equivalências puramente homofônicas em que elas se fiam para seu emprego (Santiago = Cartago, Chinesentum = Jesum Christum etc., S. 210-XV).

[562]

Na mesma medida, o ser de Deus em sua essência afasta-se para cada vez mais longe no espaço que o condiciona, recuo este que é intuído pela crescente lentificação de suas palavras, que chegam até a escansão de um soletrar balbuciante (S. 223-XVI). De modo que, seguindo unicamente a indicação desse processo, tomaríamos esse Outro único com o qual se articula a existência do sujeito como sendo sobretudo apropriado para esvaziar os lugares (S., nota de 196-XIV) onde se desenvolve o murmúrio das palavras, se Schreber não tomasse o cuidado de nos informar, de quebra, que esse Deus está foracluído de qualquer outro aspecto de intercâmbio. Ele o faz desculpando-se por isso, mas, seja qual for seu pesar, cabe-lhe realmente constatar-lo: Deus não é apenas impermeável à experiência; ele é incapaz de compreender o homem vivo; só o apreende pelo exterior (que com efeito parece ser seu modo essencial); toda

20. A relação do nome próprio com a voz deve ser situada na estrutura de dupla vertente da linguagem em direção à mensagem e em direção ao código, à qual já nos referimos. *Vide* I.5. É ela que decide sobre o caráter de chiste do trocadilho com o nome próprio.

interioridade lhe está vedada. Um “sistema de notas” (*Aufschreibesystem*) onde se conservam os atos e pensamentos relembra, é claro, de um modo aproximado, o caderninho de notas mantido pelo anjo da guarda de nossas infâncias catequizadas, porém, mais além disso, observe-se a ausência de qualquer vestígio de sondagem dos rins ou dos corações (S. 20 I).

É também assim que, depois de a purificação das almas (*Läuterung*) haver abolido nelas qualquer persistência de sua identidade pessoal, tudo se reduzirá à subsistência eterna dessa verborréia, único meio pelo qual Deus pode conhecer as próprias obras construídas pelo engenho dos homens (S. 300-P. S. II).

Como não observar, aqui, que o sobrinho-neto do autor das *Novae species insectorum* (Johann-Christian-Daniel von Schreber) frisa que nenhuma das criaturas miraculadas é de uma nova espécie, nem acrescentar que, ao contrário da sra. Macalpine — que nelas reconhece a Pomba que, do regaço do Pai, veicula para a Virgem a mensagem fecunda do Logos —, elas mais nos evocam sobretudo aquela que o ilusionista faz saltar da abertura de seu colete ou de sua manga?

Com isso acabaremos, enfim, por nos espantar com o fato de que o sujeito atormentado por esses mistérios não hesite, por mais Criado que seja, em antepor com suas palavras as ciladas de uma consternadora estupidez de seu Senhor, nem em se manter em oposição e contra a destruição que ele O acredita capaz de empregar em relação a ele e em relação a qualquer um, através de um direito fundamentado em nome da Ordem do Mundo (*Weltordnung*), um direito que, por estar do seu lado, motiva o singular exemplo da vitória de uma criatura a quem uma cadeia de desordens fez tombar sob o golpe da “perfídia” de seu criador. (“Perfídia”, essa palavra solta, não sem reservas, está em francês: S. 226-XVI.)

[563]

Não haverá aí, um estranho contraponto em relação à criação contínua de Malebranche, nesse criado recalitrante, que se sustenta contra sua queda unicamente por meio da sustentação de seu verbo e por sua confiança na fala?

Isso bem mereceria uma repassada nos autores do vestibular de filosofia, dentre os quais talvez tenhamos desdenhado demais dos que estão fora da linha da preparação do homenzinho psicológico em que nossa época encontra a medida de um humanismo talvez meio insípido, não acham?

*De Malebranche ou de Locke,
Mais maligno o mais maluco...*

Sim, mas, qual é ele? Aí é que está o xis do problema, meu caro colega. Vamos, deixe esse ar empertigado! Afinal, quando é que você se sentirá à vontade, quando está em sua casa?

5. Tentemos agora transpor a posição do sujeito, tal como se constitui aqui na ordem simbólica, para o ternário que a situa em nosso esquema R.

Então nos parece realmente que, se o Criado I assume ali o lugar em P deixado vago pela Lei, o lugar do Criador designa-se por esse *liegen lassen* [deixar largado], esse abandono fundamental em que parece desnudar-se, pela forclusão do Pai, a ausência que permitiu construir-se na primordial simbolização o M da Mãe.

De um ao outro, uma linha que culminaria nas Criaturas da fala, ocupando o lugar do filho recusado às esperanças do sujeito (v. infra, *Pós-escrito*), seria assim concebível como contornando o furo cavado no campo do significante pela forclusão do Nome-do-Pai (ver Esquema I, p.578).

É em torno desse buraco em que falta ao sujeito o suporte da cadeia significante, e que não precisa, como se constata, ser inefável para ser pânico, que se trava toda a luta em que o sujeito se reconstrói. Essa luta, ele a conduziu em sua honra, e as vaginas do céu (outro sentido da palavra *Vorhöfe*, v. supra), as jovens miraculadas que cercavam as bordas do furo com sua corte, fizeram sua glosa com seus gorjeios de admiração arrancados de suas goelas de harpias: “*Verfluchter Kerl!*” Sujeitinho danado!” Em outros tempos, um espertalhão. Infelizmente, por antífrase. [564]

5. Pois já desde antes abrira-se para ele, no campo do imaginário, a hiância que correspondia à falta da metáfora simbólica, aquela que só poderia encontrar meios de se resolver na efetivação da *Entmannung* (emasculação).

Objeto de horror para o sujeito, inicialmente, depois aceita como um compromisso razoável (*vernünftig*, S. 177-XIII), e desde então, decisão irreversível (S., nota da p.179-XIII) e motivo futuro de uma redenção concernente ao universo.

Se nem por isso ficamos livres do termo *Entmannung*, ele certamente nos embaraçará menos do que à sra. Ida Macalpine,

na posição que dissemos ser a sua. Ela decerto pensa pôr as coisas em ordem ao colocar a palavra *unmanning* em lugar da palavra *emasculation*, que o tradutor do volume III dos *Collected Papers* acreditara inocentemente bastar para traduzi-la, ou ao tomar suas precauções contra a manutenção dessa tradução na versão autorizada em preparação. Sem dúvida ela conservaria nisso alguma imperceptível sugestão etimológica pela qual se diferenciariam esses termos, apesar de sujeitos a um emprego idêntico.²¹

Mas, de que adianta isso? Será que a sra. Macalpine, repelindo como *impropere*²² a invocação de um órgão que, reportando-se às Memórias, encontra-se unicamente destinado, segundo ela, a uma reabsorção pacífica nas entranhas do sujeito, pretendendo com isso dar-nos uma imagem da dissimulação temerosa em que ele se refugia quando tremelica, ou da objeção de consciência em cuja descrição se detém com malícia o autor do *Satyricon*?

[565]

Ou acreditaria ela, quem sabe, que algum dia se tenha tratado de uma castração real no complexo do mesmo nome?

Sem dúvida, ela tem razão de observar a ambigüidade que existe em tomar como equivalentes a transformação do sujeito em mulher (*Verweiblichung*) e a eviração (pois é esse mesmo o sentido de *Entmannung*). Mas ela não percebe que essa ambigüidade é a da própria estrutura subjetiva que a produziu aqui, a qual comporta que aquilo que confina, no nível imaginário, com a transformação do sujeito em mulher é justamente o que o faz abdicar de qualquer herança da qual ele possa legitimamente esperar a atribuição de um pênis a sua pessoa. E isso porque, caso ser e ter excluam-se por princípio, eles se confundem, ao menos quanto ao resultado, quando se trata de uma falta. O que não impede que sua distinção seja decisiva para o que se segue.

Como podemos perceber ao observar que não é por estar foracluído do pênis, mas por ter que ser o falo, que o paciente estará fadado a se tornar uma mulher.

21. Macalpine, op. cit., p.398.

22. Essa é a ortografia da palavra inglesa atualmente em uso na admirável tradução em versos dos primeiros dez cantos da *Ilíada* por Hugues Salel, que deveria bastar para fazê-la sobreviver em francês.

A paridade simbólica *Mädchen* = *Phallus*, ou, em inglês, a equação *Girl* = *Phallus*, como se expressa o sr. Fenichel,²³ a quem ela fornece o tema de um ensaio meritório, ainda que meio embrulhado, tem sua raiz nos caminhos imaginários por onde o desejo da criança vem a se identificar com a falta-a-ser da mãe, à qual, é claro, ela mesma foi apresentada pela lei simbólica onde essa falta se constitui.

É essa mesma mola que faz com que as mulheres sirvam, no real, ainda que isso as desagrade, de objetos das trocas que as estruturas elementares de parentesco ordenam e que, ocasionalmente, perpetuam-se no imaginário, enquanto o que se transmite paralelamente na ordem simbólica é o falo.

6. Aqui, seja qual for a identificação pela qual o sujeito assumiu o desejo da mãe, ela desencadeia, por ser abalada, a dissolução do tripé imaginário (é de se notar que é no apartamento da mãe, onde foi se refugiar, que o sujeito tem seu primeiro acesso de confusão ansiosa com impulso suicida: S, 39-40-IV).

[566]

Sem dúvida, a adivinhação do inconsciente adverte o sujeito, desde muito cedo, de que, na impossibilidade de ser o falo que falta à mãe, resta-lhe a solução de ser a mulher que falta aos homens.

Está justamente nisso o sentido da fantasia — cuja relação foi muito ressaltada em seu escrito e que citamos acima — do período de incubação de sua segunda enfermidade, isto é, a idéia de que “seria belo ser uma mulher na hora da copulação”. Esse lugar-comum da literatura schreberiana fixa-se aqui em seu lugar.

Essa solução, no entanto, era então prematura. Pois, quanto à *Menschenpielerei* (termo surgido na língua fundamental, que significa, na língua de nossos dias, rififi entre os homens) que normalmente deveria seguir-se, pode-se dizer que o apelo aos bravos seria um completo fracasso, em razão de se haverem tornado estes tão improváveis quanto o próprio sujeito, isto é, tão desprovidos quanto ele de qualquer falo. É que fora omitido

23. *Die symbolische Gleichung Mädchen = Phallus*, in *Int. Zeitschrift für Psychoanalyse*, XXII, 1936, posteriormente traduzido sob o título de *The Symbolic Equation Girl = Phallus*, no *Psychoanalytic Quarterly*, 1949, XX, vol. 3, p.303-24. Nossa língua permite-nos introduzir aí o termo *pucelle* (donzela), em nossa opinião mais apropriado.

no imaginário do sujeito, não menos para eles do que para ele, aquele traço paralelo ao traçado de sua figura que podemos ver num desenho do Pequeno Hans, e que é familiar aos conhecedores do desenho do menino. É que os outros já não eram, a partir daí, senão “imagens de homens feitos às pressas”, para unir nessa tradução dos *flüchtig hingemachte Männer* as observações do sr. Niederland sobre os empregos de *hinmachen* com o vôo de Édouard Pichon no uso do francês.²⁴

De modo que o assunto estava em vias de marcar passo de maneira bastante desonrosa, se o sujeito não tivesse encontrado meios de resgatá-lo brilhantemente.

Ele mesmo articulou a saída (em novembro de 1895, isto é, dois anos depois do começo de sua doença) sob o nome de *Versöhnung*: a palavra tem o sentido de expiação, propiciação e, em vista das características da língua fundamental, deve ser ainda mais puxada para o sentido primitivo de *Sühne*, ou seja, para o de sacrifício, embora seja acentuada no sentido do compromisso (compromisso razoável, cf. p.570, com que o sujeito motiva a aceitação de seu destino).

[567]

Aqui, indo bem além da racionalização do próprio sujeito, Freud admite, paradoxalmente, que a reconciliação (já que foi esse o sentido insípido que se escolheu em francês) que o sujeito menciona encontra sua mola na negociata do parceiro que ela comporta, ou seja, na consideração de que a mulher de Deus contrai, em todo caso, uma aliança de natureza a satisfazer o mais exigente amor-próprio.

Cremos poder dizer que, nesse ponto, Freud faltou para com suas próprias normas, e da maneira mais contraditória, no sentido de haver aceitado como momento decisivo do delírio aquilo que recusara em sua concepção geral, ou seja, de fazer o tema homossexual depender da idéia de grandeza (damos a nossos leitores o crédito de conhecerem o texto dele).

Essa falha encontra sua razão na necessidade, isto é, no fato de que Freud ainda não havia formulado a *Introdução ao narcisismo*.

24. Cf. Niederland, W.G., 1951, “Three Notes on the Schreber Case”, *Psychoanal. Quarterly*, XX, 579. Édouard Pichon é o autor da tradução desses termos em francês por “sombras de homens feitos às pressas”.

7. Sem dúvida, não lhe teria escapado, três anos depois (1911-1914), a verdadeira mola da inversão da posição de indignação que a idéia da *Entmannung* inicialmente suscitara na pessoa do sujeito: é que, muito precisamente, nesse intervalo *o sujeito havia morrido*.

Pelo menos, foi esse o acontecimento que as vozes, sempre informadas por boas fontes e sempre à altura delas em seu serviço de informações, lhe deram a conhecer a posteriori, com sua data e o nome do jornal em que ele passara para a coluna necrológica (S. 81-VII).

Quanto a nós, podemos nos contentar com a confirmação que nos trazem os atestados médicos, dando-nos, no momento conveniente, o quadro do paciente mergulhado em estupor catatônico.

Suas recordações desse momento, como é de praxe, não faltam. É assim que ficamos sabendo que, modificando o costume que pretende que se faça a travessia para a morte com os pés adiante, nosso paciente, para transpô-la apenas de passagem, contentou-se em ficar com os pés do lado de fora, isto é, projetados pela janela, sob o tendencioso pretexto de buscar refrescar-se (S. 172-XII), talvez reatualizando, dessa maneira (deixamos isto à apreciação dos que só se interessam aqui pela transformação imaginária), a mostraçõ de seu nascimento.

[568]

Mas essa não é uma carreira que se retome, aos cinquenta anos bem vividos, sem experimentar uma certa inquietação. Daí o retrato fiel que as vozes, analistas, digamos, lhe dão dele mesmo, como um “cadáver leproso conduzindo outro cadáver leproso” (S. 92-VII), descrição brilhantíssima, convenhamos, de uma identidade reduzida ao confronto com seu duplo psíquico, mas que, além disso, deixa patente a regressão do sujeito, não genética, mas tópica, ao estádio do espelho, na medida em que a relação com o outro especular reduz-se aí a seu gume mortal.

Essa foi também a época em que seu corpo não passava de um agregado de colônias de “nervos” estrangeiros, uma espécie de depósito de fragmentos soltos das identidades de seus perseguidores (S. XIV).

A relação disso tudo com a homossexualidade, certamente manifesta no delírio, parece-nos exigir uma determinação mais detalhada do uso que se pode fazer dessa referência na teoria.

É grande o interesse nisso, já que é certo que o uso desse termo na interpretação pode acarretar graves prejuízos, se não for esclarecido por relações simbólicas que aqui consideramos determinantes.

8. Cremos que essa determinação simbólica se demonstra na forma como a estrutura imaginária vem a se restabelecer. Nessa etapa, esta apresenta dois aspectos que o próprio Freud distinguiu.

O primeiro é o de uma prática transexualista, nem um pouco indigna de ser aproximada da “perversão”, cujos traços foram esclarecidos, desde então por numerosas observações.²⁵

Muito mais que isso, devemos assinalar o que a estrutura que aqui destacamos pode ter de esclarecedor com respeito à singularíssima insistência, mostrada pelos sujeitos dessas observações, em obter para suas exigências mais radicalmente retificadoras a autorização ou, se assim podemos dizer, a mão-na-massa de seu pai.

Seja como for, vemos nosso sujeito entregar-se a uma atividade erótica que ele ressalta ser estritamente reservada à solidão, mas cujas satisfações ele confessa. Quais sejam, as que lhe são dadas por sua imagem no espelho, quando, revestido com as bugangas da ornamentação feminina nada, diz ele, na parte superior de seu corpo, lhe parece ser de feitio a não poder convencer qualquer amante eventual do busto feminino (S. 280-XXI).

[569]

Ao que convém ligar, cremos nós, o desenvolvimento, alegado como percepção endossomática, dos chamados nervos da volúpia feminina em seu próprio tegumento, nomeadamente nas zonas onde se supõe que eles sejam erógenos na mulher.

Uma observação — a de que, ocupando-se incessantemente da contemplação da imagem da mulher, jamais desligando seu pensamento do suporte de algo de feminino, a volúpia divina é ainda mais satisfeita — faz com que nos voltemos para o outro aspecto das fantasias libidinais.

Este liga a feminilização do sujeito à coordenada da copulação divina.

25. Cf. a tese realmente notável de Jean-Marc Alby, *Contribution à l'étude du transsexualisme*, Paris, 1956.

Freud viu muito bem nisso o sentido de mortificação, pondo em relevo tudo o que liga a “volúpia d’alma” (*Seelenwollust*) estando aí implícita à “beatitude” (*Seligkeit*), como sendo o estado das almas falecidas (*abschiedenen Wesen*).

Que a volúpia, doravante bendita, transforme-se em beatitude da alma, essa é, com efeito, uma virada essencial, da qual Freud, convém notar, ressalta a motivação lingüística, sugerindo que a história de sua língua talvez pudesse esclarecê-la.²⁶

Isso é simplesmente cometer um erro sobre a dimensão em que a letra se manifesta no inconsciente, e que, em conformidade com sua instância própria de letra, é bem menos etimológica (precisamente, diacrônica) do que homofônica (precisamente, sincrônica). Com efeito, não há nada efetivamente na história da língua alemã que permita aproximar *selig* de *Seele*, nem a felicidade que leva os amantes “ao céu”, na medida em que é essa que Freud evoca na ária que cita do Don Giovanni, daquela que promete às chamadas almas bem-aventuradas a morada no céu. Os defuntos só são *selig*, em alemão, por empréstimo ao latim, e pelo fato de nessa língua ter-se dito bem-aventurada sua memória (*beatae memoriae, seliger Gedächtnis*). Suas *Seelen* têm mais a ver com os lagos (*Seen*) em que elas moraram em certa época do que com seja lá o que for de sua beatitude. De resto, o inconsciente preocupa-se mais com o significante que com o significado e, nele, “fogo, meu pai” pode querer dizer que este era o fogo de Deus, ou então ditar contra ele a ordem *fogo!*

[570]

Feita essa digressão, o que importa é que, neste ponto, estamos num para-além do mundo, bem compatível com um adiamento indefinido da realização de seu objetivo.

Seguramente, com efeito, quando Schreber houver terminado sua transformação em mulher, ocorrerá o ato de fecundação divina, com o qual está bem claro (S. 3-Introd.) que Deus não pode comprometer-se, num obscuro encaminhamento através dos órgãos. (Não nos esqueçamos da aversão de Deus pelos vivos.)

26. Cf. Freud, *Psychoanalytische Bemerkungen über einem autobiographisch beschriebenen Fall von Paranoia*, GW, VIII, p.264, n.1 [Nota psicanalítica sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia, ESB, vol.XII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

Portanto, é através de uma operação espiritual que Schreber sentirá despertar nele o germe embrionário cujo frêmito já conheceu nos primórdios de sua doença.

Sem dúvida, a nova humanidade espiritual das criaturas schreberianas será inteiramente gerada em suas entranhas, para que renasça a humanidade apodrecida e condenada da era atual. Há realmente nisso uma espécie de redenção, já que assim se catalogou o delírio, mas que visa apenas à criatura vindoura, pois a do presente está atingida por uma decadência correlata à captação dos raios divinos pela volúpia que os une a Schreber (S. 51-52, V).

Nisso se desenha a dimensão de miragem que o tempo indefinido em que se adia sua promessa sublinha ainda mais, e que condiciona profundamente a ausência de mediação que a fantasia testemunha. Pois podemos ver que ele parodia a situação do casal de sobreviventes derradeiros que, após uma catástrofe humana, se veria confrontado, tendo o poder de repovoar a terra, com aquilo que o ato da reprodução animal traz de total em si mesmo.

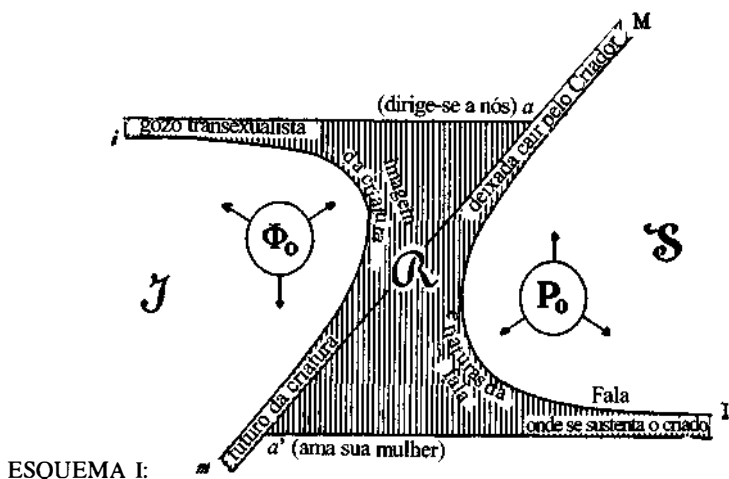
Aqui, mais uma vez, podemos colocar sob o signo da criatura o ponto decisivo de onde a linha escapa em suas duas ramificações, a do gozo narcísico e a da identificação ideal. Mas no sentido de que sua imagem é a isca da captura imaginária em que tanto uma quanto a outra se enraízam. E, também nesse caso, a linha gira em torno de um furo, precisamente aquele em que o “assassinato d’almas” instalou a morte.

Terá esse outro abismo sido formado pelo simples efeito, no imaginário, do vão apelo feito no simbólico à metáfora paterna? Ou deveremos concebê-lo como produzido num segundo grau pela elisão do falo, que o sujeito reduziria, para resolvê-la, à hiância mortífera do estádio do espelho? Seguramente, o vínculo — dessa vez genético — desse estádio com a simbolização da Mãe como primordial não pode deixar de ser evocado, para motivar essa solução.

Será possível situarmos os pontos geométricos do esquema R num esquema da estrutura do sujeito ao término do processo psicótico? É o que tentamos no esquema I, apresentado adiante.

Sem dúvida, esse esquema participa do exagero a que se obriga toda formalização que quer apresentar-se no intuitivo.

[571]



Isso quer dizer que a distorção que ele manifesta entre as funções aí identificadas pelas letras transpostas do esquema R só pode ser apreciada em seu uso de retomada dialética.

Apenas apontamos aqui, na dupla curva da hipérbole que ele desenha, exceto pelo deslizamento dessas duas curvas ao longo de uma das retas diretrizes de sua assíntota, o vínculo tornado sensível, na dupla assíntota que une o eu delirante ao outro divino, de sua divergência imaginária no espaço e no tempo com a convergência ideal de sua conjunção. Não sem destacar que Freud teve a intuição dessa forma, uma vez que ele mesmo introduziu o termo *asymptotisch* a esse respeito.²⁷

Toda a espessura da criatura real, ao contrário, interpõe-se para o sujeito entre o gozo narcísico de sua imagem e a alienação da fala em que o Ideal do eu assumiu o lugar do Outro.

Esse esquema demonstra que o estado terminal da psicose não representa o caos petrificado a que levam as consequências de um sismo, porém, muito antes, essa evidenciação de linhas de eficiência que faz falar, quando se trata de um problema de solução elegante.

27. Freud, *GW*, VIII, p.284 e a nota.

Ele materializa significativamente o que está no princípio da efetiva fecundidade da investigação de Freud, pois é fato que, sem outro apoio ou suporte a não ser um documento escrito, não apenas um testemunho, mas também uma produção desse estado terminal da psicose, Freud lançou sobre a própria evolução do processo as primeiras luzes que permitiram esclarecer sua determinação peculiar, ou seja, a única organicidade que está essencialmente implicada nesse processo: a que motiva a estrutura da significação.

Reunidas na forma desse esquema, destacam-se as relações pelas quais os efeitos de indução do significante, recaindo no imaginário, determinam esse transtorno do sujeito que a clínica designa sob as feições de crepúsculo do mundo, exigindo, para responder a ele, novos efeitos de significante.

Mostramos em nosso seminário que a sucessão simbólica dos reinos anteriores e, depois, dos reinos posteriores de Deus, o inferior e o superior, Ariman e Ormuzd, bem como as mudanças de sua “política” (termo da língua fundamental) em relação ao sujeito, fornecem justamente essas respostas às diferentes etapas da dissolução imaginária, que as lembranças do doente e os atestados médicos aliás conotam suficientemente, por restabelecer ali uma ordem do sujeito.

Quanto à questão que aqui promovemos sobre a incidência alienante do significante, guardaremos o nadir de uma noite de julho de 94 em que Ariman, o Deus inferior, revelando-se a Schreber no mais impressionante aparato de seu poder, interpele-o com esta palavra simples e, no dizer do sujeito, corrente na língua fundamental:²⁸ *Luder!*

[573]

Sua tradução merece mais do que o recurso ao dicionário Sachs-Villate com que nos contentamos em francês. A referência do sr. Niederland ao *lewd* inglês, que quer dizer *puta*, não nos parece aceitável em seu esforço de se juntar ao sentido de *ordinária* ou *vagabunda*, que é o de seu emprego como injúria obscena.

Mas, se levarmos em conta o arcaísmo assinalado como característico da língua fundamental, crer-nos-emos autorizados

28. S. 136-X.

a remeter esse termo à raiz do *leurre* francês e do *lure* inglês,²⁹ que é de fato a melhor alocação *ad hominem* que se pode esperar, vindo do simbólico: o grande Outro tem essas impertinências.

Resta a disposição do campo R no esquema, na medida em que ela representa as condições em que a realidade é restabelecida para o sujeito: para ele, uma espécie de ilhota cuja consistência lhe é imposta, depois da prova, por sua constância;³⁰ para nós, ligada ao que a torna habitável para ele, mas que também a distorce, ou seja, excêntricos remanejamentos do imaginário, I, e do simbólico, S, que a reduzem ao campo do descompasso entre ambos.

A concepção decorrente que devemos formar sobre a função da realidade nesse processo, tanto em sua causa quanto em seus efeitos, é o que importa aqui.

Não podemos estender-nos aqui sobre a questão, ainda que de primeira grandeza, de saber o que somos para o sujeito, nós, a quem ele se dirige como leitores, nem sobre o que resta de sua relação com sua mulher, a quem foi dedicado o projeto inicial de seu livro, cujas visitas durante sua doença sempre foram acolhidas com a mais intensa emoção, e por quem ele nos afirma, concomitantemente a sua mais decisiva declaração de sua vocação delirante, “ter conservado o antigo amor” (S., nota da p.179-XIII).

[574]

No esquema I, a manutenção do trajeto *Saa'*A simboliza a opinião que formamos, pelo exame desse caso, de que a relação com o outro como semelhante, e até uma relação tão elevada quanto a da amizade, no sentido em que Aristóteles faz dela a essência do laço conjugal, são perfeitamente compatíveis com a relação fora-do-eixo com o grande Outro e com tudo o que ela comporta de anomalia radical, qualificada na velha clínica, impropriamente, mas não sem uma certa força de abordagem, de delírio parcial.

29. Ambos os quais têm as acepções diversas de engodo, logro, chamariz, isca etc. (N.E.)

30. No auge da dissolução imaginária, o sujeito mostra, em sua apercepção delirante, um recurso singular ao critério de realidade que é o de voltar sempre ao mesmo lugar, e mostra por que os astros o representam eminentemente: esse é o motivo designado por suas vozes pelo nome de *ligação às terras* (*Anbinden an Erden*, S. 125-IX).

Mais valeria, no entanto, jogar esse esquema no lixo, se ele tivesse, à semelhança de tantos outros, que ajudar alguém a esquecer numa imagem intuitiva a análise que a sustenta.

Basta pensarmos nisso, com efeito, para percebermos como a interlocutora cuja reflexão autêntica saudamos pela última vez, a sra. Ida Macalpine, tiraria proveito dele, simplesmente desenhando o que nos fez constituí-lo.

O que afirmamos aqui é: ao se reconhecer o drama da loucura, põe-se a razão em pauta, *sua res agitur*, porque é na relação do homem com o significante que se situa esse drama.

O perigo que evocaremos, de delirar com o doente, não é para nos intimidar, como não intimidou a Freud.

Com ele, sustentamos que convém escutar aquele que fala, quando se trata de uma mensagem que não provém de um sujeito para-além da linguagem, mas de uma fala para-além do sujeito. Pois é então que ouvimos essa fala, que Schreber capta no Outro, quando, de Ariman a Ormuzd, do Deus maligno ao Deus ausente, ela traz a admoestação em que se articula a própria lei do significante: “*Aller Unsinn hebt sich auf!*” — “Todo absurdo se anula!” (S. 182-183-XIII e 312-P.S. IV).

Ponto onde reencontramos (deixando aos que se ocuparem de nós mais tarde a tarefa de saber por que o deixamos em suspenso por dez anos) o dito de nosso diálogo com Henri Ey:³¹ “O ser do homem não apenas não pode ser compreendido sem a loucura, como não seria o ser do homem se não trouxesse em si a loucura como limite de sua liberdade.”

[575]

V. Pós-escrito

Ensinamos, seguindo Freud, que o Outro é o lugar da memória que ele descobriu pelo nome de inconsciente, memória que ele considera como objeto de uma questão que permanece em aberto, na medida em que condiciona a indestrutibilidade de certos desejos. A essa questão respondemos com a concepção da cadeia significante, na medida em que, uma vez inaugurada pela sim-

31. *Formulações sobre a causalidade psíquica* (Relatório de 28 de setembro de 1946 para as Jornadas de Bonneval), cf. aqui mesmo, p.152.

bolização primordial (que o jogo do *Fort! Da!*, evidenciado por Freud na origem do automatismo de repetição, torna manifesta), essa cadeia se desenvolve segundo ligações lógicas cuja influência sobre o que há por significar, ou seja, o ser do ente, se exerce pelos efeitos de significante descritos por nós como metáfora e metonímia.

É num acidente desse registro e do que nele se realiza, a saber, na forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose.

Essa formulação, que trazemos aqui como uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose, prossegue sua dialética: porém nós a deteremos aqui, e vamos dizer por quê.

É que por nossa parada, primeiro, vale indicar o que se descobre.

Uma perspectiva que não isole a relação de Schreber com Deus de seu relevo subjetivo, que a marca com traços negativos que a fazem afigurar-se mais uma mistura do que uma união do ser com o ser, e que, na voracidade que aí se compõe com o asco, na cumplicidade que suporta sua exação, não mostra nada, para chamarmos as coisas por seu nome, da Presença e do Júbilo que iluminam a experiência mística: oposição que não apenas demonstra, mas que fundamenta a espantosa ausência, nessa relação, do *Du*, isto é, do *Tu*, vocábulo (*Thou*) que certas línguas reservam para o chamado de Deus e para o apelo a Deus, e que é o significante do Outro na fala.

[576]

Sabemos dos falsos pudores que são correntes na ciência a esse respeito, e que são companheiros das falsas idéias do pedantismo, quando ele invoca o inefável da vivência, ou a “consciência mórbida”, para eliminar o esforço do qual se exime, qual seja, aquele que é requerido justamente no ponto em que não há nada de inefável, já que isso fala, em que a vivência, longe de separar, comunica-se, e em que a subjetividade fornece sua estrutura verdadeira, aquela em que o que se analisa é idêntico ao que se articula.

Igualmente, do mesmo mirante a que nos trouxe a subjetividade delirante também nos voltaremos para a subjetividade científica, ou seja, para aquela que o douto que trabalha na ciência partilha com o homem da civilização que a sustenta. Não

negaremos que, no ponto do mundo em que residimos, vimos o bastante a esse respeito para nos interrogarmos sobre os critérios pelos quais o homem de um discurso sobre a liberdade que realmente há que se qualificar de delirante (dedicamos a ele um de nossos seminários), de um conceito do real em que o determinismo é apenas um álibi, cedo angustiante, quando tentamos ampliar seu campo ao acaso (fizemos nosso auditório experimentar isso num teste experimental), de uma crença que o reúne, ao menos em metade do universo, sob o símbolo do Papai Noel (o que não pode escapar a ninguém), haveria de impedir-nos de situá-lo, por uma analogia legítima, na categoria da psicose social — em cuja instauração, se não estamos enganados, Pascal nos teria precedido.

Que essa psicose revele-se compatível com a chamada boa ordem é coisa de que não se duvida, mas tampouco é o que autoriza o psiquiatra, ainda que psicanalista, a se fiar em sua própria compatibilidade com essa ordem para se acreditar de posse de uma idéia adequada da *realidade*, da qual seu paciente se mostraria discrepante.

Nessas condições, talvez ele fizesse melhor em elidir essa idéia de sua apreciação dos fundamentos da psicose: o que conduz nosso olhar ao objetivo de seu tratamento.

Para medir o caminho que nos separa dele, basta-nos evocar o acúmulo de atrasos com que seus peregrinos o balizaram. Todo o mundo sabe que nenhuma elaboração do mecanismo da transferência, não importa quão douda, conseguiu fazer com que ela não seja concebida, na prática, como uma relação puramente dual em seus termos e perfeitamente confusa em seu substrato.

Introduzamos a questão daquilo que, apenas tomando a transferência por seu valor fundamental de fenômeno de repetição, deveria ela se repetir nos personagens persecutórios em que Freud aponta aqui seu efeito?

Resposta frouxa que nos chega: a seguir seu procedimento, uma carência paterna, sem dúvida. Nesse estilo, ninguém se privou de escrever horrores: e o “círculo” do psicótico foi objeto de um recenseamento minucioso de toda sorte de rótulos biográficos e caracterológicos que a anamnese permitiu destacar das *dramatis personae*, ou de suas “relações inter-humanas”.³²

32. Cf. a tese sobre *Le milieu familial des schizophrènes* (Paris, 1957), de André

Procedamos, contudo, segundo os termos de estrutura que destacamos.

Para que a psicose se desencadeie, é preciso que o Nome-do-Pai, *verworfen*, foracluído, isto é, jamais advindo no lugar do Outro, seja ali invocado em oposição simbólica ao sujeito.

É a falta do Nome-do-Pai nesse lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante.

Mas, como pode o Nome-do-Pai ser chamado pelo sujeito no único lugar de onde poderia ter-lhe advindo e onde nunca esteve? Através de nada mais nada menos que um pai real, não forçosamente, em absoluto, o pai do sujeito, mas Um-pai.

É preciso ainda que esse Um-pai venha no lugar em que o sujeito não pôde chamá-lo antes. Basta que esse Um-pai se situe na posição terceira em alguma relação que tenha por base o par imaginário *a-a'*, isto é, eu-objeto ou ideal-realidade, concernindo ao sujeito no campo de agressão erotizado que ele induz.

[578]

Que se procure no início da psicose essa conjuntura dramática. Quer ela se apresente, para a mulher que acaba de dar à luz, na figura de seu marido, para a penitente que confessa seu erro, na pessoa de seu confessor, para a mocinha enamorada, no encontro com o “pai do rapaz”, sempre a encontramos, e a encontraremos com mais facilidade ao nos guiarmos pelas “situações”, no sentido romanesco desse termo. Entenda-se aqui, de passagem, que essas situações são, para o romancista, sua verdadeira fonte, ou seja, aquela que faz brotar a “psicologia profunda” a que nenhuma visada psicológica poderia fazê-lo ter acesso.³³

Para passarmos agora ao princípio da foraclusão (*Verwerfung*) do Nome-do-Pai, é preciso admitir que o Nome-do-Pai reduplica,

Green: trabalho cujo mérito certo não teria sofrido, se referenciais mais seguros o houvessem guiado para um sucesso maior, nomeadamente quanto à abordagem do que é ali bizarramente chamado de “fratura psicótica”.

33. Desejamos boa sorte, neste ponto, àquele de nossos alunos que enveredou pelo caminho dessa observação, onde a crítica pode assegurar-se de um fio que não a engana.

no lugar do Outro, o próprio significante do ternário simbólico, na medida em que ele constitui a lei do significante.

A tentativa não haveria de custar nada, ao que parece, àqueles que, em sua busca das coordenadas do “ambiente” da psicose, vagam qual alma penada da mãe frustradora para a mãe saciadora, não sem sentir que, ao se dirigirem pelo lado da situação do pai de família, eles queimam, como se diz no jogo do chicote-queimado.

Além disso, nessa busca tateante de uma carência paterna, cuja distribuição entre o pai tonitruante, o pai indulgente, o pai onipotente, o pai humilhado, o pai acabrunhado, o pai derrisório, o pai caseiro ou o pai passeador não deixa de inquietar, não seria abusivo esperar algum efeito de descarga do seguinte comentário: que os efeitos de prestígio que estão em jogo nisso tudo, e onde (graças aos céus) a relação ternária do Édipo não é totalmente omitida, já que a reverência da mãe é considerada decisiva, reduzem-se à rivalidade entre os dois pais no imaginário do sujeito — ou seja, ao que se articula na pergunta cujo endereçamento parece ser regular, para não dizer obrigatório, em toda infância que se preza: “De quem você gosta mais, do papai ou da mamãe?”

Não visamos reduzir nada com essa aproximação, antes pelo contrário, pois essa pergunta, onde a criança nunca deixa de concretizar a repulsa que sente pelo infantilismo dos pais, é precisamente aquela com que essas verdadeiras crianças que são os pais (nesse sentido, não há outras senão elas na família) pretendem mascarar o mistério de sua união ou sua desunião, conforme o caso, ou seja, daquilo que seu rebento sabe muito bem ser todo o problema, e que ele se formula como tal.

Dir-nos-ão, quanto a isso, que enfatizamos precisamente o vínculo de amor e respeito pelo qual a mãe coloca ou não o pai em seu lugar ideal. É curioso, responderemos, para começar, que quase não se mencionem os mesmos vínculos em sentido inverso, o que revela que a teoria participa do véu lançado sobre o coito dos pais pela amnésia infantil.

Mas, o ponto em que queremos insistir é que não é unicamente da maneira como a mãe se arranja com a pessoa do pai que convém nos ocuparmos, mas da importância que ela dá à palavra dele — digamos com clareza, a sua autoridade —, ou, em outras palavras, do lugar que ela reserva ao Nome-do-Pai na promoção da lei.

[579]

Mais ainda, a relação do pai com essa lei deve ser considerada em si mesma, pois nela encontraremos a razão do paradoxo pelo qual os efeitos devastadores da figura paterna são observados, com particular frequência, nos casos em que o pai realmente tem a função de legislador ou dela se prevalece, quer ele seja, efetivamente, daqueles que fazem as leis, quer se coloque como pilar da fé, como modelo de integridade ou de devoção, como virtuoso ou virtuose, como servidor de uma obra de salvação, de algum objeto ou falta de objeto que haja, de nação ou natalidade, de salvaguarda ou salubridade, de legado ou legalidade, do puro, do pior ou do império, todos eles ideais que só lhe fazem oferecer demasiadas oportunidades de estar em posição de demérito, de insuficiência ou até de fraude e, em resumo, de excluir o Nome-do-Pai de sua posição no significante.

Não é preciso tanto para obter esse resultado, e nenhum dos que praticam a análise de crianças negará que a mentira da conduta é percebida por elas a ponto de ser devastadora. Mas, quem articula que a mentira assim percebida implica a referência à função constitutiva da fala?

Verifica-se, assim, que um pouco de severidade não é demais para dar à experiência mais acessível seu sentido verídico. As conseqüências que podemos esperar disso, no exame e na técnica, são julgadas em outro lugar.

[580]

Aqui, fornecemos apenas o necessário para apreciar a inabilidade com que os mais inspirados autores manejam aquilo que encontram de mais valioso, ao seguirem Freud no terreno da preeminência que ele confere à transferência da relação com o pai na gênese da psicose.

Niederland fornece o exemplo notável disso,³⁴ chamando a atenção para a genealogia delirante de Flechsig, construída com os nomes da linhagem real de Schreber — Gottfried, Gottlieb, Fürchtegott e sobretudo Daniel, que se transmite de pai para filho e do qual ele fornece o sentido em hebraico, para mostrar, na convergência de todos para o nome de Deus (*Gott*), uma cadeia simbólica importante, por manifestar a função do pai no delírio.

34. Op. cit.

Mas, na impossibilidade de distinguir a instância do Nome-do-Pai, sobre a qual evidentemente não basta para reconhecê-la que seja visível a olho nu, ele perde a oportunidade de captar a cadeia em que se tramam as agressões eróticas experimentadas pelo sujeito e de, com isso, contribuir para pôr em seu lugar o que convém propriamente chamar de homossexualidade delirante.

Por conseguinte, como haveria ele se detido no que a frase anteriormente citada, das primeiras linhas do segundo capítulo³⁵ de Schreber, contém em seu enunciado? — um desses enunciados tão manifestamente feitos para não ser ouvidos que devem nos captar a atenção. Que quer dizer, tomando-a ao pé da letra, a igualdade de planos em que o autor junta os nomes de Flechsig e Schreber ao assassinato d'almas, para nos introduzir no princípio do abuso de que é vítima? Deve-se deixar algo por desvendar aos glosadores do futuro.

Igualmente incerta é a tentativa em que se empenha o sr. Niederland, no mesmo artigo, de frisar, dessa vez a partir do sujeito, e não mais do significante (termos que lhe são estranhos, é claro), o papel da função paterna no desencadeamento do delírio.

Se ele pretende, com efeito, poder designar o ensejo da psicose na simples assunção da paternidade pelo sujeito, o que é o tema de seu ensaio, é contraditório tomar por equivalentes a decepção de suas esperanças de paternidade, assinalado por Schreber, e seu acesso à Corte Suprema, pelo qual seu título de *Senätspräsident* sublinha a qualidade de Pai (conscrito)³⁶ que ela lhe confere: isto, como a única motivação de sua segunda crise, sem prejuízo da primeira, que o fracasso de sua candidatura ao Reichstag explicaria da mesma maneira.

[581]

Já a referência à posição terceira, em que o significante da paternidade é invocado em todos esses casos, seria correta e desfaria essa contradição.

Mas, na perspectiva de nossa formulação, é a foracclusão (*Verwerfung*) primordial que domina tudo por seu problema, e as considerações precedentes não nos pegam desprevenidos.

35. Cf. essa frase, citada na nota da p.564.

36. Note-se que a expressão *père conscrit* designa, em francês, os membros do senado romano, enquanto o *conscrit* traz também as acepções de recruta, convocado, e de novato, inexperiente. (N.E.)

Pois, reportando-nos à obra de Daniel Gottlob Moritz Schreber, fundador de um instituto de ortopedia na Universidade de Leipzig; educador, ou melhor, para articulá-lo em inglês, “educacionalista”; reformador social “com uma vocação apostólica de levar às massas a saúde, a felicidade e a bem-aventurança” (*sic* Ida Macalpine, loc. cit., p.1³⁷) através da cultura física; iniciador das pequenas hortas destinadas a manter no empregado um idealismo hortigranjeiro, as quais ainda conservam na Alemanha o nome de *Schrebergärten*; sem falar das quarenta edições da *Ginástica médica de salão*, cujos homenzinhos “feitos às pressas” que a ilustram são quase que evocados por Schreber (S. 166-XII), poderemos considerar ultrapassados os limites em que o nativo e o natal vão à natureza, ao natural, ao naturalismo ou até à naturalização, em que a virtude se torna vertigem, o legado liga, a salvação saltação, onde o puro roça na influência nociva e onde não nos surpreenderá que a criança, à semelhança do grumete da célebre pesca de Prévert, mande às favas (*verwerfe*) a baleia da impostura, depois de haver, segundo a tirada desse trecho imortal, perfurado a trama de pai a ponta.³⁸

Não há dúvida de que a figura do prof. Flechsig, em sua gravidade de pesquisador (o livro da sra. Macalpine oferece-nos uma foto dele que o mostra perfilando-se acima da ampliação colossais de um hemisfério cerebral), não conseguiu preencher o vazio subitamente vislumbrado da *Verwerfung* inaugural (“*Kleiner Flechsig! Pequeno Flechsig!*”, clamam as vozes).

[582]

Pelo menos, é essa a concepção de Freud, na medida em que ela aponta na transferência que o sujeito efetuou para a pessoa de Flechsig o fator que precipitou o sujeito na psicose.

Mediante o que, alguns meses depois, os dardejamentos divinos farão ouvir seu concerto no sujeito para mandar o Nome-do-Pai se f... pelo rabo com o Nome de D...³⁹ e fundamentar o

37. Numa nota da mesma página, a sra. Ida Macalpine cita o título de um dos livros desse autor, assim concebido: *Glückseligkeitslehre für das physische Leben des Menschen*, ou seja: *Lições de bem-aventurança para a vida física do homem*.

38. Onde o autor joga com a expressão *de part en part*, grafando-a como *de père en part*. (N.E.)

39. S. 194-XIV: *Die Redensart “Ei verflucht” ... war noch ein Überbleibsel der Grundsprache, in welcher die Worte “Ei verflucht, das sagt sich schwer” jedesmal gebraucht werden, wenn irgend ein mit der Weltordnung unerträgliche Erscheinung in das Bewusstsein der Seelen trat, z. B. “Ei verflucht, das sagt sich schwer, dass der liebe Gott sich f... lässt”* [“A expressão ‘que droga’,

Filho em sua certeza de que, ao cabo de suas provações, ele não poderia fazer melhor do que “sujar”⁴⁰ sobre o mundo inteiro (S. 226-XVI).

Assim é que a última palavra em que a “experiência interior” de nosso século nos entregou seu cômputo mostra-se articulada, com cinquenta anos de antecedência, pela teodicéia a que Schreber fica exposto: “Deus é uma p...”⁴¹

[583]

Termo em que culmina o processo pelo qual o significante “desatrelou-se”⁴² no real, depois de declarada a falência do

particularmente, era um resíduo da língua fundamental, na qual as palavras ‘que droga, é difícil dizer isto’ eram empregadas toda vez que vinha à consciência das almas algum fenômeno incompatível com a Ordem do Mundo, por exemplo: ‘Que droga, é difícil afirmar que o bom Deus se deixe f...’ (Memórias..., p.159)]

40. Cremos poder tomar emprestado ao registro mesmo da *Grundsprache* esse eufemismo, do qual as vozes e o próprio Schreber, no entanto, contrariamente a seu costume, prescindem aqui.

Acreditamos cumprir melhor os deveres do rigor científico ao apontar a hipocrisia que, nesse como em outros desvios, reduz ao benévolo ou até ao tolo aquilo que a experiência freudiana demonstra. Queremos referir-nos ao emprego indefinível que é comumente feito de referências como esta: nesse momento de sua análise, o doente regrediu à fase anal. Daria gosto ver a cara do analista se o doente viesse a “fazer força” ou, simplesmente, babar em seu divã.

Tudo isso não passa de um retorno mascarado à sublimação que encontra abrigo no *inter urinas et faeces nascimur*, implicando que essa origem sórdida concerne apenas a nosso corpo.

O que a análise descobre é uma coisa completamente diferente. Não são seus andrajos, é o próprio ser do homem que vem alinhar-se entre os dejetos em que seus primeiros deleites encontraram seu cortejo, desde que a lei da simbolização em que deve engajar-se seu desejo o apanhe em sua rede, pela posição de objeto parcial em que ele se oferece ao chegar ao mundo, a um mundo em que o desejo do Outro constitui a lei.

Essa relação, bem entendido, é claramente articulada por Schreber naquilo que ele informa, para dizê-lo sem deixar ambigüidade, com o ato de c... — nomeadamente, o fato de ele sentir reunirem-se aí os elementos de seu ser cuja dispersão no infinito de seu delírio produz seu sofrimento.

41. Sob a forma *Die Sonne ist eine Hure* [“O Sol é uma puta”] (S. 384-An. [Memórias..., p.287]). O Sol é, para Schreber, o aspecto central de Deus. A experiência interior de que se trata aqui é o título do texto central da obra de Georges Bataille. Em *Madame Edwarda*, ele descreve dessa experiência o auge singular.

42. [...] *le signifiant s'est “déchaîne” dans le réel*: Lacan utiliza o termo *déchaîne* entre aspas certamente para apontar que o significante se soltou da cadeia,

Nome-do-Pai — isto é, do significante que, no Outro como lugar do significante, é o significante do Outro como lugar da lei.

Deixaremos neste ponto, por ora, essa questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses, que introduz, como vemos, a concepção a ser formada do manejo, nesse tratamento, da transferência.

Dizer o que podemos fazer nesse terreno seria prematuro, porque seria ir, agora, “para-além de Freud”, e não se trata de superar Freud quando a psicanálise segundo Freud, como dissemos, voltou à etapa anterior.

Pelo menos, é isso que nos afasta de qualquer outro objetivo senão o de restaurar o acesso à experiência que Freud descobriu.

Pois usar a técnica que ele instituiu fora da experiência a que ela se aplica é tão estúpido quanto esfalfar-se nos remos quando o barco está encalhado na areia.

dez. 1957 - jan. 1958

“desencadeou-se”. Reservamos o termo “desencadeamento” para *déclenchement*, essencial ao tratar-se de psicose. (N.E.)

A direção do tratamento e os princípios de seu poder

RELATÓRIO DO COLÓQUIO DE ROYAUMONT
10-13 DE JULHO DE 1958¹

I. Quem analisa hoje?

1. Que uma análise traga consigo os traços da pessoa do analisado, fala-se disso como se fosse óbvio. Mas acredita-se dar mostras de audácia ao manifestar interesse pelos efeitos que nela surtiria a pessoa do analista. É isso, pelo menos, que justifica o frêmito que nos percorre ante as expressões em voga sobre a contra-transferência, o que sem dúvida contribui para lhes mascarar a impropriedade conceitual: pensem na altivez de espírito de que damos testemunho ao nos mostrarmos feitos, em nossa argila, da mesma daqueles que moldamos.

O que escrevi aí é uma impropriedade. É pouco para aqueles a quem visa, quando hoje em dia já nem se faz cerimônia em declarar que, sob o nome de psicanálise, está-se empenhado numa “reeducação emocional do paciente” [22].²

Situar nesse nível a ação do analista implica uma posição de princípio diante da qual tudo o que se possa dizer da contra-transferência, mesmo não sendo inútil, funcionará como uma manobra diversionista. Pois é para-além disso que se situa, a partir daí, a impostura que aqui queremos desalojar.³

1. Primeiro relatório do Colóquio Internacional reunido nessa data, a convite da Sociedade Francesa de Psicanálise, publicado em *La Psychanalyse*, vol.6.

2. Os números entre colchetes remetem às referências colocadas no final deste relatório.

3. Para voltar contra o espírito de uma sociedade uma expressão por cujo valor podemos avaliá-la, quando a frase em que Freud se iguala aos pré-socráticos — *Wo es war, soll Ich werden* — traduz-se nela, muito simplesmente, para uso francês, por: O Eu deve desalojar o Isso.

Nem por isso estamos denunciando o que a psicanálise tem hoje de antifreudiano. Pois, nesse aspecto, deve-se reconhecer que tirou a máscara, uma vez que ela se vangloria de ultrapassar aquilo que aliás ignora, guardando da doutrina de Freud apenas o suficiente para sentir o quanto lhe é dissonante o que ela acabou de enunciar de sua experiência.

[586]

Pretendemos mostrar como a impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder.

2. O psicanalista certamente dirige o tratamento. O primeiro princípio desse tratamento, o que lhe é soletrado logo de saída, que ele encontra por toda parte em sua formação, a ponto de ficar por ele impregnado, é o de que não deve de modo algum dirigir o paciente. A direção de consciência, no sentido do guia moral que um fiel do catolicismo pode encontrar neste, acha-se aqui radicalmente excluída. Se a psicanálise levanta problemas para a teologia moral, não se trata daqueles da direção de consciência, a cujo respeito lembramos que a direção de consciência também os suscita.

A direção do tratamento é outra coisa. Consiste, em primeiro lugar, em fazer com que o sujeito aplique a regra analítica, isto é, as diretrizes cuja presença não se pode desconhecer como princípio do que é chamado “a situação analítica”, sob pretexto de que o sujeito as aplicaria melhor sem pensar nelas.

Essas diretrizes, numa comunicação inicial, revestem-se da forma de instruções, as quais, por menos que o analista as comente, podemos considerar que, até nas inflexões de seu enunciado, veicularão a doutrina com as quais o analista se constitui, no ponto de consequência que ela atingiu para ele. O que não o torna menos solidário da profusão de preconceitos que, no paciente, esperam nesse mesmo lugar, conforme a idéia que a difusão cultural lhe tenha permitido formar acerca do procedimento e da finalidade da empreitada.

Isso já basta para nos mostrar que o problema da direção revela, desde as diretrizes iniciais, não poder formular-se numa linha de comunicação unívoca, o que nos obriga a permanecer aí, no momento, para esclarecê-lo pelo que o segue.

Digamos apenas que, ao reduzi-lo à sua verdade, esse tempo consiste em fazer o paciente esquecer que se trata apenas de palavras, mas que isso não justifica que o próprio analista o esqueça [16].

3. Aliás, havíamos anunciado que é pelo lado do analista que tencionamos introduzir nosso assunto.

Digamos que, no investimento de capital da empresa comum, o paciente não é o único com dificuldades a entrar com sua quota. Também o analista tem que pagar:

[587]

— pagar com palavras, sem dúvida, se a transmutação que elas sofrem pela operação analítica as eleva a seu efeito de interpretação;

— mas pagar também com sua pessoa, na medida em que, haja o que houver, ele a empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência;

— e haveremos de esquecer que ele tem que pagar com o que há de essencial em seu juízo mais íntimo, para intervir numa ação que vai ao cerne do ser (*Kern unseres Wesens*, escreveu Freud [6]): seria ele o único a ficar fora do jogo?

Que não se preocupem comigo aqueles cujos votos se dirigem a nossas armas, ante a idéia de que eu me esteja expondo aqui, mais uma vez, a adversários sempre felizes por me devolverem à minha metafísica.

Pois é no seio da pretensão deles de se bastarem com a eficácia que se eleva uma afirmação como esta: a de que o analista cura menos pelo que diz e faz do que por aquilo que é [22]. Sem que, aparentemente, ninguém peça explicações dessa afirmação a seu autor, nem o lembre do pudor, quando, dirigindo um sorriso de enfado ao ridículo a que se expõe, é à bondade, a sua (é preciso ser bom, não há transcendência nesse contexto), que ele apela para pôr fim a um debate sem saída sobre a neurose de transferência.⁴ Mas, quem teria a crueldade de interrogar aquele que se verga sob o fardo da bagagem, quando seu porte leva claramente a supor que ela está cheia de tijolos?

No entanto, o ser é o ser, seja quem for que o invoque, e temos o direito de perguntar o que ele vem fazer aqui.

4. Colocarei novamente o analista na berlinda, portanto, na medida em que eu mesmo o sou, para observar que ele é tão

4. “Comment terminer le traitement analytique”, *Revue Franç. de Psychanalyse*, 1954, IV, p.519 e passim. Para avaliar a influência de tal formação, leia-se C.-H. Nodet, “Le psychanalyste”, *L'Évolution Psychiatrique*, 1957, IV, p.689-91.

menos seguro de sua ação quanto mais está interessado em seu ser.

Intérprete do que me é apresentado em colocações ou atos, decido acerca de meu oráculo e o articulo a meu gosto, único mestre/senhor em meu barco, depois de Deus, e, claro, longe de poder avaliar todo o efeito de minhas palavras, mas justamente advertido e procurando prevenir-me contra isso, ou, dito de outra maneira, sempre livre quanto ao momento, ao número e também à escolha de minhas intervenções, a tal ponto que a regra parece ter sido inteiramente ordenada para não atrapalhar em nada meu trabalho de executante, ao que é correlato o aspecto de “material” sob o qual minha ação aborda aqui o que ela produziu.

[588]

5. Quanto ao manejo da transferência, minha liberdade, ao contrário, vê-se alienada pelo desdobramento que nela sofre minha pessoa, e ninguém ignora que é aí que se deve buscar o segredo da análise. O que não impede que se creia estar progredindo nesta douda afirmação: que a psicanálise deve ser estudada como uma situação a dois. Decerto se introduzem nela condições que lhe restringem os movimentos, no entanto disso resulta que a situação assim concebida serve para articular (e sem maiores artifícios do que a já citada reeducação emocional) os princípios de um adestramento do chamado Eu fraco, e por um Eu o qual há quem goste de considerar capaz de realizar esse projeto, porque é forte. Que não se enuncie isso sem constrangimento é o que atestam certos arrendimentos de uma inabilidade impressionante, como aquele que esclarece não ceder à exigência de uma “cura por dentro” [22].⁵ Mas só é mais significativo constatar que o assentimento do sujeito, por sua evocação nesse trecho, vem apenas no segundo tempo de um efeito inicialmente imposto.

Não é por nosso prazer que expomos esses desvios, mas, antes, para, com seus escolhos, fazer balizas para nosso caminho.

5. Prometemos a nossos leitores não mais fatigá-los, no que se segue, com fórmulas tão estúpidas, que na verdade não têm outra utilidade aqui senão mostrar a que ponto chegou o discurso analítico. Já nos desculpamos por elas junto a nossos ouvintes estrangeiros, que sem dúvida dispunham de outras tantas a seu serviço em sua língua, mas talvez não exatamente dessa mesma banalidade.

De fato, todo analista (nem que seja os que assim se extraviam) sempre experimenta a transferência, no deslumbramento do efeito menos esperado de uma relação a dois que seria como as outras. Ele diz a si mesmo que, nesse aspecto, tem que contemporizar com um fenômeno pelo qual não é responsável, e sabemos com que insistência Freud enfatizou sua espontaneidade no paciente.

Faz algum tempo que os analistas, nas dilacerantes revisões com que nos brindam, preferem insinuar que essa insistência, da qual se fizeram baluartes por muito tempo, traduziria em Freud uma certa fuga do compromisso pressuposto pela idéia de situação. Como vocês vêem, estamos em dia.

[589]

Mas é sobretudo a exaltação fácil de seu gesto de atirar os sentimentos — imputado à contratransferência — no prato de uma balança em que a situação se equilibraria por seu peso que atesta, para nós, uma consciência pesada que se correlaciona com a renúncia em conceber a verdadeira natureza da transferência.

Não é possível raciocinar com o que o analisado leva a pessoa do analista a suportar de suas fantasias como com o que um jogador ideal avalia das intenções de seu adversário. Sem dúvida, há também uma estratégia ali, mas não nos enganemos com a metáfora do espelho, por mais que ela convenha à superfície una que o analista apresenta ao paciente. Cara fechada e boca cosida não têm aqui a mesma finalidade que no bridge. Com isso, antes, o analista convoca a ajuda do que nesse jogo é chamado de morto, mas para fazer surgir o quarto jogador que do analisado será parceiro, e cuja mão, através de seus lances, o analista se esforçará por fazê-lo adivinhar: é esse o vínculo, digamos, de abnegação, imposto ao analista pelo cacife da partida na análise.

Poderíamos prosseguir nessa metáfora, daí deduzindo seu jogo conforme ele se coloque “à direita” ou “à esquerda” do paciente, ou seja, na posição de jogar antes ou depois do quarto jogador, isto é, de jogar antes ou depois deste com o morto.

Mas o que há de certo é que os sentimentos do analista só têm um lugar possível nesse jogo: o do morto; e que, ao ressuscitá-lo, o jogo prossegue sem que se saiba quem o conduz.

Eis por que o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática.

6. Vamos adiante. O analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele faria melhor situando-se em sua falta-a-ser do que em seu ser.

Dizendo as coisas de outra maneira: sua ação sobre o paciente lhe escapa, juntamente com a idéia que possa fazer dela, quando ele não retoma seu começo naquilo pelo qual ela é possível, quando não retém o paradoxo do que ela tem de retalhada, para revisar no princípio a estrutura por onde qualquer ação intervém na realidade.

[590]

Para os psicanalistas de hoje, essa relação com a realidade é evidente. Eles lhe medem as defecções por parte do paciente com base no princípio autoritário dos educadores de sempre. Só que se fiam na análise didática para garantir sua manutenção num teor suficiente nos analistas, sobre os quais não deixamos de sentir que, para enfrentar os problemas da humanidade que se dirige a eles, suas visões às vezes são um pouco locais. Isso equivale apenas a fazer recuar o problema a um nível individual.

E não é muito tranquilizador vê-los traçar o percurso da análise na redução, no sujeito, dos desvios imputados à sua transferência e a suas resistências, mas situados em relação à realidade, nem ouvi-los exclamar sobre a “situação simplíssima” que a análise ofereceria para comensurar isso. Homessa! o educador não está nem perto de ser educado, se pode julgar com tanta leviandade uma experiência que, no entanto, ele próprio teve de atravessar.

Presume-se em tal apreciação que esses analistas teriam dado a essa experiência outras facetas, se tivessem tido que se fiar em seu senso de realidade para inventá-la eles próprios: prioridade escabrosa de imaginar. Eles têm certas dúvidas, por isso são tão meticulosos na preservação de suas formas.

É compreensível que, para alicerçar esteio a uma concepção tão visivelmente precária, alguns ultramarinos tenham sentido necessidade de introduzir nela um valor estável, um padrão de medida do real: é o *ego* autônomo. Trata-se do conjunto supostamente organizado das mais díspares funções que presta seu apoio ao sentimento de inatismo do sujeito. É considerado autônomo porque estaria ao abrigo dos conflitos da pessoa (*non-conflictual sphere*) [14].

Aí se reconhece uma miragem surrada que a mais acadêmica psicologia da introspecção já havia rejeitado como insustentável.

Essa regressão, no entanto, é celebrada como um retorno ao redil da “psicologia geral”.

Seja como for, ela resolve a questão do ser do analista.⁶ Uma equipe de *egos*, decerto menos iguais⁷ do que autônomos (mas, por qual selo de origem se reconhecem eles na suficiência de sua autonomia?), se oferece aos norte-americanos para guiá-los em direção à *happiness*, sem perturbar as autonomias, egoístas ou não, que pavimentam o *American way* de chegar lá.

[591]

7. Resumamo-nos. Se o analista só lidasse com resistências, pensaria duas vezes antes de fazer uma interpretação, como efetivamente lhe acontece, mas ele ficaria quite com essa prudência.

Só que essa interpretação, quando ele a faz, é recebida como proveniente da pessoa que a transferência lhe imputa ser. Aceitará ele beneficiar-se desse erro de pessoa? A moral da análise não contradiz isso, desde que ele interprete tal efeito, sem o que a análise se reduziria a uma sugestão grosseira.

Posição incontestável, exceto pelo fato de que é como proveniente do Outro da transferência que a fala do analista continua a ser ouvida, e de que com isso o momento de o sujeito sair da transferência é adiado *ad infinitum*.

É, pois, pelo que o sujeito imputa ao analista ser (ser que está alhures) que é possível uma interpretação voltar ao lugar de onde pode ter peso na distribuição das respostas.

Ali, porém, quem dirá o que ele é, o analista, e o que resta dele, ao ser encostado contra a parede na tarefa de interpretar? Que ele mesmo ouse dizê-lo se, caso seja um homem, isso for tudo o que ele tem a nos responder. Que ele tenha ou não tenha, seria pois toda a questão: mas é aí que ele volta atrás, não somente pela impudência do mistério, mas porque, nesse ter, é do ser que se trata, e como. Veremos mais adiante que esse como não é cômodo.

Por isso ele prefere se restringir a seu Eu e à realidade, da qual conhece um pedaço. Mas, nesse caso, ei-lo no [eu] e no eu com seu paciente. Como fazer, se eles estão de espada em riste?

6. Na França, o já citado doutrinário do ser mostrou-se direto nessa solução: o ser do psicanalista é inato (cf. *La PDA*, I, p.136).

7. Onde Lacan explora a homofonia francesa entre *egos* e *égaux*. (N.E.)

É aí que, astutamente, conta-se com as convivências que se deve ter nesse lugar, denominado, no caso, a parte sadia *do eu*, aquela que pensa como nós.

C.Q.N.R.P.D., podemos concluir, o que nos leva de volta ao problema inicial, ou seja, a reinventar a análise.

Ou a refazê-la: tratando a transferência como uma forma particular da resistência. [592]

Muitos o professam. É a eles que formulamos a pergunta que dá título a esta seção: Quem é o analista? Aquele que interpreta, tirando proveito da transferência? Aquele que a analisa como resistência? Ou aquele que impõe sua idéia da realidade?

Pergunta que pode incomodar muito de perto aqueles a quem se dirige, e ser menos fácil de evitar do que a pergunta “quem fala?”, com a qual um de meus alunos lhes azucrinou os ouvidos por conta do paciente. Pois sua resposta de impacientes — um animal de nossa espécie — seria para a pergunta modificada mais deploravelmente tautológica, por ter que dizer: eu.

Nu e cru.

II. *Qual é o lugar da interpretação?*

1. O que veio antes não responde a tudo o que aqui se promove de questões para o novato. Mas, ao reunir os problemas que atualmente se agitam em torno da direção da análise, na medida em que essa atualidade reflete seu uso presente, cremos ter respeitado suas proporções.

A saber, o lugar ínfimo que a interpretação ocupa na atualidade psicanalítica — não porque se tenha perdido seu sentido, mas porque a abordagem desse sentido sempre atesta um embaraço. Não há autor que se confronte com ele sem proceder destacando toda sorte de intervenções verbais que não são a interpretação: explicações, gratificações, respostas à demanda... etc. O procedimento torna-se revelador quando se aproxima do centro do interesse. Ele impõe que até uma formulação articulada para levar o sujeito a ter uma visão (*insight*) de uma de suas condutas, sobretudo em sua significação de resistência, possa receber um nome totalmente diferente, como confrontação, por exemplo, nem que seja a do sujeito com seu próprio dizer, sem merecer o de interpretação, simplesmente por ser um dizer esclarecedor.

São comoventes os esforços de um autor na tentativa de forçar a teoria da forma para nela encontrar a metáfora que lhe permita exprimir o que a interpretação introduz de resolução numa ambigüidade intencional, de fechamento a uma incompletude que, no entanto, só se realiza a posteriori [2]. [593]

2. Percebe-se que o que aqui se furta é a natureza de uma transmutação no sujeito, e de um modo ainda mais doloroso para o pensamento, por lhe escapar no exato momento em que passa à ação. Nenhum indicador basta, com efeito, para mostrar onde age a interpretação, quando não se admite radicalmente um conceito da função do significante que capte onde o sujeito se subordina a ele, a ponto de por ele ser subornado.

A interpretação, para decifrar a diacronia das repetições inconscientes, deve introduzir na sincronia dos significantes que nela se compõem algo que, de repente, possibilite a tradução — precisamente aquilo que a função do Outro permite no receptáculo do código, sendo a propósito dele que aparece o elemento faltante.

Essa importância do significante na localização da verdade analítica aparece em filigrana, tão logo um autor se atém firmemente às conexões da experiência na definição das aporias. Basta ler Edward Glover para avaliar o preço que ele paga pela falta desse termo, quando, ao articular as opiniões mais pertinentes, ele encontra a interpretação por toda parte, na impossibilidade de retê-la em parte alguma, e até mesmo na banalidade da receita médica, e acaba dizendo, muito simplesmente, sem que se saiba se ele se escuta, que a formação do sintoma é uma interpretação inexata do sujeito [13].

Assim concebida, a interpretação torna-se uma espécie de flogístico, manifesto em tudo o que se compreende — com ou sem razão, por menos que ele alimente a chama do imaginário — da pura ostentação que, sob o nome de agressividade, tira proveito da técnica dessa época (1931; o que aliás é novo o bastante para ainda ser atual. Cf. [13]).

Somente por vir a interpretação culminar no *hic et nunc* desse jogo é que ela se distingue da leitura da *signatura rerum* em que Jung rivaliza com Boehme. Segui-lo nisso conviria muito pouco ao ser de nossos analistas.

Mas estar na hora de Freud⁸ diz respeito a outra tablatura, o que significa não ser supérfluo saber desmontar-lhe o relógio.

3. Nossa doutrina do significante é, para começar, disciplina na qual aqueles a quem formamos se exercitam nos modos de efeito do significante no advento do significado, única via para conceber que, ao se inscrever aí, a interpretação possa produzir algo novo.

[594]

Pois ela não se fundamenta em nenhuma assunção dos arquétipos divinos, mas no fato de o inconsciente ter a estrutura radical da linguagem, que um material funciona nela segundo leis, que são as descobertas pelo estudo das línguas positivas, das línguas que são ou foram efetivamente faladas.

A metáfora do flogístico que há pouco nos inspirou Glover retira seu caráter apropriado do erro que evoca: a significação emana tão pouco da vida quanto o flogístico, na combustão, escapa dos corpos. Antes, seria preciso falar dela como da combinação da vida com o átomo O do signo,⁹ do signo no que, antes de mais nada, ele conota a presença *ou* a ausência, introduzindo essencialmente o *e* que as liga, pois, ao conotar a presença ou a ausência, ele institui a presença com base na ausência, assim como constitui a ausência na presença.

Havemos de estar lembrados de que, com a segurança de sua marcha por seu campo, Freud, buscando o modelo do automatismo de repetição, detém-se no cruzamento de um jogo de ocultação e de uma escansão alternada de dois fonemas cuja conjugação, numa criança, o impressiona.

É que ali também aparece, ao mesmo tempo, o valor do objeto como insignificante (aquilo que a criança faz aparecer e desaparecer), além do caráter acessório da perfeição fonética, comparada à distinção fonemática, que ninguém contestaria que Freud tem o direito de traduzir imediatamente pelos *Fort! Da!* do alemão falado por ele, adulto [9].

8. A expressão francesa *être à l'heure de* tem o sentido de “seguir o estilo de”, “ser como”. (N.E.)

9. O que, em vez de ser vocalizado como a letra simbólica do oxigênio, evocada pela metáfora seguida, pode ler-se como “zero”, na medida em que esse número simboliza a função essencial do lugar na estrutura do significante.

Ponto de inseminação de uma ordem simbólica que preexiste ao sujeito infantil e segundo a qual será preciso que ele se estruture.

4. Poupar-nos-emos de fornecer as regras da interpretação. Não que elas não possam ser formuladas, mas suas fórmulas pressupõem desenvolvimentos que não podemos tomar como conhecidos, na impossibilidade de condensá-los aqui.

[595]

Atenhamo-nos a observar que, ao ler os comentários clássicos sobre a interpretação, sempre lamentamos ver quanto pouco partido se sabe tirar dos próprios dados que são propostos.

Para dar um exemplo disso, cada qual atesta à sua maneira que, para confirmar a pertinência de uma interpretação, o que importa não é a convicção que ela acarreta, já que melhor se reconhecerá seu critério no material que vier a surgir depois dela.

Mas tão poderosa é a superstição psicologizante nas mentes, que se continua a invocar o fenômeno no sentido de um assentimento do sujeito, omitindo por completo o que resulta das colocações de Freud sobre a *Verneinung* como forma de confissão, da qual o mínimo que se pode dizer é que não se pode fazê-la equivaler a um resultado nulo.

É assim que a teoria traduz como a resistência é gerada na prática. É também isso o que queremos deixar claro, quando dizemos que não há outra resistência à análise senão a do próprio analista.

5. O grave é que, com os autores de hoje, a sequência dos efeitos analíticos parece tomada pelo avesso. A interpretação, a seguir-mos suas colocações, seria apenas um balbúcio, comparada à abertura de uma relação maior onde, enfim, se é compreendido (“por dentro”, sem dúvida).

A interpretação torna-se aqui uma exigência da fraqueza à qual é preciso acudir. É também uma coisa muito difícil de fazê-la engolir sem que ela a rejeite. É ambas as coisas ao mesmo tempo, ou seja, um recurso bastante incômodo.

Mas isso é apenas efeito das paixões do analista: de seu receio, que não é do erro, mas da ignorância, de sua predileção; que não é satisfazer, porém não decepcionar; de sua necessidade, que não é de governar, mas de ficar por cima. Não se trata, em absoluto, da contratransferência deste ou daquele: trata-se das

consequências da relação dual, caso o terapeuta não a supere — e como haveria de superá-la, se faz dela o ideal de sua ação?

Primum vivere, sem dúvida: há que evitar o rompimento. Que se classifique com o nome de técnica a civilidade pueril e honesta que ensina com tal finalidade, ainda passa. Mas, quando se confunde essa necessidade física da presença do paciente na hora marcada com a relação analítica, comete-se um engano e se desencaminha o novato por muito tempo.

[596]

6. A transferência, nessa perspectiva, torna-se a segurança do analista, e a relação com o real, o terreno em que se decide o combate. A interpretação, adiada até a consolidação da transferência, fica desde então subordinada à redução desta.

Daí resulta que ela é reabsorvida num *working through* que podemos muito bem traduzir, simplesmente, por trabalho da transferência, que serve de álibi para uma espécie de revanche pela timidez inicial, ou seja, para uma insistência que abre as portas a todas as forças, colocadas sob a bandeira do fortalecimento do Eu [21-22].

7. Mas será que se observou, ao criticar o procedimento de Freud, tal como ele se apresenta, por exemplo, no Homem dos Ratos, que o que nos surpreende como uma doutrinação prévia decorre, simplesmente, de ele proceder exatamente na ordem inversa? Ou seja, ele começa por introduzir o paciente numa primeira localização de sua posição no real, mesmo que este acarrete uma precipitação — não hesitemos em dizer uma sistematização — dos sintomas [8].

Outro exemplo notório é quando ele obriga Dora a constatar que, da grande desordem do mundo de seu pai, cujo estrago constitui o objeto de sua reclamação, ela faz mais do que participar; que ela se constituiu a cavilha dessa desordem, e que não poderia continuar sem sua complacência [7].

Há muito tempo tenho enfatizado o processo hegeliano dessa inversão das posições da bela alma quanto à realidade que ela denuncia. Não se trata de adaptá-la a esta, mas de lhe mostrar que ela está mais do que bem adaptada nela, uma vez que concorre para sua fabricação.

Mas aqui se detém o caminho a percorrer com o outro. Pois a transferência já fez seu trabalho, mostrando que se trata de algo bem diferente das relações do Eu com o mundo.

Freud nem sempre parece haver-se muito bem com isso, nos casos que relata. E é por isso que eles são tão preciosos.

[597]

Pois ele reconheceu prontamente que nisso estava o princípio de seu poder, no que este não se distinguia da sugestão, mas também que esse poder só lhe dava a solução do problema na condição de não se servir dele, pois era então que assumia todo o seu desenvolvimento de transferência.

A partir desse momento, não é mais àquele a quem mantinha em sua proximidade que ele se dirigiu, e foi por essa razão que lhe recusou o face a face.

A interpretação em Freud é tão audaciosa que, por havê-la vulgarizado, já não reconhecemos seu alcance de adivinhação. Quando ele denuncia uma tendência, aquilo a que chama *Trieb*, coisa totalmente diferente de um instinto, o frescor da descoberta nos mascara o que o *Trieb* implica em si de um advento do significativo. Mas, quando Freud traz à luz o que só podemos chamar de linhas de destino do sujeito, é pela figura de Tirésias que nos interrogamos diante da ambigüidade em que opera seu veredito.

Pois essas linhas adivinhadas concernem tão pouco ao Eu do sujeito, ou a tudo o que ele pode presentificar *hic e nunc* na relação dual, que é ao topar na hora certa, no caso do Homem dos Ratos, com o pacto que regeu o casamento dos pais deste, com o que se passou, portanto, muito antes do nascimento dele, que Freud reencontra ali uma mistura de condições — honra salva no último minuto, traição sentimental, compromisso social e dívida prescrita — das quais o grande roteiro compulsivo que lhe foi levado pelo paciente parece ser o decalque criptográfico, e no qual vem a motivar enfim os impasses onde se desgarram sua vida moral e seu desejo.

Porém o mais incrível é que o acesso a esse material só tenha sido aberto por uma interpretação em que Freud presumiu uma interdição que o pai do Homem dos Ratos teria imposto com relação à legitimação do amor sublime a que se devotou, para explicar a marca de impossível de que, sob todas as suas modalidades, esse laço lhe parece ter o cunho. Interpretação da qual o mínimo que se pode dizer é que ela é inexata, uma vez que é desmentida pela realidade que presume, mas que mesmo assim é verdadeira na medida em que Freud nela dá mostras de uma intuição em que ele antecipa o que introduzimos sobre a

função do Outro na neurose obsessiva, demonstrando que essa função, na neurose obsessiva, admite ser sustentada por um morto, e que, nesse caso, não poderia ser mais bem exercida do que pelo pai, uma vez que, estando efetivamente morto, ele retornou à posição que Freud reconheceu como sendo a do Pai absoluto.

[598]

8. Que nos perdoem aqueles que nos lêem e os que acompanham nosso ensino, se eles encontram aqui exemplos um tanto repisados por mim em seus ouvidos.

Não é apenas que eu não possa citar minhas próprias análises para demonstrar o plano em que incide a interpretação, por não poder a interpretação, revelando-se coextensiva à história, ser comunicada no meio comunicante em que se passam muitas de nossas análises sem risco de trair o anonimato do caso. É que, em certa ocasião, consegui dizer o bastante sem falar demais, ou seja, deixar claro meu exemplo sem que ninguém, a não ser o interessado, o reconhecesse.

Tampouco se trata de que eu considere o Homem dos Ratos um caso que Freud tenha curado, pois, se eu acrescentasse que não creio que a análise não tenha tido nada a ver com a trágica conclusão de sua história com sua morte no campo de batalha, o quanto não estaria eu contribuindo para infamar aqueles que mal pensam nisso?

Digo que é numa direção do tratamento que se ordena, como acabo de demonstrar, segundo um processo que vai da retificação das relações do sujeito com o real, ao desenvolvimento da transferência, e depois, à interpretação, que se situa o horizonte em que a Freud se revelaram as descobertas fundamentais que até hoje experimentamos, no tocante à dinâmica e à estrutura da neurose obsessiva. Nada mais, porém também nada menos.

Coloca-se agora a questão de saber se não foi por ter invertido essa ordem que perdemos esse horizonte.

9. O que se pode dizer é que as novas vias em que se pretendeu legalizar a marcha aberta pelo descobridor demonstram uma confusão nos termos, que requer a singularidade para se revelar. Retomaremos, pois, um exemplo que já contribuiu para o nosso ensino; naturalmente, ele foi escolhido de um autor qualificado

e que é especialmente sensível, por sua origem, à dimensão da interpretação. Trata-se de Ernst Kris e de um caso que ele não nos dissimula haver retomado de Melitta Schmideberg [15].

Trata-se de um sujeito inibido em sua vida intelectual e particularmente incapaz de conseguir publicar qualquer de suas pesquisas — isso em razão de um impulso de plagiar do qual ele não parece capaz de assenhorear-se. Esse é o drama subjetivo.

[599]

Melitta Schmideberg o havia compreendido como a recorrência de uma delinquência infantil; o sujeito costumava furtar guloseimas e alfarrábios, e por esse viés é que ela empreendeu a análise do conflito inconsciente.

Ernst Kris vangloria-se de haver retomado o caso de acordo com uma interpretação mais metódica, a que procede da superfície à profundidade, como ele diz. Que ele a coloque sob a égide da psicologia do *ego* segundo Hartmann, da qual julgou dever ser seu propugnador, é secundário para apreciarmos o que vai acontecer. Ernst Kris modifica a perspectiva do caso e pretende dar ao sujeito o *insight* de um novo começo, a partir de um fato que não passa de uma repetição de sua compulsão, mas no qual Kris, muito louvavelmente, não se contenta com os dizeres do paciente; e, quando este presume haver, a despeito de si mesmo, colhido as idéias de um trabalho que acaba de concluir num livro que, tendo-lhe voltado à memória, permitiu-lhe controlar isso a posteriori, Kris examina as provas e descobre que, aparentemente, nada nelas ultrapassa o que a comunidade do campo de pesquisas comporta. Em suma, havendo se certificado de que seu paciente não é plagiário, embora acredite sê-lo, Kris tenciona demonstrar-lhe que ele quer sê-lo para se impedir de sê-lo realmente — o que se chama analisar a defesa antes da pulsão, que aqui se evidencia na atração pelas idéias dos outros.

Pode-se presumir que essa intervenção seja errônea, pelo simples fato de supor que defesa e pulsão sejam concêntricas e, por assim dizer, moldadas uma pela outra.

O que prova que ela efetivamente o é é aquilo em que Kris a vê confirmada, ou seja, o fato de que, no momento em que ele acredita poder perguntar ao doente o que ele acha dessa virada de casaca, este, pensando por um momento, retruca-lhe que há algum tempo, ao sair da sessão, vagueia por uma rua repleta de restaurantezinhos atraentes, para cobiçar em seus cardápios o anúncio de seu prato predileto: miolos frescos.

Declaração que, em vez de ser considerada como sancionadora do caráter feliz da intervenção pelo material que traz, parece-nos, antes, ter o valor corretivo do *acting out*, no próprio relato que é feito dele.

[600]

Essa mostarda depois do jantar que o paciente respira¹⁰ mais me parece dizer ao anfitrião que ela faltou no serviço. Por mais compulsivo que ele seja ao cheirá-la, ela é um *hint*¹¹; sendo sintoma transitório, sem dúvida, ela adverte o analista: você passou ao largo.

De fato você passou ao largo, retomo eu, dirigindo-me à memória de Ernst Kris, tal como recorde o Congresso de Marienbad, do qual, no dia seguinte à minha comunicação sobre o estádio do espelho, fui embora, preocupado que estava em ir respirar o ar do tempo, de um tempo carregado de promessas, na Olimpíada de Berlim. Ele me objetou gentilmente: “Ça ne se fait pas!” (essa locução, em francês), já seduzido por essa tendência ao respeitável que talvez aqui tenha infletido seu procedimento.

Será isso que o faz extraviar-se, Ernst Kris, ou apenas o serem retas as suas intenções, pois seu julgamento também o é, sem dúvida, enquanto as coisas, por sua vez, estão em ziguezague?

Não é o fato de seu paciente não roubar que importa aqui. É que ele não... Sem “não”: é que ele rouba *nada*. E era isso que teria sido preciso fazê-lo ouvir.

Muito ao contrário do que você acredita, não é a defesa dele contra a idéia de roubar que o faz crer que rouba. Que ele possa ter uma idéia própria é que não lhe vem à idéia, ou que só o visita com dificuldade.

Inútil, pois, engajá-lo nesse processo de determinar a parte, onde nem Deus poderia reconhecer-se, daquilo que seu colega lhe surrupia de mais ou menos original quando o sujeito bate papo com ele.

Não pode essa ânsia de miolos frescos refrescar-lhe seus próprios conceitos e fazer você se lembrar, nas formulações de Roman Jakobson, da função da metonímia? — voltaremos a isso dentro em pouco.

10. Metáfora a partir do idiomatismo *la moutarde lui monte au nez* — “ele é tomado de impaciência, de cólera”. (N.E.)

11. Uma pista, um indício. (N.E.)

Você fala de Melitta Schmideberg como se ela houvesse confundido a delinquência com o Isso. Não estou tão seguro disso, e, ao me referir ao artigo em que ela cita esse caso, os termos de seu título me sugerem uma metáfora.

Você trata o paciente como um obsessivo, mas ele está lhe estendendo a mão com sua fantasia de comestível: para lhe dar a oportunidade de adiantar um quarto de hora sobre a nosologia de sua época, diagnosticando: anorexia mental. Ao mesmo tempo, você refrescaria, restituindo-o a seu sentido próprio, esse par de termos, cujo uso comum o reduziu à qualidade duvidosa de uma indicação etiológica.

[601]

Anorexia, no caso, quanto ao mental, quanto ao desejo do qual vive a idéia, o que nos leva ao escorbuto que impera na jangada em que a embarco junto com as virgens magras.

A recusa delas, simbolicamente motivada, parece-me ter muita relação com a aversão do paciente por aquilo que ele cogita. Ter idéias era um recurso de que já o papai dele, como nos diz você, não dispunha. Será que o avô [*grand-père*], que nelas se havia ilustrado, lhe teria inspirado essa aversão? Como saber? Você por certo tem razão em fazer do significante *grand*, incluído no termo de parentesco, a origem pura e simples da rivalidade exercida com o pai pelo peixe maior fígado na pescaria. Mas esse desafio de pura forma inspira-me, antes, que ele queira dizer: nada a fritar.

Nada em comum, portanto, entre o modo de proceder que você usa, dito a partir da superfície, e a retificação subjetiva posta em destaque mais acima no método de Freud, onde ela também não é motivada por nenhuma prioridade tópica.

É que, ademais, essa retificação em Freud é dialética e parte dos dizeres do sujeito para voltar a eles, o que significa que uma interpretação só pode ser exata se for... uma interpretação.

Tomar o partido do objetivo, aqui, é um abuso, nem que seja pelo fato de o plágio ser relativo aos costumes vigentes.¹²

12. Eis um exemplo: nos EUA, onde acabou Kris, publicação tem valor de título, e um ensino como o meu deveria, toda semana, garantir sua prioridade contra a pilhagem a que não deixaria de dar ensejo. Na França, é à maneira da infiltração que minhas idéias penetram num grupo onde são obedecidas as ordens que

Mas a idéia de que a superfície seja o nível do superficial é perigosa em si mesma.

Outra topologia é necessária para não haver engano quanto ao lugar do desejo.

Apagar o desejo do mapa, quando ele já está recoberto na paisagem do paciente, não é o melhor seguimento a dar à lição de Freud.

[602]

Nem o meio de acabar com profundidade, pois é na superfície que ela é visível como herpes em dia de festa a florescer no rosto.

III. *Em que ponto estamos com a transferência?*

1. É ao trabalho de nosso colega Daniel Lagache que convém recorrer para constituir uma história exata dos trabalhos que, em torno de Freud, dando seguimento à sua obra e desde que ele a legou a nós, foram dedicados à transferência, por ele descoberta. O objeto desse trabalho vai muito além disso, introduzindo na função do fenômeno as distinções de estrutura, essenciais à sua crítica. Basta lembrar a alternativa muito pertinente que ele formula, quanto à sua natureza última, entre necessidade de repetição e repetição da necessidade.

Tal trabalho, a acreditarmos haver sabido em nosso ensino extrair as conseqüências que ele acarreta, torna bem evidente, pela ordenação que introduz, a que ponto são freqüentemente parciais os aspectos em que se concentram os debates e, em especial, o quanto o emprego comum do termo, na própria análise, continua aderido à sua abordagem mais discutível, se bem que mais vulgar: fazer dela a sucessão ou a soma dos sentimentos positivos ou negativos que o paciente vota a seu analista.

Para avaliar a que ponto chegamos em nossa comunidade científica, podemos dizer que não se fizeram nem acordo e nem

proibem meu ensino. Por serem malditas ali, as idéias só podem servir de adorno para alguns dândis. Não importa: o vazio que elas fazem ressoar, quer me citem ou não, faz ouvir uma outra voz.

luz sobre os seguintes aspectos, onde no entanto eles pareceriam exigíveis: será que é o mesmo efeito da relação com o analista que se manifesta no enamoramento primário observado no início do tratamento e na trama de satisfações que torna essa relação tão difícil de romper, quando a neurose de transferência parece ultrapassar os meios propriamente analíticos? E será também que são a relação com o analista e sua frustração fundamental que, no segundo período da análise, sustentam a escansão frustração-agressão-regressão, em que se inscreveriam os efeitos mais fecundos da análise? Como havemos de conceber a subordinação dos fenômenos, quando sua esfera é atravessada pelas fantasias que implicam abertamente a figura do analista?

[603]

Dessas obscuridades persistentes, a razão foi formulada num estudo excepcional por sua perspicácia: a cada uma das etapas em que se tentou revisar os problemas da transferência, as divergências técnicas que motivavam sua urgência não deram margem a uma crítica verdadeira de sua noção [20].

2. É tão central para a ação analítica a noção que queremos aqui alcançar que ela pode servir de medida para a parcialidade das teorias em que há quem se detenha em pensá-la. Ou seja, não estaremos enganados em julgá-las segundo o manejo da transferência que elas implicam. Esse pragmatismo é justificado. É que esse manejo da transferência é idêntico à noção dela, e por menos elaborada que seja esta na prática, ela só pode incluir-se nas parcialidades da teoria.

Por outro lado, a existência simultânea dessas parcialidades nem por isso as faz se completarem. O que confirma que elas sofrem de um defeito central.

Para já ir introduzindo nisso um pouco de ordem, reduziremos a três essas particularidades da teoria, ainda que desse modo tenhamos, nós mesmos, de nos conformar a alguma opinião preconcebida, menos grave por ser apenas de exposição.

3. Ligaremos o geneticismo, na medida em que ele tende a fundamentar os fenômenos analíticos nos momentos de desenvolvimento implicados e a se nutrir da chamada observação direta da criança, a uma técnica particular: a que faz a essência desse procedimento incidir sobre a análise das defesas.

Esse laço é historicamente manifesto. Pode-se até dizer que não tem outro fundamento, já que só se constituiu pelo fracasso da solidariedade que supõe.

Podemos mostrar seu início no crédito legítimo dado à noção de um eu inconsciente pela qual Freud reorientou sua doutrina. Daí passar à hipótese de que os mecanismos de defesa que se agrupavam sob sua função deviam poder, eles mesmos, trair uma lei de manifestação comparável, ou até mesmo correspondente à sucessão de fases pela qual Freud havia tentado ligar a emergência pulsional à fisiologia, eis o passo que Anna Freud, em seu livro sobre *Os mecanismos de defesa*, propõe transpor, para submetê-lo à prova da experiência.

[604]

Isso poderia ter sido a oportunidade de uma crítica fecunda das relações do desenvolvimento com as estruturas manifestamente mais complexas que Freud introduziu na psicologia. Mas a operação deslizou mais abaixo, tão mais tentador era buscar inserir nas etapas observáveis do desenvolvimento sensório-motor e das capacidades progressivas de um comportamento inteligente esses mecanismos, supostamente desvinculados do progresso delas.

Pode-se dizer que as esperanças que Anna Freud depositava nessa exploração foram frustradas: por essa via, nada se revelou de esclarecedor para a técnica, embora os detalhes que se pôde discernir através da observação da criança, esclarecida pela análise, sejam às vezes muito sugestivos.

A noção de *pattern*, que vem funcionar aqui como um álibi da tipologia malograda, apadrinha uma técnica que, por seguir na detecção de um *pattern* não atual, se inclina de bom grado a julgá-lo por seu desvio de um *pattern* que encontra em seu conformismo as garantias de sua conformidade. Não é sem constrangimento que evocamos os critérios de êxito a que leva esse trabalho postíço: a passagem para o patamar superior de renda e a saída de emergência da ligação com a secretária, regulando o escape de forças rigorosamente subjugadas no matrimônio, na profissão e na comunidade política, não nos parecem de uma dignidade que requeira o apelo, articulado no *planning* do analista ou mesmo em sua interpretação, à Discórdia entre os instintos de vida e de morte — mesmo ornamentando seu propósito com o pretensioso qualificativo de “econômico”, para levá-lo adiante, em completo contra-senso com o pensamento

de Freud, como o jogo de um par de forças homólogas em sua oposição.

4. Menos degradada em seu relevo analítico parece-nos a segunda face em que surge aquilo que se furta da transferência, ou seja, o eixo tomado da relação de objeto.

Essa teoria, não importa a que ponto de aviltamento tenha chegado nestes últimos tempos na França, tem, como o geneticismo, sua origem nobre. Foi Abraham quem inaugurou seu registro, e a noção de objeto parcial foi uma contribuição original sua. Este não é o lugar de lhe demonstrar o valor. Estamos mais interessados em indicar sua ligação com a parcialidade do aspecto que Abraham desvincula da transferência, para promovê-lo em sua opacidade como a capacidade de amar, ou seja, como se esse fosse um dado constitucional do doente em que se pudesse ler o grau de sua curabilidade, e, em especial, o único em que fracassaria o tratamento da psicose.

[605]

Temos aqui, na verdade, duas equações. A transferência qualificada de sexual (*Sexualübertragung*) acha-se no princípio do amor a que, em francês, chamou-se objetal (em alemão, *Objektliebe*). A capacidade de transferência mede o acesso ao real. É impossível enfatizar em demasia o quanto há nisso de petição de princípio.

Ao contrário dos pressupostos do geneticismo, que pretende se basear numa ordem das emergências formais no sujeito, a perspectiva de Abraham explica-se numa finalidade que se autoriza por ser instintual, na medida em que se faz imagem da maturação de um objeto inefável, o Objeto com maiúscula que comanda a fase da objetividade (significativamente distinguida da objetividade por sua substância de afeto).

Essa concepção ectoplásmica do objeto logo mostrou seus riscos ao se degradar na dicotomia grosseira que se formula opondo o caráter pré-genital ao caráter genital.

Essa temática primária se desenvolve, de um modo sumário, atribuindo-se ao caráter pré-genital os traços acumulados do irrealismo projetivo, do autismo mais ou menos comedido, da restrição das satisfações pela defesa, e do condicionamento do objeto por um isolamento duplamente protetor quanto aos efeitos de destruição que o conotam, ou seja, um amálgama de todos os defeitos da relação de objeto, para mostrar os motivos da

extrema dependência que resulta dela para o sujeito. Quadro que seria útil, a despeito de sua tendência à confusão, se não parecesse feito para servir de negativo do estilo água-com-açúcar “da passagem da forma pré-genital à forma genital”, onde as pulsões “já não assumem o caráter de necessidade de posse incoercível, ilimitada, incondicional, que comporta um aspecto destrutivo. Elas são verdadeiramente ternas, amorosas, e, se o sujeito nem por isso se mostra oblato, isto é, desinteressado, e se esses objetos” (neste ponto, o autor se lembra de meus comentários) “são tão intrinsecamente objetos narcísicos quanto no caso anterior, aqui ele é capaz de compreensão e de adaptação ao outro. Aliás, a estrutura íntima dessas relações objetais mostra que a participação do objeto em seu próprio prazer é indispensável para a felicidade do sujeito. As conveniências, os desejos e as necessidades do objeto (que salada!)¹³ são levados em consideração no mais alto grau”.

[606]

Isso não impede, contudo, que “o Eu tenha aqui uma estabilidade que não corre o risco de ser comprometida pela perda de um Objeto significativo. Ele permanece independente de seus objetos”.

“Sua organização é tal que o modo de pensamento que ele utiliza é essencialmente lógico. Ele não exhibe espontaneamente uma regressão a um modo de apreensão da realidade que seja arcaico, o pensamento afetivo e a crença mágica desempenham nele apenas um papel absolutamente secundário, e a simbolização não ultrapassa, em extensão e importância, o que ela é na vida habitual (!!).¹³ O estilo das relações entre o sujeito e o objeto é dos mais evoluídos (*sic*).”¹³

Eis o que se promete àqueles que, “ao fim de uma análise bem sucedida (...), apercebem-se da enorme diferença entre o que eles outrora acreditavam ser a alegria sexual e aquilo que experimentam agora”.

É compreensível que, para os que têm de saída essa alegria, “a relação genital seja, em suma, desprovida de história” [21].

Sem outra história senão a de se conjugar irresistivelmente no verbo “bater com o travesseiro no lustre”, cujo lugar nos parece marcado aqui para o futuro escoliasta, por encontrar nisto sua eterna oportunidade.

13. Parênteses do autor do presente relatório.

5. Se de fato é preciso seguir Abraham quando ele nos apresenta a relação de objeto como tipicamente demonstrada na atividade do colecionador, talvez sua regra não se dê nessa antinomia edificante, mas deva antes ser buscada em algum impasse constitutivo do desejo como tal.

O que faz o objeto apresentar-se como quebrado e decomposto talvez seja algo diferente de um fator patológico. E que tem a ver com o real esse hino absurdo à harmonia do genital?

Convirá riscar de nossa experiência o drama do edipianismo, quando por Freud ele teve de ser forjado justamente para explicar as barreiras e as degradações (*Erniedrigungen*) que são o que há de mais banal na vida amorosa, mesmo a mais realizada?

Caberá a nós camuflar Eros, o Deus negro, de carneirinho do Bom Pastor?

A sublimação decerto é empregada na oblação que se irradia do amor, mas dediquemo-nos a ir um pouco mais longe na estrutura do sublime, e que não o confundamos, coisa a que Freud, sempre acusa de falso, com o orgasmo perfeito.

O pior é que as almas que se derramam na mais natural ternura acabam se perguntando se satisfazem a normalidade delirante da relação genital — fardo inédito que, a exemplo dos que o Evangelista amaldiçoa, amarramos para os ombros dos inocentes.

Mas ao nos lerem, se algo disso chegar a épocas em que já não se saiba a que correspondiam na prática essas efervescentes colocações, poderão imaginar que nossa arte se dedicava a reavivar a fome sexual em retardados da glândula — para cuja fisiologia, no entanto, não contribuímos em nada, e por haver feito de fato, muito pouco para conhecê-la.

6. É preciso que haja ao menos três faces em uma pirâmide, ainda que de heresia. A que fecha o diedro aqui descrito na hiância da concepção da transferência se esforça, por assim dizer, por lhe juntar as bordas.

Se a transferência retira sua virtude do ser reconduzida à realidade da qual o analista é o representante, e se se trata de fazer o Objeto amadurecer na estufa de uma situação confinada, já não resta ao analisado senão um objeto, se nos permitem a expressão, em que fincar os dentes, e este é o analista.

Daí a noção de introjeção intersubjetiva, que é nosso terceiro erro, se instalar, lamentavelmente, numa relação dual.

[607]

Pois trata-se mesmo de uma via unitiva, da qual os diversos molhos teóricos que a preparam, de acordo com a tópica a que se faz referência, só podem conservar a metáfora, variando-a conforme o nível de operação considerado sério: introjeção, em Ferenczi, identificação com o Supereu do analista, em Strachey, e transe narcísico terminal, em Balint.

Tencionamos chamar atenção para a substância dessa consumação mística, e se mais uma vez temos que denunciar o que acontece à nossa porta, é por sabermos que a experiência analítica extrai sua força do particular.

[608]

Assim é que a importância dada no tratamento à fantasia de devoração fálica suprida pela imagem do analista parece-nos digna de ser destacada, em sua coerência com uma direção da análise que a faz caber inteira na disposição da distância entre o paciente e o analista como objeto da relação dual.

Pois, a despeito da debilidade da teoria com que um autor sistematize sua técnica, nem por isso ele deixa de analisar realmente, e a coerência revelada no erro constitui aqui o garante de que efetivamente se toma o bonde errado.

É a função privilegiada do significante falo no modo de presença do sujeito no desejo que se ilustra aqui, mas numa experiência que podemos chamar de cega: isso, por falta de qualquer orientação sobre as verdadeiras relações da situação analítica, a qual, do mesmo modo que qualquer outra situação em que se fale, só pode, ao querer inscrevê-lo numa relação dual, ser destroçada.

Sendo desconhecida, não sem motivo, a natureza da incorporação simbólica, e não havendo possibilidade de que se consuma seja o que for de real na análise, evidencia-se, pelas balizas elementares de meu ensino, que nada mais pode ser reconhecido senão de imaginário naquilo que se produz. Pois não é necessário conhecer a planta de uma casa para bater a cabeça contra as paredes: para isso, aliás, prescinde-se muito bem dela.

Eu mesmo indiquei a esse autor, numa época em que debatíamos entre nós, que, em se ficando preso a uma relação imaginária entre os objetos, restava apenas a dimensão da distância para poder ordená-la. Isso não estava na visada em que ele abunda em seus pareceres.

Fazer da distância a única dimensão em que se articulam as relações do neurótico com o objeto gera contradições insuperá-

veis, que são bastante discerníveis, tanto no interior do sistema quanto na direção oposta que autores diferentes extraem da mesma metáfora para organizar suas impressões. As distâncias excessiva ou insuficiente do objeto parecem, às vezes, confundir-se a ponto de se embaralhar. E não era a distância do objeto, mas sua intimidade grande demais no sujeito, que parecia a Ferenczi caracterizar o neurótico.

O que decide sobre o que cada um quer dizer é sua utilização técnica, e a técnica do *rapprocher*, por mais impagável que seja o efeito desse termo, não traduzido, numa exposição em inglês, revela na prática uma tendência que confina na obsessão.

É difícil acreditar que o ideal prescrito na redução dessa distância a zero (*nil*, em inglês) não deixe seu autor perceber que nisso se concentra seu paradoxo teórico.

Seja como for, não há dúvida de que essa distância é tomada por um parâmetro universal, regendo as variações da técnica (por mais extravagante que se afigure o debate sobre a amplitude delas) em prol do dismantelamento da neurose.

O que tal concepção deve às condições especiais da neurose obsessiva não deve ser colocado por inteiro do lado do objeto.

Nem sequer parece haver, no rol de suas realizações, um privilégio a destacar dos resultados que ela obteria na neurose obsessiva. Pois, se como a Kris nos é permitido citar uma análise retomada na condição de segundo analista, podemos testemunhar que tal técnica, na qual o talento não deve ser contestado, acabou provocando, num caso clínico de pura obsessão num homem, a irrupção de um enamoramento não menos desmedido por ser platônico, e que não se revelou menos irreduzível por ter-se exercido, depois do primeiro, sobre os objetos do mesmo sexo a seu alcance.

Falar de perversão transitória pode satisfazer aqui um otimismo ativo, mas ao preço de se reconhecer, nessa restauração atípica do terceiro da relação, excessivamente negligenciado, que convém não puxar demais para o recurso da proximidade na relação com o objeto.

7. Não há limite para os desgastes da técnica por sua desconceituação. Já fizemos referência aos achados de uma certa análise selvagem a respeito dos quais foi doloroso nosso espanto que

[609]

nenhuma supervisão se alarmasse. Poder sentir¹⁴ o odor do analista apareceu num trabalho como uma realização a ser tomada ao pé da letra, para assinalar a saída exitosa da transferência.

Podemos discernir aí uma espécie de humor involuntário que é o que dá valor a esse exemplo. Ele teria encantado Jarry. Trata-se apenas, em suma, da consequência previsível de tomar ao real o desenvolvimento da situação analítica: e é verdade que, afora a gustação, o olfativo é a única dimensão que permite reduzir a zero (*nil*) a distância, dessa vez no real. O indício a encontrar nele para a direção do tratamento e os princípios de seu poder é mais duvidoso.

[610]

Mas, que um odor de gaiola vagueie por uma técnica que se conduz “pelo faro”, como se costuma dizer, não é apenas um traço de ridículo. Os alunos de meu seminário estão lembrados do odor de urina que marcou o momento decisivo de um caso de perversão transitória, no qual nos detivemos em prol da crítica dessa técnica. Não se pode dizer que ele não tenha tido ligação com o acidente que motivou a observação, já que foi ao espiar uma mulher que urinava, através do tabique de um *water* que, súbito, o paciente transmudou sua libido, sem que nada, ao que parecia, o predestinasse a isso, porquanto as emoções infantis ligadas à fantasia da mãe fálica haviam assumido até então as feições da fobia [23].

Mas essa não é uma ligação direta, assim como não seria correto ver nesse voyeurismo uma inversão da exibição implicada na atipia da fobia, no diagnóstico muito precisamente formulado: sob a angústia do paciente de ser ridicularizado por sua estatura demasiadamente grande.

Como dissemos, a analista a quem devemos essa notável publicação deu mostras de rara perspicácia, retornando, até a exaustão, à interpretação que dera de uma certa armadura surgida num sonho, em posição de perseguidor, e, ainda por cima, armada com uma bomba de Flit, como sendo um símbolo da mãe fálica.

Não deveria eu ter, antes, falado do pai? — pergunta-se ela. E justifica ter-se desviado disso pela carência do pai real na história do paciente.

14. Vale notar que *sentir* (“cheirar” em francês) tem também a acepção de “suportar” ou “tolerar”, como no coloquialismo *ne pas pouvoir sentir quelqu'un*. (N.E.)

Meus alunos não de aqui deplorar que o ensino de meu seminário não tenha podido ajudá-la na época, já que eles sabem com base em que princípios lhes ensinei a distinguir o objeto fóbico como significante para todo uso, para suprir a falta do Outro, e o fetiche fundamental de toda perversão como objeto percebido no corte do significante.

Na falta disso, por que não se lembrou essa novata talentosa do diálogo das armaduras no *Discours sur le peu de réalité*, de André Breton? Isso a teria colocado no trilho.

[611]

Mas, como esperá-lo, quando essa análise recebia na supervisão uma orientação que a fazia pender para uma pressão constante no sentido de reconduzir o paciente à situação real? Como nos espantarmos com o fato de, ao contrário da rainha da Espanha, a analista ter pernas, quando ela mesma o enfatizava na rudeza de seus chamamentos à ordem do presente?

É claro que tal procedimento não deixou de ter a ver com o desfecho benigno do *acting out* aqui examinado, uma vez que também a analista, aliás consciente disso, viu-se permanentemente numa intervenção castradora.

Mas, sendo assim, por que atribuir esse papel à mãe, da qual tudo indica, na anamnese dessa observação, que ela sempre funcionou mais como alcoviteira?

O Édipo faltoso foi compensado, mas sempre sob a forma, aqui de desconcertante ingenuidade, por uma invocação totalmente forçada, senão arbitrária, da pessoa do marido da analista, no caso favorecida pelo fato de, sendo ele mesmo psiquiatra, ter sido ele quem lhe forneceu esse paciente.

Essa não é uma circunstância comum. De qualquer modo, deve ser recusada como exterior à situação analítica.

Os desvios imperdoáveis do tratamento não são em si o que cria reservas quanto a seu desfecho, e o humor, provavelmente não sem malícia, dos honorários surrupiados da última sessão como preço pelo estupro, não é um augúrio nada mau para o futuro.

A questão que podemos levantar é a do limite entre a análise e a reeducação, quando seu próprio processo é norteado por uma solicitação preponderante de suas incidências reais. Coisa que se vê ao comparar, nessa observação, os dados da biografia com as formações transferenciais: a contribuição do deciframento do inconsciente é realmente mínima. A ponto de nos perguntarmos se sua maior parte não permanece intacta no enquistamento do enigma que, sob o rótulo de perversão transitória, é objeto dessa instrutiva comunicação.

8. Que o leitor não analista não se engane: nada disto é para depreciar um trabalho que o epíteto virgiliano *improbis* qualifica com justeza.

Não temos outro desígnio senão o de advertir os analistas sobre o deslizamento sofrido por sua técnica, quando se desconhece o verdadeiro lugar em que se produzem seus efeitos. [612]

Incansáveis na tentativa de defini-la, não podemos dizer que, encerrando-se em posições de modéstia e até mesmo guiando-se por ficções, a experiência que eles desenvolvem seja sempre infecunda.

As pesquisas genéticas e a observação direta longe estão de estar desvinculadas de um ânimo propriamente analítico. E, por havermos nós mesmos retomado, num ano de nosso seminário, os temas da relação de objeto, mostramos o valor de uma concepção em que a observação da criança se nutre da mais precisa reformulação da função dos cuidados maternos na gênese do objeto: referimo-nos à noção de objeto transicional introduzida por D.W. Winnicott, ponto-chave para a explicação da gênese do fetichismo [27].

A verdade é que as flagrantes incertezas da leitura dos grandes conceitos freudianos são correlatas às fraquezas que oneram o labor prático.

Queremos deixar claro que é na medida dos impasses experimentados para captar sua ação em sua autenticidade que os pesquisadores, assim como os grupos, acabam por forçá-la no sentido do exercício de um poder.

Esse poder, eles o substituem pela relação com o ser em que se dá essa ação, fazendo com que seus meios, nomeadamente os da fala, decaiam de sua eminência verídica. Eis por que é realmente uma espécie de retorno do recalcado, por mais estranho que seja, que faz com que, das pretensões menos inclinadas a se preocupar com a dignidade desses meios, eleve-se a algaravia do recurso ao ser como a um dado do real, quando o discurso que ali impera rejeita qualquer interrogação que uma estúpida mediocridade já não tenha reconhecido.

IV. Como agir com seu ser

1. É muito cedo na história da análise que aparece a questão do ser do analista. Que isso se dê através daquele que foi o mais

atormentado pelo problema da ação analítica não é de nos surpreender. Com efeito, pode-se dizer que o artigo de Ferenczi intitulado “Introjeção e transferência”, datado de 1909 [3], é inaugural nesse aspecto e se antecipa de longe a todos os temas posteriormente desenvolvidos da tópica.

[613]

Se Ferenczi concebe a transferência como a introjeção da pessoa do médico na economia subjetiva, já não se trata aqui dessa pessoa como suporte de uma compulsão repetitiva, de uma conduta inadaptada, ou como figura de uma fantasia. Ele entende com isso a absorção, na economia do sujeito, de tudo o que o psicanalista presentifica no duo como *hic et nunc* de uma problemática encarnada. Pois não chega esse autor ao extremo de articular que a conclusão da análise só pode ser atingida na declaração que o médico faz ao doente do abandono que ele mesmo está em vias de sofrer?¹⁵

2. Será preciso pagar com esse preço em comicidade para que simplesmente se veja reconhecida a falta-a-ser do sujeito como o cerne da experiência analítica, como o campo mesmo em que se exhibe a paixão do neurótico?

Excetuado esse núcleo da escola húngara, de archotes hoje dispersos e logo transformados em cinzas, somente os ingleses, em sua fria objetividade, souberam articular a hiância que o neurótico atesta ao querer justificar sua existência, e, com isso, souberam implicitamente distinguir da relação inter-humana, de seu calor e seus engodos, a relação com o Outro onde o ser encontra seu status.

Basta-nos citar Ella Sharpe e seus comentários pertinentes ao acompanhar as verdadeiras preocupações do neurótico [24]. A força deles encontra-se numa espécie de ingenuidade que se reflete nas asperezas, justificadamente célebres, de seu estilo de terapeuta e escritora. Não é um traço corriqueiro que ela chegue até mesmo à ostentação, na exigência que impõe de uma onisciência ao analista para ler corretamente as intenções dos discursos do analisado.

15. Retificação do texto na antepenúltima frase e na primeira linha do parágrafo seguinte (1966).

Devemos reconhecer-lhe o mérito de colocar em primeiro lugar nas escolas do praticante uma cultura literária, mesmo que ela não pareça perceber que, na lista de leituras mínimas que lhes propõe, predominam as obras da imaginação em que o [614] *significante* do falo desempenha um papel central, sob um véu transparente. Isso apenas prova que a escolha é tão menos guiada pela experiência quanto é feliz a indicação de princípio.

3. Autóctones ou não, foi ainda pelos ingleses que o fim da análise foi mais categoricamente definido através da identificação do sujeito com o analista. Certamente, varia a opinião quanto a ser de seu Eu ou de seu Supereu que se trata. Não se domina com tanta facilidade a estrutura que Freud destacou no sujeito, quando nela não se distingue o simbólico do imaginário e do real.

Digamos apenas que não se forjam colocações tão apropriadas para chocar sem que alguma coisa pressione aqueles que as formulam. A dialética dos objetos fantasísticos promovida na prática por Melanie Klein tende a se traduzir, na teoria, em termos de identificação.

É que esses objetos, parciais ou não, mas seguramente significantes — o seio, o excremento, o falo —, o sujeito decerto os ganha ou os perde, é destruído por eles ou os preserva, mas, acima de tudo, ele *é* esses objetos, conforme o lugar em que eles funcionem em sua fantasia fundamental, e esse modo de identificação só faz mostrar a patologia da propensão a que é impellido o sujeito num mundo em que suas necessidades são reduzidas a valores de troca, só encontrando essa mesma propensão sua possibilidade radical pela mortificação que o *significante* impõe à sua vida numerando-a.

4. Ao que parece, o psicanalista, simplesmente para ajudar o sujeito, deveria estar a salvo dessa patologia, que, como vemos, não se insere em nada menos do que uma lei férrea.

É justamente por isso que se imagina que o psicanalista deva ser um homem feliz. Não é a felicidade, aliás, que se vai pedir-lhe? E como lhe seria possível dá-la se não tivesse um pouco dela, diz o bom senso?

É fato que não nos recusamos a prometer a felicidade, numa época em que a questão de sua medida se complicou: antes de

mais nada porque a felicidade, como disse Saint-Just, tornou-se um fator da política.

Sejamos justos: o progresso humanista, de Aristóteles a São Francisco (de Sales), não satisfaz as aporias da felicidade. [615]

Perde-se tempo, como sabemos, procurando a camisa de um homem feliz, e aquilo a que se chama uma sombra feliz deve ser evitado, pelos males que propaga.

É realmente na relação com o ser que o analista tem de assumir seu nível operatório, e as chances que para esse fim lhe oferece a análise didática não devem ser calculadas apenas em função do problema supostamente já resolvido pelo analista que o guia nela.

Há desventuras do ser que a prudência dos colégios e o falso pudor que garante as dominações não ousam suprimir deles mesmos.

Cabe formular uma ética que integre as conquistas freudianas sobre o desejo: para colocar em seu vértice a questão do desejo do analista.

5. A decadência que marca a especulação analítica, especialmente nessa ordem, não tem como não causar impacto, simplesmente ao sermos sensíveis à ressonância dos trabalhos antigos.

De tanto compreender um monte de coisas, os analistas em geral imaginam que compreender é um fim em si e que só pode ser um *happy end*. O exemplo da ciência física, no entanto, pode mostrar-lhes que os mais grandiosos sucessos não implicam que se saiba aonde se está indo.

Muitas vezes, mais vale não compreender para pensar, e é possível percorrer léguas compreendendo sem que disso resulte o menor pensamento.

Foi justamente esse o ponto de partida dos behavioristas: renunciar a compreender. Mas, na falta de qualquer outro pensamento numa matéria — a nossa, que é a *antiphysis* —, eles tenderam a se servir, sem compreendê-lo, daquilo que compreendemos: ensejo, para nós, de um resgate de orgulho.

Uma amostra do que somos capazes de produzir em matéria de moral é dada pela noção de oblatividade. Essa é uma fantasia de obsessivo, em si incompreendida: tudo para o outro, meu semelhante, é o que se profere, sem reconhecer nisso a angústia que o Outro (com maiúscula) inspira por não ser um semelhante.

6. Não pretendemos ensinar aos psicanalistas o que é pensar. Eles o sabem. Mas não é que o tenham compreendido por si. Aprenderam essa lição com os psicólogos. O pensamento é uma tentativa de ação, repetem eles gentilmente. (O próprio Freud cai nessa esparrela, o que não o impede de ser um pensador rigoroso e cuja ação se consuma no pensamento.)

A bem da verdade, o pensamento dos analistas é uma ação que se desfaz. O que deixa uma certa esperança de que, se os fizermos pensar nisso, eles, ao retomá-la, acabem repensando-a.

7. O analista é o homem a quem se fala e a quem se fala livremente. Está ali para isso. E o que isso quer dizer?

Tudo o que se pode dizer sobre a associação de idéias não passa de um figurino psicologista. Os jogos de palavras induzidos já vão longe; aliás, a julgar por seu protocolo, nada é menos livre.

O sujeito convidado a falar na análise não mostra naquilo que diz, para dizer a verdade, uma liberdade muito grande. Não que ele seja agrilhado pelo rigor de suas associações: elas decerto o oprimem, mas é que, antes, desembocam numa fala livre, numa fala plena que lhe seria penosa.

Nada é mais temível do que dizer algo que possa ser verdadeiro. Pois logo se transformaria nisso, se o fosse, e Deus sabe o que acontece quando alguma coisa, por ser verdadeira, já não pode recair na dúvida.

Será esse o procedimento da análise, um progresso da verdade? Já escuto os coxas-grossas a murmurarem sobre minhas análises intelectualistas, quando sou o primeiro, ao que eu saiba, a preservar nelas o indizível.

Que seja para-além do discurso que se acomoda nossa escuta, sei disso melhor do que ninguém, quando simplesmente tomo o caminho de ouvir, e não de auscultar. Sim, isso mesmo, não de auscultar a resistência, a tensão, o opistótono, a palidez, a descarga de adrenalina (*sic*) em que se reconstituiria um Eu mais forte (*resic*): o que escuto é por ouvir.¹⁶

16. *Entendement*, no original, que tem a acepção de “forma discursiva do pensamento”, além de estar ligado ao verbo *entendre* (usado logo a seguir), que significa “ouvir” e também “entender, captar, reconhecer” etc. (N.E.)

Ouvir não me força a compreender. O que ouço não deixa de ser um discurso, mesmo que tão pouco discursivo quanto uma interjeição. Pois uma interjeição é da ordem da linguagem, e não do grito expressivo. É uma parte do discurso que não cede a nenhuma outra no que tange aos efeitos de sintaxe numa língua determinada.

Naquilo que ouço, sem dúvida, nada tenho a replicar, se nada compreendo disso ou se, ao compreender algo, tenho certeza de estar enganado. Isso não me impediria de responder. É o que se faz, fora da análise, em casos similares. Eu me calo. Todos concordam em que frustro o falante, e ele em primeiríssimo lugar, assim como eu. Por quê?

[617]

Se eu o frustro, é que ele me demanda alguma coisa. Que eu lhe responda, justamente. Mas ele sabe muito bem que isso seriam apenas palavras. Tais como as recebe de quem quiser. Ele nem tem certeza de que me seria grato pelas boas palavras, muito menos pelas ruins. Essas palavras não são o que ele me pede. Ele me pede... pelo fato de que fala: sua demanda é intransitiva, não implica nenhum objeto.

É claro que sua demanda se manifesta no campo de uma demanda implícita, aquela pela qual ele está ali: de ser curado, de ser revelado a si mesmo, de ser levado a conhecer a psicanálise, de ser habilitado como analista. Mas essa demanda, ele sabe, pode esperar. Sua demanda atual nada tem a ver com isso, nem sequer é dele, pois, afinal, fui eu que lhe fiz a oferta de falar. (Somente o sujeito é transitivo aqui.)

Conseguí, em suma, aquilo que se gostaria, no campo do comércio comum, de poder realizar com a mesma facilidade: com a oferta, criei a demanda.

8. Mas trata-se de uma demanda, por assim dizer, radical.

Sem dúvida a sra. Macalpine tem razão em querer buscar na simples regra analítica o motor da transferência. Mas ainda assim ela se extravia, ao apontar na ausência de qualquer objeto a porta aberta para a regressão infantil [24]. Isso mais seria um obstáculo, pois todos sabem, e os psicanalistas de crianças em primeiro lugar, que é preciso um bocado de pequenos objetos para manter uma relação com a criança.

Por intermédio da demanda, todo o passado se entreabre, até recônditos da primeira infância. Demandar: o sujeito nunca fez outra coisa, só pôde viver por isso, e nós entramos na sequência.

É por essa via que a regressão analítica pode se produzir e que de fato se apresenta. Fala-se dela como se o sujeito se pusesse a bancar a criança. Sem dúvida isso acontece, e essa momice não é do melhor augúrio. De qualquer modo, ela sai do que é comumente observado no que é tido por regressão. Pois a regressão não mostra outra coisa senão o retorno, no presente, de significantes comuns, em demandas para as quais há uma prescrição.

[618]

9. Voltando ao ponto de partida, essa situação explica a transferência primária e o amor em que ela às vezes se declara.

Pois, se o amor é dar o que não se tem, é verdade que o sujeito pode esperar que isso lhe seja dado, uma vez que o psicanalista nada mais tem a lhe dar. Mas nem mesmo esse nada ele lhe dá, e é bom que seja assim: e é por isso que se paga a ele por esse nada, e generosamente, de preferência, para deixar bem claro que, de outro modo, isso não valeria grande coisa.

Mas, se na maioria das vezes a transferência primária mantém-se no estado de sombra, não é isso que impede essa sombra de sonhar e de reproduzir sua demanda, quando não há mais nada a demandar. Essa demanda, por ser vazia, será ainda mais pura.

Observa-se que o analista, no entanto, dá sua presença, mas creio que a princípio ela é apenas a implicação de sua escuta, e que esta é apenas a condição da fala. Aliás, por que exigiria a técnica que ele a fizesse tão discreta, se assim não fosse? É mais tarde que sua presença se faz notar.

Além do mais, o sentimento mais agudo de sua presença está ligado a um momento em que o sujeito só pode se calar, isto é, em que recua até mesmo ante a sombra da demanda.

Assim, o analista é aquele que sustenta a demanda, não, como se costuma dizer, para frustrar o sujeito, mas para que reapareçam os significantes em que sua frustração está retida.

10. Ora, convém lembrar que é na demanda mais antiga que se produz a identificação primária, aquela que se efetua pela onipotência materna, ou seja, a que não apenas torna dependente do aparelho signifiante a satisfação das necessidades, mas que as fragmenta, as filtra e as molda nos desfilamentos da estrutura do signifiante.

As necessidades subordinam-se às mesmas condições convencionais que são próprias do significante em seu duplo registro — sincrônico, de oposição entre elementos irredutíveis, e diacrônico, de substituição e combinação —, pelas quais a linguagem, se certamente não preenche tudo, estrutura a totalidade da relação inter-humana.

[619]

Daí a oscilação que se observa nas colocações de Freud sobre as relações entre o Supereu e a realidade. O Supereu não é, evidentemente, a fonte da realidade, como ele diz em algum lugar, mas rastreia suas vias, antes de se encontrar no inconsciente as primeiras marcas ideais em que as tendências se constituem como recalçadas, na substituição das necessidades pelo significante.

11. Não há qualquer necessidade, portanto, de ir buscar mais longe a mola da identificação com o analista. Ela pode ser muito variada, mas será sempre uma identificação com significantes.

À medida que se desenvolve uma análise, o analista lida alternadamente com todas as articulações da demanda do sujeito. Mas só deve, como diremos mais adiante, responder aí a partir da posição da transferência.

Quem não frisa, além do mais, a importância do que se poderia chamar de hipótese permissiva da análise? Mas não é preciso um regime político particular para que o que não é proibido se torne obrigatório.

Os analistas que podemos chamar de fascinados pelas seqüelas da frustração atêm-se tão-somente a uma postura de sugestão, que reduz o sujeito a repassar sua demanda. Sem dúvida é isso que se entende por reeducação emocional.

A bondade é decerto mais necessária ali do que em outros lugares, mas não tem como curar o mal que engendra. O analista que quer o bem do sujeito repete aquilo em que ele foi formado, e até, ocasionalmente, deformado. A mais aberrante educação nunca teve outro motivo senão o bem do sujeito.

Concebe-se uma teoria da análise que, contrariando a delicada articulação da análise de Freud, reduz ao medo a mola dos sintomas. Ela engendra uma prática onde se imprime o que alhures chamei de figura obscena e feroz do Supereu, onde não há outra saída para a neurose de transferência senão fazer o doente sentar para lhe mostrar pela janela os aspectos risonhos

da natureza, dizendo-lhe: “Vá em frente. Agora você é um menino comportado” [22].

V. *É preciso tomar o desejo ao pé da letra*

[620]

1. Um sonho, afinal, é apenas um sonho, ouve-se dizer hoje em dia [22]. Não significa nada que Freud nele tenha reconhecido o desejo?

O desejo, não as tendências. Pois é preciso ler a *Traumdeutung* para saber o que quer dizer o que Freud chama ali de desejo.

É preciso nos determos no vocábulo *Wunsch* e no *Wish* que o traduz em inglês para distingui-los do desejo, quando o ruído de petardo molhado em que eles se fundem não evoca nada menos do que a concupiscência. São votos.

Esses votos podem ser piedosos, nostálgicos, incômodos, brincalhões. Uma senhora pode ter um sonho que não é movido por outro desejo senão o de dar a Freud, que lhe expôs a teoria de que o sonho é um desejo, a prova de que não é nada disso. O aspecto a reter em mente é que esse desejo se articula num discurso muito artiloso. Porém não menos importante é perceber as conseqüências de Freud se satisfazer em reconhecer ali o desejo do sonho e a confirmação de sua lei pelo que quer dizer o desejo em seu pensamento.

Pois ele leva mais longe sua excentricidade, uma vez que um sonho de punição pode, em sua opinião, significar o desejo daquilo que a punição reprime.

Não nos detenhamos nas etiquetas das gavetas, embora muitos os confundam com o fruto da ciência. Leiamos os textos; sigamos o pensamento de Freud nos meandros que ele nos impõe e aos quais, não nos esqueçamos, deplorando-os ele próprio frente a um ideal do discurso científico, Freud afirma ter sido forçado por seu objeto.¹⁷

Vemos então que tal objeto é idêntico a esses meandros, pois, na primeira curva de sua estrada, Freud desemboca, no que tange

17. Cf. a Carta 118 (11.09.1899) a Fliess, em *Aus den Anfängen*, Londres, Imago. [Cf. J.M. Masson (org.), *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess, 1887-1904*, Rio de Janeiro, Imago, 1986. (N.E.)]

ao sonho de uma histérica, no fato de que nele se satisfaz por deslocamento — aqui, precisamente por alusão ao desejo de uma outra — um desejo da véspera, que é sustentado em sua posição eminente por um desejo de ordem bem diversa, na medida em que Freud o ordena como o desejo de ter um desejo insatisfeito [7].¹⁸

[621]

Contemos o número de remissões exercidas aqui para elevar o desejo a uma potência geometricamente crescente. Um único índice não bastaria para caracterizar seu grau. É que seria preciso distinguir duas dimensões nessas remissões: um desejo de desejo, ou seja, um desejo significado por um desejo (o desejo da histérica de ter um desejo insatisfeito é significado por seu desejo de caviar: o desejo de caviar é seu significante), inscreve-se no registro diferente de um desejo que substitui um desejo (no sonho, o desejo de salmão defumado próprio da amiga vem substituir o desejo de caviar da paciente, o que constitui a substituição de um significante por um significante).¹⁹

2. O que assim encontramos nada tem de microscópico, tal como não há necessidade de instrumentos especiais para reconhecer que a folha tem os traços de estrutura da planta de que é destacada. Mesmo nunca tendo visto senão plantas desprovidas de folhas, perceber-se-ia prontamente que é mais verossímil que uma folha seja uma parte da planta do que um pedaço de pele.

O desejo do sonho da histérica, bem como qualquer coisinha de nada no lugar dele nesse texto de Freud, resume o que o livro inteiro explica sobre os chamados mecanismos inconscientes, condensação, deslizamento etc., atestando sua estrutura comum, qual seja, a relação do desejo com essa marca da linguagem, que especifica o inconsciente freudiano e descentra nossa concepção do sujeito.

18. Eis esse sonho, tal como é consignado, a partir do relato que dele faz a paciente, na página 152 das GW, II-III: “Quero oferecer um jantar. Mas só me resta um pouco de salmão defumado. Tenho a idéia de fazer compras, mas me lembro que é domingo à tarde e que todas as lojas estão fechadas. Digo a mim mesma que vou telefonar para alguns fornecedores. Mas o telefone está com defeito. Assim, tenho que renunciar à minha vontade de oferecer um jantar.”

19. No que Freud motiva a identificação histérica, esclarecendo que o salmão defumado desempenha para a amiga o mesmo papel que o caviar desempenha para a paciente.

Creio que meus alunos apreciarão o acesso que propicio aqui à oposição fundamental entre o significante e o significado, na qual lhes demonstro que começam os poderes da linguagem, não sem que, ao conceber o exercício dela, eu lhes dê pano para manga.

Relembro o automatismo das leis pelas quais se articulam, na cadeia significante:

[622]

a) a substituição de um termo por outro para produzir o efeito de metáfora;

b) a combinação de um termo com outro para produzir o efeito de metonímia [17].

Apliquemo-las aqui e veremos evidenciar-se que enquanto, no sonho de nossa paciente, o salmão defumado, objeto do desejo de sua amiga, é tudo o que ela tem a oferecer, Freud, ao afirmar que o salmão defumado é aqui um substituto do caviar, que aliás ele toma como o significante do desejo da paciente, propõe-nos o sonho como metáfora do desejo.

Mas, que é a metáfora senão um efeito de sentido positivo, isto é, uma certa passagem do sujeito ao sentido do desejo?

Sendo o desejo do sujeito apresentado aqui como aquilo que seu discurso (consciente) implica, isto é, como pré-consciente — dado que é óbvio, já que o marido está disposto a lhe satisfazer o desejo, porém a paciente, que o convenceu da existência desse desejo, faz questão de que ele não faça nada disso, mas dado que também é preciso ser Freud para articular como o desejo de ter um desejo insatisfeito —, persiste o fato de que é preciso ir mais além para saber o que tal desejo quer dizer no inconsciente.

Ora, o sonho não é o inconsciente, e sim, como nos diz Freud, sua via régia. O que nos confirma que é pelo efeito da metáfora que ele procede. É esse efeito que o sonho desvenda. Para quem? Voltaremos a isso dentro em pouco.

Por ora, vejamos que, se o desejo é expresso como insatisfeito, ele o é pelo significante “caviar”, na medida em que esse significante o simboliza como inacessível; mas, a partir do momento em que ele desliza como desejo no caviar, o desejo de caviar é sua metonímia, tornada necessária pela falta-a-ser a que ele se atém.

A metonímia, como lhes ensino, é o efeito possibilitado por não haver nenhuma significação que não remeta a outra significação, e no qual se produz o denominador mais comum entre

elas, ou seja, o pouco de sentido (comumente confundido com o insignificante), o pouco de sentido, digo eu, que se revela no fundamento do desejo e lhe confere o toque de perversão que é tentador denunciar na histeria atual.

O verdadeiro dessa aparência é que o desejo é a metonímia da falta-a-ser.

[623]

3. Voltemos agora ao livro chamado *A ciência dos sonhos* (*Traumdeutung*): sobretudo mântica, ou melhor, significância.

Freud não pretende ali, em absoluto, esgotar do sonho os problemas psicológicos. Basta lê-lo para constatar que em problemas pouco explorados (continuam raras, senão pobres, as pesquisas sobre o espaço e o tempo no sonho, sobre seu estofo sensorial, sonho em cores ou atonal — e o odorífero, o saboroso e a pitada tátil porventura entram nele, se o vertiginoso, o túrgido e o pesado ali estão?) Freud não toca. Dizer que a doutrina freudiana é uma psicologia é um grosseiro equívoco.

Freud está longe de alimentar esse equívoco. Adverte-nos, ao contrário, de que no sonho só lhe interessa a elaboração. Que quer dizer isso? Exatamente o que traduzimos por sua estrutura de linguagem. Como teria Freud reparado nela, uma vez que essa estrutura, por Ferdinand de Saussure, só depois foi articulada? Se ela recobre seus próprios termos, só faz ser mais espantoso que Freud a tenha antecipado. Mas, onde foi que ele a descobriu? Num fluxo significante cujo mistério consiste em que o sujeito não sabe sequer fingir que é seu organizador.

Fazê-lo reencontrar-se nele como desejante é o inverso de fazê-lo reconhecer-se ali como sujeito, pois é como que em derivação da cadeia significante que corre o regato do desejo, e o sujeito deve aproveitar uma via de confluência para nela surpreender seu próprio *feedback*.

O desejo só faz sujeitar o que a análise subjetiva.

4. E isso nos leva à pergunta deixada em suspenso mais acima: a quem o sonho desvenda seu sentido antes que chegue o analista? Esse sentido preexiste à leitura dele e à ciência de sua decifração.

Ambos demonstram que o sonho é feito para o reconhecimento... mas nossa voz fraqueja em concluir: do desejo. Pois o desejo, se Freud diz a verdade sobre o inconsciente e se a análise é necessária, só é captado na interpretação.

Mas, retomemos: a elaboração do sonho é alimentada pelo desejo; por que hesita nossa voz em concluir “de reconhecimento”, como se se extinguisse a segunda palavra, que, tendo sido há pouco a primeira, reabsorveu a outra em sua luz? É que, afinal, não é dormindo que nos fazemos reconhecer. E o sonho, diz-nos Freud, sem que pareça ver nisso a menor contradição, serve antes de mais nada ao desejo de dormir. É retração narcísica da libido e desinvestimento da realidade.

[624]

Aliás, sabe-se por experiência que, quando meu sonho chega a alcançar minha demanda (não à realidade, como se diz impropiamente, que pode preservar meu sono), ou àquilo que mostra aqui ser-lhe equivalente, a demanda do outro, eu desperto.

5. Um sonho, afinal de contas, é apenas um sonho. Os que hoje desdenham de sua instrumentalidade para a análise descobriram, como vimos, vias mais seguras e mais diretas para reconduzir o paciente aos bons princípios e aos desejos normais, aqueles que satisfazem necessidades verdadeiras. Quais? Ora, as necessidades de todo o mundo, meu caro! Se é isso que lhe dá medo, confie em seu psicanalista e suba na torre Eiffel para ver como Paris é bonita. Pena que haja os que pulam da balaustrada logo no primeiro andar, e justamente aqueles cujas necessidades foram todas reconduzidas à sua exata medida. Reação terapêutica negativa, dirão.

Graças a Deus, a recusa não vai tão longe em todos! O sintoma simplesmente torna a brotar qual erva daninha, compulsão de repetição.

Mas isso, é claro, não passa de um mal-entendido. Não se fica curado porque se rememora. Rememora-se porque se fica curado. Desde que se descobriu essa fórmula, a reprodução dos sintomas já não constitui problema, mas somente a reprodução dos analistas; a dos pacientes está resolvida.

6. Um sonho, portanto, é apenas um sonho. Pode-se até ler, na pena de um psicanalista que se mete a ensinar, que ele é uma produção do Eu. Isso prova que não se corre grande perigo ao querer despertar os homens do sonho: ei-lo que prossegue à luz do dia, e entre aqueles que nem se comprazem em sonhar.

Mas, mesmo por estes, caso sejam psicanalistas, Freud, quanto ao sonho, deve ser lido, pois de outro modo não é possível nem

[625]

compreender o que ele entende por desejo do neurótico, por recalcado, por inconsciente, por interpretação e pela própria análise, nem chegar perto de seja lá o que for de sua técnica ou de sua doutrina. Veremos os recursos do pequeno sonho que pinçamos antes para nosso propósito.

Pois o desejo de nossa histérica espirituosa (é Freud que a qualifica assim) — refiro-me a seu desejo desperto, a seu desejo de caviar — é um desejo de mulher satisfeita, e que justamente não o quer estar. Pois seu marido açougueiro, em matéria das satisfações de que todo o mundo precisa, é bastante competente em pôr os pingos nos is, e não tem papas na língua para dizer a um pintor que o bajula, sabe Deus com que obscuros desígnios, a respeito de sua cara interessante: “Que nada! um naco do traseiro de uma bela rameira, é disso que você precisa, e se você espera que eu lhe vá oferecer, você pode pendurá-lo onde estou pensando.”

Aí está um homem de quem uma mulher não tem do que se queixar, um caráter genital e que, portanto, deve zelar como convém para que a sua, quando ele a possui, depois já não precise se masturbar. Aliás, Freud não nos disfarça que ela é muito apaixonada pelo marido e que o provoca incessantemente.

Mas, vejam, ela não quer ser satisfeita apenas em suas verdadeiras necessidades. Quer outras, gratuitas, e, para ter toda a certeza de que o são, não quer satisfazê-las. Por isso, à pergunta “que deseja a espirituosa açougueira?”, podemos responder: caviar. Mas essa resposta não é promissora, porque caviar é também o que ela não quer.

7. O que não é a totalidade de seu mistério. Longe de esse impasse aprisioná-la, a mulher encontra nele a liberdade de ação, a chave do campo²⁰ dos desejos de todas as histéricas espirituosas, açougueiras ou não, que existem no mundo.

É isso que Freud apreende num daqueles relances com que surpreende o verdadeiro, desfazendo, de passagem, as abstrações que os espíritos positivistas gostam de transformar na explicação de todas as coisas: no caso, a imitação, tão cara a Tarde. Deve-se

20. Lacan faz aqui um jogo entre *la clef du champ* e a expressão figurada *la clef des champs* (a liberdade de ir e vir, a liberdade de ação). (N.E.)

empregar no particular a cavilha essencial²¹ que ele fornece aí da identificação histórica. Se nossa paciente se identifica com sua amiga, é por esta ser inimitável no desejo insatisfeito daquele salmão, que Deus mande para o inferno! se não for Ele a defumá-lo.

[626]

Assim, o sonho da paciente responde à demanda de sua amiga, que é de ir jantar na casa dela. E não se sabe o que realmente a impele a isso, salvo que ali se janta bem, se não é um fato que não escapa à sensibilidade de nossa açougueira: é que seu marido sempre fala da amiga com louvor. Ora, magra do jeito que é, ela não é feita para agradá-lo, a ele que só gosta de carnes rolicas.

Não teria também ele um desejo que lhe fica atravessado, quando tudo está satisfeito? Essa é a mesma mola que, no sonho, do desejo da amiga faz o insucesso de sua demanda.

Pois, por mais precisamente simbolizada que seja a demanda, através do acessório do telefone recém-surgido, não adianta. O telefonema da paciente não dá resultado; tinha graça ver a outra engordar para que seu marido se regaliasse com ela.

Mas, como pode uma outra ser amada (não basta, para que a paciente pense nisso, que seu marido a considere?) por um homem que não pode se satisfazer com ela (ele, o homem do naco de traseiro)? Eis a questão esclarecida, que é, em termos muito gerais, a da identificação histórica.

8. É nessa questão que se transforma o sujeito aqui mesmo. Com o que a mulher se identifica com o homem, e a fatia de salmão defumado surge no lugar do desejo do Outro.

Não bastando esse desejo para nada (como receber, com essa única fatia de salmão defumado, toda essa gente?), é preciso mesmo, no fim dos fins (e do sonho), que eu renuncie a meu desejo de oferecer um jantar (isto é, a minha busca do desejo do Outro, que é o segredo do meu). Deu tudo errado, e o senhor diz que o sonho é a realização de um desejo. Como é que o senhor sai dessa, professor?

21. Usando nesse trecho a formulação *faire jouer dans le particulier la cheville essentielle...*, Lacan alude ao idiomatismo *pour un trou y avoir vingt chevilles* (ter resposta para tudo) e, através dele, a Gabriel Tarde, sociólogo francês que escreveu em 1890 *As leis da imitação*. (N.E.)

Assim interpelados, faz muito tempo que os psicanalistas não respondem mais, havendo eles mesmos renunciado a se interrogar sobre os desejos de seus pacientes: eles os reduzem às demandas destes, o que simplifica a tarefa para convertê-los nos seus próprios. Pois se essa é a via do razoável, ora, eles a adotaram.

Mas acontece que o desejo não se escamoteia com toda essa facilidade, por ser visível demais, plantado bem no meio do palco, na mesa dos ágapes, como aqui, sob a aparência de um salmão — por sorte um belo peixe, e que é só apresentar, como se faz nos restaurantes, sob uma tela fina, para que a suspensão desse véu se iguale àquela a que se procedia no fim dos antigos mistérios.

[627]

Ser o falo, nem que seja um falo meio magrelo. Não está aí a identificação última com o significante do desejo?

Isso não leva jeito de ser evidente no que concerne a uma mulher, e há entre nós quem prefira não ter mais nada a ver com esse logogrifo. Será que vamos ter que soletrar o papel do significante, só para nos vermos às voltas com o complexo de castração e com essa inveja do pênis da qual oxalá Deus nos livre, quando Freud, havendo chegado a esse calvário, já não sabia como se arranjar, não divisando para-além dele senão o deserto da análise?

Sim, mas ele os levou até ali, e era um lugar menos infestado do que a neurose de transferência, que constrange vocês a expulsar o paciente enquanto lhe rogam que ande devagar para levar suas moscas.²²

9. Articulemos, no entanto, o que estrutura o desejo.

O desejo é aquilo que se manifesta no intervalo cavado pela demanda aquém dela mesma, na medida em que o sujeito, articulando a cadeia significante, traz à luz a falta-a-ser com o apelo de receber seu complemento do Outro, se o Outro, lugar da fala, é também o lugar dessa falta.

O que é assim dado ao Outro preencher, e que é propriamente o que ele não tem, pois também nele o ser falta, é aquilo a que se chama amor, mas são também o ódio e a ignorância.

É também isso, paixões do ser, o que toda demanda evoca para-além da necessidade que nela se articula, e é disso mesmo

22. *Mouché* é também o nome da pinta feita com lápis de maquilagem no rosto, “sinal postico”. *Chasser les mouches*: pedir para ir embora. (N.E.)

que o sujeito fica tão mais propriamente privado quanto mais a necessidade articulada na demanda é satisfeita.

Mais ainda, a satisfação da necessidade só aparece aí como o engodo em que a demanda de amor é esmagada, remetendo o sujeito ao sono em que ele freqüenta os limbos do ser, deixando que este fale nele. Pois o ser da linguagem é o não-ser dos objetos, e o fato de o desejo ter sido descoberto por Freud, em seu lugar no sonho, desde sempre o escândalo de todos os esforços do pensamento de se situar na realidade, basta para nos instruir.

Ser ou não ser, dormir, sonhar, talvez, os pretensos sonhos mais simples da criança (“simples” como a situação analítica, sem dúvida) mostram, simplesmente, objetos miraculosos ou interditos.

[628]

10. Mas a criança nem sempre adormece assim no seio do ser, sobretudo quando o Outro, que também tem suas idéias sobre as necessidades dela, se intromete nisso e, no lugar daquilo que ele não tem, empanturra-a com a papinha sufocante daquilo que ele tem, ou seja, confunde seus cuidados com o dom de seu amor.

É a criança alimentada com mais amor que recusa o alimento e usa sua recusa como um desejo (anorexia mental).

Limites em que se apreende, como em nenhum outro lugar, que o ódio retribui a moeda do amor, mas onde a ignorância não é perdoada.

Afinal de contas, a criança, ao se recusar a satisfazer a demanda da mãe, não exige que a mãe tenha um desejo fora dela, porquanto é essa a via que lhe falta rumo ao desejo?

11. Com efeito, um dos princípios decorrentes dessas premissas é que:

— se o desejo efetivamente está no sujeito pela condição, que lhe é imposta pela existência do discurso, de que ele faça sua necessidade passar pelos desfilamentos do significante; e

— se, por outro lado, como demos a entender anteriormente, abrindo a dialética da transferência, é preciso fundar a noção do Outro com maiúscula como sendo o lugar de manifestação da fala (a outra cena, *eine andere Schauplatz*, de que fala Freud na *Traumdeutung*),

— deve-se afirmar que, obra de um animal presa da linguagem, o desejo do homem é o desejo do Outro.

Isso visa a uma função totalmente diversa daquela da identificação primária anteriormente evocada, pois não se trata da assunção das insígnias do outro pelo sujeito, mas da situação de o sujeito ter que encontrar a estrutura constitutiva de seu desejo na mesma hiância aberta pelo efeito dos significantes naqueles que para ele representam o Outro, na medida em que sua demanda lhes está sujeita.

Talvez possamos vislumbrar aqui, de passagem, a razão do efeito de ocultação que nos reteve no reconhecimento do desejo do sonho. O desejo do sonho não é assumido pelo sujeito que diz [Eu] em sua fala. Articulado, no entanto, no lugar do Outro, ele é discurso, discurso cuja gramática Freud começou a enunciar como tal. Assim é que os votos que ele constitui não têm flexão optativa para modificar o indicativo de sua fórmula.

Com o que se veria, por uma referência lingüística, que aquilo a que se chama aspecto verbal é, aqui, o do consumado (verdadeiro sentido da *Wunscherfüllung*).

É essa ex-sistência (*Entstellung*)²³ do desejo no sonho que explica que a significância do sonho mascare nele o desejo, enquanto sua mola se esvaece, simplesmente por ser problemático.

12. O desejo se produz no para-além da demanda, na medida em que, ao articular a vida do sujeito com suas condições, ela desbasta ali a necessidade, mas também ele se cava em seu para-aquém, visto que, como demanda incondicional da presença e da ausência, ela evoca a falta-a-ser sob as três figuras do nada que constitui a base da demanda de amor, do ódio que vem negar o ser do outro e do indizível daquilo que é ignorado em seu pleito. Nessa aporia encarnada — da qual podemos dizer em imagem que extrai sua alma pesada dos rebentos vivazes da

23. Sobre a qual não convém esquecer: que esse termo é empregado pela primeira vez na *Traumdeutung* a propósito do sonho, e que esse emprego fornece o sentido dele e, ao mesmo tempo, o do termo “distorção” que o traduz, quando os ingleses o aplicam ao Eu. Observação que permite julgar o uso que se faz na França do termo “distorção do Eu”, pelo qual os amantes do reforço do Eu, pouco alertados a desconfiar dos “falsos amigos” que são as palavras inglesas (as palavras, não é mesmo?, têm tão pouca importância), entendem simplesmente... um Eu torcido.

tendência ferida, e seu corpo sutil, da morte atualizada na seqüência significativa —, o desejo se afirma como condição absoluta.

Menos ainda que o nada que perpassa a ronda das significações que agitam os homens, ele é o rastro inscrito do transcurso e como que a marca do ferro do significativo no ombro do sujeito que fala. É menos paixão pura do significado do que pura ação do significativo, que pára no momento em que o vivente, transformado em signo, a torna insignificante.

Esse momento de corte é assombrado pela forma de um farrapo ensangüentado: a libra de carne paga pela vida para fazer dele o significativo dos significantes, como tal impossível de ser restituído ao corpo imaginário; é o falo perdido de Osíris embalsamado.

[630]

13. A função desse significativo como tal, na busca do desejo, realmente é, como a situou Freud, a chave do que é preciso saber para terminar suas análises: e nenhum artifício suprirá o que falta para alcançar esse fim.

Para dar uma idéia disso, descreveremos um incidente ocorrido no fim da análise de um obsessivo, ou seja, após um longo trabalho em que não se ficou contente em “analisar a agressividade do sujeito” (em outras palavras, em se lixar para suas agressões imaginárias), mas em que se o fez reconhecer o lugar que ele havia assumido no jogo da destruição exercida por um de seus pais sobre o desejo do outro. Ele adivinha a impotência em que se encontra de desejar sem destruir o Outro e, com isso, destruir seu próprio desejo, na medida em que ele é desejo do Outro.

Para chegar a isso, foi-lhe revelada sua manobra ininterrupta no intuito de proteger o Outro, esgotando no trabalho da transferência (*Durcharbeitung*) todos os artifícios de uma verbalização que distingue o outro do Outro (pequeno e grande) e que, do camarote reservado ao tédio do Outro (grande), faz com que ele organize os jogos circenses entre os dois outros (o pequeno *a* e o Eu, sua sombra).

Seguramente, não basta girar em círculos nesse canto bem explorado da neurose obsessiva para levá-lo a esse cruzamento, nem conhecer este último para conduzi-lo até lá, por um caminho que nunca será o mais direto. Para isso, não é preciso apenas o traçado de um labirinto reconstruído, nem tampouco um lote de

mapas já desenhados. É preciso, antes de mais nada, possuir a combinatória geral que lhes rege a variedade, sem dúvida, mas que, de maneira ainda mais sutil, nos dá conta dos *trompe-l'oeil*, ou melhor, das mudanças à vista do labirinto. Pois não faltam nem uns nem outros nessa neurose obsessiva, arquitetura de contrastes ainda não muito acentuados, e que não basta atribuir a formas de fachada. No meio de tantas atitudes sedutoras, insurretas e impassíveis, deve-se captar as angústias ligadas aos desempenhos, os ressentimentos que não impedem as generosidades (afirmar que falta oblatividade aos obsessivos!), as inconsistências mentais que sustentam fidelidades inquebrantáveis. Tudo isso se movimenta solidariamente numa análise, não sem afrontas pontuais; o grande comboio prossegue, no entanto.

[631]

Eis portanto nosso sujeito, esgotados todos os seus recursos, no momento de tentar nos apanhar em uma rodada de *bonneteau*²⁴ muito especial, pelo tanto que revela de uma estrutura do desejo.

Digamos que, sendo de idade madura, como se diz comicamente, e de espírito desiludido, ele nos ludibriaria de bom grado com uma menopausa que seria sua para se justificar uma impotência ocorrida e denunciar a nossa.

De fato, as redistribuições da libido não se dão sem custar a alguns objetos seu posto, mesmo que ele seja inamovível.

Em síntese, ele é impotente com a amante e, pensando em se valer de suas descobertas sobre a função do terceiro potencial no casal, propõe-lhe que ela durma com outro homem, para ver no que dá.

Ora, se ela fica no lugar em que a neurose a instalou e se a análise lhe diz respeito nesse ponto, é pelo acordo que sem dúvida ela fez há muito tempo com os desejos do paciente, porém, mais ainda, com os postulados inconscientes que eles sustentam.

Por isso, não há de surpreender que, sem delongas, ou seja, na mesma noite, ela tenha o seguinte sonho, que relata incontinenti a nosso despeitado:

Ela tem um falo e sente-lhe a forma sob suas roupas, o que não a impede de ter também uma vagina e, acima de tudo, de desejar que esse falo a penetre.

24. *Bonneteau*: jogo em que três cartas de baralho são movidas com muita rapidez para que se adivinhe onde está a que foi previamente mostrada. (N.E.)

Nosso paciente, ao ouvir isso, recupera no ato seus recursos e o demonstra brilhantemente à sua sagaz companheira.

Que interpretação se indica aqui?

Adivinhamos, pela demanda que nosso paciente fez à sua amante, que ele nos pede há muito tempo para ratificar na homossexualidade recalcada.

Efeito prontamente previsto por Freud a partir de sua descoberta do inconsciente: dentre as demandas regressivas, uma de fábulas estará saciada pelas verdades divulgadas pela análise. De volta da América, a análise superou suas expectativas.

Mas nós, penso eu, ficamos antes rabugentos em relação a esse ponto.

Observemos que a sonhadora já não é complacente, uma vez que seu roteiro afasta qualquer coadjuvante. O que guiaria até mesmo um novato a se fiar somente no texto, se ele se formou em nossos princípios.

[632]

Não analisamos seu sonho, contudo, mas o efeito dele em nosso paciente.

Mudaríamos nossa conduta, fazendo-o ler nele a seguinte verdade, menos difundida por ser, na história, uma contribuição nossa: que a recusa da castração, se há algo que com ela se pareça, é, antes de mais nada, uma recusa da castração do Outro (da mãe, em primeiro lugar).

Opinião verdadeira não é ciência, e consciência sem ciência não passa de cumplicidade de ignorância. Nossa ciência só se transmite ao articular oportunamente o particular.

Aqui, é única a oportunidade para mostrar a figura que enunciamos nestes termos: que o desejo inconsciente é o desejo do Outro — uma vez que o sonho é feito para satisfazer o desejo do paciente para-além de sua demanda, como é sugerido pelo fato de ele ter sucesso. Não é por não ser um sonho do paciente que ele tem menos valor para nós, se, por não se dirigir a nós, como acontece com o analisado, dirige-se tão bem a ele quanto o poderia fazer o analista.

Essa é a ocasião de fazer o paciente apreender a função de significante que o falo tem em seu desejo. Pois é como tal que o falo opera no sonho, para fazê-lo recuperar o uso do órgão que ele representa, como iremos demonstrar através do lugar visado pelo sonho na estrutura em que seu desejo está aprisionado.

Além de a mulher ter sonhado, há o fato de ela lhe falar disso. Se nesse discurso ela se apresenta como tendo um falo, será só

por isso que lhe é restituído seu valor erótico? Ter um falo, com efeito, não basta para lhe restituir uma posição de objeto que a aproprie a uma fantasia a partir da qual nosso paciente, como obsessivo, possa manter seu desejo num impossível que preserve suas condições de metonímia. Estas regem, em suas escolhas, um jogo de evasão que a análise perturbou, mas que a mulher restaura, aqui, por uma astúcia cuja rudeza oculta um refinamento que é a conta certa para ilustrar a ciência inclusa no inconsciente.

Isso porque, para nosso paciente, de nada serve ter esse falo, já que seu desejo é sê-lo. E o desejo da mulher, aqui, cede-o ao seu, mostrando-lhe o que ela não tem.

A observação de todo o mundo continuará dando grande importância ao anúncio de uma mãe castradora, por menos que a isso se preste a anamnese. E ela se exhibe aqui como convém.

Acredita-se, portanto, ter tudo completo. Mas nada temos a fazer com isso na interpretação, na qual invocá-la não levaria muito longe, mas recolocaria o paciente no exato ponto em que ele se insinua entre um desejo e o seu desprezo por este: certamente, o menosprezo de sua mãe recalcitrante, a depreciar o desejo demasiado ardente cuja imagem seu pai lhe legou.

Mas isso lhe ensinaria menos do que o que lhe *diz* sua amante: que, em seu sonho, ter esse falo não fez com que o desejasse menos. Com o que, é sua própria falta-a-ser que é tocada.

Falta que provém de um êxodo: seu ser está sempre alhures. Ele o “pôs de lado”, por assim dizer. Acaso dizemos isso para explicar a dificuldade do desejo? — Ou melhor, que o desejo seja de dificuldade.

Não nos deixemos enganar, portanto, com a garantia que o sujeito recebe, pelo fato de a sonhadora ter um falo, de que ela não terá que tomá-lo dele — nem que seja para apontar doutamente que essa é uma garantia forte demais para não ser frágil.

Pois isso é justamente desconhecer que essa garantia não exigiria tanto peso se não tivesse que se imprimir num signo, e que é ao mostrar esse signo como tal, ao fazê-lo aparecer ali onde ele não pode estar, que ela adquire seu efeito.

A condição do desejo que retém eminentemente o obsessivo é a própria marca pela qual ele o descobre estragado, pela origem de seu objeto: o contrabando.

Singular modo da graça de só se representar pelo desmentido da natureza. Nele se esconde um benefício que, em nosso sujeito, sempre faz antecâmara. E é ao mandá-lo embora que um dia ele o deixará entrar.

[633]

14. A importância de preservar o lugar do desejo na direção do tratamento requer que esse lugar seja orientado em relação aos efeitos da demanda, os únicos atualmente concebidos como princípio do poder da análise.

Que, com efeito, o ato genital tenha que encontrar seu lugar na articulação inconsciente do desejo, é essa a descoberta da análise, e foi precisamente por isso que nunca pensamos em ceder à ilusão do paciente de que facilitar sua demanda em prol da satisfação da necessidade de algum modo seu problema resolveria. (E muito menos autorizá-lo com o clássico *coitus normalis dosim repetatur*.)

[634]

Por que há quem pense de maneira diferente, julgando mais essencial para o progresso da análise operar seja lá como for com outras demandas, a pretexto de que estas seriam regressivas?

Tornemos a partir mais uma vez de que, antes de mais nada, é para o sujeito que sua fala é uma mensagem, porque ela se produz no lugar do Outro. Que, em virtude disso, sua própria demanda provenha dele e seja formulada como tal não significa apenas que ela está submetida ao código do Outro. É que é desse lugar do Outro (ou mesmo de sua época) que ela data.

Coisa que se lê com clareza na fala mais livremente proferida pelo sujeito. Sua mulher ou seu mestre, para que recebam sua confiança, é com um “tu és... (uma ou o outro)” que ele os invoca, sem declarar o que ele próprio é, a não ser murmurando contra si mesmo uma ordem de assassinato que o equívoco do francês torna audível.

O desejo, por sempre transparecer na demanda, como se vê aqui, nem por isso deixa de estar para-além. E está também para-aquém de uma outra demanda em que o sujeito, repercutindo no lugar do outro, menos apagaria sua dependência por um acordo de retorno do que fixaria o próprio ser que ele vem propor ali.

Isso quer dizer que é de uma fala que suspenda a marca que o sujeito recebe de seu dito, e apenas dela, que poderia ser recebida a absolvição que o devolveria a seu desejo.

Mas o desejo nada é senão a impossibilidade dessa fala, que, por responder à primeira, não consegue fazer outra coisa senão reduplicar sua marca, consumando a fenda (*Spaltung*) que o sujeito sofre por só ser sujeito na medida em que fala.

(É o que simboliza a barra oblíqua, de nobre bastardia, com que assinalamos o S do sujeito, para grafá-lo como sendo esse sujeito: $\S$.)²⁵

A regressão que se coloca em primeiro plano na análise (regressão temporal, sem dúvida, mas desde que se esclareça tratar-se do tempo da rememoração) refere-se apenas aos significantes (orais, anais etc.) da demanda e só concerne à pulsão correspondente através deles.

[635]

Reduzir essa demanda a seu lugar pode efetuar no desejo uma aparência de redução, através da atenuação da necessidade.

Mas isso não passa, antes, do efeito do peso do analista. Pois, se os significantes da demanda sustentaram as frustrações em que o desejo se fixou (a *Fixierung* de Freud), é somente no lugar deles que o desejo é sujeitador.

Quer se pretenda frustradora ou gratificante, toda resposta à demanda na análise conduz a transferência à sugestão.

Há entre transferência e sugestão — essa é a descoberta de Freud — uma relação: é que a transferência também é uma sugestão, porém uma sugestão que só se exerce a partir da demanda de amor, que não é demanda de nenhuma necessidade. O fato de essa demanda só se constituir como tal na medida em que o sujeito é sujeito do significante, eis o que permite utilizá-la mal, reduzindo-a às necessidades das quais esses significantes são tomados de empréstimo, coisa que os psicanalistas, como vemos, não deixam de fazer.

Mas não se deve confundir a identificação com o significante onipotente da demanda, do qual já falamos, e a identificação com o objeto da demanda de amor. Esta também é uma regressão, e Freud insiste nisso ao fazer dela a segunda modalidade da identificação, que ele distingue em sua segunda tópica ao escrever a *Psicologia das massas e análise do eu*. Mas trata-se de uma outra regressão.

Nela está o *exit* que permite que se saia da sugestão. A identificação com o objeto como regressão, por partir da demanda

25. Cf. o ($\S$ 0D) e o ($\S$ 0a) de nosso grafo, aqui retomado na “Subversão do sujeito”, p.831 O sinal registra as relações envolvimento-desenvolvimento-conjunção-disjunção. As ligações que ele significa nesses dois parênteses permitem ler o S barrado: S como *fading* no corte da demanda, S como *fading* diante do objeto do desejo. Ou seja, nominalmente, a pulsão e a fantasia.

de amor, abre a seqüência da transferência (abre-a, em vez de fechá-la), ou seja, a via em que poderão ser denunciadas as identificações que, detendo essa regressão, a escandem.

Mas essa regressão depende tão pouco da necessidade na demanda quanto o desejo sádico é explicado pela demanda anal, pois acreditar que o cíbalo é um objeto nocivo em si é somente um engodo corriqueiro de compreensão. (Entendo compreensão, aqui, no sentido nefasto cujo quinhão é extraído de Jaspers: “Você compreende...” — exórdio mediante o qual acredita impor-se a quem nada compreende aquele que nada tem a lhe dar para compreender.) Mas a demanda de ser uma merda, eis o que torna preferível que nos coloquemos meio de esguelha quando o sujeito se descobre nela. Desgraça do ser, evocada mais acima.

[636]

Quem não sabe levar suas análises didáticas até o ponto de viragem em que se revela, tremulamente, que todas as demandas que se articularam na análise — e, mais que qualquer outra, a que esteve em seu princípio, a de tornar-se analista, que então esgota seu prazo — não passaram de transferências destinadas a manter instaurado um desejo instável ou duvidoso em sua problemática, este nada sabe do que é preciso obter do sujeito para poder garantir a direção de uma análise, ou para simplesmente fazer nela uma interpretação com conhecimento de causa.

Essas considerações nos confirmam que é natural analisar a transferência. Pois a transferência em si já é análise da sugestão, na medida em que coloca o sujeito, com respeito à sua demanda, numa posição que ele deriva unicamente de seu desejo.

É somente em prol da manutenção desse enquadramento da transferência que a frustração deve prevalecer sobre a gratificação.

A resistência do sujeito, quando se opõe à sugestão, é apenas desejo de manter seu desejo. Como tal, conviria incluí-la na categoria de transferência positiva, já que é o desejo que mantém a direção da análise, fora dos efeitos da demanda.

Estas proposições, como se vê, alteram alguma coisa nas opiniões admitidas nessa matéria. Basta que levem a pensar que em algum lugar as cartas foram mal dadas e teremos atingido nossa meta.

15. Aqui se colocam alguns comentários sobre a formação dos sintomas.

Freud, desde seu estudo demonstrativo dos fenômenos subjetivos — sonhos, lapsos e chistes —, dos quais nos diz formalmente que lhes são estruturalmente idênticos (mas é claro que tudo isso, para nossos doutos, está muito abaixo da experiência que eles adquiriram — e por que caminhos! — para que sequer pensem em voltar a esse assunto), Freud, dizíamos, frisou cem vezes: os sintomas são sobredeterminados. Para o bajulador empenhado na propaganda cotidiana que nos promete para amanhã a redução da análise a suas bases biológicas, isso não traz nenhuma dificuldade; lhe é tão cômodo proferir que ele nem sequer o escuta. Como assim?

[637]

Deixemos de lado minhas observações de que a sobredeterminação só é estritamente concebível na estrutura da linguagem. Nos sintomas neuróticos, que quer dizer isso?

Quer dizer que, nos efeitos que respondem num sujeito a uma determinada demanda, vêm interferir os de uma posição em relação ao outro (aqui, o outro, seu semelhante) que ele sustenta enquanto sujeito.

“Que ele sustenta enquanto sujeito” significa que a linguagem lhe permite considerar-se como o maquinista ou o diretor de cena da captura imaginária da qual, de outro modo, ele seria apenas a marionete viva.

A fantasia é a própria ilustração dessa possibilidade original. Eis por que qualquer tentativa de reduzi-la à imaginação, na impossibilidade de admitir o próprio fracasso, é um contra-senso permanente, um contra-senso do qual a escola kleiniana, que nisso levou as coisas muito longe, não sai, por não poder nem mesmo entrever a categoria do significante.

Entretanto, uma vez definida como imagem utilizada na estrutura significante, a idéia de fantasia inconsciente não mais cria dificuldade.

Digamos que a fantasia, em seu uso fundamental, é aquilo mediante o qual o sujeito se sustenta no nível de seu desejo evanescente, evanescente porquanto a própria satisfação da demanda lhe subtrai seu objeto.

Oh! mas os neuróticos, eles são tão delicados, e como agir? Eles são incompreensíveis, essa gente, palavra de pai de família.

É justamente o que se tem dito há muito tempo, desde sempre, e os analistas continuam nessa. O pateta chama a isso de o irracional, não havendo sequer percebido que a descoberta de

Freud se homologa ao começar tomando por certo, o que derruba imediatamente nosso exegeta, que o real é racional, e depois, ao constatar que o racional é real. Mediante o que ele pode articular que o que se apresenta como pouco razoável no desejo é um efeito da passagem do racional como real, isto é, da linguagem, ao real, enquanto o racional já traçou aí sua circunvalação.

Pois o paradoxo do desejo não é privilégio do neurótico, tratando-se, antes, de que ele leva em conta a existência do paradoxo em sua maneira de confrontá-lo. Isso não o classifica nada mal na ordem da dignidade humana e não honra os analistas medíocres (isto não é uma apreciação, mas um ideal formulado num voto formal dos interessados), que, quanto a esse aspecto, não atingem essa dignidade: surpreendente distância, que sempre foi notada em palavras encobertas pelos analistas... outros, sem que se saiba como distinguir estes últimos, já que eles nunca teriam imaginado fazê-lo por si próprios, se antes não tivessem tido que se opor ao descaminho dos primeiros.

[638]

16. É, pois, a posição do neurótico em relação ao desejo — digamos, para encurtar, à fantasia — que vem marcar com sua presença a resposta do sujeito à demanda, ou, dito de outra maneira, a significação de sua necessidade.

Mas essa fantasia nada tem a ver com a significação em que interfere. Essa significação, com efeito, provém do Outro, na medida em que dele depende que a demanda seja atendida. Mas a fantasia só chega a isso por se encontrar na via de retorno de um circuito mais amplo, aquele que, levando a demanda aos limites do ser, faz com que o sujeito se interroge sobre a falta em que ele aparece a si mesmo como desejo.

É incrível que, embora desde sempre gritantes, alguns traços da ação do homem como tal não tenham sido esclarecidos pela análise. Referimo-nos àquilo pelo qual essa ação do homem é a gesticulação que se apóia em sua história rotineira. Essa face de proeza, de desempenho, de saída estrangulada pelo símbolo — o que portanto a torna simbólica (mas não no sentido alienante que esse termo vulgarmente denota) —, aquilo, enfim, pelo qual se fala em passagem ao ato, esse Rubicão cujo desejo próprio está sempre camuflado na história em benefício de seu sucesso, tudo aquilo a que a experiência do que o analista chama de *acting out* lhe dá um acesso quase experimental, já que herda

disso todo o artifício, tudo isso, na melhor das hipóteses, o analista o rebaixa a uma recaída do sujeito, e na pior, a uma falha do terapeuta.

Ficamos estupefatos com esse falso pudor do analista diante da ação, em que por certo se dissimula uma vergonha verdadeira: a que ele tem de uma ação, a sua, uma dentre as mais elevadas, quando ela cai na abjeção.

Pois, afinal, que acontece senão isso, quando o analista se interpõe de modo a degradar a mensagem de transferência, que ele está ali para interpretar, numa significação falaciosa do real que não passa de mistificação?

[639]

Porque o ponto em que o analista de hoje pretende captar a transferência é a distância que ele define entre a fantasia e a chamada resposta adaptada. Adaptada a quê, senão à demanda do Outro, e em que teria essa demanda maior ou menor consistência do que a resposta obtida, se ele não se julgasse autorizado a denegar qualquer valor à fantasia pelo padrão que retira de sua própria realidade?

Aqui, o próprio caminho pelo qual ele avança o trai, quando lhe é preciso, por essa via, introduzir-se na fantasia e se oferecer como hóstia imaginária a ficções em que prolifera um desejo embrutecido, Ulisses inesperado que se oferece como pasto para que prospere o chiqueiro de Circe.

E não venham dizer que estou aqui difamando quem quer que seja, pois esse é o ponto exato em que aqueles mesmos que não conseguem articular de outro modo sua prática se preocupam e se interrogam: as fantasias, não será nelas que fornecemos ao sujeito a gratificação por onde soçobra a análise? Eis a pergunta que eles se repetem, com a insistência sem saída de um tormento do inconsciente.

17. Assim é que, quando muito, o analista de hoje deixa seu paciente no ponto de identificação puramente imaginário do qual o histérico permanece cativo, porquanto sua fantasia implica seu visgo.

Isto é, no ponto exato do qual Freud, em toda a primeira parte de sua carreira, quis arrancá-lo com demasiada pressa, forçando o apelo do amor no objeto da identificação (no tocante a Elisabeth von R., o cunhado [5]; quanto a Dora, o Sr. K.; no tocante à jovem homossexual do caso de homossexualidade feminina, ele

enxergou melhor, mas tropeçou ao se considerar visado no real pela transferência negativa).

Foi preciso o capítulo da *Psicologia das massas e análise do eu* sobre “a identificação” para que Freud distinguisse claramente esse terceiro modo de identificação, condicionado por sua função de sustentação do desejo e especificado, portanto, pela indiferença de seu objeto.

Mas nossos psicanalistas insistem: esse objeto indiferente é a substância do objeto, comi meu corpo, bebi meu sangue (a evocação profanatória é da lavra deles). O mistério da redenção do analisado está nessa efusão imaginária, da qual o analista é a oferta.

[640]

Como é que o Eu de que eles pretendem se valer aqui não sucumbiria, de fato, à alienação forçada a que eles induzem o sujeito? Os psicólogos sempre souberam, desde antes de Freud, ainda que não o tenham dito nesses termos, que, se o desejo é a metonímia da falta-a-ser, o Eu é a metonímia do desejo.

É assim que se opera a identificação final de que os analistas se vangloriam.

Se é do Eu ou do Supereu do paciente que se trata, eles hesitam, ou antes, diríamos, não estão preocupados com isso, mas aquilo com que o paciente se identifica é com o Eu forte deles.

Freud previu muito bem esse resultado no artigo citado há pouco, mostrando o papel de ideal que o mais insignificante objeto pode assumir na gênese do líder.

Não é à toa que a psicologia analítica orienta-se cada vez mais para a psicologia de grupo, ou até para a psicoterapia do mesmo nome.

Observemos os efeitos disso no próprio grupo analítico. Não é verdade que os analisados a título didático se conformem à imagem de seus analistas, não importa em que nível se queira apreendê-la. Antes, é entre si que os analisados de um mesmo analista se ligam, por um traço que pode ser totalmente secundário na economia de cada um, mas no qual se assinala a insuficiência do analista com respeito a seu trabalho.

É desse modo que aquele para quem o problema do desejo reduz-se à suspensão do véu do medo deixa envoltos nessa mortalha todos aqueles a quem conduziu.

18. Eis-nos, pois, no princípio maligno²⁶ desse poder sempre passível de um direcionamento cego. É o poder de fazer o bem — nenhum poder tem outro fim, e é por isso que o poder não tem fim. Mas aqui, trata-se de outra coisa, trata-se da verdade, da única, da verdade sobre os efeitos da verdade. Desde que Édipo enveredou por esse caminho, ele já renunciou ao poder.

Para onde vai, portanto, a direção do tratamento? Talvez baste interrogar seus meios para defini-la em sua retidão.

Observe-se:

[641]

1. Que a fala tem aqui todos os poderes, os poderes especiais do tratamento;

2. Que estamos muito longe, pela regra, de dirigir o sujeito para a fala plena ou para o discurso coerente, mas que o deixamos livre para se experimentar nisso;

3. Que essa liberdade é o que ele tem mais dificuldade de tolerar;

4. Que a demanda é propriamente aquilo que se coloca entre parênteses na análise, estando excluída a hipótese de que o analista satisfaça a qualquer uma;

5. Que, não sendo colocado nenhum obstáculo à declaração do desejo, é para lá que o sujeito é dirigido e até canalizado;

6. Que a resistência a essa declaração, em última instância, não pode ater-se aqui a nada além da incompatibilidade do desejo com a fala.

Proposições com que talvez ainda haja alguns, mesmo em minha audiência costumeira, que se espantem por encontrar em meu discurso.

Percebe-se aqui a ardente tentação que deve ser, para o analista, responder, nem que seja um pouco à demanda.

Mais ainda, como impedir o sujeito de lhe atribuir essa resposta, sob a forma da demanda de curar, e de conformidade com o horizonte de um discurso que ele lhe imputa com tão maior direito quanto nossa autoridade o tem assumido a três por dois?

Quem nos livrará, doravante, desse manto de Nesso que para nós mesmos tecemos: porventura a análise atende a todos os

26. *Malin*, que também pode significar “malicioso”, “cáustico”, “ardiloso” etc. (N.E.)

desiderata da demanda, e por normas difundidas? Quem varrerá esse estrume descomunal dos estábulos de Augias, a literatura analítica?

A que silêncio deve agora obrigar-se o analista para evidenciar, acima desse pântano, o dedo erguido do *São João* de Leonardo, para que a interpretação reencontre o horizonte desabitado do ser em que deve se desdobrar sua virtude alusiva?

19. Já que se trata de tomar o desejo e que ele só pode ser tomado ao pé da letra, porquanto são as redes da letra que determinam, que sobredeterminam seu lugar de pássaro celeste, como não exigir do passarinho que ele seja, antes de mais nada, um letrado?

Da parte “literária” da obra de Freud, como um professor de literatura em Zurique que começou a soletrá-la, quem dentre nós tentou articular a importância?

[642]

Isso é apenas uma indicação. Vamos adiante. Questionemos o que deve acontecer com o analista (com o “ser” do analista) quanto a seu próprio desejo.

Quem terá ainda a ingenuidade de se ater, no tocante a Freud, à imagem de burguês bem situado de Viena que espantou seu visitante André Breton, por não se aureolar de nenhum convívio com as Mênades? Agora que já não temos senão sua obra, acaso não reconheceremos nela um rio de fogo que nada deve ao riacho artificial de François Mauriac?

Quem soube melhor que ele, declarando seus sonhos, desfiar a corda em que desliza o anel que nos une ao ser, e fazer luzir entre as mãos fechadas que o passam de umas às outras, no jogo-do-anel da paixão humana, seu breve fulgor?

Quem trovejou como esse homem de gabinete contra o aëmbarcamento do gozo por aqueles que amontoam sobre os ombros dos outros os fardos da necessidade?

Quem, tão intrepidamente quanto esse clínico apegado ao terra-a-terra do sofrimento, interrogou a vida em seu sentido, e não para dizer que ela não o tem — maneira cômoda de lavar as mãos — mas para dizer que tem apenas um, onde o desejo é carregado pela morte?

Homem de desejo, de um desejo que ele acompanhou a contragosto pelos caminhos onde ele se mira no sentir, no dominar e no saber, mas do qual soube desvendar, somente ele, qual um iniciado nos antigos mistérios, o significante ímpar:

esse falo o qual recebê-lo e dá-lo são igualmente impossíveis para o neurótico, quer ele saiba que o Outro não o tem ou que o tem, pois, em ambos os casos, seu desejo está alhures — em sê-lo —, e porque é preciso que o homem, macho ou fêmea, aceite tê-lo e não tê-lo, a partir da descoberta de que não o é.

Aqui se inscreve a *Spaltung* derradeira pela qual o sujeito se articula com o Logos, e sobre a qual Freud começando a escrever [12] nos ia dando, na última aurora de uma obra com as dimensões do ser, a solução da análise “infinita”, quando sua morte ali veio apor a palavra Nada.

ADVERTÊNCIA E REFERÊNCIAS

[643]

Este relatório é uma seleta de nosso ensino. Nosso discurso no Congresso e as respostas que ele recebeu substituíram-no em sua seqüência.

Nessa seqüência articulamos um grafo que articula com precisão as direções aqui propostas para o campo da análise e para sua manobra.

Damos aqui, classificadas por ordem alfabética de autores, as referências a que nosso texto remete através dos números colocados entre colchetes.

Usamos as seguintes abreviaturas:

GW: *Gesammelte Werke*, de Freud, edição da Imago Publishing de Londres. O número romano subseqüente indica o volume.

SE: *Standard Edition*, tradução inglesa dessas obras, editada pela Hogarth Press de Londres. Mesma observação. [*ESB* para a edição em português.]

IJP: *International Journal of Psychoanalysis*.

The PQ: *The Psychoanalytic Quarterly*.

La PDA: livro intitulado *La psychanalyse d'aujourd'hui*, publicado pela PUF, ao qual nos referimos unicamente pela simplicidade ingênua com que nele se apresenta a tendência a degradar, na psicanálise, a direção da análise e os princípios de seu poder. Obra de difusão para o exterior, sem dúvida, mas também, no interior, de obstrução. Assim, não citaremos seus autores, que não intervêm aqui por nenhuma contribuição propriamente científica.

[1] Abraham, Karl, “Die psychosexuellen Differenzen der Hysterie und der Dementia praecox” (I Congresso Internacional de Psicanálise, Salzburgo, 26 de abril de 1908), *Zentralblatt für Nervenheilkunde und Psychiatrie*, 2^o cad. de julho de 1908, Neue Folge, vol.19, p.521-33, e in *Klinische Beiträge zur Psychoanalyse* (Int. Psych. Verlag, Leipzig-Viena-Zurique, 1921): “The Psy-

cho-sexual Differences between Hysteria and Dementia Praecox", *Selected Papers*, Hogarth Press, p.64-79.

[2] Devereux, Georges, "Some Criteria for the Timing of Confrontations and Interpretations", abril de 1950, *IJP*, XXXII, I (janeiro de 1951), p.19-24.

[3] Ferenczi, Sandor, "Introjektion und Übertragung", 1909, *Jarbuch für psychoanalytische Forschungen*, I, p.422-57; "Introjection and Transference", *Sex in Psychoanalysis*, Nova York, Basic Books, p.35-93.

[4] Freud, Anna, "Das Ich und die Abwehrmechanismen", 1936, in cap.IV, "Die Abwehrmechanismen". Cf. "Versuch einer Chronologie", p.60-3 (*Intern. psychoanal.* Verlag, Viena, 1936). [*O ego e os mecanismos de defesa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6ª ed., 1982.]

[5] Freud, Sigmund, *Studien über Hysterie*, 1895, *GW*, I, Fall Elisabeth von R., p.196-251, especialmente p.125-7; *Studies on Hysteria*, *SE*, II, p.158-60 [*Estudos sobre a histeria*, *ESB*, II, 2ª ed. rev., 1987].

[6] Freud, Sigmund, *Die Traumdeutung*, *GW*, II-III. Cf. cap.IV, "Die Traumstellung", p.152-6, p.157 e p.163-8. "Kern unseres Wesens", p.609. *The Interpretation of Dreams*, *SE*, IV, cap.IV, "Distortion in Dreams", p.146-50, p.151, p.157-62 e p.603 [*A interpretação dos sonhos*, *ESB*, IV-V, 2ª ed. rev., 1987].

[7] Freud, Sigmund, *Bruchstück einer Hysterie-Analyse (Dora)*, concluído em 24 de janeiro de 1901 (cf. carta 140 de *Aus den Anfängen*, correspondência com Fliess publicada em Londres): *GW*, V, p.194-5; *A Case of Hysteria*, *SE*, vol. VII, p.35-6 ["Fragmento da análise de um caso de histeria", *ESB*, VII, 2ª ed. rev., 1987]. [644]

[8] Freud, Sigmund, *Bemerkungen über einen Fall von Zwangsneurose*, 1909, *GW*, VII. Cf. I.d) Die Einführung ins Verständnis der Kur (Introdução ao entendimento da análise), p.402-4, e nota das p.404-5; ver também I.f) Die Krankheitsveranlassung, ou seja, a decisiva interpretação de Freud sobre o que traduziríamos por "o sujeito da doença", e I.g) Der Vaterkomplex und die Lösung der Rattenidee, p.417-38. *Notes upon a Case of Obsessional Neurosis*, *SE*, X; cf. I.d) Initiation into the Nature of the Treatment, p.178-81 e nota da p.181; depois, I.f) The Precipitating Cause of the Illness, e g) The Father Complex and the Solution of the Rat Idea, p.195-220 ["Notas sobre um caso de neurose obsessiva", *ESB*, X, 1ª ed.].

[9] Freud, Sigmund, *Jenseits des Lustprinzips*, 1920, *GW*, XIII: cf., se ainda houver necessidade, as p.11-4 do capítulo II; *Beyond the Pleasure Principle*, *SE*, XVIII, p. 14-6 ["Além do princípio de prazer", *ESB*, XVIII, 1ª ed.].

[10] Freud, Sigmund, *Massenpsychologie und Ich-Analyse*, 1921, *GW*, XIII. Ver cap.VII, "Die Identifizierung", esp. p.116-8. *Group Psychology and the Analysis of the Ego*, *SE*, XVIII, p.106-8 ["Psicologia de grupo e a análise do ego", *ESB*, XVIII, 1ª ed.].

[11] Freud, Sigmund, *Die endliche und die unendliche Analyse*, 1937, GW, XVI, p.59-99, traduzido com o título de “Analyse terminée (!) et analyse interminable (!)” — nossos pontos de exclamação visam aos padrões praticados na tradução das obras de Freud para o francês. Apontamos esta porque, para a edição das GW, vol.XVI, publicado em 1950, ela não existe, cf. p.280; in *Rev. franç. Psychan.*, XI, 1939, 1, p.3-38 [“Análise terminável e interminável”, *ESB*, XXIII, 1ª ed.].

[12] Freud, Sigmund, *Die Ichspaltung im Abwehrvorgang*, GW, XVII, Schriften aus dem Nachlass, p.58-62. Data do manuscrito: 2 de janeiro de 1938 (inacabado). *Splitting of the Ego in the Defensive Process, Collected Papers*, V, 32, p.372-5 [“A divisão do ego no processo de defesa”, *ESB*, XXIII, 1ª ed.].

[13] Glover, Edward, “The Therapeutic Effect of Inexact Interpretation: A Contribution to the Theory of Suggestion”, *IJP*, XII, 4 (outubro de 1931), p.399-411.

[14] Hartmann, Kris e Loewenstein, suas publicações em equipe em *The Psychoanalytic Study of the Child*, a partir de 1946.

[15] Kris, Ernst, “Ego psychology and interpretation in psychoanalytic therapy”, *The PQ*, XX, 1, janeiro de 1951, p.21-5.

[16] Lacan, Jacques, nosso relatório de Roma, 26-27 de setembro de 1953: *Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse*, in *La psychanalyse*, vol.I, PUF. Cf., neste volume, p.238.

[17] Lacan, Jacques, *L'Instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud*, 9 de maio de 1957, in *La psychanalyse*, vol.3, p. 47-81, PUF. Cf., neste volume, p.496.

[18] Lagache, Daniel, “Le problème du transfert” (Relatório da XIV Conferência dos Psicanalistas de Língua Francesa, 1º de novembro de 1951), *Rev. franç. Psychan.*, XVI, 1952, nº1-2, p.5-115.

[19] Leclaire, Serge, “À la recherche des principes d'une psychothérapie des psychoses” (Congresso de Bonneval, 15 de abril de 1957), *L'Évolution Psychiatrique*, 1958, fasc. 2, p.377-419.

[20] Macalpine, Ida, “The Development of the Transference”, *The PW*, XIX, 4, outubro de 1950, p.500-39, especialmente p.502-8 e 522-8.

[21] *La PDA*, p.51-2 (sobre “pré-genitais” e “genitais”), passim (sobre o reforço do Eu e seu método), p.102 (sobre a distância do objeto, princípio do método de uma análise).

[645]

[22] *La PDA*, cf. sucessivamente p.133 (reeducação emocional), p.133 (oposição da PDA a Freud quanto à importância primordial da relação a dois), p.132 (a cura “por dentro”), p.135 (o importante... não é tanto o que o analista diz ou faz, mas o que ele é), e p.136 etc., passim, e ainda p.162 (sobre a despedida do fim do tratamento) e p.149 (sobre o sonho).

[23] R.L., “Perversion sexuelle transitoire au cours d'un traitement psychanalytique”, *Bulletin d'Activités de l'Association des Psychanalystes de Belgique*, 25, p.1-17; 118, rue Froissart, Bruxelas.

[24] Sharpe, Ella, "Technique of Psychoanalysis", *Coll. Papers*, Hogarth Press. Cf. p.81 (sobre a necessidade de justificar sua existência); p.12-4 (sobre os conhecimentos e técnicas exigíveis do analista).

[25] Schmeideberg, Melitta, "Intellektuelle Hemmung und Ess-störung", *Zeitschrift für päd. Pädagogik*, VIII, 1934.

[26] Williams, J.D., *The Complete Strategist*, The Rand Series, McGraw-Hill Book Company, Inc., Nova York, Toronto, Londres.

[27] Winnicott, D.W., "Transitional Objects and Transitional Phenomena", 15 de junho de 1951, in *IJP*, XXXIV, 1953, p.11, p.29-97. Traduzido em *La Psychanalyse*, vol.5, p.21-41, PUF.

Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”

Este texto foi redigido com base na gravação de uma intervenção que uma falha no funcionamento inicial do aparelho privou de seu exórdio. Foi desse acidente que tiramos proveito para reformular nosso discurso, de um modo que modifica sensivelmente sua improvisação. Mas resta ainda indicar a intenção disso, que é condensar em sua articulação da época uma posição que permanece essencial para nós.

Isso nos levou a suprimir ainda mais do discurso: precisamente aquilo que, no calor de uma atualização, antecipa-se ao que só seria desenvolvido mais tarde. Assim é que, deixando de lado nossa predileção de autor, não retomamos o apólogo do pote de mostarda, cuja lembrança, no entanto, não é anedótica, já que desde então lhe demos pleno impulso.¹

Exceto por lhe garantirmos aqui sua certidão de nascimento, com seu tema nos ágapes que no-lo forneceram ao menos aparentemente, deixamos a nosso auditório a tarefa de reencontrar nas entrelinhas o pote de mostarda, em figuras mais acessíveis ao leitor e menos submetidas aos significantes da presença.

Além do mais, um texto que não foi comunicado antes sob nenhuma forma documental só é atestável a partir do momento de sua redação definitiva, ou seja, aqui, na Páscoa de 1960.

I. A estrutura e o sujeito

O termo estrutura, que dará ao relatório de Daniel Lagache² sua palavra-chave, é, com efeito, enunciado como princípio de muitas

1. Especialmente em nosso seminário do ano de 1959-1960, sobre a ética da psicanálise.

2. “Hoje a antropologia é estruturalista. Um de seus traços principais é a promoção da categoria de *conjunto*, de *unitas multiplex*. (...) Partimos da idéia de que não lidamos com elementos isolados nem com somas de elementos, mas

tendências contemporâneas da investigação sobre o homem, se é esse o sentido amplo que Lagache confere, pensamos, ao termo antropologia. A referência à sociologia se nos afiguraria melhor, atualmente, para situar o estruturalismo.

Pois ele é objeto de um debate tão acalorado que nem Claude Lévi-Strauss escapa aos ataques que os estruturalistas desferem uns contra os outros, parecendo que a noção de estrutura que um deles tem não é mais que uma aberração para outro.

Como nós mesmos fazemos do termo estrutura um emprego que cremos poder pautar no de Claude Lévi-Strauss, é para nós uma razão pessoal, cabe dizê-lo aqui, não tomar esse emprego como genericamente confuso. O que só nos deixa mais interessados em submetê-lo ao teste da elaboração que Daniel Lagache organiza.

A categoria do conjunto, para introduzi-la, obtém nossa concordância, uma vez que evita as implicações da totalidade ou as depura. Mas isso não quer dizer que seus elementos não sejam isolados nem somáveis, pelo menos se buscarmos na noção de conjunto alguma garantia do rigor que ela tem na teoria matemática. “Que suas próprias partes estejam estruturadas” significará, por conseguinte, que elas mesmas são passíveis de simbolizar todas as relações definíveis para o conjunto, as quais vão bastante para-além de sua distinção e sua reunião, ainda que inaugurais. De fato, os elementos se definem ali pela possibilidade de serem colocados, na função de subconjuntos, como recobrimdo uma relação qualquer definida para o conjunto, tendo essa possibilidade como traço essencial o não estar limitada por nenhuma hierarquia *natural*.

Eis por que o termo “parte” nos parece ter que ser descartado de saída, e, com mais razão ainda, qualquer dado de campo que inclua incógnitas tão temíveis quanto um organismo, porquanto, já ao organizar o círculo de relações (com a famosa “situação” que está sempre a nos espreitar), tal campo introduz em toda

com conjuntos cujas próprias partes estão estruturadas.” D. Lagache, *La psychanalyse et la structure de la personnalité* (relatório do Colóquio de Royaumont, 10-13 de julho de 1958), coligido em *La Psychanalyse*, nº6, Paris, PUF, 1961, p.5.

consideração estrutural esta limitação mínima que Daniel Lagache logo discerne, pertinentemente: ser geométrico.³

Ora, a estrutura não é a forma, como insistimos noutro contexto,⁴ e a questão é justamente abrir o pensamento para uma topologia, exigida pela simples estrutura. [649]

Sustentamos que a estética transcendental está por ser refeita, desde o momento em que a lingüística introduziu na ciência seu status incontestável: com a estrutura definida pela articulação significativa como tal.

Portanto, quando Daniel Lagache parte da escolha que nos propõe, entre uma estrutura como que aparente (que implicaria a crítica daquilo que o caráter descritivo comporta de natural) e uma estrutura que ele pode declarar distante da experiência (já que se trata do “modelo teórico” que ele reconhece na metapsicologia analítica), essa antinomia desconhece um modo da estrutura que, por ser terceiro, não deve ser excluído, ou seja, os efeitos que a combinatória pura e simples do significativo determina na realidade em que se produz. Pois, é ou não o estruturalismo aquilo que nos permite situar nossa experiência como o campo em que isso fala? Em caso afirmativo, “a distância da experiência” da estrutura desaparece, já que opera nela não como modelo teórico, mas como a máquina original que nela põe em cena o sujeito.

O que Daniel Lagache atribui ao ponto de vista econômico-dinâmico, ou seja, a seu ver, o material e sua interpretação, é precisamente aquilo em que vemos a incidência da estrutura despontar em nossa experiência, e é disso que uma pesquisa estruturalista deve buscar os efeitos, ilustrando-se o alcance econômico-dinâmico destes por uma comparação que equivale à sua razão: a saber, aquilo que uma turbina, isto é, uma máquina montada segundo uma cadeia de equações, introduz numa cascata natural para a realização da energia.

3. “*O campo psicológico* é o conjunto das relações do organismo com o meio. (...) Não há organismo que não esteja situado, nem tampouco situação senão para um organismo. Necessidade, em última instância, geométrica (...).” Idem, p.5.

4. Num simpósio sobre a estrutura, realizado sob os auspícios do sr. Bastide.

Como nos surpreendermos, portanto, ante o fato de o critério genético haver resultado em fracasso na verificação das tópicas freudianas, na medida mesma em que os sistemas delas são estruturais?

Quanto ao critério de adaptação, talvez seja preciso rejeitar seu emprego até nova ordem, a nova ordem que a própria psicanálise terá instaurado: a menos que enveredemos pelo chamado impasse do problema pós-revolucionário.

Os sistemas, com efeito, dos quais Daniel Lagache sabe valorizar tão delicadamente as relações de interdependência (proporíamos: paranomias) em cada uma das duas tópicas de Freud, distinguindo-os de suas funções, nem por isso são a estrutura no sentido estrito: como se vê pela espécie de quiasmo que ele não explica, segundo o qual é pela identidade dos pensamentos que o processo primário (como procedente do inconsciente) encontra sua regra, e é na identidade das percepções que o processo secundário (como ordenador do primeiro com a realidade) encontra seu critério — ao passo que a percepção é mais primária na estrutura, no sentido como Lagache a entende, e mais próxima do princípio do prazer com que se assegura o império do primário do que tudo aquilo que, por ser pensamento, parece haver repercutido a partir de uma consciência esclarecida.

Por isso, não é inútil lembrar que Freud recusou na origem, a todo sistema de qualquer de suas tópicas, *a menor realidade* como aparelho diferenciado no organismo. Pois há quem esqueça de extrair disso este corolário: o de que ao mesmo tempo ele nos recusa o direito de forçar algum desses sistemas a ingressar na realidade fantasiada de qualquer “totalidade” do organismo. Em suma, a estrutura de que falamos nada tem a ver com a idéia de “estrutura do organismo”, tal como sustentada pelas constatações mais bem fundamentadas da *Gestalt*. Não que a estrutura propriamente dita não tire proveito das hiências da *Gestalt* orgânica para servir-se dela. Mas, a partir das conjunções de ambas, que revelariam ser de fissão ou de fissuras, afirma-se uma heterogeneidade entre duas ordens, que procuraremos mascarar menos para captar seu princípio. Assim é que, sendo menos desconhecida, a distribuição tópica da consciência, tão impressionante em sua dispersão que se poderia dizê-la estilizada, leva-nos a considerar este fato que Daniel Lagache tem razão de nos relembrar: que quase não avançamos no problema da

[650]

natureza da consciência, desde que, na revisão desta que ele havia tornado necessária, Freud só voltava ao assunto para lamentar ter se quedado aí.

Seja como for, não constitui dificuldade que o organismo seja “depenado”, ou, dito de outra maneira, que ceda este ou aquele de seus tentáculos mais ou menos amovíveis como penhor de uma dada estrutura — a de proibição social, por exemplo — em que, como indivíduo, possa ser apanhado.

Para entrar no âmago do assunto com Daniel Lagache, rendamo-lhe graças por denunciar de passagem a simples falsificação que Heinz Hartmann tenta impor à história, ao desconhecer que, na época da *Introdução ao narcisismo*, Freud interessou-se realmente pela instância do Eu, a única e mesma que continuaria a promover. Quanto à advertência com que o dito autor e seus acólitos, Kris e Loewenstein, crêem dever prevenir-nos contra uma chamada concepção antropomórfica da segunda tópica, sustentaremos, com Daniel Lagache, que seu objeto não é mais consistente do que a parvoíce de puro fingimento que eles supõem em nós. Mas isso não equivale a aceitar a impertinência da outra que eles nos imputam, bastante real, contando com nossa vaidade de sermos daqueles que não se deixam enganar, para nos empurrar furtivamente a carta marcada⁵ de uma chamada concepção causal⁶ do Eu. E porventura ainda negará Lagache a influência nefasta da antinomia de Jaspers, nesse truque de baralho com que pretendem ofuscar-nos a visão, acenando promissoriamente com o brilho da fisiologia na porta do depósito de quinquilharias de onde nos tiram, para explicar o Eu de Freud, o manequim cuja rejeição é a descoberta da pólvora de toda experiência psicológica, esse sujeito verbal apontado como suporte da síntese das mais heteróclitas funções? Daniel Lagache mostra ainda melhor o que é esse bezerro de não sei quantas patas,⁷ esse monstro

[651]

5. Lacan usa *carte forcée*, expressão que denota a carta que o ilusionista nos obriga a escolher, deixando-nos uma aparência de liberdade de escolha. (N.E.)

6. A acreditar nesses autores, Freud teria, no segundo modelo, “tomado como critério a *função* dos sistemas ou subestruturas no conflito, e o modelo que o inspira é fisiológico; o papel dos conceitos estruturais é favorecer as explicações causais, e, se eles se encontram entre nossos instrumentos mais valiosos, é por se situarem num contexto genético”.

7. Lacan escreve *veau à trente-six pattes*, onde, pelas mudanças que introduz

cujas soldas, representadas, evocariam uma colagem desprovida de arte, mas que combina com o gabinete de curiosidades onde o charlatão não detona. Mas, afinal, que tem essa concepção barroca a ver com a psicanálise, a não ser por degradar sua técnica à exploração dos mais obscuros preconceitos?

A verdade é que, como assinala com vigor Daniel Lagache, a própria existência de “enclaves animistas”, e até de alternâncias vividas como pessoais em nosso assentimento, não atrapalha em nada a compreensão da segunda tópica como um modelo teórico, o importante não sendo, com efeito, “que se possa diferenciar os sistemas por suas funções”, mas que se reconheça, como faz ele, “que o conceito de função não é um conceito exclusivamente fisiológico”.

O que introduzimos nesse debate facilitará acreditar que a [652]
nosso ver seria impossível falar de maneira mais excelente.

Vê-se, no entanto, com que objeções irá deparar, de nossa parte, a tentativa de Daniel Lagache, na medida em que é à sua formação na intersubjetividade que ele tenciona referir aquilo a que chama estruturação da personalidade (o que é o próprio título de seu cap.IV). Em nossa opinião, seu método não é suficientemente radical, e diremos em quê.

Não é, por ora, em virtude de não consentirmos na estocada que ele desfere contra o idealismo exorbitante que andam exercendo, ao pretender fazer derivar da consciência pessoal a gênese do mundo pessoal, ou seja, contra a moderna voga de uma psicanálise que já não quereria fundamentar-se senão na observação da criança. Mas é que ele também nos parece otimista ao nos considerar livres desse preconceito: porventura estaria esquecido de que o sr. Piaget nos habitua a interrogar na consciência pessoal a gênese do mundo comum, a ponto de incluir nela as categorias do pensamento científico?

Não menos encantados ficamos com sua observação de que, “antes de existir em si, por si e para si, a criança existe para e

no coloquialismo *mouton à cinq pattes* — carneiro de cinco patas, designativo de uma pessoa que se afigura um fenómeno, ou de alguém ou algo raro ou absurdo —, parece aludir ao bezerro de ouro da adoração bíblica e, através do *trente-six*, frisar a característica do disparate. Na linguagem coloquial, o 36 é usado na França para designar uma quantidade grande e indeterminada qualquer. (N.E.)

por outrem; já é um pólo de expectativas, projetos e atributos”. Mas isso seria apenas formular um truísmo, se ele não enfatizasse o meio pelo qual tantas expectativas e projetos se fazem sentir no inconsciente da criança quando ela vem ao mundo, já que não é por tais atributos, termo que, bastante insólito em tal aposição, vem como que insinuar-se no correr de sua frase no momento em que ela se encerra. Atributos: detenho-me nesse pequeno termo de Daniel Lagache. Esperava ele que ela me escapasse? Não sendo assim, por que não lhe conferir ele mesmo sua importância? Um pólo de atributos, eis o que é o sujeito antes de seu nascimento (e talvez seja sob o acúmulo destes que irá claramente sufocar). De atributos, isto é, de significantes mais ou menos ligados num discurso, será preciso nos lembrarmos dentro em pouco, quando se tratar da estrutura do Isso.

Mas, por ora, não estará Daniel Lagache professando a mesma coisa que o que ensino, quando defino o inconsciente como o discurso do Outro? Pois, para que Daniel Lagache possa, com base na existência da criança “em si, por si e para si”, conferir a “essa existência por e para outrem”, senão a precedência, ao menos uma precessão lógica, sua relação inteiramente futura com o círculo de semelhantes que a espera e que a destina ao lugar que ela ocupa nos projetos deles não é suficiente. É que, na dimensão imaginária que aí se manifesta, essa relação de existência é inversa, na medida em que o não nascido permanece basicamente fechado à visão dela. Mas o lugar que a criança ocupa na linhagem segundo a convenção das relações de parentesco, o prenome, talvez, que já a identifica com o avô, os funcionários do registro civil e até o que nela denotará seu sexo, aí está algo que se preocupa muito pouco com o que ela é em si: pois ela que apareça hermafrodita, para ver só!

[653]

Isso, como se sabe, vai muito mais longe, tão longe quanto a lei abrange a linguagem, e a verdade, a fala: sua existência já é sustentada, inocente ou culpada, antes que ela venha ao mundo, e o tênue fio de sua verdade não pode fazer com que ela já não costure um tecido de mentira. É por isso mesmo que haverá, *grosso modo*, um erro de pessoa, isto é, quanto aos méritos dos pais, em seu Ideal do Eu, ao passo que, no velho processo de justificação no tribunal de Deus, o novo homenzinho retomará um dossiê anterior a seus avós: sob a forma do Supereu deles. Observação de Freud, relembra por Daniel Lagache, e onde

só é preciso buscar o efeito e o campo da fala e da linguagem com os níveis ótimos que poderíamos apontar num esquema topológico, vendo, de quebra, que eles só passam estatisticamente para a realidade.

Ainda mais profundamente repercute aqui, coisa de que temos a experiência segura, o desejo dos pais. Mas essa é precisamente a questão que nós mesmos descortinamos, como sabem alguns dos presentes, da determinação do desejo pelos efeitos, no sujeito, do significativo.

Se o próprio Daniel Lagache não fizesse ressoar ali minha promoção do Verbo, teria ele tanta certeza de que sua belíssima referência à encarnação seduziria seu auditório, ao dizer que, “no curso da existência pré-natal, o ser para outrem se modifica e se enriquece pela encarnação”?

Sim, “o ser para outrem”; ele não diz o ser em si, e prossegue: “mais ou menos em meados da gestação”. Não será porque, por “suas primeiras manifestações de atividade, o feto” começa a fazer com que se fale dele? Sim, com que se fale dele, eis o que define aquilo a que Daniel Lagache chama, aqui, “esses primeiros momentos de uma existência” (nós diríamos ex-sistência), e de maneira ainda mais impressionante na medida em que a qualifica de “autônoma”.

[654]

Por que, nesse caso, não articular a anterioridade da relação com o discurso do Outro com qualquer *diferenciação primária*,⁸ na qual Lagache admite que o sujeito funciona “sem existir como estrutura cognitiva”? Sete linhas antes, no entanto, ele afirma que “se nega a evidência ao alegar que o recém-nascido não tem experiência consciente, embora ele alterne entre o sono e a vigília”. Bastará essa vigília observável para lhe assegurar “a existência de um sujeito sem estrutura cognitiva”?

8. “A noção de diferenciação primária é preferível à de indiferenciação. (...) É demonstrada pela existência de aparelhos que garantem ao sujeito um mínimo de autonomia: aparelhos da percepção, da motricidade, da memória, limiares de descargas das necessidades e dos afetos. (...) Sem existir como estrutura cognitiva, o sujeito funciona e se atualiza sucessivamente nas necessidades que o despertam e o motivam. (...) A verdade é que essas relações de objeto funcionais não estão estruturadas, no sentido de que o sujeito e o objeto não são diferenciados.” D. Lagache, *La psychanalyse et la structure...*, p.15-6.

Para nós, a realidade da diferenciação primária deixa em suspenso seu uso propriamente significativo, do qual depende o advento do sujeito. Para defini-la em si, diríamos que ela é uma relação de objeto *no real*, com isso pensando comprovar o caráter robusto, em sua simplicidade, das divisões de que nos servimos para situar nossa experiência entre simbólico, imaginário e real.

É preciso que à necessidade que sustenta essa diferenciação primária venha somar-se a demanda, para que o sujeito (antes de qualquer “estrutura cognitiva”) faça sua entrada no real, enquanto a necessidade transforma-se em pulsão, uma vez que sua realidade se oblitera ao se tornar símbolo de uma satisfação amorosa.

Essas exigências conceituais, que nos permitam registrá-lo, têm, entre outras, a vantagem de relegar metáforas detestáveis, como a da *participação simbiótica* da criança na mãe (será que elas formam um líquen?), de nos deixar descontentes com uma referência desenvolva “ao funcionamento conjunto da maturação e da aprendizagem” para explicar “uma identificação no conflito intersubjetivo”, mesmo tomando por certo que “a predominância de sua passividade faz com que ela receba da situação seu personagem temporário”, e de não nos livrarmos da diferenciação entre o corpo e os objetos conotando-a como sincrética, pois isso é deixar de lado a dissimetria essencial entre projeção e introjeção.

[655]

Quanto a isso, Daniel Lagache continua clássico. Mas parece-nos que ele não pode acentuar, como fez aqui, a prematura simbólica pela qual a criança se inscreve no ser para outrem (para nós, o discurso do Outro), e tomar o retardo formal registrado por sua aprendizagem da sintaxe (o momento em que a criança fala de si tal como os outros lhe falam) como decisivo seja lá do que for “na conjunção que se opera entre o ser para outrem e o ser para si”. É que, longe de esse instante ser representativo disso, diríamos que, uma vez que se trata de discurso, essa conjunção sempre existiu, considerando que o discurso esteve ali desde o começo, nem que fosse em sua presença impessoal.

O drama do sujeito no verbo é que ele experimenta ali sua falta-a-ser, e é disso que o psicanalista faria bem em esclarecer alguns momentos, pois, quanto ao psicólogo, ele não tem nenhuma possibilidade, com seus testes e até com suas gravações,

onde eles não aparecerão tão cedo, esses momentos, não antes que um filme tenha captado a estrutura da falha como constitutiva do jogo de xadrez.

É por proteger desse momento de falta que uma imagem chega à condição de sustentar todo o valor do desejo: projeção, função do imaginário.

Inversamente, vem instalar-se no coração do ser, para apontar um furo, um indicador: introjeção, relação com o simbólico.

Os progressos observados da objetivação, em seus estádios precoces, realmente parecem não ter outro interesse, como dá a entender Daniel Lagache, senão o de mascarar de nós os tempos inconscientes das projeções e das introjeções na sequência de seu desenvolvimento.

Deter-nos-emos no mesmo ponto que Daniel Lagache, para ali fazer o balanço de nossa divergência. Ela se acha na própria função que ele confere à intersubjetividade. Pois esta se define, para ele, numa relação com o outro do semelhante, relação simétrica em princípio, como se vê pelo fato de Daniel Lagache formular que, através do outro, o sujeito aprende a se tratar como um objeto. Para nós, o sujeito tem que surgir do dado dos significantes que o abarcam num Outro que é o lugar transcendental destes, através do que ele se constitui numa existência em que é possível o vetor manifestamente constitutivo do campo freudiano da experiência: ou seja, aquilo a que se chama desejo.

[656]

Assim, longe de ser preciso que o Eu-sujeito se esforce por repelir o Eu-objeto para se fazer “transcendente” a ele, o sujeito verdadeiro, para não dizer o bom sujeito, o sujeito do desejo, tanto no esclarecimento da fantasia quanto em seu refúgio fora do discernimento, não é nada além da Coisa,⁹ que é dele o que há de mais próximo, embora mais lhe escape.

É por isso mesmo que os que me acompanham saberão também que o equívoco da noese pelo qual Daniel Lagache faz com que o Eu-sujeito desapareça, por pensarmos nele, não corresponde ao que designo como *fading* do sujeito, pois esse *fading* se

9. A Coisa (*das Ding*) acha-se antedatada aqui, só se havendo produzido em nosso seminário do ano de 1959-1960. Mas foi nisso que o emprego do pote de mostarda nos ofereceu todas as garantias de incompreensão de que precisávamos para que tivesse lugar essa explicação.

II. *Isso onde?*

Esse uso, à primeira vista, é heurístico, com Daniel Lagache como que pedindo a cada um dos sistemas (o termo é dele), Isso, Eu e Supereu, explicações sobre o que lhe falta para ser uma pessoa. Quanto a isso só nos resta observar que a denominação de instância é afastada, muito embora, solidária à formulação freudiana dessa tópica, chamada segunda, pareça favorecer o que Daniel Lagache denomina de seu estilo personalista.

[657]

Ousarei eu assinalar a que preço ele poderia ter evitado o impasse com que se choca tão brilhantemente em suas fórmulas sobre a estrutura em si, no que ela seria a do Isso? — Seria não rejeitando o pleno açoitado dos paradoxos pelos quais Freud, aqui como tantas vezes, mostra-nos o caminho.

É preciso conservar juntos três ditos já pouco afinados entre si, ao que parece, e conseguir fazê-lo a partir do próprio escândalo que cada um constitui em si mesmo.

O primeiro é que o Isso é não organizado, só podendo o assombro dele deter-nos no advento, no *Es* alemão, dessa instância, caso ela tenha que reunir em sua perspectiva a indestrutibilidade inicialmente afirmada (e mantida) do recalcado que ali se encontra e o automatismo, ulteriormente questionado, da repetição que daí deve decorrer (conceito de *Wiederholungs-zwang*, postulado no limiar do *Além do princípio do prazer*).

A esse dito liga-se outro, constantemente reiterado por Freud em sua época. Ele concerne aos próprios elementos cujas leis ele articulou inicialmente no inconsciente, para mais tarde compor nas pulsões sua estrutura propriamente dita: ou seja, que eles não abranjem a negação.

Sem dúvida essa forclusão foi corrigida, desde *A ciência dos sonhos*, pela análise dos desvios que sustentariam seu equivalente: o adiamento temporal, a inibição e a representação pelo contrário. Mas, seguindo os textos de Freud, constata-se que ela se mantém na formulação mais concisa de que não há, entre as pulsões que habitam o Isso, nenhuma contradição que tenha valor, isto é, que assuma o efeito da exclusão lógica.

[658]

O terceiro comentário destaca-se dos aforismos em cuja penumbra conclui-se o estudo sobre *O Eu e o Isso* (*Das Ich und das Es*), surgindo sob a denominação do silêncio que as pulsões de morte fariam imperar no Isso.

Toda tentativa de relacionar com uma diferenciação qualquer das necessidades primárias no organismo uma estrutura assim descrita só pode multiplicar suas discordâncias aparentes, aumentando cada vez mais seu peso. Foi justamente ao que Daniel Lagache não pôde escapar nesse caminho.

Quanto a nós, parece-nos que as dificuldades mesmas em que todos esbarram nesse ponto nos confirmam na impossibilidade em que estamos de prescindir da função do significante.

Quer se tome o significante, muito simplesmente, por seu aspecto de materialidade irreduzível que a estrutura comporta, por ser a dele, quer se o evoque sob a forma de uma loteria, evidencia-se que no mundo somente o significante tem o poder de suportar uma coexistência — constituída pela desordem (na sincronia) — de elementos em que subsiste a ordem mais

indestrutível que se manifesta (na diacronia), fundamentando-se esse rigor associativo de que ele é capaz, na segunda dimensão, na própria comutatividade que ele exhibe, por ser intercambiável na primeira.

Sua subsistência de conotação não pode ser suspensão por lhe serem ligados signos contraditórios, só podendo se exercer uma exclusão proveniente desses signos enquanto tais como condição de consistência numa cadeia a ser constituída; acrescentemos que a dimensão em que se controla essa condição é apenas a tradução de que tal cadeia é capaz.

Detenhamo-nos por mais um instante nessa loteria: para considerar que é a não organização real pela qual seus elementos se misturam no ordinal, ao acaso, que, por ocasião de sua extração, nos faz tirar a sorte, ao passo que é sua organização estrutural que, permitindo-lhes ao sabor do jogo serem lidos como um oráculo, deixa que, prosseguindo sua extração, eu possa afirmar que faltam alguns no cardinal.

É mesmo para o suporte do significante, portanto, que somos dirigidos pelas proposições de Freud, e desde a primeira. Será porventura preciso sublinhar que os volteios em que se enreda a segunda marcam, pelos referenciais sempre gramaticais que Freud dá a suas retomadas, que de fato se trata de uma ordem discursiva?

[659]

A partir daí, não deixaremos de ficar impressionados com a indiferença combinatória, que se demonstra, efetivamente, pela desmontagem da pulsão segundo sua fonte, sua direção, seu alvo e seu objeto. Querirá isso dizer que tudo nela é significante? Certamente, não, mas é estrutura. Por isso, deixemos agora de lado seu status energético.

Mas isso basta para que possamos responder, de acordo com o critério de Lagache, através do mero aspecto geométrico com que ele tenciona dispô-lo.

A imagem confusa do Isso como “reservatório das pulsões”, que desagrade Lagache justamente pelo assentimento que recebe de um organicismo grosseiro, se reapruma, com efeito, pelo sentido que recebe em nossa perspectiva.

Pensemos na caixa de correio, na cavidade interna de um ídolo baalita, pensemos na *bocca di leone* que, por combiná-las, recebia em Veneza sua temível função. Um reservatório, sim, se quisermos, eis o que é o Isso, e até mesmo uma reserva, mas

o que nele se produz de prece ou de denúncia remetidas lhe vem de fora e, se ele as acumula em si, é para dormir sobre elas. Dissipa-se aqui a opacidade do texto que enuncia sobre o Isso que o silêncio impera nele: porquanto não se trata de uma metáfora, mas de uma antítese a ser buscada na relação do sujeito com o significante, que nos é expressamente designada como a pulsão de morte.

Mas, reencontremos Daniel Lagache no eixo da questão sobre a pessoa, para lhe admitir que, se Freud afirma que não há no sistema do inconsciente “nem negação, nem dúvida, nem grau de certeza”, não é para nos fazer imaginar que ele comporta uma certeza irrestrita, nem tampouco o grau zero de certeza. Como agiríamos de outro modo, se há muito tempo formulamos que é somente a ação que gera a certeza no sujeito?

Mas cremos que o erro de Lagache, aqui, é confundir afirmação com certeza. Com o que, tendo esvaziado a segunda, ele acredita livrar-se da primeira pelo mesmo processo, embora de fama duvidosa, a que se liga a imagem do bebê desesperado no escoamento da banheira.

[660]

Entretanto, como haveria de ser assim, se entre afirmação e certeza se estabelece aquele vínculo, senão de precedência, ao menos de precessão lógica, no qual têm lugar justamente as incertezas geradas pela ação em sua trilha de verificação?

E não seria isso dar pouca importância ao cuidado, como de hábito incrível pela presença de espírito de que dá provas, com que Freud pôs os pingos nos is nesse ponto, articulando expressamente a *Bejahung* como primeiro tempo da enunciação inconsciente, aquele que pressupõe sua manutenção no tempo segundo da *Verneinung*, de cuja discussão ouvimos o brilho que foi dado no começo de nosso seminário?

Voltamos a mergulhar a mão no saco de nossa loteria. 58... Esse número sorteado tem em si seu peso de afirmação, eu diria até provocadora. E não me venham objetar que é preciso a vigilância de um sujeito, pois este se encontra ali, pelo simples haver-se introduzido nesse número através da presença decimal que totaliza em duas colunas o que é apenas sua cifra, ao passo que o número lhe permanece indiferente, por ser, entre outras coisas, o dobro de um número primo.

Aliás, para apreciar o que essa cifra pode efetivamente veicular do sujeito, basta consultar, sobre a função exploratória, em

psicanálise, dos números escolhidos ao acaso, um capítulo por demais esquecido da *Psicopatologia da vida cotidiana*.

Esse é o exemplo, tido como o menos favorável, por sua abstração, com que tencionamos mostrar que é numa duplicidade fundadora do significante que o sujeito encontra desde logo o regato secreto por onde flui antes de brotar, veremos por qual fenda.

Mas, se nos permitirem recorrer, inversamente, à calorosa animação do *Witz*, nós o ilustraremos em sua máxima opacidade pelo talento que guiou Jarry na descoberta da condensação de um simples fonema suplementar na interjeição ilustre: *merdra*. Banalidade requintada de lapso, de devaneio e de poema, uma letra bastou para dar ao mais vulgar dardejamento [*jaculation*] em francês o valor jocolatório,¹⁰ que atinge o sublime, do lugar que ela ocupa na epopéia de Ubu: o da Palavra anterior ao começo.

Onde não chegaríamos com duas letras, já que a grafia “Meirdre” nos forneceria, por intermédio da gematria, tudo o que de promessa o homem jamais ouvirá em sua história, e já que “Mairdre” é o anagrama do verbo em que se baseia o admirável?¹¹

[661]

Que não se veja nessa pequena extravagância na seriedade de nossa exposição senão nossa preocupação de lembrar que foi ao *fool*, oh! Shakespeare!, tanto na vida quanto nas letras, que ficou reservada a sina de manter disponível, através dos séculos, o lugar da verdade que Freud iria trazer à luz.

Lembremo-nos agora das dificuldades suscitadas para o lingüista pelo caso da frase interrogativa, para aquilatar tudo o que Daniel Lagache destaca através da simples formulação, cativante pela felicidade de expressão que não o abandona em todo esse texto, “dessa interrogação que põe o Eu em questão, e até ‘na questão’”. Fica-me clara a sutileza pela qual é “a inquietação pulsional que representa a pulsão no Eu”, que ele encarrega de

10. Equívoco a partir dos termos em latim *jaculator* e *jaculator*. (N.E.)

11. Na cabala prática, o processo da gematria expõe o valor numérico das palavras hebraicas somando os valores atribuídos às letras que as compõem. Quanto ao verbo a que Lacan se refere, ele é *admirer*, admirar. (N.E.)

ser o tormento deste. Aprovo ainda mais sua prudência, na medida em que a pergunta não pode partir do Isso, mas responde a ele. A inquietação mais característica do Eu, sabemos, no entanto, desde *Hemmung, Symptom und Angst*, é apenas o sinal de alerta que faz entrarem em jogo as defesas... contra a afirmação do Isso, e não sua pergunta.

Na verdade, Daniel Lagache tem todo esse trabalho aqui por querer que a função do juízo seja privilégio do Eu.

Posso eu dizer-lhe que ao meu ver todo o movimento da experiência freudiana inscreve-se contra isso, e quando hei de poder, de texto na mão, demonstrar-lhe que o famoso *Entwurf*, dedicado a *Fliess*, tem por objetivo não acessório deixar claro que, no nível do sistema das facilidades primeiras do prazer, já se constitui uma forma fundamental do juízo,¹² que ele designa apropriadamente pela expressão *juízo primário*?

Não podemos, de nossa parte, entender de outro modo a fórmula a que Daniel Lagache confia o extremo de seu latim: a de que as pulsões existem.

Não é como pura perda, de fato, que ninguém jamais deixa o gato lhe comer a língua quando se trata de uma língua viva. Que as pulsões, por sua vez, ex-sistem, talvez tudo o que importa resida nisso: que elas não estão em seu lugar, em que se propõem nessa *Entstellung*, nessa de-posição, diríamos, ou, se preferirmos, nessa multidão de pessoas deslocadas. Não estará também nisso, para o sujeito, sua chance de um dia existir? Nesse momento, contudo, essa chance parece no mínimo comprometida. Pois, do modo como vão as coisas, sabemos-lo até demais, quando a linguagem se intromete na história, as pulsões têm mais é que proliferar, e a pergunta (se houvesse alguém para formulá-la) seria, antes, saber como o sujeito há de encontrar nela um lugar qualquer.

[662]

Felizmente, a resposta vem, antes de mais nada, no furo que ele cava para si na linguagem.

É certamente de uma retomada — a ser concatenada com a experiência lingüística — daquilo que Freud descortinou em seu artigo sobre a denegação que devemos esperar o progresso de

12. Foi dessa questão que quisemos fazer partir nosso exame da ética da psicanálise, no ano de 1959-1960.

uma nova crítica do juízo, que consideramos instaurada nesse texto. Até o momento, à parte a publicação do diálogo do qual fizemos o relato, essa iniciativa, como acontece em mais de um caso, beneficiou-se tão pouco de outro tipo de comentário quanto se se tratasse de uma embriaguez de Noé.

Admite-se relevar que o pai Freud se contentasse com o juízo de atribuição e com o juízo de existência, e até desse ao primeiro a vantagem de uma antecedência lógica em relação à negação em que se basearia o segundo. Não somos nós, na psicanálise, que iremos nos oferecer à chacota dos lógicos, nem tampouco nos arriscamos no ensino de Brentano, o qual, no entanto, sabemos que brilhava em Viena e que até Freud o freqüentou.

O juízo de atribuição, ele o concebe, pois, como instaurando-se pela simples *Bejahung*, com sua cadeia desenvolvendo uma primeira condensação ou sincretismo em que já se manifesta uma estrutura combinatória que nós mesmos ilustramos.¹³ Com esse tipo de afirmação de justaposição, o que refutar em algum momento, a não ser por efeito de obstrução?

É aqui que se deveria retomar o problema da origem da negação, caso não se entenda por isso nenhuma gênese psicológica pueril, mas um problema da estrutura, a ser abordado no material da estrutura.

[663]

Como se sabe, as partículas muito diferenciadas que em todas as línguas matizam a negação oferecem à lógica formal oportunidades ímpares (*oddities*) que comprovam que elas participam de uma distorção essencial, ou seja, de uma outra tradução da *Entstellung*, que é válida se a relacionarmos com a topologia do sujeito na estrutura signifiante.

A prova disso aparece quando a lógica formal, por ter que romper seus vínculos com formas gramaticais que veiculam essa distorção, esquiva-se ao mesmo tempo da lingüística e de uma ameaça feita à parcialidade em que ela se sustenta, e a qual, no entanto, só pode ser referida a um campo de linguagem, que se deve distinguir como campo do enunciado.

A partir daí, compreende-se uma das razões pelas quais o estudo dessas partículas não pode ser genético, já que a psicologia revela restituir-lhes sempre a mesma lógica, seja ela de classe

13. Cf. p.715-6 deste volume.

ou de relação, que seria o caso de superar. Isso ainda nos será mostrado pelo exemplo daquilo que é preciso mobilizar para que uma pesquisa propriamente estrutural se sustente em seu nível, quando virmos o obstáculo com que ela depara numa dificuldadezinha tão pequena quanto o *ne* cujo emprego em francês, em “je crains qu’il ne vienne” [eu receio que ele venha], é qualificado pelos gramáticos de *ne* expressivo, sem que nunca ninguém, armado dos mais aperfeiçoados óculos, tenha sabido desvendar *de que* ele pode ser expressivo. Mediante o que gramáticos muito informados e muito prevenidos contra qualquer outra autoridade que não a do uso, como os srs. Brunot e Bruneau, em seu *Précis de grammaire historique* (Masson, 1933, p.587), consideram a trabalhadeira que a todos tem dado esse *ne* como sendo de “pálido interesse”, a pretexto de “que as regras estabelecidas para ele são variáveis e contraditórias”.

Gostaríamos que se traçasse um gráfico das zonas em que essas partículas subsistem como que em suspensão. Promovemos este ano um que é de nossa lavra,¹⁴ onde cremos poder designar o leito em que elas oscilam entre uma cadeia da enunciação, na medida em que ela marca o lugar em que o sujeito está implícito no puro discurso (imperativo, voz em eco, epitalâmio, grito de “fogo!”), e uma cadeia do enunciado, na medida em que o sujeito é nela designado pelos *shifters* (ou seja, [Eu], todas as partículas e flexões que indicam sua presença como sujeito do discurso e, com esta, o presente da cronologia).

[664]

Em “Je crains qu’il ne vienne” [“eu receio que ele venha”], a infância da arte analítica sabe sentir o desejo constitutivo da ambivalência própria do inconsciente (que uma certa espécie de abjeção que causa estragos na comunidade analítica confunde com a ambivalência dos sentimentos em que ela costuma se embolorar). Será que o sujeito desse desejo é designado pelo [eu] do discurso? Claro que não, já que este é apenas o sujeito do enunciado, o qual articula apenas o receio e seu objeto, sendo o [eu] que ali aparece, evidentemente, o indicador da presença que o enuncia *hic et nunc*, isto é, na posição de *shifter*. O sujeito da enunciação, no que seu desejo transparece, não está noutro

14. Cf. “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, p.807.

lugar senão no *ne*, cujo valor deve ser buscado numa precipitação como lógica — é assim que chamaremos a função a que se prende seu emprego em “avant qu’il *ne* vienne” [“antes que ele venha”]. A dita estrutura não deixa de ter um correlato energético, na medida em que o que poderemos definir como “a fadiga do sujeito” manifesta-se na neurose como distinta da fadiga muscular.

Evoca-se aqui um bedelhudo, a objetar que isso não pode ser o inconsciente, já que, como todos sabem, este desconhece o tempo. Ele que retorne às aulas de gramática para distinguir o tempo da cronologia, para distinguir as “formas de aspecto”, que consideram na enunciação aquilo que acontece com o sujeito, daquelas que situam o enunciado na linha dos acontecimentos. Então ele não confundirá o sujeito do consumado com a presença do passado. Despertará, sem dúvida, para o entendimento de que a tensão comporta tempo e de que a identificação se faz no ritmo de uma escansão.

Mas esse *ne*, em sua caducidade incerta, sugere a idéia de um rastro que se apaga no caminho de uma migração, ou, mais exatamente, de uma poça que faz aparecer seu desenho. Não pode o significante primitivo da negação ter sido a elisão do significante, e porventura não está seu vestígio numa censura fonemática da qual, como de hábito, é em Freud que encontramos o exemplo memorável, na *Espe* ([W]*espe*) do Homem dos Lobos, mas da qual há muitas outras formas lingüísticas a serem reunidas na experiência, a começar pela elisão da primeira sílaba do sobrenome de família em que se perpetua, em russo, a nobre [665] bastardia, ou em que se origina uma linhagem, ou seja, precisamente nas estruturas sociolingüísticas sob cujo regime nasceu o Homem dos Lobos?

Sugestão de trabalho: não fazem os prefixos de negação senão indicar, reocupando-o, o lugar dessa ablação significante?

Assim, o silenciado [*tu*] do não-dito mostraria, na homofonia do francês, escavar sua forma no tu [*tu*] da invocação, sob o qual o sujeito envia a si mesmo suas próprias intimações.

Arriscamos muito aqui, num campo em que não nos intimida nenhum compromisso de especialista. Fazemo-lo em plena consciência, pois é para tornar audível uma estrutura em que não arriscamos nada, porque ela é assunto da seriedade de nossa

experiência. Trata-se, em outras palavras, da articulação da defesa com a pulsão.

Do carrossel enlouquecido em que os autores batem cabeça uns com os outros, ou até nádegas, correndo atrás de seus impulsos, Daniel Lagache aponta precisamente a penosa cacofonia. Somente os psicanalistas podem apreciar a experiência que sustenta essa literatura: e que possamos buscar a aresta que se marca realmente em tal impasse desse discurso. O que Daniel Lagache sublinha da contradição que há em atribuir a uma defesa seu sucesso deixa em suspenso a questão de em que ela pode ter êxito.

Distinguir as relações do sujeito com a estrutura, concebida como estrutura do significante, é restabelecer a própria possibilidade dos efeitos da defesa. Há quem nos impute sustentar o poder mágico da linguagem. Muito pelo contrário, professamos que esse poder se obscurece ao ser remetido a uma suposta aberração primária do psiquismo, e que é acumpliciar-se com ele o conferir-lhe, assim, a consistência de um fato impensável. Não há maior traição de sua própria práxis do que aquela em que aqui cai o analista.

Dizemos, pois, que nenhuma supressão do significante, seja qual for o efeito de deslocamento que efetue, e mesmo que produza a sublimação que o *Aufhebung* traduz em alemão, pode fazer mais do que libertar da pulsão uma realidade que, por mísero que seja seu peso de necessidade, só fará ser mais resistente por ser um resto.

O efeito da defesa procede por outra via, modificando não a tendência, mas o sujeito. O modo original de elisão significante que aqui tentamos conceber como a matriz da *Verneinung* afirma o sujeito sob o aspecto do negativo, instalando o vazio em que ele encontra seu lugar. Propriamente, isso não passa da ampliação do corte em que se pode dizer que ele reside na cadeia significante, uma vez que é seu elemento mais radical em sua seqüência descontínua e, como tal, o lugar de onde o sujeito garante sua subsistência de cadeia.

Não nos basta que Daniel Lagache nos diga que o sujeito “não se distingue da pulsão, do alvo e do objeto”. Ele tem que fazer uma escolha naquilo que distingue, ao não querer distingui-lo do sujeito, e a prova é que logo nos diz estar esse sujeito “disperso entre essas diferentes relações de objeto ou *grupos*

[666]

delas". Nós é que o sublinhamos aqui, para distinguir também sua possibilidade de uma multiplicidade sem agrupamento: puro reflexo cambiante de Todo-Uns, os quais, apesar de cada um abranger uma alternância, nem por isso estão engastados em nenhum leque.

Seja como for, essa união do sujeito com o objeto, como podemos reconhecê-la, é o ideal evocado desde sempre como princípio de uma teoria clássica do conhecimento, fundamentada na conaturalidade pela qual o conhecedor, em seu processo, vem a co-nascer¹⁵ no conhecido. Como não ver que é precisamente contra isso que se ergue toda a experiência psicanalítica, na fragmentação que ela revela ser original na combinatória do inconsciente e estruturante na decomposição da pulsão?

Em suma, quando Daniel Lagache mais se aproxima de dizer que "essa ausência do sujeito coerente é o que melhor caracteriza a organização do Isso", diríamos que essa ausência do sujeito, que no Isso não organizado produz-se em algum lugar, é a defesa a que podemos chamar natural, por mais marcado pelo artifício que seja esse círculo queimado na mata das pulsões, por ela oferecer às outras instâncias o lugar em que acampar para organizar os seus.

Esse lugar é justamente aquele a que toda coisa é chamada para ser lavada da falha, que ele possibilita por ser o lugar de uma ausência: é que nem toda coisa pode existir. Por essa matriz simplíssima da primeira contradição, ser ou não ser, não basta constatar que o juízo de existência funda a realidade, mas é preciso articular que ele só pode fazê-lo ao resgatá-la do suporte instável em que a recebe de um juízo da atribuição que já se afirmou.

[667]

É a estrutura desse lugar que exige que o nada esteja no princípio da criação e que, promovendo como essencial em nossa experiência a ignorância em que se acha o sujeito, pelo real do qual recebe sua condição, impõe ao pensamento psicanalítico ser criacionista, ou seja, não se contentar com nenhuma referência evolucionista. Pois a experiência do desejo em que lhe é preciso manifestar-se é justamente a da falta-a-ser pela qual todo ente poderia não ser ou ser outro, ou, em outras palavras, é criada

15. O verbo usado é *co-naître*, homófono de *connaître* (conhecer). (N.E.)

como existente. Crença que se pode demonstrar que está no princípio do desenvolvimento galileano da ciência.

Digamos apenas que esse lugar não invoca nenhum ser supremo, já que, lugar de Mais-Ninguém, só pode ser de alhures que se faz ouvir o *é* do impessoal, do qual, no devido tempo,¹⁶ nós mesmos articulamos a questão quanto ao Isso. Ela não depara, essa questão cujo significante o sujeito pontua, com outro eco senão o silêncio da pulsão de morte, que foi preciso que entrasse em jogo para provocar o fundo de depressão reconstituído pela sra. Melanie Klein no talento que a guia ao longo das fantasias.

Ou então ela se reitera no susto da resposta de um Ulisses mais esperto que o da fábula: aquele, divino, que faz de bobo um outro Polifemo, belo nome para o inconsciente, com um escárnio superior, fazendo-o protestar que não é ninguém ao mesmo tempo em que clama ser uma pessoa, antes de cegá-lo ao lhe dar um olho.

III. *Dos ideais da pessoa*

O Eu, eis esse olho, diríamos nós, para apressar agora os rodeios de nossa marcha, ao contrário das perplexidades que Daniel Lagache decanta admiravelmente em seu texto com respeito à autonomia do Eu, intra-sistêmica, em suas palavras, que nunca se evidencia tanto quanto ao servir à lei de um outro, muito exatamente sofrendo-a por se defender dela, a partir de desconhecê-la.

[668]

É nesse labirinto que desde sempre tento ajudar os nossos com um plano de vôo.

Digamos que, graças às sugestões de Daniel Lagache, eu lhe tenha acrescentado alguma coisa.

Pois essa distinção entre o lugar preparado para o sujeito sem que ele o ocupe e o Eu que ali vem se alojar traz a resolução da maior parte das aporias detalhadas por Daniel Lagache — e até a explicação de alguns equívocos, como, por exemplo, da estranheza que Daniel Lagache atribui ao inconsciente e a qual,

16. Num discurso em memória ao centenário de Freud, coligido sob o título “A coisa freudiana”, cf. p.402.

no entanto, ele sabe que só se produz no encontro do sujeito com a imagem narcísica, e acrescento, à luz do que acabo de introduzir: quando o sujeito depara com essa imagem em condições que lhe evidenciam que ela usurpa seu lugar.

No princípio das verdadeiras resistências com que se lida nos dédalos do que floresce de teórico sobre o Eu na psicanálise, existe a simples recusa a admitir que o Eu seja ali, por direito, aquilo que revela ser na experiência: uma função de desconhecimento.

Essa resistência apóia-se no fato de que é preciso conhecermos algo da realidade para subsistir nela, e de que é obviamente prático que a experiência acumulada no Eu, especialmente no pré-consciente, nos forneça os referenciais que nela se revelem mais seguros. Só que se esquece, e não convém nos surpreendermos por serem os psicanalistas que o esquecem, que esse argumento fracassa quando se trata... dos efeitos do inconsciente. Ora, esses efeitos estendem sua dominação sobre o próprio Eu: foi inclusive para afirmá-lo expressamente que Freud introduziu sua teoria das relações entre o Eu e o Isso — logo, para ampliar o campo de nossa ignorância, e não de nosso saber; e revalidar o poder do Eu, como ele fez em seguida, responde a uma outra questão totalmente diversa.

Com efeito, é porque e na medida em que o Eu vem servir ao lugar deixado vago para o sujeito que ele só pode introduzir ali a distorção que, por traduzir para o inglês a *Entstellung* principal em qualquer pulsão, tornou-se agora o esteio, em nosso vocabulário, de um outro erro: o de crer que o problema da psicanálise estaria em corrigir sabe-se lá qual curvatura do Eu. Ora, não é da espessura mais ou menos grossa da lente que dependem as deformações que nos impressionam. Sempre há de haver uma, de fato, já que, de qualquer modo, o olho nu a comporta. É porque a lente vem no lugar de onde o sujeito poderia olhar, e ali se coloca na lâmina de microscópio que de fato lhe está ajustada, quando o sujeito olha de alhures, que ele se sobreimprime, pois, para grande azar do conjunto, no que poderia vir a ser avistado ali.

Uma vez que é do destino exemplar dos esquemas, na medida em que eles são geométricos, digamos, prestar-se às intuições do erro justamente do Eu, partamos daquilo que sustenta de inerradicável a imprudente figuração, à qual Freud deu curso,

[669]

das relações do Eu com o Isso,¹⁷ à qual chamaremos ovo-no-olho. Figura célebre a encher as cacholas, onde é privilegiada por condensar num significativo sugestivo de sabe-se lá que dopagem lecitínica da nutrição a metáfora da mancha embrionária, na protuberância mesma que se supõe representar ali a diferenciação — “superficial”, há quem se rejubile com isso — que lhe é trazida do mundo externo. No que se lisonjeia, pelas vias da surpresa (em todos os sentidos da palavra) próprias do inconsciente, um geneticismo em que se prolongam num uso de primata os antigos engodos do conhecimento amoroso.

Não é que desses engodos devamos desdenhar, por menos que eles sejam sustentáveis numa ciência rigorosa. Afinal, eles preservam todo o seu valor no plano do artesanato, e do folclore, por assim dizer. Podem até ser de valia bastante apreciável na cama. Mas cabe nisso o esclarecimento, do qual a técnica pouco permite esperar, de um acesso que lhes seria natural: aí está a pastoral de Longo¹⁸ para nos mostrar um pouco disso, bem como as aprendizagens em geral em que se formam os famosos *habitus* da psicologia escolástica.

Mas acertemos as contas com o ovo ciclope. Ele não passa de uma concha, da qual, aliás, a dupla barra que se ramifica sobre sua curva indica com clareza o vazio, com a imagem da fenda que a remete ao cofrinho com que a identificamos antes. Quanto à pérola,¹⁹ evocadora de uma tumescência lavateriana, digamos que ela passeia quase sempre pelo interior, fazendo as

[670]

17. Encontra-se essa imagem na página 252 do vol.XIII dos GW. Examinando-a bem, ela confirma o alcance que damos aos objetivos de Freud, no interesse que ele confere ao eu em sua segunda tópica.

18. Ou Lóggos, romancista grego do século III ou IV a quem se atribui o romance pastoral *Dafne e Cloé*. (N.E.)

19. Lacan usa *loupe*, que tanto denota a pérola bruta ou a pedra preciosa com um defeito que prejudica sua transparência, quanto um cisto sebáceo, um nó da madeira ou o instrumento óptico chamado lupa. É na acepção de cisto (ou tumescência) que o termo evoca Johann Lavater (1741-1801), escritor e pensador suíço de língua alemã cuja *Arte de estudar a fisionomia*, deduzindo o caráter pelos traços do rosto, esteve em grande voga no século XIX. (N.E.)

um engaste e alguns berloques para que nos vejamos providos do chocalho dos doidos varridos, antídoto do humanismo e reconhecido desde Erasmo como lhe dando seu sabor.

É da própria rotina de nosso ensino fazer a distinção entre o que a função do Eu impõe ao mundo em suas projeções imaginárias e os efeitos de defesa que elas retiram de mobiliar o lugar onde se produz o juízo.

E, afinal, não é tudo isso sabido e rebatido desde sempre? E por que precisa Freud acrescentar à sua indicação que um juízo deve vir no lugar do recalque, senão porque o recalque já está no lugar do juízo? E, quando contestam a função que definimos, segundo Freud, como sendo a da *Verwerfung* (foraclusão), acaso crêem refutar-nos ao observar que o verbo do qual esta é a forma nominal é aplicado por mais de um texto ao juízo? Somente o lugar estrutural em que se produz a exclusão de um significante varia entre os processos de uma judicatura unificada pela experiência analítica. Aqui, é na própria sínfise do código com o lugar do Outro que jaz a falta de existência que nem a totalidade dos juízos de realidade em que se desenvolve a psicose conseguirá preencher.

Destacamos aqui o caráter oportuno da revisão feita por Daniel Lagache das relações do inconsciente com o pré-consciente, apenas para lembrar, aos que pretendem argumentar contra nós com a ligação que Freud estabelece entre o sistema pré-consciente e as lembranças verbais, que não se deve confundir a reminiscência dos enunciados com as estruturas da enunciação, as ligações de Gestalt, mesmo fortalecidas, com as tramas da rememoração — enfim, que, se as condições de representabilidade fazem infletir o inconsciente segundo suas formas imaginárias, é preciso uma estrutura comum para que um simbolismo, por mais primitivo que se o suponha no inconsciente, possa, e esse é seu traço essencial, *ser traduzido* num discurso pré-consciente (cf. a carta 52 a Fliess, por nós sempre lembrada).

Convém, enfim, concentrarmos nossas observações na distinção magistral que Daniel Lagache introduz entre as funções do Eu Ideal e do Ideal do Eu.²⁰ Não é por aí que se deve julgar a

[671]

20. "(...) a antinomia do Eu Ideal e do Supereu-Ideal do Eu, da identificação narcísica com a onipotência e da submissão com a onipotência (...)". Idem, p.46.

solidez de fundamento da tese pela qual seu estudo se conduz numa via personalista?

Se, com efeito, a psicanálise não trouxesse para o problema da pessoa alguma transformação, por que tentar enquadrar seus dados numa perspectiva que, no fim das contas, quase não se comprovou neste século?

Cabe lembrar aqui que a *persona* é uma máscara, não um simples jogo da etimologia; isso equivale a evocar a ambigüidade do processo pelo qual essa noção veio a ganhar valor, por encarnar uma unidade que se afirmaria no ser.

Ora, o primeiro dado de nossa experiência é mostrar-nos que a figura da máscara, embora se divida ao meio, não é simétrica — para dizê-lo numa imagem, que ela conjugue dois perfis cuja unidade só se sustenta pelo fato de a máscara permanecer fechada, mas com sua discrepância indicando que é preciso abri-la. Mas, que dizer do ser, se por trás dele não há nada? E, se há ali apenas um rosto, que dizer da *persona*?

Observemos aqui que, para diferenciar o Eu Ideal do Ideal do Eu como função, senão como estrutura, Daniel Lagache toma o caminho, que havia inicialmente repellido, de uma descrição “do que é diretamente observável” numa análise clínica. Cremos manter-nos fiéis a sua letra, de finura sumamente cativante, assim a parafraseando: na relação do sujeito com o outro da autoridade, o Ideal do Eu, seguindo a lei de agradar, leva o sujeito a se desagradar ao sabor da ordem; o Eu Ideal, com o risco de desagradar, só triunfa ao agradar a despeito da ordem.

Aqui, esperamos de Daniel Lagache que ele retorne a sua colocação de uma estrutura “distante da experiência”. Pois, não se sustentando em parte alguma no fenômeno, não é maior o risco de se confiar em miragens, já que se pode dizer que, ao menos sob um aspecto, essas instâncias se dão como tais na vivência, o Ideal de Eu como modelo, o eu ideal como aspiração — e como! —, para não dizer, antes, como sonho. É o caso de recorrer ao que a experimentação analítica nos permite construir de metapsicologia.

O fato de Freud distinguir os dois termos da maneira mais segura, uma vez que se trata de uma interversão que se produz num mesmo texto, ainda que nem assim consigamos distingui-los o emprego nesse texto, mais deveria causar inquietação — posto que o uso do significante em Freud, ao que saibamos, não

[672]

é nem um pouco viscoso. Ou será que cabe entender que sua tópica não é personalista?

Deixo de lado o que os vislumbres de Nunberg, de um lado, e de Fromm, do outro, têm de mais ou menos estrutural ou personalista, bem como a arbitragem de Fenichel, neles encontrando, como é comum nesses debates, muita desenvoltura, demasiada para meu gosto, como se sabe.

E vou me expor a mostrar minha própria insuficiência, informando a Daniel Lagache sobre o que o excesso de nossas ocupações o deixou ignorar, ou seja, sobre o “modelo” propriamente dito em que eu mesmo tentei, no primeiro ano de meu seminário no Sainte-Anne, pôr em funcionamento, na estrutura, as relações do Eu Ideal com o Ideal do Eu.

Trata-se de um modelo óptico, ao qual sem dúvida o exemplo de Freud me autoriza, não sem se motivar, para mim, numa afinidade com os efeitos de refração condicionados pela clivagem entre o simbólico e o imaginário.

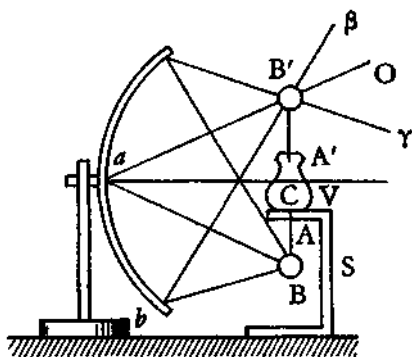
Situemos primeiramente o aparelho um tanto complexo pelo qual, como é regra em casos similares, a analogia irá fundamentar o valor de uso como modelo.

Sabemos que um espelho esférico pode produzir, de um objeto situado no ponto de seu centro de curvatura, uma imagem que lhe é simétrica, mas sobre a qual o importante é que ela é uma imagem real. Em certas condições — como as de uma daquelas experiências que só tinham valor por um interesse ainda inocente pelo domínio do fenômeno, relegadas que estão hoje à categoria da física de entretenimento —, essa imagem pode ser fitada pelo olho em sua realidade, sem o médium comumente empregado de uma tela. É o caso da chamada ilusão do buquê invertido, que encontraremos descrita, para lhe dar uma referência séria, em *L'Optique et photométrie dites géométriques* (eis de novo nossa geometria), de Bouasse, personagem aliás curioso da história do ensino, e obra a ser consultada na página 86, para o que diz respeito a nosso objeto, restando nas outras alguns dispositivos que, apesar de menos inúteis, seriam igualmente propícios ao pensamento (4a. ed., Delagrave, 1947). Eis a imagem reproduzida da página 87, da qual, como comentário integral, diremos que o buquê real, escondido dentro da caixa S, “para contribuir”, como escreve Bouasse, “para o efeito surpresa”, parece surgir, para o olho acomodado no vaso V que fica sobre

[673]

a caixa, precisamente do gargalo A' do citado vaso, onde a imagem B' se realiza nitidamente, a despeito de uma certa deformação que a forma irregular do objeto deve tornar bastante tolerável.

FIG. 1:



Contudo, é preciso ter em mente que a ilusão, para se produzir, exige que o olho se situe no interior do cone B', formado por uma geratriz que une cada um dos pontos da imagem B' ao contorno do espelho esférico, e que, sendo muito pequeno para cada um dos pontos da imagem o cone de raios convergentes apreendido pelo olho, daí resulta que a imagem será tão mais nitidamente situada em sua posição quanto maior for sua distância do olho, dando essa distância ao olho um campo maior para o deslocamento linear que, mais ainda do que a acomodação, lhe permite situar essa posição, desde que a imagem não vacile em demasia com o deslocamento.

O cuidado que temos com a apresentação desse aparelho tem por finalidade dar consistência à montagem com que iremos completá-lo, para lhe permitir funcionar como modelo teórico.

[674]

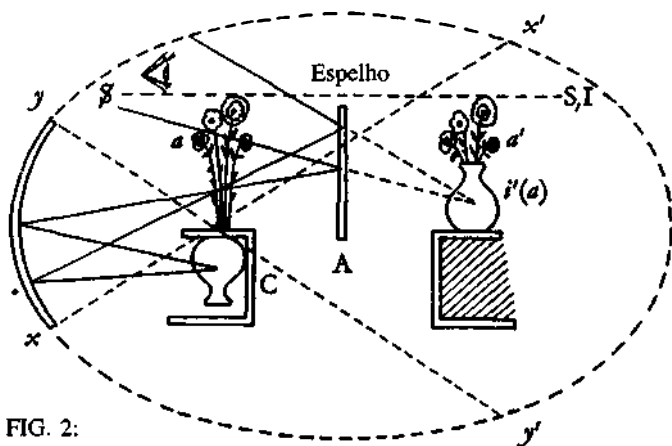
Não fazemos nesse modelo, inclusive em sua natureza óptica, senão seguir o exemplo de Freud, exceto que ele sequer nos oferece material, entre nós, para prevenir uma possível confusão com algum esquema de uma via de condução anatômica.

É que as ligações que ali irão aparecer, à maneira analógica, relacionam-se claramente, como veremos, com estruturas (intra-) subjetivas como tais, representando a relação com o outro e permitindo distinguir nela a dupla incidência do imaginário e do

simbólico. Distinção cuja importância ensinamos para a construção do sujeito, a partir do momento em que é preciso pensarmos o sujeito como o sujeito em que isso pode falar, sem que ele nada saiba a respeito (e do qual até convém dizer que nada sabe a seu respeito enquanto fala).

Para isso, é preciso imaginar, em conformidade com a figura 2: (1^o) que o vaso está no interior da caixa e que sua imagem real vem a circundar com seu gargalo o buquê de flores já montado acima dele — o qual desempenhará, para um olho eventual, o papel de suporte de acomodação que acabamos de indicar como necessário para que se produza a ilusão, a ser doravante designada como a do vaso invertido; (2^o) que um observador situado em algum lugar dentro do aparelho, digamos, entre as próprias flores, ou, a bem da clareza da exposição, na borda do espelho esférico — de qualquer modo, fora de alcance para discernir a imagem real (razão por que ela não é representada na figura 2) —, busca realizar sua ilusão na imagem virtual que um espelho plano, situado em A, pode dar da imagem real, o que é concebível sem forçar as leis da óptica.

[675]



Bastará, para que o sujeito *S* veja essa imagem no espelho A, que sua própria imagem (no espaço virtual gerado pelo espelho, e sem que por isso ele seja obrigado a vê-la, por menos que se

encontre fora de um campo ortogonal à superfície do espelho, cf. a figura 2 e a linha pontilhada $\$S$), que sua própria imagem, dizíamos, venha, no espaço real (ao qual corresponde ponto a ponto o espaço virtual gerado por um espelho plano), situar-se no interior do cone que delimita a possibilidade da ilusão (campo $x'y'$ na figura 2).

O funcionamento desse modelo, de um lado, abarca a função de desconhecimento que nossa concepção do estádio do espelho instaura como princípio da formação do Eu. Ele permite enunciá-la de uma forma que se pode dizer generalizada, ligando melhor à estrutura os efeitos da assunção da imagem especular, tais como supusemos poder interpretá-los no momento jubilatório em que ela é eletivamente observada, do 6º ao 18º mês, baseando-os numa prematura percepção inscrita numa discordância do desenvolvimento neurológico.

As relações entre as imagens $i'(a)$ e $i(a)$, em nosso modelo, não devem ser tomadas à letra de sua subordinação óptica, mas como sustentando uma subordinação imaginária análoga.

Em $i'(a)$, com efeito, não há somente o que o sujeito do modelo espera dela, porém já uma forma do outro que sua pregnância, não menos do que o jogo das relações de imponentia que aí se iniciam, introduz como um princípio de falso domínio e de alienação intrínseca, numa síntese que requer uma adequação bem diferente.

Foi para representar as condições desta, em sua anterioridade de princípio, que pusemos a ilusão da imagem $i(a)$ no começo de nosso modelo.

Se essa imagem decorre de uma subjetivação, com efeito, é primeiramente pelas vias da autocondução, figuradas no modelo pelo reflexo no espelho esférico (que podemos tomar, *grossomodo*, como representando numa imagem alguma função global do córtex). E o que o modelo também indica, pelo vaso oculto na caixa, é o pouco acesso que o sujeito tem à realidade desse corpo, perdida por ele em seu interior, no limite em que redobra de camadas coalescentes a seu invólucro, e vindo costurar-se neste em torno dos anéis orificiais, ele o imagina como uma luva que pode ser virada pelo avesso. Existem técnicas corporais em que o sujeito tenta despertar em sua consciência uma configuração dessa obscura intimidade. Por estar longe de ter a ver com elas, o processo analítico, como se sabe, escande o progresso

[676]

libidinal com ênfases colocadas no corpo como continente e em seus orifícios.

Além disso, a análise contemporânea, mais especialmente, liga a maturação desse progresso a algo que ela designa como relação de objeto, e é disso que acentuamos a função norteadora, representando-a pelas flores *a* de nosso modelo, ou seja, pelos próprios objetos em que se apóia a acomodação que permite ao sujeito perceber a imagem *i(a)*.

Mas não sem que tal modelo zele por nos poupar dos preconceitos para os quais pendem as concepções mais correntes dessa relação. Pois, ao adquirir um efeito de parábola, ele nos permite apontar a pouca naturalidade implícita na influência de um gargalo, ainda por cima imaginário, sobre elementos — os caules — cujo feixe, totalmente indeterminado em sua ligação, não o é menos em sua diversidade.

É que, do mesmo modo, a noção de objeto parcial parece-nos ser o que a análise descobriu aqui de mais exato, porém ao preço de postulados sobre uma totalização ideal desse objeto na qual se dissipa o benefício dessa descoberta.

Assim, não nos parece evidente que a fragmentação das funções de relação, que articulamos como primordial no estádio do espelho, seja o garante de que a síntese irá aumentando na evolução das tendências. A fábula de Menenius Agrippa sempre nos pareceu atestar, qualquer que tenha sido o sucesso de sua lábia, que a pretensa harmonia orgânica, para ordenar os desejos, sempre causou um certo rebuliço. E não cremos que Freud tenha aberto nossos olhos para a sexualidade e seus fins para que a análise viesse somar suas próprias monices aos esforços seculares dos moralistas no sentido de reduzir os desejos do homem às normas de suas necessidades.

[677]

Seja como for, a antinomia das imagens *i(a)* e *i'(a)*, por se situar para o sujeito no imaginário, resolve-se num transitivismo constante. Assim se produz esse Eu-Ideal-Eu cujas fronteiras, no sentido como as entende Federn, devem ser tomadas como dando suporte à incerteza e permitindo a retificação, como perpetuando o equívoco de circunscrições diferentes conforme seu status, e até como admitindo em seu complexo zonas francas e feudos encravados.

O que nos retém é que uma psicanálise, que funciona no simbólico — o que não é contestável, caso seu processo seja de

conquista do inconsciente, de avento da história e de reconstrução do significante, se não denegarmos simplesmente que seu meio seja de fala —, que uma psicanálise seja capaz de reformular um Eu assim constituído em seu status imaginário.

Aqui, se o fenômeno do esvaecimento, diríamos de *fading*, do qual Lagache dota o Eu-sujeito, nos parece efetivamente notável, não é para nos contentarmos com ele por encontrar nisso a direção de uma noese abstrata, mas para conotá-lo com o efeito estrutural em que tentamos constituir o lugar do sujeito numa elisão do significante.

O Ideal do Eu é uma formação que surge nesse lugar simbólico. E é nisso que ele se prende às coordenadas inconscientes do Eu. Para dizê-lo, Freud escreveu sua segunda tópica, e, tendo-o dito, como ao lê-lo fica perfeitamente claro, nem por isso ele o fez para franquear o retorno do eu autônomo.

Pois a questão que ele inaugura na *Psicologia das massas e análise do Eu* é a de como um objeto, reduzido a sua realidade mais estúpida, porém colocado por um certo número de sujeitos numa função de denominador comum, que confirma o que diremos de sua função de insígnia, é capaz de precipitar a identificação com o Eu Ideal, inclusive no débil poder do infortúnio que no fundo ele revela ser. Será preciso lembrarmos, para tornar inteligível a importância dessa questão, a figura do Führer e os fenômenos coletivos que deram a esse texto seu peso de vidência no cerne da civilização? — Sim, sem dúvida, já que, por uma cômica inversão daquilo que Freud quis trazer de remédio para o mal-estar dela, foi na comunidade à qual ele legou o cuidado com este, que a síntese de um Eu forte se enunciou como palavra de ordem, no cerne de uma técnica em que o praticante se concebe como surtindo efeito por encarnar, ele mesmo, esse Ideal.

[678]

Como quer que seja, esses dois exemplos não se prestam para relegar a função da fala aos determinantes que buscamos como a mola superior da subjetivação.

Sabemos que essa mola da fala, em nossa topologia, nós a designamos pelo Outro, conotado com um A maiúsculo, e é a esse lugar que corresponde, em nosso modelo, o espaço real ao qual se superpõem as imagens virtuais “por trás do espelho” A (quer nossa convenção faça o sujeito ter acesso a ele por deslocamento livre, ou por ser o espelho sem aço, e portanto,

transparente a seu olhar, como que ajustando sua posição por um I qualquer).

Seria um erro acreditarmos que o Outro maiúsculo do discurso possa estar ausente de alguma distância tomada pelo sujeito em sua relação com o outro, que se opõe a ele como o pequeno outro, por ser o da díade imaginária. E, se a tradução personalista que Daniel Lagache quer fornecer da segunda tópica de Freud nos parece, de qualquer modo, não poder ser exaustiva, ela fica ainda menos à altura desta pelo fato de o autor se contentar com a distância entre dois termos recíprocos, por meio da intersubjetividade da qual extrai seu princípio.

É que o Outro em que o discurso se situa, sempre latente na triangulação que consagra essa distância, não o é a tal ponto que não se exponha até mesmo na relação especular em seu momento mais puro: no gesto pelo qual a criança diante do espelho, voltando-se para aquele que a segura, apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo *ela já estava*.

Mas isso já não nos deve enganar no que concerne à estrutura da presença que é aqui evocada como terceiro: ela não deve nada à anedota do personagem que a encarna.

Não subsiste nela senão aquele ser cujo advento só é apreendido ao não ser mais. Tal como o encontra o tempo mais ambíguo da morfologia do verbo em francês, aquele que se designa como imperfeito. *Ele estava lá* contém a mesma duplicidade em que fica suspenso *um instante depois, a bomba explodia*, onde, na falta do contexto, não se pode deduzir se o acontecimento sucedeu ou não.

Esse ser se coloca, no entanto, com a anterioridade de limite que o discurso lhe assegura, naquela reserva de atributos em que dizemos que o sujeito tem que forjar um lugar.

Se nossos analistas de hoje desconhecem, com essa dimensão, a experiência que retiram de Freud, a ponto de só encontrarem nela pretexto para renovar um genetismo que só pode ser sempre o mesmo, já que é um erro, sua falha se denuncia pelo simples ressurgimento, em suas teorias, de velhos estigmas, como a famosíssima cenestesia, onde se assinala a falta do ponto terceiro naquilo que, afinal, nunca é mais do que um recurso canhestro à noese. Mas, sem dúvida, nada pode ensinar-lhes coisa alguma, já que eles nem sequer acusam o golpe que sua idéia do

[679]

desenvolvimento recebe das chamadas realidades do hospitalismo, onde, no entanto, os cuidados prestados aos bebês não conseguem revelar outra carência senão o *anonimato* em que eles se distribuem.

Mas, esse lugar do sujeito original, como haveria este de encontrá-lo na elisão que o constitui como ausência? Como reconheceria ele esse vazio como a Coisa mais próxima, mesmo escavando-o de novo no seio do Outro, por nele fazer ressoar *seu* grito? Antes, ele se comprazera em encontrar ali as marcas de resposta que tiveram o poder de fazer de seu grito um apelo. Assim ficam circunscritas na realidade, pelo traço do significante, as marcas onde se inscreve a onipotência da resposta. Não é à toa que essas realidades são chamadas de insígnias. O termo, aqui, é nominativo. É a constelação dessas insígnias que constitui para o sujeito o Ideal do Eu.

Nosso modelo mostra que é ao se situar nela como I que ele fita o espelho A, para obter, entre outros efeitos, uma dada miragem do Eu Ideal.

É justamente essa manobra do Outro que o neurótico efetua, para renovar incessantemente aqueles esboços de identificação na transferência selvagem que legitima nosso emprego do termo neuroses de transferência.

Não está nisso, diremos por quê, toda a mola subjetiva do neurótico. Mas podemos tirar partido de nosso modelo para interrogá-lo sobre o que advém dessa manobra do Outro na própria psicanálise.

Sem nos iludirmos quanto ao alcance de um exercício que só ganha importância por uma analogia grosseira com os fenômenos que permite evocar, propomos, na figura 3, uma idéia do que se passa em virtude de o Outro ser então o analista, pelo fato de o sujeito fazer dele o lugar de sua fala.

[680]

Uma vez que a análise se sustenta no que o sujeito ganha por assumir como de sua lavra seu discurso inconsciente, seu trajeto se transpõe para o modelo numa translação do § para os significantes do espaço “atrás do espelho”. Assim, a função do modelo é dar uma imagem de como a relação com o espelho, isto é, de como a relação imaginária com o outro e a captura do Eu Ideal servem para arrastar o sujeito para o campo em que ele se hipostasia no Ideal do Eu.

Sem entrar num detalhe cujo recurso pareceria forçado, podemos dizer que, ao se apagar progressivamente até uma posição a 90° de sua partida, o Outro, como espelho em A, pode levar o sujeito de S_1 a ocupar, por uma rotação quase dupla, a posição S_2 em I, de onde ele só tinha um acesso virtual à ilusão do vaso invertido na figura 2; só que, nesse percurso, a ilusão está fadada a enfraquecer com a busca que ela guia: onde se confirma que os efeitos de despersonalização constatados na análise, sob aspectos diversamente distintos, devem ser considerados menos como sinais de limite do que como sinais de travessia.

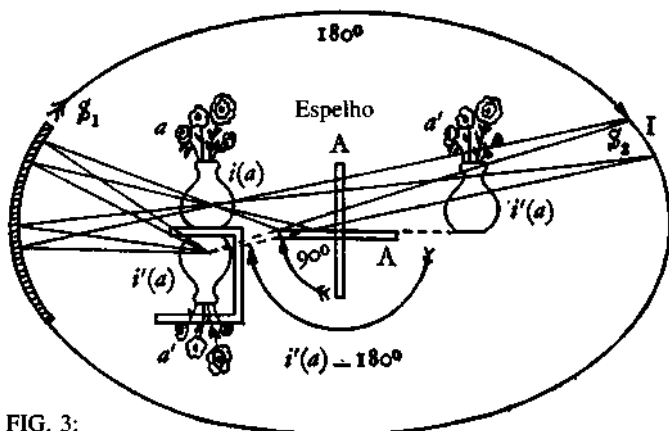


FIG. 3:

Pois o modelo demonstra ainda que, quando o olho S atinge a posição I, de onde percebe diretamente a ilusão do vaso invertido, nem por isso ele vê refazer-se no espelho A, agora horizontal, uma imagem virtual $i'(a)$ do mesmo vaso, invertendo novamente, por assim dizer, a imagem real, e se opondo a ela, assim como à árvore seu reflexo numa água, morta ou viva, dá raízes de sonho.

Brincadeiras da margem com a onda, note-se, com as quais se encantou, desde Tristão o Eremita até Cyrano, o maneirismo pré-clássico, não sem motivação inconsciente, já que nisso a poesia não fez senão antecipar-se à revolução do sujeito, que se conota na filosofia por levar a existência à função de atributo

[681]

primordial, não sem extrair seus efeitos de uma ciência, uma política e uma sociedade novas.

Acaso não se explicam as complacências da arte que a acompanha pelo valor dado, na mesma época, aos artifícios da anamorfose? Pelo divórcio existencial em que o corpo se esvaece na espacialidade, artifícios estes que instalam no próprio suporte da perspectiva uma imagem oculta, reevocando a substância que nela se perdeu? Assim, poderíamos divertir-nos em nosso modelo, se ele fosse realizável, com o fato de o vaso real em sua caixa, em cujo lugar surge o reflexo do espelho A, conter as flores *a'* imaginárias, ao passo que, por ser feita de uma imagem mais real, é a ilusão do vaso invertido que contém as flores *a* verdadeiras.

Aquilo de que ele produz a imagem, portanto, é o mesmo estado que Michael Balint descreve como a efusão narcísica em que se assinala, em sua opinião, o fim da análise. Sua descrição seria melhor, com efeito, se ele notasse aí um entrecruzamento análogo, onde a própria presença, especular, do indivíduo no outro, ainda que encubra sua realidade, desvela sua ilusão do eu com respeito a uma consciência do corpo como que congelada, enquanto o poder do objeto *a*, que, ao cabo de toda a maquinação, centra essa consciência, faz com que entre na categoria das vaidades seu reflexo nos objetos *a'* da concorrência onivalente.

O paciente, no estado de elação que daí resulta, crê, no dizer de Michael Balint, haver trocado seu eu pelo do analista. Auguremos-lhe que não seja nada disso.

Pois, mesmo que seja esse seu término, não está nisso o fim da análise, e, ainda que vejamos aí o fim dos meios que a análise empregou, não se trata dos meios de seu fim.

Isso quer dizer que nosso modelo destacou-se numa fase preliminar de nosso ensino em que nos era preciso desentulhar o imaginário como demasiadamente valorizado na técnica. Já passamos desse ponto.

[682]

Chamamos atenção para o desejo, sobre o qual se costuma esquecer que, muito mais autenticamente do que uma busca de ideal, é ele que regula a repetição significativa do neurótico e sua metonímia. Não é nesta observação que diremos como lhe é preciso sustentar esse desejo como insatisfeito (e eis a histérica) ou como impossível (e eis o obsessivo).

É que nosso modelo não torna mais clara a posição do objeto *a*. Pois, por dar imagem a um jogo de imagens, ele não pode descrever a função que esse objeto recebe do simbólico.

Justamente aquela que lhe confere seu uso como arma no posto avançado fóbico, contra a ameaça do desaparecimento do desejo; e como fetiche na estrutura perversa, como condição absoluta do desejo.

O *a*, objeto do desejo, no ponto de partida em que o situa nosso modelo, é, tão logo funciona nele..., o objeto do desejo. Isso quer dizer que, como objeto parcial, ele não é apenas parte ou peça desvinculada do dispositivo que aqui imagina o corpo, mas elemento da estrutura desde a origem e, por assim dizer, da distribuição das cartas da partida que se joga. Na medida em que é selecionado nos apêndices do corpo como indício do desejo, ele já é o expoente de uma função que o sublima antes mesmo que ele a exerça — a do indicador erguido para uma ausência da qual o *será?* nada tem a dizer, a não ser que ela é de onde isso fala.

É por isso mesmo que, refletido no espelho, ele não fornece apenas *a'*, o padrão da troca, a moeda pela qual o desejo do outro entra no circuito dos transitivismos do Eu Ideal. Ele é restituído ao campo do Outro na função de expositor do desejo no Outro.

É isso que lhe permite assumir, no verdadeiro término da análise, seu valor eletivo, figurar na fantasia aquilo diante do qual o sujeito se vê abolir-se, realizando-se como desejo.

Para ter acesso a esse ponto, situado para-além da redução dos ideais da pessoa, é como objeto *a* do desejo, como aquilo que ele foi para o Outro em sua ereção de vivente, como o *wanted* ou o *unwanted* de sua vinda ao mundo, que o sujeito é chamado a renascer para saber se quer aquilo que deseja... É esse o tipo de verdade que, com a invenção da análise, Freud trouxe à luz.

Esse é um campo em que o sujeito, com sua pessoa, tem que pagar sobretudo pelo resgate de seu desejo. E é nisso que a psicanálise ordena uma revisão da ética. [683]

É visível, ao contrário, que, para fugir dessa tarefa, há quem se preste a todos os abandonos, inclusive a tratar, como agora vemos numa obediência freudiana, os problemas da assunção do sexo em termos de papel!

O mesmo acontece com a lei moral, e pela mesma razão que nos faz caminhar da linguagem para a fala. E descobrir que o Supereu, em seu imperativo íntimo, é de fato “a voz da consciência”, isto é, antes de mais nada uma voz, bastante vocal, e sem maior autoridade senão a de ser uma voz grossa: a voz sobre a qual pelo menos um texto da Bíblia nos diz que ela se fez ouvir pelo povo aglomerado em torno do Sinai, não sem que esse artifício sugira que, em sua enunciação, ela lhe devolveu seu próprio rumor, nem por isso sendo menos necessárias as Tábuas da Lei para conhecer seu enunciado.

Ora, nessas tábuas, para quem sabe ler, nada se escreveu à parte as leis da própria Fala. O que quer dizer que com a *per-sona* começa de fato a pessoa, mas, onde fica a personalidade? Uma ética se anuncia, convertida ao silêncio, não pelo caminho do pavor, mas do desejo: e a questão é saber como a via de conversa da experiência analítica conduz a ela.

Calar-nos-emos aqui sobre sua direção prática.

Mas, teoricamente, será mesmo o desprendimento do Eu que se pode dar-lhe como objetivo? E que esperar disso, se suas possibilidades, para nos servirmos do termo de Daniel Lagache, na verdade só oferecem ao sujeito a indeterminadíssima saída que o afasta de um caminho árduo demais, aquele do qual se pode pensar que o segredo político dos moralistas sempre consistiu em incitar o sujeito a tirar alguma coisa, com efeito: seu corpo fora do jogo do desejo? O humanismo, nesse jogo, nada mais é que uma profissão diletante.

Acaso *noscit* — ele sabe — traz a figura de uma elisão de *ignoscit*, cuja etimologia mostra que ela tem apenas um falso prefixo, que aliás não quer dizer um não-saber, mas sim o esquecimento que consuma o perdão?

Nesse caso, será que *nescit*, modificando-lhe apenas uma letra, nos deixaria a suspeitar que contém apenas uma negação fingida a posteriori (*nachträglich*)? Pouco importa, já que, similarmente àquelas cuja constância fez sorrir nos objetos metafísicos, essa negação é tão-somente uma máscara: das primeiras pessoas.

A significação do falo Die Bedeutung des Phallus

[685]

Fornecemos aqui, sem modificação de texto, a conferência que proferimos em alemão, em 9 de maio de 1958, no Instituto Max Planck de Munique, onde o professor Paul Matussek nos havia convidado a falar.

Nela avaliaremos, sob a condição de dispormos de alguns referenciais sobre os modos mentais que, na época, regiam meios não muito desinformados, a maneira como os termos que fomos os primeiros a extrair de Freud, como “a outra cena”, para tomar um que é aqui citado, puderam repercutir então.

Caso o a posteriori (*Nachtrag*), para retomar outro desses termos da esfera bem pensante em que hoje circulam, torne tal esforço impraticável, aprendamos com isso: eles eram ali inauditos.

Sabemos que o complexo de castração inconsciente tem uma função de nó:

1º. na estruturação dinâmica dos sintomas, no sentido analítico do termo, quer dizer, daquilo que é analisável nas neuroses, nas perversões e nas psicoses;

2º. numa regulação do desenvolvimento que dá a esse primeiro papel sua *ratio*, ou seja, a instalação, no sujeito, de uma posição inconsciente sem a qual ele não poderia identificar-se com o tipo ideal de seu sexo, nem tampouco responder, sem graves incidentes, às necessidades de seu parceiro na relação sexual, ou até mesmo acolher com justeza as da criança daí procriada.

Existe aí uma antinomia interna na assunção de seu sexo pelo homem (*Mensch*): por que deve ele assumir-lhe os atributos apenas através de uma ameaça, ou até mesmo sob o aspecto de uma privação? Sabemos que Freud, em *O mal-estar na cultura*, chegou a sugerir um desconserto não contingente, porém essencial, na sexualidade humana, e que um de seus últimos artigos referiu-se à irredutibilidade, em qualquer análise finita (*endliche*), das seqüelas que resultam do complexo de castração no inconsciente masculino e do *Penisneid* no inconsciente da mulher.

Essa aporia não é a única, mas foi a primeira que a experiência freudiana e a metapsicologia dela resultante introduziram em nossa experiência do homem. Ela é insolúvel por qualquer redução a dados biológicos: a simples necessidade do mito subjacente à estruturação do complexo de Édipo demonstra claramente isso.

[686]

Não passa de um artifício invocar, nessa ocasião, um legado amnésico hereditário, não só porque este é em si discutível, mas porque deixa intacto o problema: qual o vínculo entre o assassinato do pai e o pacto da lei primordial, se nele está implícito que a castração consiste na punição pelo incesto?

É somente com base em fatos clínicos que a discussão pode ser fecunda. Estes demonstram uma relação do sujeito com o falo que se estabelece desconsiderando a diferença anatômica entre os sexos e que, por essa razão, é de interpretação especialmente espinhosa na mulher e em relação à mulher, nomeadamente nos quatro tópicos seguintes:

1º. por que a própria menina se considera, nem que seja por um momento, castrada, na aceção de privada de falo, e castrada pela operação de alguém, que primeiro é sua mãe, ponto importante, e em seguida seu pai, mas de tal maneira que temos de reconhecer nisso uma transferência no sentido analítico do termo;

2º. por que, em ambos os sexos, a mãe, mais primordialmente, é considerada como provida do falo, como mãe fálica;

3º. por que, correlativamente, a significação da castração só adquire de fato (cl clinicamente manifesta) seu alcance eficiente na formação dos sintomas, a partir de sua descoberta como castração da mãe;

4º. esses três problemas culminam na questão da razão, no desenvolvimento, da fase fálica. Sabemos que Freud especifica com esse termo a primeira maturação genital — como aquilo que se caracterizaria, por um lado, pela dominância imaginária do atributo fálico e pelo gozo masturbatório —, e que, por outro lado, localiza esse gozo da mulher no clitóris, assim promovido à função do falo, e com isso parece excluir, nos dois sexos, até o término dessa fase, isto é, até o declínio do Édipo, qualquer localização instintiva da vagina como lugar da penetração genital.

[687]

Essa ignorância é bastante suspeita de desconhecimento, no sentido técnico do termo, ainda mais que às vezes ela é forjada. Não estaria ela apenas de acordo com a fábula em que Longo

nos mostra a iniciação de Dafne e Cloé subordinada aos esclarecimentos de uma velha senhora?

Assim é que certos autores foram levados a considerar a fase fálica como efeito de um recalque, e a função que o objeto fálico assume nela como um sintoma. A dificuldade começa quando se trata de saber *qual* sintoma: fobia, diz um, perversão, diz o outro, e às vezes o mesmo. Neste último caso, depreende-se que nada mais funciona: não que não se apresentem transmutações interessantes do objeto de uma fobia em fetiche, mas, precisamente, se elas são interessantes, é pela diferença de seu lugar na estrutura. Pedir aos autores que formulem essa diferença dentro das perspectivas presentemente favorecidas sob o título de relação de objeto, seria uma vã pretensão. Vã nessa matéria, por falta de outra referência que não seja a noção aproximativa de objeto parcial, jamais criticada desde que Karl Abraham a introduziu — lamentavelmente, visto o comodismo que ela oferece à nossa época.

A verdade é que a discussão atualmente abandonada quanto à fase fálica, ao relermos os textos remanescentes dos anos de 1928-32, revigora-nos por seu exemplo de paixão doutrinal, à qual a degradação da psicanálise, consecutiva à sua transplantação norte-americana, acrescenta um valor de nostalgia.

Se resumíssemos esse debate, só faríamos alterar a autêntica diversidade das posições adotadas por uma Helene Deutsch, uma Karen Horney e um Ernest Jones, para nos limitar aos mais eminentes.

A sucessão dos três artigos que este último consagrou ao assunto é especialmente sugestiva, nem que seja pela visada primordial sobre a qual elaborou, e que marca o termo *aphanisis* por ele forjado. Pois, ao formular com muita precisão o problema da relação da castração com o desejo, ele deixou patente sua incapacidade de reconhecer aquilo que, no entanto, ele tão de perto circunscreveu que o termo com que logo nos daria sua solução pareceu surgir de sua própria deficiência.

Divertimo-nos sobretudo com seu êxito em articular, pautado na própria letra de Freud, uma posição que lhe é estritamente oposta: um verdadeiro modelo num gênero difícil.

Mas nem por isso o peixe se deixa fugar, parecendo ridicularizar, em Jones, seu pleito pelo restabelecimento da igualdade dos direitos naturais (pois não é isso que o leva a encerrá-lo

[688]

com o “E Deus os criou homem e mulher”, da Bíblia?). Na verdade, o que ganhou ele ao normalizar a função do falo como objeto parcial, se teve de invocar sua presença no corpo da mãe como objeto interno — expressão que é função das fantasias reveladas por Melanie Klein —, e se tampouco pôde separar-se da doutrina desta última, relacionando essas fantasias com a recorrência da formação edipiana até os limites da primeira infância?

Não nos enganaremos se retomarmos a questão indagando-nos o que teria imposto a Freud o evidente paradoxo de sua posição. Pois somos forçados a admitir que ele era mais bem guiado do que qualquer um em seu reconhecimento da ordem dos fenômenos inconscientes de que foi o inventor, e que, na falta de uma articulação suficiente da natureza desses fenômenos, seus seguidores estavam fadados a ficar, menos ou mais, aí perdidos.

Foi a partir dessa aposta — que colocamos no princípio de um comentário da obra de Freud em que trabalhamos há sete anos — que fomos levados a certos resultados: em primeiro lugar, promover, como necessária a qualquer articulação do fenômeno analítico, a noção de significante, como oposta à de significado na análise lingüística moderna. Com esta, nascida depois de Freud, ele não podia contar, mas sustentamos que a descoberta freudiana ganha relevo justamente por ter tido que antecipar suas fórmulas, partindo de um campo onde não era possível esperar que se reconhecesse seu domínio. Inversamente, é a descoberta de Freud que confere à oposição entre significante e significado o alcance efetivo em que convém entendê-la, ou seja, que o significante tem função ativa na determinação dos efeitos em que o significável aparece como sofrendo sua marca, tornando-se, através dessa paixão, significado.

Essa paixão do significante, por conseguinte, torna-se uma nova dimensão da condição humana, na medida em que não somente o homem fala, mas em que, no homem e através do homem, isso fala, em que sua natureza torna-se tecida por efeitos onde se encontra a estrutura da linguagem em cuja matéria ele se transforma, e em que por isso ressoa nele, para-além de tudo o que a psicologia das idéias pôde conceber, a relação da palavra.

Eis como podemos dizer que as conseqüências da descoberta do inconsciente ainda não sequer foram vislumbradas na teoria,

embora seu impacto já se faça sentir na práxis mais do que chegamos a avaliá-lo, mesmo traduzido como efeitos de recuo.

Precisemos que essa promoção da relação do homem com o significante como tal nada tem a ver com uma posição “culturalista” no sentido corrente do termo, aquela em que sucedeu a Karen Horney, por exemplo, antecipar-se na querela do falo por sua posição, qualificada por Freud de feminista. Não se trata da relação do homem com a linguagem como fenômeno social, e nem mesmo de uma questão de algo que se pareça com a psicogênese ideológica que conhecemos e que não é superada pelo recurso peremptório à noção totalmente metafísica, por sua petição de princípio de apelo ao concreto, que é derrisoriamente veiculada sob o nome de afeto.

Trata-se de encontrar, nas leis que regem essa outra cena (*eine andere Schauplatz*) que Freud, a propósito dos sonhos, designa como sendo a do inconsciente, os efeitos que se descobrem no nível da cadeia de elementos materialmente instáveis que constitui a linguagem: efeitos determinados pelo duplo jogo da combinação e da substituição no significante, segundo as duas vertentes geradoras de significado constituídas pela metonímia e pela metáfora; efeitos determinantes para a instituição do sujeito. Nessa experiência aparece uma topologia, no sentido matemático do termo, sem a qual logo nos apercebemos de que é impossível sequer notar a estrutura de um sintoma, no sentido analítico do termo.

Isso fala no Outro, dizemos, designando por Outro o próprio lugar evocado pelo recurso à palavra, em qualquer relação em que este intervém. Se isso fala no Outro, quer o sujeito o ouça ou não com seu ouvido, é porque é ali que o sujeito, por uma anterioridade lógica a qualquer despertar do significado, encontra seu lugar significante. A descoberta do que ele articula nesse lugar, isto é, no inconsciente, permite-nos apreender ao preço de que fenda (*Spaltung*) ele assim se constituiu.

O falo é aqui esclarecido por sua função. Na doutrina freudiana, o falo não é uma fantasia, caso se deva entender por isso um efeito imaginário. Tampouco é, como tal, um objeto (parcial, interno, bom, mau etc.), na medida em que esse termo tende a prezar a realidade implicada numa relação. E é menos ainda o órgão, pênis ou clitóris, que ele simboliza. E não foi sem razão

[690]

que Freud extraiu-lhe a referência do simulacro que ele era para os antigos.

Pois o falo é um significante, um significante cuja função, na economia intra-subjetiva da análise, levanta, quem sabe, o véu daquela que ele mantinha envolta em mistérios. Pois ele é o significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante.

Examinemos, portanto, os efeitos dessa presença. Eles são, para começar, os de um desvio das necessidades do homem pelo fato de ele falar, no sentido de que, por mais que suas necessidades estejam sujeitas à demanda, elas lhe retornam alienadas. Isso não é efeito de sua dependência real (que não se suponha reencontrar aí a concepção parasita que é a noção de dependência na teoria da neurose), mas da configuração significante como tal e de ser do lugar do Outro que sua mensagem é emitida.

O que é assim alienado das necessidades constitui uma *Ur-verdrängung*, por não poder, hipoteticamente, articular-se na demanda, aparecendo, porém, num rebento, que é aquilo que se apresenta no homem como o desejo (*das Begehren*). A fenomenologia que se depreende da experiência analítica é de natureza a demonstrar, no desejo, o caráter paradoxal, desviante, errático, excêntrico, e até mesmo escandaloso, pelo qual ele se distingue da necessidade. Isso, inclusive, é um fato tão patente que não deixou de se impor desde sempre aos moralistas dignos desse nome. O freudismo de antanho parecia ter que dar a esse fato seu status. Paradoxalmente, no entanto, a psicanálise redescobre-se na dianteira do obscurantismo de sempre, e ainda mais entorpecida ao negar esse fato num ideal de redução teórica e prática do desejo à necessidade.

Eis por que nos convém articular esse status, aqui, partindo da demanda, cujas características próprias são eludidas na noção de frustração (que Freud nunca empregou).

A demanda em si refere-se a algo distinto das satisfações por que clama. Ela é demanda de uma presença ou de uma ausência, o que a relação primordial com a mãe manifesta, por ser prenhe desse Outro a ser situado *aquém* das necessidades que pode suprir. Ela já o constitui como tendo o “privilégio” de satisfazer as necessidades, isto é, o poder de privá-las da única coisa pela

[691]

qual elas são satisfeitas. Esse privilégio do Outro, assim, desenha a forma radical do dom daquilo que ele não tem, ou seja, o que chamamos de seu amor.

É através disso que a demanda anula (*aufhebt*) a particularidade de tudo aquilo que pode ser concedido, transmutando-o em prova de amor, e as próprias satisfações que ela obtém para a necessidade degradam-se (*sich erniedrigt*) em nada menos do que o esmagamento da demanda de amor (tudo isso sendo perfeitamente sensível na psicologia dos primeiros cuidados a que se apegaram nossos analistas-babás).

Há, portanto, uma necessidade de que a particularidade assim abolida reapareça *para-além* da demanda. E ela de fato reaparece, mas conservando a estrutura receptada pelo incondicionado da demanda de amor. Por um reviramento que não é uma simples negação da negação, a potência da pura perda surge do resíduo de uma obliteração. Ao incondicionado da demanda, o desejo vem substituir a condição “absoluta”: condição que deslinda, com efeito, o que a prova de amor tem de rebelde à satisfação de uma necessidade. O desejo não é, portanto, nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda (*Spaltung*).

Concebe-se como a relação sexual ocupa esse campo fechado do desejo e nele lançará sua sorte. É por ser o campo apropriado onde se produz o enigma que essa relação provoca no sujeito, ao “significá-la” duplamente para ele: retorno da demanda, que ela suscita, como demanda sobre o sujeito da necessidade; e ambigüidade presentificada no Outro que está em causa na prova de amor demandada. A hiância desse enigma confirma o que a determina na fórmula mais simples para torná-la patente, qual seja, que tanto para o sujeito quanto para o Outro, no que tange a cada um dos parceiros da relação, não basta serem sujeitos da necessidade ou objetos do amor, mas têm que ocupar o lugar de causa do desejo.

Essa verdade está no cerne, na vida sexual, de tudo o que há de imperfeições no campo da psicanálise. Também constitui ali a condição da felicidade do sujeito: e camuflar sua hiância, remetendo-se à virtude do “genital” para resolvê-la pela maturação da ternura (isto é, pelo simples recurso ao Outro como

realidade), por mais piedosa que seja a intenção, não deixa de ser uma escroqueria. Aqui, convém dizer que os analistas franceses, com a noção hipócrita de oblatividade genital, inauguraram o disciplinamento moralizante que, ao som de fanfarras salvacionistas, passou a ser disseminado por toda parte.

Seja como for, o homem não pode visar a ser inteiro (à “personalidade total”, outra premissa por onde se desvia a psicoterapia moderna), visto que o jogo de deslocamento e condensação a que está fadado no exercício de suas funções marca sua relação de sujeito com o significante.

O falo é o significante privilegiado dessa marca, onde a parte do logos se conjuga com o advento do desejo.

Pode-se dizer que esse significante foi escolhido como o mais saliente do que se pode captar no real da copulação sexual, e também como o que é mais simbólico no sentido literal (tipográfico) desse termo, já que ele equivale aí à cópula (lógica). Também podemos dizer que, por sua turgidez, ele é a imagem do fluxo vital na medida em que ele se transmite na geração.

Todas essas afirmações ainda não fazem senão velar o fato de que ele só pode desempenhar seu papel enquanto velado, isto é, como signo, ele mesmo, da latência com que é cunhado tudo o que é significável, a partir do momento em que é alçado (*aufgehoben*) à função de significante.

O falo é o significante dessa própria *Aufhebung* [suspensão], que ele inaugura (inicia) por seu desaparecimento. É por isso que o demônio do *Aidos* (*Scham*)¹ surge no exato momento em que, no mistério antigo, o falo é desvelado (cf. a célebre pintura da Villa de Pompéia).

Ele então se torna a barra que, pela mão desse demônio, cunha o significado, marcando-o como a progeneritura bastarda de sua concatenação significante.

É assim que se produz uma condição de complementaridade na instauração do sujeito pelo significante, a qual explica sua *Spaltung* e o movimento de intervenção em que ela se consuma.

Qual seja:

1. O Demônio do Pudor.

1. o sujeito só designa seu ser ao barrar tudo aquilo que ele significa, como se evidencia em ele querer ser amado por si mesmo, miragem que não se reduz a ser denunciada como gramatical (pois ela abole o discurso);

2. o que é vivente desse ser no *urverdrängt* encontra seu significante ao receber a marca da *Verdrängung* do falo (mediante o que o inconsciente é linguagem).

O falo como significante dá a razão do desejo (na acepção em que esse termo é empregado como “média e razão extrema” da divisão harmônica).

Outrossim, é como um algoritmo que vou empregá-lo agora, não podendo, sem dilatar indefinidamente minha exposição, senão fiar-me no eco da experiência que nos une para fazê-los captarem esse emprego.

Que o falo seja um significante impõe que seja no lugar do Outro que o sujeito tem acesso a ele. Mas, como esse significante só se encontra aí velado e como razão do desejo do Outro, é esse desejo do Outro como tal que se impõe ao sujeito reconhecer, isto é, o outro enquanto ele mesmo é um sujeito dividido pela *Spaltung* significante.

As emergências que aparecem na gênese psicológica confirmam essa função significante do falo.

Assim se formula mais corretamente, desde logo, o fato kleiniano de que a criança apreende desde a origem que a mãe “contém” o falo.

Mas é na dialética da demanda de amor e da experiência do desejo² que se ordena o desenvolvimento.

A demanda de amor só pode padecer de um desejo cujo significante lhe é estranho. Se o desejo da mãe é o falo, a criança quer ser o falo para satisfazê-lo. Assim, a divisão imanente ao desejo já se faz sentir por ser experimentada no desejo do Outro, por já se opor a que o sujeito se satisfaça em apresentar ao Outro

2. *Épreuve* em francês tem uma extensa gama de significados: provação, experimentação, experiência, prova, ordálio, aflição, sofrimento, pena, padecimento. A expressão sintagmática de Lacan, *l'épreuve du désir de l'Autre*, se refere à experimentação que realiza o sujeito ao se defrontar com o desejo do Outro: experiência padecida que é ao mesmo tempo prova e provação. (N.E.)

o que ele pode *ter* de real que corresponda a esse falo, pois o que ele tem não vale mais que o que ele não tem para sua demanda de amor que quereria que ele o fosse.

Essa experiência do desejo do Outro, a clínica nos mostra que ela não é decisiva pelo fato de o sujeito nela aprender se ele mesmo tem ou não um falo real, mas por aprender que a mãe não o tem. É esse o momento da experiência sem o qual nenhuma consequência sintomática (fobia) ou estrutural (*Penisneid*) que se refira ao complexo de castração tem efeito. Aí se assina a conjunção do desejo, dado que o significante fálico é sua marca, com a ameaça ou a nostalgia da falta-a-ter.

[694]

Evidentemente, é da lei introduzida pelo pai nessa sequência que depende seu futuro.

Mas, atendo-nos à função do falo, podemos apontar as estruturas a que serão submetidas as relações entre os sexos.

Digamos que essas relações girarão em torno de um ser e de um ter que, por se reportarem a um significante, o falo, têm o efeito contrário de, por um lado, dar realidade ao sujeito nesse significante e, por outro, irrealizar as relações a serem significadas.

E isso pela intervenção de um parecer que substitui o ter, para, de um lado, protegê-lo e, de outro, mascarar sua falta no outro, e que tem como efeito projetar inteiramente as manifestações ideais ou típicas do comportamento de cada um dos sexos, até o limite do ato da copulação, na comédia.

Esses ideais adquirem vigor pela demanda que estão em condições de satisfazer, e que é sempre demanda de amor, com seu complemento de redução do desejo à demanda.

Por mais paradoxal que possa parecer essa formulação, dizemos que é para ser o falo, isto é, o significante do desejo do Outro, que a mulher vai rejeitar uma parcela essencial da feminilidade, nomeadamente todos os seus atributos na mascarada. É pelo que ela não é que ela pretende ser desejada, ao mesmo tempo que amada. Mas ela encontra o significante de seu próprio desejo no corpo daquele a quem sua demanda de amor é endereçada. Não convém esquecer que, sem dúvida, o órgão que se reveste dessa função significante adquire um valor de fetiche. Mas, para a mulher, o resultado é que convergem no mesmo objeto uma experiência de amor, que, como tal (cf. acima),

priva-a idealmente daquilo que ele dá, e um desejo que ali encontra seu significante. Eis por que podemos observar que a falta de satisfação própria à necessidade sexual, em outras palavras, a frigidez, é relativamente bem tolerada por ela, enquanto a *Verdrängung* inerente ao desejo é menor do que no homem.

No homem, em contrapartida, a dialética da demanda e do desejo engendra efeitos sobre os quais convém admirar mais uma vez a segurança com que Freud os situou, nas próprias articulações de que eles decorreram, dentro da categoria de uma degradação (*Erniedrigung*) específica da vida amorosa.

[695]

Se de fato sucede ao homem satisfazer sua demanda de amor na relação com a mulher, na medida em que o significante do falo realmente a constitui como dando no amor aquilo que ela não tem, inversamente seu próprio desejo do falo faz surgir seu significante, em sua divergência remanescente, dirigido a “uma outra mulher”, que pode significar esse falo de diversas maneiras, quer como virgem, quer como prostituta. Daí resulta uma tendência centrífuga da pulsão genital na vida amorosa, que torna a impotência, nele, muito mais difícil de suportar, ao mesmo tempo que a *Verdrängung* inerente ao desejo é mais acentuada.

Nem por isso se deve acreditar que a espécie de infidelidade que aí se afiguraria constitutiva da função masculina lhe seja própria. Pois, se olharmos de perto, veremos que o mesmo desdobramento é encontrado na mulher, exceto pelo fato de que o Outro do Amor como tal, isto é, enquanto privado daquilo que ele dá, é mal discernido no recuo onde vem substituir o ser do mesmo homem cujos atributos ela tanto estima.

Poderíamos acrescentar, neste ponto, que a homossexualidade masculina, conforme a marca fálica que constitui o desejo, constitui-se na vertente deste, e que a homossexualidade feminina, em contrapartida, como mostra a observação, orienta-se por uma decepção que reforça a vertente da demanda de amor. Estes comentários mereceriam ter maiores nuances mediante um retorno à função da máscara, na medida em que ela domina as identificações em que se resolvem as recusas da demanda.

O fato de a feminilidade encontrar seu refúgio nessa máscara, em virtude da *Verdrängung* inerente à marca fálica do desejo, tem a curiosa consequência de fazer com que, no ser humano, a própria ostentação viril pareça feminina.

Vislumbra-se, correlativamente, a razão do traço nunca elucidado no qual, mais uma vez, avalia-se a profundidade da intuição de Freud, ou seja, porque ele afirma que existe apenas uma libido, seu texto mostrando que ele a concebe como sendo de natureza masculina. A função do significante fálico desemboca, aqui, em sua relação mais profunda: aquela pela qual os antigos nele encarnavam o *Nous* e o *Logos*.

À memória de Ernest Jones: Sobre sua teoria do simbolismo

[697]

*And bring him out that is but woman's son
Can trace me in the tedious ways of art,
And hold me pace in deep experiments.
(Henry IV, Parte I, III-I, 45-47)*

Longe da pompa fúnebre na qual nosso colega desaparecido foi homenageado segundo sua dignidade, aqui lhe consagraremos o memorial de nossa solidariedade no trabalho analítico.

Se é essa a homenagem que convém à posição de nosso grupo, não elidiremos a emoção que em nós emerge a partir da lembrança de relações mais pessoais.

Pontuando-as em três momentos, cuja contingência reflete um homem muito diverso em sua vivacidade: a imperiosidade irrestrita para com o novato que éramos em Marienbad, ou seja, no último de nossos concílios antes que o vazio viesse atingir a área vienense, contato epidérmico cuja contundência revela-se ainda, após a guerra, em um de nossos escritos; a familiaridade, quando de uma visita ao planalto de Elsted, com que, em meio às cartas de Freud espalhadas sobre uma mesa imensa, para o primeiro volume da biografia em processo de composição, nós o vimos vibrando por nos fazer partilhar as seduições de seu labor, até que o horário da sessão de uma paciente mantida aguardando pôs a isso um fim cuja pressa, com seu toque de compulsão, produziu-nos o efeito de ver a marca de um colar indelével; por fim, a grandeza da carta de julho de 1957, na qual a desculpa por não comparecer à nossa casa de campo só alegou um sofrimento estoicamente explorado para aceitá-lo como o sinal de uma altiva competição com a morte, que perseguia de perto a obra por terminar.

O órgão que é o *International Journal of Psycho-analysis*, e que deve tudo a Ernest Jones, de sua duração à sua envergadura, não deixa, em seu número de setembro/outubro de 1958, de fazer surgir entre algumas de suas linhas a sombra com que um poder

[698]

por muito tempo exercido parece continuar a obscurecer quando a noite vem juntar-se a ela: tinta súbita a acusar aquilo que, por seu edifício, ele obliterou de luz.

Esse edifício nos solicita. É que, por metafórico que seja, ele muito se presta para nos lembrar o que distingue a arquitetura da construção: ou seja, um poder lógico que ordena a arquitetura para-além do que a construção suporta de utilização possível. Aliás, nenhuma construção, a menos que se reduza ao barraco, pode prescindir dessa ordem que a aparenta com o discurso. Essa lógica só se harmoniza com a eficácia ao dominá-la, e a discordância entre elas não é, na arte da construção, um fato apenas eventual.

Por aí se avalia o quanto essa discórdia é mais essencial na arte da psicanálise, cuja experiência de verdade determina o campo — de memória e de significação —, ao passo que os fenômenos que nela se revelam como os mais significativos mantêm-se como motivos de escândalo em relação aos fins utilitários em que se apóia todo poder.

Eis porque nenhuma consideração de poder, nem que seja a mais legítima a concernir à construção profissional,¹ pode intervir no discurso do analista sem afetar o próprio propósito de sua prática, ao mesmo tempo que seu médium.

Se Ernest Jones foi aquele que mais fez por assegurar aos valores analíticos uma certa circulação oficial, ou até um status reconhecido pelos poderes públicos, será que não nos podemos propor interrogar a imensa apologia que é sua obra teórica, para aquilatar sua dignidade?

Isso só pode efetuar-se no plano de uma amostra de seu trabalho, e escolhemos o artigo publicado em outubro de 1916, no *British Journal of Psychology* (IX, 2, p.181, 229), sobre a teoria do simbolismo, e desde então reproduzido em cada uma

1. A finalidade do poder é articulada como tal, quanto ao fator de degradação que acarreta no *training* [formação] analítico, num artigo publicado no número de novembro-dezembro de 1958 do *IJP*, sob a assinatura de Thomas S. Szasz.

Foi dessa mesma finalidade que, em nosso relatório no Congresso de Royau-mont em julho passado, denunciámos a incidência na direção do tratamento.

O autor citado acompanha seus efeitos na organização externa do *training*, em especial na seleção dos candidatos, sem ir à raiz de sua incompatibilidade com o próprio tratamento psicanalítico, isto é, com a primeira etapa do *training*.

das edições que se seguiram, muito diferentemente compostas, como se sabe, de seus *Papers*.

Nenhum compromisso aparece nesse trabalho. Seu domínio do problema o mantém à altura dele e, se não lhe resolve a dificuldade, fá-la ressaltar.

Cai por terra a maldade dos que gostariam de nos fazer ver como maltratado pelo Mestre esse benjamim dos fiéis que eram ligados não apenas pelo talismã dos sete anéis, mas pelas implicações de um segredo administrativo.²

Que a ele, o único *goy* naquele círculo imbuído de sua especificidade judaica,³ tenha sido reservada a palma de erigir ao Mestre o monumento de que temos conhecimento, eis algo que será sem dúvida aproximado do fato de esse monumento confirmar o limite que não quis transpor, sobre sua vida privada, o homem que descortinou um novo campo da confissão para o universo.

Mais valeria não deixar escapar a reflexão merecida pela resistência do discurso da biografia, na análise do caso *princeps* constituído não tanto pelo inventor, mas pela invenção da própria análise.

Como quer que seja, a referência retirada de Rank e Sachs no artigo que examinamos, pelos critérios que eles propuseram sobre o simbolismo analítico, é edificante.

O que eles ressaltam, notadamente o critério de um sentido constante e de uma independência das intervenções⁴ individuais, gera contradições que Jones aponta nos fatos, e a reverência que ele reserva a esses autodidatas das profundezas não impede que se sinta o benefício que extrai de um racionalismo muito seguro de seu método, por ser igualmente exclusivo em seus princípios.

“Se considerarmos”, começa Jones,⁵ “o progresso do espírito humano em sua gênese, poderemos ver que ele consiste não, como se costuma acreditar, na simples acumulação do que ele adquire, adicionando a si o que está fora, mas nos dois processos

2. A extraordinária história desse Comitê nos é exposta no volume II do *Sigmund Freud* de Ernest Jones, cap.VI, p.172-88.

3. Cf. a carta de Ferenczi de 6 de agosto de 1912, op. cit., p.173.

4. Forçamos aqui o sentido de *Bedingungen*.

5. E. Jones, *Papers on Psycho-analysis*, 5a. ed., p.87-8.

seguintes: de um lado, na extensão e na transferência do interesse e da compreensão de idéias mais precoces, mais simples e mais primitivas etc., para outras mais difíceis e mais complexas, que, em certo sentido, são a continuação das primeiras e as simbolizam; e, de outro lado, no constante desmascaramento de simbolismos prévios, pelo que se reconhece que, se de início estes foram pensados como literalmente verdadeiros, eles revelam não ser realmente senão aspectos ou representações da verdade, os únicos de que nossos espíritos, por razões afetivas ou intelectuais, eram capazes naquela época.”

[700]

É esse o tom de que partem as coisas, e elas continuarão condensando o que esse começo inaugura de ambigüidade.

Muitos há, nos dias atuais, que sem dúvida atribuem ao que virá a seguir apenas um interesse histórico, ou até pré-histórico. Tememos que esse desdém oculte um impasse para o qual se contribui.

Aquilo de que se trata, para Jones, é de apontar, quanto ao simbolismo, a divergência fundamental com Jung,⁶ para a qual Freud se alertara já em 1911, e em função da qual romperá em 1912⁶ e publicará o esclarecimento de sua “história do movimento analítico”, em 1914.

Ambas as maneiras de utilizar o simbolismo na interpretação são decisivas quanto à direção que dão à análise; e serão ilustradas aqui por um exemplo que bem se pode chamar de originário, mas não obsoleto, uma vez que a serpente não é simplesmente a figura que a arte e a fábula conservam de uma mitologia e um folclore despovoados. O antigo inimigo não está assim tão longe de nossas miragens, ainda revestidas pelos traços da tentação, pelos engodos da promessa e também pelo prestígio do círculo a ser transposto rumo à sabedoria, no redobramento, que junta a cabeça com a cauda, em que ele pretende encerrar o mundo.

Cabeça cativa ao pé da Virgem, que veremos nós daquela que te repete na outra ponta do corpo da anfisbena? Uma gnose montanhosa, cujas hereditariedades locais erraríamos em ignorar, recapturou-a dos refúgios lacustres em que, no dizer de Jung, falando comigo mesmo dos segredos de seu cantão, ela ainda se enrosca.

6. Trata-se das posições tomadas por Jung nas duas partes dos *Wandlungen und Symbole der Libido*, respectivamente publicadas em 1911 e 1912.

Figuração da *libido*, eis como um discípulo de Jung interpretaria o aparecimento da serpente num sonho, numa visão ou num desenho, manifestando inadvertidamente que, se a sedução é eterna, ela é também sempre a mesma. Pois aí está o sujeito ao alcance da captura por um eros autístico que, por mais renovado que seja seu aparato, tem um ar de Velho Conhecido.

Em outras palavras, a alma, cega lúcida, lê sua própria natureza nos arquétipos que o mundo lhe reverbera: como não acabaria por se acreditar a alma do mundo?

O estranho é que, em sua pressa de querer saber dessa alma, os pastores calvinistas tenham sido ludibriados por ela.⁷

Convém dizer que ter estendido essa mão à bela alma do refúgio helvético foi, para um discípulo de Brücke, progenitura de Helmholtz e de Du Bois-Reymond, um sucesso bastante irônico.

Mas essa é também a prova de que não há compromisso possível com a psicologia, e de que, a admitirmos que a alma conheça, com um conhecimento anímico, isto é, imediato, sua própria estrutura — nem que seja naquele momento de cair no sono em que Silberer nos roga reconhecermos, num recheio de doce que se introduz numa massa folhada, o “simbolismo funcional” das camadas do psiquismo —, nada mais pode separar o pensamento do devaneio das “núpcias químicas”.

Não é fácil, contudo, captar o corte tão ousadamente traçado por Freud na teoria da elaboração do sonho, a não ser recusando, pura e simplesmente, a ingenuidade psicológica dos fenômenos valorizados pelo talento de observação de Silberer, e foi justamente essa a triste saída por que se decidiu Freud na discussão que fez dela na edição de 1914 da *Traumdeutung*, quando acabou proferindo que os chamados fenômenos não passam de obra de “cabeças filosóficas,⁸ levadas à percepção endopsíquica e até ao delírio de observação”, de metafísicos da alma, sem dúvida, caberia dizer — o que Jones leva ainda mais longe, com efeito, elevando em um tom a nota de aversão que se permite mostrar por isso.

7. O autor destas linhas sustenta que somente a Prostituta romana pode, sem prejuízo, conviver com o que ela rejeita.

8. Freud, GW, II-III, p.510 [ESB, V, p.465].

Rejubilemo-nos por não haverem entrado por essa porta as hierarquias espirituais, junto com as materiais, as pneumáticas, as psíquicas e *tutti quanti*, se virmos nisso a origem da presunção daqueles que se crêem “psicanalistas natos”.

Esse não é, no entanto, um argumento que seja utilizável aqui, e Jones não pensa em fazê-lo.

Quanto à serpente, ele retifica que ela é símbolo não da libido, noção energética que, como idéia, só se destaca num alto grau de abstração, mas do falo, na medida em que este lhe parece característico de uma “idéia mais concreta”, ou até concreta no limite máximo.

Pois é essa a via escolhida por Ernest Jones para evitar o perigoso retorno que o simbolismo parece oferecer a um misticismo, o qual, uma vez desmascarado, lhe parece excluir-se por si só de qualquer consideração científica.

O símbolo se desloca de uma idéia mais concreta (ao menos é assim que ele se expressa), na qual tem sua aplicação primária, para uma idéia mais abstrata, com a qual se relaciona secundariamente, o que quer dizer que esse deslocamento só pode ter lugar num único sentido.

Detenhamo-nos nisso por um instante:

Para convir que, se a alucinação do despertar faz com que, na histórica *princeps* da análise,⁹ seu braço — entorpecido sob o peso de sua cabeça sobre o ombro, pressionado que ficara contra o espaldar de onde ele se estendia, quando ela adormeceu, em direção a seu pai, velado nos estertores da morte — esse braço seja prolongado por uma serpente, e até por tantas serpentes quantos são os dedos dela, é do falo e nada mais que essa serpente é símbolo. Mas, a quem pertence esse falo “concretamente”, eis o que será menos fácil de determinar naquele registro da psicanálise de hoje tão graciosamente rotulado por Raymond Queneau de *liqueur ninque*¹⁰. Que esse falo, com efeito, seja reconhecido por uma posse que provoca a inveja do sujeito, por mais fêmea que ela seja, não resolve nada, se pensarmos que ele só surge tão inoportunamente por estar de fato ali no presente, ou seja,

9. Cf. o caso de Anna O., não reproduzido nas *GW*, como pertencente a Breuer. Encontraremos essa passagem evocada na p.38 da *Standard Edition* dos *Studies* (vol.II), ou na p.30 da edição original dos *Studien über Hysterie*.

10. *Hic et nunc* pronunciado em francês. (N.E.)

na já citada *liquette*, ou, muito simplesmente, na cama em que bate as botas junto com o moribundo.

É justamente esse o problema sobre o qual Ernest Jones, onze anos depois, daria um trecho digno da antologia, pela imagem de patinação dialética que ele demonstra ao desenvolver no contrapé das posições assumidas por Freud sobre a fase fálica, unicamente através de afirmações reiteradas concordando inteiramente com elas. Mas, não importa o que devamos pensar desse debate lamentavelmente abandonado, a pergunta pode ser formulada a Ernest Jones: se o falo é mesmo o objeto da fobia ou da perversão, com as quais ele relaciona alternadamente a fase fálica, como foi que permaneceu no estado de “idéia concreta”?

[703]

Em todos os casos, ele tem de reconhecer que o falo assume uma aplicação “secundária”. Pois é exatamente isso que Jones diz, quando se empenha em distinguir com grande habilidade as fases proto- e deuterofálica. E o falo, de uma à outra dessas fases, como idéia concreta dos símbolos que irão substituí-lo, só pode estar ligado a si mesmo por uma similitude tão concreta quanto essa idéia, pois, de outro modo, tal idéia concreta não seria outra coisa senão a clássica abstração da idéia geral ou do objeto genérico, o que deixaria a nossos símbolos um campo de regressão que é o que Jones tenciona refutar. Em suma, antecipamos, como se vê, a única noção que permite conceber o simbolismo do falo, que é a particularidade de sua função como significativa.¹¹

A bem da verdade, não deixa de ser patético acompanhar a espécie de rodeio dessa função, imposta a Jones por sua dedução. É que ele reconheceu prontamente que o simbolismo analítico só é concebível ao ser relacionado com o fato lingüístico da metáfora, o qual lhe serve de ponto de apoio de uma ponta à outra de sua exposição.

Se ele não consegue encontrar aí seu caminho, é, segundo todas as aparências, em dois tempos, na medida em que o erro

11. Esta digressão não é gratuita. É que, depois de seu “desenvolvimento precoce da sexualidade feminina”, de 1927, e de sua “fase fálica” de 1932, Jones concluiria pela monumental declaração de 1935 diante da Sociedade de Viena, declaração de completa adesão ao genetismo das fantasias de que Melanie Klein fez o eixo de sua doutrina, e onde qualquer reflexão sobre o simbolismo na psicanálise permaneceu encerrada, até nosso relatório de 1953.

de seu ponto de partida decorre, a nosso ver, da insidiosíssima inversão de seu pensamento pela qual sua necessidade de seriedade no tocante à análise se prevalece, sem que ele a analise, da seriedade da necessidade.

Disso é testemunho esta frase de sua controvérsia com Silberer:¹² “Se há alguma verdade na psicanálise, ou, muito simplesmente, numa psicologia genética, então os complexos primordiais que se manifestam no simbolismo *devem ser*”¹³ as fontes permanentes da vida mental e, falando propriamente, o contrário de puras figuras de estilo.” Observação que visa a uma certa contingência que Silberer assinala, justificadamente, tanto na aplicação dos símbolos quanto nas repetições a que eles dão consistência,¹⁴ para contrastá-la com a constância das necessidades primordiais no desenvolvimento (necessidades orais, por exemplo, cuja promoção crescente Jones seguiria).

[704]

É para reencontrar esses dados originais que serve esse retorno à metáfora, através da qual Jones tenciona compreender o simbolismo.

Portanto, é como que retrocedendo e em prol das necessidades de sua polêmica que ele entra na referência lingüística, mas ela se liga tão de perto a seu objeto, que é suficiente para retificar sua visada.

Nisso ele encontra o mérito de articular seu próprio desmentido, ao fornecer a lista dessas idéias primárias, sobre as quais observa com justeza que são pouco numerosas e constantes, ao contrário dos símbolos, sempre abertos à adjunção de novos símbolos que se empilham sobre essas idéias. São elas, em suas palavras, “as idéias de si mesmo e dos parentes imediatamente consangüíneos, e os fenômenos do nascimento, do amor e da morte”. Todas elas “idéias” em que o que há de mais concreto é a rede do significante, onde é preciso que o sujeito já esteja capturado para que nela possa se constituir: como ele mesmo, como situado em seu lugar num parentesco, como existente,

12. Op. cit., p.125.

13. *Must be*, grifo nosso.

14. Jones, nesse ponto, chega até a se valer da arma analítica, destacando como um sintoma o emprego do termo *ephemeral* [efêmero], apesar de logicamente justificado no texto de Silberer.

como representante de um sexo, e até como morto, pois essas idéias só podem passar por primárias ao se abandonar qualquer paralelismo com o desenvolvimento das necessidades.

Que isso não seja ressaltado é algo que só se pode explicar por uma fuga ante a angústia das origens, e nada deve à pressa da qual mostramos a virtude conclusiva, quando ela se fundamenta na lógica.¹⁵

[705]

Esse rigor lógico, acaso o mínimo que se pode exigir do analista não é que ele o mantenha nessa angústia, ou, dito de outra maneira, que ele não poupe da angústia aqueles a quem ensina, nem mesmo para assegurar sobre eles seu poder?

É aí que Jones busca sua via, mas onde é traído por seu melhor recurso, pois os retóricos ao longo das eras tropeçaram na metáfora, retirando-lhe a oportunidade de retificar seu próprio acesso com base no símbolo. É o que aparece no fato de ele estabelecer a comparação (*simile*, em inglês) como origem da metáfora, tomando “João é tão valente quanto um leão” por modelo lógico de “João é um leão”.

É de surpreender que seu senso tão vívido da experiência analítica não o alerte para a maior densidade significativa da segunda enunciação, ou seja, que, reconhecendo-a como mais concreta, ele não lhe confira sua primazia.

Sem esse passo, ele não consegue formular o que, no entanto, a interpretação analítica torna quase evidente, ou seja, que a relação do real com o pensamento não é a do significado com o significante, e que a primazia que tem o real em relação ao pensamento se inverte do significante para o significado. O que confirma aquilo que em verdade acontece na linguagem, onde os efeitos de significado são criados pelas permutações do significante.

Assim, se Jones discerne que, de certo modo, é a memória de uma metáfora que constitui o simbolismo analítico, a chamada realidade do declínio da metáfora oculta-lhe a razão disso. Ele não vê que foi o leão como significante que se desgastou até o ão, ou mesmo até o ão-ão cujo rugido bonachão serve de vinheta aos ideais glutões da Metro-Goldwyn-Mayer — com seu clamor,

15. Cf., *supra*, “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada”, p.197.

ainda que pavoroso para os perdidos na selva, atestando melhor as origens de seu emprego para fins de sentido.

Jones acredita, ao contrário, que o significado tornou-se mais poroso, que passou para o que os gramáticos chamam de sentido figurado.

Assim, ele deixa de ver essa função às vezes tão sensível no símbolo e no sintoma analítico, por ser uma espécie de regeneração do significante.

Perde-se, ao contrário, repetindo uma falsa lei do deslocamento do semantema, segundo a qual este sempre iria de uma significação particular para uma mais geral, de uma concreta para uma abstrata, de uma material para outra mais sutil, chamada de figurada ou até moral. Como se o primeiro exemplo a pescar nas notícias do dia não mostrasse sua caducidade: a palavra *lourd* [pesado], porquanto é esta que se nos oferece, atestada como havendo a princípio significado *lourdeau* [rude]¹⁶, ou até *étourdi* [aturdido]¹⁷ (no século XIII), e portanto, ter tido um sentido moral, antes de ser aplicada, em época não muito anterior ao século XVIII, como nos ensinam Bloch e Wartburg, a uma propriedade da matéria — a qual, para não nos determos em tão belo caminho, convém notar que é enganosa, na medida em que, por se opor ao leve, conduz à tópica aristotélica de uma gravidade qualitativa. Iremos nós, para salvar a teoria, creditar ao uso comum das palavras um pressentimento da pouca realidade de uma física assim?

[706]

Mas que dizer, justamente, da aplicação que essa palavra nos forneceu, ou seja, à nova unidade da reforma monetária francesa: que perspectiva haveremos de abrir, de vertigem ou de gravidade, a que transe da espessura recorrer, para situar esse novo vôo do próprio para o figurado? Não seria mais simples aceitarmos aqui a evidência material de que não há outra mola do efeito metafórico senão a substituição de um significante por outro como

16. *Lourdaud* tem ainda as acepções de molengão, pesadão, grosseiro etc., enquanto *étourdi* se insere nos campos semânticos de estúrdio, aturdido, estouvado, irrefletido; estabanado, cabeça-de-vento; travesso; leviano, precipitado etc. (N.E.)

17. Antes, sem dúvida, o sujo.

tal? — pelo menos, isso seria não continuarmos broncos [*lourd*] (no linguajar do Franche-Comté, diz-se “estafermo” [*lourdeau*]) graças a esse exemplo, no qual o chamado franco pesado [*lourd*], por algum sentido assentado, só pode sê-lo... por suas consequências: pois estas se inscrevem aqui em termos contábeis, ou seja, puramente significantes.

Não devemos negligenciar, entretanto, que um efeito de significado que, aqui como alhures, mostra-se extrapolado na substituição do significante, é previsível e, com efeito, esperado: pelo que todo francês se sentirá com a carteira mais pesada [*lourd*], em igualdade de peso das notas, se for menos aturdido na manipulação de seu numerário, em igualdade de despesas. E quem sabe a ponderação que com isso assumirá sua aparência em suas peregrinações turísticas, bem como os efeitos imprevisíveis que terá, sobre os eldorados de seus investimentos de capital ou sobre seus instrumentos de prestígio, o deslizamento metafórico de suas simpatias, indo do ferro-velho¹⁸ para a indústria pesada e os equipamentos de peso [*pesant*]¹⁹ Pergunta: [707]

se o cômico é depreciado ao ser chamado de pesado, por que a Graça divina não é desqualificada por isso?

Esse erro quanto à função da linguagem merece que insistamos nele, pois é primordial nas dificuldades que Jones não consegue superar no que concerne ao simbolismo.

Tudo gira nesse debate, com efeito, em torno do valor de conhecimento que convém ou não conferir ao simbolismo. A interferência do símbolo nas ações mais explícitas e mais adaptadas à percepção adquire a importância de nos informar sobre uma atividade mais primitiva no ser.

O que Silberer chama de condicionamento negativo do simbolismo, ou seja, a redução da atividade das funções discriminativas mais prestigiadas na adaptação ao real, assume o valor positivo de permitir esse acesso. Mas cairíamos no pecado do

18. *Ferraille*, que também corresponde a dinheiro miúdo, trocadinhos. (N.E.)

19. Gostaríamos de saber que temores quanto a esses efeitos de metáfora terão feito com que se descartasse, nas decisões finais, a denominação inicialmente anunciada de franco pesado, substituída por franco novo.

círculo vicioso ao deduzir disso que há uma realidade mais profunda, mesmo qualificada de psíquica, que se manifeste aí.

Todo o esforço de Jones visa justamente a negar que se possa preservar o mais ínfimo valor num simbolismo arcaico, comparado a uma apreensão científica da realidade. Mas, como ele continua a referir o símbolo às idéias, entendendo por isso os suportes concretos que o desenvolvimento supostamente lhe traz, ele mesmo não consegue livrar-se de conservar até o fim a noção de um condicionamento negativo do simbolismo, o que o impede de lhe apreender a função de estrutura.

E, no entanto, quantas provas não nos dá ele de sua justeza de orientação, pelos encontros fortuitos que tem em seu caminho? — como quando se detém na transposição que uma criança faz do “quém-quém” que ela isola como significante do grasnido do pato, não apenas para o pato, de quem ele é o atributo natural, mas para uma série de objetos, que abrange as moscas, o vinho e até uma moedinha, desta vez servindo-se do significante como metáfora.

Por que terá ele que ver nisso apenas uma nova atribuição, baseada na apercepção de uma similitude volátil, ainda que a autoridade da qual se reveste em seu empréstimo, e que não é [708] ninguém menos do que Darwin, se contente em que a moedinha seja cunhada com o selo da águia para incluí-la nessa categoria? Pois, por mais complacente que seja a noção de analogia, para estender a abrangência do volátil até a diluição do líquido, talvez a função da metonímia, enquanto sustentada pela cadeia significante, resgate melhor aqui a contigüidade da ave com o líquido em que ela patinha.

Como não lamentar, neste ponto, que o interesse votado à criança pela análise desenvolvimentista não se detenha no momento, na aurora mesma do uso da fala, em que a criança que designa por um “au-au” aquilo que, em alguns casos, houve quem se empenhasse em chamar unicamente pelo nome de “cão”, transpõe esse “au-au” para quase qualquer coisa — e como não lamentar que ela não se detenha, além disso, no momento posterior em que ela declara que o gato faz “au-au” e o cachorro faz “miau”, mostrando com seus soluços, quando alguém pretende corrigir sua brincadeira, que, afinal, essa brincadeira não é gratuita?

Jones, ao examinar esses momentos, sempre manifestos, não incorreria no erro eminente pelo qual conclui que “não é o pato como um todo que é denominado de ‘quém-quém’ pela criança, mas apenas alguns atributos abstratos, que então continuam a ser chamados pelo mesmo nome”.²⁰

Parecer-lhe-ia, pois, que o que ele procurava, ou seja, o efeito da substituição significativa, era precisamente aquilo que primeiro a criança *encontra* [trouve], devendo essa palavra ser tomada literalmente nas línguas românicas,²¹ onde encontrar vem de “tropo”, pois é pelo jogo da substituição significativa que a criança arranca as coisas da ingenuidade destas, submetendo-as a suas metáforas.

Com o que, entre parênteses, o mito da ingenuidade infantil parece mesmo ter-se refeito, por ainda estar aí para ser refutado.

Convém definir a metáfora pela implantação, numa cadeia significativa, de um outro significativo, mediante o que aquele que ele suplanta cai na categoria de significado e, como significativo latente, perpetua nela o intervalo em que outra cadeia significativa pode ser enxertada. A partir daí, reencontram-se as próprias dimensões em que Jones se esforça por instaurar o simbolismo analítico.

É que elas regem a estrutura que Freud dá aos sintomas e ao recalque. E, fora delas, não é possível restaurar o desvio que o inconsciente, no sentido de Freud, sofreu pela mistificação do símbolo, o que é a meta de Jones.

[709]

Algumas abordagens errôneas devem, para esse fim, ser desbastadas, como seu comentário — falacioso por fascinar através de sua referência ao objeto — de que, se o campanário da igreja pode simbolizar o falo, o falo jamais simbolizará o campanário.

Pois nem por isso é menos verdade que, num sonho, mesmo que seja o de uma contrafação irônica de Cocteau, é possível, com toda a legitimidade, ao sabor do contexto, interpretar a imagem do negro que, de espada em riste, cai em cima da

20. Jones, op. cit., p.107.

21. Do latim vulgar *tropare* (compor [uma ária, um poema, como em trovador] e, mais tarde, inventar, descobrir), segundo o *Petit Robert, Dictionnaire de la langue française*. (N.E.)

sonhadora, como sendo o significante do esquecimento do guarda-chuva, em sua última sessão de análise. É nisso mesmo que está o que os analistas mais clássicos chamaram de interpretação “para a saída”, se nos permitirem traduzir desse modo a expressão, introduzida em inglês, *reconstruction upward*.²²

Para dizê-lo, a qualidade de concretude numa idéia não é mais decisiva quanto a seu efeito inconsciente do que o é a do peso num corpo pesado quanto à rapidez de sua queda.

É preciso afirmar que é a incidência concreta do significante na submissão da necessidade à demanda que, recalcando o desejo na posição de desconhecido, dá ao inconsciente sua ordem.

Que da lista dos símbolos, já considerável, frisa Jones, ele observe — frente à aproximação que ainda não é a mais grosseira de Rank e Sachs (terceira característica do símbolo: independência das determinações individuais) — que ela se mantém, ao contrário, aberta à invenção individual, acrescentando apenas que, uma vez promovido, um símbolo não muda mais de destinação, aí está um comentário muito esclarecedor a ser resgatado no catálogo, meritoriamente preparado por Jones, das idéias primárias no simbolismo — permitindo-nos completá-lo.

Pois essas idéias primárias designam os pontos em que o sujeito desaparece sob o ser do significante; quer se trate, com efeito, de ser ele mesmo, de ser pai, de ser nascido, de ser amado ou de estar morto, como não ver que o sujeito, se ele é o sujeito que fala, só se sustenta neles pelo discurso?

Evidencia-se, por conseguinte, que a análise revela que o falo tem a função de significante da falta-a-ser que determina no sujeito sua relação com o significante. O que confere importância ao fato de todos os símbolos que o estudo de Jones leva em conta serem símbolos fálicos.

Portanto, desses pontos imantados pela significação sugeridos por seu comentário, diríamos que eles são os pontos de umbilicação do sujeito nos cortes do significante — sendo o mais fundamental deles a *Urverdrängung* em que Freud sempre insistiu, ou seja, a reduplicação do sujeito provocada pelo discurso,

[710]

22. Cf. R.M. Loewenstein, “Some thoughts on interpretation in the theory and practice of psychoanalysis”, *Psa. Study of the Child*, XII, 1957, Nova York, IUP, p.143, e “The problem of interpretation”, *Psa. Quart.*, XX.

ainda que permaneça mascarada pela profusão daquilo que ele evoca como ente.

A análise nos mostrou que é com as imagens que cativam seu eros de indivíduo vivente que o sujeito vem a provar sua implicação na seqüência significante.

É claro que o indivíduo humano não deixa de apresentar uma certa complacência com esse despedaçamento de suas imagens — e a bipolaridade do autismo corporal favorecido pelo privilégio da imagem especular,²³ dado biológico, se prestará singularmente a que essa implicação de seu desejo no significante assuma a forma narcísica.

Mas não são as conexões de necessidade, das quais essas imagens se destacam, que sustentam sua incidência perpétua; antes, é a seqüência articulada em que elas se inscreveram que estrutura sua insistência como significante.

É por isso mesmo que a demanda sexual, pelo simples ter que se apresentar oralmente, ectopiza no campo do desejo “genital” imagens de introjeção. A idéia do objeto oral que eventualmente se tornaria seu parceiro, por se instalar cada vez mais no cerne da teoria analítica, nem por isso deixa de ser uma elisão, fonte de erro.

Pois o que se produz, em última instância, é que o desejo encontra sua base fantasística naquilo a que se chama defesa do sujeito diante do parceiro, tomado como significante da devoração consumada. (Que ponderem sobre nossos termos aqui.)

É na reduplicação do sujeito pelo significante que está a mola do condicionamento positivo pelo qual Jones leva adiante a busca daquilo a que chama simbolismo verdadeiro, aquele que a análise descobriu em sua constância e redescobre, sempre novo, a se articular no inconsciente.

Pois é suficiente uma composição mínima da bateria dos significantes para que ela baste para instituir na cadeia significante uma duplicidade que resgata sua reduplicação do sujeito, e é nesse redobramento do sujeito da fala que o inconsciente como tal consegue se articular, ou seja, num suporte que só se percebe ao ser percebido como tão estúpido quanto uma criptografia que não tivesse cifra.

[711]

23. Cf. nossa concepção do estádio do espelho e o fundamento biológico que lhe demos na prematuração do nascimento.

Nisso jaz a heterogeneidade do “simbolismo verdadeiro” que Jones em vão procura captar, e que lhe escapa precisamente na medida em que ele conserva a miragem do condicionamento negativo, que falsamente deixa o simbolismo, em todos os “níveis” de sua regressão, confrontado com o real.

Se, como dizemos, o homem está aberto para desejar tantos outros em si mesmo quanto seus membros têm nomes fora dele, se ele tem de reconhecer tantos membros disjuntos de sua unidade, perdida sem jamais ter existido, quantos existem entes que são a metáfora desses membros, vê-se também que está resolvida a questão de saber que valor de conhecimento têm os símbolos, já que são esses mesmos membros que retornam para ele depois de terem vagado pelo mundo sob uma forma alienada. Esse valor, considerável quanto à práxis, é nulo quanto ao real.

Impressiona muito ver o esforço que custa a Jones estabelecer essa conclusão, exigida por sua postura desde o princípio, pelos caminhos que ele escolheu. Ele a articula através de uma distinção entre o “simbolismo verdadeiro”, o qual concebe, em síntese, como o produtor de símbolos, e os “equivalentes simbólicos” que ele produz, e cuja eficácia só se mede pelo controle objetivo do domínio que estes têm sobre o real.

Pode-se observar que isso é requerer da experiência analítica que ela dê à ciência seu status e, portanto, dela muito distanciar-se. Que pelo menos se reconheça que não somos nós que nos encargamos aqui de desencaminhar nossos praticantes, e sim Jones, a quem ninguém jamais censurou por fazer metafísica.

Mas cremos que ele está enganado. Pois só a história da ciência pode aqui ser decisiva, e ela é fulgurante ao demonstrar, ao dar à luz a teoria da gravitação, que foi somente a partir do extermínio de qualquer simbolismo dos céus que se puderam estabelecer as bases, na terra, da física moderna, isto é: que, de Giordano Bruno a Kepler e de Kepler a Newton, por tanto tempo se manteve uma exigência de atribuição de uma forma “perfeita” às órbitas celestes (na medida em que implicava, por exemplo, a preponderância do círculo sobre a elipse), que essa exigência criou um obstáculo ao surgimento das equações mestras da teoria.²⁴

[712]

24. Cf. Alexandre Koyré, *From the Closed World to the Infinite Universe*,

Não há por que objetar a que a noção cabalista de um Deus que se haveria cientemente retirado da matéria, para deixá-la entregue a seu movimento, possa ter favorecido a confiança depositada na experiência natural como devendo reencontrar os vestígios de uma criação lógica. Pois esse é o desvio habitual de toda sublimação, e é possível dizer que, fora da física, esse desvio não está acabado. Trata-se de saber se seu acabamento pode ter outro desfecho senão o de ser eliminado.

Mais uma vez, apesar desse erro, deve-se admirar como, em seu labor — se nos permitirmos empregar essa palavra no mesmo efeito de metáfora a que correspondem os termos *working through* e *durcharbeiten*, usados na análise —, nosso autor revolve seu campo com um arado verdadeiramente digno do que de fato deve ao significante o trabalho analítico.

Assim é que, para dar o último retoque a sua formulação a propósito do símbolo, ele examina o que resulta da hipótese, supostamente aceita por alguns autores com base em referenciais lingüísticos e mitológicos, de que a agricultura tenha sido, em sua origem, a transposição técnica de um coito fecundador. Será possível, legitimamente, dizer da agricultura dessa época ideal que ela simboliza a copulação?

Está bem claro que essa não é uma questão de fato, ninguém aqui tendo que tomar partido quanto à existência real, no passado, de uma etapa desse tipo, interessante, de qualquer modo, para incluir no arquivo da ficção pastoral em que o psicanalista tem muito que aprender sobre seus horizontes mentais (sem falar do marxista).

A questão é apenas a da conveniência de se aplicar aqui a noção de simbolismo, e Jones responde a isso, sem parecer preocupar-se com a anuência que possa obter, pela negativa,²⁵ o que quer dizer que a agricultura representa, nesse caso, um pensamento adequado (ou uma idéia concreta), ou até uma modalidade satisfatória de coito!

Mas se quisermos seguir a intenção de nosso autor, perceberemos que disso resulta que é apenas na medida em que tal

[713]

Baltimore, Johns Hopkins Press, 1957, onde ele resume a esse respeito seus luminosos trabalhos.

25. Jones, loc. cit., p.136.

operação técnica é proibida, por ser incompatível com um dado efeito das leis da aliança e do parentesco, no que concerne, por exemplo, ao usufruto da terra, que a operação que vem substituir a primeira torna-se propriamente simbólica de uma satisfação sexual — só que, a partir daí, submetida ao recalque —, ao mesmo tempo que se oferece para sustentar a concepções naturalistas de molde a obstar ao reconhecimento científico da união dos gametas como princípio da reprodução sexuada.

O que é estritamente correto, na medida em que o simbolismo é tido como solidário ao recalque.

Vê-se que, nesse grau de rigor na precisão paradoxal, podemos legitimamente nos indagar se o trabalho de Ernest Jones não realizou a essência do que ele podia fazer em sua época, se ele não foi tão longe quanto lhe era possível ir no sentido da indicação que destacou de Freud, citando-a da *Traumdeutung*:²⁶ “O que hoje é simbolicamente ligado provavelmente era unido, nos tempos primevos, por uma identidade conceitual e lingüística. A relação simbólica parece ser um signo residual e uma marca dessa identidade de outrora.”

E no entanto, que não teria ele ganho, para apreender o verdadeiro lugar do simbolismo, ao se lembrar de que este não havia ocupado lugar algum na primeira edição da *Traumdeutung*, o que implica que a análise, tanto nos sonhos quanto nos sintomas, só tem que levá-lo em conta como subordinado às molas mestras da elaboração que estrutura o inconsciente, ou seja, à condensação e ao deslocamento, em primeiro lugar — a nos atermos a esses dois mecanismos, uma vez que eles teriam bastado para suprir a falta de informação de Jones no tocante à metáfora e à metonímia como efeitos primeiros do significante.

[714]

Talvez ele houvesse então evitado formular, contrariando sua própria elaboração, da qual cremos ter seguido as linhas mestras, e contrariando a advertência expressa do próprio Freud, que o que é recalcado no retiro metafórico do simbolismo é o afeto.²⁷

26. Jones, loc. cit., p.105.

27. Se Jones aplicasse a si mesmo a suspeita analítica, ter-se-ia alertado para a estranheza pela qual ele próprio foi afetado (*a curious statement*, profere, loc. cit., p.123-4) ante a observação de Silberer, no entanto bem fundada, de “que a universalidade ou a validade geral e a inteligibilidade de um símbolo variam

Formulação em que gostaríamos de ver apenas um lapso, se ela não tivesse tido que se desenvolver, mais tarde, numa exploração extraordinariamente ambígua da ronda dos afetos, que substituíam uns aos outros como tais.²⁸

Já a concepção de Freud, elaborada e publicada em 1915 na *Internationale Zeitschrift*, nos três artigos sobre as pulsões e suas vicissitudes, sobre o recalque e sobre o inconsciente, não deixa nenhuma ambigüidade quanto a esse assunto: é o significante que é recalcado, pois não há outro sentido a dar nesses textos à palavra *Vorstellungsrepräsentanz*. Quanto aos afetos, ele formula expressamente que não são recalcados, só se podendo chamá-los assim por tolerância, e articula que, simples *Ansätze* ou apêndices do recalcado, sinais equivalentes a ataques histéricos fixos na espécie, eles são somente deslocados, como é atestado por este fato fundamental por cuja apreciação um analista se faz reconhecer: o de que o sujeito é solicitado a “compreender” tanto melhor seus afetos quanto menos eles são realmente motivados.

Podemos concluir com o exemplo que Ernest Jones tomou como ponto de partida e expôs com a erudição da qual tinha o privilégio: o simbolismo de Polichinelo. Como não lembrar nele a dominância do significante, patente sob sua forma mais materialmente fonemática? É que, para-além da voz de falsete e das anomalias morfológicas desse personagem, herdeiro do Sátiro e do Diabo, são justamente as homofonias que, por se condensarem numa percepção simultânea, à maneira do chiste e do lapso, denunciavam-nos com mais certeza que é o falo que ele simboliza. *Polecenella* napolitano, peruzinho, *pulcinella*, franguinho, *pullus*, termo de afeição legado pela pederastia romana às módicas efusões das balconistas de nossa mocidade, ei-lo

[715]

na razão inversa do papel que desempenham em sua determinação os fatores afetivos.”

Em suma, os pontos de desconhecimento de que Jones não consegue livrar-se mostram-se, instrutivamente, presos à metáfora do *peso* que ele tenciona dar ao simbolismo verdadeiro. Mediante o que sucede-lhe argumentar contra seu próprio sentido, como, por exemplo, recorrendo à convicção do sujeito para distinguir o efeito inconsciente, isto é, propriamente simbólico, que pode surtir nele uma imagem comum do discurso (cf. op. cit., p.128).

28. Jones, *Fear, Guilt and Hate*, lido no II Congresso Internacional de Psicanálise, em Oxford, julho de 1929, e publicado in op. cit., p.304-19.

recuperado pelo *punch* do inglês,²⁹ para, transformado em *punchinello*, resgatar a adaga, o dintel e o instrumento rotundo que dissimula, e que lhe abre o caminho por onde baixar, meninote, à sepultura da gaveta, onde os carregadores, ciosos do pudor das Henriettes, fingirão, fingirão nada ver, antes que ele torne a subir, ressuscitado em sua valentia.

Falo alado, Parapilla,³⁰ fantasia inconsciente das impossibilidades do desejo masculino, tesouro em que se esgota a impotência infinita da mulher, esse membro para sempre perdido por todos aqueles — Osíris, Adônis, Orfeu — dos quais a ternura ambígua da Deusa-Mãe tem que reunir o corpo despedaçado, aponta-nos, a ser reencontrada sob cada ilustração dessa longa pesquisa sobre o simbolismo, não apenas a função eminente que ele desempenha ali, mas o modo como a esclarece.

É que o falo, como mostramos alhures, é o significante da própria perda que o sujeito sofre pelo despedaçamento do significante, e em parte alguma a função de contrapartida a que um objeto é arrastado, na subordinação do desejo à dialética simbólica, aparece de maneira mais decisiva.

Aqui redescobrimos a seqüência anteriormente indicada, através da qual Ernest Jones contribuiu essencialmente para a elaboração da fase fálica, comprometendo-se um pouco mais com ela no recurso ao desenvolvimento. Não será esse o limiar do labirinto em que a própria clínica parece ter-se enredado, e do retorno a um renovado desconhecimento da importância essencial do desejo, que se ilustra por um tratamento de contenção ima-

[716]

29. Em *petit dindon* (peruzinho), *dindon* significa o animal peru e também “tolo” ou “parvo”, além de “bode expiatório” ou “pato”; *petit poulet* (franguinho, frangote) tem na linguagem coloquial o sentido de “pombinho” e “queridinho”, como o *pullus* latino, o qual, como adjetivo, significa também “pequenino”, “escuro” (“castanho escuro”) e ainda, em linguagem figurada, “de pobre”; o *punch* do inglês, além de ser o diminutivo de Punchinello, reúne as acepções de “murro” ou “soco”, “furador”, “buril”, “ímpeto”, “vigor”, e ainda “ataracado” (referido ao homem) e “satisfeito”. (N.E.)

30. Título de um poema obsceno em cinco cantos, supostamente traduzido do italiano, muito livremente ilustrado e publicado, sem indicação da editora, em Londres, no ano de 1782. É a palavra que faz surgir nele, sob uma forma prestimosa para todas aquelas que a pronunciavam, o objeto a cuja glória são consagrados esses cantos, e que não poderíamos designar melhor de que chamando-o de falo universal (como se costuma dizer “chave mestra” [*clef universelle*]).

ginária, baseado no moralismo delirante dos ideais da pretensa relação de objeto? A extraordinária elegância da partida dada por Freud, qual seja, a conjugação, na menina, da reivindicação contra a mãe e da inveja do falo, continua a ser a rocha nessa matéria, e é compreensível que tenhamos dado uma nova partida a sua dialética, onde mostramos que se separam a demanda e o desejo.

Mas não introduziremos além disso uma elaboração que nos é própria, num estudo que só pode se curvar — atendo-se unicamente ao trabalho sobre o qual versa — diante da exigência dialética obstinada, da altivez das perspectivas, do sentimento da experiência, da noção de conjunto, da informação imensa, da inflexibilidade do objetivo, da erudição impecável e do peso, enfim, que conferem à obra de Ernest Jones seu lugar fora de série.

Acaso constitui homenagem menos digna que esse encami-nhamento sobre o simbolismo nos tenha levado tão perto do destino do homem, o de ir rumo ao ser por não poder tornar-se um? Pastor do ser, profere o filósofo de nossa época, enquanto acusa a filosofia de ter feito dele o mau pastor. Respondendo-lhe com outro lai, Freud fez apagar-se para sempre o bom sujeito do conhecimento filosófico, aquele que encontrava no objeto um status de toda confiança, diante do mau sujeito do desejo e de suas imposturas.

Não será desse mau sujeito que Jones, em mais essa ascensão de seu talento, se revela o defensor, quando conclui, conjugando a metáfora com o simbolismo: “A circunstância de que uma mesma imagem possa ser empregada para uma e outra dessas funções não deve absolutamente cegar-nos para as diferenças que há entre elas. A principal destas é que, com a metáfora, o sentimento a ser expresso é supersublimado (*oversublimated*), enquanto, com o simbolismo, ele é subsublimado (*under-sublimated, sic*); uma se relaciona com um esforço que tentou algo acima de suas forças, a outra, com um esforço que é impedido de realizar aquilo que quereria”?

Foi a propósito dessas linhas que, com uma sensação de renascimento, voltou-nos à lembrança a divisão imortal que Kierkegaard promoveu para sempre nas funções humanas, tripartite, como todos sabem, entre oficiais, camareiras e limpadores de chaminé — e a qual, se surpreendeu alguns por lhes ser nova, tem seu mérito esclarecido aqui, já pela menção da construção em que evidentemente se inscreve.

É que, mais do que da lembrança das origens galesas de Ernest Jones, mais do que de seu pequeno porte, seu ar tenebroso e sua desenvoltura, foi certamente por tê-lo seguido nesse encaminhamento, até o grau da evocação, como que por uma chaminé na muralha, que, nessa nova investida numa seqüência evocadora de diamantes, senti-me subitamente seguro, e, o que quer que possam dever-lhe os representantes dos dois cargos máximos na comunidade internacional dos analistas, particularmente na Sociedade Britânica, seguro de vê-lo assumir eternamente seu lugar no céu dos limpadores de chaminé, dentre os quais ninguém há de duvidar que ele é para mim o de excelência ímpar.

Pois qual, lê-se no *Talmud*, dentre dois homens que saiam um após outro de uma chaminé para o interior do salão, terá, quando ambos se olharem, a idéia de se lavar? A sabedoria contrasta aqui com qualquer sutileza a ser deduzida do negrume dos rostos que eles se apresentam reciprocamente e da reflexão que, em cada um, diverge dela; e conclui expressamente: quando dois homens se encontram ao sair de uma chaminé, todos dois têm a cara suja.

(Guitrancourt, janeiro-março de 1959)

De um silabário a posteriori

A nota que se esperaria, mais acima, no trecho com o nome de Silberer, não constitui ali uma falta real: podemos encontrá-la no texto, numa forma diluída. O que fizemos precisamente para responder ao fato de Jones haver entrado com um capítulo, o quarto interpolado antes de sua conclusão, para discutir a invenção de Silberer.

Daí resulta, para a totalidade de sua argumentação, que ela se redobra na partida, ou seja, resulta uma equivalência manca que para nós é sintoma, entre outras coisas, do embaraço que marca a teoria que ali nos é apresentada.

[718]

A nota a fazer sobre Silberer pode adquirir valor por esclarecer por quê, se é que se pode dizê-lo de um texto, não pudemos fazer mais do que reproduzir seu embaraço.

Pois Silberer pretende rastrear o que acontece com a incidência (histórica) do símbolo, a qual ele qualifica (muito pertinentemente) de *fenômeno material*, quando ela passa à *função* de determinar um estado psíquico, e até de fixar o que é chamado de constituição de um ritmo ou de uma inclinação.

O *fenômeno funcional* que ele forja a partir daí é essa função recuperada no que é material, donde resulta que o que ele “simboliza”, doravante, é uma estrutura elaborada, com tanto mais direito quanto, na verdade, é consequência dele.

Forçamos a ilustração que lhe é notória, ao qualificar de mil-folhas o doce com que ele nos atesta ter tido muito trabalho para enfiar a pá adequada, na transição para o sono em que a briga com esse doce viera substituir seu esforço de voltar o pensamento para o nível de vigília necessário a fim de que ele ficasse à altura de sua existência de sujeito.

A camada psíquica é evocada aí, deslocando o fenômeno ao sugerir uma possível endoscopia: de profundezas que con-finam com sublimidades.

O fenômeno é incontestável. Razão por que Freud lhe dá espaço num adendo que acrescenta à *Traumdeutung* em 1914, notadamente sob o aspecto mais impressionante a que Silberer o promove em 1911, como a simbólica do limiar (*Schwel-len-symbolik*), a qual eventualmente se enriquece por vir juntar-se a ela um guardião.

Mas é por outro viés que o fenômeno seduz. Podemos dizer que ele se atira do trampolim ainda recente da descoberta de Freud para a reconquista de uma psicologia que só lhe seria preciso reerguer da lona.

Ora, é aí mesmo que a estocada certa que Jones tenciona desferir-lhe, por ser o defensor de Freud, adquire o valor que faz com que lhe dediquemos nosso interesse aqui: por ela confirmar *ab ovo*, quer dizer, no tempo de germinação da análise, a opção inflexível de nosso ensino.

Jones adianta-se aí, expressamente, para enunciar o princípio pelo qual Jung se exclui da psicanálise.

Ele se resume numa palavra, pertinente no lembrar que a coisa está sempre presente, de onde quer que tire seu rótulo. O que Jones pretende impedir é a *hermeneutização* da psicanálise.

[719]

O símbolo que ele chama de verdadeiro, por designar aquele que isola a experiência freudiana, não “simboliza”, no sentido como o fazem as figuras do Velho Testamento com aquilo que tem seu advento no Novo, e que permanece como o senso comum pelo qual é entendido o simbolismo.

Eis porque lhe é fácil denunciar o deslizamento que se opera em Silberer, para juntá-lo a Jung. O símbolo cede passagem àquilo que representa a partir do momento em que passa a não ser mais que um sentido figurado.

Ora, aquilo a que ele cede passagem são as realidades invisíveis, que reaparecem sob seu véu, talvez não desde sempre, mas já de um bom tempo, justamente aquele cuja lembrança conviria apagar.

E não devemos nos enganar aqui. A consideração dada por Freud ao *fenômeno funcional* o é em nome da elaboração secundária do sonho, o que, para nós, é o quanto basta dizer, uma vez que ele a define expressamente pelo embaralhamento do código do sonho, efetuado por meio de uma camuflagem não menos expressamente designada como imaginária.

Ela não exclui essa barbaridade, que tem que ser mais bárbara ainda do que se admite, e desprovida de qualquer forma inscrita na intimidade, para que Jones, em 1916, a refira a “uma comunicação pessoal” de Freud, já que ela se expõe, por menos que tenha a aparência de tocá-las, nas linhas que anexam o *fenômeno funcional* à *Traumdeutung* de 1914.³¹

Ali podemos ler sobre o fenômeno funcional que ele concerne, sem dúvida acima de tudo, a espíritos “de um tipo especialmente filosófico e introspectivo”.

O que faz sorrir, ou até zombar (coisa de que se viu que não nos privamos), de que repercuta nisso a questão de saber se a filosofia bastaria para fazer os ditos espíritos escaparem aos efeitos do inconsciente: quando a própria discussão mostra que, na época em que o que há em Freud ainda era levado a sério, o fenômeno funcional apontava a falha de sua análise do sonho por não ser efeito do desejo (entenda-se, da *libido*, do desejo como sexual).

Nesse caso, visto que a exceção, por ser tão real quanto a norma, exige que prestemos contas de sua intromissão, a pergunta significa: haverá duas leis do sono?

[720]

31. Cf. *La Science des rêves*, Paris, Alcan, p.450-2, bem como p.308-9.

Ora, é o ridículo dela que nos instrui. E por isto se demonstra: que uma certa rejeição da experiência a que Freud se entrega aqui tem fundamento, por ser o passo inaugural da ciência.

Esse é o passo que introduzimos na psicanálise, ao distinguir o simbólico do imaginário na relação de ambos com o real. Distinção que se impõe por provir da prática, através da crítica da intervenção, e por se revelar erística para o edifício teórico.

Distinção metódica, portanto, e que nem por isso constitui — deixemo-lo claro, já que o termo se oferece a nós — nenhum limiar no real. Se a estruturação simbólica, com efeito, encontra seu material ao desvincular o imaginário do real, ela se faz tão mais atuante para desvincular o próprio real quanto mais se reduz à relação do significante com o sujeito, ou seja, a um esquematismo que, numa primeira abordagem, é avaliado pelo grau de decadência que impõe ao imaginário.

Se o rigor dessa abordagem é exigível para o acesso ao recesso secundário em que o objeto *a* se desenha por um outro nó, atenhamo-nos à evidência de que Jones, ao falhar nisso, assinala com exatidão justamente a falta que lhe fazem nossas categorias.

Compete a nós demonstrarmos que Freud as usa, pela segurança sempre infalível com que ele decide, em seu campo, arregar-se a última palavra quando se trata do científico.

Mas, será isso de admirar, uma vez que seu apego à ciência motiva a relação de aversão pela qual ele sustenta sua aventura, e que o simbólico, o imaginário e o real nada mais são que um *vademecum* com que acudimos à emergência nesse campo, a qual sempre paira sobre os que nele encontram comodidade, por estarmos prevenidos enquanto eles se refestelam ali?

Assim, podemos articular que não é pelo fato de o limiar como símbolo, ou, melhor dizendo, como significante que marca o lugar em que isso começa a ser chamado por outro nome — a casa, o *naos* e até o externo, no que ele tem de impronunciável —, ser materialmente uma pedra chata, arredondada ou bem fincada no campo, não é por isso que se pode, de algum modo, da metáfora do limiar — empregada para fazer a notação, numa curva que coordena variáveis objetivadas, do ponto em que se manifesta um estado, ainda que ele mesmo objetivado pela apercepção, ou apenas da

diferença qualitativa de uma sensação — imaginar um ressaltos tangível onde quer que isso exista no real, *a fortiori* uma camada, seja ela qual for, que nele constitua como que estratificado, o que significa como que unitário, o campo do psíquico e até da simples representação.

[721]

Portanto, seria perfeitamente fútil qualificar de *fenômenos funcionais* os limiares, ainda que passíveis de inscrever, do sentimento, em qualquer domínio de um pesado e de um leve igualmente carregados de simbolismo, como veremos mais adiante, se com isso pensarmos conferir-lhes o menor valor na teoria da gravitação, que só ganhou forma ao tomar emprestados significantes inteiramente vindos de outro lugar.

Jones, como nós, julga esse ponto pertinente na questão, e é por isso que o discute e decide similarmente. Não percebe ele, no fundo, até que ponto isso equivale a renunciar à antiga fantasia do conhecimento? Importa-nos apenas registrar seu recurso à decência do pensamento psicanalítico.

Mas esta é também a oportunidade de apontar que esse recurso, ele o enfraquece, ao articulá-lo somente pelo que o figurado da metáfora tem de ceder diante do concreto do simbolismo.

Pois é a partir desse concreto que ganha força e argumento toda a ficção que, reservando ao simbolismo as cotas do primitivismo, do arcaísmo, da indiferenciação e até da desintegração neurológica, concorre para que não se veja nele senão a virtualidade das funções de síntese. Que se lhes acrescente sua potencialidade só faz coroar o erro, envolvendo-o em misticismo.

Ao cravar a espada nesse terreno portanto secundário em 1916, Jones triunfa, sem dúvida. Havemos de desculpá-lo por não evitar o perigo que iria surgir do lado de cá: precisamente o da *psicologização* de que a prática da psicanálise iria carregar-se cada vez mais, em oposição à descoberta de Freud.

Pois nenhum pudor prevalece contra um efeito do nível da profissão, o do recrutamento do praticante para os serviços em que a psicologização é uma via muito propícia para toda sorte de exigências bem especificadas no social: como recusar, àquilo de que se é o suporte, falar sua linguagem? Na pergunta assim formulada, nem sequer se veria malícia. A tal ponto a psicanálise não é mais nada, a partir do momento em que esquece que sua responsabilidade primeira é para com a linguagem.

Por isso é que Jones seria muito fraco (*too weak*, como nos repetiram) para dominar politicamente o anafreudismo. Termo com que designamos um freudismo reduzido ao uso de antologias,³² e que é sustentado por Freud Anna.

Que Jones, contrariando esse clã, tenha preservado a sorte dos kleinianos, é suficiente para mostrar que ele se opunha a isso. Que tenha marcado em Viena sua completa adesão a Melanie Klein, por fracas que devessem parecer-lhe, comparadas à sua própria exigência, as conceituações dela, basta também para mostrar sua fidelidade ao procedimento propriamente analítico.

[722]

E, já que foi a propósito da discussão que ele dominara, a da fase fálica na mulher, que essa adesão foi levada para aquele local, forneçamos a ajuda de um comentário ao que nos foi demonstrado da escassa acuidade de alguns para apreender nossa colocação aqui.

Ressaltamos em seu devido lugar o fato espantoso de Jones haver permanecido surdo ao alcance de seu próprio catálogo das “idéias primárias”, ao agrupar os símbolos no inconsciente. Pois, ao produzir esse catálogo para corroborar sua afirmação de que o concreto fundaria o verdadeiro símbolo, ele só fez salientar mais, dessa afirmação, a contraverdade. É que não há nenhuma dessas idéias que falte no concreto, por só se sustentar no real através do significante, e a tal ponto que poderíamos dizer que elas só fundamentam uma realidade ao destacá-la contra um fundo de irreal: a morte, o desejo, o nome do pai.

Seria, pois, inútil esperar que Jones se apercebesse de que a função simbólica deixa transparecer aí o ponto nodal, no qual um símbolo aparece no lugar da falta constituída pela “falta em seu lugar”, necessária no começo da dimensão de deslocamento de onde provém todo o funcionamento do símbolo.

O símbolo da serpente, como sugerimos logo de início, na própria modulação da frase em que evocamos a fantasia pela qual Anna O. cai no sono nos *Estudos sobre a histeria*, dessa

32. À l'usage d'anas, trocadilho com o nome próprio. (N.E.)

serpente que não é um símbolo da libido, é claro, não mais que da redenção o é a serpente implacável, essa serpente tampouco é, como professa Jones, o símbolo do pênis, mas do lugar em que ele falta.

Se naquele momento não levamos mais adiante sua estrutura lógica, sem dúvida foi por estarmos lidando com uma audiência que se tornara imprópria para os rudimentos de sua articulação.

Toda a nossa retórica visa a atingir o efeito de formação que, no entanto, é-nos preciso levar-lhe.

Resta lançar nos dossiês que aqueles que pareciam mais adequados para prever suas implicações preferiram bater com a cabeça contra a forma dessa frase.

Um joguinho de origem chinesa, a darmos crédito à nota que o acompanha, é muito bom para ilustrar a função do lugar no simbolismo, por impor o simples deslizamento para distribuir, segundo uma posição determinada, peças desiguais, a serem manobradas numa superfície em que só deixam vazio um módico quadrado. O mesmo se dá, sem dúvida, com as resistências que ele demonstra na prática da combinatória. Chama-se o Asno Vermelho.

[723]

A resistência de que falamos está no imaginário. E é por ter-lhe dado no estádio do espelho, desde nossos primeiros passos na psicanálise, seu status, que pudemos depois dar corretamente ao simbolismo seu lugar.

É do imaginário, com efeito, isso é sabido desde sempre, que provêm as confusões no simbólico, mas o erro, não menos secular, está em querer remediar isso através de uma crítica da representação, quando o imaginário continua preponderante nela. É disso mesmo que Jones permanece tributário: ao definir o símbolo como “idéia” do concreto, ele já consente em que este não seja mais que uma figura.

Seu preconceito é baconiano. Recebemos sua marca na escola, onde nos ensinam que a vertente decisiva da ciência é o recurso ao *sensorium*, qualificado de experimental.

Não se trata, de modo algum, de que o imaginário seja para nós o ilusório. Muito pelo contrário, nós lhe damos sua função de real ao baseá-lo no biológico: ou seja, vimos isso anteriormente no IRM, efeito inato da *imago*, manifesto em todas as formas da exibição.

O nó do fenômeno funcional não passa de uma falsificação, por esse critério, e não é à toa que Jones finge que ele acentua o primeiro. Mas desfazer o segundo não torna o primeiro mais tratável.

Um nó que não se pode desfazer é a estrutura do símbolo, aquela que faz com que só se possa fundamentar uma identificação se alguma coisa contribuir para decidir a questão. (1966).

é que esse termo tem sentido, daquilo que se articula na relação genital, na qual o ato do coito ocupa um lugar ao menos local.

Ou, para não decair dos elevados referenciais biológicos com que continuamos a nos comprazer: quais são as vias da libido concedidas à mulher pelos fâneros anatômicos de diferenciação sexual dos organismos superiores?

[726]

III. *Levantamento dos fatos*

Tal projeto ordena levantar, primeiramente:

a) os fenômenos atestados pelas mulheres, nas condições de nossa experiência, sobre as vias e o ato do coito, na medida em que eles confirmem ou não as bases nosológicas de nosso ponto de partida médico;

b) a subordinação desses fenômenos às molas que nossa ação reconhece como desejos, e especialmente a seus rebentos inconscientes — com os efeitos, aferentes ou eferentes em relação ao ato, que deles resultam para a economia psíquica —, dentre os quais os do amor podem ser considerados por si mesmos, sem prejuízo da transição de suas conseqüências para a criança;

c) as implicações nunca revogadas de uma bissexualidade psíquica inicialmente relacionada com as duplicações da anatomia — porém cada vez mais imputadas a identificações personalógicas.

IV. *Fulgor das ausências*

Em tal resumo destacam-se certas ausências, cujo interesse não pode ser eludido por uma alegação de improcedência:

1. As novas aquisições da fisiologia, as realidades do sexo cromossômico, por exemplo, e seus correlatos genéticos, sua distinção do sexo hormonal e a proporção que lhes cabe na determinação anatômica — ou simplesmente o que se evidencia do privilégio libidinal do hormônio masculino, e até da ordenação do metabolismo estrogênico no fenômeno menstrual —, embora a reserva sempre se imponha em sua interpretação clínica, nem por isso deixam de dar o que pensar, por terem permanecido ignorados por uma prática em que não se hesita em alegar um acesso messiânico a quimismos decisivos.

A distância guardada aqui do real pode levantar, com efeito, a questão do corte tendencioso — o qual, se não tem que ser feito entre o somático e o psíquico, solidários, impõe-se entre o organismo e o sujeito, sob a condição de que se repudie, quanto a este último, a cota afetiva com a qual a teoria do erro o carregou, para articulá-lo como sujeito de uma combinatória, a única que dá sentido ao inconsciente.

2. Inversamente, um paradoxo original da abordagem psicanalítica, a posição-chave do falo no desenvolvimento libidinal, interessa por sua insistência em se repetir nos fatos.

É aqui que a questão da fase fálica na mulher agrava seu problema, por ter, depois de fazer furor entre os anos de 1927 e 1935, sido desde então deixada numa tácita indivisão, ao bel-prazer das interpretações de cada um.

É ao nos interrogarmos sobre suas razões que poderemos romper essa suspensão.

Imaginário, real ou simbólico, no que concerne à incidência do falo na estrutura subjetiva em que se acomoda o desenvolvimento, não são aqui palavras de um ensino específico, mas justamente aquelas em que se assinalam, na redação dos autores, os deslizos conceituais que, por não terem sido criticados, conduziram à atonia da experiência depois da pane do debate.

V. A obscuridade quanto ao órgão vaginal

O discernimento de uma proibição, por mais oblíquo que seja seu processo, pode servir de prelúdio.

Porventura se confirma ele no fato de que uma disciplina que, para responder de seu campo pela sexualidade, parecia permitir expor todo o segredo desta, tenha deixado o que se revela do gozo feminino no ponto exato em que uma fisiologia pouco zelosa se confessa incapaz de desvendá-lo?

A oposição bastante trivial entre o gozo clitoridiano e a satisfação vaginal viu a teoria reforçar sua tese, a ponto de situar nela a inquietação dos sujeitos, ou até de elevá-la à categoria de tema, se não de reivindicação — sem que no entanto se possa dizer que o antagonismo entre eles tenha sido mais precisamente elucidado.

Isso porque a natureza do orgasmo vaginal guarda invioladas as suas trevas.

É que a noção massoterápica da sensibilidade do colo, bem como a cirúrgica de um *noli tangere* na parede posterior da vagina, revelam-se, na prática, contingentes (nas histerectomias, sem dúvida, mas também nas aplasias vaginais!).

[728]

As representantes do sexo, não importa que volume produza sua voz entre os psicanalistas, não parecem ter dado o melhor de si para a retirada desse lacre.

À parte a famosa “locação” da dependência retal, a respeito da qual a sra. Lou Andréas-Salomé se posicionou pessoalmente,² elas em geral se ativeram a metáforas cuja altivez, no ideal, não significa nada que mereça ser preferido ao que qualquer um nos oferece de uma poesia menos intencional.

Um Congresso sobre a sexualidade feminina está longe de fazer pesar sobre nós a ameaça do destino de Tirésias.

VI. O complexo imaginário e as questões do desenvolvimento

Se esse estado de coisas deixa entrever um impasse científico na abordagem do real, o mínimo, no entanto, que se pode esperar de psicanalistas reunidos em congresso é que eles não esqueçam que seu método nasceu precisamente de um impasse semelhante.

Se os símbolos não têm aqui outra captura senão imaginária, provavelmente é porque as imagens já foram sujeitadas a um simbolismo inconsciente, ou seja, a um complexo — que torna oportuno lembrar que as imagens e símbolos *na* mulher não podem ser isolados das imagens e símbolos *da* mulher.

A representação (*Vorstellung*, no sentido em que Freud emprega esse termo ao assinalar que é isso que é recalcado), a representação da sexualidade feminina condiciona, recalcada ou não, sua implantação, e suas emergências deslocadas (onde a doutrina do terapeuta pode se descobrir parte interessada) fixam

2. Em Lou Andréas-Salomé, “‘Anal’ und ‘Sexual’”, 1916, *Imago*, 4, p.249. (N.E.)

o destino das tendências, por mais naturalmente elucidadas que se as suponha.

Deve-se ter em mente que Jones, em seu discurso na Sociedade de Viena que parece ter crestado a terra para qualquer contribuição posterior, já não conseguiu produzir nada além de sua adesão pura e simples aos conceitos kleinianos, na perfeita brutalidade com que os expõe sua autora, ou seja, na indiferença em que se coloca Melanie Klein — ao incluir as fantasias edípias mais originais no corpo materno — ante sua provéniência da realidade suposta pelo Nome-do-Pai.

[729]

Se considerarmos que isso é tudo a que Jones é levado pela iniciativa de reduzir o paradoxo de Freud, que instala a mulher no desconhecimento primário de seu sexo, mas que é também temperado pela confissão instruída de nossa ignorância — iniciativa tão movida em Jones pelo preconceito da dominância do natural, que ele se compraz em atestá-la com uma citação do Gênesis —, não vemos muito bem o que se possa ter ganho.

Pois, já que se trata do prejuízo causado ao sexo feminino (“uma mulher nasce ou é feita?”), exclama Jones) pela função equívoca da fase fálica nos dois sexos, a feminilidade não parece ser mais especificada no que a função do falo se impõe, ainda mais equívoca, por ser recuada até a agressão oral.

Tanto barulho, com efeito, não terá sido em vão, se permitir modular as perguntas seguintes na lira do desenvolvimento, visto que é essa a sua música.

1. Será o mau objeto de uma falofagia fantástica, que o extrai do seio do corpo materno, um atributo paterno?

2. Sendo o mesmo elevado à categoria de bom objeto e desejado como um mamilo mais manejável (*sic*) e mais satisfatório (em quê?), a pergunta se precisa: será do mesmo terceiro que ele é tomado de empréstimo? Pois não basta adornar-se com a noção do casal parental combinado, resta ainda saber se é como imagem ou como símbolo que esse híbrido se constitui.

3. Como o clitóris, por mais autísticas que sejam suas solicitações, que entretanto se impõe no real, pode ser comparado com as fantasias precedentes?

Se é independentemente que ele coloca o sexo da menina sob o signo de uma menos-valia orgânica, o aspecto de duplicação proliferativa que assumem suas fantasias as torna suspeitas de recorrerem à fabulação “lendária”.

Se ele se combina (também ele) com o mau objeto e com o bom, então é necessária uma teoria da função de equivalência do falo no advento de qualquer objeto do desejo, para a qual não poderia bastar a menção de seu caráter “parcial”.

4. Seja como for, reencontra-se a questão estrutural introduzida pela abordagem de Freud, isto é, a de que a relação de privação ou de falta-a-ser simbolizada pelo falo se estabelece, como uma derivação, com base na falta-a-ter gerada por qualquer frustração particular ou global da demanda — e de que é a partir desse substituto, que afinal o clitóris instaura antes de sucumbir na competição, que o campo do desejo precipita seus novos objetos (antes de mais nada o filho por chegar), pela recuperação da metáfora sexual com que já estavam comprometidas todas as outras necessidades.

[730]

Esta observação aponta para o limite das questões relativas ao desenvolvimento, exigindo que se as subordine a uma sincronia fundamental.

VII. Desconhecimentos e preconceitos

Quanto a esse mesmo ponto, convém indagar se a mediação fálica drena tudo o que pode se manifestar de pulsional na mulher, notadamente toda a corrente do instinto materno. Por que não dizer aqui que o fato de que tudo o que é analisável é sexual não implica que tudo o que é sexual seja acessível à análise?

1. No que tange ao suposto desconhecimento da vagina, se, de um lado, é difícil conseguirmos não atribuir ao recalque sua persistência freqüente para-além do plausível, a verdade é que, afora algumas observações (Josine Müller) que declinaremos, em razão mesma dos traumas em que elas se atestam, os partidários do conhecimento “normal” da vagina ficam reduzidos a fundamentá-lo na primazia de um deslocamento de cima para baixo das experiências da boca, ou seja, a agravar em muito a discordância que pretendem mitigar.

2. Segue-se o problema do masoquismo feminino, que já se assinala ao promover uma pulsão parcial, quer a qualifiquemos ou não de pré-genital, e que é regressiva em sua condição, à categoria de pólo da maturidade genital.

Tal qualificação, com efeito, não pode ser tomada como simplesmente homônima de uma passividade, ela mesma já metafórica, e sua função idealizadora, inversa a sua nota regressiva, evidencia-se por se manter indiscutida, ao contrário da acumulação, que talvez seja forçada na gênese analítica moderna, dos efeitos castradores e devoradores, desarticuladores e sideradores da atividade feminina.

[731]

Será que podemos nos fiar no que a perversão masoquista deve à invenção masculina, para concluir que o masoquismo da mulher é uma fantasia do desejo do homem?

3. Como quer que seja, é preciso denunciar a debilidade irresponsável que pretende deduzir as fantasias de invasão das fronteiras corporais de uma constante orgânica, cujo protótipo seria o rompimento da membrana ovular. Analogia grosseira, que mostra bastante bem a que distância se está do modo de pensar característico de Freud nesse campo, quando ele esclarece o tabu da virgindade.

4. Pois aqui confinamos com o campo pelo qual o *vaginismo* se distingue dos sintomas neuróticos, mesmo quando eles coexistem, e que explica que ele ceda ao processo sugestivo, cujo sucesso é notório no parto sem dor.

Se a análise, com efeito, está engolindo seu vômito, ao tolerar que em sua esfera se confundam angústia e medo, talvez esta seja uma oportunidade de distinguir entre inconsciente e preconceito, quanto aos efeitos do significante.

E de reconhecer, ao mesmo tempo, que o analista está tão exposto quanto qualquer outro a um preconceito relativo ao sexo, a despeito do que lhe revela o inconsciente.

Estaremos nós lembrados da recomendação, que Freud repete com frequência, de não reduzirmos o suplemento do feminino para o masculino ao complemento do passivo para o ativo?

VIII. A frigidez e a estrutura subjetiva

1. A frigidez, por extenso que seja seu império, além de quase genérico, se levarmos em conta sua forma transitória, pressupõe toda a estrutura inconsciente que determina a neurose, mesmo que apareça fora da trama dos sintomas. O que dá conta, por um lado, de sua inacessibilidade a qualquer tratamento somático

— e, por outro, do fracasso corriqueiro dos préstimos do parceiro mais desejado.

Somente a análise a mobiliza, às vezes acidentalmente, mas sempre numa transferência que não pode ser contida na dialética infantilizante da frustração ou da privação, mas que é tal que põe em jogo a castração simbólica. O que justifica aqui uma evocação de um princípio.

[732]

2. Princípio simples de formular, de que a castração não pode ser deduzida apenas do desenvolvimento, uma vez que pressupõe a subjetividade do Outro como lugar de sua lei. A alteridade do sexo descaracteriza-se por essa alienação. O homem serve aqui de conector para que a mulher se torne esse Outro para ela mesma, como o é para ele.

É nisso que um desvelamento do Outro implicado na transferência pode modificar uma defesa simbolicamente comandada.

Queremos dizer que a defesa concebe-se aqui, primeiramente, na dimensão de mascarada que a presença do Outro libera no papel sexual.

Se tornarmos a partir desse efeito de véu, para com ele relacionar a posição do objeto, suspeitaremos de como pode esvaziar-se a monstruosa conceituação pela qual o ativo analítico foi interrogado mais acima. Talvez ela simplesmente queira dizer que tudo pode ser imputado à mulher, já que, na dialética falocêntrica, ela representa o Outro absoluto.

Portanto, convém voltarmos à inveja do pênis (*Penisneid*) para observar que, em dois momentos diferentes e com uma certeza igualmente liberada em cada um da lembrança do outro, Jones faz dela uma perversão e, depois, uma fobia.

As duas apreciações são igualmente falsas e perigosas. Uma marca o apagamento da função da estrutura frente à do desenvolvimento, para o qual cada vez mais tem deslizado a análise, aqui em contraste com a ênfase colocada por Freud na fobia como pedra angular da neurose. A outra inaugura a ascensão do labirinto a que o estudo das perversões viu-se fadado para dar conta da função que nelas tem o objeto.

Na última volta desse palácio de miragens, é ao *splitting* do objeto que se chega, por não se ter sabido ler, na admirável nota interrompida de Freud sobre o *splitting* do *ego*, o *fading* do sujeito que o acompanha.

Talvez esse também seja o termo em que se dissipará a ilusão do *splitting* a que a análise se enviscou, ao fazer do bom e do mau atributos do objeto.

[733]

Se a posição do sexo difere quanto ao objeto, é por toda a distância que separa a forma fetichista da forma erotomaníaca do amor. Devemos encontrar seus destaques na mais comum das vivências.

3. Quando se parte do homem para avaliar a posição recíproca dos sexos, vê-se que as mulheres-falo, cuja equação foi formulada pelo sr. Fenichel de maneira meritória, ainda que tateante, proliferam numa Venusberg a ser situada para-além do “Você é minha mulher” pelo qual ele constitui sua parceira — no que se confirma que o que ressurge no inconsciente do sujeito é o desejo do Outro, ou seja, o falo desejado pela Mãe.

A partir daí abre-se a questão de saber se o pênis real, por pertencer a seu parceiro sexual, destina a mulher a um apego sem duplicidade, excetuando a redução do desejo incestuoso, cujo processo seria aqui natural.

Examinaremos o problema às avessas, considerando-o resolvido.

4. De fato, por que não admitir que, se não há virilidade que a castração não consagre, é um amante castrado ou um homem morto (ou os dois em um) que, para a mulher, oculta-se por trás do véu para ali invocar sua adoração — ou seja, no mesmo lugar, para-além do semelhante materno, de onde lhe veio a ameaça de uma castração que realmente não lhe diz respeito?

Por conseguinte, é a esse íncubo ideal que uma receptividade de abraço tem que se reportar, como uma sensibilidade de cinta em torno do pênis.

É a isso que cria obstáculo qualquer identificação imaginária da mulher (em sua estatura de objeto proposto ao desejo) com o padrão fálico que sustenta a fantasia.

Na posição de ou-isto-ou-aquilo em que se vê preso o sujeito, entre uma pura ausência e uma pura sensibilidade, não é de surpreender que o narcisismo do desejo se agarre imediatamente ao narcisismo do *ego* que é seu protótipo.

Que seres insignificantes sejam habitados por uma dialética tão sutil, é a isso que a análise nos acostuma, e é o que explica que a menor das falhas do *ego* seja sua banalidade.

5. A figura de Cristo, nesse aspecto evocadora de outras mais antigas, mostra aqui uma instância mais extensa do que implica a fidelidade religiosa do sujeito. E não é inútil observar que a revelação do significante mais oculto, que era o dos Mistérios, ficava às mulheres reservada.

[734]

Num nível mais terra-a-terra, damos conta, assim: (a) de que a duplicidade do sujeito é encoberta na mulher, tanto mais que a servidão do cônjuge o torna especialmente apto a representar a vítima da castração; (b) do verdadeiro motivo pelo qual a exigência de fidelidade do Outro assume na mulher seu caráter particular; (c) do fato de ela justificar mais facilmente essa exigência pela suposta alegação de sua própria fidelidade.

6. Este esboço do problema da frigidez é traçado em termos nos quais as instâncias clássicas da análise se reinstalarão sem dificuldade. Ele pretende, em suas linhas gerais, ajudar a evitar o escolho em que os trabalhos analíticos se descaracterizam cada vez mais, ou seja, sua semelhança com a remontagem de uma bicicleta por um selvagem que nunca tivesse visto uma, por meio de peças retiradas de modelos historicamente tão distantes que nem sequer comportam seus homólogos, com isso não estando excluída sua dupla utilização.

Que pelo menos alguma elegância renove o aspecto cômico dos troféus assim obtidos.

IX. A homossexualidade feminina e o amor ideal

O estudo do quadro da perversão na mulher abre um outro viés.

Tendo-se levado muito longe a demonstração, quanto à maioria das perversões masculinas, de que seu motivo imaginário é o desejo de preservar um falo que é aquele que interessou ao sujeito na mãe, a ausência, na mulher, do fetichismo, que representa desse desejo o caso quase manifesto, permite desconfiar de um outro destino desse desejo nas perversões que ela apresenta.

Pois supor que a própria mulher assume o papel do fetiche é apenas introduzir a questão da diferença de sua posição quanto ao desejo e ao objeto.

Jones, em seu artigo — inaugural da série — sobre o desenvolvimento primeiro da sexualidade feminina, parte de sua ex-

periência excepcional com a homossexualidade na mulher e considera as coisas num meio-termo que talvez tivesse feito melhor em sustentar. Ele faz bifurcar-se o desejo do sujeito na escolha que a ele se imporia entre seu objeto incestuoso, no caso, o pai, e seu próprio sexo. O esclarecimento daí resultante seria maior se não passasse sem transição para o apoio por demais cômodo na identificação.

Uma observação mais bem instrumentada destacaria, parece, que mais se trata de uma substituição do objeto: dir-se-ia de um desafio aceito³. O caso príncips de Freud, inesgotável como de costume, permite apreender que esse desafio parte de uma exigência amorosa escarnecida no real, e chega a nada menos do que se vangloriar do amor cortês.

Se, mais do que outro, tal amor se gaba de ser o que dá aquilo que não tem, é exatamente isso que a homossexual se esmera em fazer no tocante àquilo que lhe falta.

Não é propriamente o objeto incestuoso que ela escolhe às custas de seu sexo; o que ela não aceita é que esse objeto só assuma seu sexo às custas da castração.

Isso não quer dizer que ela renuncie, no entanto, ao seu: muito pelo contrário, em todas as formas, mesmo inconscientes, da homossexualidade feminina, é sobre a feminilidade que recai o interesse supremo, e, nesse ponto, Jones detectou muito bem a ligação da fantasia do homem, testemunha invisível, com o cuidado que o sujeito tem com o gozo de sua parceira.

2. Resta tirarmos uma lição da naturalidade com que tais mulheres invocam sua qualidade de homens para contrastá-la com o estilo de delírio do transexual masculino.

Por aí talvez se descubra o acesso que leva da sexualidade feminina ao próprio desejo.

Na verdade, longe de corresponder a esse desejo a passividade do ato, a sexualidade feminina surge como o esforço de um gozo envolto em sua própria contigüidade (da qual toda circuncisão talvez indique a ruptura simbólica), para se *realizar rivalizando com* o desejo que a castração libera no macho, dando-lhe seu significante no falo.

Será, portanto, esse privilégio de significante que Freud visa ao sugerir que talvez haja apenas uma libido, e que ela é marcada

3. Jogo com a semelhança fonética entre *relève* (substituição) e *relevé* (aceito, respondido). (N.E.)

pelo signo masculino? Se ainda por cima alguma configuração química a corroborasse, acaso seria possível não vermos nisso a exaltante conjugação da dissimetria das moléculas, empregada pela construção viva, com a falta preparada no sujeito pela linguagem, para que nisso se exercitem como rivais os partidários do desejo e os recorrentes do sexo (sendo aqui sempre idêntica a parcialidade desse termo)?

[736]

X. A sexualidade feminina e a sociedade

Restam algumas questões a propor sobre as incidências sociais da sexualidade feminina.

1. Por que é deficiente o mito analítico no que concerne à proibição do incesto entre o pai e a filha?

2. Como situar os efeitos sociais da homossexualidade feminina em relação aos que Freud atribui, com base em pressupostos muito distantes da alegoria a que desde então se reduziram, à homossexualidade masculina, quais sejam, uma espécie de entropia que se exerce rumo à degradação comunitária?

Sem chegar a contrastar com ele os efeitos anti-sociais que valeram ao catarismo, bem como ao Amor que ele inspirava, seu desaparecimento, não poderíamos nós, ao considerar no movimento mais acessível das Preciosas o eros da homossexualidade feminina, apreender o que ele veicula de informação como contrário à entropia social?

3. Por que, finalmente, a instância social da mulher continua transcendente à ordem do contrato propagado pelo trabalho? E, em especial, será como efeito dela que se mantém o status do casamento no declínio do paternalismo?

Questões, todas elas, irredutíveis a um campo ordenado pelas necessidades.

Escrito dois anos antes do Congresso.

Juventude de Gide ou a letra¹ e o desejo

SOBRE UM LIVRO DE JEAN DELAY
E OUTRO DE JEAN SCHLUMBERGER²

*Skaiosi men gár kainá prospéron sophá
dóxeis akhreios kou sophós pephyenai
ton d'au dokouton eidénai ti poikhílon
khreísson nomistheis en pólei lyprós phané.*
(Eurípides, *Medéia*, 298-301)³

E, metáfora ou não, o que digo aqui é perfeitamente verdadeiro.
(André Gide, *Notes de la Tentative amoureuse*.)

O livro que Jean Delay⁴ consagrou à juventude de André Gide, publicado em dois volumes com um ano de intervalo, alcançou agora o sucesso. A crítica literária, sem discordância que importe, rendeu-lhe todas as homenagens e apreciou a multiplicidade de seus méritos.

Gostaríamos aqui de mostrar a conjunção pela qual um livro que se fundamenta cientificamente na alta qualificação de seu autor, para tratá-lo em geral, vem fixar, no particular de seu objeto, um problema em que as generalidades adquiridas se modificam: é a essas obras, as mais atuais, que a história promete a perenidade.

1. É bom lembrar que *lettre* tem ainda a acepção de “carta”, também pertinente neste artigo. (N.E.)

2. Este artigo foi publicado no número 131 da revista *Critique*, em abril de 1958.

3. “O mais das vezes a mulher é temerosa, / covarde para a luta e fraca para as armas; / se, todavia, vê lesados os direitos / do leito conjugal, ela se torna, então, / de todas as criaturas a mais sanguinária!”, Eurípides, *Medéia*, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991. (N.E.)

4. Jean Delay, *La jeunesse d'André Gide*, Paris, Gallimard, 2 vols., 1956.

De vez que esse problema, que é o da *relação do homem com a letra*, questiona a própria história, é compreensível que o pensamento de nossa época só o apreenda ao envolvê-lo num efeito de convergência de modo geométrico, ou, já que uma estratégia é reconhecida no inconsciente, a proceder por uma manobra de envolvimento, que se discerne em nossas chamadas ciências humanas — já não tão humanas assim.

Ligar tal livro a esse problema não nos dispensa de prometer ao leitor, inclusive para engajar nisso o mais novato nos assuntos que serão debatidos, um prazer do qual as primeiras páginas do livro o farão cativo, sem que ele tenha tido que resistir, e que o levará, sem que ele sinta o esforço, até a última das mil e trezentas de seu número.

[740]

Desse prazer, no qual ele ficará como que absorto, a segurança da escrita é o instrumento. A palavra “douta” [*savant*] aplica-se aqui, antes de mais nada, à arte de uma composição cujos meandros se dissimulam por uma alternância de perspectivas, documentos, análise, comentário e reconstrução, que só retêm a atenção por parecer, vez após outra, oferecer-lhe seu repouso.

É ao fechar o livro que o leitor se dá conta de que nele nada foi motivado senão pelo cuidado de uma pesagem exata e delicada. O toque de humor com que o autor tempera sua operação, a módicos intervalos, é apenas o lugar dado à graça que estrutura as coisas: tanto assim que o tom que ele mantém surpreende por sustentar sua naturalidade, ao ser conduzido paralelamente à modulação, única no gênero, que seu modelo fez ouvir em sua obra.

É por esse limiar do desempenho que iremos entrar, pela disposição que ele denota no autor daquilo que, em termos gideanos, chamaríamos de a mais terna atenção. Pois é justamente essa que ele reserva à razão por que ressuscita, em algum ponto, o genitivo arcaizante das “*enfances Gide*”. E foi também aquela que Gide, da amizade de sua velhice, soube distinguir.

Assim se esclarece que Jean Delay, que já mostrou suas qualidades de escritor num livro sensível para o qual o futuro se há de voltar, valha-se aqui de sua arte apenas na medida do *artifex* a que a dedica. O que se confirma pela espantosa homogeneidade, nesse longo texto, das qualidades em que acabamos

de nos deter, e nos confirma em nossa opinião de modificar o aforismo bufonesco, para enunciá-lo: o estilo é o objeto.

Com isso, Jean Delay aspira a destacar um gênero: a psicobiografia. Não importa sob que lei ele queira colocá-la, o fato de lhe haver ao mesmo tempo dado sua obra-prima não pode ser indiferente para apreender seu limite. Este nos parece revelar-se singularmente pelo destino que cabe ao livro, e no qual o velho monstro sagrado apostou, seríamos capazes de jurar, dando a seu parceiro matéria para uma prova excepcional, certo de que, ao aceitá-la, ele só faria satisfazê-lo.

O próprio sucesso de Jean Delay mostra qual era sua sina: é que, conforme o maior rigor que empregasse a propósito de um tal autor, ele produziria o complemento mais indispensável de sua obra. A psicobiografia-"posfácio" do escritor pesquisado nessa empreitada revela, uma vez concluída, ter-se para seus livros transformado em prefácio, e não apenas para acompanhá-los nas prateleiras qual um vizinho que presta um depoimento, como fizeram Boswell com Johnson, Eckermann com Goethe, mas para retesar o próprio tambor em que a mensagem deles continuará a ressoar.

[741]

Que nos perdoem teorizar sobre a guinada constituída por Sainte-Beuve, para deslocá-la da crítica para a condição literária. Digamos, para ir direto ao ponto, que ela entrega ao crítico o poder de controlar a seu critério a intromissão, na obra literária, da vida privada do escritor. Permitam-nos definir essa vida privada em relação à própria obra, da qual ela se torna como que o negativo, por ser tudo o que o escritor não publicou do que lhe diz respeito.

Conhecemos bem o projeto sob o qual isso se abriga, de uma história natural das mentes. Mas, reservando nosso julgamento sobre tal intenção, e sem tecer outras conjecturas sobre o natural que ela qualifica, podemos desvincular disso os efeitos certos que ela teve sobre a condição imposta ao trabalho de escrever.

Assim, mantemo-nos numa neutralidade objetiva quanto à posição adotada "contra Sainte-Beuve" por Proust, não importa que pertinência ela conserve da autoridade de um poeta para falar de sua criação e, mais expressamente, de uma análise da mensagem poética, que não deixa dúvida alguma quanto ao fato de que sua abordagem exige um método compatível com sua natureza.

A obra do próprio Proust não permite contestar que o poeta encontra em sua vida o material de sua mensagem. Mas, justamente, a operação que essa mensagem constitui reduz esses dados de sua vida a seu emprego como material. E isso, mesmo que a mensagem pretenda articular a experiência que forneceu esses dados, pois, quando muito, nessa experiência a mensagem consegue reconhecer-se.

A significância da mensagem acomoda-se, não convém hesitar em dizê-lo, com todas as falsificações introduzidas nas provisões da experiência, que vez por outra incluem a própria carne do escritor. Só importa, com efeito, uma verdade que provenha daquilo que, em seu desvelamento, a mensagem condense. Há tão pouca oposição entre essa *Dichtung* e a *Wahrheit* em sua nudez, que o próprio fato da operação poética deve deter-nos, antes, neste traço que se esquece em toda verdade: que ela se revela numa estrutura de ficção.⁵

[742]

O que, no tocante à obra publicada, a crítica produziu por seu recurso à vida privada do escritor permaneceu até hoje, quanto à naturalidade dos resumos críticos, bastante evasivo. Mas esse hábito, ao qual todo protesto em nome de uma decência qualquer só responde lateralmente, gerou, inversamente, uma revolução nos valores literários. Isso, introduzindo num mercado cujos efeitos eram há quatro séculos regulamentados pela técnica

5. A conveniência desse lembrete em nosso tema seria suficientemente confirmada, se necessário fosse, por um dos numerosos textos inéditos que o livro de Delay nos traz, esclarecendo-os sob o prisma mais apropriado. Aqui, do chamado *Diário inédito* de Brévine, onde, em outubro de 1894, Gide passou uma temporada (nota da página 667 de seu volume II):

“O romance provará que pode pintar algo diferente da realidade — diretamente, a emoção e o pensamento; mostrará a que ponto pode ser deduzido *antes da experiência das coisas* — a que ponto, noutras palavras, pode ser composto — isto é, uma obra de arte. Mostrará que pode ser obra de arte, composto em todos os detalhes, com um realismo não dos fatos pequenos e contingentes, mas superior.” Segue-se uma referência ao triângulo matemático e, depois: “É preciso que, em sua própria relação, cada parte de uma obra prove a verdade de cada outra, não sendo necessária outra comprovação. Nada é tão irritante quanto o testemunho que o sr. de Goncourt fornece de tudo o que afirma — ele viu! ele ouviu! —, como se a comprovação pelo real fosse necessária.”

Será preciso dizer que nenhum poeta jamais pensou de outro modo... mas que ninguém dá seguimento a essa idéia?

da impressão um novo signo de valor: o que chamaremos de as notinhas. O manuscrito, que o impresso havia recalcado na função do inédito, reaparece como parte integrante da obra, com uma função que merece exame.

É exatamente essa a matéria oferecida no livro em exame: notas pessoais de Gide para suas memórias, editadas sob o título de *Se o grão não morre*; trechos inéditos do *Diário*; caderno de leituras, mantido dos 20 aos 24 anos e significativamente designado por ele como seu “subjeto”; a imensa correspondência com sua mãe até a morte dela, quando Gide tinha 26 anos; e uma soma de cartas inéditas cuja compilação por seu círculo de relações fez aumentar-lhe o porte de edifício, proporcionalmente ao quadrado de sua massa aliada às cartas publicadas.

Nessa massa, deve-se levar em conta o vazio deixado pela correspondência com sua prima, transformada em sua esposa, Madeleine Rondeaux. Vazio do qual diremos mais adiante o lugar e a importância, juntamente com a causa.

[743]

As confidências colhidas pelo autor e as coisas vistas por ele como testemunha só ocupam ali um lugar discreto, felizmente menos ausente do que Jean Delay nos informa ter pretendido, porém que mais parece haver apagado.

Nem a obra de Gide nem o conteúdo desses escritos íntimos deixam-nos dúvidas quanto ao propósito do consumado *homo litterarius* que Delay reconhece nele. As notinhas são, desde sua produção e cada vez mais, nos barbantes que as impedem de se perder, dispostas com vistas ao corpo que devem constituir, se não na obra, digamos, em relação à obra. Podemos indagar-nos o que esse desígnio deixaria subsistir do interesse delas para Sainte-Beuve, se fosse mesmo o natural que ele tivesse em vista.

Com esse desígnio, de fato, Gide não somente reforça sua mensagem, juntando-lhe os pensamentos de sua reclusão, como não pode impedir que seus atos enveredem pela vertente deles. Deixemos claro que estes não apenas obedeceriam, como se deu desde sempre, à preocupação com sua glória, mas — o termo é de seu punho — à preocupação com sua biografia.

Colocar, a partir disso, sob suspeita de insinceridade uma vida inteira seria absurdo, mesmo argumentando que ela não nos confia nada de vil, nenhuma traição, nenhum ciúme, nenhuma motivação sórdida, e menos ainda a estupidez comum. Podemos observar que uma psicanálise, durante o tempo em que se

desenrola, enaltece mais do que ele supõe os atos do sujeito, e que isso não altera em nada os problemas que sua conduta propõe. Fica bem claro que, quando Gide justifica o empréstimo de capital com que atendeu às dificuldades de um amigo estimado⁶ através da expressão explícita “o cuidado com sua biografia”, é o penhor de sua confiança que ele inscreve nisso, posto que o amor-próprio tem mais saídas do que divulgar uma boa ação.

A alma é sempre permeável a um elemento de discurso. O que buscamos da história de uma palavra, no lugar onde ela se constitui, são efeitos para os quais muitas outras palavras contribuíram e onde o diálogo com Deus tenta reencontrar-se. Estas observações não são despropositadas no que concerne ao solilóquio da bela alma Gide.

[744]

Esse solilóquio se faz ouvir na obra literária; será que as notinhas diferem dele apenas por sua comunicação diferida?

É aqui que o livro que examinamos nos esclarece por seu advento: não é em seu conteúdo, mas em seu endereçamento, que se deve procurar a diferença das notinhas.

É de fato ao biógrafo que elas são endereçadas, e não a qualquer um. Lendo as memórias de Goethe, escreve Gide a sua mãe, “instruo-me mais ao saber como Goethe assoava o nariz do que como comungava um porteiro”. E acrescenta: “Aliás, essas memórias são muito pouco interessantes pelo que contam... Se não fossem *escritas* por Goethe, se Goethe houvesse mandado Eckermann escrevê-las em seu lugar, pouco mais lhes restaria do que um interesse documental.”⁷

Digamos que, deixando a Jean Delay a tarefa de *escrever em seu lugar* sobre suas notinhas, Gide não ignorava que Jean Delay sabia escrever, e também que ele não era Eckermann. Mas sabia ainda que Jean Delay era um psiquiatra eminente e que, numa palavra, era no psicobiógrafo que suas notinhas encontrariam sua destinação de sempre.

Pensemos no que faz com que se diga que o psicanalista de hoje tomou o lugar de Deus. Esse reflexo de onipotência (ao qual, aliás, ele dá guarida, mediante o subterfúgio pedante de

6. Cf. Delay, II, p.387-8. Trata-se de seu amigo Maurice Quillot, e Gide se exprime a respeito dele numa carta a sua mãe, em 17 de outubro de 1894.

7. Delay, II, p.491.

repelir essa onipotência no princípio do pensamento de seu paciente), é preciso que ele lhe venha de algum lugar.

Ele provém do fato de que o homem de nossa época necessita, para conviver com sua alma, da resposta do catecismo que lhe deu consistência.

André Gide sabia fazer de Deus o uso que convém, e portanto, esperava outra coisa. Não é à toa que nesse ponto Jean Delay evoca Montaigne e seu modo de endereçar a um outro ainda por vir a vida privada em que ele renuncia a discernir o que, para esse outro, será o signifiante. Um endereçamento similar permite compreender por que a ambigüidade com que Gide desenvolve sua mensagem reencontra-se em suas notinhas.

O milagre, para designar por seu nome a conjuntura presente, é que, aplicando à letra das notinhas seu ofício de consultor, Jean Delay dá seguimento a essa ambigüidade, encontrando na alma o próprio efeito pelo qual a mensagem se formou. As ervas percebidas no fundo da água de Narciso são do mesmo veio que o reflexo das frondes.

[745]

Através de Jean Delay, a psicologia tem com a disciplina literária um confronto único. A lição é empolgante, pois nela vemos ordenar-se em seu rigor a composição do sujeito.

Digamos como aprender com ela. Para começar, não é que se pense em seguir Jean Delay nisso, tanto que até esquecemos de que o estamos seguindo, ao vê-lo tomar tão certamente um rumo. Perdigueiro num rastro de caçador, não é ele que irá apagá-lo. Delay pára e no-lo aponta com sua sombra. Como que separa de si mesmo a própria ausência que o causou.

Delay começa pela crônica não de uma abstração social, mas da família que foi para Gide a sua.

Faz crescer a árvore burguesa surgida, sob o reinado de Luís XIV, de um Rondeaux campônio que enriqueceu o comércio de mercadorias colonial, já sem dúvida Arnolphe a se imaginar Monsieur de la Souche.⁸ Seu filho alia-se a um padre D'Incarville, seu neto adota o nome do de Sétry e seu sobrinho-neto é Rondeaux de Montbray, apaixonado pelas luzes e até pelo

8. Dois nomes de um mesmo personagem de Molière em *Escola de mulheres*, de 1663. (N.E.)

Iluminismo, posto ser F.:M.:⁹ e suporta da Revolução alguns reveses. Essa árvore verde, enxertada com constância por ramificações de qualidade, e onde não falta o florão de distinção erudita que se colhia nas pesquisas naturais, deixa, passada a tormenta, um rebento ainda vigoroso.

Edouard Rondeaux estaria apto a rivalizar nos bons negócios com os Turelure¹⁰ que aos novos tempos dariam como ideal sua prática: enriquecei! —, graças à qual reergueram, parece, a grandeza da França. Se no entanto sua preeminência política nunca se impôs por um título bem visível nesse reerguimento, talvez seja porque a única virtude que lhes justificava a existência, a abnegação, prestava-se um pouco demais, naqueles tempos, à suspeita de hipocrisia. Felizmente, eles delegaram a tradição dessa virtude, junto com seus privilégios, a suas mulheres, o que explica a comicidade em que sua memória está consignada.

Essa comicidade imanente, sobretudo no espantoso diálogo da correspondência de Gide com sua mãe, é poupada, ao longo do livro, do que o pedantismo psicologizante alçou ao drama da relação com a figura materna. Esse traço se anuncia já nesse capítulo, com o esboço do aumento da pança dos homens, contrastado com o impressionante fato de que, em duas gerações de aliança protestante, as mulheres fizeram dessa família um feudo de sectários da Reforma e um parque de cuidados maternos moralizadores. Ao que devemos a bênção, após a redução ao estado risível dos penúltimos varões, de uma flor de ilustre humanidade.

[746]

A burguesia do pai traduzia uma outra extração: magistrados e acadêmicos que Jean Delay credits com uma ascendência florentina. A incubação, pelo pai dele, do concurso para o magistério superior de Paul Gide, pai de André, é um momento retratado de modo muito comovente, para introduzir quer a fulgurante carreira de um professor original em matéria de direito, quer a perda deixada em seu filho por um homem sensível, que apenas uma morte prematura o separou de uma aliança ingrata.

9. Franco-maçom. (N.E.)

10. Toussaint de Turelure é um personagem de Paul Claudel em *O refém*, de 1911. (N.E.)

É pela confissão velada de uma máxima perdida num caderno íntimo de Paul, pela ênfase retransmitida da boca de Gide sobre sua veneração filial — uma das raras referências de Jean Delay a suas próprias lembranças — que a imagem do pai, envolvente, aparece.

Mais adiante, porém, uma carta do tio Charles nos exporá os precipícios d'alma sobre os quais em vão se interroga a psicologia, quando se trata de reduzi-los às pretensas normas da compreensão. Respondendo a uma confidência do sobrinho sobre a entrega que sabemos que ele fez de sua virgindade à encantadora Oulad, Méryem, esse homem culto, inflama-se contra um ato do qual o mínimo que se pode dizer é que o contexto de prostituição costumeira e até ritualizada em que ele se increve obriga a moderar a moralização a seu respeito; pois bem, o tio Charles não encontra nada melhor para lhe dar uma imagem desse estigma do que a mácula do ato — impossível de desfazer, uma vez cometido — do parricídio, em cuja supressão em vão se empenha Lady Macbeth.¹¹

Assim é que, ao primeiro sopro do inquérito, dissipa-se até mesmo o que Gide acreditava ter que preservar de reverência taineana para com as incompatibilidades de herança que se iam azedando em seu sangue. Os mitos perdem para um método que recoloca todo ser em seu discurso, para pagar a cada um com sua fala.

[747]

Casamento da psicologia com a letra, gostaríamos de fazer eco a um título de Blake,¹² caro a Gide por designar o que se produz quando a letra, chegando à escola da psicologia, encontra ali sua própria instância na posição de administrá-la.

11. Deixamos de lado a incidência, para o censor, de que o caso lhe seja apresentado como experimental por seu pupilo. A singularidade de seu julgamento não é menos sensível. Cf. essa carta in Delay, II, p.424, desde o trecho “Não se pode negar que essa história é a marca de uma absoluta degradação do senso moral...”, até a p.445: o desabar da reprimenda sobre a “mancha que nada podia apagar”. [O termo *mercuriale*, aqui traduzido por “reprimenda”, remete também, em sua acepção mais antiga, à assembléia dos tribunais de justiça (e ao próprio discurso de seu presidente), reunida duas vezes por ano, na qual o presidente era incumbido de fazer a crítica da justiça e dos juízes. (N.E.)]

12. O título aludido é *O casamento entre o céu e o inferno*, de William Blake, provavelmente escrito em 1790. (N.E.)

Pois, se sucede a Jean Delay confirmar de passagem a descrição feita por Janet sobre a psicastenia, é para destacar que a que Gide faz de seus próprios estados lhe é correspondente, embora em um linguajar mais rigoroso.¹³ Vê-se como é possível nos perguntarmos se as doudas funções pelas quais se articula a teoria — função do real, tensão psicológica — não são simples metáforas do sintoma, e se um sintoma poeticamente tão fecundo não se produz, ele mesmo, como uma metáfora, o que nem por isso o reduziria a um *flatus vocis*, arcando aqui o sujeito, através dos elementos de sua pessoa, com os ônus da operação significante.

Isso equivale a sugerir, a nosso ver, a mola derradeira da descoberta psicanalítica. Nenhum de seus caminhos é estranho a Jean Delay; ele os experimenta aqui alternadamente, sem poder fazer mais do que se referir aos pedaços de teoria em que a doutrina hoje se desagrega. Nada há, no entanto, de que não saiba tirar partido ao pôr as pedras no lugar certo, a ponto de podermos dizer que esse livro não seria o mesmo sem a psicanálise.

Não é que por um instante sequer ele tenha corrido o risco de se parecer com o que o mundo analítico denomina de livro de psicanálise aplicada. Delay repele de pronto o que essa qualificação absurda traduz da confusão que reina nessa área. A psicanálise só se aplica, em sentido próprio, como tratamento, e portanto, a um sujeito que fala e que ouve.

Fora desse caso, só pode tratar-se de método psicanalítico, aquele que procede à decifração dos significantes, sem considerar nenhuma forma de existência pressuposta do significado.

[748]

O que o livro em exame mostra brilhantemente é que uma investigação, na medida em que observa esse princípio, pela simples honestidade de adequação ao modo como um material literário deve ser lido, encontra na ordenação de sua própria narrativa a própria estrutura do sujeito que a psicanálise designa.

13. Cf. Delay, I, p.240: “... sentimentos de incompletude, ou, como dirá Gide, de ‘falta’; de estranheza, ou, como dirá Gide, de ‘estranhamento’; de desdobramento, ou, como dirá Gide, de ‘segunda realidade’ [muito mais apropriado; comentário do autor do presente artigo]; e de inconsistência, ou, como dirá Gide, de ‘desconsistência’” [mais exato; idem].

Sem dúvida, os psicanalistas encontrarão nela, mais uma vez, a oportunidade de se autorizarem a partir da importância de sua doutrina. Melhor fariam preocupando-se com a constatação de que nenhum livro publicado a título de psicanálise aplicada é preferível a esse, pela pureza do método e pelo equilíbrio de seus resultados.

Jean Delay parte sempre do benefício que lhe oferece seu tema: no caso, a trilha aberta pelo próprio Gide, que sabemos ter-se interessado pela psicanálise.

Foi o círculo de Jacques Rivière que, depois da Grande Guerra, fez a fortuna primeira da mensagem freudiana, enquanto o meio médico em que o espantoso Hesnard a dera a conhecer já em 1910 fazia-se de rogado. Gide tentou a experiência de uma psicanálise com a sra. Sokolnicka, então chegada à França na qualidade de *missa dominica* da ortodoxia vienense. Ele era uma presa demasiado grande para não escapar às garras, às quais sem dúvida faltava certa força penetrante, da simpática pioneira. É surpreendente que Gide tenha tido tão pouca preocupação em ir aos textos antes de emitir sobre Freud um daqueles juízos cujo reaparecimento não poupa nem mesmo alguém de seu porte.¹⁴

É igualmente à luz das explicações da sra. Sokolnicka, apresentada de maneira não dissimulada em seu romance *Os moedeiros falsos*, que ele esclarece, no personagem do pequeno Boris, uma tragédia da infância, retomada em Jean Delay por aquilo que é: uma elaboração de seu próprio drama.

O pequeno Boris, no entanto, reduzido aos cuidados do avô, não é submetido às mesmas condições daquele que, desde o instante da morte de seu pai, quando tinha onze anos, diz-nos ter-se sentido, “de repente, totalmente envolto nesse amor que desde então se fecharia” sobre ele,¹⁵ na pessoa de sua mãe.

[749]

Ao contrário, oferece-se o encanto do já ouvido, próprio para provocar os acenos de cabeça dos informados, que se obtém facilmente ao recordar a preponderância da relação com a mãe na vida afetiva dos homossexuais. E, além do mais, esse Édipo que se tornou um substantivo comum e do qual se fala como de

14. Cf. *Journal*, 1924, p.785-6, relatado in Delay, I, p.248. A fórmula “Freud, imbecil genial” é solta no meio de objeções estranhamente mal sustentadas.

15. Delay, I, p.165.

um armário, depois de ele ter sido a doença a cujos estragos Gide opôs um sarcasmo que lhe foi menos custoso do que antes.¹⁶

Seguramente, Jean Delay não se contenta com uma articulação tão vaga¹⁷ assim.

Que foi para esse menino sua mãe, e aquela voz pela qual o amor se identificava com os mandamentos do dever? Bem sabemos que existe mais de um modo de amar um filho com ternura em demasia, inclusive entre as mães de homossexuais.

Jean Delay não nos dá o mapa do labirinto das identificações com que em seus escritos os psicanalistas trapaceiam para não se perder. Mas tem a vantagem, ao não soltar o fio de seu caso, de encontrar seu caminho dentro dele.

E o faz desenrolando de maneira inesquecível os componentes do discurso da mãe, por onde se entrevê a composição da pessoa dela.

Delay se detém naquilo que só em vão se pode tirar do lugar para ver o que há por trás. É o caso da mocinha tão pouco receptiva aos pretendentes quanto às gentilezas, e que, das núpcias que tardam a vir, consola o vazio com uma paixão por sua preceptora, cujas cartas Jean Delay torna eloqüentes, de um modo impassível: o ciúme e o despotismo não são de se relegar nelas, embora não sejam estampados, nem tampouco os abraços de uma alegria inocente, por mais ancorados que sejam em rotinas de vestais. Seguramente, deve-se conceber, para-além dessas manifestações inatacáveis, uma outra profundidade nesse apego, para que ele tenha resistido, com uma rebeldia disposta a vencê-los, aos preconceitos do meio, que lhe fazia objeção em nome da classe social.

Ao que corresponde, como fazem em Marivaux as diabruras das criadinhas espertas ao pathos dos sublimes, a lembrança do menino Gide auscultando no espaço noturno os soluços modulados que vinham do sótão, onde as empregadas Marie e Delphine, esta a noiva do dia seguinte, desfaziam sua união.

[750]

16. Observação galhofeira de Gide a Jean Delay sobre “a onda de edipemia”. Delay, I, p.265.

17. Lacan usa o termo *vague*, o mesmo que acabara de empregar, em sua aceção substantiva de *onda*, na nota imediatamente anterior. (N.E.)

O psicanalista não tem como deixar de se deter diante do quadro, aqui ainda mais picante, sem sombra de dúvida, de que Marie viria a ser, no futuro, um dos cães de guarda a zelar por aquilo em que não convinha que o menino fosse pródigo.

O silêncio que ele então soube guardar, à parte seu foro íntimo, mostra uma pequena faceta da extensão de um reino taciturno em que poderes mais sombrios ditavam a virtude.

Jean Delay, nessa galeria de medalhões em negativo, não se detém. Ele sabe a medida dos passos para prosseguir sua marcha, e sabe qual sombra, jamais perfilada senão num vão de porta, aponta para a temível passante, para deixar sempre deserto o aposento de vantagem que ela leva sobre ele na visita ao apartamento.

Foi esse vazio que o menino povoou com os monstros cuja fauna conhecemos, desde que uma arúspice de olhos de menina, tripeira inspirada, deles nos fez o catálogo, fitando-os nas entranhas da mãe nutriz.

Por conseguinte, dispusemos essas fantasias na gaveta da imaginação infantil, de negros instintos, sem ainda nos termos alçado à observação de que também a mãe, quando criança, tivera as mesmas, e de que abordar a questão nos perguntando por que caminho passam as fantasias, para ir da mãe ao filho, talvez nos colocasse na própria via da qual eles retiram suas incidências afetivas.

Um pesadelo que faz parte desse cortejo¹⁸ assombraria até o fim o sono de Gide, só que o golfo que o engolfa, a partir de uma certa data, ele acharia “engraçado”. Sempre o desolaria com sua angústia, no entanto, o surgimento em cena de uma forma de mulher que, caído seu véu, deixava visível apenas um buraco negro,¹⁹ ou se furtava a seu abraço qual fluxo de areia.²⁰

Ao que corresponde nele um outro abismo, aquele que se abre em seu gozo primário: a destruição de um brinquedo amado, os braços subitamente desabados, no estrondo daquilo que carregam, de uma criada cutucada, e a estranha metamorfose de Gribouil-

[751]

18. *Ainsi soit-il*, p.98, citado por Delay, p.138.

19. Delay, I, p.525, citando os *Cadernos de André Walter*.

20. Delay, II, p.105, citando *Et nunc manet in te*, p.35.

le,²¹ seguindo a deriva do rio, num feixe de vegetação, levam-no ao orgasmo.²²

Sacudidelas, escorregões, formas careteiras, quando os atores em pequeno número do teatro antigo vierem pela lateral direita povoar o palco com suas máscaras, a morte já terá entrado nele pela esquerda. Para que seu lugar seja marcado ali, já nem sequer é preciso que esteja vazio. Basta que seja numerado. Ou, melhor dizendo, não é a própria morte o número dos lugares? Aliás, é por isso que ela é tão rápida para trocá-los.

Por três vezes o menino ouviu-lhe a voz pura. Não foi a angústia que o acolheu, mas um tremor vindo do fundo do ser, um mar que tudo inundava, o *Schaudern* em cuja significação alofônica Jean Delay se pauta para confirmar sua significação de aloctonia — ensinando-nos semiologia, especialmente a relação com a “segunda realidade”, e também o sentimento de ser excluído da relação com o semelhante, pelo qual esse estado se distingue da tentação ansiosa.²³

Refinamento clínico com que aumenta nosso desgosto pelas repetições enfadonhas que desacreditam publicamente nossa vida de psiquiatra, quando tudo ainda está por articular.

Não diremos aqui por que são necessários os quatro cantos dessa relação do eu com o outro, e depois com o Outro, na qual o sujeito se constitui como significado.

Apenas remetemos o leitor aos capítulos que os situam, com toda a simplicidade, unicamente pelo processo, exemplar, a nosso ver, do presente estudo.

Esse processo se inicia ao se reproduzirem, nas criações do escritor, as construções mais precoces que mais foram necessárias na criança, por ela ter que sustentar esses quatro lugares, tornados mais incertos em vista da falta que neles residia.

Assim é que a constituição da *persona*, título do capítulo em que culmina o quarto livro, remete à análise da *Viagem de Urien*, livro interpretado por Jean Delay, sem se prestar a maior con-

21. Personagem popular ingênuo e estúpido, que se mete nas trapalhadas que mais deseja evitar — atira-se na água para não ser molhado pela chuva. (N.E.)

22. Delay, I, p.250.

23. Cf. Delay, I, p.171, 176 e 321-9. *Si le grain ne meurt*, I, p.135, 136 e 195.

testação do que a deixada pela decifração de um rébus, como a [752] *viagem do Nada*,²⁴ que é o centro do terceiro livro.

Do mesmo modo, *a criação do duplo*, que, concluindo o segundo livro, é o pivô das duas partes da obra, remete, no primeiro livro, à *criança dividida*.

Essa *Spaltung* ou fenda do eu, na qual se deteve a pena de Freud *in articulo mortis*, realmente nos parece ser aqui o fenômeno específico. Mais uma oportunidade de nos espantarmos com o fato de que o senso comum dos psicanalistas o exile de qualquer reflexão ponderada, para se abstrair numa noção como a fragilidade do eu, cuja pertinência se mede mais uma vez, para o sujeito Gide, pela asserção que ele pode produzir sem que sua conduta a desminta. “Não me sucedeu renunciar muitas vezes: um atraso, eis tudo o que consegue de mim o revés.”²⁵

Será preciso, para lhes despertar a atenção, mostrar-lhes o manuseio de uma máscara que só desmascara a figura que ela representa ao se desdobrar, e que só a representa ao tornar a mascarar-la? E com isso lhes explicar que é quando está fechada que ela a compõe, e que é quando está aberta que a desdobra?²⁶

Quando Gide, diante de Robert de Bonnières, declara: “Devemos todos representar”,²⁷ e quando, em seu irônico *Paludes*,²⁸ se interroga sobre o ser e o parecer, aqueles que, por terem uma máscara de aluguel, se convencem de que têm um rosto embaixo dela, pensam: “literatura!”, sem desconfiar que ele exprime ali um problema tão pessoal, que é, pura e simplesmente, o problema da pessoa.

O *ideal do eu*, de Freud, pinta-se sobre essa máscara complexa e se forma, com o recalque de um desejo do sujeito, pela adoção

24. As duas expressões, *Voyage d'Urien* e *voyage du Rien*, têm completa homofonia em francês. (N.E.)

25. Citado por Delay, II, p.479, de *Si le grain ne meurt*, p.357, o que convém aproximar do “Tanto pior, agirei de outro modo” (Delay, II, p.18), escrito em seu caderno de notas no dia 1º de janeiro de 1891, sob o impacto da grande recusa que ele sofreu por parte de Madeleine.

26. Essa máscara está à disposição deles no capítulo “Arte” da *Anthropologie structurale* de nosso amigo Claude Lévi-Strauss, especialmente nas p.287-90 [*Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975].

27. Delay, II, p.70, citando a cena de *Si le grain ne meurt*, I, p.274-5, e lembrando que Gide dá a fórmula do “puro segredo” de sua vida.

28. E no *Journal*-1881, p.25, citado em Delay II, p.52.

inconsciente da imagem mesma do Outro que desse desejo detém o gozo, juntamente com o direito e os meios.

O menino Gide, entre a morte e o erotismo masturbatório, só tem do amor a fala que protege e a que interdita; a morte levou com seu pai aquela que humaniza o desejo. Por isso é que o desejo fica, para ele, confinado no clandestino.

[753]

Certa tarde, da qual ele nos fala, foi para ele o encontro de seu destino, a iluminação de sua noite e seu compromisso com os votos. Votos em nome dos quais deveria fazer de sua prima Madeleine Rondeaux sua esposa, e que lhe descortinaram o que ele sustentou, até o fim, ter sido o único amor.

Como conceber o que se produziu nesse instante que “decidiu sua vida” e que, escrevendo *A porta estreita*, ele não consegue “rememorar sem angústia”? Que é essa “embriaguez de amor, de piedade, de uma mescla indistinta de entusiasmo, abnegação e virtude”, na qual ele invoca a Deus para “se oferecer, não mais concebendo outro objetivo em sua vida senão o de proteger essa criança contra o medo, contra a dor, contra a vida”?²⁹

Ainda que fizéssemos desse acontecimento, como tende Jean Delay, uma formação mítica da memória, ele só faria ser mais significativo. É que, em sua condição de menino de treze anos, às voltas com os mais “inflamados tormentos” da infância, na presença de uma menina de quinze, essa vocação para protegê-la assinala a imissão do adulto. Esse adulto é ainda mais certamente identificável com a própria pessoa de quem ele a protege, na medida em que é sua presença nesse momento, no pavimento que o jovem André atravessou num ímpeto, que o impeliu para a casa devido à atração pela clandestinidade, se é que não foi ela o objeto de sua visita. Trata-se, em outras palavras, de sua amável tia, disposta a dissipar ali os calores de Fedra, não importando o que fosse utilizado, segundo as duas versões dadas por Gide, para secundá-la nisso.

Ora, essa pessoa, a acreditarmos em *A porta estreita*, que pelo menos traz aqui a verdade da ficção, desempenhou junto ao rapazola precisamente o papel de sedutora, e não podemos deixar de destacar que suas manobras se assemelham singularmente às

29. Cf. Delay, I, p.299-302 e *La porte étroite*, p.26-8.

supliciantes delícias³⁰ das quais a confissão que Gide nos fez em *Et nunc manet in te*, tida como escandalosa, quer elas se tenham situado ou não durante sua viagem de núpcias, corresponde bem ao que ele mal dissimulava de suas fascinações mais febris.

[754]

Parece, portanto, que aqui é na mulher que o sujeito se descobre transmutado como desejanter. Putifar oculta-se sob a Pasifae em quem ele diria transformar-se, mugindo ao se abrir à penetração da natureza, tal como o modelo de sua tia se adivinha ali onde Jean Delay o indica, sob o mimodrama de sua histeria infantil.

Através disso, no imaginário, ele se torna o filho desejado, isto é, aquilo que lhe faltou na insondável relação que uniu o menino às idéias que cercaram sua concepção, e também lhe retorna um pouco daquela graça cuja absoluta ausência, em sua foto de criança, despertou no sr. François Mauriac uma espécie de horror teologal.

Mas essa transformação vem apenas como resíduo de uma subtração simbólica que se fez no lugar em que o menino, confrontado com a mãe, só pôde reproduzir a abnegação de seu gozo e o invólucro de seu amor. O desejo deixou ali somente sua incidência negativa, para dar forma ao ideal do anjo que não poderia ser roçado por um contato impuro.

Se é mesmo amor esse amor “embalsamado”³¹ contra o tempo”,³² do qual Gide diria: “Ninguém pode suspeitar o que é o amor de um uranista”,³³ por que fechar-se a seu testemunho? Será por ele não ser conforme à compreensão do amor como mensageiro do coração, com a qual convém dizer que os psicanalistas, na quimera genital-oblativa, se conformaram?

Ora, como Jean Delay aponta muito bem, não há nada aí que não se apóie numa tradição muito antiga e que não torne legítima a evocação dos laços místicos do amor cortês. O próprio Gide não teme aproximar sua união, por mais burguesamente selada que tenha sido, da união mística de Dante e Beatriz. E, se os

30. Cf. *Et nunc manet in te*, Ed. Ides et Calandes, Neuchâtel e Paris, p.41.

31. Cf. Delay, I, nota da p.225.

32. Relato de Roger Martin du Gard, em *Schlumberger*, p.193.

33. Idem, em *Schlumberger*, p.186 e 193.

psicanalistas fossem capazes de entender o que seu mestre disse sobre o instinto de morte, poderiam reconhecer que uma realização da vida pode confundir-se com o anseio de pôr fim a ela.

De fato, o sentimento de Gide por sua prima foi mesmo o cúmulo do amor, se amar é dar aquilo que não se tem e se ele lhe deu a imortalidade.

[755]

Esse amor que ganha corpo por uma meditação maniqueísta tinha que nascer no ponto em que a morte já havia substituído o objeto faltante. Reconhecemos sua passagem na suposta irmã que Gide dá a si mesmo nos *Cadernos de André Walter*, para fazer de sua heroína aquela que substitui sutilmente na defunta a sua imagem.³⁴ Ele mata essa irmã imaginária em 1885, ou seja, para fazê-la nascer com ele, na idade que tem Madeleine quando dela se apodera seu amor. E, a despeito do sr. Jean Schlumberger,³⁵ não há como não dar importância ao que Gide, em suas derradeiras lutas para levar Madeleine ao casamento, escreve a seu respeito a Valéry: “Ela é Morella.”³⁶ Mulher do além, renegada em sua filha, que morre quando Poe a chama por seu nome, o qual era preciso silenciar... O criptograma da posição do objeto amado em relação ao desejo está aí, em sua duplicação voltada para ela mesma. A segunda mãe, a do desejo, é mortífera, e isso explica a facilidade com que a forma ingrata da primeira, a do amor, vem substituí-la, para se sobrepor,³⁷ sem que se rompa o encanto, à da mulher ideal.

Resta saber por que o desejo e sua violência, a qual, embora fosse a da intrusa, não deixava de ter eco no jovem sujeito (Jean Delay o acentua com muita precisão), não romperam esse encanto mortífero, depois de lhe terem dado forma.

Aqui, cremos que Jean Delay está numa pista correta, quando vê em Madeleine a razão última de esse amor ter tido que

34. Cf. Delay, I, p.494 e nota. — *Cahiers d'André Walter*, op. cit., p.40-1.

35. A quem essa aproximação parece “propriamente despropositada”. *Schlumberger*, p.80.

36. Delay, II, p.98, 173, e também I, p.300. [Morella é o personagem-título de um dos contos de Edgar Allan Poe. (N.E.)]

37. O livro de Jean Delay é repleto desses testemunhos de um fenômeno banal, mas que ganha relevo aqui pela devastação em que se inscreve. Cf. *Ainsi soit-il*, p.128.

permanecer não realizado, exceto que, como que se concentrando na parede de vidro que separava os dois seres aos quais ele dá vida para nós, talvez Delay se engane com sua espessura, para crer em sua fragilidade.

Que Madeleine quis o casamento casto, eis algo sobre o qual o livro não deixa dúvidas. Mas ela o quis com base em fundamentos inconscientes, que se revelaram os mais convenientes para deixar o impasse de André no estado em que se achava.

A coisa é manifesta, como sucede às mais difíceis de ver, sob uma forma que se torna a mais patente, uma vez apontada. A abolição, na menina, de qualquer olhar para a mãe, depois de esta haver abandonado a família, é o indício garante de que o desejo salutar, pelo qual o menino sem graça vira imprimir-se nele uma imagem de homem, não mais retornaria de fora.

[756]

Portanto, não é preciso ser grande especialista para ler isso sob a pena de Madeleine: ela permanece, durante muito tempo, após o drama e bem para-além da fronteira do casamento, fixada em seu amor pelo pai. Basta-lhe anotar suas inclinações íntimas para que, na terceira linha, evoque a imagem dele, ou seja, entendendo-o no sentido próprio: do além.³⁸

Que teria acontecido se Madeleine houvesse oferecido a André, de Mathilde, sua mãe, com quem se parecia, uma figura que a cor do sexo houvesse reanimado?

De nossa parte, cremos que, para abraçar essa Ariadne, ter-lhe-ia sido preciso matar um Minotauro surgido de entre seus braços.

Decerto Gide terá sonhado ser Teseu. Mas, houvesse o destino da dócil Ariadne sido mais curto, nem por isso a vicissitude de Teseu teria sido alterada.

Não é apenas por virar mais à direita do que à esquerda que o desejo, no ser humano, cria dificuldades.

38. Entre outros, ver Delay, II, p.187: “Talvez eu só conheça bem dois estados de espírito quanto às coisas da vida: a inquietação pelo futuro, a tristeza pela saudade de papai...” — carta de Madeleine Rondeaux a sua tia Juliette Gide, de outubro de 1892. E ainda, em Delay, II, p.25, note-se a citação do Diário de Madeleine que a nota 3 situa em fevereiro de 1891.

O privilégio de um desejo que assalta o sujeito não pode cair em desuso senão ao ser cem vezes retomada a curva do labirinto em que o fogo de um encontro imprimiu seu brasão.

Sem dúvida, o selo desse encontro não é apenas uma marca, mas um hieróglifo, e talvez de um texto para outros transferido.

Porém, mesmo todas as metáforas não esgotarão seu sentido, que é de não tê-lo, por ser a marca do ferro que a morte imprime na carne, depois que o verbo o desembricou do amor.

Essa marca, que talvez não difira do que o Apóstolo chama de farpa na carne, sempre foi odiosa para a sabedoria, que tudo fez para desprezá-la.

[757]

Observe-se que a sabedoria foi punida por esse aspecto de escrava que ela preserva através dos tempos, que é devido, por certo, ao embaraço de arrastar esse ferro sob seu manto, como se nada estivesse acontecendo.

E poderíamos, voltando a pensar nisso, retomar a questão do Mestre sob um novo prisma, deixando claro que não é tanto seu gozo que o ocupa, mas seu desejo, que ele não negligencia.

Com a degradação dos tempos, parece notável que seja em torno de um questionamento do desejo pela sabedoria que renasce um drama em que o verbo está implicado.

É por isso mesmo que Gide tem sua importância. Por mais reles, afinal, que seja sua singularidade, ele se interessa por ela, e o mundo ao qual inquieta em nome dela está interessado nisso, pois disso depende uma chance que podemos dizer que é a da aristocracia. Aliás, é a única e última chance que esta tem de não ser atirada às ervas daninhas.

Digamos que as ervas daninhas recorrem a uma apelação pelo que já forneceram à cultura, e que a psicanálise, feita para levar à barra do tribunal o depoimento mais assombroso nesse debate, é esperada nele, quando se dissipar o estado de incerteza em que o peso de sua responsabilidade a fez mergulhar.

Nesse terreno, Jean Delay soube perceber na construção de André Gide a peça essencial, aquela pela qual a fabricação da máscara, aberta a um desdobramento cuja repercussão ao infinito enfraquece a imagem de André Walter (primeiro dos dois volumes), encontra a dimensão da *persona* em que se converte André Gide, para que ele nos faça entender que não está em outro lugar senão nessa máscara que se oferece a nós o segredo do desejo, e com este, o segredo de toda nobreza.

Essa peça é a mensagem de Goethe, da qual Jean Delay precisa, com uma diferença de poucos dias, com a articulação que ela constitui, a data de imissão.³⁹

Para reconhecer o efeito decisivo dessa mensagem nessa data, não houvera ninguém, antes de Jean Delay, senão a mãe de André Gide — pelo que se demonstra que a paixão de uma mulher desprovida de dons pode conseguir a verdade que o método reconstrói quando se aproxima da finura, sem que o bom senso — no caso, representado por Charles Gide — tenha visto aí senão fogo.⁴⁰

Jean Delay faz-nos sentir igualmente o peso da peça que falta, a que é representada pela perda da quase totalidade das cartas de Gide, numa correspondência que abrangeu toda a sua vida de homem até 1918.

É à destruição delas por sua mulher, nessa ocasião, que devemos a projeção em seu amor, por parte de Gide, de um depoimento que escandalizou alguns e continua a ser um problema para todos: para o qual a análise de Jean Delay traz seu esclarecimento, avaliando-lhe a gravidade e selando-o, em suma, por uma confirmação objetiva.⁴¹

Esse depoimento, ao qual Gide deu o título de *Et nunc manet in te*, foi escrito após a morte de sua mulher. O título, se restabelecermos sua citação, esclarece, se é que isso é necessário, o sentido do texto. Ele evoca o castigo, que pesa sobre Orfeu no além-túmulo do ressentimento de Eurídice devido a que, por se ter voltado para vê-la quando ambos subiam dos infernos, Orfeu a condenou a retornar para lá.⁴²

Não é o objeto amado, portanto, que esse título invoca, para permanecer no interior daquele que sob seu signo se declara, mas, antes, um castigo eterno:

*Poenaeque respectus*⁴³ *et nunc manet, Orpheus, in te.*

39. Cf. Delay, II, p.155-9, 177, 245ss (capítulo “Préméditations”), p.264 (o mito de Linceu) e p.277.

40. Carta de Charles Gide à sra. Paul Gide, 16 de abril de 1895, inédita, in Delay, p.496-7.

41. Cf. Delay, I, “De l’angélisme”, p.492-519; II, “Le mariage blanc”, p.557-92, e as páginas magistrais de “La consultation”, p.516-57.

42. Do que convém aproximar uma observação do *Journal*, p.840.

43. Meu exemplar, da Aldes, traz aqui uma vírgula que as edições críticas contemporâneas omitem, parece-me que de conformidade com o sentido.

Chegaremos nós ao sentido extraordinariamente irônico que essa escolha assumiria, ao indicarmos que o poema do Mosquito do qual ela é extraída, atribuído a Virgílio, gira em torno da morte infligida a esse inseto pela própria mão do pastor cuja salvação, ao acordá-lo com sua picada, ele havia assegurado, e que as notícias do inferno que o mosquito dá em sonho ao pastor lhe valerão o cenotáfio que levará sua memória à posteridade?

[759]

Na verdade, quase não pensamos, ao ler essas linhas, em nos interrogarmos sobre os limites do bom gosto. Elas são simplesmente atrozes, pela conjunção de um luto que insiste em renovar seus juramentos — amei-a e a amarei para sempre — com a miséria de um olhar que se descerrou para o que foi o destino do outro, para quem nada mais resta, para se conter, senão a devastação de uma privação desumana, surgida da memória com o espectro ofendido em sua mais tenra necessidade.

Não nos encarregaremos de aplicar aqui o que professamos sobre o desejo, na medida em que é justamente essa necessidade que o desejo faz retroceder em cada um. Pois não há verdade nisso que sirva para exercer as funções de juiz.

Nada do desejo, que é falta, pode ser pesado nem posto nos pratos da balança, a não ser nos da lógica.

Gostaríamos que esse livro guardasse, para os homens cujo destino na vida é fazer desaparecer o sulco de uma falta, isto é, para todos os homens, e também para aqueles que se desolam com isso, ou seja, muitos dentre eles, sua contundência de faca.

Basta dizer que não somos daqueles para quem a figura de Madeleine, por mais mortificada que apareça ali, saia disso, como se pretende, diminuída.

Qualquer sombra que num rosto seja lançada da ribalta trágica, ela não o desfigura. A que Gide projeta aqui parte do mesmo ponto em que o trabalho de Jean Delay instala suas luzes, e de onde nós mesmos dirigimos a iluminação psicanalítica.

Um sentimento diferente prova que, ao ser movido pelo respeitável, pode ser de um efeito menos respeitoso.

O sr. Jean Schlumberger recrimina André Gide por ter obscurecido a figura de sua mulher, pelo negrume das trevas em que foi ao encontro dela. Pensará ele esclarecer essas trevas de suas lembranças com tintas claras?

É difícil não imputar ao importuno uma pretensão reparatória, quando ela se esforça em vão, para convencê-la a abandonar suas ilusões, contra uma voz defunta.

O desafio pelo qual ela é movida a nos produzir um defensor das virtudes patricias (sic)⁴⁴ tem dificuldade em se sustentar, por se pautar no louvor de um bem-estar burguês, e também seu testemunho se enfraquece por uma desatenção confessa para com o que na realidade se articulava por trás da arte das aparências.⁴⁵

Na verdade, a homenagem prestada a essas virtudes faria com que observássemos, antes, que a liça cortesã nada ganha em se adornar com Courteline,⁴⁶ e que a observação de “que Gide teve, afinal, uma felicidade sob medida”,⁴⁷ para introduzir a paz doméstica nesse contexto, talvez pareça deslocada.

Esse depoimento, em suma, limitaria por si só sua importância às susceptibilidades de um distinto arrebatamento, se não tentasse a nos convencer de que Madeleine era uma tola e de que as idéias de seu mundo, no fim do século XIX, equiparavam a homossexualidade ao canibalismo, à bestialidade dos mitos e aos sacrifícios humanos,⁴⁸ o que pressupõe uma ignorância dos clássicos da qual, em todo caso, Madeleine escapava.

Esse esforço, contudo, não foi inútil para nos fornecer depoimentos mais comprobatórios. Deles se destaca que Madeleine, fina, culta e bem dotada, mas sumamente reservada, soube não ver aquilo que queria ignorar — que seu brilho fora de um círculo íntimo poderia se atenuar tanto que não reteria, em especial, uma personalidade mais eficiente para se comunicar; que o cristal de seu juízo, que Gide exaltou, poderia deixar transparecer o ângulo opaco de sua refração sob facetas de uma certa dureza.⁴⁹

Mas dar a oportunidade de avaliar, ao preço de traços de classe, a classe de uma personalidade talvez justifique a imagem, da qual o verdor primeiro de um Bernard Frank não se teria privado, do abraço do amigo urso.⁵⁰

44. Jean Schlumberger, *Madeleine et André Gide*, Paris, Gallimard, 1956, p.18.

45. Op. cit., p.184.

46. As peças de Georges Courteline descrevem, com sabor e amargura, heróis medíocres, como funcionários públicos, militares e pequeno-burgueses. Seu sobrenome, além disso, presta-se ainda ao jogo fonético com “la lice courtoise”. (N.E.)

47. Op. cit., p.169.

48. Op. cit., p.94.

49. Depoimento da sra. van Rysselberghe, em Schlumberger, p.143-4. Contrariando Gide, *Et nunc manet in te*, ed. citada, p.69.

50. Há na língua francesa o idiomatismo *pavé de l'ours*, que expressa o tipo de

Por que não ver que aquela que esteve sem dúvida inteiramente absorvida no mistério do destino que a uniu a André Gide furtava-se tão certeira a qualquer aproximação mundana quanto se furtou, com certa firmeza gélida, a um mensageiro suficientemente seguro de ser portador da palavra dos céus para se imiscuir em sua alcova?⁵¹

[761]

Até que ponto ela veio a se transformar naquilo que Gide a fez ser⁵² permanece impenetrável, mas o único ato em que ela nos mostra claramente distinguir-se disso é o de uma mulher, de uma verdadeira mulher em sua inteireza de mulher.

Esse ato foi o de queimar as cartas — que eram o que Madeleine possuía “de mais precioso”. Que ela não tenha dado outra razão para isso senão o ter “tido que fazer alguma coisa”⁵³ acrescenta ao ato o signo da fúria provocada pela única traição intolerável.

O amor, o primeiro a que tivera acesso longe dela aquele homem cujas feições lhe haviam deixado transparecer cem vezes a fugaz convulsão, ela o reconhece pelo que lê no rosto dele: menos nobreza, diz simplesmente.⁵⁴

Desde então, o gemido de André Gide, o de uma fêmea⁵⁵ de primata ferida no ventre, com o qual ele pranteia a extirpação do desdobramento de si mesmo que eram suas cartas — razão pela qual as chamava de seu filho —, só faz parecer que preenche com exatidão o vazio que o ato da mulher quis abrir em seu ser, longamente escavado por uma após outra das cartas atiradas ao fogo de sua alma flamejante.

ajuda ou elogio que é um desserviço a quem o recebe; Lacan altera a expressão para *pavé du lion*. (N.E.)

51. Cf. correspondência de Claudel e Gide, estabelecida por Robert Mallet (Gallimard). Carta de Madeleine Gide a Paul Claudel, de 27 de agosto de 1925, respondendo a um bilhete de Paul Claudel, igualmente reproduzido.

52. “Alissa (...) ela não era, mas transformou-se nela”, respondeu André Gide a uma pergunta de Jean Delay. Delay, I, p.502-3; II, p.32.

53. Cf. Schlumberger, p.197.

54. Op. cit., p.199.

55. Há que fazer justiça ao sr. Jean Schlumberger por ter percebido esse lado feminino dos longos prantos de André Gide. Ele deduz daí o que uma atitude mais viril deveria ter inspirado no escritor: “forçar a porta de sua mulher”. Para quê? Para lhe dar um beijinho, sem dúvida, e acertar as coisas. Cf. Schlumberger, p.213.

André Gide, revolvendo no coração a intenção redentora que atribui ao olhar que nos retrata — sem dar importância à sua respiração ofegante — àquela passante que atravessa seu trespassse sem cruzar com ele, engana-se. Pobre Jasão, que, tendo partido para a conquista do tosão dourado da felicidade, não reconhece Medéia!

Mas a questão que queremos destacar aqui está em outro lugar. E passará pelo riso diversamente modulado pelas leis da polidez, que acolhe a notícia, por Gide inocentemente propagada, de seu drama, pois, à perda que ele proclama ser a do mais precioso legado que destinava à posteridade, esse riso dá a resposta.

[762]

Esse riso reduziu o próprio Gide a sorrir por ter escrito: “Talvez nunca tenha havido correspondência mais bela.”⁵⁶ Mas, o fato de tê-la pranteado como tal, de nos ter dado o testemunho do golpe desferido em seu ser por esse luto, em termos que só reencontraria na perda de Madeleine, depois de os anos lhe haverem estranhamente devolvido a confiança e a proximidade dela, porventura não merece isso que o pesemos? E como pesá-lo?

Esse riso, deve-se reconhecer, não tem o sentido da indiferença com que o autor do livro que acabamos de incluir nesse registro nos diz ter acolhido, no fundo de um camarote do Vieux Colombier, a queixa de Gide. E seria uma tolice atribuí-lo à obscenidade própria aos círculos de amizade.

Nesse riso, antes, ouvimos ressoar o sentido humano despertado pela grande comédia, e não abafaremos o eco que ele recebe do inimitável imbróglio em que Molière nos apresenta o enaltecimento do cofrinho de Harpagon⁵⁷ pelo quiproquó que faz com que esse objeto substitua sua própria filha, quando é um apaixonado que lhe fala dela.

Isso quer dizer que não visamos aqui à perda sofrida na correspondência de Gide pela humanidade, ou pelas humanidades, mas à troca fatídica pela qual a carta/letra assume o próprio lugar de onde o desejo se retirou.

56. Cf. a nota da p.83 do complemento do *Journal*, apensa a *Et nunc...* na edição de Neuchâtel.

57. Personagem central de *O avaro*, de Molière (1668). (N.E.)

Na última página do livro em que, em seguida a *Et nunc manet in te*,⁵⁸ são coligidas as páginas que, no tocante às relações de Gide com Madeleine, completam o *Diário*, lemos, na conclusão de linhas que nos fazem zumbir a cabeça, esta frase: “que mais não oferece, no lugar ardente do coração, senão um furo.” Ela parece cravar-nos a queixa do amante sobre o lugar deixado deserto no âmago do ser amado.

Ora, teremos lido mal: trata-se do vazio deixado para o leitor, pela supressão das páginas aqui restabelecidas, no texto do *Diário*. Mas foi ao ler mal que todavia lemos bem.

Eis, portanto, onde se rompe essa ironia de Gide, que seria quase única, não houvesse Heine, a evocar a estocada mortal com que, para ele, o amor foi atingido: aquele “Não, não seremos verdadeiros amantes, minha cara”, cuja anotação Jean Delay destaca em seu caderno de 3 de janeiro de 1891, para acompanhar seu caminho e suas seqüências nos papéis e nas obras.⁵⁹

[763]

Eis onde se extingue a coragem daquele que, para fazer reconhecer seu desejo, expôs-se à derrisão e até arriscou o infortúnio — no qual também o abandona a intuição que, de seu Corydon, “fez mais do que um panfleto”,⁶⁰ tornando-o, antes, um espantoso apanhado da teoria da libido.

É aí que verga o humor de um homem a quem a riqueza assegurou a independência, mas a quem o fato de haver levantado a questão de sua particularidade colocou na postura de Mestre, para-além de sua burguesia.

Essas cartas em que ele depositou sua alma, elas... não tinham cópia [*double*]. E sua natureza de fetiche, evidenciada, provoca o riso que acolhe a subjetividade apanhada desprevenida.

58. Edição de Neuchâtel.

59. Essa ironia quase parodista das obras, desde as *Poesias* até *Pantanaïs*, Delay a comenta nos termos seguintes, onde desponta o tom da dele, quando, a propósito da preciosa *Tentativa amorosa*, conclui: “Em suma, Luc, encantado por realizar seu desejo, desencanta-se com ele ao realizá-lo e se descobre desolado, enquanto Gide, exprimindo o desejo desse duplo em vez de vivê-lo, também se desencanta com ele, mas num sentido completamente diferente: desenfeitiça-se dele e se torna alegre, de modo que o desencanto no sentido de encanto é um reencantamento no sentido de canto.”

60. É como o considera o sr. François Porché, cujo julgamento é coligido no volume da NRF.

Este texto deveria servir de prefácio para *A filosofia na alcova*. Foi publicado na revista *Critique* (nº191, abril de 1963), sob a forma de uma resenha da edição das obras de Sade a que era destinado. Ed. du Cercle du Livre Précieux, 1963, 15 vols.

Que a obra de Sade antecipa Freud, nem que seja no tocante ao catálogo das perversões, é uma estupidez que se rediz nos textos e cuja responsabilidade, como sempre, cabe aos especialistas.

Ao contrário, sustentamos que a alcova sadiana iguala-se aos lugares dos quais as escolas da antiga filosofia retiraram seu nome: Academia, Liceu, Stoá. Aqui como lá, prepara-se a ciência retificando a posição da ética. Nisso, sim, opera-se um aplanamento que tem que caminhar cem anos nas profundezas do gosto para que a via de Freud seja viável. Contem mais sessenta para que digamos o porquê de tudo isso.

Se Freud pôde enunciar *seu* princípio do prazer sem sequer ter tido que se preocupar em marcar o que o distingue de sua função na ética tradicional, e sem correr maior risco de que ele fosse ouvido, num eco ao preconceito incontestado de dois milênios, como lembrando a atração que preordena a criatura a seu bem, com a psicologia que se inscreve em diversos mitos de benevolência, só podemos render homenagem à ascensão insinuante, ao longo do século XIX, do tema da “felicidade no mal”.

Aqui, Sade é o passo inaugural de uma subversão da qual, por mais picante que isso pareça, considerada a frieza desse homem, Kant é o ponto decisivo, e jamais identificado, ao que saibamos, como tal.

A filosofia na alcova surge oito anos depois da *Crítica da razão prática*. Se, depois de ter visto que é compatível com esta,

demonstrarmos que ela a completa, diremos que ela fornece a verdade da *Crítica*. [766]

Do mesmo modo, os postulados com que esta última se conclui — o álibi da imortalidade em que ela recalca o progresso, a santidade e até o amor, tudo o que possa vir de satisfatório da lei, e a garantia que lhe é necessária, de uma vontade, para o qual o objeto a que a lei se refere seja inteligível, perdendo até mesmo o apoio raso da função de utilidade em que Kant os confinava — restituem à obra seu diamante de subversão. Com o que se explica a incrível exaltação que dele recebe todo leitor não prevenido pelo fervor acadêmico. Efeito que, mesmo tendo sido percebido, em nada será prejudicado.

Que fiquemos bem no mal, ou, se preferirmos, que o eterno feminino não eleve às alturas, poderíamos dizer que essa virada foi feita com base numa observação filológica: nominalmente, que o que fora aceito até então, que ficamos bem no bem, repousa numa homonímia que a língua alemã não admite: *Man fühlt sich wohl im Guten*. É dessa maneira que Kant nos introduz em sua *Razão prática*.

O princípio do prazer é a lei do bem que é o *wohl*, digamos, o bem-estar. Na prática, ele submeteria o sujeito ao mesmo encadeamento fenomênico que determina seus objetos. A objeção que Kant faz a isso é, segundo seu estilo rigoroso, intrínseca. Nenhum fenômeno pode prevalecer-se de uma relação constante com o prazer. Não se pode enunciar nenhuma lei de tal bem, portanto, que defina como vontade o sujeito que a introduz em sua prática.

Assim, a investigação do bem seria um impasse, se ele não renascesse — *das Gute*, o bem que é objeto da lei moral. Ele nos é apontado pela experiência que temos de ouvir dentro de nós ordens cujo imperativo se apresenta como categórico, ou seja, incondicional.

Note-se que esse bem só é suposto como o Bem por se propor, como acabamos de dizer, a despeito de qualquer objeto que lhe imponha sua condição, por se opor a seja qual for dos bens incertos que esses objetos possam trazer, numa equivalência de princípio, para se impor como superior por seu valor universal. Assim, seu peso só aparece por excluir, pulsão ou sentimento,

tudo aquilo de que o sujeito pode padecer em seu interesse por um objeto, o que por isso Kant designa como “patológico”.

Logo, seria por uma indução baseada nesse efeito que nele encontraríamos o Bem Supremo dos Antigos, se Kant, como é seu costume, não tivesse ainda esclarecido que esse Bem não age como contrapeso, mas, por assim dizer, como antipeso, isto é, pela subtração de peso que ele produz no efeito de amor-próprio (*Selbstsucht*) que o sujeito sente como satisfação (*arrogantia*) de seus prazeres, porquanto um olhar para esse Bem torna esses prazeres menos respeitáveis.¹ Textual, assim como sugestivo.

[767]

Retenhamos o paradoxo de que é no momento em que o sujeito já não tem diante de si objeto algum que ele encontra uma lei, a qual não tem outro fenômeno senão alguma coisa já significativa, que é obtida de uma voz na consciência e que, ao se articular nela como máxima, propõe ali a ordem de uma razão puramente prática, ou vontade.

Para que essa máxima sirva de lei, é necessário e suficiente que, na experiência de tal razão, ela possa ser aceita como universal por direito de lógica. O que, lembremos sobre esse direito, não quer dizer que ela se imponha a todos, mas que valha para todos os casos, ou, melhor dizendo, que não valha em nenhum caso, se não valer em todos.

Mas, devendo essa experiência ser de razão, pura ainda que prática, ela só pode ter êxito em relação a máximas de um tipo que permita uma apreensão analítica em sua dedução.

Esse tipo é ilustrado pela fidelidade que se impõe na devolução de um depósito,² repousando a prática do depósito nos dois ouvidos que, para constituírem o depositário, têm que se fechar a qualquer condição que se oponha a essa fidelidade. Em outras palavras, não há depósito sem depositário à altura de sua incumbência.

Poder-se-á sentir a necessidade de um fundamento mais sintético, mesmo nesse caso evidente. Ilustremos sua falta, por

1. Remeteremos à tradução muito aceitável de Barni, que remonta a 1848, aqui em suas p.247 e seguintes, e à edição Vorländer (da Meiner) quanto ao texto alemão, p.86.

2. Cf. o escólio do teorema III do primeiro capítulo de *l'Analytique de la Raison pure pratique*, Barni, p.163; Vorländer, p.31.

nosso turno, ainda que ao preço de uma irreverência, através de uma máxima retocada do pai Ubu: “Viva a Polônia, pois, se não houvesse a Polônia, não haveria poloneses.”

Não vá ninguém aqui duvidar, por alguma lentidão ou até emotividade, de nosso apego a uma liberdade sem a qual os povos se enlutam. Mas sua motivação, aqui analítica, apesar de irrefutável, presta-se a que o indefectível seja temperado pela observação de que os poloneses fizeram-se distinguir desde sempre por uma notável resistência aos eclipses da Polônia, e mesmo à deploração que se seguia.

[768]

Deparamo-nos com o que leva Kant a ter boas razões para exprimir o pesar de que, à experiência da lei moral, nenhuma intuição ofereça um objeto fenomênico.

Havemos de convir que, ao longo de toda a *Crítica*, esse objeto se furta. Mas é adivinhado pelo rastro deixado pela implacável seqüência trazida por Kant para demonstrar sua esquiva, e da qual o livro extrai esse erotismo, sem dúvida inocente, mas perceptível, cuja sólida fundamentação iremos mostrar pela natureza do referido objeto.

Eis por que rogamos que se detenham neste exato ponto de nossas linhas, para retomá-las posteriormente, todos aqueles de nossos leitores que estiverem, no tocante à *Crítica*, numa relação ainda virgem, por não a haverem lido. Que verifiquem se ela tem mesmo o efeito que afirmamos, e ao menos lhes prometemos o prazer que é transmitido por essa façanha.

Os outros nos acompanharão agora na *Filosofia na alcova*, ou pelo menos em sua leitura.

Panfleto, revela-se ela, porém dramático, onde uma iluminação cênica permite ao diálogo e aos gestos prosseguirem até os limites do imaginável: essa iluminação apaga-se por um momento para dar lugar, panfleto dentro do panfleto, a um libelo intitulado: “Franceses, mais um esforço, se quereis ser republicanos...”

O que aí se enuncia é comumente entendido, se não apreciado, como uma mistificação. Não é preciso ser alertado pela reconhecida importância do sonho dentro do sonho, por apontar uma relação mais próxima do real, para ver no desprezo, no caso, pela atualidade histórica, uma indicação do mesmo tipo. Ela é patente, e melhor faremos em examiná-la duas vezes.

Digamos que a eficácia do libelo é dada na máxima que propõe ao gozo sua regra, insólita ao se dar o direito, à maneira de Kant, de se afirmar como regra universal. Enunciemos a máxima: “Tenho o direito de gozar de teu corpo, pode dizer-me qualquer um, e exercerei esse direito, sem que nenhum limite me detenha no capricho das extorsões que me dê gosto de nele saciar.”

[769]

Essa é a regra à qual se pretende submeter a vontade de todos, por menos que uma sociedade a implemente através de sua coerção.

Humor negro, na melhor das hipóteses, para qualquer ser sensato, ao tornar a partir da máxima para o consentimento que nela se supõe.

Mas, afora o fato de que, se há uma coisa a que nos habituou a dedução da *Crítica*, foi a distinguir o racional do tipo de sensatez que não passa de um recurso confuso ao patológico, sabemos agora que o humor é o trânsfuga na comicidade da própria função do “Supereu” — o que, para animar com uma metamorfose essa instância psicanalítica e arrancá-la do retorno de obscurantismo em que a empregam nossos contemporâneos, pode igualmente apurar o sabor da prova kantiana da regra universal com a pitada de sal que lhe falta.

Assim, não somos nós incitados a levar mais a sério aquilo que se nos apresenta como não o sendo em absoluto? Não perguntaremos, é claro, se é necessário nem suficiente que uma sociedade sancione um direito ao gozo, permitindo a todos valerem-se dele, para que a partir daí sua máxima pretexto o imperativo da lei moral.

Nenhuma legalidade positiva pode decidir se essa máxima é capaz de assumir a categoria de regra universal, uma vez que, do mesmo modo, essa categoria pode eventualmente opô-la a todas.

Essa não é uma questão que se decida simplesmente ao imaginá-la, e a extensão a todos do direito que a máxima invoca não é aqui o que está em pauta.

Não se demonstraria nisso, na melhor das hipóteses, senão uma possibilidade do geral, que não é o universal, o qual toma as coisas como estas se fundamentam, e não como se dispõem.

E não se pode omitir esta oportunidade de denunciar a exorbitância do papel conferido ao momento da reciprocidade nas estruturas, sobretudo subjetivas, que a repelem intrinsecamente.

A reciprocidade, relação reversível, por se estabelecer numa linha simples que une dois sujeitos que, por sua posição “recíproca”, tomam essa relação como equivalente, dificilmente consegue colocar-se como o tempo lógico de uma travessia do sujeito em sua relação com o significante, e muito menos como etapa de algum desenvolvimento, aceitável ou não como psíquico (onde a criança sempre tem as costas largas para lhe aplicarem a intenção pedagógica).

[770]

Seja como for, já é um ponto a ser conferido a nossa máxima que ela possa servir de paradigma de um enunciado que exclui como tal a reciprocidade (a reciprocidade, e não a incumbência de revidar).

Qualquer juízo sobre a ordem infame que entronizaria nossa máxima, portanto, é indiferente nessa matéria, que consiste em lhe reconhecer ou em lhe recusar o caráter de uma regra aceitável como universal na moral, a moral reconhecida desde Kant como uma prática incondicional da razão.

É preciso, evidentemente, reconhecer-lhe esse caráter, pela simples razão de que seu mero anúncio (seu quérigma) tem a virtude de instaurar, ao mesmo tempo, quer a rejeição radical do patológico, de qualquer consideração por um bem, uma paixão ou mesmo uma compaixão, ou seja, a rejeição pela qual Kant liberta o campo da lei moral, quer a forma dessa lei, que é também sua única substância, na medida em que a vontade só se obriga a ela ao rejeitar de sua prática toda razão que não seja de sua própria máxima.

Certamente, esses dois imperativos, entre os quais pode ser esticada até o estilçamento da vida a experiência moral, são-nos impostos, no paradoxo sadiano, como ao Outro, e não como a nós mesmos.

Mas aí só há distância à primeira vista, pois, de maneira latente, o imperativo moral não faz menos que isso, já que é a partir do Outro que sua ordem nos solicita.

Aqui percebemos revelar-se nuamente aquilo em que nos introduziria a paródia, acima citada, do universal evidente do dever do depositário, ou seja, que a bipolaridade pela qual se instaura a Lei moral não é nada além da fenda do sujeito operada por qualquer intervenção do significante: nomeadamente, do sujeito da enunciação para o sujeito do enunciado.

A Lei moral não tem outro princípio. Mas é preciso que isso fique patente, a menos que nos prestemos à mistificação que a piada do “Viva a Polônia!” faz sentir.

Nesse aspecto, a máxima sadiana é, por se pronunciar pela boca do Outro, mais honesta do que o recurso à voz interior, já que desmascara a fenda, comumente escamoteada, do sujeito.

O sujeito da enunciação distingue-se dela tão claramente quanto do “Viva a Polônia”, onde apenas se isola o que sua manifestação sempre evoca de *fun*.

[771]

Basta que nos reportemos, para confirmar essa perspectiva, à doutrina em que o próprio Sade fundamenta o império de seu princípio. Trata-se da dos direitos do homem. É pelo fato de que nenhum homem pode ser de outro homem propriedade, nem de algum modo seu apanágio, que não se pode disso fazer um pretexto para suspender o direito de todos de usufruírem dele, cada qual a seu gosto.³ O que ele sofrerá de coerção não é tanto por violência, mas por princípio, e a dificuldade para quem faz dela uma máxima está menos em fazê-lo consentir nisso do que em pronunciá-la em seu lugar.

Portanto, é realmente o Outro como livre, é a liberdade do Outro que o discurso do direito ao gozo instaura como sujeito de sua enunciação, e não de uma maneira que difira do tu és que se evoca do fundo mortífero de qualquer imperativo.⁴

Mas esse discurso é não menos determinante para o sujeito do enunciado, ao provocá-lo a cada endereçamento de seu conteúdo equívoco, já que o gozo, ao se confessar impudentemente em suas próprias palavras, faz-se pólo de uma dupla em que o outro está no fosso que ele já perfura no lugar do Outro, para ali erguer a cruz da experiência sadiana.

Adiemos falar de sua mola, para lembrar que a dor, que projeta aqui sua promessa de ignomínia, só faz corroborar a menção expressa que dela faz Kant entre as conotações da experiência moral. Ver-se-á melhor o que ela vale para a experiência sadiana abordando-a pelo que haveria de desconcertante no artifício dos estoicos a seu respeito: o desprezo.

3. Cf. a edição de Sade apresentada, vol.III, p.501-2.

4. *Tu es* (tu és) equivoca com *tuer* (matar). (N.E.)

Imaginemos uma réplica de Epícteto na experiência sadiana: “Vê, tu a quebraste”, diz ele, apontando para sua perna. Acaso reduzir o gozo à miséria desse efeito em que tropeça sua busca não é transformá-lo em horror?

O que mostra que o gozo é aquilo pelo qual se modifica a experiência sadiana. Pois ele só projeta monopolizar uma vontade ao já havê-la atravessado para se instalar no mais íntimo do sujeito que ele provoca mais além, ao atingir seu pudor.

Pois o pudor é ambiceptivo das conjunturas do ser: entre dois, o despudor de um constitui por si só a violação do pudor do outro. Canal que justifica, se necessário fosse, o que logo de início produzimos da asserção, no lugar do Outro, do sujeito.

[772]

Interrogemos esse gozo, precário por estar preso, no Outro, a um eco que ele só suscita ao aboli-lo pouco a pouco, por lhe juntar o intolerável. Não nos parece, afinal, que ele só se exalta por si mesmo, à maneira de uma outra e horrível liberdade?

Da mesma forma veremos descobrir-se o terceiro termo que, no dizer de Kant, faltaria na experiência moral. Trata-se do objeto, o qual, a fim de garanti-lo para a vontade no cumprimento da Lei, ele é obrigado a remeter ao impensável da Coisa-em-si. Esse objeto, acaso não o vemos decaído de sua inacessibilidade, na experiência sadiana, e revelado como o Ser-aí, *Dasein*, do agente do tormento?

Não sem manter a opacidade do transcendente. Pois esse objeto é estranhamente separado do sujeito. Observe-se que o arauto da máxima não precisa aqui ser mais do que um ponto de emissão. Pode ser uma voz no rádio, lembrando o alardeado direito ao suplemento de esforço no qual, ante apelo de Sade, os franceses teriam consentido, transformada a máxima, para sua República regenerada, em Lei orgânica.

Certos fenômenos da voz, nomeadamente os da psicose, têm mesmo essa faceta do objeto. E a psicanálise não estava longe, em sua aurora, de referi-los à voz da consciência.

Vemos o que motiva Kant a considerar que esse objeto se furta a qualquer determinação da estética transcendental, embora não deixe de aparecer em alguma saliência do véu fenomênico, não sendo sem eira nem beira, nem sem tempo na intuição, nem sem modo que se situe no irreal, nem sem efeito na realidade: não é só que a fenomenologia de Kant falhe aqui, mas é que a

voz, mesmo louca, impõe a idéia do sujeito, e não convém que o objeto da lei sugira uma malignidade do Deus real.

Seguramente, o cristianismo educou os homens a serem pouco atentos ao aspecto do gozo de Deus, e é nisso que Kant impõe seu voluntarismo da Lei-pela-Lei, que remete, por assim dizer, à ataraxia da experiência estoica. Podemos pensar que Kant está sob a pressão daquilo que ouve muito de perto, não de Sade, mas de um certo místico de sua região, no suspiro que sufoca o que ele vislumbra para-além, por ter visto que seu Deus é desprovido de rosto: *Grimmigheit*? Sade diz: Ser-supremo-em-maldade.

[773]

Mas, xô! *Schwärmereien*, negros enxames, nós vos enxotamos para voltar à função da presença na fantasia sadiana.

Essa fantasia tem uma estrutura que reencontraremos mais adiante e na qual o objeto é apenas um dos termos onde pode extinguir-se a busca que ela representa. Quando o gozo se petrifica aí, ele se torna o fetiche negro em que se reconhece a forma efetivamente oferecida em um certo tempo e lugar, ainda nos dias atuais, para que nela se adore seu deus.

É isso que advém do executor na experiência sádica, quando sua presença se resume, em última instância, a não ser mais do que seu instrumento.

Mas o fixar-se seu gozo nela não o livra da humildade de um ato em que ele não pode entrar senão como ser carnal e, até a medula, servo do prazer.

Duplicação que não reflete nem reciproca (por que não mutuaria ela?) a que se operou no Outro pelas duas alteridades do sujeito.

O desejo, que é o fator dessa fenda do sujeito, sem dúvida se conformaria em se dizer vontade de gozo. Mas essa denominação não o tornaria mais digno da vontade que ele invoca no Outro, provocando-a até o extremo de sua separação de seu pathos, pois, para fazê-lo, ele já começa derrotado, fadado à impotência.

É que ele começa submetido ao prazer, cuja lei é fazê-lo girar em sua meta cada vez mais repentinamente. Homeostase sempre encontrada depressa demais pelo vivente, no limiar mais baixo da tensão em que ele vegeta. É sempre precoce a queda da asa pela qual lhe é dado poder assinar a reprodução de sua forma.

Asa que, no entanto, deve aqui ser elevada à função de figurar o laço do sexo com a morte. Deixemo-la repousar sob seu véu eleusino.

Daquela vontade rival estimulante, portanto, o prazer já não é aqui senão um cúmplice precário. No momento mesmo do gozo, estaria simplesmente fora do jogo, se a fantasia não intervisse para sustentá-lo pela própria discórdia em que ele sucumbe.

Para dizê-lo de outra maneira, a fantasia torna o prazer apropriado ao desejo. E repitamos que desejo não é sujeito, por não ser indicável em parte alguma num significante da demanda, seja ela qual for, por não ser articulável nele, ainda que nele se articule.

[774]

A captura do prazer na fantasia é aqui fácil de apreender.

A experiência fisiológica demonstra que a dor é de ciclo mais longo, sob todos os aspectos, do que o prazer, já que uma estimulação a provoca no ponto em que o prazer acaba. Por mais prolongada que a suponhamos, no entanto, como o prazer ela tem seu fim: é o esvaecimento do sujeito.

Esse é o dado vital do qual a fantasia vai se servir para fixar, no sensível da experiência sadiana, o desejo que aparece em seu agente.

A fantasia é definida pela forma mais geral que recebe de uma álgebra construída por nós para esse fim, ou seja, a fórmula ($\$ \diamond a$), onde a punção $\diamond$ se lê “desejo de”, a ser lido da mesma forma no sentido inverso, introduzindo uma identidade que se fundamenta numa não-reciprocidade absoluta. (Relação coextensiva às formações do sujeito.)

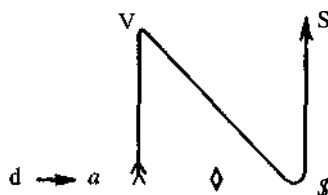
Seja como for, essa forma revela-se particularmente fácil de ser avivada no presente caso. Articula nele, de fato, o prazer a que veio substituir-se um instrumento (o objeto a da fórmula) na espécie de divisão contínua do sujeito que é ordenada pela experiência.

O que só se consegue se seu agente aparente se cristaliza na rigidez do objeto, no intuito de que sua divisão de sujeito lhe seja totalmente remetida pelo Outro.

Uma estrutura quadripartite, desde o inconsciente, é sempre exigível na construção de uma ordenação subjetiva. O que é satisfeito por nossos esquemas didáticos.

Modulemos a fantasia sadiana com um novo esquema dentre esses:

ESQUEMA 1:



A linha inferior satisfaz a ordem da fantasia, na medida em que esta sustenta a utopia do desejo.

[775]

A linha sinuosa inscreve a cadeia que permite um cálculo do sujeito. É orientada, e sua orientação constitui ali uma ordem em que o aparecimento do objeto *a* no lugar da causa se esclarece pelo caráter universal de sua relação com a categoria da causalidade, o qual, ao forçar o limiar da dedução transcendental de Kant, instauraria no eixo do impuro uma nova Crítica da Razão.

Resta o *V*, que, estando por cima nesse lugar, parece impor a vontade que domina a história toda, mas cuja forma também evoca a reunião do que ele divide, mantendo-o unido por um *vel*, isto é, permitindo escolher o que fará o *S* (*S* barrado) da razão prática com o *S*, sujeito bruto do prazer (sujeito “patológico”).

É realmente com a vontade de Kant, portanto, que se encontra no lugar dessa vontade, que só se pode dizer de gozo explicando que se trata do sujeito reconstituído da alienação, ao preço de ser apenas o instrumento do gozo. Assim, Kant, por ser questionado “com Sade”, ou seja, com Sade fazendo as vezes, tanto para nosso pensamento quanto em seu sadismo, de instrumento, confessa o que está incluído no sentido do “Que quer ele?” que doravante não falta a ninguém.

Sirvamo-nos agora desse grafo, em sua forma sucinta, para nos acharmos na floresta da fantasia, que Sade, em sua obra, desenvolve num plano de sistema.

Veremos que há uma estática da fantasia pela qual o ponto de afânise, suposto em *S*, deve ser, na imaginação, infinitamente adiado. Daí a sobrevivência pouco crível de que Sade dota as vítimas das sevícias e tribulações que lhes inflige em sua fábula.

Nesta, o momento da morte delas só parece motivado pela necessidade de substituí-las numa combinatória, a única que exige sua multiplicidade. Única (Justine) ou múltipla, a vítima tem a monotonia da relação do sujeito com o significante, na qual, a confiarmos em nosso grafo, ela consiste. Por ser objeto *a* da fantasia, situando-se no real, a tropa dos atormentadores (*vide Juliette*) pode ter mais variedade.

A exigência, na aparência das vítimas, de uma beleza sempre classificada de incomparável (e, além disso, inalterável, cf. supra) é uma outra história, da qual não nos podemos livrar com alguns postulados banais, forjados às pressas, sobre a atração sexual. Neles veremos, antes, a caricatura daquilo que demonstramos, na tragédia, sobre a função da beleza: barreira extrema que proíbe o acesso a um horror fundamental. Pensemos na *Antígona* de Sófocles e no momento em que nela eclode o *Eros aníkhate mákan*.⁵

[776]

Esta digressão não seria admissível aqui, se não introduzisse o que se pode chamar de discordância das duas mortes, introduzida pela existência da condenação. O entre-duas-mortes do para-aquém é essencial para nos mostrar que não é outra coisa senão aquele em que se sustenta o para-além.

Vemo-lo com clareza no paradoxo constituído em Sade por sua postura perante o inferno. A idéia de inferno, cem vezes refutada por ele e amaldiçoada como meio de sujeição da tirania religiosa, volta curiosamente a motivar os gestos de um de seus heróis, ainda que dos mais apaixonados pela subversão libertina em sua forma racional, a saber, o hediondo Saint-Fond.⁶ As práticas com que ele impõe a suas vítimas o suplício derradeiro baseiam-se na crença de que ele pode convertê-lo para elas, no para-além, no tormento eterno. Conduta da qual, por seu relativo encobrimento no tocante a seus cúmplices, e crença da qual, por seu embaraço em se justificar por ela, o personagem sublinha a autenticidade. Aliás, ouvimo-lo, a algumas páginas dali, tentar torná-las plausíveis em seu discurso, através do mito de uma atração que tende a reunir as “partículas do mal”.

5. *Antígona*, v.781.

6. Cf. *Histoire de Juliette*, ed. Jean-Jacques Pauvert, vol.II, p.196 e seguintes.

Essa incoerência em Sade, negligenciada pelos sadistas, também eles um pouco hagiógrafos, se esclareceria ao destacarmos em sua pluma o termo, formalmente expresso, segunda morte. A segurança que ele espera desta contra a horrível rotina da natureza (aquela que, ouvindo-o em outro texto, o crime tem a função de romper) exigiria que ela chegasse a um extremo em que se reduplica o desvanecimento do sujeito: do qual ele faz um símbolo, no anseio de que os elementos decompostos de nosso corpo, para não voltarem a se reunir, sejam, eles mesmos, aniquilados.

Que Freud, no entanto, reconheça o dinamismo desse anseio⁷ em alguns casos de sua prática, e que lhe reduza a função muito claramente, talvez com clareza demais, a uma analogia com o princípio do prazer, relacionando-a com uma “pulsão” (demanda) “de morte”, eis aquilo a que se recusaria o consentimento, especialmente o de alguém que nem sequer pôde aprender, na técnica que deve a Freud, bem como em suas lições, que a linguagem tem outro efeito que não o utilitário, ou o de exibição, quando muito. Freud lhe é de serventia nos congressos.

[777]

Sem dúvida, aos olhos de tais fantoches, os milhões de homens para quem a dor de existir é a evidência original, no que tange às práticas de salvação que eles baseiam em sua fé no Buda, são subdesenvolvidos, ou melhor, assim como para Buloz, diretor da *Revue des Deux Mondes*, que o disse sem rodeios a Renan, ao rejeitar seu artigo sobre o budismo⁸ — isso segundo Burnouf, ou seja, em algum ponto dos anos cinquenta (do século passado) —, para eles “não é possível que haja pessoas tão burras assim”.

Pois então não ouviram eles, se crêem ter um ouvido melhor do que os outros psiquiatras, essa dor em estado puro modelar a canção de alguns doentes, denominados de melancólicos?

Nem colheram um daqueles sonhos com que o sonhador fica transtornado, por ter, na condição sentida de um renascimento inesgotável, estado no âmago da dor de existir?

7. Dinamismo subjetivo: a morte física dá ao anseio da segunda morte seu objeto.

8. Cf. o prefácio de Renan a seus *Nouvelles études d'histoire religieuse*, de 1884.

Ou então, para pôr em seu devido lugar aqueles tormentos do inferno que nunca puderam ser imaginados para-além daquilo cuja manutenção tradicional os homens garantem neste mundo, porventura havemos de suplicar-lhes que pensem em nossa vida cotidiana como devendo ser eterna?

Nada se deve esperar, nem mesmo desespero, de uma besteira, em suma sociológica, e que só registramos para que, do lado de fora, não se espere nada demais, no que concerne a Sade, dos círculos em que se tem uma experiência mais garantida das formas do sadismo.

Notadamente quanto ao que se difunde de equívoco no tocante à relação de reversão que uniria o sadismo a uma idéia sobre o masoquismo, que de fora não se imagina a misturada que essa idéia suporta. Mais vale encontrar nisso o valor de uma historinha, famosa, sobre a exploração do homem pelo homem — definição do capitalismo, como se sabe. Mas, e o socialismo? É o contrário.

Humor involuntário, eis o tom com que vigora uma certa difusão da psicanálise. Ele fascina porque, ainda por cima, passa despercebido.

Mas há doutrinários que se esforçam por uma roupagem mais bem cuidada. É o caso do aplicado existencialista, ou, mais sobriamente, do *ready-made* personalista. Isso resulta em que o sádico “nega a existência do Outro”. É justamente, havemos de admitir, o que acaba de aparecer em nossa análise.

[778]

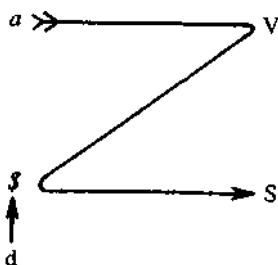
Seguindo-a, não será, antes, que o sadismo rechaça para o Outro a dor de existir, mas sem ver que, através disso, ele mesmo se transmuta num “objeto eterno”, se o sr. Whitehead tiver a bondade de nos ceder novamente esse termo?

Mas, por que não nos seria ele um bem comum? Não é esse — redenção, alma imortal — o status do cristão? Nem tão depressa, para também não ir longe demais.

Constatemos, antes, que Sade não é tapeado por sua fantasia, na medida em que o rigor de seu pensamento passa para a lógica de sua vida.

Pois proponhamos aqui um dever a nossos leitores.

A delegação que Sade faz a todos, em sua República, do direito ao gozo, não se traduz em nosso grafo por nenhuma reversão de simetria num eixo ou centro qualquer, mas apenas por uma rotação de um quarto de círculo, ou seja:



ESQUEMA 2:

V, a vontade de gozo, já não permite contestar sua natureza por passar para a coerção moral implacavelmente exercida pela Presidenta de Montreuil sobre o sujeito cuja divisão, como se vê, não exige ser reunida num só corpo.

(Note-se que somente o Primeiro Cônsul ratifica essa divisão, por seu efeito de alienação administrativamente confirmado.)

Essa divisão, aqui, reúne como S, o sujeito bruto que encarna o heroísmo próprio do patológico, sob a forma da fidelidade a Sade que atestarão aqueles que a princípio foram complacentes com seus excessos,⁹ como sua mulher, sua cunhada — seu laçao, por que não? —, outros devotamentos apagados de sua história.

[779]

Para Sade, o $\bar{S}$ (S barrado), vemos enfim que, como sujeito, é em seu desaparecimento que ele assina, havendo as coisas chegado a seu termo. Sade desaparece, sem que, incrivelmente, menos ainda do que de Shakespeare, nada nos reste de sua imagem, depois de haver ordenado em seu testamento que um matagal apagasse até mesmo o vestígio na pedra de um nome que selasse seu destino.

Mé phynai,¹⁰ não ter nascido: sua maldição, menos santa que a de Édipo, não o leva para junto dos Deuses, mas se eterniza:

(a) na obra, da qual, de uma penada, Jules Janin nos mostra a flutuação insubmersível, fazendo-a saudar livros que a mascaram, ao se acreditar nele, em qualquer biblioteca digna, como são João Crisóstomo ou os *Pensamentos*.

9. Que não se entenda que estejamos aqui dando crédito à lenda de que ele teria intervindo pessoalmente na detenção de Sade. Cf. Gilbert Lély, *Vie du Marquis de Sade*, vol.II, p.577-80, e a nota 1 da p.580.

10. Coro de *Édipo em Colono*, v. 1125.

Que obra maçante essa de Sade, a ouvi-los, sim, entendendo-se às mil maravilhas, senhor juiz e senhor acadêmico, mas sempre suficiente para fazer, um através do outro, um e outro, um dentro do outro, com que se perturbem.¹¹

É que uma fantasia, com efeito, é bastante perturbadora, pois não se sabe onde situá-la,¹² por ela estar ali, inteira, em sua natureza de fantasia que só tem realidade de discurso e que nada espera de seus poderes, mas que lhes pede, isto sim, que se ponham em dia com seus desejos.

Que o leitor se aproxime agora, com reverência, das figuras exemplares que, na alcova sadiana, se agenciam e se desfazem num rito de feira. “A postura se rompe.”

Pausa cerimonial, escansão sagrada.

Saúdem ali os objetos da lei, dos quais não saberão nada, na impossibilidade de saber como se situarem nos desejos de que eles são causa.

[780]

É bom ser caridoso

Mas, com quem? Essa é a questão.

Um certo sr. Verdoux a resolvia todos os dias, pondo mulheres no forno até ele mesmo ser condenado à cadeira elétrica. Achava que os seus desejavam viver com conforto. Mais esclarecido, o Buda se dava a devorar aqueles que não conhecem o caminho. Apesar desses exemplos eminentes, que bem poderiam basear-se apenas num mal-entendido (não é certo que a tigresa goste de comer Buda), a abnegação do sr. Verdoux provinha de um erro que justifica a severidade, já que um grãozinho de *Crítica*, que não custa caro, tê-lo-ia evitado. Ninguém duvida que a prática da Razão teria sido mais econômica, assim como mais legal, mesmo que seus familiares tivessem tido que passar um pouco de fome.

11. Cf. Maurice Garçon, *L’Affaire Sade*, J.-J. Pauvert, 1957. Ele cita J. Janin, da *Revue de Paris* de 1834, em seu arrazoado das p.84-90. Segunda referência, p.62: J. Cocteau, como testemunha, escreve que Sade é maçante, não sem haver reconhecido nele o filósofo e o moralista.

12. No português perdemos o jogo que Lacan faz entre *déranger* e *ranger*, respectivamente “perturbar” e “situar”. (N.E.)

“Mas, o que são”, dirão vocês, “todas essas metáforas, e por quê...?”

As moléculas, monstruosas ao se reunirem aqui para um gozo espinteriano, despertam-nos para a existência de outros mais comuns de encontrar na vida, cujos equívocos acabamos de evocar. Subitamente mais respeitáveis do que estas, por se afigurarem mais puros em suas valências.

Desejos... os únicos a ligá-las aqui, e exaltados por tornarem patente que o desejo é o desejo do Outro.

Se nos leram até este ponto, sabem que o desejo, mais exatamente, apóia-se numa fantasia da qual pelo menos um pé está no Outro, e justamente o pé que importa, mesmo e sobretudo se vier a claudicar.

O objeto, como mostramos na experiência freudiana, o objeto do desejo, ali onde se propõe desnudo, é apenas a escória de uma fantasia em que o sujeito não se refaz de sua síncope. É um caso de necrofilia.

Ele vacila complementarmente ao sujeito, no caso geral.

É nisso que é tão inapreensível quanto, segundo Kant, o objeto da Lei. Mas desponta aqui a suspeita que essa aproximação impõe. Não representa a lei moral o desejo, na situação em que já não é o sujeito e, sim, o objeto que falta?

Não parece o sujeito, o único que está ali como presença, sob a forma da voz do lado de dentro, quase sempre sem pé nem cabeça no que diz, não parece ele significar-se suficientemente pela barra com que o abastarda o significante $\$$ solto da fantasia ($\$a$) da qual deriva, nos dois sentidos desse termo?

[781]

Se esse símbolo cede o lugar ao imperativo interior com que se deslumbra Kant, ele nos abre os olhos para o acaso que, da Lei ao desejo, faz mais do que lhes mascarar o objeto, tanto para uma quanto para o outro.

Trata-se do acaso em que entra em jogo o equívoco da palavra liberdade: da qual, ao se apoderar, o moralista sempre nos parece ainda mais impudente do que imprudente.

Mas, escutemos o próprio Kant ilustrá-lo mais uma vez:¹³ “Suponham”, diz ele, “alguém que alegue não poder resistir a

13. Barni, p.173. Trata-se do escólio do problema II (*Aufgabe*) do teorema III do primeiro capítulo da *Analytique*, ed. Vorländer, p.25.

sua paixão quando o objeto amado e a oportunidade se apresentam; será que, se lhe houvessem erguido um cadafalso em frente à casa em que ele encontra essa oportunidade, para nele o acorrentar tão logo houvesse saciado seu desejo, ainda lhe seria impossível resistir a este? Não é difícil adivinhar o que ele responderia. Mas, se seu príncipe lhe ordenasse, sob pena de morte,¹⁴ prestar falso testemunho contra um homem de bem a quem ele quisesse arruinar por meio de um pretexto capcioso, consideraria ele possível, em tal caso, vencer seu amor à vida, por maior que pudesse ser? Se o faria ou não, eis o que ele talvez não ousasse decidir, mas, que isso lhe é possível, eis no que convirá sem hesitar. Ele julga, portanto, que pode fazer algo por ter a consciência do dever, e assim reconhece em si mesmo a liberdade que, sem a lei moral, ser-lhe-ia para sempre desconhecida.”

A primeira resposta aqui, supostamente de um sujeito sobre quem de saída nos advertem que, nele, muita coisa acontece em palavras, faz-nos pensar que não nos fornecem sua letra, quando é justamente isso que importa. É que, para redigi-la, preferem remeter-nos a um personagem cujo pudor sempre correríamos o risco de ofender, pois ele jamais faria essas coisas. Trata-se, noutras palavras, do burguês ideal diante de quem, num outro texto, sem dúvida para contradizer Fontenelle, o distintíssimo centenário, Kant declara tirar o chapéu.¹⁵

[782]

Assim, dispensaremos o menino malvado do testemunho sob juramento. Mas é possível que um defensor da paixão, e que fosse cego o bastante para lhe associar o ponto de honra, criasse um problema para Kant, por forçá-lo a constatar que nenhuma ocasião precipita alguns com mais certeza para seu objetivo do que vê-lo oferecer-se ao desafio, ou mesmo ao ultraje do cadafalso.

Pois o cadafalso não é a Lei, nem pode ser por ela veiculado aqui. Não há furgão senão da polícia, a qual pode muito bem ser o Estado, como se costuma dizer pelos lados de Hegel. Mas a Lei é outra coisa, como se sabe desde Antígona.

14. O texto diz: de uma morte sem demora.

15. Cf. p.253 da tradução de Barni, p.90 da ed. da Vorländer.

Kant, aliás, não contradiz isso com seu apólogo: o cadafalso só entra ali para que ele lhe acorrente, junto com o sujeito, seu amor à vida.

Ora, é nisso que o desejo pode, na máxima *Et non propter vitam vivendi perdere causas*, passar, num ser moral, e justamente por ele ser moral, passar à categoria de imperativo categórico, por menos que ele esteja encostado na parede. O que é justamente para onde ele é empurrado aqui.

O desejo, isso a que se chama desejo, basta para fazer com que a vida não tenha sentido quando se produz um covarde. E, quando a lei está realmente nisso, o desejo não se sustenta, mas pelo fato de que a lei e o desejo recalcado são uma única e mesma coisa, o que é justamente o que Freud descobriu. Marcamos o ponto no tempo regulamentar, professor.

Atribuamos nosso sucesso ao conjunto da peãozada, dona do jogo, como se sabe. Pois não fizemos intervir nem nosso Cavalo — aquele em função de quem, no entanto, tínhamos os trunfos na mão, já que ele seria Sade, que cremos aqui muito qualificado —, nem nosso Bispo, nem nossa Torre — os direitos do homem, a liberdade de pensamento, teu corpo te pertence —, nem nossa Rainha, figura apropriada para designar as proezas do amor cortês.

Isso teria sido movimentar gente demais, para um resultado menos seguro.

Pois, se afirmo que Sade, por algumas estripulias, arriscou-se com conhecimento de causa (vide o que faz com suas “escapadas”, lícitas ou não) a ser aprisionado durante um terço de sua vida — estripulias meio assíduas, sem dúvida, porém ainda mais demonstrativas se comparadas à recompensa —, atraio contra mim Pinel e sua pinelada que vem chegando. Loucura moral, opina ela. E afinal, grande coisa! Eis-me reconvocado à reverência por Pinel, a quem devemos um dos mais nobres passos da humanidade. — Treze anos de Charenton para Sade foram mesmo um passo assim. — Mas aquele não era seu lugar. — Isso é o que interessa. Foi esse passo mesmo que o levou para lá. Pois, quanto a seu lugar, e tudo o que é pensante concorda quanto a isso, ele ficava longe dali. Mas vejam: os que pensam bem acham que seu lugar era do lado de fora, e os bem-pensantes, desde Royer-Collard, que reivindicou isso na época, viam-no no

[783]

desterro e até no patíbulo. É justamente nisso que Pinel é um momento do pensamento. Querendo ou não, ele afiançou o abate a que, à direita e à esquerda, o pensamento submeteu as liberdades que a Revolução acabara de promulgar em seu nome.

Isso porque, considerando os direitos do homem sob a ótica da filosofia, vemos aparecer o que, aliás, todo o mundo agora sabe de sua verdade. Eles se resumem na liberdade de desejar em vão.

Grande vantagem! — mas oportunidade de reconhecer aí nossa liberdade espontânea de há pouco, e de confirmar que ela é mesmo a liberdade de morrer.

Como também de atrair para nós o cenho franzido daqueles que a consideram pouco nutritiva. Numerosos, em nossa época. Renovação do conflito entre as necessidades e os desejos, onde, como que por acaso, é a Lei que esvazia a concha.

Quanto à contestação a fazer ao apólogo kantiano, o amor cortês não oferece uma via menos tentadora, mas ela exige ser erudita. Ser erudito por postura é atrair para si os eruditos, e os eruditos, nesse campo, são a entrada dos *clowns*.

Já Kant, aqui, por pouco nos faria perder nossa seriedade, por não ter o menor senso do cômico (como prova o que diz dele no devido lugar).

Mas alguém a quem ele falta, a este, de um modo completamente absoluto, como já se observou, é Sade. Esse limite talvez lhe fosse fatal, e não se fez um prefácio para não piorar as coisas.

Assim, passemos ao segundo tempo do apólogo de Kant. Ele não é mais conclusivo para seus propósitos. Pois, supondo-se que seu hilota tenha o menor senso de oportunidade, ele lhe perguntará se porventura seria seu dever prestar um testemunho verdadeiro, caso fosse esse o meio de o tirano poder satisfazer sua cobiça.

[784]

Deve ele dizer que o inocente é judeu, por exemplo, se ele realmente o for, diante de um tribunal, já vimos coisas assim, que nisso encontre motivo de censura? — ou então, que ele é ateu, quando, justamente, talvez ele próprio seja um homem mais entendido no peso da acusação do que um consistório que queira apenas um dossiê? — e quanto ao desvio “da linha”, deve ele alegar inocência, num momento e num lugar em que a regra do jogo é a autocrítica? — e o que mais? Afinal, se um inocente nunca é totalmente imaculado, irá ele dizer o que sabe?

Pode-se erigir em dever a máxima de contrariar o desejo do tirano, se o tirano for aquele que se arroga o poder de subjugar o desejo do Outro.

Assim, nas duas extensões (e na mediação precária) de que Kant se faz a alavanca, para mostrar que a Lei põe em equilíbrio não somente o prazer, mas também a dor, a felicidade, ou igualmente a pressão da miséria e até o amor à vida, todo o patológico, constata-se que o desejo pode não apenas ter o mesmo sucesso, mas alcançá-lo ainda com mais razão.

Mas, se a vantagem que deixamos a *Crítica* levar, pela alacridade de sua argumentação, deveu alguma coisa a nosso desejo de saber onde ela queria chegar, não pode a ambigüidade desse sucesso inverter seu movimento no sentido de uma revisão das concessões detectadas?

É o caso, por exemplo, do desfavor com que, um tanto apressadamente, foram atingidos todos os objetos propostos como bens, por serem incapazes de harmonizar as vontades: simplesmente por introduzirem nelas a competição. Como Milão, que Carlos V e Francisco I souberam o que lhes custou, por ambos verem nela o mesmo bem.

Isso equivale realmente a desconhecer o que acontece com o objeto do desejo.

O qual só podemos introduzir, aqui, lembrando o que ensinamos sobre o desejo, a ser formulado como desejo do Outro, por ser, originalmente, desejo de seu desejo. O que torna concebível a harmonia dos desejos, mas não sem perigo. Pela simples razão de que, ao se ordenarem numa cadeia que se assemelha à procissão dos cegos de Bruegel, cada um, sem dúvida, tem a mão na mão daquele que o precede, mas ninguém sabe para onde todos estão indo.

[785]

Ora, ao arrepiar caminho, todos têm realmente a experiência de uma regra universal, mas por não estarem mais informados a respeito dela.

Acaso a solução conforme à Razão prática seria eles ficarem girando em círculos?

Mesmo faltando, o olhar decerto é aí o objeto que apresenta a cada desejo sua regra universal, materializando sua causa ao ligá-la à divisão “entre centro e ausência” do sujeito.

Atenhamo-nos, por conseguinte, a dizer que uma prática como a psicanálise, que reconhece no desejo a verdade do sujeito, não

pode desconhecer o que virá depois, sem demonstrar aquilo que recalca.

O desprazer é aí reconhecido por experiência como dando pretexto ao recalque do desejo, ao se produzir no caminho de sua satisfação — mas também como dando a forma assumida por essa mesma satisfação no retorno do recalcado.

Similarmente, o prazer redobra sua aversão ao reconhecer a lei, por dar suporte ao desejo de satisfazê-la que é a defesa.

Se a felicidade é a satisfação ininterrupta do sujeito com sua vida, como a define muito classicamente a *Crítica*,¹⁶ é claro que ela se recusa a quem não renuncia à via do desejo. Essa renúncia pode ser pretendida, mas ao preço da verdade do homem, o que fica bastante claro na reprovação a que se expuseram, diante do ideal comum, os epicuristas e até os estóicos. Sua ataraxia destitui sua sabedoria. Não se lhes leva minimamente em conta que eles rebaixem o desejo, pois não apenas não se considera a Lei tão elevada assim, como também é por isso, quer o saibamos, quer não, que ela é sentida como derrubada.

Sade, o *ci-devant*,¹⁷ retoma Saint-Just onde convém. Que a felicidade tenha-se tornado um fator da política é uma proposição imprópria. Ela sempre o foi, e levará o cetro e o incensório, que lhe caem muito bem. É a liberdade de desejar que constitui um fator novo, não por inspirar uma revolução — é sempre por um desejo que se luta e se morre —, mas pelo fato de essa revolução querer que sua luta seja em prol da liberdade do desejo.

Daí resulta ela querer também que a lei seja livre, tão livre [786] que lhe convém ser viúva, a Viúva¹⁸ por excelência, aquela que nos joga a cabeça no cesto, por menos que se intrometa no assunto. Houvesse a cabeça de Saint-Just continuado povoada pelas fantasias de Organt, talvez ele tivesse feito de Thermidor seu triunfo.

16. Teorema II do capítulo primeiro da *Analytique*, na ed. da Vorländer, p.25, traduzido de modo totalmente impróprio por Barni, p.159.

17. Termo empregado na época da Revolução Francesa a propósito das pessoas ligadas ao Antigo Regime por seus títulos ou sua posição. (N.E.)

18. “A Viúva” designava, na França da Revolução, a guilhotina. (N.E.)

O direito ao gozo, se fosse reconhecido, relegaria a uma era desde então caduca a dominação do princípio do prazer. Ao enunciá-lo, Sade faz com que se insinue para todos, por uma fresta imperceptível, o antigo eixo da ética: que não é outro senão o egoísmo da felicidade.

À qual não se pode dizer que qualquer referência esteja extinta em Kant, pela própria familiaridade com que ela lhe faz companhia e, mais ainda, pelos rebentos que dela captamos nas exigências com que ele argumenta igualmente a favor de uma recompensa no para-além e de um progresso cá embaixo.

Vislumbra-se uma outra felicidade, cujo nome dissemos no princípio, e o status do desejo se altera, impondo seu reexame.

Mas é aqui que algo deve ser julgado. Até onde nos leva Sade na experiência desse gozo, ou simplesmente de sua verdade?

Pois essas pirâmides humanas, fabulosas para demonstrar o gozo em sua natureza de cascata, essas grandes fontes do desejo, edificadas para que o gozo matize os jardins d'Este com uma volúpia barroca, quanto mais alto elas o fizessem jorrar do céu, mais de perto nos atrairia a questão do que flui nele.

Desde os imprevisíveis quanta com que se faz cintilar o átomo amor-ódio até a vizinhança da Coisa, de onde o homem emerge com um grito, o que se experimenta, ultrapassados certos limites, nada tem a ver com aquilo pelo qual o desejo se apóia na fantasia, que justamente se constitui a partir desses limites.

Esses limites, sabemos que em sua vida Sade os transpôs.

E essa épura de sua fantasia em sua obra, sem dúvida ele não no-la teria dado de outro modo.

Talvez causemos espanto ao questionar o que, dessa experiência real, a obra também traduziria.

A nos atermos à alcova, para um bosquejo bem incisivo dos sentimentos de uma jovem para com sua mãe, o fato é que a maldade, tão justamente situada por Sade em sua transcendência, não nos ensina aqui muito de novo sobre suas modulações amorosas.

Uma obra que se pretende má não pode permitir-se ser má obra, e convém dizer que *A filosofia* se presta a esta alfinetada por toda uma faceta de boa obra.

Há um pouco de pregação demais dentro dela.

Sem dúvida, é um tratado de educação para moças,¹⁹ e como tal está sujeito às leis de um gênero. Apesar do proveito que tira de expor às claras o “sádico-anal” que enfumaçava esse tema, em sua insistência obsedante nos dois séculos anteriores, ele continua a ser um tratado educativo. O sermão ali é maçante para a vítima, e enfatizado por parte do professor.

A informação histórica, ou, melhor dizendo, erudita, é desinteressante no livro e dá saudade de um La Mothe le Vayer.²⁰ A fisiologia compõe-se aí com receitas de ama-de-leite. No tocante à educação sexual, é como se lêssemos um opúsculo médico de nossa época sobre o assunto, o que já é dizer tudo.

Uma perseverança maior no escândalo ajudaria a reconhecer, na impotência com que comumente se exhibe a intenção educativa, justamente aquela contra a qual a fantasia se esforça ali: daí nasce um obstáculo a qualquer apreciação válida dos efeitos da educação, já que não se pode confessar da intenção o que produziu os resultados.

Esse traço poderia ter sido impagável, pelos efeitos louváveis da impotência sádica. Que tenha escapado a Sade dá o que pensar.

Sua carência se confirma por outra não menos notável: o livro nunca nos apresenta o sucesso de uma sedução, com o qual, no entanto, se coroaria a fantasia: aquela em que a vítima, nem que fosse em seu derradeiro espasmo, viesse a consentir na intenção de seu torturador, e até passasse para o lado dele, pelo ardor desse consentimento.

Com o que se demonstra, por outra visão, que o desejo é o avesso da lei. Na fantasia sadiana, vemos como eles se sustentam. Para Sade, sempre se está do mesmo lado, o bom ou o mau; nenhuma afronta mudará nada. Portanto, é o triunfo da virtude: esse paradoxo só faz reencontrar o sarcasmo próprio do livro edificante, por demais almejado por Justine para que ela não o defenda.

A não ser pelo nariz que se agita, encontrado no final do *Diálogo de um padre e um moribundo*, póstumo (admitam que

[788]

19. Sade o indica expressamente em seu título completo.

20. François de La Mothe Le Vayer (1588-1672), escritor e filósofo cético e libertino que se tornou preceptor de Luís XIV. (N.E.)

esse é um tema pouco propício a outras graças que não a graça divina), na obra faz-se às vezes sentir a falta de um chiste e, diríamos em termos mais amplos, do *wit* do qual Pope, fazia quase um século, havia enunciado a exigência.

Evidentemente, isso é esquecido pela invasão pedante que pesa sobre as letras francesas desde a *W.W.II*.²¹

Mas, se vocês precisam de um estômago resistente para acompanhar Sade quando ele prega a calúnia, primeiro artigo da moral a ser instituída em sua república, preferiríamos que ele pusesse nisso a malícia de um Renan. “Felicitemo-nos”, escreve este, “por Jesus não ter deparado com nenhuma lei que punisse o ultraje a uma classe de cidadãos. Os fariseus teriam sido invioláveis.”²² E continua: “Suas zombarias requintadas, suas provocações mágicas sempre acertavam na mosca. O manto de Nesso do ridículo que o judeu, filho dos fariseus, arrasta em farrapos há dezoito séculos, foi Jesus quem o teceu por um artifício divino. Obra-prima da alta chacota, suas tiradas inscreveram-se qual fio de fogo na carne do hipócrita e do falso devoto. Tiradas incomparáveis, tiradas dignas de um Filho de Deus! Só um Deus sabe matar assim. Sócrates e Molière apenas roçam a pele. Este leva até a medula o fogo e a ira.”²³

Pois esses comentários ganham valor pela seqüência que conhecemos, ou seja, pela vocação do Apóstolo dentre as fileiras dos fariseus e pela vitória das virtudes farisaicas, universal. O que, havemos de convir, presta-se a uma argumentação mais pertinente do que a desculpa bastante medíocre com que se contenta Sade em sua apologia da calúnia: a de que o homem de bem sempre triunfará sobre ela.

Essa mediocridade não impede a sombria beleza que se irradia desse monumento de desafios. Ela nos atesta a experiência que procuramos por trás da fabulação da fantasia. Experiência trágica, por projetar aqui sua condição num clarão vindo de para-além de qualquer temor e piedade.

21. Segunda Guerra Mundial, aqui em sua abreviatura em inglês. (N.E.)

22. Cf. *Vie de Jésus*, 17ª ed., p.339.

23. Op. cit., p.346.

Assombro e trevas, eis, ao contrário do chiste²⁴, a conjunção, que nessas cenas nos fascina por seu brilho de carvão.

Esse trágico é do tipo cuja precisão, será efetuada em data posterior do século, em mais de um livro, romance erótico ou drama religioso. Nós o chamaríamos o trágico senil, que nem mesmo nós sabíamos, a não ser nas piadas de estudante, estar a uma pedrada de distância do trágico nobre. Que se faça referência, para nos entender, à trilogia claudeliana do *Pai humilhado*. (Para nos entenderem, que saibam também que demonstramos nessa obra os traços da mais autêntica tragédia. É Melpômene que é gagá, com Clío, sem que se veja qual delas enterrará a outra.)

Eis-nos enfim intimados a interrogar o *Sade, meu semelhante*, cuja invocação devemos à extrema perspicácia de Pierre Klosowski.²⁵

Sem dúvida, a discrição desse autor faz com que coloque sua fórmula sob a proteção de uma referência a São Labro. Não nos sentimos com maior inclinação a lhe dar a mesma guarida.

Que a fantasia sadiana consiga situar-se melhor nos suportes da ética cristã do que em outros lugares, eis o que nossas balizas de estrutura tornam fácil de apreender.

Mas que Sade, por sua vez, se recusa a ser meu semelhante, eis o que deve ser lembrado, não para lhe pagar na mesma moeda, mas para reconhecer o sentido dessa recusa.

Creemos que Sade não é tão vizinho de sua própria maldade que nela possa encontrar seu próximo. Traço que compartilha com muitos, em especial com Freud. Pois esse é realmente o único motivo do recuo de alguns seres, talvez advertidos, diante do mandamento cristão.

Em Sade, vemos a prova disso — crucial, a nosso ver — em sua recusa da pena de morte, cuja história bastaria para provar, se não sua lógica, que ela é um dos correlatos da Caridade.

24. Freud fez do “Assombro e luz” de Heymans seu ponto de partida. [Cf. *O chiste e sua relação com o inconsciente*, ESB, vol.VIII.]

25. Esse é o título do livro [*Sade, mon prochain*] publicado pela Seuil em 1947. Digamos que, de nossa época, é a única contribuição à questão sadiana que não nos parece maculada pelos cacoetes do espírito bem-pensante. (Essa frase, por demais elogiosa para os outros, foi inicialmente posta em nosso texto dirigindo-se a um futuro acadêmico, ele mesmo especialista em malícias.)

Sade, portanto, deteve-se nisso, no ponto em que se ata o desejo à lei.

Se alguma coisa nele deixou-se prender à lei, para nela encontrar a oportunidade, da qual fala São Paulo, de ser desmedidamente pecador, quem lhe atiraria a pedra? Só que ele não foi mais longe.

[790]

Não é apenas que nele, como em todo o mundo, a carne seja fraca; é que o espírito é impetuoso demais para não ser tapeado. A apologia do crime impele-o apenas ao reconhecimento indireto da Lei. O Ser supremo é restaurado no Malefício.

Escutem-no exaltar-lhes sua técnica de pôr imediatamente em prática tudo o que lhe vem à cabeça, pensando igualmente, ao substituir o arrependimento pela reiteração, acabar com a lei do lado de dentro. Ele não encontra nada melhor para nos encorajar a segui-lo do que a promessa de que a natureza, magicamente, como mulher que é, nos fará cada vez mais concessões.

Seria um erro nos fiarmos nesse típico sonho de poder.

Ele nos indica suficientemente, em todo caso, que não há como conceber que Sade, como P. Klossowski sugere, embora assinale não crer nisso, tenha atingido aquele tipo de apatia que seria “de haver reingressado no seio da natureza, em estado de vigília, em nosso mundo”²⁶ habitado pela linguagem.

Do que falta aqui em Sade, proibimo-nos de dizer uma palavra. Que o sintam na gradação da *Filosofia*, pelo fato de ser a agulha curva, tão cara aos heróis de Buñuel, que é finalmente chamada a resolver na moça um *Penisneid* meio visível nela.

Seja como for, evidencia-se que não se ganhou nada ao substituir Diotima por Domancé, pessoa a quem a via comum parece assustar mais do que convém, e que, como viu Sade, encerra o assunto com um *Noli tangere matrem. V...ée* e costurada²⁷, a mãe continua proibida. Está confirmado nosso veredito sobre a submissão de Sade à Lei.

26. Cf. a nota da p.94, op. cit.

27. *Verolée*: sinônimo de “sifilítica, numa referência à última parte de *A filosofia na alcova*, quando Mme de Mistival, mãe de Eugénie é “inoculada” com o “veneno” da sífilis e, em seguida, tem seus órgãos genitais costurados — o que é associado por Lacan ao filme *El*, de Buñuel, em que o personagem também costura sua esposa. (N.E.)

De um verdadeiro tratado sobre o desejo, portanto, pouco há aqui, ou mesmo nada.

O que se anuncia nesse revés extraído de um acaso não passa, quando muito, de um tom de razão.

R.G., setembro de 1962

VII

Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano

[793]

Este texto representa a comunicação que foi nossa contribuição a um Congresso reunido em Royaumont aos cuidados dos “Colóquios filosóficos internacionais”, sob o título *A dialética*, para ele nos havendo convidado Jean Wahl. Ele se realizou de 19 a 23 de setembro de 1960.

Foi a data deste texto, anterior ao Congresso de Bonneval do qual saiu o que o sucede, que nos fez publicá-lo:

para dar ao leitor uma idéia do avanço em que sempre se manteve nosso ensino em relação ao que dele podíamos dar a conhecer.

(O grafo aqui produzido foi construído para nosso Seminário sobre as formações do inconsciente. Elaborou-se especialmente com base na estrutura do chiste, tomada como ponto de partida, diante de um auditório surpreso. Isso se deu no primeiro trimestre, ou seja, o último de 1957. Um resumo com a figura aqui fornecida foi publicado na época no *Bulletin de Psychologie*.)

Uma estrutura é constitutiva da prática a que chamamos psicanálise. Essa estrutura não pode ser indiferente a um público como este, que se supõe filosoficamente informado.

Que ser filósofo quer dizer interessar-se por aquilo em que todo o mundo está interessado sem saber, eis uma afirmação interessante, por oferecer a particularidade de que sua pertinência não implica que ela seja demonstrável. É que só se pode demonstrá-la se todo o mundo se tornar filósofo.

Digo sua pertinência filosófica, já que tal foi, afinal de contas, o esquema que Hegel nos deu da História na *Fenomenologia do espírito*.

Resumi-lo, assim, tem o interesse de nos apresentar uma mediação fácil para situar o sujeito: por uma relação com o saber.

Fácil também para demonstrar a ambigüidade dessa relação.

[794]

A mesma ambigüidade que manifestam os efeitos da ciência no universo contemporâneo.

O douto que faz ciência é também um sujeito, ele próprio, e até particularmente qualificado em sua constituição, como o demonstra o fato de a ciência não ter vindo ao mundo sozinha (de o parto não ter sido sem vicissitudes, e de ter sido precedido por alguns fracassos: abortos ou prematurações).

Ora, esse sujeito que deve saber o que faz, ao menos segundo se presume, não sabe o que, de fato, nos efeitos da ciência, interessa a todo o mundo. Ao menos assim parece no universo contemporâneo — onde todos se encontram em seu nível, portanto, quanto a esse ponto de ignorância.

Isso, por si só, justifica que se fale de um sujeito da ciência. Afirmação à qual pretende igualar-se uma epistemologia da qual se pode dizer que, nesse aspecto, ela mostra mais pretensão do que sucesso.

Daí, aprendamos aqui, a referência totalmente didática que fomos buscar em Hegel, para deixar claro, para as finalidades de formação que nos são próprias, o que acontece com a questão do sujeito, tal como a psicanálise propriamente a subverte.

O que nos qualifica para proceder por essa via é, evidentemente, nossa experiência dessa práxis. O que nos determinou a isso, como atestarão os que nos seguem, foi uma carência da teoria, reforçada por um abuso em sua transmissão, os quais, por não deixarem de ser perigosos para a própria práxis, resultam, tanto um quanto o outro, numa ausência total de status científico. Formular a questão das condições mínimas exigíveis para tal status não era, talvez, um ponto de partida desonesto. Constatou-se que ele leva longe.

Não é à amplitude de um questionamento social que nos referimos aqui, ou seja, ao reservatório das conclusões que tivemos de tirar contra os notórios desvios, na Inglaterra e na América, da práxis que se autoriza do nome psicanálise.

É propriamente a subversão que tentaremos definir, desculpando-nos perante esta assembléia, cuja qualidade acabamos de

invocar, por não poder fazer mais em sua presença do que fora dela, ou seja, por tomá-la tal e qual como pivô de nossa demonstração, ficando a nosso encargo justificar perante ela a pouca margem que lhe deixamos.

Mas usando sua benevolência para considerar aceito que as condições de uma ciência não podem ser o empirismo. [795]

Num segundo tempo, deparando com o que já se constituiu, com um rótulo científico, sob o nome de psicologia.

O que recusamos. Precisamente porque iremos demonstrar que a função do sujeito, tal como a instaura a experiência freudiana, desqualifica na raiz o que sob esse título só faz, não importa a forma de que se revistam suas premissas, perpetuar um contexto acadêmico.

Seu critério é a unidade do sujeito que existe com base nos pressupostos desse tipo de psicologia, nela cabendo até tomar como sintomático que seu tema seja cada vez mais enfaticamente isolado, como se se tratasse do retorno de um certo sujeito do conhecimento, ou fosse preciso que o psíquico se fizesse valer como duplicando o organismo.

É preciso aqui tirar um padrão da idéia, para a qual conflui todo um pensamento tradicional, de habilitar a expressão não infundada “estado do conhecimento”. Quer se trate dos estados de entusiasmo em Platão, dos graus do *samadhi* no budismo, ou do *Erlebnis*, experiência vivida do alucinógeno, convém saber o que uma teoria qualquer autentica disso.

Autentica disso no registro do que o conhecimento comporta de conaturalidade.

É claro que o saber hegeliano, na *Aufhebung* logicizante em que se fundamenta, faz tão pouco caso desses estados quanto a ciência moderna, que neles pode reconhecer um objeto da experiência como ensejo de definir certas coordenadas, mas em hipótese alguma uma ascese que seja, digamos, epistemogênica ou noófora.

Justamente a razão por que sua referência é para nós pertinente.

Pois supomos estar bastante informados da práxis freudiana para apreender que tais estados não desempenham nela nenhum papel — mas aquilo cujo destaque não se aprecia é o fato de que essa pretensa psicologia das profundezas não pensa em obter deles uma luz, por exemplo, nem tampouco lhes atribui uma cotação no que ela desenha como percurso.

Pois é esse o sentido, no qual não se insiste, do distanciamento com que Freud procede no tocante aos estados hipnóides, quando se trata de explicar até mesmo apenas os fenômenos da histeria. Aí está o fato assombroso: ele prefere a isso o discurso da histérica. O que denominamos de “momentos fecundos” em nosso posicionamento do conhecimento paranóico não é uma referência freudiana.

[796]

Temos certa dificuldade de tornar inteligível, num meio que se envaidece do mais incrível ilogismo, o que comporta interrogar o inconsciente tal como o fazemos, isto é, até que ele dê uma resposta que não seja da ordem do êxtase nem do abatimento, mas, antes, que “diga por quê”.

Se conduzimos o sujeito a algum lugar, é a uma decifração que já pressupõe no inconsciente essa espécie de lógica em que se reconhece, por exemplo, uma voz interrogativa, e até o encaminhamento de uma argumentação.

Aí está toda a tradição psicanalítica para sustentar que a nossa só pode intervir nela entrando pelo lugar certo, e que, ao se antecipar a ela, só consegue seu fechamento.

Em outras palavras, a psicanálise que se apóia em sua fidelidade freudiana não pode, de maneira alguma, dar-se como um rito de passagem a uma experiência arquetípica ou de algum modo inefável: no dia em que alguém enunciar alguma coisa dessa ordem que não seja um *minus habens*, é porque todo limite terá sido abolido nela. Coisa de que ainda estamos longe.¹

Isso não passa de uma aproximação de nosso tema. Pois trata-se de discernir mais de perto o que o próprio Freud, em sua doutrina, articula como constituindo um passo “copernicano”.

1. Mesmo tentando despertar interesse, sob a rubrica de fenômenos *Psi*, na telepatia, ou em toda a psicologia gótica que se possa ressuscitar de um Myers, o mais vulgar andarilho não conseguirá transpor o campo em que Freud o conteve de antemão, ao expor o que ele retém desses fenômenos como tendo que ser, no sentido estrito, traduzido, nos efeitos de cruzamento de discursos contemporâneos.

A teoria psicanalítica, mesmo ao se prostituir, continua a se fazer de pudica (traço bastante conhecido do bordel). Como se diz desde Sartre, é uma respeitosa: não vai rodar a bolsinha de qualquer lado da rua (nota de 1966).

Porventura basta que um privilégio seja banido — no caso, o que coloca a Terra no lugar central? A subsequente destituição do homem de um lugar análogo, pela vitória da idéia da evolução, dá o sentimento de que haveria nisso um ganho que se confirmaria por sua constância.

Mas, acaso temos tanta certeza de que haja nisso um ganho ou um progresso essencial? Será que alguma coisa torna evidente que a outra verdade, se assim chamarmos a verdade revelada, tenha padecido seriamente com isso? Então não se acha que o heliocentrismo não é, por exaltar o centro, menos enganoso do que ali ver a Terra, e que o fato da eclíptica certamente dava um modelo mais estimulante de nossas relações com o verdadeiro, antes de perder muito de seu interesse, por já não passar de uma Terra maria-vai-com-as-outras?

[797]

De qualquer modo, não é por causa de Darwin que os homens se consideram menos fina-flor dentre as criaturas, já que é precisamente disso que ele os convence.

A aplicação do nome de Copérnico a uma sugestão linguageira tem recursos mais dissimulados, que tocam justamente no que já acaba de se insinuar em nossa pena como relação com o verdadeiro, ou seja: a saber, o surgimento da elipse como não sendo indigna do lugar de onde recebem seu nome as chamadas verdades superiores. A revolução não é menor por se referir apenas às “revoluções celestes”.

Desse momento em diante, deter-se aí não mais tem apenas o sentido de revogar uma bobagem da tradição religiosa, que, como bem se vê, não se sai pior por isso, mas de atar mais intimamente o regime do saber ao da verdade.

Pois, se a obra de Copérnico, como salientaram outros antes de nós, não é tão coperniciana quanto se supõe, é porque nela a doutrina da dupla verdade ainda dá abrigo a um saber que até então, convém dizer, tinha toda a aparência de se contentar com ela.

Eis-nos pois levados à fronteira sensível entre a verdade e o saber, a qual se pode dizer, afinal, que nossa ciência, à primeira vista, parece ter mesmo retomado a solução de fechar.

Mas, se a história da Ciência, em sua entrada no mundo, ainda é para nós suficientemente palpitante para que saibamos que nessa fronteira algo se mexeu naquele momento, talvez seja aí que a psicanálise se destaca, por representar o advento de um novo sismo.

Pois retomemos por essa vertente o serviço que esperamos da fenomenologia de Hegel. É o de marcar ali uma solução ideal, a de, por assim dizer, um revisionismo permanente, no qual a verdade está em constante reabsorção naquilo que tem de perturbador, não sendo em si mesma senão o que falta na realização do saber. A antinomia que a tradição escolástica situava como um princípio é tida como resolvida aqui, por ser imaginária. A verdade não é outra coisa senão o que o saber só pode aprender que sabe ao pôr em ação sua ignorância. Crise real em que o imaginário se resolve, para empregarmos nossas categorias, por engendrar uma nova forma simbólica. Essa dialética é convergente e chega à conjuntura definida como saber absoluto. Tal como é deduzida, ela só pode ser a conjunção do simbólico com um real do qual nada mais há a esperar. Que é isso, se não um sujeito consumado em sua identidade consigo mesmo? No que se lê que esse sujeito já é perfeito ali e constitui a hipótese fundamental de todo esse processo. Com efeito, ele é nomeado como sendo seu substrato, e se chama *Selbstbewusstsein*, o ser de si consciente, todo-consciente.

[798]

Quisera Deus que assim fosse, mas a história da própria ciência, quer dizer, da nossa, e desde que ela nasceu, se situarmos seu nascimento original nas matemáticas gregas, apresenta-se, antes, em desvios que satisfazem muito pouco a esse imanentismo, e as teorias, com efeito — não nos deixemos enganar quanto a isso pela reabsorção da teoria restrita na teoria generalizada —, de modo algum principiam segundo a dialética: tese, antítese e síntese.

Aliás, certos estalidos que se fazem ouvir muito confusamente nas grandes consciências responsáveis por algumas mudanças cardinais na física não deixam de nos lembrar que, afinal, tanto nesse saber quanto nos outros, é em outro lugar que tem de soar a hora da verdade.

E por que não veríamos que a espantosa deferência de que se beneficia o espalhafato psicanalítico na ciência pode ser devida ao que a psicanálise aponta de uma esperança teórica que não é apenas de desarvoramento?

Não estamos falando, bem entendido, da extraordinária transferência lateral pela qual vêm recobrar-se na psicanálise as categorias de uma psicologia que com isso revigora seus usos vis de exploração social. Pela razão que enunciamos, consideramos o destino da psicologia irremissivelmente selado.

De qualquer modo, nossa dupla referência ao sujeito absoluto de Hegel e ao sujeito abolido da ciência dá o esclarecimento necessário para formular em sua verdadeira medida a dramaticidade de Freud: reingresso da verdade no campo da ciência, ao mesmo tempo em que ela se impõe no campo de sua práxis: recalçada, ela ali retorna.

[799]

Quem não vê a distância que separa a desgraça da consciência — a qual, por mais potente que seja seu aprimoramento em Hegel, podemos dizer que ainda é tão-somente a suspensão de um saber — do mal-estar da civilização em Freud, mesmo que seja apenas na inspiração de uma frase como que renegada que ele nos assinala o que, ao lê-lo, não podemos articular senão como a relação de través (em inglês, diríamos *skew*) que separa o sujeito do sexo?

Nada há, portanto, em nossa vertente para situar Freud que se ordene pela astrologia judiciária da qual se impregna o psicólogo. Nada que provenha da qualidade e até do intensivo, nem de nenhuma fenomenologia com a qual o idealismo possa reasssegurar-se. No campo freudiano, apesar das palavras, a consciência é um traço tão caduco, para basear o inconsciente em sua negação (esse inconsciente data de são Tomás), quanto o afeto é incapaz de desempenhar o papel do sujeito protopático, uma vez que esse é um cargo que não tem titular ali.

O inconsciente, a partir de Freud, é uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena, escreve ele) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma.

Nessa fórmula, que só é nossa por ser conforme tanto ao texto freudiano quanto à experiência que ele inaugurou, o termo crucial é o significante, ressuscitado da retórica antiga pela lingüística moderna, numa doutrina cujas etapas não podemos assinalar aqui, mas da qual os nomes de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson indicarão a aurora e a culminância atual, lembrando que a ciência-piloto do estruturalismo no Ocidente tem suas raízes na Rússia em que floresceu o formalismo. Genebra, 1910, e Petrogrado, 1920, dizem bem por que seu instrumento faltou a Freud. Mas essa falha da história só faz tornar mais instrutivo o fato de que os mecanismos descritos por Freud como sendo os do processo primário, onde o inconsciente encontra seu regime, abrangem exatamente as funções que essa escola toma

por determinantes das vertentes mais radicais dos efeitos da linguagem, quais sejam, a metáfora e a metonímia, ou, dito de outra maneira, os efeitos de substituição e combinação do significante nas dimensões respectivamente sincrônica e diacrônica em que eles aparecem no discurso.

Uma vez reconhecida a estrutura da linguagem no inconsciente, que tipo de sujeito podemos conceber-lhe?

Podemos tentar aqui, numa preocupação de método, partir da definição estritamente lingüística do [Eu] como significante: onde ele não é nada além do *shifter* ou indicativo que, no sujeito do enunciado, designa o sujeito enquanto ele fala naquele momento.

O que quer dizer que designa o sujeito da enunciação, mas não o significa. É o que se evidencia pelo fato de que todo significante do sujeito da enunciação pode faltar no enunciado, além de haver os que diferem do [Eu], e não apenas no que é insuficientemente chamado de casos da primeira pessoa do singular, se lhe acrescentarmos seu alojamento na invocação plural e até no *Si* da auto-sugestão.

Pensamos, por exemplo, ter reconhecido o sujeito da enunciação no significante *ne*, chamado pelos gramáticos de *ne* expletivo, termo em que já se anuncia a incrível opinião daqueles dentre os melhores que tomam sua forma como entregue ao capricho. Possa o encargo que lhe damos fazê-los corrigirem-se nisso, antes que [*ne*] se revele que eles não entendem nada do assunto (retirem esse *ne* e minha enunciação perde seu valor de ataque, elidindo-me o [Eu] no impessoal).² Mas temo, assim, que eles [*n'en*] venham a me execrar (passem ao largo desse *n'*, e sua ausência, reduzindo o alegado temor da afirmação de minha repugnância a uma asserção tímida, reduz a ênfase de minha enunciação, situando-me no enunciado).³

Mas, se digo *tue* ["mata"], por eles me aborrecerem, onde me situei eu senão no *tu* ["calado"] em que os fito com desdém?⁴

2. A frase em francês constrói-se, é claro, com o *ne* (... *avant qu'il ne soit avéré qu'ils n'y comprennent rien*), donde sua colocação entre colchetes. (N.E.)

3. Ver nota anterior. (N.E.)

4. No original: *Mais si je dis "tue", pour ce qu'ils m'assomment, où me situe-je sinon dans le tu dont je les toise? Tue*, mata, é o particípio de calar em sua

Não façam cara feia, evoco de viés o que me repugna encobrir com a carta marcada da clínica.

Qual seja, a maneira certa de responder à pergunta “Quem está falando?”, quando se trata do sujeito do inconsciente. Pois essa resposta não poderia provir dele, se ele não sabe o que diz e nem sequer que está falando, como nos ensina a experiência inteira da análise.

Com o que o lugar do inter-dito, que é o intra-dito de um entre-dois-sujeitos, é justamente aquele em que se divide a transparência do sujeito clássico, para passar aos efeitos de *fading* que especificam o sujeito freudiano, por sua ocultação por um significante cada vez mais puro: quer esses efeitos nos levem aos confins em que lapso e chiste em sua colusão se confundem, quer até onde a elisão é tão mais alusiva ao esconder em sua toca a presença, que é espantoso que a caça ao *Dasein* não tenha tirado maior proveito disso.

[801]

Para que não seja vã nossa caçada, a nós, analistas, convém reduzir tudo à função de corte no discurso, sendo o mais forte aquele que serve de barra entre o significante e o significado. Ali se surpreende o sujeito que nos interessa, pois, ao se vincular à significação, ei-lo no mesmo barco que o pré-consciente. Pelo que chegaríamos ao paradoxo de conceber que o discurso na sessão analítica só tem valor por tropeçar ou até se interromper: como se a própria sessão não se instituísse como ruptura num discurso falso, digamos, naquilo que o discurso realiza ao se esvaziar como fala, ao não ser mais do que a moeda de efígie desgastada de que fala Mallarmé, passada de mão em mão “em silêncio”.

Esse corte da cadeia significante é único para verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade no real. Se a lingüística nos promove o significante, ao ver nele o determinante do significado, a análise revela a verdade dessa relação, ao fazer dos furos do sentido os determinantes de seu discurso.

É por essa via que se cumpre o imperativo que Freud leva ao sublime da sentenciosidade pré-socrática: *Wo Es war, soll*

flexão feminina (calada), e homófono de *tu* (tu, pronome, ou o particípio de calar), que aqui pode ainda ser visto como parte da palavra *tue*; situê-je... evoca a homofonia entre *situé* (situado, situei) e *si tué* (tão morto). (N.E.)

Ich werden, que mais de uma vez comentamos e que logo faremos compreender de outra maneira.

Contentando-nos com um passo em sua gramática: lá onde isso foi... o que significa? Se fosse apenas isso que tivesse sido (no aoristo), como lá chegar justamente ali para me fazer ser, ao enunciá-lo agora?

Mas o francês diz: *Là où c'était...* Sirvamo-nos do benefício que ele nos oferece de um imperfeito claro. Lá onde isso era, estava no instante exato, lá onde isso era, estava um pouquinho, entre a extinção que ainda brilha e a eclosão que tropeça, [Eu] posso vir a sê-lo, por desaparecer de meu dito.

Enunciação que se denuncia, enunciado que renuncia a si mesmo, ignorância que se dissipa, oportunidade que se perde, que resta aqui senão o vestígio do que é realmente preciso que exista para cair do ser?

Um sonho narrado por Freud em seu artigo “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico”⁵ fornece-
[802]

Da qual já fizemos um pretexto para ilustrar a relação do sujeito com o significante, através de uma enunciação com que o ser estremece, pela vacilação que lhe retorna de seu próprio enunciado.

Se a figura só subsiste por não lhe ser dita a verdade que ela ignora, que acontece, então, com o [Eu] de que essa subsistência depende?

Ele não sabia... Mais um pouquinho e ele ficava sabendo, ah! que isso nunca aconteça! Antes que ele saiba, que morra [Eu]. Sim, é assim que o [Eu] surge lá, lá onde isso estava: mas, quem sabia que [Eu] estava morto?

Ser de não-ente, é assim que advém o [Eu] como sujeito que se conjuga pela dupla aporia de uma subsistência verdadeira, que se abole por seu saber, e de um discurso em que é a morte que sustenta a existência.

5. GW, VIII, p.237-8 [ESB, “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, vol.XII].

Havemos nós de pôr esse ser na balança com o que Hegel forjou como sujeito, por ser o sujeito que sustenta sobre a história o discurso do saber absoluto? Estamos lembrados de que ele nos atesta haver experimentado a tentação da loucura. E não é nossa via aquela que a supera, por ir até a verdade da futilidade desse discurso?

Não exponhamos aqui nossa doutrina da loucura. Pois esta digressão escatológica está aí apenas para apontar com que hiância se separam, a freudiana da hegeliana, essas duas relações do sujeito com o saber.

E porque não há raiz mais segura do que os modos como disso se distingue a dialética do desejo.

Pois em Hegel, é ao desejo, à *Begierde*, que compete a responsabilidade pelo mínimo de ligação que o sujeito precisa guardar com o antigo conhecimento, para que a verdade seja imanente à realização do saber. A astúcia da razão significa que o sujeito, desde a origem e até o fim, sabe o que quer.

É aí que Freud reabre, na mobilidade de onde saem as revoluções, a junção entre verdade e saber.

Pois nela se vincula o desejo ao desejo do Outro, mas nesse circuito reside o desejo de saber.

O biologismo de Freud nada tem a ver com a abjeção pregadora que lhes chega às lufadas da oficina psicanalítica.

[803]

E seria preciso fazer vocês vivenciarem o instinto de morte que ali se abomina para colocá-los no diapasão da biologia de Freud. Pois eludir o instinto de morte de sua doutrina é desconhecê-la em caráter absoluto.

Pela abordagem que lhes preparamos, reconheçam na metáfora do retorno ao inanimado, do qual Freud reveste todo corpo vivo, a margem para-além da vida que a linguagem assegura ao ser pelo fato de ele falar, e que é justamente aquela em que esse ser investe na posição de significante não somente o que se presta a isso em seu corpo, por ser permutável, mas esse próprio corpo. Onde se evidencia então que a relação do objeto com o corpo não se define, de modo algum, como sendo de uma identificação parcial que devesse totalizar-se nele, uma vez que, ao contrário, esse objeto é o protótipo da dotação de sentido do corpo como pivô do ser.

Topamos aqui a parada do desafio que nos fazem, ao traduzir pelo substantivo “instinto” o que Freud chama de *Trieb*: o que *drive* traduziria muito bem em inglês, mas que é evitado ali, e

razão por que a palavra *dérive* [deriva] seria em francês nosso último recurso, caso não conseguíssemos dar à bastardia da palavra *pulsão* seu ponto de cunhagem.

Daí insistirmos em promover que, baseado ou não na observação biológica, o instinto, dentre os modos de conhecimento que a natureza exige do ser vivo para que ele satisfaça suas necessidades, define-se como o conhecimento que é admirado por não poder ser um saber. Mas outra coisa é aquilo de que se trata em Freud, que é efetivamente um saber, mas um saber que não comporta o menor conhecimento, já que está inscrito num discurso do qual, à semelhança do grilhão de antigo uso, o sujeito que traz sob sua cabeleira o codículo que o condena à morte não sabe nem o sentido nem o texto, nem em que língua ele está escrito, nem tampouco que foi tatuado em sua cabeça raspada enquanto ele dormia.

Esse apólogo mal chega a exagerar a pouca fisiologia que o inconsciente implica.

Isso se há de apreciar na contraprova da contribuição que a psicanálise deu à fisiologia desde que ela existe: essa contribuição é nula, até mesmo no que concerne aos órgãos sexuais. Nenhuma fabulação prevalecerá contra este balanço.

Pois a psicanálise implica, é claro, o real do corpo e o imaginário de seu esquema mental. Mas, para lhes reconhecer o alcance na perspectiva que do desenvolvimento se autoriza, primeiro é preciso notar que as integrações mais ou menos parcelares que parecem produzir sua ordenação funcionam ali, antes de mais nada, como os elementos de uma heráldica, de um brasão do corpo. O que se confirma pelo uso que se faz delas para decifrar os desenhos infantis.

[804]

É esse o princípio, e voltaremos ao assunto, do privilégio paradoxal que é o do falo na dialética inconsciente, sem que baste para explicá-lo a teoria já produzida do objeto parcial.

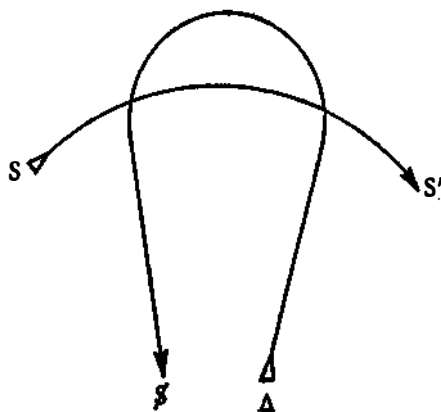
Cabe-nos dizer agora que, a se conceber o tipo de apoio que fomos buscar em Hegel para criticar uma degradação tão inepta da psicanálise que não encontra para si outra razão de interesse senão a de ser a atual, é inadmissível que nos imputem ser enganado por um esgotamento puramente dialético do ser, e não podemos tomar um certo filósofo⁶ por irresponsável quando ele autoriza esse mal-entendido.

6. Trata-se do amigo que nos convidou para este colóquio, depois de ter deixado

Pois longe de ceder a uma redução logicizante, ali onde se trata do desejo, encontramos em sua irreducibilidade à demanda a própria mola do que também impede de reduzi-lo à necessidade. Para dizê-lo elipticamente: que o desejo seja articulado é justamente por isso que ele não é articulável. Entenda-se: no discurso que lhe convém, ético, e não psicológico.

É portanto preciso levar muito mais longe, diante de vocês, a topologia que elaboramos para nosso ensino neste último lustro, ou seja, introduzir um certo grafo que prevenimos garantir apenas, entre outros, o emprego que faremos dele, tendo sido construído e ajustado a céu aberto para situar, em sua disposição em patamares, a estrutura mais amplamente prática dos dados de nossa experiência. Ele nos servirá aqui para apresentar onde se situa o desejo em relação a um sujeito definido por sua articulação pelo significante.

[805]



transparecer, alguns meses antes, as reservas que tirava de sua ontologia pessoal contra “os psicanalistas” por demais voltados, a seu ver, para o hegelianismo, como se algum outro senão nós oferecesse neste um ponto de apoio nessa coletividade.

Isso, na intermitência de páginas de seu diário atiradas aos ventos (por acaso, sem dúvida) que dele as haviam arrancado.

Ao que lhe fizemos ver que, para fazer essa sua ontologia interessar-se por isso, mesmo nos termos divertidos de que ele a reveste em bilhetes familiares, achávamos esse processo “não certamente, mas talvez” destinado a desvirtuar os espíritos.

Ambos participam da oferta ao significante que o furo no real constitui, um como um oco de recepção, outro como brocagem para a saída.

A submissão do sujeito ao significante, que se produz no circuito que vai de $s(A)$ a A e volta de A para $s(A)$, é propriamente um círculo, na medida em que a asserção que ali se instaura, por não se fechar em nada senão em sua própria escansão, ou, em outras palavras, na falta de um ato em que encontre sua certeza, remete apenas a sua própria antecipação na composição do significante, em si mesma insignificante.

A quadratura desse círculo, para ser possível, exige somente a completude da bateria significante instalada em A , que simboliza, por conseguinte, o lugar do Outro. Onde se vê que esse Outro nada é senão o puro sujeito da moderna estratégia dos jogos, como tal perfeitamente acessível ao cálculo da conjectura, na medida em que o sujeito real, por nele pautar o seu, não tem que levar minimamente em conta nenhuma aberração dita subjetiva no sentido comum, isto é, psicológica, mas a simples inscrição de uma combinatória cujo esgotamento é possível.

Essa quadratura é impossível, no entanto, mas unicamente pelo fato de que o sujeito só se constitui ao se subtrair dela e ao descompletá-la essencialmente, por ter, ao mesmo tempo, que se contar ali e desempenhar uma função apenas de falta.

[807]

O Outro, como sítio prévio do puro sujeito do significante, ocupa a posição mestra, de dominação, antes mesmo de ter acesso à existência, para dizê-lo com Hegel e contra ele, como absoluto Senhor/Mestre. Pois o que é omitido na mediocridade da moderna teoria da informação é que só se pode sequer falar de código quando este já é o código do Outro; ora, é de algo bem diferente que se trata na mensagem, uma vez que é por ela que o sujeito se constitui, uma vez que é do Outro que o sujeito recebe a própria mensagem que emite. E estão justificadas as notações A e $s(A)$.

Mensagens de código e códigos de mensagem distinguir-se-ão como formas puras no sujeito da psicose, aquele que se contenta com esse Outro prévio.

Observemos, entre parênteses, que esse Outro, distinguido como lugar da Fala, impõe-se igualmente como testemunha da Verdade. Sem a dimensão que ele constitui, o engano da Fala não se distinguiria do disfarce que, na luta combativa ou na exibição sexual, é bem diferente dela. Manifestando-se na captura imaginária, o disfarce se integra no jogo de aproximação e ruptura

que constitui a dança originária em que essas duas situações vitais encontram sua escansão, e nos parceiros que nelas se ordenam em sua, ousaríamos escrever, dancidade. O animal, aliás, mostra-se capaz disso ao ser acuado; consegue despistar, esboçando uma retirada que é um engodo. Isso pode chegar a ponto de sugerir na presa a nobreza de honrar o que há na caça esportiva. Mas o animal não finge fingir. Não deixa rastros cujo engodo consista em se fazerem tomar por falsos sendo verdadeiros, isto é, quando são os que dariam a pista certa. Tampouco apaga seus rastros, o que já seria, para ele, fazer-se sujeito do significativo.

Tudo isso foi apenas confusamente articulado por alguns filósofos, ainda que profissionais. Mas está claro que a Fala só começa com a passagem do fingimento à ordem do significante, e que o significante exige um outro lugar — o lugar do Outro, o Outro-testemunha, o testemunho Outro que não qualquer de seus parceiros — para que a Fala que ele sustenta possa mentir, isto é, colocar-se como Verdade.

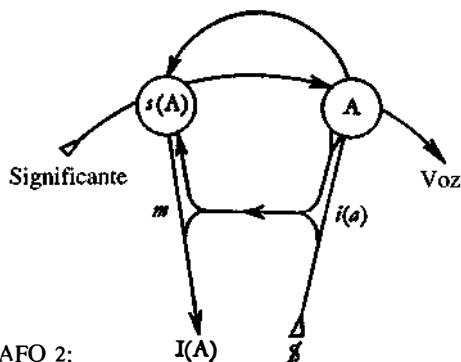
Assim, é de outro lugar que não o da Realidade concernida pela Verdade que esta extrai sua garantia: é da Fala. Como é também desta que ela recebe a marca que a institui numa estrutura de ficção.

[808]

O dito primeiro decreta, legifera, sentencia, é oráculo, confere ao outro real sua obscura autoridade.

Tomem apenas um significante como insígnia dessa onipotência, ou seja, desse poder todo em potência, desse nascimento da possibilidade, e vocês terão o traço unário, que, por preencher a marca invisível que o sujeito recebe do significante, aliena esse sujeito na identificação primeira que forma o ideal do eu.

O que é inscrito pela notação $I(A)$, com a qual devemos substituir, nesta etapa, o $\$$, S barrado do vetor retrógrado, fazendo com que ele se transponha de sua extremidade para sua partida (cf. grafo 2).



GRAFO 2:

Efeito de retroversão pelo qual o sujeito, em cada etapa, transforma-se naquilo que era, como antes, e só se anuncia “ele terá sido”, no futuro anterior.

Aqui se insere a ambigüidade de um desconhecer [*méconnaître*] essencial ao conhecer-me [*me connaître*]. Pois tudo de que o sujeito pode se assegurar, nessa retrovisão, é de vir a seu encontro a imagem, esta, antecipada, que ele tem de si mesmo em seu espelho. Não retomaremos aqui a função de nosso “estádio do espelho”, ponto estratégico primeiro, organizado por nós como objeção ao favorecimento dado na teoria ao pretense *eu autônomo*, cuja restauração acadêmica justificava o proposto contra-senso de seu reforço, num tratamento desde então desviado para um sucesso adaptativo: fenômeno de abdicação mental, ligado ao envelhecimento do grupo na diáspora da guerra, e redução de uma prática eminente a um rótulo apropriado à exploração do *American way of life*.⁷

[809]

Como quer que seja, o que o sujeito encontra nessa imagem alterada de seu corpo é o paradigma de todas as formas da semelhança que levarão para o mundo dos objetos um toque de hostilidade, projetando nele a transformação da imagem narcísica, que, do efeito jubilatório de seu encontro no espelho, transforma-se, no confronto com o semelhante, no escoadouro da mais íntima agressividade.

É essa imagem que se fixa, eu ideal, desde o ponto em que o sujeito se detém como ideal do eu. O eu, a partir daí, é função de domínio, jogo de imponência, rivalidade constituída. Na captura que sofre de sua natureza imaginária, ele mascara sua duplicidade, qual seja, que a consciência com que ele garante a si mesmo uma existência incontestável (ingenuidade que se espria pela meditação de um Fénelon) não lhe é de modo algum imanente, mas transcendente, uma vez que se apóia no traço unário do ideal do eu (o que o *cogito* cartesiano não desconhece⁸). Donde o próprio ego transcendental se vê relativizado, implicado como está no desconhecimento em que se inauguram as identificações do eu.

7. Deixamos esse parágrafo apenas como marco de uma batalha superada (nota de 1962; onde estávamos com a cabeça?).

8. Parênteses aqui como acréscimo, fixando elaborações sobre a identificação, posteriores (1962).

Esse processo imaginário, que da imagem especular vai até a constituição do eu, no caminho da subjetivação pelo significante, é expresso em nosso grafo pelo vetor $i(a).m$, de sentido único, mas duplamente articulado, uma primeira vez como curto-circuito em $\$I(\overline{A})$, uma segunda vez como via de retorno em $s(\overline{A}).\overline{A}$. O que mostra que o eu só se completa ao ser articulado não como [Eu] do discurso, mas como metonímia de sua significação (o que Damourette e Pichon tomam pela pessoa plena que eles opõem à pessoa sutil, não sendo esta última outra coisa senão a função anteriormente designada como *shifter*).

A promoção da consciência como essencial ao sujeito, na consequência histórica do *cogito* cartesiano, é para nós a acentuação enganosa da transparência do [Eu] como ato, à custa da opacidade do significante que o determina, e o deslizamento pelo qual o *Bewusstsein* serve para abranger a confusão do *Selbst* vem justamente demonstrar, na *Fenomenologia do espírito*, pelo rigor de Hegel, a razão de seu erro.

[810]

O movimento mesmo que desequilibra o fenômeno do espírito, fazendo-o pender para a relação imaginária com o outro (com o outro, isto é, com o semelhante, a ser conotado com a minúsculo), torna visível seu efeito: a saber, a agressividade, que se torna o fiel da balança em torno do qual irá decompor-se o equilíbrio do semelhante com o semelhante na relação do Senhor com o Escravo, preenhe de todas as astúcias pelas quais a razão vai aí pôr em marcha seu reino impessoal.

Dessa servidão inaugural dos caminhos da liberdade, por certo mais mito do que gênese efetiva, podemos aqui mostrar o que ela esconde, precisamente por tê-lo revelado como nunca dantes.

A luta que a instaura é bem denominada como de puro prestígio, e o desafio, pondo em jogo a vida, é adequado para fazer eco ao perigo da prematura genérica do nascimento, ignorado por Hegel e do qual fizemos a mola dinâmica da captura especular.

Mas a morte, justamente por estar impressa na função do desafio — aposta mais honesta que a de Pascal, ainda que também se trate de um pôquer, já que aqui cobrir a aposta é limitado —, mostra, ao mesmo tempo, o que é elidido tanto de uma regra prévia quanto do regulamento conclusivo. Pois é preciso, afinal de contas, que o vencido não pereça, para que produza um escravo. Em outras palavras, o pacto é em toda parte anterior à

violência, antes de perpetuá-la, e aquilo a que chamamos simbólico domina o imaginário, pelo que podemos indagar-nos se o assassinato é mesmo o absoluto Mestre/Senhor.

Pois não basta decidir por seu efeito: a Morte. Trata-se ainda de saber qual morte,⁹ a que é trazida pela vida ou aquela que a traz.

Sem prejudicar a dialética hegeliana por uma constatação de carência, há muito levantada a propósito da questão do vínculo da sociedade dos senhores, mestres, queremos aqui tão-somente sublinhar o que, a partir de nossa experiência, salta aos olhos como sintomático, isto é, como instalação no recalque. Trata-se, propriamente, do tema da Astúcia da razão, cujo erro, anteriormente apontado, não apequena seu peso de sedução. O trabalho, diz-nos ele, a que se submete o escravo, renunciando ao gozo por medo da morte, será justamente a via pela qual ele realizará a liberdade. Não há engodo mais manifesto politicamente e, ao mesmo tempo, psicologicamente. O gozo é fácil para o escravo e deixará o trabalho na servidão.

[811]

A astúcia da razão seduz pelo que nela ressoa de um mito individual muito conhecido pelo obsessivo, de quem sabemos que a estrutura não é rara na *intelligentsia*. Mas, por menos que este escape à má-fé do professor, é bem difícil ele se enganar quanto ao que é o seu trabalho que deve dar-lhe acesso ao gozo. Prestando uma homenagem propriamente inconsciente à história escrita por Hegel, é freqüente ele encontrar seu álibi na morte do Mestre/Senhor. Mas, que acontece com essa morte? Ele simplesmente a espera.

De fato, é do lugar do Outro, em que ele se instala, que ele acompanha o jogo, tornando qualquer risco inoperante, em especial o de alguma disputa, numa “consciência-de-si” para a qual só existe morte para dar risada.

Assim, não pensem os filósofos poder não dar importância à irrupção que foi a fala de Freud no que concerne ao desejo.

E isso a pretexto de que a demanda, juntamente com os efeitos da frustração, inundou tudo o que lhes chega de uma prática

9. Também aí, referência ao que professamos em nosso seminário sobre *A ética da psicanálise* (1959-60, a ser publicado) a respeito da segunda morte. Queremos muito, com Dylan Thomas, que não haja duas delas. Mas, nesse caso, será mesmo o absoluto Mestre/Senhor a única que resta? [*A ética da psicanálise* já está publicada: O Seminário, livro 7, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988. (N.E.)]

caída numa banalidade educativa que já não é resgatada nem mesmo por sua indolência.

Sim, os traumas enigmáticos da descoberta freudiana já não passam de vontades reprimidas. A psicanálise nutre-se da observação da criança e do infantilismo das observações. Poupe-mos seus relatórios, tantos quantos são, todos tão edificantes.

E tais que o humor nunca mais é neles admitido.

Seus autores, doravante, estão por demais preocupados com uma posição de medalhões para ainda levar minimamente em conta o aspecto irremediavelmente extravagante que o inconsciente conserva por suas raízes lingüísticas.

Impossível, no entanto, para os que sustentam que é pela acolhida dada à demanda que se introduz a discordância nas necessidades presumidas na origem do sujeito, negligenciar o fato de que não há demanda que não passe de algum modo pelos desfilamentos do significante.

E, se a *anankê* somática da incapacidade do homem de se mover, *a fortiori* de bastar a si mesmo, durante um período após seu nascimento, garante a base de uma psicologia da dependência, como haveria ela de elidir o fato de que essa dependência é mantida por um universo de linguagem, justamente na medida em que por e através dele as necessidades se diversificaram e desdobraram a tal ponto que seu alcance se afigura de ordem totalmente diversa, quer seja relacionado com o sujeito ou com a política? Explicitando: a tal ponto que essas necessidades passaram para o registro do desejo, com tudo o que ele nos impõe por confrontar nossa nova experiência, por seus paradoxos de sempre para o moralista, pela marca de infinitude que nele destacam os teólogos, e até pela precariedade de seu status, tal como esta se anuncia na última moda de sua formulação, promovida por Sartre: desejo, paixão inútil.

O que a psicanálise nos demonstra no tocante ao desejo, em sua função que podemos chamar de a mais natural, já que é dela que depende a manutenção da espécie, não é apenas que ele está submetido, em sua instância, sua apropriação, em suma, em sua normalidade, aos acidentes da história do sujeito (idéia do trauma como contingência), mas também que tudo isso exige o concurso de elementos estruturais que, para intervir, prescindem perfeitamente desses acidentes, e cuja incidência desarmônica, inesperada, difícil de reduzir, realmente parece deixar na experiência um resíduo que conseguiu arrancar de Freud a declaração de

[812]

que a sexualidade devia trazer a marca de alguma fissura pouco natural.

Seria um erro acreditarmos que o mito freudiano do Édipo acaba, quanto a esse aspecto, com a teologia. Pois não basta agitar o fantoche da rivalidade sexual. E mais conviria ler nele o que, em suas coordenadas, Freud impõe à nossa reflexão, pois elas retornam à pergunta de onde ele mesmo partiu: que é um Pai?

— É o Pai morto — responde Freud, mas ninguém o escuta, e, quanto ao que Lacan retoma disso sob a rubrica de Nome-do-Pai, é lamentável que uma situação pouco científica continue a deixá-lo privado de seu público normal.¹⁰

Mas a reflexão analítica tem girado vagamente em torno do problemático desconhecimento, entre alguns primitivos, da função do genitor, e houve até quem debatesse sobre isso, sob a bandeira contrabandeada do “culturalismo”, a respeito das formas de uma autoridade à qual nem se pode dizer que algum setor da antropologia tenha trazido uma definição de alguma amplitude.

[813]

Será porventura preciso que se nos alie a prática, que em algum momento talvez adquira força de uso, de inseminar artificialmente as mulheres, desrespeitada a proibição fálica, com o esperma de grandes homens, para que extraiam de nós um veredito sobre a função paterna?

O Édipo, todavia, não pode manter-se indefinidamente em cartaz em formas de sociedade nas quais se perde cada vez mais o sentido da tragédia.

Partamos da concepção do Outro como lugar do significante. Qualquer enunciado de autoridade não tem nele outra garantia senão sua própria enunciação, pois lhe é inútil procurar por esta num outro significante, que de modo algum pode aparecer fora desse lugar. É o que formulamos ao dizer que não existe metalinguagem que possa ser falada, ou, mais aforisticamente, que não há Outro do Outro. É como impostor que se apresenta,

10. Que nessa digressão tenhamos ligado tal característica àquela época, ainda que em termos mais vigorosos, assume um valor de encontro, por ter sido precisamente com base no Nome-do-Pai que, três anos depois, recebemos a sanção de pôr em banho-maria as teses que havíamos prometido a nosso ensino, em razão da permanência dessa situação.

para suprir sua falta, o Legislador (aquele que alega erigir a Lei).

Porém não a Lei em si, não mais do que aquele que dela se autoriza.

Que dessa autoridade da Lei o Pai possa ser tido como o representante original, eis o que exige especificar sob qual modalidade privilegiada de presença ele se sustenta, para-além do sujeito levado a ocupar realmente o lugar do Outro, ou seja, a Mãe. A pergunta, portanto, é afastada.

Há de parecer estranho que, descortinando-se nela o espaço desmedido que toda demanda implica — por ser petição de amor —, não deixemos mais espaço nisso para a citada pergunta.

E a concentremos, ao contrário, no que se fecha no para-aquém, pelo mesmo efeito da demanda, para dar propriamente lugar ao desejo.

Com efeito, é muito simplesmente — e diremos em que sentido — como desejo do Outro que o desejo do homem ganha forma, porém, antes de mais nada, somente guardando uma opacidade subjetiva, para representar nele a necessidade.

Opacidade que diremos de que maneira constitui como que a substância do desejo.

O desejo se esboça na margem em que a demanda se rasga da necessidade: essa margem é a que a demanda, cujo apelo não pode ser incondicional senão em relação ao Outro, abre sob a forma da possível falha que a necessidade pode aí introduzir, por não haver satisfação universal (o que é chamado de angústia). Margem que, embora sendo linear, deixa transparecer sua vertigem, por mais que seja coberta pelo pisoteio de elefante do capricho do Outro. É esse capricho, no entanto, que introduz o fantasma da Onipotência, não do sujeito, mas do Outro em que se instala sua demanda (já era tempo de esse clichê imbecil ser recolocado, de uma vez por todas, e por todos, em seu devido lugar), e, juntamente com esse fantasma, a necessidade de seu refreamento pela Lei.

Ainda nos detemos nisso, porém, para voltar ao status do desejo que se apresenta como autônomo em relação a essa mediação da Lei, por ser no desejo que ela se origina, no fato de que, através de uma simetria singular, ele inverte o incondicional da demanda de amor pela qual o sujeito permanece na sujeição do Outro, para elevá-lo à potência da condição absoluta (onde o absoluto também quer dizer desprendimento).

[814]

Quanto ao ganho obtido em relação à angústia no que tange à necessidade, esse desprendimento tem êxito desde sua modalidade mais humilde, aquela sob a qual um certo psicanalista a vislumbrou em sua prática com a criança, denominando-a de objeto transicional — em outras palavras, o pedaço de pano e o caco querido que não abandonam mais o lábio nem a mão.

Isso, há que dizê-lo, é apenas emblema; o representante da representação, na condição absoluta, está em seu lugar no inconsciente, onde causa o desejo, segundo a estrutura da fantasia que dele extrairemos.

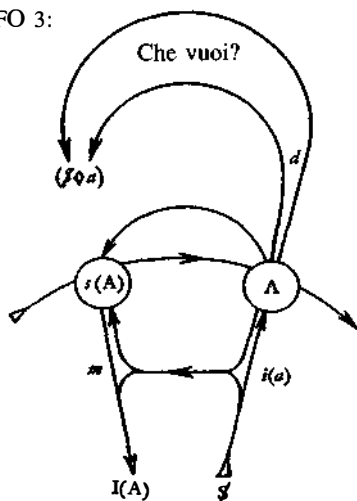
Pois aí se vê que a insciência que o homem tem de seu desejo é menos insciência daquilo que ele demanda — que, afinal, pode ser cingido — do que insciência a partir da qual ele deseja.

E é a isso que corresponde nossa formulação de que o inconsciente é discurso do Outro, onde se deve entender o “de” no sentido do *de* latino (determinação objetiva): *de Alio in oratione* (concluem: *tua res agitur*).¹¹

Mas acrescentando também que o desejo do homem é o desejo do Outro, onde o “de” fornece a determinação chamada pelos gramáticos de subjetiva, ou seja, é como Outro que ele deseja (o que dá a verdadeira dimensão da paixão humana).

Eis por que a pergunta *do* Outro, que retorna para o sujeito do lugar de onde ele espera um oráculo, formulada como um “*Che vuoi?* — que quer você?”, é a que melhor conduz ao caminho de seu próprio desejo — caso ele se ponha, graças à habilidade de um parceiro chamado psicanalista, a retomá-la, mesmo sem saber disso muito bem, no sentido de um “Que quer ele de mim?”.

GRAFO 3:



[815]

11. A idéia é de “a partir de”, “por”: “por outro teu ato é preparado no discurso”. (N.E.)

É esse patamar superposto da estrutura que levará nosso grafo (cf. grafo 3) à sua forma completa, por aí se introduzir, antes de mais nada, como o desenho de um ponto de interrogação plantado no círculo do A maiúsculo do Outro, simbolizando com uma homografia desconcertante a pergunta que ele expressa.

De que frasco ele é o abridor? De que resposta é o significante, chave universal?

Observe-se que é possível encontrar um indício na clara alienação que deixa ao sujeito o benefício de esbarrar na questão de sua essência, na medida em que ele pode não desconhecer que o que deseja se lhe aparece como aquilo que ele não quer, forma assumida pela denegação em que se insere singularmente o ignorado desconhecimento de si mesmo, mediante o qual ele transfere a permanência de seu desejo para um eu que, no entanto, é evidentemente intermitente, e, em contrapartida, protege-se de seu desejo atribuindo-lhe essas próprias intermitências.

É claro que se pode ficar surpreso com a extensão do que é acessível à consciência-de-si, desde que se o tenha apreendido por outras vias. O que é justamente o caso aqui.

Pois, para descobrir disto tudo a pertinência, é preciso que um estudo bastante aprofundado, e que só pode situar-se na experiência analítica, nos permita completar a estrutura da fantasia, ligando-lhe essencialmente, sejam quais forem suas elisões ocasionais, na condição de objeto (cujo privilégio não fizemos mais do que roçar de leve, acima, através da diacronia), o momento de um *fading* ou eclipse do sujeito, estreitamente ligado à *Spaltung* ou fenda que ele sofre por sua subordinação ao significante.

[816]

Isso é o que simboliza a sigla (\$*ôa*) que introduzimos, sob a forma de um algoritmo que, não por acaso, rompe o elemento fonemático constituído pela unidade significante, até seu átomo literal. É que ele é feito para permitir um sem-número de leituras diferentes, multiplicidade admissível desde que o falado continue preso à sua álgebra.

Esse algoritmo e seus análogos utilizados no grafo não desmentem de modo algum, com efeito, o que dissemos sobre a impossibilidade de uma metalinguagem. Eles não são significantes transcendentais; são os índices de uma significação absoluta, idéia que, sem maiores comentários, parecerá apropriada, esperamos, à condição da fantasia.

O grafo inscreve que o desejo é regulado a partir da fantasia, assim formulada de maneira homóloga ao que acontece com o eu em relação à imagem do corpo, exceto que ela continua a marcar a inversão dos desconhecimentos em que se fundamentam, respectivamente, um e outro. Assim se fecha a via imaginária por onde na análise devo advir, lá onde *s'tava* [*là où s'était*] o inconsciente.

Digamos, para reavivar a metáfora de Damourette e Pichon sobre o eu gramatical, aplicando-a a um sujeito a que ela se destina melhor, que a fantasia é propriamente o “estojo” daquele [Eu] que é primordialmente recalcado, por só ser indicável no *fading* da enunciação.

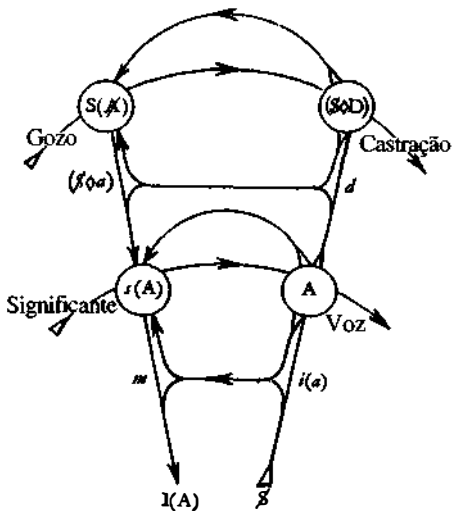
Eis agora, com efeito, nossa atenção solicitada pelo status subjetivo da cadeia significativa no inconsciente, ou melhor, no recalque primário (*Urverdrängung*).

Concebe-se melhor, em nossa dedução, que tenha sido preciso nos interrogarmos sobre a função que sustenta o sujeito do inconsciente, apreender que é difícil designá-lo em qualquer lugar como sujeito de um enunciado, e portanto, como o articulando, quando ele nem sequer sabe que fala. Daí o conceito de pulsão com que ele é designado por uma localização orgânica, oral, anal etc., que satisfaz à exigência de estar tão mais longe do falar quanto mais ele fala.

[817]

Mas, se nosso grafo completo nos permite situar a pulsão como tesouro dos significantes, sua notação como ($S\phi a$) mantém sua estrutura, ligando-a à diacronia. Ela é o que advém da demanda quando o sujeito aí desvanece. Que a demanda também desaparece é evidente, exceto que resta o corte, pois este continua presente no que distingue a pulsão da função orgânica que ela habita: ou seja, seu artifício gramatical, muito patente nas reversões de

GRAFO COMPLETO:



sua articulação com a fonte e com o objeto (Freud, quanto a isso, é inesgotável).

A própria delimitação da “zona erógena” que a pulsão isola do metabolismo da função (o ato de devoração concerne a outros órgãos além da boca, perguntem ao cão de Pavlov) é obra de um corte que se beneficia do traço anatômico de uma margem ou uma borda: lábios, “cerca dos dentes”, borda do ânus, sulco peniano, vagina, fenda palpebral e até o pavilhão da orelha (evitamos aqui as precisões embriológicas). A erogeneidade respiratória é pouco estudada, mas, evidentemente, é pelo espasmo que ela entra em jogo.

Observe-se que esse traço do corte é não menos evidentemente preponderante no objeto descrito pela teoria analítica: mamilo, cíbalo, falo (objeto imaginário), fluxo urinário. (Lista impensável, se não lhe forem acrescentados, conosco, o fonema, o olhar, a voz — o nada.) Pois porventura não vemos que a característica “parcial”, justificadamente acentuada nos objetos, não é aplicável por eles serem parte de um objeto total, que seria o corpo, mas por só representarem parcialmente a função que os produz?

Traço comum a esses objetos em nossa elaboração: eles não têm imagem especular, ou, dito de outra maneira, alteridade.¹² Isso é o que lhes permite serem o “estofo”, ou, melhor dizendo, o forro, sem no entanto serem o avesso, do próprio sujeito tomado por sujeito da consciência. Pois esse sujeito, que acredita poder ter acesso a si mesmo ao se designar no enunciado, não é outra coisa senão um objeto desse tipo. Perguntem ao angustiado com a página em branco, e ele lhes dirá quem é o excremento de sua fantasia.

[818]

É a esse objeto inapreensível no espelho que a imagem especular dá sua vestimenta. Presa capturada na rede da sombra, e que, despojada de seu volume que enche a sombra, torna a estender o engano cansado desta última com ar de presa.

O que o grafo nos propõe agora situa-se no ponto em que toda cadeia significante se honra ao fechar sua significação. Se é preciso esperar tal efeito da enunciação inconsciente, é aqui em $S(A)$, e há que lê-lo: significante de uma falta no Outro,

12. O que justificamos desde então por um modelo topológico extraído da teoria das superfícies em *analysis situs* (nota de 1962).

inerente à sua função mesma de ser o tesouro do significante. Isso, na medida em que o Outro é solicitado (*che vuoi*) a responder pelo valor desse tesouro, isto é, a responder, certamente, de seu lugar na cadeia inferior, mas nos significantes que constituem a cadeia superior, ou seja, em termos de pulsão.

A falta de que se trata é, com efeito, aquilo que já formulamos: que não há Outro do Outro. Mas esse traço do Sem-Fé da verdade, será mesmo ele a última palavra que presta para dar sua resposta à pergunta “que quer de mim o Outro?”, quando nós, analistas, somos seus porta-vozes? — Certamente não, e justamente porque nosso ofício nada tem de doutrinal. Não temos que responder por nenhuma verdade última, especialmente nem pró nem contra religião alguma.

Já é muito que aqui devamos situar, no mito freudiano, o Pai morto. Mas um mito não se basta em não sustentar nenhum rito, e a psicanálise não é o rito do Édipo, observação a ser desenhada mais tarde.

Decerto o cadáver é um significante, mas o túmulo de Moisés está tão vazio para Freud quanto o de Cristo para Hegel. Abraão a nenhum dos dois revelou seu mistério.

Quanto a nós, partiremos do que a sigla $S(A)$ articula, por ser antes de tudo um significante. Nossa definição do significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão para algo.

[819]

Ora, estando a bateria dos significantes, tal como é, por isso mesmo completa, esse significante só pode ser um traço que se traça por seu círculo, sem poder ser incluído nele. Simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes.

Como tal, ele é impronunciável, porém não sua operação, pois ela é o que se produz toda vez que um nome próprio é pronunciado. Seu enunciado iguala-se a sua significação.

Daí resulta que, calculando esta última segundo a álgebra de que nos servimos, ou seja:

$$\frac{S(\text{significante})}{s(\text{significado})} = s(\text{o enunciado}), \text{ com } S = (-1), \text{ temos: } s = \sqrt{-1}.$$

É isso que falta ao sujeito para se pensar esgotado por seu *cogito*, ou seja, o que ele é de impensável. Mas, de onde provém esse ser que aparece como que faltando no mar dos nomes próprios?

Não podemos perguntá-lo a esse sujeito na condição de [Eu]. Para saber disso, falta-lhe tudo, uma vez que se esse sujeito, [Eu], estava morto, como dissemos, ele não saberia. Ele não me sabe vivo, pois. Assim, como hei de me prová-lo [Eu]?

Pois, a rigor, posso provar ao Outro que ele existe, não, é claro, com as provas da existência de Deus com que os séculos o matam, porém amando-o, solução fornecida pelo querigma cristão.

Essa, aliás, é uma solução por demais precária para que sequer pensemos em fundamentar nela um desvio quanto ao que constitui nosso problema, qual seja: Que sou [Eu]?

Sou no lugar de onde se vocifera que “o universo é uma falha na pureza do Não-Ser”.

E não sem razão, porque, para se preservar, esse lugar faz o próprio Ser ansiar com impaciência. Chama-se o Gozo, e é aquele cuja falta tornaria vão o universo.¹³

Estarei eu, pois, encarregado dele? — Sim, sem dúvida. Esse gozo cuja falta torna o Outro inconsistente, será ele, então, o meu? A experiência prova que ele me é comumente proibido, e não apenas, como suporiam os imbecis, por um mau arranjo da sociedade, mas, diria eu, por culpa do Outro, se ele existisse: não existindo o Outro, só me resta imputar a culpa ao [Eu], isto é, acreditar naquilo a que a experiência nos conduz a todos, com Freud na dianteira: ao pecado original. Pois, ainda que não tivéssemos de Freud sua confissão, tão expressa quanto desolada, persistiria o fato de que o mito — último a nascer na história — que devemos a sua pena não pode servir para nada além do da maçã maldita, exceto por aquilo que não entra em seu patrimônio de mito, pelo fato de que, sendo mais sucinto, ele é sensivelmente menos cretinizante.

[820]

13. Lacan utiliza nas duas frases o termo *défaut*, ora traduzido por “falha” ora por “falta” por exigência de estilo (“...l’univers est un défaut dans la pureté du Non-Être.” e “...la Jouissance et c’est elle dont le défaut rendrait vain l’univers.” (N.E.)

Mas o que não é mito, e que Freud no entanto formulou tão logo formulou o Édipo, é o complexo de castração.

Encontramos nesse complexo a mola mestra da própria subversão que aqui tentamos articular com sua dialética. Pois, propriamente desconhecido até Freud, que o introduz na formação do desejo, o complexo de castração já não pode ser ignorado por nenhum pensamento sobre o sujeito.

Na psicanálise, sem dúvida, muito longe de se haver tentado articulá-lo mais cedo, foi precisamente em não compreender a razão dele que houve quem se empenhasse. Eis por que esse grande corpo, muito parecido com um Sansão, fica reduzido a girar a mó para os filisteus da psicologia geral.

Seguramente, há nisso o que se chama um osso. Por ser justamente o que expomos aqui: estrutural no sujeito, o complexo de castração constitui neste essencialmente a margem que todo pensamento evitou, saltou, contornou ou encobriu, todas as vezes em que aparentemente conseguiu apoiar-se num círculo, fosse ele dialético ou matemático.

Por isso é que de bom grado levamos aqueles que nos seguem aos lugares em que a lógica é perturbada pela desencadeada disjunção entre o imaginário e o simbólico, não para nos comprazermos com os paradoxos que ali se geram, nem com nenhuma pretensa crise do pensamento, mas, ao contrário, para lhes reduzir o falso brilho à hiância que eles apontam, para nós sempre simplesmente edificante, e sobretudo para tentar forjar ali método de uma espécie de cálculo cujo segredo a inadequação como tal faria revelar.

Como acontece com o fantasma da causa, que perseguimos na mais pura simbolização do imaginário, pela alternância entre o semelhante e o dessemelhante.¹⁴

[821]

Assim, observemos realmente o que faz objeção a conferirmos a nosso significante $S(A)$ o sentido do *Mana* ou de qualquer um de seus congêneres. É que não podemos contentar-nos em articulá-lo a partir da miséria do fato social, ainda que acuado num pretenso fato total.

14. Mais recentemente, em sentido oposto, na tentativa de homologar superfícies topologicamente definidas nos termos aqui empregados da articulação subjetiva. E até na simples refutação do pretenso paradoxo do "Eu minto" (nota de 1962).

Sem dúvida, Claude Lévi-Strauss, comentando Mauss, quis reconhecer nisso o efeito de um símbolo zero. Mas é do significante da falta desse símbolo zero, antes, que nos parece tratar-se em nosso caso. E foi por isso que indicamos, mesmo com o risco de cair em algum desagrado, até onde pudemos levar o desvio do algoritmo matemático para nosso uso: o símbolo $\sqrt{-1}$, ainda grafado *i* na teoria dos números complexos, evidentemente só se justifica por não aspirar a nenhum automatismo em seu emprego subsequente.

Aquilo a que é preciso nos atermos é que o gozo está vedado a quem fala como tal, ou ainda, que ele só pode ser dito nas entrelinhas por quem quer que seja sujeito da Lei, já que a lei se funda justamente nessa proibição.

Com efeito, viesse a Lei a ordenar “Goza”, o sujeito só poderia responder a isso com um “Ouço”,¹⁵ onde o gozo não seria mais do que subentendido.

Mas não é a Lei em si que barra o acesso do sujeito ao gozo; ela apenas faz de uma barreira quase natural um sujeito barrado. Pois é o prazer que introduz no gozo seus limites, o prazer como ligação da vida, incoerente, até que uma outra proibição, esta incontestável, se eleve da regulação descoberta por Freud como processo primário e pertinente lei do prazer.

Dissemos que Freud, nesse aspecto, só fez seguir o caminho por onde já avançava a ciência de sua época, ou mesmo a tradição de um longo passado. Para aquilatar a verdadeira audácia de seu passo, basta considerarmos sua recompensa, que não se fez esperar: o fracasso quanto ao heteróclito do complexo de castração.

É a simples indicação desse gozo em sua infinitude que comporta a marca de sua proibição e, para constituir essa marca, implica um sacrifício: o que cabe num único e mesmo ato, com a escolha de seu símbolo, o falo.

[822]

Essa escolha é permitida porque o falo, ou seja, a imagem do pênis, é negativizado em seu lugar na imagem especular. É isso que predestina o falo a dar corpo ao gozo, na dialética do desejo.

15. Destaca-se aqui a homofonia entre *jouis* (goza) e *j'ouïs* (ouço). (N.E.)

É preciso, portanto, distinguir do princípio do sacrifício, que é simbólico, a função imaginária que se sacrifica a ele, mas que o vela ao mesmo tempo que lhe dá seu instrumento.

A função imaginária é aquela que Freud formulou como presidindo o investimento do objeto como narcísico. Foi a isso que nós mesmos voltamos, ao demonstrar que a imagem especular é o canal adotado pela transfusão da libido do corpo para o objeto. Mas, desde que fique preservada uma parte dessa imersão, concentrando em si o que há de mais íntimo no auto-erotismo, sua posição “em ponta” na forma a predispõe à fantasia de caducidade em que vem concluir-se a exclusão em que ela se acha da imagem especular e do protótipo que esta constitui para o mundo dos objetos.

Assim é que o órgão erétil vem a simbolizar o lugar do gozo, não como ele mesmo nem tampouco como imagem, mas como parte faltante na imagem desejada: por isso é que ele é igualável ao $\sqrt{-1}$ da significação, produzida acima, do gozo que ele restitui, pelo coeficiente de seu enunciado, à função de falta de significante (-1) .

Se assim lhe é dado estabelecer a proibição do gozo, não é, contudo, por essas razões de forma, mas porque a ultrapassagem delas expressa o que reduz qualquer gozo cobijado à brevidade do auto-erotismo: as vias completamente traçadas pela conformação anatômica do ser falante, ou seja, a mão mais aperfeiçoada do macaco, na verdade não foram desprezadas, numa certa ascese filosófica, como vias de uma sabedoria abusivamente qualificada de cínica. Alguns, na atualidade, sem dúvida obcecados com essa lembrança, acreditaram, falando conosco, poder fazer o próprio Freud derivar dessa tradição: técnica do corpo, como diz Mauss. Mas o fato é que a experiência analítica nos ensina o caráter original da culpa gerada por sua prática.

[823]

Culpa ligada à evocação do gozo que falta ao serviço prestado no órgão real, e consagração da função do significante imaginário, marcando os objetos com a proibição.

Tal é, de fato, a função radical na qual uma época mais selvagem da análise encontrava causas mais acidentais (educativas), assim como fazia pender para o trauma as outras formas pelas quais tinha o mérito de se interessar, de sacralização do órgão (circuncisão).

A passagem do $(-\phi)$ (phi minúsculo) da imagem fálica de um lado ao outro da equação do imaginário e do simbólico positiva-o, de qualquer modo, ainda que ele venha preencher uma falta. Por mais que seja suporte do (-1) , ali ele se transforma em Φ (phi maiúsculo), o falo simbólico impossível de negativizar, significante do gozo. E é essa característica do Φ que explica tanto as particularidades da abordagem da sexualidade pela mulher quanto o que faz do sexo masculino o sexo frágil no tocante à perversão.

Não abordaremos aqui a perversão, porquanto ela apenas acentua a função do desejo no homem, na medida em que ele institui o predomínio, no lugar privilegiado do gozo, do objeto *a* da fantasia, que ele coloca no lugar do $\mathbb{A}$. A perversão acrescenta a isso uma recuperação do que não pareceria original, se não concernisse ao Outro como tal de um modo muito particular. Somente nossa fórmula da fantasia permite evidenciar que o sujeito, aqui, faz-se instrumento do gozo do Outro.

Interessa mais aos filósofos captar a pertinência dessa fórmula no neurótico, justamente porque ele a falseia.

O neurótico, de fato, histérico, obsessivo ou, mais radicalmente, fóbico, é aquele que identifica a falta do Outro com sua demanda, ϕ com D.

Daí resulta que a demanda do Outro assume a função de objeto em sua fantasia, isto é, que sua fantasia (nossas fórmulas permitem sabê-lo de imediato) reduz-se à pulsão: $(\mathbb{S}\phi D)$. Por isso é que o catálogo das pulsões pôde ser organizado no neurótico.

Mas essa prevalência dada pelo neurótico à demanda, a qual, por uma análise que pende para a facilidade, fez todo o tratamento deslizar para o manejo da frustração, esconde sua angústia do desejo do Outro, impossível de desconhecer quando é encoberto apenas pelo objeto fóbico, e mais difícil de compreender nas outras duas neuroses, quando não se dispõe do fio que permite situar a fantasia como desejo do Outro. Então encontramos seus dois termos como que fragmentados: um no obsessivo, na medida em que ele nega o desejo do Outro, formando sua fantasia para acentuar a impossibilidade do esvaziamento do sujeito, e outro no histérico, na medida em que nele o desejo só se mantém pela insatisfação que lhe é trazida ao se furtar ali como objeto.

Esses traços confirmam-se pela necessidade, fundamental, que tem o obsessivo de se colocar como caucionador do Outro, e também pelo aspecto Sem-Fé da intriga histérica.

[824]

De fato, a imagem do Pai ideal é uma fantasia de neuróticos. Para-além da Mãe, Outro real da demanda de quem se quereria que ela acalmasse o desejo (isto é, o desejo dele), perfila-se a imagem de um pai que fecharia os olhos aos desejos. Mediante o que fica ainda mais acentuada do que revelada a verdadeira função do Pai, que é, essencialmente, unir (e não opor) um desejo à Lei.

O Pai desejado pelo neurótico, como se vê, é claramente o Pai morto. Mas é também um Pai que seria perfeitamente senhor/mestre de seu desejo, o que teria o mesmo valor para o sujeito.

Vê-se aí um dos escolhos que o analista deve evitar, e o princípio da transferência no que esta tem de interminável.

Eis por que uma vacilação calculada da “neutralidade” do analista pode valer, para uma histérica, mais do que todas as interpretações, com o risco de transtorno enlouquecido que disso pode resultar. Desde, é claro, que esse transtorno enlouquecido não acarrete o rompimento e que a seqüência convença o sujeito de que o desejo do analista não teve nada a ver com isso. Esta observação não constitui, é claro, um conselho técnico, mas uma visão aberta para a questão do desejo do analista, para aqueles que de outro modo não poderiam ter idéia dela: como deve o analista preservar para o outro a dimensão imaginária de sua não-dominação, de sua imperfeição necessária, eis o que é tão importante estabelecer quanto o fortalecimento, nele voluntário, de sua insciência quanto a cada sujeito que vai procurá-lo em análise, de sua ignorância sempre renovada de que algum deles constitua um caso.

Voltando à fantasia, digamos que o perverso imagina ser o Outro para garantir seu gozo, e que é isso que o neurótico revela, ao se imaginar perverso: ele, para se assegurar do Outro.

[825]

Eis o que fornece o sentido da pretensa perversão situada no princípio da neurose. Ela existe no inconsciente do neurótico como fantasia do Outro. Mas isso não quer dizer que, no perverso, o inconsciente esteja plenamente a céu aberto. Também ele se defende, à sua maneira, em seu desejo. Pois o desejo é uma defesa,¹⁶ proibição¹⁶ de ultrapassar um limite no gozo.

16. Nos dois pontos Lacan usa o termo “défense”, em duas de suas diferentes acepções. (N.E.)

A fantasia, em sua estrutura por nós definida, contém o $(-\phi)$, função imaginária da castração, sob uma forma oculta e reversível de um de seus termos para o outro. Quer dizer que, à maneira de um número complexo, ela imaginariza (se nos permitirem este termo) alternadamente um desses termos em relação ao outro.

Incluída no objeto *a* está o *agalma*, o tesouro inestimável que Alcibíades proclama estar encerrado na caixa rústica que forma para ele a figura de Sócrates. Mas observemos que ela é marcada pelo sinal $(-)$. É por não ter visto o rabo de Sócrates, se nos permitirem dizê-lo segundo Platão, que não nos fornece os detalhes, que o sedutor Alcibíades exalta nele o *agalma*, a maravilha que ele gostaria que Sócrates lhe cedesse, declarando seu desejo: declarando-se flagrantemente, nessa ocasião, a divisão do sujeito que ele traz em si.

Assim é a mulher por trás de seu véu: é a ausência do pênis que faz dela o falo, objeto do desejo. Evoquem essa ausência de maneira mais precisa, fazendo-a usar um mimoso postico debaixo do (tra)vestido de baile a fantasia, e vocês, ou sobretudo ela, verão que tenho razão: o efeito é 100% garantido, como o ouvimos de homens sem rodeios.

É assim que, ao mostrar seu objeto como castrado, Alcibíades se exhibe como desejante — o que não escapa a Sócrates — para um outro presente entre os convivas, Agatão, a quem Sócrates, precursor da análise, e igualmente seguro de seu ofício nessas altas rodas, não hesita em chamar de objeto da transferência, deixando claro, com uma interpretação, o fato que muitos analistas continuam a ignorar: que o efeito amor-ódio na situação psicanalítica está do lado de fora.

Mas Alcibíades nada tem de neurótico. Aliás, é por ser o desejante por excelência, e o homem que vai tão longe quanto possível no gozo, que ele pode, desse modo (só que com a ajuda de uma embriaguez instrumental), produzir diante de todos a articulação central da transferência, presentificação do objeto adornado por seus reflexos.

Nem por isso ele deixou de projetar Sócrates no ideal do Mestre/Senhor perfeito, a quem, pela ação de $(-\phi)$, Alcibíades imaginarizou por completo.

No neurótico, o $(-\phi)$ insinua-se sob o $\$$ da fantasia, favorecendo a imaginação que lhe é própria, a do eu. É que a castração imaginária — e o neurótico a sofreu logo de saída — é a que

[826]

sustenta esse eu forte que é o dele, tão forte, diríamos, que seu nome próprio o importuna, que o neurótico é, no fundo, um Sem-Nome.

Sim, esse eu que alguns analistas continuam optando por reforçar é aquilo sob o qual o neurótico esconde a castração que ele nega.

Mas essa castração, contrariando essa aparência, é algo a que ele se apegava.

O que o neurótico não quer, o que ele recusa encarniçadamente até o fim da análise, é sacrificar sua castração ao gozo do Outro, deixando-o servir-se dela.

E não está errado, é claro, pois, embora no fundo se sinta o que existe de mais inútil, uma Falta-a-Ser ou um A-mais, por que sacrificaria ele sua diferença (tudo, menos isso) ao gozo de um Outro que, não nos esqueçamos, não existe? É, mas se porventura existisse, gozaria com ela. E é isso que o neurótico não quer. Pois imagina que o Outro demanda sua castração.

O que a experiência analítica atesta é que a castração, de qualquer modo, é o que rege o desejo, no normal e no anormal.

Desde que oscile na alternância entre *§* e *a* na fantasia, a castração faz desta última a cadeia simultaneamente flexível e inextensível pela qual a suspensão do investimento objetal, que não pode ultrapassar certos limites naturais, assume a função transcendental de garantir o gozo do Outro que me é transmitido por essa cadeia na Lei.

Para quem quer realmente confrontar-se com esse Outro, abre-se a via de experimentar não sua demanda, mas sua vontade. Portanto, de se realizar como objeto, de se tornar a múmia de uma certa iniciação budista, ou de satisfazer a vontade de castração inscrita no Outro, o que leva ao supremo narcisismo da Causa perdida (essa é a via da tragédia grega, reencontrada por Claudel num cristianismo desesperado).

[827]

A castração significa que é preciso que o gozo seja recusado, para que possa ser atingido na escala invertida da Lei do desejo. Não iremos aqui mais adiante.

Este artigo é divulgado pela primeira vez, posto que uma inesperada penúria das verbas que comumente se prodigalizam para a publicação desses tipos de colóquios, inclusive integral,

o deixou em suspenso, com o conjunto das belas coisas que deste constituíram o ornamento.

Note-se, a bem da boa norma, que o desenvolvimento “copernicano” é um acréscimo, e que a última palavra sobre a castração não teve tempo de se enunciar, substituída, aliás, por algumas trações na máquina, no sentido moderno, pelas quais se pode materializar a relação do sujeito com o signifi-cante.

Da simpatia natural por toda discussão, não excluamos aquela que uma discordância nos inspirou. Não nos havendo afligido de modo algum o termo “anti-humana” com que alguém quis marcar nossa exposição, chegando antes a nos lisonjear o que ele importa de novidade para essa categoria, por lhe ter dado a oportunidade de nascer, não foi com menor interesse que registramos a saraivada, pronta a segui-lo, da palavra “inferno”, já que a voz que a desferiu, invocando o marxismo, dava-lhe um certo relevo. Somos sensíveis ao humanismo, convém reconhecê-lo, quando ele vem de uma esfera em que, embora não sendo de uso menos ardiloso do que alhures, pelo menos ressoa com uma nota de candura: “Quando o mineiro chega em casa, sua mulher o esfrega...”
Aí, mostramo-nos sem defesa.

Foi numa conversa pessoal que um dos que nos são próximos nos perguntou (foi essa a forma de sua pergunta) se falar para o quadro-negro implicava a confiança num escriba eterno. Ela não é necessária, foi-lhe respondido, para quem quer que saiba que todo discurso extrai seus efeitos do inconsciente.

*Posição do inconsciente
no Congresso de Bonneval
(1960, retomado em 1964)*

Henri Ey — por toda a autoridade com que domina o meio psiquiátrico francês — reunira em seu serviço do hospital de Bonneval um enorme contingente de especialistas sobre o tema do inconsciente freudiano (30 de outubro a 2 de novembro de 1960).

O relatório de nossos alunos Laplanche e Leclaire promoveu ali uma concepção de nossos trabalhos que, publicada em *Temps Modernes*, desde então merece crédito, embora se manifeste uma divergência entre ambos.

As intervenções levadas a um congresso, quando há algo em jogo no debate, às vezes exigem um número equivalente de comentários para serem situadas.

E basta que a refeitura dos textos seja praticada de maneira genérica para que essa tarefa se torne árdua.

Ela perde aliás seu interesse com o tempo exigido por essas refeituras. Pois seria preciso substituí-la pelo que se passa nesse tempo, considerado como tempo lógico.

Em suma, passados três anos e meio, por quase não ter tido ocasião de vigiar o intervalo, tomamos uma posição que Henri Ey apresenta da seguinte maneira no livro sobre esse Congresso, a ser publicado por Desclée de Brouwer.

“Esse texto”, escreve ele, “resume as intervenções de J. Lacan, intervenções que, por sua importância, constituíram o próprio eixo de todas as discussões.

A redação dessas intervenções foi condensada por Jacques Lacan nessas páginas, escritas a meu pedido em março de 1964.”

Que o leitor aceite que, para nós, esse tempo lógico pôde reduzir as circunstâncias à menção que delas é feita, num texto que se recenseia em uma reunião mais íntima.

(1966)

Num colóquio como este, que convida, a título da técnica de cada um, filósofos, psiquiatras, psicólogos e psicanalistas, falta ao comentário um acordo quanto ao nível de verdade em que se mantêm os textos de Freud.

É preciso, sobre o inconsciente, entrar no essencial da experiência freudiana.

O inconsciente *é* um conceito forjado no rastro daquilo que opera para constituir o sujeito.

O inconsciente *não é* uma espécie que defina na realidade psíquica o círculo daquilo que não tem o atributo (ou a virtude) da consciência.

Pode haver fenômenos que decorrem do inconsciente sob essas duas acepções: nem por isso elas deixam de continuar estranhas uma à outra. Não têm entre si outra relação senão a de homonímia.

O peso que conferimos à linguagem como causa do sujeito força-nos a precisar: a aberração floresce por reduzir o primeiro conceito indicado, ao aplicá-lo aos fenômenos *ad libitum* registráveis na categoria homônima; restabelecer o conceito a partir desses fenômenos não é pensável.

Acusemos nossa posição pelo equívoco a que se prestariam o *é* e o *não é* de nossas colocações iniciais.

O inconsciente *é* aquilo que dizemos, se quisermos ouvir o que Freud apresenta em suas teses.

Dizer que o inconsciente *não é* para Freud o que assim se denomina em outros lugares pouco acrescentaria, se não ouvíssemos o que queremos dizer: que o inconsciente de antes de Freud *não é*, pura e simplesmente. Isso porque não denomina nada que valha mais como objeto, ou mereça que lhe confirmamos mais existência, do que aquilo que definiríamos situando-o no *in-preto*.

O inconsciente antes de Freud não é nada de mais consistente do que esse *in-preto*, ou seja, o conjunto daquilo que se ordenaria nos diversos sentidos da palavra “preto”, recusando o atributo (ou a virtude) do pretume (físico ou moral).

Que há em comum — para tomarmos as cerca de oito definições que Dwelshauvers coteja num livro antigo (1916), mas não tão fora de época pelo fato de que o heteróclito não se veria reduzido a refazê-lo em nossos dias —, que há em comum, com efeito, entre o inconsciente da sensação (nos efeitos de

contraste ou de ilusão ditos óticos), o inconsciente do automatismo desenvolvido pelo hábito, o co-consciente (?) da dupla personalidade, as irrupções ideativas de uma atividade latente que se impõe como orientada na criação do pensamento, a telepatia que se pretende relacionar com este último, o capital adquirido ou integrado da memória, o passional que nos ultrapassa em nosso caráter, o hereditário que se reconhece em nossos dons naturais, o inconsciente racional, enfim, ou o inconsciente metafísico implicado pelo “ato do espírito”?

(Nada disso se parece, a não ser pela confusão, a que os psicanalistas acrescentaram o obscurantismo, por não distinguirem o inconsciente do instinto, ou, como dizem, do instintivo — do arcaico ou do primevo, numa ilusão denunciada de maneira decisiva por Claude Lévi-Strauss —, ou então do genético de um pretenso “desenvolvimento”).

Dizemos que nada há em comum que se fundamente numa objetividade psicológica, ainda que esta seja ampliada pelos esquemas de uma psicopatologia, e que esse caos é apenas o refletor a revelar da psicologia o erro central. Esse erro é tomar por unitário o próprio fenômeno da consciência, falar de uma mesma consciência, tida como poder de síntese, na orla iluminada de um campo sensorial, na atenção que o transforma, na dialética do juízo e no devaneio comum.

Esse erro repousa na indevida transferência, para esses fenômenos do mérito, de uma experiência de pensamento que os utiliza como exemplos.

O *cogito* cartesiano é a maior façanha dessa experiência, façanha talvez terminal, por atingir uma certeza de saber. Mas só faz denunciar melhor o que há de privilegiado no momento em que ele se apóia, e quão fraudulento é estender esse privilégio, para dele lhes dar um status, aos fenômenos providos de consciência.

Para a ciência, o *cogito* marca, ao contrário, o rompimento com toda certeza condicionada na intuição.

E a latência buscada desse momento fundador, como *Selbstbewusstsein*, na seqüência dialética de uma fenomenologia do espírito, por Hegel, assenta-se no pressuposto de um saber absoluto.

Tudo demonstra, ao contrário, na realidade psíquica, como quer que se ordene sua textura, a distribuição — heterotópica quanto aos níveis e errática em cada um deles — da consciência.

A única função homogênea da consciência está na captura imaginária do eu por seu reflexo especular e na função de desconhecimento que lhe permanece ligada.

A denegação inerente à psicologia nesse ponto, seguindo Hegel, deveria ser antes posta na conta da Lei do coração e do delírio de presunção.

A subvenção recebida por essa presunção perpetuada, nem que seja sob a forma das honrarias científicas, levanta a questão de onde fica o bom bocado de seu proveito; ele não pode reduzir-se à edição de tratados mais ou menos copiosos.

A psicologia é veículo de ideais: nela, a psique não representa mais do que o patrocínio que a faz qualificar de acadêmica. O ideal é servo da sociedade.

Um certo progresso da nossa o ilustra, enquanto a psicologia não apenas contribui para as vias como se submete aos anseios do estudo de mercado.

Havendo um estudo desse gênero chegado a uma conclusão quanto aos meios adequados para sustentar o consumo nos EUA, a psicologia se engajou, e engajou Freud com ela, em lembrar à metade da população mais acessível para esse fim que a mulher só se realiza através dos ideais do sexo (cf. Betty Friedan sobre a onda de “mística feminina” dirigida, numa certa década do pós-guerra).

Talvez a psicologia, nessa saída irônica, confesse a razão de sua subsistência de sempre. Mas a ciência pode lembrar-se de que a ética implícita em sua formação lhe ordena rejeitar qualquer ideologia assim configurada. Do mesmo modo, o inconsciente dos psicólogos é debilitante para o pensamento, pelo simples crédito que o pensamento tem que lhe dar para discuti-lo.

Ora, os debates deste colóquio tiveram de notável o fato de não haverem cessado de se voltar para o conceito freudiano em sua dificuldade, e de até terem extraído forças do aspecto dessa dificuldade em cada um.

Esse fato é tanto mais notável quanto, no mundo de hoje, os psicanalistas se empenham unicamente em reingressar nas fileiras da psicologia. O efeito de aversão com que tudo o que vem de Freud se depara em sua comunidade é claramente confessado, notadamente numa fração dos psicanalistas presentes.

Dado que não se pode manter afastado do exame do tema em pauta. Não mais do que este outro: o de dever-se a nosso ensino

[832]

[833]

que este colóquio tenha derrubado tal corrente. E não apenas para assinalar esse aspecto — muitos o fizeram —, mas pelo tanto que isso nos obriga a prestar contas das vias que tomamos.

A psicanálise é convidada, quando retorna ao seio da “psicologia geral”, para sustentar o que merece ser denunciado, apenas ali e não nos ermos das extintas colônias, como mentalidade primitiva. Pois o tipo de interesse a que a psicologia serve em nossa sociedade atual, e do qual demos uma idéia, tira proveito disso.

A psicanálise contribui, então, para fornecer uma astrologia mais decente do que aquela a que nossa sociedade continua a oferecer sacrifícios em surdina.

Assim, consideramos justificada a prevenção com que a psicanálise se depara no Leste. Cabia a ela não a justificá-la, mas é possível que, ao lhe terem oferecido o teste de exigências sociais diferentes, ela se tenha mostrado menos tratável por ser mais mal tratada. É o que conjecturamos a partir de nossa própria posição na psicanálise.

A psicanálise teria feito melhor aprofundando sua ética e se instruindo pelo exame da teologia, conforme a via que Freud nos assinalou ser impossível evitar. Que pelo menos sua deontologia na ciência a faça sentir que ela é responsável pela presença do inconsciente nesse campo.

Foi essa a função de nossos alunos neste colóquio, e contribuímos para ela segundo o método que nos tem sido constantemente característico em ocasiões similares, situando cada um em sua posição quanto ao tema. O eixo fica bem indicado nas respostas consignadas.

Não seria sem interesse, nem que fosse apenas para o historiador, dispor das notas onde foram colhidos os discursos realmente pronunciados, mesmo entrecortados pelas falhas que neles deixaram os defeitos dos gravadores mecânicos. Elas assinalam a carência daquele que era designado por seus préstimos para acentuar, com o máximo de tato e fidelidade, os meandros de um momento de combate num lugar de troca, quando seus laços, sua cultura ou até mesmo sua desenvoltura lhe permitiam captar melhor do que ninguém as manobras e as entonações. Sua falta já o levava a favorecer a defecção.

Não mais deploraremos a oportunidade assim perdida, uma vez que, todos se havendo concedido generosamente o benefício

de uma prática bastante difundida, cada qual refez cuidadosamente sua contribuição. Aproveitaremos isso para dar algumas explicações sobre nossa doutrina do inconsciente no dia de hoje, e tão mais legitimamente quanto as resistências de uma divisão singular nos impediram de dizer mais na ocasião.

Esta precaução não é política, mas técnica. Decorre da seguinte condição, estabelecida por nossa doutrina: os psicanalistas fazem parte do conceito do inconsciente, posto que constituem seu destinatário. Por conseguinte, não podemos deixar de incluir nosso discurso sobre o inconsciente na própria tese que o enuncia, a de que a presença do inconsciente, por se situar no lugar do Outro, deve ser buscada, em todo discurso, em sua enunciação.

Nessa hipótese, o próprio sujeito do pretendente a sustentar essa presença, o analista, deve, com o mesmo movimento, ser informado e “questionado”, ou seja, experimentar-se sujeitoado à fenda do significante.

Daí o aspecto de espiral interrompida que se observa no trabalho apresentado por nossos alunos S. Leclair e J. Laplanche. É que eles o limitaram à prova de uma peça avulsa.

E isso é justamente o sinal de que, em seu rigor, nossos enunciados são feitos primordialmente para aquela função que só *cumprem* em seu lugar.

No tempo propedêutico, podemos ilustrar o efeito de enunciação perguntando ao aluno se ele imagina o inconsciente no animal, a não ser por algum efeito de linguagem, e da linguagem humana. Se ele admitir, com efeito, que essa é realmente a condição para que sequer possa pensar no assunto, vocês terão confirmado nele a clivagem das idéias de inconsciente e instinto.

Ponto de partida auspicioso, posto que, interpelando do mesmo modo qualquer analista, não importa a que *credo* tenha sido antes levado, será que ele pode dizer que, no exercício de suas funções (sustentar o discurso do paciente, restabelecer-lhe o efeito de sentido, implicar-se nele por responder, bem como por se calar), algum dia teve a sensação de estar lidando com algo que se assemelhasse a um instinto?

Uma vez que a leitura dos textos analíticos e as traduções oficiais de Freud (que nunca escreveu essa palavra) nos encham a boca com o instinto, talvez haja interesse em nos opormos a uma retórica que obtura qualquer eficácia do conceito. O estilo justo do relato da experiência não é a totalidade da teoria. Mas

é o garante de que os enunciados segundo os quais ela opera preservem em si o distanciamento da enunciação em que se atualizam os efeitos de metáfora e de metonímia, ou seja, de acordo com nossas teses, os próprios mecanismos descritos por Freud como sendo os do inconsciente.

Mas retorna aqui legitimamente a pergunta: serão eles efeitos de linguagem ou efeitos de fala? Consideremos que ela adota aqui somente o contorno da dicotomia de Saussure. Voltada para o que interessa a seu autor, os efeitos na língua, ela fornece cadeia e trama àquilo que se tece entre sincronia e diacronia.

À medida que a voltamos para aquilo que nos coloca em causa (tanto quanto aquele que nos questiona, quando já não se perdeu nos suportes da questão), ou seja, o sujeito, a alternativa propõe-se como disjunção. Ora, é essa disjunção mesma que nos dá a resposta, ou melhor, é levando o Outro a se fundar como o lugar de nossa resposta, ao dá-la ele mesmo sob a forma que inverte sua pergunta em mensagem, que introduzimos a disjunção efetiva a partir da qual a pergunta tem sentido.

O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para um outro significante: ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta.

Com o sujeito, portanto, não se fala. Isso fala dele, e é aí que ele se apreende, e tão mais forçosamente quanto, antes de — pelo simples fato de isso se dirigir a ele — desaparecer como sujeito sob o significante em que se transforma, ele não é absolutamente nada. Mas esse nada se sustenta por seu advento, produzido agora pelo apelo, feito no Outro, ao segundo significante.

Efeito de linguagem, por nascer dessa fenda original, o sujeito traduz uma sincronia significativa nessa pulsação temporal primordial que é o *fading* constitutivo de sua identificação. Esse é o primeiro movimento.

Mas, no segundo, havendo o desejo feito seu leito no corte significativo em que se efetua a metonímia, a diacronia (chamada “história”) que se inscreveu no *fading* retorna à espécie de fixidez que Freud atribui ao voto inconsciente (última frase da *Traumdeutung*).

[835]

Esse suborno secundário não apenas conclui o efeito da primeira, projetando a topologia do sujeito no instante da fantasia, mas o sela, recusando ao sujeito do desejo que ele se saiba efeito de fala, ou seja, que saiba o que ele é por não ser outra coisa senão o desejo do Outro.

É nisso que todo discurso tem o direito de se considerar, por esse efeito, irresponsável. Todo discurso, exceto o daquele que ensina, quando ele se dirige a psicanalistas.

Quanto a nós, sempre nos acreditamos passíveis de ser responsabilizados por tal efeito, e, embora não estando à altura da tarefa de lhe fazer frente, foi essa a proeza secreta de cada um de nossos “seminários”.

Pois aqueles que nos vêm ouvir não são aqueles que estão fazendo primeira comunhão, os quais Platão expõe à interrogação de Sócrates.

Que o “secundário” de onde eles saem deva ser reproduzido por uma propedêutica já diz o bastante sobre suas carências e suas redundâncias. De sua “filosofia”, a maioria deles guardou apenas uma mistura de fórmulas, um catecismo desordenado que os anestesia para qualquer surpresa da verdade.

Além disso eles são presas oferecidas às operações de prestígio, aos ideais de alto personalismo pelos quais a civilização os pressiona a viverem acima de seus recursos.

Recursos mentais, bem entendido.

O ideal de autoridade com que se afina o candidato médico, a pesquisa de opinião em que se esconde o mediador dos impasses relacionais, o *meaning of meaning* em que toda busca encontra seu alibi — a fenomenologia, cesto que se oferece aos manás caídos do céu¹ — é vasto o leque e grande a dispersão na base de uma obusão ordenada.

A resistência, igual em seu efeito de negar a despeito de Hegel e Freud, desgraça da consciência e mal-estar da civilização.

Em sua base está uma *Koiné* da subjetivação que objetiva as falsas evidências do eu e desvia toda prova de certeza para sua procrastinação. (Que não nos venham opor nem os marxistas,

1. ... *La phénoménologie, van qui s'offre aux alouettes rôties du ciel*: Lacan joga com a expressão de referência bíblica *attendre que les alouettes lui tombent toutes rôties*, “esperar que as coisas lhe caiam do céu.” (N.E.)

nem os católicos, nem os próprios freudianos, ou exigiremos a chamada nominal.)

Eis por que somente um ensino que abale essa *Koiné* traça a via da análise que se intitula didática, uma vez que os resultados da experiência são falseados pelo simples fato de se registrarem nessa *Koiné*.

Essa contribuição doutrinal tem um nome: trata-se, muito simplesmente, do espírito científico, que falha por completo nos locais de recrutamento dos psicanalistas.

Nosso ensino é anátema por se increver nessa verdade.

A objeção, que destacamos, de sua incidência na transferência dos analistas em formação há de fazer rir os futuros analistas, se, graças a nós, ainda houver algum para quem Freud exista. Mas o que ela prova é a ausência de qualquer doutrina da psicanálise didática em suas relações com a afirmação do inconsciente.

Compreender-se-á, por conseguinte, que nosso uso da fenomenologia de Hegel não tenha comportado nenhuma fidelidade ao sistema, mas pregava, como exemplo, contrariar as evidências da identificação. É na condução do exame de um doente e no modo de tirar conclusões dele que se afirma a crítica contra o bestiário intelectual. É ao não evitar as implicações éticas de nossa práxis na deontologia e no debate científico que se desmascará a bela alma. A lei do coração, como dissemos, faz das suas mais do que a paranóia. É a lei de uma astúcia que, na astúcia da razão, traça um meandro de curso bastante lento.

Além disso, os enunciados hegelianos, mesmo a nos atermos a seu texto, são propícios para dizer sempre Outra-coisa. Outra-coisa que corrige seu vínculo de síntese fantasística, enquanto conserva seu efeito de denunciar as identificações em seus engodos.

Essa é a nossa própria *Aufhebung*, que transforma a de Hegel, o engodo dele, numa oportunidade de destacar, em lugar e vez dos saltos de um progresso ideal, os avatares de uma falta.

Para confirmar em sua função esse ponto de falta, não há nada melhor, visto isto, do que o diálogo de Platão, na medida em que ele decorre do gênero cômico, em que não hesita em assinalar o ponto em que já não resta senão opor aos “insultos de praxe a máscara do palhaço”, em que conserva o rosto de mármore enquanto atravessa os séculos na base de uma farsa, à

[837]

espera de quem se sairá melhor no golpe de judô que ele cristaliza com a verdade.

Assim é que, no *Banquete*, Freud é um conviva que se pode correr o risco de convidar de improviso, nem que seja confiando na notinha em que ele nos indica o que lhe deve em sua precisão quanto ao amor e, talvez, na tranquilidade de sua visão da transferência. Decerto seria ele o homem para ali reavivar essas colocações báquicas, das quais, havendo-as sustentado, ninguém mais se lembra depois da embriaguez.

[838]

Nosso seminário não estava “lá onde isso fala”, como sucedeu dizerem por brincadeira. Ele suscitava *o lugar* de onde isso podia falar, abrindo mais de um ouvido para escutar o que, na impossibilidade de reconhecê-lo, ele teria deixado passar como indiferente. E é verdade que, ao ressaltar isso ingenuamente, pelo fato de ter sido na mesma noite, se não exatamente na véspera, um certo ouvinte nos deslumbrou por ter sido encontrado na sessão de um paciente, a ponto de se fazer textual, o que disséramos em nosso seminário.

O lugar em questão é a entrada da caverna a respeito da qual sabemos que Platão nos guia para a saída, ao passo que imaginamos nela ver entrar o psicanalista. Mas as coisas são menos simples, porque essa é uma entrada a que nunca se chega senão no momento em que ela é fechada (esse lugar jamais será turístico) e porque o único meio de ela se entreabrir é chamar do lado de dentro.

Isso não é insolúvel, se o abre-te sésamo do inconsciente é ter um efeito de fala, ser estrutura de linguagem, mas exige do analista que ele reconsidere o modo de seu fechamento.

Hiância, pulsação, uma alternância de sucção, para seguirmos certas indicações de Freud: é disso que precisamos dar conta, e foi isso que tratamos de fazer fundamentando-o numa topologia.

A estrutura daquilo que se fecha inscreve-se, com efeito, numa geometria em que o espaço se reduz a uma combinatória: ela é, propriamente falando, o que ali se chama de uma *borda*.

Ao estudá-la formalmente nas consequências da irredutibilidade de seu corte, nela poderemos reordenar algumas funções, entre a estética e a lógica, das mais interessantes.

Nisso percebemos que é o fechamento do inconsciente que fornece a chave de seu espaço e, nomeadamente, a compreensão da impropriedade que há em fazer dele um interior.

Ele também demonstra o núcleo de um tempo reversivo, muito necessário de introduzir em toda eficácia do discurso, e já bastante sensível na retroação — na qual insistimos há muito tempo — do efeito de sentido na frase, o qual exige, para se fechar, sua última palavra.

O *nachträglich* (lembramos que fomos o primeiro a extraí-lo do texto de Freud), o *nachträglich*, ou a posteriori, segundo o qual o trauma se implica no sintoma, mostra uma estrutura temporal de ordem mais elevada.

[839]

Mas, acima de tudo, a experiência desse fechamento mostra que não seria um ato gratuito para os psicanalistas reabrir o debate sobre a *causa*, fantasma impossível de exorcizar do pensamento, crítico ou não. Pois a causa não é, como também se diz do ser, engodo das formas do discurso — já o teríamos desfeito. Ela perpetua a razão que subordina o sujeito ao efeito do significante.

É somente como instância do inconsciente, do inconsciente freudiano, que se apreende a causa no nível do qual um Hume tenciona desalojá-la, e que é justamente aquele em que ela ganha consistência: a retroação do significante em sua eficácia, que é absolutamente necessário distinguir da causa final.

É inclusive ao demonstrar que essa é a única e verdadeira causa primeira que veríamos congregar-se a aparente discordância das quatro causas de Aristóteles — e os analistas poderiam, de seu terreno, contribuir para essa retomada.

Teriam como recompensa disso poderem servir-se do termo freudiano “sobredeterminação” de um outro modo que não para um uso de pirueta. O que vem a seguir introduzirá o traço que domina a relação de funcionamento entre essas formas: sua articulação circular, mas não recíproca.

Havendo fechamento e entrada, não está dito que eles separam: eles dão a dois campos seu modo de conjunção. Estes são, respectivamente, o sujeito e o Outro, só devendo esses campos ser substantivados aqui a partir de nossas teses sobre o inconsciente.

O sujeito, o sujeito cartesiano, é o pressuposto do inconsciente, como demonstramos no devido lugar.

O Outro é a dimensão exigida pelo fato de a fala se afirmar como verdade.

O inconsciente é, entre eles, seu corte em ato.

Encontramos esse corte comandando as duas operações fundamentais em que convém formular a causação do sujeito. Operações que se ordenam por uma relação circular, mas, no entanto, não-recíproca.

[840]

A primeira, a alienação, é própria do sujeito. Num campo de objetos, não é concebível nenhuma relação que gere a alienação, a não ser a do significante. Tomemos por origem o dado de que nenhum sujeito tem razão de aparecer no real, salvo por nele existirem seres falantes. Concebe-se uma física que dê conta de tudo no mundo, inclusive de sua parte animada. Um sujeito só se impõe nela por haver no mundo significantes que não querem dizer nada e que têm de ser decifrados.

Conferir essa prioridade ao significante em relação ao sujeito é, para nós, levar em conta a experiência que Freud nos descortinou, a de que o significante joga e ganha, por assim dizer, antes que o sujeito constate isso, a ponto de, no jogo do *Witz*, do chiste, por exemplo, ele surpreender o sujeito. Com seu *flash*, o que ele ilumina é a divisão entre o sujeito e ele mesmo.

Mas o fato de ser revelar não deve mascarar para nós que essa divisão não provém de outra coisa senão do mesmo jogo, o jogo dos significantes... dos significantes, e não dos signos.

Os signos são plurivalentes: sem dúvida representam alguma coisa para alguém; mas, desse alguém, o status é incerto, como o é o da pretensa linguagem de certos animais, linguagem de signos que não admite a metáfora nem gera a metonímia.

Esse alguém, em última instância, pode ser o universo, uma vez que nele circula, dizem-nos, a informação. Todo centro em que ela se totaliza pode ser tomado por alguém, mas não por um sujeito.

O registro do significante institui-se pelo fato de um significante representar um sujeito para outro significante. Essa é a estrutura, sonho, lapso e chiste, de todas as formações do inconsciente. E é também a que explica a divisão originária do sujeito. Produzindo-se o significante no lugar do Outro ainda não discernido, ele faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não possui a fala, mas ao preço de cristalizá-lo. O que ali *havia* de pronto para falar — nos dois sentidos que o imperfeito do francês dá ao *il y avait* [havia], o de colocá-lo no instante anterior: lá estava e não está mais; porém também no instante posterior: por pouco mais lá estava por ter podido lá estar —, o que lá *havia* desaparece, por não ser mais que um significante.

Portanto, não é o fato de essa operação se iniciar no Outro que a faz qualificar de alienação. Que o Outro seja para o sujeito o lugar de sua causa significante só faz explicar, aqui, a razão por que nenhum sujeito pode ser causa de si mesmo. O que se impõe não somente por ele não ser Deus, mas porque o próprio Deus não poderia sê-lo, se tivéssemos que pensar nele como sujeito — sto. Agostinho percebeu isso muito bem, recusando o atributo de causa de si mesmo ao Deus pessoal.

A alienação reside na divisão do sujeito que acabamos de designar em sua causa. Avancemos na estrutura lógica. Essa estrutura é a de um *vel*, novo por produzir aqui sua originalidade. Para isso, é preciso derivá-lo do que se chama, na lógica dita matemática, uma reunião (já reconhecida como definindo um certo *vel*).

Essa reunião é tal que o *vel* que dizemos de alienação só impõe uma escolha entre seus termos ao eliminar um deles, sempre o mesmo, seja qual for essa escolha. O que está em jogo limita-se, pois, aparentemente, à conservação ou não do outro termo, quando a reunião é binária.

Essa disjunção encarna-se de maneira muito ilustrável, senão dramática, tão logo o significante se encarna, num nível mais personalizado, no pedido ou na oferta: no “a bolsa ou a vida” ou no “a liberdade ou a morte”.

Trata-se apenas de saber que vocês querem ou não (*sic aut non*) conservar a vida ou recusar a morte, pois, no que concerne ao outro termo da alternativa, a bolsa ou a liberdade, sua escolha será de qualquer maneira decepcionante.

É preciso estar atento ao fato de que o que resta, de qualquer modo, fica desfalcado: será a vida sem a bolsa — e será também, por haver recusado a morte, uma vida algo incomodada pelo preço da liberdade.

É esse o estigma, posto que o *vel*, funcionando aqui dialeticamente, de fato atua sobre o *vel* da reunião lógica, que, como se sabe, equivale a um *et* (*sic et non*). O que se ilustra pelo fato de que, num prazo mais longo, será preciso abandonar a vida depois da bolsa, e por fim restará apenas a liberdade de morrer.

Do mesmo modo, nosso sujeito é colocado no *vel* de um sentido a ser recebido ou da petrificação. Mas, se ele preserva o sentido, é esse campo (do sentido) que será mordido pelo

[841]

[842]

não-sentido que se produz por sua mudança em significante. E é justamente do campo do Outro que provém esse não-sentido, apesar de produzido como eclipse do sujeito.

A coisa merece ser dita, pois ela qualifica o campo do inconsciente que se assenta, digamos, no lugar do analista, ou seja, literalmente, em sua poltrona. E a tal ponto que deveríamos deixar-lhe essa poltrona, num “gesto simbólico”. É essa a expressão costumeira para se dizer gesto de protesto, o qual teria a importância de se opor à instrução tão graciosamente declarada no lema grosseiro, dentro do franglário — inventemos esta palavra² — diretamente saído da *hamathía* que uma princesa encarnou na psicanálise francesa, de substituir o tom pré-socrático do preceito de Freud, *Wo Es war, soll Ich werden*, pela dissonância de “o eu (do analista, sem dúvida) deve desalojar o isso (do paciente, é claro)”.

Que S. Leclair seja questionado por poder considerar inconsciente a sequência do licorne, a pretexto de que ele, por sua vez, é consciente dela, significa que não se vê que o inconsciente só tem sentido no campo do Outro — e menos ainda o que decorre disso: que não é o efeito de sentido que opera na interpretação, mas a articulação, no sintoma, dos significantes (sem nenhum sentido) aprisionados nele.³

Passemos à segunda operação, onde se fecha a causação do sujeito, para nela constatar a estrutura da borda em sua função de limite, bem como na torção que motiva a invasão do inconsciente. A essa operação chamaremos: separação. Nela reconheceremos o que Freud denomina de *Ichspaltung* ou fenda do sujeito, e compreenderemos por quê, no texto em que Freud a introduz, ele a fundamenta numa fenda não do sujeito, mas do objeto (fálico, nomeadamente).

A forma lógica que essa segunda operação vem modificar dialeticamente chama-se, na lógica simbólica, interseção, ou o produto que se formula por um pertencimento *a-* e *à-*. Essa função modifica-se, aqui, por uma parte retirada da falta pela

2. O meio em que imperaria o “franglês”, uma espécie de língua francesa excessivamente influenciada pelo inglês. (N.E.)

3. Abreviação de nossa resposta a uma objeção inoperante.

falta, através da qual o sujeito reencontra no desejo do Outro sua equivalência ao que ele é como sujeito do inconsciente.

[843]

Por essa via, o sujeito se realiza na perda em que surgiu como inconsciente, mediante a falta que produz no Outro, de acordo com o traçado que Freud descobriu como sendo a pulsão mais radical, e que ele denominou de pulsão de morte. Aqui, um *nem à-* é convocado a suprir outro *nem à-*. O ato de Empédocles, respondendo a isso, evidencia que se trata aí de um querer. O *vel* retorna como *velle*.⁴ Esse é o fim da operação. Agora, o processo.

Separare, separar, conclui-se aqui em *se parere*, gerar a si mesmo. Prescindamos dos préstimos certos que encontramos nos etimologistas do latim, nesse deslizamento do sentido de um verbo para o outro. Que se saiba apenas que esse deslizamento se funda no pareamento comum dos dois na função da *pars*.

A parte não é o todo, costuma-se dizer, só que geralmente sem pensar. Pois seria preciso acentuar que, com o todo, ela nada tem a ver. É preciso tomar partido nisso; ela joga sua partida sozinha. Aqui, é por sua partição que o sujeito procede a sua parturição. E isso não implica a metáfora grotesca de que ele se dê à luz de novo. O que, aliás, a linguagem ficaria um bocado atrapalhada para exprimir por um termo original, pelo menos na área do indo-europeu, onde todas as palavras utilizadas nessa acepção têm uma origem jurídica ou social. *Parere* é, antes de mais nada, proporcionar (um filho ao marido). Por isso é que o sujeito pode se proporcionar o que lhe diz respeito aqui, um estado que qualificaremos de civil. Nada na vida de ninguém desencadeia mais empenho para ser alcançado. Para ser *pars*, ele realmente sacrificaria grande parte de seus interesses, e não para se integrar na totalidade, que, de resto, não é de modo algum constituída pelos interesses dos outros, e menos ainda pelo interesse geral, que se distingue disso de um modo totalmente diferente.

Separare, *se parere*: para se enfeitar com o significante⁵ sob o qual sucumbe, o sujeito ataca a cadeia, que reduzimos à conta

4. Infinitivo presente e imperfeito do subjuntivo do latim *volo, volui*, “querer”, “desejar”. Trocadilho de Lacan entre *vel* (ou) e *velle* (de *volo*) (N.E.)

5. *Se parer du signifiant*: *se parer*, além de significar “gabar-se, vangloriar-se”, equivoca com *séparer* (separar); *parer* significa “proteger, aparar, enfeitar, ornamentar”. (N.E.)

exata de um binarismo, em seu ponto de intervalo. O intervalo que se repete, estrutura mais radical da cadeia significante, é o lugar assombrado pela metonímia, veículo, ao menos como o ensinamos, do desejo.

Seja como for, é sob a incidência em que o sujeito experimenta, nesse intervalo, uma Outra coisa a motivá-lo que não os efeitos de sentido com que um discurso o solicita, que ele depara efetivamente com o desejo do Outro, antes mesmo que possa sequer chamá-lo de desejo, e muito menos imaginar seu objeto.

[844]

O que ele coloca aí é sua própria falta, sob a forma da falta que produziria no Outro por seu próprio desaparecimento. Desaparecimento que, se assim podemos dizer, ele tem nas mãos, da parte de si mesmo que lhe cabe por sua alienação primária.

Mas o que ele assim preenche não é a falha que ele encontra no Outro, e sim, antes, a da perda constitutiva de uma de suas partes, e pela qual ele se acha constituído em duas partes. Nisso reside a torção através da qual a separação representa o retorno da alienação. É por ele operar *com* sua própria perda, a qual o reconduz a seu começo.

Sem dúvida, o “ele pode me perder” é seu recurso contra a opacidade do que ele encontra no lugar do Outro como desejo, mas restitui o sujeito à opacidade do ser que lhe coube por seu advento de sujeito, tal como ele se produziu inicialmente pela intimação do outro.

Essa é uma operação cujo desenho fundamental vai ser reencontrado na técnica. Pois é na escansão do discurso do paciente, à medida nele intervém o analista, que veremos ajustar-se a pulsação da borda pela qual deve surgir o ser que reside para-aquém dela.

A espera do advento desse ser em sua relação com o que designamos como o desejo do analista, no que ele tem de despercebido, pelo menos até hoje, por sua própria posição, é essa a última e verdadeira mola do que constitui a transferência.

Eis por que a transferência é uma relação essencialmente ligada ao tempo e a seu manejo. Mas o ser que, em nós operando a partir do campo da fala e da linguagem, responde do para-aquém da entrada da caverna, quem é ele? Vamos dar-lhe corpo com as próprias paredes da caverna, que viveriam, ou melhor, se animariam com uma palpação cujo movimento de vida deve ser captado agora, isto é, depois de havermos articulado a função e o campo da fala e da linguagem em seu condicionamento.

Pois não vemos muito bem como se dar o direito de nos imputar de negligenciar o dinâmico em nossa topologia: nós o orientamos, o que é melhor do que fazer dele um lugar-comum (o mais verbal não está onde se quer dizê-lo).

Quanto à sexualidade, onde nos lembrariam que está a força com que temos de lidar, e que ela é biológica, retrucaremos que o analista talvez não tenha contribuído tanto quanto se poderia esperar, numa certa época, para o esclarecimento de suas molas, a não ser apregoando o que nela há de natural, em temas de ritornelos que às vezes chegam ao arrulho. Tentaremos introduzir nisso algo de mais novo, recorrendo a uma forma que o próprio Freud, nesse aspecto, nunca pretendeu ultrapassar: a do mito.

[845]

E, para seguir as pegadas do Aristófanes do *Banquete* anteriormente evocado, recordemos seu primitivo animal de dois dorsos em que se soldam metades tão firmemente unidas quanto as de uma esfera de Magdeburgo, as quais, separadas num segundo tempo por uma intervenção cirúrgica do ciúme de Zeus, representam esses seres, famintos de um intangível complemento, em que nos transformamos no amor.

Ao considerar essa esfericidade do Homem primevo, tanto quanto sua divisão, é o ovo que se evoca e que talvez se aponte como recalcado, seguindo Platão, na preeminência conferida à esfera durante séculos, numa hierarquia das formas sancionada pelas ciências da natureza.

Consideremos esse ovo no ventre vivíparo em que ele não precisa de concha e lembremos que, toda vez que se rompem suas membranas, é uma parte do ovo que é ferida, pois as membranas são, do ovo fecundado, tão filhas quanto o ser vivo que vem à luz por sua perfuração. Donde resulta que, na secção do cordão, o que o recém-nascido perde não é, como pensam os analistas, sua mãe, mas seu complemento anatômico. Aquilo que as parteiras chamam de secundinas.

Pois bem, imaginemos que, toda vez que se rompem as membranas, pela mesma saída escapa um fantasma, o de uma forma infinitamente mais primária da vida, e que não estaria apta a reproduzir o mundo como microcosmo.

Ao quebrar o ovo faz-se o Homem, mas faz-se também a Homelete.

Suponhamo-la como grande panqueca a se deslocar qual a ameba, ultra-achatada a passar sob as portas, onisciente por ser conduzida pelo puro instinto de vida, imortal por ser cissípara.

Eis aí algo que não seria bom sentir escorrer sobre o rosto, sem ruído, durante o sono, para lhe apor um lacre.

A se admitir que nesse ponto começa o processo de digestão, percebe-se que a Homelete teria com que se sustentar por muito tempo (lembramos que há organismos, e já bem diferenciados, que não têm aparelho digestivo).

[846]

Desnecessário acrescentar que logo se travaria a luta contra um ser tão assustador, mas que ela seria difícil. Pois é possível supor que, com a ausência de aparelho sensorial na Homelete a lhe deixar apenas o puro real para se guiar, ela levaria uma vantagem sobre nós, homens, que sempre temos que nos prover de um homúnculo em nossa cabeça para fazer desse mesmo real uma realidade.

Não seria fácil, com efeito, prevenir os caminhos de seus ataques, aliás impossíveis de prever, uma vez que ela também não conheceria obstáculos. Impossível educá-la ou tampouco lhe armar uma cilada.

Quanto a destruir a Homelete, seria bom nos prevenirmos de que não lhe ocorra pulular, pois nela fazer um talho seria promover até sua reprodução, e o menor de seus brotos sobrevivendo, até mesmo do fogo, ele conservaria todos os seus poderes de prejudicar. Afora os efeitos de um raio mortal, que ainda seria preciso experimentar, a única saída seria encerrá-la, aprisioná-la nas mandíbulas de uma esfera de Magdeburgo, por exemplo, que reaparece aí, único instrumento a se propor, como que por acaso.

Mas seria preciso que ela conseguisse isso inteira e sozinha. Pois, para lhe pôr os dedos, para empurrá-la um tantinho só que transbordasse, o mais valente teria razão de pensar duas vezes, temendo que por entre seus dedos ela lhe escapasse — e para ir se alojar onde?

A não ser por seu nome, que trocaremos pelo nome mais decente de *lamela* (do qual a palavra omelete, aliás, não passa de uma metástase⁶), essa imagem e esse mito parecem-nos muito

6. Vem-nos à lembrança que, como prova de haver mamado do bom leite, há quem zombe de nossas referências... à metástase e à metonímia (sic). Raro é o que faz rir aquele cujo rosto é eloqüente para ilustrar o slogan do qual faríamos sua marca: a bosta de *vache qui rit*. [Lacan brinca com *omelette*, *lamelle* e *mamelle* (mama, teta). (N.E.)]

apropriados tanto para representar quanto para instaurar aquilo a que chamamos libido.

A imagem nos apresenta a libido tal como ela é, ou seja, um órgão, o que faz com que seus costumes a aparentem muito mais que com um campo de forças. Digamos que é como superfície que ela ordena esse campo de forças. Essa concepção é posta à prova ao se reconhecer a estrutura de montagem que Freud conferiu à pulsão e ao se a articular com ela.

A referência à teoria eletromagnética, e nomeadamente a um chamado teorema de Stokes, nos permitiria situar na condição de essa superfície apoiar-se numa borda fechada, que é a zona erógena, a razão da constância do ímpeto da pulsão, na qual Freud insiste tanto.⁷

[847]

Vê-se também que o que Freud chama de *Schub*, ou escoamento da pulsão, não é sua descarga, mas deve antes ser descrito como a evaginação em vaivém de um órgão cuja função deve ser situada nas coordenadas subjetivas precedentes.

Esse órgão deve ser chamado de irreal, no sentido de que o irreal não é o imaginário e precede o subjetivo que ele condiciona, por estar diretamente às voltas com o real.

É a isso que nosso mito, como qualquer outro, esforça-se por dar uma articulação simbólica, em vez de uma imagem.

Nossa lamela representa aqui a parte do ser vivo que se perde no que ele se produz pelas vias do sexo.

Essa parte certamente não deixa de se indicar em suportes que a anatomia microscópica materializa nos glóbulos expulsos nas duas etapas dos fenômenos que se ordenam em torno da redução cromossômica, na maturação de uma gônada.

Sendo aqui representada por um ser mortífero, ela marca a relação, da qual o sujeito participa, entre a sexualidade, especificada no indivíduo, e sua morte.

7. Sabemos o que esse teorema enuncia sobre o fluxo do rotacional. Ele supõe um campo vetorial definido no contínuo e no derivável. Em tal campo, sendo o rotacional de um vetor constituído pelas derivadas de suas componentes, demonstra-se que a circulação desse vetor numa linha fechada é igual ao fluxo do rotacional gerado a partir da superfície que se apóia nessa linha como borda. Ou seja, ao assim postular esse fluxo como invariante, o teorema estabelece a idéia de um fluxo “através” de um circuito orifício, isto é, tal que a superfície inicial já não entra em consideração.

Para os topologistas: $\int dl \cdot \vec{V} = \iint d\vec{S} \cdot \text{Rot. } \vec{V}$.

Do que dela se representa no sujeito, o que impressiona é a forma de corte anatômico (reavivando o sentido etimológico da palavra anatomia) em que se decide a função de alguns objetos, dos quais convém dizer não que eles são parciais, mas que têm uma situação realmente à parte.

O seio, para dele tirar o exemplo dos problemas suscitados por esses objetos, não é somente a fonte de uma nostalgia “regressiva”, por ter sido a de um alimento valorizado. Ele está ligado ao corpo materno, dizem-nos, a seu calor ou aos cuidados amorosos. Mas isso não equivale a dar uma razão suficiente de seu valor erótico, do qual um quadro (em Berlim) de Tiepolo, em seu horror exaltado, representando sta. Ágata após seu suplício, é mais apropriado para dar uma idéia.

[848]

Na verdade, não se trata do seio no sentido da matriz, por mais que se misturem à vontade essas ressonâncias em que o significante joga fartamente com a metáfora. Trata-se do seio especificado na função do desmame, que prefigura a castração.

Ora, o desmame está por demais situado, desde a investigação kleiniana, na fantasia da partição do corpo da mãe, para que não suspeitemos de que é entre o seio e a mãe que passa o plano de separação que faz do seio o objeto perdido que está em causa no desejo.

Pois, a nos lembrarmos da relação de parasitismo em que a organização mamífera coloca o rebento, desde o embrião até o recém-nascido, no tocante ao corpo da mãe, o seio aparecerá como o mesmo tipo de órgão, a ser concebido como ectopia de um indivíduo sobre outro, materializado pela placenta nos primórdios do crescimento de um certo tipo de organismo, que mantém-se especificado por essa interseção.

A libido é a lamela que o ser do organismo desliza até seu verdadeiro limite, que vai mais longe que o do corpo. Sua função radical no animal se materializa, nessa etologia, pela súbita queda de seu poder de intimidação nos limites de seu “território”.

Essa lamela é órgão por ser instrumento do organismo. Às vezes é como que sensível, quando a histérica brinca de testar sua elasticidade ao extremo.

O sujeito falante tem o privilégio de revelar o sentido mortífero desse órgão e, através disso, sua relação com a sexualidade. Isso porque o significante como tal, barrando por intenção primeira o sujeito, nele fez penetrar o sentido da morte. (A letra mata,

mas só ficamos sabendo disso pela própria letra.) Por isso é que toda pulsão é virtualmente pulsão de morte.

O importante é apreender como o organismo vem a ser apanhado na dialética do sujeito. Esse órgão do incorporeal no ser sexuado é aquilo do organismo que o sujeito vem estabelecer no momento em que se opera sua separação. É por meio dele que ele pode realmente fazer de sua morte objeto de desejo do Outro.

[849]

Mediante o quê virão para esse lugar o objeto que ele perde por natureza, o excremento, ou então os suportes que ele encontra para o desejo do Outro: seu olhar, sua voz.

É em revolver esses objetos para neles resgatar, para restaurar em si sua perda original, que se empenha a atividade que nele denominamos de pulsão (*Trieb*).

Não há outra via em que se manifeste no sujeito a incidência da sexualidade. A pulsão, como representante da sexualidade no inconsciente, nunca é senão pulsão parcial. É nisso que está a carência essencial, isto é, a daquilo que pudesse representar no sujeito o modo, em seu ser, do que nele é macho ou fêmea.

O que nossa experiência demonstra de vacilação no sujeito, no tocante a seu ser de masculino ou feminino, deve ser menos relacionado com sua bissexualidade biológica do que com o fato de não haver nada em sua dialética que represente a bipolaridade do sexo, a não ser a atividade e a passividade, isto é, uma polaridade pulsão-ação-de-fora, totalmente imprópria para representá-la em seu fundamento.

É a isso que queremos chegar neste discurso: a que a sexualidade se distribui de um lado a outro de nossa *borda* como limiar do inconsciente, da seguinte maneira:

Do lado do vivente, como ser que deve ser captado na fala, como alguém que nunca pode enfim advir nela por inteiro, nesse para-aquém do limiar que no entanto não é dentro nem fora, não há acesso ao Outro do sexo oposto senão através das chamadas pulsões parciais, onde o sujeito busca um objeto que lhe reponha a perda de vida que lhe é própria, por ele ser sexuado.

Do lado do Outro, do lugar onde a fala se confirma por encontrar a troca dos significantes, os ideais que eles sustentam, as estruturas elementares de parentesco, a metáfora do pai como princípio da separação, a divisão sempre reaberta no sujeito em sua alienação primária, apenas desse lado, e por

estas vias que acabamos de citar, devem instaurar-se a ordem e a norma que dizem ao sujeito o que ele deve fazer como homem ou mulher.

Não é verdade que Deus os tenha feito macho e fêmea, se é isso que se quer dizer com o casal Adão e Eva, como aliás o contradiz expressamente o mito ultracondensado que encontramos no mesmo texto sobre a criação da companheira.

[850]

Sem dúvida, antes houve Lilith, mas ela não resolve nada.

Interrompendo por aqui, deixamos para o passado debates em que, no que concerne ao inconsciente freudiano, eram bem-vindas as intervenções irresponsáveis, justamente pelo fato de os responsáveis só virem de má vontade, para não dizermos mais nada, a partir de uma certa borda.

Um resultado disso, não obstante, foi que a ordem de silêncio dessa borda oposta a nosso ensino neles se rompeu.

O fato de, quanto ao complexo de Édipo, o ponto final, ou melhor, a vedete norte-americana, ter atingido uma proeza hermenêutica confirma nossa apreciação desse colóquio e desde então tem mostrado suas consequências.

Indicamos aqui, por nossa conta e risco, o aparelho pelo qual se poderia reintroduzir a precisão.⁸

8. Contudo, assinalemos ainda que, ao restabelecer aqui de forma irônica a função do objeto “parcial”, fora da referência à regressão com que ela é habitualmente encoberta (entenda-se: essa referência só pode entrar em exercício a partir da estrutura que define esse objeto — ao qual chamamos objeto *a*), não pudemos estendê-la até o ponto que constitui seu interesse crucial, ou seja, ao objeto ($-\phi$) como “causa” do complexo de castração.

Esse objeto é abordado na comunicação que vem a seguir.

Mas o complexo de castração, que está no cerne de nossas elaborações atuais, ultrapassa os limites conferidos à teoria pelas tendências que se designavam como novas na psicanálise pouco antes da guerra, e pelas quais ela continua a ser afetada em seu conjunto.

Pode-se avaliar o obstáculo que nisso tivemos de contornar pelo tempo que nos foi necessário para dar ao discurso de Roma a sequência deste texto, bem como pelo fato de, no momento em que o corrigimos, sua revisão original ainda estar sendo esperada.

Do “Trieb” de Freud e do desejo do psicanalista

A pulsão,¹ tal como é construída por Freud a partir da experiência do inconsciente, proíbe ao pensamento psicologizante esse recurso ao instinto com que ele mascara sua ignorância, através da suposição de uma moral na natureza.

A pulsão — nunca é demais lembrá-lo à obstinação do psicólogo que, em seu conjunto e *per se*, fica a serviço da exploração tecnocrática — a pulsão freudiana nada tem a ver com o instinto (nenhuma das expressões de Freud permite essa confusão).

A libido não é o instinto sexual. Sua redução, em última instância, ao desejo viril, indicada por Freud, bastaria para nos advertir disso.

A libido em Freud é uma energia passível de uma quantimetria tão mais fácil de introduzir na teoria quanto é inútil, já que nela só são reconhecidos alguns *quanta* de constância.

Sua coloração sexual, tão formalmente afirmada por Freud como inscrita no que há de mais íntimo em sua natureza, é cor-de-vazio: suspensa na luz de uma hiância.

1. Este é o resumo de nossas intervenções num notável colóquio convocado em Roma pelo professor Enrico Castelli. Segundo de uma série sobre o tema dos problemas introduzidos na ética pelos efeitos da ciência — tema que Enrico Castelli é admiravelmente escolado em organizar em aporias questionadoras.

Esse colóquio se realizou, sob o título de Técnica e Casuística, de 7 a 12 de janeiro de 1964, na Universidade de Roma.

Ali evitamos expor, demasiadamente cedo, a uma difusão que não teria sido controlável o que desde então articulamos sobre a pulsão, em nossas conferências da École Normale Supérieure que tiveram início alguns dias depois.

Este texto foi entregue às *Atti* do colóquio para nelas resumir nossa comunicação e nossas intervenções.

Essa hiância é aquela com que o desejo esbarra nos limites que lhe são impostos pelo princípio ironicamente chamado de princípio do prazer, por estar remetido a uma realidade que, por sua vez, podemos dizer, é aqui tão-somente campo da práxis.

É justamente desse campo que o freudismo recorta um desejo cujo princípio encontra-se essencialmente em impossibilidades.

Tal é o relevo que o moralista poderia ter levantado ali, se nossa época já não fosse tão prodigiosamente atormentada por exigências idílicas.

Isso é o que quer dizer a referência constante, em Freud, aos *Wunschgedanken* (*wishful thinking*) e à onipotência do pensamento: não é a megalomania que se denuncia aí, mas a conciliação dos contrários.

Isso poderia querer dizer que Vênus está proscrita de nosso mundo: decadência teológica.

Mas Freud nos revela que é graças ao Nome-do-Pai que o homem não permanece preso ao serviço sexual da mãe, que a agressão contra o Pai acha-se no princípio da Lei, e que a Lei está a serviço do desejo que ela institui pela proibição do incesto.

Pois o inconsciente mostra que o desejo está agarrado à proibição, que a crise do Édipo é determinante para a própria maturação sexual.

O psicólogo deturpou prontamente essa descoberta em sentido contrário, para dela extrair uma moral da gratificação materna, uma psicoterapia que infantiliza o adulto, sem que por isso a criança seja mais bem reconhecida.

Com demasiada frequência o psicanalista se deixa levar por isso. O que se escamoteia aí?

Se o medo da castração está no princípio da normatização sexual, não nos esqueçamos de que, ao se referir sem dúvida à transgressão que ela proíbe no Édipo, ela afeta igualmente nele a obediência, detendo-o em sua inclinação homossexual.

Assim, é antes a assunção da castração que cria a falta pela qual se institui o desejo. O desejo é desejo de desejo, desejo do Outro, como dissemos, ou seja, submetido à Lei.

(É o fato de a mulher ter que passar pela mesma dialética — embora nada pareça obrigá-la a isso: ela tem que perder aquilo que não possui — que nos deixa com a pulga atrás da orelha, permitindo-nos articular que é o falo, por ausência, que produz

o montante da dívida simbólica: conta devedora quando se o tem — e, quando não se o tem, crédito contestado.)

[853]

A castração foi a mola absolutamente nova que Freud introduziu no desejo, dando à falta do desejo o sentido que ficara enigmático na dialética de Sócrates, ainda que preservado no relato do *Banquete*.

A partir daí, o *agalma* do *eron* mostra ser o princípio pelo qual o desejo altera a natureza do amante. Em sua busca, Alcibíades revela o segredo da enganação do amor, e de sua baixeza (amar é querer ser amado), na qual estava prestes a consentir.

Não nos foi permitido, no contexto do debate, levar as coisas a ponto de demonstrar que o conceito da pulsão a representa como uma montagem.

As pulsões são nossos mitos, disse Freud. Não se deve entender isso como uma remissão ao irreal. É o real que elas mitificam, comumente, mitos: aqui, aquilo que produz o desejo, reproduzindo nele a relação do sujeito com o objeto perdido.

Não faltam objetos que passam por lucros e perdas para ocupar seu lugar. Mas é em número limitado que eles podem desempenhar um papel que se simbolizaria da melhor maneira possível pela automutilação do lagarto, por sua cauda desprendida com desolação. Desventura do desejo nas sebes do gozo, espreitadas por um deus maligno.

Esse drama não é o acidente que se supõe. É da ordem da essência: porque o desejo vem do Outro, e o gozo está do lado da Coisa.

O que o sujeito recebe dele de esartejamento pluralizante, eis ao que se aplica a segunda tópica de Freud. Mais uma oportunidade para não se ver o que deveria impressionar nela: que as identificações determinam-se ali pelo desejo, sem satisfazer a pulsão.

Isso porque a pulsão divide o sujeito e o desejo, o qual só se sustenta pela relação, que ele desconhece, dessa divisão com um objeto que a causa. Tal é a estrutura da fantasia.

Por conseguinte, qual pode ser o desejo do analista? Qual pode ser o tratamento a que ele se dedica?

Irá ele cair na pregação que gera o descrédito do pregador cuja fé foi substituída pelos bons sentimentos, e como ele assumir uma "direção" abusiva?

Podemos aqui apenas observar que, exceto pelo libertino que foi o grande cômico do século XVII, não se atentou, não mais do que no século das luzes, contra o privilégio do médico, apesar de não menos religioso do que outros.

Pode o analista proteger-se com essa antiga investidura, quando, laicizada, ela rumo para uma socialização que não poderá evitar nem a eugenia nem a segregação política da anomalia?

Haverá o psicanalista de dar seqüência não a uma escatologia, mas a direitos de uma finalidade primordial?

Então, qual é a finalidade da análise, para-além da terapêutica? Impossível não distingui-la desta quando se trata de produzir um analista.

Pois, como dissemos sem entrar na mola da transferência, é o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise.

O estilo de um congresso filosófico, parece, mais leva cada um a fazer valer sua própria impermeabilidade.

Não somos mais inaptos nisso do que outros, mas, no campo da formação analítica, esse processo de deslocamento cria a cacofonia do ensino.

Digamos que, neste, ligo a técnica à finalidade primordial.

Concluindo, pudemos lamentar que, de modo geral, tenha ficado afastada a questão que é, profunda, a de Enrico Castelli.

O niilismo, aqui (e a censura pelo niilismo), tiveram as costas largas para nos poupar de enfrentar o demoníaco, ou a angústia, como quiserem.

Estenografia da aula de abertura do seminário que realizamos no ano de 1965-66 na École Normale Supérieure, sobre *O objeto da psicanálise*, como *chargé de conférences* da École Pratique des Hautes Études (VIª seção).

Seu texto saiu no primeiro número dos *Cahiers pour l'Analyse*, publicados pelo Círculo de Epistemologia da ENS, ou seja, em janeiro de 1966.

O status do *sujeito* na psicanálise, acaso diremos que no ano passado o fundamentamos? Chegamos a estabelecer uma estrutura que dá conta do estado de fenda, de *Spaltung* em que o psicanalista o situa em sua práxis.

Essa fenda, ele a reconhece de maneira como que cotidiana. Admite-a na base, já que o simples reconhecimento do inconsciente basta para motivá-la e que, além disso, ela o submerge, por assim dizer, em sua constante manifestação.

Mas, para que ele saiba o que acontece com sua práxis, ou simplesmente que a dirige em conformidade com o que lhe é acessível, não basta que essa divisão seja para ele um fato empírico, nem tampouco que o fato empírico tenha-se constituído em um paradoxo. É preciso uma certa redução, às vezes demorada para se efetuar, mas sempre decisiva no nascimento de uma ciência; redução que constitui propriamente seu objeto. É isso que a epistemologia se propõe definir em cada caso e em todos eles, sem que se haja mostrado, pelo menos a nosso ver, à altura de sua tarefa.

Pois, ao que eu saiba, ela não explicou plenamente por esse meio a mutação decisiva que, por intermédio da física, fundou A ciência no sentido moderno, sentido que se postula como absoluto. Essa posição da ciência justifica-se por uma radical mudança de estilo no tempo de seu progresso, pela forma galopante de sua imissão em nosso mundo, pelas reações em

cadeia que caracterizam o que podemos chamar de expansões de sua energética. Em tudo isso nos parece radical uma modificação em nossa posição de sujeito, no duplo sentido: de que ela é inaugural nesta e de que a ciência a reforça cada vez mais.

Koyré é nosso guia aqui, e sabemos que ele ainda é desconhecido.

Assim, não esgotei o que concerne à vocação de ciência da psicanálise. Mas foi possível notar que tomei como fio condutor, no ano passado, um certo momento do sujeito que considero ser um correlato essencial da ciência: um momento historicamente definido, sobre o qual talvez tenhamos de saber se ele é rigorosamente passível de repetição na experiência: o que foi inaugurado por Descartes e que é chamado *cogito*.

Esse correlato, como momento, é o desfilamento de um rechaço de todo saber, mas por isso pretende fundar para o sujeito um certo ancoramento no ser, o qual sustentamos constituir o sujeito da ciência em sua definição, devendo este termo ser tomado no sentido de porta estreita.

Esse fio não nos guiou em vão, já que nos levou a formular, no fim do ano, nossa divisão experimentada do sujeito como divisão entre o saber e a verdade, acompanhando-a de um modelo topológico: a banda de Moebius, que leva a entender que não é de uma distinção originária que deve provir a divisão em que esses dois termos se vêm juntar.

Quem confia, com base em Freud, na técnica de leitura que me foi preciso impor quando se tratava simplesmente de substituir cada um de seus termos em sua sincronia, esse saberá voltar da *Ichspaltung* sobre a qual a morte se abate para os artigos sobre o feticchismo (de 1927) e para a perda de realidade (de 1924), a fim de neles constatar que a chamada reformulação doutrinal da segunda tópica não introduz, sob os termos *Ich*, *Überich* e *Es*, nenhum certificado de aparelhos, porém uma retomada da experiência segundo uma dialética que melhor se define como aquilo que o estruturalismo, mais tarde, permitiu elaborar logicamente; ou seja, o sujeito, e o sujeito tomado numa divisão constitutiva.

A partir daí o princípio de realidade perde a discordância que o marcaria em Freud, se, por uma justaposição de textos, ele tivesse que se partilhar entre uma noção de realidade que inclui

a realidade psíquica e outra que faz dela o correlato do sistema percepção-consciência.

Ele deve ser lido como de fato é designado: ou seja, como a [857] linha de experiência que o sujeito da ciência sanciona.

E basta pensarmos nisso para que logo entrem em campo as reflexões que as pessoas se proibem como por demais evidentes.

Que é impensável, por exemplo, que a psicanálise como prática, que o inconsciente, o de Freud, como descoberta, houvessem tido lugar antes do nascimento da ciência, no século a que se chamou século do talento, o XVII — ciência, a ser tomada no sentido absoluto no instante indicado, sentido este que decerto não apaga o que se instituíra antes sob esse mesmo nome, porém que, em vez de encontrar nisso seu arcaísmo, extrai dali seu próprio fio, de uma maneira que melhor mostra sua diferença de qualquer outro.

Uma coisa é certa: se o sujeito está realmente ali, no âmago da diferença, qualquer referência humanista a ele torna-se supérflua, pois é esta que ele corta de imediato.

Não visamos, dizendo isso da psicanálise e da descoberta de Freud, ao acidente de ter sido pelo fato de seus pacientes terem ido procurá-lo em nome da ciência e do prestígio que ela conferia, no fim do século XIX, aos que a serviam, mesmo os de grau inferior, que Freud conseguiu fundar a psicanálise, descobrindo o inconsciente.

Dizemos, ao contrário do que se inventa sobre um pretenso rompimento de Freud com o cientificismo de sua época, que foi esse mesmo cientificismo — se quisermos apontá-lo em sua fidelidade aos ideais de um Brücke, por sua vez transmitidos pelo pacto através do qual um Helmholtz e um Du Bois-Reymond se haviam comprometido a introduzir a fisiologia e as funções do pensamento, consideradas como incluídas neles, nos termos matematicamente determinados da termodinâmica, quase chegada a seu acabamento em sua época — que conduziu Freud, como nos demonstram seus escritos, a abrir a via que para sempre levará seu nome.

Dizemos que essa via nunca se desvinculou dos ideais desse cientificismo, já que ele é assim chamado, e que a marca que traz deste não é contingente, mas lhe é essencial.

E que é por essa marca que ela preserva seu crédito, malgrado os desvios a que se prestou, e isso na medida em que Freud se

opôs a esses desvios, sempre com uma segurança sem retardos e com um rigor inflexível.

Prova disso é seu rompimento com seu adepto mais prestigioso, ou seja, Jung, desde o momento em que ele deslizou para algo cuja função não pode ser definida de outro modo senão como tentando restabelecer um sujeito dotado de profundezas, este último termo no plural, o que significa um sujeito composto por uma relação com o saber, relação dita arquetípica, que não foi reduzida àquela que lhe permite a ciência moderna, à exclusão de qualquer outra, e que não é nada além da relação que definimos no ano passado como pontual e evanescente: essa relação com o saber que, de seu momento historicamente natural, preserva o nome de *cogito*.

[858]

É a essa origem indubitável, patente em todo o trabalho de Freud, à lição que ele nos deixou como chefe de escola, que se deve o fato de o marxismo não ter alcance — e, ao que eu saiba, nenhum marxista mostrou alguma insistência nisso — para questionar seu pensamento em nome de suas inserções históricas.

Refiro-me, nomeadamente: à sociedade da monarquia dupla, no que tange aos limites judaizantes em que Freud ficou confinado em suas aversões espirituais; à ordem capitalista que condicionou seu agnosticismo político (quem dentre vocês nos escreverá um ensaio, digno de Lamennais, sobre a indiferença em matéria de política?); e, acrescentaria eu, à ética burguesa, pela qual a dignidade de sua vida vem inspirar-nos um respeito que funciona como inibição, por ter sua obra realizado, sem ser no mal-entendido e na confusão, o ponto de concurso dos únicos homens da verdade que nos restam: o agitador revolucionário, o escritor que com seu estilo marca a língua — sei em quem estou pensando — e o pensamento renovador do ser do qual temos o precursor.¹

É sensível minha pressa de emergir de tantas precauções tomadas para restituir os psicanalistas a suas certezas menos discutíveis.

1. Alusão, respectivamente, a André Breton, James Joyce e Martin Heidegger. (N.E.)

Contudo, ainda preciso reexaminá-las, nem que seja ao preço de algumas indelicadezas.

Dizer que o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência talvez passe por um paradoxo. É aí, no entanto, que se deve fazer uma demarcação, sem o que tudo se mistura e começa uma desonestidade que em outros lugares é chamada de objetiva: mas que é falta de audácia e falta de haver situado o objeto que malogra. Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis. Que chamem a isso como quiserem, terrorismo. Tenho o direito de sorrir, pois não era num meio em que a doutrina é abertamente matéria de negociatas que eu temia chocar quem quer que fosse, ao formular que o erro de boa fé é dentre todos o mais imperdoável.

[859]

A posição do psicanalista não deixa escapatória, já que exclui a ternura da bela alma. Se ainda é um paradoxo dizê-lo, talvez seja, aliás, o mesmo.

Seja como for, afirmo que toda tentativa, ou mesmo tentação — nas quais a teoria em curso não deixa de ser reincidente — de encarnar ainda mais o sujeito é errância: sempre fecunda em erros e, como tal, incorreta. Como também encarná-lo no homem, o que equivale voltar à criança.

Pois esse homem será então ali o primitivo, o que falseará tudo do processo primário, assim como a criança representará o subdesenvolvido, o que irá mascarar a verdade do que se passa de original durante a infância. Em suma, o que Claude Lévi-Strauss denunciou como a ilusão arcaica é inevitável na psicanálise, se não nos mantivermos firmes, na teoria, quanto ao princípio que há pouco enunciamos: que um único sujeito é aceito nela como tal, aquele que pode constituí-la científica.

Basta dizer que não afirmamos que a psicanálise demonstre nisso nenhum privilégio.

Não há ciência do homem, o que nos convém entender no mesmo tom do “não existem pequenas economias”. Não há ciência do homem porque o homem da ciência não existe, mas apenas seu sujeito.

É conhecida a minha repugnância de sempre pela denominação “ciências humanas”, que me parece ser a própria voz da servidão.

Até porque o termo também é falso, excetuada a psicologia que descobriu meios de se perpetuar nos préstimos que oferece à tecnocracia, e até, como concluiu com humor realmente swif-

tiano um artigo sensacional de Canguilhem, numa deslizada de tobogã do Panteão à Chefatura de Polícia. Aliás, é no nível da seleção do criador na ciência, do recrutamento da pesquisa e de sua manutenção, que a psicologia deparará com seu fracasso.

Quanto a todas as outras ciências dessa classe, veremos facilmente que elas não somam uma antropologia. Examinemos Lévy-Bruhl ou Piaget. Seus conceitos, a chamada mentalidade pré-lógica, o pensamento ou discurso pretensamente egocêntrico, não fazem referência senão à suposta mentalidade, ao pensamento presumido, ao discurso efetivo do sujeito da ciência, não estamos dizendo do homem da ciência. De modo que muita gente sabe que os limites — mentais, certamente —, a fraqueza de pensamento — presumível — e o discurso efetivo — meio árduo — do homem de ciência (o que também é diferente) vêm lastrear essas construções, decerto não desprovidas de objetividade, mas que só interessam à ciência na medida em que não trazem: nada sobre o mago, por exemplo, e pouco sobre a magia, se é que há algo sobre seus traços, mas esses traços são de um ou da outra, já que não foi Lévy-Bruhl quem os traçou; ao passo que o balanço, no outro caso, é mais severo: ele nada nos traz sobre a criança, pouco sobre seu desenvolvimento, uma vez que lhe falta o essencial, e, da lógica que ela demonstra — refiro-me à criança de Piaget — em sua resposta a enunciados cuja série constitui o teste, nada além da série que regeu sua enunciação para fins de teste, ou seja, a do cientista, na qual o lógico, não nego, nessa oportunidade conserva seu valor.

Em ciências válidas de um outro modo, ainda que seu título deva ser revisto, constatamos que o fato de proibirem-se a ilusão arcaica, que podemos generalizar no termo psicologização do sujeito, não cause nenhum entrave em sua fecundidade.

A teoria dos jogos, melhor chamada de estratégia, é o exemplo disso, nela se tirando proveito do caráter inteiramente calculável de um sujeito estritamente reduzido à fórmula de uma matriz de combinações significantes.

O caso da lingüística é mais sutil, uma vez que ela tem que integrar a diferença entre o enunciado e a enunciação, o que é efetivamente a incidência, desta vez, do sujeito falante como tal (e não do sujeito da ciência). Por isso é que ela vai centrar-se em outra coisa, ou seja, na bateria do significativo, cuja prevalência se trata de assegurar sobre esses efeitos de significação.

[860]

É também por esse lado que aparecem as antinomias, a serem dosadas segundo o extremismo da posição adotada na escolha do objeto. O que podemos dizer é que se vai muito longe na elaboração dos efeitos da linguagem, posto que nela se pode construir uma poética que nada deve à referência ao espírito do poeta, nem tampouco à sua encarnação.

É do lado da lógica que aparecem os diversos indícios de refração da teoria em relação ao sujeito da ciência. Eles são diferentes quanto ao léxico, quanto ao morfema sintático e quanto à sintaxe da frase.

[861]

Daí as diferenças teóricas entre um Jakobson, um Hjelmslev e um Chomsky.

É a lógica que aqui faz as vezes de umbigo do sujeito, e a lógica no que ela de modo algum é uma lógica ligada às contingências de uma gramática.

É preciso, literalmente, que a formalização da gramática contorne essa lógica para se estabelecer com sucesso, mas o movimento desse contorno está inscrito nesse estabelecimento.

Indicaremos mais adiante como se situa a lógica moderna (terceiro exemplo). Ela é, de modo incontestado, a consequência estritamente determinada de uma tentativa de suturar o sujeito da ciência, e o último teorema de Gödel mostra que ela fracassa nisso, o que equivale a dizer que o sujeito em questão continua a ser o correlato da ciência, mas um correlato antinômico, já que a ciência mostra-se definida pela impossibilidade do esforço de suturá-lo.

Que se apreenda nisso a marca a não perder de vista do estruturalismo. Ele introduz em toda “ciência humana” — entre aspas — que conquista uma modalidade muito especial do sujeito, aquele para o qual não encontramos nenhum índice senão o topológico, digamos, o signo gerador da banda de Moebius, que chamamos de oito interior.

O sujeito está, se nos permitem dizê-lo, em uma exclusão interna a seu objeto.

A fidelidade que a obra de Claude Lévi-Strauss manifesta a tal estruturalismo só será aqui endossada por nossa tese para nos contentarmos momentaneamente com sua periferia. Não obstante, é claro que esse autor valoriza muito mais a importância da classificação natural que o selvagem introduz no mundo, especialmente por um conhecimento da fauna e da flora que ele

mostra que nos ultrapassa, e que ele pode alegar uma certa recuperação, que se anuncia na química, de uma física das qualidades do sabor e do odor, ou seja, de uma correlação dos valores perceptivos com uma arquitetura de moléculas à qual chegamos por intermédio da análise combinatória, isto é, pela matemática do significante, como em toda ciência até hoje.

O saber, portanto, é ali bem separado do sujeito, segundo a orientação correta, que não formula nenhuma hipótese sobre a insuficiência de seu desenvolvimento, a qual, aliás, ter-se-ia bastante dificuldade de demonstrar.

[862]

E há mais: quando Claude Lévi-Strauss, depois de haver extraído a combinatória latente nas estruturas elementares do parentesco, nos atesta que um dado informante, para usar o termo dos etnólogos, é perfeitamente capaz de traçar sozinho o grafo lévi-straussiano, que nos diz ele se não que, também nesse ponto, está retirando o sujeito da combinatória em questão, aquele que em seu grafo não tem outra existência senão a denotação *ego*?

Para demonstrar o poder do instrumento constituído pelo mitema para analisar as transformações mitogênicas, que nessa etapa parecem instituir-se numa sincronia que se simplifica por sua reversibilidade, Claude Lévi-Strauss não pretende fornecer-nos a natureza do mitante. Apenas sabe que, se seu informante é capaz de escrever o cru e o cozido, exceto pelo talento que nisso apõe sua marca, ele não pode fazê-lo sem ao mesmo tempo deixar no vestiário, isto é, no Museu do Homem, um certo número de instrumentos operatórios, ou seja, de rituais que consagram sua existência de sujeito como mitante, e sabe que, com esse depósito, fica rejeitado para fora do campo da estrutura aquilo que em outra gramática se chamaria de seu assentimento. (*La grammaire de l'assentiment*, de Newman, não deixa de ter peso, ainda que forjada para fins execráveis, e talvez eu tenha que tornar a mencioná-la.)

O objeto da mitogênese, portanto, não está ligado a desenvolvimento algum, nem tampouco a uma parada, do sujeito responsável. Não é com esse sujeito que ele se relaciona, mas com o sujeito da ciência. E seu mapeamento será traçado tão mais corretamente quanto mais o próprio informante estiver perto de nele reduzir sua presença à do sujeito da ciência.

Acredito simplesmente que Claude Lévi-Strauss fará restrições à introdução, ao se coligirem os documentos, de um ques-

tionamento inspirado na psicanálise, de uma coleta sistemática de sonhos, por exemplo, com tudo o que isso implicará de relação transferencial. E por quê, se eu lhe afirmo que nossa práxis, longe de alterar o sujeito da ciência, o único que ele pode e quer conhecer, não traz, por direito, nenhuma intervenção que não tenda a que ele se realize de maneira satisfatória, precisamente no campo que lhe interessa?

Quererá isso então dizer que um sujeito não saturado, mas calculável, constituiria o objeto que subsumiria, segundo as formas da epistemologia clássica, o corpo das ciências a que chamaríamos conjecturais, o que eu mesmo opus à expressão ciências humanas?

[863]

Creio que isso é muito menos indicado, na medida em que esse sujeito faz parte da conjuntura que produz a ciência em seu conjunto.

A oposição das ciências exatas às ciências conjecturais não pode mais sustentar-se, a partir do momento em que a conjectura é passível de um cálculo exato (probabilidade) e em que a exatidão baseia-se apenas num formalismo que separa axiomas e leis de agrupamento dos símbolos.

Não poderíamos, entretanto, contentar-nos em constatar que um formalismo tem maior ou menor sucesso, quando se trata, em última instância, de explicar os motivos de sua preparação, que não surgiu por milagre, mas que se renova de acordo com crises muito eficazes, desde que uma certa linha reta pareceu ser tomada nela.

Repetimos que há alguma coisa no status do objeto da ciência que não nos parece ter sido elucidada desde que a ciência nasceu.

E lembramos que se, certamente, levantar agora a questão do objeto da psicanálise é retomar a questão que introduzimos a partir de nossa vinda para esta tribuna, pela posição da psicanálise, dentro ou fora da ciência, indicamos também que essa questão não pode ser resolvida sem que, sem dúvida, modifique-se nela a questão do objeto na ciência como tal.

O objeto da psicanálise (anuncio meu naipe e vocês o verão com ele chegar) não é outro senão aquilo que já expus sobre a função que nela desempenha o objeto *a*. O saber sobre o objeto *a* seria, então, a ciência da psicanálise?

Essa é precisamente a fórmula que se trata de evitar, uma vez que esse objeto *a* deve ser inserido, já o sabemos, na divisão do

sujeito pela qual se estrutura, muito especialmente, e foi disso que hoje tornamos a partir, o campo psicanalítico.

Eis por que era importante promover, antes de mais nada, e como um fato a ser distinguido da questão de saber se a psicanálise é uma ciência (se seu campo é científico), exatamente o fato de que sua práxis não implica outro sujeito senão o da ciência.

É preciso reduzir a este grau o que vocês me permitirão induzir, através de uma imagem, como a abertura do sujeito na psicanálise, para apreender o que ele ali recebe da verdade.

[864]

Esse procedimento, sente-se, comporta uma sinuosidade que faz lembrar o adestramento. Esse objeto *a* não é tranqüilo, ou melhor, caberia dizer que ele não deixa vocês tranqüilos? — e menos ainda aos que mais lidam com ele: os psicanalistas, que portanto seriam aqueles que, de maneira eletiva, eu tentaria esclarecer através de meu discurso. É verdade. O ponto em que encontrei vocês hoje, por ser aquele em que os deixei no ano passado — o da divisão do sujeito entre verdade e saber — é para eles um ponto conhecido. É aquele a que Freud os convida, sob o apelo do *Wo Es war, soll Ich werden*, que retraduzo, mais uma vez, para acentuá-lo aqui: lá onde isso estava, lá, como sujeito, devo [eu] advir.

Ora, desse ponto, mostro a eles a estranheza ao tomá-lo de trás para frente, o que mais consiste, aqui, em levá-los a seu *front*. Como é que o que estava me esperando desde sempre, de um ser obscuro, viria a se totalizar por um traço que só se traça para dividi-lo mais nitidamente do que me é dado saber?

Não é apenas na teoria que se coloca a questão da dupla inscrição, por ela ter provocado a perplexidade em que meus alunos Laplanche e Leclaire poderiam ter lido, em sua própria cisão na abordagem do problema, sua solução. Ela não é, de qualquer modo, do tipo gestaltista, nem deve ser buscada no prato em que a cabeça de Napoleão se inscreve na árvore. Está, muito simplesmente, no fato de que a inscrição não se grava do mesmo lado do pergaminho quando vem da impressora da verdade ou da do saber.

Que essas inscrições se misturam era algo a ser resolvido simplesmente na topologia: estava ao alcance da mão uma superfície em que o direito e o avesso acham-se em condições de se juntar por toda parte.

É muito mais, no entanto, do que num esquema intuitivo, é por encerrar o analista em seu ser, por assim dizer, que essa topologia pode captá-lo.

Eis por quê, quando ele a desloca para outro lugar, só pode ser numa fragmentação de quebra-cabeças que exige, de qualquer modo, ser reduzida a essa base.

Portanto não é inútil repetir que, na experiência de escrever: *penso: "logo existo"*, com aspas ao redor da segunda oração, lê-se que o pensamento só funda o ser ao se vincular à fala, onde toda operação toca na essência da linguagem.

[865]

Se *cogito sum* nos é fornecido por Heidegger em algum lugar, para suas finalidades, convém observar que ele algebriza a frase, e temos o direito de dar destaque a seu resto: *cogito ergo*, onde se evidencia que nada é falado senão apoiando-se na causa.

Ora, essa causa é o que é abarcado pelo *soll Ich*, pelo *devo* [eu] da fórmula freudiana, que, por inverter seu sentido, faz brotar o paradoxo de um imperativo que me pressiona a assumir minha própria causalidade.

Não sou, no entanto, causa de mim mesmo, e não por ser a criatura. Com o Criador acontece a mesma coisa. Remeto-os, quanto a isso, a Agostinho e seu *De Trinitate*, no prólogo.

A causa de si spinozista pode tomar emprestado o nome de Deus. Ela é Outra Coisa. Mas, deixemos isso nessas duas palavras, que só empregaremos para salientar que ela é também uma Coisa diferente do Todo, e que esse Deus, por ser assim outro, nem por isso é o Deus do panteísmo.

Deve-se apreender no *ego* que Descartes acentua, pela superfluidade da função que ele tem em alguns de seus textos em latim (tema de exegese que deixo aqui aos especialistas), o ponto em que ele fica sendo o que se apresenta como sendo: dependente do deus da religião. Curiosa decadência do *ergo*, o *ego* é solidário a esse Deus. Singularmente, Descartes toma a providência de preservá-lo do Deus enganador, quando é a seu parceiro que ele preserva, a ponto de levá-lo ao privilégio exorbitante de só garantir as verdades eternas por ser o criador delas.

Esse destino comum do *ego* e de Deus, aqui assinalado, é o mesmo proferido de maneira contundente pelo contemporâneo de Descartes, Angelus Silesius, em suas adjurações místicas, e que lhes impõe a forma do dístico.

Seria proveitoso que se recordasse, entre aqueles que me seguem, o apoio que encontrei nesses dardejamentos, os do Peregrino querubínico, para retomá-los na própria pista da introdução ao narcisismo que eu então perseguia à minha maneira, no ano de meu comentário sobre o Presidente Schreber.

É que se pode capengar nessa articulação, esse é o passo da beleza, mas é preciso capengar direito.²

E, antes de mais nada, dizer a si mesmo que os dois lados não se encaixam nela.³

Eis por que me permitirei abandoná-la por um momento, para tornar a partir de uma audácia que tive, e que só repetirei para lembrá-la. Pois isso seria repeti-la duas vezes — *bis repetita*, poder-se-ia dizer, no exato sentido em que essa expressão não significa a simples repetição.

[866]

Trata-se de *A Coisa freudiana*, discurso cujo texto é o de um discurso segundo, por ser o da vez em que o repeti. Proferido pela primeira vez (possa esta insistência fazê-los sentirem, em sua trivialidade, o contrapé temporal gerado pela repetição) ele o foi para uma Viena em que meu biógrafo há de situar meu primeiro contato com o que realmente se deve chamar de a escória mais rasteira do mundo psicanalítico. Especialmente com um personagem cujo nível de cultura e responsabilidade correspondia ao que se exige de um soldado da guarda real,⁴ mas isso não me importava, eu estava falando por falar. Tinha apenas querido que fosse ali, no centenário do nascimento de Freud, que minha voz se fizesse ouvir como homenagem. E isto, não para marcar o lugar de um lugar deserto, mas deste outro agora delimitado por meu discurso.

2. *C'est qu'on peut boïter en ce joint, c'est le pas de la beauté, mais il faut y boïter juste*: a frase de Lacan explora o idiomatismo *emboïter le pas de quelqu'un*, seguir as pegadas de alguém, imitá-lo à risca em algo — no caso, imitá-lo em sua articulação. (N.E.)

3. Segue o jogo feito com *boïter* (mancar, capengar) e *emboïter* (encaixar). (N.E.)

4. Agente, mais tarde, da operação de destruição de nosso ensino, cuja maquiagem, conhecida pelo auditório presente, só interessa ao leitor pelo desaparecimento da revista *La Psychanalyse* e por nossa promoção à tribuna de onde esta lição é proferida.

Que a via aberta por Freud não tem outro sentido senão o que retomo — o inconsciente é linguagem —, isso que é agora aceito já o era então para mim, como se sabe. Assim, num gesto brincalhão, talvez, por se fazer eco do desafio de Saint-Just ao elevar aos céus, por ser inserido num público de assembléia, a confissão de não ser nada além daquilo que se transforma em pó “e este que vos fala”, disse ele, veio-me a inspiração de que, ao ver animar-se estranhamente no caminho de Freud uma figura alegórica, e ao fazer arrepiar-se com uma nova pele a nudez com que se veste aquela que sai do poço, eu lhe daria voz.

“Eu, a verdade, falo...”, e a prosopopéia continua. Pensem na coisa inominável que, por poder pronunciar essas palavras, atingisse o ser da linguagem, para ouvi-las tal como devem ser pronunciadas, no horror.

Mas, nesse desvelamento, cada um entra com o que pode. Confirmo-lhe o mérito da dramaticidade ensurdecida, embora nem por isso menos derrisória, do *tempo* em que termina esse texto, que vocês encontrarão no número 1, de 1956, de *L'Évolution Psychiatrique*, sob o título: “A Coisa freudiana”.⁵

[867]

Não creio que tenha sido à experiência desse horror que devi a acolhida bastante fria que meu auditório deu à emissão repetida desse discurso, a qual este texto reproduz. Se a platéia teve a bondade de reconhecer o valor dele ao sabor de sua oblatividade, sua surdez revelou-se peculiar.

Não é que a coisa (a *Coisa* que aparece no título) tenha chocado esse auditório — não tanto quanto alguns de meus companheiros de timão na época, quer dizer, de timão numa canoa na qual, por intermédio deles, vivi pacientemente durante dez anos, em prol da raçozinha narcísica de nossos companheiros de naufrágio, em concubinato com a compreensão jaspersiana e o personalismo barato, com todas as dificuldades do mundo para nos poupar a todos de sermos pintados com o piche do alma-a-alma liberal. A coisa, essa palavra não é bonita, disseram-me textualmente; será que ele não está simplesmente acabando com ela diante de nós, com esta aventura dos finais dos refinamentos da unidade da psicologia, onde, é claro, não há

5. Ver essas linhas finais na p.409 deste volume.

quem pense em coisificar, ora! fiar-se em quem?⁶ Nós o supúnhamos na vanguarda do progresso, companheiro!

As pessoas não se vêem como são, e menos ainda ao se abordarem sob as máscaras filosóficas.

Mas, deixemos para lá. Para dimensionar o mal-entendido lá onde importa, no nível de meu auditório de então, tomarei um dito que veio à tona mais ou menos nessa ocasião, e que poderíamos julgar tocante pelo entusiasmo que pressupõe: “Por quê”, apregooou alguém [D. Lagache], e esse tema continua em circulação, “por que ele não diz o verdadeiro sobre o verdadeiro?”

Isso prova o quanto ambos eram vãos, meu apólogo e sua prosopopéia.

Emprestar minha voz ao sustento dessas palavras intoleráveis, “Eu, a verdade, falo...”, ultrapassa a alegoria. Isso quer dizer, muito simplesmente, tudo o que há por dizer da verdade, da única, ou seja, que não existe metalinguagem (afirmação feita para situar todo o lógico-positivismo), que nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, uma vez que a verdade se funda pelo fato de que fala, e não dispõe de outro meio para fazê-lo.

[868]

É por isso mesmo que o inconsciente que a diz, o verdadeiro sobre o verdadeiro, é estruturado como uma linguagem, e é por isso que eu, quando ensino isso, digo o verdadeiro sobre Freud, que soube deixar, sob o nome de inconsciente, que a verdade falasse.

Essa falta do verdadeiro sobre o verdadeiro, que exige todos os fracassos que a metalinguagem constitui no que ela tem de falsa aparência, é propriamente o lugar do *Urverdrängung*, do recalque originário que atrai para si todos os outros — sem contar outros efeitos de retórica, para o reconhecimento dos quais dispomos tão-somente do sujeito da ciência.

É justamente por isso que, para dar conta do recado, empregamos outros meios. Mas nisso, é crucial que os meios não possam aumentar esse sujeito. O benefício deles decerto toca no que lhe é escondido. Mas não há outro verdadeiro sobre o verdadeiro que cubra esses pontos cruciais, a não ser nomes

6. Note-se nesse trecho a riqueza fonética do texto lacaniano: ... où l'on ne songe pas à chosifier, fil à qui se fier? (N.E.)

próprios, o de Freud ou o meu — ou então, “berquinadas”⁷ de babá das quais se engole um testemunho doravante indelével: a saber, uma verdade cujo horror é da sina de todos recusar, se não, antes, aniquilá-lo quando é irrecusável, ou seja, quando se é psicanalista, sob a mó de moinho cuja metáfora vez por outra empreguei, para lembrar por outra boca que as pedras, quando é preciso, também sabem gritar.

Talvez com isso estarei, a seus olhos, justificado por não ter achado tocante a pergunta que me concerniu — “Por que ele não diz...?”, proveniente de alguém cujo cargo de direção nos escritórios de um órgão da verdade tornava sua ingenuidade duvidosa — e, sendo assim, por ter preferido prescindir dos serviços a que ele se dedicava na minha, que não precisa de chantres para sonhar com a sacristia...

Será preciso dizer que temos de conhecer outros saberes que não o da ciência, quando temos que tratar da pulsão epistemológica?

E de novo retornar àquilo de que se trata, ou seja, a admitir que nos é preciso renunciar, na psicanálise, a que a cada verdade corresponde seu saber? Esse é o ponto de ruptura por onde dependemos do advento da ciência. Nada mais temos, para conjugá-los, senão esse sujeito da ciência.

Mas ele nos permite isso, e vou mais adiante em seu como — deixando minha Coisa entender-se sozinha com o númeno, o que me parece fazer-se prontamente, já que uma verdade que fala tem pouca coisa em comum com um númeno que, desde que a razão pura se lembra, fecha-a.

[869]

Este lembrete não é sem pertinência, já que o termo mediano que nos servirá neste ponto, vocês me viram trazê-lo há pouco. É a causa: não a causa como categoria da lógica, mas como causando todo o efeito. A verdade como causa, irão vocês, psicanalistas, recusar-se a assumir sua questão, quando foi a partir disso que se alçou sua carreira? Se existem praticantes para quem a verdade como tal supostamente age, não são vocês?

7. Essa adaptação do francês *berquinade* provém de Arnaud Berquin (1747-1791), autor francês de poemas e textos moralistas para a juventude. A expressão se aproxima de nossos romances água-com-açúcar, ou dos textos “edificantes”. (N.E.)

Não duvidem, em todo caso, de que é por esse ponto ser velado na ciência que vocês conservam esse lugar espantosamente preservado naquilo que faz as vezes de esperança, na consciência errante que acompanha em conjunto as revoluções do pensamento.

Ainda que Lenin tenha escrito que “A teoria de Marx é onipotente porque é verdadeira”, ele deixa vazia a imensidão da pergunta aberta por sua fala: por quê, supondo-se muda a verdade do materialismo em suas duas faces, que são uma só, dialética e história, por que seu poder aumentaria ao ser feita sua teoria? Responder com a consciência proletária e com a ação do político marxista não nos parece suficiente.

Ao menos se anuncia aí a separação de poderes, entre a verdade como causa e o saber posto em prática.

Uma ciência econômica inspirada no *Capital* não conduz necessariamente a usá-lo como poder de revolução, e a história parece exigir outros auxílios que não uma dialética predicativa. Sem falar num aspecto singular que não desenvolverei aqui, que é o de que a ciência, se a examinarmos de perto, não tem memória. Ela esquece as peripécias em que nasceu uma vez constituída, ou seja, uma dimensão da verdade, que é exercida em alto grau pela psicanálise.

É-me, no entanto, preciso precisar. Sabemos que a teoria física ou matemática, após cada crise resolvida na forma pela qual a expressão “teoria generalizada” não pode em absoluto ser tomada como significando “passagem para o geral”, muitas vezes conserva em sua classe o que ela generaliza em sua estrutura precedente. Não é isso que estamos dizendo. Existe o drama, o drama subjetivo que cada uma dessas crises custa. Esse drama é o drama do cientista. Tem suas vítimas, das quais nada diz que seu destino se inscreva no mito de Édipo. Digamos que essa questão não é muito estudada. J.R. Mayer, Cantor, não vou fazer a lista de laureados desses dramas que às vezes chegam à loucura, onde logo surgiriam nomes de pessoas vivas: onde considero que o drama do que se passa na psicanálise é exemplar. E afirmo que ele próprio não pode aqui incluir-se no Édipo, exceto para questioná-lo.

[870]

Vocês estão vendo o programa que aqui se esboça. Ele está longe de ter sido coberto. Chego até a vê-lo um tanto bloqueado.

Enveredo por ele com prudência e, por hoje, peço-lhes que se reconheçam nas luzes refletidas dessa abordagem.

O que quer dizer que as transporemos para outros campos, além do psicanalítico, que invocam a verdade.

Para magia e religião, as duas posições dessa ordem que se distinguem da ciência, a ponto de se haver podido situá-las em relação à ciência — como ciência falsa ou menor, no tocante à magia, como ultrapassando seus limites e até em conflito de verdade com a ciência, no tocante à segunda; convém dizer que, para o sujeito da ciência, ambas não passam de sombras, mas não para o sujeito sofredor com quem lidamos.

Porventura dirão aqui: “Lá vem ele. Que é esse sujeito sofredor senão aquele de quem tiramos nossos privilégios, e que direito lhe dão sobre ele suas intelectualizações?”

Partirei, para responder, do que encontro num filósofo recém-laureado por todas as honras da Faculdade. Ele escreve: “A verdade da dor é a própria dor.” Esse dito, que hoje deixo no campo que ele explora, é algo a que voltarei para dizer como a fenomenologia chega, como pretexto, à contraverdade, e qual é o status desta.

Apodero-me dele apenas para lhes formular uma pergunta, a vocês, analistas: sim ou não, isso que vocês fazem tem o sentido de afirmar que a verdade do sofrimento neurótico é ter a verdade como causa?

Proponho:

Sobre a magia, parto da visão que não deixa nada vago a respeito de minha obediência científica, mas que se contenta com uma definição estruturalista. Ela supõe o significante respondendo como tal ao significante. O significante na natureza é invocado pelo significante do encantamento. É metaforicamente mobilizado. A Coisa, na medida que fala, responde a nossas objurgações.

[871]

Eis por que a ordem de classificação natural que invoquei dos estudos de Claude Lévi-Strauss deixa entrever, em sua definição estrutural, a ponte de correspondências pela qual a operação eficaz é concebível, do mesmo modo como foi concebida.

Mas essa é uma redução que negligencia o sujeito.

Todos sabem que a preparação do sujeito, do sujeito xamânico, é essencial nisso. Observe-se que o xamã, digamos, de carne e osso, faz parte da natureza, e que o sujeito correlato da

operação tem que coincidir com esse suporte corpóreo. É esse modo de coincidência que é vedado ao sujeito da ciência. Somente seus correlatos estruturais na operação lhe são discerníveis, mas de um modo exato.

É realmente sob a forma de significante que aparece aquilo que tem de ser mobilizado na natureza: trovão e chuva, meteoros e milagres.

Tudo ali está por ser ordenado segundo as relações antinômicas em que se estrutura a linguagem.

O efeito da demanda, portanto, tem de ser ali interrogado por nós, no intuito de verificar se nele encontramos a relação com o desejo definida por nosso grafo.

Somente pela via, a ser adiante descrita, de uma abordagem que não seja um recurso grosseiro à analogia é que o psicanalista pode se qualificar, por uma competência, para ter algo a dizer sobre a magia.

A observação de que ela é sempre magia sexual tem aqui seu valor, mas não basta para autorizá-lo a isso.

Concluo por dois pontos que devem reter a escuta de vocês: a magia é a verdade como causa sob seu aspecto de causa eficiente.

O saber caracteriza-se nela não apenas por se manter velado para o sujeito da ciência, mas por se dissimular como tal, tanto na tradição operatória quanto em seu ato. Essa é uma condição da magia.

Trata-se apenas, no que vou dizer da religião, de apontar a mesma abordagem estrutural; e, do mesmo modo sumário, é na oposição de traços estruturais que este esboço encontra seu fundamento.

[872]

Podemos nós esperar que a religião assuma na ciência um status um pouco mais franco? É que, faz algum tempo, há estranhos filósofos a fornecer das relações entre elas a mais frouxa das definições, intrinsecamente considerando que elas se manifestam no mesmo mundo, no qual a religião, por conseguinte, tem a posição englobadora.

Para nós, quanto a esse ponto delicado, contra o qual alguns pretenderiam precaver-nos com a neutralidade analítica, fazemos prevalecer o princípio de que ser amigo de todo o mundo não basta para preservar o lugar de onde temos que operar.

Na religião, a precedente utilização da verdade como causa pelo sujeito, o sujeito religioso, entenda-se, é tomada numa operação completamente diferente. A análise a partir do sujeito da ciência conduz, necessariamente, nela a fazer aparecerem os mecanismos que conhecemos da neurose obsessiva. Freud os vislumbrou numa fulgurância que lhes dá um alcance maior do que qualquer crítica tradicional. Pretender calibrar a religião por eles não pode ser inadequado.

Se não se pode partir de comentários como este: que a função nela desempenhada pela revelação se traduz como uma denegação da verdade como causa, ou seja, que ela denega o que dá ao sujeito fundamento para se tomar como parte interessada, então, há pouca probabilidade de conferir à chamada história das religiões quaisquer limites, isto é, qualquer rigor.

Digamos que o religioso entrega a Deus a incumbência da causa, mas nisso corta seu próprio acesso à verdade. Por isso ele é levado a atribuir a Deus a causa de seu desejo, o que é propriamente o objeto do sacrifício. Sua demanda é submetida ao desejo suposto de um Deus que, por conseguinte, é preciso seduzir. O jogo do amor entra por aí.

O religioso, desse modo, instala a verdade num status de culpa. Daí resulta uma desconfiança em relação ao saber, tanto mais sensível nos Padres da Igreja quanto mais eles se mostram dominadores em matéria de razão.

A verdade é neles remetida a fins que chamamos escatológicos, quer dizer que ela aparece apenas como causa final, no sentido de ser reportada a um juízo de fim do mundo.

Donde o ranço obscurantista que é daí levado para todo uso científico da finalidade.

Assinalei de passagem o quanto temos de aprender sobre a estrutura da relação do sujeito com a verdade como causa na literatura dos Padres, e até nas primeiras decisões conciliares. O racionalismo que organiza o pensamento teológico não é, em absoluto, como imagina o lugar-comum, uma questão de devaneio.

Se existe fantasia, é no mais rigoroso sentido da instituição de um real que cobre a verdade.

Não nos parece nada inacessível a um tratamento científico que a verdade cristã tenha tido que passar pelo insustentável da formulação de um Deus Trinitário e Uno. O poder eclesiástico

[873]

combina muito bem nisso com um certo desencorajamento do pensamento.

Antes de acentuar os impasses de tal mistério, é a necessidade de sua articulação que é saudável para o pensamento, e é com ela que este deve se dimensionar.

As questões devem ser tomadas no nível em que o dogma tropeça em heresias — e a questão do *Filioque* me parece poder ser tratada em termos topológicos.

A apreensão estrutural deve ser a primeira nisso e é a única a permitir uma apreciação exata da função das imagens. O *De Trinitate* tem, nesse aspecto, todas as características de uma obra teórica e pode ser tomado por nós como modelo.

Se assim não fosse, eu aconselharia meus alunos a se exporem ao encontro com uma tapeçaria do século XVI que eles verão impor-se a seu olhar na entrada do Mobilier National, onde ela os espera, em exposição ainda por um ou dois meses.

As Três Pessoas, representadas numa absoluta identidade de forma que se mantém entre elas, com perfeita desenvoltura, nos limites recentes da Criação, são simplesmente angustiantes.

E o que se encerra em tão bem-feita trama, quando ela se vê confrontada com o casal Adão e Eva na flor de seu pecado, é realmente de molde a se propor como exercício a uma imaginação da relação humana que comumente não ultrapassa a dualidade.

Mas, que meus ouvintes se armem primeiro com Agostinho...

Assim, pareço ter definido apenas características das religiões da tradição judaica. Sem dúvida, elas se prestam para nos demonstrar o interesse disso, e não me conformo em ter tido que renunciar a referir ao estudo da Bíblia a função do Nome-do-Pai.⁸

[874]

O fato é que a chave é por uma definição da relação do sujeito com a verdade.

Creio poder dizer que é na medida em que Claude Lévi-Strauss concebe o budismo como uma religião do sujeito generalizado,

8. Guardamos de reserva o Seminário que havíamos anunciado para 1963-64, sobre o Nome-do-Pai, depois de haver encerrado sua aula inaugural (novembro de 1963) com nossa demissão do espaço de Sainte-Anne onde, fazia dez anos, nossos seminários se realizavam.

isto é, que comporta uma diaframatização da verdade como causa, indefinidamente variável, que ele enaltece essa utopia, vendo-a harmonizar-se com o reino universal do marxismo na sociedade.

Talvez isso seja fazer muito pouco caso das exigências do sujeito da ciência e confiar demais no surgimento, na teoria, de uma doutrina da transcendência da matéria.

O ecumenismo não nos parece ter chance senão ao se basear no apelo aos pobres de espírito.

Quanto ao que ocorre com a ciência, não é de hoje que posso dizer o que me parece ser a estrutura de suas relações com a verdade como causa, já que nosso progresso neste ano deve contribuir para isso.

Abordá-la-ei através da estranha observação de que a prodigiosa fecundidade de nossa ciência deve ser interrogada em sua relação com o seguinte aspecto, no qual a ciência se sustentaria: que, da verdade como causa, ela não quer-saber-nada.

Reconhece-se aí a formulação que dou da *Verwerfung* ou foraclusão — que viria juntar-se aqui, numa série fechada, à *Verdrängung*, recalque, e à *Verneinung*, denegação, cuja função vocês reconheceram de passagem na magia e na religião.

Sem dúvida, o que dissemos das relações da *Verwerfung* com a psicose, especialmente como *Verwerfung* do Nome-do-Pai, vem aí opor-se, aparentemente, a essa tentativa de demarcação estrutural.

No entanto, quando percebemos que uma paranóia bem-sucedida apareceria igualmente como o encerramento da ciência, caso a psicanálise fosse chamada a representar essa função, e quando, por outro lado, reconhecemos que a psicanálise é essencialmente o que reintroduz na consideração científica o Nome-do-Pai, reencontramos aí o mesmo impasse aparente, mas temos a sensação de que a partir desse mesmo impasse progredimos, e de que podemos ver se desatar em algum lugar o quiasma que lhe parece criar obstáculos.

Talvez o ponto atual em que se encontra o drama do nascimento da psicanálise e a astúcia que nele se esconde, articulando-se com a astúcia consciente dos autores, devam aqui ser levados em consideração, pois não fui eu quem introduziu a fórmula da paranóia bem-sucedida.

[875]

Decerto me será preciso indicar que a incidência da verdade como causa na ciência deve ser reconhecida sob o aspecto da causa formal.

Isso, porém, será para esclarecer que a psicanálise, ao contrário, acentua seu aspecto de causa material. Assim se deve qualificar sua originalidade na ciência.

Essa causa material é, propriamente, a forma de incidência do significante como aí eu defino.

Pela psicanálise, o significante se define como agindo, antes de mais nada, como separado de sua significação. É esse o traço de caráter literal que especifica o significante copulatório, o falo, quando, surgindo fora dos limites da maturação biológica do sujeito, ele se imprime efetivamente, sem poder ser o signo que representa o sexo existente do parceiro, isto é, seu signo biológico; lembremo-nos de nossas fórmulas diferenciadoras do significante e do signo.

Basta dizer de passagem que, na psicanálise, a história é uma dimensão diferente da do desenvolvimento — e que é uma aberração tentar reduzi-la a este. A história só se desenrola como um contratempo do desenvolvimento. Ponto do qual a história como ciência talvez deva tirar proveito, se quiser escapar à dominação sempre presente de uma concepção providencial de seu curso.

Em suma, reencontramos aqui o sujeito do significante, tal como o articulamos no ano passado. Veiculado pelo significante em sua relação com outro significante, ele deve ser severamente distinguido tanto do indivíduo biológico quanto de qualquer evolução psicológica classificável como objeto da compreensão.

Essa é, em termos minimais, a função que confiro à linguagem na teoria. Ela me parece compatível com um materialismo histórico que deixa aí um vazio. Talvez a teoria do objeto *a* também encontre nisso seu lugar.

Essa teoria do objeto *a* é necessária, como veremos, para uma integração correta da função, no tocante ao saber e ao sujeito, da verdade como causa.

Vocês puderam reconhecer de passagem, nos quatro modos de sua refração que aqui acabam de ser recenseados, o mesmo número e uma analogia de indicação nominal que se encontram na física de Aristóteles.

[876]

E não é por acaso, já que essa física não deixa de ser marcada por um logicismo que ainda preserva o sabor e a sapiência de um gramatismo original.

Tosáuta ton aritheon to día ti perieílegen.

Permanecerá válido para nós que a causa seja exatamente o mesmo, ao se polimerizar?

Esta exploração não tem como único objetivo dar-lhes a vantagem de uma apreensão elegante dos quadros que em si escapam a nossa jurisdição. Entenda-se magia, religião e até ciência.

Antes, é para lembrar-lhes que, como sujeitos da ciência psicanalítica, é à solicitação de cada um desses modos da relação com a verdade como causa que vocês têm de resistir.

Mas não no sentido que vocês entenderão de saída.

A magia só é para nós tentação se vocês fizerem a projeção de suas características no sujeito com quem lidam — para psicologizá-lo, ou seja, desconhecê-lo.

O pretense pensamento mágico, que é sempre o do outro, não é um estigma com o qual vocês possam etiquetar o outro. É tão válido em seu semelhante quanto em vocês mesmos, nos limites mais comuns: pois está no princípio do menor efeito de ordem.

Em suma, o recurso ao pensamento mágico não explica nada. O que se trata de explicar é sua eficiência.

Quanto à religião, ela deve, antes, servir-nos de modelo a não seguir, na instituição de uma hierarquia social em que se conserve a tradição de uma certa relação com a verdade como causa.

A simulação da Igreja católica, que se reproduz toda vez que a relação com a verdade como causa entra no social, é particularmente grotesca numa certa Internacional Psicanalítica, pela condição que impõe à comunicação.

Será preciso dizer que, na ciência, ao contrário da magia e da religião, o saber se comunica?

Mas devo insistir em que não é apenas por ser esse o costume, mas porque a forma lógica dada a esse saber inclui a modalidade da comunicação como suturando o sujeito que ele implica.

Tal é o primeiro problema levantado pela comunicação em psicanálise. O primeiro obstáculo a seu valor científico é que a relação com a verdade como causa, sob seus aspectos materiais, ficou negligenciada no círculo de seu trabalho.

[877]

Concluirei eu voltando ao ponto de onde parti hoje, a divisão do sujeito? Esse ponto é um nó.

Lembremos onde Freud o desata: na falta do pênis da mãe em que se revela a natureza do falo. O sujeito divide-se ali, diz-nos Freud com respeito à realidade, ao mesmo tempo vendo abrir-se o abismo contra o qual se protegerá com uma fobia, e, por outro lado, cobrindo-o com a superfície em que erigirá o fetiche, isto é, a existência do pênis como mantida, ainda que deslocada.

De um lado, extraíamos o (nada-de) do (nada-de-pênis), a ser posto entre parênteses, para transferi-lo para o nada-de-saber, que é a não-hesitação da neurose.⁹

Do outro, reconhecamos a eficácia do sujeito nesse gnômon que ele erige para lhe apontar a toda hora o ponto da verdade.

Revelando, do próprio falo, que ele nada é além desse ponto de falta que ele indica no sujeito.

Esse *index* é também o que nos aponta o caminho por onde queremos ir este ano, isto é, por ali onde vocês mesmos recuam de ser, nessa falta, suscitados como psicanalistas.

1º de dezembro de 1965

9. No original, (*pas-de*), (*pas-de-pénis*), *pas-de-savoir* e *pas-hésitation*. (N.E.)

COMENTÁRIO FALADO SOBRE A VERNEINUNG DE FREUD

por Jean Hyppolite

Primeiro, devo agradecer ao dr. Lacan por sua insistência em que eu lhes apresentasse esse artigo de Freud, porque isso me proporcionou a oportunidade de uma noite de trabalho, e a de trazer o filho dessa noite para vocês.¹ Espero que ele seja de seu agrado. O dr. Lacan fez a fineza de me enviar o texto alemão junto com o texto francês. Fez bem, pois creio que não teria entendido absolutamente nada no texto francês, se não dispusesse do alemão.²

Eu não conhecia esse texto. Ele é de uma estrutura absolutamente extraordinária e, no fundo, extraordinariamente enigmático. Sua construção não é, de modo algum, a construção de um professor. Trata-se de uma construção do texto que não quero chamar de dialética, para não abusar da palavra, mas que é extremamente sutil. E que impôs que eu me entregasse, com o texto alemão e o texto francês (cuja tradução não é muito exata, mas enfim, em relação a outras, bastante honesta), a uma verdadeira interpretação. E é essa interpretação que vou lhes dar. Creio que é válida, mas não a única possível e certamente merece ser discutida.

Freud começa por apresentar o título *Die Verneinung*. E eu me apercebi, descobrindo-o depois do dr. Lacan, que melhor seria traduzi-lo por “a denegação”.

1. *Je t'apporte l'enfant d'une nuit d'Idumée.* (J.L.)

2. A tradução francesa da *Verneinung* de Freud foi publicada no vol.VII, nº 2 do órgão oficial da Sociedade Psicanalítica de Paris, em 1934, sob o título de *La négation*. O texto alemão saiu inicialmente em *Imago*, IX, em 1925, e foi reproduzido em diversas coletâneas de obras de Freud. Vamos encontrá-lo em *GW*, XIV, do qual constitui o segundo artigo, p.11-5 [“A negativa”, *ESB*, XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed., 1973].

Do mesmo modo, vocês verão empregado, mais adiante, *etwas im Urteil verneinen*, que não é a negação de alguma coisa no juízo, mas uma espécie de julgar ao contrário.³ Creio que, ao longo de todo esse texto, será preciso distinguir entre a negação interna ao juízo e a atitude da negação, pois, de outro modo, ele não me parece compreensível.

[880]

O texto francês não põe em relevo o estilo extremamente concreto, quase divertido, dos exemplos de denegação de que Freud parte. Para começar, o que contém uma projeção cujo papel vocês poderão situar facilmente pelas análises realizadas neste seminário, e no qual o doente, digamos, o psicanalisado, diz a seu analista: “O senhor com certeza vai achar que quero lhe dizer uma coisa ofensiva, mas realmente não é essa a minha intenção.” “Compreendemos”, diz Freud, “que esse é o rechaço da idéia que acaba justamente de emergir, por meio da projeção.”

“Na vida cotidiana, percebi que quando, como é freqüente, ouvimos dizer ‘certamente não quero ofendê-lo com o que vou lhe dizer’, há que traduzir isso por ‘quero ofendê-lo’. Essa é uma vontade infalível.”

Mas essa observação leva Freud a uma generalização cheia de ousadia, na qual ele levanta o problema da denegação na medida em que esta poderia ser a própria origem da inteligência. É assim que compreendo o artigo em toda a sua densidade filosófica.

Do mesmo modo, ele dá o exemplo daquele que diz: “Vi tal pessoa em meu sonho. O senhor se pergunta quem poderia ser. Certamente não era minha mãe.” Nesse caso, é sistemático, pode-se ter certeza de que é justamente ela.

Ele cita ainda um procedimento cômodo para uso do psicanalista, bem como, diríamos, de qualquer um, para obter clareza sobre o que foi recalcado numa dada situação. “Diga-me o que lhe parece, nessa situação, que deva ser considerado o mais inverossímil de tudo, aquilo que, a seu ver, está a cem mil léguas de distância.” E o paciente, ou também, em nossa opinião, o consulente ocasional, o da sala ou da mesa, caso seja apanhado na armadilha e de fato diga o que lhe parece mais incrível, é nisso que se deve acreditar.

3. Sentido bem indicado pela frase seguinte, que faz um encadeamento com a *Verurteilung*, isto é, a condenação designada como equivalente (*Ersatz*) do recalque, cujo próprio *não* deve ser tomado como uma marca, como um certificado de origem, comparável ao *made in Germany* impresso num objeto. (J.L.) [A palavra aqui empregada é *déjugement*, derivada de *déjuger*, “julgar contrariamente ao que fora uma vez julgar”. (N.E.)]

Aí está, portanto, uma análise de procedimentos concretos, generalizada a ponto de encontrar seu fundamento num modo de apresentar o que se é à maneira do não ser. Pois é exatamente isso que o constitui: “Vou lhe dizer o que não sou; atenção, é precisamente isso que sou.” É assim que Freud se introduz na função da denegação e, para tanto, emprega um termo com que não pude deixar de me sentir familiarizado, a palavra *Aufhebung*, que, como vocês sabem, teve destinos diversos; não cabe a mim dizê-lo...

Dr. LACAN: Cabe sim! A quem caberia, senão ao senhor?

Sr. HYPPOLITE: É a palavra dialética de Hegel, que ao mesmo tempo quer dizer negar, suprimir e conservar, e, no fundo, suspender. Na realidade, pode ser a *Aufhebung* de uma pedra, ou também a cessação de minha assinatura de um jornal. Freud nos diz nesse ponto: “A denegação é uma *Aufhebung* do recalque, mas nem por isso é uma aceitação do recalcado.”

[881]

Aí começa alguma coisa realmente extraordinária na análise de Freud, através da qual se destaca dessas anedotas, que poderíamos ter tomado como não sendo nada demais, um prodigioso alcance filosófico, que vou tentar resumir daqui a pouco.

Apresentar seu ser à maneira de sê-lo: é realmente disso que se trata nessa *Aufhebung* do recalque que não é uma aceitação do recalcado. Aquele que fala diz: “Eis o que eu não sou.” Já não haveria recalque aí, se recalque significa inconsciência, uma vez que isso é consciente. Mas o recalque subsiste quanto ao essencial,⁴ sob a forma da não aceitação.

Aqui, Freud vai nos conduzir em um processo de extrema sutileza filosófica, com o qual nossa atenção falharia grosseiramente se deixasse passar, na irreflexão de seu uso corrente, essa observação a que Freud se atém, a de que “aqui, o intelectual separa-se do afetivo”.

Porque realmente há nela, da maneira como ele vai tratá-la, uma descoberta profunda.

Antecipando minha hipótese, eu diria que, para fazer uma análise do intelectual, ele não mostra como o intelectual se separa do afetivo, mas como ele mesmo, o intelectual, é essa espécie de suspensão do conteúdo para a qual não seria inconveniente, numa linguagem meio bárbara, o termo sublimação.⁵ Talvez o que nasce aí seja o pensamento

4. “Bei Fortbestand des Wesentlichen an der Verdrängung” (GW, XIV, p.12).

5. Pretendemos um dia dar a esse termo sua definição estrita na análise — o

como tal, mas não antes que o conteúdo tenha sido afetado por uma denegação.

Para lembrar um texto filosófico (pelo que peço desculpas mais uma vez, mas o dr.Lacan me é a garantia, aqui, dessa necessidade), no fim de um capítulo de Hegel, trata-se de fazer a verdadeira negatividade substituir esse apetite de destruição que se apodera do desejo, e que é concebido ali de um modo profundamente mítico, muito mais do que psicológico, substituir, dizia eu, esse apetite de destruição que se apodera do desejo, e que é tal que, no desfecho derradeiro da luta primordial em que os dois combatentes se enfrentam, não haverá mais ninguém para constatar a vitória ou a derrota de um ou do outro, uma negação ideal.

A denegação de que Freud fala aqui, na medida em que é diferente da negação ideal em que se constitui o que é intelectual, mostra-nos justamente essa espécie de gênese cujo vestígio, no momento de concluir, Freud aponta no negativismo que caracteriza alguns psicóticos.⁶

[882]

E, do que diferencia esse momento da negatividade, Freud vai nos dar conta, sempre miticamente falando.

É isso, a meu ver, que é preciso admitir para compreender do que se fala nesse artigo, propriamente, sob o nome de denegação, ainda que isso não seja prontamente visível. Similarmente, é preciso reconhecer uma dissimetria expressa por duas palavras diferentes no texto de Freud, embora elas tenham sido traduzidas pela mesma palavra em francês, entre a passagem para a afirmação, a partir da tendência unificadora do amor, e a gênese, a partir da tendência destrutiva, dessa denegação que tem a verdadeira função de gerar a inteligência e o próprio posicionamento do pensamento.

Mas, vamos mais devagar.

Vimos que Freud postulava o intelectual como separado do afetivo: mesmo que se acrescente a isso a modificação desejada na análise, “a aceitação do recalco”, nem assim o recalque é suprimido. Tentemos representar a situação.

que ainda não foi feito. (*J.L.*, 1955). Promessa cumprida posteriormente (1966).

6. “Die allgemeine Verneinungslust, der Negativismus mancher Psychotiker, ist wahrscheinlich als Anzeichen der Triebentmischung durch Abzug der libidinösen Komponenten zu verstehen” [“O anseio geral de negação, o negativismo de alguns psicóticos, provavelmente deve ser entendido como um indício da desintração das pulsões mediante a retirada dos componentes libidinais”] (*GW*, XIV, p.15).

Primeira etapa: eis o que não sou. Disso se concluiu o que sou. O recalque continua a subsistir sob a forma da denegação.

Segunda etapa: o psicanalista me obriga a aceitar em minha inteligência o que eu negava há pouco; e Freud acrescenta, depois de um travessão e sem dar outras explicações —: “O próprio processo do recalque ainda não foi suspenso (*aufgehoben*) por isso.”

Coisa que me parece muito profunda; se o psicanalisado aceita, ele volta atrás em sua denegação, mas o recalque continua ali! Concluo disso que é preciso dar ao que aconteceu um nome filosófico, que é um nome que Freud não enunciou; é a negação da negação. Literalmente, o que aparece aqui é a afirmação intelectual, mas apenas intelectual, como negação da negação. Esses termos não se encontram em Freud, mas acho que só fazemos prolongar seu pensamento ao formulá-lo dessa maneira. É isso mesmo que ele quer dizer.

Nesse momento (fiquemos atentos a um texto difícil!), Freud vê-se em condições de mostrar como o intelectual se separa [em ato⁷] do afetivo, de formular uma espécie de gênese do juízo, ou seja, em suma, uma gênese do pensamento.

[883]

Peço desculpas aos psicólogos que aqui estão, mas não gosto muito da psicologia positiva em si; poderíamos tomar essa gênese como psicologia positiva; ela me parece mais profunda em seu alcance, como sendo da ordem da história e do mito. E penso, pelo papel que Freud faz esse afetivo primordial desempenhar, na medida em que ele engendra a inteligência, que é preciso entendê-lo tal como ensina o dr. Lacan: ou seja, que a forma primária de relação a que psicologicamente chamamos afetiva situa-se, ela mesma, no campo distintivo da condição humana, e, se engendra a inteligência, é porque já comporta de saída uma historicidade fundamental; não existe o afetivo puro de um lado, inteiramente engajado no real, e o intelectual puro de outro, que dele se desvincularia para retomá-lo. Na gênese descrita aqui, vejo uma espécie de grande mito; e, por trás da aparência de positividade em Freud, há esse grande mito que a sustenta.

Que quer dizer isso? Por trás da afirmação,⁸ existe o quê? Existe a *Vereinigung* [unificação], que é Eros. E, por trás da denegação (atenção, a denegação intelectual será algo mais), o que há? O surgimento, nesse

7. Palavras acrescentadas. Serão indicadas daqui em diante pelos mesmos colchetes.

8. *Bejahung*.

ponto, de um símbolo fundamental dissimétrico. A afirmação primordial não é outra coisa senão afirmar; mas negar é mais do que querer destruir.

O processo que leva a isso, que se traduziu por rechaço, sem que Freud se sirva aqui do termo *Verwerfung*, é ainda mais fortemente acentuado, uma vez que ele emprega a *Ausstossung*,⁹ que significa expulsão.

Aí temos, de certa forma, [o par formal] de duas forças primárias: a força de atração¹⁰ e a força de expulsão, ambas, ao que parece, sob o domínio do princípio do prazer, o que não deixa de ser impressionante nesse texto.¹¹

O juízo tem aí, portanto, sua primeira história. E dele, Freud distingue dois tipos:

Conforme o que todos aprendem dos elementos da filosofia, há um juízo de atribuição e um juízo de existência. “A função do juízo ... deve, de uma coisa, dizer ou desdizer uma propriedade, e deve, de uma representação, declarar ou contestar sua existência na realidade.”

[884]

E Freud então mostra o que há por trás do juízo de atribuição e por trás do juízo de existência. Parece-me que, para compreender seu artigo, é preciso considerar a negação do juízo atributivo e a negação do juízo de existência como estando para-aquém da negação no momento em que ela aparece em sua função simbólica. No fundo, ainda não há juízo no momento dessa emergência, há um primeiro mito do fora e do dentro, e é isso que se trata de compreender.

Vocês estão sentindo que importância tem esse mito da formação do fora e do dentro: é a da alienação, que se baseia nesses dois termos. O que se traduz em sua oposição formal torna-se, mais adiante, alienação e hostilidade entre os dois.

O que torna tão densas essas quatro ou cinco páginas é, como vocês estão vendo, que elas questionam tudo, e que se vai dessas observações concretas, aparentemente tão insignificantes e tão profundas em sua generalidade, para alguma coisa que traz toda uma filosofia, quer dizer, toda uma estrutura do pensamento.

Por trás do juízo de atribuição, que é que existe? Existe o “eu quero (me) apropriar, introjetar”, ou o “eu quero expulsar”.

9. GW, XIV, p.15.

10. *Einbeziehung*.

11. O seminário em que J.L. comentou o artigo “Para-além do princípio do prazer” só se realizou em 1954-55.

Há, no começo, parece dizer Freud — mas “no começo” não quer dizer outra coisa, no mito, senão “era uma vez”... Nessa história, era uma vez um eu (entenda-se, aqui, um sujeito) para quem ainda não havia nada de estranho.¹²

A distinção entre o estranho e ele mesmo é uma operação, uma expulsão. O que torna compreensível uma proposição que, por surgir muito abruptamente, parece contraditória por um momento:

“*Das Schlechte*, o ruim, *das dem Ich Fremde*, o que é estranho ao eu, *das Aussenbefindliche*, o encontrado do lado de fora, *ist ihm zunächst identisch*, é-lhe inicialmente idêntico.”

Ora, pouco antes disso, Freud acabara de dizer que se introjeta e se expulsa, ou seja, que há uma operação que é a operação de expulsão, e [sem a qual] a operação de introjeção [não teria sentido]. Aí está a operação primordial em que [se funda] o que será o juízo de atribuição.

Mas o que está na origem do juízo de existência é a relação entre a representação e a percepção. E aqui, é muito difícil não perder o sentido em que Freud aprofunda essa relação. O importante é que, “no começo”, dá na mesma, é indiferente saber se há ou se não há. Há. O sujeito reproduz sua representação das coisas a partir da percepção primitiva que teve delas. Quando ele agora diz que isso existe, a questão é saber [não¹³] se essa representação ainda conserva seu estado na realidade, mas se ele poderá ou não reencontrá-la. É essa a relação em que Freud enfatiza [a prova] da representação na realidade, [ele a baseia] na possibilidade de reencontrar novamente seu objeto. Essa força acentuada da repetição prova que Freud se desloca numa dimensão mais profunda do que aquela em que se situa Jung, sendo esta última uma dimensão mais propriamente de memória.¹⁴ É aí que não se deve perder o fio de sua análise. (Mas tenho medo de levar vocês a perdê-lo, a tal ponto ele é difícil e minucioso.)

[885]

O que estava em questão no juízo de atribuição era expulsar ou introjetar. No juízo de existência, trata-se de atribuir ao eu, ou melhor,

12. *Fremde, étranger*: “estranho” (substantivo e adjetivo) e “alheio” (adjetivo). O termo “estranho” é empregado na Edição Standard Brasileira no texto “A negativa”. (N.E.)

13. Palavras acrescentadas pelo redator, de conformidade com o texto de Freud: “Der erste und nächste Zweck der Realitätsprüfung ist also nicht ein dem Vorgestellten entsprechendes Objekt in der realen Wahrnehmung zu finden, sondern es wiederzufinden, sich zu überzeugen, dass es noch vorhanden ist.” *GW*, XIV, p.14.

14. Será que o autor quer indicar aqui a reminiscência platônica? (*J.L.*)

ao sujeito (isso é mais abrangente), uma representação à qual seu objeto já não corresponde, mas correspondeu numa volta atrás. O que está em pauta aqui é a gênese “do externo e do interno”.

Assim, temos aí, diz-nos Freud, “uma visão sobre o nascimento” do juízo, “a partir das pulsões primárias”. Logo, há nisso uma espécie de “evolução finalizada da apropriação no eu e da expulsão do eu que decorrem do princípio do prazer”.

“*Die Bejahung*”, a afirmação, diz-nos Freud, “*als Ersatz der Vereinigung*”, enquanto simplesmente equivalente à unificação, “*gehört dem Eros an*”, é o feito de Eros: que é o que está na origem da afirmação; por exemplo, no juízo de atribuição, é o fato de introjetarmos, de nos apropriarmos, em vez de expulsarmos para o lado de fora.

Com respeito à negação, ele não emprega a palavra *Ersatz*, mas a palavra *Nachfolge*. Mas o tradutor francês a traduz pela mesma palavra que *Ersatz*. O texto alemão diz: a afirmação é o *Ersatz* da *Vereinigung*, e a negação é o *Nachfolge*¹⁵ da expulsão, ou, mais exatamente, do instinto de destruição (*Destruktionstrieb*).

Isso, portanto, torna-se inteiramente mítico: dois instintos que estão, por assim dizer, entremeados no mito que sustenta o sujeito: um, o da unificação, outro, o da destruição. Um grande mito, como vocês vêem, e que repete outros. Mas a pequena nuance de que a afirmação só faz como que substituir, pura e simplesmente, a unificação, ao passo que a negação é resultante da expulsão, parece-me a única capaz de explicar a frase seguinte, onde se trata simplesmente de negativismo e de instinto de destruição. É que, de fato, isso explica que possa haver um prazer de negar, um negativismo que resulta simplesmente da supressão¹⁶ dos componentes libidinais; ou seja, que o que desaparece nesse prazer de negar (desaparecido = recalcado) são os componentes libidinais.

[886]

Por conseguinte, será que o instinto de destruição também depende do [princípio do] prazer? Creio que isso é muito importante, capital para a técnica.¹⁷

15. Sucessor. (N.E.)

16. Alemão: *Abzug* — desfalque, desconto, dedução [ou retirada]; “o que é desfalcado no prazer de negar são os componentes libidinais”. Sua possibilidade está referida à *Triebentmischung*, que é uma espécie de retorno ao estado puro, de decantação das pulsões, termo que o uso traduz muito mediocrementemente por “desintração dos instintos”.

17. A maneira admirável como a exposição do sr. Hyppolite circunscreve a dificuldade aqui parece-nos ainda mais significativa, na medida em que ainda

Só que, como nos diz Freud, “a efetuação da função do juízo só se torna possível pela *criação do símbolo da negação*”.¹⁸

Por que Freud não nos diz: o funcionamento do juízo se torna possível pela afirmação? É que a negação vai desempenhar um papel, não como tendência para a destruição, nem tampouco no interior de uma forma de juízo, mas como atitude fundamental de simbolicidade explícita.

“Criação do símbolo da negação que permitiu um primeiro grau de independência frente ao recalque e suas consequências e, com isso, também frente à coação (*Zwang*) do princípio do prazer.”

Frase cujo sentido não me criaria problema, se primeiro eu não houvesse ligado a tendência à destruição ao princípio do prazer.

Porque há uma dificuldade aí. Que significa, portanto, essa dissimetria entre a afirmação e a negação? Significa que todo o recalcado pode ser novamente retomado e reutilizado numa espécie de suspensão, e que, de certo modo, em vez de ficar sob a dominação dos instintos de atração e de expulsão, pode produzir-se uma margem do pensamento, um aparecimento do ser sob a forma do não ser, que se produz com a denegação, isto é, onde o símbolo da negação fica ligado à atitude concreta da denegação.

Pois é assim que convém compreender o texto, se admitirmos sua conclusão, que a princípio me pareceu meio estranha.

“A essa maneira de compreender a denegação corresponde perfeitamente que não se descubra na análise nenhum ‘não’ vindo do inconsciente...”

[887]

Mas destruição bem que se encontra. Logo, é absolutamente necessário separar o instinto de destruição da forma de destruição, senão não se compreenderia o que Freud quer dizer. É preciso ver na denegação uma atitude concreta na origem do símbolo explícito da negação, símbolo explícito este que é o único a possibilitar o que quer que seja como utilização do inconsciente, enquanto mantém o recalque.

Esse me parece ser o sentido do fim da referida frase da conclusão: “... e que o reconhecimento do inconsciente por parte do eu se exprima numa fórmula negativa.”

não havíamos produzido as teses que iríamos desenvolver no ano seguinte, em nosso comentário de “Para-além do princípio do prazer”, sobre o instinto de morte, a um tempo tão eludido e tão presente nesse texto. (J.L.)

18. Grifado por Freud.

Eis o resumo: não se encontra na análise nenhum “não” vindo do inconsciente, mas o reconhecimento do inconsciente, pelo lado do eu, mostra que o eu é sempre desconhecimento; mesmo no conhecimento, sempre encontramos do lado do eu, numa fórmula negativa, a marca da possibilidade de deter o inconsciente, ao mesmo tempo recusando-o.

“Não há prova mais forte de que se conseguiu desvelar o inconsciente do que quando o analisado reage com esta frase: ‘Não pensei nisso’, ou então, ‘Estou longe de (jamais) haver pensado nisso’.”

Há, pois, nesse texto de quatro ou cinco páginas de Freud — do qual peço desculpas se eu mesmo mostrei certa dificuldade em descobrir o que creio ser o fio —, de um lado, a análise dessa espécie de atitude concreta que ressalta da própria observação da denegação; e de outro, a possibilidade de ver o intelectual dissociar-se como [ato] do afetivo; por fim e acima de tudo, uma gênese de tudo aquilo que é precedente no nível do primário e, por conseguinte, a origem do juízo e do próprio pensamento (sob a forma do pensamento como tal, pois o pensamento já está bem antes, no primário, mas não está ali como pensamento), captado por intermédio da denegação.

A METÁFORA DO SUJEITO

Este texto é a reescrita, feita em junho de 1961, de uma intervenção proferida em 23 de junho de 1960 em resposta ao sr. Perelman, que argüia *a idéia de racionalidade e da regra de justiça* perante a Sociedade de Filosofia.

Ele atesta uma certa antecipação, a propósito da metáfora, do que posteriormente formulamos sobre uma lógica do inconsciente.

Devemos ao sr. François Regnault no-lo haver lembrado a tempo de o acrescentarmos à segunda edição deste volume.

Os procedimentos da argumentação interessam ao sr. Perelman pelo desprezo em que os mantém a tradição da ciência. Assim foi ele levado, perante uma Sociedade de Filosofia, a pleitear a equivocação.

Mais valeria que fosse para-além da defesa, para que nos juntássemos a ele. E é nesse sentido que incide a observação da qual o advirto: a de que foi a partir das manifestações do inconsciente, das quais me ocupo como analista, que vim a desenvolver uma teoria dos efeitos do significante na qual reencontro a retórica. O que é atestado pelo fato de que meus alunos, ao lerem suas obras, ali reconhecem o próprio banho em que os imerjo.

Assim serei levado a interrogá-lo menos sobre o que ele examinou aqui, talvez com demasiada prudência, do que sobre um dado ponto em que seus trabalhos nos transportam para o ponto mais ardente do pensamento.

Por exemplo, a metáfora, da qual se sabe que é onde articulo uma das duas vertentes fundamentais do jogo do inconsciente.

1. Cf. nota da p.533.

Não deixo de concordar com a maneira como o sr. Perelman a trata, nela detectando uma operação em quatro termos, ou com o modo como ele se justifica ao separá-la decisivamente da imagem.

Não creio que ele esteja bem fundamentado, no entanto, para crer que a tenha restituído à função da analogia.²

Se admitirmos nessa função que as relações $\frac{A}{B}$ e $\frac{D}{C}$ se sustentam em seu efeito próprio pela heterogeneidade mesma em que se repartem como tema e como *phore*,³ esse formalismo já não será válido para a metáfora, e sua melhor prova é que isso fica embaralhado nas próprias ilustrações que o sr. Perelman fornece.

De fato existem, se assim quisermos, quatro termos na metáfora, mas sua heterogeneidade passa por uma linha divisória — três contra um — e se distingue por ser a que vai do significante ao significado.

Para esclarecer uma fórmula que dela forneci num artigo intitulado “A instância da letra no inconsciente”,⁴ vou escrevê-la assim:

$$\frac{S}{S'_1} \cdot \frac{S'_2}{x} = S \left(\frac{I}{s''} \right)$$

A metáfora é, radicalmente, o efeito da substituição de um significante por outro numa cadeia, sem que nada natural o predestine a essa função de *phore*, a não ser o tratar-se de dois significantes, como tais redutíveis a uma oposição fonemática.

Para demonstrá-lo num dos próprios exemplos do sr. Perelman, o que ele escolheu judiciosamente do terceiro diálogo de Berkeley,⁵ “um oceano de falsa ciência” se escreverá da seguinte maneira — pois mais vale restaurar o que a tradução já tende a “adormecer” (para render homenagem, junto com o sr. Perelman, a uma metáfora belissimamente encontrada pelos retóricos):

$$\frac{\text{an ocean}}{\text{learning}} \quad \text{of} \quad \frac{\text{false}}{x} = \text{an ocean} \left(\frac{I}{?} \right).$$

2. Cf. as páginas que nos permitiremos qualificar de admiráveis no *Traité de l'argumentation*, vol.II, PUF, p.497-534.

3. Elemento do grego *pherein*, transpor, carregar, que entra na composição de “metáfora”. (N.E.)

4. Cf. “A instância...”, p.496-533 deste volume.

5. *Traité de l'argumentation*, p.537.

Learning, ensino, na verdade não é ciência, o que confirma que esse termo tem tão pouco a ver com o oceano quanto a mosca com a sopa.

A catedral submersa do que se ensinou até aqui, no tocante a essa matéria, decerto também não ressoará em vão em nossos ouvidos por se reduzir à alternância de sino surdo e sonoro pela qual a frase nos penetra — *lear-ning*, *lear-ning* —, porém não das profundezas de uma camada líquida, e sim da falácia de seus próprios argumentos.

Dos quais o oceano é um, e mais nada. Quero dizer, literatura, que é preciso restituir à sua época, pela qual ele sustenta o sentido de que o cosmo, em seus confins, pode tornar-se um lugar de engano. Significado, portanto, dir-me-ão vocês, de onde parte a metáfora. Sem dúvida, só que, no alcance de seu efeito, ela transpõe o que ali é somente recorrência, para se apoiar no não-senso do que é apenas um termo entre outros do mesmo *learning*.

[891]

O que se produz, ao contrário, no lugar do ponto de interrogação da segunda parte de nossa fórmula, é uma nova espécie na significação, a de uma falsidade que a contestação não capta, insondável, onda e profundidade de um *apeiros* do imaginário onde soçobra qualquer nau que queira apoiar-se em sua fonte.

Ao ser “despertada” em seu frescor, essa metáfora, como qualquer outra, revela-se o que ela é entre os surrealistas.

A metáfora radical se dá no acesso de raiva, relatado por Freud, do menino ainda inerte em grosseria que foi seu Homem dos Ratos antes de se consumir como neurótico obsessivo, o qual, ao ser contrariado pelo pai, interpela-o: “*Du Lampe, du Handtuch, du Teller usw*” (“‘Seu’ lâmpada, ‘seu’ toalha, ‘seu’ prato..., e assim por diante”). Com o que o pai hesita em autenticar o crime ou o talento.

Com o que nós mesmos entendemos que não se perca a dimensão de injúria onde se origina a metáfora. Injúria mais grave do que se imagina, quando ela é reduzida à invectiva da guerra. Pois é dela que provém a injustiça, cometida gratuitamente contra qualquer sujeito, de um atributo com que um outro sujeito qualquer é levado a atingi-lo. “O gato faz au-au, o cachorro faz miau-miau.” Eis como a criança soletira os poderes do discurso e inaugura o pensamento.

Haverá quem se surpreenda por eu sentir necessidade de levar as coisas tão longe no que concerne à metáfora. Mas o sr. Perelman há de convir comigo que, ao invocar, para satisfazer sua teoria analógica, os pares do nadador e do erudito, da terra firme e da verdade, e ao admitir que assim se pode multiplicá-los indefinidamente, o que ele

formula manifesta de um modo patente que todos eles estão “por fora”, e se resume ao que eu digo: que o fato aceito de uma significação não tem nada a ver com essa questão.

Naturalmente, apontar a desorganização constitutiva de qualquer enunciação não é tudo, e o exemplo que o sr. Perelman ressuscita de Aristóteles,⁶ o do anoitecer da vida significando a velhice, nos é bastante indicativo, por mostrar não somente o recalque do que há de mais desagradável no termo metaforizado, mas também para dele fazer surgir um sentido de paz que ele de modo algum implica no real.

Pois, se questionarmos a paz do anoitecer, perceberemos que ela não tem outro destaque senão a redução do volume dos vocalises, quer se trate da cantoria dos ceifeiros ou do chilrear dos pássaros.

Após o que será preciso lembrarmos que, por mais blabláblá que seja essencialmente a linguagem, é dela que provêm, no entanto, o ter e o ser.

[892]

No que tange à metáfora por nós mesmos escolhida no artigo citado há pouco,⁷ qual seja, “Seu feixe não era avaro nem odiento”, de Booz adormecido, não é um ramerrão inútil dizer que ela evoca o vínculo que, no rico, une a posição do ter à recusa inscrita em seu ser. Pois nisso está o impasse do amor. E sua própria negação nada mais faria aqui, sabemos, do que instaurá-lo, se a metáfora que introduz a substituição do sujeito por “seu feixe” não fizesse surgir o único objeto cujo ter exige a falta-a-ser: o falo, em torno do qual gira todo o poema, até o seu desenlace.

O que equivale a dizer que a realidade mais séria, e até, para o homem, a única que é séria, se considerarmos seu papel de suporte da metonímia de seu desejo, só pode ser abarcada na metáfora.

Onde estou querendo chegar, se não a convencê-los de que o que o inconsciente traz a nosso exame é a lei pela qual a enunciação jamais se reduzirá ao enunciado de qualquer discurso?

Não digamos que é aí que escolho meus termos, não importa o que eu tenha a dizer. Embora não seja inútil, neste ponto, lembrar que o discurso da ciência, na medida em que reivindica a objetividade, a neutralidade, a monotonia ou até o gênero sulpiciano,⁸ é tão desonesto e mal-intencionado quanto qualquer outra retórica.

6. *Traité de l'argumentation*, p.535.

7. Cf. “A instância...”, p.509-10.

8. Da ordem de Saint-Sulpice, dedicada ao ensino; o adjetivo também dá em francês a idéia de objeto “de mau gosto”. (N.E.)

O que é preciso dizer é que o [eu] dessa escolha nasce em outro lugar que não aquele em que o discurso se enuncia: precisamente naquele que o escuta.

Não equivale isso a fornecer o status dos efeitos da retórica, mostrando que eles se estendem a qualquer significação? Objetem-nos que eles estancam no discurso matemático, e estaremos tão mais de acordo na medida em que o apreciamos no mais alto grau, a esse discurso, por ele não significar nada.

O único enunciado absoluto foi dito por quem de direito, ou seja, que nenhum lance de dados no significante jamais abolirá nele o acaso — pela simples razão, acrescentamos, de que nenhum acaso existe senão em uma determinação de linguagem, e isso, sob qualquer aspecto que o conjuguemos, de automatismo ou casualidade.

Índice ponderado dos principais conceitos

O leitor encontrará aqui um índice que se pretende chave.

Ideado em conformidade com uma obra que menos introduz do que questiona, propício ao leitor que se supõe chegar até ele de algum ponto relativamente firme.

Esteja esse ponto do lado de fora, a chave, como convém, favorece essa posição por lhe trazer uma medida interna, numa atualidade que pode se estender a partir do que a psicanálise renova na teoria do sujeito, inclusive preparando para que se faça dela uma experiência pessoal, tendo nesse leque os sinais de acordo da parte de alguns especialistas.

Esteja esse ponto do lado de dentro, isto é, dali de onde a psicanálise é aplicada, a mediação se inverte, portanto, mas resta ainda distinguir os praticantes que seguem nosso ensino daqueles que se absterem de fazê-lo. Ela será, para os primeiros, uma provável oportunidade de avaliar o excesso de um texto do qual eles sabem qual é a experiência. E oportunidade, para os últimos, de ter o que fazer com ele na sua.

J.L.

ESCLARECIMENTO

1. O leitor encontrará neste índice, estabelecido segundo uma ordem que instituímos, os principais conceitos da teoria de Lacan, referidos às ocorrências que fornecem suas definições essenciais, suas funções e suas propriedades principais.

2. Nas páginas destacadas a seguir dos termos do índice, é o conceito que se deve procurar, não a palavra. Escolhemos, para designar o que é incluído, a expressão que nos pareceu mais adequada e mais abrangente, procedendo de modo geral por retroação, a partir do estado mais recente da teoria.

3. Não nos escapou que, com tal articulação, era uma interpretação que assim nos víamos propondo. Por isso, pareceu-nos oportuno explicitá-la em duas palavras, a fim de que se possa, depois de haver acompanhado nosso raciocínio, deduzi-la da soma do índice.

4. Fizemos a opção de isolar os conceitos que, no tocante à teoria do sujeito, interessam, nem que seja negando-lhes seu nome, às ciências humanas em seu conjunto — o que tem como efeito pontuar a especificidade da experiência analítica (em sua definição lacaniana: emprego da realidade do inconsciente, introdução do sujeito na linguagem de seu desejo). [894]

5. Se o significativo é constituinte para o sujeito (I, A), podemos acompanhar, através de seus desfilamentos, o processo da transformação (da mutilação) que do homem faz um sujeito, por intermédio do narcisismo (I, B). Que o tempo lógico dessa história não é linear, eis algo que as propriedades da sobredeterminação simbólica explicam (I, C).

6. Devemos em seguida retomar, em sua simultaneidade, os elementos sucessivamente apresentados (II, A, B, C). Notar-se-á que a topologia do sujeito só encontra seu status ao ser relacionada com a geometria do Eu (II, B, 4 e II, C, 3). A partir daí, fica-se em condição de captar o funcionamento da comunicação: em sua estrutura encontram lugar todas as peças do jogo (II, D).

7. Da estrutura da comunicação se deduzirá qual é o poder da análise, com que ouvido escutar o inconsciente e que formação dar aos analistas (III, A, B). A última parte (III, C) centra-se no significativo eminente do desejo. A seção seguinte (IV) é clínica (sendo sucinto seu recenseamento).

8. Quanto à epistemologia lacaniana, ela marca, a nosso ver, a posição da psicanálise *dentro* do corte epistemológico, na medida em que, através do campo freudiano, o sujeito foracluído da ciência retorna no *impossível* de seu discurso. Há, pois, apenas uma ideologia cuja teoria é da lavra de Lacan: a do “eu moderno”, isto é, do sujeito paranóico da civilização científica, cujo imaginário a psicologia desvirtuada teoriza, a serviço da livre iniciativa.

9. A densidade de alguns textos inutiliza seu fracionamento no índice. Ei-los: “Introdução ao seminário sobre ‘A carta roubada’” (teoria da cadeia); “Kant com Sade” (o desejo e a Lei; a estrutura da fantasia); “Subversão do sujeito e dialética do desejo” (o sujeito e o significativo); e “Posição do inconsciente” (o desejo e a fantasia; a alienação e a fenda).

10. Permitam-nos acrescentar aqui que sabemos ser o discurso lacaniano fechado ao entusiasmo, por ter reconhecido no que se chama sua “abertura” o progresso de uma sistematização cuja coerência, através do “Relatório de Roma”, foi definitivamente estabelecida, e assegurado o seu fechamento. Eis por que, segundo o conceito que temos desses

sem intermediação imaginária: a alucinação, paixão do sujeito, e o *acting-out*, ação do sujeito); 438 (a partilha entre o imaginário e o simbólico); 464-5 (distribuição do imaginário, do real e do simbólico); 538-47 (alucinação); 552-3 (supremacia do simbólico sobre o imaginário); 556 (supremacia do simbólico sobre o real); 560-1 (intrusão do imaginário no real); 653-5 (a estrutura); 676-7 (clivagem do imaginário e do simbólico); 728 (distribuição); 737 (supremacia do simbólico sobre o imaginário).

4. *A supremacia do significante sobre o significado*: 31-3, 34-5, 373, 469-71, 501-7, 514-5, 695, 701, 712

B. OS DESFILAMENTOS DO SIGNIFICANTE

1. *A gênese do Eu: a identificação imaginária*. (ver: *A função do Eu*.)

a. A simbolização primordial e a identificação primária (a demanda de amor e o “Fort-Da”): 50-1, 319-20, 571, 600, 624, 696-8

b¹. O estágio do espelho: 57-8, 73-5, 96-103, 185-8, 251-2, 265, 428-31, 558-9, 574-5, 577-8, 681

b². O narcisismo: 36-7, 112-23, 413

[896]

b³. A agressividade: 104-26, 142-3, 251-2, 346-8 (ver: *O corpo despedaçado*.)

c¹. O Supereu: 117-9, 132-7, 362, 435-6, 625, 659, 689-91, 780

c². O Eu ideal: 97-8, 673-90, 823

2. *A produção do sujeito: a identificação simbólica* (ver: *A estrutura do sujeito*).

a. O Ideal do Eu, a introjeção e a função do traço unário: 59-61, 94, 471-2, 559, 646, 659-60, 661-2, 673-90, 763, 822-3, 833-4

b. O Nome-do-Pai (instância do Pai simbólico, ou morto) e o recalque originário: 279-80, 562, 583-90, 826-8, 830-1, 863 (ver: *A forclusão*).

c. A Lei (o pacto, a dívida simbólica): 31-2, 34-5, 40-1, 128, 273, 277-81, 356, 434-6, 781

d. O Édipo (a identificação secundária, normalizadora): 101-2, 117-22, 183-4, 278, 505-7, 560-1

C. A CADEIA SIGNIFICANTE

1. *A repetição (o automatismo de repetição, a insistência da cadeia)*: 13-9, 32-4, 43-4, 47-8, 71, 73, 149-50, 319, 505-6, 563-4, 663-4 (ver: *A regressão*).

2. *Os dois princípios (realidade, prazer):* 71-3, 656-7, 776-7, 784-6
3. *A sobredeterminação e o tempo lógico (antecipação e retroação; acaso, encontro e destino):* 55-7, 197-213, 257-9, 288-9, 351, 393-4, 558, 560-1, 684-6, 822-3, 851
4. *A memoração, a rememoração:* 46-7 (oposta à memória como propriedade do vivo), 49, 50-1 (sua ligação essencial com a lei), 432-4 (oposta à reminiscência imaginária), 521-3
5. *A morte, a segunda morte, a pulsão de morte, o real como impossível, o ser do ente:* 104, 125-6, 317-23, 347-8, 350-1, 380-1, 385, 387-91, 431, 440, 523-4, 558, 579, 665, 765, 787-8, 824-6

II. O EU, O SUJEITO

[897]

A. O CORPO, O EU, O SUJEITO

(O ORGANISMO, O CORPO PRÓPRIO, O CORPO DESPEDAÇADO)

(ver: *O estádio do espelho, O sujeito da cadeia.*) 44-5, 73-4, 97-8, 100-1, 107-8, 149-50, 152-3, 160, 183-4, 263-4, 281-2, 302, 416, 516-7, 558, 616, 656, 664, 717-9, 735-6, 757-8, 817-9, 831-3, 861-2

B. A FUNÇÃO DO EU

(ver: *A gênese do Eu, A teoria da ideologia.*)

1. *A ilusão de autonomia.*

a. O desconhecimento: 42-5, 60-1, 94-5, 102-3, 112-7, 166, 179-94, 250-1, 339, 347, 348, 354, 375, 429-30, 673-90, 846

b. A estrutura paranóica do Eu (e do conhecimento humano): 69, 99-100, 113-4, 429-30

c. As formações do Eu (ideais da pessoa): 673-94 (ver: *O Supereu, O Eu ideal, O Ideal do Eu.*)

d. A encenação: 14, 515-7, 643, 655, 784-5, 790-4 (ver: *O desejo e a fantasia.*)

e. A defesa: 101-2, 106, 337-40, 661-73 (ver: *A "frustração", A resistência.*)

f. O amor e o ódio: 103, 265, 346, 611, 624 (ver: *A simbolização primordial, O narcisismo, O objeto a.*)

2. A projeção.

a. A identificação com o outro, o transativismo, a projeção, a relação dual: 16-8, 22, 62-4, 79, 85-7, 105, 112, 181-2, 211-34, 345-7, 424-5, 661, 780-1

b. O animal (a psicologia animal): 98-100, 189-93, 301, 344-5, 347-9, 452-4, 487-8, 498-9, 557-8, 821-2

c¹. Categorias hegelianas: a luta de morte, o reconhecimento, o prestígio, o Mestre/Senhor absoluto: 37, 122-6, 148-9, 251-2, 315, 350-1, 433-5, 681-2, 823-5

c². A consciência-de-si, a enftuação, a bela alma, a lei do coração, a astúcia da Razão, o saber absoluto: 171-7, 234-5, 293-4, 410, 416, 478, 492, 811-3, 845, 851

3. A “psicologia coletiva”:

21, 145-7, 477-5, 493, 645-7, 745 (ver: *O Ideal do Eu, O traço unário*). [898]

4. A geometria do Eu (espaço imaginário):

74-5, 99-100, 124-5, 183-6, 189, 311, 424-5 (ver: *A topologia do sujeito*).

C. A ESTRUTURA DO SUJEITO

1. O sujeito verdadeiro.

a. O sujeito da cadeia: 286-8, 373, 537-9, 557, 661-3, 671-4, 684-6

b¹. O sujeito da ciência: 282-5, 582, 807-8, 869-75 (ver: *A psicanálise e a ciência*).

b². “Wo Es war, soll Ich werden”: 417-9, 528, 675, 815-7, 830, 878-80

b³. “Cogito, (ergo) sum”: 163-4, 519-21, 823, 845, 879

c. O juízo primário, o recalque, a denegação, a forclusão: (ver o índice de termos alemães em *Bejahung, Verdrängung, Verneinung, Verwerfung*).

2. A divisão, a fenda e o fading do sujeito:

10-1, 58-60, 98-9, 232-3, 293, 336, 369, 648, 661, 696, 717-9, 741, 809, 829-31, 849, 853-8 (ver: *O desejo e a fantasia*).

3. A topologia do sujeito (espaço simbólico):

10-1, 60, 321-2, 327, 367-9, 383, 434-5, 546, 557-61, 655, 696, 789-90, 818-9, 832-3 (ver: *O lugar da letra, A geometria do Eu, O lugar do outro, A metáfora*).

D. A COMUNICAÇÃO INTERSUBJETIVA

1. Crítica do positivismo.

- a. A linguagem-signo: 20-1, 297-8, 413-5, 499-501
 - b. A metalinguagem: 272, 353, 355, 501, 827-8, 881-3
2. *A função do [eu] e o sujeito da enunciação*: 119-21, 201-3, 206-7, 252-4, 300-2, 412, 520-1, 541-8, 622, 669-74, 814-7 (ver: *A sobredeterminação*).
3. *O Outro*.
- a. Fórmula da comunicação: “A linguagem humana constitui uma comunicação em que o emissor recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida”: 9, 45-6, 248-9, 297, 299-301, 350, 355, 439, 475, 640
 - b. O Outro e o outro: 266, 430-1, 532-3, 820-1 (ver: *A projeção*). [899]
 - c. O lugar do Outro: 57-8, 272, 432-4, 439-40, 455-6, 528-9, 553-9, 578-9, 580-2, 634, 661-3, 684-6, 813, 818-31 (ver: *A supremacia do simbólico*).
 - d. “O inconsciente é o discurso do Outro”: 266, 380-1, 471-2, 555-6, 634, 638-40, 660-1, 828-30, 844, 853 (ver: “*O desejo do homem é o desejo do Outro*”).

III. O DESEJO E SUA INTERPRETAÇÃO

A. AS FORMAÇÕES DO INCONSCIENTE

(ver: *A comunicação*.)

- 1. *O sintoma (a censura e a verdade; o recalque e o retorno do recalcado)*: 21, 106, 167-8, 234-6, 261, 266, 270, 281-3, 294-5, 360, 373, 387-8, 419, 428, 448, 469-70, 508-9, 532-3, 696, 712, 716-22 (ver: *A verdade*).
- 2. *A retórica do inconsciente*.
 - a. A ponta do desejo: 168-9, 259-64, 268-72, 379-80, 468-9, 472-4, 512-7, 626-9, 666-8
 - b¹. A metáfora: 263-4 (oposta à analogia), 509-11, 518-20, 563, 656, 715-6, 819-20
 - b². A metonímia: 74-5, 518-9, 508-10, 715-6

B. A EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

- 1. a. A técnica: 71, 85-92, 241, 243-4, 254-5, 258-9, 288-9, 364
- b. A associação “livre”: 56-7, 64-5, 84-5, 473-4 (ver: *A sobredeterminação*).

2. a. A fala vazia (discurso do imaginário): 87-9, 250, 255, 348, 430 (ver: *O narcisismo, A ilusão de autonomia*).
 b. Abjeção da teoria do Eu na análise (desdobramento do Eu e identificação com o analista): 58-9 (abjeção), 253-5, 305-6, 325 (abjeção), 339-41, 346, 408 (abjeção), 491, 657 (ver: *A teoria da ideologia*).
 c. A “frustração”: 250-1, 462-3
 d. A resistência: 110, 120-1, 292, 336-7, 371-2, 378, 419-21, 434, 463-4, 601, 731-2
3. a. A neutralidade e a resposta do analista: 109-12, 252, 304-5, 308, 311, 348-9, 360-1, 430-3, 440, 595 [900]
 b. A transferência: 110-1 (negativa), 214-5, 224, 269, 330, 522, 526, 602-3, 608-18, 631-2, 851-2
 c. A demanda intransitiva e a repressão: 250-9, 350, 391-4, 623-5, 641-5 (ver: *O lugar do Outro, A repetição, necessidade, demanda, desejo*).
4. a. A pontuação, a interpretação: 253-4, 294-5, 311, 314-5, 333-6, 339, 366, 374, 506-7, 727 (ver: *A repetição*).
 b. O objetivo e o fim da análise (a fala plena, a linguagem do desejo, a subjetivação da morte): 103, 211, 294-6, 303, 322, 343, 350, 383-4, 528, 683-4, 686-8, 690, 692 (ver: *A morte, A castração*).
5. *A formação dos analistas*.
 a. O saber do analista e a psicanálise didática: 229-34, 296, 351-64, 436-7, 497 (ver: *A epistemologia*).
 b. As sociedades analíticas: 238-42, 244-8, 332, 457-60, 476-90, 491-5, 591-3, 729 (ver: *A teoria da ideologia*).

C. O FALO

1. *As pulsões*: 59-60, 148-50, 345, 468-9, 603, 549, 663-75, 831-3, 862-3, 865-8
2. *O objeto* a: 49-51, 559-60, 588, 606, 610-1, 618, 620, 635, 645-6, 662-3, 688-9, 774, 779, 785-6, 791-2, 831-2, 839-42, 861-2
3. *O gozo, a castração*: 40, 42-3, 44-5, 71, 74, 232-3, 367-8, 388-95, 440, 561-2, 571, 614, 632-9, 690, 692-702, 722-3, 741, 833-4
4. *O desejo*.
 a. “O desejo do homem é o desejo do Outro”: 101-2, 182, 269, 280-1, 345, 700
 b. O desejo e a Lei: a necessidade, a demanda, o desejo; o desejo e a fantasia: 522, 532-3, 612, 621, 628-9, 633-6, 640, 643, 646-7, 660, 689-91, 697-9, 738-9, 767, 770, 776-803, 827-30, 839-40, 849-50

IV. CLÍNICA

A. CLÍNICA FREUDIANA

1. *Dora*: 214-25, 291, 306-7, 602, 645
2. *O Homem dos Ratos*: 291-2, 303-4, 355-6, 602-4
3. *O Homem dos Lobos*: 257, 291, 302, 312-3, 387-95, 405, 670-2 [901]
4. *O Presidente Schreber*: 245, 308, 542-3, 547-50, 553, 563-90, 879
5. *O Pequeno Hans*: 245, 523-4
6. *Irma (caso da injeção de)*: 18
7. *Signorelli (esquecimento do nome)*: 380, 448
8. *O sonho da açougueira*: 627-34

B. CLÍNICA PSIQUIÁTRICA

1. *A neurose*.
 - a. A neurose: em geral: 38, 126, 150-1, 335, 452, 466, 524, 685-6; histeria: 101, 111, 304, 453-4; fobia: 111, 449, 616-7, 688-9
 - b. A neurose obsessiva: 102, 111, 304-5, 315, 452-6, 562, 603-4, 615, 639
2. *A perversão*: em geral: 60-1, 150-1, 345-6, 560, 688-9; sadomasoquismo: 71, 121-2, 739-40; escopofilia: 121-2; homossexualidade: 121-3, 265, 743-5 (feminina), 756-62 (masculina).
3. *A psicose (ver: Verwerfung)*.
 - a. A psicose (em geral): 178, 188, 537-90; 69 (automatismo mental), 75-6 (despersonalização), 169 (automatismo), 178, 188, 443-4 (automatismo), 530-1, 537-90
 - b. A paranóia (no sentido kraepeliniano): 70, 101, 112-3, 142-3, 169-71

V. EPISTEMOLOGIA E TEORIA DA IDEOLOGIA

A. EPISTEMOLOGIA

1. *O corte epistemológico (o exemplo da física)*: 89-91, 94, 106, 153-4, 285, 402, 537, 718-20, 810-1

2. *A verdade.*

a. A verdade como ficção, como segredo, como sintoma: 18, 22 (oposta à exatidão), 23, 47, 194, 256-7, 287 (oposta à exatidão), 314 (oposta à exatidão), 367, 412, 452, 752-3, 821-2

b. A psicanálise e a ciência: 82-4, 231-3, 267, 285, 289-90, 363, 383-4, 516-7, 531-2, 732-3, 869-92

3. *A conjectura.*

a. As ciências conjecturais (“humanas”): 278, 285-91, 475, 495-501, 868-77

b. A psicologia como ciência; seu objeto: 33-4, 77-84, 180, 189, 420, 708

B. TEORIA DA IDEOLOGIA

1. *A ideologia da liberdade*: teoria do eu autônomo, humanismo, direitos do homem, responsabilidade, antropomorfismo, ideais, maturação dos instintos etc.: 123-5, 129, 138-41, 263-5, 422, 488-9, 493-4, 520-1, 582, 596-7, 782, 788, 794-5, 822, 881

2. *A ideologia da livre iniciativa*: American way of life, human relations, human engineering, braintrust, success, happiness, happy end, basic personality, pattern etc.: 246-7, 337, 359, 377, 396-7, 398-400, 403-4, 417, 442-3, 478, 597, 610, 847, 873

Quadro comentado das representações gráficas

ADVERTÊNCIA

Se é verdade que a percepção ofusca a estrutura, é infalível que um esquema conduza o sujeito a “esquecer, numa imagem intuitiva, a análise que a sustenta” (*Escritos*, p.580-1).

Cabe ao simbolismo impedir a captura imaginária — com o que sua dificuldade se deduz da teoria.

No momento de ler sobre os esquemas de Lacan alguns esclarecimentos, convém que nos lembremos desta advertência.

A verdade é que tal precaução torna patente a inadequação de princípio da representação gráfica a seu objeto (o *objeto* da psicanálise), *no espaço da intuição* (definido, se preferirmos, pela estética kantiana). Por isso, todas as construções coligadas aqui (com exceção das redes da sobredeterminação, que funcionam na ordem do significante) têm apenas um papel didático, e mantêm com a estrutura uma relação de analogia.

Ao contrário, *já não há ocultação do simbólico* na topologia que Lacan instaura a partir de agora, porque esse espaço é o mesmo em que se esquematizam as relações da lógica do sujeito.

A inadequação das analogias é inequivocamente apontada por Lacan no modelo óptico dos ideais da pessoa, exatamente na ausência do objeto *a* simbólico. Podemos aprender, pela nota acrescentada ao esquema **R** (*Escritos*, p.559-61), as regras de transformação da geometria intuitiva em topologia do sujeito.

J.-A. M.

I. O ESQUEMA DA DIALÉTICA INTERSUBJETIVA (CHAMADO “ESQUEMA L”)

[904]

Esquema completo: p.58; esquema simplificado: p.554-5.

Representação do esquema pela cadeia L: p.59-60.

O esquema evidencia que a relação dual do eu com sua projeção, *a* *a'* (indiferentemente, sua imagem e a do outro) cria um obstáculo ao advento do sujeito S no lugar de sua determinação significativa, A. O quaternário é fundamental: “uma estrutura quadripartite, desde o inconsciente, é sempre exigível na construção de uma ordenação subjetiva” (p.785-6). Por quê? Porque restabelecer a relação imaginária na estrutura que a encena implica a reduplicação de seus termos: o pequeno outro é exponenciado como grande Outro e a anulação do sujeito da cadeia significativa vem duplicar o eu. A simetria ou reciprocidade pertence ao registro imaginário, e a posição do Terceiro implica a do quarto, que recebe, conforme os níveis da análise, o nome de sujeito barrado, ou de morto (cf. p.595, o *bridge* analítico).

II. O MODELO ÓPTICO DOS IDEAIS DA PESSOA

Figura 1: p.680; Figura 2: p.681; Figura 3: p.687.

Figura 1: “A ilusão do buquê invertido” em Bouasse.

A ilusão consiste na produção, por meio de um espelho esférico, da imagem real (invertida e simétrica) de um buquê escondido, que se coloca no gargalo de um vaso real, que funciona como suporte de acomodação.

Essa ilusão recebe sua interpretação, retroativamente, a partir da segunda figura (p.681-3): a imagem real, desde então designada por *i(a)*, representa a imagem especular do sujeito, enquanto o objeto real *a* sustenta a função do objeto parcial, precipitando a formação do corpo. Temos aqui uma fase anterior (segundo uma ordem de dependência lógica) ao estágio do espelho — que supõe a presença do Outro real (p.684-5).

Figura 2: Variação da precedente.

Na segunda figura, o buquê e o vaso trocam de papéis, quando, pela localização do observador no interior do espelho esférico e pela interposição do espelho plano A, uma imagem virtual é produzida.

Essa montagem deve ser assim interpretada:

1ª) A realidade do vaso e sua imagem real $i(a)$, invisíveis ao observador (e ausentes da representação), figuram a realidade do corpo e sua imagem real, vedadas à percepção do sujeito. [905]

2ª) Só l he é acessível a imagem virtual $i'(a)$ da ilusão, reflexo imaginário em que se antecipa o desenvolvimento de seu corpo numa alienação definitiva. Note-se que a imagem real e a imagem virtual são ambas do registro imaginário, mas a segunda (percepção mediada pela relação com o Outro) duplica a ilusão da primeira (percepção “direta” — como tal, fictícia).

3ª) Por fim, é o ponto I (ponto do ideal do Eu, onde situar o traço unário) que comanda para o sujeito sua auto-imagem (p.685-6).

Figura 3: Transformação da precedente.

A figura 3 é obtida a partir da anterior, pela rotação em 90° do espelho plano A e pelo deslocamento do sujeito até o ponto I. Ela tem como objetivo representar o momento da análise em que o analista (cuja posição é situada pelo espelho), neutralizando-se como outro imaginário, anula os efeitos de miragem produzidos pelo sujeito, e em que este transpõe a relação dual e a fala vazia para perceber sua imagem real: ele tem acesso à linguagem de seu desejo. O esvaecimento da imagem virtual é interpretado como a dissolução da imagem narcísica, que recoloca o sujeito na posição da primeira figura, exceto pelo fato de que ele só é reconduzido a isso pelo apagamento do espelho plano (portanto, por sua mediação), e não se há de desprezar o resíduo dessa operação: a nova imagem virtual que se recompõe no espelho horizontal e que marca como fictícia a percepção direta.

É assim que “uma psicanálise, que funciona no simbólico (revela-se capaz de) reformular um Eu (...) constituído em seu status imaginário” (p.683-4).

O modelo, que fornece as funções imaginárias e reais do objeto a , nada diz sobre sua função simbólica (p.688-9).

III. A ESTRUTURA DO SUJEITO

Esquema R: p.559; Esquema de Schreber (1): p.577-8; Esquemas de Sade, 1: p.786; 2: p.789-90.

1. Composição do simbólico, do imaginário e do real (chamado “Esquema R”).

O esquema **R** é feito da reunião de dois triângulos, ternário simbólico e ternário imaginário, pelo quadrilátero do real, delimitado num quadrado na base de cada um. Se o triângulo do simbólico ocupa sozinho metade do quadrado, as duas outras figuras dividem a segunda entre si — é que, estruturando-as, ele tem que abarcá-las no desenho. Quanto ao pontilhado, ele é colocado para o imaginário.

[906]

Essa construção pede uma dupla leitura:

1. Pode ser lida como representação da estática do sujeito; nela se distinguem, assim: (a) o triângulo **J**, que repousa na relação dual do Eu com o Outro (narcisismo, projeção, captação), tendo por ápice ζ , o falo, objeto imaginário “em que o sujeito se identifica (...) com seu ser de vivente” (p.558-9), isto é, aparência sob a qual o sujeito representa a si mesmo; (b) o campo **S**, com as três funções: do Ideal do Eu, **I**, pelo qual o sujeito se situa no registro do simbólico (ver o modelo óptico); do significante do objeto, **M**, e do Nome-do-Pai, **P**, no lugar do Outro, **A**. Podemos considerar que a linha **I M** reproduz a relação do sujeito com o objeto do desejo por intermédio da cadeia significativa, relação esta que a álgebra lacaniana deverá, mais tarde, notar como *S₀a* (mas a linha logo se revela uma representação inadequada); (c) o campo **R**, enquadrado e mantido pela relação imaginária e pela relação simbólica.

2. Mas há igualmente a história do sujeito, cuja notação é: no segmento *i M* colocam-se as figuras do outro imaginário, que culminam na figura da mãe, Outro real, inscrita no simbólico sob o significante do objeto primordial, exterior primeiro do sujeito, que leva em Freud o nome de *das Ding* (cf. *Escritos*, p.662-3); no segmento *m I* sucedem-se as identificações imaginárias formadoras do Eu da criança até ela receber seu status no real, pela identificação simbólica. Descobre-se, pois, uma sincronia específica do ternário **S**: a criança em **I** liga-se à mãe em **M**, como desejo de seu desejo; na posição terceira fica o Pai, veiculado pela fala materna.

Lacan mostra, em sua nota de 1966, como traduzir esse quadrado para sua topologia. A superfície **R** deve ser tomada como o *achatamento*, colocação num plano da figura que se obteria juntando *i* a **I** e *m* a **M**, logo, pela torção que caracteriza no espaço completo a banda de Moebius: a apresentação do esquema em duas dimensões, portanto, deve ser referida ao corte que estende a banda. Compreende-se, assim, que a reta **I M** não possa remeter à relação do sujeito com o objeto do desejo: o sujeito é apenas o corte da banda, e o que cai daí chama-se objeto *a*, o que confirma e completa a fórmula de Jean-Claude Milner sobre “*S₀a*”: os termos são heterogêneos, ao passo que há uma homogeneidade ligada aos lugares” (*Cahiers pour l'Analyse*, nº3, p.96). É esse o poder do símbolo.

2. *Esquema de Schreber.*

“Esquema da estrutura do sujeito ao término do processo psicótico”.

Esse esquema é uma variação do anterior: a forclusão do Nome-do-Pai (aqui, Φ), que acarreta a ausência da representação do sujeito S pela imagem fálica (aqui, ϕ), desequilibra a relação entre os três campos: divergência do imaginário e do simbólico, redução do real à defasagem entre eles.

[907]

O ponto *i* do eu delirante substitui o sujeito, enquanto o Ideal do Eu, I, toma o lugar do Outro. O trajeto *Sa a' A* transforma-se no trajeto *i a a' I*.

3. *Esquemas de Sade (1 e 2).*

Esquemas da fantasia sadiana.

Há quatro termos em jogo: *a*, objeto do desejo na fantasia; S, seu correlato (segundo *\$\phi a*), o *fading* do sujeito; S, o chamado “sujeito bruto do prazer”, do qual se pode afirmar que ele conota no imaginário o organismo a partir do qual o sujeito barrado da cadeia deve nascer; e por último, V, a vontade como vontade de gozo, que se eleva sobre o prazer como o sujeito barrado sobre o real. Notar-se-á que a divisão do sujeito “não exige ser reunida num só corpo” (p.789-90), uma vez que não há homologia do espaço simbólico com o espaço da intuição.

A transformação do primeiro no segundo esquema, que “não se traduz (...) por nenhuma inversão simétrica num eixo ou centro qualquer” (p.789-90), expressa apenas o deslocamento da função da causa, de acordo com o tempo da fantasia sadiana.

IV. AS REDES DA SOBREDETERMINAÇÃO

Rede 1-3: p.52-3; distribuição A Δ , Quadros Ω e $\circ$: p.54-5.

Representação da rede 1-3: p.61; Rede α , β , γ , δ : p.62.

A montagem progressiva das redes faz emergirem algumas das propriedades da sobredeterminação:

1. Rede 1-3: emergência da antecipação simples por uma rede de distribuição dissimétrica, onde a memória aparece como a lei elementar da repetição (grafo conexo e pseudo-simétrico).

2. Distribuição A Δ e quadros: emergência, por meio de uma segunda distribuição dissimétrica, de uma antecipação complexa, complementada pela retroação.

3. Representação da rede 1-3: transformação da anterior na rede α , β , γ , δ .

V. OS GRAFOS DO DESEJO

Grafo 1: p.819; Grafo 2: p.822; Grafo 3: p.829; Grafo 4: p.831.

Podemos ler no primeiro grafo a inversão que constitui o sujeito em sua travessia da cadeia significante. Essa inversão se faz pela *antecipação*, cuja lei impõe ao primeiro cruzamento (no vetor $\overrightarrow{S.S'}$) a última palavra (a ser também compreendida como “chave do enigma”, isto é, pontuação), e pela *retroação*, enunciada na fórmula da comunicação intersubjetiva, que torna necessário um segundo cruzamento em que situar o receptor e sua bateria. O segundo grafo compõe, a partir da célula elementar, a identificação imaginária e a identificação simbólica na sincronia subjetiva; a cadeia significante recebe aqui sua especificação de fala. Torna-se vetor da pulsão (entre desejo e fantasia) no grafo completo, com o grafo intermediário pontuando apenas a pergunta do sujeito ao Outro: “Que quer ele de mim?”, a ser invertida em sua recíproca, “Que quer você de mim?”.

[908]

Termos de Freud em alemão

Acrescentamos aqui um índice dos termos de Freud que são citados, nesta coletânea, em alemão. Seu sentido é fornecido no texto, quando não é de seu comentário que se trata, ou até de uma exposição sobre a tradução do termo ou fórmula. Lembrar simplesmente sua paginação pode ser cômodo para quem queira, após a leitura, reencontrá-los.

J.L.

Ablehnung, 343	Ersatz, 894n.3, 900
Abzug, 900n.16	Es (das), 418, 527n.35 (<i>ver</i> Wo es was...)
Ansätze, 722	Espe ((W)espe), 671
Asymptotisch, 578	Fixierung, 641
Aufgehoben, 699-897	Fort! Da!, 320, 582, 600
Aufhebt, 698	Gegenstück, 474
Aufhebung, 672, 699, 809, 851, 895	Gegenwunschräume, 269n.25
Aussen und Innen, 391	Gleichschwebende, 474
Ausstossung, 898	Grundsprache, 543
Ausstossung aus dem Ich, 390	
Bedingungen, 706n.4	Ich (das) (<i>ver</i> Wo es war, soll Ich...), 856
Begehren (das), 697	Ich ideal, 181, 671s
Bejahung, 384, 389, 390, 394, 564, 666, 669, 897n.8, 900	Ichspaltung, 856, 870
Bildung, 431	Ideal ich, 671s
Darstellbarkeit (Rücksicht auf-), 515	
Destruktionstrieb, 900	Kern unseres Wesen, 522, 530, 593
Dichtung, 752	Massen, 213n.6
Ding (das), 662n.9	Mensch, 692
Durcharbeiten, 250, 720	
Durcharbeitung, 636	Nachfolge, 900
Einbeziehung, 898n.10	Nachträglich, 258, 691, 853
Einbeziehung ins Ich, 390	
Endliche (Analyse), 651n.11, 692	Prägung, 13, 433
Entstellung, 13, 514, 635, 668, 669	
Entwurf, 668	Realität, 73
Erniedrigung, 613, 702	

- Schauplatz (ein anderer), 555, 634, 696
 Schub, 861
 Schwärmereien, 784
 Spaltung, 640, 649, 696, 698, 699, 700, 763, 830, 869

 Tagtraum, 516
 Traumarbeit, 515
 Traumdeutung, 469, 514, 526, 626, 629, 721
 Traumgedanke, 516
 Trieb, 149, 603, 817
 Triebentmischung, 900n.16

 Überich, 870
 Übertragung, 526
 Unbehagen in der Kultur (das), 282
 Unendliche (Analyse), 651n.11
 Unglauben, 343
 Urbild, 118, 181, 347
 Urverdrängung, 697, 717, 831, 882
 Urverdrängt, 700

 Verdichtung, 515
 Verdrängt, 564
 Verdrängung, 13, 388, 389, 700, 702, 889
 Vereinigung, 389, 897, 900
 Verliebtheit, 58

 Verneinung, 13, 103, 111, 142, 180, 346, 354, 366, 370-401, 564, 601, 666, 672, 889, 893n.2, 893-901
 Verschiebung, 515
 Versagung, 463
 Versöhnung, 528
 Verurteilung, 894n.3
 Verwerfung, 13, 362, 365, 388, 389, 391, 564, 584, 587, 588, 677, 889
 Vorstellung, 391, 737
 Vorstellungsrepräsentanz, 722

 Wahrheit, 752
 Wiedergefunden, 391
 Wiederholungszwang, 13, 49, 564, 664
 Widerstehen, 371
 Wirklichkeit, 73
 Witz, 366, 380, 469, 512n.20, 526, 469n.7, 667, 854
 Wo Es war, soll Ich werden, 418, 591n.3, 528, 815-6, 856, 878
 Wunderblock, 47
 Wunsch, 626
 Wunscherfüllung, 516, 635
 Wunschgedanken, 866

 Zeichen, 564
 Zwang, 901
 Zwangsbefürchtung, 304n.54
 Zwangsneurose, 282

Índice dos nomes citados

- Abernethy, 41
Abraham, K., 302, 611-3, 649, 649
Addison, Joseph, 512
Agha Khan, 422
Agostinho, sto., 117, 182, 470, 501, 855, 879, 888
Agrippa, Menenius, 444, 683
Aichhorn, A., 135, 144
Aimée (caso), 65, 70, 143
Ajuriaguerra, J. de, 154
Alby, J.-M., 575
Alcibíades, 840, 867
Alexander, E., 70, 132, 143
Andréas-Salomé, Lou, 737
André-Thomas, 158
Anna O. (caso), 255, 709
Aristófanis, 859
Aristóteles, 44, 187, 289, 472, 524, 580, 621, 853
Aulo Gélío, 239, 312, 357

Babinski, J., 158
Baldwin, J., 97
Balint, Michael, 251, 263, 305, 349, 350, 362, 430, 614, 688
Bastide, R., 655
Baudelaire, C., 12-45
Bénary, M., 155
Bentham, Jeremy, 136
Benveniste, Émile, 21, 24, 367
Bergson, H., 126, 163
Bernfeld, S., 357
Bernheim, H., 378
Bibring, E., 397
Bichat, M.-F.-X., 318
Blake, W., 757
Blondel, C., 167
Boehme, K., 599
Bolk, 187
Bolonha (Escola de), 140

Bonaparte, Marie, 133, 248
Bonnafe, L., 155
Bonnières, Robert de, 763
Boole, G., 288
Borel, Émile, 270
Borges, Jorge-Luis, 26
Bosch, Hieronymus, 100, 108
Bossuet, 261
Boswell, 751
Bouasse, 679
Bousquet, Joe, 169
Boutonier, J., 145
Bowlby, 143
Brentano, Franz, 669
Breton, André, 617, 648
Breuer, J., 255, 372
Browning, R., 243
Brücke, Ernst, 708, 871
Brughel, Pierre, 796
Bruno, Giordano, 413, 719
Brunot e Bruneau, 670
Buffon, 9
Bühler, Charlotte, 101, 114, 181
Buloz, F., 788
Buñuel, Luis, 802
Burnouf, 788
Byron, G., 565

Cailleux, 176
Caillois, R., 99
Cálices, 130
Campanella, Th., 23
Canguilhem, G., 874
Cannon, W., 318
Cantor, G., 884
Carlos V, 796
Caruso, Igor, 406
Casari, O., 566
Castelli, Enrico, 865, 868
Chamfort, Nicolas-Sébastien, 23

- Champollion, Jean-François, 295, 514
 Chandra Pandey, dr. Kanti, 296
 Charcot, E., 557
 Chateaubriand, R. de, 38
 Chauvin, R., 191-2
 Chicago (Escola de), 114
 Choisy, abade de, 60
 Chomsky, N., 875
 Cícero, 23, 506
 Claudel, Paul, 480, 841
 Clérambault, G. de, 69, 70, 153, 168-9
 Clèves (Princesa de), 223
 Cocteau, Jean, 716, 791
 Comte, A., 261
 Copérnico, N., 402, 520, 811
 Courtenay, Baudouin de, 470
 Cousin, V., 337
 Crébillon (pai [Prosper]), 16
 Crevel, R., 69, 169
 Cristo, 264, 522
 Cyrano de Bergerac, 687

 Da Vinci, Leonardo, 267, 648
 Dali, Salvador, 69
 Damourrette, 824, 831
 Dante, 125, 765
 Darwin, C.-R., 123, 715, 811
 Davenant, W., 512
 De Quincey, Thomas, 309
 Dédalo, 466
 Delay, Jean, 749, 775
 Descartes, René, 154, 194, 163, 168, 176, 209, 870, 879
 Deutsch, Helene, 694
 Devereux, G., 650
 Diderot, Denis, 69
 Diógenes, 447
 Dora (caso), 214-25, 291, 306-7, 602, 645
 Dostoiévski, Fiodor, 132, 316
 Du Bois-Reymond, Emil, 708, 871
 Dupin, 15-45
 Dwelshauvers, 844

 Eckermann, 751
 Éluard, Paul, 70, 169
 Empédocles, 319-21, 857
 Eonte (Cavaleiro de), 30

 Epícteto, 783
 Erasmo, 531
 Eurípides, 337
 Ey, Henri, 152-94, 843
 Ezequiel, 452

 Fargue, L.-P., 169
 Fechner, G.T., 555
 Federn, P., 683
 Fénelon, 337, 823
 Fenichel, Otto, 261, 337, 338, 469, 525, 572, 679, 742
 Ferenczi, S., 232, 244, 341-4, 343, 477, 614, 619, 650, 706
 Fichte, J.G., 411
 Flechsig (prof. Paul-Émile e os outros), 564, 586, 588
 Fliess, Robert, 302, 466, 564, 626, 668, 677
 Follin, S., 155
 Fontenelle, 152, 793
 Foucault, Michel, 70, 326
 Francisco de Sales, são, 621
 Francisco I, 796
 Frank, Bernard, 771
 Frank, Hans (dr.), 137
 Freud, Anna, 101, 103, 143, 337, 338, 422, 610
 Friedan, Betty, 846
 Friedlander, Kate, 135, 136, 143
 Frisch, Karl von, 298
 Fromm, E., 679

 Galileu, 260, 288
 Garçon, Maurice, 791
 Gaultier, Jules de, 171
 Gavarni, 566
 Gelb, 155, 163
 Gide, André, 474, 530, 749-75
 Gide, Madeleine (nascida Rondeaux), 772, 774
 Gide, Paul, 756
 Gilbert, G.M., 137
 Gitelson, Max, 360
 Glover, Edward, 135, 302, 328, 329, 338, 599, 600, 651
 Gobineau, J.-A. de, 142
 Gödel, K., 875

- Goethe, 264, 318, 447, 509, 751, 754
 Goldstein, K., 155, 159, 163, 509
 Goya, 51, 267
 Gracian, Balthazar, 148, 408
 Green, André, 582-3
 Grenier, Roger, 141
 Grosrichard, A., 75
 Grotjahn, M., 137
 Guildenstern, 509
 Guiraud, P., 153, 168, 176
 Guizot, F., 337
- Haeckel, E., 566
 Halle, Morris, 498
 Hans (caso do Pequeno), 245, 523, 524, 573
 Harisson, 190
 Hartmann, Heinz, 423, 494, 605, 651, 657
 Healy, 136
 Hécaen, H., 154, 155
 Hegel, 123, 125, 142, 173, 194, 235, 282, 293, 294, 315, 347, 375, 407, 411, 416, 793, 807, 813, 845-6, 895, 896
 Heidegger, 24, 167, 319, 367, 532, 872, 879
 Helmholtz, H. von, 708, 871
 Heráclito, 118, 567
 Hérault de Séchelles, M.-J., 9
 Hesíodo, 216
 Hesnard, Angelo, 138, 759
 Heuyer, G., 543
 Heymans, G., 801
 Hjemslev, L., 875
 Hobbes, Thomas, 512
 Hochheimer, 155
 Hoffer, W., 340
 Homem dos Lobos (caso), 275, 291, 302, 312-3, 387-95, 405, 671
 Homem dos Ratos (caso), 291-3, 303-4, 355-6, 602-5
 Horney, Karen, 694, 696
 Howe, Julia Ward, 452
 Hudgins, C.V., 275
 Hugo, Victor, 510, 511
 Hunter, R., 542
 Husserl, Edmund, 163
- Huyghens, Christian, 288, 314
 Hyppolite, Jean, 173, 366, 381-401, 893-902
- Irma (sonho da injeção de), 18, 627-32
- Jackson, H., 153, 155
 Jacob, Max, 194
 Jakobson, Roman, 498, 509, 541, 606, 813, 875
 Janet, Pierre, 114, 305, 307
 Janin, J., 790
 Jarry, Alfred, 616, 667
 Jaspers, Karl, 425, 474, 543, 641, 657
 Jaworski, 263
 Jeremias, 449, 452
 Jeshersen, O., 497, 541
 Joana d'Arc, 178
 João Crisóstomo, são, 790
 Johnson, 751
 Jones, Ernest, 232, 295, 472, 476, 488, 562, 694, 704-33, 738, 741, 743, 744
 Joyce, James, 28, 872
 Júlio César, 89
 Jung, Carl Gustav, 404, 445, 471, 476, 557, 599, 707, 872, 899
- Kant, I., 75, 287, 484, 690, 776-803
 Karamazov (pai), 132
 Katan, M., 549
 Kierkegaard, S., 50, 126, 294, 369, 724
 Klein, Melanie, 74-5, 112, 118, 138, 347, 561, 620, 643, 674, 695, 710, 738
 Klossowski, Pierre, 801, 802
 Köhler, Elsa, 114, 182
 Köhler, W., 96
 Koyré, Alexandre, 288, 314, 719
 Kraepelin, E., 70
 Kris, Ernst, 297, 395-400, 494, 605-6, 607, 615, 651, 657
- La Bruyère, 23
 La Fontaine, 449
 La Mothe le Vayer, F., 799
 La Rochefoucauld, F. de, 23, 110, 121, 160, 265, 408

- Labro (S. Bento), 801
 Lagache, Daniel, 135, 608, 651, 653-91
 Lamennais, F. de, 872
 Laplanche, J., 848, 878
 Las Cases, E. de, 172
 Leclair, S., 651, 848, 856, 878
 Leenhardt, M., 273
 Lefebvre (caso da Sra.), 133
 Leiris, Michel, 167
 Lely, Gilbert, 790
 Lenin, 884
 Lévi-Strauss, Claude, 52, 76, 98, 280, 286, 654, 763, 836, 845, 873-92
 Lévy-Bruhl, Lucien, 307, 874
 Lhermitte, J., 158, 186
 Lichtenberg, 243, 281, 294-5, 314
 Locke, John, 80
 Loewenstein, R., 494, 651, 657, 717
 Longo, 676
 Lucrécio, 23
 Luís II da Bavária, 171

 Macalpine, sra. Ida, 542, 550-3, 562, 567, 569, 581, 623, 651
 Mack Brunswick, Ruth, 313
 Malebranche, Nicolas, 172, 569
 Malinowski, B., 128
 Mallarmé, Stéphane, 64, 253, 815
 Mannoni, O., 379
 Maquiavel, 23
 Marivaux, 760
 Markov, A.A., 55
 Martin du Gard, Roger, 765
 Marx, Karl, 194, 235, 261, 442, 488, 495, 884
 Massermann, Jules H., 274, 275
 Mateus, são, 264
 Mauriac, François, 531, 648, 765
 Mauss, Marcel, 134, 836
 Mayer, J.-R., 884
 Meng Tseu (Mêncio), 501
 Merleau-Ponty, Maurice, 180, 386
 Meyerson, Émile, 90
 Michelet, Jules, 467
 Moebius, A., 559, 560, 870, 875
 Molière, 174, 773, 800
 Montaigne, 180

 Müller, Josine, 739
 Myers, F.W.H., 810

 Napoleão, 172, 178, 878
 Newman (cardeal), 876
 Niederland, W.G., 573, 579, 586
 Nietzsche, F., 408, 554
 Nodet, C.-H., 593
 Nunberg, H., 679

 Oberndorf, C.I., 272

 Pandora, 256
 Papin (caso das irmãs), 69, 143
 Parmênides, 194
 Pascal, Blaise, 265, 284, 583, 824
 Paulo, são, 128, 802
 Pavlov, I.P., 832
 Piaget, Jean, 658, 874
 Pichon, Édouard, 85, 259, 573, 824, 831
 Pinel, P., 178, 794
 Platão, 124, 147, 268, 294, 319, 394, 407, 482, 840, 850, 851, 859
 Poe, Edgar Allan, 9-45, 62, 66, 490, 766
 Poincaré, H., 55
 Politzer, G., 162
 Polixena, 161
 Ponge, Francis, 324
 Pope, Alexander, 800
 Porché, F., 774
 Prajapâti, 323-4
 Prévert, Jacques, 276
 Proust, Marcel, 751

 Queneau, Raymond, 709
 Quintiliano, 469, 470, 508, 525

 Rabelais, 280, 471
 Racine, 506
 Rank, Otto, 706, 717
 Reich, W., 282, 317, 340-5
 Reik, T., 357, 474
 Renan, Ernest, 788, 800
 Retz (cardeal de), 262
 Richards, I.A., 501
 Rickman, 430

- Riguet, Jacques, 25
Rivière, Jacques, 759
Rondeaux, Édouard, 755
Rosencrantz, 509
Rouart, Julien, 153
Roussel, Raymond, 450
Royer-Collard, P.-P., 794
Russell, B., 184
Ruwet, N., 498
- Sachs, Hans, 477, 706, 717
Sade, 776-803
Sainte-Beuve, 751-3
Saint-Just, 621, 797, 881
Salel, Hugues, 571
Sapir, 497
Sartre, Jean-Paul, 122, 810, 826
Saussure, F. de, 415, 448, 469-70, 500,
506, 514, 629, 813, 849
Saussure, R. de, 115, 386
Schiller, 174, 472
Schlumberger, Jean, 749-75
Schmideberg, Melitta, 137, 398, 605,
607, 652
Schreber (caso do presidente), 245-
308, 542, 543, 548-50, 554, 563-
89, 880
Shakespeare, 296, 506, 509, 667, 790
Sharpe, Ella, 619, 652
Signorelli, 380, 448
Silberer, 528, 708-9
Silesius, Angelus, 879
Sócrates, 109, 130, 161, 194, 293, 294,
800, 840, 850
Sófocles, 412, 787
Sokolnicka, sra., 759
Spinoza, B., 154, 158
Stalin, 415, 499
Starobinsky, J., 506
- Staub, 70, 132
Stokes, 861
Strachey, J., 614
Strauss, Leo, 512
Streba, R., 340
Sun Yat Sen, 147
Susini, M., 406
Swift, 467, 504
- Taine, H., 158
Tarde, Gabriel de, 140, 631
Tardieu, Jean, 511
Teilhard de Chardin, Pierre, 690
Thomas, Dylan, 825
Tiepolo, G.D., 862
Tomás, são, 813
Toynbee, Arnold, 261
Trasímaco, 109
Tristão, o Eremita, 687
- Valéry, Paul, 482, 760
Van der Steinen, 120
Villon, François, 283
Virgilio, 770
- Wahl, Jean, 76, 807
Wälder, Robert, 240
Wallon, H., 115, 186
Ward Howe, Julia, 452
Whitehead, 789
Williams, J.-D., 652
Winnicott, D.W., 618, 652
Wittels, F., 143
- Zacchias, 146
Zeigarnik, 214
Zervos, Christian, 197
Zilboorg, Gregory, 240

Referências bibliográficas em ordem cronológica

O estádio do espelho

Produzido pela primeira vez no XIV Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Marienbad entre 2 e 8 de agosto de 1936, sob a presidência de Ernest Jones. A comunicação foi feita na 2ª sessão científica, em 3 de agosto, às 15:40 h. Cf. *The International Journal of Psycho-analysis*, vol.18, parte I, janeiro de 1937, p.78, onde essa comunicação está inscrita sob o título “The looking-glass phase”.

Para-além do “Princípio de realidade”

Marienbad-Noirmoutier, agosto-outubro de 1936. Publicado em *Évolution Psychiatrique*, 1936, fascículo III, número especial de estudos freudianos, p.67 a 86.

O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada

Redigido em março de 1945. Publicado em *Les Cahiers d'Art*: “1940-1945”.

A agressividade em psicanálise

Relatório teórico apresentado no XI Congresso de Psicanalistas de Língua Francesa, reunido em Bruxelas em meados de maio de 1948. Publicado na *Revue Française de Psychanalyse*, nº 3, julho-setembro de 1948, p.367 a 388.

O estádio do espelho como formador da função do eu

Comunicação feita no XVI Congresso Internacional de Psicanálise, em Zurique, em 17 de julho de 1949. Publicado na *Revue Française de Psychanalyse*, nº 4, outubro-dezembro de 1949, p.449 a 455.

Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia

Comunicação para a XIII Conferência dos Psicanalistas de Língua Francesa (29 de maio de 1950), em colaboração com Michel Cénac. Publicado na *Revue Française de Psychanalyse*, vol.IV, nº 1, janeiro-março de 1951, p.7 a 29.

Formulações sobre a causalidade psíquica

Pronunciado em 28 de setembro de 1946 nas Jornadas Psiquiátricas de Bonneval. Publicado em *Le Problème de la psychogène des névroses et des psychoses*, de Lucien Bonnafé, Henri Ey, Sven Follin, Jacques Lacan e Julien Rouart, Paris, Desclée de Brouwer, 1950, p.123 a 165.

Intervenção sobre a transferência

Pronunciado no chamado Congresso dos Psicanalistas de Língua Românica de 1951. Publicado na *Revue Française de Psychanalyse*, vol.XVI, nº 1-2, janeiro-junho de 1952, p.154 a 163.

Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise

Relatório do Congresso de Roma, realizado no Istituto di Psicologia della Università di Roma, em 26 e 27 de setembro de 1953. Publicado em *La Psychanalyse*, Paris, PUF, vol.I, 1956, p.81 a 166.

Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud. Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud.

Seminário de técnica freudiana de 10 de fevereiro de 1954, realizado na clínica da Faculdade do Hospital Sainte-Anne e dedicado, durante o ano de 1953-54, aos *Escritos técnicos* de Freud. Publicado em *La Psychanalyse*, Paris, PUF, vol.1, 1956, p.17 a 28 e 41 a 49.

Variantes do tratamento-padrão

Redigido na Páscoa de 1955. Publicado na *Encyclopédie médico-chirurgicale, Psychiatrie*, vol.III, 2-1955, fascículo 37812-C10. Suprimido em 1960.

Seminário sobre “A carta roubada”

Pronunciado em 26 de abril de 1955. Escrito (e datado de Guitrancourt-San Casciano) em meados de maio e meados de agosto de 1956. Publicado em *La Psychanalyse*, Paris, PUF, vol.2, 1957, p.1 a 44.

A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise

Ampliação de uma conferência proferida na Clínica Neuropsiquiátrica de Viena em 7 de novembro de 1955. Publicado em *Évolution Psychiatrique*, nº 1, 1956, p.225 a 252.

Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956

A segunda versão foi publicada em *Les Études Philosophiques*, número especial de outubro-dezembro de 1956, para a comemoração do centenário do nascimento de Freud. A primeira versão existe apenas como separata.

A psicanálise e seu ensino

Comunicação apresentada à Sociedade Francesa de Filosofia em sua sessão de 23 de fevereiro de 1957. Publicado no *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, vol.XLIX, 1957, p.65 a 85.

A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud

Pronunciado em 9 de maio de 1957 no anfiteatro Descartes, na Sorbonne, a pedido do Grupo de Filosofia da Federação dos Estudantes de Letras. Redação datada de 14-16 de maio de 1957. Publicado no volume 3 de *La Psychanalyse* (sobre o tema “Psicanálise e ciências humanas”), Paris, PUF, 1957, p.47 a 81.

De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose

Remissão ao seminário dos dois primeiros semestres do ano de 1955-56. Redação: dezembro de 1957-janeiro de 1958. Publicado em *La Psychanalyse*, Paris, PUF, vol.4, 1959, p.1 a 50.

Juventude de Gide ou a letra e o desejo

Publicado no nº 131 da revista *Critique*, abril de 1958, p.291 a 315.

A significação do falo (Die Bedeutung des Phallus)

Conferência proferida em alemão em 9 de maio de 1958, no Instituto Max Planck de Munique, a convite do professor Paul Matussek.

A direção do tratamento e os princípios de seu poder

Primeiro relatório do Colóquio Internacional de Royaumont, reunido de 10 a 13 de julho de 1958, a convite da Sociedade Francesa de Psicanálise. Publicado em *La Psychanalyse*, vol.6, Paris, PUF, 1961, p.149 a 206.

Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”

Relatório do Colóquio de Royaumont, 10-13 de julho de 1958. Redação definitiva: Páscoa de 1960. Publicado em *La Psychanalyse*, vol.6, Paris, PUF, 1961, p.111 a 147.

À memória de Ernest Jones: Sobre sua teoria do simbolismo

Guitrancourt, janeiro-março de 1959. Publicado em *La Psychanalyse*, vol.5, Paris, PUF, 1960, p.1 a 20.

Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina

Colóquio Internacional de Psicanálise, de 5 a 9 de setembro de 1960, na Universidade Municipal de Amsterdam. Escrito dois anos antes do Congresso. Publicado no n.7 de *La Psychanalyse*, Paris, PUF, 1962, p.3 a 14.

Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano

Comunicação feita num congresso reunido em Royaumont, por obséquio dos “Colóquios filosóficos internacionais”, sob o título “A dialética”, a convite de Jean Wahl, 19 a 23 de setembro de 1960.

Posição do inconsciente

Congresso reunido no hospital de Bonneval sobre o tema do inconsciente freudiano, entre 30 de outubro e 2 de novembro de 1960. Intervenções condensadas em março de 1964, a pedido de Henri Ey, para o livro sobre o congresso, *L’Inconscient*, publicado em Paris pela Desclée de Brouwer em 1966.

Kant com Sade

Deveria servir de prefácio a *La Philosophie dans le boudoir* (Paris, Cercle du livre précieux, 1963, 15 vols.). R.G. setembro de 1962. Publicado na revista *Critique*, n.º 191, abril de 1963.

Do “Trieb” de Freud e do desejo do psicanalista

Resumo das intervenções num colóquio convocado pelo professor Enrico Castelli, sob o título de “Técnica e casuística”, de 7 a 12 de janeiro de 1964, na Universidade de Roma. Publicado em *Atti del colloquio internazionale su “Tecnica e casistica”*, Roma, 1964.

A ciência e a verdade

Estenografia da aula inaugural do seminário realizado no ano de 1965-66 na École Normale Supérieure (rua d’Ulm), sobre “O objeto da psicanálise”, na posição de chargé de conférences da École Pratique des Hautes Études (VIª seção), em 1.º de dezembro de 1965. Publicado no primeiro número dos *Cahiers pour l’Analyse* pelo Círculo de Epistemologia da École Normale Supérieure, em janeiro de 1966.

Nota à edição brasileira

“Não há forma tão elaborada do estilo em que o inconsciente não abunde”, diz Lacan ao aceitar o qualificativo de “Góngora da psicanálise” (p.469). Tributário do inconsciente, o estilo de Lacan traz dificuldades especiais à tradução de seus escritos. Não só por ser particularmente resistente à compreensão, convocando o leitor à decifração, quanto por seu uso particular do poder evocador do cristal da língua francesa e suas referências na cultura. Nesta versão em português, tentou-se ficar o máximo possível próximo do sentido do texto original, sem negligenciar no entanto certo grau de “ilegibilidade” assumido posteriormente pelo próprio autor.

Traduzir resultou, por vezes, em decidir por um sentido em detrimento de outros. Ao se admitir aquilo que é impossível de ser traduzido, foram utilizados recursos que, longe de tentar negá-lo, tentam mapear seu campo semântico relativo ao contexto correspondente. Nessa perspectiva, foram deixadas algumas palavras e expressões em francês no próprio texto em português, acompanhadas de notas explicativas; outros trechos traduzidos são restituídos em notas como se encontram no original; em outros, foram utilizadas duas palavras em português para traduzir uma palavra-chave em francês (como mestre/senhor para *maître* ou carta/letra para *lettre*); foram adotadas notas de esclarecimento sobre algumas referências próprias à cultura francesa e notas justificativas de certas traduções propostas. E encontra-se indicada, em numeração entre colchetes, na margem das páginas da presente edição, a página correspondente da edição francesa original. Foi respeitada a evolução cronológica da terminologia empregada por Lacan, procurando-se encontrar seu equivalente em português (como instinto e pulsão, rejeição e forclusão). As palavras estrangeiras (i.e., não em francês) utilizadas por Lacan

foram preservadas, e sua tradução em português acrescentada em nota quando necessário. Foram mantidas todas as notas de rodapé da edição francesa original; as que foram acrescentadas estão assinaladas por (N.E.), Nota da Edição brasileira.

Esta tradução dos *Escritos* de Lacan está aberta para modificações em futuras edições a partir de correções ou melhores soluções propostas pelos leitores.

Segue abaixo um pequeno “glossário” de termos cuja tradução foi adotada nesta versão brasileira dos *Escritos*:

je = [eu]; *moi* = eu

Para distinguir na tradução em português o uso do *moi* e do *je* franceses, adotou-se solução análoga à utilizada na versão brasileira do Seminário 2 de Lacan (ver ali as “Notas do tradutor”, p.408): *je*, sujeito do inconsciente, vem grafado entre colchetes, [eu]; *moi* é convencionalmente grafado, eu. Respeitou-se ainda, na versão destes termos, o uso feito por Lacan de maiúsculas e/ou itálicos.

parole = fala; *mot* = palavra

Adotou-se como critério genérico traduzir *mot* por palavra (e em contexto estritamente gramatical preferiu-se “termo”) e *parole* por fala (e quando necessário recorreu-se a perífrases, como a expressão “palavra falada”; ou traduziu-se por “palavra”, acrescentando-se o termo francês entre colchetes ou alguma explicação em nota de rodapé).

cure = tratamento, análise ou tratamento analítico

Para expressões lacanianas consagradas, preferiu-se “tratamento”, como em “A direção do tratamento” e “Variantes do tratamento-padrão”.

analysé = analisado

analysant = analisante

après-coup = a posteriori

au-delà = para-além

ça = isso

contrôle = supervisão

corps morcelé = corpo despedaçado

curabilité = curabilidade

défilé = desfilamento
dénégation (al. *Verneinung*) = denegação
déni (al. *Verleugnung*) = desmentido
en-deçà = para-aquém
fantaisie = devaneio ou fantasia imaginária
fantasme (al. *Phantasie*) = fantasia
fantôme = fantasma
forclusion (al. *Verwerfung*) = foraclusão
guérir = curar
jaculation = dardejamento
jugement = juízo
maternage = cuidados maternos
lettre = letra, carta ou carta/letra
maître = mestre, senhor ou mestre/senhor
maîtrise = domínio ou mestria/dominação
manque-à-être = falta-a-ser
méconnaissance = desconhecimento
rejet = rejeição ou rechaço
refente (al. *Spaltung*) = fenda ou fendimento
refoulement (al. *Verdrängung*) = recalque
scission = cisão
signe = signo ou sinal
statut = status
surmoi = supereu
tranche d'analyse = período de análise
trou = furo

Agradecemos, por sua colaboração, a Elisa Monteiro, Elza Freitas, Inês Autran Dourado Barbosa, Inês Oseki-Depré, Jairo Gerbase, Jorge Forbes, Luiz de Souza Dantas Forbes, Marcus André Vieira, Maria Anita Carneiro Ribeiro, Romildo do Rego Barros, Silmia Sobreira, Sonia Alberti, Vera Avellar Ribeiro, Vera Dantas de Souza Motta e Vera Pollo; pela transliteração dos termos em grego, agradecemos a Mário da Gama Kury.

CAMPO FREUDIANO NO BRASIL

O que Quer uma Mulher?

Serge André

Os Poderes da Palavra

Associação Mundial de Psicanálise

Para Ler o Seminário 11 de Lacan

Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise

Richard Feldstein, Bruce Fink e Maire Jaanus (orgs.)

Estratégias na Neurose Obsessiva

Luiz Renato Gazzola

Os Complexos Familiares na formação do indivíduo

Escritos

Meu Ensino (série especial)

O mito individual do neurótico (série especial)

Nomes-do-Pai (série especial)

Outros Escritos

O Seminário, livro 1

Os escritos técnicos de Freud

O Seminário, livro 2

O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise

O Seminário, livro 3

As psicoses

O Seminário, livro 4

A relação de objeto

O Seminário, livro 5

As formações do inconsciente

O Seminário, livro 7

A ética da psicanálise

O Seminário, livro 8

A transferência

O Seminário, livro 10

A angústia

O Seminário, livro 11

Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise

O Seminário, livro 16

De um Outro ao outro

O Seminário, livro 17

O avesso da psicanálise

O Seminário, livro 20

Mais, ainda

O Seminário, livro 23

O sinthoma

Televisão

O Triunfo da Religião (série especial)

Jacques Lacan

A Querela dos Diagnósticos

Jacques Lacan e outros

Lacan Elucidado

Palestras no Brasil

Matemas I

Percurso de Lacan

Uma introdução

Silet

Os paradoxos da pulsão, de Freud a Lacan

Jacques-Alain Miller

Omnicar?

De Jacques Lacan a Lewis Carroll

Jacques-Alain Miller (org.)

A Droga do Toxicômano

Uma parceria cínica na era da ciência

Jésus Santiago

A Inibição Intelectual na Psicanálise

Ana Lydia Santiago

Freud e a Perversão

Patrick Valas

A Ética da Paixão

Uma teoria psicanalítica do afeto

Marcus André Vieira

Psicossomática e Psicanálise

Roger Wartel e outros

Este livro foi composto por TopTextos
Edições Gráficas em Times New Roman e impresso
por Geográfica Editora em julho de 2008.

CAMPO FREUDIANO NO BRASIL

É preciso haver lido essa coletânea, e em toda a sua extensão, para perceber que nela prossegue um único debate, sempre o mesmo, o qual, mesmo parecendo marcar época, pode ser visto como o debate das luzes.

Pois há um âmbito onde a própria aurora tarda: aquele que vai de um preconceito, do qual a psicopatologia não se desvencilha, à falsa evidência da qual o eu se autoriza a pavonear a existência.

Lá, o obscuro passa por objeto florescendo a partir do obscurantismo que ali encontra seus valores.

Não há então surpresa alguma que lá mesmo se resista à descoberta de Freud, expressão que se estende aqui por uma anfibiologia: a descoberta de Freud por Jacques Lacan.

O leitor aprenderá o que disse se demonstra: o inconsciente deriva do que é puramente lógico, em outros termos, do significante.

A epistemologia aqui sempre fará falta, caso não parta de uma reforma, que é subversão do sujeito.

O advento não pode se produzir a partir daí senão realmente e em um lugar que no presente os psicanalistas ocupam.

É a transcrever essa subversão, do mais cotidiano da experiência deles, que Jacques Lacan se dedica, para eles, há quinze anos.

A coisa tem para todos demasiado interesse para não provocar rumor.

É para ela não vir a ser desvirtuada pelo comércio cultural que Jacques Lacan, a partir desses escritos, faz apelo à atenção.

[da edição de 1966]